



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 18 de julho de 2011)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

**Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos
e Fiscalização do Congresso Nacional**

VOLUME I/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 120 – TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 6 Magno Malta Vice-Líder do PR Clésio Andrade Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 18 de julho de 2011).....	6

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 26ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de junho de 2011.....	105

Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de junho de 2011.....	128

Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2011.....	174

Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2011.....	197

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011.....	214

Ata da 31ª Reunião Conjunta, realizada em 6 de julho de 2011.....	242

1.2.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 4ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2011.....	265

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de março de 2011.....	283

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2011.....	309

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2011.....	323

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011.....	344

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011.....	360

Ata da 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2011.....	366

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2011.....	399

Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011.....	431

Ata da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011.....	435

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011.....	461

Ata da 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2011.....	478

Ata da 15ª Reunião Conjunta, realizada em 7 de junho de 2011.....	514

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011.....	544

Ata da 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011.....	546

Ata da 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2011.....	571

Ata da 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	598

Ata da 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011.....	620

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de junho de 2011.....	641

Ata da 29ª Reunião Conjunta, realizada em 16 de junho de 2011.....	656

Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2011.....	693

Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de junho de 2011.....	728

Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	759

VOLUME II

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	804

Ata da 34ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de julho de 2011.....	818

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011.....	859

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2011.....	870

1.2.3.1 – Subcomissão Temporária para análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa

Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011.....	889	Ata da 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011.....	1285
Ata da 7ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2011.....	898	Ata da 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2011.....	1290
Ata da 8ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2011.....	903	Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2011.....	1310
Ata da 9ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2011.....	906	Ata da 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2011.....	1339
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		Ata da 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2011.....	1375
Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de junho de 2011.....	915	1.2.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher	
Ata da 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	927	Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2011.....	1418
Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de julho de 2011.....	954	1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011.....	966	Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de junho de 2011.....	1424
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de junho de 2011.....	1443
Ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de junho de 2011.....	989	Ata da 30ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de julho de 2011.....	1477
Ata da 18ª Reunião Conjunta, realizada em 7 de junho de 2011.....	991	1.2.7.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas	
Ata da 19ª Reunião Conjunta, realizada em 8 de junho de 2011.....	1017	Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2011.....	1598
Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de junho de 2011.....	1041	Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2011.....	1500
Ata da 21ª Reunião Conjunto, realizada em 16 de junho de 2011.....	1045	Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2011.....	1504
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2011.....	1082	Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2011.....	1507
Ata da 23ª Reunião Conjunta, realizada em 30 de junho de 2011.....	1118	Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2011.....	1514
1.2.5.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016		Ata da 6ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2011.....	1519
Ata da 11ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2011.....	1175	Ata da 7ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2011.....	1545
1.2.5.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte		Ata da 8ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2011.....	1569
Ata da 2ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2011.....	1201	1.2.7.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira	
1.2.5.3 – Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável		Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2011.....	1590
Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2011.....	1209	Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2011.....	1594
1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2011.....	1621
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2011.....	1225	1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2011.....	1256	Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2011.....	1631
		Ata da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	1638

Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2011.....	1665	Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011	1837
Ata da 25ª Reunião Conjunta, realizada em 6 de julho de 2011	1667	1.2.12 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO	
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2011	1690	Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2011.	1875
Ata da 27ª Reunião Conjunta, realizada em 12 de julho de 2011	1695	Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2011.	1892
1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR		Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 1º de junho de 2011.	1912
Ata da 17ª Reunião, Audiência Pública, realizada em 28 de junho de 2011	1643	Ata da 8ª Reunião Ordinária, convocada para 7 de junho de 2011.....	1929
1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		Ata da 9ª Reunião Ordinária, convocada para 14 de junho de 2011.....	1931
Ata da 17ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2011.....	1664	Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 15 de junho de 2011.....	1932
Ata da 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2011.....	1805	Ata da 10ª Reunião Ordinária, convocada para 21 de junho de 2011.....	1950
1.2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT		Ata da 11ª Reunião Ordinária, convocada para 28 de junho de 2011.....	1951
Ata da 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	1818	Ata da 3ª Reunião Extraordinária, convocada para 29 de junho de 2011.....	1954
Ata da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011.....	1830		



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2011**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Julho/2011**

**A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL**

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 18/07/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	6
Especial	1
Não Deliberativa	5
Total de sessões realizadas	12
Reunião não realizada	1

Quadro Geral de Matérias
01 a 18/07/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Total
PEC	0	-	-	1	1
PLC	0	3	0	1	4
PLS	0	4	4	0	8
PDS	4	11	0	0	15
PRS	4	0	0	0	4
MSF	1	-	-	0	1
Total	9	18	4	2	33

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 18/07/2011

	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
PLV	1	1

Quadro de Requerimentos
01 a 18/07/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	1
Congratulações, pesar e assemelhados	53
Homenagem de pesar	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	5
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	6
Urgência para matéria	4
Total Geral	72

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 18/07/2011

	PRES REP	SF	CD	STF	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1	-	1	1	3
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	4	-	-	4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	0	15	-	15
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	4	-	-	4
Total	1	8	16	1	26

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 18/07/2011

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	21
Art. 40 ⁽²⁾	3
Art. 43, I ⁽³⁾	5
Art. 43, II ⁽⁴⁾	5
Total	35
Retirada de Requerimento	1
Total Geral	34

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus)
01 a 18/07/2011

Fundamentação – RISF	Total
Art. 40 ⁽¹⁾	6
Retirada de Requerimento	1
Total Geral	5

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
- Requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 18/07/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	62
Especial	13
Extraordinária	1
Não Deliberativa	46
Para Premiações e Condecorações	1
Total de sessões realizadas	123
Reunião	2
Reunião Preparatória	3
Reunião não realizada	1
Total de Reuniões	6

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 18/07/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	0	0	3	1	1	5
PLC	23	36	3	2	1	0	65
PLS	3	65	10	2	3	8	91
SCD	3	0	0	0	0	0	3
PDS	36	184	0	0	1	0	221
PRS	11	0	0	0	0	1	12
MSF	50	0	0	0	0	0	50
OFS	15	0	0	0	1*	0	16
Total	141	285	13	7	7	10	463

* O OFS 21/2011 foi prejudicado em virtude da aprovação do OFS 22/2011.

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 18/07/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	4	0	-	-	1	5
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	13	3	0	18

Quadro de Requerimentos
02/02 a 18/07/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	47
Auditoria	6
Congratulações, pesar e assemelhados	238
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	11
Desapensamento de matérias	5
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	164
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	3
Missão (em representação do Senado Federal)	39
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	47
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	24
Tramitação conjunta	31
Urgência para matéria	21
Voto de aplauso ou semelhante	8
Voto de censura	3
Total Geral	735

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 18/07/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	7	-	41	8	-	1	1	1	59
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	68	-	-	-	-	-	-	68
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	3	-	-	-	-	-	3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	4	209*	-	7*	-	-	-	220
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	11	-	-	-	-	-	-	11
Total	7	83	253	8	7	1	1	1	361

*Compatibilizados os quantitativos do quadro por ter constado na Resenha de Junho um (01) PDS de iniciativa do CN que deveria ser da CD.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 18/07/2011

Fundamentação – RISF	Total
Art. 13 ⁽¹⁾	230
Art. 40 ⁽²⁾	12
Art. 43, I ⁽³⁾	29
Art. 43, II ⁽⁴⁾	34
Total	305
Retirada de Requerimento	7
Total Geral	293*

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;
2. Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;
3. Licença para tratamento de saúde; e
4. Licença para tratar de interesses particulares.

* Retificação: na Resenha referente ao mês de junho foram contabilizados 05 Requerimentos de Retirada que deverão ser subtraídos da contagem geral do Quadro de Requerimento de Licença (sem ônus) referente à 02/02 a 30/06/2011.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus)
02/02 a 18/07/2011

Fundamentação – RISF	Total
Art. 40 ⁽¹⁾	39

1. Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

* Requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 18/07/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 1

1. Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 39/2011	Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências.	José Sarney	01/07/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 17/2011	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.	Câmara dos Deputados	06/07/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 4

1. Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 91/2007	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias para apreciação e pronunciamento, por Junta Comercial, do pedido de registro de pequena ou microempresa.	Giacobo	01/07/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 4**2. À sanção. Total: 3****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 225/2009	Denomina Porto de Petrolina - Paulo de Souza Coelho o porto fluvial localizado no rio São Francisco, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.	Gonzaga Patriota	05/07/2011
PLC 8/2011	Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	Supremo Tribunal Federal	06/07/2011
PLC 10/2011	Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.	Presidente da República	11/07/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 8**1. À Câmara dos Deputados. Total: 4****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 132/2011	Dispõe sobre a venda de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada.	Eunício Oliveira	05/07/2011
PLS 81/2009	Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.	Delcídio do Amaral	07/07/2011
PLS 249/2009	Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social.	Cristovam Buarque	07/07/2011
PLS 527/2009	Institui o "Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano".	Marisa Serrano	11/07/2011

2. Ao arquivo. Total: 4**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 390/2007	Insere o § 3º no art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vedar o modelo de progressão continuada no ensino fundamental.	Wilson Matos	05/07/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 8**2. Ao arquivo. Total: 4****Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 102/2009	Acrescenta o Artigos 6º-A à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que "Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências".	Pedro Simon	05/07/2011
PLS 155/2009	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.	Sérgio Zambiasi	07/07/2011
PLS 43/2010	Altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao Art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.	Mário Couto	07/07/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 15**1. À promulgação. Total: 15****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 323/2010	Aprova o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinado em Madri, em 25 de junho de 2007.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	05/07/2011
PDS 124/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1º de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	05/07/2011
PDS 126/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	05/07/2011
PDS 138/2011	Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	07/07/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 587/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SERRA DAS ARARAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 15**1. À promulgação. Total: 15****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 622/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DA MATA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 689/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIO VERDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 690/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA AMORIM (AMVA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 695/2010	Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE - "GAMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 696/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPOS LINDOS - ACCL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 698/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTO DA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 11/2011	Aprova o ato que outorga autorização à AMIC - AMIGOS DA CULTURA DE DRACENA E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 14/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 84/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDEALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Edealina, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011
PDS 102/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ENTRE RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	14/07/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 4**1. À promulgação. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 29/2011	Autoriza o Município de Paranaguá, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	05/07/2011
PRS 32/2011	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	12/07/2011
PRS 33/2011	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	12/07/2011
PRS 34/2011	Autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	12/07/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 1**Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 95/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA para exercer o cargo Presidente da Autoridade Pública Olímpica - APO.	Presidente da República	05/07/2011

Matéria: Requerimento. Total: 72**Aprovada pelo Plenário. Total: 19**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 803/2011	Requerem, nos termos do art. 218 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, manifestação de voto de pesar, a ser consignado em ata, minuto de silêncio e levantamento da sessão em homenagem ao Senador ITAMAR FRANCO, falecido no dia 2 de julho de 2011.	José Sarney	04/07/2011
RQS 808/2011	Urgência para matéria - PRS nº 29, de 2010.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/07/2011
RQS 804/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, no dia 10 de agosto de 2011, durante o Período do Expediente, em homenagem ao Senador e ex-Presidente da República ITAMAR FRANCO, falecido no último dia 2 de julho de 2011.	Fernando Collor	06/07/2011
RQS 826/2011	Solicita que o tempo dos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 19 de agosto próximo seja destinado a homenagear a Maçonaria Brasileira.	Mozarildo Cavalcanti	07/07/2011
RQS 969/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2009, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Gilberto Goellner	07/07/2011
RQS 845/2011	Requerem, nos termos do artigo 160, combinado com o artigo 199 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da sessão do dia 08 de agosto de 2011 seja designado para comemoração dos 426 anos de fundação do Estado da Paraíba.	Wilson Santiago	12/07/2011
RQS 848/2011	Requer, nos termos do artigo 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 11 de julho de 2011, conforme atestado médico.	Ivo Cassol	12/07/2011
RQS 849/2011	Requer, nos termos do artigo 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, 106 (cento e seis) dias de licença para tratar de interesses particulares, a contar de 31 de julho de 2011.	Ivo Cassol	12/07/2011
RQS 850/2011	Urgência para o Projeto de Resolução nº 32, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	12/07/2011
RQS 851/2011	Urgência para o Projeto de Resolução nº 33, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	12/07/2011
RQS 852/2011	Urgência para o Projeto de Resolução nº 34, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	12/07/2011
RQS 876/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, senador Eduardo Braga, e do senador Walter Pinheiro, membro titular da CCT, na abertura da 19ª edição da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura "ABTA 2011 - Feira e Congresso", que se realizará no dia 09 de agosto de 2011, em São Paulo - SP.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	13/07/2011

Matéria: Requerimento. Total: 72**Aprovada pelo Plenário. Total: 19**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 885/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 14 e 15 de julho de 2011, para representar a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal na cerimônia de posse da Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, que se realizará no dia 15 de julho de 2011, no Rio de Janeiro.	Inácio Arruda	13/07/2011
RQS 802/2011	Requerem, nos termos do artigo 160, combinado com os arts. 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de homenagem no Período do Expediente, para comemorar o centenário de emancipação do município de Juazeiro do Norte, a realizar-se no dia 12 de julho de 2011.	Inácio Arruda	14/07/2011
RQS 855/2011	Requer, nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 19 de julho de 2011, para participar da feira Africa's Big Seven 2011/Saitex 2011, em Joanesburgo, África do Sul, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 16 a 25 de julho de 2011.	Valdir Raupp	14/07/2011
RQS 878/2011	Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente - em aditamento ao Requerimento nº 802, de 2011, que a comemoração do centenário de emancipação do Município de Juazeiro do Norte, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 16 de agosto próximo.	Inácio Arruda	14/07/2011
RQS 901/2011	Requerem, nos termos do art. 154, III, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do dia 31 de agosto de 2011 seja destinado a celebrar os 33 anos de fundação da Comunidade Canção Nova.	Antonio Carlos Valadares	14/07/2011
RQS 905/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 8 de agosto de 2011, quando estará procedendo a diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Jorge Viana	14/07/2011
RQS 908/2011	Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 24 a 27 de julho de 2011, juntamente com a delegação do Ministério das Comunicações do Brasil, de uma visita a Estocolmo (Suécia), com o fim de conhecer a utilização da Banda de 450 MHz, para universalizar os serviços de Banda Larga Móvel em áreas rurais.	Walter Pinheiro	14/07/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 53

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 805/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-deputado federal DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, ocorrido no dia 1º de julho de 2011, no Paraná.	Alvaro Dias	04/07/2011
RQS 806/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do senador e ex-presidente da República ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO.	Vanessa Grazziotin	05/07/2011
RQS 807/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Instituto Cultural Brasil - Estados Unidos - ICBEU por estar completando 55 anos de existência em Manaus, no dia 06 de julho de 2011.	Vanessa Grazziotin	05/07/2011
RQS 810/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-presidente e senador Itamar Franco, ocorrido no dia 2 de julho de 2011.	Eduardo Suplicy	05/07/2011
RQS 811/2011	Requer, nos termos regimentais, seja aprovado Voto de Aplauso ao Padre EUGÊNIO PACELLI CORREIA AGUIAR, S. J., titular da Paróquia Cristo Rei, no bairro da Aldeota, Fortaleza (CE), pelos seus 15 anos de vida sacerdotal, a serem comemorados no dia 20 de julho de 2011.	Eunício Oliveira	05/07/2011
RQS 813/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CONTINENTAL FM pelo transcurso dos 21 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011

Matéria: Requerimento. Total: 72**Encaminhada pela Presidência. Total: 53**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 814/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO BAND NEWS FM pelo transcurso dos 34 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 815/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RBS TV CRUZ ALTA pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 816/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ENCANTO FM pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 817/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO VIVA FM pelo transcurso dos 21 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 818/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CULTURA DE BAGÉ AM pelo transcurso dos 65 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 819/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO TROPICAL FM pelo transcurso dos 29 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 820/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ERECHIM pelo transcurso dos 64 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 821/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO VERDES PAMPAS FM pelo transcurso dos 23 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 822/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO POPULAR FM pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 823/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ALTO DE TAQUARI AM pelo transcurso dos 63 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 824/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RBS TV PELOTAS pelo transcurso dos 39 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 825/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à TV RECORD pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação.	Ana Amélia	06/07/2011
RQS 827/2011	Requer, nos termos regimentais, seja aprovado Voto de Aplauso ao Padre Dr. Prof. CLAIRTON ALEXANDRINO DE OLIVEIRA, Pároco da Catedral Metropolitana de Fortaleza e Vigário Episcopal da Arquidiocese dessa capital - Região Episcopal Metropolitana de São José.	Eunício Oliveira	06/07/2011
RQS 841/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso em comemoração aos 200 anos da emancipação político-administrativa do município de Bagé, Rio Grande do Sul.	Paulo Paim	11/07/2011
RQS 842/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso em comemoração aos 199 anos do aniversário do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, completados no dia 07 de julho de 2011.	Paulo Paim	11/07/2011
RQS 843/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO AGUDO AM pelo transcurso dos 62 anos de sua fundação.	Ana Amélia	11/07/2011
RQS 844/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CLUBE NONOAL pelo transcurso dos 33 anos de sua fundação.	Ana Amélia	11/07/2011
RQS 847/2011	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-procurador do estado de Sergipe Dr. Jugurta Barreto.	Antonio Carlos Valadares	12/07/2011
RQS 856/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RADIO POP SHOU pelo transcurso dos 5 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 857/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à TV PAMPA, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011

Matéria: Requerimento. Total: 72

Encaminhada pela Presidência. Total: 53

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 858/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO FARROUPILHA AM, pelo transcurso dos 76 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 859/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO UNIVERSIDADE AM, pelo transcurso dos 44 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 860/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CLUBE NONOAL, pelo transcurso dos 33 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 861/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO UNIJUÍ 106,9 FM, pelo transcurso dos 10 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 862/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio IGUATEMI FM, pelo transcurso dos 28 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 863/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO METRÓPOLE CRISSIUMAL, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 864/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CLUBE FM, pelo transcurso dos 18 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 865/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO PLANALTO FM, pelo transcurso dos 29 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 866/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ANTENA 1 FM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 867/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO MAIS NOVA FM, pelo transcurso dos 20 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 868/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO GAZETA FM SOBRADINHO, pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 869/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO SANTIAGO AM, pelo transcurso dos 60 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 870/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO BAND FM FRONTEIRA FM, pelo transcurso dos 28 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 871/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO PROVÍNCIA FM, pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 872/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CERRO AZUL AM, pelo transcurso dos 54 anos de sua fundação.	Ana Amélia	12/07/2011
RQS 875/2011	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Desembargador Antônio Ribeiro de Almeida, ocorrido em 07 de julho de 2011.	João Vicente Claudino	12/07/2011
RQS 880/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Sr. Billy Blanco.	Flexa Ribeiro	13/07/2011
RQS 881/2011	Requerem, nos termos do art. 222, parágrafo 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente com a aeronave da empresa NoAr, ocorrido no dia 13 de julho de 2011, em Recife - PE.	Humberto Costa	13/07/2011
RQS 882/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao poeta e jornalista Amaral Cavalcante pela eleição e posse na Academia Sergipana de Letras.	Antonio Carlos Valadares	13/07/2011
RQS 892/2011	Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à nova diretoria do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas - CIEAM, empossada no dia 13 de julho de 2011.	Vanessa Grazziotin	14/07/2011

Matéria: Requerimento. Total: 72**Encaminhada pela Presidência. Total: 53**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 893/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos 60 anos de criação.	Vanessa Grazziotin	14/07/2011
RQS 894/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY pela sua reeleição, em 11 de julho de 2011 Presidente da AMAZON - Associação dos Magistrados Amazonenses.	Vanessa Grazziotin	14/07/2011
RQS 895/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, à médica e pesquisadora ADELE BENZAKEN, responsável pela coordenação do projeto de implantação de testes rápidos de sífilis e HIV que será apresentado no 19º Congresso Mundial de pesquisa em DST/AIDS, ocorrido no período de 10 a 13 de julho de 2011, na cidade de Quebec - Canadá.	Vanessa Grazziotin	14/07/2011
RQS 897/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-vereador da cidade de Manaus (AM), Edmilson Fumaça Moreno de Araújo, ocorrido no dia 09 de julho de 2011.	Vanessa Grazziotin	14/07/2011
RQS 902/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento da pequena Ana Luiza Varella, ocorrido no dia 09 de julho de 2011.	Vanessa Grazziotin	14/07/2011
RQS 906/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR em razão do acidente aéreo ocorrido em 13 de julho de 2011, pelo falecimento dos capitães-aviadores Tibério César Corvello Vitola e Alex Araújo Affonso Rego, e dos tenentes-aviadores André Luiz Franch Grigoletto e Jamil Nazif Rasul Neto, bem como condolências aos familiares dos pilotos e à Força Aérea Brasileira.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	14/07/2011
RQS 907/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Presidente da República, Senador ITAMAR FRANCO ocorrido no dia 02 de julho de 2011, com a devida apresentação de condolências à família.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	14/07/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 34

(Sem ônus)

Art. 13, 40, 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
276-M	Marcelo Crivella	43, II	05 a 07/07	Licença Particular
277-M	Mário Couto	13	05 a 07.07	Atividade Parlamentar
278-M	Aécio Neves	43, I	17.06 a 16.07	Licença saúde
279-M	Ciro Nogueira	40	13 a 15.07	Atividade Parlamentar
280-M	Fernando Collor	13	06.07	Atividade Parlamentar
281-M	Acir Gurgacz	13	05.07	Atividade Parlamentar
282-M	Inácio Arruda	40	07 e 08.07	Atividade Parlamentar
283-M	Cyro Miranda	43, I	04 e 05.07	Licença Saúde
284-M	Francisco Dornelles	13	07.07	Atividade Parlamentar
285-M	Lobão Filho	43, I	12.05 a 09.06	Licença saúde
286-M	Lobão Filho	43, I	15.06 a 27.06	Licença saúde
287-M	Delcídio do Amaral	13	07.06	Atividade Parlamentar
288-M	Eduardo Braga	13	13 e 14.07	Atividade Parlamentar
289-M	Mário Couto	13	12 a 14.07	Atividade Parlamentar
290-M	Marinor Brito	13	13 a 16.07	Atividade Parlamentar
291-M	Ana Amélia	13	14.07	Atividade Parlamentar
292-M	Eduardo Suplicy	40	25 e 26.08	Atividade Parlamentar
293-M	Delcídio do Amaral	13	07.07	Atividade Parlamentar
294-M	Alfredo Nascimento	43, II	07 a 18.07	Licença Particular
295-M	Lidice da Mata	13	13 e 14.07	Atividade Parlamentar
296-M	Benedito de Lira	13	14.07	Atividade Parlamentar
297-M	Wilson Santiago	43, II	14.07 Licença	Particular
298-M	Lobão Filho	43, II	14.07	Licença Particular
299-M	Rodrigo Rollemberg	13	13.07	Atividade Parlamentar
300-M	Sérgio Petecão	13	14.07	Atividade Parlamentar
301-M	Francisco Dornelles	13	14.07	Atividade Parlamentar
302-M	José Agripino	13	14.07	Atividade Parlamentar
303-M	Lindbe	13	14.07	Atividade Parlamentar - Retirado pelo Requerimento nº 310-M
304-M	Marta Suplicy	13	14.07	Atividade Parlamentar
305-M	Maria do Carmo Alves	13	14.06	Atividade Parlamentar
306-M	Valdir Raupp	13	14.07	Atividade Parlamentar
307-M	Cícero Lucena	13	14.07	Atividade Parlamentar
308-M	Marcello Crivella	43, II	14.07	Licença Particular
309-M	Ricardo Ferraço	13	14.07	Atividade Parlamentar
310-M	Lindbergh Farias	----	---	Retirada do Requerimento nº 303/2011 -M
311-M	Reditario Cassol	43, I	14 e 15.07	Licença Saúde

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha

01 a 18/07/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	01
Total 01	

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovado)	01
Retificações (aprovadas)	02
Lidas	Quantidade
Pareceres (à publicação)	02
Total	05

Resenha Consolidada

02/02 a 18/07/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	03
Conjunta Solene	05
Total	08

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	01
Retificações (aprovadas)	02
Total	04

Sessões Realizadas

01 a 18/07/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	Iniciada em 07/07/2011, às 12h17min, suspensa às 12h19min (Plenário da Câmara dos Deputados) Reaberta em 13/07/2011, às 10h58min (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Matérias Apreciadas

01 a 18/07/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
27/2011-CN (nº 98/2011, na origem)	PL nº 2/2011-CN Leitura: 18/04/2011	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.	Iniciada em 07/07/2011, às 12h17min e reaberta em 13/07/2011, às 10h58min	Aprovado o substitutivo da CMO, com adendo de Plenário. À sanção.
-	Duas ERRATAS aos autógrafos do PLN nº 59, de 2010 (LOA-2011)	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.	Iniciada em 07/07/2011, às 12h17min e reaberta em 13/07/2011, às 10h58min	Aprovadas.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

01 a 18/07/2011

Nº	Assunto
27/2011 (public. no DOU de 1º/07/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 533, de 10 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2011, que "Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências".
28/2011 (public. no DOU de 18/07/2011)	Designa as Senhoras e os Senhores Parlamentares como membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução.
29/2011 (public. no DOU de 18/07/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 534, de 20 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2011, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo".

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 18/07/2011**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
337/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 537, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00, para os fins que especifica".
336/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 536, de 2011, que "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente".
335/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 61, de 2011-CN (nº 238, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 16, de 2011-CN, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 08/07/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
334/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 47, de 2011, do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Líder do Governo no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, a Deputada Manuela D'Ávila e os Deputados Nelson Pellegrino e Gilmar Machado, para a função de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional.
333/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a publicação em avulsos e no DSF de 7 de julho do corrente ano do Parecer nº 11, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 9, de 2008 (nº 254, de 3 de abril de 2008, na origem), que concluiu pela apresentação de projeto de decreto legislativo sobre as contas do Tribunal de Contas da União referentes ao exercício de 2007.
332/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.020-Seses-TCU-Plenário, de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.808/2011 – TCU – Plenário, sobre contrato de repasse firmado entre o Ministério das Cidades e o Governo do Estado de Rondônia para obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Porto Velho/RO. A matéria, publicada no DSF de 12/07/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
331/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a publicação em avulsos e no DSF de 13 de julho do corrente ano dos Pareceres nº 14, 15, 16 e 17, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, todos relativos a prestação de contas.
330/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 988-Seses-TCU-Plenário, de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.801/2011 – TCU – Plenário, sobre auditoria realizada nas obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO, no âmbito do Fiscombra 2011. A matéria, publicada no DSF de 12/07/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
329/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2011 (Medida Provisória nº 527, de 2011), aprovada pelo Senado Federal com emenda de redação, em sessão realizada no dia 6 de julho do corrente ano, que "Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998".
327/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a publicação em avulsos e no DSF de 7 de julho do corrente ano do Parecer nº 12, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 18, de 2008 (nº 714, de 4 de julho de 2008, na origem), que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal e, o outro, pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de 1º e 2º Graus, do Supremo Tribunal Federal e do Ministério Público da União, todas referentes ao exercício de 2007.
326/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 65, de 2011-CN (nº 253, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 18, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 2.816.660,00, para os fins que especifica". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 13/07/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
325/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 64, de 2011-CN (nº 252, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 17, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 150.673.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 13/07/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
324/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a abertura da sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, anteriormente marcada para o dia 12 de julho, às 19 horas, dar-se-á no dia 13 de julho do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
323/2011 CN	Sen. Marta Suplicy – 1ª Vice- Presidente do SF, no exercício da Presidência	Comunica que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, anteriormente marcada para o dia 12 de julho, às 19 horas, dar-se-á no dia 13 de julho do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.
319/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 7 de julho do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de Projetos de Lei do Congresso Nacional, com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 17/07/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	02
Extraordinárias (REX)	02
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Total	04

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	01	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	02	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	03	01

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	3	5				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original	4					
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração		1				
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário						1
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)		30				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011	1					
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas		1				
- Parecer Prévio do Governo Federal		1				
- Outras Matérias		27				
Mensagens CN (MCN)		5				
- Prestação de Contas		1				
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias		4				
Ofícios CN (OFN)		42				
- Prestação de Contas		10				
- Outras Matérias		32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	3	4	2			
Emendas	78	3100				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	1	1				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	1	1				
TOTAL	86	3188	2			1

Resenha Consolidada
29/03 a 17/07/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	13
Extraordinárias (REX)	05
Audiências Públicas (RAP)	02
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Total	23

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (CÓI)	01	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	02	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	13	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	17	01

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	18	6				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original	5					
• Substitutivo						
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	5					1
• Texto Original						3
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	57	30				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011	1					
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3	1				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3	1				
- Outras Matérias	48	27				
Mensagens CN (MCN e MSG)	47	5				
- Prestação de Contas	7	1				
- Relatório de Avaliação do PPA	5					
- Outras Matérias	35	4				
Ofícios CN (OFN)	109	42				
- Prestação de Contas	29	10				
- Outras Matérias	80	32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	2					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	21	14	5			
Emendas (período de 2/2 a 30/06/2011)	3515	3122	10			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	2	2				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	1	1				
TOTAL	3781	3222	15			5

Resultados de Reunião

Reunião realizada em 5 de julho de 2011 (Ordinária)

12ª Reunião Ordinária convocada para 5/7/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h56min e suspensão às 16h48min)

Pautas nºs 8-Alterada, 9, 10, 11 e 12/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
- . 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/5/2011;
- . 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31/5 e 1º/6/2011;
- . 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/6/2011;
- . 8ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 7/6/2011;
- . 9ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 14/6/2011;
- . 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15/6/2011;
- . 10ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 21/6/2011;
- . 11ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 28/6/2011; e
- . 3ª Reunião Extraordinária, convocada para o dia 29/6/2011.

Resultado: O Deputado Efraim Filho (DEM/PB) solicitou a leitura integral das Atas, que foi feita pelo Senador Walter Pinheiro (PT/BA). Em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Ata da reunião da Bancada do Estado do Espírito Santo, realizada em 16 de fevereiro de 2011, informando que a Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES) foi eleita Coordenadora daquela Bancada.
- 2) Ata da reunião da Bancada do Estado de São Paulo, realizada em 15 de março de 2011, informando que o Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) permanecerá como Coordenador-Geral daquela Bancada.
- 3) Ata da primeira reunião da Bancada Federal do Estado de Rondônia, realizada em 16 de março de 2011, informando que a Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO) foi eleita para o cargo de Coordenadora daquela Bancada.
- 4) Ata da reunião da Bancada Federal do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 22 de março de 2011, informando que o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) foi eleito Coordenador daquela Bancada e o Deputado Márcio Reginaldo Moreira (PP/MG) para a interlocução com o governo estadual.
- 5) Ata da reunião da Bancada do Estado do Amapá, realizada em 13 de abril de 2011, informando que a Deputada Dalva Figueiredo (PT/AP) foi eleita para o cargo de Coordenadora daquela Bancada.
- 6) Ata da reunião da Bancada Federal do Estado do Amazonas, realizada no dia 4 de maio de 2011, informando que o Senador Eduardo Braga (PMDB/AM) foi eleito Coordenador daquela Bancada.
- 7) Ata da reunião da Bancada do Estado do Mato Grosso do Sul, realizada no dia 11 de maio de 2011, informando que o Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS) foi eleito Coordenador daquela Bancada.
- 8) OF. Nº 311/2011 – SGM, de 01 de junho, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Cláudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Ildemar Franco (PPS/MG) encontra-se de licença saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo período de 30 dias, com início em 23 de maio.
- 9) Convite, de 01 de junho de 2011, do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Claudio Puty, convidando para o II Ciclo de Conferências daquela Comissão, a fim de debater "A Liberalização Financeira e o Controle de Capitais", que acontecerá nos dias 7 e 14 de junho, às 14 horas, no Plenário 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A 1ª Conferência contará com a presença do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Márcio Holland e com o Chefe da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros do Banco Central, Sr. Geraldo Magela Siqueira. Na 2ª Conferência, participarão o Professor do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Economista Fernando Cardim de Carvalho e o Chefe do Centro de Crecimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FVG), Sr. Samuel de Abreu Pessoa.
- 10) Ata da reunião da Bancada Federal do Estado de Goiás, realizada no dia 7 de junho de 2011, informando que o Deputado Jovair Arantes (PTB/GO) foi eleito Coordenador daquela Bancada.
- 11) Ata da reunião da Bancada do Estado de Sergipe, realizada no dia 7 de junho de 2011, informando que o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) foi eleito Coordenador daquela Bancada.
- 12) OF. Nº 331/2011 – SGM, de 8 de junho, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Cláudia Lyra Nascimento, comunicando que a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), afastou-se do exercício do mandato de Senadora da República, a partir de 8 de junho do corrente, para assumir o cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

13) OFÍCIO Nº 1.027/2011 – GS AAME, de 17 de junho, da Senadora Ana Amélia (PP/RS), solicitando que seja emitido histórico das exportações de emendas efetua das pelo seu gabinete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, bem como à Bancada Gaúcha, no prazo regimental de apresentação de emendas ao PLDO para 2012.

14) OF. Nº 367/2011 – SGM, de 28 de junho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyrá Nascimento, comunicando que a Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS) renunciou ao mandato parlamentar de Senadora da República para assumir o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, e o seu Primeiro Suplente, Sr. Antonio Russo, assumiu o exercício do mandato de Senador da República, a partir do dia 28 de junho do corrente.

15) OF. - Nº 188/11 – Gab-BSB, de 29 de junho, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), solicitando a retirada das emendas de nºs 45 a 54, de sua autoria, apresentadas ao Projeto de Lei nº 6/2011-CN.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) OFÍCIO/GDGP/Nº111, de 13 de junho de 2011, do Gabinete da Deputada Gorete Pereira (PR/CE), justificando ausência no período de 13 a 17 de junho.

2) Ofício nº 846/2011/GSVREG, de 15 de junho, do Gabinete do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), justificando ausência no período de 13 a 17 de junho.

3) Ofício nº 118/2011 - GDHL, de 21 de junho, do Gabinete do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), justificando ausência no período de 21 a 24 de junho.

4) OF. Nº 153/2011/GSIFRA, de 28 de junho, do Gabinete do Senador Itamar Franco (PPS/MG), justificando ausência no período de 30 dias, a partir de 22 de junho.

- Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 358/2011, de 25 de maio, do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 17 de maio.

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

1) OF nº 091/GAB, de 14 de junho, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) em substituição ao Deputado Valmir Assunção (PT/BA).

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) OF nº 092/GAB, de 14 de junho, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Valmir Assunção (PT/BA) em substituição ao Deputado Gilmar Machado (PT/MG).

- Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) OF nº 090/ GAB, de 14 de junho, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado André Vargas (PT/PR) em substituição ao Deputado Geraldo Simões (PT/BA).

- Expediente solicitando alteração em emenda apresentada ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):

1) OGCC 106/11, de 15 de junho de 2011, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), solicitando alteração da Modalidade de Aplicação da Emenda individual nº 3166.0001, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA para 2011).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 2.021/2011/DG/DNIT, de 7 de junho, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit, Luiz Antonio Paquet, indicando a Senhora Nadja Tereza Monteiro de Oliveira, Coordenadora de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia e o Senhor José Henrique Coelho Sadok de Sá, Diretor Executivo, para representar aquele Departamento, na reunião de audiência pública, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, que será realizada em atendimento ao Requerimento 1/2011-CMO, de autoria do Deputado Claudio Cajado.

2) Of. nº 32/2011, de 7 de junho, da Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Veranópolis – RS, Alice Hoffmann Peruffo, comunicando o novo endereço daquela Câmara.

3) Ofício nº 32/2011-ASPAR/GAB/DPF, de 15 de junho, do Assessor Parlamentar, Delegado de Polícia Federal Marcos Leôncio S. Ribeiro, do Departamento de Polícia Federal, solicitando apoio para aprovação da emenda nº 2319.0002, apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR), de interesse daquela instituição.

4) Ofício GP/CMA/Nº 196, de 16 de junho de 2011, da Presidente da Câmara Municipal de Araruama – RJ, informando o recebimento de documentos que comunicam a transferência de recursos financeiros destinados aquele Município.

5) Ofício SINICON – 082/11, de 27 de junho, do Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis, informando que na reunião de audiência pública, destinada a debater o Regime Diferenciado de Licitação, não poderá comparecer devido a compromissos profissionais inadiáveis no exterior, e nem indicar representantes, pelo fato de estarem presentes no mesmo compromisso. E coloca-se à disposição para comparecer em outra oportunidade.

- Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2010 encaminhado em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhado pelo seguinte órgão:

- Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região – Ofício GP 44/2011, de 18 de fevereiro de 2011, entregue na Secretaria da CMO em 22.6.2011.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª, 15ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª.

- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

- Conselho Nacional de Justiça – Ofício nº 314 (CN), de 4 de julho de 2011, do Presidente do Congresso Nacional, que encaminha à CMO cópia do Ofício nº 1.028/SGM/P/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça.

- Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:

- 1) Ofício nº 657/2011-SG/DP-TJ, de 12 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- 2) Ofício nº 702/2011-SG/DP-TJ, de 23 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- 3) Ofício nº 719/2011-SG/DP-TJ, de 25 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- 4) Ofício nº 721/2011-SG/DP-TJ, de 25 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- 5) Ofício nº 724/2011-SG/DP-TJ, de 25 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- 6) Ofício nº 736/2011-SG/DP-TJ, de 26 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
- 7) Ofício nº 819/2011-SG/DP-TJ, de 10 de junho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:**Avisos Seses de 1º de junho:**

- 1) Aviso nº 723/2011 (Acórdão nº 1.443/2011): Atos de gestão relativos aos V Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM, a serem realizados na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 16 a 24 de julho de 2011.
- 2) Aviso nº 728/2011 (Acórdão nº 1.472/2011): Obras de construção da ponte sobre o Canal das Laranjeiras, bem como da duplicação e restauração dos seus acessos na BR-101/SC, no Município de Laguna/SC.
- 3) Aviso nº 734/2011 (Acórdão nº 1.453/2011): Obras de construção da Cadeia Pública Territorial em Estância/SE.

Avisos Seses de 8 de junho:

- 1) Aviso nº 745/2011 (Acórdão nº 1.513/2011): Obra de ampliação do Presídio Advogado Emanuel Caetano, no município de Areia Branca/SE.
- 2) Aviso nº 746/2011 (Acórdão nº 1.514/2011): Reforma e ampliação do Presídio Estadual Manoel Barbosa de Sousa no Município de Tobias Barreto, em Sergipe.
- 3) Aviso nº 752/2011 (Acórdão nº 1.551/2011): Obras de Macro drenagem no Tabuleiro dos Martins, no Estado de Alagoas, no Município de Maceió.
- 4) Aviso nº 760/2011 (Acórdão nº 1.569/2011): Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº 027.905/2010-1, pelo Plenário do TCU na Sessão Extraordinária de Caráter Rescindido de 8/6/2011, acompanha do do Relatório e do Voto que o fundamentam.
- 5) Aviso nº 769/2011 (Acórdão nº 1.519/2011): Obras de ampliação da pista do Aeroporto Internacional de Porto Alegre/RS.

Avisos Seses de 22 de junho:

- 1) Aviso nº 862/2011 (Acórdão nº 1.676/2011): Obras públicas de construção e ampliação de penitenciárias.
- 2) Aviso nº 865/2011 (Acórdão nº 1.678/2011): Obra de construção do módulo de saúde do complexo penitenciário de Camapo Grande/MS.
- 3) Aviso nº 874/2011 (Acórdão nº 1.667/2011): Obras civis, fornecimento, instalação, montagem, testes e comissionamento de equipamentos mecânicos e elétricos dos lotes 5 e 8 do Eixo Norte, e lotes 15, 16, 17 e 18, que configuram o Ramal do Agreste, no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.
- 4) Aviso nº 876/2011 (Acórdão nº 1.671/2011): Obras e serviços de implantação da Barragem Poço de Varas, no Município de Coronel João Pessoa, no Estado do Rio Grande do Norte.
- 5) Aviso nº 880/2011 (Acórdão nº 1.693/2011): Obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do Município de Parnamirim/RN.

Avisos Seses de 29 de junho:

- 1) Aviso nº 883/2011 (Acórdão nº 1.744/2011): Obras de implantação do Parque Eólico para Geração de Energia Elétrica, com capacidade de aproximadamente 26 MW, na Região de Guimarães – RN, no Estado do Rio Grande do Norte.
- 2) Aviso nº 887/2011 (Acórdão nº 1.747/2011): Obra de Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro/RJ.

Avisos Seses-TCU, de 1º de junho, anexados ao Aviso nº 12/2011-CN:

- 1) Aviso nº 715/2011 (Acórdão nº 1.451/2011): Obras de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na BR-101/AL, trecho Div. PE/AL – Div. AL/SE, segmento km 0,0 – km 248,4.
- 2) Aviso nº 737/2011 (Acórdão nº 1.468/2011): Obras de Construção da Barragem do Rio Arraia, em Arraia – no Estado do Tocantins na Região Norte.

Avisos Seses-TCU, de 8 de junho, anexados ao Aviso nº 12/2011-CN:

- 1) Aviso nº 738/2011 (Acórdão nº 1.531/2011): Obras complementares de duplicação e adequação do Contorno Norte de Maringá/PR, na BR-376/PR.
- 2) Aviso nº 770/2011 (Acórdão nº 1.541/2011): Obras de restauração, duplicação e melhoramentos da Rodovia BR-050/MG.

Avisos Seses-TCU, de 15 de junho, anexados ao Aviso nº 12/2011-CN:

- 1) Aviso nº 803/2011 (Acórdão nº 1.596/2011): Obra de melhoria da capacidade da BR-116/RS, incluindo duplicação.
- 2) Aviso nº 809/2011 (Acórdão nº 1.594/2011): Obras da BR-010/TO – entroncamento TO-030- divisa TO/MA.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:**Aviso GP/TCU, de 8 de junho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:**

- 1) Aviso nº 731/2011: Obras de Implantação e Pavimentação – subtrecho Medicilândia – Rurópolis – BR-230/PA.

Aviso GP/TCU, de 28 de junho:

- 1) Aviso nº 1.110/2011 (Acórdão nº 1.546/2011): Foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras: BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques; BR-487/PR – Construção Porto Caimargo – Campo Mourão; e BR-101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB. As Obras a seguir indicadas, também apresentam novos indícios de irregularidade grave: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Ilhéus – Barreiras – No Estado da Bahia; Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Uruaçu/GO – Lucas do Rio Verde/MT.

- **Aviso Seses-TCU encaminhado ao Presidente do Senado Federal para autuação e posterior tramitação na forma de AVISO do Congresso Nacional:**

Aviso Seses de 9 de fevereiro:

1) Aviso nº 136 /2011 (Acórdão nº 283/2011): Acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal, referentes ao 2º trimestre de 2010, de diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Projeto de Lei nº 6/2011 - CN**, (item 1, da Pauta12).

Autora: Senadora Lidice da Mata.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 12/2011

1 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 88.331.000,00 (oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil reais), para o fim que especifica e dá outras providências”.

Relator: Deputado Ademir Camilo.
Foram apresentadas 60 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foram retiradas pelo autor, Deputado Ademir Camilo, as emendas de nºs 45 a 54 e rejeitadas as demais.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 8/2011 - Alterada

1 – Apreciação do Relatório apresentado a Prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2007, analisada pelo Tribunal de Contas da União, conforme o Aviso nº 18/2008 - CN que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2007”.

- **Mensagem nº 24/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007”; **Ofício nº 06/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 12/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007”; **Ofício nº 03/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 04/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 05/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 7º, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 07/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007”; **Ofício nº 08/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 4º e no inciso XXI V do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007”; **Ofício nº 09/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas no Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007”; **Ofício nº 11/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU”; **Ofício nº 10/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 9/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007”.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar M. Machado (PT/MG) como relator *ad hoc*. Os Deputados Efraim Filho (DEM/PB) e Rogério Marinho (PSDB/RN) solicitaram a leitura integral do Relatório, que foi feito pelo relator *ad hoc*. A discussão foi iniciada e finalizada. Os Deputados Efraim Filho pelo DEM e Rogério Marinho pelo PSDB, declararam a obstrução. Anunciado o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Rogério Marinho pediu verificação de votação, com apoio dos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Vaz de Lima (PSDB/SP) e Heuler Cruvinel (DEM/GO), conforme dispõe o art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional. O Presidente designou o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Os Deputados Efraim Filho, Heuler Cruvinel, Vaz de Lima, Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Domingos Sávio (PSDB/MG) ao serem chamados, lembraram que se encontravam em obstrução. O Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 16; votos NÃO: 1; total de votantes: 17. Em seguida, o Presidente informou que o Relatório havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

3 - Apreciação do Relatório apresentado aos **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**–Senado Federal; **OFN nº 26/2008**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008** – Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008** –Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008** –Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 09/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 19/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009** – Poder Executivo; **OFN nº 04/2009** –Câmara dos Deputados; **OFN nº 07/2009** – Senado Federal; **OFN nº 02/2009**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 03/2009**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 05/2009**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 06/2009**–Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 08/2009**–Justiça Militar da União; e **OFN nº 01/2009**–Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Walter Pinheiro como relator *ad hoc*. O Deputado Efraim Filho (DEM/PB) solicitou a leitura integral do Relatório, que foi feito pelo relator *ad hoc*. A discussão foi iniciada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Rogério Marinho (PSDB/RN), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Apreciação da matéria foi **adiada** em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, de acordo com o disposto no Art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 5 de julho de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 5 de julho de 2011 (Ordinária)

Continuação da 12ª Reunião Ordinária
convocada para 5/7/2011, após a Ordem do Dia
dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
(Reiniciada às 20h50min e encerrada às 21h02min)

Pautas nºs 8- Alterada, 9, 10, 11 e 12/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

O Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), solicitou o encerramento da reunião em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto no art. 29, § 2º do Regimento Comum.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Projeto de Lei nº 6/2011 - CN**. (item 1, da Pauta12).

Autora: Senadora Lídice da Mata.

Resultado: aprovado por unanimidade, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

Pauta nº 12/2011

1 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 6/2011-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 88.331.000,00 (oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil reais), para o fim que especifica e dá outras providências”.

Relator: Deputado Ademir Camilo.

Foram apresentadas 60 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foram retiradas pelo autor, Deputado Ademir Camilo, as emendas de nºs 45 a 54 e rejeitadas as demais.

Resultado: aprovado por unanimidade, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

Pauta nº 8/2011 - Alterada

1 – Apreciação do Relatório apresentado a Prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2007, analisada pelo Tribunal de Contas da União, conforme o Aviso nº 18/2008 - CN que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2007”.

- **Mensagem nº 24/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007”; **Ofício nº 06/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 12/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007”; **Ofício nº 03/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 04/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 05/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 7º, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007”; **Ofício nº 07/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007”; **Ofício nº 08/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 4º e no inciso XVI do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007”; **Ofício nº 09/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas no Aviso nº 08/2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007”; **Ofício nº 11/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU”; **Ofício nº 10/2008-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 9/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007”.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Gilmar M. Machado (PT/MG) como relator *ad hoc*. Os Deputados Efraim Filho (DEM/PB) e Rogério Marinho (PSDB/RN) solicitaram a leitura integral do Relatório, que foi feito pelo relator *ad hoc*. A discussão foi iniciada e finalizada. Os Deputados Efraim Filho

pelo DEM e Rogério Marinho pelo PSDB, declararam a obstrução. Anunciado o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Rogério Marinho pediu verificação de votação, com apoio dos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Vaz de Lima (PSDB/SP) e Heuler Cruvinel (DEM/GO), conforme dispõe o art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional. O Presidente designou o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Os Deputados Efraim Filho, Heuler Cruvinel, Vaz de Lima, Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Domingos Sávio (PSDB/MG) ao serem chamados, lembraram que se encontram em obstrução. O Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 16; votos NÃO: 1; total de votantes: 17. Em seguida, o Presidente informou que o Relatório havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

3 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008** – Poder Executivo; **OFN nº 24/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008** – Senado Federal; **OFN nº 26/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008** – Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008** – Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008** – Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 09/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. – TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008** – Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 19/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 – TCU – Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União e Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009** – Poder Executivo; **OFN nº 04/2009** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 07/2009** – Senado Federal; **OFN nº 02/2009** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 03/2009** – Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 05/2009** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 06/2009** – Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 08/2009** – Justiça Militar da União; e **OFN nº 01/2009** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Walter Pinheiro como relator *ad hoc*. O Deputado Efraim Filho (DEM/PB) solicitou a leitura integral do Relatório, que foi feito pelo relator *ad hoc*. A discussão foi iniciada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Rogério Marinho (PSDB/RN), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Apreciação da matéria foi **adiada** em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

4 – Relatório apresentado aos **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, na **continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.

5 - Relatório apresentado aos **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, na **continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**.

6 – Relatório apresentado aos **Aviso nº 06/2011-CN** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010"; **Aviso nº 23/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 36/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 05/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em

cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:

- a) tome ciência do feito;
- b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;
- c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5;
- d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5;
- e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;
- f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5; e encaminhe o processado ao arquivo.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

7 - Relatório a apresentado ao **Aviso nº 09/2 011-CN**, que "En caminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".

Relator: Senador Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (L. OA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

8 - Requerimento nº 12/2011 -CMO, que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo".

Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

9 - Requerimento nº 14/ 2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".

Autor: Deputado Wellington Roberto.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

10 – Requerimento nº 16/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

Pauta nº 9/2011

1 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".

Relator: Deputado Ângelo Agnolin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

2 - Relatório apresentado ao **Aviso 4/2011-CN**, que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha a o Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha a o Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para

2010"); e **Aviso 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010".

Relator: Senador Aníbal Diniz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho o, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

Pauta nº 10/2011

1 - Requerimento nº 17/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho o, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

2 - Relatório apresentado aos **Ofício nº 21/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Fernando Collor.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho o, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de resgate e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de resgate e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de resgate e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de resgate e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho o, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

4 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)".

Relator: Senador Cyro Miranda.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho o, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 44/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007** - Poder Executivo; **OFN nº 01/2007** - Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007** - Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007** - Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007** - Ministério Público da União.

Relator: Deputado Danilo Forte.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho o, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

Pauta nº 11/2011

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". (**PLDO/2012**).

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 3.010 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO a 122, pela APROVAÇÃO PARCIAL a 1276 e pela REJEIÇÃO das demais 1612.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

Pauta nº 12/2011

2 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 11 /2011-CN** que "En caminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, Vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 - Ministério das Cidades, relativos às obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, Edital de Concorrência nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

3 – **Requerimento nº 18/2011-CMO**, que "Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)".

Autor: Deputado Vaz de Lima - Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2011 -CN**, que "Enca minha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011".

Relator: Deputado André Vargas.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada** em virtude da inexistência de *quorum* no recinto, na representação do Senado Federal, **na continuação da 12ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 5 de julho, após a Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.**

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em atendimento ao pedido do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), observado o disposto no art. 29, § 2º do Regimento Comum, por inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, comunicou a realização de reunião e extraordinária, no dia **6 de julho, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, convocada anteriormente.

Brasília, 5 de julho de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 6 de julho de 2011 (Extraordinária)

**4ª Reunião Extraordinária
convocada para 6/7/2011, às 14h30min
(Iniciada às 14h53min e suspensa às 15h22min)
(Reiniciada às 15h52min e encerrada às 16h39min)
Pautas nºs 8- Alterada, 9, 10, 11 e 12/2011**

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

ORDEM DO DIA

Pauta nº 8/2011 - Alterada

1 – Relatório apresentado a Prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2007, analisada pelo Tribunal de Contas da União, conforme o Aviso nº 18/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2007".

- **Mensagem nº 24/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007"; **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007"; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXI V do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas no Aviso nº 08/2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

Resultado: O Relatório foi **aprovado**, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

2 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 9/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

Resultado: o Relatório foi **aprovado**, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 - TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**-Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**-Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**-Senado Federal; **OFN nº 26/2008**-Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**-Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**-Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008** - Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008**-Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008**-Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 09/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008**-Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** - Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** - Senado Federal; **OFN nº 35/2008** - Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** - Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** - Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** - Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** - Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 19/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009** - Poder Executivo; **OFN nº 04/2009** - Câmara dos Deputados; **OFN nº 07/2009** - Senado Federal; **OFN nº 02/2009**-Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 03/2009**-Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça;

OFN nº 05/2009–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 06/2009**–Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 08/2009**–Justiça Militar da União; e **OFN nº 01/2009**–Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de julho, ausente o Relator, foi designado o Senador Walter Pinheiro como relator *ad hoc*. O Deputado Efraim Filho (DEM/PB) solicitou a leitura integral do Relatório, que foi feito pelo relator *ad hoc*. A discussão foi iniciada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Rogério Marinho (PSDB/RN), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). Nesta reunião, **4ª Reunião Extraordinária**, a discussão foi encerrada. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008”, **Aviso nº 41/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008”, **Aviso 05/2009-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008”.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o relator, foi designado o Senador Jayme Campos como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010 -CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010”; **Aviso nº 32/2010-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010”; **Aviso nº 02/2011-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010”.

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o relator, foi designada a Senadora Lídice da Mata como relatora *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

6 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2011-CN** que “Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010”; **Aviso nº 23/2010-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010”; **Aviso nº 36/2010-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010”; **Aviso nº 05/2011-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010”.

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;

b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;

c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea “f” do item 1.2.5;

d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e dos órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate a desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea “b” do item 1.2.5;

e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativos a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea “d” do item 1.2.5;

f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea “a” e “c” do item 1.2.5; e encaminhe o processado ao arquivo.

Resultado: O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) solicitou a leitura integral do Relatório, que foi feito pelo relator. Discutiu a matéria o Deputado Domingos Sávio. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)”.

Relator: Senador Vítor do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambas da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

8 - **Requerimento nº 12/2011-CMO**, que “Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo”.

Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: na continuação da 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de maio, o autor apresentou o **Requerimento**, a discussão e o encaminhamento foram iniciados e encerrados, e a votação foi adiada. Em 7.6.2011, o autor do **Requerimento nº 12/2011-CM O**, Deputado Efraim Filho, apresentou requerimento de retirada da matéria nos termos do art. 42, parágrafo único, do Regimento Comum. Nesta reunião, 4ª Reunião Extraordinária, foi colocado em votação o **requerimento de retirada: aprovado** por unanimidade.

9 - Requerimento nº 14/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".

Autor: Deputado Wellington Roberto.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

10 - Requerimento nº 16/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

AVISO

Às 15h22min, o Presidente suspendeu a reunião, a pedido do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), com a concordância dos Deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Rogério Marinho (PSDB/RN), para realização de reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO.

Às 15h52min, os trabalhos foram reiniciados e o Presidente informou que conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO, suspenderia a apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 8 – alterada, 9, 10 e 12/2011 e iria destinar o restante da reunião para leitura do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2011-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2012), pelo seu Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), item único da Pauta nº 11/2011.

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar o item único da Pauta 11, **Projeto de Lei nº 2/2011-CN**.

Autor: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 11/2011

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". (**PLDO/2012**).

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 3.010 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO a 122, pela APROVAÇÃO PARCIAL a 1276 e pela REJEIÇÃO das demais 1612.

Resultado: o Relator apresentou o Relatório, a Errata e os Adendos 1 e 2. O prazo para apresentação dos destaques foi iniciado. A apreciação foi **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

Pauta nº 9/2011

1 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".

Relator: Deputado Ângelo Agnolin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

2 - Relatório apresentado ao **Aviso 4/2011-CN**, que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010".

Relator: Senador Aníbal Diniz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

Pauta nº 10/2011

1 - **Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

2 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº**

34/2010-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2 010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Fernando Collor.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

3 - Relatório apresentado ao Aviso nº 12/2010-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

4 - Relatório apresentado ao Aviso nº 5/2010-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2 009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)".

Relator: Senador Cyro Miranda.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

5 - Relatório apresentado ao Aviso nº 44/2 009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio à Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007** - Poder Executivo; **OFN nº 01/20 07** - Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007** - Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007** - Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007** - Ministério Público da União.

Relator: Deputado Danilo Forte.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

Pauta nº 12/2011

1 - Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6/2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 88.331.000,00 (oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil reais), para o fim que especifica e dá outras providências".

Relator: Deputado Ademir Camilo.

Foram apresentadas 60 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto. Foram retiradas pelo autor, Deputado Ademir Camilo, as emendas de nºs 45 a 54 e rejeitadas as demais.

Resultado: O Relatório foi **aprovado**, na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho, às 14h30min.

2 - Relatório apresentado ao Aviso nº 11 /2011-CN que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macro drenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, Vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 - Ministério das Cidades, relativos às obras de Macro drenagem do Canal do Congo, Edital de Concorrência nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

3 - Requerimento nº 18/2011-CMO, que "Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)".

Autor: Deputado Vaz de Lima - Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2011 -CN**, que “Enca minha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011”.

Relator: Deputado André Vargas.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada**, conforme acordo do Colegiado de Líderes com assento na CMO.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Conforme acordado na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, cancelou as demais reuniões que foram convocadas para hoje, dia 6 de julho, e para o dia 7 de julho.

E, convocou as seguintes reuniões, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- **dia 12 de julho, terça-feira, às 10 horas, 14h30min, 18, 20 e 22 horas.**

- **dia 13 de julho, quarta-feira, às 14h30min, 18, 20 e 22 horas.**

- **dia 14 de julho, quinta-feira, às 10 e 14 horas.**

Brasília, 6 de julho de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 12 de julho de 2011 (Extraordinária)

5ª Reunião Extraordinária convocada para 12/7/2011, às 10 horas (Iniciada às 10h29min e encerrada às 10h44min)

Pauta nº 14/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

AVISO

Às 10h30min, o Presidente comunicou a indicação do Senador Walter Pinheiro (PT/BA) para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015, em substituição ao Senador Gleisi Hoffmann, conforme Ofício nº 091/2011 – GLDBAG, de 7 de julho, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, observado o disposto no art. 29, § 1º do Regimento Comum, o Presidente encerrou a reunião. Pelo mesmo motivo, as seguintes matérias constantes da Pauta não foram apreciadas:

Pauta nº 14/2011

I) Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

01) Exame de Admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 02/2011-CN (PLD 2012) – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, conforme disposto no art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN.

Coordenador: Deputado DANILO FORTE

II) Relatório apresentado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012:

02) Projeto de Lei nº 02/2011 - CN que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências”.

Relator: Deputado MÁRCIO REINALDO MOREIRA.

Foram apresentadas 3.010 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO a 122, pela APROVAÇÃO PARCIAL a 1276 e pela REJEIÇÃO das demais 1612.

III) Projetos de Lei de Créditos Adicionais:

03) Projeto de Lei nº 03/2011-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 999.119.180,00

(novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Foram apresentadas 35 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30 e 31 e pela rejeição das demais.

04) Projeto de Lei nº 09/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R\$ 48.993.402,00 (quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e dois reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Senador JAYME CAMPOS.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: Favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 2, 3, 4 e 5 e pela rejeição da nº 1.

05) Projeto de Lei nº 10/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.062.926,00 (trinta e oito milhões, sessenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador CYRO MIRANDA.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto.

IV) Aviso do Congresso Nacional referente a subtítulo com indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU:

06) Aviso nº 11/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macro drenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)”.

Relator: Senador JAYME CAMPOS.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, Vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 - Ministério das Cidades, relativos às obras de Macro drenagem do Canal do Congo, Edital de Concorrência nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra.

V) Requerimentos:

07) Requerimento nº 14/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”.

Autor: Deputado WELLINGTON ROBERTO.

08) Requerimento nº 16/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados”.

Autor: Deputado EFRAIM FILHO.

09) Requerimento nº 17/2011-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Autores: Deputados DANILO FORTE, BENJAMIN MARANHÃO e WELLINGTON ROBERTO.

10) Requerimento nº 18/2011-CMO que “Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)”.

Autor: Deputado VAZ DE LIMA - Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS.

11) Requerimento nº 19/2011-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, de Fiscalização Financeira e Controle – CF/FC, de Viação e Transportes – CVT e de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, com o Ministro Alfredo Nascimento, para prestar esclarecimento acerca dos supostos fatos apresentados pela Revista Veja, edição nº 2224 – ano 44 – nº 27, de 6 de julho de 2011, páginas 64 a 70”.

Autor: Deputado WELLINGTON ROBERTO.

12) Requerimento nº 20/2011-CMO, que “Requer a inclusão ao Requerimento 01/2011, para fazer parte de Audiência Pública, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, o Sr. Paulo Safady Simão, em primeiro momento, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo”.

Autor: Deputado CLAUDIO CAJADO.

13) Requerimento nº 21/2011 -CMO, que "Requer aprovação da presente Moção de Pesar, com consignação desta Comissão, e m virtude do falecimento do Ex-Presidente do Brasil, Excelentíssimo Senador Itamar Franco".

Autor: Deputado CLAUDIO CAJADO.

VI) Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Governo Federal referente ao exercício de 2006:

14) Aviso nº 44/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TC U - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007**—Poder Executivo; **OFN nº 01/2007**—Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007**—Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007** - Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007**—Ministério Público da União.

Relator: Deputado DANILO FORTE.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

VII) Relatório do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) referente ao exercício de 2008:

15) Ofício nº 40/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".

Relator: Deputado ÂNGELO AGNOLIN.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

VIII) Relatório das Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referente aos exercícios de 2009, 2010 e 2011:

16) Aviso nº 5/ 2010-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)".

Relator: Senador CYRO MIRANDA.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17) Aviso nº 4/2011-CN que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso nº 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010".

Relator: Senador ANÍBAL DINIZ.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

18) Aviso nº 15/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011".

Relator: Deputado ANDRÉ VARGAS.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

IX) Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao exercício de 2010:

19) Ofício nº 21/2010-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador FERNANDO COLLOR.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

X) Relatório das Operações de Redesconto e Empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao exercício de 2010:

20) Aviso nº 12/2010-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador DELCÍDIO DO AMARAL.

Voto: pelo Arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

O Deputado Claudio Cajado (DE M/BA) solicitou, nos termos do art. 134, § único da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN, o encerramento da reunião.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados, observado o disposto no art. 29, § 1º do Regimento Comum, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, informou que a próxima reunião convocada será no dia **12 de julho, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 12 de julho de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 12 de julho de 2011 (Ordinária)

13ª Reunião Ordinária
convocada para 12/7/2011, às 14h30min
(Iniciada às 14h40min e suspensa às 17h39min)
(Reiniciada às 18h19min e suspensa às 18h21min)
(Reiniciada às 20h33min e encerrada às 21h58min)

Pauta nº 14/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), e pelo Senador Walter Pinheiro (PT/BA), conforme dispõe o art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
 - . 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5/7/2011; e
 - . 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 6/7/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) OF. Nº 391/2011 – SGM, de 7 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Cláudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Alfredo Nascimento (PR/AM), reassumiu o exercício do seu mandato de Senador da República, a partir de 7 de julho do corrente.
- 2) OF. Nº 396/2011 – SGM, de 12 de julho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Cláudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Zezé Perrella (PDT/MG), 1º Suplente do Senado, assumiu o exercício do mandato de Senador da República, a partir de 11 de julho do corrente, em virtude do falecimento do titular, ocorrido em 2 de julho de 2011.
- 3) Of. Conjunto nº 03/2011/Coff/Conorf, de 12 de julho, informando que as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal identificaram erro de ordem técnica no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 – CN).

- Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão DEFERIDO pelo Presidente:

- 1) Ofício nº 00208/2011-GSCM, de 6 de julho, do Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), justificando ausência no dia 5 de julho.

- Expediente encaminhando indicação para o cargo de Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015:

- 1) Ofício nº 091/2011 – GLDBAG, de 7 de julho, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Humberto Costa, indicando o Senador Walter Pinheiro (PT/BA).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:
Avisos Seses de 6 de julho:

- 1) Aviso nº 971/2011 (Acórdão nº 1.802/2011): Obra de construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves/RS.
- 2) Aviso nº 973/2011 (Acórdão nº 1.787/2011): Obra de execução da Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais.

- 3) Aviso nº 974/2011 (Acórdão nº 1.800/2011): Obra de adequação de Trecho Rodoviário – Divisa MG/SP – Divisa MG/GO – na BR-050 - no Estado de Minas Gerais.
- 4) Aviso nº 978/2011 (Acórdão nº 1.803/2011): Obras de melhoramentos no Aeroporto de Vitória/ES.
- 5) Aviso nº 980/2011 (Acórdão nº 1.789/2011): Obras de implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica de Simplicio – Queda Única, localizado no Rio Paraíba do Sul, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.
- 6) Aviso nº 987/2011 (Acórdão nº 1.801/2011): Obras de construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia/GO.
- 7) Aviso nº 1.016/2011 (Acórdão nº 1.784/2011): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife/PE.
- 8) Aviso nº 1.021/2011 (Acórdão nº 1.808/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Porto Velho/RO.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 28 de junho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:

- 1) Aviso nº 1.110/2011 (Acórdão nº 1.546/2011): Foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras: BR-429/RO – Construção Pr. esidente Médici – Costa Marques; BR-487/PR – Construção Porto Camargo – Campo Mourão; e BR-101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB. As Obras a seguir indicadas, também apresentam novos indícios de irregularidade grave: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Ilhéus – Barragem – No Estado da Bahia; Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Uruaçu/GO – Lucas do Rio Verde/MT.

ORDEM DO DIA

Pauta nº 14/2011

1 – Relatório do CAE que trata do Exame de Admissibilidade das emendas, inclusive as de Relator, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN (PLDO 2012) – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, conforme dispõe o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

Autor: Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE

Resultado: ausente o Coordenador do CAE, Deputado Danilo Forte, o Relatório foi apresentado pelo membro do Comitê, Senador Walter Pinheiro. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

2 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei Nº 2/2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". (PLDO/2012).

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 3.010 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO a 122, pela APROVAÇÃO PARCIAL a 1276 e pela REJEIÇÃO das demais 1612.

Resultado: na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/7/2011, o Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, apresentou o **Relatório, a Errata, o Adendo e o Adendo 2**. O prazo para a apresentação de destaques foi iniciado. Nesta reunião, 13ª Reunião Ordinária, a discussão foi iniciada e encerrada, e o prazo para a apresentação de destaques foi encerrado. Foram apresentados 303 destaques. Em votação, O Relatório, a Errata, o Adendo e o Adendo 2 foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. O Presidente informou que antes da votação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN - (PLDO/2012)**, o Senador Paulo Paim (PT/RS) propôs, para o Plenário da CMO, a inclusão do § 3º no art. 48 do Substitutivo que assegura os recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do Fundo do Regime Geral de Previdência Social a ser definida em articulação com as Centrais Sindicais e com representantes das organizações dos aposentados. Tendo em vista que o Relator da matéria concordou com o texto, o mesmo passou a fazer parte do seu Relatório nos termos do **Adendo 3**, encaminhado a esta Comissão. Em votação, o Adendo 3 foi **aprovado** por unanimidade. O Relator leu Adendo que será apresentado ao Plenário do Congresso Nacional.

APRECIÇÃO DOS 303 DESTAQUES APRESENTADOS:

1) Destaques solicitados pelo autor para votação separadamente:

Destaque 74, à emenda 2447.0010, do Deputado Rogério Marinho.

Voto do Relator: pela rejeição.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com voto contrário dos Deputados Rogério Marinho, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro e Claudio Cajado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Destaque 79, à emenda 2447.0024, do Deputado Rogério Marinho.

Voto do Relator: pela aprovação.

Resultado: em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

2) Proposta do Presidente para votação dos destaques em globo, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente:

Resultado: aprovada por unanimidade.

3) Destaques com voto do Relator pela APROVAÇÃO:

7, 52, 69, 71, 77, 81, 257, 258, 261 e 277.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade.

4) Destaques com voto do Relator pela APROVAÇÃO PARCIAL:

129, 163, 202, 229 e 230.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **aprovados** por unanimidade.

5) Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO:

3 a 6, 8 a 51, 53 a 68, 70, 72, 73, 75, 76, 78, 80, 82 a 128, 130 a 162, 164 a 201, 203 a 228, 231 a 256, 259, 260, 262 a 276 e 278 a 303.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum

6) Destaque cujo voto do Relator passou de “Pela Rejeição” para “Pela Aprovação”:

Destaque 02, à emenda 1876.0006, do Deputado Rubens Bueno.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

7) Destaque retirado pelo autor

Destaque 01, à emenda 1876.0001, do Deputado Rubens Bueno.

Resultado: **retirado** pelo autor.

3 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2011-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e m favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 999.119.180,00 (novecentos e noventa e nove milhões, cento e dezenove mil, cento e oitenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Foram apresentadas 35 emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 5, 6, 13 a 17, 20 a 26, 30 e 31, e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc*. O Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) solicitou a leitura integral do Relatório, que foi feita pelo relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no §2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. A discussão foi iniciada e encerrada. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta no sentido de apreciar inicialmente o item 7 da pauta **Requerimento nº 14/2011-CMO**.

Autor: Deputado Giroto

Resultado: a discussão foi iniciada e encerrada. O Presidente procedeu à votação e, anunciado o resultado na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) pediu verificação de votação, com apoio dos Deputados Claudio Cajado (DEM/BA), Vaz de Lima (PSDB/SP) e Raimundo Gomes de Matos (PT/AC), conforme dispõe o art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional. O Presidente designou o Senador Aníbal Diniz (PT/AC) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), ao ser chamado, informou que estava em obstrução. O Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 16; votos NÃO: 3; total de votantes: 19. Em seguida, o Presidente informou que o requerimento de inversão de pauta havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, o Requerimento foi **aprovado** contra os votos dos Senadores Cyro Miranda e Jayme Campos.

7 – Requerimento nº 14/2011-CMO, que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”.

Autor: Deputado Wellington Roberto.

Resultado: o Requerimento foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Rogério Marinho, Raimundo Gomes de Matos e Domingos Sávio, na representação da Câmara dos Deputados, e, contra o voto do Senador Cyro Miranda na representação do Senado Federal.

4 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 9/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R\$ 4 8.993.402,00 (quarenta e oito mil e novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e dois reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Relator: Senador Jayme Campos.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2 a 5, e pela rejeição da emenda nº 1.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. A discussão foi iniciada e encerrada. Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 10/2011-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 38.062.926,00 (trinta e oito milhões, sessenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relator: Senador Cyro Miranda.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

6 – Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011-TCU-Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento e auditoria nas obras de Macro drenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6).

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, Vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 - Ministério das Cidades, relativos às obras de Macro drenagem

do Canal do Congo, Edital de Concurso nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe e que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra.

Resultado: retirado de pauta a pedido do Relator, em virtude do recebimento de novas informações sobre a matéria.

8 – Requerimento nº 16/2011-CMO, que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados”.

Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: apreciação adiada em virtude da ausência do autor.

9 – Apreciação do Requerimento nº 17/20 11-CMO que “Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.”

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

Resultado: apreciação adiada em virtude da ausência dos autores.

10 – Requerimento nº 18/2011-CMO, que “Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)”.

Autor: Deputado Vaz de Lima - Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS.

Resultado: aprovado por unanimidade.

11 – Requerimento nº 19/20 11-CMO, que “Requer a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, de Fiscalização Financeira e Controle – CF/FC, de Viação e Transportes – CVT e de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, com o Ministro Alfredo Nascimento, para prestar esclarecimento acerca dos supostos fatos apresentados pela Revista Veja, edição nº 2224 – ano 44 – nº 27, de 6 de julho de 2011, páginas 64 a 70”.

Autor: Deputado Wellington Roberto.

Resultado: retirado de pauta a pedido do autor, por perda de finalidade.

12 – Requerimento nº 20/2 011-CMO, que “Requer a inclusão do Requerimento 01/2011, para fazer parte de Audiência Pública, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, o Sr. Paulo Safady Simão, em primeiro momento, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo”.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

Resultado: aprovado por unanimidade.

13 – Requerimento nº 21/201 1-CMO, que requer a aprovação da Moção de Pesar, com consignação da Comissão, em virtude do falecimento do ex-Presidente da República, Senador Itamar Franco.

Autor: Deputado Claudio Cajado.

Resultado: aprovado por unanimidade.

14 – Relatório apresentado ao Aviso nº 44/2009-CN que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio à Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)”, que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007** – Poder Executivo; **OFN nº 01/20 07** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007** – Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007** – Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007** – Ministério Público da União.

Relator: Deputado Danilo Forte.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Ademir Camilo como relator *ad hoc*. O Relatório foi aprovado por unanimidade.

15 – Relatório apresentado ao Ofício nº 40/2009-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008”.

Relator: Deputado Ângelo Agnolin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado João Dado como relator *ad hoc*. O Relatório foi aprovado por unanimidade.

16 – Relatório apresentado ao Aviso nº 5/2010-CN que “Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)”; **Aviso nº 21/2009-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)”; **Aviso nº 40/2009-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)”; **Aviso nº 51/2 009-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)”.

Relator: Senador Cyro Miranda.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: aprovado por unanimidade.

17 – Relatório apresentado ao Aviso 4/2011-CN, que “Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)”; **Aviso nº 11/2010-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil

referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010); **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010".

Relator: Senador Anibal Diniz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

18 – Relatório apresentado a o **Aviso nº 15/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011".

Relator: Deputado André Vargas.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

19 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Fernando Collor.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

20 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de desconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de desconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de desconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de desconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e emendada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Anibal Diniz como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do **Ofício Conjunto nº 4/2011-Coffi/Conorf**. (Errata à LOA/2011).

Autor: Senador Vital do Rêgo, Presidente da CMO.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Apreciação do **Ofício Conjunto nº 4/2011/C offi/Conorf**, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2011).

Resultado: a Errata foi **aprovada** por unanimidade.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Às 17h39min, o Presidente suspendeu a reunião para análise dos destaques apresentados ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Às 18h19min, os trabalhos foram reiniciados e o Presidente informou que o Relator do PLD O/2012, Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), solicitou mais tempo para análise dos destaques, tendo em vista que haviam cerca de 10 destaques pendentes de decisão. E conforme acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na CMO, suspendeu a reunião para às 20h30min, do mesmo dia.

Às 20h33min, o Presidente reabriu a reunião e deu continuidade aos trabalhos.

Às 21h58min, concluída a votação das matérias constantes da pauta, o Presidente encerrou os trabalhos.

Antes, cancelou as demais reuniões que foram convocadas para hoje, dia 12 de julho, e para os dias 13 e 14 de julho.

E, convocou reunião ordinária, para o dia 2 de agosto, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 12 de julho de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES**C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes****Reuniões realizadas e Proposições apreciadas****01 a 18/07/2011**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS EXTRA	ORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE 1		3	1	5
CAS -		2	-	2
CCJ 1		3	-	4
CE 2		2	-	4
CMA -		1	2	3
CDH -		4	-	4
CRE 2		-	-	2
CI -		2	2	4
CDR -		1	-	1
CRA -		2	1	3
CCT -		2	-	2
CMMC -		-	-	-
TOTAL GERAL	6	22	6	34

SUBCOMISSÕES	REUN.	PROP.	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	--		-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	1 -		-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	--		-
Permanente das Micro e Peq. Empresas e do Empreendedor Individual – CAEMPEEI	--		-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	--		-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE	1 1		-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	1 3		-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Alcool, "Crack" e outras	3 1		-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	--		-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	--		-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	1 -		1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	--		-
Permanente do Livro – CESL (CE)	--		-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	--		-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	--		-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	--		-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 –	--		-
Temporária para Acomp.Exec.Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	--		-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável – CMARIO –	--		-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	2 6		-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	--		-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	--		-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	--		-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	--		-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças	1 -		-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	--		-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	1 -		-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	--		-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	--		-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	--		-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	--		-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	--		-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	1 -		-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	--		-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	--		-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	--		-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	12	11	1

Proposições Apreciadas
01 a 18/07/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	--		---			5	2	--		--		6	-
CAS	--		-	3	-	4	---			--		--	-
CCJ	3 -		-	- 6		- 1 -			-	-	-	-	-
CE	--		--		1	-	1	--		--		--	
CMA	--		-	5	-	2	---			--		--	
CDH	--		---			---				--		--	
CRE	--		---			---			1	--		5	1
CI	--		--		1	---				--		--	
CDR	--		---			-	1	--		--		--	
CRA	--		---			---				--		--	
CCT	--		---			---				--		--	
CMMC	--		---			---				--		--	
SUBTOTAL	3 -		- 8		8	11	5 - 1			-	-	11	1

Proposições Apreciadas
01 a 18/07/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONSQES ORD. OUTR	TOTAL
CAE	--		-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	19
CAS	--		-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	9
CCJ	3 -		-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	21
CE	-	-	-	-	-	-	--		-	-	11 -		-	13
CMA	-	-	-	-	-	-	--		-	-	11 -		-	18
CDH	--		-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	7
CRE	--		-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	14
CI	--		-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
CDR	1 -		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
CRA	--		-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
CCT	--		-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	5
CMMC	--		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	4	-	-	-	-	-	--		-	-	63 -		-	115

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT) – Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem “SF”
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício “SF”
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição “SF”
PAR – Parecer Comissão
REQ e ADIT (COMISSÃO) – Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

**Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 18/07/2011**

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS EXTRA	ORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE 20		5	7	32
CAS -		20	1	21
CCJ 19		15	3	37
CE 15		19	1	35
CMA 9		5	13	27
CDH -		45	2	47
CRE 16		13	2	31
CI 2		20	6	28
CDR 4		13	1	18
CRA -		18	5	23
CCT -		20	5	25
CMMC -		-	-	-
TOTAL GERAL	85	193	46	324

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	- -		-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	5 16		-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	3 -		-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	- -		-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF	8 6		-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde –	4 7		-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	8 6		-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Alcool, “Crack” e	13 11		-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	- -		-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	- -		-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10 1		1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS	- -		-
Permanente do Livro – CESL (CE)	- -		-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	- -		-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	- -		-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	2 -		-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	12 6		-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo	3 -		-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável –	4	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	4 7		-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI	1 -		-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1 -		-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	- -		-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE	- -		-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre	10 2		-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	- -		-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	6 1		-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	- -		-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	- -		-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8 9		-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	2 8		-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	- -		-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	1 -		-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	- -		-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	- -		-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	- -		-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	105	80	1

Proposições Apreciadas
02/02 a 18/07/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE -		-	-	1	5	20	19	-	-	1	-	20	-
CAS -		2	-	4	5	25	13	-	-	-	-	2	-
CCJ 14		2	-	6	19	14	5	-	-	2	-	4	1
CE -		-	-	20	7	10	11	-	-	-	-	1	-
CMA -		-	-	7	2	4	2	-	-	-	1	-	-
CDH -		-	-	1	7	3	13	-	-	-	-	-	-
CRE -		-	-	1	3	1	13	-	23	-	-	29	13
CI -		-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	5	-
CDR -		-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	-
CRA -		-	-	-	1	4	8	-	-	-	-	-	-
CCT -		-	-	-	1	1	1	101	-	-	-	-	-
CMMC	-	--		-	--		-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	14	4	-	40	52	82	92	101	23	3	1	61	14

Proposições Apreciadas
02/02 a 18/07/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TOTAL
CAE	- 2		--	-	-	-	-	-	-	-	47	-	-	115
CAS	-	1	-	-	--	-	-	-	-	-	32	-	- 84	
CCJ	24 -		-	-	2	-	-	-	-	2	64	-	-	159
CE	1	1	-	-	--		-	-	-	-	47	-	- 98	
CMA	- 1		1	-	-	-	-	-	-	-	57	-	-	75
CDH	1 1		-	2	-	-	-	-	-	-	97	-	-	125
CRE	--		-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	1	117
CI	2	-	-	-	--		-	-	-	-	40	-	- 51	
CDR	2	-	-	-	--		-	-	-	-	19	-	- 26	
CRA	-	-	-	-	--		-	-	-	-	32	-	- 45	
CCT	--		-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-	136
CMMC	--		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	30 6		1	2	2	-	-	-	-	2	500	-	1	1031

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes 01 a 18/07/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral

Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007, que dispõe sobre o comparecimento do trimestral do Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária.

PARTICIPANTE

- Alexandre Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 95, DE 2011 NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA para exercer o cargo Presidente da Autoridade Pública Olímpica - APO.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Resultado: A Comissão aprova a indicação por 18 votos favoráveis, 3 votos contrários e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 97, DE 2011 NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 16,649,600.00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Paranaguá, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá - Paranaguá Rumo Certo", no âmbito do Programa "Procidades".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2011 -CAE, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, com a finalidade de "examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge

vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução do Custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do real”.

PARTICIPANTES

- Srs. José Augusto Fernandes - Diretor-Executivo da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CNI;
- Aguinaldo Diniz Filho - Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit;
- Luiz Aubert Neto - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; e
- Sérgio Marques - Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados – Conaccovest, representando a Sra. Eunice Cabral, Presidente da Conaccovest.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2011 -CI, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Blairo Maggi e Lúcia Vânia, e ao Requerimento nº 42, de 2011- CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões.

PARTICIPANTES

- Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE;
- César de Barros Pinto – Diretor Executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE;
- Nelson Fonseca Leite - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE; e
- Paulo Skaff - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 98, DE 2011 NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 112,000,000.00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o " Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional - Rio de Janeiro".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria Ad Hoc: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 99, DE 2011 NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII, VIII, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o

Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 100, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US D 85,672,400.00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatoria Ad Hoc: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de vida.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2007 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para criar o cargo de Vice-Presidente do Banco Central do Brasil e para proibir que egressos da autarquia ingressem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração ou demissão.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria Ad Hoc: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Contrário ao Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas de oitenta por cento dos valores pagos a título de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatoria Ad Hoc: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado.

Autoria: Senador Gilberto Goellner

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatoria Ad Hoc: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: A Comissão rejeita o Projeto por 13 votos contrários, 01 favorável e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes.

Autoria: Senador Adelmir Santana

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2010
TERMINATIVO

Amplia o limite de receita bruta total para ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os artigos 13 e 14, da Lei nº 9.718, de 27/11/1998.

Autoria: Senador Alfredo Cotait

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria Ad Hoc: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Relatoria do Vencido: Senador Eduardo Braga

Relatório do Vencido: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: Iniciada a discussão, é apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Eduardo Braga. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por 12 votos contrários, 01 favorável e nenhuma abstenção. Vencido o relator, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Eduardo Braga relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 12**REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011–CAE**

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), e em face da crescente judicialização do processo, com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Antonio Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Sr. Marco Antonio Valadares Moreira, Diretor de Planejamento e Arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da empresa Vale S.A.; e Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib).

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13**REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011–CAE**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o economista Luciano Galvão Coutinho para participar de audiência pública, com vistas a apresentar exposição informativa sobre a natureza e as condições que determinarão a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no processo de fusão dos ativos da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) com a multinacional francesa Carrefour.

Iniciativa: Senador Ricardo Ferraço

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14**REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011–CAE**

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de esclarecer e discutir a Política de Desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a Política Industrial, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a presença do Sr. Luciano Galvão Coutinho, Presidente do BNDES.

Iniciativa: Senador Lindbergh Farias

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15**REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011 – CAE**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja envolvendo seu nome no chamado “caso do dossiê dos aloprados”.

Iniciativa: Senador Alvaro Dias

Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 16**REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011–CAE**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a ex-senadora Serys Slhessarenko para prestar os devidos esclarecimentos sobre a matéria intitulada “A confissão do alopado”, publicada pela revista Veja em sua edição do dia 22 de junho de 2011.

Iniciativa: Senador Alvaro Dias

Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 17**REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011–CAE**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Expedito Veloso para prestar os devidos esclarecimentos sobre as suas declarações a respeito do escândalo conhecido como “do ssi dos aloprados” publicadas pela revista Veja em sua edição do dia 22 de junho de 2011.

Iniciativa: Senador Alvaro Dias

Resultado: Rejeitado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

Ordinária - Deliberativa: 01

Extraordinária – Deliberativa: 01

Extraordinária – Audiência Pública: 02

Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 19

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 05

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02

Mensagem (SF): 06

Requerimento – CAE: 06

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL – CAESTN (CAE)

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Vice-Presidente: Senador José Pimentel

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011

Audiência com o objetivo de debater o tema “Sistema Tributário Brasileiro: Investimentos”.

PARTICIPANTES

- Clóvis Panzarini, Consultor da Área Tributária;
- Hiroyuki Satō, Diretor Executivo de Assuntos Tributários, Relações Trabalhistas e Ação Política da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; e
- Sérgio Gobetti, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos

Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2010
TERMINATIVO**

Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras providências.

Autoria: Deputado Arlindo Chinaglia

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS, de redação.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2009

TERMINATIVO

Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009

TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada pelo Senador Gilberto Goellner.

Resultado: Rejeitado o Projeto, fica prejudicada a Emenda Substitutiva a ele oferecida, conforme artigo 301, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2011

TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.

Autoria: Deputado Eduardo Cunha

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatoria "ad hoc": Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2009

TERMINATIVO

Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2011

TERMINATIVO

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Confúcio Moura

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para inserir, no rótulo de enxaguatórios bucais que contenham álcool, advertência sobre os riscos associados ao uso do produto.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador João Durval

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CAS

"Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 6, de 2011-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009".

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CAS

Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Representante do DIEESE; CNTSS; Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates a Endemias.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Resultado: Aprovado.

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011-CAS, de iniciativa dos Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2010, que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista e dá outras providências."

PARTICIPANTES

- Patricia Mara Werner, Coordenadora do Curso de Optometria da Universidade do Contestado - UNC, Campus de Canoinhas/SC;
- José Luis Muñoz Escobar, Professor do Curso de Optometria e Coordenador da Clínica de Saúde Visual da Universidade do Contestado - UNC, Campus de Canoinhas/SC;
- Pedro Silveira Gonçalves Filho, Médico Oftalmologista;
- Ricardo Bretas, Vice-Presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria – CBOO;
- Paulo Augusto de Arruda Mello, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO;

- Elisabeto Gonçalves, Diretor do Conselho Brasileiro de Oftalmologia da Associação Médica Brasileira – AMB, Representante do Presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral;
- Marcos Ávila, Membro da Câmara Técnica de Oftalmologia do Conselho Federal de Medicina – CFM, Representante do Presidente do CFM, Roberto Luiz D'Ávila e
- Cid Célio Jayme Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM

TOTAL DE REUNIÕES: 02

Extraordinária – Deliberativa: 01

Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 09

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 03

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04

Requerimento - CAS: 02

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO
E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)**

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011 – CASEMP, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater o tema: “Situação das fábricas administradas por trabalhadores”.

PARTICIPANTES

- Paul Singer - Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego-TEM;
- Angelo Giuseppe Povoleri Fuchs - Chefe do Departamento de Economia Solidária da Área Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Representante do Presidente do BNDES, Senhor Luciano Coutinho;
- João Henrique Barbosa da Silva - Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas/RS – CTMC;
- Pedro Alem Santinho - Coordenador do Conselho da Fábrica Flaskô, de Sumaré/SP;
- Alexandre Tortorella Mandl - Advogado do Movimento das Fábricas Ocupadas;
- Remígio Todeschini - Diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social, representante do Ministério da Previdência Social-MPS; e
- Paulo Jorge Zeraik - Secretário Chefe de Gabinete da Prefeitura de Sumaré/SP

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011–CASEMP**

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A defesa do emprego no contexto da crise mundial, dia 02 de agosto de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim**Resultado:** Aprovado.**ITEM Nº 02****REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011–CASEMP**

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A defesa do mercado interno no contexto da crise mundial no dia 6

de setembro de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011–CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para tratar da Integração da América do Sul: A perspectiva das mulheres e da juventude no contexto da crise mundial. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

Requerimento – CASEMP: 03

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, “CRACK” E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011–CASDEP, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, com a finalidade de debater o tema: “Experiência de Movimentos Sociais na prevenção à dependência química de álcool, “crack” e outras drogas” - 2ª Audiência Pública – Centrais Sindicais.

PARTICIPANTES

- Junéia Martins Batista - Secretária Nacional de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores, representante do Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Arthur Henrique da Silva Santos e
- José Wilson de Souza Gonçalves - Secretário de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representante do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Alberto Ercílio Broch.

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CASDEP

“Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater ações preventivas de combate ao crack e outras drogas. Para tanto, sugiro a presença dos seguintes convidados: Leidir da Silva Porto - Secretário de Defesa Social do município de Vila Velha - ES; Everton Ramos - Projeto Vem Viver; Luiz Vicente da Cunha Pires - Prefeito de Cachoeirinha - RS; Mano Changes - Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.”

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011–CASDEP, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, com a finalidade de debater o tema: “Experiência de Movimentos Sociais na prevenção à dependência química de álcool, “crack” e outras drogas” – 3ª Audiência Pública - Entidades Patronais.

PARTICIPANTES

- Rosângela Lengler, Gerente da Unidade Estratégica de Resultados e Responsabilidade Social do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria – SESI, do Rio Grande do Sul, representante do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Robson Braga de Andrade;
- Sérgio Antonio Rossato, Gerente Corporativo de Saúde da Petrobrás – Petrobras, representante do Presidente da PETROBRAS, José Sergio Gabrielli de Azevedo; e
- Luciana Garritano Barone do Nascimento, Assessora Técnica da Gerência de Saúde do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio – SESC, representante do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Antonio Oliveira Santos.

13ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nºs 1, 2 e 3–CASDEP, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, e Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, para realização de Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do “crack”, sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação; saúde pública e tratamento; e experiências de organismos internacionais. - Complementação do 4º Painel: Experiências de Organismos Internacionais.

PARTICIPANTE

- Anikka Markovic - Embaixadora da Suécia.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

Requerimento - CASDEP: 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira

Vice-Presidente: Senador José Pimentel

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM A**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2011**

Acrescenta incisos ao art. 17 da Constituição Federal para prever a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável à PEC nº 43, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à PEC nº 23, de 2011.

Resultado: Rejeitados o Relatório do Senador Romero Jucá e o Voto em Separado do Senador José Pimentel. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Demóstenes Torres. Aprovado Parecer contrário às Propostas.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2011 NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 – COMPLEMENTAR NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal, - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCJ

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011.”

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CCJ

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011.”

Autoria: Senador Humberto Costa.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011-CCJ

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011.”

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011-CCJ

“Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, até o dia 06 de julho de 2011, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, composta por cinco membros, criada para analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que ‘Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações’”.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e Ricardo Ferraço.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011-CCJ

“Nos termos do inciso V do art. 90, do Regimento Interno, requeiro que sejam convidados a comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, para prestarem esclarecimentos acerca da matéria publicada pela revista Veja intitulada ‘Madrascal no Planalto’: Reitor da Universidade de Brasília, Professor José Geraldo Sousa Júnior; Procuradora de Justiça do Distrito Federal, Dra. Roberta Kaufmann; Diretor da Faculdade de Medicina da UnB, Professor Paulo César de Jesus; Professora Tânia Montoro; Professor Marco Antonio Vilela; Professor Márcio Pimentel; Professora Inês Pires de Almeida; Professor Frederico Flósculo; Sociólogo Demétrio Magnoli; Jurista Ibsen Noronha.”

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFÍCIO “S” Nº 32, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete a indicação do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Votação secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Desembargador JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM, para composição do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis.

ITEM Nº 02
OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso IX, da Constituição da República, o nome do Exmo. Senhor Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, Titular da 3ª Vara do Trabalho de Blumenau, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Votação secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz do Trabalho JOSÉ LÚCIO MUNHOZ, para composição do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 14 (quatorze) votos favoráveis.

**ITEM Nº 03
OFÍCIO “S” Nº 24, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição da República, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005 a indicação do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Votação secreta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ADILSON GURGEL DE CASTRO, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público, com 13 (treze) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCJ**

“Requeiro, nos termos do art. 383, IV, do Regimento Interno do Senado, que sejam solicitadas informações à Presidência da República e à Presidência do Superior Tribunal de Justiça acerca do cumprimento dos preceitos constitucionais no procedimento de elaboração da lista quádrupla elaborada pelo Tribunal, como ocorreu na apreciação das Mensagens (SF) nºs 101 e 102 de 2011.”

Autoria: Senador Pedro Taques.

Resultado: Aprovado.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

**ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatoria ad hoc: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2007
NÃO TERMINATIVO**

Altera os arts. 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089 da Lei, nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939; e dispõe sobre as sociedades empresariais.

Autoria: Deputado Luiz Carlos Hauly

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2011**

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2011****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria ad hoc: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05**REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CCJ**

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011.”

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06**REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CCJ**

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011.”

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

Ordinária – Deliberativa: 01

Extraordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 21

Proposta de Emenda à Constituição: 03

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 06

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01

Ofício “S”: 03

Requerimento – CCJ: 08

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 –
REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA (CCJ)**

Presidente: Senador Eduardo Suplicy

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 E 6 DE JULHO DE 2011**ITEM ÚNICO****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009**

NÃO TERMINATIVO

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa do Senado Federal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nº 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nº 4-CCJ a 8-CCJ, 12-CCJ a 17-CCJ, 19-CCJ a 22-CCJ, 24-CCJ, 26-CCJ, 27-CCJ, 28-CCJ, 29-CCJ, 30-CCJ e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e nº 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, 18-CCJ, 23-CCJ, 25-CCJ e 31-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1- STRA (Substitutivo).

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

Relatório ao Projeto de Resolução do Senado: 01

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2009****NÃO TERMINATIVO**

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Favorável, com a emenda nº 01-PLN

Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-PLN.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011–CE**

“Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 102 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, previsto apenas para obras dos eventos esportivos dos próximos anos, que foi instituído pela Medida Provisória nº 527, de 2011 (PLV Nº 17, de 2011), convidando as seguintes pessoas: Luis Roberto Ponte – Engenheiro, ex-deputado federal e autor da Lei 8.666/93; Paulo Safady Simão – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Orlando Silva – Ministro do Esporte ou seu representante.”

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011–CE**

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, para discutir a criação e implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Para tanto, sugiro os seguintes convidados para participar da referida audiência: Tereza Cruvinel – Presidente da EBC- TV Brasil; Sr.

Marcelo O. Dantas – Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura; Prof. Deonísio da Silva - PHD- Vice Reitor da Univ. Estácio de Sá – Rio de Janeiro; Sr. Túlio Gontijo Rocha, Instituto Brasil Plus; e Prof. José Raymundo Martins Romão, Secretário de Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói/RJ.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011–CE

“Em atendimento ao Requerimento nº 38/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública para discutir a “Criação e implementação de um programa de colaboração e intercâmbio de conteúdos culturais entre Estados que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP”, requeiro que seja incluído no rol de convidados o Sr. Paulo Speller – Reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.”

Autoria: Senadora Ana Rita

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011–CE

“Requeiro nos termos do art. 93 do RISF a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar do tema “Educação Especial”, tendo como convidados Dr^a Candy Gifford – Psicóloga – especialista em Diagnóstico Infantil; Sérgio Domingos – Defensor Público; Dr. Charles Roberto de Lima Junior – Presidente da Comissão de Educação da OAB; Dr. Moisés Bauer Luiz – Presidente Conselho Nacional da Pessoa com deficiência – CONAD; Ester Alves Pacheco Henriques – Presidente da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás; Dep. Eduardo Luiz Barros Barbosa – Presidente da Federação Nacional das APAES; José Antônio – Diretor do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga; Marcos Vinícius Calixto – Presidente Confederação de Surdos do Brasil; Maria do Socorro Nery da Silva Cruz” (mãe de aluno especial), com a participação de um intérprete em LIBRA, convocado pela Comissão.

Autoria: Senadores Cyro Miranda e Álvaro Dias

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011–CE

“De acordo com o que preceitua os arts. 90, V e IX e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a situação atual do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, que permite a atuação de alunos universitários em ações sócio-educativas nos municípios carentes do Brasil, além de ser uma importante ferramenta extensionista que as Instituições de Ensino Superior possuem para desenvolver projetos; e o Programa Forças no Esporte, desenvolvido através de parceria entre os Ministérios da Defesa e do Esporte, que promove a inclusão social por meio da prática de esportes.”

Autoria: Senador Alvaro Dias

Resultado: Aprovado.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CE, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marisa Serra e Marinor Brito, para debater o tema “Financiamento da Educação e Regime de Colaboração”, em continuidade às discussões sobre o Plano Nacional de Educação - 8ª Audiência Pública.

PARTICIPANTES

- Vander Oliveira Borges, Coordenador Geral de Operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- José Marcelino Rezende Pinto, Professor de Política e Gestão Educacional no Brasil e Financiamento da Educação no Brasil da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto – USP e
- Mozart Neves Ramos, Membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação e Membro Titular do Conselho Nacional de Educação – CNE.

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO**

Eleição do Vice-Presidente para o biênio 2011/2012.

Resultado: Eleito o Senador Paulo Bauer (Vice-Presidente).

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 03, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Institui a Medalha do Mérito Cultural Roberto Marinho e dá outras providências.

Autoria: Deputado Neilton Mulim

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela prejudicialidade

Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011—CE**

“De acordo com o que preceitua o artigo 93, inciso II, combinado com o art. 90, incisos V e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir e esclarecer matéria veiculada pela Revista Veja, em sua última edição nº 2224, de 6 de julho último, intitulada “Madrascal no Planalto”, com os seguintes convidados: - Prof. José Geraldo de Souza Júnior, Reitor da Universidade de Brasília-UnB; - Mel Dleil Gallo, Coordenadora Geral do Diretório Central de Estudantes; - Prof. Roberto Romano, da Unicamp-SP; - Prof. Renato Janine, da Universidade de São Paulo-USP; e - Prof. Dr. João Luiz Martins, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP e Presidente da ANDIFES”.

Autoria: Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011—CE**

“Requeiro, com base do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de louvor à escritora e professora Naide Gouveia, pelo conjunto de sua obra em prol da cultura nordestino-grandense. Solicito, ainda, que, uma vez votado e aprovado o presente Requerimento, disso seja dada notícia à homenageada”.

Autoria: Senador Garibaldi Alves

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04**REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011—CE**

“De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema “A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05**REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011—CE**

“Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao “Fórum sobre capacitação de Mercados Criativos para a Copa de 2014”, a ser realizado em parceria com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria

de Cultura, no período de 29 a 31 de agosto do corrente, com a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir a capacitação de empresas e trabalhadores ligados às cadeias produtivas da economia criativa para a Copa do Mundo de 2014”.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011–CE

“Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de realizar a “1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014”, a serem divididas em quatro temas: Fiscalização; Estratégia e Planejamento; Legado e Logística. A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentadas”.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011–CE

“Com fulcro nas disposições do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para ouvir o jornalista britânico Andrew Jennings – autor do livro “Jogo Sujo, O mundo do secreto da FIFA: com pra de votos e escândalos de ingressos” no intuito de esclarecer as revelações feitas na obra”.

Autoria: Senadores Alvaro Dias e Paulo Bauer

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

Ordinária – Deliberativa: 02

Extraordinária – Deliberativa: 01

Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 13

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01

Requerimento - CE: 11

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg

Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nºs 2 e 43, de 2011-CMA, ambos de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg, destinada a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Helena Bonciani, Presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
- José Antônio Aleixo – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
- Antônio Donato Nobre – Grupo de Trabalho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, e Academia Brasileira de Ciências - ABC;

- Celso Vainer Manzatto – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
- Ricardo Ribeiro Rodrigues – Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz” - ESALQ/USP; e
- Elíbio Rech - Academia Brasileira de Ciências – ABC.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CMA

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a participação do Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 02/2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, propondo um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), seja acrescentado à lista de convidados para participar dos debates o seguinte nome:

- Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro dos Transportes, Senhor Alfredo Nascimento, seja convocado a prestar informações, no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa, sobre as denúncias publicadas na imprensa, Revista VEJA (Edição nº 2224), acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos daquele Ministério.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2244) acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos do Ministério dos Transportes, sejam convidados os senhores listados abaixo, para que compareçam ao plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos:

- Luiz Antônio Pagot;
- José Francisco das Neves;
- Mauro Barbosa Silva; e
- Luis Tito Bonvini.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques

Resultado: Aprovado.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA para discutir o anúncio de repasse de até R\$ 4,5 bilhões do BNDES para viabilizar a megafusão entre os

supermercados Pão de Açúcar com a parte brasileira do Carrefour, com os seguintes convidados:

- Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES
- Gesner de Oliveira ex-Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;
- Luciano Coutinho, Presidente do BNDES;
- Mansueto Almeida, Técnico de Planejamento do IPEA;
- Roberto Pfeiffer, ex-Diretor Executivo da Fundação PROCON, do Estado de São Paulo;
- Sussumu Honda, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CMA

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento de nº 02, de 2011, com o objetivo de incluir a s p resenças da sen hora Nádia Fe rreira, Secretári a de Esta do do Mei o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, do Senhor Eronildo Braga Bezerra, Secretári o de Estado d a Produção Rural do Amazonas, Senhora Shirley Abreu do Nascimento, Coordenadora do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o se nhor Rubens Gomes Coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico para debater o Código Florestal..

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 93, inciso I, do Re gimento Interno do Sena do Fede ral, re queiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir os problemas que tem ocasionado demora de até 3 (três) m eses para agendamento de entrevistas para emissão de pa ssaportes, inclusive sobre o recente re call de 11,6 mil pa ssaportes por erro em chip, com o o bjetivo de dia gnosticarmos soluções em possíveis ini ciativas legi slativas que p ossam contribuir para a p restação desse serviço d e forma mais eficiente ao cidadão.

Para tanto sugiro seja convidado o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 93, II do Re gimento Interno do Senad o Fede ral, requeiro seja reali zada, no âmbito desta comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco especial no atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização de serviços de transporte aéreo no país.

Para tanto sugiro o convite das seguintes entidades da sociedade civil:

- Secretaria de Aviação Civil;
- Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO;
- Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Se cretaria de Direi to Econ ômico d o Ministério da Justiça;
- Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CMA

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, De fesa do Consumidor e Fiscalização e Co ntrole providenciar nos termos do art. 102-A, a efetivação de perícias e solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização das i nspeções e auditorias pe rtinentes no Mini stério do s T ransportes e no Departamento Nacional de Infraes trutura de Transportes - DNIT t endo em vis ta as denúnc ias da Revista Veja que sugerem o superfat uamento de ob ras em rodovias e ferrovias para a ma nutenção de esquem a d e corrupção.

Autoria: Senador Pedro Taques

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CMA

Requeiro a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do "1º Seminário Internacional: Água e Transdisciplinariedade – para uma Ecologia de Saberes", de 10 a 12 de novembro de 2011, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e diversas entidades, incluindo a UNESCO e a Agência Nacional de Águas (ANA), conforme programação a seguir listada.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009
TERMINATIVO

Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria "ad hoc": Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta, e com uma subemenda à emenda de autoria do Sen. Antônio Carlos Valadares

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CMA, por 8 votos favoráveis.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009
TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 d a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados em seu habitat).

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela prejudicialidade do PLC nº 180, de 2009; e pela aprovação do PLC nº 147, de 2009, com a emenda (substitutivo) que apresenta

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por 8 votos favoráveis. Fica prejudicado o PLC 180, de 2009.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2009

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta art. 18-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, por 8 votos favoráveis.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta art. 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do

consumidor e dá outras providências. (Obriga o fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico automático para cancelamento da prestação de serviço).

Autoria: Deputado Vinicius Carvalho

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do projeto

Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2009, por 9 votos contrários.

**ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição do projeto

Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2007, por 8 votos contrários.

**ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 326, DE 2009
TERMINATIVO**

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências.

Autoria: Deputado Rodovalho

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do projeto

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009, por 9 votos favoráveis.

**27ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 39, de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

PARTICIPANTE

- Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011-CMA**

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que convidado o senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para, em audiência conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Conjunta – Audiência Pública: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 18

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 05

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02

Requerimento - CMA: 11

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 4 E 7 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em cumprimento ao Requerimento nº 90, de 2011–CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, “para debater a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores – MRE, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas”.

PARTICIPANTES

- Otávio Brito Lopes - Procurador Geral do Trabalho;
- Raimundo Luís de Oliveira - Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e Empregados que laboram para Estado Estrangeiro ou para Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil – SINDNAÇÕES;
- Soraya Castilho - Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro;
- Sebastião de Oliveira - Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (ASMRE);
- Guy M. Brandão de Castro - Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros;
- Alexey Van Der Broecke - Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – Sinditamaraty; e
- Jorge Luiz Dias Filho – Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 89, de 2011 – CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com a finalidade de “debater a erradicação do trabalho escravo no Brasil”.

PARTICIPANTES

- Domingos Dutra - Deputado Federal e Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo;
- José Nery - Ex-Senador da República;
- Vera Lúcia Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Frei Xavier Plassat - Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT);
- Rosângela Silva Rassy - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT);
- Erlan José Peixoto do Prado – Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional da 10ª Região/DF;
- José Guerra – Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Renato Henry Sant’Anna - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho;
- Luiz Machado – Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT;

- Carlos Eduardo Silva – Assessor da Secretaria de Assalariados (as) Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; e
- Fabrício Fernandes – Juiz Federal, Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 93, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores – MRE, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas e a situação de funcionários brasileiros que trabalham em embaixadas e organismos internacionais no Brasil.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 94, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a situação dos movimentos sociais e os Direitos Humanos no olhar da sociologia de Florestan Fernandes.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 95, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater os 23 anos da Fundação Cultural Palmares e o Ano Internacional dos Afrodescendentes.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 96, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater as denúncias de venda de sangue de índios na Amazônia.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 97, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e os Direitos Humanos.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 98, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para debater os 10 anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários- ABCCOM e a relação com os Direitos Humanos.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2011 – CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, “para debater o cumprimento do papel das Agências Reguladoras na aplicação das leis que promovem a dignidade do consumidor”.

PARTICIPANTES

- Raimundo Nonato dos Santos – Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, em representação ao Senhor Levi Fernandes Pinto - Presidente da CNTC;
- Antônio Porcino Sobrinho - Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO;
- Marcos Lopes Coelho – Diretor Jurídico do IDC/PROCON-DF, em representação ao Senhor Oswaldo de Moraes - Diretor Geral do PROCON/DF;
- Luiz de Souza Arraes - Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FEPOSPETRO; e
- Ângelo Martins - Diretor do SINDIPOSTOS – RS;

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 88, de 2011 – CDH, de iniciativa do Senador Paulo Paim, “para debater o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

PARTICIPANTES

- Ministra Maria do Rosário – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Jair Meneguelli – Presidente do Conselho Nacional do SESI;
- Carmen Silveira de Oliveira - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Vinício Motta Balbino – Conselheiro Tutelar, representante do Conselho Tutelar do Gama I DF; e
- Ludmila Palazzo – em representação a Senhora Marie-Pierre Poirier – Representante do UNICEF no Brasil.

ITEM Nº ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2011-CDH

“Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para ouvir o Alto Comissário das Nações Unidas para refugiados, Senhor António Guterres.”

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

Extraordinária – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 07

Requerimentos - CDH: 07

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Presidente: Senadora Ângela Portela

Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CDHSPDM

"Requerimento nº02-CDHSPDM, de 2011. Requeiro a V.Ex.^a, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as políticas públicas para a saúde da mulher do Ministério da Saúde para os próximos anos, incluindo a saúde da mulher indígena. Nessas condições, indico para convidados-expositores: Alexandre Paolillo, Ministro da Saúde; Iriny Lopes, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Renata Rossi, Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna da SEPM; Luiza Bairos, Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Antônio Alves de Souza, Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai); e Kauara Rodrigues, assessora técnica do CFEMEA."

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CDHSPDM

"Requerimento nº 03-CDHSPDM, de 2011. Senhor Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública a fim de discutir a situação da violência contra a mulher e os programas oficiais que se destinam à proteção das vítimas. Para cumprir tal finalidade, indicamos como convidadas: Aparecida Gonçalves, Coordenadora do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Regina Coeli Viola, representante da Coordenação do Programa da Mulher, do Ministério da Saúde; Guacira César de Oliveira, representante do CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria."

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CDHSPDM

"Em aditamento ao Requerimento nº 03-CDHSPDM, de 2011, apresentado em 30 de junho de 2011, para a realização de uma Audiência Pública sobre violência contra a mulher, acrescentamos como convidada, nos termos regimentais, o nome da Dra. Maria Aparecida Fernandes Tavares, Delegada da Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher – DDM, para falar sobre os índices de violência na Amazônia, região do país onde se registram o maior número de vítimas."

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011-CDHSPDM

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a pesquisa de iniciativa do SESC em parceria com Fundação Perseu Abramo, "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado" com foco na violência. Para cumprir tal finalidade, indicamos como convidados-expositores: Representante da Fundação Perseu Abramo; Representante do SESC."

Autoria: Senadora Ângela Portela.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CDHSPDM

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM, com a finalidade de debater os resultados da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ocorrida em Genebra, no dia 16 de junho do ano corrente, sobre as normas adotadas para equiparar as trabalhadoras e trabalhadores domésticos aos demais trabalhadores, com a presença dos seguintes convidados: a Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, Sra. Creuza Maria; a Diretora da OIT Brasil, Sra. Laiz Abramo; o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi; a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, Sra. Luiza Bairos; a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, Sra. Iriny Lopes; e a Representante da ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, Sra. Rebecca Reichmann Tavares."

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011-CDHSPDM

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM, com a finalidade de debater, no dia 18 de agosto de 2011, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, com a presença dos seguintes convidados: a representante da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, Sra. Sílvia Camurça; a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Sra. Sônia Coelho Orellana; a representante das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Sra. Paula Viana; a representante da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – SNMT /CUT, Sra. Maria Luiza da Costa; a representante da União Brasileira de Mulheres – UBM, Sra. Liège Rocha; e uma representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Sra. Carmen Helena Ferreira Foro."

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Resultado: Aprovado.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 5 de 2011 – CDHSPDM, de iniciativa da Senadora Ângela Portela, "para debater a pesquisa de iniciativa do SESC em parceria com Fundação Perseu Abramo, 'Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado' com foco na violência."

PARTICIPANTES

- Adelmir Araújo Santana - Presidente do SESC/DF; e
- Tatau Godinho – Cientista Social, representante da Fundação Perseu Abramo.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

Deliberativa: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 06

Requerimento - SPDM: 06

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 77 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador João Pedro

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

**ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 78 DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Trinidad e Tobago.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

**ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 88 DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

**ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 122 DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatora “Ad Hoc”: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 28 DE 2011-CRE**

“Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja externado VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de seu aniversário de oitenta anos, completados no último dia 18 de junho.”

Autoria: Senador Fernando Collor

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 29 DE 2011-CRE**

“Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de aplauso e de louvor ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, ex-Ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 16, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.”

Autoria: Senador Fernando Collor

Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1

**MENSAGEM (SF) Nº 85 DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

**ITEM Nº 2
MENSAGEM (SF) Nº 87 DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada a Mensagem.

**ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 855 DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

"Requer, nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 19 de julho de 2011, para participar da feira Africa's Big Seven 2011/Saitex 2011, em Joanesburgo, África do Sul, e comunitária, em cumprimento ao disposto no art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 16 a 25 de julho de 2011."

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relator: Senador Luiz Henrique

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 31 DE 2011-CRE**

"Requeiro nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de discutir o processo de autorização de vistos a trabalhadores estrangeiros."

Autoria: Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 32 DE 2011-CRE**

"Nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja externa do VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senador e Presidente da República ITAMAR FRANCO, ex-membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a devida apresentação de condolências à sua família."

Autoria: Senador Fernando Collor

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 6
REQUERIMENTO Nº 33 DE 2011-CRE**

"Nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja apresentado VOTO DE PESAR em razão do acidente aéreo ocorrido ontem, 6 de julho de 2011, culminando no falecimento dos capitães-aviadores Tibério César Corvello Vitola e Alex Araújo Affonso Rego, e dos tenentes-aviadores André Luiz Franchi Grigoletto e Jamil Nazif Rasul Neto. Requeremos, ainda, que sejam apresentadas nossas condolências aos familiares dos pilotos e à Força Aérea Brasileira."

Autoria: Senador Fernando Collor

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 7
REQUERIMENTO Nº 34 DE 2011 – CRE

“Requeremos, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação do senhor Senador Walte r Pinheiro, juntamente com a delegação do Ministério das Comunicações do Brasil, em uma visita a Estocolmo (Suécia), para conhecimento da utilização da Banda de 450 MHz, para universalizar os serviços de Banda Larga Móvel em áreas rurais daquele país, no período de 24 a 27 de julho corrente.

Requeremos, ainda, que o Senador Walter Pinheiro, seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliá-lo na elaboração de relatórios e estudos e outras tarefas afins.”

Autoria: Senadores Luiz Henrique e Eduardo Suplicy

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 8
REQUERIMENTO Nº 35 DE 2011 – CRE

“Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de aplauso à República Francesa, por sua data nacional, cuja origem é a emblemática queda da Bastilha, marco da Revolução Francesa. O Regimento Interno do Senado Federal prevê o voto de aplauso, de louvor ou semelhantes para acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Evidentemente, este é o caso da data nacional da República Francesa, não somente por ser dia de grande significação e júbilo de nação amiga, o que por si só justificaria esse voto, mas também porque esse evento tem por origem o dia da Queda da Bastilha.

Foi no dia 14 de julho de 1789 que a famosa prisão, situada hoje na Place de la Bastille em Paris, foi invadida por multidão e representa um marco do início da Revolução Francesa. A tomada desse símbolo do absolutismo francês é revestida de grande significação por ser o momento em que os valores revolucionários da liberdade, igualdade e solidariedade foram assimilados e defendidos entusiasticamente pelas massas trabalhadoras, e não somente por intelectuais e parlamentares.

Não por acaso, um dos direitos assentes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 26 de agosto de 1789, era o direito de resistência à opressão, ao lado de tantos outros direitos caros à defesa da dignidade humana.

Parabéns à República Francesa, ao povo francês, e a todos que ainda defendem esses ideais.

Por esses motivos requero esse voto de aplauso e solicito sua comunicação à Embaixada da França no Brasil.”

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

Ordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 14

Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 01

Mensagem (SF): 05

Requerimento SF: 01

Requerimento – CRE: 07

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)**

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque,

que requer seja realizado o ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

PARTICIPANTES

- Sra. Maria Amélia Enríquez – Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO).
- Prof. Donald Sawyer – Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB
- Sra. Elisa Tonda – Representante do PNUMA no Brasil.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011

Discussão e apreciação do relatório do Ciclo de Debates referente ao Tema I “Fronteiras e Segurança Nacional”, realizado em cumprimento ao Requerimento nº 01, de 2011 - CREPAFF, de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado em 03 de maio de 2011.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia

Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 34 de 2011-CI, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Blairo Maggi e Lúcia Vânia, e nº 42 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Delcídio Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões.

PARTICIPANTES

- Flávio Antônio Neiva – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE;
- César de Barros Pinto – Diretor Executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE;
- Nelson Fonseca Leite – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDE e
- Paulo Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 38 DE 2011 – CI**

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o senhor ALFREDO NASCIMENTO, Ministro de Estado dos Transportes e convidado o senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para, em audiência nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: Prejudicado.

**ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 39 DE 2011 – CI**

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que convida do o senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para, em audiência conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira

Resultado: Aprovado.

**27ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 39 de 2011-CI, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

PARTICIPANTE

- Luiz Antonio Pagot – Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 59 DE 2011 – CMA**

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que convocado o senhor Luiz Antônio Pagot, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para, em audiência conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Resultado: Aprovado.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30 DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.

Autoria: Deputado Dr. Nechar

Relatoria "Ad hoc": Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2010, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI (Substitutiva).

**ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52 DE 2010
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas.

Autoria: Deputado Silvinho Peccioli

Relatoria "Ad hoc": Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 52, de 2010, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI (Substitutiva).

**ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 41 DE 2011 – CI**

"Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, juntamente com a delegação do Ministério das Comunicações do Brasil, de uma visita a Estocolmo (Suécia), para conhecer a utilização da Banda de 450 MHz, para universalizar os serviços de Banda Larga Móvel em área rural, no período de 24 a 27 de julho corrente. Requeiro, ainda, se já acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar-me na preparação de relatórios e estudos e outras tarefas afins."

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária - Deliberativa: 02
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 05
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Requerimento - CI: 03

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
OFÍCIO "S" Nº 5, DE 2011
NÃO TERMINATIVO**

Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2011.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 5, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2010 NÃO TERMINATIVO

Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul e entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CDR.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 19/2011-CDR

"Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública requerida por meio do Requerimento nº 09/2010-CDR, aprovado em 15/12/10, com o objetivo de debater itens relacionados à SUDENE e ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste".

Autoria: Senador Benedito de Lira

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01

Ofício "S" (não terminativo): 01

Requerimento - CDR: 01

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 – CDRCOOL (CDR)

Presidente: Senadora Lídice da Mata

Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-presidente da Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, para o biênio 2011/2012.

Resultado: Foram eleitos a Senadora Lídice da Mata (Presidente) e o Senador Ataídes Oliveira (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

**21ª REUNIÃO REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011 CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 43 de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, ao Requerimento nº 9 de 2011-CRA, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao Requerimento nº 2 de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, destinada a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTES

- Elíbio Leopoldo Rech Filho - Biólogo molecular, Engenheiro agrônomo, Pesquisador científico da Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- Helena Bonciani Nader - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
- Ricardo Ribeiro Rodrigues - Professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz" - ESALQ/USP;
- Celso Vainer Manzatto - Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- José Antônio Aleixo - Representante Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - (SBPC); e
- Sr. Antonio Donato Nobre - Engenheiro Agrônomo, Membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Academia Brasileira de Ciências - SBPC/ABC.

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2011-CRA, de iniciativa dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Blairo Maggi, com a finalidade de discutir o uso e o consumo de agrotóxicos no Brasil.

PARTICIPANTES

- Vicente Eduardo Soares de Almeida - Representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida e Presidente do Sindicato Nacional dos trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento - SINPAF;
- Marcelo Augusto Boechat Morandi - Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente - Embrapa Meio Ambiente;
- Luiz Claudio Meirelles - Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; e
- Eduardo Daher - Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 24 de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi, ao Requerimento nº 31 de 2011-CRA, de autoria do Senador Blairo Maggi, e ao Requerimento nº 32 de 2011-CRA, de autoria do Senador Casildo Maldaner, com a finalidade de discutir a situação dos pequenos e médios produtores de biodiesel no País.

PARTICIPANTES

- Sr. Ricardo Dornelles - Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia - MME;
- Sr. José Honório Accarini - Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas

Governamentais da Casa Civil – SAG/Casa Civil/Presidência da República e representante suplente da Casa Civil na Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel;

- Sr. Marco Antonio Viana Leite – Coordenador-Geral da Coordenação de Biocombustíveis - DEGRAV – Secretaria de Agricultura Familiar – SAF/MDA;
- Sr. Rubens Cerqueira Freitas – Superintendente Adjunto de Abastecimento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- Sr. Geraldo Martins – Diretor-Geral da FERTIBOM LTDA;
- Sr. Rodrigo Prosdócimo P. Guerra – Sócio-Proprietário da Bio Óleo Ltda;
- Sr. Adilton Domingos Sachetti – Diretor da Cooperativa de Biocombustível – COOPERBIO; e
- Sr. Odacir Klein – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO.

ITEM Nº 1

REQUERIMENTO Nº 31 DE 2011-CRA

Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 24 de 2011-CRA, de autoria do Senador Blairo Maggi e do Senador Jayme Campos, da participação do Senhor Adilton Domingos Sachetti, Diretor da Cooperativa de Biocombustível – Cooperbio, localizada no Distrito Industrial de Cuiabá/MT.

Autoria: Senador Blairo Maggi.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2

REQUERIMENTO Nº 32 DE 2011-CRA

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Dr. ODACIR KLEIN, Presidente Executivo da UBRABIO – União Brasileira do Biodiesel, seja incluído como palestrante na Audiência Pública que tratará da questão do biodiesel, no dia 14 de julho de 2011, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

Extraordinária – Audiência Pública: 02

Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02

Requerimento – CRA: 02

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2011–CCT, de iniciativa das Senadoras Maria do Carmo Alves e Ângela Portela, e dos Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Cyro Miranda e Pedro Taques, e ao Requerimento nº 27, de 2011 –CCT, de iniciativa dos Senadores Eduardo Braga, Aníbal Diniz e Walter Pinheiro, para debate das alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação”

PARTICIPANTES

- Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT;
- João de Deus Medeiros, Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- Roberto Lorenna, Coordenador de Acompanhamento de Promoção de Tecnologia Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Helena Bonciani Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC;
- Elíbio Leopoldo Rech Filho, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC; e
- Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 28 DE 2011–CCT**

Requeiro nos termos regimentais seja convidada a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), para participar da audiência pública a ser realizada por esta Comissão, em data a ser definida, destinada a discutir o PLC 30 de 2011 (Código Florestal).

Autoria: Senador Eduardo Braga

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 29 DE 2011–CCT**

Em aditamento ao Requerimento nº 17–CCT, de 2011, requer seja possível, caso conveniente e oportuno para o melhor andamento da Jornada pela Inovação e a critério do Presidente desta Comissão, redefinir a lista de convidados para as audiências públicas previstas.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Resultado: Aprovado.

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 26 de 2011–CCT, de iniciativa dos Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, com o objetivo de “discutir sobre a possível licitação da Faixa de Rádiofrequência de 4 50 MHz, com vistas a oferecer cobertura telefônica e de Internet às regiões rurais e menos habitadas do País”.

PARTICIPANTES

- Maximiliano Salvadori Martinhão – Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações–MC;
- Roberto Pinto Martins – Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

ITEM Nº 01**REQUERIMENTO Nº 30 DE 2011–CCT**

Requeremos, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga, e do Senador Walter Pinheiro, membro titular da CCT, na abertura da 19ª edição da ABTA 2011 – Feira e Congresso que se realizará no dia 09 de agosto do corrente ano, em São Paulo – SP. Requeremos, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como, de servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta Presidência.

Autoria: Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2**REQUERIMENTO Nº 31 DE 2011–CCT**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as práticas, preços e condições na venda de softwares e na prestação de serviço de locação de satélites para transmissão de sinais de TV para Administração Pública. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Virgílio Almeida, Coordenador do InWeb da Secretaria de Política de Informática (SEPIN) do Ministério de Ciência e Tecnologia. Sr. Cyro Diehl, Presidente da Oracle do Brasil Sistemas, Sr. Ricardo Pelegri, Gerente Geral da IBM Brasil, Sr. Ronald Motta Sardenberg,, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL; Sr. José Formoso, Presidente da Embratel.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3

REQUERIMENTO Nº 32 DE 2011 – CCT

Requeremos nos termos do art. 90, II, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das “terras raras”, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 05

Requerimento - CCT: 05

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: VAGO

Vice-Presidente: VAGO

Não houve reunião no período.

TOTAL DE REUNIÕES: 00

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES: 34

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 115

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Vicentinho Alves, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e João Vicente Claudino e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer a Senadora Gleisi Hoffmann, em virtude de estar afastada do exercício do mandato por ter assumido o cargo de Ministra de Estado, e os Senadores Humberto Costa, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 23ª, 24ª e 25ª Reuniões, que são dadas como aprovadas, e dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 26 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – BERJ”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Aprova, ainda, apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 173 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico

dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de vida”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Benedito de Lira Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Cyro Miranda e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais. Item 3– Projeto de Lei da Câmara nº 91 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Giacobbo, que “altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias para apreciação e pronunciamento, por Junta Comercial, do pedido de registro de pequena ou microempresa”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Luiz Henrique. A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 642 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria Senador Renato Casagrande, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não-alcoólicas”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 5– Aviso nº 138 de 2000, não terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativo ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido. (TC – 013.790/97-8)”, tendo como Relator o Senador Ivo Cassol, que oferece relatório pelo arquivamento do Aviso nº 138 de 2000. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer pelo arquivamento. A Matéria ainda será aprecia-

da pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo arquivamento do Aviso nº 138 de 2000. Item 6— Projeto de Lei do Senado nº 43 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que “altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao Art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social”, tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto. Em 14/6/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Lindbergh Farias Relator *Ad Hoc* da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 7— Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8— Projeto de Lei do Senado nº 102 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “acrescenta o Artigos 6º-A à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que ‘Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências’”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 9— Projeto de Lei do Senado nº 155 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Lindbergh Farias e Vanessa Grazziotin. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 10— Projeto de Lei do Senado nº 39 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB”, tendo como Relatora a Senadora Maria do Carmo Alves, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Vanessa Grazziotin Relatora *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório, iniciada a discussão, a Relatora *Ad Hoc* apresenta relatório reformulado, pela prejudicialidade da Matéria. Usam da palavra os Senadores Cyro Miranda e Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 11— Projeto de Lei do Senado nº 493 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. O Projeto é retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 12— Projeto de Lei do Senado nº 579 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com renda e movimentação financeira mensais de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 599 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que

“altera a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com movimentação financeira mensal de até R\$ 1.200,00” e com o Projeto de Lei do Senado nº 601 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que “altera a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com movimentação financeira mensal de até R\$ 1.200,00”, tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 579, 599 e 601 de 2007. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Luiz Henrique Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 81 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que “outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Vanessa Grazziotin Relatora *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pela Relatora *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por treze votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 319 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que “amplia o limite de receita bruta total para ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os artigos 13 e 14, da

Lei nº 9.718, de 27/11/1998”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. Anunciada a Matéria, o Relator retira as Emendas nºs 1, 2 e 3 apresentadas. É solicitada Vista pelos Senadores Romero Jucá e Luiz Henrique. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 15– Requerimento nº 41 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Ildo Wilson Grüdtnner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee”. Em 14/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 41 de 2011-CAE. Item 16– Requerimento nº 42 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que “requer a inclusão, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 28 de 2011 – CAE, dos seguintes nomes: Sr. Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage; Sr. José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – Abrate; Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica– Abradee; e Sr. Paulo Skaff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo”. Em 14/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 42 de 2011-CAE. Item 17– Requerimento nº 43 de 2011, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senhores Senadores, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados para participar de audiência pública o Exmo. Sr. Luis Inácio Lucena Adams, Advogado Geral da União; o Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central; o Sr. Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e o Sr. **Valdery Frota Albuquerque, ex-Presidente** da Caixa Econômica Federal, para explicarem acerca de matéria veiculada na Edição 2221 da Revista Veja intitulada ‘O Monstro da MP’”. Em 14/6/2011, foi lido o Requeri-

mento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Cyro Miranda. A apreciação da Matéria é adiada. Item 18– Requerimento nº 44 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os indicativos de irregularidades contidos no relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre a administração, por parte da Eletrobras, dos recursos da ‘Reserva Global de Reversão (RGR)’, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Diretor Presidente da Eletrobras”. Em 14/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, autor do Requerimento, e Lindbergh Farias. A Comissão aprova o Requerimento nº 44 de 2011-CAE. É lido pela Presidência e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 45 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que requer realização de audiência pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo, com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Antonio Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Sr. Marco Antonio Valadares Moreira, Diretor de Planejamento e Arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da empresa Vale S.A.; Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 23ª, 24ª e 25ª reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no **Diário do Senado Federal**.
Vamos à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 26 DE 2011
– Não Terminativo –

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – BERJ.

Autoria: Senador **Francisco Dornelles**

Relatoria: Senador **Valdir Raupp**

O Senador Raupp está chegando. Está com uma agenda em um dos Ministérios. Então vou passar para o Item 2 e aí retornaremos, com a chegada do Senador Raupp, ao Item 1.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2008
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de vida.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Inácio Arruda**

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observação: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Como o Senador Inácio Arruda não está presente e não estão presentes também Senadores do PCdoB, indico como Senador *ad hoc* o Senador Walter Pinheiro. Senador *ad hoc*, o item 2.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão, desculpe. Foi um ato falho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bota o nordestino aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que o homem vai ser Líder e já estou prestando as minhas deferências ao Senador Walter Pinheiro. Senador Dornelles disse apoiado, também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não complica a situação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo ao Senador Benedito de Lira, nomeado relator *ad hoc* do Item 2.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o relatório do Senador Inácio Arruda – tenho prazer de ler para os senhores Senadores e Senadoras – submete à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que promove alteração na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de vida entre aqueles a que fazem jus esses servidores.

O PLS nº 173, de 2008, compõe-se de dois artigos. Pelo art. 1º da proposição, são propostas alterações à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos termos seguintes:

Pretende-se alterar o inciso IV do art. 61 da lei em tela. Hoje, o dispositivo prevê que os servidores públicos da União terão direito a adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas. O Projeto de Lei sob exame propõe a seguinte redação: adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas, penosas ou com risco de vida.

Propõe-se, também, alterar o § 1º do art. 68 da Lei de que se trata, que atualmente tem a seguinte redação: o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles. A proposição pretende alcançar a redação seguinte: O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade, de periculosidade e de risco de vida deverá optar por um deles.

Ademais, pretende-se novo texto para o § 2º do mesmo art. 68, que ora assim dispõe: O direito ao adicional de insalubridade e periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que derem causa a sua concessão. A proposição assim estabelece: O direito ao adicional de insalubridade, periculosidade ou de risco de vida cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que derem causa a esta concessão.

Por fim, há, ainda, a intenção de modificar o texto do *caput* do art. 70 da lei em pauta, que hoje estatui: Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica. O projeto de lei de que tratamos está propondo a seguinte redação: Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade, de periculosida-

de e de risco de vida, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

O art. 2º da proposição estabelece a vigência da lei que se quer aprovar a partir da data da sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Na justificativa, nas análises, no que se refere aos aspectos econômicos e financeiros da proposição, o nosso entendimento é de que nada obsta a sua livre tramitação. Com efeito, cabe ressaltar que o PLS em pauta apenas procura deixar expresso o que já consta hoje da própria Lei nº 8.112, de 1990, pois, a rigor, a atividade funcional que se exerce com risco de vida pode ser entendida como espécie do gênero atividade perigosa.

Quanto ao mérito, é indiscutível a justiça da instituição do adicional do risco de vida para os servidores públicos. Como bem sabemos, há efetivamente tal espécie de risco para os servidores cujas atribuições estão vinculadas às funções de segurança pública e que enfrentam, diuturnamente, situação em que sua integridade física e mental é colocada em jogo. Fazemos ressalva apenas a pequenos equívocos perpetrados na redação da ementa do projeto, mas que serão suprimidos por meio de singela emenda de redação, adiante proposta.

Voto

Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, a seguinte redação:

“Altera os artigos 61, 68 e 70 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estabelecer o adicional de risco de vida.”

Este é o voto do parecerista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira. Em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Primeiro o Senador Cyro, depois os Senadores Luiz Henrique e Lindbergh Farias.

Senador Luiz Henrique, por concessão do Senador Cyro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a matéria é meritória, no entanto, ao chegar à Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania, haverá de, inapelavelmente, ser considerada inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por favor, eu pediria silêncio. Estamos em uma semana com *Corpus Christi*, quinta-feira, a semana de São João e estou vendo o pessoal agitadoíssimo aqui, uma semana calma... Como o americano diz: *keep cool*. Vamos tranquilamente fazer o nosso trabalho, a turma está agitada, um frenesi aqui.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A matéria, no entanto, Sr. Presidente, incorre em vício formal e insanável. A Constituição Federal estatui, no art. 61, § 1º, inciso II, alíneas a a c, que compete privativamente ao Presidente da República propor alteração na remuneração de pessoal da administração direta e autárquica e dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União. Por esse motivo, já antecipo o meu voto contrário à aprovação dessa matéria, que será reconhecidamente inconstitucional na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Vou pedir vista. Tenho duas emendas e uma ementa para apresentar, mas, diante do que o Senador Luiz Henrique nos fala, terei que repensar, porque aqui pretenderia incluir na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Talvez eu tenha que fazer uma modificação, se ela for inconstitucional, para essa Lei.

Peço vista, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, vamos discutir na próxima reunião, já que o Senador Cyro Miranda... Quero me associar ao Senador Luiz Henrique, que tem total razão, porque aqui temos um visto iniciativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista concedida ao Senador Cyro Miranda ao Item 2 da pauta, brilhantemente relatado pelo Senador Benedito de Lira.

Vou voltar ao Item 1. O Senador Raupp está aqui presente, Senador atarefado, muitas atividades.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2011

– Não Terminativo –

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões

de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) – BERJ.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto.

Estou voltando ao Item 1, porque o Senador Raupp estava no Ministério, em uma agenda, e veio imediatamente aqui nos atender, principalmente em função da urgência deste projeto para o Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria antes dizer que fui o segundo a assinar a lista de presença. Às 9h já tinha passado por aqui. Quero cumprimentar as Sras. e os Srs. Senadores.

O Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, visa autorizar o Estado do Rio de Janeiro a criar a conta garantidora, denominada “Conta B1”, com recursos de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação).

Conforme explica o autor da proposição, o Banerj é a parte remanescente do antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro, que continuou em poder do Estado após a operação de privatização realizada em 1997, na qual o Banco Itaú S.A. adquiriu o controle do Banerj.

Na ocasião, o Senado Federal autorizou, por intermédio da Resolução nº 61, de 1997, que o Estado do Rio de Janeiro tomasse empréstimo de cerca de R\$3.000.000.000,00, junto à Caixa Econômica Federal, com a finalidade de criar dois fundos garantidores. Uma parte desse valor constituiu a chamada conta A para a garantia do passivo previdenciário. A outra parte constituiu a chamada conta B para a garantia de passivos trabalhistas cíveis e de outras naturezas. No último dia 20 de maio o Estado do Rio de Janeiro realizou leilão de sua participação acionária no BERJ, tendo o Banco Bradesco S.A. adquirido o controle da instituição, assim como na venda do BANERJ se fez necessária a constituição de um fundo garantidor para passivos ocultos de natureza trabalhista, cível e outras. O Estado realizou uma auditoria nos passivos ainda remanescentes do BANERJ e verificou que o saldo depositado na conta B é muito superior ao valor das obrigações ainda remanescentes. Por esse motivo, previu-se a transferência de 200 milhões da conta B para uma nova conta garantidora dos passivos do

BERJ, denominada conta B1. A proposição foi submetida à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos, após o que seguirá para deliberação final do plenário do Senado Federal. Vou dispensar a análise, creio que todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já tenham cópia do relatório, e vamos ao voto. Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 26, de 2011. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o projeto guarda coerência com o procedimento que foi adotado quando da privatização do BANERJ. Portanto, voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador e Senadora para discutir, em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Senador Raupp pelo seu brilhante relatório e pedir a V. Ex^a que seja considerada em regime de urgência a votação dessa resolução em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles solicita regime de urgência para votação em plenário. Mesmo a pauta estando trancada, podemos votar. Portanto, a solicitação é de regime de urgência.

Se os Senadores e Senadoras estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, o projeto vai a plenário em regime de urgência para ser votado hoje.

Passamos agora para o item 3.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o motivo da minha presença aqui é para

pedir o apoio de V. Ex^a não para um pleito pessoal, mas para o desdobramento de uma audiência pública que fizemos nesta Comissão. Queria chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores porque isso implica e impacta diretamente, meu Governador Luiz Henrique, nos municípios. Fizemos na CAE uma audiência para discutir exatamente as distorções introduzidas no cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, a partir, inclusive, do censo feito pelo IBGE, Senador Benedito. V. Ex^a é de Alagoas, que tem também, como nós, uma importante... Sei que hoje é o aniversário do Senador Suplicy, Delcídio, talvez a agitação seja por isso, afinal, 70 anos o cara não faz todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os nossos parabéns. Já saudei o Senador Suplicy. Parabéns ao nosso Senador Eduardo Suplicy pelos seus 70 anos, queimando óleo 20.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas, Sr. Presidente, o Senador Suplicy presidiu aquela audiência pública, ele era um dos proponentes naquela audiência pública. Eu queria chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores para duas intervenções. Primeiro, é a disposição do próprio Governo, da Secretaria do Tesouro, em a gente mudar a forma, meu caro Flexa Ribeiro, a base de cálculo para a questão do FPM. Hoje, uma simples alteração com uma migração ou uma leitura de migração de cidadãos de um Município para o outro, isso implica, meu caro Moka, perda de arrecadação para por parte dos Municípios.

No trabalho apresentado nesta Comissão, nós encontramos Municípios, no Piauí e na Bahia, por exemplo, meu caro João Claudino, com poucas pessoas. Nós tivemos Municípios com oito cidadãos considerados “saintes” do Município, digamos assim, e o Município perdeu arrecadação. E, às vezes, por falta de oito cidadãos, o Município deixou de mudar de faixa de arrecadação. Portanto, temos um prejuízo. Mais de cem Municípios no Brasil tiveram prejuízo no período passado, e nós temos milhares de Municípios que precisam do ajuste.

Então, além de resolver esse problema pontual que se relaciona a consenso, nós poderíamos resolver o problema em definitivo, com a mudança da base de cálculo e dos parâmetros para o cálculo do FPM.

Essa é a primeira questão que eu gostaria de chamar atenção da Comissão de Assuntos Econômicos. Há uma PEC apresentada pelo Senador Tião Viana. Poderíamos acelerar a apreciação dessa emenda à Constituição e promover um verdadeiro ajuste no que diz respeito aos parâmetros para o cálculo do FPM.

Era esse apelo que queria fazer a V. Ex^a, Senador Delcídio. Em consonância com isso, solicito que esta Comissão possa apreciar o art. 42 da Lei de Respon-

sabilidade Fiscal, que tem a ver com a prestação de contas e com o rigor apresentado a cada Município no que diz respeito às contas. Não estou propondo flexibilizar nem mudar o rigor. O que estou propondo é que passemos a enxergar, principalmente a partir da arrecadação, as alterações que os Municípios enfrentam no quarto trimestre do ano que, portanto, não tem nada a ver com a atitude do governante. São mudanças alheias à atitude do governante local e que ele termina sendo punido, eu diria até rigorosamente, pelos tribunais de conta. Essas duas questões impactam diretamente na vida dos Municípios brasileiros. É importante que possamos dar uma certa celeridade à apreciação dessa matéria para ir ao encontro do desejo de milhares Municípios do País.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar nesta manhã e o motivo de minha participação na Comissão de Assuntos Econômicos hoje, já que vou ter que me retirar para dar sequência ao meu trabalho na Comissão de Educação, que deve abrir, a partir das 11 horas, a reunião ordinária de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

O Senador menciona uma audiência pública que foi feita aqui, com a presença de vários Senadores, sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Hoje, são degraus que definem os repasses. A proposta é trabalhar na PEC do ex-Senador Tião Viana, atual governador do Acre, que é uma variação linear, o que é muito mais razoável e muito mais justo. É o que o Senador Walter Pinheiro disse aqui: por causa de oito pessoas, muda-se de patamar o Município. É uma coisa absolutamente injusta. Acho que, até em função dos acontecimentos que estão precipitando-se numa rapidez muito grande, com relação a renegociação de dívida, a esse projeto do ICMS aqui debatido, a desoneração de investimento, a desoneração de folha, a própria sentença do STF com relação a guerra fiscal, não tenho dúvida de que a Comissão de Assuntos Econômicos será o grande fórum de debate desta transformação tão aguardada que é a reforma tributária. Não tenho dúvida nenhuma disso...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a se referiu a essa questão do STF. Na última reunião dos governadores com o Presidente Sarney, alguns Deputados e até alguns Senadores sugeriram a criação de uma comissão especial para tratar desse tema. Eu continuo insistindo que o palco para tratar esse tema é a Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que é importante não criarmos algo paralelo, não esvaziarmos esta Comissão. Acho que V. Ex^a está cor-

reto. Estamos na linha de resolvermos isso e darmos celeridade a essa matéria que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E a Comissão de Assuntos Econômicos, sendo a comissão responsável por essas questões, é onde isso deve ser discutido, em vez de se criarem mais comissões dentro do Senado, além de subcomissões – todo esse enxame de atividades que temos e que prejudicam muito as comissões principais, as comissões temáticas; além de tudo, prejudica o bom desempenho dos parlamentares.

Vou passar a palavra, pela ordem, ao Senador Luiz Henrique e, em seguida, ao Senador Flexa, o relator do Item nº 3.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de reiterar o pedido para que se realize, o quanto antes, a audiência pública que requeri, secundada por outros Senadores, a fim de que possamos aqui ouvir representantes do Ministério da Fazenda, governadores, secretários de Estado, para que possamos efetivamente fazer da CAE o grande polo de discussão desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Agradeço também as palavras do Senador Walter Pinheiro.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2007

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias para apreciação e pronunciamiento, por Junta Comercial, do pedido de registro de pequena ou microempresa.

Autoria: Deputado **Giacobo**

Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro**

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, quero primeiro, antes de fazer a leitura do parecer, saudar o Senador Walter Pinheiro pela sua disposição em discutir este tema da maior importância, que é a questão da nova regulamentação para o cálculo de distribuição do FPM; e também o Senador Luiz Henrique.

Faremos, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, um debate sobre a reforma tributária, que, como V. Ex^a bem colocou, Senador Delcídio do Amaral, está

avanchando, graças a Deus, e numa velocidade acima daquela que prevíamos.

Os governadores do Norte, da Amazônia e do Nordeste estiveram com a Presidenta Dilma e com o Ministro da Fazenda, e os entendimentos foram bastante proveitosos no sentido de que se possa fazer a revisão e essa reforma tributária esperada por todos.

Acho que já podemos programar – V. Ex^a como Presidente – uma série de audiências para discutir essas questões.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 91, de 2007 (Projeto de Lei nº 2.055, de 2003, na origem), de autoria do Deputado Giacombo, que tem por objetivo acelerar o trâmite administrativo de registro de microempresas e empresas de pequeno porte, por meio das medidas abaixo transcritas:

- a) redução do prazo de apreciação de pedido de registro, de três dias úteis para cinco dias corridos;
- b) redução do prazo de apreciação de recurso ao Plenário de 30 para cinco dias; e
- c) explicitação da responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor público que não observar os prazos.

No Senado Federal, o projeto foi apreciado no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que o rejeitou ao fundamento de que:

- a) o objetivo da proposição já foi atendido pela Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, sancionada após a apresentação do projeto original; e
- b) é desnecessária a explicitação de regras de responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor público, tema já positivado na legislação própria em vigor.

Não foram apresentadas emendas.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o parecer proferido concluiu pela rejeição do projeto. Análise.

O projeto de lei analisado versa sobre direito empresarial, matéria de competência privativa da União, compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional.

Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Acerca do mérito, entretanto, o projeto não merece prosperar.

A Lei nº 11.598, de 2007, reduziu de três para dois dias úteis o prazo para a apreciação de pedido de registro de atos constitutivos de microempresa e de

empresas de pequeno porte. Portanto, se aprovado, o parecer ampliaria o prazo de dois dias úteis para cinco dias corridos, o que seria prejudicial aos micros e pequenos empresários.

No que tange à redução do prazo de apreciação de recursos ao plenário da Junta Comercial, que, hoje, é de 30 dias, o projeto reduz para cinco dias, o que, de certo, provocará dificuldades no funcionamento das Juntas, dado que tal prazo é, por demais, exíguo.

A tentativa de a Junta Comercial cumpri-lo, poderia mesmo estimular uma análise de julgamento pouco cuidadosa, em desfavor dos interesses da micro e pequena empresa.

Desnecessária, ademais, a menção à responsabilidade do servidor público que não observar os prazos, porquanto se trata de tema já regulado pela legislação administrativa.

Em conclusão, o projeto deve ser rejeitado, justamente para beneficiar o pequeno empresário, a micro empresa e a empresa de pequeno porte.

Voto.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, por todo o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2007.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Lindbergh Farias e, depois, Senador Luiz Henrique.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero dizer que o bloco de apoio ao Governo acompanha o nobre Relator, nosso Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator desse projeto aqui, na CAE, e foi Relator na CCJ também.

O projeto diminui de três dias úteis para cinco dias corridos, mas, como bem falou o Senador Flexa Ribeiro, a Lei nº 11.598, de 2007, já reduzia de três dias úteis para dois dias úteis. Então, na verdade, estaríamos ampliando o prazo. Seria uma ampliação contra a pequena e a média empresa.

Em relação também à apreciação do recurso, que ele diminui de trinta para cinco dias, de fato, é um prazo muito curto, muito pequeno para as Juntas Comerciais.

Eu queria, por fim, dizer que, em relação à responsabilização administrativa civil e penal do servidor público, o nobre Relator, Senador Flexa Ribeiro, na CCJ, já falava muito bem, que é desnecessário porque existem dispositivos legais que tratam dessas sanções. Não quero aqui me alongar, mas ele, no relatório da CCJ, falava quais as sanções dos servidores públicos. Sanção administrativa. Está aqui o inciso V do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Estatuto dos Servidores Públicos da União. Cível, penal.

Então, acho que o Senador Flexa Ribeiro fez um excelente trabalho, o relatório da Comissão de Constituição e Justiça. Também é muito completo. De forma que vamos acompanhar o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma linha ora defendida pelo nobre Senador Lindbergh Farias, quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro pelo seu relatório.

Efetivamente, a Lei nº 11.598, que adveio à proposição dessa matéria, já definiu melhor essa questão. Por isso, voto com o Relator e o cumprimento pela forma precisa com que tratou o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

Se V. Ex^{as} autorizarem, estamos com quórum para votar vários projetos terminativos. Portanto, eu gostaria de passar para o Item nº 6, para, de tal maneira, varreremos a pauta no que se refere a projetos de caráter terminativo. E aí faríamos a avaliação do demais.

Se todos concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, começamos pelo Item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao Art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto;

– Em 14-6-2011, foi concedida Vista Coletiva.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator na 23ª reunião, realizada em 14 de junho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Eu vou designar Relator *ad hoc* o Senador Lindbergh Farias.

Pergunto ao Relator *ad hoc* Lindbergh Farias se deseja fazer uso da palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh. Bom, Lindbergh Farias é favorável.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi muito explícito.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela rejeição, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)* Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador sul-mato-grossense Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela rejeição, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

Na reunião anterior, eu tinha pedido vista – é um projeto do Senador Mário Couto – para que ele pudes-se vir aqui e acompanhar o processo.

Como ele não se manifestou sobre o assunto, vou acompanhar o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Treze votos a zero.

Portanto, rejeitada a matéria.

A Comissão rejeita o projeto.

Do Item 7, foi solicitado o adiamento pelo Senador João Claudino. Portanto, estamos reprogramando para a próxima semana o Item 7.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta o Artigos 6º-A à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que “Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências”.

Autoria: Senador **Pedro Simon**

Relatoria: Senador **José Pimentel**

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Eu vou nomear Relator *ad hoc* o Senador Dornelles, que conhece esse assunto muito bem.

Com a palavra, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O projeto autoriza emissão de Letra de Arrendamento Mercantil.

O parecer foi extremamente claro, lúcido, de modo que a minha posição é a favor do relatório do Senador José Pimentel pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy, o aniversariante do dia.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco... Bom, o Senador Francisco Dornelles é voto conhecido.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Treze votos a zero.

A Comissão rejeita o projeto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155 DE 2009
– Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como o Senador Aloysio Nunes não se encontra presente, nomeio o Senador Flexa Ribeiro relator *ad hoc*.

Com a palavra o relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, é com muita honra que vou fazer a leitura do parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que está em missão oficial do Senado Federal. Vamos direto ao voto, Sr. Presidente. O que estamos analisando é o Projeto de Lei do Senado, o PLS 155, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de uma ZPE no município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul. O voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira é o seguinte: diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2009. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só pediria aos Srs. Senadores que permanecessem, pois temos ainda três projetos em caráter terminativo e precisamos de quórum para limpar a pauta. Senador Moka, sei que V. Ex^a também é relator na Comissão de Educação, mas pediria, inclusive, aos gabinetes que os Senadores venham aqui votar para garantir o quórum nesses projetos terminativos. Terminado o relatório do Senador Flexa, a matéria está em discussão. Não havendo quem queira...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, já discutimos essa questão dos projetos que têm mero caráter indicativo para que mudemos as normas regimentais para transformar esses projetos imediatamente em mera indicação, em mero requerimento. De modo que voto contra este projeto, lamentando que projetos como este continuem a tramitar nesta Casa, congestionando a tramitação das matérias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, rapidamente, sei que V. Ex^a está apressado, dando ritmo aqui, o que faz muito bem, V. Ex^a está conseguindo limpar a pauta, mas quero me associar ao voto do relator Aloysio Nunes e do Senador Flexa Ribeiro porque, como disse o relator, a Lei 11.508, de 2007, diz que a criação de Zonas de Processamento de Exportações far-se-á por decreto e compete ao Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação analisar e aprovar as propostas de criação. De forma que as prefeituras e o governo do Estado têm de aprovar nesse Conselho. Então, não cabe aqui a apresentação deste Projeto Legislativo. Imagine se cada um de nós, Parlamentares, começar a apresentar projetos de criação de ZPEs em seu Estado. Então, voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Não havendo mais quem queira discutir... Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só queria fazer uma pergunta por que, ouvindo agora o pronunciamento do Senador Lindbergh, com o qual concordo plenamente, quero saber se há alguma decisão, algum ato normativo desta Comissão para que tratemos da mesma forma todos os Projetos. Faço uma sugestão a V. Ex^a, porque não será apenas esse, mas muitos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Há outros projetos na mesma linha. É o comentário do Senador Luiz Henrique.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Que aproveemos uma norma, um encaminhamento para dar a todos o mesmo destino. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque há um acúmulo de projetos, Senador Luiz Henrique, dentro dessa mesma proposta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nós precisamos de uma norma regimental que dê verdadeiro caráter a essas proposições, caráter de indicação, não de projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também, Sr. Presidente, acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dezesesseis votos.

Portanto, a Comissão rejeita o Projeto.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39 DE 2008

– Terminativo –

Cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB.

Autoria: Senador **Renato Casagrande**

Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Vou nomear como Relatora *ad hoc* a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a é muito esperto para que todos estejamos muito atentos.

Como V. Ex^a já destacou, trata-se do Projeto de Lei nº 39, que cria o Fundo Soberano do Brasil. E o voto da SRA. Relatora, nos termos do art. 133, inciso II, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 39, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A objetiva Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para a discussão, o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu acho que não seria pela rejeição, e sim pela prejudicialidade. Porque esse fundo já foi formado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma linha, Sr. Presidente, o Projeto deve ser declarado prejudicado, em função da aprovação da Lei nº 11.887, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, a Senadora...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sem problema, Sr. Presidente. Se há esse entendimento, não nos custa fazer uma mudança simples no Projeto e no voto. No parecer e no voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela prejudicialidade.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Ao invés de rejeição, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nominal, pela prejudicialidade, declarando esse Projeto... Porque já há uma lei nesse sentido, como disseram muito bem o Senador Cyro e o Senador Luiz Henrique.

Declaro prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto.

Votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa... Bom, Vanessa Grazziotin, voto conhecido. Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a Relatora.

Quinze votos com a Relatora.

Portanto, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto do Item 10.

O Senador Valdir Raupp solicita a retirada de pauta do item 11 para reexame.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2007

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com renda e movimentação financeira mensais de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Autoria: Senador Valdir Raupp

QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, DE 2007

– Terminativo –

Altera a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com movimentação financeira mensal de até R\$ 1.200,00.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

E COM O

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 601, DE 2007

– Terminativo –

Altera a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória

Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com movimentação financeira mensal de até R\$ 1.200,00.

Autoria: Senador **Francisco Dornelles**

Relatoria: Senador **Randolfe Rodrigues**

Relatório: Pela prejudicialidade dos PLS nºs 579, 599 e 601 de 2007.

Lembro que os projetos são terminativos e exigem quórum qualificado.

Eu nomeio, como Senador *ad hoc*, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É pela prejudicialidade, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o relatório é do conhecimento amplo de todos os Srs. Senadores e, diante do exposto, voto pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei no Senado 579, 599 e 601 – todos de 2007 –, na forma do art. 334, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, só para lembrar a todos os brasileiros a grande sessão que o Senado realizou e que terminou com a vigência da CPMF. Isso foi uma grande vitória da sociedade brasileira. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro prejudicados os projetos nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade dos projetos.

Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Acompanho o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acompanho o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os autores não votam. Só contam para quórum.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quatorze votos a zero.

Portanto, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade dos PLS nºs 579, 599, 601, de 2007,

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2009****– Terminativo –**

Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação aos equipamentos hospitalares sem similar nacional.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quem qualificado.

Como Senador, eu nomeio o Senador *ad hoc* do PCdoB, Senadora Vanessa Grazziotin. Item 13.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Isso é igual leilão de gado. Se eu sentir que vão pedir... Se eu sentir que vou perder, peço...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Parecer, Sr. Presidente.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura correta, pelos seguintes motivos: (i) o meio por ela eleito para o alcance do objetivo pretendido – lei ordinária – é o adequado; (ii) a matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico; (iii) possui o atributo da generalidade; (iv) e se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. A proposição, ademais, cuidou de resguardar as restrições advindas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A tramitação da matéria obedece aos ditames dos arts. 91, I e 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A técnica legislativa adotada não discrepa da disciplinada pela LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mérito

Como bem observou o relator na CAS, o Senador Papaléo Paes, *ao contrário do que acontece em outros setores, a evolução tecnológica na área da saúde normalmente não diminui custos. (...) A atenção à saúde encarece de forma contínua, no Brasil e no mundo (...)*

em termos éticos, é forçoso que seja usada a melhor tecnologia possível para tratar todos os pacientes. Não se justifica (...) que exista uma “medicina de pobre”, contraposta a uma “medicina de rico”.

Assim, não faz sentido a União onerar com quatro tributos indiretos o custo final de equipamentos e materiais hospitalares que, por inexistência de similar nacional, só poderão ser adquiridos mediante importação por ela própria, pelos demais entes federados e pelos estabelecimentos públicos e privados dedicados à saúde.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2009, e da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Lindbergh Farias; depois, Senador Luiz Henrique.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, você sabe a admiração e amizade que tenho por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas eu queria colocar aqui outro debate: o da conjuntura econômica nacional e internacional.

A gente sabe, alguns chegam a falar em desindustrialização do País. Nós sabemos que temos hoje um problema de câmbio que não é fácil: a desvalorização da moeda americana e da moeda chinesa. De forma que a minha preocupação aqui é proteger a indústria nacional.

Eu acho, sinceramente, que a gente pode, com esse projeto, estar subsidiando o desenvolvimento de novos equipamentos no exterior. Então, nesse momento em que temos esse problema de câmbio, queria que V. Ex^a – não sei como vamos proceder aqui – levasse isso em consideração.

Tem uma nota da Receita Federal que fala da dificuldade de se identificar se tem um equipamento similar no País. Fala que aqui tem um problema de identificação disso. Também fala que não é usual a aplicação de isenção fiscal para bens em caráter es-

pecífico relacionados a bens importados e sim a situações específicas.

Mas a minha fala central aqui, Sr. Presidente, é justamente nesse momento que a gente vive: preocupação com a desindustrialização; nós temos esse problema no câmbio. De forma que não acho prudente, nesse momento da economia nacional, a gente falar em isenção de tributos para produtos importados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, V. Exª vai pedir vistas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Posso pedir vistas para tentar trazer um debate aqui na próxima reunião. A minha posição é contrária, mas peço vista para trazer mais dados aqui, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu faria um apelo ao nobre Senador Lindbergh Farias no sentido de que não pedisse vista dessa matéria. Essa matéria é do maior mérito. É absolutamente meritória. V. Exª foi muito feliz ao propô-la. E eu quero assegurar um aspecto nessa renúncia fiscal. Ela é mínima. Ela não vai reduzir arrecadação do Tesouro de maneira significativa. Segundo lugar, ainda vamos levar algum tempo para produzir equipamentos sofisticados como aparelhos de ressonância magnética, como tomógrafos computadorizados e outros tantos. De modo que a isenção sobre a importação desses equipamentos vai propiciar o seu barateamento e viabilizar o acesso de nossos hospitais públicos, de hospitais do interior a esses equipamentos.

De modo que eu voto pela aprovação e renovo o meu parecer ao Senador Lindbergh. Eu, que tenho luto contra a desindustrialização, que tenho feito discursos contra a desindustrialização, que propus aqui uma audiência pública para tratar desse assunto, acho que não é o caso das importações predatórias. Esse é o caso de uma importação seletiva, voltada ao bem comum e à saúde da população.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Eu consultaria o Senador Lindbergh. Em vez de pedir vista, votaríamos o projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu não quero... O projeto é da autoria de V. Exª, que, para mim... Só quis registrar aqui a minha posição. V. Exª, para mim, é um amigo, é um líder. Eu de fato tenho essa preocupação, mas não quero ir contra o desejo de V. Exª. Talvez se eu pedisse vista e trouxesse aqui mais elementos... Mas, se V. Exª não me aconselhar a pedir vista, eu não pedirei. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu sugiro a V. Exª. *(Risos.)*

Portanto, uma vez que o Senador Lindbergh concorda...

Senador Dornelles, V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, nós vamos colocar em votação, Senador Dornelles. Eu já vou chamar.

Consulto o Plenário porque há uma emenda, a Emenda de nº 1, que foi também... Ela foi considerada pela Relatora, Vanessa Grazziotin. É do Senador Flexa Ribeiro. Consulto se podemos votar, fazer uma única votação.

Todos os Senadores e Senadoras concordam? *(Pausa.)*

Então, nós vamos votar.

Em votação o projeto e a Emenda de nº 1, do Senador Flexa Ribeiro.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, levantei aqui minhas considerações. De fato, tenho preocupação com esse momento em que a gente vive. Sei que seria voto vencido e não quero votar contra V. Exª. Levantei aqui as minhas preocupações. Esse assunto vai ser debatido na Câmara dos Deputados e acho que a Assessoria do Ministério da Fazenda levantará lá as preocupações. De forma que registro a minha posição contrária, o meu voto contrário, para constar. Não pedi vista porque é um projeto feito por V. Exª, por quem tenho o maior respeito aqui nesta Casa.

Então, voto contrário, mas quero registrar que não fiz o pedido de vista em respeito à proposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, voto conhecido.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Perdoe-me, Presidente, mas o nosso coordenador da Bancada de Santa Catarina... Os temas são de interesse. Peço perdão. Se puder repetir a votação do que é. É só para me situar rapidamente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com a Relatora.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Está dizendo a Vanessa, catarinense: com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É favorável ao projeto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Inclusive encaminhado pelo Senador Luiz Henrique, também favorável.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Também, ainda mais o Luiz Henrique, catarinense, e a Vanessa, também catarinense. Vamos juntos. E mais o coordenador nosso, Deputado Edinho Bez, que está aqui tratando de temas nossos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Grande Deputado Edinho Bez!

Senador Raupp. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, conforme já...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, tendo em vista que a Receita Federal vai definir o que tem similaridade e o que não tem, e a Receita é bastante dura, eu voto com o Relator, dando oportunidade para que produtos efetivamente necessários possam ser importados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por isso que V. Ex^a é Líder do Governo, com essa categoria. Essa é a explicação.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator. E parabeno o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Doze votos “sim”; e um “não”.

A Comissão aprova o projeto com a Emenda nº 1 da CAE.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2010

– Terminativo –

Amplia o limite de receita bruta total para ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os artigos 13 e 14, da Lei nº 9.718, de 27-11-1998.

Autoria: Senador **Alfredo Cotait**

Relatoria: Senador **Cyro Miranda**

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, para registrar que eu vou pedir vista desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, observamos que não há vício no projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, esclarecemos que o PLS nº 319, de 2010, busca aumentar os valores mínimos e máximos correspondentes às receitas brutas das empresas para seu enquadramento na modalidade simplificada de declaração de imposto de renda de pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido, ou seja, a tributação com base no lucro presumido.

Tal modalidade de tributação é vantajosa tanto para o Fisco quanto para a empresa, já que para esta representa forma facilitada e menos burocrática de declaração e para aquele menos trabalho com conferência da informação prestada pelo contribuinte.

O objetivo é atualizar os valores hoje vigentes, defasados em relação à desvalorização da moeda e da inflação.

Para tanto, o autor do projeto aplicou o IPCA do IBGE e auferiu a inflação entre 2002 e 2010. Além disso, foi incluída uma estimativa de inflação de 0,60%, em dezembro de 2010, e de 2,21, em 2011, abaixo da estimativa.

Ao persistirem com base de cálculo os valores hoje vigentes, diversas empresas correm o risco de serem excluídas desse regime privilegiado. Os valores são os seguintes: Pela PLS nº 319, de 2010, o máximo de 48 milhões passaria para 78 milhões, só com a correção monetária do período, e o mínimo de 4 milhões para 6 milhões e 500.

Vale ressaltar que os valores vigentes correspondem à última atualização feita na lei, em 2002, ou seja, há mais de dez anos.

O voto é pela aprovação do projeto, sem retiro a essas emendas, Sr. Presidente, em função de que houve uma diferença entre o que estava no computador e a ementa. Então, retiro essas emendas.

Portanto, somos pela aprovação.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Vistas do Senador Romero Jucá ao item 14.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, tramita nesta Comissão Projeto de Lei Complementar nº 86, de 2011. Já estive na pauta para apreciação e foi proposta uma audiência pública. Gostaria de solicitar de V. Ex^a que pudesse apreciar a sua pauta e que pudéssemos realizar essa audiência pública. Esse projeto é da maior importância para os Municípios brasileiros.

Faço esse apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito, é muito bom V. Ex^a ter levantado essa questão. Estamos conjugando as datas para as audiências públicas. Existem várias solicitações de audiências públicas. É uma verdadeira engenharia que tem que ser montada para realizarmos essas audiências públicas que foram aprovadas em função de requerimentos apresentados. Mas até pela importância do tema, vamos acelerar para que, ainda neste primeiro semestre, façamos essa audiência pública aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado pela paciência e pela tolerância, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva ao Projeto, item 14.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Delcídio Amaral, eu queria informar que, ontem, diversos parlamentares, em São Paulo, Senadores e Deputados, tivemos uma reunião com a direção da Abimaq, com inúmeros representantes. Na ocasião, alguns dos parlamentares mencionaram as iniciativas aqui colocadas, inclusive para discutir o problema das importações tão fortes que têm prejudicado a indústria nacional. Mencionaram que aqui foi marcada audiência pública, por iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, conforme V. Ex^a já conhece, e eles têm grande expectativa de que essa audiência poderá ser muito positiva.

Na ocasião, o Deputado Mendes Thame perguntou-me a respeito da proposição, de autoria dele, que é o Projeto de Lei 717, sobre a importação de produtos sujeitos à regulamentação técnica federal. Eu havia até apresentado um parecer favorável, mas a assessoria do Governo pediu-me que examinasse um parecer da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Quero dizer que espero em breve, em diálogo até com o Deputado Mendes Thame, mas levando em conta as observações também do Ministério da Fazenda, possa verificar apresentar um parecer que leve em conta o melhor entendimento possível e as considerações do Deputado Mendes Thame e os apelos da Abimaq.

Quero ressaltar que, quem sabe até, nesta audiência, proposta pelos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, o assunto pode ser também debatido.

Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Só corrigindo aqui: o item 13 foram 13 votos “SIM” e um voto “NÃO”, que é o item que antecedeu esse item 14, onde foi solicitado pedido de vista coletivo dos Senadores e Senadoras.

Voltamos agora para mais dois itens não terminativos, até em função dos itens terminativos que precisávamos de quórum, e conseguimos votar mais uma vez. O desempenho desta Comissão é muito forte. Estamos discutindo, aprovando, rejeitando muitas matérias, limpando a pauta. E conseguimos, mesmo numa semana atípica, apreciamos praticamente toda a pauta.

O Senador Dornelles solicita que o aguardemos. Ele é relator em outra comissão e retornaria. Seria o item 4.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, por gentileza, também sou Relator agora, em outra comissão, e pediria uma inversão de pauta, só para pedir a retirada do Requerimento nº 43, do Senador Aloysio Nunes. Como ele está ausente, ele pediu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o Item nº 17?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Item nº 17, exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retirada do requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Retirada do requerimento e colocá-lo na próxima semana, porque ele gostaria de fazer a defesa desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para fazer o registro. Eu vim aqui também debater essa questão do requerimento, porque, na sexta-feira, vence o prazo para a sanção da Medida Provisória nº 517. E a posição do Governo foi vetar, já desde o começo, quando foi votada na Câmara dos Deputados, a emenda que diz respeito ao FCVS. Ela seria vetada pelo Governo. Foi definido lá na Câmara. Fui Relator aqui, no Senado, não retirei essa medida, porque não havia prazo mais para se mexer nessa medida provisória.

Então, apenas para registrar que a posição do Governo é de veto. Portanto, considero o requerimento, inclusive, desnecessário, porque, na sexta-feira agora, essa matéria será vetada por conta de decisão do Governo, que já tinha sido explicitada anteriormente. Além disso, o Dr. Tombini virá, no dia 27 ou dia 29, não sei se está marcado...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Dia 28.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Vinte e oito. O Dr. Tombini virá aqui, efetivamente, falar sobre a programação monetária do trimestre. Então, na verdade, é desnecessário também o convite ao Dr. Tombini, já que ele está programado a vir aqui à Comissão.

Mas eu queria dar a informação de que, quanto à Medida Provisória nº 517, o assunto está resolvido. Já estava resolvido antes, mesmo quando foi votado aqui, no Senado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – De qualquer maneira, Sr. Presidente, eu pediria que o Senador Aloysio tomasse a frente, na próxima reunião nossa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, fica adiada essa decisão para a próxima terça-feira.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu havia sido consultado pela Secretaria a respeito das datas de audiência. Eu havia sido informado de que, parece que no dia 28, o Sr. Tombini não poderia vir. Viria outro dia. Então...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria uma inversão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Eu queria saber se já está programada a inversão, porque eu gostaria que a audiência com a Ministra do Desenvolvimento Social e com a SRA. Ana Fonseca se desse, efetivamente, numa terça-feira. Ela estava programada para o dia 5, e eu preferiria que, se o Presidente Tombini não pode vir dia 28, então, quem sabe, ela possa vir, mas que seja na terça-feira, dada a relevância. Assim como do Presidente do Banco Central será muito importante, essa do Ministério do Desenvolvimento do Social também será de grande importância. Daí, eu preferiria, de fato, que fosse na terça-feira, no horário da CAE, regular. V. Exª sabe da relevância dessa audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy, não tivemos ainda a confirmação da Ministra. E, se, efetivamente, ela tiver alguma dificuldade no sentido de mudar as datas, manteremos aquilo que acordamos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Porque a dificuldade não foi da Ministra. Muito pelo contrário. A dificuldade é do Presidente do Banco Central.

O SR. LINBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele fala em outra data, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele fala em outra data, mas quer vir quarta-feira. E, na verdade, os temas sobre os quais ele vai tratar são aqueles a cada 90 dias que o Presidente do Banco Central vem aqui na Comissão. Então, ficaria, primeiro, ruim, porque seria numa quarta-feira. Não seria uma reunião tradicional, o dia em que, efetivamente, a CAE se reúne, que é terça-feira.

Então, estamos negociando com a Presidência do Banco Central para vermos a melhor data.

O SR. LINBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, em princípio, permanece a agenda combinada com o Senador Suplicy, com a Ministra, enfim, porque é um tema também fundamental para o País.

Portanto, voltamos ao Item nº 4. O Senador Dornelles já se encontra? *(Pausa.)*

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 642, DE 2007 – COMPLEMENTAR – Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não-alcoólicas.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

O relatório é contrário ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando foi apresentado esse projeto, posteriormente à apresentação desse projeto, a forma de tributação de bebidas foi significativamente alterada.

A Lei nº 11.727 promoveu profunda modificação no setor e inseriu vários artigos versando sobre a tributação das chamadas bebidas frias. A alteração legislativa tratou do IPI, da contribuição do PIS/Pasep e da contribuição para a Seguridade Social.

As alterações tiveram como finalidade corrigir distorções do sistema, que vinha onerando desproporcionalmente as pequenas empresas do setor.

Assim, eu entendo, Sr. Presidente, que o assunto já foi resolvido, já foi solucionado pela Lei nº 11.727, e por esse motivo o meu parecer é contrário e pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

ITEM 5

AVISO Nº 138, DE 2000 – Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos

respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativo ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido. (TC – 013.790/97-8).

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pelo arquivamento do Aviso nº 138 de 2000.

Observações: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer pelo arquivamento;

– A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Comunico que se encontram disponíveis, na Secretaria desta Comissão, para consulta dos senhores membros, informações que foram prestadas pelo Ministério da Saúde, por solicitação do Requerimento do Senado nº 846/2004.

Com a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou direto à conclusão, ao voto.

Já se passaram mais de 11 anos da sua realização e quase dez anos desde que a informação chegou ao conhecimento do Senado Federal. Além disso, o próprio projeto, objeto da auditoria, já teve sua execução encerrada há muito tempo.

Ao concluir, cumpre destacar dois aspectos: por um lado, fica demonstrado que foi realizado, de parte do Ministério da Saúde, um esforço significativo para atender às recomendações do TCU até o limite máximo de seu poder de intervenção.

Vamos para o voto.

Em vista do exposto, o voto é: diante das informações prestadas pelo Ministério da Saúde, decorrentes do Requerimento nº 846, de 2004, ao processado do Aviso nº 138, de 2000, recomendamos o arquivamento da matéria, tendo em vista já ter sido o projeto devidamente auditado, bem como sua execução conclusa e encerrada há cerca de 11 anos.

Arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Ivo Cassol.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pelo arquivamento da matéria.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Agora, vamos para os requerimentos.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral

Observações: Em 14/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão

Eu só gostaria de registrar que esse é um requerimento... Porque o Luz para Todos é um projeto exitoso, mas em algumas regiões, principalmente na Amazônia e no Pantanal, o Luz para Todos requer uma atenção especial, porque ele não atendeu ainda a essas populações.

Portanto, em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 41, de 2011, da CAE.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011

Requer a inclusão, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 28 de 2011 – CAE, dos seguintes nomes: Sr. Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage; Sr. José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – Abrate; e Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral

Observações: Em 14/6/2011, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Comunico que apresentei o requerimento em substituição ao anterior apenas para acrescentar o nome do Sr. Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, para tratar especificamente da questão das concessões.

Nós já tivemos a primeira etapa, com alguns agentes de mercado, e vamos dar continuidade agora com o Governo e os Presidentes das associações.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 42, de 2011, da CAE.

Conforme solicitação do Senador Cyro Miranda, nós adiamos a votação do requerimento do item 17, aguardando a presença do Senador Aloysio Nunes na próxima reunião, na terça-feira.

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os indicativos de irregularidades contidos no relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre a administração, por parte da Eletrobras, dos recursos da “Reserva Global de Reversão (RGR)”, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Diretor Presidente da Eletrobras.

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro

Observações: Em 14/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento. V. Ex^a pretende fazer algum comentário?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral. Já o fiz na leitura do requerimento. Apenas para que nós possamos, nessa audiência, ter as informações necessárias tanto do Diretor-Geral da Aneel quanto do Diretor Presidente da Eletrobrás com relação à questão da administração por parte da Eletrobrás da RGR – Reserva Global de Reversão, que foi objeto de uma matéria na mídia sobre o mau uso desses recursos ou de forma incorreta, até porque este assunto era um dos jabutis que estavam incluídos na Medida Provisória nº 517 – parece-me que foi essa –, que foi aprovada há pouco tempo no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Eu só gostaria de esclarecer que fui informado hoje pela Agência Nacional de Energia Elétrica que aquilo que foi divulgado pela imprensa é do técnico que fez essa avaliação,

mas isso passa ainda por outras instâncias. Foi consultada a Eletrobras agora. Depois, o superintendente irá se posicionar e, caso a Eletrobras não concorde, ela pode recorrer, inclusive, para o pleno, para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Portanto, as Sras. e Srs. Senadores que concordam...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero só dizer que apoiamos esse requerimento. Inclusive recebi informações da assessoria parlamentar de que o Presidente da Eletrobras quer vir a esta Comissão esclarecer sobre o tema.

Então, já me anticipo, Sr. Presidente, e anuncio que voto a favor do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero agradecer ao Senador Lindbergh, que, desde o início desta reunião ordinária, tem sido parceiro e tem votado pelos requerimentos, pelos projetos que tenho relatado. Inclusive, ele iniciou a sua pregação de parceria dizendo que ficava satisfeito por ter feito um elogio à Presidenta Dilma, que atendeu os governadores da Amazônia e do Nordeste para encaminhar a questão da renegociação das dívidas, do FPE. Ou seja, quero dizer ao Senador Lindbergh que sou oposição ao Governo, não ao Brasil. Quando a Presidenta Dilma fizer ações que venham ao encontro do interesse da Nação brasileira, ela terá não só o meu voto como também a referência elogiosa, como é o caso do atendimento aos governadores da Amazônia e do Nordeste.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro. Eu acho inclusive, Sr. Presidente, não querendo me alongar, que a gente vive um momento de distensionamento aqui na atuação do Senado. Inclusive devo dizer, registrar, que a própria carta da Presidenta Dilma para o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em comemoração aos seus 80 anos, foi um marco importante.

Acho que aqui a gente tem que debater posições, posições divergentes, mas quero deixar claro que a posição nossa, do governo, é muito de diálogo, discussão, de aprovação de requerimentos como esse que o Senador Flexa Ribeiro fez. Só estou mal aqui hoje porque discordei do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. E quero parabenizá-lo, já que discordei do Presidente da CAE, parabenizá-lo pela condição no dia de hoje. Hoje foi um dia que conseguimos aprovar mais de dez projetos aqui. Quem achava que esta semana estava morta, pelo ritmo, pelo andamen-

to do trabalho, depois de me posicionar contra V. Ex^a, quero parabenizá-lo pela condução desta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só complementando o Senador Lindbergh, acredito, como a gente diz que tem algo no ar que não é avião de carreira, acho que o Senador Jucá, que estava há pouco aqui, precisa começar a antenar-se, porque parece que o PT está querendo a função de Líder do Governo. Quero dizer que o PSDB apóia o Senador Jucá, para mantê-lo como Líder do Governo, até porque, em 2014, no governo do PSDB, ele continuará – tenho dito isso a ele – como líder do nosso governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa sempre promovendo a cizânia e a dissensão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estava bom demais para ser verdade ir até o fim, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, só vou ler agora, por falar em Senador Flexa...

Portanto, os Senadores que concordam com o requerimento da universalização permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de nº 44, de 2011, da CAE.

Vou ler agora, dentro do Regimento Interno da CAE:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite às autoridades abaixo relacionadas para que, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada audiência pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, CFEM, em face da crescente judicialização do processo, tendo como convidados: o Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene; o Governador do Estado de Minas, Sr. Antonio Anastásia; o Diretor do Planejamento e Arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, Dr. Marcos Antonio Valadares Moreira; o Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Ibram, Sr. Paulo Camillo Vargas Penna; o Diretor-Presidente da empresa Vale, Sr. Murilo Ferreira; o Presidente da Associação dos Municípios de Mineradores do Brasil, Dr. Anderson Costa Cabido – estou lendo, dentro do nosso Regimento, o requerimento do Senador Flexa.

Não havendo mais nenhum assunto a se tratar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE)

– Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE)

– Sabe que V. Ex^a tem uma matéria muito importante na Ordem do Dia e eu queria fazer referência a esse projeto, porque é muito difícil aprovar-se aqui uma matéria com esse conteúdo. Lembro que, há poucos dias, algo dessa mesma natureza – V. Ex^a lembra que tivemos um bom debate – eu também era relator, e a matéria terminou caindo. Mas V. Ex^a teve muito mais sorte. Acho que é muito positivo. Tenho inclusive matérias também dessa mesma natureza de minha autoria, com outros objetivos, e espero que a Comissão analise e aprove, digamos, o mais breve possível.

Mas eu queria me congratular com V. Ex^a pela iniciativa pela elaboração de um bom projeto, a sua aprovação e espero que ele seja brevemente sancionado pela Presidenta da República, sei que será aprovado em todas as instâncias do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Inácio Arruda. Gostaria de dizer que V. Ex^a foi muito bem representado pela Senadora Vanessa Grazziotin...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Titular absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...até porque ia ser uma bandeira do PCdoB e eu não poderia deixar que o PCdoB abdicasse da defesa desse projeto que V. Ex^a muito bem preparou, estudou e apresentou o relatório.

Portanto, não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, marcando para a próxima terça-feira às 10 horas a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 04 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e oito de junho do ano de dois mil e onze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Cris-

tovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Marinor Brito e Randolfe Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Ana Rita, Pedro Simon, Aníbal Diniz e João Pedro. Deixam de comparecer a Senadora Gleisi Hoffmann, em virtude de estar afastada do exercício do mandato por ter assumido o cargo de Ministra de Estado, e os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Eunício Oliveira, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, José Agripino, Demóstenes Torres e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 26ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 62 de 2011, de 15 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.644/2010-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 55 de 2010. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Comunica, ainda, que a Comissão de Assuntos Econômicos foi convidada para participar da Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de debater “propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infraestrutura financiados com recursos públicos”, a ser realizada no dia vinte e nove de junho, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a fim de “discorrer sobre o tema ‘Economia e Competitividade: a importância da inovação’”, em atendimento ao Requerimento nº 33 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias. Após a exposição do Ministro Aloizio Mercadante, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Alvaro Dias, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Luiz Henrique, Marinor Brito, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, João Pedro, Jorge Viana e Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente

ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento.

Aviso nº 62, de 15 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC-025644/2010-6, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 55, de 2010.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda que a Comissão de Assuntos Econômicos foi convidada para participar da audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de debater propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para a realização de obras e serviços de infraestrutura financiados com recursos públicos, a ser realizada amanhã, quarta-feira, dia 29 de junho, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Quero também registrar aqui que recebemos a Mensagem do Senado Federal de autoria da Presidência da República de nº 95, de 2011, Mensagem nº 00216, de 21/06/2011, na origem. A ementa: submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO.

O Dr. Márcio Fortes de Almeida será sabatinado na próxima terça-feira. O Dr. Márcio Fortes, inclusive, hoje está aqui. O ex-Ministro é figura muito querida do Senado Federal, competente administrador público. Não tenho dúvida de que seu nome será muito bem votado e aqui aclamado por tudo o que fez pelo Brasil, com dignidade, com competência e com honra. Portanto, na próxima terça-feira, o Ministro Márcio Fortes será aqui sabatinado, assumindo, se assim os Senadores e Senadoras entenderem, a Presidência da Autoridade Pública Olímpica. A APO estará em muito boas mãos.

Quero também informar aos Srs. Senadores e Senadoras que, junto com a Secretaria da CAE, já marcamos todas as audiências públicas do primeiro semestre para discutir efetivamente essa questão da reforma tributária, da guerra fiscal, da Resolução nº 72, da renegociação de dívidas, das concessões. Portanto, vamos encaminhar aos gabinetes essa agenda, que, evidentemente, pode sofrer alguma alteração em função dos convidados, porque nem todos os convidados confirmaram ainda sua presença.

A pauta de hoje é a audiência pública com a presença, como expositor, do Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a fim de discorrer sobre o tema “Economia e Competitividade: a Importância da Inovação”, em atendimento ao Requerimento nº 33/2011 da CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias.

Peço ao Senador Lindbergh e ao Senador Walter Pinheiro que conduzam o convidado ao plenário da Comissão.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Sr. Aloizio Mercadante, terá trinta minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpeção pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido; o interpeçante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpeçado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, para fazer a sua exposição. Muito bem-vindo, Ministro Aloizio Mercadante, Senador desta Casa, homem respeitado por todo o País e que prestou grandes serviços ao Senado Federal como nosso Líder, Líder não só do PT, mas Líder também do Governo. Com a palavra o Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar, no nome do Senador Delcídio, todos os Senadores e Senadoras presentes, a imprensa e todos vocês que nos acompanham.

Fico muito feliz de ver esse interesse imenso em ciência e tecnologia. Recebo e acolho, de forma calorosa, esse empenho nessa agenda estratégica do Brasil. Exatamente aproveitando esse interesse fantástico que hoje a CAE demonstra, vou fazer uma exposição de ciência e tecnologia, mas sei que tem gente aqui que quer discutir outros temas, que eu te-

nho igualmente interesse total de debater, de forma transparente e pública.

Vou fazer a exposição e depois abrimos o debate.

Eu tenho utilizado esse gráfico em algumas apresentações, porque ele faz um balanço do crescimento econômico do Brasil no último século. Na primeira metade do século, o Brasil cresceu 4,6%. A partir da crise de 1929, em 1934, começamos a superar o modelo primário exportador e começa um processo de industrialização. O Brasil soube sair de forma criativa da crise. E o Governo Getúlio criou o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, a CLT, o sindicato, ou seja, organizou o mercado de trabalho e o Estado brasileiro. Ele cria um núcleo estratégico de empresas públicas que serão fundamentais para o salto que o Brasil vai dar historicamente: a CSN, a Vale do Rio Doce, Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores, a Fábrica Nacional de Vagões. Então, o setor metal-mecânico, a industrialização pesada, começa a se instalar a partir do Governo Getúlio, ainda numa ditadura, com o Estado Novo de 1937 a 1945. Ele sai do Governo e volta depois, de 1950 a 1954, criando o BNDES e a Petrobras. Ele constrói as condições para o Brasil dar o salto para o patamar que é o de começar a crescer a mais de 7% ao ano – 7,2% - nesses trinta anos que vão de 1950 a 1980.

Aqui, eu destacaria o Governo Juscelino Kubitschek, que soube articular um pacote de investimentos estratégicos e trouxe a indústria automotiva, que, na época, era a indústria da indústria, porque era a indústria que mais relações interindustriais possuía, pois, atrás do automóvel, têm metalurgia, mecânica, plástico, química, borracha e, na frente, postos de gasolina, oficina, pedágios, estradas. Com tudo isso, o Brasil passa a crescer 7,2%, mas com uma característica interessante: toda vez que passamos para esse patamar, temos problemas nas contas externas e nas contas públicas. O final do Governo Juscelino é um período de crise cambial e fiscal, de grave instabilidade política. A última tentativa de estabilizar a economia foi o Plano Trienal, com Celso Furtado e San Tiago Dantas, que não se viabiliza.

Temos o Golpe de Estado e o Paeg em 1964, com uma política de estabilização feita com força bruta. O Brasil volta a crescer no regime militar na segunda metade do ano de 1967, a uma taxa superior a 8%. É o chamado milagre econômico, o auge do ciclo, até 1973. Vêm o primeiro e o segundo choques do petróleo. Nós éramos muito dependentes naquela ocasião. Vem a política do dólar – é bom prestar atenção, porque hoje estamos vivendo o lado oposto do que vivemos naquela época. Lá, era a política da diplomacia do dólar forte. Os Estados Unidos aumentam a taxa de juros

externo de 6% para 21% e arrebentam a balanço de pagamentos dos países endividados. Começamos aí a ter uma grave crise cambial, uma grave crise financeira e uma hiperinflação que vai durar quatorze anos.

Então, nesse período, nesses vinte anos, o Brasil cresce 2%. Eu destacaria aqui o final do governo Fernando Henrique Cardoso, que, com a estabilização, com o Plano Real, começa a criar condições para a gente voltar a crescer. No governo Lula, há uma taxa de 4%, muito próxima ao que foi a primeira metade do século.

É interessante verificar que o Brasil foi o País que mais cresceu no mundo entre 1900 e 1980. E, agora, voltamos a ter um ritmo de crescimento semelhante à primeira metade do século e, de vez em quando, o País começa a dizer: “Quero vir para 7%”, como foi no ano de 2010. Aí novamente se manifestam problemas de infraestrutura, de logística, de contas externas, de contas públicas, e a gente volta para esse patamar em torno de 4,5%, que é a taxa histórica de crescimento.

Próximo. Por que nós conseguimos voltar a esse ritmo de crescimento? O Brasil foi, no ano passado, o terceiro País que mais cresceu na economia mundial. Primeiro, pelo controle da inflação. A inflação estará e esteve, desde 2004, dentro do limite da meta inflacionária – a banda superior e a banda inferior, o limite da banda. E este ano também estará. Nós tivemos um fortíssimo choque de preços a partir das *commodities*, em seis meses os preços das *commodities* externas, inclusive petróleo, cresceram 42%, isso pressionou a inflação do Brasil no resto do mundo, a economia estava muito aquecida, o governo tomou medidas, aumentou o superávit primário, tivemos medidas macroprudenciais para regular o crédito, um pequeno aumento na taxa de juros que já era alta, e a inflação já começa a cair, no mundo e aqui, e nós vamos cumprir o regime de metas este ano mais uma vez.

O grande diferencial do governo Lula foi o crescimento baseado na expansão do mercado interno de consumo de massas. Quer dizer, 32 milhões de pessoas que vêm para a classe média, 28 milhões que saem da pobreza, crédito consignado, salário mínimo, Bolsa Família, vão criando uma massa de consumo que vai mudar o padrão de crescimento. Ou seja, a gente não depende mais só do mercado externo para crescer.

Terceiro, a consolidação do sistema público de crédito e o financiamento do investimento. BNDES, Caixa, Banco do Brasil e Finep – quero até publicamente pedir aqui a aprovação do Senado da medida provisória que chegará amanhã, que libera R\$1 bilhão de crédito para a Finep. Esses recursos já foram repassados para a Finep, é crédito, crédito para inovação, e nós vamos precisar mais do que um bilhão. Nós já liberamos, em quatro meses, R\$1,4 bilhão – Glauco Arbix está aqui,

que é o nosso Presidente da Finep, Professor titular da USP, era o coordenador do Observatório da Inovação – e há uma forte demanda por inovação.

Então, esse sistema público de crédito foi o que permitiu ao Brasil sair da crise como saiu, porque aqueles que enveredaram pela ideia do estado mínimo, da desregulamentação do sistema financeiro sem nenhum instrumento público, ficaram completamente vulneráveis na crise de 2009.

Outro destaque que eu queria levantar é o bônus demográfico. Por que o bônus demográfico? Porque nós estamos vivendo um momento muito especial da história, em que a população economicamente ativa é maior do que a inativa. Portanto, há mais pessoas trabalhando, ou em condições potencialmente de trabalhar, do que jovens ou idosos, e isso dá um ganho importante que nós temos que saber usar de forma inteligente.

Além disso, nós temos a consolidação da democracia no Brasil. Então, o Brasil, nesse período, emerge como a sétima economia do mundo, um País que melhora muito as suas contas externas, a vulnerabilidade externa. Nós temos reservas de mais de US\$360 bilhões, a nossa dívida pública é de 40% do PIB, o nosso déficit público é de 1,9% do PIB. Quero destacar aqui que toda vez a gente vê essa conversa sobre as finanças públicas, o déficit público da economia americano é de 9,9% do PIB, é seis vezes maior do que o nosso déficit. Então, nós estamos vivendo um período muito importante em termos de melhora nas contas externas, nas contas públicas, com essas características que permitem um crescimento sustentável do Brasil.

Próximo.

No entanto, se a gente olhar com mais profundidade, nós temos algumas deficiências que precisam ser analisadas. Uma delas é a qualidade das contas externas. Nós vínhamos num déficit comercial no início da década passada, começamos a aumentar. Entre 2005 e 2007, nós tivemos superávit comercial de US\$45 bilhões, ele começa a cair, o câmbio começa a se apreciar e, em 2010, nós temos um déficit de US\$20 bilhões. Esse superávit vem caindo. Ainda é elevado, mas é de baixa qualidade, porque é basicamente impulsionado pelas commodities, pelo preço dos alimentos, do minério. E o Brasil agora começa a ser auto-suficiente, logo será exportador de derivados de petróleo. Mas a gente perde em qualidade, no superávit comercial, nas áreas de média e alta tecnologia.

Vou analisar alguns setores estratégicos.

Setor de tecnologia da informação e comunicação.

Hoje, a tecnologia da informação corresponde a 4% do PIB, fatura US\$85 bilhões; as TICs, 8% do PIB, US\$165 bilhões.

O Brasil é o oitavo mercado mundial em TI e o sétimo mercado interno em TICs, no entanto o nosso déficit nesse setor é de US\$18,8 bilhões.

Qual é o desafio na área de tecnologia da informação?

Essa é uma indústria portadora de futuro. O esforço do Ministério é exigir mais conteúdo local, aumentar o PPB, o processo produtivo básico em toda a cadeia de TICs.

Nós começamos com os *tablets*. Como vocês estão vendo, já temos oito empresas licenciadas para produzir *tablets* no Brasil. Ontem mesmo, a ZTE, uma grande empresa chinesa, anunciou que brevemente estará produzindo *tablet*; a Foxconn abrindo uma linha da Apple, a Semp Toshiba, enfim, um conjunto de empresas – não vou mencionar cada uma delas. Acho que não é necessário. A Samsung, etc.

Esse é um produto novo, um produto que não existia há um ano e meio que traz um salto de qualidade importante. Inclusive temos empresas de *tablets* anunciando que vão produzir na Zona Franca de Manaus. E é um mercado novo que está se abrindo, porque não existia.

No entanto, quando a gente olha o Brasil, nós vamos vender este ano 15 milhões de computadores: *notebooks*, *laptops*, PCs e *tablets*. Oitenta milhões de celulares, nós estamos vendendo por ano e algo em torno de 12 milhões de televisores.

Qual é o nosso desafio? É diminuir a importação e promover substituição de importações em toda essa cadeia produtiva.

No *tablet* nós exigimos: começa com 20%, vai a 80% dos insumos, dos componentes em três anos. Nós queremos estender isso para televisores, para celulares e para outras cadeias industriais. Nós temos que voltar a exigir conteúdo local para ter incentivo fiscal ou acesso ao crédito público, porque é isso que vai nos permitir dar um salto importante nessas indústrias portadoras de futuro.

Aqui nós temos o setor de bens de capital. É o décimo primeiro no ranking mundial. Importação de máquinas é modernização, no entanto nós precisamos continuar olhando esse setor, fomentando, incentivando, porque é um setor que tem grande impacto no impulso à inovação.

No setor químico, nós temos aqui um déficit de US\$16 bilhões, mas estamos começando uma nova geração da química, que é a química que tem como origem o etanol substituindo o nafta, o chamado plástico verde. Isso é uma coisa específica do Brasil, uma

linha importante. Mas aqui também nós temos um déficit importante.

Na área industrial da saúde, nós temos um déficit de US\$12 bilhões. São fármacos e equipamentos médicos. Fármacos são US\$6 bilhões e meio.

O Brasil avançou muito em tudo o que diz respeito à síntese química com os genéricos, mas muito pouco nos remédios derivados da nova geração, que são os biológicos. E essa vai ser decisiva no futuro da produção de fármacos. Nós precisamos discutir muito bem o marco regulatório e ter uma política mais agressiva de fomento à pesquisa, de estímulo aos laboratórios nacionais e de atração de centros internacionais. Por exemplo: a Novartis vai investir agora – o Presidente nos comunicou, no Ministério – US\$350 milhões numa fábrica de vacina em Pernambuco. Nós precisamos trazer centros de P&D e exigir mais conteúdo local, porque aumenta a demanda da população por saúde e o déficit é muito grande na área de fármacos. E o Brasil precisa desenvolver tecnologia nessa área de fármacos e equipamentos industriais da saúde.

Então, quais são as diretrizes fundamentais que nós estamos desenhando?

Primeiro, colocar ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento. É isso que vai permitir ao Brasil dar um salto extraordinário. O Brasil não pode se acomodar em ser um exportador de *commodities*. Nós temos que desenvolver a indústria portadora de futuro e isso exige ciência, tecnologia e inovação.

Segundo, o Brasil tem que consolidar a sua liderança em tudo que diz respeito à economia do conhecimento natural. Nós somos o segundo maior produtor e exportador de alimentos, somos um grande país exportador de minérios, seremos um grande exportador de derivados de petróleo. Nós temos que consolidar essa liderança, mas temos que avançar na economia do conhecimento, na sociedade do conhecimento, setores esses, alguns e outros que não mencionei, estratégicos e que dependem de muito investimento em educação, ciência e tecnologia. Temos de aproveitar este momento extraordinário de aumento dos preços das *commodities* para criarmos uma base industrial centrada na sociedade do conhecimento, na economia do conhecimento. Petróleo é uma energia não renovável, minério pode sofrer perdas importantes de preços, no futuro, como a história econômica demonstra. Onde está o futuro econômico? Está no setor da economia do conhecimento. O planejamento estratégico é a prioridade número um de todo o planejamento estratégico da União Europeia. O Brasil precisa olhar isso com a mesma importância estratégica.

Além disso, nós temos que transitar para uma economia de baixo carbono e sustentabilidade ambiental. Aqui tem todo um campo de oportunidade de energia limpa, um campo de oportunidade na economia criativa. A Inglaterra, por exemplo, é o país que tem o maior percentual da cultura no PIB. Eles estão fazendo um forte ajuste fiscal. Não cortaram nada da cultura. Por quê? Porque cultura gera muito emprego, gera muito turismo, e o Brasil tem um potencial fantástico nessa área.

Especialmente na Amazônia, o nosso Ministério, por exemplo, monitora o desmatamento da Amazônia. Nós temos um radar que mapeia a cada 250 metros quadrados, vamos ter um novo, no ano que vem, que vai mapear a cada 50 metros quadrados. O Ibama e a Polícia Federal fiscalizam o desmatamento.

O problema é que não adianta só monitorar e fiscalizar. Tem que se criar valor agregado à biodiversidade, tem que ter pesquisa para gerar investimento, atrair investimento e desenvolver a Amazônia a partir do valor agregado que vem da biodiversidade. Nós somos o G1 da biodiversidade. Existem 17 países megadiversos no mundo, do ponto de vista da sua biodiversidade. O Brasil é o número um. Nós temos que saber usar isso para impulsionar a nossa transição para a economia de baixo carbono e abrir uma alternativa de renda para 24 milhões de pessoas que vivem na região amazônica.

E, finalmente, erradicar a pobreza, aprofundar a distribuição social e regional da renda, que foi muito fortemente impulsionada no governo Lula e é uma das grandes prioridades do governo Dilma.

[Próximo]

Para avançar nessa direção, o que é que o Ministério vem fazendo e nós queremos aprofundar? Primeiro, formar recursos humanos. Não tem ciência e tecnologia se não tiver pesquisador, se não tiver educação de qualidade. Nós mais que dobramos o número de mestres e doutores nos últimos oito anos do governo Lula, triplicamos o valor dos investimentos em bolsas de estudo e ampliamos fortemente os *campi* universitários para o interior.

Qual é o salto que a Presidenta Dilma orienta? Primeiro, o Pronatec. Nós temos um grande déficit, hoje, no ensino profissionalizante e precisamos gerar oito milhões de estudantes no ensino profissionalizado até 2014. E este é um esforço muito grande que o Brasil precisa fazer: investir em ensino profissionalizante.

Estamos fazendo parceria com o Senai para dobrar o número de alunos. O Senai tem, hoje, um milhão e oitocentos mil estudantes, nós queremos ir para quatro milhões. Estamos lançando um programa de bolsa de estudo no exterior. Queremos 75 mil alunos, em quatro anos, nas melhores universidades do mundo. Olhar o

ranking das melhores universidades, especialmente em engenharia exatas, que é onde temos o nosso maior déficit; usar muito bolsa sanduíche, bolsa de um ano. Na graduação, se você manda o jovem, ele pode não voltar. Se a raiz dele está aqui, ele vai e volta e continua construindo o País. Há muito pesquisador de fora hoje querendo voltar ao Brasil.

[Próximo]

Um dos saltos importantes que nós tivemos foi a descentralização das universidades federais. Nós tínhamos 43 universidades federais. Hoje nós temos 230. O Nordeste, por exemplo, tinha 1,4% do sistema de pós-graduação no Brasil; hoje tem quase 10%. A região Norte tinha 19 cursos de doutorado; hoje tem 40. Então, houve uma forte descentralização. O desafio qual é? O desafio é: nós aprofundarmos esse processo de descentralização sem perder a qualidade nos centros de excelência que estão espalhados pelo Brasil. Então, nós temos um duplo movimento: descentralizar e preservar a qualidade.

Próximo.

No entanto, quando a gente analisa o investimento em P&D do Brasil, o que a gente verifica? Os Estados Unidos investiram US\$400 bilhões em 2008, 2,7% do PIB; o Japão, US\$150 bilhões, 3,4% do PIB; a China US\$120 bilhões, 1,5% do PIB; a Alemanha, US\$84 bilhões, 2,8% do PIB; o Brasil, US\$25 bilhões, 1,2% do PIB.

Então, nós somos a sétima economia do mundo e podemos caminhar para sermos a quinta. Quando a gente olha para frente, é aqui que vamos competir. Nós temos que aumentar o percentual do PIB em ciência e tecnologia, aumentar o percentual do PIB em P&D, para que a gente possa ter um valor que seja capaz de criar condições de competitividade com esses países que têm um PIB muito maior e que têm um percentual do PIB ainda maior que o Brasil.

Próximo.

Agora, qual é a dificuldade? A dificuldade... Azul é o setor privado; amarelo é o Governo. O Governo brasileiro, estamos passando agora... Portugal e Espanha vão viver agora uma crise fiscal muito difícil, e provavelmente o Reino Unido, nós estamos avançando a nossa posição nesse *ranking*.

No entanto, as empresas brasileiras. Azul. Olha aqui a Coreia, olha o Japão. O Japão é 2,7% do PIB, 2,5% do PIB de investimento do setor privado. O Brasil é 0,57%, se você considerar aqui a Petrobras. Se você tirar a Petrobras, que investe R\$1,2 bilhão, isso aí cai para 0,3% do PIB do setor privado.

Por que o setor privado não investe em inovação, em P&D? Primeiro, porque foram 20 anos de crise, e você criou uma aversão ao risco. Segundo, porque

o País não crescia e tem problemas de custos elevados, carga tributária, juros, infraestrutura, câmbio apreciado, tudo isso dificulta investimento em inovação. Mas também por uma cultura passiva diante da inovação, o que a China nunca teve. A China sempre exigiu transferência de tecnologia, parceria com empresas nacionais. Eles aprenderam a copiar. Depois de aprenderem a copiar, começaram a reduzir o custo, a fazer custos competitivos para atingir o público deles, porque a renda *per capita* é muito baixa. E, depois de copiar e reduzir custos, aprenderam a fazer e estão disputando liderança.

Então, o Brasil não pode mais ter uma atitude passiva. Tem que criar um movimento empresarial pela inovação, que hoje nós temos. Está aqui o nosso ex-presidente da CNI. Ele, Robson Andrade tem trabalhado fortemente nesse movimento. Começar a mobilizar o empresariado pela inovação e criar uma cultura da inovação e uma nova parceira entre Estado e setor privado nessa direção.

Próximo.

Aqui está o nosso esforço na área de formação. Nós tínhamos um pouco mais de 300 mil alunos na rede pública federal de ensino de graduação, hoje temos em torno de um milhão. Triplicamos em dez anos. No entanto, a engenharia não cresce no ritmo que precisaria crescer. Só 5,9% dos jovens estão indo para engenharia. E isso cria um problema muito grave em várias cadeias estratégicas, por exemplo na área de TI, engenheiros eletrônicos.

Eu vi, por exemplo, que aquela empresa Foxconn queria levar 200 engenheiros mais 200, para serem treinados agora na China. Na primeira *tranche*, ela conseguiu selecionar 170. Nós temos dificuldade em vários setores do mercado. E, além disso, como o ensino da Matemática é fraco no ensino médio, os alunos, quando chegam na universidade, nas exatas, começam a ter cálculo 1, 2, 3, estatística 3, começam a desistir do curso e vão para o mercado de trabalho. Se você não criar o trabalho de base, de formação na área das exatas... Nós vamos lançar um programa de estímulo à engenharia forte e vamos tentar ajudar a resolver, a acelerar, pela demanda que existe, com aquele programa de internacionalização da formação dos jovens, fazer um grande programa nas principais universidades do mundo. Mas nós temos que cuidar do alicerce, da formação desde baixo, para avançar as engenharias e ter um foco especial nas engenharias, que é um grande déficit na formação de recursos humanos.

Próximo.

Quando a gente olha a ciência brasileira, o salto é extraordinário. Nós somos hoje o 13º país em termo de

volume de publicações, e a métrica é a publicação em revistas indexadas, com comitês científicos, e é selecionada. Então, é o 23º país em termos de impacto da publicação. No entanto, quando a gente olha a patente, a situação do Brasil é muito ruim. Quer dizer, o nível que nós temos aqui de patente é muito baixo para ser a sétima economia do mundo. É muito defasado. Então, nós precisamos criar uma cultura de patente. Eu dou o exemplo do óleo de copaíba. O óleo de copaíba é da Amazônia, todo mundo que mora lá conhece. Aprendi com meus pais há 40 anos, é um anti-inflamatório, é um cicatrizante muito potente. Setenta e seis por cento da pesquisa publicada sobre o óleo de copaíba são de pesquisadores brasileiros. As 36 patentes registradas que eu identifiquei, nenhuma é de brasileiro. Então, nós precisamos criar uma cultura de patente. Com um agravante: quem é que patenteia? É o setor privado. Quem patenteia, no mundo, dois terços são o setor privado. No Brasil, dois terços são o setor público. Novamente, se a indústria brasileira não se mover em direção à patente, nós não vamos conseguir avançar.

Segundo, nós temos que modificar o INPI. O INPI é uma instituição que precisa acelerar a capacidade de processar. Nós estamos com mais ou menos 275 mil pedidos de patente estocados, e nós estamos demorando sete, oito anos para liberar uma patente. Nós temos que contratar mais analistas, acelerar o processo para garantir que haja de fato condições de o Brasil disputar esse mercado estratégico de patente e de inovação.

Próximo.

Essa aqui é a rede Sibratec. É uma rede bastante importante que estamos criando no Brasil todo, todas as instituições que de alguma forma produzem inovação estão sendo articuladas. Qual é o salto que a gente quer dar agora na rede Sibratec? É criar uma Embrapa da indústria. Quer dizer, a Embrapa teve um papel extraordinário para a agricultura brasileira ser o que é. Nós estamos trabalhando agora para trazer uma Embrapa da indústria, reunindo quem? Reunindo o IPT, reunindo os principais centros do Senai, que tem centros de excelência de alto desempenho, chamando o INT, quer dizer, os grandes institutos, que fazem pesquisa na ponta, aplicada para a indústria, para atender à demanda da indústria, especialmente da média e da pequena empresa. Estamos numa negociação bastante avançada com a CNI. A ideia não é criar uma estatal, é uma empresa predominantemente de capital privado, com participação do Estado, reunindo e articulando esses centros, a exemplo do que a Fundação Fraunhofer faz na Alemanha com 60 centros de pesquisa para impulsionar a inovação e atender à demanda da indústria.

Próximo.

Paralelamente, estamos fazendo um grande esforço para atrair centros de P&D. A AGE está investindo 500 milhões de dólares. É o primeiro centro do Hemisfério Sul que eles estão constituindo. A IBM, 450 milhões de dólares, primeiro centro no Hemisfério Sul. A AMC, 100 milhões de dólares, a mesma coisa. A British Gas está criando o Centro Mundial de Pesquisa no Brasil. Então, nós estamos conseguindo atrair alguns centros em áreas importantes. A Alemanha está criando a Casa da Ciência e da Inovação no Brasil. É a sexta que eles fazem no mundo. E a Fundação Fraunhofer tem demonstrado interesse em fazer uma parceria estratégica no Brasil, provavelmente com essa Embrapa da indústria que estamos buscando desenhar e constituir.

Próximo.

A ZTE – ontem o Presidente mundial esteve aqui – está investindo 200 milhões de dólares, criando 2.000 empregos. Vai começar a produzir, neste semestre já, o *tablet* com incentivo fiscal. Começa com 20%; 80% dos componentes no Brasil em três anos.

A Huawei é a mesma coisa. Também está fazendo doação de equipamentos para computação em nuvem. Vamos escolher uma boa universidade para desenvolver esse trabalho de parceria.

E a Foxconn, além de já estar no Brasil, eles têm aí em torno de 6.000 trabalhadores no Brasil, é uma empresa que faturou 100 bilhões de dólares ano passado na China, é a maior exportadora chinesa – 86 bilhões de dólares – e pretende, além das linhas que ela já tem no Brasil – e vai começar a produzir iPhone e iPad este ano no País – fala da possibilidade de criar uma plataforma global.

Essa tela de toque que nós temos, só quatro países do mundo fazem, todos na Ásia, o chamado LCD. E semicondutores, só 20 países fazem. Entrar nesse clube muda a história econômica do Brasil, como, nos anos 50, a indústria automobilística mudou.

Então, a prioridade maior do nosso Ministério é desenvolver uma estratégia que permita, usando a força do nosso mercado de TICs, que hoje é de US\$168 bilhões, exigir mais conteúdo local e buscar, com isso, atrair os investimentos estruturantes, por exemplo, a Foxconn, para criar uma cidade inteligente. A nossa equipe visitou a fábrica deles na China, que tem 400 mil trabalhadores. Aí, o Brasil entraria num setor de plataforma global, porque temos poucas indústrias nessas condições. Talvez a Vale, na mineração, mas temos poucas indústrias que são efetivamente plataformas de produção global. Entraríamos num segmento em que só cinco países fazem. No caso de semicondutores, só vinte países fazem.

Próximo.

Eu já mencionei a Embrapa. Estamos criando uma clínica tecnológica para atender à demanda da indústria. O IPT, ICT, Inmetro, Senai, INT, os institutos e os centros de pesquisas, os laboratórios das universidades. É criar uma Embrapa realmente só para atender à demanda industrial por inovação.

Próximo.

Eu queria falar um pouco sobre a Petrobras, porque ela vai ser decisiva. O Obama, quando faz um balanço da nação, fala: "Os Estados Unidos precisam de um novo Sputnik, de uma nova meta de ir à lua para poder alavancar a inovação, como foi há quarenta anos". O nosso Sputnik, em termos inovação hoje, o mais importante, está a sete mil metros abaixo da terra, que é o pré-sal. Essa é a cadeia mais importante de inovação. São US\$224 bilhões em quatro anos de investimentos, que vão colocar o Brasil como um grande exportador de derivados de petróleo.

Próximo.

A Petrobras, neste ano, vai investir R\$1 bilhão e 254 milhões em P&D. É um investimento extraordinário. Ela já construiu dezessete laboratórios – todos estão entre os cinco melhores do mundo em vários setores da sua cadeia. Ela alimenta uma rede de pesquisas muito importante, muito estratégica. Então, estamos buscando muito a parceria com a Petrobras. Aqui, tem uma característica fundamental: 1% do faturamento do petróleo tem de ir para P&D. Essa é a diferença fundamental. Por que a BG – British Gas vai fazer um centro de P&D no Brasil? Porque ela vai ter de investir em P&D. Então, isso que exigimos da cadeia de petróleo, temos de começar a exigir de outros setores, se quisermos assegurar um fundo de investimento permanente para essas cadeias estratégicas que mencionamos.

Próximo.

A tecnologia está expandindo muito fortemente em várias áreas – não vou entrar em detalhe. Ela está mudando o mix de produção e avançando também na área de sustentabilidade, de novas matrizes energéticas.

Então, é um ciclo. Os três eixos, pré-sal, mudança do mix e sustentabilidade, são um grande ciclo de inovação que está em curso, capitaneado pelo Cenpes, que é uma estrutura fantástica. Recomendo a todos os Senadores que conheçam, porque é absolutamente fantástica a capacidade de pesquisa do Cenpes.

Próximo.

Eu queria entrar no assunto do programa de satélite brasileiro. O Rollemberg estudou bastante isso, pois coordenou um estudo ainda no âmbito da Câmara. Primeiro, precisamos de um satélite geoestacionário, seja para a banda X na área militar e estratégica, seja

para a meteorologia, seja para o controle do tráfego aéreo. Se não o tivermos até 2025, perdermos o controle do tráfego aéreo brasileiro. Isso é um grande desafio para o País. Também precisamos de satélite para comunicação fixa, móvel, TV, banda larga, em especial para região amazônica. Na minha visão, com fibra ótica, nunca chegaremos a todas as cidades da Amazônia. Não há como fazer. Então, os grandes centros da Amazônia poderão ter fibra ótica – a Manaus, chegou agora, pela Venezuela -, mas, para a pequena população ribeirinha das pequenas cidades, precisamos de um satélite público aberto, de preferência construído por vários países amazônicos, para reduzir o custo e para viabilizar a iniciativa, para podermos oferecer banda larga rapidamente e iluminar a região amazônica.

Próximo.

O que estamos construindo em termos de estratégia? Primeiro, a participação da indústria nacional em todo o processo. Não podemos mais simplesmente comprar coisa pronta lá fora. Temos de desenvolver tecnologia própria, exigir parceria, ter uma atitude mais agressiva nessa área. Muita coisa já vinha sendo feita.

Segundo, nossos satélites têm de ser compatível com o Cyclone 4, que é o nosso projeto da ACS. Aqui, temos um problema. Essa é uma parceria com a Ucrânia. O Brasil colocou duas vezes mais recursos que a Ucrânia nessa empresa binacional. O nosso coordenador dessa área, o Presidente da Agência Espacial Brasileira, o Prof. Raupp, que aqui nos acompanha, estará dia 2 lá, negociando com a Ucrânia. Ele foi Presidente do SBPC, participou do programa na gestão de Renato Archer e conhece profundamente a área. Estamos buscando equilíbrio com a Ucrânia para que a gente aporte recursos do mesmo volume. O Brasil não pode sustentar esse projeto porque a nossa responsabilidade é a Base de Alcântara. O foguete é responsabilidade da Ucrânia. E nós queremos isonomia no aporte. Estamos buscando concluir essa negociação porque é um projeto importante e temos um veículo comercial capaz de lançar os nossos satélites e queremos consolidar o VLM e o VLS.

Esse é o projeto onde a gente busca autonomia tecnológica, o projeto de maior desafio que corre paralelo e vai continuar sendo desenvolvido. Próximo.

Esse é nosso ciclo. Cybers são os nossos satélites com a China. Vamos lançar o próximo Cyber 3 e o 4. Estes dois estão em construção. Depois, há alguns projetos planejados para a Amazônia e a para a pesquisa que são os LATs. Esse aqui para a área oceânica. Então, estamos em várias linhas.

Esses primeiros aqui servem para o monitoramento de desmatamento e outras funções. Os outros

são: plataforma multimissão e esses são geoestacionários. Próximo.

Essa aqui é a indústria que temos no Brasil onde eles estão. Estamos buscando impulsionar toda essa cadeia industrial para que a gente tenha tecnologia própria, gere emprego, gere impulso ao desenvolvimento. Não dá para fazer satélite e programa espacial sobrecarregando o Estado. Você tem que ter a iniciativa privada com parceiro estratégico. Próximo.

Essa aqui é a fábrica do Ceitec que está pronta. Essa aqui é uma fotografia, não é uma fotografia. Nessa fábrica investimos R\$400 bilhões. A fábrica está pronta e será a nossa primeira fábrica para produzir semicondutores. Quero dar um dado: uma tonelada de semicondutores custa US\$850 mil. Nós precisamos de 21 mil toneladas de minério de ferro para comprar uma tonelada de circuito integrado.

O que é semicondutor? Inteligência aplicada. Qual é a dificuldade? Só vinte países produzem semicondutores. Nós não temos mão de obra especializada no Brasil, essa fábrica usa quinze gases altamente poluentes inclusive cianureto. Na sala limpa, se houver um acidente, tem-se vinte segundos para tirar todos os trabalhadores. Então, estamos fazendo *check-out* para verificar se todos os equipamentos. É uma empresa internacional que está fazendo essa avaliação para a gente dar a partida a partir de um tubo.

O que pretendemos com essa fábrica? Aprender a fazer. Produzir *chips* dedicados: *chip* do boi, *chip* para a Casa da Moeda, alguns *chips* que vão ter um papel importante. Mas não será uma indústria de ponta. Precisamos de iniciativa privada, de grandes empresas virem hoje em parcerias para a gente desenvolver essa área de semicondutores.

Se nós usarmos bem o nosso mercado interno vamos atrair esses investimentos e com essa fábrica a gente começa a impulsionar *design house*, que é o preço da metade do *chip*. Hoje, em torno de metade, 30, 40, 60%. É o desenho do *chip*. A gente começa a criar tecnologia e fortalece esse núcleo de *design house*, começa a formar recursos humanos e aprender a fazer semicondutores no Brasil. Próximo.

Para concluir. Queremos transformar, a médio prazo, a FINEP em um banco público. Como eu já disse, estamos capitalizando a FINEP para ter mais recursos para empreender nesse ano. Peço o apoio de todos na aprovação da MP que veio.

Estamos buscando construir novos fundos setoriais e, aquilo que acontece com o petróleo, gostaríamos que acontecesse no Sistema Financeiro. Recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento. Na indústria da construção civil estamos com uma negociação avançada com a Cbic – Câmara Brasileira da Indústria

da Construção para criar um centro de pesquisa, sobretudo de economia de indústria da construção civil renovável que substitua, que sequestre carbono, que desenvolva novos materiais criando o fundo setorial.

Com a indústria automotiva precisamos descobrir o nosso modelo automotivo. Nós somos a quinta indústria do mundo e nós não temos um centro de P & D no Brasil e a indústria de mineração também, a Vale, começa a fazer alguma coisa na área de P & D e precisamos avançar nesses esforços em setores estratégicos, criando novos fundos setoriais.

Esse é um diálogo com a indústria, com o Congresso e com o Governo. Nós não queremos tirar recursos desses setores para outros setores. Queremos que eles invistam em pesquisa e desenvolvimento para o Brasil criar cada vez mais capacidade de inovação e desenvolvimento.

Estamos tentando aumentar a CID tecnológica, é difícil por causa das regras internacionais e a política de royalties do pré-sal que queria concluir com isso. Próximo, por favor.

É o seguinte: se for aprovado o projeto que os Governadores e Prefeitos estão solicitando ao Senado e na Câmara que tem uma motivação básica: distribuir melhor os *royalties* do petróleo, não concentrar nos Estados produtores. Eu sou totalmente simpático à tese de distribuir com mais equilíbrio, sem prejudicar os Estados produtores, porque o ICMS não é taxado na origem, e o que compensa são os *royalties*. Todo o resto de ICMS é taxado na origem. Então, não pode um Estado que produz petróleo ficar sem o ICMS e sem os *royalties*. Tem que ter uma compensação, mas tem que distribuir com justiça. Onde está o problema? Setenta e oito por cento dos *royalties* iriam para os Estados e Municípios. Qual é o risco dessa política? Primeiro, que o petróleo é uma energia não renovável. Temos que usar o petróleo para criar um Brasil pós-pré-sal. Se usarmos esses recursos para o gasto corrente da máquina pública, o que é que vamos deixar para as futuras gerações? Essa, talvez, seja a melhor possibilidade histórica que o Brasil construiu nas últimas décadas.

Eu me lembro do artigo que o Celso Furtado escreveu e depois transformou num pequeno livro, quando a Venezuela, em 1974, descobriu os grandes campos de petróleo. E ele dizia: 'É o primeiro país que pode ficar desenvolvido, romper os limites do subdesenvolvimento ou não. Depende de como vai usar essa riqueza'. E olhem para a Venezuela, olhem para os países produtores de petróleo. A maioria não seguiu uma trajetória de salto histórico. A Noruega conseguiu, mas construiu um fundo soberano e investiu fundamentalmente em setores estratégicos.

A nossa proposta é que, se for mantida como está a proposta que foi votada e o Presidente Lula vetou, o Ministério perderia este ano R\$900 milhões. Já teria perdido. Em nove anos, perderemos R\$12,2 bilhões, sem o pré-sal. A perda relativa é muito maior.

Então, o que estamos pedindo? Que a gente priorize no pré-sal educação, ciência e tecnologia. Se nós priorizarmos educação, ciência e tecnologia para os Municípios, para os Estados, para a União, vamos criar uma base diferente neste País, vamos usar essa riqueza para fazer a transição para uma economia de baixo carbono, para uma economia com mais distribuição regional e social da renda e para uma economia do conhecimento, que é o desafio do futuro. Vamos poder criar recursos humanos, inovação, pesquisa, para disputar os setores estratégicos que são portadores de futuro. O risco é nos acomodarmos e sermos um grande exportador de matéria-prima agrícola, mineral e de petróleo sem dar o salto histórico que podemos dar com a capacidade financeira que o Estado brasileiro terá a partir do pré-sal.

Próximo.

Para concluir, estamos buscando reformular o marco regulatório, para atrair mais investimento externo direto. Estamos buscando agilizar – eu falei aqui – o processo de registro de patentes. Fizemos uma parceria com o Movimento Empresarial pela Inovação, a CNI; eles fizeram um belo trabalho para agilizar patentes, estamos trabalhando juntos já para tentar concluir isso o mais rapidamente possível. Nós fortalecemos a ideia da Embrapa da indústria e o Sibratec; melhorar os incentivos fiscais, vinculando a conteúdo local a solução de importações. Quer dizer, incentivo fiscal tem que ser dado para quem produz no Brasil. Não podemos dar incentivo... Tem montadora, por exemplo, chegando, que não é uma montadora, é um CKD, as peças e partes são todas importadas e nós damos incentivo fiscal. Tem que ter conteúdo local, tem que ter autopeça feita no Brasil, tem que ter P&D no Brasil. Se não mudarmos de atitude, a aparência é muito boa, porque, exportando *commodities* com os preços que eles estão, com o pré-sal, o Estado vai ter renda para fazer políticas sociais e vamos ter emprego e vamos ter um bom período, mas não vamos plantar um Brasil com futuro, um Brasil estratégico.

Então, os incentivos fiscais têm de ser repensados. Tem que ter o modelo do *tablet*, que é um modelo que vamos defender para outros setores da economia. Até setores tradicionais, como a indústria automotiva. Produziu mais no Brasil tem mais incentivo; produziu no Brasil tem mais crédito público. Importou, está fora de qualquer benefício. Nós já estamos com o câmbio apreciado, temos uma estrutura de alto custo, se não

fizemos isso, estamos... É só olhar no balanço comercial do Brasil o nível de deterioração que estamos tendo.

Por último, já fizemos isto aqui: agilizar a importação de insumos. É um problema que já está resolvido pela CNPq.

Próximo.

Nós estamos fazendo um grande programa de comunicação para popularizar ciência e tecnologia. Não dá para os nossos jovens imaginarem que o único projeto de vida é ser jogador de futebol ou tocar numa banda, ou a menina achar que vai ser bailarina ou modelo, e todos querem ir para o BBB. Não dá. Precisamos criar uma cultura de valorizar a aspiração de ser um cientista, de ser empreendedor, de ter uma visão de inovação, de ser um profissional qualificado, e isso passa por um diálogo com os meios de comunicação. Eu vi, por exemplo, a Globo News fez uma série sobre inovação na semana passada, espetacular, mostrando. Vocês viram a olimpíada da matemática, que é uma das coisas que a gente vem fortalecendo muito. Vinte milhões de jovens; cenas fantásticas, uma menina de treze anos aqui, de Minas Gerais, de uma cidade de três mil habitantes, cega, que ganha a medalha e ganha o equipamento para poder usar o computador e poder se desenvolver; o menino tetraplégico que o pai levava de carrinho de mão para a escola, no Ceará, e que ganhou quatro vezes a medalha; um jovem, por exemplo, de Santa Isabel, no Vale da Paraíba, ganhou quatro, cinco vezes a medalha, fez o ITA, fez a MIT, está lá estudando MIT, montou uma escolinha de matemática na cidade dele, em Santa Isabel, e três alunos ganharam a olimpíada este ano com os amigos dele, que estão dando aula do ITA.

Então, nós queremos criar agora a Olimpíada de Ciência e Tecnologia da Informação. Nós damos 3,5 mil bolsas de iniciação científica para a Olimpíada da Matemática e tinha que dar dez mil, mas nós não temos recurso para dar. E vamos tentar expandir para outras áreas.

Por último, a tecnologia assistiva para deficiente. Nós temos aí mais de vinte milhões de pessoas com algum nível de deficiência – a terceira idade aumentando aumenta o nível de deficiência. Nós fizemos um estudo com dez países, desenvolvemos tudo o que há de melhor em termos de tecnologia assistiva, e a nossa expectativa é garantir uma linha de crédito para a população de baixa renda, uma linha de financiamento para quem quiser produzir equipamentos para pessoas com deficiência no Brasil e também usar a tecnologia para inclusão social dessa população e dar um salto de qualidade.

Essas são as diretrizes gerais que nós estamos desenhando. Eu estou inteiramente aberto à discussão

desta agenda, mas só queria pedir, Presidente, para sair da agenda e dizer o seguinte: eu tenho todo interesse em discutir essas matérias que foram publicadas na *Veja*, sempre tive uma atitude absolutamente transparente, imediatamente pedi para vir ao Senado, estive aqui oito anos, tenho orgulho de ter sido Senador da República, acho que o Senado deve, sim, fazer esse debate, e eu quero prestar todos os esclarecimentos que me for dada a oportunidade.

Essa é a atitude que a gente tem que ter na vida pública. Eu não devo, não temo esse debate, faço questão de enfrentar essa discussão, é absolutamente fundamental que tudo seja esclarecido, e eu estou inteiramente à disposição dos Senadores para fazer também essa discussão, mas não quero e não queria que a gente perdesse esse foco estratégico do País. Que o Brasil saiba que este é um Ministério de política de Estado suprapartidário, que nós temos que trabalhar olhando para o futuro, e vou continuar me empenhando ao máximo para manter essa agenda e impulsionar essas diretrizes que nós apresentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante. Quero parabenizá-lo pela exposição e passo a palavra para o primeiro orador inscrito, que é o autor do Requerimento nº 33, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, antes eu queria sugerir que V. Ex^a convidasse o Presidente da Finep para...

Ele estava aqui em pé, mas já está aí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senão vamos ter que acomodar toda equipe do Ministro Aloizio aqui na mesa e aí complica para ele.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu fui autor do requerimento, apresentado em 7 de junho, de convite ao senhor para vir aqui discutir economia e competitividade, a importância da inovação. Contudo, eu vou começar, Ministro Mercadante, elogiando sua postura de querer falar sobre as matérias da *Veja*; de vir aqui, de prestar esclarecimentos desde o primeiro momento, de dar as entrevistas necessárias. Eu acho que esse fato é importante. Então, quero começar esta audiência que trata sobre inovação – e eu tinha aqui um conjunto de perguntas –, dando espaço para V. Ex^a falar a esta Comissão, falar a este Senado.

Eu estou convencido de que já houve quem teorizasse sobre revolução permanente, mas aqui a gente vive uma estratégia que é de crise permanente, para tentar paralisar algumas ações do governo. Eu acho que essa iniciativa – e eu quero perguntar de início – mostra também que a base deste Governo não quer

ficar numa postura defensiva, quer que o senhor venha aqui, que fale, que preste esclarecimentos, então o senhor tem esse tempo.

Nesta minha primeira pergunta, eu queria saber do senhor: há fatos novos? O que há de novo? Essa relação com o ex-Governador Orestes Quércia, o senhor foi aliado do Governador Orestes Quércia? Isso foi ventilado naquele momento? Essa última reunião, agora, colocando a Ministra Ideli – e a Ministra Ideli soltou uma nota, e eu quero ler um breve trecho dessa nota que foi publicada ontem:

“Não participei de reuniões que tivessem como tema a elaboração de material contra o candidato ao Governo do Estado de São Paulo, José Serra, no ano de 2006. Na condição de líder da bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, fui chamada ao gabinete do então líder do Governo, Aloizio Mercadante, para uma reunião em setembro do mesmo ano para tratar de um depoimento que seria dado ao Conselho de Ética do Senado”.

Eu queria que o senhor falasse sobre essa reunião, se participou o Sr. Jorge Lorenzetti, ou seja, estou abrindo mão das minhas perguntas sobre inovação tecnológica, para que o senhor fique livre para fazer a explicação ao Senado federal sobre essa matéria da revista *Veja*.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu agradeço, Senador Lindbergh. Eu farei, então, uma exposição organizada que, talvez, ajude pelo menos as pessoas conhecerem a nossa visão e a nossa interpretação de tudo o que ocorreu com esse lamentável episódio de tentativa de montarem um dossiê na campanha eleitoral de 2006.

Primeiro, naquela ocasião, foi feita uma CPMI no âmbito do Congresso Nacional. Tratava, inicialmente, do caso sanguessuga, mas passou a tratar também do chamado caso dossiê dos aloprados. Essa CPI ouviu todos os envolvidos. A Polícia Federal tinha prendido alguns, foi identificando, por quebra de sigilo telefônico, todos os envolvidos. Todos foram convocados a ouvir. A oposição arguiu um a um, questionou um a um. No relatório final da CPI, não consta sequer menção ao meu nome. A conclusão da CPI era de que eu não tinha qualquer tipo de envolvimento nesse episódio.

Em seguida, a oposição entrou com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral. Na época, todo o esforço era fazer os vínculos com a campanha nacional presidencial do PT, com o PT nacional. Estariam trabalhando oito pessoas no comitê. Em São Paulo, tinha um único assessor. Todo o esforço era porque eu tinha perdido a eleição, o Lula estava no segundo

turno, que, evidentemente, nunca teve, nunca teria – a história dele mostra – nenhuma participação numa coisa como essa. Mas a representação era focada na eleição presidencial. Não mencionaram meu nome na representação. Apesar disso, quando a Polícia Federal conclui o inquérito, ela me inclui como indiciado.

O que diz o Procurador-Geral da República Antonio Fernando de Souza, que indiciou dezenas de parlamentares, inclusive do meu partido, de Senadores, talvez um dos mais duros, rigorosos Procuradores da história recente da República? O que é que ele diz no seu parecer? Eu quero ler os trechos, para que fiquem bem clara essa questão.

A primeira tese dele: “Cumpre, primeiramente, registrar a absoluta ilegalidade do ato da autoridade policial.”

Ele diz que foi ilegal o ato da autoridade policial e que ele não poderia ter me investigado sem a autorização do Supremo. E aí pede a anulação do indiciamento.

Mas não é isso que eu vou discutir aqui. Eu quero discutir o mérito da questão e do parecer dele. O que é que ele diz, no mérito, sobre tudo que se passou? Ele descreve todas as investigações, os responsáveis, os envolvidos no item 25, na página 5, do seu parecer: “Entretanto, pode-se afirmar, com segurança, que não há um único elemento nesses autos que aponte para o envolvimento do Senador Aloizio Mercadante nos fatos.”

Não há um único elemento nesses autos que aponte para o envolvimento do Senador Aloizio Mercadante nos fatos.

No item 28, seguindo a mesma linha:

“A quebra do sigilo telefônico dos envolvidos não apontou contatos entre o Senador e os demais envolvidos, seja nos dias que antecederam à prisão em flagrante de Gildemar passos e Valdebran Padilha, seja nos dias posteriores. As ligações feitas por Hamilton Lacerda nos dois telefones utilizados por ele no período também não registraram ligações para o Senador Aloizio Mercadante.”

No item 32: “As conclusões das perícias desautorizam a presunção da autoridade policial de envolvimento do Senador Aloizio Mercadante, que se revela arbitrária.”

Foram feitas quatro auditorias sobre as minhas contas de campanha. Todos os responsáveis pela conta de campanha, sigilo telefônico, fiscal, tudo foi absolutamente checado e não há um único envolvimento deles nesse episódio.

E aí ele conclui: “A pretensão da autoridade de transferir para o Senador o ônus da prova, a sua inocência, dada a ausência de provas, conflita com o

sistema constitucional vigente”. Ou seja, como não há explicação, transfere o ônus da prova”.

Ele diz:

“O Direito Penal brasileiro, orientado pelos princípios constitucionais da legalidade absoluta, da presunção da inocência e da dignidade da pessoa humana, somente permite o início da persecução penal quando baseada em provas, mesmo indiciárias que demonstrem a existência de crime e que o denunciado seria o seu autor. Até mesmo a instauração de processo investigatório pressupõe a existência de indícios mínimos de autoria, sem o que estará configurada situação de manifesto constrangimento ilegal ao investigado”.

E, de posse desse parecer, do qual resumi os trechos que me parecem mais contundentes, ele conclui: “*Requeiro a anulação do indiciamento e o arquivamento do inquérito em relação ao Senador Aloizio Mercadante*”.

Com esse parecer, que foi a voto, os onze Ministros do Supremo, todos, Joaquim Barbosa... Vou citar aqui a sentença final do Supremo. Não tenho aqui em mão. Estavam Joaquim Barbosa, a Presidente era a Ellen Gracie, Ricardo Lewandowski...

Vou ler aqui o nome dos Ministros do Supremo presentes na sessão, todos: Ellen Gracie, Presidente; Sepúlveda Pertence, Relator; Marco Aurélio de Mello, Gilmar Mendes, Cesar Peluso, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski e Carmem Lúcia.

Como eles votaram? Por unanimidade:

“O Tribunal, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, determinou a retificação da atuação para inquérito. Também por unanimidade, deferiu o arquivamento do pedido em relação ao Senador Aloizio Mercadante Oliva e deferiu habeas corpus, de ofício, relativamente a José Giacomo Baccarin”.

Também uma coisa inédita no Supremo, que eu saiba. De ofício, eles inocentaram o Baccarin, porque não era o fórum adequado, porque não viram nenhum indício de participação das finanças da minha campanha nesse episódio.

A pergunta é a seguinte: Tem alguma coisa nova? Algum fato novo? Tem um fato novo, aparentemente novo. Surge agora a história... Vou aqui reproduzir a matéria da **Veja**. A matéria que está escrita, publicada, que é apresentada como fato novo. Em síntese, o raciocínio da matéria é o seguinte: “*O Mercadante disse que tudo estava pronto em São Paulo, que o dinheiro estava pronto em São Paulo, e não estava*”.

“Os petistas ficaram quatro dias em São Paulo aguardando o dinheiro, que demorou a chegar”.

“A avaliação era que o dossiê poderia levar à disputa do segundo turno. Os dois, Mercadante e Quércia, fizeram parceria, inclusive financeira. Parte do dinheiro vinha do PT de São Paulo. A parte mais significativa era do Quércia”.

Pelo menos não vinha da minha campanha porque eu chamei, mas não tinha dinheiro, e fiz uma aliança com o Quércia para pagar a conta.

Depois: *“Em caso de vitória do PT, ele, Quércia, ficaria com um naco do Governo Mercadante”.*

Eu pergunto, com toda sinceridade, primeiro, se é nova essa tese. Não, não é nova. Ela foi fartamente alimentada na imprensa à época: que o Quércia estava envolvido, que era responsável.

Vou ler uma nota, pelo menos, para que fique bem claro esse episódio. Nota do jornalista Tales Farias, hoje é diretor do iG, à época era editor do *Jornal do Brasil*, onde diz o seguinte:

“Planalto, sigam Orestes Quércia. O presidente Lula jura de pés juntos que nada tem a ver com a compra do dossiê contra o candidato do PSDB ao Governo de São Paulo, José Serra. No Palácio do Planalto, circulam duas versões, ambas esbarram no candidato do PMDB ao governo de Estado, Orestes Quércia. A primeira da conta de que Quércia apresentou já no seu programa de TV de sexta-feira a imagem da capa da revista Istoé com entrevista do Vedoin. Para isso, a capa estaria que está na mão da equipe antes do meio-dia, o que mostraria uma forte ligação entre Quércia e a tal entrevista”.

Outra versão do Planalto:

“A lambança teria sido feita sido feita por uma ala do PT de São Paulo que não morre de amores pelo candidato do partido a governador, Aloizio Mercadante. Lançando a suspeita sobre ele, estariam tirando-o do páreo da disputa pelo comando do PT do Estado de São Paulo”.

Então, essa tese apareceu na imprensa. Ao longo da investigação ela foi completamente desprezada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. E a conclusão do Procurador-Geral da República, com todo esse material em mãos, é aquela que eu li. Agora, por que volta hoje? Porque o caixa está morto. Porque, se ele estivesse vivo, nós estaríamos discutindo isso aqui? Eu pergunto se a oposição convocaria o Quércia para estar aqui esclarecendo esse episódio. Por que não lançaram isso na campanha eleitoral? O Quércia é

aliado do PSDB, todo mundo sabe disso em São Paulo, nunca foi meu aliado. Jamais tive uma conversa pessoal de qualquer natureza, muito menos na campanha eleitoral, em que ele era meu adversário. E com uma história fantasiosa dessa! Quer dizer...

Porque, na realidade, a fita não fala... Eu vi a fita hoje, porque transcreveram um trecho da fita. Então, na fita, fala do Hamilton, que o contato era o Hamilton, o Hamilton Lacerda, que foi assessor meu por cinco meses. Fala o seguinte: “O Valdebran foi para lá ficar duas horas, e ele foi preso no quarto dia. Se o Mercadante não tivesse mentido para o Valdebran[...]”. Porque aí não fui nem eu, porque a logística da coisa era o Hamilton e o Valdebran. “[...] Ele chegou lá e não estava o dinheiro. Ele ficou naquele desespero, falando dos Vedoin.”

Em seguida, ele fala assim: “O Quércia, que disputava também, os dois fizeram uma parceria, por isso tem dinheiro do Quércia. Surgiu essa parceria, inclusive financeira. Estava lá o Hamilton Lacerda”.

Bom, então, o tempo inteiro, quer dizer, quando falam de mim, falam do Hamilton Lacerda. E tinha um assessor da campanha, que é o Hamilton Lacerda, é público.

O que o Hamilton Lacerda disse? Porque a história é fantástica. Você imagina se eu ia cometer um erro na minha campanha de R\$1,7 milhão! Pedir para as pessoas irem para receber esses recursos, aí eu não tenho o recurso, aí saio correndo atrás do Quércia – que é um sujeito que foi governador de Estado, presidente de partidos, Senador da República, um homem extremamente experiente –, e o Quércia paga para mim, para ter um naco no meu governo, numa campanha que tudo indicava que nós não ganharíamos a eleição. Para de pé uma história dessa? Se o Quércia estivesse vivo, ele estaria aqui para desmentir como desmentiu na época. Só dava para lançar essa hipótese cinco anos depois, porque ele não está aqui. É só olhar o histórico do Quércia, com quem ele esteve por todos esses anos.

O Quércia estava morrendo no hospital, gente! Era comigo a relação? Não era! Nunca foi! Não é correto fazer isso. Até, para mim, seria cômodo. Ou seja, não tem dinheiro na minha campanha, o PT é de São Paulo, o Quércia que explique. Mas não é verdade! Não acredito nisso. Não vejo a menor possibilidade dessa hipótese. Sobretudo, eu não sei o que eles fizeram, mas eu sei o que eu não fiz. Eu jamais procurei Orestes Quércia. Qualquer coordenador da campanha dele, a família dele e os companheiros dele sabem que nós nunca tratamos, muito menos na campanha política, em qualquer momento da história, eu e ele pessoalmente, muito menos naquela campanha, qualquer

relação pessoal. A não ser nos debates públicos, nos eventos em que ele estava presente.

Então, não para de pé, no meu ponto de vista, essa ilação.

Agora, eu quero voltar ao Hamilton Lacerda. Quem é o Hamilton Lacerda?

O Hamilton Lacerda era um engenheiro eletrônico formado pela Unicamp. Foi presidente do DCE da Unicamp. Foi dirigente da União Nacional dos Estudantes. Fez curso de pós-graduação na GV Escola de Governo. Foi três vezes eleito Vereador em São Caetano, foi o vereador mais votado na cidade. Era coordenador do PT da macro de São José dos Campos, no ABC. E trabalhou comigo cinco meses na campanha e veio pelo o partido – cinco meses. Era um quadro partidário que trabalhou comigo na campanha durante cinco meses.

O que o Hamilton diz? Quando eu soube que ele tinha ido à *IstoÉ* tratar de um assunto dessa natureza, eu imediatamente chamei uma coletiva e demiti o Hamilton. E ele mandou uma carta, pedindo demissão. Eu vou ler um trecho da carta dele – foi publicada também, longamente, naquela época:

De livre e espontânea vontade, procurei a revista *IstoÉ* para falar sobre o assunto. O candidato Aloizio Mercadante, que sempre condenou essa prática, não soube e nunca foi informado dessa minha iniciativa. Lamento ter cometido esse erro e aproveito esta nota para apresentar o meu pedido de desculpa.

Não teve, sempre condenou essa prática e nunca foi informado dessa minha iniciativa, lamento ter cometido esse erro e aproveito esta nota para apresentar o meu pedido de desculpa. Podem falar assim: bom, essa é uma nota escrita.

Quando ele veio aqui na Câmara, no Senado, na CPI, o Senador Suplicy perguntou para ele assim: “Qual foi a sua motivação? Por que você participou desse episódio?” Ele começa a falar – há imagens, seria bom que passassem, que alguém visse, se quisessem checar o que aconteceu. Ele se emociona. O Suplicy fala assim: “dêem água para ele”. Ele bebe um pouco de água e termina. A fala final dele, que está falando em dossiê, em checar veracidade, é a seguinte:

“De alguma maneira, essas informações foram checadas, e o que me foi solicitado era o espaço, cavar um espaço para um furo de reportagem. Se isso desse repercussão, a revista seria publicada na sexta feira, o próprio e outros programas eleitorais dos partidos repercutiriam”.

Nós fizemos a opção de não repercutir, de não colocar, seguir a grade de propaganda do Senador Mer-

cadante. Por quê? Porque a denúncia não havia sido discutida na coordenação da campanha. Vou repetir: a denúncia não havia sido discutida na coordenação da campanha. A minha campanha não colocou a denúncia na televisão. E eu não permitiria que colocassem. A imprensa perguntou se eu iria usar isso. Eu disse que não iria colocar no programa de televisão – eram os últimos dias da campanha – porque a denúncia não havia sido discutida na coordenação de campanha. Aí, ao contrário do que parece, chamo o meu papel de responsabilidade, dele, Hamilton. Fiz, sim, uma ação como militante, dirigente partidário de enxergar uma denúncia, uma possibilidade de atender o interesse público, de desvendar algo para a sociedade que não estava desvendado ainda. Ao mesmo tempo, se isso tivesse repercussão positiva, ajudar naquela campanha em que eu naquele momento estava empenhado. Então, essa é minha motivação e, portanto, assumo minhas responsabilidades políticas frente a isso e tomei as minhas decisões em função disso.

Quando do episódio do Senador Mercadante tomar contato com essa história, eu prontamente pedi minha exoneração e entendi da questão de falta de confiança. Disse que ele tinha quebrado a confiança, muito embora eu tenha uma avaliação que é o que falei que não cabe aqui fazê-la. Mas de qualquer forma não só pedi o afastamento da coordenação de campanha, como publicamente, na minha nota, pedi desculpas a ele. Agora, se isso, falando com a emoção com que ele falou aqui no Senado e já tinha publicado em nota e que está nos autos, é o que o Procurador Geral da República... E ele não falou nos telefones que ele falava comigo; se ele falou naqueles telefones não foi comigo; nenhum deles conversou comigo nem durante nem depois da operação nesse período que está aí o hotel. É só procurar. Jamais falei com o Quércia! Durante a campanha jamais tive uma reunião. Agora, por que não jogaram isso na campanha, quando eu era candidato agora há oito meses? Porque o Quércia estava vivo. Não iria durar meia hora essa história. Depois de o Quércia morto, pode-se fazer qualquer ilação em relação a ele. Ele vivo, não se sustentaria porque todo mundo sabe em São Paulo que não éramos aliados, não era verdade. Tanto eu acho que as lideranças responsáveis do País pensam assim que a representação do PSDB feita para reabrir o caso não fala no Quércia como mentor e principal financiador. Não cita essa história. É a única coisa de novo; o resto todo já está nos autos. Tudo está nos autos. Novo, quer dizer, novo em termos de publicidade. Eu li notas da época que já falavam na possibilidade de envolvimento do Quércia; isso foi fartamente divulgado tentando envolver o Quércia. Não sei quem, não sei com

que propósito. Eu nunca participei disso e estou aqui, de peito aberto, dizendo que da minha parte jamais articulei qualquer questão naquela campanha com o Quércia. Isso não procede.

Sobre a *Veja* nº 2. Eu, logo depois do ocorrido, fui procurado, acho que foi a Folha de São Paulo na época que me procurou e perguntou se eu havia conversado com algum dos envolvidos. Eu disse: conversei. Além do Hamilton, que era meu assessor. Claro que ele mesmo assumiu que nunca havia falado nisso, que houve quebra de confiança, pediu desculpas públicas. Fui procurado pelo Osvaldo Bargas, secretário geral do Fórum Sindical do Ministério do Trabalho à época, ex-metalúrgico do ABC, sindicalista, pedindo uma audiência comigo para tratar do depoimento do Vedoin no Conselho de Ética. E eu não concedi, eu estava líder do governo na época, vocês sabem que a gente aqui, naquela época, a força da Oposição, 11 comissões, plenário, medida provisória e ainda uma campanha para governador, eu falei: não tenho condições de tratar desse assunto. Não, quer falar, quer falar, quer falar... Eu disse: muito bem, qual é o problema? Falei: trata com a bancada. Ele disse: Quero falar com você. Aí ele veio e trouxe o Expedito Veloso, que eu só vi uma vez na minha vida, nunca tive nenhum tipo de relação. Eles vieram e falaram o seguinte: esse sujeito está fazendo insinuações a seu respeito sobre a máfia dos sanguessugas. Você tem que tomar cuidado com o depoimento dele amanhã, porque ele pode te atacar. Eu falei, gente, me deixem cuidar da minha vida. Não estou preocupado com esse assunto. Está aqui. Eu falei para ele. Até o Arthur Virgílio já me defendeu dessa insinuação.

Está aqui: "Arthur Virgílio: não acredita em envolvimento de Mercadante na máfia dos sanguessugas".

Ele fez insinuações, e eu disse que não só Arthur Virgílio me defendeu...

Arthur Virgílio é um homem de caráter, combativo, mas tem posições claras. Eu disse: eu não tenho uma ambulância liberada pela fraude. Pode vasculhar o que quiser nas minhas emendas. Não tenho. Pode procurar o que quiser porque não há emenda. Esse discurso não para de pé. Deixe ele falar o que quiser. Eu não estou preocupado com isso.

"Dois terços das ambulâncias fraudulentas foram liberadas no governo do PSDB e tem que se desvendar isso. Você precisa ir para cima porque isso vai ser importante na campanha."

Eu disse: eu não vou. Não vou para o Conselho de Ética fazer isso. Nunca fiz como Líder Governo. Não faço no plenário e não vou usar o Conselho de Ética na minha campanha. Vocês querem tratar de Conselho de Ética, chamem a Líder da Bancada.

"Ah! Mas ela não recebe a gente."

Eu disse: Ideli, você pode passar aqui? Ideli, amanhã tem o depoimento do Vedoin, dia 5 de setembro. Isso foi no dia 4. Você quer tratar desse assunto no Conselho de Ética?

Ela disse: "Não. Acho errado".

Eu disse: eu também acho completamente errado. Então passem bem!

E eles foram construir o caminho que eles julgaram...

Quem divulgou que houve essa reunião? Fui eu. Eu soltei uma nota depois. Falei com a *Folha* e soltei uma nota explicando no dia 13 de outubro, há cinco anos. Por que eu não diria que o Lorenzetti estava na reunião se ele estivesse? Diga. Há cinco anos, se ele estivesse por que eu não iria dizer que ele estava? Porque eu estava prevendo que cinco anos depois a Ideli ia ser Ministra, e isso poderia criar um elo entre ela e o episódio porque ele é de Santa Catarina? Faça favor, gente!

Fui eu que disse isso aqui. Não foi ninguém. Fui eu que divulguei. O Lorenzetti nunca esteve no meu gabinete durante oito anos. É simples. Em todo gabinete de Senador há funcionário concursado – não falo nem nos que indiquei. Pergunte ao funcionário concursado – o copeiro, o motorista, a secretária, o chefe de gabinete, todos são concursados, estatutários, estáveis –, pergunte a qualquer um deles se o Lorenzetti algum vez na vida entrou no meu gabinete – não entrou. – ou se eu entrei, no Senado, em qualquer gabinete para conversar com o Jorge Lorenzetti. Nunca entrei. Por que enfiaram o Lorenzetti nesta reunião? Para tentar trazer a Ideli, e é uma injustiça absolutamente inaceitável. Não é possível a gente disputar a política nesses termos.

Eu lamento profundamente que no partido haja companheiros, haja militantes, haja dirigentes que venham de uma cultura de enfrentamento como esse episódio demonstra, mas não é só; às vezes ocorre em outros partidos e em outras bancadas. Eu acho um equívoco histórico a gente tratar as coisas dessa forma. Sinceramente, é só olhar para a minha história. A última campanha com o Alckmin teve algum incidente? Um único incidente? Algum ataque? Alguma coisa que fugisse do padrão da disputa legal, correta, pública? Aqui no Senado, quem conviveu oito anos comigo alguma vez me viu fazer isso aqui? Até digo por que não viram. É só olhar e ver que os companheiros que conviveram comigo na oposição ou não estão aqui, ou tenho certeza que pensam que isso não procede. E muitos me ligaram para dizer isso, que não acreditam no que foi publicado e não vão apostar nesse caminho. Eu só quero a verdade e a transparência. Durante todo o processo eu fui absolutamente transparente. No dia

em que saiu a matéria, eu soltei uma nota dizendo: isso não é verdade. Isso é uma ilação, sem nenhuma base fundamental. Só tem uma razão de aparecer agora, uma única razão: só há eu para dizer que não falei com o Quércia. Se o Quércia estivesse vivo, isso não pararia de pé meia hora. Não pararia de pé e por isso não jogaram na minha campanha eleitoral, porque não tinha como sustentar uma coisa sem nenhuma... com esse nível de artificialismo.

Portanto, essa é a minha visão. Tudo o que disseram – tudo, tudo – está nos autos do processo. Não há um fato novo. Nem o Quércia é novo. É só ler o que disse a imprensa na época. Foi jogada essa ilação e foi completamente desconsiderada no curso da investigação. Nada, nada, nada, do que foi publicado é novo; tudo está nos autos, e foi nos autos que eu fui absolvido por unanimidade no Supremo e por um procurador que nunca poupou ninguém nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, ou quer que seja. Ele, que é um dos mais rigorosos da República, disse textualmente: “Não há um indício, um telefonema, uma testemunha, que falasse no envolvimento.”

Agora quando aparece essa fita, vocês podem ver que eles sempre falam da Hamilton Lacerda, como se a Hamilton Lacerda fosse um representante da minha campanha. E que diz que não é não sou eu; é o Hamilton, que disse, com todas as letras, que fez sem uma consulta, sem autorização, que quebrou a confiança e que teve a atitude de pedir demissão e pedir desculpas pública por aquilo por que eu não poderia ser responsabilizado.

Então, estou inteiramente à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

Vamos seguir o Regimento, chamando, alternadamente, Senadores da base e da oposição, evidentemente dentro da lista de inscrição. Se todos estiverem de acordo, faremos... Já existem inscritos 16, 15... Estão ainda inscritos 15 Senadores. Então, eu gostaria de sugerir, fazer uma proposta de fazermos grupos de cinco Senadores, e aí o Ministro Aloizio Mercadante responderia a cada um, porque, se nós fizermos um a um, esta audiência pública vai virar a noite.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É exatamente por isso que há especulações dando conta de que esta reunião foi uma estratégia estabelecida para esvaziar as ações propostas na Câmara dos Deputados, especialmente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. É evidente

que, com esse modelo, com cinco Senadores interrogando, obviamente estaremos compactuando com a adoção dessa estratégia, para que depois se use o pretexto de que já se falou sobre o assunto no Senado Federal, o assunto está esgotado, não há razão para aprovar requerimentos na Câmara.

Essa estratégia foi anunciada com antecedência. A imprensa nos indagou sobre ela inúmeras vezes nos últimos dias. Portanto, Sr. Presidente, não creio que dessa forma se esclareça algo.

O ex-Senador e Ministro Aloizio Mercadante afirmou que está disposto a esclarecer os fatos, e nós queremos contribuir com ele para que ele esclareça, se possível de forma cabal e definitiva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós não queremos prejudicar. Nós queremos dar oportunidade ao Ministro de esclarecer os fatos, porque, com esse modelo de cinco interrogando para depois o Ministro responder pelo tempo que desejar, não vamos esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sou totalmente favorável a que cada um fale o que achar que deve. No seu caso, então, faço questão de que você fale o tempo que achar necessário. Podemos fazer não cinco de vez, não; quero cinco horas de debate. Não tenho nenhum problema com a metodologia. Quanto mais transparência, quanto mais profundidade, melhor para a democracia, melhor para mim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, faremos um a um.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

Quero lembrar a cada um – registro mais uma vez – que vamos no *by the book*, agora. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica. Então, vamos seguir à risca essa orientação e o que o Regimento determina.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Exmº Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Ministro Aloizio Mercadante, ex-Senador, ex-Deputado Federal, com quem tive o prazer de conviver na Câmara dos Deputados e de quem guardo a melhor das impressões, não apenas no que se refere ao conteúdo com que trata dos temas, mas à integridade e à seriedade com que tem conduzido a sua vida pública. Não fui seu colega

no Senado, mas fui seu colega na Câmara e quero dar aqui o meu depoimento. A fala enfática, afirmativa, clara, a conduta de V. S^a de vir a esta Comissão para discutir ciência e tecnologia, colocando-se à disposição para fazer esse enfrentamento, é algo, seguramente, muito importante. Acho que inova na forma e inova na perspectiva de nós darmos um fecho a essa questão para que possamos, efetivamente, tratar dos grandes e importantes desafios que têm esse País. De modo que quero cumprimentá-lo pela forma com que fez a defesa da sua honra da sua integridade e da forma com que tem balizado a sua vida pública, quer como professor, quer como Deputado Federal, quer como Senador da República, e agora como Ministro de Ciência e Tecnologia, dando uma aqui uma demonstração cabal do que veio e do desafio que tem pela frente.

A minha pergunta, Sr. Presidente, não é sobre as questões que foram, aqui, ultimamente relatadas pelo Ministro Mercadante. Mas tem a ver com o *slide* 13 em que o Ministro apresenta de maneira enfática o quanto nós precisamos avançar e o quanto nós precisamos ampliar o protagonismo do setor privado no desafio da ciência e da tecnologia da inovação, sobretudo da inovação que não continue limitado à agenda científica que é muito importante, mas evoluir para uma agenda que possa trazer inovação para o campo da economia, da expansão do valor agregado de nossa economia, de nossas empresas por tudo que podemos citar.

Tivemos recentemente a XI Conferência da Anpei, da Inovação e Tecnologia na Cidade de Fortaleza. Percebemos que alguns pontos de convergência estiveram presentes neste debate. Um deles foi uma crítica das empresas aos processos que estão hoje em vigor e que estão limitando apenas a subvenção econômica por meio das chamadas públicas e restrita a despesa de custeio para P&D. As empresas que precisam ampliar o seu papel de protagonismo colocam em suas agendas a necessidade de recursos também para serem usados em compra de ativos como forma de evoluirmos nessa pauta.

Também como forma de incorporarmos a meritocracia, porque nem sempre através do edital nós estamos elegendo o melhor projeto.

Gostaríamos que V. S^a pudesse abordar esses fatos e a luz dessa experiência que está vivendo no Ministério que tipo de visão acumulada, que tipo de massa crítica temos acumulada hoje para ampliarmos efetivamente o papel do setor privado. Porque quando nós percebemos o papel do setor público do setor privado e consideramos o papel da Petrobrás, é fato que nós estamos ano/luz distantes desse ponto que nós precisamos para que o Brasil possa, de fato, em linha com o que está acontecendo no mundo produzir

resultados mais eficientes para o conjunto da população brasileira.

Finalizando, Sr. Presidente, me chamou a atenção a manifestação do Ministro Mercadante. Sou representante de um Estado que é produtor de petróleo. Meu Estado produz petróleo há quase 50 anos. Nos últimos 42 anos, o meu Estado produziu, em média, entre 16 e 18 mil barris de petróleo. Somente nos últimos anos tivemos uma ascensão vigorosa na produção de petróleo. Esta semana, nós estamos diante de uma Comissão no Senado que vai tentar a construção dessa convergência. Como representante de um Estado produtor de petróleo, evidente que nós queremos também uma distribuição que possa ser justa. No entanto, não podemos nos balizar por uma construção que possa ser feita em cima dos Estados produtores, porque não é verdade que o Constituinte não compensou os Estados não produtores quando escreveu no art. 155 e criando uma excepcionalidade na regra do ICMS, somente para combustível, somente para lubrificantes. É que o ICMS é gravado no destino e não na origem. Também o Constituinte, no art. 20, considerou que os impactos no campo do meio ambiente, no campo da infraestrutura merecem ser, por isso considerou não apenas os *royalties* e também os fundos especiais, a participação especial. De modo que, nesta Comissão, acho que, além de construir esse equilíbrio, nós podemos, sim, construir uma agenda que possa priorizar a ciência, a tecnologia e a inovação, para que o petróleo possa, sim, deixar um legado às futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Ministro Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Ricardo, este diagnóstico é muito preciso. Quer dizer, no mundo desenvolvido, dois terços da inovação vêm das empresas, investimento em P&D; no Brasil, dois terços vêm do Estado. Nós temos que reverter isso e criar estímulos, fomentos e mobilização do setor privado. Nós estamos fazendo isso com os instrumentos, aprimorando os incentivos fiscais e fazendo uma revisão da lei de informática, para reajustá-la, estamos trabalhando fortemente na lei de subvenção, na Lei do Bem; quer dizer, os instrumentos fiscais sempre naquela linha: mais PPB, mais P&D, mais incentivo. Produto importado, sem benefício.

Estamos buscando fortalecer o movimento empresarial pela inovação e o Sibratec, que é uma rede muito interessante, o Armando Monteiro participou ativamente da montagem do Sibratec, o Ronaldo Mota também, que era o nosso Secretário na área de inova-

ção. Temos uns quarenta grupos de pesquisa de ponta hoje para atender a demanda da indústria e estamos agora nesse esforço muito grande com o movimento empresarial pela inovação, a CNI, para criar uma Embraer da indústria, que eu acho que vai ser um salto extraordinário. A agricultura tem a sua instituição de pesquisa, de fomento, de inovação; a indústria não tem. Outros países têm. Na Fundação Fraunhofer, por exemplo, o modelo é: 30% da pesquisa quem paga é o setor privado, 70% é o Estado. Tem 60 laboratórios de pesquisa e ela só atende a empresa para resolver os problemas de inovação. A empresa vai lá: “Eu preciso trocar o mancal, isso aqui não funciona, aquilo ali”, e ela faz a pesquisa aplicada. Com isso, a gente daria uma resposta à micro e à pequena empresa. A micro e a pequena empresa têm mais agilidade na inovação do que as grandes empresas, precisamos estimulá-las a fazer.

Outro instrumento importante são os parques tecnológicos, as incubadoras de empresa de base tecnológica. Temos alguns parques espetaculares, São José dos Campos, Santa Catarina, um Estado que criou uma cultura importante nessa área, o Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, o Fundão, no Rio de Janeiro, e nós temos vários incubadores de empresa de base tecnológica. Estamos fortalecendo a Finep exatamente para ter mais recurso, para ter mais financiamento e vejo aquela linha de criar fundos setoriais, como a indústria da construção civil, a indústria de mineração, a indústria automotiva, o sistema financeiro, para a gente ter mais recursos vinculados à P&D. Então essa é um pouco a nossa estratégia.

Em relação ao petróleo, tem que ter o equilíbrio. Seus benefícios estavam muito concentrados nos Estados produtores. Tem que repartir, porque essa riqueza é muito grande, não faz nem sentido e o pré-sal está a 350km da costa. Mas você não pode desconsiderar que os Estados produtores de petróleo não têm ICMS na origem; o *royalty* é que compensa. Então eles têm que ter um tratamento diferenciado. Agora, no meu ponto de vista, eu daria uma prioridade estratégica aos *royalties* do petróleo: educação, ciência e tecnologia. Se nós fizermos isso, Municípios, Estados, União, daremos um salto extraordinário no Brasil, vamos criar uma sociedade diferente, pronta para o século XXI. Eu acho que esse seria o grande salto histórico que a gente deveria promover.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com relação a usar os recursos do Finep para a lei de editais e para ativo fixo, e não só custeio?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É, nós estamos inclusive buscando mudar os instrumentos da Finep para que ela possa também fazer o papel de financiar

capital semente, empresas inovadoras e participar do capital. Em outros países, o setor privado também faz isso muito bem. Quer dizer, a Finep participar do risco. Ela entra como acionista, tipo BNDESPar. deu certo, ela ganha junto, não só o financiamento. Então nós estamos estudando instrumentos para fortalecer e dar mais agilidade à Finep e focar nos principais núcleos de inovação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, está satisfeito com as respostas do Ministro?

Passamos agora a palavra para o próximo orador inscrito, Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiramente, quero dizer que não era objetivo da oposição trazer este assunto para o Senado Federal. Ele estava sendo tratado na esfera da Câmara dos Deputados e nós esperávamos que, dessa forma, caminhasse. No entanto, o assunto chegou aqui e nós temos o dever, institucional inclusive, de fazer os questionamentos, até para colaborar com o Ministro Mercadante, que deseja esclarecer os fatos de forma cabal e definitiva.

Antes quero dizer – já que aqui ouvimos – que não somos responsáveis pela crise permanente, como se alardeou. A usina de escândalos é o Governo; o escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e aguarda o de amanhã para ser esquecido. Isso tem sido reiterado nos últimos anos no País.

Dizer que não houve prova material desse crime é subestimar a inteligência das pessoas. O que se exigiria como prova material além de uma mala com R\$1,7 milhão apresentada à população do País através da televisão? Os recursos em espécie sem origem anunciada, isso não é prova material? É evidente que é prova material. O que se poderia alegar é que não havia o responsável maior. Ou seja, não se anunciou quem determinou a formatação de um dossiê e o pagamento por esse dossiê. Não havia, portanto, essa prova. Agora há um depoimento, há uma prova testemunhal. E o depoimento não é da oposição. O depoimento é de um alto militante do PT, hoje ocupando um cargo relevante no governo do Distrito Federal.

O que ele disse? Ele disse que o principal beneficiário, um dos arrecadadores do dinheiro para montar toda a farsa foi o ex-Senador e atual Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. O plano foi tocado pelo núcleo de inteligência do PT, mas com o conhecimento e autorização do ex-Senador.

Vou fazer, Ministro Mercadante, a leitura de alguns tópicos, para que V. Ex^a possa esclarecer sobre eles.

O seu coordenador de comunicação à época, Hamilton Lacerda, estava diretamente envolvido nesse

escândalo, já que, comprovadamente, foi quem levou parte do dinheiro utilizado na operação para o hotel Ibis, local em que o pagamento seria efetuado aos empresários Darcy e Luiz Vedoin. Ora, se atualmente ele integra a gestão do Distrito Federal, comandada pelo Partido dos Trabalhadores do qual faz parte, que razão teria para envolver o seu companheiro de partido Aloizio Mercadante nos fatos ocorridos à época em que o dossiê dos aloprados foi descoberto?

O Sr. Expedito foi categórico – repito: ele foi categórico – ao apontar V. Ex^a, Senador Mercadante. Trata-se de reiterarmos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Um minuto, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – (...) denúncia feita por quem esteve envolvido na ação criminosa. Portanto, o Sr. Expedito esteve envolvido nessa ação criminosa.

Eu peço só um instante, Sr. Presidente.

Seria mera ilação de nossa parte afirmar que o então candidato Mercadante, através de Hamilton Lacerda, seu coordenador de comunicação e assessor comissionado no seu gabinete, poderia ter pedido ao seu amigo e suplente na sua vaga de Senador, João Vaccari, que o mesmo viabilizasse recursos junto à Bancoop?

Sr. Presidente, eu tenho aqui – não vai dar tempo, e eu gostaria que V. Ex^a fosse condescendente e permitisse, porque é para o esclarecimento do Ministro Mercadante – os contatos telefônicos entre Hamilton Lacerda e João Vaccari entre os dias 12 e 13 antes da data acertada para o pagamento e 48 horas antes das prisões terem sido efetuadas. Esses telefonemas constituem indício muito sério da participação não apenas do Hamilton Lacerda, como do João Vaccari.

Nesse mesmo dia, Hamilton Lacerda liga para o Sindicato dos Bancários de São Paulo às 22h50min, presidido por Vaccari. Para não ser identificado, usou o telefone em nome de Ana Paula. O uso desse telefone também foi comprovado no inquérito e na CPI. Nesse particular, Hamilton Lacerda permite indagar se ele não teria se valido de um telefone de terceira pessoa justamente para que não soubessem que ele estava a contatar o próprio Vaccari. Portanto, V. Ex^a há de convir que essa atitude de Hamilton Lacerda faz com que a conclusão é no mínimo de que há necessidade de uma investigação mais aprofundada.

No dia 13, em que se dá o pagamento da primeira parcela do dossiê, Hamilton Lacerda chega ao hotel com o dinheiro às 8h51min. Ocorre que, por volta das 7h43min, quando ainda estava a caminho do hotel, ele volta a falar com Vaccari, novamente usando o telefone

em nome de Ana Paula. É certo que Vaccari, em seu depoimento nega tal conversa.

Portanto, há necessidade de se esclarecer essas relações que dizem respeito à presença de João Vaccari – que é, me parece, suplente, ou foi suplente de V. Ex^a, como Senador –, que, por meio desses telefonemas às vésperas do pagamento, comunicava-se com seu assessor de comunicação. Se, à época, o Procurador Antonio Fernando não tinha esse depoimento, certamente ele agiu corretamente ao isentá-lo de qualquer responsabilidade de participação nesse episódio. Mas hoje é um fato novo. Há um depoimento, um depoimento de alguém que esteve envolvido no episódio, que é do Partido dos Trabalhadores, que participou da campanha e que hoje ocupa um cargo relevante na administração do Distrito Federal. Esse depoimento é peremptório e não deixa margem a dúvidas em relação à convicção de quem o faz. E nós, obviamente, desejamos que V. Ex^a possa esclarecê-lo.

Eu indago, se V. Ex^a negar a veracidade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, por favor, peço a V. Ex^a que conclua, porque existem muitos Senadores inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou concluir, apenas fazendo mais uma indagação.

Se V. Ex^a alega que essa afirmação de Expedito Veloso é mentirosa, V. Ex^a pretende processá-lo por calúnia e difamação? Eu acho que é uma medida cabível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro, Senador Alvaro Dias, a ideia de crise permanente não é o sentimento do povo do Brasil em relação ao País, nem ao Governo. Eu vivi aqui no Senado, tentou-se, o tempo inteiro, criar um clima semelhante no passado, e acho que não foi um bom caminho. E o Presidente Lula terminou com 85% de apoio popular.

Eu fiz ali uma breve passagem da história do Brasil, e houve uma figura decisiva para estarmos onde estamos: Getúlio Vargas. Falei aqui da criação do sindicato, do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho, da CSN, da Vale, da Fábrica Nacional de Motores (FNM), Fábrica Nacional de Vagões (FNV), Companhia Nacional de Álcalis, depois Petrobras, BNDES. Tudo aquilo terminou no Palácio do Catete, com manchetes sobre o “mar de lama”, e ele deu um tiro no peito, deixando a mensagem “saio da vida para entrar na história”, que era a única forma de ele desarticular um golpe que estava em curso.

Juscelino Kubitschek saiu escorraçado do País. Não pôde nem voltar ao Brasil. É só olhar a obra que

ele deixou: um homem com valores democráticos, construiu Brasília, deu um salto na industrialização.

Então, a história do Brasil tem se repetido.

Eu não acho um bom caminho, mas entendo que cada um faz o seu papel.

Segundo, é evidente que há prova material no processo. Só não há prova material em relação a qualquer possibilidade do meu envolvimento. É isso que o procurador faz. E ele manda continuar a investigação, e tudo o que V. Ex^a manifestou agora quem apurou foi o inquérito. Os telefonemas foram apurados pelo inquérito, pela quebra de sigilo telefônico! Isso consta nos autos! Não há nenhum fato novo do que V. Ex^a falou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O fato novo é a prova testemunhal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O que V. Ex^a não falou é que eu gostaria que falasse. Então, eu lhe pergunto, porque V. Ex^a não tocou no assunto: V. Ex^a acredita que o principal financiador foi o Orestes Quércia?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O que eu indago a V. Ex^a é se V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não! Eu estou perguntando a V. Ex^a!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não. V. Ex^a está aqui para responder, não para indagar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não, não. Não estou aqui para responder. Estou aqui para...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Está para responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não! Isto aqui não é uma CPI! Eu vim aqui de livre e espontânea vontade. Estou pedindo para, francamente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, permita-me responder com uma pergunta, porque há esta hipótese também: a resposta através da pergunta.

Eu não considero inclusive ética essa tentativa subliminar de transferir o foco para Orestes Quércia, que não está vivo. Essa é a primeira questão.

Nós não estamos considerando o envolvimento de Orestes Quércia, porque ele não está aqui para responder. V. Ex^a está. Vivo, muito vivo, pode responder, e, por isso, estamos questionando. Se houve a participação do Orestes Quércia como coadjuvante nesse processo, não nos cabe agora indagar; cabe indagar de V. Ex^a. V. Ex^a foi quem se propôs a responder aos questionamentos. Por isso a indagação que eu faço é sobre a prova testemunhal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixe-me concluir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, vamos deixar o Ministro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há uma prova testemunhal, que foi fática, do Sr. Expedito Veloso. É sobre isso que V. Ex^a tem que responder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Se V. Ex^a não responder, tenho certeza de que as lideranças responsáveis e importantes da oposição não acreditam. Tanto que a representação do PSDB não cita que o Orestes Quércia foi o principal financiador, porque teriam que ser investigadas as relações, telefonemas, etc.

Na rede de telefonemas, as pessoas que se falam durante todo o processo estão muito bem definidas no inquérito. Não consta um único telefonema para mim. Essas perguntas não têm que ser direcionadas a mim! Não têm que ser direcionadas a mim. Em nenhum momento... Porque, se o Hamilton dissesse “eu fiz qualquer coisa sob responsabilidade da campanha”, eu teria que responder. Quando ele diz, e diz com toda a clareza e com emoção, “a responsabilidade eu assumo inteiramente minha; o Senador Mercadante nunca soube, nunca me autorizou a participar de nada do que participei nesse processo”, fica absolutamente transparente a relação de quebra de confiança que tivemos na campanha, e um grupo de militantes, todos dirigentes com longa vivência política, que tiveram responsabilidade nesse episódio.

Vou ler aqui o trecho do Jorge Lorenzetti: “Todos nós sabemos que a agenda de combate à corrupção no Brasil é uma agenda importante para a sociedade, e ela, no período eleitoral, fica com uma agenda mais importante ainda”.

E o que a gente estava vendo nesse trabalho é que essa agenda Escândalo dos Sanguessugas estava sendo debatida no atual Governo e no Governo Lula. E, pela análise que fizemos nessas nossas sistematizações de informações, constatamos que 75% dos convênios executados na Pan Am vinham do Governo anterior.

Portanto, ele é um processo que nasce, se desenvolve e tem seu ápice no Governo anterior. E era por isso que nós nos interessamos, de ver que era importante que a sociedade tivesse conhecimento disso no sentido de que esse processo foi o atual Governo que identificou, e esse esquema de corrupção foi denunciado e já existia.

No depoimento dele inteiro, ele assume a responsabilidade do que fez. Ele era o coordenador – pelo menos o inquérito o coloca como coordenador – desse grupo. Não há um único contato comigo! Nunca houve! Nem ele, nem nenhum dos envolvidos, um único

telefonema. Esses telefonemas que foram ditos estão no inquérito. Isso não é um fato novo.

V. Ex^a está tentando transformar num fato novo o que já foi investigado. E, sobre esse fato, o procurador não desautorizou o fato. Está lá, e está investigado.

Eu gostaria de conhecer o inteiro teor das fitas, para podermos analisar, de fato, o que é que foi dito e em que circunstâncias, e saber exatamente por que motivo. Mas ele diz assim: “O Quércia, que disputava também, os dois fizeram essa parceria. Por isso, tem dinheiro do Quércia. Surgiu essa parceria inclusive financeira. E estava lá o Hamilton Lacerda”.

Estava lá o Hamilton Lacerda. O tempo inteiro que ele fala, ele está dizendo: “Está lá o Hamilton Lacerda”. Está lá o Hamilton Lacerda. O inquérito mostra que está lá o Hamilton Lacerda.

O que o inquérito.... Não há um único indício de que qualquer dessas pessoas tiveram relação comigo antes ou depois. E quando falo “depois”, falo em cinco anos. Cinco anos! Nunca mais falei com nenhum dos envolvidos, nunca mais na minha vida. Então, o que aqui está aqui reforça o que está no inquérito, ou seja, que havia uma pessoa da campanha de São Paulo envolvida, que era o Hamilton Lacerda. O que está aqui diz que não teve dinheiro na minha campanha, porque não teve. Eu jamais autorizaria, eu jamais permitiria uma ação dessa natureza. O que está aqui, nos autos, no depoimento, diz que eu não sabia, não autorizei, não tinha conhecimento; que eu não permiti que usasse na minha na campanha. É isso o que está aqui nos autos. E o que V. Ex^a citou está nos autos, é uma prova colhida, matéria, indicial, que foi investigada pela autoridade competente. E as pessoas foram indiciadas, foram indiciadas no processo. Agora, o que V. Ex^a não mostra é que tenho alguma participação nesses telefonemas, nesse episódio ou nesses encaminhamentos. E o tempo inteiro, mesmo aqui, que é um trequinho muito curto, toda vez que ele fala de São Paulo, ele fala de Hamilton Lacerda.

Como é uma pessoa que não é de São Paulo, o Expedito Veloso não participou da minha campanha, não acompanhou o que aconteceu, nunca esteve lá durante esse período. Ele pode até considerar que o Hamilton Lacerda fosse um elo com a campanha – ele tem o direito de considerar. Mas quando o Hamilton Lacerda e todos os demais envolvidos assumem publicamente, com toda ênfase, que jamais falaram comigo – porque não falaram, não há um telefonema, não há um contato, não há uma relação antes, durante e depois desse episódio e o Hamilton assume a responsabilidade como dirigente e militante partidário – essa sua ilação, Senador Álvaro não é correta. E eu insisto: não haveria como tentar requestrar esse

assunto se o Quércia estivesse vivo. O argumento de que o Quércia morreu e, portanto, não podemos falar dele é o contrário. É o contrário. Eu é que estou aqui dizendo que é absolutamente injusto que se faça isso. Por que não jogaram esse tipo de acusação na campanha, na última campanha ou em qualquer momento desses últimos cinco anos? Por uma única razão: se o Quércia estivesse vivo, isso não parava de pé, porque ele era aliado do PSDB, até o último momento da sua vida. Ele estava morrendo no hospital e foi um aliado, ele era um aliado político. Não há um vínculo entre o Quércia e eu, em nenhum momento da nossa história. Nunca tivemos nenhum tipo de relação política, nem na campanha. Nunca tivemos. Não é verdade isso.

A Dona Alaíde soltou uma nota mostrando que não aceita essa tese. E tenho certeza de que os companheiros que estavam ao lado de Quércia sabem que nunca tivemos relação alguma. Ele nunca tratou de campanha comigo, nem acordo de campanha contra o Quércia, nem acerto de qualquer natureza para qualquer coisa. Nunca tivemos isso. E qualquer companheiro dele ou da minha campanha sabe que isso não procede.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Para réplica, Senador Álvaro Dias, por dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Aloízio Mercadante insiste em transferir o foco para Orestes Quércia. Na verdade, o Quércia, durante os últimos anos, durante o Governo Lula, foi atuante membro do PMDB na base aliada do governo. Apenas no último pleito eleitoralmente fez uma aliança com o PSDB em São Paulo. Na eleição anterior, ele estava na base aliada de apoio ao governo federal, na eleição em que ocorreu o fato. V. Ex^a era o objetivo desse episódio, ou seja, se houvesse benefício, o beneficiado seria V. Ex^a.

O seu colega de partido e parceiro de campanha presidencial, já que Expedito Veloso participou, sim, da campanha do Presidente Lula, agora aparece e denuncia que foi V. Ex^a o autor intelectual dessa farsa, que V. Ex^a estava encarregado inclusive da arrecadação para efetuar o pagamento em troca de um dossiê que pretendia desconstruir a imagem do seu concorrente. É essa a questão. À época, o Procurador Geral da República não tinha esse depoimento. Se ele tivesse que se pronunciar hoje, certamente o seu pronunciamento seria diferente. Agora, há um parceiro de V. Ex^a que o denuncia. E é isso que tem que ser esclarecido.

Para concluir, Sr. Presidente, eu ainda não obtive a resposta sobre a hipótese de processo por calúnia e difamação.

Na verdade, eu tenho três requerimentos que eu apresentaria. Eu não os apresentarei se o Ministro Mercadante se comprometer a aceitar a convocação da Câmara dos Deputados, já que lá há uma comissão mais adequada para os esclarecimentos desse fato. Se o Ministro Mercadante afirmar aqui que aceitará ir à Câmara, eu não apresentarei os requerimentos que convida a ex-Senadora Serys Slhessarenko, que confirmou o depoimento do Expedito Veloso – a ex-Senadora Serys confirma –; o convite também a Expedito Veloso para uma audiência pública nesta Comissão; e a convocação da Ministra Ideli Salvatti, que foi também denunciada pelo Expedito Veloso. Se o Ministro Mercadante afirmar que irá à Câmara, eu não apresentarei esses requerimentos; se não houver esse compromisso eu os apresentarei em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloysio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu acho muito oportuno que tudo seja esclarecido.

Eu quero aqui ler uma nota que a Senadora Serys publicou, logo após a matéria da *Folha de S.Paulo*. E ela me encaminhou esta nota:

“Em função das últimas notícias publicadas pela revista Veja e, agora, na entrevista concedida ao jornalista Rubens Valente do jornal Folha de S.Paulo, publicada parcialmente na edição de hoje, eu quero esclarecer que [eu gostaria que V. Exª prestasse atenção]: afirmei ao jornalista Rubens Valente – e reafirmo agora, a bem da verdade – que Expedito Veloso jamais mencionou em nossas conversas o Ministro Aloysio Mercadante, ou ofereceu qualquer informação que possa desabonar o companheiro, com quem convivi todos esses anos no PT, no Senado Federal, por quem tenho respeito e admiração”.

Portanto, se a ideia é tentar dar alguma veracidade a essa farsa, usando a Senadora Serys, não para de pé de novo, porque ela disse que jamais ouviu qualquer coisa a meu respeito; ao contrário, ela disse que me tem respeito e admiração.

Então, não há nenhum problema. O mandato de V. Exª é V. Exª quem deve conduzir como achar que deve, não sou eu que vou me pronunciar. Ações na Justiça eu nunca fiz contra a imprensa, em toda a minha vida, mas posso fazer; contra a imprensa, contra quem me caluniou ou contra quem me trouxe prejuízo. Ao final desse processo nós vamos ter os fatos esclarecidos e eu saberei tomar as providências. Só que ações na

Justiça a gente não fica anunciando, a gente faz ou não faz. Então vou aguardar, vou verificar, vou tentar entender e, aí, vou tentar tomar as decisões cabíveis.

Por último, não está claro também se isso foi feito agora ou se isso é uma conversa de cinco anos atrás. Porque vou insistir: a questão do Quércia não é um fato novo. Essa história já esteve presente na época... Eu li notas aqui, tentando o envolvimento do Quércia. E aquilo foi considerado, no curso das investigações, porque não havia elementos, do ponto de vista do processo investigatório. E todo resto foi mantido no inquérito. A investigação está lá, as pessoas foram indiciadas. O que o procurador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Essa tentativa de V. Exª de transferir o foco para o Quércia não é elegante...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador, deixe-me falar! Eu ouvi V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – V. Exª... V. Exª... não é a questão... Não sou eu, absolutamente. Eu só dizendo o que está aqui: “O financiador é Orestes Quércia”. Está publicado na revista. Não sou eu quem está tratando disso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas V. Exª está como se fosse o único fato importante no episódio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É um fato relevante, porque, o tempo inteiro, a discussão é esta: que a minha campanha não tinha dinheiro, que tinha um responsável em São Paulo que era o Hamilton, que mandou o Valdebran ir para o hotel, e não tinha o dinheiro da minha campanha. E aí eu fiz um acordo com o Quércia para pagar o dinheiro que eu não tinha. É isso que está escrito. Não é nem mais, nem menos. E isso não para de pé. Não para de pé, primeiro porque o Hamilton, o tempo inteiro, diz... E o Expedito, na fala, ele fala em aliança porque a logística era coisa do Hamilton e do Valdebran...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para contribuir, Ministro. Os indícios que eu levantei dizem respeito à origem dos recursos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador, eu não quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, a palavra está com o Ministro Aloizio Mercadante nas regras que nós estamos seguindo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Esses indícios estão no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, dos indícios o Ministro disse que gostaria do debate. Por isso é que estou tentando colaborar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas todo debate, Senador, vai ter que ter uma regra, senão os outros Senadores não vão conseguir falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas, Sr. Ministro, que esses indícios a que me referi e que estão no inquérito, sim, como disse V. Ex^a, eles nos levam à origem dos recursos. É por essa razão que destaquei, para que V. Ex^a pudesse esclarecer. Ele chega ao João Vaccari, que era da Bancoop, que supostamente poderia ter participado da arrecadação desses recursos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Quero concluir dizendo que ele foi ouvido no inquérito, foi ouvido no Senado, o João Vaccari, e o Hamilton. Esse episódio consta integralmente do inquérito; não há absolutamente nada de novo. O que há de novo, eu vou ler aqui: “porque a logística era coisa do Hamilton e do Valdebran, e chegou lá e não estava o dinheiro”. Isso é o Expedito falando na fita que foi publicada hoje. “Quércia, que disputava também, os dois fizeram essa parceria, por isso tem dinheiro do Quércia. Surgiu essa parceria, inclusive financeira, e estava lá o Hamilton Lacerda”.

Então, o que há no texto sempre se remete ao Hamilton Lacerda, que diz textualmente, em nota e no depoimento veemente, que jamais pediu minha autorização – e jamais teve –, que jamais me consultou – e não consultou –, que jamais autorizei – e não autorizei – que ele se envolvesse nesse episódio. E não só disse isso como pediu desculpas públicas por ter se envolvido e por esse prejuízo que trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Não ouvi do Ministro o compromisso de que irá à Câmara ou não, ou a informação, porque não se trata de assumir compromisso. Então, encaminho à Mesa os requerimentos que estou apresentando, a menos que o Ministro diga que irá à Câmara. Se não disser, apresentarei os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Ministro colocou à disposição de V. Ex^a, a juízo de V. Ex^a, tomar as providências cabíveis dentro daquilo que qualquer Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O que eu acho fantástico... eu vejo agora uma tentativa de transformar numa disputa política permanente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixa eu concluir, Senador Alvaro. V. Ex^a está muito nervoso. Eu que deveria estar mais nervoso. V. Ex^a não me deixa nem falar! É simples a questão. Eu vim aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pode ter certeza de que há muita gente nervosa no País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu vim aqui para esclarecer tudo. Façam as perguntas que quiserem, todas. Eu deixei V. Ex^a fazer todas as perguntas. Por que querem que eu vá à Câmara? Para continuar alimentando uma agenda... Porque aí, realmente, vai virar CPI dos Bingos. Não é a minha contribuição...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque a comissão adequada é a de lá, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, o Senado tem toda estatura...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Esta é a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Aqui, qualquer Senador pode falar. Há vários aqui que poderão falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a veio a convite para falar sobre um outro assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E vim dizendo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De qualquer maneira, nós estamos encaminhando, então, Sr. Presidente, regimentalmente, os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encaminhe, então, por favor, Senador Alvaro Dias. E nós seguiríamos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E convoco a Ministra Ideli Salvatti. Convido o Sr. Expedito Velloso e a ex-Senadora Serys.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E nós seguiremos os atos aqui aprovados pela Comissão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu só quero esclarecer o seguinte: eu vim aqui dizendo publicamente, na primeira hora, que eu queria vir ao Senado, que é a Casa que percorri, e em respeito a esta Casa, numa atitude de total transparência, que eu não precisava de nenhuma convocação para vir esclarecer os fatos. E vim de peito aberto para discutir tudo. E todo mundo sabia que eu vinha para discutir esta questão.

As perguntas estão sendo feitas, e eu as responderei uma a uma, com a mesma convicção, com

a mesma certeza com que eu sempre falei. E estou falando integralmente a verdade nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o próximo orador inscrito, o objetivo Senador Dornelles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, é o Senador Dornelles. É porque aqui há uma alternância entre os partidos da base e os da oposição. É uma regra complicada, viu, meu caro Senador Humberto? Muito difícil.

Meu caro Senador Dornelles com a palavra, por cinco minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Senador Mercadante, eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo excelente e importante trabalho que vem desenvolvendo no Ministério da Ciência e Tecnologia e a prioridade que V. Ex^a vem dando para o desenvolvimento da pesquisa, da tecnologia nacional, o que é importante para o processo de desenvolvimento.

Entretanto, Senador Mercadante, de uma maneira muito franca, quero dizer a V. Ex^a o seguinte: a minha posição em relação a esse assunto dos aloprados é totalmente diferente do que seria a posição de V. Ex^a, caso V. Ex^a estivesse neste plenário e outro Senador na posição de V. Ex^a.

V. Ex^a foi o protagonista de um dos mais violentos casos que ocorreram no Senado na legislação anterior. Sem que existisse qualquer prova, sem que existisse qualquer indício, sem que existisse qualquer peça material, V. Ex^a subiu à tribuna e pediu a cassação de mandato de dois Senadores, o afastamento da Presidência de um Senador ilustre, sem que V. Ex^a tivesse qualquer prova e qualquer indício para isso.

Eu considero, Senador Mercadante, esse caso dos aloprados um dos casos mais aviltantes da política brasileira. Agora, eu sou contra – a minha posição é diferente da que seria a sua se estivesse no meu lugar –, eu não considero que, antes de a polícia fazer uma investigação profunda, antes de o Ministério Público se manifestar, antes de a Justiça condenar, o Congresso Nacional teria que entrar em assunto como esse. Acho que esse é um assunto da polícia, é um assunto do Ministério Público, é um assunto da Justiça. De modo que quero dizer a V. Ex^a que não vou apoiar os requerimentos do Senador Alvaro Dias, porque considero que esse assunto não é ainda da alçada do Senado Federal, como V. Ex^a considerou na legislatura anterior.

Para terminar, Senador Mercadante, só vou repetir aquele refrão popular: “Não há como um dia depois do outro”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Dornelles, agradeço a franqueza. Eu, como sempre fui rigoroso nessas questões da ética, acho que os Senadores têm todo o direito de serem rigorosos comigo. Não peço nenhum tipo de tratamento diferenciado. Acho que isso é função do mandato, e vim aqui para enfrentar o debate com transparência. Tem de ser assim a democracia. Não pode estar a lei e, acima, os indivíduos, os partidos, os interesses. Sempre fui rigoroso, e fui rigoroso na minha vida, nas minhas atitudes e na dos meus companheiros, na minha relação com eles.

Então, esse processo foi exaustivamente investigado pela polícia e pelo Ministério Público. Ele já veio para esta Casa. Houve uma CPI. Todas as pessoas foram ouvidas. Da CPI, não consta meu nome no relatório final. Esse processo foi para o TSE. Não consta meu nome na representação da oposição. E o Procurador-Geral da República, o mesmo rigoroso que indiciou tantos parlamentares – V. Ex^a ainda não estava aqui – disse com todas as letras:

“[...] não há um único elemento nestes autos que aponte para o envolvimento do Senador ALOIZIO MERCADANTE nos fatos.

[...]

Seguindo a mesma linha, a quebra de sigilo telefônico dos envolvidos não apontou contatos entre o Senador e os demais envolvidos, seja nos dias que antecederam à prisão em flagrante de GEDIMAR [...] e de VALDEBRAN [...], seja nos dias posteriores. A análise das ligações feitas por Hamilton Lacerda, nos dois telefones utilizados por ele no período, também não registrou ligações para o Senador ALOIZIO MERCADANTE.

[...]

As conclusões da perícia desautorizam a presunção da autoridade policial de envolvimento do Senador Aloizio Mercadante, que se revela arbitrária [...]

[...]

A pretensão da autoridade de transferir para o Senador o ônus de provar a sua inocência, dada a ausência de provas do seu envolvimento, conflita com o sistema constitucional vigente.”

E, aí, no final, ele diz:

“Até mesmo a instauração de procedimento investigatório pressupõe a existência de indícios mínimos de autoria, sem o que estará

configurada situação de manifesto constrangimento ilegal ao investigado.”

E pede: “a anulação do indiciamento e o arquivamento do inquérito em relação ao Senador Aloizio Mercadante”.

Por todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade. Então, esse é o direito do cidadão perante a democracia. Essa é a instância máxima da Justiça.

Ainda assim, faço questão de vir e fazer o debate com toda a transparência, porque eu concordo integralmente com V. Ex^a: nada como um dia após o outro. E, a cada dia que vier, vai ficar mais clara a minha mais completa inocência, como mostrei no passado. É por isso que quero o debate e a transparência das minhas atitudes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Aloizio Mercadante, reitero os cumprimentos a V. Ex^a pela condução do seu trabalho no Ministério de Ciência e Tecnologia, e quero dizer a V. Ex^a que, nesse caso dos alopados, a minha posição é totalmente diferente da que V. Ex^a sempre tomou no Senado quando pretendia acusar e condenar Senadores sem que houvesse contra eles qualquer prova concreta. Acho que ninguém pode ser condenado na base de notícia de jornal. E V. Ex^a, durante a legislatura anterior, tentou a cassação de mandatos de companheiros seus, baseado em notícias de jornal.

Quero dizer a V. Ex^a que a minha posição é totalmente contrária à que V. Ex^a tomou durante o período em que esteve aqui, no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Próximo orador inscrito: Senadora Vanessa Grazziotin.

Cinco minutos, dentro do Regimento.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Vou fazer um grande esforço, Sr. Presidente, para falar nesses cinco minutos.

Primeiro, cumprimentar o Senador/Ministro Mercadante pela iniciativa tomada de vir aqui.

Quero dizer, Senador Mercadante, aos companheiros Senadores, todos e todas que aqui estão presentes, que é a primeira vez que eu vejo a oposição reclamar de alguém que está sendo duramente atacado pela imprensa há duas semanas tomar a iniciativa de vir falar do assunto. É a primeira vez! Até então, só vi o contrário: a oposição dizendo que quem é atacado, quem é alvo, quem está sendo acusado não quer falar, fecha-se em copas. O Senador Ministro Mercadante aqui está aproveitando um requerimento muito importante, um assunto que está na pauta, e eu gostaria de falar pelo menos rapidamente sobre o assunto, e vem

esclarecer os fatos. Eu também quero convir, também quero acreditar, isso não é de agora, vem desde o início do Governo da Presidenta Dilma, veio durante todo o Governo do Presidente Lula, uma tentativa de desestabilizar e atrapalhar as iniciativas importantes que o Governo Federal está adotando e vai adotar nesses próximos dias.

Segundo o noticiário, Sr. Presidente, e o Ministro Mercadante sabe bem disso, está programado para a segunda quinzena de julho a Presidenta Dilma anunciar a nova política industrial para o Brasil. Será que essas matérias das revistas e jornais são mais importantes do que o anúncio, o debate, a participação não só do Parlamento brasileiro, mas da sociedade brasileira numa questão fundamental e importante que é a nova política industrial do Brasil, Senador Aloysio Nunes? Aí quero resgatar, porque infelizmente eu lamento, mas não posso me calar diante disso. Ouvi com muita atenção o Senador Alvaro falar e tudo me voltou como se fosse um filme. Um filme aliás de péssima qualidade, mas um filme que vem lá da CPI dos Sanguessugas. Eu fiz parte desta CPI como Deputada Federal, era uma CPMI e depois a denúncia dos alopados. Li as duas grandes matérias da *Revista Veja*. Nesse caso, quero concordar com o Senador Dornelles. O Senador Alvaro falou, falou, falou. Qual é o fato novo? Chama-se Expedito Veloso. Esse é o fato novo. Agora, que documentos traz esse cidadão? Se houver documento, que traga. Porque, do contrário, são ilações. E com que objetivo? E por que agora? Esse é o fato novo mas sem prova, sem absolutamente nada. Aí eu entro na mesma linha do Senador Dornelles, Ministro Mercadante. Eu também, a minha vida inteira, nunca tive outra filiação partidária que não fosse o PCdoB. Aliás, desde a época do movimento estudantil, aos 16, 17 anos de idade, que entrei nesse partido que nem legal era. A minha vida inteira, portanto, foi quase na oposição mas nunca devemos acusar ninguém se não houver nenhuma prova. E não há pelo menos o envolvimento de V. Ex^a. Acho que tudo aqui foi exatamente plenamente esclarecido. Talvez, eu não sei, uma sugestão que faço, requerimento para vir que traga fato novo. Mas fato novo não é o que um falou e outro deixou de falar. Essa a minha opinião a respeito do assunto. Lamento e espero que encerremos esse assunto hoje para que possamos de fato iniciar debates de questões importantes. Temos uma Copa do Mundo, temos uma Olimpíada, temos avanços que o Brasil precisa alcançar.

Ministro Mercadante, quero abordar V. Ex^a a respeito dessa nova política e esse novo papel que assume a ciência e a tecnologia no Brasil. Cumprimentar V. Ex^a pela Embrapa, ela tem que vir, ela é fundamental.

Não tenho dúvida. E V. Ex^a passou 3 dias conosco na cidade de Manaus, visitou o centro de biotecnologia., É inadmissível um centro com aquela envergadura e aquele grande desafio continuar subutilizado como está hoje. Mas tenho certeza que será por pouco tempo. Como V. Ex^a fala nós temos a maior biodiversidade do planeta eu diria que 25% dos medicamentos produzidos no mundo a matéria-prima vem da Região Amazônica, mas a patente não está no nome de nenhum brasileiro, de nenhuma empresa brasileira, nem do Governo brasileiro. A patente vem de fora, porque as pesquisas são feitas fora e nós não desenvolvemos absolutamente nada aqui.

Gostaria de questionar o seguinte, Ministro. Quando falamos em nova política industrial, quando falamos em reforçar a inovação, e é esse o centro da nova política industrial brasileira, nós precisamos trabalhar o aspecto regional. Não vejo com muita alegria, nem com muita satisfação, e tenho certeza que nenhum de nós, quando o senhor coloca ali na tela Foxconn, e foram três somente, há muito mais, são 12. Uma vai para Hortolândia, outra para Jundiaí, a outra vai para Campinas, e todas elas para o Estado de São Paulo, Senador Suplicy. Por que no Estado de São Paulo? Porque a concentração econômica do Brasil está no Estado de São Paulo. A concentração econômica está lá. Não é porque não se possa receber nos outros Estados da Federação, mas é porque está lá: a concentração econômica e, portanto, a questão da infraestrutura.

Então eu acho, Ministro Mercadante, que junto com a inovação, se não vier a logística, a infraestrutura – porque esta foi uma base forte na década de 30. É claro que era muito mais carente, era muito mais precária do que é hoje, mas ainda é precária. A China, em dez anos, colocou todos os seus portos – não tinha nenhum –, todos eles, os dez, como os portos mais eficientes do mundo. É claro que o Brasil não é China, nós não temos 1 bilhão e 300 milhões de pessoas.

Ministro Mercadante, eu creio – e aí quero ouvir de V. Ex^a o que nós teremos, juntamente com essa nova política industrial, de inovação, em relação a uma política de desenvolvimento regional, que também foi forte a partir da década de 30, e de logística em infraestrutura para o Brasil. Porque não adianta somente inovar, nós precisamos inovar, nós precisamos produzir, e distribuir equitativamente essa produção pelo Brasil inteiro.

Obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Serei rápido, Sr. Presidente; são três pontos.

Primeiro, o escândalo não é nosso. Não produzimos esse escândalo. Segundo, não o trouxemos para cá; ele veio através do próprio Ministro Mercadante e do autor do requerimento que o convocou. Não queríamos abordar este assunto aqui. Esta não é uma Comissão adequada para este debate. Terceiro, há fato novo, e o fato novo é o depoimento. Há uma prova testemunhal agora. E afirmar que Antônio Fernando decidiu daquela forma, acentuando que não existiam provas, ele decidiu corretamente: não existiam provas. Agora, há uma prova testemunhal. É claro que, na pior das hipóteses ou na melhor das hipóteses, a reabertura do inquérito é inevitável.

Portanto, esses são os pontos que eu gostaria de esclarecer à Senadora Vanessa Grazziotin. Nós não queremos parar o país de forma alguma; nós não queremos parar o Governo. Aliás, somos tão poucos, somos frágeis, somos impotentes. De forma alguma estamos aqui para criar crises e paralisar o Governo. O Governo se paralisa pela sua incompetência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu queria, antes de responder à Senadora Vanessa, reafirmar que, primeiro, todos os fatos que estão sendo arrolados eles estão no inquérito. Segundo, que nos trechos que foram publicados do Expedito Veloso, ele, o tempo inteiro, se refere a São Paulo através de Hamilton Lacerda. E todos sabem – isso está no inquérito – do envolvimento dele, que ele assume publicamente aqui no Congresso, em nota pública, que jamais teve autorização minha para qualquer iniciativa dessa natureza, nem mesmo para ter ido à revista *Istoé*. E foi por essa quebra de confiança que ele foi demitido; exatamente por isso não há qualquer tipo de mudança de atitude minha. E no caso do Procurador da República, exatamente por não haver nenhum telefonema, nenhum depoimento, nada que sugerisse nenhum indício do meu envolvimento, é que fui absolvido por unanimidade no Supremo.

De qualquer forma, estaremos sempre dispostos aqui para fazer o debate.

Em relação à Embrapa, Senadora Vanessa, eu acho que é uma grande instituição...

Eu queria esclarecer outra coisa: Por que eu vim aqui? Porque assim que saiu a denúncia, já tinha um requerimento aprovado. Eu pedi para vir falar. Não esperei nem apresentar requerimento. Por favor, não inventem as coisas! Há dezenas de Senadores aqui, que passaram hoje aqui... Eu vim aberto e, imedia-

tamente, falei: quero ir para esclarecer. Era o único requerimento que tinham aprovado, convidando-me para vir ao Senado. Aí falei: marca a data, eu liguei para você... Só não vim na terça-feira anterior porque era feriado, e aí a Casa estaria esvaziada. Então eu falei: marca depois do feriado porque vai estar todo mundo lá. Eu não quero fazer uma audiência em que a Oposição não esteja; eu quero que ela esteja presente, que a gente discuta com franqueza, com transparência, porque eu acho que essa é a função do Parlamento. E também é, como dizia Alexis de Tocqueville, para “assegurar as garantias e os direitos individuais”. Espero que os meus sejam preservados, porque as instituições republicanas todas estão ao meu favor, e o rigor do inquérito que foi feito.

Eu sou totalmente, Senadora Vanessa, simpático e estou muito empenhado na ideia da Embrapa. Concordo integralmente com V. Ex^a que não podemos perder de foco o desenvolvimento regional. Especificamente na Região Amazônica, a Zona Franca é um polo industrial decisivo, que permitiu não só gerar riqueza e renda como permitiu preservar a natureza e a floresta no Estado do Amazonas. Nós temos que pensar políticas semelhantes para outras regiões da Amazônia, a fim de criar polos de desenvolvimento, com indústrias limpas, indústrias de qualidade, especialmente usando melhor a biodiversidade da região, que tem um valor estratégico farmacológico, alimentar, cosmético, da indústria madeireira, da piscicultura, para que se possa impulsionar o desenvolvimento.

A logística e a infraestrutura estão muito congestionadas no Brasil. Como mostrei, nós ficamos duas décadas crescendo em torno de 2% ao ano. Você dobra a taxa de crescimento nos últimos oito anos, com a ascensão de uma população que estava fora do mercado de consumo; então, há um constrangimento. Por exemplo: os aeroportos. Todo mundo aqui sente. Ano passado nós tivemos 11 milhões de novos passageiros, dos quais sete milhões nunca haviam voado. Voaram, gostaram e não vão parar mais. Isso significa que tem de haver mais parceiras público-privadas e mais investimentos em logística e infraestrutura. O PAC veio um pouco para organizar essa agenda e dar conta. O Ministério vem somar na ideia da inovação, da ciência e da tecnologia e, do meu ponto de vista, deveria ser o centro estruturante de uma nova agenda de política industrial no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro, ini-

cialmente gostaria de parabenizar V. Ex^a pelo seu trabalho à frente do Ministério.

Tenho uma pergunta bem objetiva: V. Ex^a falou por duas vezes que não foi citado no relatório da CPI – duas vezes. Eu tenho vários defeitos, entre eles ler e reler relatórios de CPIs. Aliás, tenho, por questões acadêmicas, a maioria dos relatórios das CPIs. E V. Ex^a é citado aqui, no relatório da CPI, na pág. 370 do Volume 2.

Gostaria que V. Ex^a, se pudesse, esclarecesse isso.

Ainda nessa dia, segundo depoimento do Senador Aloizio Mercadante, houve um encontro em seu gabinete, sendo que participaram dessa reunião o próprio Senador, a Senadora Ideli Salvatti, Expedito e Osvaldo.

Isso aí V. Ex^a já declarou.

E continua o relatório da CPMI:

As informações colhidas no depoimento do Senador demonstram, de forma inequívoca, que não procede a alegação de Osvaldo Bargas no sentido de que não tinha conhecimento das tratativas sobre o dossiê, pois a pauta dessa reunião ocorrida no gabinete do Senador Mercadante era exatamente o dossiê e o depoimento que Luiz Vedoin daria no dia seguinte ao Conselho de Ética.

Esse foi o relatório da CPI, Volume 2, págs. 369 e 370.

V. Ex^a diz que não foi ouvido.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de indagar ainda se o Sr. Ministro, como convidado, pode fazer perguntas para Senador. É uma questão de ordem. Não encontrei isso no Regimento Interno. Se ele pode fazer perguntas para mim. É uma questão de ordem dentro da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não pode, mas, agora, V. Ex^a tem que entender que, em função do próprio embate, em algumas situações isso ocorre. Agora nós precisamos... O que a gente procura fazer sempre, meu caro Senador Pedro Taques, é seguir o que o Regimento determina.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, senhor. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aliás, V. Ex^a deveria... Uma outra questão é o tempo aqui. A Presidência, apesar de seguir o que determina o Regimento, dá liberdade para que democraticamente a oposição faça os questionamentos que entenda necessários.

Então, essa, a flexibilidade que a Presidência naturalmente tem, até porque estamos em uma Casa democrática e nós temos um respeito muito grande pela opinião de todos os Senadores. Portanto, a Mesa

flexibiliza os trabalhos exatamente para fazer com que esta reunião tenha a maior efetividade possível;

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. Eu agradeço e queria saber se estou dentro do meu tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda está, como mostra o cronômetro, meu caro Senador Pedro Taques. E V. Ex^a será tratado como os demais, como sempre procedemos, com liberalidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, com liberalidade.

Era apenas essa a minha pergunta: sobre esse trecho do relatório da CPMI, às pág. 371, para que o Ministro pode esclarecer isso. A minha pergunta é essa, dentro do tempo.

E, eu, se me permite, Sr. Presidente, ainda não terminei, eu gostaria que V. Ex^a me respondesse a questão de ordem. Só isso. Então não está no Regimento Interno isso. Só fiz uma pergunta a V. Ex^a, se V. Ex^a entendeu que a pergunta é impertinente V. Ex^a deveria indeferir a pergunta. Eu só fiz uma pergunta, não tive outra intenção, por isso fiz como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a vai participar de muitas audiências públicas, V. Ex^a sabe muito bem o que o Regimento determina e eu confirmo o que V. Ex^a questiona, que está no Regimento, mas essa aqui é a casa do povo e eu estou acostumado a comandar CPI e eu sei como é que é duro e difícil seguir o Regimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Pedro Taques o meu nome consta ao longo da CPI porque fazem perguntas – o assessor do Senador, etc...

O que eu disse aqui no relatório final, não há nenhuma menção, nenhuma recomendação, nenhuma suspeição, nenhum indiciamento em relação ao meu nome nas conclusões da CPI. Ao longo da CPI eu apareço. Evidente que eu apareço, porque o Milton Lacerda era meu assessor porque eu era candidato em São Paulo, então o nome aparece. Mas não aparece com nenhum tipo de suspeição.

Nessa reunião, que fui eu que divulguei à época, o Oswaldo Bargas, a bem da verdade não tinha muita informação sobre o mérito do assunto. Ele como era aqui de Brasília – eu não conheci o Expedito –, foi ele quem pediu a audiência e trouxe o Expedito. Quem tinha informações mais detalhadas era o Expedito. Qual era a preocupação que eles manifestaram? Uma que o Vedoin tinha feito insinuações a meu respeito. Não é a meu respeito. Ele fala assim: “Tem um Senador de São Paulo que liberou muitas emendas, tal e precisa ser investigado”. E eu falei: “Não se preocupem com isso porque as emendas que eu liberei são todas pú-

blicas, transparentes e não tem nenhuma ambulância fraudulenta em todo o meu histórico em 20 anos no Senado. Eu tenho tudo aqui liberado e não estou preocupado com o que ele pode fazer”. Inclusive, o Arthur Virgílio já tinha se manifestado da tribuna dizendo que era um absurdo aquilo e não tinha realmente nenhum tipo de procedência.

A segunda afirmação dele foi essa um pouco que eu disse aqui, que o Vedoin tinha um esquema muito forte das ambulâncias, que dois terços desses recursos era do governo anterior, que estavam jogando a responsabilidade em cima do Governo Lula, que esse governo é que desvendou o esquema, que isso já vinha do período anterior e que era importante a gente fazer essa arguição e ir para o enfrentamento no Conselho de Ética. Eu falei: “Oh, eu sou Líder do Governo, não vou fazer isso. Você trata na bancada, não é matéria da Liderança do Governo”. Aí ele falou: “Mas você é candidato!” Eu falei: “Mas eu não vou fazer”. Aí eu falei: “Você quer falar com a Líder da bancada?” Chamei a Ideli, passei para ela a conclusão, da forma como estou dizendo – ela ficou cinco minutos no meu gabinete –, ficou dez minutos conversando, passei o resumo e ela falou: “Concordo plenamente com o Mercadante, isso aqui não é ambiente para um Conselho de Ética, não é isso que está sendo tratado, já teve uma CPI, tem Ministério Público nós não vamos lhe dar com isso”. Foi isso o que aconteceu. Nem mais nem menos. E reafirmo o Lorenzetti jamais participou dessa reunião, é só perguntar para qualquer funcionário meu – os estatutários pelo menos estão aí na Casa – e vocês verão que nunca participou. E não tinha porque eu não dizer. Fui eu que falei dessa reunião de livre e espontânea vontade, muito antes, inclusive da CPI. Eu disse a verdade com toda a transparência. Na véspera do depoimento do Vedoin eu fui procurado sobre esse assunto, nas condições que estou falando. Não teve nenhuma tratativa de dossiê, de discussão de dossiê... A discussão era que ele podia me atacar e que nós deveríamos atacá-lo porque tinha envolvimento, esclarecer o episódio e nós não fizemos isso, só olhar os autos no Conselho de Ética, nunca fizemos isso – nem lá e nem no Plenário, nem na campanha – nunca fiz. Mas estou aqui explicando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Taques, a réplica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, eu não tenho réplica Ex^a. Também nunca participei de CPI, presidindo CPI, mas já fui ouvido em umas cinco CPIs. Eu sei quando o cidadão, até por experiência, fala ou não fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra agora o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nobre Ministro e ex-Senador Aloizio Mercadante,

Eu lamento que o debate mais importante tenha sido prejudicado pela emergência desses fatos, já que nada é mais importante para o país do que discutir as possibilidades de inovação, de aceleração da pesquisa científica e tecnológica e de uma nova política industrial baseada exatamente no avanço das tecnologias.

Eu lembrava há pouco, vendo aqui a presença do Professor Marco Antônio Raupp, quando ele na presidência do Inpe em São José dos Campos, recebeu o Presidente Sarney, eu, na qualidade de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, um de seus antecessores e o Governador Orestes Quércia. Naquele momento, estávamos lá para inaugurar o laboratório de integração e testes e o Brasil era o único país em desenvolvimento que passava, a partir daquele momento, a possuir um laboratório de integração e teste, que permitiu a celebração do mais importante acordo científico-tecnológico entre dois países emergentes, entre o Brasil e a China para a construção de, naquela época, dois satélites de observação terrestre de órbita solar.

Pois bem, na saída do ato inauguratório, uma repórter perguntou ao Presidente Sarney – nós vivíamos, na época, uma grande crise econômica, a inflação estava indo ao descontrole – e uma repórter perguntou se o Presidente Sarney iria renunciar. E ele respondeu que não renunciaria, não daria um tiro no peito, nem seria golpeado. O que aconteceu a partir dali? No dia seguinte, não se falou na inauguração do importante centro científico, que permitiria a construção dos satélites, aquela resposta do Presidente acabou gerando uma crise mais acelerada.

Faço essa observação para desejar que o nosso País possa, efetivamente, dar saltos adiante, sem retrocessos e sem episódios que possam dificultar a sua trajetória.

Quero aqui dar um depoimento sobre a Ministra Ideli Salvatti. A Ministra Ideli Salvatti é da minha cidade, de Joinville, foi minha adversária em cinco eleições municipais; foi minha adversária no último pleito. E sempre se comportou dentro das normas democráticas, sempre foi uma adversária leal. Não acredito, pelo que a conheço, inclusive, no meu primeiro mandato de prefeito ela foi membro da minha equipe como assistente social, contratada nos programas sociais da Prefeitura. Eu não acredito que ela tenha tido participação nesse nível, como não acredito, também, Ministro Mercadante

que V. Ex^a, com a grandeza da sua obra democrática possa ter qualquer participação, nem como inspirador, nem como participador, nem como financiador.

Mas, voltando ao eixo da nossa audiência, gostaria de fazer algumas observações. Nas décadas de 30 e 40, a Itália era um país ainda agrícola, pouco desenvolvido e, no entanto, foi capaz de produzir aquele grupo de cientistas fantásticos da chamada Via Panisperna, onde se reuniam que, sob a liderança de Enrico Fermi, produziram a desaceleração do grupo do átomo, que permitiu que nós chegássemos ao processo de fissão nuclear. Ainda antes dessa época, em Palermo, foi criado e desenvolvido o famoso círculo matemático que foi tão fundamental para o desenvolvimento posterior da Física Quântica.

Na mesma época, em Nápoles, o Laboratório de Biotecnologia produziu avanços fantásticos que são a base do avanço da biotecnologia moderna. O Brasil é muito mais importante hoje, muito mais forte hoje, muito mais desenvolvido hoje do que era a Itália, naquela época. Por isso acredito que, com vontade política, poderemos obter efetivamente um avanço rápido na área da investigação científico-tecnológica.

Quando Deputado Federal, fui relator da Lei de Informática e transformei a reserva de mercado numa política de incentivos fiscais. O Congresso transformou a reserva de mercado numa política de incentivos fiscais. Não obstante fosse uma política definida de incentivos fiscais, ainda é tímida a presença do setor privado na pesquisa tecnológica, mesmo se valendo de incentivos fiscais.

Em Santa Catarina, nós estabelecemos na Constituição que 2% da Receita Líquida são obrigatoriamente aplicados em pesquisa científica e tecnológica. Isso gerou instituições fantásticas que não estão citadas ali, mas que são tão importantes quanto as que foram citadas sobre isso. Como o Certi, que é a única instituição brasileira que é parceira do MIT, o Certi que desenvolveu a urna eletrônica, o *set-top box*, que é o aparelho que permite captar a imagem da televisão digital no aparelho analógico e outros avanços importantes, que é parceiro no Programa do Pré-Sal o ParqTec Alfa e o Sapiens Parque, outra instituição que não foi citada, também, onde a Petrobrás está concluindo a construção de um centro de pesquisa e onde o seu Ministério é parceiro, o Ministério da Saúde, na construção de um centro de produção de fármacos.

Quero salientar, Sr. Ministro, que talvez fosse importante uma articulação do Ministério com os Estados, para que os Estados vinculassem recursos, em suas constituições, para pesquisa científico-tecnológica. Evidentemente, que dentro de uma nova reforma tributária que lhes permita ter autonomia financeira para isso. E

por que não discutirmos a vinculação de recursos, na Constituição Federal, especificamente também, para a pesquisa científico-tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Luiz Henrique, V. Ex^a me sensibiliza com esse voto de confiança e de grandeza, em relação também à Senadora Ideli, pois tenho absoluta convicção de que S. Ex^a jamais teria que discutir esse assunto se não tivesse sido recém-empossada Ministra de Estado. E não vejo razão para que isso não seja tratado da forma correta como o Brasil deveria tratar a disputa política em outro plano. Realmente, é lamentável que tenhamos nos partidos companheiros que não entendam que essa é a disputa que temos que fazer e, recorrentemente, temos uma agenda negativa por falta de amadurecimento democrático, Mas esses episódios também ajudam a amadurecer e a esclarecer.

V. Ex^a foi Ministro de Ciência e Tecnologia, fez um trabalho muito importante para o Brasil. O Lite, que é o laboratório de testes do Inpe está lá até hoje. Acabamos de testar um satélite da Nasa com a Argentina; foi feito todo o teste no Brasil, Aquarius, foi lançado o satélite com êxito total e vem desempenhando suas funções. Então, conseguimos acumular importante tecnologia nessa área. O Certi, estamos trabalhando com o Certi, fizemos o Ano Brasil Alemanha, no ano passado, depois nos desdobramentos, um esforço grande para retomar a produção de terras raras no Brasil. Terras raras é muito importante para a produção de energia eólica. Todos os motores para energia eólica, os imãs de alto desempenho, os carros elétricos, tudo isso vem das terras raras; São 17 elementos importantes. O Brasil tem jazidas importantes, mas, hoje, 97% das terras raras estão sendo produzidas pela China. Esse trabalho do Certi e todo o trabalho que fizemos acabaram permitindo uma parceria com a Vale, e acredito que a Vale entrará... O Presidente da Vale disse que tem interesse estratégico nesse assunto. E isso pode permitir ao Brasil ganhar valor agregado e se posicionar estrategicamente, porque o Ocidente inteiro está preocupado hoje com esse quase monopólio da China em relação às terras raras. E o Certi deu uma importante contribuição.

A área de fármacos, concordo integralmente, é muito estratégica, Já tive uma reunião com o Secretariado lá do Estado de Santa Catarina, com Prefeitos, de modo que temos buscado essa parceria, e espero que, o mais breve possível, possa fazer uma visita *in loco* para conhecer o Alfa, o Sapiens e todo o esforço. Florianópolis é uma cidade em que a inovação, a ciência

e a tecnologia têm um papel muito importante, significando, em alguns casos, uma renda mais importante que o próprio turismo. E V. Ex^a, seguramente, contribuiu para essa agenda como Ministro, como Governador e sei que o fará como Senador. E nós faremos excelentes parcerias nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, estava ouvindo atentamente a exposição de V. Ex^a e, hoje, optei por me debruçar sobre a exposição de V. Ex^a em relação ao programa de desenvolvimento que o Ministério apresenta no dia de hoje. São poucas as oportunidades que a sociedade civil, mesmo esta Casa, tem de ter acesso, de debater, de contribuir e até de apresentar alternativas ao Governo que está em curso. Não existem canais de democratização do acesso ao povo, sequer dos setores das universidades, a fim de debater questões estratégicas para o Governo, a não ser os setores estreitamente vinculados ao Governo Federal.

Estou dizendo isso, Ministro, porque tive a impressão de ter absorvido um grande projeto de desenvolvimento, um projeto que pensa o Brasil para o futuro, um projeto que pensa o Brasil como um país de terceiro mundo. V. Ex^a assinala os acordos, cita as empresas, as multinacionais, a relação com a indústria, propõe, parece-me que com muita disposição, um caminho sem retorno para o atraso tecnológico, para o atraso do ponto de vista da indústria, do ponto de vista do fortalecimento da economia, tendo esse setor como um setor estratégico. Mas, se de um lado V. Ex^a apresenta este modelo que parece ser ousado; de outro, tem o mundo real, o Brasil real, a Amazônia de 24 milhões de habitantes reais. E entre esse modelo e a criança no Pará que não tem uma canoa para chegar a uma escola, entre este modelo e o Plano Nacional de Educação que o Governo Federal apresenta, com apenas 7% do PIB, quando, em relação ao Plano Nacional anterior, o Governo não conseguiu apresentar um balanço, diagnosticando o que as entidades da sociedade civil que lutam por educação de qualidade identificaram que menos de um terço das metas do Plano Nacional anterior foi cumprido...

Estou dizendo isso, Ministro Aloizio para registrar que tenho concordâncias com uma série de questões que foram colocadas aqui, sobretudo do investimento dos bilionários recursos do pré-sal em educação, ciência e tecnologia. Acho que nenhum país do mundo sai da lama, sai do fosso se não investir em educação, ciência e tecnologia. O investimento em educação, na

minha opinião, tem que ter uma sequência. Nós temos universidades no projeto de expansão do Governo, que aí é o mundo real, em Santarém, como a Ufopa, que há dois anos foi instalada e até hoje não tem perspectiva da criação de um centro tecnológico. Então são muitas as contradições.

O painel de especialistas que estuda os impactos socioambientais na área energética, na área ambiental, na área educacional, os impactos sociais que sofrerão as populações tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas na Amazônia com a hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, não foi até hoje ouvido pelo Governo, não foi até hoje ouvido pela Presidenta Dilma Rousseff. Ali nós temos uma perspectiva não de desenvolvimento, para sedimentar uma visão inclusiva, uma visão que respeite os 24 milhões de habitantes da Amazônia; ao contrário disso. Tem preponderado os interesses do agronegócio, das hidrelétricas, das grandes mineradoras da região. Neste momento, nós vivemos um terror, o terror do abandono do povo que pretende e está lutando para separar um Estado rico como o Pará.

Falo isso, Ministro, porque não existe, na fala de V. Ex^a, o enfrentamento a esses nós críticos, que tratam do País real, da violência que vive levando a juventude para matar e morrer, para o caminho das drogas, para os mais de 520 pontos, neste País, de rotas de tráfico de seres humanos. Não existe, na proposta apresentada por V. Ex^a um caminho que ajude as cidades brasileiras, os Estados brasileiros a serem parceiros nesse projeto estratégico que V. Ex^a apresenta. Concretamente, os Municípios estão de pires na mão. A distribuição dos recursos, o acúmulo dos recursos da tributação brasileira no Congresso Nacional se permanece dessa forma vai ficar um projeto bonito de ouvir, mas que não vai ter, na sua conclusividade, uma ação que mude, que melhore a vida real das pessoas deste País, das pessoas que estão na periferia deste País, das pessoas que estão na Amazônia brasileira.

Quero dizer a V. Ex^a que o tempo é curto para analisar cada dado trazido aqui. Espero que o Ministério não feche as portas para que o debate seja feito, inclusive com setores que tem..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marinor, conclua, por favor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para concluir, Excelência. Não vou pedir réplica, já estou usando o meu tempo, se V. Ex^a me permite.

Que possa ouvir os setores que estão produzindo conhecimento no País, porque não é só a copaíba, é a andiroba, são outros elementos da nossa biodiversidade, da nossa floresta, dos nossos recursos hídricos que estão sendo levados para fora do nosso País sem

que o Governo sequer dê uma atenção no sentido de fiscalizar e proteger o que deveria ser a patente, como V. Ex^a tratou há pouco na sua exposição.

Então queria dizer a V. Ex^a que acho que o projeto parece grandioso, mas ele precisa estar voltado para o enfrentamento da realidade brasileira, da ocupação desses espaços que o Governo Federal não tem dado conta de enfrentar, como por exemplo a questão da reforma agrária, que causa mortes no campo, que causa desigualdades sociais na região amazônica, no Pará em especial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marinor Brito.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senadora Marinor Brito, sei dos seus compromissos sociais, seu compromisso com as lutas sociais do povo brasileiro e também na defesa da população da região amazônica.

O Ministério da Ciência e Tecnologia contribuiu nesse esforço de distribuição de renda e inclusão social. Quando nós temos, por exemplo, o satélite que faz previsão do clima, nós ajudamos a pequena agricultura familiar a planejar, de forma adequada, sua safra.

Temos aqui, na nossa equipe, o Carlos Nóbrega, que foi coordenador do PCC (Painel de Mudanças Climáticas), coordena a nossa Secretaria de Pesquisa e vai coordenar agora o nosso Sistema Nacional de **Prevenção e Alerta de Desastres Naturais**, que é exatamente o impacto dos extremos climáticos em nossa sociedade.

Eu concordo integralmente em que a ciência e tecnologia tem que estar cada vez mais perto das comunidades, dos setores populares da periferia, da população ribeirinha, buscando soluções concretas para o povo, para melhorar a qualidade do povo. E isso a gente faz com políticas públicas.

Um dos focos que vejo mais importantes para darmos um salto histórico nessa direção é exatamente a inclusão social em massa. Precisamos colocar os 67 milhões de alunos da escola pública na frente do computador; provavelmente, será um *tablet* – o mundo está caminhando nessa direção –, que é um instrumento mais amigável, mais ágil. Isso, a médio prazo, vai substituir o livro didático. Vamos ter muito mais informações disponíveis, muito mais conteúdo. E a banda larga e a Internet na Amazônia eu diria que devem ser uma das grandes prioridades estratégicas. Daí a ideia de um satélite público dedicado a complementar o esforço da fibra ótica, para que possamos chegar com tecnologia de ponta e melhorar essas comunidades, dar um salto e acessar informações estratégicas.

Então, sei do seu compromisso, nosso Ministério está inteiramente à disposição para discutir em profun-

didade essa agenda, especialmente pela sua vivência em relação à região amazônica, no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

Com a palavra agora, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, boa tarde.

Sr. Ministro, eu assisti aqui, por parte de V. Ex^a e também da maioria governista, um exercício de pirueta, digamos assim, digna do mais exímio patinador artístico.

V. Ex^a diz aqui – e o nobre Senador Lindbergh disse também – que a oposição gera crise. Ora, a crise saiu do PT, saiu desse Expedito Veloso. Ele é que publicou a matéria no jornal. Não fomos nós.

Segundo, V. Ex^a disse “estou aqui para abrir tudo, para esclarecer tudo”. É nítida a manobra do Governo de evitar que V. Ex^a compareça na Câmara, perante um órgão de controle e fiscalização.

E a terceira pirueta: esta audiência, que era para tratar do tema da mais alta relevância segundo a ideia inicial do Senador Lindbergh, foi de alguma forma poluída, porque entraram aqui, junto com o senhor, os aloprados. E aí todo o foco, evidentemente, dirigiu-se para isso.

De modo que a manobra política para mim é clara. O senhor não quer ir à Câmara, e a base governista vai dizer o seguinte: “Ele já esteve aqui e já deu todas as explicações”.

Bem, feito esse comentário, eu queria dizer o seguinte: V. Ex^a disse que há uma ilação, ao se referir à matéria da *Veja*, de que esse Expedito Veloso teria dito tal, tal, tal. Não há ilação alguma! É uma declaração, um fato! Ilação é quando é necessária a utilização do raciocínio lógico para partir de um fato e chegar a outro. Ele diz claramente, dá a versão dele claramente do que foi o episódio dos aloprados, envolvendo o senhor como um dos mandantes.

O senhor contesta isso. Não quero aqui fazer o papel de Torquemada, que foi o seu papel, como bem lembrou o Senador Dornelles, em outras ocasiões. Mas o fato é que... Para mim, é muito intrigante saber o seguinte – eu tenho muita curiosidade em saber: o senhor tomou conhecimento disso quando? Quando abriu o jornal, a revista *IstoÉ* e surgiu a primeira versão, a versão aloprada dos fatos, o senhor, quando conversou com Hamilton Lacerda, que é um dos hierarcas da sua campanha, por acaso, perguntou a ele qual era a razão daquilo? Por que ele fez aquilo? Ele tinha intenção de beneficiá-lo? Enfim, por que ele fez.

Terceiro, o senhor, em algum momento, teve a curiosidade de saber de onde vem aquela dinheirama

toda que foi mostrada – R\$1,7 milhão – na televisão? O senhor, em algum momento, quis saber de onde vinha esse dinheiro? Porque, afinal de contas, foi um fato grave na sua campanha que o atingiu duramente.

O senhor disse que aguardará o momento para saber se vai processar ou não o Sr. Expedito Veloso. Eu também aguardarei esse momento para fazer um juízo completo a respeito da conduta de V. Ex^a nesse episódio. Porque alguém que é Ministro de Estado, que é acusado nominalmente de ser corréu de um crime tem que reagir com indignação, e a indignação levada às últimas consequências, que é o processo judicial. No caso, por calúnia.

E mais: que providências tomará o PT? O Sr. Expedito Veloso é hoje um homem importante no Governo do PT do Distrito Federal. Perguntado, na semana passada – não há cinco anos –, pela revista *Veja*, sobre a participação de outros personagens do PT no episódio, ele disse assim: “Pergunte ao PT”.

Ora, que providências tomará o PT? Não é o caso de expulsá-lo, de suspendê-lo pelo menos? Porque se não nós vamos ficar realmente na ilação, e a ilação é a seguinte, Ministro Mercadante: um episódio que ocorre a 15 dias da eleição, com intuito evidente de beneficiá-lo e enlamear o seu concorrente mais próximo, que era José Serra, em que estão envolvidos personagens importantes, não qualquer um... Esse Expedito Veloso foi diretor do Banco do Brasil. Ele era a pessoa que coordenava a parte de *marketing* da sua campanha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me, era o Hamilton Lacerda; eu me enganei de personagem. O Hamilton Lacerda era um homem importante. O Expedito tinha sido diretor do Banco do Brasil, não é? O Carlos Abicalil, que era Deputado Federal à época. Há dois outros personagens citados na *Veja*: Bargas e Lorenzetti, que eram parte do núcleo de inteligência do PT. Esse núcleo deveria se chamar “núcleo de burrice” para fazer uma bobagem dessas. Mas, enfim, essas pessoas eram pessoas importantes na estrutura da campanha. Eles não falaram nada com o senhor? Não tiveram o cuidado de avisá-lo: “Olha, Senador, vai acontecer um negócio complicado por aí”; nada? O senhor tomou conhecimento disso, de manhã cedo, quando abriu a revista *IstoÉ* e constatou aquela situação?

Eram essas as perguntas que eu tinha para fazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, art. 14.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço.

Deixe-me responder em seguida, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro eu queria esclarecer uma questão essencial: por que eu vim ao Senado. Porque já havia um convite. Segundo, toda comissão, na Câmara e no Senado, tem as funções constitucionais de fiscalização e controle. Portanto, este debate aqui é parte de uma exigência constitucional desta Comissão, e todo Senador tem o direito de arguir e estar presente. Por que eu vim ao Senado? Porque havia um requerimento e pelo respeito que tenho a esta instituição. Na hora em que paira qualquer dúvida sobre a minha atitude, ainda que não tenha a ver com a minha gestão no ministério, eu me antecipo e falo: “Quero ir ao Senado esclarecer”. Ao contrário do que a oposição está dizendo; vocês deveriam elogiar essa atitude. Acho que este deveria ser o padrão da vida pública: mudar o comportamento e as pessoas estarem totalmente abertas.

Agora, é evidente que nós estamos sempre envolvidos em luta política. Eu só não quero me transformar num objeto de luta política e prejudicar aquilo que é a minha agenda estratégica. Mas o esclarecimento, o desempenho da função constitucional, o direito de arguir é absolutamente essencial. E é por isso que vim aqui, e todas as perguntas foram feitas, com toda a transparência.

Segundo, o Expedito Veloso não só não foi meu assessor como eu só o vi uma vez na vida. Não o conhecia nem fisicamente. Não me lembro de tê-lo conhecido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estava referindo-me, na verdade, ao Hamilton Lacerda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixa eu só concluir, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu me equivoquei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador, deixe-me concluir. Eu não o conhecia, como eu nunca vi Valdebran, nunca vi aquele... eu nem sei o nome.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Os nomes são esquisitos mesmo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O Gedimar eu nunca tinha visto. As pessoas que estavam mais envolvidas nesse episódio eu não conheço pessoalmente, nunca falei, nunca vi. Não conhecia. Eu estava há muitos anos aqui no Senado, estava envolvido com São Paulo, pouca relação com Mato Grosso, não os conheço. Quem é que tinha da minha campanha nesse

episódio? Hamilton Lacerda, que era o meu assessor de comunicações. Eu já dei o currículo dele. Ele é um sujeito que fez engenharia na Unicamp, foi presidente do DCE da Unicamp, fez pós-graduação na FGV/Escola de Governo, foi diretor da UNE, foi três vezes o vereador eleito mais votado em São Caetano e era o coordenador da macrorregião do ABC.

Ele venho para a minha campanha pelo partido. Ele trabalhou comigo cinco meses. Não é uma pessoa da minha confiança, da minha história pessoal. Nunca esteve em meu gabinete nos vinte anos que estive no Parlamento, desde 90 que eu estou. Não tinha essa relação de intimidade. Ele era um quadro partidário. Como na campanha vários quadros vêm das diversas regiões do partido, ele veio para a minha campanha.

Em relação à revista *IstoÉ*, quando me trouxeram a revista *IstoÉ* para colocar no programa da televisão, eu falei: “Não vou colocar isso na televisão. A minha campanha não vai tratar desse tema. Eu vou ganhar essa eleição com uma agenda construtiva e propositiva, porque não eu não acredito em outro caminho”. Uma coisa que aprendi longamente na oposição é que o que vence eleição é projeto, é proposta, é dizer como vai melhorar a vida do povo, é um caminho de afirmação, de alternativas para o desenvolvimento; a crítica política pública são os projetos.

Aloysio, eu não usei essa informação no Conselho de Ética do Senado, que me pediram para usar. Não fui à tribuna, nunca falei sobre isso para atacar adversário. Eu podia fazer o filminho, como me pediram, para usar na campanha, não fiz, me recusei. Recusei-me de novo no Conselho de Ética, me recusei a fazer isso na campanha. Pega a entrevista, quando a imprensa me pergunta, eu falei: “Não vou prejudicar. O meu adversário deve esclarecer esse episódio, mas eu não vou usar isso na campanha”. Está dito lá. Outros usaram, eu não usei. Exatamente por essa atitude, na minha visão, é que eles buscaram construir um outro caminho e conseguiram a participação do Hamilton, que é a única pessoa da campanha que eu sei, até agora, que participou desse processo.

O Hamilton, e aqui quando o Expedito fala que a campanha de São Paulo, o Mercadante... Gente, vocês acham que eu ia pedir para quatro pessoas ficarem no hotel para receber R\$1,7 milhão e depois descobrir que a minha campanha não tinha dinheiro? Pelo amor de Deus, gente! É possível aceitar uma versão como essa? Aí como eu não tenho dinheiro, eu corro para o Quércio? Sinceramente, Aloysio, você conviveu com o Quércio, foi vice dele, foi companheiro, você sabe o que eu estou falando. O Quércio faria um movimento como esse? Faria uma aliança comigo para financiar

esse dossiê? Você acredita que isso é verdade? Eu estou te falando com a mais profunda sinceridade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aloizio, olha, veja. Você me fez uma pergunta e eu não pude responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não é verdade. Essa história não para de pé. Sabe por que eu estou discutindo isso aqui hoje? Por uma única razão: porque ele está morto e não tem como se manifestar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deixa eu lhe dizer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Por que não jogaram isso na última campanha? Porque não ia colar. Porque uma mentira desse tamanho, tão precária, não ia pegar. E é evidente que esse repórter que estava na *IstoÉ* deve ter tido essas informações lá da época. Isso aí estava no arquivo. Não é de agora essa história. Mesmo porque eu vi o sujeito dizer, em uma nota, que não falou nada daquilo, que não deu entrevista para a *Veja*. Na entrevista da *Veja*, que ele fala em *on*, ele diz assim: “Sobre Quércia e Mercadante, eu não tenho nada a ver com dinheiro. Que isso fique bem claro”.

Então não sei de onde veio, não sei qual é o inteiro teor da fita, preciso conhecer para fazer o julgamento, não quero fazer um prejulgamento sobre a ação que vou fazer. Vou tomar minhas decisões quando eu souber exatamente o que aconteceu, como aconteceu, qual é a responsabilidade de cada um. Mas toda vez que eles mencionam São Paulo, eles falam do Hamilton Lacerda. O Hamilton Lacerda, nessa história, não falava pela minha campanha, mas não sou eu que estou dizendo. Eu estou dizendo que ele nunca falou nesse episódio pela minha campanha. Quem diz que ele não falava, é ele, Hamilton Lacerda. O sujeito aqui, em lágrimas, em depoimento aqui na CPI, pede desculpas públicas a mim!

Você acha que um militante desse do PT, que você conhece muito bem, eu ia mandar fazer e depois ele pede desculpas públicas e diz que quebrou a confiança comigo? Você acha que se eu tivesse mandado fazer uma coisa como você classificou núcleo de burrice, eu seria um candidato único do PT em São Paulo, sem nenhuma liderança questionar minha liderança? Ou você acha que as pessoas que têm alguma informação sobre isso sabem que eu não tenho nada a ver com essa história? Evidente que eu não tenho nada a ver. Você acha que um cara com essa história do Hamilton, com essa militância, eu mando ele fazer, vai lá e faz e depois ele fala assim: “Não, a culpa é toda minha”, chora e pede desculpas para mim publicamente? Evidente que nunca faria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas por que ele fez, Aloizio? Por que ele fez?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Fez porque essa militância acha que assim que destrói a corrupção. Quando não se consegue a transparência, dizem: “O Jorge Lorenzetti disse aqui por quê”. O sentimento era de que o Governo estava sendo criminalizado pela imprensa: o Governo do PT era sanguessuga, o Governo do PT desenvolveu as ambulâncias fraudulentas – e 2/3 das ambulâncias eram do governo anterior, mas isso não aparecia na imprensa. É por isso que eles dizem que fizeram essa história. Este era o sentimento deles: de que havia uma blindagem do Governo e que a mídia não divulgava o que estava acontecendo, então, eles tinham uma missão heróica para fazer.

Bem, podiam até querer fazer, mas através do Ministério Público, da Polícia Federal, das instituições republicanas, mas não dessa forma. Não dessa forma. Eu fiz Cálculo I, Cálculo II, Cálculo III, Estatística I, Estatística II, Análise de Balanço, e você acha que vou cometer um erro de R\$1,7 milhão? Vou mandar um cara a um hotel, falo que vou pagar e descubro que não tenha R\$1,7 milhão? E não tinha mesmo; nunca tive. Pelo amor de Deus, gente! É impossível fazermos disputa política dessa forma!

Aloysio, eu sei que você não vai falar, mas eu sei o que você sente. Você sente o que eu estou falando aqui: o Quércia não tem responsabilidade como estão colocando. Eu nunca o procurei; você sabe que eu nunca conversei com ele, nunca tive intimidade com ele, muito menos naquela campanha. Não há uma evidência; ao contrário, ele continua não aliado meu. Nunca foi; você sabe que nunca foi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deixe-me dizer-lhe uma coisa. Eu não vou falar claro, evidentemente – permita-me, Presidente, até para responder –, em nome de Orestes Quércia. Agora, a família dele, a D. Alaíde publicou uma nota muito digna no jornal, na revista *Veja*, dizendo que vai processar a pessoa que fez essa afirmação. Eu acho que este é o caminho, na minha opinião: processar. E no caso do PT, é expulsar, pôr para fora. Porque ele disse assim: “Eu cometi um crime, eu...” – o fulano; como ele se chama?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Expedito Veloso. Não me entra na cabeça o nome dele. “Eu cometi um crime e o Aloizio Mercadante está por dentro, o Quércia. O crime está lá, eu participei disso”. Como é que o PT mantém um sujeito desses nos seus quadros, ocupando um cargo

importante no Governo do Distrito Federal? E mais: desafiando, de alguma forma, o PT dizendo: “É, pergunte ao PT”. Entendeu? São esses os fatos que ficam aí trotando na cabeça da gente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu acho que você tem todo o direito de questionar e de exigir do PT. Agora, no processo, ele foi inocentado – o Expedito. No inquérito, ele demonstra que teve participação em análise técnica e não teve nenhum envolvimento com dinheiro. Por sinal, é a informação que ele repete, pelo menos na entrevista publicada.

Vamos aguardar a investigação desse episódio, verificar a exata dimensão. Eu quero conhecer o inteiro teor dessas fitas para poder me pronunciar e fazer um julgamento. Eu não vou prejudicar. Não quero que façam com os outros o que fizeram comigo. Quero rigor. Falei aqui. Quero o rigor do Senado, sou totalmente favorável, acho que é assim a vida pública. Prefiro o debate franco e aberto. Agora, eu não posso ser responsabilizado por um assessor que trabalhou comigo cinco meses e que assumiu, integralmente, a responsabilidade de forma, inclusive, franca e militante, dizendo: “Sou um militante, sou um dirigente e fiz aquilo que eu achava que tinha que fazer”. E vou ler, porque, lendo, conseguimos entender. Ele termina assim:

Nós fizemos a opção de não repercutir [a denúncia] e não colocar, seguir a grade de propaganda do Senador Mercadante. Por quê? Porque a denúncia [você me perguntou] não havia sido discutida na coordenação da campanha. Eu não conhecia. Como é que vou colocar uma denúncia daquela num programa de televisão na reta final? Aí, ao contrário do que parece, eu chamo o meu papel de responsabilidade. Fiz, sim, uma ação como militante, como dirigente partidário, de chegar numa denúncia uma possibilidade de atender ao interesse público, de desvendando algo que a sociedade não estava desvendando ainda. E, ao mesmo tempo, se isso tivesse uma repercussão positiva, ajudar aquela campanha em que eu, naquele momento, estava empenhado. Então, essa é a minha motivação. E, portanto, eu assumo as minhas responsabilidades políticas frente a isso e tomei as minhas decisões em função disso. Quando do episódio de o Senador Mercadante tomar contato com essa história, eu prontamente pedi exoneração e entendi da questão da falta de confiança, muito embora eu tenha uma avaliação, que é a que eu falei, e não cabe aqui fazê-la, mas, de qualquer forma, não só pedi o afastamento da coordenação da

campanha como, publicamente, na nota, pedi desculpas a ele.

Saiu na imprensa assim: “Hamilton foi à *IstoÉ*”. Eu liguei para ele e falei: “Hamilton, você foi à *IstoÉ* tratar desse assunto?” “Fui.” Eu falei: “Hamilton, você está fora da minha campanha”.

Chamei uma coletiva e disse: “Houve quebra de confiança, e ele está fora da minha campanha”. E ele soltou uma nota na mesma hora – deixem-me achar a nota aqui –, em que ele diz assim:

De livre e espontânea vontade, procurei a revista *IstoÉ*, para falar sobre o assunto. O candidato Aloizio Mercadante, que sempre condenou essa prática, não soube e nunca foi informado dessa minha iniciativa. Lamento ter cometido esse erro, e aproveito esta nota para apresentar meus pedidos de desculpa.

Então, que esse Expedito pudesse achar que o Hamilton tivesse me informado sobre alguma coisa, ele tem direito de especular. Por isso que eu falo que é uma insinuação completamente descabida. O que ele não tem direito é de, sabendo, como sabe hoje – talvez na época não soubesse –, que eu nunca fui informado sequer que ele iria na *IstoÉ* e que eu não permitiria – ele sabe que eu não queria isso na campanha –, eu tenha que explicar isso de novo, depois que o Quércia morreu.

O fato novo foi dizerem o seguinte: que eu fiz uma aliança com o Quércia; como a minha campanha não tem como mostrar que tem dinheiro para pagar, foram feitas quatro auditorias, a Polícia Federal, etc., só tem uma saída: o Quércia pagou!

Eu nunca falei com o Quércia, gente! Ainda mais no final daquela campanha. Não tenho relação com o Quércia, nunca tive, ele nunca foi meu aliado. Olhem a história da vida dele, onde ele estava! Estava do meu lado? Você conviveu com ele? Nunca esteve. Alguma vez o Quércia falou alguma coisa de intimidade comigo? Nunca! De alguma conversa? Nunca, porque nós nunca tivemos!

Agora eu tenho que explicar isso? Eu tenho que explicar como? Como é que eu faço com uma pessoa que morreu? O que mais eu posso dizer? Quem é o responsável diz: “Não sabia e não fez”. O outro esperaram cinco anos para poder jogar ilação, porque, se não... Na campanha não podiam usar, porque o Quércia viria aqui e desmontaria essa ilação, e vocês seriam solidários com ele!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas quem jogou com ilação? Não fomos nós que jogamos essa ilação. É isso que estou lhe dizendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Aloysio, não sei quando essa fita foi feita. Só sei que foi feita, mas jogada agora, cinco anos depois.

Eu não estou responsabilizando a oposição pelo desdobramento desse processo. Estou dizendo que eu acho... Evidentemente, há uma luta política aqui, e ninguém é um ingênuo. E é uma boa oportunidade para tentar.

E, depois, o segundo movimento é o seguinte: “Enfia o Lorenzetti na reunião, e põe...” E não estou dizendo que é você. Estou falando na revista. “Põe o Lorenzetti na reunião, porque aí consegue chamar a Ideli e envolver o Governo”. A tentativa... Pelo amor de Deus! A Ideli não tem nada a ver com essa história. Chegou no final da reunião, para o depoimento do Vedoin.

Cacá, minha chefe de gabinete, está aqui: alguma vez o Lorenzetti entrou no meu gabinete? *(Pausa.)*

Ela é funcionária concursada. Foi chefe de gabinete do PSDB, por anos aqui. Foi chefe de gabinete da Liderança do Governo do PSDB. Foi chefe da bancada do PSDB. É só perguntar para ela ou para qualquer um do meu gabinete se o Lorenzetti entrou no meu gabinete! Nunca entrou!

Agora, como é que eu respondo a isso? O que mais eu posso dizer aqui? A Ideli vai dizer o quê? Por que enfiaram o Lorenzetti? “Porque é de Santa Catarina, Aloizio. Só por isso. Para tentarem criar um elo, porque, se não, ficava uma coisa tão estapafúrdia, uma reunião de cinco anos atrás, que já foi investigada pela CPI, pelo Ministério Público, etc... Como a coisa do Quércia. Eu li a nota aqui:

Cinco anos atrás, houve várias matérias tentando jogar o Quércia nessa história. Não colou. O Ministério Público e a Polícia Federal desconsideraram essa hipótese. Não analisaram. Agora, cinco anos depois que ele morreu, jogam de novo para verem se pega. E eu estou aqui explicando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes, para concluir. Há outros Senadores também inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não posso deixar de fazer uma réplica aqui, Senador, ao nosso convidado.

O senhor disse o seguinte: “Jogaram o nome do Quércia, fizeram isso assim”. Mas quem fez? Existe um comitê central escondido que faz essas coisas? Não fomos nós. Nós não mexemos com dossiê, não mexemos com gravação, não é o nosso método de atuação política, e o senhor sabe disso.

Então, isso surgiu desse tal Expedito Veloso, que vai conversar com a *Veja*. Agora, o que nós temos a ver com isso? Isso é um fato que surgiu na crônica

política, e surgiu por questões internas do seu partido, e não por nós.

Eu teria o maior prazer, e desejo, e gostaria até que o senhor viesse aqui novamente na Comissão, para falarmos sobre ciência e tecnologia: para discutirmos sobre satélites, sobre o supercomputador a quantas anda, essas coisas. Agora, quem trouxe esse assunto à baila foi gente do PT. E até agora o PT não tomou nenhuma providência contra ele. É isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pelo art. 14, tem a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já usaram contra mim, e eu aprendi. *(Risos.)* Estou aprendendo rápido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu usei a seu favor!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Fui citado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu falei que você tomou uma providência importante. Eu não quis... De modo algum...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Foi-me dado o art. 14 na última sessão plenária...

Eu só quero, me dirigindo ao Senador que me antecedeu, dizer o seguinte, bem rapidamente. Eu não posso citar o nome, mas o Senador que me antecedeu e sabe que sou admirador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh, por favor, respeitando o tempo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vou ser bem breve. Eu só quero dizer o seguinte: aqui não houve nenhuma manobra, não tem estratégia de fugir da convocação do Ministro Mercadante. O que existe é outra estratégia que quero deixar pública, que é mostrar a inconsistência dessas acusações. Por isso que o Ministro quis vir hoje aqui. Quer dizer, no dia de ontem, a oposição começou a dizer que não iria fazer perguntas sobre o caso. E hoje, aqui, o debate, o que se falava era que se o Ministro não falar nós vamos perguntar. Eu conversei com o próprio Ministro, e o próprio Ministro disse: “Perguntem, porque eu quero falar. Perguntem porque eu quero falar!” Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora você é porta-voz da oposição? Pelo amor de Deus!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, não estou aqui fazendo nenhuma acusação à oposição, estou dizendo que existia esse clima. Ontem, a oposição, no seu líder, do seu partido, declarou que

não iria falar sobre o assunto. E foi o Ministro Mercadante quem disse: “Falem, levantem, porque eu quero falar!”. Acho que isso aqui ficou muito forte. Podem dizer tudo desta reunião, mas nenhuma pergunta ficou sem resposta aqui.

E outra coisa que quero dizer. V. Ex^a passou aqui a indignação do homem público atingido por acusações levianas; passou a indignação em todos os momentos. Então, eu queria registrar isso. Então, aqui, não é manobra protelatória. Ao contrário. Sobre esse assunto o Ministro quer – e o que nós queremos – é esclarecer logo e é por isso que está usando esta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, agora, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, prezado Ministro Aloizio Mercadante, em primeiro lugar quero também cumprimentá-lo por sua iniciativa de ter vindo a sua própria casa com a rapidez com que determinou.

V. Ex^a também foi Deputado Federal e certamente teria, a qualquer momento, atitude semelhante. Mas, aqui, V. Ex^a foi um dos membros mais distinguidos desta Casa e era mais do que natural que V. Ex^a pudesse ter a atitude tão positiva de transmitir ao Presidente Delcídio Amaral e todos nós Senadores: Olhe, eu vou aí o quanto antes para esclarecer, e da maneira mais franca.” V. Ex^a aqui foi muito positivo, Senador Lindbergh Farias, ao abrir a sua primeira questão, a principal, sobre o episódio relatado pela revista *Veja*, porque assim V. Ex^a esclareceu, no meu entender, toda e qualquer pergunta relativa a esses fatos e recordou o episódio. E eu quero, Ministro Aloísio Mercadante, também dar o meu testemunho, porque eu fui seu companheiro de campanha em 2006. V. Ex^a era o candidato ao governo e eu ao Senado, quase que diariamente interagíamos e nunca tivemos qualquer diálogo que fosse sobre essas questões. E certamente se houvesse tanta importância neste assunto, V. Ex^a naturalmente teria a mim transmitido, pois conversávamos sobre todos os episódios importantes de campanha e eu percebi e soube do choque que V. Ex^a teve no dia em que saiu essa notícia. Então, aqui, quero dar o meu testemunho, assim como também da convivência que tive, aqui, por tantos anos, com a Senadora Ideli Salvatti, de que não há qualquer fundamento nas alegações de que ela teria, de alguma forma, participado de uma maneira indevida sobre esses fatos.

Mas quero também lhe cumprimentar pela qualidade da sua exposição sobre a ciência, tecnologia e inovação. E gostaria até de lhe cumprimentar, porque como tantas vezes eu ouvi suas palestras, eu quero lhe

dizer, Ministro Aloizio Mercadante, que a sua palestra hoje sobre o estado das coisas, sobre os avanços que conseguiu, em apenas seis meses incompletos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, foi uma das melhores palestras que já assisti de V. Ex^a, seja como professor de Economia, seja... Mas é que hoje V. Ex^a iniciou a sua fala, tratando das questões econômicas, da evolução do Brasil para, então, introduzir os aspectos relevantes dos avanços que o nosso país vem obtendo na área de responsabilidade de V. Ex^a.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, especialmente, sobre um dos temas que aqui mencionou: Quais as medidas que a Finep, Financiadora de Estudos e Projetos, cujo Presidente é o Dr. Glaucio Arbix, que conheço – e cumprimento-o por tê-lo convidado, depois dele ter estado à frente de um dos principais órgãos de pesquisa do Governo Brasileiro –, mas quais as medidas que está adotando para ampliar os gastos desta atividade no setor privado e público, combinado? Como V. Ex^a manifestou a intenção de transformar a Finep em um banco, ressaltando que o tema envolve uma negociação complexa, em função das regras de Basiléia, das suas exigências, quais são os passos necessários para criarmos essa instituição financeira especializada no fomento à pesquisa, ao desenvolvimento? E quais serão as principais vantagens dessa medida? Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço, Senador Suplicy, o seu testemunho, o seu apoio que é muito importante para mim, pela sua história de transparência e compromisso com a verdade na vida pública. E V. Ex^a estava ao meu lado em alguns desses momentos e sabe do quanto fiquei impactado e indignado com o que tinha acontecido e, evidentemente, eu não tinha qualquer informação prévia do que estava ocorrendo. Muito menos com o Hamilton, que era o meu Assessor de Comunicação, que tinha ido, pessoalmente, na revista *IstoÉ*. Eu nunca soube, ele nunca me consultou, nunca me pediu autorização; e teve atitude de revelar isso com toda a transparência.

Em relação à Finep, nós temos poucos mecanismos privados de fomento à inovação no Brasil. Em outros países existe fundo de capital semente, existem fundos de *venture capital*. E nós precisamos desenvolver o setor privado brasileiro para ajudar, acreditar nas empresas inovadoras, nas empresas com base tecnológica. Mas o Estado tem um papel importante nisso.

Então nós queremos que a Finep seja o banco de inovação do Brasil.

A Presidente Dilma, apesar de todo o esforço fiscal deste ano – e nós estamos participando desse esforço, estamos reduzindo despesa, estamos cortando recursos do Orçamento –, e nós aumentamos em 1

bilhão de reais o crédito da Finep para inovação. Esse recurso já foi todo liberado: 1 bilhão e 400 milhões de reais nesses últimos meses. Porque a demanda é muito forte, o que é um bom indicador; há demanda forte por inovação no Brasil.

Nós queremos dar um salto; que a Finep possa ter também uma espécie de BNDESPar, ou seja, que ela possa participar do aporte de capital. É uma empresa boa, porque vimos alguns casos... Por exemplo, tinha uma empresa extremamente dinâmica na área de TI, que foi vendida depois para o Google... Qual era o nome, você lembra? (*Pausa.*) É uma empresa de Minas Gerais. Bom, ela pediu financiamento, não teve financiamento; na semana seguinte, o Google compra. Quer dizer, são talentos que a gente tem que apostar, acreditar e ter condições de investir, para podermos desenvolver experiências ricas nessas áreas, que são muito ágeis, muito rápidas em termos de ciclo de inovação.

A ideia da Finep é essa, agora a passagem não é simples, tem que ter um capital líquido, um patrimônio líquido; tem que respeitar as regras de Basileia. Então o Banco Central está assessorando, os estudos estão sendo feitos, nós estamos dialogando com a Fazenda e construindo um caminho bem sólido. Inclusive a Finep não estava informatizada; ela está sendo totalmente informatizada, todos os processos vão ter prazo, vão ter acompanhamento, vão ter transparência.

Eu queria até esclarecer que – inclusive a imprensa deu destaque à minha fala ontem, numa coletiva em São Paulo – eu falei que desejo fazer um *hacker's day*; eu queria fazer um encontro dos *hackers* com o meu Ministério para discutirmos a transparência do Ministério. Os *hackers* são jovens talentosos que desenvolvem *softwares* livres, que conhecem profundamente a Internet, que elaboram programas. Eles não são os *crackers*. Os *crackers* são os que usam o conhecimento para atacar, os *hackers* são os que dominam o conhecimento. Agora, eles têm algumas exigências, eles querem transparência, eles querem liberdade na Internet, eles querem *software* livre. Em cima dessa plataforma e desse movimento, quero fazer um encontro para aprimorar o portal do nosso Ministério e vou lançar um programa de transparência total no MCT. E quero a ajuda deles para pensar a forma mais transparente e mais pública, mais republicana que possamos ter na prestação de todas as informações, tanto de conteúdo, de produção, financeira, gerencial no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, vejo que essa juventude é muito dinâmica, há alguns projetos de garagem, de você articular redes de memória para poder fazer alguns projetos que os

hackers têm feito na sociedade civil, e é um conhecimento novo que temos que dialogar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas rapidamente, com relação a esses *hackers*, achei muito interessante essa sua iniciativa. Eles estão, digamos, interferindo, nos computadores dos diversos organismos governamentais, como pessoas identificáveis. Poderá V. Ex^a identificá-los e, com esse convite, de fato, ter essa interação que me parece ser muito positiva. E eu o cumprimento por essa iniciativa. Será possível isso, de fato, acontecer?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vou explicar. Essas operações, derrubar o site, roubar informações etc. Essas são informações muito sofisticadas e não é fácil identificar. Mas esses são os *crackers*; às vezes cometem crimes, por exemplo. Vi uma ação dessas num acervo científico da USP e destruíram a memória da pesquisa, destruíram. Assim como tem vírus que as pessoas lançam. Tem um setor, como na vida real, tem gente que tem conhecimento e usa para o bem e tem gente que tem conhecimento e não usa. Então, às vezes, é um movimento só para ter prazer de desestabilizar um portal, ou para mostrar que tem competência para entrar. Nesse caso que vivemos agora, não tivemos danos importantes, mas mostrou que o Brasil precisa se precaver, precisa ter mais segurança, precisa ter mais investimento em segurança e informática; mais equipes de cibernética para pensar uma estratégia de defesa, eu diria, mais ampla e consistente. Então, foi um recado importante para nós nos prepararmos.

Agora, paralelamente, esses jovens talentosos se dispõem a participar de um *Hacker's Day* quando a agenda deles é de interesse. Eles se mobilizam e ajudam a construir. Vou tentar e acho que vai ser uma bela experiência fazer um *Hacker's Day* para pensar transparência no MCT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. Em seguida os Senadores Walter Pinheiro, Eduardo Braga, João Pedro, Randolfe Rodrigues e Jorge Viana.

Vamos proceder a um pequeno intervalo por razões que todos reconhecem. (*Pausa.*)

(*Observa-se um intervalo.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, V. Ex^a está com a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria do jornalista João Domingos, informa que a Presidenta Dilma Rousseff pede aos aliados que incluam na Lei de Licitações o modelo usado para a Copa. E fala que o projeto de lei de licitações, que desde junho de 2009 foi apreciado e votado na Comissão de Assuntos Econômicos, está pronto para ser votado no Plenário. E aqui informa, até corretamente, que foi feito um entendimento entre a minha pessoa, o Senador Francisco Dornelles, o Ministro do Planejamento no ano passado e em 2009, o Ministro Paulo Bernardo, e o Deputado Márcio Reinaldo e que nós dissemos que o projeto então está pronto para ser apreciado e votado. O Senador Romero Jucá, Líder do Governo, informou que gostaria ainda de fazer alguns aperfeiçoamentos.

O que quero registrar é que, da minha parte e, acho, da do Senador Francisco Dornelles, desejamos que o projeto seja logo apreciado, de modo que tenho toda boa vontade em nunca deixar o projeto parado.

Era o registro que gostaria de fazer, salientando, inclusive, que já comuniquei isso ao Senador Romero Jucá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, o democrático Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão, Exmº Sr. Ministro Aloizio Mercadante, Sras. e Srs. Senadores, eu vim a esta Comissão hoje atendendo a um requerimento cujo objetivo era a realização de uma audiência pública a fim de debater o tema “Economia e competitividade: a importância da inovação”, com a presença do seguinte convidado: Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Todavia, aqui mudaram a regra do jogo, e fui um dos que aqui registrou que esse assunto é rico, da maior importância. Notadamente para nós que estamos hoje em evidência, talvez seja o assunto de maior riqueza que poderíamos discutir.

No entanto, como mudaram a regra do jogo, eu queria, desde já, dizer ao Ministro que, se ninguém o fizer antes, eu apresentarei um novo requerimento para que V. Exª possa voltar aqui única e exclusivamente para se discutir esse tema. Vários Senadores saíram da Comissão porque queriam discutir o tema, mas a lista de oradores e a coisa foi...

Mas, então, como as coisas são esclarecedoras, nós vamos, muito rapidamente, Sr. Ministro, dizer que o senhor, com toda a sinceridade, me convenceu sobre essa questão do ex-governador Quércia. Realmente,

pelas sua sinceridade... O senhor é uma pessoa que eu conheço. Eu sou paulista, embora more no Estado de Goiás há 36 anos, e acompanho a sua vida e sei que o senhor é uma pessoa muito decidida nas suas coisas.

Todavia, uma coisa que não ficou clara aqui ainda me intriga; se tirarmos o Sr. Quércia fora, se tirarmos o Sr. Mercadante fora, quem trouxe esse dinheiro? Qual a origem desse dinheiro? Eu acho que o partido ou o senhor pediu para vir a tona e investigar, porque isso não pode... Nenhum hóspede desavisado deixou uma mala esquecida com 1,7 milhão. Essa é a primeira coisa que me deixa...

Segundo, com a veemência e com a clareza do senhor, é certo que, mesmo o senhor estando fora dessa história, o seu partido não ficou fora dela. Isso ficou patente e o senhor também não procurou deixar que isso fosse.. Está ali o inquérito, tem gente.. Aí eu entendi o adjetivo “aloprados”. Realmente são uns aloprados mesmo que fizeram uma lambança no seu partido.

Assim, em vez de termos uma agenda positiva, ficamos com uma agenda negativa, sempre com um partido se defendendo e outro atacando, quando esta Casa aqui tem tanta coisa para fazer.

Mas, Ministro, as novas revelações sobre o dossiê dos aloprados trazem a público novos e velhos personagens. Assim, temos um ex-Deputado, Carlos Abicalil, conhecido por sua intransigente defesa dos mensaleiros na CPI do Mensalão, onde atuou na tropa de choque do PT, e a então Senadora e atual Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Carlos Abicalil teria sido o autor da ideia de se fazer o dossiê contra José Serra após ter sido bem-sucedido em utilizar semelhante artifício para prejudicar a sua própria companheira de partido, a ex-Senadora Serys Slhessarenko, e o candidato do PSDB ao Governo de Mato Grosso, o também ex-Senador Antero Paes de Barros. Já a Ministra Ideli Salvatti, que pretende premiar o ex-Deputado Abicalil, compor Secretaria Executiva da Pasta das Relações Institucionais, teria participado ativamente de todas as fases do fracassado plano, tendo sido a responsável por sua divulgação junto à imprensa.

V. Exª sempre se apresentou e se mostrou um homem direto e disposto a enfrentar as questões e os grandes temas do Congresso Nacional, se o que circula hoje na imprensa for procedente, a imagem de V. Exª ficaria seriamente maculada, sobretudo quanto aos limites da época que, tenho certeza que o senhor as tem em alto teor. Pergunto a V. Exª. Entende que há ou não limites éticos nessa política. Esses fatos todos colocados na imprensa procedem ou não procedem? O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, tem sempre se colocado como uma alternativa ino-

vadora e como uma forma diferente de fazer política. Todavia, a série de escândalos que têm envolvido o Partido lamentavelmente mostram outras facetas, inclusive uma que nos surpreendeu muito: o abandono à Senadora Serys que ficou atirada aos leões. O que V. Ex^a teria a dizer nessa conduta adotada em relação à Senadora? O Partido dos Trabalhadores tem modificado a sua prática Interna? Porque há algo de podre no Reino da Dinamarca. Parece-me que essa Dinamarca está passando pelo Brasil. Obrigado.

O SR PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço suas palavras, Senador Cyro Miranda, principalmente como é um homem que vem da oposição, dizer que o senhor se convenceu com a minha intervenção nesse plenário tem um significado muito especial porque eu vim aqui para isso. Sei que para os amigos não preciso explicar, para alguns adversários não adianta explicar, mas para a maioria da população a gente deve explicar, deve prestar contas. O homem público que não gosta de prestar contas é igual a guarda-noturno que não gosta de trabalhar à noite. Tem que prestar contas. A coisa mais importante na democracia é a transparência, ela é sempre a razão da verdade e eu vou continuar mantendo a minha atitude dessa forma: totalmente transparente e aberto ao debate.

Por que esses militantes fizeram isso? A minha interpretação... Nós temos uma militância que veio de uma longa trajetória de luta contra a ditadura. Dentro daquele período histórico você tinha várias concepções do militarismo, do foquismo, várias concepções políticas que na realidade quem estava dentro de uma organização, dentro de uma estrutura, estava cumprindo um papel histórico muito importante e, portanto, tinha o direito de fazer aquilo que deveria fazer para atingir o objetivo. A ditadura marcou profundamente uma parte da geração que veio depois. A democracia vai construindo novos valores. Você tem todo o direito de apurar uma corrupção que não foi investigada, mas tem que fazê-lo dentro do Estado de direito democrático. Demora mais? É mais lento, é mais complexo? Mas é assim. Você não pode acusar alguém sem dar o direito de defesa. Hoje, ouvi, aqui, o Senador Dornelles fazer a menção de que eu subi à tribuna e pedi a cassação de dois Parlamentares aqui no Senado. Eu não fiz isso. Nem respondi, mas não foi isso o que eu fiz. Eu subi para exigir esclarecimentos de fatos que diziam a respeito do Senado Federal. A segunda vez eu subi e disse: eu me absteve na votação porque não estou convencido de que há provas conclusivas para a cassação do mandato. E fui criticado com uma virulência, como se eu tivesse cometido alguma irregularidade e

nunca cometi, nesta Casa. Porque eu disse que a minha consciência não chegava a votar pela cassação. Quando vieram num outro processo com outras provas, eu declarei que tinha o conhecimento. Então é só pegar em situações distintas o meu comportamento. Não é verdade que eu saí... Ao contrário, me dispus com a opinião pública de uma forma impressionante, porque votei com a minha consciência porque eu acho que é o papel do juiz em última instância. Não pode sofrer a pressão das circunstâncias os interesses. Demora para a gente construir esses valores? Demora. Mas eles são melhores do que aqueles que construímos para lutar contra a ditadura. Esse é um aprendizado de uma nova liderança de uma militância. É por meio dos erros e acertos que a gente vai construindo. É um erro neste País a gente reproduzir coisas que fizeram com Getúlio, com Juscelino, ou que tudo que foi feito antes não presta. Achei importante a carta da Presidenta Dilma. Acho que foi um gesto político, para ver se a gente consegue criar um outro padrão de disputa.

Tem personalidades que acirram mais essas coisas; outras, menos. Eu, em todas as disputas que tive, não terminei com problemas de nenhuma natureza. Perdi a última eleição com 0.4% para ir para o segundo turno e não teve um incidente importante que mereça... E tenho certeza de que o Governado Alckmin pensa dessa forma. Não teve um incidente. Consegui ter o controle da campanha.

Agora, uma campanha em um Estado que tem 25 milhões de eleitores, que são milhões de votos, que tem uma estrutura, você não tem a gestão, o controle do que está acontecendo. Não tem. Você está o dia inteiro na rua, fazendo campanha. Você vai no comitê para tomar algumas decisões e, de lá, para a rua. São 645 Municípios. Se eu faço duas cidades por ano, eu tenho que fazer o ano inteiro só isso. Então, é muito difícil uma campanha nessa escala. Você está o tempo inteiro viajando imobilizado. Você não controla. Mas eu espero que essa militância aprenda.

Em relação ao ex-Deputado Abicalil, ele foi da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, a Ideli também vem dessa militância, da área educacional, os dois têm uma convivência muito longa, muito ampla. Ele tem uma expertise importante nessa área. Não vejo que a possibilidade de ele trabalhar com ela e vice-versa tenha qualquer relação com esse episódio. Sinceramente, cinco anos depois, inventar que tinha uma pessoa... Nesse caso, não tem nem fita, nem menção, ninguém pode falar uma coisa que não aconteceu. Tentar colocar o sujeito em uma reunião que ele não estava para poder fazer um vínculo com a Ideli é completamente injusto. Eu sei que tem gente que tem divergências com ela, tem proble-

mas na relação com ela, mas não acho politicamente correto. Espero que isso possa ser superado e que a gente possa deixá-la trabalhar. É uma tarefa difícil a articulação política do Governo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite? A primeira pergunta que fiz foi se o senhor ou o seu partido conseguiram identificar a origem desse dinheiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim, eu imagino que quem participou saiba, evidente. Eu não participei e não sei. Eu tomei uma decisão: nunca mais falei com nenhum deles, em nenhuma circunstância. Nunca mais falei com ninguém. Por uma razão objetiva. Primeiro, porque vou ouvir só versões e eu prefiro ter a minha convicção profunda, que estou expressando aqui, porque estou falando absolutamente a verdade. Então não era minha responsabilidade constitucional, eu não tinha como levar adiante esse processo, tinha o Ministério Público, a Polícia Federal. As instâncias competentes é que devem apurar as responsabilidades. Eu nunca mais falei com ninguém que se envolveu nesse episódio. Nunca mais na minha vida, em cinco anos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E o partido também não quis saber essa origem, porque, na verdade, afetou momentaneamente, até que o senhor esclarecesse, a sua imagem e talvez até um ponto: que o senhor não fosse para o segundo turno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Seguramente. Nesse episódio, o grande prejudicado fui eu.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O partido também deixou isso passar batido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – A vítima desse projeto, que foi um desastre político, fui eu. Eu que não fui para o segundo turno, e eu iria, pelo ritmo que a minha campanha vinha crescendo, e eu sempre cresci no final, passei um período difícil, porque eu tinha que aguardar a conclusão das investigações. Só quando o Procurador Antonio Fernando de Souza deu esse parecer que vocês leram – “não há um único indício, um telefonema, um depoimento, um envolvimento, nada, nada que possa levar ao Senador Mercadante” – e o Supremo votou por unanimidade, eu pude superar esse capítulo. Cinco anos depois, morre o Quércia, e vem uma tese que, no meu ponto de vista, seria indefensável se o Quércia estivesse vivo, absolutamente insustentável. Mas como ele está morto, fico só eu para explicar que não aconteceu o que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós temos ainda inscritos Senador Wal-

ter Pinheiro, Senador Eduardo Braga, Senador João Pedro e Senador Jorge Viana. Eu gostaria, se V. Ex^a concordassem, de fazer um bloco só para encerrarmos a reunião, até porque, daqui a pouco, começa a Ordem do Dia, enfim, o Ministro também tem outras agendas. Seria bom para todos.

Então eu vou começar pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou lamentavelmente passar completamente ao largo da questão principal, que poderia nortear esta audiência, que é a questão exatamente da área de ciência e tecnologia. Fiz questão de frisar isso no início para dizer que o segundo tema que entrou nesta reunião é preponderante. Não se faz ciência e tecnologia sem padrão ético; não se faz ciência e tecnologia sem verdade. Portanto, essa é uma questão crucial.

Conversamos com o ex-Senador Aloizio Mercadante, hoje Ministro da Ciência e Tecnologia, na noite em que tínhamos tido contato com a reportagem e fizemos questão, Aloizio, de não discutir com você em nenhum momento, fazer o que alguns tentaram colocar nesta reunião, que seria uma espécie de ensaio desta audiência. Não troquei com V. Ex^a nenhuma palavra e disse que não aceitaria isso, que queria ouvi-lo aqui, para não fazer nenhum ensaio da audiência pública. Falei com V. Ex^a no domingo, quando tomei conhecimento da matéria. Inclusive, eu e diversos Senadores, neste contato com você, fizemos questão de dizer que era importante que esta iniciativa fosse adotada, a iniciativa de vir a público e falar sem nenhum temor.

O fato de aproveitarmos uma audiência pública, um requerimento já aprovado, era exatamente para dar a liga necessária para que, na Casa, o Ministro pudesse vir falar. Mais do que convocar uma coletiva ou coisa do gênero, era vir exatamente a um palco correto, onde inclusive se estabeleceram, durante a CPMI, os debates sobre esta matéria. Portanto, esse foi o encaminhamento.

E acho que há outros desdobramentos que eu queria levantar aqui, na minha opinião, sem nenhum problema. Eu acho que, em matérias como esta, como vamos fazer nesta semana, discutindo a MP, sem nenhum problema, a base do Governo deve ter um nível de politização e de ação nesse sentido. Eu não vejo por que não debatermos uma MP aqui sobre a qual há discordância. Aliás, fomos nós que abrimos esse debate aqui, no dia 1 de março, para que tivéssemos oportunidade, inclusive, de discutir as matérias e não simplesmente ficarmos aqui como robôs ou levantadores de crachá, votando “sim” ou “não”.

E nesse episódio em particular, nessa situação levantada, quero chamar a atenção – eu até brincava com o Suplicy aqui – para o fato de que o termo “aloprados” foi proferido pelo Presidente Lula. Então, por que o PT não tomou uma posição em relação a isso? Porque não cabia.

Eu quero repetir uma coisa que disse recentemente: nós não tínhamos nada a ver com aquela história de R\$1,7 milhão. Quem meteu a mão naquilo não fez em nome do partido nem tampouco em nome do Governo. Fez em seu nome próprio. Então, que responda por essa questão. Acho que é importante o seu esclarecimento para que a gente descole, de uma vez por todas, esse debate. Não foi um debate feito por nenhum diretório. Eu, por exemplo, nunca fui convidado pelo Diretório Nacional para discutir se a ação dos aloprados foi uma ação dirigida por nós, se ela deveria ser defendida por nós ou conduzida por nós. Não estou jogando as pessoas às traças, mas tenho que jogar as pessoas à responsabilidade.

Quem toma a iniciativa, ainda que dizendo que gostaria de fazer a defesa ou de trazer à luz determinados fatos, usando de mecanismos completamente espúrios, não pode ter do PT nenhum tipo de concordância ou de solidariedade; pelo contrário, tem que ter do PT pleno e total repúdio a esta questão. Então, eu acho que a atitude de V. Ex^a é correta. Por isso que, nessa mesma linha, Aloizio, acho que seria importante, numa de suas idas à Câmara, chamar a comissão que pode discutir a matéria de ciência e tecnologia, chegar lá e dizer: “Está aqui. Quero colocar na mesa a posição de alguém que está no ministério e que, portanto, tem a obrigação de dar esclarecimentos”. Quando estamos na vida pública, não há outro jeito. Acho que você colocou muito bem isso. Essa é uma cobrança que todo mundo vai fazer a qualquer um de nós, em qualquer fase, desde que estejamos ocupando cargos públicos. Temos obrigação de fazer isso. Então, eu acho importante que essa questão fosse levada.

Por último, a separação dos fatos em relação a essa questão da Ideli Salvatti. Eu acho que não dá para ficar fazendo conexões com intenções de perpetuar o que alguém poderia chamar de crise de Governo. Eu acho que é preciso separar essas coisas.

O fato de se discutir lá a partir das séries, a partir do que ela coloca em relação ao Mato Grosso, acho que inclusive cabe ao PT do próprio Mato Grosso e ao PT nacional fazerem esse debate e tomarem atitudes em relação a isso.

A mesma coisa em relação ao ex-Governador, ao ex-Senador Orestes Quércia, Aloizio.

Eu acho que é fundamental, quando você toca nessa questão, sobre o que significa no tempo, por-

que foi uma coisa que me intrigou muito. Domingo à noite, quando eu li a matéria, eu pensei o seguinte: se a matéria tinha essa contundência, se tinha esse envolvimento, ela seria capaz de decidir a eleição em São Paulo muito mais rápido, se ela tivesse sido colocada. Se a intenção era atingi-lo, o momento inclusive para ser colocado era ali, naquele momento eleitoral, na disputa agora de 2010, não na de 2006 – portanto, ser requentada, ser colocada como elemento capaz de desestabilizar um candidato do PT ao Governo de São Paulo.

Portanto, faça essa separação, meu caro Aloysio Nunes – não sei se ele está aí, sem o art. 14 –, para que a gente não fique... E eu concordo com você, Aloysio: para que não fiquemos estabelecendo uma relação de que são adversários daqui do Governo que fizeram essas ilações. Esses que estão fazendo isso hoje, na realidade – faço questão de frisar isso –, na minha opinião, não têm absolutamente nada a ver com vocês, porque, se tivessem, utilizariam na eleição de 2010, e não agora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tentaram utilizar lá atrás, mas não conseguiram.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Portanto, é bom isto: a gente separar.

Quanto a essa questão da memória, meu pai sempre me dizia uma coisa, Aloysio, todas as vezes em que se falava... E eu usei a expressão dele, uma vez, até numa briga aqui com o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando ele era presidente do Congresso, e eu, líder do PT na Câmara: “Senador Antonio Carlos, meu pai me dizia que a gente não maltrata criança, não agride idosos, nem fala mal de mortos”.

Então, eu acho que seria importante que tivéssemos essa separação, principalmente à memória de Orestes Quércia. Como você disse muito bem, primeiro porque ele não vai ter como se defender, e fica, queiramos ou não, uma acusação muito pesada a alguém que já morreu. Mesmo que a viúva tome a atitude, meu caro Delcídio, de uma representação judicial, é tentar manchar a história de Orestes Quércia. Óbvio que, nessa tentativa, alguém busca fazer seus acertos de conta internos, Aloizio. E aí vai tentando escolher quem vai pagar a conta ou não.

Por isso, acho importante, nessa linha, que você pudesse manter essa indignação que o meu amigo Lindbergh, que não vai usar o art. 14 de novo, utilizou aqui nessa questão. Mais do que a indignação, é manter a posição, efetivamente, de sustentar em todo e qualquer foro, sem nenhum receio, porque essa é a figura de que “quem não deve não teme, nem tampouco treme”, e acho que é importante sustentar essa posição.

Por isso é que lhe faço este apelo: uma ida sua à Câmara, que provavelmente tem Comissão fazendo esse debate, tem discussão envolvendo a questão da ciência e tecnologia, e chamar ao debate, dizendo: “Está aqui. Se os Deputados querem ouvir, se os Deputados querem arguir, se os Deputados querem conhecer efetivamente o que aconteceu, está aqui para ser falado”. E acho que é fundamental que façamos isso, para que, cada vez mais, nós separemos essas coisas, porque o que muitos querem, Aloizio, é exatamente ir colando, principalmente na história das nossas vidas, que essa é uma prática assumida pelo PT e, portanto, vão se elegendo alguns dos seus quadros para que essa coisa possa ser colocada. E todos nós somos passageiros, Aloizio. Todos nós somos passageiros. Mas uma instituição partidária vai durar para sempre.

Então, é esse o objetivo. O objeto, neste momento, pode até ser a sua figura. Mas o objeto central, como era em 2006, era atingir a campanha de Lula Presidente, era atingir a campanha de Aloizio candidato ao Governo, como é também tentar colar uma imagem, para que o Partido dos Trabalhadores leve para sempre uma mácula de que atuou de forma inescrupulosa, daquilo que combateu a vida inteira. Por isso as colocações do Senador Dornelles aqui, tentando exatamente estabelecer essa relação. Por isso acho que seria importante se você pudesse manter essa postura. Obviamente que não dá para ficar vindo ao Senado nem à Câmara a vida inteira, porque nós temos muito o que fazer. Mas seria importante, na próxima oportunidade, também, fazer a mesma coisa na Câmara, não com o objeto de matar o assunto, mas com a intenção de falar a verdade e esclarecer os assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o próximo Senador inscrito, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente, meu cara Ministro Aloizio Mercadante, eu serei bem mais breve do que o nosso querido e respeitado Senador Walter Pinheiro.

Primeiro, para fazer uma abordagem objetiva e direta sobre este assunto. Acho que os esclarecimentos, mais uma vez prestados pelo Ministro Aloizio Mercadante, colocam, de uma vez por todas, as questões onde deveriam estar: no campo de fatos ocorridos e esclarecidos com relação à participação do Senador Aloizio Mercadante nesse episódio conhecido como dos alopados.

Segundo, tentar trazer agora para dentro desses fatos a Ministra Ideli Salvatti me parece uma coisa descabida, despropositada, não há nenhuma conexão entre um fato e outro. Às outras questões há os mecanismos e há as instituições que devem proceder,

como vêm procedendo com relação às investigações relacionadas ao fato. Qualquer outra coisa adicional a isso é questão política.

Quero aqui dizer do meu convencimento, mais uma vez, pelas posições firmes, claras, indignadas de alguém que foi vítima de um processo. Foi vítima não somente no processo eleitoral, porque aquela altura, eu que participava do processo eleitoral a nível de Brasil e a nível de eleições em 2006 majoritárias, acompanhava a ascensão do candidato Aloizio Mercadante em São Paulo, quando, de repente, acontece esse fato dos alopados, que penalizou eleitoralmente. Politicamente, porque vive tendo que esclarecer algo que está esclarecido.

Em terceiro lugar, no momento em que nós estamos discutindo temas importantes da ciência e tecnologia, quando se discute um redesenho e uma nova arquitetura para o Brasil dentro do cenário internacional, mais uma vez o Governo tem que gastar esforço, tempo e o Senado, num momento em que deveríamos estar discutindo, por exemplo, a LDO, que está sendo votada, neste momento, para o ano de 2012, Ministro Aloísio Mercadante, traz um fato importante e um retrocesso que não recomenda a ascensão que gostaríamos ver continuada na ciência e tecnologia.

Pela primeira vez, nos últimos anos, os recursos da ciência e tecnologia voltam a ser passíveis de contingenciamento, coisa que não aconteceu em todas as outras leis de diretrizes orçamentárias anteriores; esse sim um tema que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deveria estar hoje se dedicando, porque aí está, talvez, uma questão central para a continuidade e para o avanço da questão da ciência e tecnologia no Brasil.

Então, a minha primeira questão ao Ministro Aloísio Mercadante era no sentido de, primeiro, um posicionamento em relação a LDO; segundo, uma recomendação, uma sugestão ao Presidente desta Comissão, porque sei que a Comissão tomou providências com relação a essa matéria junto à LDO, como a Comissão de Ciência e Tecnologia também tomou providências, mas no sentido de fazermos gestões políticas para que no relatório da LDO esses recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia não sejam passíveis de contingenciamento, como vinham sendo assim protegidos em leis anteriores, em anos anteriores. Mas gostaria de ouvir a posição do Ministro Aloizio Mercadante.

Outro tema que me parece importante destacar é o de que – e lamentavelmente, não pude acompanhar a apresentação do Ministro no que diz respeito ao tema de mérito desta reunião, que é o tema Ciência e Tecnologia –, mas ao tomar conhecimento da apresentação vejo, e parte dela já conhecia, que há inovações e há

novidades na apresentação: uma delas é com relação ao programa de satélites do Brasil para 2011/2020, onde aparece já em 2013 o Satélite Amazônia I, o que para nós da Amazônia, – e aqui está o Senador João Pedro e outros Senadores da região amazônica – com certeza, é uma importante informação, porque a Amazônia passaria a contar com um satélite, a partir de 2013 – e creio que aqui é o lançamento ou o início. Mas eu gostaria de ter um aprofundamento com relação a isso, porque seria muito longo aqui tentar detalhar a importância de um satélite para a Amazônia, embora seja simples entender que, graças a um satélite, nós melhoraríamos não só a comunicação, a competitividade, a transmissão de dados, a implantação de banda larga, que possibilitaria a telemedicina, o diagnóstico a distância, a implantação de boas práticas no uso e no manejo do desenvolvimento sustentável, educação a distância, enfim, nós estaríamos falando num sem-número de vantagens com relação a essa matéria.

E, finalmente, Sr. Ministro, quero abordar um tema que, no meu Estado, é hoje um tema palpitante. Trata-se da questão dos *tablets* e a questão do desenvolvimento dos bens de informática. É conhecido por todos os Senadores que o Brasil possui duas políticas de incentivos fiscais para os bens de eletro-eletrônicos e para os bens de informática: uma destinada a todo o Território Nacional, conhecida como Lei de Informática; e outra destinada a uma área de exceção que é a Zona Franca de Manaus. As duas leis.

Portanto, eu gostaria de fazer uma pergunta objetiva e clara ao Ministro Mercadante, porque também na política está se colocando agora de que há uma decisão interna do Governo no sentido de fortalecer e beneficiar o polo existente no Estado de São Paulo, em detrimento do Estado do Amazonas e da Zona Franca de Manaus, pelo fato de que o Ministro Aloizio Mercadante é um político militante no Estado de São Paulo, além de ser um político de dimensão nacional.

Portanto, eu gostaria de ouvir da parte do Ministro qual a posição do Ministério com relação ao equilíbrio e as vantagens comparativas necessárias, obviamente, para que esse equilíbrio possa existir entre os dois polos existentes no Brasil: o polo de São Paulo e o polo da Zona Franca de Manaus, no que tange esse tema.

No mais, cumprimentar V. Ex^a pela condução equilibrada, ponderada de uma audiência pública, que tomou o viés de um embate de esclarecimento político; e parabenizar, mais uma vez, o Senador Aloizio Mercadante pela posição firme, transparente, indignada, de alguém que nada teme, nada deve e, portanto, não há por que se negar ao debate, franco e aberto sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Quero passar a palavra, agora, para o nosso querido Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Ministro Aloizio Mercadante, duas questões – e serei rápido pelo adiantado da hora, são mais de 14 horas –: primeiramente, esta reunião pública dá um testemunho do padrão de exigência do Senador, do homem público, do militante do partido que conheci, aqui no Senado, desde 2007. E tive uma relação política com dois líderes de bancada: com a Senadora Ideli, que hoje é Ministra, e com V. Ex^a, Senador e Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Então o testemunho é nesse sentido. Conheci V. Ex^a aqui e em momentos duros da luta política, com uma bancada reduzida que não é esta, enfrentando, mas no jogo limpo, no debate aberto da tribuna, nas nossas reuniões, nas nossas comissões.

Então V. Ex^a é um homem digno, um político digno a quem tenho a maior confiança na condução hoje, não de Senador, mas na condução de um Ministério estratégico para o Brasil. Então, quando li a matéria da revista *Veja* e concluí quando terminava ali – isso é um tiro no pé – na hora em que vincula V. Ex^a com o ex-Senador, ex-Governador Orestes Quércia. Por conhecer a vida política dos dois, das duas lideranças públicas sabia que V. Ex^a nunca teve nenhuma relação política, principalmente, numa articulação ilegal já dita por V. Ex^a, dita pelo PT, pela direção do PT acerca desse episódio de 2006.

Então, quero dar esse testemunho. V. Ex^a tem padrão, tem procedimentos, tem métodos que engrandecem a vida pública de V. Ex^a. Pude conviver aqui quase quatro anos com V. Ex^a e quero dar esse testemunho.

Segundo, quero fazer uma denúncia. Nós acabamos de sair de Parintins que propicia, não é mais uma festa de Parintins, mas uma festa que engrandece o Brasil e este ano, mais uma vez, a visitação de todo o Brasil, de governadores, de ministros, enfim, nos enche de orgulho. E, principalmente, quando o Garantido ganha, e foi esse o resultado. Mas o que não funcionou, Ministro, e quero aproveitar aqui este espaço do debate, foi a telefonia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – (*Intervenção fora do microfone.*) – Mas S. Ex^a é Ministro da Ciência e Tecnologia, e não das Comunicações.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Então veja só como a tecnologia precisa melhorar, porque quando se reúnem 100 mil pessoas não funciona. Precisamos melhorar, porque é inconcebível que nenhuma das operadoras deixe o cidadão que paga com

tranquilidade. Então, há uma festa, que é um evento nacional e há esse gargalo por falta justamente de ciência e tecnologia.

Então, quero fazer a denúncia aproveitando aqui e sei do empenho de V. Ex^a de tratar as regiões com outro padrão.

O Senador Eduardo Braga levantou essa questão que estamos discutindo. É bom dizer que já tivemos uma série de diálogos e de reuniões no Ministério no sentido de tratar com equidade, no sentido de tratar de forma diferenciada uma região que é diferenciada, que é a Amazônia, que é a Zona Franca de Manaus. E tenho plena confiança na condução de V. Ex^a de tratar o Brasil, tratar as regiões, tratar o emprego, tratar a Zona Franca de Manaus com o carinho estratégico que merece o Brasil e a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador João Pedro.

O último Senador inscrito é o Senador Jorge Viana. Em seguida o Senador Blairo Maggi.

Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caro Senador Ministro Aloizio Mercadante, eu aprendi que, pior do que sofrer uma injustiça é praticar uma injustiça. E acho que seria injusto de minha parte com este companheiro, este ex-Senador, com este Ministro, se eu não viesse aqui, pelo menos nesse final de reunião dar o meu depoimento em virtude de um episódio que sei que machucou muito V. Ex^a, pessoalmente, feriu os princípios que V. Ex^a sempre adotou na política e o quanto isso o incomoda quando é levantado. E acho que foi levantado de uma maneira leviana, novamente, tentando atingir a Ministra Ideli, o que é uma outra grande injustiça.

Penso que, por mais que a ciência e a tecnologia tenham perdido hoje por conta do espaço que deveria ser usado para debater esse tema tão central para o Brasil de hoje e do amanhã, nós ganhamos, pois o Ministro da Ciência e Tecnologia do nosso País não pode iniciar o mandato sob suspeita.

A atitude de V. Ex^a vir aqui foi de grandeza, colocando-se à disposição para debater inclusive esse tema que tanto lhe fere; Foi uma atitude de grandeza e ajuda o Brasil a, definitivamente, virar a página desse episódio, e nós tratarmos de aproveitar a sua capacidade para aprofundarmos o debate sobre ciência e tecnologia, que é, sim, o diferencial que irá colocar o Brasil em outro patamar ou não, que vai colocar ou não o Brasil definitivamente no século XXI.

Pelo que vi desses seis meses de trabalho de V. Ex^a, andando pelo Brasil, dialogando com os mais diferentes setores da sociedade, reunindo a Academia,

reunindo cientistas, montando uma excepcional equipe, como V. Ex^a montou para conduzir a política de ciência e tecnologia do Brasil, estou seguro de que teremos uma mudança extraordinária no setor de ciência e tecnologia em nosso País no Governo da Presidente Dilma, levando adiante algo que o Presidente Lula começou.

Não querendo me alongar, deixo registrado que uma das características de V. Ex^a é ter posição. E exatamente por sempre ter posição é que V. Ex^a sempre foi ou combatido, ou respeitado. Mas sempre teve posição! Tem gente que não gosta do seu estilo, que não gosta das suas posições, mas não pode reclamar nunca que V. Ex^a tenha se omitido sobre os mais espinhosos assuntos. Sempre foi transparente, sempre teve lado; e é exatamente essa postura que eu admiro que faz com que todos nós do PT tenhamos muito orgulho da sua trajetória política. E ficamos orgulhosos, independentemente dos resultados das eleições, quando V. Ex^a foi chamado para as missões mais importantes: ser parceiro de chapa do Presidente Lula, ser candidato ao Governo de São Paulo, ser Senado por São Paulo e, agora, ser Ministro de uma das áreas mais importantes para o nosso País.

Então, V. Ex^a, na sua trajetória, sempre mostrou uma profunda responsabilidade com o nosso projeto político – profunda –, que só os líderes têm, sempre mostrando um profundo respeito pela opinião pública. Daí porque penso que foram essas duas coisas que o trouxeram aqui nesta manhã-tarde. E acho que aqui é o lugar adequado, porque nesta Casa é que o senhor fez o bom combate, nesta Casa aqui, o Senado Federal, o seu nome já está escrito.

Reafirmo que não penso que tenhamos perdido tempo; ao contrário. Foi oportuno, porque esse é um assunto para mim vencido – vencido não pelo tempo, vencido não porque incomoda, vencido não porque nos atinge. Estou seguro de que o PT ainda terá de tomar algumas atitudes, não em relação a esse episódio especificamente, mas sobre esse tipo de prática. Talvez seja uma oportunidade que tenhamos de deixar mais explicitamente registrado que isso é inaceitável para o Partido dos Trabalhadores – e dizer isso para os seus militantes, para todos que compõem o nosso partido, inclusive em respeito à sociedade e tirando lições de episódios como esse –, que nós não trabalhamos com dossiês, que nós não trabalhamos com denunciismo, que nós não trabalhamos na tentativa da desmoralização das pessoas. Talvez isso falte ainda à direção do PT. Porém, isso não pode ser cobrado de V. Ex^a.

Esse episódio foi tratado com profundidade pelo Ministério Público Federal; esse episódio teve decisão do Supremo; esse episódio foi tratado em suas minúcias pela imprensa, pela oposição. E, aí, concluo dizendo

que ele foi tratado em duas ocasiões que, talvez, sejam até mais importantes do que tudo que eu disse antes – Ministério Público, Supremo, imprensa e oposição – ele foi tratado em duas eleições, duas eleições que ocorreram depois desse episódio. Uma em São Paulo, com V. Ex^a participando. Ali era um espaço. São Paulo, a decisão. Como esse próprio episódio trouxe tanto prejuízo, inclusive político, para V. Ex^a, e eleitoral, como V. Ex^a já expôs, na eleição de São Paulo, no ano passado, se tivesse alguma substância nessa denúncia, se tivesse algo importante, ela teria voltado na eleição para o governo de São Paulo no ano passado. E mais ainda: na segunda eleição, teria sido colocada na eleição da Presidente Dilma. Aí, sim, poderia ter mudado completamente o resultado dessa eleição.

Então, lamento profundamente a volta desse tema, e trazendo ainda a figura de uma pessoa que já não está mais no nosso meio, que é o ex-governador Quéricia. Isso é lamentável! Eu, aqui, me associo a todos que falaram em solidariedade à família do ex-governador Quéricia. Só falta, agora, esse episódio de querermos fazer a exumação de figuras por conta desses enfrentamos políticos que estamos vivendo!

Espero, sinceramente, e estou certo de que o Senado dará um tratamento à altura dos que compõem esta Casa, especialmente os que atuam na oposição. Estou seguro, porque conheço a seriedade da ampla maioria daqueles que fazem oposição, inclusive, ao nosso Governo.

Então, queria concluir, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, e dizer que, por fim, talvez esta sessão tenha sido mais importante ainda para o Senador Aloizio. Não para ele esclarecer o que já estava esclarecido, mas para ele nos dar mais este exemplo de vida, de trazer a indignação dele, de alguém que já estava e foi ferido novamente, com esse assunto voltando da maneira como alguns tentaram trazê-lo de volta. E estou me referindo exclusivamente a setores da imprensa nacional.

Acho que isso é inaceitável. Para alguns homens públicos, o maior patrimônio é a sua credibilidade, é a sua vida. E sei que para V. Ex^a, Senador Aloizio, esses são dois valores muito caros que V. Ex^a preserva. O que passou de mais definitivo aqui, hoje, foi a indignação de quem sofreu, mais uma vez, uma grande injustiça. V. Ex^a conseguiu passar para todos nós, como disse o Senador Cyro, e estou seguro de que esse assunto voltou – e nisto ele tem alguma coisa positiva em ter voltado – para que aqueles que ainda tinham dúvida da sua inocência pudessem tirá-la nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O último orador inscrito, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Ministro Aloizio, é um prazer tê-lo aqui com a gente.

As minhas considerações serão bastante rápidas. Na mesma matéria em que foi citado o Senador Aloizio, acabei entrando de carona nesse assunto, lá pelo Estado de Mato Grosso, como é do conhecimento daqueles que leram as duas edições da *Veja*, no final de semana passado e neste final de semana.

Quero deixar claro aqui, à nossa Comissão, que em nenhum momento, em 2006, lá no Estado de Mato Grosso, tratou-se de qualquer assunto com respeito a esse mesmo episódio que agora vem sendo colocado. Não havia a mínima necessidade lá, pela eleição no Estado, de qualquer movimentação que não fosse a normal de uma eleição, já que eu vinha liderando as pesquisas – entre 65 e 70% em todas as pesquisas –, antes, durante e após a eleição também.

Mas, como fui citado na matéria, tomei três providências: duas já realizadas e uma devo realizar de hoje para amanhã. Mas queria deixar aqui esclarecido, e também prestar minha solidariedade ao Ministro Aloizio, que há inverdade nessa matéria. Eu procurei a Polícia Federal, a Superintendência da Polícia Federal lá em Mato Grosso e também a Procuradoria-Geral da República de Mato Grosso. Entreguei um ofício a cada um deles pedindo agilidade e pedindo para que eles esclareçam e interpelem quem fez as declarações a meu respeito. E, no dia de hoje, ou no dia de amanhã, entrarei com uma ação civil pública... Pública, não, uma ação civil criminal, também, contra esse cidadão que fez menção a meu nome nessa matéria, para que venha e esclareça onde tem as provas para dizer o que ele disse a meu respeito nesta matéria. Então, para deixar claro, tomei duas providências: uma na Polícia Federal, uma na Procuradoria Geral e outra, agora, uma ação civil criminal contra o cidadão. Era o que eu tinha que fazer. Não vou ficar aqui discutindo o que não sei, não participei, não vi e não fui informado. Então, colocou meu nome na revista, vou entrar com o que posso fazer, os processos, enfim, processar aquele que não está dizendo a verdade.

Ministro Aloizio, a mim não resta o reconhecimento da sua inocência no processo, porque estou sendo colocado dentro de um negócio que não vi, de que nem passei perto. Se fizeram isso comigo, podem estar fazendo com V. Ex^a ou com qualquer outro. Isso o descaracteriza de qualquer verdade nesse processo. E se servirem as ações que estou movendo para que, depois, possam ajudar a esclarecer esse assunto, elas

se tornarão públicas assim que eu tiver os resultados tanto da Polícia Federal quanto do Ministério Público e da ação que vou mover particularmente.

Então, era isso que eu queria informar, já que fui citado na revista. Meu nome parece que não andou na Comissão, mas também não tenho nenhum receio de falar sobre o assunto. Pena que eu não possa falar muito porque não conheço. Estava muito distante desse assunto na época em que ele aconteceu. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, Ministro Aloizio pela sua paciência de estar de nove e meia da manhã até às duas e vinte e seis nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, para suas considerações finais, o Ministro Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE – Quero agradecer a manifestação de todos os Senadores nesta rodada final, ao Senador Walter Pinheiro, pela solidariedade e apoio.

De fato, não pedi para ninguém fazer qualquer tipo de ensaio em relação a estar aqui. Ouvi muitos comentários e muitas sugestões para que eu não viesse, mas eu disse que não abria mão de vir, que eu queria transparência, quero debater e vou debater onde for solicitado.

Segundo, em relação ao Senador Eduardo Braga, é muito importante esse debate acerca da LDO. Temos que olhar ciência e tecnologia como um setor estratégico. A Amazônia precisa de um satélite público para melhorar especialmente o acesso à banda larga e às comunicações. Em relação ao episódio que o Senador João Pedro manifesta sobre a festa de Parintins, talvez fosse o caso de pedir uma audiência com o Ministro das Comunicações para a festa do ano que vem, um suporte especial capaz de suprir a demanda, que deve ser muito forte, e deve faltar infraestrutura. A medo prazo, precisamos de um satélite dedicado especificamente à Amazônia.

Em relação aos *tablets*, temos 68 emendas à medida provisória. O Ministério está aberto, já uma recomendação clara da Presidenta Dilma de preservar o papel estratégico da Zona Franca, do Polo industrial de Manaus, que acho particularmente que não é apenas uma questão dos amazonenses, mas uma questão do Brasil. Aquele é um projeto estratégico para o País, para preservação da Amazônia. É um polo de ciência e tecnologia. Quem não conhece deveria visitar. Encontraremos um bom equilíbrio na negociação da medida provisória.

Quero agradecer ao Senador Jorge Viana, também concordo em que a democracia ganha com esse debate que fizemos aqui. A oposição pôde perguntar

tudo que quis. Respondi, com toda a transparências, as minhas convicções.

Agradeço à militância por dizer que tem orgulho da minha trajetória, sinto isso, e saberei preservar esse sentimento.

Por último, agradeço as palavras do Senador Blairo.

Termino dizendo que o homem público não tem que ter compromisso com o erro. Comte dizia que só tem ética na vida pública aquilo que se pode defender publicamente. Portanto, tem que enfrentar o debate, e é só assim que preservamos os valores que dão sentido à nossa vida pública.

Muito obrigado. Até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 29 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Gim Argello, e, ainda, dos Senadores Walter Pinheiro e Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Ivo Cassol, tendo falta justificada pelo Ofício nº 486/2011-GSICAS, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em viagem oficial, e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor

o Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32 de 2007. A Audiência conta com a presença, ainda, dos Srs. Altamir Lopes, Diretor de Administração-DIRAD, e Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica-DIPEC. Após a exposição do Exmo. Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro e José Agripino. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 28ª Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

A pauta é audiência pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007, com a presença, ainda, dos Srs. Altamir Lopes, Diretor de Administração (Dirad), e Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec).

Peço aos Senadores Walter Pinheiro e Romero Jucá que conduzam o convidado ao plenário da Comissão.

De acordo com os arts. 397 e 398, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Sr. Alexandre Tombini, terá 30 minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido; o interpellante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpellado; tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Exmº Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Exmªs Sras. Senadoras e Exmºs

Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, é sempre uma grande honra retornar a esta Casa e a esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para prestar esclarecimentos às Exmªs Sras. e Srs. Senadores e à sociedade brasileira, desta feita para discorrer sobre os fundamentos econômicos, a forma de condução da política monetária e os resultados da economia e das ações do Banco Central do Brasil, em atendimento à Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal.

Vou fazer uma apresentação. Eu distribuí um livreto com alguns dados econômicos, que vou seguir como roteiro nesta apresentação. Essencialmente, ela está dividida, rapidamente, na estrutura de política econômica adotada no Brasil – uma breve revisão sobre esse tema – e na conquista da sociedade brasileira nos últimos anos, tanto de natureza econômica quanto social. E aí entro na parte principal da apresentação de hoje, que é a política econômica em 2011, focando especificamente na questão do Banco Central. Dividirei essa parte em diagnóstico da situação na nova gestão do Banco Central, enfim, qual o diagnóstico que foi realizado também por parte do Governo em relação aos desafios da política econômica em 2012, a estratégia que vem sendo adotada e alguns resultados preliminares dessa estratégia. Finalmente, falo um pouquinho do cenário atual, de perspectivas e perspectivas para a economia brasileira no médio e longo prazo.

Falando da política econômica, o Brasil vem adotando uma política macro consistente, calcada em alguns pilares principais, em três pilares, que são do nosso conhecimento, mas para revisar: o controle da inflação, com base no regime de metas de inflação, adotados no País há mais de uma década; a questão da responsabilidade fiscal, que nos acompanha já de longa data e que tem produzido resultados importantes, que veremos em seguida; e o câmbio flutuante tem sido importante ao longo desse período de mais de uma década de vários desafios, de várias situações em que esse regime tem se mostrado bastante útil ao País para assegurar a estabilidade macroeconômica. A isso tudo se agrega a regulação do Sistema Financeiro Nacional, que tem sido essencial para a manutenção da estabilidade financeira e estabilidade econômica do País.

Em relação às conquistas da sociedade, eu vou passar rapidamente, mostrando alguns dados. Primeiro, no que diz respeito às conquistas econômicas recentes, vemos que, ao longo desse tempo, nos últimos dez anos, a taxa de juros real da economia tem evoluído numa tendência declinante. Também há os ciclos monetários. Estamos num deles, em que a taxa real tem de subir, mas a tendência de médio prazo é

de redução, de convergência dessa taxa de juros real para níveis inferiores do que tínhamos no Brasil nos últimos tempos.

Relação dívida pública/PIB: também embasada numa política fiscal consistente de responsabilidade e consolidação, temos visto uma redução na dívida/PIB ao longo do tempo, muito importante para a redução dos riscos da economia brasileira. Isso veremos ao longo da apresentação.

Reservas internacionais: fortalecemos a capacidade do Brasil se inserir internacional e lidar com uma variedade de cenários internacionais. Muitas vezes o que nós temos visto, ao longo dos últimos três anos, são cenários internacionais bastante desafiadores. Esse colchão de liquidez em reservas internacionais tem sido muito importante. É uma conquista que nós devemos preservar. Enfim, tem sido muito útil para o País.

Em função dessa acumulação de reservas internacionais, divisas, também tendo em vista o próprio processo de consolidação fiscal, temos hoje uma dívida externa líquida negativa, que quer dizer que o País é credor em moeda estrangeira, que é um traço importante da economia brasileira. Desde o início de 2007, começou essa tendência. Isso, nós vimos na crise, que o primeiro impacto da desvalorização da nossa moeda foi um alívio da situação das finanças públicas, o que permitiu a adoção de políticas anticíclicas, tanto monetárias quanto fiscais, no período de crise, diferentemente das outras crises internacionais com que tivemos de lidar no passado, em que não conseguíamos fazer isso, porque a dinâmica da dívida piorava na medida em que o câmbio desvalorizava. Agora, esse círculo vicioso foi interrompido desde 2007.

A relação crédito/PIB também teve uma elevação ao longo dos últimos dez anos. Saímos de um quarto da economia financiada por crédito para praticamente economia, com certa desaceleração na margem em relação a esse processo de aprofundamento do mercado de crédito brasileiro, que tem sido muito importante para a nossa economia.

Sistema financeiro sólido. Nós temos, na linha amarela, o índice mínimo de capital dos bancos; na linha vermelha, o que era cobrado internacionalmente, o índice de 8% de Basileia. Nós temos índice maior, e a realidade do sistema é que existe uma gordura adicional em relação ao mínimo de capital. Então, o sistema está bem capitalizado. São dados recentes do nível de capital do sistema.

Temos reflexo na redução do prêmio de risco da economia. Hoje, a média, até 28 de junho, é de 113 pontos nos CDSs, médio Risco Soberano. Nós vimos países da Europa hoje com esse mesmo Risco Soberano, acima de 2 mil pontos, 2,5 mil pontos. Isso quer

dizer que o Brasil hoje está hoje com o risco soberano refletindo os fundamentos econômicos.

Tivemos as recentes reclassificações de risco, que veremos ao final da apresentação.

Em relação à redução das desigualdades, esse é um processo que avança no País. Nós vemos o índice de Gini mostrando uma redução consistente da desigualdade na sociedade brasileira. Esse dado é extremamente relevante; não só da sustentação do crescimento, mas da sustentação ao crescimento inclusivo, que gera um mercado doméstico que nós não tínhamos há alguns anos.

Há mais um dado de redução das famílias abaixo da linha da pobreza. Tivemos tanto a redução dos domicílios pobres quanto a redução dos domicílios extremamente pobres. A redução, em percentagem, desses domicílios é outro importante dado.

A mobilidade social: nós vemos, entre 2003 e 2011, naquela faixa azul, classe C, mais de 36 milhões de pessoas ascendem à classe média. Nós vemos aí o fortalecimento da classe média no País. Essa tendência vai continuar para os próximos anos. São as projeções da Fundação Getúlio Vargas.

Criação de emprego formal, também em níveis elevados, na casa dos 2 milhões em 12 meses. O último dado, até maio de 2011, mostra aí a capacidade, a formalização de emprego e a capacidade da economia brasileira de gerar empregos nesse período, algo bastante valioso.

Acesso ao crédito bancário. Temos hoje aí cerca de 28 milhões de pessoas com operações de crédito acima de R\$5 mil. Esses são dados do Banco Central de que nós temos registro. Ou seja, o crédito avança no País, mas novos tomadores ingressaram ao longo dos últimos anos. Para vermos o dado, em dezembro de 2004 tínhamos 8 milhões de pessoas tomando crédito acima de 5 mil, hoje temos 28 milhões. Ou seja, não é a mesma base se endividando, mas são novos tomadores. Isso é importante nessa discussão, novos tomadores se agregam ao mercado de crédito. Diferentemente de economias maduras, que têm uma base de tomadores constante, o que aumenta o endividamento daqueles que já estão no crédito. Aqui nós temos uma expansão, um acesso, uma inclusão maior dos brasileiros no mercado de crédito.

Para fechar, então, essa parte das conquistas, acesso aos serviços bancários, o acesso se dá não só pelo lado do crédito, ou seja, pelo lado dos ativos do Sistema Financeiro Nacional, mas também pelo lado das captações, do passivo, da poupança, dos depósitos do público no sistema.

Então, nós vemos aí, por exemplo, que em clientes bancários de 2002 tínhamos 87 milhões. Hoje, temos

mais de 160 milhões de clientes bancários. Ou seja abrindo oportunidades, tanto do lado da captação de recursos, quanto do lado dos empréstimos, ou seja, do crédito e do acesso a depósitos do sistema financeiro, o que abre novas oportunidades para os indivíduos.

Bom, agora indo para política econômica. Como eu mencionei, vou passar aqui nessa parte, que é uma parte importante da apresentação, foco da minha fala hoje, O diagnóstico do final de 2010, 2011, a estratégia adotada e alguns resultados preliminares. Em relação ao diagnóstico, vou focar aqui nos dados até o início de 2011. Então, os gráficos que estão aí no livreto estão interrompidos para mostrar essa fase do diagnóstico de quais eram os desafios e como vêm sendo endereçados esses desafios.

Em relação à evolução do PIB que nós vimos, a economia cresceu de forma vigorosa, 2010 fechou com um crescimento de 7,5% do PIB, acima do produto potencial da economia, exatamente, mas vindo de uma base baixa da crise recuperando. E esse crescimento, o que nós vemos também nessas duas barras aí, é que a demanda interna cresceu ao nível de dois dígitos. O que tirou um pouco do crescimento foi justamente o vazamento externo, o setor externo dando o resultado final de 7,5.

Mais um indicador de demanda mostrando aí o vigor da demanda na economia. No final de 2010 tivemos um crescimento 12,2% no comércio ampliado. Comércio ampliado inclui automóveis e material de construção e no comércio varejista, sem esses dois segmentos, também um crescimento de quase 11% ao longo do ano passado. Então, a economia realmente vinha forte, a demanda mais forte ainda.

Em relação à produção industrial e à demanda, uma parte dessa demanda, a linha azul do comércio ampliado crescendo com maior velocidade que a produção industrial. Ainda que a produção industrial tenha crescido nesse período de 2010 mais de 10%, 10,5%, mas esse ato de uma demanda interna crescendo mais rapidamente do que a produção industrial, de certa forma, está refletindo nas contas externas no maior dinamismo das importações no período.

Em relação a mercado de trabalho, também no final de 2010, início de 2011, atingindo recordes de baixa no desemprego, a economia nunca esteve numa situação tão forte de mercado de trabalho, como temos agora, no começo deste ano, final do ano passado.

Em relação à inflação, nós tivemos uma forte ascensão no final de 2010 e no início de 2011, forte alta dos preços das *commodities* agrícolas – isso vamos ver em seguida num gráfico; reajuste do transporte urbano, que foi no começo do ano, em que houve uma concentração desse reajuste em janeiro logo e,

no geral, era distribuído ao longo do ano; fatores climáticos mais intensos na Região Sudeste do País, principalmente, com as tragédias do Rio de Janeiro também impactando aí a produção do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e impactando a produção de alguns alimentos mais sazonais, o que intensifica o processo da inflação.

Além disso, um pouco mais tarde, tivemos aí o choque nos preços do etanol, também elevando o custo da energia, mais um fator com que tivemos de lidar.

E, naturalmente, a inflação dos serviços. Como vimos, a economia vinha bastante aquecida em 2010, a demanda crescendo à frente da oferta. Nós tínhamos isso refletido, entre outros segmentos, na inflação de serviços – o mercado de trabalho bastante aquecido, refletindo ali nesse segmento uma inflação elevada.

Bom, só para retratar o que foi dito há pouco nesse *slide*, tivemos aí o índice de *commodities* brasileiro – isso é uma tradução do índice de *commodities* internacional – adaptado ao nossos pesos nos índices ao consumidor. No geral, cresceu de junho de 2010 a março de 2011, 42% – inclui todas as *commodities*; a linha vermelha são as *commodities* agropecuárias, relacionadas com alimentação, que cresceram nesse mesmo período de junho de 2010 a março de 2011 mais de 60%.

Em relação ao impacto do preço dos alimentos, vimos no final do ano, setembro a dezembro do ano passado, essa decomposição do IPCA mensal, dos índices mensais da inflação ao consumidor. Vemos na faixa verde a participação dos alimentos nessas inflações, onde de certa forma dominam a inflação ao longo desse período. Preço dos combustíveis, também vemos aí o que ocorreu com o etanol anidro e gasolina, aí já mais em 2011. Depois do final do primeiro, início do segundo trimestre, também ainda crescendo forte os preços dos combustíveis. O impacto dos transportes se junta àquele ajuste do transporte urbano, que mencionei, concentrado em janeiro.

Nós vemos essa faixa vermelha aí: a inflação de janeiro a abril deste ano. Como eu disse, o impacto de combustíveis e transportes se deu mais neste ano enquanto a alimentação mais nos quatro últimos meses de 2010. Nós tivemos então essa realidade e vemos aí a importância dos transportes na inflação mensal também, nessa faixa vermelha ao longo desses quatro meses.

IPCA e serviços, como mencionado, crescendo acima da inflação cheia, o acumulado em maio de 2011 na faixa de 8,50 mostrando alguma acomodação inicial ali na margem, mas certamente níveis elevados retratando um pouco ainda essa inércia muito forte da economia brasileira.

Em relação ao cenário internacional, um cenário complexo – a letra é pequena, mas no livreto vai ser possível entender esse resumo. Temos os Estados Unidos, cujo crescimento perde força: a recuperação é mais lenta do que se antecipava inicialmente na virada do ano; desemprego ainda elevado; uma certa fraqueza no mercado de hipotecas, que foi o núcleo da crise 2007/2008, sofrendo ainda as consequências daquele período. E não se recuperou. Para complicar a cena, a inflação em ascensão, também muito à custa de preços de energia que cresceram bastante no segundo trimestre.

Zona do euro, com a questão das dívidas soberanas, que não estão resolvidas. Nós vemos alguns encaminhamentos positivos recentemente, mas há aí um baixo crescimento. O crescimento é heterogêneo, desigual, na zona do euro, e some-se a isso o risco de inflação, uma inflação que já vem, no harmonizado, bastante acima do que seria a meta do Banco Central europeu.

Temos a questão do Japão também, que foi uma sequência de eventos: terremoto, *tsunami* e a questão da crise nuclear que se seguiu, impactando o mundo com o rompimento de cadeias importantes, expectativas se confirmaram, impactando a produção industrial em áreas tão distantes quanto os Estados Unidos e a Europa. Também se levantou a questão da recomposição da matriz energética mais para frente. Temos a crise do norte da África e do Oriente Médio que gerou impactos significativos sobre o preço da energia e do petróleo. Recentemente, o preço cedeu mas o fato é que a crise e a turbulência naquela região não estão resolvidas, deixando sempre o nível de incerteza em relação à evolução futura dos preços do petróleo em dúvida. Nos próximos meses, é algo que deve ser acompanhado.

E os emergentes estão lidando com uma inflação mais alta. A Rússia – esta é a expectativa para 2011 –, com uma inflação acima de 9%; a Índia, 8,6%; a China, quase 5%; Indonésia, 6%; África do Sul, em torno de 5%. Então, esse é um quadro extremamente complexo que diagnosticamos ao longo desses primeiros seis meses, o que exige um cuidado adicional com a análise desse quadro e com a avaliação do desdobramento de um quadro dessa complexidade sobre uma economia como o Brasil.

Com relação ao mercado de crédito, vimos, no final do ano passado, que estava tendo uma rápida expansão, principalmente no crédito ao consumo, com alongamento de prazo, número de prestações aumentando, e, em alguns casos, prazo de financiamento incompatível com a vida útil das garantias. Isso gerava riscos da estabilidade. Foi detectado no final do ano

passado e, como veremos em seguida, houve uma resposta de política a esse desafio.

O crédito por segmento desdobrando o gráfico que nós vimos em crédito imobiliário, crédito ao consumo e crédito de empresas. Vemos uma moderação no crédito ao consumo e veremos ao longo deste ano ainda mais. O crédito imobiliário está crescendo, mas numa base muito pequena, veremos na relação com outros países. O mercado de crédito vem crescendo com robustez, numa velocidade que perde força em relação ao começo do ano. Nós veremos, em seguida, esses dados.

Só para ilustrar, o crédito imobiliário com percentagem do PIB, aqueles quatro e pouco em relação a outros países. O Brasil certamente está num nível bastante baixo de alavancagem no setor imobiliário, comparado com outros países. São dados do Banco Mundial.

Nós temos aqui regras muito mais rigorosas do que em outras jurisdições, por exemplo requerimento de capital de 11%. É o principal elemento. Temos visto uma expansão em bases sólidas. Tem uma exigência chamada relação valor do financiamento e valor do imóvel: quanto mais alto for o valor financiado maior o requerimento de capital dos bancos. Então, tem um mecanismo para aumentar o valor da entrada. Hoje, para se ter uma ideia, está em torno de 60% o valor do financiamento em relação ao preço do imóvel, coisa que, em outros países, tinha até valores superiores a 100% antes da crise.

As regras do Sistema Financeiro da Habitação limitam o endividamento a 30% do comprometimento da renda bruta em relação às prestações. Tem uma série de mecanismos no Brasil que apontam no sentido de um crescimento, que será forte, vem de uma base pequena mas com regras rígidas.

Inadimplência entre 15 e 90 dias. Essa não é a inadimplência como é registrada, mas é um indicador antecedente. A inadimplência seria a partir de 90 dias de atraso. Então, os atrasos entre 15 e 90 dias tiveram um aumento no início de 2011. Nós estamos vendo um certo recuo nesses atrasos, o que indica que, mais para frente, a inadimplência, o atraso acima de 90 dias, deve se estabilizar e começar a cair.

O endividamento das famílias. Isso aqui é renda líquida, só para ter uma comparação internacional. Vemos que, em relação a outros países, como Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Canadá etc., um comprometimento da renda líquida em torno de 40%, no caso do Brasil, e mais de 100% em outras importantes economias maduras.

Nós veremos isso mais adiante também.

Esse era o diagnóstico que nós tínhamos em relação à atividade econômica, como é que virou o ano, aos desafios em relação à inflação, que vinha girando em níveis elevados, na inflação mensal, e subindo no acumulado em 12 meses, em relação ao mercado de crédito também, os desafios que havia em termos de extensão de prazos, de financiamento com prazo além das garantias e um cenário externo extremamente complexo, que foi apontado aqui, inclusive, quando estive aqui em março, tive oportunidade também de discorrer sobre o cenário internacional na visão do Banco Central, nós vimos essa complexidade evoluindo ao longo desses primeiros seis meses.

Em relação à estratégia, começando pelas ações de política monetária. O Banco Central em janeiro elevou a taxa Selic em 50 pontos, na segunda reunião, em março, fez uma elevação também de 50 pontos, a terceira reunião de abril, reduziu o passo dos ajustes, a 25, e na reunião de junho, mais 25 pontos na taxa Selic, isso num total de 150 pontos ou 1,5 ponto de taxa de juros ao longo dos primeiros seis meses de 2011. Ou seja, o instrumento convencional vem sendo utilizado para trazer essa inflação de volta para a trajetória de metas, que nós veremos em seguida com os resultados.

Ações de política fiscal, a consolidação fiscal, foi anunciado o corte do orçamento em R\$50 bilhões e a meta de R\$118 bilhões, de resultado primário, em 2011, reforçando aí esse combate à inflação junto com a política monetária convencional.

Tivemos diversas ações da política macroprudencial, aumentou-se o requerimento de capital para o crédito ao consumo, praticamente dobrou em dezembro, aquelas medidas de dezembro, elevamos o pagamento mínimo das faturas de cartão de crédito, de 10% para 15%, e a partir de dezembro, de 15% para 20%. Também é uma agenda de limitar o endividamento, limitar a alavancagem, reduzir o endividamento da economia e controlar a expansão do crédito. O IOF sobre o crédito ao consumo foi dobrado, adotado, enfim, elevado, depósito compulsório sobre depósito à vista e a prazo, no final do ano, também houve uma recomposição dos nossos depósitos compulsórios, e uma série de outras medidas no que diz respeito aos fluxos de capitais, tanto depósito compulsório sobre exposições cambiais, dos bancos, IOF sobre algumas modalidades de ingresso de capital.

Nós vemos aí um conjunto amplo de medidas monetária, convencional, fiscal e as ações da política macroprudencial do Governo atuando no sentido de controlar a inflação, moderar o crescimento, trazer essa inflação de volta para a meta e mitigar, reduzir os riscos à economia, os riscos à estabilidade financeira.

Temos os resultados preliminares. Serei breve.

Nós temos aí a evolução do PIB, eu agrego aquele gráfico inicial do primeiro trimestre de 2011, a demanda, já mostrando aí um crescimento ainda robusto, mas em nível de um dígito, de 8,8, a contribuição do lado externo reduziu-se um pouco a contribuição negativa, para 2,5, o crescimento aí na faixa de 6, 6 e pouco, já mostrando moderação em relação ao que tivemos no final do ano, os dados no segundo trimestre apontam a continuidade dessa tendência. Confiança do consumidor, ela recua um pouco ao longo do começo do ano, mas ainda em níveis bastante elevados em relação à média histórica, ou seja, a moderação em relação à confiança é importante porque a confiança está elevada, mas está moderando em relação ao seu pico na virada do ano passado.

Utilização da capacidade, é uma história mais ou menos semelhante, a utilização da capacidade industrial se reduz, estabiliza um pouco na ponta, mas ainda estabilizada aí em níveis elevados quando comparada a uma média histórica na linha vermelha.

Do ponto de vista fiscal, aquela meta de 118 para o ano vem sendo acompanhada por todos, o que vemos é uma perspectiva muito boa de atingir a meta fiscal. Temos, por exemplo, nos primeiros cinco meses do ano, um acumulado de resultado primário da ordem de 4% do PIB, quando comparado com os 2,8% do mesmo período de 2010.

Também há uma recomposição nas despesas do Governo Federal com o crescimento menor das despesas, ou seja, a participação menor das despesas em relação ao Produto Interno Bruto.

Em relação aos fluxos de balanço de pagamentos, o que vimos foi um fluxo muito forte no primeiro trimestre em função das medidas e em função de alguma evolução, alguma deterioração no quadro internacional, mas também das medidas nós vimos uma redução bastante marcada do fluxo de balanço de pagamentos.

Essa linha verde mostra o total. Em azul é o fluxo financeiro, que ficou negativo. Esse é um dado parcial do segundo trimestre. O fluxo que domina é o comercial, ou seja, a balança comercial, mas, no conjunto do balanço de pagamentos já vemos um fluxo do balanço bastante reduzido, o que nos ajuda nos dois riscos que o Banco Central vem apontando em relação à intensidade e à velocidade dos fluxos de capitais internacionais.

Primeiro, a questão da inflação. Estamos aqui contendo a demanda, trazendo a demanda para uma taxa de crescimento mais em linha com a oferta da economia para reduzir as pressões inflacionárias e um fluxo de entrada muito grande, que vimos no primeiro trimestre, que chegou à casa de 12 bilhões, o fluxo do balanço de pagamentos, desfazendo um pouco o

trabalho de contenção. Então, vemos agora uma redução nesses fluxos, de importante ajuda no trabalho de contenção da demanda, alinhar melhor a demanda e a oferta, trazer para baixo as pressões inflacionárias.

Por outro lado, outro risco que o Banco Central vem apontando desde o início é que um fluxo de entrada muito intenso, muito veloz, e, lá na frente, quando normalizarem as condições no resto do mundo, ele reverte, uma parte dele reverte, e essa reversão pode gerar riscos para a estabilidade financeira, para a estabilidade da economia. Então, é bom que não entre muito numa velocidade muito forte para mitigar esses riscos lá na frente, na hora da saída.

De certa forma, na margem, o que temos visto é uma redução dos fluxos. Isso tem de ser acompanhado. Vemos também uma recomposição dos fluxos. O que vimos, em 2010, era, basicamente, 60% a 40%, 60% os demais investimentos, renda fixa, ações, empréstimos, etc., e 40% em investimentos diretos. Vimos, ao longo de 2011, até agora, são dados de janeiro a maio de 2011, basicamente a inversão, 60% de investimentos diretos e 40% de demais fluxos.

Aqui uma questão que vem sendo discutida, a ideia do investimento direto, de participações e o intercompanhia. O intercompanhia são as transferências entre as companhias que são registradas no título Investimento Direto. O que vemos na barra vermelha é que ela foi muito forte no último trimestre do ano passado, foi forte no primeiro trimestre deste ano e reduziu no segundo trimestre de 2011. O que quer dizer isso? Que o empréstimo intercompanhia também sujeita a IOF de 6% até 720 dias, o mesmo tratamento para as captações diretas de banco ou diretas de empresas lá fora. Então, o intercompanhia não tem sido, digamos, uma forma de ingressar com esse recurso, como vimos alguns relatos recentemente. Então, nós vemos, sim, também no investimento estrangeiro, uma moderação em relação ao quarto trimestre do ano passado e no intercompanhia a mesma tendência de um menor volume no segundo trimestre em relação ao que foi o primeiro deste ano e o quarto do ano passado.

Na concessão de créditos vemos alguma moderação, pode ser créditos para veículos, em que as taxas subiram e os prazos encurtaram. Do ponto de vista da estabilidade financeira, não há dúvida de nossa parte que a evolução no mercado de crédito, principalmente no crédito ao consumo, hoje se dá em bases mais prudentes do que se dava na virada do ano em função das medidas.

Inflação. Tivemos, nos primeiros sete, oito meses, de setembro de 2010 a abril de 2011, uma média mensal de inflação na casa de 0,73%. Em função de tudo que mencionamos anteriormente, a inflação mensal

vinha numa taxa bastante elevada. Em relação à perspectiva da inflação mensal, de junho a dezembro do ano... Esses são os dados da expectativa do mercado em 24 de junho, com a evolução mês a mês do que o mercado espera para a inflação medida pelo IPCA e a média mensal de junho a dezembro é de 0,33%.

Só para lembrar, tive oportunidade de falar aqui em março, no último depoimento nesta Comissão, que a inflação mensal cairia, a inflação acumulada ainda subiria por efeito base, mas nós já teríamos, a partir do segundo trimestre, uma inflação mensal rodando compatível com o centro da meta. Só para recordar, o 4.5 equivalente no mensal é em torno de 0.37. A média mensal que o mercado está esperando, segundo a *Focus* de 24 de junho deste ano, é de 0.33 de junho a dezembro deste ano.

Em relação à inflação acumulada em doze meses, tem esta trajetória: o pico deve ser ali no mês de agosto. Ainda que a inflação mensal esteja naquela trajetória, segundo o mercado, essa é a acumulação em doze meses pelo próprio mercado à luz daqueles números e à luz do que foi, no ano passado, a inflação de praticamente zero entre os meses de junho a agosto.

Em relação às projeções de inflação do Banco Central, o cenário básico foi divulgado na semana passada no relatório da inflação. Então, temos aí uma inflação fechando o ano na nossa projeção: projeção central de 5.8 para 2011, 4.8 para 2012 e nós vamos agregando trimestre a cada relatório. Agora já tem até o segundo trimestre de 2013 e a nossa projeção está em 4.4.

Esta é trajetória de metas em relação à trajetória de inflação do cenário de referência. Aquela tabela é vista de outra forma, ou seja, a inflação já girando, em 2012, em torno daquela meta e, no final do segundo trimestre de 2013, ligeiramente abaixo do centro da meta de 4.5.

Este é o gráfico das probabilidades. Em torno daquela faixa mais escura seria a projeção central e a faixa azul a meta central de 4.5.

Inflação implícita. Nas projeções, também vimos uma redução dessas projeções. Ela chegou a bater a níveis abaixo de 5%.

Estas são as projeções de inflação derivadas do mercado, ou seja, registrando a inflação implícita num tipo de bônus do Tesouro, um tipo de título do Tesouro que tem essa expectativa quando comparado com outros títulos. E nós vimos essa expectativa recuando num período mais recente, chegando inclusive a níveis inferiores a 5% num horizonte de 12 meses à frente.

Reconhecimento internacional. Os fundamentos da economia. Em toda essa evolução que tivemos ao longo da última década e tanto e também nas políticas

adotadas recentemente da nova administração, nós tivemos aí algum reconhecimento oficial internacional, especialmente num período de reclassificações negativas por parte dessas agências para muitas economias importantes, economias maduras que têm sofrido rebaixamento na classificação. O Brasil teve três episódios, desde o começo do ano: a Agência Fitch elevando de BBB- para BBB em 4 de abril; a Moodys elevando também de Baa3 para Baa2 o nosso risco, a elevação da qualidade do risco brasileiro, e a Standard & Poor's, apesar de manter a classificação de risco em BB-, elevou, melhorou, botou em *outlook* positivo, ou seja, nos próximos oito meses, pode haver uma revisão no próprio *rating* daquela agência.

Então esses são alguns resultados que eu queria mostrar tanto em relação à desaceleração da economia, à moderação dos fluxos de entrada de recursos. Há esse reconhecimento internacional da qualidade das políticas macro adotadas no País que continuam e também a questão principal para o Banco Central da inflação, inflação mensal recuando e a inflação doze meses já a partir do final do terceiro trimestre, deste trimestre, início do quarto trimestre, já convergindo em direção ao centro da meta de 4,5%. Nós temos trabalhado pra isso. Não só o Banco Central. Tem sido uma agenda de trabalho ampla, consistente entre as políticas. Isso tem, creio eu, já apresentado alguns resultados palpáveis em relação ao controle da inflação e à moderação do crescimento da economia, mais em linha com as condições de oferta. Creio que vamos chegar ao nosso objetivo, seguindo esse padrão de política que foi adotado até o momento.

No cenário atual, então, a inflação começa a ceder. O ritmo de crescimento converge para a taxa de longo prazo. O sistema financeiro está sólido, bem capitalizado, bem provisionado. Temos um crédito crescendo a um ritmo mais moderado, certo. Obviamente que o Banco Central acompanha isso cotidianamente. É função do Banco Central zelar pela estabilidade do sistema financeiro e essa nossa avaliação... mas esse é o nosso trabalho também de assegurar essa perspectiva ao longo do tempo.

Acho que é legítimo dizer que o cenário internacional, em relação ao começo do ano, tornou-se mais incerto. Em vários casos ele piorou em relação ao começo do ano. O próprio crescimento da economia global tem sido revisado sistematicamente pra baixo, muito em função da revisão de crescimento, nos Estados Unidos, das questões relativas à dívida soberana da União Européia, em que há notícias importantes. Porém, nós conhecemos esse processo, que leva anos pra ser resolvido definitivamente e na transição sem-

pre fica sujeito a turbulências; e nós vimos algumas delas recentemente.

A pressão inflacionária na China e em outros emergentes tem demandado adoção de políticas de restrição, de contenção, por vários países. A crise do norte da África e Oriente Médio não está resolvida, o que gera um nível de incerteza elevado em relação à evolução do preço do petróleo. No Japão, a sequência de eventos ainda representando aí uma força contrária à recuperação da economia global. Esperamos que a partir desse trimestre haja uma recuperação mais definitiva daquela economia. Mas, de certa forma, é um choque, ainda, que está entre nós, diminuindo a capacidade, o vigor da economia mundial.

A economia brasileira está mais preparada, até para uma materialização no cenário adverso, mais adverso no cenário internacional. Quer dizer, temos reservas internacionais em nível adequado, mais de 335 bilhões de dólares. Os depósitos compulsórios foram recompostos a patamares pré-crise. Foram além desses patamares. Então, nós temos, hoje, tanto liquidez em moeda estrangeira quanto liquidez em reais, para a eventualidade de um aprofundamento dessa crise internacional, caso venha a ocorrer.

Os incentivos introduzidos durante a crise foram retirados pelo Banco Central. A maioria deles foi revertida, como a questão dos depósitos compulsórios, entre outros.

Bom, agora, pra encerrar a minha apresentação, numa nota também positiva, mas mais de médio prazo, a nossa visão é de que o crescimento forte e sustentável é a nossa vocação para os próximos anos. Nós temos aí um processo que vimos, lá naquele slide das próprias projeções da FGV, de uma ampliação da classe média, ainda em relação a esse avanço que houve nos últimos anos. Mas esse processo continua.

O bônus demográfico, que é a população em idade ativa superior a aposentados e indivíduos fora da idade ativa. Então, esse bônus aí vai para os próximos 15 a 20 anos. Nós teremos o Brasil como uma das poucas economias de grande porte que tem esse benefício. Nós temos que aproveitar isso, porque é o momento de maior produtividade da mão-de-obra; é o momento de maior capacidade de poupança. Isso deve ser aproveitado ao longo das próximas duas décadas no País.

Diversas oportunidades de investimentos: exploração da camada do pré-sal, ampliação e modernização da infraestrutura, as *commodities* minerais ainda a serem exploradas e potencial de área cultivável, que ainda não se esgota no País, a despeito do crescimento da forte produção de alimentos. E os importantes eventos esportivos internacionais que estão aí na pauta

e que, certamente, nos próximos cinco anos, estarão demandando infraestrutura, investimentos do País.

Era basicamente isso que eu gostaria de expor inicialmente e fico à disposição de V. Ex^{as} para os questionamentos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu queria de V. Ex^a só uma informação para efeito do debate sobre o endividamento privado externo, se temos informação a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Dr. Alexandre Tombini tem a palavra para responder.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação às captações externas, vimos um aumento, mas nós vemos ainda a economia brasileira com uma posição externa positiva, ou seja, a economia credora tem mais reservas do que endividamento. Se nós colocarmos tudo, investimento direto etc., aí a posição passivo externo líquido é maior.

O que nós vimos foi uma evolução, as captações vieram muito fortes no início do ano, nós impusemos aquelas medidas prudenciais, o IOF na captação. Houve uma recomposição de fluxo, aumentaram as captações acima de 720 dias, isso dá maior estabilidade para esse passivo, que não é um passivo demandável no curto prazo, são captações de 720 dias ou maiores. E houve uma recomposição também nos fluxos, ou seja, no ano passado foi 40% dos demais fluxos, captações, endividamento direto, ações etc. e 40% investimento direto. Este ano, até maio, nós temos 60% de investimento direto e 40% de captações. Então, a qualidade dessa captação externa é diferente. Os volumes nas margens têm sido reduzidos moderados.

Um alerta que a gente sempre faz, que o Banco Central tem que fazer é que o câmbio flutuante flutua para os dois lados. Neste momento está flutuando em uma direção, mas obviamente, se o cenário internacional mudar – sempre há perspectiva, muita incerteza –, ele pode, com uma certa velocidade, reverter a direção da flutuação.

Então, é importante sempre o setor privado não financeiro estar atento para a questão de proteção em relação a exposições em moeda estrangeira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Alexandre Tombini. Quero parabenizá-lo pela exposição competente, como sempre.

Passo, agora, a palavra aos inscritos.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, primeiro orador inscrito. Vamos propor orador por orador e aí o Presidente Tombini responde. Mas vou me ater ao tempo, porque temos ainda uma sabatina para autoridade olímpica, depois desta audiência pública do Banco Central.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, por cinco minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, Srs. Senadores, diz a crônica desta Comissão que reiteradamente, nos últimos anos, a Presidência do Banco Central, ao fazer a sua apresentação, afirma que o nível de reservas internacionais se mantém num *ranking* adequado. É sempre essa, haja crise ou não haja crise, problemas internacionais ou não, está sempre adequado.

Na vinda anterior de V. Ex^a aqui, vários Senadores da oposição questionaram o custo desse carregamento de reservas. É a tal questão do copo meio cheio e do copo meio vazio. Qual é o limite entre a previdência diante das incertezas ou o sintoma de desequilíbrios existentes entre a política monetária, creditícia e fiscal.

Apresentei um requerimento que foi respondido por V. Ex^a sobre o custo desse carregamento com base numa medida que é a taxa média ponderada do passivo do Banco Central, nele incluído o seu patrimônio líquido. A resposta do Banco Central foi satisfatória, na minha opinião. O dado veio sobre a diferença entre o custo médio da dívida pública federal e esta taxa média ponderada do passivo do Banco Central. E também em relação ao custo do carregamento dessas reservas, para o ano de 2010, que estava em torno de R\$43 bilhões.

Pergunto a V. Ex^a se é possível ter alguma atualização desse dado, como vai ser a evolução nesse ano de 2011. Tanto o custo do carregamento, em valores absolutos, quanto a diferença entre essa taxa média ponderada do passivo do Banco Central, nele incluído o seu patrimônio líquido, e a taxa de evolução da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Uma pergunta adicional que tem a ver com isso: se esse derretimento, digamos assim, do dólar, influi no custo de carregamento, na medida em que ele possa afetar o patrimônio líquido do Banco.

A outra pergunta, Sr. Presidente, diz respeito à política do BNDES. No combate à crise, o Tesouro emprestou ao BNDES e assumiu subsídios chamado PSI, ou seja, o Banco empresta abaixo da TJLP e o Tesouro assume a diferença.

E o BNDES tem emprestado muito a esse título de 2009 para cá. Inclusive, agora, recentemente, foi

aprovada uma medida provisória aumentando a possibilidade de repasse do Tesouro ao BNDES a esse título.

Acontece que o SIAFI mostra que o Tesouro não desembolsou os recursos do PSI, apesar de ter dezenas de bilhões em seu orçamento, inclusive em 2001. E o TCU já cobrou explicações sobre esse problema. O Tesouro, pelos dados do SIAFI, não desembolsou aquilo que o BNDES deveria ter recebido para poder fazer os seus empréstimos subsidiados. Isso significa que o BNDES está arcando com o custo que deveria ser do Tesouro.

O BNDES é um Banco sujeito à fiscalização do Banco Central. Pergunto a V. Ex^a como Banco Central tem encarado essa questão, se constatou esse problema, pediu providências, enfim. O que o BNDES está fazendo para minimizar ou corrigir. Isso seria aparentemente uma exposição temerária do BNDES.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado pelas questões, Exm^o Senador Aloysio Nunes.

Em relação à questão das reservas posso afirmar, hoje, que nós estamos num nível adequado. Em relação aos países comparados ao Brasil, aos Brics, por exemplo, nós temos um nível de reserva, em relação ao tamanho da nossa economia, moderado. Temos a Índia com mais de 20% do PIB, a Rússia com mais de 30% e a China com cerca de 50% do PIB de reservas. Só para citar alguns casos de economias emergentes comparáveis à economia brasileira.

Ainda que o nível de reservas tenha crescido em termos nominais, em termos de dólar, em relação ao tamanho da economia, ele está naquela faixa entre 13% e 15% da economia brasileira nos últimos três, quatro, cinco anos. Portanto, estamos em um limite moderado de reservas internacionais, ou seja, de colchão de liquidez em relação ao tamanho da nossa economia.

Então, mais uma vez, seguindo a tradição, diria a esta Comissão que o nível de reserva do Brasil é adequado, a economia cresce, a economia se insere na economia internacional – continua esse processo de inserção, ainda que tomando essas precauções em relação aos fluxos que estavam muito intensos, com uma velocidade muita alta, decorrentes da ampla liquidez internacional, que tem a ver com a baixa recuperação das economias centrais, jogando uma liquidez excessiva no mundo, essa liquidez procurando se rentabilizar. O Brasil, então, tem que se proteger em relação a esse movimento. Nós temos feito isso, entre outras coisas, continuando o processo de acumulação de reserva. A reserva, em relação à economia, conti-

nua constante em relação ao nosso passado recente e menor do que em economias comparadas.

Acho que é importante...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – V. Ex^a teria o custo, para eu poder me atualizar em relação à informação? Eu tenho aqui o valor de 2010. Houve alguma evolução? Em que sentido?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Nós ainda não fechamos o dado de junho, que é semestral, mas certamente encaminharemos a V. Ex^a tão logo tenhamos esse dado com precisão.

Esta questão que V. Ex^a coloca, de como medimos o custo de carregamento, não seria, digamos, o custo médio da dívida pública? Por que usar o custo médio do passivo do Banco Central? O Banco Central tem outros itens importantes de passivo. Por exemplo, vou citar um muito importante, que aumentou muito, está mais de R\$400 bilhões hoje, que são os compulsórios. Tem outro tipo de remuneração, não tem relação necessariamente com a dívida interna. Então, nós temos que elevar esse custo de carregamento, porque é o que dá sustentação para as posições ativas, entre elas, a acumulação de reserva. Essa é a resposta técnica. Existem outros detalhes, como a qualidade do nosso passivo, mas o principal é o compulsório, que dá uma ideia a V. Ex^a de por que usamos isso.

Em relação ao BNDES, o que nós vimos foi – V. Ex^a aponta nessa direção – maior participação de taxas de mercado nas concessões. Uma questão que estamos acompanhando do ponto de vista macroeconômico é a relação dos desembolsos que têm moderado, em relação ao que foram no final do ano passado. Mas, certamente, nos dados de janeiro a abril de 2010, tivemos concessões na faixa de R\$35,7 bilhões; de janeiro a abril deste ano, de R\$33,7 bilhões, segundo dados que minha assessoria está me atualizando agora.

Nós somos o regulador prudencial do BNDES, estamos atentos. Eu não saberia dizer exatamente esse detalhe que V. Ex^a coloca, mas certamente, no que diz respeito à questão prudencial, nós somos o regulador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – É porque está no SIAFI. O Tesouro, até agora, não compareceu...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A relação Tesouro-BNDES é o controlador colocando mais capital, menos capital. Nós não entramos como regulador prudencial, mas, certamente, a sua colocação foi anotada por nós e vamos investigá-la.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Tombini, em primeiro lugar, quero dizer

da minha confiança em relação às políticas monetária e financeira no Brasil. O Banco Central está em suas mãos. Então isso dá uma tranquilidade. Lamento até que ali esteja sem ser por mandato, porque defendo mandato para presidente do Banco Central, com autonomia.

A sua apresentação mostra algo que é mais ou menos um consenso: a economia está bem. Mas eu tenho a impressão de que ela deixa de mostrar, e não era seu papel aqui, claro, é o papel desta Comissão, que ela não vai bem se a gente olhar a longo prazo, com alguns entraves que podem atrapalhar e que não tenham a ver com o Banco Central, pelo menos com a maior parte dos pontos. Por exemplo, a incapacidade brasileira de inovar na economia, de ter produtos inovativos que assegurem um mercado permanente, que nos tirem dessa prisão que vivemos das *commodities*. Os gastos públicos, eu achei positivo, claro que temos um superávit desse tamanho, mas esse superávit está vindo, a meu ver, salvo engano – não, não tem engano nisso – está vindo, Presidente Delcídio, da carga fiscal, e não da redução dos gastos.

A Previdência continua sendo um problema; as incertezas jurídicas em que o País vive e que assustam, de vez em quando, muita gente. O corporativismo, cada um lutando para pegar o seu pedaço do PIB, sem um sentimento nacional. A qualificação de mão de obra, o cenário internacional, que esse foi mostrado.

Mas tem um, com o qual tenho uma preocupação, e acho que pelo seu quadro daria para descartar. Tenho uma preocupação grande com o nível de endividamento das famílias internamente, e com o endividamento das empresas externamente. Apesar de que, do fato, dá a impressão de que não há uma preocupação com o endividamento das empresas no exterior e, de maio para junho, o aumento, se não me engano, foi muito alto, creio que chegou quase a 6%, elevando a dívida para quase 600 bilhões.

Então, eu lhe faço a pergunta sobre essa questão. Mas, antes eu queria saber: às vezes, a definição de renda líquida varia de uma pessoa para outra. Nesse caso, quando se fala o endividamento em percentagem da dívida líquida, isso quer dizer exatamente o quê? O que a gente tirou da renda bruta, só a poupança, poupança e juros, poupança e tributação?

Então, a minha pergunta é: apesar de que, comparativamente, pela renda líquida, tenhamos uma posição muito mais robusta do que a posição dos outros países, eu pergunto se o senhor acha que existe algum risco, vindo do endividamento das famílias, aqui dentro, e do endividamento das empresas lá fora.

Também, quando coloca o problema da inadimplência de 60 a 90 dias, eu pergunto, quando pas-

sa de 90 dias, é tranquilizador, ou a inadimplência é maior ou menor a partir de 90 dias? A CNC colocou a inadimplência como uma preocupação; segundo eles chegava a 10%.

E finalmente uma pergunta, Presidente, que se o senhor não quiser responder, não insistirei nem um pouquinho. Fusão de grandes empresas, no varejo, ajuda na luta contra a inflação?

São essas as perguntas, reiterando a minha confiança.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, agradeço, também as perguntas.

Em relação ao endividamento, naturalmente, que o Banco Central tem, entre as duas missões, estabilidade monetária, traduzida como inflação convergindo com a meta e estabilidade do sistema financeiro, rigidez do sistema financeiro, que passa pela questão do aprofundamento do crédito, dos riscos e da questão do endividamento, questão da educação financeira, especialmente, quando se agrega um contingente de tomadores.

Creio que com relação a essa questão, no Brasil, nós temos alguns fundamentos importantes. Por exemplo, 20 milhões passam da linha da pobreza, mais de 35 milhões de pessoas ingressam na classe média; há uma formalização muito forte do mercado de trabalho, nesses últimos anos. Esses são fatores de sustentação da expansão do crédito. Temos inúmeros trimestres seguidos de crescimento da massa salarial, massa de renda real da economia, ou seja, há elementos de sustentação para um aprofundamento do mercado de crédito. Como falei, com novos tomadores, também a base se amplia. Não é aquela constante sendo endividada ao longo do tempo. Tivemos, também, o processo de alongamento do crédito. E é natural, nesse período agora, em que o crédito imobiliário vai tomar maior protagonismo entre as modalidades de crédito, em função de ser muito pequeno, e todas as deficiências que temos, o hiato, o déficit de moradia. Então, vamos ter um crédito ainda mais alongado e isso, digamos assim, ajusta nas prestações, em quanto as prestações irão comprometer a renda das famílias.

Em relação ao endividamento da família – já respondendo a sua pergunta –, nós temos que o peso do serviço da dívida, quando nós colocamos contra a renda, contra a massa salarial ampliada com as transferências também, está no nível de 24%, 25% no Brasil, ou seja, está num nível moderado. Mas um dos itens de atenção do Banco Central, obviamente, ao longo desse processo de contínuo aprofundamento do mer-

cado de crédito, é justamente o comprometimento da renda com o serviço, o comprometimento da renda com o estoque de dívida. Isso é algo que está sendo monitorado e que continuará sendo monitorado, mas, os níveis que nós vemos hoje são níveis razoáveis, que estariam dentro, digamos, de uma recomendação internacional de comprometimento de renda com endividamento. Há boas razões para isso, tanto do ponto de vista de fundamentos econômicos quanto do próprio nível de endividamento atual que temos hoje no País. O Banco Central vai estar sempre atento e acompanhando esse processo e eu, certamente, serei cobrado aqui nos próximos depoimentos nesta Comissão. Nós estamos olhando isso sempre com atenção.

Em relação à questão da inadimplência acima de 90 dias, em maio de 2011, a inadimplência total – pessoa física e pessoa jurídica – estava no nível de 5,1%. Em maio de 2010, estava exatamente em 5,1%. O que mudou foi que hoje nós temos um pouco menos de inadimplência na pessoa física, que está na faixa de 6,4%, e um pouco mais – 3,9% – na pessoa jurídica. No ano passado, nós tínhamos 6,8% na pessoa física e 3,7% na pessoa jurídica. Ou seja, está exatamente igual ao nível de inadimplência de maio de 2010. No total, a composição mudou um pouco.

Eu vou aceitar a sua proposta de passar à terceira questão, se V. Ex^a me permite.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, os meus cumprimentos a V. Ex^a, Sr. Ministro, pela maneira como vem conduzindo os trabalhos do Banco Central e pela exposição brilhante que acaba de fazer nesta Casa.

São três questões muito pontuais. Está havendo um movimento muito grande de operações de crédito e empréstimos entre matriz e filial, e um dos pontos que não estou conseguindo entender é por que motivo está havendo um aumento tão grande de operações de crédito entre a subsidiária de empresas brasileiras no exterior para matriz no exterior. Ou seja, subsidiária emprestando a matriz com um crescimento muito grande. Como é que o senhor explica esse movimento subsidiária-matriz?

O segundo ponto já foi colocado aqui pelo Senador Inácio Arruda e pelo Senador Cristovam Buarque. Tem havido um aumento muito grande do endividamento externo da empresa privada brasileira. Existe algum ponto... Como o Banco Central acompanha esse aumento de endividamento? Qual é o tipo de acompanhamento feito pelo Banco Central, ou esse aumento não é motivo de preocupação?

E a terceira pergunta. Eu tenho olhado que o percentual de gasto com juros nos últimos cinco meses, dos primeiros cinco meses do ano, tem sido maior que

o percentual de aumento da taxa Selic. Parece que não existe um descolamento entre o aumento da taxa e o percentual desses gastos com juros. E isso eu já tinha reparado há algum tempo, porque muitas vezes tem havido redução e aumento de Selic e o percentual da taxa de juro parece que não muda. O senhor poderia explicar esse relacionamento que existe entre percentual de Selic e taxa de juros? E por que motivo o percentual com gasto com juros tem sido maior do que o aumento da taxa Selic? Eu verifiquei que, nos primeiros meses do ano, houve um gasto com juros, em relação aos cinco primeiros meses do ano passado, de 43%, ao passo que o percentual da Selic aumentou 29%. Qual é o relacionamento entre esses gastos e a Selic?

São essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Vou começar pela terceira questão, Excelência. Muito obrigado pelos comentários elogiosos ao nosso trabalho no Banco Central. São muito bem-vindos, diga-se de passagem.

Em relação à sua terceira questão, creio que o que houve – a redução da Selic no início do ano e o aumento do gasto com, digamos, os encargos de dívida pública – tem a ver com o aumento da inflação nesse período. A taxa de juros subiu, mas a inflação continua em níveis elevados, e aumentando no acumulado de 12 meses. Então, uma parte da dívida mobiliária, como nós conhecemos, mais de 30%, é indexada à inflação. Então, esses dois movimentos... Num segundo momento, a inflação começa a cair, e vai ficar só o efeito mais puro da taxa de juros. Obviamente, não é um para um, porque a Selic é uma taxa de curto prazo, o Tesouro se financia na curva, mas não se vê um descolamento dessa dimensão que V. Ex^a menciona. Então, creio que, com a redução da inflação, ficará o efeito mais puro da taxa de juros no custo da dívida. Essa seria a terceira questão.

Em relação à matriz e à filial, eu apresentei, em um dos gráficos, a evolução do investimento estrangeiro direto e a decomposição em participação intercompanhias. Creio que é o item a que V. Ex^a se refere.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É principalmente a relação entre uma subsidiária e uma empresa brasileira emprestando à sua própria matriz, operações essas que têm aumentado consideravelmente. Existe alguma razão para que empresas domiciliadas no Brasil façam captação por meio de suas subsidiárias?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A subsidiária no Brasil remetendo para a matriz?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Uma empresa brasileira tem uma subsidiária no

exterior, e a subsidiária está emprestando à matriz. Essas operações de subsidiárias à matriz têm aumentado consideravelmente. Gostaria de saber se existe uma razão especial, se o Banco Central vê como normalidade, e qual a razão do aumento das operações de subsidiárias de empresas brasileiras no exterior à sua matriz no Brasil.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação ao intercompanhias, seja de empresas brasileiras, seja de empresas estrangeiras, recepção de recursos aqui, vimos uma evolução que, na margem, mostra até certa moderação. Em um dos gráficos que apresentei, nesse livreto, na pág. 49, apresentamos a decomposição do investimento estrangeiro em intercompanhias e participação. Participação é investimento. No intercompanhias, vimos foi uma redução na margem. Nessa faixa vermelha na pág. 49, relativa ao segundo trimestre, vimos uma redução em relação ao que foi esse fluxo de recursos no primeiro trimestre deste ano e no último trimestre do ano passado. De fato, foram bastante expressivos.

No tocante à questão das subsidiárias brasileiras trazendo dinheiro de volta, elas estão repatriando resultados lá de fora. Uma parte disso é... Outra é na própria relação entre subsidiária e matriz, mas, no agregado, que o Banco Central acompanha, o que temos visto é uma moderação nesse fluxo intercompanhias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Aí já não é a nossa área, Senador, mas estamos olhando os volumes agregados. E, nos volumes agregados, o que vimos foi uma diminuição do intercompanhia na margem, do segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre.

Em relação à sua segunda pergunta, sobre o endividamento das empresas, o Banco Central sempre sinaliza para o fato de que o câmbio flutua para os dois lados, e as empresas privadas não financeiras devem estar atentas a essa possibilidade, devem se proteger em relação aos seus fluxos futuros de receitas, que, em geral, são em moeda nacional, no grosso, e em eventuais fluxos de saídas em moeda estrangeira. Então, as empresas têm que ter uma proteção, têm que ter uma segurança para isso, porque o câmbio pode flutuar para os dois lados, e às vezes sem aviso prévio, como foi o caso em outros períodos da nossa história. Nós não vemos grandes concentrações, como vimos lá em 2008, após o ocorrido, enfim, da exposição em derivativos exóticos. Nós não vemos isso hoje.

Agora, o nosso alerta vai sempre para esse cuidado que as empresas privadas não financeiras devem ter. Nós não regulamos essas empresas; nós regulamos as instituições financeiras. E sobre as instituições

financeiras há uma regulação financeira muito rigorosa acerca da exposição cambial. Mas, naturalmente, elas, na sua relação com as empresas não financeiras, devem ter o cuidado de também não se exporem a riscos cambiais que se transformam em riscos de crédito em um evento de maior estresse. Mas, enfim, nós alertamos sempre para essa natureza do câmbio flutuante.

No agregado, estamos vendo um setor privado que foi se financiar lá fora no primeiro trimestre, após a imposição do IOF. Há uma recomposição do fluxo, com uma diminuição desse influxo, dessas captações; uma recomposição para prazos mais alongados, acima de 720 dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Próximo orador inscrito, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente Tombini, Srs. Diretores do Banco Central, da mesma forma e na linha do que fizeram os Senadores Francisco Dornelles e Cristovam Buarque, a minha manifestação é de muita confiança na condução do Banco Central sob a coordenação de V. Ex^a, pela trajetória de V. Ex^a e até porque, ao fazê-lo, a Presidente Dilma está valorizando a meritocracia, algo tão relevante como valor e como princípio no setor público brasileiro.

V. Ex^a se manifesta com muita segurança e com muita tranquilidade. Não apenas como Senadores da República, mas como cidadãos, nós todos ficamos muito seguros com a forma equilibrada e tranquila com que V. Ex^a apresenta não apenas o quadro conjuntural mas as perspectivas, sem deixar de considerar as eventuais ameaças com que uma economia globalizada tem que conviver.

A primeira pergunta que gostaria de fazer a V. Ex^a diz respeito às transferências permanentes de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES, para sustentar o PSI, que é conceituado como despesa parafiscal. São recursos em volumes relevantes, são recursos que ultrapassam a casa dos R\$215 bilhões – e, na última semana, o Senado da República aprovou uma outra apropriação de mais R\$50 bilhões. Transferência como essas, na avaliação de V. Ex^a, contribuem para a contínua elevação da taxa de juros?

Também queria indagar de V. Ex^a, ao fazer a explanação, considerando que a inflação está, no curto e no médio prazos, sob controle, considerando que o superávit primário apresentado por V. Ex^a é absolutamente superior ao do ano anterior, ou seja, com as coisas absolutamente sob controle, qual a necessidade de continuarmos elevando a taxa de juros seguidamente? Com essas variáveis absolutamente administradas, qual a necessidade de continuarmos elevando

a taxa? Isso não significa um determinado sentimento conservador e inibidor da necessária manutenção da taxa de crescimento em nosso País?

E a terceira e última intervenção tem a ver, julgo eu, com uma das nossas mais importantes tarefas, a tarefa do Senado de representar os Estados brasileiros, a tarefa de ser a Casa que representa a Federação brasileira. Recentemente, o jornal *Valor Econômico*, apresentando um balanço geral da União, deu conta de que, ao fim de 2000, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada, o saldo das dívidas renegociadas pela União com Estados e Municípios era da ordem de R\$199,3 bilhões. Até dezembro de 2010, os governos estaduais e municipais já haviam pagado isso, ou seja, R\$199,8 bilhões ao governo federal. Ainda assim, o endividamento dos Estados e Municípios subiu para R\$439,8 bilhões, tudo isso em razão da forma com que essas operações foram contratadas à época – IGP-DI mais juros de 6% a 9%. E nós temos debatido muito aqui no Senado a necessidade de fazermos uma adequação, porque todos esses contratos, as operações de crédito de longo prazo, em algum momento, podem e devem passar por alguma repactuação econômico-financeira se houver uma alteração na conjuntura econômica do País, o que naturalmente houve.

Eu queria que V. Ex^a se manifestasse a respeito dessa última abordagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço. Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Senador Ferraço.

São questões importantes, algumas relativas a outras áreas de governo, como a última questão colocada por V. Ex^a.

Começando pelo início, a questão das transferências de recursos do Tesouro Nacional são decisões de governo, de como se alocam esses recursos financeiros; em relação ao papel do Banco Central, o papel tem duas dimensões. A primeira delas, o Banco Central é o regulador e o supervisor das instituições financeiras, inclusive o BNDES, então, ele regula, supervisiona do ponto de vista prudencial essa instituição. Segundo, é o Banco Central clássico, condutor da política econômica, da política monetária do País. Então, sob essas duas dimensões, questões envolvendo um banco público entram em cena. No caso das transferências, o controlador é que define quanto e como vai colocar o recurso; a não ser quanto à qualidade desse capital, como vai ser considerado. Cabe ao Banco Central definir se é capital de nível um, se é uma capitalização primária, se isso vai afetar, digamos, a alavancagem

que aquela instituição pode ter em função da qualidade do capital. Então, nós já entramos neste nível, se é muito, se é pouco, se deveria fazer outra coisa ou não.

Em relação ao Banco Central com toda a política monetária, obviamente, nós não fulanizamos essas variáveis como crédito, mas um crescimento mais forte do crédito, tudo mais constante, impactaria as nossas decisões, a nossa forma de conduzir potencialmente impactaria, não só em relação ao banco mencionada por V. Ex^a, mas qualquer instituição financeira de porte que tenha impacto sobre os valores de mercado, sobre o agregado, pode afetar a nossa condução. Então, nós olhamos para essas questões, tanto do ponto de vista regulatório, mas com a nossa missão de regulador prudencial da instituição e não julgando, enfim, o que o controlador faz em relação às prioridades nas instituições.

Em relação à segunda questão de V. Ex^a, o fato que procurei apresentar aqui, que é uma estratégia ampla, consistente, há várias políticas apontando na mesma direção. Acho que isso dá o tom, dará os melhores resultados em termos do controle da demanda de alinhamento da velocidade de expansão da demanda com a oferta de crescimento, mas junto ao potencial da economia brasileiro. Trabalham nesse sentido tanto a política monetária convencional, a política fiscal e as medidas que têm o condão de assegurar estabilidade financeira, mas também tem impacto na macroeconomia, como as medidas do crédito. Então, elas estão todas trabalhando para que nós possamos, neste momento, já apresentar alguns resultados preliminares, apontando na direção do controle da inflação.

O Banco Central não antecipa decisões, mas também não tira qualquer possibilidade que surja sobre a mesa, porque esse é um processo complexo, que exige uma vigilância permanente para assegurarmos essa condução da inflação, da trajetória de metas.

Concordo com V. Ex^a de que apresentamos alguns indicativos de que as políticas estão começando a funcionar na direção a que nos propusemos, de controlar a inflação e trazê-la para a meta.

Em relação à questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos indexadores, acho que essa é uma questão para ser debatida aqui.

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido uma peça fundamental no processo de controle das finanças públicas, no equacionamento dessa área, que foi uma área não só sensível, mas altamente problemática para o País no passado. Isso foi equacionado. Mas essa questão que V. Ex^a coloca é algo para o Senado, o Parlamento continuar discutindo.

Do ponto de vista do Banco Central, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem feito uma grande contribuição

no que diz respeito às políticas macroeconômicas de combate à inflação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria primeiro parabenizar S. Ex^a e o Banco Central e dizer que esta calma neste debate reflete os bons números no combate à inflação. Três meses atrás, esta Casa estava agitadíssima. Os programas de televisão dos partidos de oposição falavam de descontrole inflacionário. Era esse o debate aqui.

Até agora, nenhum Senador da oposição – o Senador Agripino pode salvar a Pátria – falou sobre inflação aqui! Não, o Aloysio tocou... A discussão do Aloysio foram reservas internacionais. Esse foi o centro da intervenção do nobre Senador Aloysio Nunes. E acho que é muito importante entrarmos nesse debate.

Quando eu digo parabéns ao senhor...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Lindbergh, a minha palavra vai ser exatamente sobre inflação. E eu queria que V. Ex^a esperasse, porque vou usar alguns argumentos que quero ver o Presidente responder.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esta provocação é pelo gosto por um bom debate, Senador Agripino, porque era esse nos três primeiros meses nesta Casa.

E eu quero parabenizar pelo caminho. Pelo caminho da moderação, pela tese do gradualismo. Estou convencido de que foi acertadíssima a posição do Banco Central de colocar a busca do centro da meta para 2012.

E quero parabenizar o senhor também pela entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em que fala da tese de compatibilizar a busca pela estabilidade monetária com a busca pelo crescimento econômico.

Lembro que, nesse período, havia uma pressão de certos setores sobre o Banco Central, uma desconfiança. Chegavam a falar de falcões e pombos. Acho que o senhor pode dizer hoje aqui que os números dão razão à política adotada pelo Banco Central.

Estamos com quatro meses consecutivos de redução dos números da inflação. Hoje saiu... O IPC semanal mostra que, em quatro capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador –, estamos apontando deflação.

De forma que eu queria começar neste ponto, parabenizando por esse caminho da moderação, do gradualismo.

A outra questão que quero colocar e também parabenizar é que houve um período em que, quando se discutia inflação, discutia-se apenas aumento na taxa

Selic. Eu tenho visto que há uma ação coordenada de todo o Governo no combate à inflação.

Recomposição fiscal. Aqui também existia uma desconfiança muito grande de certos setores do mercado em relação a aperto fiscal. Pois bem, nos quatro primeiros meses deste ano, só nos números do Governo federal, o Governo Federal fez um superávit de mais de R\$41 bilhões. Isso significa metade do que está previsto para todo o ano, que eram R\$81 bilhões. Então, quem duvidava do aperto fiscal, o Governo mostrou, com esses números do quadrimestre, que conseguiu, num quadrimestre, o que era para ter conseguido na metade do ano. Medidas macroprudenciais, a firmeza do governo na questão do etanol – uma decisão de governo –, que reduziu de 25% para 18% a participação do etanol na gasolina. A ANP entrou em campo, ou seja, uma ação coordenada de várias áreas do Governo.

Eu queria aqui chamar a atenção, Presidente Tombini, nesse debate da estabilidade monetária, para algo que é estratégico, a meu ver, para o médio e longo prazos: o aumento do nosso investimento. A Presidenta Dilma tem uma meta de, até 2014, nós aumentarmos o investimento, que é hoje de 18,5% do PIB, para 23% do PIB. Isso é fundamental! Aumentar investimento significa aumentar a oferta de bens e serviços e tem um papel decisivo em relação à estabilidade monetária.

As perguntas agora: quais os próximos desafios em relação à inflação? Nós sabemos – e não achamos que tudo está resolvido – que, em setembro, outubro e novembro, nós vamos ter reajustes importantes de várias categorias. Vamos ter negociação salarial. Assim, qual a expectativa em relação a isso? Se há alguma previsão em relação aos 14% do aumento do salário mínimo em janeiro?

E faço, ainda, perguntas em relação ao câmbio. O jornal *Valor Econômico*, ontem, falava que a captação externa do semestre chegou a 30 bi. É claro que essa diferença da taxa de juros do Brasil e a taxa de juros externa é um motivador de todo esse processo aqui. Mas eu pergunto: desses 30 bi, o que foi depois do aumento do IOF? Ou será que a maior parte desses 30 bi foi antes de o Banco Central aumentar o IOF? E eu queria saber que medidas o Governo está pensando em adotar com relação ao câmbio.

Por fim, queria citar que, com relação à expectativa da inflação, na entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, V. Ex^a disse – e também quero parabenizá-lo – que “o Banco Central não deixa o mercado ir, nunca deixou, não está deixando e não deixará o mercado se autorregular”. Há uma pergunta do jornal *O Estado de S. Paulo* que diz: “As projeções dos analistas estão mais próximas das do Banco Central. Mudou o Banco Central ou o mercado?” E V. Ex^a responde:

“O Banco Central tem um plano de voo definido para trazer a inflação de volta para a meta. Em março, comunicamos que essa convergência para o centro da meta seria 2012. É natural que, quando a inflação corrente está rodando em níveis mais altos, seja mais difícil convencer o mercado dessa estratégia. Mas, a partir do momento em que a inflação mensal começa a apontar níveis compatíveis com a meta de 4,5%, há mais oportunidades para a sociedade em geral, não só o mercado, entender a nossa estratégia”.

E aqui eu vejo que a expectativa medida pelo *Boletim Focus* do Banco Central, que mede a expectativa do mercado, está caindo sistematicamente: em 31 de maio, era 6,22%; em 24 de junho, foi para 6,16%; ontem, caiu para 6,15%.

Mas há uma pergunta que eu queria fazer em relação ao *Boletim Focus*, que de fato essa tensão... Qual a justificativa para se consultar majoritariamente empresas financeiras sobre suas expectativas para a inflação, dentro desse processo do *Boletim Focus*? Afinal, qual é o incentivo para que essas empresas reportem expectativas otimistas para o comportamento da inflação se elas são as mais beneficiadas com o aumento da taxa Selic?

Sr. Presidente, parabéns! Eu estou convencido de que, talvez, este tenha sido o momento mais difícil do Governo da Presidenta Dilma e o seu maior acerto. O Governo e o Banco Central optaram por um caminho que está dando resultados com os números da inflação, mas seguiu o crescimento. Crescemos 1,3% no primeiro trimestre, ou seja, apontamos um caminho que foi o caminho correto. Se tivéssemos dado uma pancada na taxa Selic, podíamos ter parado a economia brasileira. Dessa forma, acho que essa foi a grande vitória do Governo da Presidenta Dilma, que nos leva, aqui nesta Casa... Eu sou de um partido que sempre defendeu o governo, mas criticava o Banco Central. E quero dizer a V. Ex^a da alegria por essa postura do Banco Central, por esse gradualismo e por essa busca de todo o Governo para a descoberta das causas da inflação e de controlar com várias medidas. Porque, como bem fala o nosso professor, Senador Ministro Dornelles, de que vale aumentar a taxa da Selic em relação ao preço dos alimentos, em relação às variações sazonais que nós tivemos no começo do ano, em relação a transporte público, educação.

De modo que eu encerro, cumprimentando novamente o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Senador Lindbergh pelas generosas palavras, o Banco Central agradece o apoio, a confiança.

Em relação às suas questões específicas, creio que V. Ex^a apontou aí alguns desafios que nós. Como já foi anunciado, em março estive aqui e tive a oportunidade de discorrer a respeito disso. Hoje, mais uma vez, certamente V. Ex^a conhece o fato de que a nossa inflação acumulada em 12 meses, por uma questão estatística, ela ainda sobe até agosto, período esse que V. Ex^a menciona, período de importantes negociações privadas.

O que o Banco Central pode fazer para reduzir esse desafio é mostrar claramente o seu comprometimento – e creio que temos demonstrado, não somente o Banco Central, mas as outras políticas do Governo – no sentido de trazer essa inflação no horizonte proposto, ao centro da meta de inflação. Então, quando chegarmos a esse período mais desafiador, no sentido da inflação acumulada dos últimos 12 meses, e também dessas importantes negociações que V. Ex^a menciona, claramente a trajetória de inflação acumulada nos últimos 12 meses estará apontando para baixo, apontando na direção do 4,5 que é o resultado desse conjunto de políticas, sobretudo as nossas políticas lá do Banco Central, que foram ajustadas para isso. Então, nós teremos uma situação, de olhando pelo retrovisor, a inflação estará alta, a inflação mensal está normalizada nos níveis compatíveis com o nosso sistema de meta de inflação, e o acumulado dos 12 meses apontando claramente para baixo. É isso que estamos fazendo, é isso que nós vamos entregar ali na frente, naquele período. Então, eu creio que isso facilita, incentiva os participantes dessas importantes negociações a olharem mais para a frente do que somente olhar para trás nessa recente história de inflação que nós conhecemos mas o futuro estará bem encomendado.

A questão do salário mínimo, que V. Ex^a coloca em 14%, é um desafio. Nós estamos considerando, nas nossas projeções, nas nossas avaliações, naturalmente, como já apontou o próprio diretor Carlos Hamilton recentemente na divulgação do relatório de inflação, a maior quantidade de informações a respeito desse ajuste nós buscamos incorporar nas nossas avaliações. Eventualmente, sempre escapa alguma coisa. Como isso repercute, por exemplo, nas negociações privadas, enfim, é um desafio, mas nós estamos tratando disso, colocando essa inflação claramente numa trajetória de convergência. Concordo com V. Ex^a, e acho que a pergunta veio no sentido de V. Ex^a entender ser um desafio. Concordo, vamos trabalhar para colocar essa trajetória na meta e estamos trabalhando nessa direção.

Em relação à questão do câmbio e as captações, de fato, ontem veio uma matéria, deu até manchete, a captação semestral de 30,5 bilhões nessa modalidade que é a chamada Resolução 3844, que é a captação por meio de títulos ou diretamente de bancos e empresas lá fora. Sobre essa modalidade foi instituído o IOF de 6% até 720 dias, e o que nós vimos neste número, visto na sua totalidade do semestre, ele foi 30,5 bilhões, sendo que no primeiro trimestre, ou seja, pouco antes de as medidas fazerem efeito, foi cerca de 23,7, quase 24 bilhões, sendo 6,7 bilhões no segundo trimestre. Então, houve uma moderação forte nessa captação. O semestre encerra aquele primeiro trimestre desafiador, como mostrei naquela barra do gráfico bastante grande.

Vimos falando da necessidade de reduzir a velocidade desses fluxos porque prejudicava o combate à inflação, gera risco potencial no futuro quando houver uma reversão. Mas como nós vimos nos dados, no segundo trimestre, deu uma reduzida em um quarto: 24 contra 7.

Em relação à sua última questão sobre a pesquisa Focus, o Banco Central procura agregar novos participantes da pesquisa. Mas não depende só da nossa demanda, depende também da capacidade de oferta de quem fornece as expectativas ao Banco Central, porque precisa de uma governança, precisa de uma mínima estrutura. Isso é um acompanhamento semanal que é feito, quase que diário. Então, precisa de uma estrutura para responder a essas perguntas que o Banco Central faz. Não são só perguntas sobre inflação, são perguntas sobre um conjunto de informações macroeconômicas e é necessário uma pequena infraestrutura. Nós temos dificuldade de agregar empresas e participantes a essa pesquisa. Se dependesse do Banco Central, quanto maior a diversidade, melhor.

Em relação às empresas financeiras, elas têm as suas estruturas, eu não diria que o interesse delas é sempre ser mais pessimistas, acho que há participantes que olham a realidade com mais pessimismo, menos pessimismo, enfim, tem um corte. Mesmo porque as empresas financeiras, como nós sabemos, ganham dinheiro também na baixa de juros. Então, não há *ex ante* nada que indique uma propensão a ter um comportamento pessimista em relação à inflação e em relação à política monetária. Mas, naturalmente, mais diversidade seria melhor, mas depende da oferta e não só da nossa demanda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Delcídio do Amaral.

Eu quero cumprimentar o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini, assim como os Srs. Diretores Altamir e Carlos Hamilton, que o acompanham.

Quero dizer a V. Ex^a, Presidente Tombini, que o cumprimento, mas que não vou dar tantos parabéns porque acho que não cabe mais no seu cesto. O Senador Lindbergh deu tantos parabéns que não precisa mais, o cesto está repleto.

Mas eu quero, primeiramente, dizer que como brasileira, não só como parlamentar, nós todos estamos satisfeitos com a debelação da crise. Passamos momentos difíceis, retorno da inflação. É isto: início de Governo, momento crítico. Então, nós estamos satisfeitos. Acho que os números colocados são positivos para o Brasil, entretanto eu quero fazer algumas indagações e colocar algumas angústias, que não são minhas, mas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros do setor produtivo.

Eu prestei muito atenção ao que o senhor expôs e nós temos aqui por escrito. Qual a análise da inflação e o porquê da ascensão da inflação? Aí vêm: alta dos preços das commodities agrícolas, fatores climáticos mais intensos que o usual, choque no preço do etanol, e – só aí – reajuste do transporte urbano e inflação de serviços. Eu pergunto, Presidente Tombini, em que as taxas básicas de juros do Brasil interferem nos preços dos alimentos e como elas interferem? Porque eu, no meu pouco conhecimento econômico, Senador Delcídio, eu já procurei como a taxa de juros vai interferir no clima, nos preços das *commodities* agrícolas.

Presidente Tombini, nós estivemos na semana passada com a Presidente Dilma e...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente, porque eu estou tendo que elevar o tom da voz e eu não gosto de falar muito alto.

A Presidente Dilma nos colocou algo de que a gente já tem conhecimento, a mesma inquietação que nós temos: quando começaremos uma escala inversa, de diminuição das taxas de juros? Porque não basta dizer que os nossos juros básicos são incompatíveis com os juros praticados no mundo inteiro. Não basta dizer, isso é muito forte. E isso faz parte do dia a dia de todos nós, porque não há uma outra forma mais brutal, mais dramática e mais terrível de transferência de recursos públicos para o capital financeiro privado do que essas taxas ao nível que está hoje. Isso também empobrece o povo brasileiro. Isso empobrece o

País. Isso empobrece a Nação, tira a capacidade de intervenção do Estado brasileiro de investir naquilo que precisa.

Agora mesmo, a confusão entre a Presidente e o Parlamento brasileiro, quando a Presidente disse que não vai prorrogar o Decreto em relação às emendas parlamentares de “restos a pagar”, porque precisa haver austeridade. E agora os juros! Qual é a quantidade de recurso público que é transferido do público para o privado?

Eu fico com a minha inquietação ampliada quando vejo que V. S^a mesmo traz esses dados para cá, Presidente. O temor da inflação é muito mais fruto de questões naturais do que uma questão de produção, da organização do processo produtivo industrial.

Então, eu não entendo por que elevar e por que foi elevado. O Presidente disse que não pode, nós precisamos diminuir essa taxa de juros. O Brasil tem uma taxa de juros real de aproximadamente, dependendo de quem analisa, 4,3% a 4,8%. Depois vem a África do Sul, salvo engano, com 1,6%, A China tem 0,6% – taxas reais de juros, porque estão elevadas.

Eu não compreendo isso. Não compreendo mesmo, Presidente. O superávit de que o senhor fala é exatamente para isto: bancar o pagamento dos juros, que foram elevados por conta da taxa. A meta é de R\$118 bilhões. Nós já ultrapassamos 55% do alcance desse superávit, acho que há um, dois meses – 55% dessa meta já foi alcançada.

Mas isso a um custo muito caro. Há um custo Brasil caro. A gente olha o custo econômico, mas e o custo social? É muito elevado, é muito caro, Presidente!

Então, eu pergunto ao senhor quando é que vamos iniciar um momento inverso? Mas consistente e não por qualquer crise. Eu acho que essas medidas macroprudenciais foram importantes. Eu não sei, aí volto a dizer que, no meu pouco conhecimento, eu acho que as medidas macroprudenciais foram importantes. Está aqui: requerimento de capital de crédito de consumo; pagamento mínimo de faturas de cartão de crédito; estabelecer IOF sobre consumo. Eu acho que essas medidas, num período, foram muito importantes para o controle inflacionário. Muito importantes! Mas não vejo mais essas necessidades. Nós todos estamos ávidos, ansiosos. O crescimento do Brasil requer um crescimento do PIB muito maior do que 4%, 4,5%, e nós estamos na iminência de nem alcançar isso este ano. Países emergentes crescem muito mais do que isso: 7%, 6%. Não quero nem pegar na China, que cresce a taxa superior a 9%.

Deixo aqui a minha inquietação e pergunto ao Sr. Presidente quando é que nós vamos iniciar essa escalada inversa, ou seja, que nós vamos reduzir o

patamar dos juros brasileiros a um patamar internacional. Só o Brasil vive esse problema.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Senadora, pela referência elogiosa ao trabalho do Banco Central.

Em relação à questão da utilização da política monetária convencional, taxa de juros, para combater pressões inflacionárias, algumas delas advindas do preço de alimentos, transportes urbanos choques de ofertas em geral, a minha experiência, sustentada por uma vasta experiência internacional em relação à política monetária, mesmo no choques de oferta eles têm desdobramentos. Naturalmente que a política monetária não irá conseguir compensar uma quebra de safra, ou evitar uma quebra de safra. Mas, naturalmente, o aumento do preço do alimento em decorrência de uma situação internacional que joga o preço da *commodity* agrícola 60% para cima, num curto espaço de tempo isso se traduz em inflação doméstica em alimentos, a política monetária age para que a inflação desse segmento não se propague para os demais segmentos e gere uma espiral de inflação que, mesmo tendo sido a origem um choque de oferta no setor agrícola, gere uma inflação disseminada na economia e que custe mais caro combatê-la lá na frente.

Então, naturalmente, a ação da política monetária tem que reconhecer a natureza do choque e tem que combater os efeitos de segunda ordem, como dizem os economistas. Ou seja, a propagação desse preço de alimento para o preço de serviços para outros custos da economia e que acabe gerando uma situação de aumento de preço disseminado de inflação, de um processo mais difícil, mais custoso, mais oneroso para ser combatido lá na frente. Temos que intervir levando em conta a natureza da inflação, porque um pedaço dela vem pela demanda, pela demanda que cresceu acima da oferta. Nós vimos os dados crescendo em dois dígitos, a oferta da economia crescendo numa velocidade bastante menor. Então, há uma pressão de demanda e some-se a isso esse enorme choque de oferta. Mas, a natureza desses choques tem que ser levada em consideração na hora de calibrar, na nossa opinião. Por isso nós temos adotado essa sistemática que vem sendo adotada pelo Banco Central.

Em relação à questão da reversão da taxa de juros, nós fizemos um avanço – e eu procurei mostrar aqui – em relação ao passado. As nossas taxas, hoje, mesmo em um ciclo de aumento de contenção, como

estamos hoje, nós vemos uma clara tendência de redução na taxa de juro real ao longo do tempo. Obviamente, outros países têm outras situações, nós não fazemos política monetária por analogia internacional, nós temos os nossos desafios e estamos procurando endereçá-los, mas eu vejo no futuro que o Brasil tem perspectivas boas de continuar esse processo de convergência, portanto, de redução da sua taxa real de equilíbrio nos próximos anos. No curto prazo nós temos que nos assegurar de que a inflação convirja para dentro da meta, o que reduz o risco inflacionário e isso bate também no custo de captação das empresas, das famílias no crédito.

Uma parte dessa transferência se dá também porque uma parte da dívida doméstica, mais de 30%, está indexada à inflação. Por exemplo, V. Ex^a mesmo disse que não dá para fazer isso de forma irresponsável, tem que fazer de forma responsável. Se fosse feita uma redução de juros de forma irresponsável, sem levar em conta o potencial que isso tem de reiniciar o processo inflacionário, possivelmente essa transferência seria significativa, porque a inflação bateria não somente nesses 35% da dívida que é indexado à inflação, mas, também, no prêmio de risco de inflação que é cobrado toda a vez que o Tesouro quer se financiar, por exemplo, com título que paga somente o juro nominal; uma parte daquele juro seria o prêmio de risco da inflação. Então, é um processo complexo, acho que o Brasil tem evoluído ao longo do tempo; a tendência é de maior convergência. Já convergimos em várias áreas da macroeconomia com o resto do mundo. E acho que vamos convergir também nessa, futuramente.

Em relação a quando o processo se inicia, o Banco Central, de seis em seis semanas, estará se reunindo em algum momento lá na frente. Então será possível iniciar esse processo que V. Ex^a mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tombini.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Tombini; Diretores do Banco Central; Senadores e Senadoras:

A nossa preocupação e a questão que trazemos hoje vai, mais ou menos, na mesma linha da preocupação que a Senadora Vanessa pôde expressar.

Mas eu queria me reportar a um brilhante e instigante artigo, que o economista Octavio de Barros publicou no jornal *Valor Econômico* sobre essa questão da taxa de juros no Brasil. Ele endereçava aos economistas do país, aos seus colegas – e eu também ao Dr. Tombini, na condição de economista – certa cobrança de uma perplexidade que foi perdida.

O artigo se chama “Equilíbrio macro em busca da perplexidade perdida”. Ou seja, há certa admissão, certo conformismo intelectual de que essa questão da taxa de juros no Brasil, tão persistentemente descolada da média da taxa de juros internacional, é algo que os economistas brasileiros aceitam como algo natural. No entanto, a dificuldade de entender esse fenômeno também se localiza na constatação de que o Brasil avançou significante nas últimas décadas; um país que hoje é credor externo líquido; que alcançou a condição de grau de investimento na classificação de todas as agências; que tem um ambiente institucional razoável. Como imaginar que, numa pesquisa, por exemplo, de 40 países que têm taxas de juros básicas mais elevadas, o Brasil possa estar entre os quatro que têm taxas de dois dígitos, mas ao lado de países que têm inflação muito alta, como Paquistão, Argentina, Venezuela, e países que têm riscos políticos extraordinários?

Dizia o Octavio de Barros que numa reunião recente com uma delegação chinesa, ele tentou explicar a taxa de juro brasileira e terminou descobrindo que quem falava chinês era ele, porque ninguém conseguia entender, apesar do esforço intelectual que ele produziu – e aí surgem elaboradas teorias sobre risco jurisdicional de que as políticas sociais no Brasil dão incentivos errados; que nós temos muito crédito direcionado; uma estrutura ainda de indexação presente na economia brasileira.

Mas o fato, Presidente Tombini, é que essa realidade impõe à sociedade brasileira custos muito elevados. Veja V. S^a que, hoje, o Brasil dispõe de uma poupança pública muito pequena, e um dos problemas que temos é o baixo investimento que o Estado brasileiro faz na área de infraestrutura, por exemplo. O setor público brasileiro investe 1% em infraestrutura. E nós temos um atraso nessa agenda que pode pôr em risco a capacidade de crescimento do país.

Nesse mesmo artigo, o Octavio de Barros, que tem uma filiação ideológica insuspeita, pois é um homem de mercado, é um homem absolutamente amigável ao mercado, ele lembra que por conta dessas distorções dos juros no Brasil, o serviço da dívida pública no Brasil vem consumindo, há muito tempo, mais de 6% do PIB. E quando comparamos com a média dos países emergentes e com os países desenvolvidos, por exemplo, ou os mais desenvolvidos que têm estoque de dívida até maior, medido sobre o PIB, esses países gastam em média 1,8%, 1,9% do PIB.

Então o Brasil vem gastando 4,5% a mais do PIB com o serviço da dívida pública. Ora, meu caro Presidente Dalcídio, se esses 4,5% pudessem ser disponibilizados para que o Brasil investisse em infraestrutura, nós teríamos uma quantia, Senador Agri-

pino, equivalente a algo como US\$80,US\$90 bilhões que poderiam estar aplicados na área de infraestrutura. Portanto, quero apenas, lembrando esse lúcido e instigante artigo dizer que, ao final, o Otávio Barros cobra dos governos um maior sentido de urgência e dos economistas uma maior capacidade de não se resignar com esse fenômeno. Ele diz aqui que “há anos assistimos de camarote o desfile da carga distorcida de juros no Brasil, sem qualquer perplexidade”.

Pergunto: – Até quando teremos que conviver com essa realidade e que custo isso poderá nos trazer no sentido, talvez, de comprometer a capacidade da economia brasileira, em dar resposta a uma série de problemas que nos desafiam, sobretudo quando constatamos que a carga tributária no Brasil já bateu no teto. Quer dizer, o Brasil já não tem espaço fiscal, o Brasil tem um problema sério de custo da previdência. Portanto, essa distorção na taxa de juro real pode nos dar amanhã a capacidade, a margem de manobra que hoje nos falta.

Para completar, indagaria ao Presidente Tombini se não está na hora de revermos o regime de meta da inflação que, desde 2005, mantém mais ou menos o mesmo centro da meta, algo de 4,5%, com intervalos que permanecem, também, estáveis. Não está na hora de o Brasil estabelecer como objetivo, metas, o centro da meta mais baixa, com intervalos de variações menores para que, de certo modo, se sinalize essa menor tolerância com a inflação e, a partir daí, a possibilidade de que venhamos a ancorar essas expectativas inflacionárias e o Brasil possa também promover uma desindexação. Nós perdemos a oportunidade de realizar quando a inflação estava ancorada em níveis mais baixos.

Eram essas as questões. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Creio que esse é um excelente debate. Debate das condições para, no futuro, o Brasil tenha taxa de juros menores. Dando segmento a esse processo, em várias frentes, como V. Ex^a aqui mencionou, o País já convergiu para níveis de países que possam ser comparados ao Brasil, internacionalmente.

Creio que esse processo vai continuar, temos esse desafio de curto prazo, mas naturalmente há indignação em relação a essa convergência que ainda falta. Temos que trabalhar no sentido de buscá-la no futuro de uma forma sustentável, ou seja, entregando aí o equilíbrio monetário, a inflação na meta, reduzindo

do os prêmios de risco de inflação que também tem impacto sobre essas taxas. Creio que há uma agenda para o futuro, a médio prazo, creio que vários economistas estão indignados com relação a essa matéria. No curto prazo temos uma realidade a ser enfrentada, ainda. Mas como vimos, a tendência da taxa de juro real é de caimento independentemente dos ciclos monetários que tivemos ao longo desse período. Vamos continuar avançando. O prêmio de risco do País vem sendo revisado seguidamente e lá na frente não vai haver motivo para termos uma taxa diferente de outros países comparados ao País.

Não é longuíssimo prazo, é médio prazo, temos desafio de curto prazo que está sendo endereçado, mas eu creio que, no futuro, vamos começar a testar essa convergência.

Em relação ao regime de metas de inflação que V. Ex^a coloca, eu falei, e continuo com a mesma visão, que o Brasil teria de ter ousadia de, no futuro, pensar numa convergência maior. Nunca falei em um nível de 3%, mas falei em avançar um pouco mais lá na frente. Não foi o momento agora de fazer isso, quer dizer, foi uma decisão unânime do Conselho Monetário Nacional de manter o regime da forma como está para o ano de 2013.

Temos que lembrar que estamos saindo de uma crise, quer dizer, nós já saímos, estamos lidando com a segunda volta dessa crise no exterior. A economia global ainda sofre as consequências dos excessos dos anos 2000, da crise de 2007 e 2008. A forma de enfrentar essa crise, que tem sido tônica nas economias maduras, é jogar muita liquidez no mercado. Nós vimos os volumes de liquidez que foram jogados às políticas de apoio na área monetária que ainda estão em vigor. Há dúvidas sobre o desdobramento disso ao longo dos próximos anos em relação à inflação global. O que nós vimos foi a inflação global subindo indiscriminadamente. No nosso caso, nós temos essa inflação mais alta, mas, mesmo ela, subiu a níveis do teto da banda, banda mais ampla, mas estamos em um mundo novo em relação à inflação.

Os desdobramentos disso ninguém tem 100% de confiança. O que nós sabemos, de nossa parte, é que nós vamos colocar a nossa inflação de volta, estamos trabalhando para essa inflação convergir, e está convergindo, para o centro da meta de 4,5. Neste momento, 2013 inclusive, ainda sofremos os efeitos dessa maior crise financeira deste século e, certamente, dos últimos oitenta anos. Os desdobramentos sobre a inflação, que está ali na frente, alguns países vão chegar à conclusão de que a meta de inflação deve ser elevada e nós, que a nossa meta deve ser diminuída. Enfim, respondendo a sua pergunta, nós temos que ter

ousadia de ter, no futuro, uma meta de inflação. Neste momento, ainda não foi possível; acho que essa meta não serve bem para controle, para assegurar a estabilidade monetária.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O último orador inscrito é o Senador José Agripino.

Eu gostaria de solicitar às Sras. e aos Srs. Senadores que, logo após a audiência com o Dr. Tombini e sua equipe do Banco Central, nós vamos começar a sabatina do Dr. Márcio Fortes, para autoridade olímpica. Nós precisamos fazer ainda hoje, depois da sabatina, a votação. Portanto, eu pediria a todos os Senadores e Senadoras que permanecessem na Comissão de Assuntos Econômicos e que aqueles que já passaram por aqui, até por causa de outras comissões também, de outras atividades que estão sendo desenvolvidas no Senado, que retornem, porque nós temos ainda uma segunda etapa importantíssima.

Passo a palavra agora ao Senador José Agripino, último orador inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Tombini, Dr. Carlos Hamilton, Dr. Altamir, queria saudar a presença de V. S^{as}, porque essa prática que aqui se instituiu, de três em três meses, a intervalo de tempo, o Banco Central vir conversar com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o Senado, sobre o andamento da economia é uma prática saudável. Aqui se estabelece um debate de alto nível. As perguntas que aqui foram colocadas são todas procedentes, quer da base do Governo, que tem o direito e até o dever de fazer o elogio que fez, como da oposição, que faz os questionamentos, como eu faço, no melhor sentido.

Eu entendo, Ministro Tombini, que o Banco Central, que é composto por um corpo de funcionário de altíssimo nível e de grande espírito público, muitas vezes, administra consequência de tomada de posição política que não lhe competiu. Por exemplo, no ano de 2010, o gasto público desmesurado produziu a inflação, cuja batata quente, terminou no colo do Banco Central para tentar a equação pelos remédios disponíveis.

Dito isso, eu queria dizer que o que nós estamos aqui discutindo, na verdade, é o Brasil e o futuro do Brasil. Todos nós queremos que ele seja o melhor; ninguém aqui aposta no quanto pior, melhor. E é nesse sentido que aqui vão as sugestões. Uma coisa que, até agora, não foi muito evidenciada, foi a evolução da dívida interna do Brasil, que é a minha grande preocupação. Ela está beirando hoje os R\$2 trilhões. Ela é o foco central da taxa de juros e, por via de consequência, da irmã gêmea dela que é a inflação.

Eu gostaria de ter informação sobre a evolução da dívida interna, e tratar de dois assuntos que são oportunos e que estão muito ligados à dívida interna, ou ao crescimento da dívida interna.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, que fez a primeira intervenção, falou sobre a aplicação pelo BNDES de recursos que seriam, teoricamente, destinados pelo Tesouro Nacional para que o BNDES, de forma subsidiada, aplicasse na economia.

Ministro Tombini, R\$55 bilhões foram autorizados, pelo Congresso Nacional, para saírem do Tesouro e irem para o BNDES. Tenho informação, como tem V. Ex^a, de que o Governo determinou um corte de R\$50 bilhões em gastos públicos, em investimentos etc. Se cortou R\$50 bilhões, evidentemente, que não tem disponível do seu orçamento R\$50 bilhões ou R\$55 bilhões para doar ao Banco Central, para o BNDES aplicar a 6%. Onde esse dinheiro foi buscado? Esse dinheiro foi buscado no mercado. Como? Pela emissão de título. Título que paga quanto? Paga 12,5% de juros. Esse dinheiro é aplicado pelo BNDES com a retribuição de 6%. Onde é que vai terminar a busca desse dinheiro, esse dinheiro que o Tesouro não tem e que destina ao BNDES, para o BNDES aplicar de forma subsidiada. No aumento da dívida pública interna, na dívida interna. Porque se você não tem o dinheiro e passa para o BNDES aplicar, até corretamente, e vai buscar o dinheiro no mercado pagando 12,5% de juros, você vai aumentar a dívida interna, muitas vezes com fins nobres, muitas vezes com fins discutíveis, como é atualmente o caso da suposta intenção de destinar até R\$4,5 bilhões para a fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour, em que não vejo nenhum interesse nacional envolvido. Vejo, pelo contrário, perda de impostos de trabalho, não vejo nenhum ganho de eficiência, não vejo nada, não vejo nenhum interesse público, nenhum interesse coletivo na destinação desses até R\$4,5 bilhões. Mas, de qualquer maneira, faz parte de uma ação do Governo destinar dinheiro que não tem para o BNDES emprestar, muitas vezes com boas consequências, muitas vezes com consequências discutíveis. Mas, em qualquer das circunstâncias, aumentando a dívida interna, porque aplica um dinheiro que não tem indo buscar no mercado pagando o dobro da taxa de juros que o BNDES cobra. E, alimentando, evidentemente, porque na hora em que a dívida pública interna cresce, você alimenta a taxa de juros, que está em 12,5%.

E o que é que isso produz, Ministro Dornelles? Produz o fato que está ocorrendo. Como não há dinheiro como o BNDES dispõe, para apenas alguns, para emprestar no mercado interno, a indústria brasileira, o investidor brasileiro vai buscar, aproveitando a brecha

e a circunstância internacional, vai buscar dólar ou vai buscar moeda estrangeira pagando juro de 1%, mas igualmente agravando a dívida interna, porque quando o tomador de dinheiro em dólar toma dinheiro lá fora, pagando taxa de juro de 1%, ao invés de 12,5%, ou seja lá quanto for no mercado interno, ele não aplica esse dinheiro em dólar no mercado interno. E o Banco Central, mais uma vez, tem a obrigação de transformar as cambiais em reais, e o Governo brasileiro como não tem o caixa para fazê-lo vai recorrer ao mercado mais uma vez, aumentando mais ainda a dívida interna e realimentando a taxa de juros e dificultando o volume de investimentos. E produzindo aquilo que – eu queria ver uma palavra de explicação ou de observação sobre esse assunto –, produzindo uma coisa que me apavora.

As exportações brasileiras estão em ótimo nível, até admito, mas elas são fundamentalmente de *commodities*. Se se examinar o perfil do desempenho da indústria brasileira, da modernização e da capacidade de, pela competitividade, exportar, estamos em queda, porque a indústria brasileira – a pequena, a média – não está investindo pela taxa de juros, que está alta demais e pelo crédito que está indisponível para eles.

Então, eu gostaria de uma observação do Banco Central sobre esses casos do BNDES, do aumento da dívida interna, que, para mim, é o grande pavor, é a grande explicação que tem que ser dada à sociedade brasileira e que leva a uma preocupação que me faz formular uma pergunta. Eu tomei conhecimento, tive a informação, Presidente Delcídio, que o Palácio do Planalto emitiu um decreto prorrogando por doze meses mais a possibilidade ou autorização para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica pudessem adquirir ativos bancários novos ou bancos que estivessem em dificuldades.

Isso me leva a fazer uma inevitável pergunta: há algum assombro, alguma inquietação à vista no mercado financeiro em função de tudo isso que eu acabei de falar e de outras circunstâncias? Ou podemos ficar tranquilo e esse foi um decreto editado apenas por circunstâncias que não inspiram nenhum cuidado maior?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Senador Agripino, a questão da evolução da dívida pública, eu coloquei na nossa apresentação aqui neste livreto, na página 7, a evolução da dívida pública líquida do País, onde vemos uma participação antes da crise, em 2007, de 45,5% do PIB e que cai em 2008, pelo efeito câmbio, quando o Brasil já é credor líquido em moeda estrangeira desde 2007 basicamente, final de 2006. Depois ela sobe em função das políticas que foram adotadas,

políticas anticíclicas para sair da crise, como aconteceu em praticamente todos os países. No nosso caso, foi mais brando, rápido e a relação dívida/PIB sobe de 38,5% em 2008 para 42,8% em 2009 e, depois, retoma a trajetória de queda e, hoje, o último dado da relação dívida pública líquida/PIB é de 39,8% no dado de maio de 2011.

Então, nós estamos numa trajetória da relação dívida líquida/PIB cadente. Obviamente a economia vai crescendo, a dívida nominal tem subido, mas em relação à participação da dívida líquida ao PIB, descontando os ativos do setor público – no caso, reservas internacionais –, temos essa trajetória importante para o País em relação ao seu histórico. A comparação internacional eu não vou nem fazer aqui porque o que nós vemos nas economias mais maduras uma relação dívida/PIB que subiu e subiu muito. Vai ser custoso trazer essa relação para níveis pré-crise nos próximos anos.

Nós temos uma situação, nesse aspecto, confortável do ponto de vista da solvência da economia. Naturalmente essas questões que V. Ex^a coloca de capitalização da instituição financeira, como eu mencionei em resposta a uma pergunta anterior, nós olhamos o BNDES em duas dimensões: primeiro como regulador prudencial e essas capitalizações são vistas à luz da qualidade do capital – se é capitalização de nível 1, 2 ou se é apenas um empréstimo – e isso impacta a capacidade de alavancagem, de acordo com a regulação prudencial. Por outro lado, como condutores da política econômica monetária, nós vemos esses impactos sobre crédito e eventualmente fiscal do ponto de vista do seu potencial impacto macroeconômico e isso pode ou não afetar as decisões do Banco Central em relação à condução da sua política...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Só em relação ao BNDES, dizer que não aumenta dívida pública, não. Está trocando um título por uma garantia do BNDES.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) –

Eu poderia fazer uma observação? Na hora em que o Congresso Nacional autoriza a cessão por parte do Tesouro brasileiro de recursos para o BNDES está feita a autorização. É claríssima, é autorização! Não tenha nenhuma dúvida: é cessão de dinheiro, dinheiro mesmo, dinheiro de receita, dinheiro apurado do Tesouro da União para o BNDES.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) –

Você vai trocar o título por uma garantia. Eu fui relator dessa matéria. No caso da dívida pública líquida não tem impacto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/

PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Presidente.

Em relação à dívida bruta. Pegando aqui outubro de 2009 a dívida bruta sobre o PIB, foi de 64%; Hoje, maior de 2011, a dívida bruta sobre o PIB foi de 55.75%. Ou seja, na dívida bruta temos observado uma redução importante, quando comparado a outros países que estão com dívidas brutas, em relação ao PIB, muito acima do nível de 100%. Mesmo nesse dado de dívida bruta sobre o PIB, vemos uma redução de 64% para 55% num período de dois ou três anos.

Com relação à pergunta sobre prorrogação de compra de ativos por parte de instituição financeira, tenho a lhe dizer que o nosso sistema financeiro está bem capitalizado, está bem provisionado. Em relação aos episódios que tivemos no passado recente, pós-crise, eles são relacionados a modelo de negócio, porque houve durante a crise internacional uma idéia de cada vez uma maior preocupação com a capacidade de financiamento das operações antes da crise, lá fora principalmente. Quer dizer, as instituições saíam gerando ativos e iam buscar o *found* depois no mercado e capitais ou no mercado interbancário, porque a crise demonstrou que não basta só olhar para a qualidade dos ativos, como por muito tempo Basileia concentrou as suas recomendações. Não só a qualidade dos ativos é importante para assegurar que os depositantes, que os investidores vão reaver os seus recursos, mas também a capacidade de financiar esses ativos de tempos em tempos, a liquidez torna-se um elemento muito importante e restritivo. Então, houve uma reconsideração dos modelos de negócios, ou seja, tem que haver preocupação cada vez maior com a capacidade de financiar as operações de crédito.

Com isso, nós temos alguns eventos que ocorreram no passado e que o mercado tem solucionado. A situação do sistema financeiro é sólida, bem capitalizada, acima dos limites, a alavancagem é mais restritiva que Basileia, no caso do País. Nós temos por um lado um problema, um desafio, taxa de juros elevadas, mas, por outro, inibe a alavancagem no País do ponto de vista da segurança da estabilidade. É um fator que deve ser considerado, é um traço hoje no Brasil. Então, não há qualquer indicativo nesse sentido que V. Ex^a apontou em função de medidas que foram tomadas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Fico tranquilo, Sr. Presidente, com relação a essa explicação final sobre a saúde financeira do sistema financeiro, porque na medida em que se prorroga por 12 meses um decreto que possibilita que Banco do Brasil e Caixa possam comprar ativos, o mercado pode ficar tranquilo. Acho que V. Ex^a traz uma palavra de tranquilidade.

Agora eu mantenho a minha intranquilidade, com relação ao crescimento progressivo, à escalada de crescimento que não para nunca do valor da dívida interna, porque essa dívida interna produz um serviço da dívida. Como foi colocado aqui pelo Senador Armando Monteiro esse serviço de dívida compromete a qualidade ou a capacidade do Brasil investir em infraestrutura, investir, efetivamente, na diminuição do custo Brasil. Se a economia cresce, junto com a dívida interna que tem também crescido o serviço da dívida, você pode estar matando a galinha dos ovos de ouro, na medida em que você determina pelo crescimento, em valores nominais, do valor da dívida interna, determina a perda da capacidade do País de fazer investimento, para que a própria economia continue a crescer. Essa é a minha preocupação. Na hora em que eu cito o serviço, o custo da internação dos dólares para aumentar a dívida interna e a transferência de recursos para o BNDES, é um alerta que faço patrioticamente para uma preocupação que eu tenho com a capacidade do País em investir na provisão de infraestrutura para baixar o custo Brasil, fazendo do País um país competitivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Tombini, algum comentário?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Sim. Em relação à questão das reservas institucionais, nós tivemos a oportunidade já de comentar, Presidente, sobre o nível, a adequação, a importância para a inserção internacional do País. Tem o custo de carregamento, mas também os seus benefícios, que foram amplamente testados durante a última crise. Certamente, com o nível de inserção internacional do País sendo ampliado, com a dimensão dos fluxos hoje muito maiores do que há três anos, esse nível de reserva é adequado, em torno de 14% do PIB, como tive oportunidade de explanar aqui, inferior às economias comparadas à nossa, que tem 20%, 30% e até 50% do PIB, como Índia, Rússia e China, por exemplo.

Mas entendo as preocupações do Senador, são preocupações nossas também sobre o peso dessa política, desse seguro neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tombini.

Eu quero agradecer ao Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini. Quero agradecer também ao Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central; ao Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central; e aos Senadores e Senadoras pelas pertinentes perguntas.

Quero registrar, Dr. Tombini, que há uma bancada aqui no Senado Federal que elogia muito o trabalho de V. S^a e de toda a diretoria do Banco Central. Foi uma

reunião muito tranquila, em que cada Senador, um a um, teve condições de obter respostas às suas perguntas, e isso qualifica ainda mais o debate. Quero, mais uma vez, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela exposição.

Nós vamos imediatamente começar a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011, ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e trinta e um minutos do dia cinco de julho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Gim Argello, e, ainda, do Senador Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Ivo Cassol, tendo falta justificada pelo Ofício nº 486/2011-GSICAS, Cyro Miranda, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em viagem oficial, e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 27ª e 28ª Reuniões, que são dadas como aprovadas, e dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 95 de 2011, não terminativo, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO”, tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Márcio Fortes de Almeida, para fazer sua

exposição. Após a exposição do indicado, usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Benedito de Lira, Marta Suplicy, Ricardo Ferraço, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Blairo Maggi e Francisco Dornelles. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores João Vicente Claudino e Luiz Henrique para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO, por dezoito votos favoráveis, três contrários e nenhuma abstenção. Item 2– Mensagem (SF) nº 97 de 2011, não terminativo, de autoria da Presidenta da República, que “solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 16,649,600.00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Paranaguá, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do ‘Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo’, no âmbito do Programa ‘Procidades’”, tendo como Relator o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 46, 47, 48, 49, 50, 51 e 52 de 2011. O Requerimento nº 46 de 2011, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer seja convidado o economista Luciano Galvão Coutinho para participar de audiência pública, com vistas a apresentar exposição informativa sobre a natureza e as condições que determinarão a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no processo de fusão dos ativos da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) com a multinacional francesa Carrefour. O Requerimento nº 47 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e José Agripino, requer sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Abílio Diniz, Presidente do Grupo Pão de Açúcar, e Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para participarem de audiência pública sobre a realização de operações financeiras envolvendo esse estabelecimento de crédito oficial. O Requerimento nº 48 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização

de audiência pública com a finalidade de esclarecer e discutir a Política de Desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a Política Industrial, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do Sr. Luciano Galvão Coutinho, Presidente do BNDES. O Requerimento nº 49, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer sejam convidados os Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Sr. Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES; e Sr. Abílio Diniz, Presidente do Conselho do grupo Pão de Açúcar, para que prestem esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour e sobre a participação do BNDES no negócio. O Requerimento nº 50, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer seja convocada a Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista *Veja* envolvendo seu nome no chamado “caso do dossiê dos alopados”. O Requerimento nº 51, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer seja convidada a ex-senadora Serys Slhessarenko para prestar os devidos esclarecimentos sobre a matéria intitulada “A confissão do alopado”, publicada pela revista *Veja* em sua edição do último dia 22 de junho do corrente ano. O Requerimento nº 52, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer seja convidado o senhor Expedito Veloso para prestar os devidos esclarecimentos sobre as suas declarações a respeito do escândalo conhecido como “dossiê dos alopados” publicadas pela revista *Veja* em sua edição do último dia 22 de junho do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 27ª e 28ª reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Nossa pauta tem dois itens. O primeiro é a sabatina do Dr. Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO) e o segundo, é uma operação de crédito, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque. Gostaria de antecipar esse item, para, depois, fazermos a sabatina.

Portanto, vou ler os requerimentos que estão sobre a mesa.

O primeiro requerimento é do Senador Ricardo Ferraço, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

“Nos termos do art. 51, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, requeiro seja convidado o economista Luciano Galvão Coutinho para comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos com vistas a apresentar exposição informativa sobre a natureza e as condições que determinarão a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no processo de fusão dos ativos da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) com a multinacional francesa Carrefour”.

Nós agendaremos rapidamente a votação desse requerimento, Senador Ferraço.

Estamos seguindo à risca os atos que aprovamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Vou ler aqui – o Senador Alvaro Dias não se encontra presente – o requerimento do Senador Demóstenes Torres, subscrito pelo Senador José Agripino.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

Nos termos do inciso V, do art. 90, do Regimento Interno, requeiro seja convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado Federal, os Srs. Luciano Coutinho [conforme já lido aqui o requerimento do Senador Ferraço, que foi o primeiro requerimento a ser apresentando], complementando, também com a presença do Dr. Abílio Diniz, Presidente do Grupo Pão de Açúcar, e do Sr. Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, sobre a realização de operações financeiras envolvendo esse estabelecimento de crédito oficial.

Também, agora aqui, um requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, requerendo a retirada de um requerimento, que havia sido lido, o Requerimento nº 43...

O Senador Alvaro Dias aqui não se encontra e há dois requerimentos da autoria de S. Exª aqui na Mesa Diretora da Comissão. Nós só podemos ler, pelos nossos atos, com a presença do Senador que assina o requerimento.

Mais um requerimento aqui do Senador...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Sr. Presidente, pela ordem, eu subscrevo os requerimentos do Senador ..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, por favor, se V. Ex^a puder subscrever...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, V. Ex^a não é membro da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Mas sou Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pelo Regimento tem que ser membro, meu caro Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eu não tenho esse conhecimento. Vou buscar evidentemente. Espero que V. Ex^a esteja correto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas essa é a realidade.

Vou ler aqui o requerimento do Senador Lindbergh.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública, com a finalidade de esclarecer e discutir a Política de Desembolso, Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a Política Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES.

Acredito que, em função de todos esses temas, até para uma questão de otimização dos nossos trabalhos, vamos juntar esses requerimentos em um só requerimento, porque aí o Presidente Luciano Coutinho responde a tudo.

Lidos os requerimentos...

O Senador Cristovam pede a palavra pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– É simplesmente, Presidente, para pedir a inversão da pauta, porque essa sabatina pode demorar muito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– E o projeto que tenho que relatar, que é um empréstimo do BID para uma prefeitura, pode ser feito de uma maneira mais rápida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a inversão da pauta.

Passamos, então para o Item 2.

ITEM 2

– Não Terminativa -

MENSAGEM (SF) Nº 97, DE 2011

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 16,649,600.00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Paranaguá, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo”, no âmbito do Programa “Procidades”.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Presidente, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, todos os relatórios do Senador Cristovam Buarque são sempre aprovados com antecedência, pela qualidade, pela profundidade, pela objetividade.

Como temos aqui um assunto a ser aprovado, e esse relatório já foi distribuído e sempre brilhante como todos os outros, nós queríamos saber se seria possível nós aprovarmos o relatório do Senador Cristovam Buarque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, somente para seguir aqui a liturgia relativa a essa Mensagem.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. José Baka Filho, Prefeito de Paranaguá, no Paraná; e o Sr. João Carlos de Oliveira e Silva, Coordenador da Unidade de Gerenciamento de Programas.

Agora, em função das recomendações do Senador Dornelles, com a palavra o Relator.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, eu quero agradecer muito ao Senador Dornelles e dizer que o documento está na pasta de cada

um com o meu parecer. E, de fato, diante da urgência, eu quero apenas dizer que a mensagem que recebemos da Presidente da República submete à apreciação do Senado o pleito do Município de Paranaguá, Estado do Paraná, para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação destinam-se ao Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo, no âmbito do Programa Procidades do referido Banco.

Tanto a Cofix quanto o Tesouro Nacional deram as informações pertinentes que nos permitem chegar à conclusão de que esse é um empréstimo que trará grandes vantagens para a população de Paranaguá, com todas as condições de oferta da contrapartida e de pagamento.

Esse é o meu resumo para dizer que voto pela concessão da autorização pleiteada para que o Município de Paranaguá possa contratar a operação de crédito externo com o BID, no valor de US\$16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares).

Esse é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas como paranaense, para agradecer ao Senador Cristovam Buarque e sugerir ao Presidente que esses projetos possam ser preferencialmente relatados por Senadores do próprio Estado. Neste caso, o Senador Roberto Requião é da Comissão e eu próprio.

Mas, evidentemente, apenas como registro, já que é uma satisfação avaliar o relatório do Senador Cristovam que, mesmo não sendo do Paraná, reconhece a importância desse empréstimo. Aqui está o Prefeito Baka Filho, do Município de Paranaguá, que comparece a esta Comissão exatamente para testemunhar a aprovação de um projeto que é muito importante para a cidade de Paranaguá, uma cidade centenária que tem tantos problemas, tantas demandas, e esses recursos chegarão em boa hora para que o prefeito possa desenvolver ações administrativas com resultados que possam melhorar a qualidade de vida da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Gostaria de cumprimentar o Prefeito Baka Filho aqui presente, parabenizá-lo, desejando muito sucesso na administração de S. Ex^a.

E desejo apenas registrar, Senador Alvaro – estou sendo informado aqui –, que somos prisioneiros de uma série de coisas que historicamente vão se ajustando, e nós acabamos indo no embalo. Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, há uma orientação desde os tempos do Senador Antonio Carlos Magalhães, quando era Presidente do Senado, em função de problemas acontecidos exatamente com o Paraná. Houve um acordo no sentido de que, jamais, em qualquer operação de empréstimo, um Senador venha a relatar projeto referente ao seu Estado. Então, é por isso que nós não indicamos um representante do Paraná, por causa dessa história que o Senado carrega ao longo dos anos. Essa é a razão por nós não havermos escolhido V. Ex^a por exemplo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Entendo e considero até uma medida adequada, mas não me parece que tenha sido praticada, não. Eu tenho visto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem sido praticada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há poucos dias, o Senador Aloysio Nunes relatou um projeto de São Paulo, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem sido praticada desde 1996.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não condeno a prática, não. Acho até que confere maior isenção. De qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E por ironia, Senador Alvaro Dias, isso aconteceu exatamente por causa do Paraná.

Senador Dornelles, V. Ex^a pretende discutir o projeto? *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Cristovam Buarque.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu peço a V. Ex^a – eu estava ausente, estava na Comissão de Educação – que, por gentileza, possa fazer a leitura de três requerimentos de minha autoria que se encontram sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E V. Ex^a não vai pedir urgência para votar em plenário?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ah, sim. É evidente que sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu entendi que V. Ex^a iria falar também agora.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato. Eu imaginei que o Senador Cristovam já tivesse solicitado a urgência. Mas eu solicito a urgência para votar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Apresentado o requerimento de urgência, em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O projeto segue hoje mesmo para o Plenário do Senado Federal, para ser votado em regime de urgência.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, encaminho a V. Ex^a ofício enviado pelos presidentes da CUT, Contag, Fetraf, Concrab, Unicafis, Unisol, Anteag, em que apoiam o substitutivo do Senador Renato Casagrande sobre a Lei Geral do Cooperativismo.

Aqui está o original para V. Ex^a, e gostaria que V. Ex^a encaminhasse este ofício ao relator que será designado em substituição à Senadora Gleisi Hoffman, sobre o projeto que define as normas e diretrizes das cooperativas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós definiremos o relator ou a relatora esta semana, meu caro Senador Suplicy.

Eu vou aqui ler rapidamente também, seguindo os atos...

Estou recebendo aqui a carta encaminhada pelo Senador Eduardo Suplicy de todas as federações: CUT, Contag, Fetraf, Concrab, Unicafis, Unisol, Anteag. Isso vai ser encaminhado ao relator ou relatora do projeto.

Vou ler também aqui três requerimentos do Senador Alvaro Dias:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

Requeiro, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, do BNDES; Fernando Furlan, presidente do Cade; Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do BNDES; e Abílio Diniz, presidente do

conselho do Grupo Pão de Açúcar, para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestarem os devidos esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com Carrefour do Brasil, bem como sobre a participação do BNDES no negócio.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

Requeiro, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a SRA. Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja, envolvendo seu nome no chamado caso do dossiê dos aloprados, que beneficiaria o então candidato ao governo do Estado de São Paulo e atual Ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

Requeiro, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a ex-Senadora Serys Slhessarenko para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestar os devidos esclarecimentos sobre a matéria intitulada “A confissão do aloprado”, publicada pela revista Veja em sua edição do último dia 22 de junho do corrente ano.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Por último, também do Senador Alvaro Dias, há outro requerimento:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAE

Requeiro, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Expedito Veloso para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Econômicos, prestar os devidos esclarecimentos sobre suas declarações a respeito do escândalo conhecido como “dossiê dos aloprados”, publicadas pela revista Veja em sua edição do último dia 22 de junho do corrente ano. O referido dossiê beneficiaria o então candidato ao governo do Estado de São Paulo e atual Ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante e teria contado com a participação da ex-Senadora e atual Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Feito isso, passamos à pauta de hoje.

ITEM 1**– Não Terminativo –****MENSAGEM (SF) Nº 95, DE 2011**

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO).

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

O indicado já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria conduza o Sr. Márcio Fortes de Almeida ao plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Lindbergh Farias, para que proceda à leitura do relatório sobre a indicação.

Volto a insistir sobre a importância da presença das Sras. e dos Srs. Senadores, uma vez que teremos votação secreta depois da sabatina do Sr. Márcio Fortes de Almeida.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mensagem do Senado Federal nº 95, de 2011, da Presidenta da República (Mensagem nº 216, de 2011, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO).

Sr. Presidente. o Sr. Márcio Fortes de Almeida é advogado formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e diplomata formado em primeiro lugar pelo Instituto Rio Branco (IRBr), o que lhe rendeu o “Prêmio Rio Branco”.

Ex-aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), onde o indicado foi agraciado com o “Pantheon Literário”, por ter sido classificado em 1º lugar, pelo desempenho intelectual em todas as séries do ensino médio, concluído em 1959.

Ocupou várias posições de destaque em sua carreira pública colaborando com seu empenho, das quais destacamos apenas algumas das mais relevantes.

Foi secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME) na gestão do ministro Pratini de Moraes, em 1992, no governo do presidente Fernando Collor.

No governo do presidente Itamar Franco, assumiu interinamente o Ministério de Minas e Energia em 1992, assim como presidiu o conselho de administração de várias estatais, entre elas: Light, Furnas Centrais Elétricas, Eletrosul Centrais Elétricas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Também foi membro do

conselho de administração da Itaipu Binacional e da Eletrobrás.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh, só para registrar que eu estava junto com o Ministro na Eletrobrás e na Eletrosul nesse época também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É um *curriculum* exemplar. Ter o 1º lugar no Instituto Rio Branco não é para qualquer um.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Abastecimento e presidiu os conselhos de administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Foi secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, comandado pelo ministro Luiz Fernando Furlan, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em 21 de julho de 2005, assumiu o Ministério das Cidades, deixando a pasta apenas com o final do governo Lula.

Foi condecorado com a Grã-Cruz das Ordens do Mérito do Rio Branco; da Defesa; Militar; Naval; e Aero-náutico, bem como a Grã-Cruz da Medalha Tiradentes.

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica e gerencial do indicado, entendemos que esta Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Márcio Fortes de Almeida para ocupar o cargo da Presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO).

Apenas encerro dizendo que é um honra para mim, Sr. Presidente, ser o relator da indicação do Ministro, que conhece toda essa carteira de obras, foi Ministro das Cidades, é um carioca, tem uma preocupação com o legado dos Jogos Olímpicos. Então, finalizo dizendo da honra de ser relator da indicação do Ministro Márcio Forte para a Autoridade Pública Olímpica.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, o Ministro Márcio Fortes é uma figura conhecida, que vai responder as perguntas evidentemente com a qualificação que lhe é peculiar.

Eu gostaria de saber, em função de quem é o indicado para ser sabatinado, se V. Exª poderia abrir o processo de votação, tendo em vista que muitos dos presentes têm compromissos, têm afazeres e gostariam de referendar a indicação do Ministro Márcio Fortes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas ara apoiar a manifestação do eminente

Senador José Agripino, acho que o plenário pode se manifestar e nós podemos acelerar o processo de votação pela figura ilibada do Dr. Márcio Fortes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Toda regra tem exceção. Não existe regra sem exceção. Eu pediria o seguinte a V. Ex^a: nós estamos praticamente na última semana dos trabalhos do Congresso. Os Srs. Senadores estão sendo chamados, a Senadora Marta Suplicy vai presidir a Mesa, vai participar de várias comissões. Então, V. Ex^a não poderia, em decorrência, fazer uma exceção a essa regra geral e abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu estava falando ao meu querido Márcio Fortes que isso aqui é a maior moleza para sabatinar. Primeiro, porque é um experiente, competente, amplamente testado, então, eu concordo com a ponderação dos Senadores e gostaria até de sugerir que V. S^a, Dr. Márcio Fortes, fizesse o *speech*, a apresentação e aí nós abriríamos para votação.

Se todos concordarem, até pela figura diferenciada que é o Dr. Márcio Fortes de Almeida.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – V. Ex^a foi muito feliz na sua ponderação. Estabelecer um limite máximo de dez minutos para que o Ministro possa fazer a sua explanação porque realmente a figura dele é emblemática e nós precisamos votar, aproveitando o quórum e ainda hoje, já que não vai haver, requerer a V. Ex^a regime de urgência para apreciação no plenário da Casa ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado ao Senador Benedito de Lira.

Vou passar a palavra ao Dr. Márcio Fortes. Encerrada a apresentação, eu já abro a votação até porque...

Senador Demóstenes, pede a palavra pela ordem? Parece que V. Ex^a...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É porque, pela mesma razão, nós temos um encontro – eu, o Senador Alvaro Dias, Senador Agripino e a nossa Bancada –, na oportunidade da sabatina, se V. Ex^a me permitir, eu tenho só uma pergunta a fazer e se V. Ex^a pudesse me dar essa prioridade, eu ficaria agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Com a palavra o Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Meu caro Presidente Delcídio do Amaral, amigo e colega

de Conselho de tempo de Eletrobrás e Eletrosul – fomos também de Itaipu juntos –, Sras. e Srs. Senadores presentes, todos sabem que eu não gosto de ler, gosto de falar de improviso, mas o diplomata tem uma regra: quando o assunto é apresentado num momento importante, você deve ler para deixar registrada a sua palavra, a sua colocação a respeito.

Então, eu fujo a regra do que faço normalmente, que é improvisar – sempre gosto de fazer isso –, mas hoje eu vou ler. Gastarei, Senador Benedito, os dez a doze minutos, serei rápido, para dar a mensagem, que é fundamental.

E, ao agradecer as palavras amáveis de todos os presentes aqui, coloco-me à disposição para, se for difícil aqui hoje, responder às perguntas, em qualquer momento, pode me convidar, convocar em plenário, em qualquer comissão.

Aliás, queria dizer, Senador Delcídio, que estive com a Senadora Ana Amélia e ela falou que a Comissão de Educação e Esportes tinha interesse que eu fosse lá e eu falei que podem me convidar a qualquer momento, uma vez que passe meu nome aqui, claro. Se não passar, não haverá motivos para convocar; mas, se eu passar aqui e em plenário, podem me convidar que eu estarei presente para atender às indagações dos queridos Senadores daquela Comissão.

Então, vamos à formalidade.

É uma grande honra e satisfação para mim comparecer a esta Casa em mais uma etapa da minha carreira pública, agora para ser sabatinado pelas SRA. e Srs. Senadores.

Quero ressaltar que a importância do cargo de Presidente da APO (Autoridade Pública Olímpica) está espelhada na indicação do seu titular pela Presidente da República e a aprovação pelo Senado Federal, afinal há um mandato – que os senhores sabem que é de quatro anos – e a representação legal da autoridade está a cargo do Presidente, que leva diuturnamente a atividade dessa unidade nova, que é uma autarquia pública e que foi criada pelos senhores ao aprovarem a medida provisória que se transformou na Lei nº 12.396, recentemente, neste ano.

Caso seja positiva a avaliação de meu nome por V. Ex^{as}, será esta, ao mesmo tempo, uma oportunidade para servir o estado e a cidade onde nasci, mas antes de tudo um enorme desafio no sentido de garantir o cumprimento de uma missão de grande relevância a nível nacional, na qual erros e atrasos são inadmissíveis.

A entrega dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 não pode falhar, as datas de início e fim estão marcadas, temos compromissos com 14.500 atletas, 4.100 árbitros, 25.200 jornalistas credenciados e 95.000 voluntários. Serão disputadas provas em 60 disciplinas

esportivas totalizando 774 eventos. Durante 28 dias abrigaremos delegações com origem em 205 países.

Nada deverá comprometer e tudo deverá contribuir para o Brasil fixar mais ainda sua imagem positiva no cenário internacional.

Para disputar com sucesso a realização dos jogos, os três níveis de governo firmaram o compromisso de criar a Autoridade Pública Olímpica, a APO, a exemplo que fez o governo da Inglaterra para realizar os Jogos Olímpicos de 2012 a Olympic Delivery Authority (ODA).

Londres o fez para garantir serviços de forma ágil e segura, diminuindo as instâncias de decisão e encurtando caminhos. A infraestrutura para sustentar os jogos de 2012 concentra-se praticamente na adequação de instalações esportivas, pois a capital inglesa conta com os demais requisitos básicos.

Para o evento Rio 2016 devemos garantir infraestrutura de transportes urbanos, de telecomunicações, instalações para as competições, e aperfeiçoamento nas condições de segurança, neste item abrangendo ações de inteligência e contra-terrorismo.

Temos ainda de oferecer cerca de 49.570 acomodações para atletas, parte da mídia, árbitros entre outros.

Nossa organização federativa única e singular traz maior significado para APO, com a qual poderemos unir os três níveis de governo para tornar o processo mais rápido e com grande transparência e garantir a entrega dos jogos. Esta é também uma oportunidade para consolidar a ainda recente figura do Consórcio Público.

Estaremos em torno da mesma mesa para garantir realizações de responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal.

Do transporte, trânsito e tráfego urbanos, das instalações esportivas, do saneamento e da segurança pública cuidam os governos municipal e estadual. Das regras do transporte aéreo, aduana, tributação, segurança internacional, imigração e regras sanitárias cuida a União, apenas para citar alguns exemplos. Restam ainda os serviços de saúde, a cargo dos três níveis. Às três esferas de governo incumbe estimular o setor privado a trazer sua importante contribuição, como por exemplo no setor de acomodações, além das concessões e PPP's.

Imaginem Senhoras e Senhores Senadores, o Comitê Olímpico Internacional – COI, lidar com tal complexidade para organizar os jogos, sem um endereço único de interlocução, dotado de legitimidade e portanto reconhecido como autoridade. Este endereço é a APO, composta pelos Poderes Executivos dos três níveis, na forma da Lei 12.396 de 21 de março de 2011.

A APO não tira de nenhuma das esferas de governo qualquer atribuição, ela supervisionará o Projeto Olímpico e procurará garantir o encurtamento dos caminhos para o cumprimento dos compromissos firmados de forma soberana pelo Município, pelo Estado e pela União.

Eu tenho aqui no texto os objetivos, mas V. Ex^{as} já aprovaram essa lei, ela é de conhecimento público, quando for distribuída aqui para a Comissão eu darei a íntegra do que está constando da lei, dos seus objetivos, dos seus compromissos e de como fazê-lo.

A APO terá a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, integrando a administração indireta de cada um dos entes da Federação consorciados.

São órgãos da APO:

I – o Conselho Público Olímpico;

II – a Presidência;

III – o Conselho de Governança;

IV – o Conselho Fiscal;

V – a Diretoria Executiva.

O Conselho Público Olímpico tem a representação dos três chefes de governo ou os seus representantes. No caso, a Presidenta Dilma indicou o Ministro Meirelles para representá-la e teremos nos outros níveis teremos a presença do Prefeito Eduardo Paes e do Governo Sérgio Cabral.

Juntamente com o Comitê Rio 2016, no qual estão representados os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros e as confederações dirigentes dos esportes olímpicos no País, e através de periódica relação com o Comitê Olímpico internacional, configura-se o quadro dos entes responsáveis pela realização dos jogos de 2016.

No primeiro dia de outubro de 2009, o então Vice-Presidente da República, representando o titular do cargo, corroborando a Carta Compromisso do Governo Brasileiro, já havia sancionado a Lei nº 12.035, que instituiu o Ato Olímpico, no qual as garantias institucionais oferecidas ao COI estavam delineadas.

Também deixarei de ler este ponto aqui, porque já passou pelos Srs. Senadores, já foi aprovado nesta Casa, foi aprovado no Congresso e, depois, aprovado pelo Presidente da República, tomando a lei o número 12.035.

Dentro dos projetos de infraestrutura urbana e de transporte, bem como saneamento contidos na Carta Olímpica, inúmeros já em andamento no escopo do PAC, PAC 1 e definição para o PAC 2. Em andamento significa: ou o projeto básico, ou executivo, licenciamento ou mesmo obras, tendo em vista o horizonte de tempo. Muitos desses projetos já passaram pelo Ministério das Cidades, quando eu lá estava e já es-

tão em andamento. Muitos projetos estarão sendo ultimados até para a Copa do Mundo, porque essa superposição de eventos no Rio de Janeiro é muito importante, pois temos os jogos militares agora, temos a Copa do Mundo, temos as Olimpíadas. Então dizer que um projeto é para tal ou qual competição não é. É para toda a cidade e pega, ao longo do tempo, o que já estiver pronto, vai sendo objeto de usufruto, de utilização pela população, pelos atletas, pelos turistas e pelos torcedores.

Em termos de valores de investimentos e gastos públicos, os números históricos de compromissos são da ordem de 23,2 bilhões de reais.

O Comitê Organizador se compromete a despesar 5,6 bilhões de reais. Uma das responsabilidades da APO será zelar pela correta apuração dos valores, pelo Comitê Organizador, com anterioridade cabível e primar pela sua aplicação dentro dos preceitos legais, em colaboração com cada ente financiador.

Isto é importante saber: para cada unidade monetária investida nos Jogos Olímpicos, a iniciativa privada deverá movimentar outras 3,6 unidades, no período 2009/2027.

Como eu já disse, nenhuma atribuição vai ser retirada do Município, do Estado do Rio de Janeiro ou de órgãos federais, a menos que haja absoluto consenso entre as partes, se for necessário.

Muitos são os projetos para intervenção de alta relevância, não só para a população do Rio, mas para o Brasil, seja no campo dos negócios, seja na infraestrutura, como legado urbano.

Ganhos de imagens são inegáveis, desde que realizemos os jogos de forma esperada.

Muitos são os benefícios dos Jogos Olímpicos em termos de legados. Basta lembrar o caso de Barcelona, na Espanha, como resgate urbano, turístico, e inegáveis avanços no campo econômico, como centro internacional de negócios e turismo.

O Rio de Janeiro já se constitui um centro de atração e com a vantagem de ser uma das portas mais importantes de entrada para o Brasil, sem contar que oferece um dos cenários mais conhecidos do Planeta, como marca do nosso País.

Os legados se situam em duas vertentes: inclusão social, juventude, esporte e educação. De outro lado, a revitalização urbana e meio ambiente.

Para ressaltar a importância do Programa Socio-esportivo Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, e Mais Educação, do Ministério da Educação, o primeiro devendo beneficiar três milhões de jovens brasileiros, até 2016, sendo um milhão só no Rio de Janeiro; enquanto que o Programa Mais Educação o objetivo é

prover infraestrutura esportiva da rede pública de ensino brasileiro.

Esses programas federais, juntamente com outros importantes programas do Governo do Estado e da Prefeitura do Rio de Janeiro, muito contribuirão para a difusão dos valores olímpicos.

A família olímpica precisa ter garantido o fluxo de pessoas e equipamentos envolvidos com os jogos, de maneira que cada atividade seja cumprida no local e no momento exato de tempo em que seja necessário assim fazê-lo.

A responsabilidade do Brasil ao sediar os jogos inicia-se no momento em que o atleta requer o seu visto de entrada. O mesmo vale quando o avião, com uma delegação, inicia o planejamento de sua viagem ainda na origem, pois terá que haver um *slot* no aeroporto de destino. Ao chegarem, os atletas não podem gastar suas energias esperando em filas, porque aí temos o papel a ser desempenhado pelo controle da imigração e serviços aduaneiros. A viagem do aeroporto ao alojamento deve consumir o menor tempo possível.

A cidade do Rio de Janeiro abrigará os jogos em 4 *clusters*, dispostos na Barra da Tijuca, Copacabana (incluindo Marina da Glória, Lagoa Rodrigo de Freitas); Maracanã (abrangendo São Cristóvão e Engenheiro); e Deodoro. Além disso, [é bom lembrar aqui aos Senadores que são de outros Estados] as partidas preliminares de futebol terão lugar em Belo Horizonte, Brasília, Salvador e São Paulo. [Isso porque, na cidade sede, nada pode ser feito antes que a tocha olímpica seja acesa. Como o torneio de futebol é mais longo, tanto masculino quanto feminino, essas quatro cidades serão participantes, serão cidades dentro do nosso escopo de atuação das olimpíadas.]

Uma complexa rede de transporte e tráfego urbanos permite a movimentação da população diariamente, em dinâmica que não pode ceder seu lugar ao evento dos Jogos Olímpicos. A cidade tem que continuar funcionando e os jogos devem acontecer seguindo rígida disciplina.

A adequação das vias e sistemas urbanos (BRT, trens urbanos, linhas de metrô e vias expressas) interligando de maneira fluida os locais dos eventos, a hotelaria e os pontos de entrada e saída, é um dos desafios a cargo da prefeitura local, bem como do governo estadual. O complexo dos aeroportos e das instalações portuárias está a cargo do governo federal.

A APO vem para permitir, como dito antes, a conformidade dos procedimentos com vistas ao objetivo comum: garantir a entrega dos jogos – o que não exige qualquer outra instituição de suas responsabilidades nas respectivas atividades. As primeiras missões após a instalação da entidade serão definir e

homologar a carteira de projetos olímpicos e a matriz de responsabilidades.

Barcelona, Atlanta, Sidney, Atenas, Pequim e agora Londres são nomes de sedes de realização dos jogos olímpicos. Alguns bem organizados, outros exuberantes, outros com reveses oriundos de inadequado planejamento e controle. A história igualmente registra conflitos político ideológicos, de boicotes comprometendo a amplitude dos jogos.

Queremos que o Rio de Janeiro e o Brasil imprimam sua marca como êxito de organização e de afirmação dos valores olímpicos e paraolímpicos: respeito, excelência, amizade, coragem, determinação, inspiração e igualdade. Que os trigésimos primeiros jogos olímpicos, em nosso país sejam um momento de confraternização de toda a humanidade.

Como brasileiro gostaria de parafrasear o Barão de Coubertin: o importante não será só competir. Competir vencendo é muito melhor. Estou confiante em que os atletas brasileiros terão muito êxito em sua participação.

Espero que, merecendo aprovação de Vossas Excelências, possa contribuir para o sucesso de todo o processo que, juntos, estaremos trilhando até 2016.

Agradeço, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadoras e Senadores, o tempo que dedicaram a me ouvir, colocando-me ao inteiro dispor para seus questionamentos.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou abrir a votação e excepcionalmente o Senador Demóstenes é o primeiro inscrito. Depois nós temos os Senadores Alvaro Dias, Bendito de Lira, Senadora Marta Suplicy, Senador Ricardo Ferraço, Senador Eduardo Suplicy e Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Demóstenes e eu estou abrindo o processo de votação, excepcionalmente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, SRA. Senadora, Srs. Senadores, Sr. Márcio Fortes.

Primeiramente, gostaria de fazer as palavras dos meus colegas que me antecederam, também, as minhas. Mas faria uma pergunta a V. Ex^a em relação ao desempenho de V. Ex^a a frente do Ministério e especialmente em relação ao PAC.

Dados do SIAFI dizem o seguinte: “No ano de 2007, V. Ex^a tinha de dotação de R\$4.495.203.925,00 (quatro bilhões, quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e três mil, novecentos e vinte e cinco reais). E pagou efetivamente, R\$3.613.385.309,01 (três bilhões, seiscentos e treze milhões, trezentos e oitenta

e cinco mil, trezentos e nove reais e um centavo). Ou seja, V. Ex^a executou 80,38% do que tinha.

No ano de 2008, V. Ex^a recebeu uma dotação de R\$4.594.505.298,00 (quatro bilhões, quinhentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e cinco mil, duzentos e noventa e oito reais), e pagou R\$3.304.565.500,39 (três bilhões, trezentos e quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos reais e trinta e nove centavos). Ou seja, 71,92%.

No ano de 2009, V. Ex^a tinha dotação de R\$10.949.371.61,00 (dez bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, trezentos e setenta e um mil, sessenta e um reais), e pagou R\$6.101.207.127,50 (seis bilhões, cento e um milhões, duzentos e sete mil, cento e vinte e sete mil e cinquenta centavos). Ou seja, 55,72%;

No ano de 2010, tinha uma dotação de R\$11.304.123.903,00 (onze bilhões, trezentos e quatro milhões, cento e vinte e três mil, novecentos e três reais) e V. Ex^a pagou R\$1.617.121.823,29 (um bilhão, seiscentos e dezessete milhões, cento e vinte e um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos), ou seja, 14,31%. O total, nesses quatro anos da dotação de V. Ex^a, era de R\$31.343.204.187,00. E V. Ex^a pagou R\$14.636.279.760,19, ou seja, 46,70%. V. Ex^a está recebendo uma missão que demanda agilidade. Não há prazo outro para o cumprimento das Olimpíadas. Eu pergunto a V. Ex^a: o que fazer para que esse desempenho seja completo, uma vez que, aparentemente, no desempenho do PAC, V. Ex^a não teria conseguido chegar a 50% da dotação que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Márcio Fortes.

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Senador Demóstenes, o PAC foi num crescendo. A cada momento, mais projetos. O senhor sabe que os projetos do PAC não eram projetos de serem completados em um mês ou dois meses. Muitos projetos de grande dimensão pediram três, quatro, até cinco anos de realização, sobretudo na área de saneamento. Progressivamente, foram sendo acrescentados projetos ao longo do processo. Então, se em um determinado ano eu tenho um valor... É bom inclusive anotar isto, que em 2007, quando começa, tenho um valor e já consigo realizar 80. No ano seguinte, aparecem mais projetos. No outro seguinte, mais projetos; cada vez mais projetos, obviamente que tenho mais empenhos a fazer e menos pagamentos. Aí é aquela discrepância entre o valor empenhado e o valor pago, essa é a diferença.

Quanto mais empenhos, significa que mais obras estão garantidas. E, num determinado momento, se estou com um desempenho excelente até de pagamento, de repente aparece um programa novo, eu

ponho mais quantos milhões forem necessários, a média cai automaticamente, porque, no segundo semestre, onde, no exercício, aparecem mais projetos, com saneamento, habitação ou mesmo mobilidade, o desempenho do ano fica comprometido. Mas, ao longo do ano, eu tenho a coisa mais importante, que se chama garantia de realização das obras, porque o empenho é que determina a continuidade do processo e a execução das obras. O pagamento só se faz em que cada etapa medida merece o pagamento. Então, você vai esperando as etapas para pagar. Se eu tenho um prazo de cinco anos, o valor pode estar colocado todo lá em um ano e você tem cinco anos para fazer o pagamento progressivamente. A explicação é esta: quanto mais obras, mais empenhos, porém a realização dos pagamentos não necessariamente vai ocorrer, porque as obras têm o seu horizonte diferenciado. Uma coisa é empenhar a obra toda, a outra é pagar ao longo do tempo. Sem contar, como eu disse, que há acréscimos ao longo do processo ou pode haver atraso, porque em obra de engenharia não vou dizer que não há atraso, qualquer obra de engenharia tem atraso, é por isso que o controle é fundamental e a autoridade pública olímpica vem aqui exatamente para acompanhar esses projetos.

Eu disse duas coisas aqui. Nós temos que ter a matriz de responsabilidades e a carteira definida rapidamente de todo o processo, para que a gente possa, em cada caso, fazer o acompanhamento devido, para que o atraso não se estabeleça. Aqui a diferença é a seguinte: na hora que tivermos o caderno de projetos, vai ser diferente do PAC, não vai se acrescentar mais nada, porque, no PAC, eu tenho uma carteira, daqui a pouco, mais um, mais dois, mais três, daqui a pouco o valor dobra, triplica e, o senhor tem toda a razão, na parte financeira eu não posso acompanhar a velocidade do empenho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E, no caso da autoridade olímpica, já tem o pacote fechado. É isso?

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Estamos fechando agora, porque temos justamente que apresentar esse pacote de projetos que, dentro da estrutura da APO, inclusive, é o Conselho que vai fechar a aprovação dos projetos e também a questão da matriz de responsabilidades, o que incumbe a cada um, o que é que tem que fazer em cada momento, seja na parte de transferência sem ônus ou através de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Demóstenes, Dr. Márcio Fortes.

Passo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, a decisão que a Comissão adotou, como bem disse o Senador Dornelles, toda regra tem exceção, já diz muito bem a presença do Ministro Márcio Fortes para exercer essa função de Autoridade Pública Olímpica.

A Presidente Dilma, ao tomar essa decisão, o fez com a certeza de que estava indicando um dos melhores servidores públicos que o País conhece. Eu sou testemunho disso.

O Ministro Márcio Fortes, Ministro do Ministério das Cidades, Ministério que foi entregue pelo Presidente Lula, numa composição política com o meu Partido, com o nosso Partido, e pude muito bem acompanhar a trajetória e a atuação do Ministro Márcio Fortes no desmembramento, na projeção que ele deu ao Ministério das Cidades com o trabalho que desempenhou no exercício da sua função de Ministro.

Quero cumprimentá-lo, nesta oportunidade, e apenas para não dizer que S. Ex^a saiu daqui incólume de perguntas, eu gostaria de acompanhar o raciocínio do Senador Demóstenes e fazer uma pergunta ao Ministro, que considero importante, mas já conheço a sua capacidade de trabalho, a sua decência, o zelo que tem com a coisa pública e, tenho certeza absoluta, nós teremos um êxito extraordinário nas Olimpíadas, em 2016, sob a responsabilidade, a gerência, a postura e a fiscalização do Ministro Márcio Fortes.

Então gostaria de saber apenas, Ministro, o senhor conhece ou mantém relações institucionais com o Comitê Olímpico Brasileiro, porque sabemos ser o ponto focal do Comitê Rio 2016, responsável pela organização dos Jogos Olímpicos nessa mesma data.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Gostaria de propor que pudéssemos fazer perguntas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos estiverem de acordo, até para dar celeridade, porque os Senadores também têm já outras agendas. Então, vou dar continuidade às perguntas e aí o Dr. Márcio Fortes responde, Senador Benedito de Lira, as perguntas de todos os Senadores.

Vou passar a palavra, agora, para a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, gostaria de dizer que o currículo brilhante e a experiência extensíssima do ex-Ministro Márcio Fortes são uma indicação de que, temos certeza, poderá conduzir bem a APO. Depois, pela clareza que teve na

sua exposição, brevíssima, nos deu uma ideia de que está muito a par do que o espera.

Agora, Ministro, é de uma extrema responsabilidade, que o senhor muito bem colocou, a importância da sua missão. Será uma missão extremamente difícil, com um tempo muito enxuto, sendo também uma missão que fará com que consigamos ter uma Copa bonita, além de razoável, com muita alegria e propriedade, mas, ao mesmo tempo, o legado.

Então, são dois eixos que acredito que V. Ex^a terá que responder.

A pergunta que faço é que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos são de enorme magnitude, são na área de bilhões, e as ações vão ser executadas, assim o entendemos, por meio de três esferas do Governo: a União, o Estado do Rio e o Município do Rio.

De que maneira, o senhor está pensando que a Autoridade Olímpica vai atuar no sentido de conferir governança e transparência na execução desse gigantesco orçamento.

A outra pergunta: a criação da Autoridade Olímpica foi uma opção institucional – e fico muito feliz que a Presidenta Dilma tenha feito essa opção no Brasil, também – que já foi adotada por outras cidades sedes. E o caso mais recente foi em Londres, da Olympic Delivery Authority e, na sua opinião, quais serão os principais desafios que a nossa Autoridade Olímpica vai enfrentar na execução de seus trabalhos.

Não sei se a pergunta é muito antecipada, porque o senhor não começou e os desafios, sabemos que se apresentam na metade do exercício, mas alguns gargalos já devem estar muito claros.

Outra pergunta ainda, Os últimos jogos olímpicos têm mostrado que eles representam uma grande oportunidade. V. Ex^a citou Barcelona. Eu mesma pude acompanhar e vi o que ficou para a cidade. E quero saber como está sendo essa questão de coordenar esforços, pensando num país em desenvolvimento como o Brasil. O enorme recurso que nós vamos gastar, tão importante quase como ganhar a Copa, é o legado que nós vamos ter dessa Copa. Que pensamento que V. Ex^a tem nessa direção?

E a última pergunta. Há um estudo da USP encomendado pelo Ministério do Esporte que indica que o impacto das olimpíadas no Rio vai ser muito mais abrangente porque vai ser alcançada uma escala nacional e vai envolver diferentes setores da economia. Então, estima-se por esse estudo que, no longo prazo, haverá um ganho econômico de R\$120 bilhões e que cerca de 2 milhões de empregos diretos e indiretos serão criados. Nós sabemos que autoridade olímpica tem uma atribuição bem específica, que é focada na concretização da Rio2016. De que maneira o senhor

acha que ela também pode exercer algum papel para potencializar esses ganhos econômicos e o retorno para o País como um todo? Aí eu acho que acompanha a questão referente ao legado.

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Primeiro, Presidente, eu queria enaltecer a iniciativa da Presidente Dilma em convidar o Dr. Márcio Fortes para coordenar uma tarefa de elevada relevância, por sua capacidade de trabalho, de articulação, de mobilização, de gestão. O Dr. Márcio Fortes já viveu um sem-número de oportunidades e desafios. Por onde passou deixou uma marca de um trabalho exitoso, e a minha confiança é de que, de novo, ele vai alcançar os resultados, sobretudo pela importância das olimpíadas, não apenas para o Rio de Janeiro, para a cidade do Rio de Janeiro, mas para o Brasil.

Cumprimento a Presidente Dilma, cumprimento o Dr. Márcio Fortes. Tenho certeza de que esta Comissão haverá de consagrá-lo, Dr. Márcio Fortes, mediante tudo aquilo que V. S^a plantou ao longo de sua vida. Ninguém colhe sem plantar. Essa simpatia e essa confiança que V. S^a está colhendo é fruto de muito trabalho, de muitos cargos que V. S^a ocupou. E por onde passou, deixou uma marca de realização, de competência e de seriedade na condução da coisa pública, o que é de fundamental importância.

Ainda assim, faço dois questionamentos, e gostaria de ouvi-lo.

A avaliação de V. S^a com relação ao regime diferenciado para contratação de obras públicas. De que forma esse sistema, não apenas no seu marco legal, mas também no seu mérito, poderá nos conferir eficiência, qualidade e, ao mesmo tempo, absoluta segurança quanto à forma subjetiva com que, nesse sistema de contratação, a avaliação será feita pelas comissões que haverão de julgar os projetos. De que maneira V. S^a pretende acompanhar todo esse processo, monitorar, fiscalizar? Que ferramentas, que instrumentos, V. S^a edificará para que tenhamos a certeza de que teremos qualidade, teremos prazo e também, evidentemente, teremos a moralidade pública na aplicação dos recursos públicos?

Outra coisa: de que maneira, além da cidade do Rio de Janeiro, outras cidades poderão se beneficiar desse importante empreendimento? Porque, salvo melhor juízo, há essa possibilidade de oportunidade. E quais serão os critérios para que cidades próximas ao Rio de Janeiro tenham também o legado desses investimentos e possam também compartilhar dessa

que será, seguramente, uma oportunidade muito importante para o nosso País?

Ao saudá-lo, cumprimento-o e desejo-lhe sorte e que Deus o acompanhe mais uma vez, nessa relevante missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Quero também cumprimentá-lo, prezado Ministro Márcio Fortes de Almeida, pela confiança com que V. Ex^a fez com que todos nós, Senadores, viéssemos a saudar essa nova escolha da Presidente Dilma Rousseff, ao designá-lo Presidente da Autoridade Pública Olímpica.

Eu agradeço, se puder nos informar, como se distinguem as funções do Presidente do Conselho Público Olímpico, Henrique Meirelles, também designado pela Presidente Dilma Rousseff em função de seu extraordinário trabalho como presidente do Banco Central, e a função de V. Ex^a. Como serão coordenados os esforços de ambos, visando aos objetivos que V. Ex^a aqui nos colocou para o melhor sucessos dos jogos olímpicos que serão realizados no Rio de Janeiro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o exercício das diversas funções relevantes que o Dr. Márcio Fortes já exerceu o credenciam para essa função. Acho que a Presidente Dilma foi muito feliz ao nomeá-lo com executor dessa tarefa. Eu quero exaltar isso aqui.

Vou fazer muito brevemente apenas uma pergunta e um questionamento. Acho que seria muito importante se essa olimpíada fosse do Brasil, e não apenas do Rio de Janeiro. Na linha daquilo que disse o nobre Senador Ricardo Ferraço, eu perguntaria se a Autoridade Olímpica está pensando em envolver os Estados nesse processo. E aproveitaria até para dar uma sugestão: por que não uma articulação entre a Embratur e as Secretarias de Turismo e Esporte dos Estados, para se realizar, paralelamente às olimpíadas, uma grande mostra do Brasil? Cada um dos 28 Estados teria um estande para distribuição de material impresso, de material audiovisual, para que dirigentes e atletas que viessem à olimpíada e não tivessem condição de viajar para outras partes do País pudessem ter uma visão global do nosso território.

Essa é a pergunta que eu gostaria de deixar para o nobre companheiro Márcio Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Tem a palavra o último orador inscrito, Senador Blairo Maggi. Depois o Senador Dornelles também, após o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Querido amigo Ministro Márcio Fortes de Almeida, na realidade, vim aqui só para lhe trazer um abraço e desejar-lhe boa sorte nessa empreitada, em que certamente terá êxito, em vista de seu currículo, de sua história e de tudo o que acompanhamos nos últimos anos, em vários Ministérios por onde o senhor passou.

Enquanto exerci o cargo de governador do Estado de Mato Grosso, tivemos a oportunidade de ter vários encontros, de fazer vários convênios. Vários projetos foram realizados, principalmente na área da agricultura. Quando iniciávamos o algodão no Estado do Mato Grosso, V. Ex^a esteve lá, deu-nos todo o apoio; sempre ajudou essa área enquanto militava lá no Ministério da Agricultura. Depois também, quando passou pelo Ministério das Cidades, foi um dos grandes responsáveis, por determinação, obviamente, do Presidente Lula e da nossa querida Ministra, hoje Presidente, Dilma Rousseff, tivemos a oportunidade de fazer vários programas de habitação em Mato Grosso, o maior programa de habitação que aquele Estado já viu, bem como ações na área de saneamento, de asfaltamento urbano e tantas outras coisas.

Então, quero aqui lhe trazer o meu apoio e, ao mesmo tempo, fazer o meu agradecimento por tudo que o senhor tem ajudado o Estado do Mato Grosso. E, tenho certeza, como disse aqui o Senador Luiz Henrique, que as Olimpíadas, que o senhor vai comandar daqui para frente, são do Rio de Janeiro, mas são de todo o Brasil também. Com toda a certeza, não faltarão projetos e o envolvimento de outros Estados. E, tenho certeza, o Estado do Mato Grosso se fará presente também, não só ajudando a financiar, porque somos todos os brasileiros que vamos fazer isso, mas também estando presente no momento das comemorações.

Eu já votei, Sr. Ministro; o senhor teve o meu voto, não só aqui na cédula, mas o voto de confiança, de carinho e de estímulo para que o senhor faça um grande trabalho como tem feito até agora.

Parabéns e felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

O último orador inscrito, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria cumprimentar a Presidente Dilma Rousseff pela indicação do nome do Dr. Márcio Fortes de Almeida para ocupar o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica.

Márcio Fortes foi o primeiro aluno do Colégio Militar, obtendo o título de Coronel Aluno, que poucas pessoas conseguem atingir naquele colégio. Foi primeiro lugar no Instituto Rio Branco; foi Ministro das Minas e Energia, foi Ministro da Agricultura, da Indústria e Comércio. Desse modo, é pessoa altamente qualificada para ocupar o cargo.

Eu só queria, Ministro Márcio Fortes, reiterar aqui a posição dos Senadores Luiz Henrique e Ricardo Ferraço, no sentido de que seria importante ampliar ou fazer com que as Olimpíadas fossem nacionais, desenvolvendo o espírito olímpico em todos os Estados da Federação, compatível, aliás, com a política do Rio, que é sempre de somar, de trazer muitos outros para esse importante empreendimento.

Estou certo de que V. Ex^a compreenderá bem esse apelo e essa manifestação dos Senadores Luiz Henrique e Ricardo Ferraço e fazendo das Olimpíadas do Rio um evento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora inscrito, passo a palavra ao Dr. Márcio Fortes de Almeida para que ele responda os questionamentos apresentados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem,

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Gostaria, pela ordem, se fosse possível, que o Dr. Márcio Fortes pudesse priorizar as respostas aos Senadores que estão presentes. Aqueles que seguramente perguntaram, mas que estão ausentes, que ficasse para depois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Começamos com a pergunta do Senador Benedito de Lira sobre as relações com o Comitê Olímpico.

Eu tenho uma relação pessoal com o Carlos Alberto Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro; uma relação que não é de agora, mas de muito tempo, uma relação estreita. Assim também como com o Leo Gryner, que é o Vice-Presidente, com o Edison Gigante, diretor, com quem já compartilhamos viagens e até algumas ações, sem contar com a parte desportiva propriamente, afinal de contas está lá, no Comitê

Olímpico, o Bernard, o “Jornada nas Estrelas”. Como foi colocado aqui, fui Secretário-Executivo de Minas e Energia. Naquela época, o Secretário de Esportes era o Bernard. V. Ex^{as} se lembram disso. O Bernard lá já estava.

Tenho íntima relação com vários presidentes de confederações. Quem vê televisão... Outro dia eu estava no Maracanã vendo o jogo da vitoriosa seleção brasileira de vôlei, jogando com a Polônia. O Di Grassi é um grande amigo, bem como o diretor Pina, meu colega de Colégio Militar, também campeão. O Hélio Meireles, que é Presidente da Federação Brasileira de Pentatlo. Isso só para citar alguns casos. Então, minha relação com o esporte vai para além dessa indicação. Eu tenho passado de convívio com esse pessoal todo.

Quero dizer também que, recentemente, estive aqui uma missão inglesa, visitando o País, e mantive já contatos com o vice-ministro encarregado da área, com o secretário encarregado da área, para justamente trocar informações e experiências, com vistas à realização das próximas Olimpíadas. É claro que os ingleses querem vender serviço, querem vender investimentos, querem participar da construção, isso é óbvio, mas, da nossa parte, queremos ver o que está sendo feito também para não haver erros. Em Olimpíada é muito fácil acertar e muito fácil errar. Então, vamos ter que ter muito cuidado com isso.

O principal é que aqui vai ser um local de confraternização, nada daqueles boicotes, nada daquelas confusões políticas anteriores. O Brasil tem o seu passado na área internacional de boa relação com todos os países; então, vai ser um momento único aqui neste País.

Creio que essa é a pergunta.

Pulamos a da Senadora Marta Suplicy e passamos à do Senador Ferraço. Agradeço as suas palavras, como agradeço as palavras de todos aqui a meu respeito.

A respeito do regime diferenciado de contratação é um tema que já está em debate aqui na Casa; já passou pela Câmara e está aqui no Senado para votação creio que até o dia 15.

Fizemos uma pergunta, Senador Ferraço, a essa missão que estive aqui a respeito de como era feito lá, se por acaso há algo semelhante. Disseram que há algo muito semelhante, sim, para poder agilizar e que não havia nenhum problema de não liberarem os valores antes para evitar que pudesse haver manipulações com cartéis. Isso foi colocado pelo pessoal inglês que estava aqui. Tive o cuidado de fazer essa pergunta. A gente fica discutindo conceito, filosofia, etc., vamos perguntar na prática. Eles disseram que lá não teve problema nenhum.

É claro que tem que se ter uma seleção muito forte na parte de credenciamento, ou seja, pré-seleção das empresas muito criteriosa, muito cuidadosa, tem que se aproveitar vantagens do processo, trocas de momentos, como está sendo colocado, a informatização, aquela questão de chamar a empresa em princípio ganhadora para negociar se o seu valor for acima daquele que foi estipulado internamente e que não é divulgado. Mas, sobretudo, o importante, Senador Ferraço, é que haja divulgação, sim, no momento adequado, uma vez que está previsto esse entendimento que houve na Câmara: uma vez assinado, seja o número divulgado imediatamente. Isso é fundamental. Mas que tantos os órgãos de controle, seja Tribunal de Contas, CGU, AGU, quem estiver envolvido, tenham acesso a qualquer momento. Isso sim, porque são representantes da sociedade e que zelam pelo patrimônio público e isso tem que ser assegurado sempre.

A sua pergunta é como nós estaremos acompanhando. Nós não substituímos os órgãos executores, nós fiscalizamos, a não ser que haja algum problema na realização de algum evento, ou seja, construção atrasada, alguma coisa em que nós vemos que não há como resolver na prefeitura, no Estado, no Ministério, nós poderemos avocar essa realização. Mas, em princípio, nós fiscalizaremos, estaremos juntos para acompanhar a execução, desde essa parte que foi mencionada aqui da licitação, até a realização mesmo na data adequada e no acompanhamento de todo o percurso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas a Autoridade Olímpica de *per si* não é ordenadora?

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Não, nós fiscalizamos. Nós somos resultado de um consórcio, nós não fazemos retrabalho, nós acompanhamos toda a execução para que haja o cumprimento de datas. Foi muito boa até essa pergunta porque se lembram do tempo do Ministério das Cidades, que nós tínhamos um problema com as prefeituras – umas corriam mais, outras corriam menos, uns projetos começavam, outros não começavam, outros se interrompiam por qualquer motivo – e nós fomos montando um esquema de monitoramento muito direto do Ministério, ou através da Caixa Econômica, inclusive com a participação direta da então Ministra Dilma Rousseff. Nas reuniões periódicas, até presenciais, ou por videoconferência, para acompanhar, mandando missões localmente para ver como estava a situação das obras.

Então, já existe uma experiência nesse sentido. Teremos que aperfeiçoar os controles? Sim. Veremos como está sendo feito em outros países, no caso específico em Londres. É tudo uma questão de ver tam-

bém no universo de grandes empresas como está sendo feito o controle das grandes obras. Vamos ver como isso está sendo feito na Petrobras – um exemplo concreto, que tem muita coisa a fazer –, na parte do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Transportes, no acompanhamento de obras e vemos no que podemos aperfeiçoar o sistema todo que já tínhamos dentro do Ministério das Cidades, via Caixa Econômica ou via diretamente nossa ação e com a Presidência da República.

A sua pergunta é muito boa, sobre outras cidades como centros que podem participar. Eu mencionei aqui que quatro cidades estarão participando pelo futebol, mas eu recebi já uns telefonemas, meu caro Presidente Delcídio, de alguns prefeitos perguntando como podem participar, pois têm grandes centros olímpicos nas suas cidades. E eles perguntam: “Será que não dá para treinar?”

Então, eu gostaria até que os senhores, os prefeitos, os deputados pudessem justamente trazer informações sobre esse pleito, esse desejo, porque isso será no intuito de termos uma ampliação para o raio de ação não ficar somente no Rio de Janeiro. Vou até citar um exemplo. Uberlândia me telefonou, que tem um grande centro já montado. Então, você já imagina que em algum lugar haja um centro que possa estar necessitando ser rodado. Ou seja, alguém esteja participando lá para treinar, para fazer exercício etc., e que oportunidade imensa teríamos de uma delegação estar participando, ou de várias delegações poderem fazer os seus treinos em outros.

Então, no seu caro específico, Vitória, que está a um pulo de lá, está a 500 quilômetros do Rio, 40 minutos de avião, é pertinho; e outras cidades. No caso, aqui, foi colocado pelo Senador Blairo, também tem um apelo adicional que é a parte do turismo, também. Você está perto do Pantanal, todo mundo aproveitará para treinar e estar junto do Pantanal. Sempre haverá a possibilidade de você fazer um convênio para colocar esse pessoal treinando, porque ninguém vai chegar no Rio e ficar treinando lá sozinho; tem que espalhar as idéias, sair, refrescar a cabeça e depois voltar para competir. O atleta tem que estar muito tranquilo, ele tem que sair fora do foco, daquele ambiente de burburinho do dia a dia.

Do Senador Suplicy, a respeito do papel do Conselho Público.

Eu li rapidamente a estrutura, nós temos Conselho Público, que é o órgão superior; temos a Presidência; temos Conselho de Governança; temos Conselho Fiscal; temos Diretoria Executiva. Parece exatamente com uma empresa. Então, numa empresa, lembra o Senador Blairo, empresário, temos um conselho de

administração. O conselho de administração, vamos até usar a expressão antiga RCA, que é a voz do dono, porque lá os acionistas estão representados. No caso específico, isso aqui é um consórcio, os “donos” quais seriam, então? Os titulares do governo federal, do governo estadual e do governo municipal. Então, lá tem assento.

A lei diz que será o titular ou o seu representante. Então, seria, a princípio, a Presidenta Dilma, o Governador Sérgio Cabral e o Prefeito Eduardo Paes. A Presidenta Dilma delegou ao nosso querido ex-Ministro do Banco Central, Henrique Meirelles, a sua representação, que estará lá sentado. A relação dentro da empresa, então, é assim: o conselho determina grandes normas e tem quem a execute diuturnamente que é o chamado CEO, que é o diretor-presidente.

Então, o que está sendo colocado? O diretor-presidente tem mandato, tem que passar pelo Senado; representa legalmente a APO. Essas características estão determinadas na lei. O conselho tem grande importância para a aprovação de grandes temas. Por exemplo, o orçamento anual quem aprova é o conselho. Há algo mais importante, Senador Blairo, que eu aprovar o orçamento? Sem o orçamento não se faz nada. Anteriormente a isso, temos que aprovar o estatuto.

Então, a questão que coloquei aqui: desafios próximos – matriz de responsabilidades e pacotes de projetos. Isso é compromisso nosso com o COI, isso nós temos que levar ao conselho para o conselho referendar e aprovar. Ou seja, o conselho vai aprovar essa matéria que é a mais importante que pode haver – matriz de responsabilidades e também qual é o pacote. Tem que discriminar qual o pacote, não é dizer: eu quero fazer algo. Não, já é algo discriminado com a matriz de responsabilidades. Então, é um papel importante.

A relação sempre é a melhor possível numa empresa em que o presidente do conselho tem a sua ascendência, tem a sua importância e o presidente da empresa faz o dia-a-dia, o diuturnamente, tem que atuar, tem que fazer o que está previsto no grande conceito dado pelo conselho público. Esse é o relacionamento, independente da relação pessoal, que é a melhor possível, somos colegas de Ministério. Não bastasse toda essa relação normal que existe numa empresa, tenho uma relação pessoal que é excelente da minha parte; nós nos entrosamos muito bem, Meirelles e eu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Senador e Governador Luiz Henrique, mais ou menos o que eu já respondi ao Senador Ferraço, a respeito de envolver outras cidades. A resposta é a mesma e a idéia é boa, de fazer uma promoção.

Haverá necessariamente, antes, promoção também no exterior, porque nós temos que ter uma atitude proativa nessa parte de turismo. Não é só projetar o Brasil, temos que aproveitar para trazer essa turma antes e depois. Hoje, o Brasil já é um grande nome no mercado turístico, seja pela Copa do Mundo, pelas Olimpíadas, os Jogos Militares, que estarão ocorrendo agora em breve. Então, é um grande apelo que existe, muita gente já vem aqui. Temos que ampliar esse esforço de promoção no exterior; creio que é um papel importante para a EMBRATUR, fazer essa promoção no exterior; as nossas Embaixadas também promoverem, para trazer esse pessoal para cá.

A sua ideia é boa: fazer uma amostra aqui para quem vem ao Brasil, sobre o que é o Brasil, do ponto de vista turístico, e estimular pacotes em que locais? O pessoal que vem de fora, geralmente, vem com pacote pronto. E se a gente puder juntar essa promoção lá fora com o que chega aqui também, é importante, porque as pessoas já vêm com bilhete comprado e vão fazer os seus percursos turísticos, jogando com uma compra que é feita lá fora.

O importante é que a gente aqui no Brasil possa orientá-los para o que é bom, para o que é bonito e para o que a gente possa mostrar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Permite-me Ministro?

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Uma sugestão seria já um entendimento com a autoridade olímpica com a Embratur, no Ministério do Turismo, para que a Embratur promovesse já uma reunião com os órgãos estaduais de turismo, esporte e cultura, para elaborar esse programa de divulgação lá fora, e de uma grande mostra durante as olimpíadas.

É a sugestão que eu queria fazer.

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Está anotado aqui, Senador Luiz Henrique. Promoverei isso.

Agora, quero lembrar aqui o que foi colocado: fazer da olimpíada um evento nacional. Quando fiz a apresentação eu mencionei duas atividades importantes aqui do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação: é o Segundo Tempo e o Mais Educação.

Exatamente, o que é que objetivam esses dois programas? Eu uso de uma expressão mais simples: é participar de uma grande peneira. Nós temos que peneirar, estimular, ver quem é que tem tendência para determinados esportes, apoiá-los, fazer os líderes. Porque nós estaremos, daqui a alguns anos... A primeira pergunta que me fizeram quando eu estava no Copacabana Palace, quando o Rio de Janeiro foi escolhido, me perguntaram: “Márcio, que obras vão ser feitas, pois eu estava no Ministério das Cidades?”.

Bem, obras nós temos muitas aqui no Rio de Janeiro e temos 7,2 bilhões de reais aplicados em obras de habitação, de saneamento e mobilidade. Pensei que vocês iam me fazer esta pergunta: Quantas medalhas nós vamos ganhar em 2016? Porque eu quero ganhar medalhas no sentido brasileiro. Uma coisa é o Presidente da APO, responsável pela estrutura toda, mas eu sou brasileiro. Acho importante que a gente ganhe medalhas.

Então é preciso fazer uma grande peneirada nacional para saber onde estão escondidos esses craques. Não é só o programa federal; os Estados têm também programas nesse sentido de estímulo; o Rio de Janeiro tem programas importantes. A gente tem que correr atrás para achar esses líderes, esses futuros campeões; eles têm que estar presentes. Mas eles têm que estar preparados, estimulados; temos que melhorar seus índices. Não é só porque o sujeito pulou 1,90m que ele é o máximo; ele pode pular 2,30m para quebrar o recorde lá. Para isso você tem que trabalhar, ensinar ele a pular, a saltar. Ele tem uma tendência; pode ser que ele pule só 1,40m e aí não vai. Eu, por exemplo, pulava no colégio 1,80m e nunca dei para nada. Mas eu corria, corria 1.000 metros. Mas nunca, ninguém falou para mim: "Márcio, você quer competir?". Ninguém me estimulou. Naquela época eu fiquei correndo 1.000 metros e acabou, com um índice baixo, é claro. *(Risos.)* O que nós queremos aqui é o grande rendimento e nós temos que correr atrás.

Então, a olimpíada a nível nacional está aí. Todo mundo tem ouvido; os Senadores e Deputados têm ouvido; os prefeitos, os governadores, todo mundo tem que correr atrás dessas medalhas; senão a gente pode ter uma olimpíada aqui brilhante, maravilhosa, como foi o Maracanã, em 1950, com uma realização brilhante, mas o Maracanã ficou marcado, por quê? Pela derrota do Brasil frente ao Uruguai. E não quero que alguém aqui diga que nós fomos para uma olimpíada e ganhamos poucas medalhas.

Então nós temos que ter uma grande olimpíada, mas o Brasil ser campeão também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Dr. Márcio Fortes.

Convido o Senador João Claudino e o Senador Luiz Henrique para fazerem a apuração, a fim de que a gente encerre mais esta reunião, meu caro Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

O SR. MÁRCIO FORTES DE ALMEIDA – Sr. Presidente, eu quero dizer que depois responderei à Senadora Marta Suplicy, que não está presente, com todo carinho. *(Pausa.)*

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou comunicar aqui a apuração feita pelos Senadores João Claudino e Luiz Henrique.

Foram apurados 18 votos SIM e 3 votos NÃO.

Aprovado o nome do Dr. Márcio Fortes de Almeida como Presidente da Autoridade Pública Olímpica. *(Palmas.)*

E quero encerrar esta reunião, primeiro parabenizando, mais uma vez, o nosso querido Márcio Fortes, competente, com uma vida pública exemplar, uma vida pessoal absolutamente digna.

Para mim, é uma honra ter presidido esta reunião em que votamos o nome do Dr. Márcio Fortes de Almeida para Autoridade Pública Olímpica.

Quero registrar, embora o Senador Benedito de Lira tenha levantado essa questão, que os nomes de autoridades já seguem imediatamente para o Plenário do Senado. Portanto, devemos votar hoje. Se houver alguma dificuldade, votaremos amanhã, mas a tendência é votar já hoje, porque o Brasil precisa que o Dr. Márcio Fortes comece a trabalhar logo, a partir de amanhã.

Quero só registrar aqui, também, que amanhã teremos a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se em 06 de julho de 2011, quarta-feira, às 10 horas, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa, Anexo II.

É uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 20 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial. São convidados o Dr. Robson de Andrade, da CNI e o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, da Abit, Dr. Luiz Aubert Neto, da Abimaq, Drª Eunice Cabral, da Conaccovest e o Dr. José Roberto Mendonça de Barros, economista.

Essa audiência se realizará amanhã, às 10 horas, aqui na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aos Senadores e Senadoras, à Imprensa e a todos que no acompanharam, muito obrigado.

Hoje foi, também, mais um dia muito produtivo da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero também terminar, pois não terminei ainda aqui, devido à burocracia... Amanhã, também, os Requerimentos de nºs 34 e 42 para tratar de um assunto palpitante, renovação de concessões. Isso vai ser feito em uma audiência pública junto com a Comissão de Infraestrutura, com a presença do Sr. Flávio Antônio Neiva, da Abrage, José Cláudio Cardoso

da Abrate, Nelson Fonseca Leite da Abradee, Paulo Skaff da Fiesp.

Amanhã, às 14 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 53 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia seis de julho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, ainda, do Senador Armando Monteiro, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço e Cyro Miranda. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar em viagem oficial, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, dos Srs. José Augusto Fernandes, Diretor-Executivo da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando o Sr. Robson de Andrade, Presidente da CNI; Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit; Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq; e Sérgio Marques, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados – Conaccovest, representando a Sra. Eunice Cabral, Presidente da Conaccovest, a fim de “examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução

do Custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo às transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência, e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para valorização do Real”, em atendimento ao Requerimento nº 20 de 2011-CAR, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Armando Monteiro, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Luiz Henrique está aqui falando da pauta extensa dos Senadores e Senadoras. Na CAE, estamos na 30ª reunião deste ano.

A pauta desta audiência: audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução do Custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo das transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para a valorização do Real.

Convidados: Dr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit); o Dr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); o Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria, representando o Dr. Robson de Andrade, Presidente da CNI; e o Dr. Sérgio Marques, que ainda estamos aguardando, que é Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest), representando a SRA. Eunice Cabral, Presidente da Conaccovest.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

1) Os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadores inscritos.

2) A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

3) Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT).

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Muito obrigado, Sr. Senador Delcídio do Amaral.

Gostaria de pedir licença ao senhor para, como mineiro, lembrar a pessoa do Ex-Presidente e Senador Itamar Franco, mineiro, recentemente falecido no sábado passado, um exemplo de probidade e de trabalho por nosso País.

Gostaria de registrar, em nome dos mineiros, nessa oportunidade, uma homenagem ao Senador Itamar.

Agradeço também ao Senador Luiz Henrique aqui presente, que é o Presidente, no Senado, da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil, e nós criamos uma Frente Parlamentar para discutir o nosso setor e o Senador Luiz Henrique nos representa no Senado e, o Deputado Henrique Fontana, na Câmara.

Teríamos a colocar para os senhores e, iniciando, gostaríamos de apresentar um pequeno vídeo, Srs. Senadores, Srs. Convidados, que representa efetivamente o processo de desindustrialização no País, a quem acredito não esteja ocorrendo. Nós, do setor têxtil/confeção, somos absolutamente flagrados e impactados por esse processo destrutivo da indústria nacional.

Esse vídeo que vou apresentar foi exposto em uma reunião da mais alta relevância, ocorrida na FIESP há mais ou menos um mês e o Presidente Paulo Skaff conseguiu fazer uma reunião onde estavam presentes mais de 500 empresários e toda a classe trabalhadora, CUT, CGT, Força Sindical. Foi o momento em que força do trabalho e capital juntos discutiram a desindustrialização.

Nesse evento, esteve presente o Vice-Presidente Michel Temer e o Ministro Fernando Pimentel.

Esse vídeo é uma cópia que trouxemos de lá e não trouxemos maiores documentos para entregar. Esse vídeo, por si só, em nossa opinião, fala.

Gostaria que, por favor, o colocassem.

O vídeo tem cinco minutos.

(Procede-se à tentativa de apresentação de vídeo.)

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Eu peço desculpas. Não houve compatibilização entre o *pen drive*

que trouxemos e o sistema da Casa, e posso garantir que o *pen drive* é chinês. Então, não funcionou.

Dentro disso, vamos fazer a nossa apresentação, porque o vídeo mostrava uma desindustrialização no amplo espectro. Lamentavelmente, não foi possível. Aí, vamos localizar o que está ocorrendo em nosso setor.

Então, por favor, o próximo.

Na nossa apresentação, na nossa entidade, nós vamos falar de relevância do setor têxtil, desequilíbrios e ameaças, barreiras de competitividade e mobilização para o desenvolvimento.

A desindustrialização pode ser definida como um declínio persistente da participação na sua produção no PIB e na participação dos seus empregos. É o que está acontecendo, e vamos ver o quanto participa no PIB hoje o setor produtivo, a indústria de transformação. E a característica fundamental – são dois pequenos resumos de desindustrialização – de um processo de desindustrialização é a perda relativa de dinamismo da indústria na geração de renda e emprego na economia. Isso é um fato. A nossa indústria de transformação está perdendo bastante peso na formação da economia, na geração de emprego e renda em nosso País.

Esse quadro por si só também explica a comoditização das exportações. Nosso setor, a indústria como geral, não é contra a exportação de *commodities* em hipótese alguma. *Commodities* são um *plus* que este País tem, um privilégio que o nosso País tem, mas a comoditização das nossas exportações é um caso muito sério. Sou daqueles brasileiros que pensam que seria muito melhor nós exportarmos o óleo de soja do que o grão de soja. Seria muito mais importante exportarmos aço do que o minério de ferro. Isso não é uma utopia da nossa parte; isso é uma vontade de quem ama este País.

Aí, vemos que, na pauta das nossas exportações, somente 39% são produtos industriais; os demais itens – produtos primários, agrícolas, combustíveis e energia – representam quase 60% da nossa pauta de exportação. Isso é um número, claro, preparado inclusive na fonte Alice – MDIC.

As nossas importações – aqui está o grande problema. Srs. Senadores, Senador Delcídio Amaral, Senador Luiz Henrique, esse é o grande problema que nosso País está vivendo. Das nossas importações, 76% são produtos industriais; combustíveis e energia, 17%; produtos primários e produtos agrícolas, basicamente nada. Então, estamos introjetando neste País, à custa de não geração de emprego neste País e à custa de geração de emprego em outros, principalmente China,... Esse é o quadro da nossa pauta de exportação e de importação.

Próximo.

Mostra que os importados hoje... Gosto muito de dizer que não somos xenófobos, que não somos contra a importação. Hoje, o mundo é totalmente diferente, mas temos de prestar atenção em que 23% do nosso consumo doméstico, no amplo espectro, já são produtos importados. E isso já foi a coluna de importação aqui. Por exemplo, em 2008, 2009, 2010, ele teve uma queda em função da crise e está com 22,7% de produtos importados, da participação, e a fatia dos exportados em tudo o que produz o Brasil, 19,2%.

Na nossa balança comercial, só para ser rápido, houve um déficit na balança comercial da indústria de transformação – não a balança comercial como um todo. Na balança comercial, nós tivemos um déficit de US\$52 bilhões em 2010. Há uma projeção de US\$100 bilhões para 2011. Isso pode representar uma não geração de emprego catastrófica para o nosso País. Então, há um caminho da indústria de transformação; tem um déficit de US\$100 bilhões. Isso representa aproximadamente dois milhões de empregos não gerados na indústria de transformação.

Próximo.

Agora eu vou especificar o nosso setor.

O setor da indústria têxtil de confecção brasileira representa... O mundo hoje tem um movimento de US\$856 bilhões de têxtil e confecção.

Volta, por favor. Volta, por favor.

Então, a nossa indústria está inserida em um mercado mundial que movimenta US\$856 bilhões. Isso é o segundo ou quarto movimento financeiro no mundo – isso em termos mundo.

Próximo.

Esse é um outro número bastante relevante do nosso setor.

Aqui nesta linha nós temos a renda *per capita* do brasileiro. Em 2011, nós vamos ter uma renda *per capita* de R\$15 mil, e um consumo *per capita* de têxteis de 12.8kg.

Em 2014, por tudo isso que está acontecendo no Brasil, os pontos positivos que estão acontecendo no Brasil, não há como negar, o Brasil está numa situação favorável de distribuição de renda, de crescimento, não há como negar, existe uma expectativa de termos uma renda *per capita* de R\$18 mil. Isso vai representar um consumo *per capita*/ano de têxteis de quase 20kg.

Caso isso ocorra e a gente, porventura, tenha um equilíbrio na importação da China, o nosso setor vai poder crescer muito, mostrando que existe uma possibilidade de consumo importante.

Próximo.

A quantidade de empregos gerados. Isso, Srs. Senadores, num trabalho do BNDES, mostra, acres-

cendo um faturamento de R\$10 milhões, como que o setor têxtil/confecção responde na geração de emprego. Então, com um aumento de R\$10 milhões de faturamento, nós podemos gerar, na nossa cadeia, 1.382 empregos, porque nós somos intensivos em mão de obra, nós não somos intensivos em capital, então faz uma fatura muito grande – vamos assim dizer – esse aumento de faturamento, e o Brasil tem que se preocupar com isto, o nosso problema de geração de empregos.

Próximo.

Aqui, Srs. Parlamentares, mostra a relevância econômica do setor têxtil de confecção. O nosso setor hoje tem um ativo, um parque industrial, de R\$80 bilhões. Então, o que foi construído neste País só em ativos imobilizados, vamos assim dizer, R\$80 bilhões; nós somos 30 mil empresas; nós geramos 8 milhões de empregos; o setor têxtil/confecção é o segundo gerador de empregos na indústria de transformação; geramos 8 milhões de empregos; o nosso faturamento anual é de R\$90 bilhões, e representamos 3,5% do PIB.

Próximo.

Este quadro, eu o reputo bastante relevante, a fonte é o IPCA. Desde o Plano Real, que fez dezesseis anos no dia 1º, durante esse período, a energia elétrica – como se sabe, o Brasil tem a segunda energia elétrica mais cara do mundo – subiu 519%, gás natural, habitação, e o IPCA geral foi 260% nesse período. O setor têxtil de vestuário teve um crescimento de 147%. Então, além de toda a geração de emprego que o setor consegue, nós estamos sendo âncora de inflação. Nós estamos quase na metade da variação do IPCA. Então, o setor têxtil é um dos componentes de segurar a inflação, que é um problema que este País tem de debelar.

Próximo.

Este quadro eu gostaria da atenção dos senhores. A relevância deste quadro nos motiva bastante, inclusive para trabalharmos fortemente para o nosso setor. Isso é da indústria de transformação, o PIB da indústria de transformação. O setor têxtil representa 3% do PIB. O setor de vestuário e acessórios, 1,9% do PIB, os dois dão 4,9. A gente tem conversado e trabalhado que têxtil, vestuário e calçados é uma coisa só, e são setores que estão sofrendo, realmente, um ataque injustificado, não igualitário nas importações.

Então, esses nossos dois setores representam 6,8% do PIB. Podemos comparar a formação disso com, por exemplo, indústrias, veículos e automotores, representam 7% do PIB da indústria de transformação. Então, têxtil, vestuário e acessórios, calçados e artigos de couros praticamente representam o PIB da indústria de veículos automotores. Interessante que o

refino de petróleo e álcool representa 7,9% do PIB e nós, esses três setores, 6,8%.

Na geração de empregos... Eu falo muito, Srs. Parlamentares, que o Brasil tem dois problemas, na nossa opinião: geração de empregos e educação. Um depende do outro; o que vem na frente... Mas se nós atacarmos educação, neste País e geração de empregos, acho que muito vai ser resolvido na nossa situação.

E no setor de emprego, têxtil e confecção representam 10,6% de emprego na indústria de transformação. Se acrescentarmos calçados, 16,5%. Nós estamos abaixo de alimentos e bebidas, que realmente é o grande gerador de empregos da indústria de transformação.

Eu gosto de comparar com os demais setores, que são os que realmente têm uma participação de mídia – vamos dizer – maior. Mas vamos comparar, por exemplo, com automotores, máquinas e equipamentos; metalurgia básica; refino.

Então, a geração de emprego nossa é absolutamente importante e não podemos, em hipótese alguma, desperdiçar essa capacidade de geração de empregos que os nossos setores embutem e para os quais trabalham.

Próximo. Eu falo muito que são mais de 8 milhões de empregos diretos e indiretos. Esse número é absolutamente fantástico. Oito milhões de empregos gerados neste País por um setor é uma coisa realmente muito forte. O setor alavanca o primeiro emprego. É o principal contratante das mulheres. Setenta e cinco por cento dos trabalhadores da indústria têxtil e de confecção são mulheres. E no primeiro emprego há mulheres que são arrimo de família. Há absorção de todos os níveis e é uma alternativa consistente para programas de transferência de renda.

Sobre esse quadro de transferência de renda, eu me lembro, os senhores me permitam, de uma reunião que nós tivemos uma vez com o Presidente Lula e ele falou uma coisa que eu guardei: uma ponte pode esperar, um viaduto pode esperar, mas a fome não pode esperar. Eu guardei isso do Presidente falando quando ele estava lançando esse problema de transferência de renda.

O nosso setor pode ser um setor emancipatório do Bolsa Família. Nós temos 11 milhões e 300 mil famílias no Bolsa Família. O setor têxtil e de confecção é emancipatório e não compensatório. Nós podemos gerar emprego e renda neste País inteiro. O nosso setor está capilarizado. Não tem um município brasileiro que não tenha algo do nosso setor. Então, a gente pode ser emancipatório no problema de transferência de renda.

Próximo. Estou sendo um pouco rápido. Aqui nós já falamos da relevância econômica, gerador de empregos, âncora da inflação e perspectiva de crescimento.

A capacidade competitiva é de 30 mil empresas. Micro e pequenas empresas.

Próximo. O cenário de ameaça. Esse é um grande fato. Em 2004 e 2005, o nosso setor era superavitário na balança comercial. Aqui tem a nossa linha da importação. Aqui, o dólar, o câmbio, que é um problema. Nós sabemos que é de uma solução difícil. Nós não estamos aqui para falar para os senhores Parlamentares que a solução é um câmbio de 2,20 amanhã. Isso não funciona. Nós sabemos. Mas esse quadro mostra, Sr. Senador Delcídio do Amaral, como está indo a nossa balança comercial.

Em 2010, tivemos um déficit de 3,5 bilhões de dólares e uma estimativa, para 2011, de 5,2 bilhões. Eu falei aqui que a indústria de transformação vai ter um déficit de 100 bilhões esse ano. Nós estamos aí com 5% de déficit da indústria de transformação. Isso é importante para que a gente possa ver a dificuldade do setor.

Próximo. E há uma possibilidade de nós perdermos 200 mil postos de trabalho com esse déficit. E eu gosto de dizer que quando o Presidente Obama esteve aqui no Brasil, ele falou uma coisa que é importante que a gente veja: com um bilhão de dólares que os Estados Unidos exporte, cinco mil empregos são gerados. Então, nós temos que nos preocupar mesmo é com geração de emprego. E aqui estamos perdendo 200 mil postos de trabalho.

Próximo. Aqui, Srs. Parlamentares, mostramos o crescimento da

Aqui, Srs. Parlamentares, mostramos o crescimento da importação. Olha a desindustrialização aqui. A importação de confeccionário, de vestuário. Nós tivemos um aumento 16 vezes. Isso é muito ruim e prejudica terrivelmente o nosso setor.

Próximo.

Barreiras de competitividade.

Próximo.

Esse quadro foi da CNI. Foi uma reunião. Está aqui presente o Senador Armando Monteiro. A fonte é um trabalho da CNI. À época, tivemos a oportunidade de o Senador nos mostrar esse trabalho e nós o colocamos. Foram analisados pelo *The World Economic Forum* 133 países. O Brasil – o setor público brasileiro – é o 128º país do setor público em termos de competitividade. E o setor privado brasileiro? Pasmem, senhores! É o 27º país no setor de competitividade. Então, mostra que a indústria nacional é competitiva; a indústria nacional inova, investe.

Agora, na hora em que você vai na média, nós estamos terrivelmente abaixo. Olha a China e esses outros países em relação ao setor público? Esse trabalho é do *The World Economic Forum* e nós tivemos

acesso a ele numa reunião em que o Senador Armando Monteiro nos passou.

Próximo. O que é o limitador da nossa competitividade, sem a gente querer entrar? A carga tributária, a deficiência na defesa comercial. Senador Delcídio do Amaral, nós tivemos uma informação de que no Decom, Departamento de Defesa Comercial, do MDIC, trabalham vinte pessoas. Tem vinte pessoas trabalhando no MDIC para defesa comercial. Isso é uma situação calamitosa. Custo de capital elevado, custo de infraestrutura, crescimento das importações e desequilíbrio cambial. Então, na nossa opinião – não vamos discutir esses itens em profundidade, para já ir cambiando para o fim – são os limitadores da nossa competitividade.

Próximo.

Esse quadro é muito interessante.

Próximo. Próximo. Próximo. Próximo.

Esse quadro mostra o seguinte, pessoal: há nove estados brasileiros que dão incentivos para importação. Nesses nove estados brasileiros que dão incentivo à importação, a importação de têxtil e confeccionado aumentou 1.111%, fruto de um incentivo à importação de têxteis. Isso facilitando a entrada de produto importado.

Próximo. Aí mostramos a nossa energia elétrica, que é uma coisa absurda. É não-competitividade. O Brasil tem a segunda energia elétrica mais cara do mundo, comparável com o Canadá; e o Canadá tem a mesma matriz energética do Brasil: 75% de energia hidráulica.

Próximo. Próximo. Esse quadro mostra... Esse é um quadro claro da desindustrialização. Eu tenho pra mim que não precisaríamos falar muito além disso. Estamos mostrando que em 1985, a indústria de transformação participava com 27,2% do PIB – na formação do PIB. Hoje, tem 15,8% na perspectiva de 2010. Existe uma perspectiva para 2014 chegar em torno de 13% a participação da indústria de transformação na formação do PIB brasileiro. Esse quadro serve para refutar aqueles que acreditam que não há desindustrialização no País.

Próximo. Próximo. Próximo.

E foi a Frente Parlamentar.

Aqui na Frente Parlamentar, de que o Senador Luiz Henrique é o Presidente aqui no Senado, nós temos uma defesa comercial importante. Nós precisamos fortalecer a defesa comercial deste País e não permitir que a China seja reconhecida como economia de mercado. Nem o chinês acredita que ele seja economia de mercado, então nós não podemos reconhecer.

Próximo. Esse é um quadro importante. É o PMDR. Por muito pouco, isso passava na Câmara dos Deputados. É a Medida Provisória 482, art.12. Aconteceu em 8 de junho de 2010, às 19 horas. Isso estava em votação na Câmara, não passou. É que 49 países iriam

ter incentivos para exportar para o Brasil sem certificado de origem e sem nenhum sistema de alíquota. Felizmente, isso está em *stand by* ainda na Câmara dos Deputados.

Próximo. A tributação. Nós sabemos do que precisamos.

Próximo. Desoneração de folha. Fardas do Exército. Eu falo muito que hoje 90% das fardas que o Exército Brasileiro usa são importadas. Eu torço para que no próximo 7 de Setembro que houver – falando como brasileiro – haja uma chuva muito grande e essas fardas encolham e desbotem durante o desfile de 7 de setembro.

Agilização da regulamentação da margem de preferência. É inadmissível que o Exército Brasileiro seja vestido com fardas da China. É questão de brasilidade.

Próximo. É o custo da infraestrutura, redução de energia elétrica, que a gente não precisa discutir muito.

Próximo. Esse é o quadro da nossa cadeia - já estou terminando, Senador – têxtil de confecção. Ela tem insumos químicos, máquinas, e equipamentos. Há fibras e filamentos naturais. O Brasil é um grande produtor de algodão. A cotonicultura brasileira em Goiás, Mato Grosso, Bahia e, agora, em Tocantins está revolucionando a cotonicultura de todo o país. O Brasil é autossuficiente em algodão.

Então, nós temos um trabalho na produção de matéria-prima de algodão dos mais fantásticos. Produtos químicos, têxteis, fiação, malharia, tecelagem, acabamento, e por aí vai. E hoje 25% do consumo aparente do têxtil de confecção já é importado, $\frac{1}{4}$ já é importado.

A importação da cadeia aumentou 222% nos últimos sete anos e mais recentemente observamos o crescimento das importações de produtos confeccionados. Nos últimos sete anos, o crescimento das importações de vestuário foi 423%. O vestuário mata a cadeia produtiva, mata. Ela realmente mata e desemprega. O termo é mata. Por exemplo, uma roupa confeccionada que entra no Brasil; se ela entrar no Brasil nos trâmites normais, a nossa entidade - a ABIT - não questiona. O que a gente questiona é a forma incorreta e isonômica de entrada de produtos no Brasil.

Então, as importações desleais estão crescendo. É inadmissível, mas acontece. Vou repetir. Nós temos vinte pessoas no Decom, Departamento de Defesa Comercial. Vinte! Segundo eu ouvi dentro do Mdic. Então, o que acontece com as importações desleais? As importações desleais começam a matar a cadeia. Então, vai acabando. Acaba a malharia...E o que vai acontecendo com a nossa cadeia? Vai morrendo, vai morrendo nessa cadeia. Morre a próxima, morre a próxima, vai morrendo, acaba. E aí ficam os oito milhões

de empregos e as trinta mil empresas; ficariam. Mas aí as importações desleais continuam crescendo.

O próximo. Acabam as empresas e acabam os empregos. E o que acontece? O mercado brasileiro de têxtil confeccionado vai ser dominado, seria dominado, pode ser dominado, talvez venha a ser dominado, pelas importações desleais. E o que acontece? As importações desleais dominam, passam a dominar. E o que a gente quer? Qual seria o caminho? A gente só quer uma coisa, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares. O setor têxtil de confecção só quer uma coisa.

Nós tivemos uma reunião com o Ministro Mantega, com o Ministro Pimentel, talvez tenhamos com a Presidente Dilma. Com o Ministro Pimentel e o Ministro Mantega, não falamos em dinheiro a fundo perdido, não falamos que precisávamos de um dólar a US\$2,20 no mês que vem, só uma coisa. Porque, se nós não fortalecermos a confecção do país, a confecção – falo a confecção -, nós não vamos ter saída.

Então, a gente pleiteia, para gerar oito milhões de empregos, que precisaríamos de uma criação imediata, num senso de urgência, porque o senso de urgência tem de prevalecer. Nós não temos mais muito tempo. Então, a gente precisava – é o pleito que deixo na Casa – falo isso, representando oito milhões de trabalhadores, da criação, em caráter de urgência, de regime diferenciado de tributação para confecção. Não estou falando de toda a cadeia, não estou falando do produtor de tecido, do produtor de malha, do produtor de algodão, mas de um regime diferenciado para a confecção que permita a essa indústria intensiva mão de obra ganhar escala e recuperar a sua competitividade.

O que está acontecendo, pessoal? O importador de tecido está parando de importar tecido e importando a roupa; e a roupa que entra neste país mata uma cadeia que representa oito milhões de trabalhadores. Isso é dado. Se a gente pegar o Caged e mostrar que um emprego gera quatro, na nossa indústria, a gente teria condições.

Então, esse é o nosso pleito. Na reunião que talvez tenhamos com a Presidente, nós vamos falar um pouco e mostrar para a Presidente que precisamos de um diferenciamento. Qual? Estamos estudando, vamos estudar, precisamos de reunião, de apoio, e de uma relevância absoluta para manter esse trabalho. A defesa da confecção é a saída de emergência para a ameaça que sofre a indústria têxtil brasileira.

Esse é o nosso trabalho, esse é o nosso empenho, para que o nosso País não seja entregue, de uma forma ingênua e primária, a outros países.

Era isso, Senador Delcídio. Desculpe-me se ultrapassei o meu tempo.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Obrigado, Dr. Aguinaldo Diniz Filho, da ABIT.

Agora, passo a palavra ao Dr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Abimaq. Quinze minutos é o tempo regulamentar.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Vou ser rápido. Acho que a gente tem de entrar no debate desse tema da desindustrialização. Agradeço o convite para a Abimaq estar aqui. Eu só quero dar um exemplo, no caso particular.

Ontem, estive no Rio de Janeiro. A minha empresa foi fundada em 1950, pelo meu pai e meu avô. Estive no Rio de Janeiro, com um cliente meu, no metrô do Rio especificamente, que hoje é privatizado. Eles importaram agora da China quase US\$300 milhões em trens e vagões – US\$ 300 milhões, só para dar o exemplo. Então, eu deixei de vender as minhas engrenagens, os associados da Abimaq deixam de vender os freios, as molas, rodas. Só quero dar esse exemplo a vocês do que está acontecendo.

Esse processo de desindustrialização no Brasil – e os números do IBGE, quando saem, estão muito atrasados – está muito acelerado. Nós estamos sentindo isso na pele. Esse negócio está acelerado demais. E é fundamental que os Srs. Senadores que estão aqui ouçam esse grito de alerta, não só dessas duas entidades que estão aqui, mas de toda indústria de transformação. Vou mostrar alguns números para vocês.

Primeiro, quero mostrar...

Volte, por favor, pois acho importante colocar o tema aqui.

Que tipo de país vamos querer ser?

Se nós vamos querer ser um Brasil potência ou se nós vamos transformar isso aqui num Brasil colônia; se nós vamos continuar exportando pau-brasil, para importarmos colarinhos, miçangas. Bom, vamos lá. Se vamos ser potência ou colônia.

Primeiro, quero falar rapidamente o que é a Abimaq. Nós temos uma série de principais, em São Paulo.

Passa para o outro quadro.

A Abimaq foi fundada em 1937. É uma entidade que tem mais de setenta anos na história do Brasil e foi justamente formada pelo sindicato da indústria têxtil. Quando o Aguinaldo fala que você está importando tecido, estou deixando de vender a máquina que fabrica a camisa, o terno, esse negócio todo. Nas trinta câmaras setoriais que existem na Abimaq, a câmara que está sofrendo mais é a de máquinas para a indústria têxtil. Nós não temos mais fabricantes de teares, de tudo isso que a indústria precisa. É tudo importando agora, Aguinaldo.

A Abimaq representa 4.500 empresas em todo o Brasil. Dentro da Abimaq, nós temos mais de 1.500

empresas associadas. A Abimaq é contra a contribuição, pois ela é compulsória. Essas 1.500 empresas que são associadas à Abimaq pagam voluntariamente, como se fossem sócias de um clube. E o que representa? Hoje, 30% da indústria brasileira de máquinas e equipamentos é associada da Abimaq; é maior que a Alemanha. Na Alemanha, não chega a 25%. Isso é um recorde mundial.

Bom, e no nosso setor, nós geramos mais de 250 mil empregos diretos. É o setor cujo salário médio é de R\$3 mil sem encargos, Senador. É o setor que mais paga salário. Outra coisa, o tempo médio de estudo no nosso setor é de 9 anos. É comparável à Coreia. Nós estamos comparados com a Coreia. Exige educação. Outro termo de comparação, é que falamos muito da indústria automotiva. A indústria automotiva emprega diretamente 150 mil empregos diretos. Nós temos quase o dobro da indústria automotiva dentro do nosso setor. É por isso que a indústria automotiva tem 25 empresas; quando vem uma crise, ela manda duas mil pessoas embora, três mil embora, e todo mundo tem um alerta.

No nosso setor, é aquilo que a gente não percebe. Uma pequena indústria fecha aqui, são vinte empregos que nós perdemos aqui; vinte empregos que nós perdemos lá. Isso, quando soma, no total, dá um estrago muito grande.

Vamos para frente.

Bom, na Abimaq, nós temos todos esses escritórios regionais. São doze escritórios regionais, em Recife. E aqui está o Senador Armando Monteiro, começou como Diretor Regional da Abimaq, há muito tempo – Senador, obrigado pela sua presença – e hoje está, Senador, representando também os interesses da indústria nacional.

Deixem-me abrir um parêntese aqui. A Abimaq, há cinco anos, abriu um escritório em Beijing, na China. Por que abrimos um escritório em Beijing, na China? Porque é justamente isso aqui: se tenho o maior concorrente meu e ele está fazendo um estrago aqui, quero conhecer esse concorrente meu e ver o que posso vender lá. Vou lá ver. Quero vender na China. Fui obrigado, há três meses, a fechar o escritório na China, por quê? Começou a virar o portal do mal. E por que portal do mal? Todos empresários que iam lá procurar nosso escritório não queriam vender, mas trazer representantes para virar representantes de indústrias chinesas aqui no Brasil. Não vou facilitar isso. Fechamos esse escritório.

Próximo, por favor.

Aqui vão entrar os números do setor. O nosso setor, nesse ano, vamos faturar R\$77 bilhões. Não recuperamos a crise de 2008. Em 2008, faturávamos quase R\$84 bilhões. E o faturamento não quer dizer

muita coisa. Boa parte desse faturamento, e vou mostrar aos senhores como está sendo feito, o IBGE não pega isso. Na minha empresa – a minha empresa que eu falo é fabricantes de máquinas e equipamentos –, hoje importo da China, trago para dentro da minha empresa, troco a plaquetinha *xing-ling*, pinto a máquina e revendo essa máquina, porque conheço o mercado. Isso entra no faturamento, mas não significa que estou fabricando. É como o Paulinho falou outro dia: “Não estou nem mais apertando parafuso”. Estou trazendo essa máquina da China, entra na minha empresa e revendo essa máquina aqui dentro. Então, faturamento, em si, não quer dizer nada e lá na frente vou mostrar o efeito disso tudo aqui.

Próximo, por favor.

Aqui são dois quadros comparativos para vocês terem uma ideia do estrago que o câmbio, esse dólar maluco, está fazendo no nosso setor. As nossas exportações, em 2004 – peguem esses números porque lá na frente vou voltar para eles –, quarenta e três por cento do nosso faturamento, metade disso, senhores, para países do primeiro mundo. A Alemanha é o segundo maior comprador de máquinas do Brasil. Sabem o que é a Alemanha, que é o maior fabricante de bens de capital, ser o maior importador de máquinas do Brasil? Isso significa o quê? Que a indústria do Brasil é competitiva. É o Brasil que não está competitivo. Deem uma olhada o que perdemos agora nas nossas exportações. Isso não recupero nunca mais com esse câmbio. Eu exportava 43%, mas, hoje, cai pela metade, 23%.

Agora, mercado interno. Olhem como estou perdendo no mercado interno? As importações aqui, em 2004 e 2005, representavam mais ou menos 40% do consumo. Hoje, quase 60% do consumo já é máquina importada. Isso também vou mostrar lá na frente mais detalhado.

Próximo, por favor.

Deem uma olhada na balança comercial nossa. Em 2004, praticamente, o saldo da nossa balança comercial era negativo em 602 milhões. Isso daqui é o número de empregos que deixamos de gerar aqui no Brasil, porque, a cada US\$1 milhão de faturamento ao ano, segundo o IBGE, o nosso setor gera 5,6 empregos. Nesse ano aqui – deem uma olhada nesse número, por favor, senhores –, o déficit da balança comercial só de máquinas e equipamentos vai ser superior a US\$20 bilhões. Só nesse ano, vamos gerar lá fora quase 34 mil empregos diretos. Nesses últimos 7 anos, geramos lá fora 191 mil empregos diretos.

Próximo, por favor.

Deixem-me falar um pouco aqui e entrar na parte esotérica da coisa para firmar o conceito. O que é a

pedra filosofal, que os alquimistas tanto procuravam? Quais eram os dois vetores que Merlin, o mágico, Saint Germain, os alquimistas procuravam? Primeiro vetor, quero ter vida eterna. Para que vida eterna? Para poder conhecer mais, para ter o poder do conhecimento e poder transformar. Segundo vetor da pedra filosofal, qual era? Transformar metais que não tem valor em ouro, transformar em riqueza. Então, o princípio da pedra filosofal é conhecimento transformando em riqueza. Vamos ver se a gente não faz essa alquimia? Se eu pegar o minério de ferro, colocar alguns componentes lá dentro, levar ao fogo, que tanto transforma, fazer chapa de aço, transformar em máquina, gerar um navio, isso não é alquimia? Não estou transformando em riqueza pegando matéria bruta e fazendo isso? Se pegar o algodão e transformar em tecido, transformar em roupa, não é alquimia? Se pegar a bauxita, pegar a alumina, levar para o fogo e transformar isso em alumínio, um metal maleável que não enferruja, olhem a alquimia que tem nisso. Transformar areia em vidro, e por aí vai. Alquimia: conhecimento gerando riqueza.

Próximo, por favor.

Qual é a pedra filosofal dos países desenvolvidos, dos países que são ricos, e são neles que temos que nos modelar? Qual é a pedra filosofal dos países desenvolvidos?

Próximo, por favor.

É que não existe país desenvolvido que não tenha uma indústria de transformação desenvolvida. Isso é regra! Não existe país que não tenha. Quero pegar um exemplo com vocês. Me citem um país que seja rico em petróleo ou que seja rico em *commodities* e que seja um país rico, rico em distribuição de riqueza? (*Pausa.*)

É esse silêncio mesmo. Não existe! Só existe um país que deu certo: a Noruega. O que a Noruega está fazendo? Ela exporta petróleo e criou um fundo. Setenta por cento desse fundo está sendo investido maciçamente em educação em três setores nos quais ela disse que seria imbatível. Quais são? Equipamentos para petróleo, papel e celulose e equipamentos eletroeletrônicos.

Agora, me falem um país que não tem uma indústria de transformação forte que não seja um país rico? Podem pegar Alemanha, Japão, Estados Unidos, França, todos têm isso. E os países que estão desenvolvendo agora? Peguem a Coreia e vejam o que a Coreia está fazendo. Vejam o que a China está fazendo. Estão fazendo isto, o conceito da pedra filosofal, investimento maciço em educação para gerar riqueza e desenvolvimento.

Próximo, por favor.

Leiam essa frase comigo, por favor. É fundamental isto: é evidentemente que nada contribui mais para

promover o bem-estar público do que a exportação de bens manufaturados e a importação de matéria-prima estrangeira. Sabem quando foi dita essa frase? Em 1721, no Parlamento britânico. Há dois séculos e meio. Sabem o que o Primeiro-Ministro da Inglaterra fez nessa época, em plena Revolução Industrial? Proibiu que a Inglaterra exportasse lã de carneiro. Aqui ninguém vai exportar lã de carneiro. Vamos exportar produtos derivados de lã de carneiro. Vou agregar valor. Pedra filosofal. Conhecimento. Sabem o que a Inglaterra...

Aconselho a todos os senhores a lerem esse livro *Chutando a escada e Maus samaritanos*, que falam tudo isso aqui. Está lá. Em 1721, foi dita essa frase.

Sabem o que a Inglaterra fazia se um técnico inglês que conhecesse todo processo da indústria têxtil saísse da Inglaterra e fosse para outro país levar esse conhecimento? A mesma coisa que os Estados Unidos fez com o Bin Laden. Jogava no mar, matava. Você não vai levar conhecimento. Pedra filosofal. Conhecimento.

Próximo, por favor.

Os exemplos já falei. Não vou entrar mais em detalhe sobre isso.

Próximo, por favor.

E o modelo brasileiro? Para onde o Brasil está indo. Vou mostrar para vocês que não tenho dúvida nenhuma de que estamos acabando com a indústria de transformação brasileira, estamos reprimarizando a nossa economia, estamos completamente contrários ao conceito de geração de riqueza. O Brasil é um país rico em matéria-prima, mas vamos condenar esse País a ser eternamente pobre se não mudarmos esse modelo econômico, que não é de hoje. Ele vem desde a década de 80.

Próximo, por favor.

Deixem-me dar alguns exemplos para os senhores para conceituarmos mais isso aqui. Café, que foi o primeiro produto de exportação do Brasil. O Brasil é o maior produtor de café do mundo. Vocês sabem qual é o país que mais exporta café industrializado? É a Alemanha, sem ter um pé de café. Ela importa café do Brasil e da Colômbia, faz aquele *blending*, agrega valor. Pedra filosofal: pego a matéria-prima, agrego valor e exporto café. A Alemanha, sem ter um pé de café!

Soja. O Brasil é o país campeão do mundo em produtividade de soja. Temos a maior produtividade de soja do mundo. Hoje, 76% das nossas exportações de soja é de soja bruta, enquanto nossas exportações de óleo de soja e farelo de soja estão caindo.

Vou dar um exemplo agora para os senhores. Sabem o que a China está fazendo? A China é a maior importadora de soja hoje do Brasil. A China é maior importadora do minério de ferro do Brasil. Tem aquela frase lá, aquela frase de dois séculos e meio

atrás. Sabem o que a China está fazendo na Bahia? Está criando a maior processadora de soja do mundo. Investimento de R\$1,5 bilhões para fazer o quê? Criar a soja Brasil-China aqui no Brasil, para exportar óleo de soja para a China, por quê? Porque a China sabe que, importando soja bruta, 80% que tem lá é água. Então, vai industrializar isso, criar riqueza nisso aqui.

Vamos pegar papel e celulose? O Brasil hoje, por causa das condições climáticas que temos aqui, o eucalipto tem uma produtividade três vezes maior do que no mundo todo. Hoje, 95% da nossa produção de celulose são exportados e 60% do consumo do papel que temos aqui são importados. Vão vendo essa relação.

Vamos pegar o algodão, ligado à Abit. O Brasil hoje é o maior produtor de algodão do mundo. A maior produtividade do campo de algodão do mundo. Exportamos quase todo o nosso algodão para a China. Para quê? Números que a Abit apresenta hoje aqui: saldo déficit da balança comercial de tecidos do Brasil: US\$5 bilhões. Como pode? Nós temos a riqueza, a pedra filosofal. Eu tenho a riqueza e estou mandando isso tudo para fora para poder importar. Há os números da Abit aqui que não me deixam mentir.

Há mais outros exemplos para mostrar para os senhores.

O pré-sal brasileiro, grande riqueza que nós temos. Hoje, 10% das nossas exportações já são de óleo cru, e o maior déficit da balança comercial brasileira é de derivados de produtos de petróleo, resinas, tudo isso aí. Só a Abiquim vai ter um déficit na balança comercial este ano de mais de US\$ 30 bilhões. De novo o conceito de pedra filosofal: leva minha riqueza para fora e importo o produto agregado.

Alumínio. Há vinte anos que não sai mais um projeto novo no Brasil de uma indústria de alumínio, Senador. Nós temos as maiores reservas de bauxita e de alumínio. Deus nos deu essa graça. E por que não sai mais nenhum projeto novo de fábrica de alumínio no Brasil? Foi aquilo que a Abit mostrou: nós temos a energia elétrica mais cara do mundo, e que é o principal produto. Então, hoje, neste ano, na primeira vez da história do Brasil, nós estamos importando alumínio, mesmo tendo as maiores reservas de bauxita e de alumínio do mundo.

Querem ver outros exemplos? Vamos lá.

Minério de ferro, que é o principal insumo da indústria de máquinas e equipamentos. O Brasil hoje é o maior exportador de minério de ferro do mundo. Dá uma olhada nisto aqui. O saldo da nossa balança comercial, que mostrei para vocês, é de US\$50 bilhões negativos, nos últimos sete anos, mandando minério de ferro para a China e importando máquinas a US\$5.00, US\$6.00 o quilo. Depois quero passar isso para o Senador para

mostrar isso para o senhor. Então, é isso. Estamos aqui completamente contrários aos que éramos.

Olhem o saldo da balança comercial não só do nosso setor, mas da indústria de transformação nos últimos sete anos: é superior a US\$100 bilhões.

Vamos mostrar isso um pouquinho mais para frente.

Dá uma olhada no que saiu aqui no *Valor Econômico*. Quero que vocês peguem o conceito da pedra filosofal. Olhem o que saiu no *Valor Econômico* no dia 7 de junho: "União Européia tenta garantir oferta de matéria-prima do Brasil". Dá uma olhada no que está escrito aqui: "A União Européia acredita que, se conseguir vincular o Brasil, um dos grandes produtores mundiais de minério, ao conceito de que nenhum país deve restringir exportações de matéria-prima..." Estão vendo o conceito? E olhem, lá na frente, o que a mesma matéria fala: "A Europa restringe a entrada de produtos brasileiros de duas maneiras: na área industrial, com altas tarifas impostas sobre itens de maior valor agregado."

Pelo amor de Deus! Por que nós não fazemos isto, defesa comercial? Por que os países de primeiro mundo há dois séculos e meio fazem isso e nós não podemos fazer isso? Qual é a vergonha de fazer isso? Qual é a vergonha de barrar produto chinês? Porque são os maiores clientes nossos que estão levando as nossas riquezas? Está aqui.

Quer passar para o próximo.

Hoje, *commodities* já representam 71% das exportações do nosso País. É ou não é a reprimarização da nossa economia? Isso aqui está acabando com a indústria brasileira, com a indústria de transformação. Não estou pedindo para o meu setor. Estou aqui pedindo para o Brasil. Se nós não mudarmos essa situação, o nosso futuro está comprometido.

Passe à frente, por favor.

Deem uma olhada nisso aqui de rentabilidade, rapidamente.

Quem aqui corta madeira – vamos falar legalmente? A rentabilidade dos produtores de matéria-prima é de quase 30%; quem agrega valor, fabrica móveis, 7%; celulose, 31% de margem; quem agrega valor, 10,5%; refino de petróleo, 30%; petroquímica, 14%. Dá uma olhada na mineração tem um (?) de 35%, enquanto quem fabrica máquinas e equipamentos, 0,2%. Como vão sobreviver? A rentabilidade deveria ser justamente o oposto. Quem agrega valor é que tem que ter mais rentabilidade; não quem tira, quem está cavoucando este País dessas matérias que são finitas. Conhecimento não é finito; matéria-prima é finita.

Põe para frente.

Aqui, para mostrar graficamente o que está acontecendo. Lembra quando eu falei de 2004? Dá uma olhada aqui. Com cor eu me confundo. Sou parcialmente daltônico, por isso eu sou corintiano. Então, eu vou falar a cor aqui, mas pode ser... Ninguém é perfeito. Deixe-me mostrar para vocês.

Esse aqui, que não sei se é roxo ou azul, é o saldo da balança comercial de *commodities*. O nosso aqui, já me falaram que esse é laranja, não sei se é laranja. É vermelho! Dá uma olhada aqui em 2004. Em 2004, o saldo da balança comercial da indústria de transformação era altamente positivo. Isso fazia que com que... O vermelho aqui é o saldo da balança comercial brasileira. Nunca nós fomos tão bem como quando a gente exportava muitos produtos de valor agregado. Dá uma olhada agora em como é que está: as exportações de matéria-prima foram lá para cima; 70% disso é especulação financeira: o algodão subiu não sei quantos por cento; o minério de ferro; 180%, petróleo, não sei quantos por cento. Dá uma olhada no saldo da balança comercial da indústria de transformação. Que País que nós queremos ser? Olha isso aqui, dá uma olhada nisso. Isso é um absurdo! É um absurdo o que está acontecendo com o Brasil. Para o Governo, lógico, estou tendo um saldo positivo na balança comercial, mas, lá para frente, isso não fecha. Isso aqui, não vai ser eterno. Conhecimento é eterno. Isso aqui é finito. Isso aqui acaba.

Vamos para frente.

Agora, quero falar sobre o setor de máquinas e equipamentos. Dá uma olhada nesse gráfico aqui. Em 2004, de cada cem máquinas vendidas no Brasil, Senador, quarenta eram importadas. Hoje, de cada cem máquinas vendidas no Brasil, sessenta são importadas. Só que as quarenta que sobraram aqui para nós há um grande agravante: mais de 50% dos componentes que estão nessas máquinas são importados.

Para frente.

Agora, eu quero também focar muito nisso aqui. Eu já não aguentava mais, nesses três anos e meio que estamos na Abimaq, de falar de China e de falar de câmbio, Senador. Então, eu falei o seguinte; eu quero comparar uma empresa alemã, uma empresa americana com uma empresa brasileira que fabrique os mesmos produtos. O resumo disso aqui.

Depois, eu tenho um livrinho aqui, que está sendo distribuído. Nós fizemos esse estudo junto com a Fundação Getúlio Vargas. Isso tem quarenta páginas, e nós dividimos isso aqui em oito itens. Qual é o resumo dessa ópera? Se pegarmos uma empresa alemã, que vende um produto na Alemanha por €100,00, e trouxer essa mesma empresa alemã aqui para o Brasil, ela vai vender esse mesmo por €143,85, sem câmbio. Eu

só estou falando que essa empresa alemã vende um produto por €100 na Alemanha; e, se ela vier para o Brasil, ela vai produzir esse produto por €143,85. O que mostra isso aqui? Que não é a indústria brasileira que não é competitiva; é o Brasil que não está competitivo.

Olhem a energia elétrica aqui, em que nós deveríamos ter competitividade: é zero. O custo da energia elétrica brasileira tem o mesmo custo, em euros, da indústria alemã, que é a energia elétrica mais cara do mundo. O Agnaldo acabou de mostrar isso aqui.

Vamos para frente.

O impacto dos juros sobre capital de giro representa quase 10% do meu faturamento.

Bem, o meu tempo está acabando.

Aqui está tudo. Depois, eu mostro para os senhores.

Agora, quero que os senhores prestem muita atenção nisso aqui. Essa aqui é a varinha mágica dos alquimistas.

O que é isso aqui? É a famosa formação bruta de capital fixo, que é a taxa de investimento. É esse investimento que vai garantir o meu futuro. O que eu investir hoje é o que vai garantir o meu futuro. Só para os senhores ter uma ideia, se nós quisermos crescer de 4,5% a 5% ao ano, o que para este País ainda é pouco, nós deveríamos ter uma taxa de investimento em torno de 23% a 25% do PIB. Dá uma olhada no que o Brasil investiu nos últimos dez anos. Média do Brasil: 17% do PIB. O maior índice que tivemos foi em 2008, de 18,7%. Vamos comparar com os nossos concorrentes? América Latina, 18,7%. Colômbia está investindo mais, Equador está investindo mais. Olhe o ridículo disso aqui. O mundo todo. Esses não são dados da Abimaq não. São do IBGE e Banco Mundial. No mundo todo, a média dos últimos dez anos foi 23,7%. Agora, vamos pegar Rússia, Índia e China: 34%, o dobro do Brasil. Se nós tirarmos a China daqui... A China está investindo 45% do PIB.

Agora, Srs. Senadores, esse quadro que vou mostrar agora é a consequência disso aqui. Olha o que nós estamos fazendo com este País.

Mostre o próximo.

Ranking de competitividade. Dados do Fórum Econômico Mundial. Em logística, o Brasil está em 41º lugar; telefonia celular, 76º; procedimentos alfandegários, 82º; ferrovias, 87º – isso de 136 países! –; em aeroportos e taxas de juros é o último. Somos campeões! Se aqui nós colocássemos a rentabilidade do setor financeiro, nós estaríamos estourado em primeiro.

Agora vamos ver o lado social que é o que realmente pega? Vamos ver esse lado. Olha aqui em *ranking*. Apesar de o Brasil ser a 5ª maior economia do mundo, de que nos orgulhamos, o nosso PIB *per*

capita está no 71º lugar; o índice de desenvolvimento humano está no 73º. No índice de distribuição de riquezas, nós só ganhamos de Botsuana e Haiti. Como é que nós podemos conviver com um país deste se nós não mudarmos a nossa atual estrutura? Expectativa de vida, 76º; mortalidade infantil também. Deem uma olhada aqui qualidade de ensino de primeiro grau, que aqui é a base de tudo. A base de tudo está aqui... Educação, 127º. Qualidade educacional, matemática e ciência, olha isso aí! Isso é reflexo da baixíssima taxa de investimento. E por que? Qual é o caldeirão do mal de nós não investirmos? Qual é o caldeirão do mal? Os três componentes do caldeirão do mal: juros, nós sempre tivemos a maior taxa de juros do mundo. Nós últimos 16 anos e mais este ano, o Brasil pagou dois trilhões de juros da dívida e deixamos de investir em educação. Depois, é cambio. Investimento. O Brasil é o único país do mundo que tributa quem investe.

O senhor vai comprar uma máquina, Senador Luiz, você tem ICM, PIS, Cofins que chega a encarecer, dependendo da cadeia produtiva em quase 36% o investimento, enquanto o capital especulativo, que vem aqui tirar o nosso sangue, é premiado com a maior taxa de juros do mundo.

Então, esse é o quadro atual do Brasil.

Vamos para frente.

Agora deixem-me mostrar isso aqui para vocês, que é fundamental, para concluir com o que o Agnaldo falou da desindustrialização. Aqui no eixo “x”, essa aqui é a renda *per capita* em dólares. Eu tenho cinco mil dólares, dez mil dólares e aí vai. E, no eixo “y”, eu tenho a participação da indústria no PIB.

Dá mais uma clique aí, por favor.

Então, na Alemanha. O que significa aqui na Alemanha? A Alemanha, nas décadas de 70 a 80, a indústria representava do PIB alemão quase que 45% do PIB. E o que acontece em um país ele tem uma renda *per capita* superior a 20 mil dólares, Senador. O que significa? Que as minhas necessidades básicas já estão sendo atendidas. Eu tenho saúde, eu tenho educação, eu tenho a minha casa, eu tenho o meu carro. Quando um País chega a uma renda *per capita* inferior a 20 mil dólares, significa o quê? Que eu já atingi quase o que eu precisava. E aí o que acontece com os países de primeiro mundo. Acontece uma “desindustrialização” que é boa. Por que? O que acontece? O PIB *per capita* vai aumentando, a indústria começa a procurar países onde possa vender carro, geladeira, automóvel. Eu não entrar muito em detalhes, mas todos os países ricos e com saúde fazem isso. A indústria perde participação no PIB, mas a riqueza *per capita* aumenta. Não significa que a Alemanha deixou de fazer máquina. A Alemanha hoje, e sempre continua sendo, é o maior

fabricante de máquinas e equipamentos do mundo. Ela investe bilhões de euros em inovação tecnológica.

Dá mais um clique aqui por favor.

Pega os EUA. Olhem aqui o que a Coreia está fazendo. A Coreia tinha uma pouca participação da indústria no PIB, está fazendo a sua lição de casa, está aumentando o PIB *per capita* e começa a entrar nessa fase de “desindustrialização” boa.

Olha o que a China está fazendo. A China tem quase 50% da indústria formando o PIB. Vamos ver o que aconteceu com o Brasil? E aí está aquilo que o Agnaldo disse, que isso aqui não deixa dúvida nenhuma, não tem quem conteste isso, que o processo de desindustrialização no Brasil já está acontecendo há muito tempo e está e está cada vez mais desacelerado.

Senador, olha esse número aqui. Na década de 70 a 80, a indústria representava 45% do PIB; hoje – e esse gráfico está um pouco desatualizado – nós estamos com menos de 20% do PIB e nós não avançamos em nada na distribuição de riquezas. Em nada! Isso aqui possa claramente esse processo de desindustrialização, da pedra filosofal: mando matéria prima e importo produtos de valor agregado. Esse, o quadro que está aqui e a receita que eu disse para vocês desse pessoal que fez a lição de casa: câmbio, juros, investimentos, fortalecer investimentos e investimento maciço e educação.

O meu tempo está acabando. Eu tenho um minuto e vinte segundos, mas eu vou cumprir o tempo. (Pausa.)

Ah, já acabou. Desculpa, é que passa tão rápido.

Consequências do modelo atual. Vamos lá.

É isso aqui: perda de participação da indústria, estagnação do PIB *per capita*, tudo aquilo que eu falei. Uma variável sozinha, isolada, ela não caracteriza um problema, mas todas juntas – foi aquilo que eu apresentei para vocês – caracterizam a desindustrialização acelerada que está acontecendo neste País.

Próximo.

E a conclusão.

Nós estamos passando aqui para vocês, eu vim aqui só mostrar os problemas...

Passe para o próximo quadro, por favor.

Nós precisamos dessas medidas emergenciais aqui para que a indústria brasileira de transformação possa atravessar os próximos dois anos, que serão críticos para nós. Nós precisamos de defesa comercial, isonomia, licenças automáticas... É o que a Argentina está fazendo. A Argentina está careca de fazer isso prejudicando a gente. Preços de conferências; salvaguardas contra a China. Nós precisamos das contas governamentais, daqueles 25% de preferência sobre o produto nacional; desoneração tributária. Nós temos que desonerar totalmente investimento – é simples fazer

isso. Crédito imediato da PIS e da Cofns; acabar com guerra fiscal e financiamento. Nós precisamos de financiamento de longo prazo, continuar com o Finame PSI.

Então, essas medidas emergenciais, as nossas propostas, nós estamos distribuindo para todos os senhores aqui. E eu peço desculpas, porque, quando eu faço apresentação, eu faço um desabafo, mas é realmente isso que está acontecendo com o Brasil.

E eu quero deixar uma mensagem. Olha eu acredito piamente senão não estava aqui. Senador o Brasil nunca teve uma oportunidade tão grande de nós transformarmos este País. Nós estamos com tudo na mão, depende dos senhores nós fazermos essas mudanças essenciais que nós tanto precisamos. Dá para mudar esse País. Se nós conseguirmos essa... Não precisa fazer essa reforma tributária. Se começar com essas reformas pequenas, eu não tenho dúvida que, daqui a dez anos, quinze anos, quando nós estivermos aqui dá para mudarmos este País.

Nós precisamos dos senhores para que essa voz, a voz da indústria de transformação seja ouvida. Dá para transformar isso aqui em um País rico, com saúde, desenvolvido e que seja um mundo melhor para todo mundo aqui.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Aubert Neto.

Ainda bem que ele falou que iria falar pouco para privilegiar o debate.

Eu vou passar a palavra para o Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria CNI.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Muito bom dia, Senador Delcídio; muito bom dia, Senador Armando Monteiro Neto, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores. É com grande prazer que represento a CNI e o Presidente Robson neste evento.

Eu vou tratar basicamente de cinco pontos:

Primeiro, discutir que o que um país produz faz diferença, um tema que os meus colegas já anteciparam. Segundo, se perguntar o que está acontecendo com a indústria no Brasil. Terceiro, conversar um pouco sobre o efeito China, mostrar o que também já foi mostrado, que o Brasil hoje é um país de alto custo; e, por último, a agenda o que precisamos fazer.

O Aubert falou sobre pedra filosofal. Eu vou ter também a minha pedra filosofal aqui nesse início de reunião.

Vamos tentar imaginar que eu vou transformar esse avião em sucata e que eu vou transformar aquelas pe-

dras de ouro também, por assim dizer, em uma sucata. Assim, eu vou ter um quilo de ouro e um quilo de avião.

Ora o quilo de ouro vai manter todas as propriedades de valor e vai continuar valendo uma fração do quilo de ouro, mas o avião vai custar dez reais aqui na esquina como sucata, um quilo de avião. Por quê? Porque na indústria o valor depende das conexões, depende do conhecimento.

O Aubert mencionou que o conhecimento é infinito, as matéria primas podem ser até finitas. Eu acho que essa é uma dimensão muito importante porque tem uma relação com a questão que vou explorar mais adiante.

Se eu imaginar dois tipos de economia, quer dizer, uma economia com baixa complexidade, em que tenho pequenos nós de relação entre os diversos setores, e uma economia de mais alta complexidade, certamente, um país mais complexo, que tem mais complexidade, ele permite acumular mais competências.

Vou dar um exemplo. Há alguns anos, na década de 1950, o Brasil tentou imitar o MIT e criou o ITA no interior de São Paulo. Ora, o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica foi a base do conhecimento para a nossa indústria aeronáutica mais adiante, para a Embraer. E vamos pensar a complexidade que é a empresa Embraer ou o complexo aeronáutico, ou a indústria de bens de capital ali naquele ramo de alta complexidade. Ela é complexa em várias dimensões, não apenas as dimensões industriais, mas até as dimensões de serviços. Ou seja, um advogado do setor aeronáutico é um advogado mais complexo do que um advogado de um setor de menor complexidade. A indústria de suporte da área aeronáutica é mais complexa do que uma indústria, se eu estivesse comparando ali com uma indústria, digamos, de banana, ou laranjas e assim por diante.

Então, hoje, poucos sabem que o Brasil é o segundo maior produtor de pás eólicas do mundo. Poucas pessoas sabem disso. A indústria, hoje, é de mais de 400, 500 milhões de dólares no Brasil. Ora, essa indústria nasceu porque fazia hélices para a Embraer. Então, o que estou querendo dizer é que, se vou cortando esses elos, se vou cortando a complexidade, eu reduzo a minha capacidade de crescer. E esse, digamos, é o ponto fundamental dessa discussão sobre desindustrialização. Ou seja, se eu reduzir o grau de complexidade da minha economia, eu reduzo as minhas opções, até porque economias de baixa complexidade existem em maior quantidade no mundo. Todo o desafio do desenvolvimento é transformar a produção em direção a dimensões mais complexas.

Então, quero enfatizar esse ponto, porque a indústria, de alguma forma, se diferencia nessa dimensão.

Por favor.

Ora, a indústria, como já foi mostrado, vem perdendo espaço na economia brasileira. Se comparo em relação ao PIB, se comparo em relação à participação de emprego, das exportações industriais, do coeficiente de importação, eu tenho um cenário, em geral, de menor importância relativa da indústria.

Por favor.

E vamos tentar explorar um pouco mais isso.

Ora, o PIB industrial perde participação. Eu até diria que esses dados precisam ser vistos com um certo cuidado. Ocorreram algumas mudanças metodológicas no IBGE nesse período, houve o aperfeiçoamento das contas nacionais. Ou seja, a indústria sempre foi bem medida, mas o setor serviços sempre foi muito mal medido no Brasil; ou seja, as aproximações sobre como medir o setor serviços. Então, no passado, talvez tivesse sido superestimado. Aquelas quedas ali são difíceis de explicar. Mas, mesmo quando fazemos todos os ajustes possíveis e imagináveis nesse quadro, ainda há, sim, o registro de uma queda importante da participação da indústria em relação ao PIB.

Por favor.

Há, obviamente, como mencionei, uma perda importante do emprego da indústria. Em alguns momentos isso se deveu a ganhos de produtividade; em outros momentos, momentos mais recentes, as explicações, como veremos a seguir, são outras.

Os manufaturados, também como já foi demonstrado, vêm perdendo uma participação expressiva na nossa composição das exportações. Eles caem em 20 anos, de 54,2 para 39,4.

Por favor.

E, com esse movimento, a indústria vem perdendo mercados, tanto lá fora, ou seja, o coeficiente de exportação da nossa indústria caiu de um pico, em torno de 2005, ou de 18% do PIB para 14,3 e o coeficiente de importação também tem se elevado, especialmente, nos últimos anos.

O que é que explica toda essa tendência de longo prazo da indústria brasileira? Em primeiro lugar, eu diria que são os fatores macroeconômicos, ou seja, perdas expressivas que nós tivemos, notadamente nos anos 80, início dos anos 90, que estiveram associadas à estabilidade macroeconômica da época: o processo hiperinflacionário; os “n” programas de combate à inflação e assim por diante.

Nós temos também, afetando mais recentemente o desempenho da indústria, o padrão de crescimento global. Pelo menos desde meados de 2007 para cá, o mundo que compra produtos industriais brasileiros está parado. Quem está crescendo é a Ásia, e a Ásia não demanda produtos industriais brasileiros ou nós não

temos competitividade para atingir o mercado asiático. E a política econômica, nessa tríade – gastos, juros e câmbio –, ou seja, na medida em que uma pressão fiscal estimula taxas de juros mais elevadas, e as taxas de juros mais elevadas atraem o fluxo de moeda, elevando o valor do real.

Há, também, fatores estruturais. Tanto quando eu aumento a produtividade da indústria, quando o Aubert vende mais barato a máquina dele para o setor têxtil, isso significa que, se eu tenho ganhos de produtividade importantes, isso se reflete na participação da indústria em relação ao PIB. Ou seja, há uma queda pelo valor adicionado. Agora, o setor serviços, que em geral é um setor de mais baixa produtividade que o setor industrial, quando ele se expande, ele tende, obviamente, a aumentar a participação no PIB por questões associadas também à produtividade.

Há, também, o fenômeno da terceirização. A indústria, especialmente na década de 90, fez ajustes muito profundos de produtividade, e vários serviços, que antes estavam dentro da indústria, passaram a ser contratados fora, no setor serviços; ou seja, determinados valores que antes eram incorporados às nossas estatísticas passam a ser incorporados às estatísticas do setor serviços.

Temos o problema de custo-produção, que vou explicar mais adiante, e – como o Aubert também mencionou – a elasticidade-renda. Na medida em que as famílias aumentam a sua renda, elas tendem a demandar outros produtos, outros serviços. Hoje, por exemplo, o peso das telecomunicações é muito grande dentro das famílias brasileiras, e isso subtrai renda para outras despesas. Eu diria até que uma agenda importante da indústria é a produtividade do setor serviços. Ou seja, o setor serviços é custo para a indústria, mas é também extração de renda para ser utilizada em produtos manufaturados.

Por favor.

Um pouco sobre o efeito China.

Acho que já foi bastante explorado. A CNI tem tido uma preocupação de acompanhar a evolução da China. Quer dizer, de 28% das empresas brasileiras afirmam concorrer com a China no mercado brasileiro, sendo que desse total, 45% das empresas perderam participação no mercado. Mas é um fenômeno que ocorre dentro do Brasil, e é também um fenômeno que ocorre fora do Brasil. Ou seja, 67% dessas empresas perdem participação na concorrência com a China em terceiros mercados. E, aqui, o mercado industrial brasileiro mais importante é o mercado das Américas mais a Europa. Ou seja, esses são os mercados mais relevantes que temos que observar, pois é uma histó-

ria completamente diferente do setor do agronegócio e mineração, onde a China é o principal mercado.

O grande ponto que foi sublinhado aqui é que hoje o Brasil é um País de alto custo. Se observarmos aqui nós temos cinco preços fundamentais na economia: temos uma valorização do real frente ao dólar, desde 2003, de cerca de 40%; os tributos nós temos inúmeras distorções, mas qualquer projeto de investimento no Brasil de uma siderurgia é, pelo menos, 20% mais caro do que os seus concorrentes; uma dimensão importante são os salários em dólar no Brasil, que dobraram nos últimos cinco anos, tanto por conta do efeito dólar, quanto por conta do comportamento dos salários no mercado doméstico – e isso é uma fonte importante de perda de competitividade; a energia, que já foi mencionado que o custo só é inferior ao da Itália; e os juros por estar entre os maiores dos países do mundo.

Olhando o detalhe, aqui temos a dimensão da valorização do real. É difícil encontrar outro país do mundo que tenha algo parecido. A Austrália se aproxima com 25%; ela tem, hoje, uma estrutura também de comércio exterior muito ligada à Ásia, por conta da mineração.

O sistema tributário. Temos problemas antigos e que são inaceitáveis que ainda hoje estejam presentes dentro da nossa estrutura, que é o problema da tributação do investimento e da não recuperação dos impostos. E parece que, talvez, esta seja a agenda mais importante para o Congresso Nacional, porque está entre os seus poderes avançar nos próximos meses.

O preço de energia. Esse quadro, de alguma forma, também já foi mostrado; então podemos passar adiante.

E o custo de mão de obra. Os Senhores observem: comparando o período 2004/2009, que é o período em que nós podemos comparar, em que nós fazemos esse exercício com o exercício do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, o que eles fazem, o Brasil tem um crescimento em dólar extremamente expressivo; ou seja, quase 100%, quando o segundo colocado para esse período é a Itália com 41%. Quer dizer, uma agenda de competitividade no Brasil passa por moderação na questão salarial; passa por moderação na política de salário mínimo. Então são questões importantes que precisam ser enfrentadas pelo País.

Aqui é apenas para mostrar o diferencial importante que é hoje a taxa de juros em relação aos outros países do mundo – e não estou comparando nem com os Estados Unidos e nem com os países europeus, que hoje estão com taxa real praticamente negativa. Agora, apesar de todos esses problemas, nós temos um paradoxo: o Brasil é ao mesmo tempo um País de extraordinárias oportunidades, porque nós temos o pró-

prio complexo do petróleo e gás, que foi mencionado aqui, e que podem ser extraordinárias oportunidades para o desenvolvimento industrial do país. Nós temos oportunidades na área de infraestrutura, que poderão gerar muitas oportunidades de investimentos e efeitos bastante expressivos em competitividade; nós temos uma nova geografia econômica no país – e o Senador Armando conhece bem o que está acontecendo no seu Estado natal: são transformações importantes.

Outro dia eu participava de um debate e dizia o seguinte: não, o paradoxo é que, na parte da manhã, eu recebo muitas vezes investidores entusiasmados com o país, falando sobre projetos de investimentos; e, na parte da tarde, é a parte dos entraves. Então é muito comum eu receber, por exemplo, um diretor de uma multinacional instalada no Brasil, em que ele atrai, ele vem com o diretor da matriz para que o convença de que o Brasil vai ter condições de discutir a sua agenda, porque esse diretor da matriz está pensando em fechar a empresa dele aqui no Brasil, porque quando ele olha a planilha de custos dessa empresa no Brasil e compara com a Europa Central e compara com a Ásia, ele se pergunta: Qual é o futuro industrial do Brasil nos próximos cinco, seis anos? E aí, um dos participantes dessa mesa, disse o seguinte: Não, eu vou lhe dar uma sugestão, já que os problemas são tão difíceis de serem resolvidos no Brasil: o senhor só deve trabalhar na parte da manhã.

Então, o que nós podemos fazer? Acho que temos, obviamente, o problema da China, mas a nossa agenda, o que nós podemos fazer está sob nosso controle. A agenda do custo Brasil já foi explorada aqui pelos nossos colegas, mas existe uma questão chave que é a questão da desoneração de investimento-exportação. Esta é a prioridade número um, neste momento.

O segundo é resolver as assimetrias competitivas. Quer dizer, é inaceitável nós termos incentivos fiscais ao ICMS nas importações. Isso é algo que tem que ser trabalhado. Se nós temos uma agenda de superação de obstáculos, nós temos também que transformar a estrutura industrial. A estrutura industrial brasileira ela tem sido muito estática também. Quando você olha a fotografia dela em vinte, trinta, quarenta anos ela não muda muito; mas ela tem que mudar via inovação.

Outra agenda é a política macroeconômica – e aqui eu não diria tríade, pois eu tenho que passar pela agenda de controle de gastos, para que eu possa ter o equilíbrio necessário em relação às taxas de juros e câmbio.

Defesa comercial.

Também já foi explorado aqui pelos representantes anteriores.

Negociação comercial. Dada a importância das Américas para a indústria brasileira, eu tenho que ter uma estratégia extremamente ofensiva em relação a todo o conjunto das Américas. E aqui entenda-se: da Argentina ao Canadá, porque este é o mercado eminentemente de produtos manufaturados.

E, por último, a complexidade dessa agenda passa por uma coordenação internacional, por uma postura muito ativa do Brasil no G 20, especialmente em relação às novas regras financeiras que regem o mundo.

Finalizando, a expressão síntese é sentido de urgência, o relógio, o tempo econômico é diferente do tempo político, e o atraso nessa agenda poderá ser grave para as nossas possibilidades futuras. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da CNI.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Sérgio Marques, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados, representando a SRA. Eunice Cabral, Presidente da Conaccovest.

Antes eu queria anunciar aqui a presença do ex-Governador Germano Rigotto, Deputado Federal, um homem qualificado e que honra, com a sua presença, esta audiência pública. Registrar também, pois esteve aqui presente no início desta reunião, o comparecimento do Deputado Federal Roberto de Lucena, do PV de São Paulo; e do nosso querido Deputado Federal Paulinho da Força, do PDT de São Paulo, que precisou se retirar, ele estava aqui presente juntamente com o Miguel Torres, que é o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi. Mas, como ele já tem outra agenda, é por isso que eles não puderam acompanhar esta audiência pública durante todo esse tempo.

Agora, passo a palavra ao Dr. Sérgio Marques.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Bom dia, Sr. Senador Delcídio do Amaral; bom dia, Sr. Aguinaldo; bom dia a todos os Srs. Parlamentares; aos companheiros e às companheiras:

Infelizmente a Eunice não pôde participar porque ela teve que participar de outro evento. E, de antemão, parabenizar o evento que aconteceu ontem em Curitiba, da Frente Parlamentar Têxtil, que está sendo itinerante e é de muita importância. Inclusive, eu estava conversando com o Paulinho para gente levar essa Frente para São Paulo também, para discutirmos.

Quero, também, parabenizar o evento do setor metalúrgico, juntamente com o Paulinho e o Miguel, que a Fiesp fez em São Paulo; foi um evento maravilhoso chamado Mobiliza Brasil, que é exatamente fa-

lando sobre esse processo de desindustrialização da indústria nacional.

Eu tinha aqui alguns dados técnicos, mas como 70% é semelhante ao que o Aguinaldo apresentou, então, encurtarei meu tempo.

Quero atentar para um aspecto. Estamos falando em juros, em impostos, tributos, nós, trabalhadores, gostaríamos de falar em relação ao emprego, que é uma parte que, com certeza, se perdermos a nossa indústria, seremos os maiores afetados, os trabalhadores, o povo brasileiro será o maior afetado.

Quero ressaltar que, por exemplo, há 15 anos, com a visão que estamos tendo hoje das importações, nós convocamos um evento, em São Paulo, que era contra o produto importado de má qualidade, isso há 15 anos. Então, convocamos algumas empresas, alguns empresários, vários trabalhadores, e pouco fomos ouvidos naquela hora em que falávamos do produto de má qualidade. Hoje já temos que ter um combate, não ao produto de má qualidade, porque o produto está vindo de boa qualidade. Inclusive, eles fazem estágio aqui, no Brasil, pegam o nosso *know how* e levam para eles. Então, há 15 anos, já tínhamos essa visão.

Se a Eunice estivesse aqui iria ressaltar a importância que no setor têxtil, 80% da mão de obra é feminina. Então, é a dupla jornada. E aqui se falou muito sobre o custo Brasil e nós, trabalhadores, gostamos de ressaltar que, dentro do custo Brasil, o trabalhador é o que menos encarece, o trabalhador pessoa física é o que menos leva o seu dinheiro para a casa. Ele pode custar caro para a empresa, mas não o salário que ele recebe. Então, tenho aqui alguns dados que demonstram que, hoje, no setor de vestuário, os homens têm uma média de salário em que 52% não ultrapassam dois salários mínimos; 65% das mulheres também não ganham mais do que dois salários mínimos. E isso dá uma média de 61% do setor de vestuário, 61%. Então, quer dizer, quando se fala em custo Brasil, queremos ressaltar que o trabalhador em si, a sua remuneração, não é o que está dificultando as empresas. As outras taxas, como mencionaram, é que temos que discutir mais à frente.

Também falar aqui, como estamos falando do setor emprego, que tivemos, no passado, no setor de sindicatos as formações profissionais, que são de relevância para o setor. Hoje temos que ter uma mão de obra muito bem qualificada e tivemos exemplos nos setores em que tínhamos formações profissionais no sindicato, com uma pequena parcela do FAT, em que 70% dos trabalhadores qualificados e requalificados no sindicato já saíam praticamente empregados. E hoje temos algumas instituições, nem todos os segmentos,

mas, por exemplo, o Senai do setor têxtil e vestuário, que está servindo como matéria curricular para os jovens.

Então, Srs. Senadores, empresários, temos que verificar o que podemos fazer. O jovem, para não procurar um curso técnico mais caro, vai no Senai e poucos deles se preocupam em sair do Senai formados e prestar o seu serviço na indústria. Então, estamos tendo um curso nosso, de formação dos nossos trabalhadores do Brasil, que não está sendo para mão de obra. Temos que trabalhar junto com a Abit, com o Sinditextil, com os parlamentares, para verificar o que podemos melhorar nessa formação no Brasil. E é importante o combate à pirataria. Como falei, há tempos, estávamos de pirataria, de produtos de má qualidade e agora temos que combater o produto ilegal, o contrabando e, recentemente, na região de São Paulo, no Brás, a sede do Sindicato é no Brás, vizinhos a nós, ali no centro do Brás, a Polícia Federal, juntamente com um membro da Abit, fizeram uma diligência e apreenderam mais de vinte contêineres de produtos piratas, contrabandeados que, segundo informações, deixaram de gerar de impostos para o Brasil R\$1,5 bilhão.

Então, é isso que nós temos que, com a frente, com os empresários combater. E nós, trabalhadores, somos os primeiros a estar nesse movimento. Eu cito aqui um exemplo, como o companheiro Luiz aqui falou, sobre as partes importadas. Há alguns meses eu fui comprar uma bolsa para minha esposa e estava lá bolsa Ana Hickmann, na Primícia. Fomos lá comprar. Ela gostou, muito bonita, pegou. Quando eu peguei, a primeira coisa, olhei a etiqueta, *made in China*, Ana Hickmann *made in China*. Eu perguntei ao vendedor: mas, como que *made in China*? “Não, o *design* é brasileiro, mas o produto é chinês”. Eu disse: ótimo, parabéns para vocês!

Então, nós queremos estar inseridos, participando disso e, como passou aqui meio despercebido também, um trabalho muito importante que nós, em São Paulo, estamos sofrendo é a guerra cambial dentro do Brasil, as empresas que saem de determinado local e vão para outro. Então, nós estamos tendo desindustrialização nos Estados. Por exemplo, em São Paulo, nós estamos perdendo muitas empresas para o Mato Grosso. Me perdoem aqueles que são aqui representantes do Estado de Mato Grosso, mas é isso que está acontecendo. Se nós estamos querendo fazer uma política de defender a empresa nacional, nós devemos dar condição igualitária para todos os Estados. Então, nós temos que ter uma política de incentivo ou de redução de tarifas por igual para todo o País e não em Minas é zero, Curitiba, dois, Santa Catarina não tem, em São Paulo, doze – dizem que é sete, mas não é.

Então, nós temos que fazer isso e nós, trabalhadores, com certeza, queremos estar juntos nisso.

Voltando aqui a algumas coisas que falaram, hoje nós temos o maior produtor de algodão, o segundo gerador de emprego, o sexto produtor de vestuário no mundo. Então, quer dizer, nós temos qualidade e competitividade.

E, para encerrar minha fala, eu gostaria de usar um *slogan* que nós usamos na nossa campanha lá em São Paulo: “Do algodão à passarela. O setor têxtil brasileiro em primeiro lugar”.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Max, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Coro e Calçados.

E eu vou passar agora para os dois primeiros oradores inscritos, Senador Luiz Henrique e Senador Armando Monteiro, autores do requerimento.

Aproveito para cumprimentar também o Deputado Federal pelo PT São Paulo Carlinhos Almeida.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. palestrantes, Sras. e Srs. Senadores, eu quero ser bem objetivo no sentido de fazer uma proposta, uma proposta de constituição de uma agenda nacional para a defesa do emprego e da indústria de transformação. Essa agenda passaria por quatro itens: primeiro, a unificação dos movimentos. Nós temos um movimento pela competitividade, temos o movimento Brasil Eficiente, temos a Frente Parlamentar da Indústria Têxtil, que se constituísse um só movimento em defesa do emprego e da indústria nacional, englobando lideranças empresariais e de trabalhadores e que o ato de constituição desse movimento único coincidissem com o lançamento de uma carta aos brasileiros. Uma carta em defesa da indústria e do emprego nacional.

A segunda proposta é no sentido de que uma grande campanha publicitária dê segmento ao lançamento dessa carta, dê suporte ao lançamento dessa carta, para que esse movimento tenha, efetivamente, apoio da população.

Quando o setor empresarial se uniu em torno de um movimento único, produziu o resultado que objetivava, e o ex-Governador Germano Rigotto, que nos dá a honra da sua presença, era meu colega, Deputado Federal à época, e sabe muito bem isso. O governo autoritário, que prendia e arrebentava, como dizia o Presidente Figueiredo, não teve força para mexer nos portos, e a legislação portuária era um dos grandes entraves à competitividade nacional. Os empresários brasileiros fizeram movimentos pela modernização dos

portos. Muitos dos senhores devem se lembrar disso e devem ter participado disso. O movimento era coordenado pelo empresário Jorge Gerdau. Esse movimento foi tão forte e teve um envolvimento tão grande em relação aos parlamentares, esse movimento teve uma repercussão tão forte na rua que, em regime democrático, conseguimos aprovar uma lei modernizadora dos portos que nem no regime autoritário fora possível. E essa mobilização dos empresários passou também pela designação das seções estaduais da Confederação Nacional das Indústrias, as federações estaduais, organizarem grupos de empresários para convencer cada Deputado e cada Senador. Nós, de Santa Catarina, fomos pressionados pelos empresários de Santa Catarina, os do Rio Grande pelos do Rio Grande, e assim por diante, e se produziu, rapidamente, uma lei, se não é ideal, melhorou significativamente o sistema dos portos brasileiros.

O terceiro item da agenda seria a programação de atos públicos como esse que recebi agora do Deputado Paulinho, que a Força Sindical e a CUT vão realizar em São Paulo, dia 8, mas uma agenda de atos públicos que não passe por um ato isolado, de atos públicos que perpassem todo o Brasil e que coloque lado a lado, caminhando, numa marcha, o empresário e o trabalhador.

E, por último, eu proporia uma série de audiências nas diversas áreas ministeriais que não envolveriam simplesmente a área econômica, envolveria a educação, a ciência e tecnologia, que gerem grupos de trabalho como a audiência que realizamos com o Ministro Mantega, promovida pela ABIT, Associação brasileira da Indústria Têxtil, que está tendo consequência em uma discussão de itens, inclusive aquele que é fundamental de um privilégio fiscal e legal à indústria de confecção.

Então, seriam esses quatro itens que eu queria propor. Não vou me referir à questão da baixa competitividade da indústria nacional, nem à carga fiscal, nem à política de juros, nem à ciclotimia do câmbio, porque isso foi extraordinariamente já explicitado aqui pelos senhores debatedores, simplesmente proponho uma agenda proativa para que essa audiência pública tenha consequência. Senão, daqui a um ano, vamos fazer nova audiência pública e o processo de desindustrialização continuará acelerado, talvez até liquidando o nosso parque industrial.

Era isso, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Delcídio, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu acho, Presidente Delcídio, e permita-me registrar isso, menos pelo mérito da iniciativa do nosso companheiro, o Senador Luiz Henrique e a nossa, como subscritores do requerimento desta audiência, eu quero dizer que tenho a convicção de que hoje se travou um debate muito importante nesta Comissão, a de Assuntos Econômicos, que tem estado, sob a Presidência de V. Ex^a, sintonizada com os grandes temas da agenda nacional. Mas creio que, hoje, pelo brilho das exposições, sobretudo pelo caráter, vamos dizer, assertivo dessas exposições, nós podemos, aqui, discutir e conhecer os aspectos desse processo que, a meu ver, envolve mais riscos em relação ao futuro, a curto e médio prazos, do que propriamente ainda a configuração de uma situação dramática no presente. Mas, se não tivermos a capacidade de ajustar, no Brasil, o tempo político às pressões do tempo econômico, que evidentemente não esperam para que o Congresso Nacional, e muito menos o Poder Executivo, com os seus biorrítmos, possam, efetivamente, alcançar a urgência, emprestar um sentido de urgência a essas agendas, aí sim o Brasil estará, a meu ver, condenado a perder posições e quem sabe, a comprometer um patrimônio de gerações, que está representado por uma plataforma manufatureira, que foi construída ao longo de décadas e de gerações e que representa um dos grandes ativos deste País.

Eu creio que ninguém questiona a importância de crescer pela indústria. A indústria tem uma força transformadora. A indústria impacta fortemente a produtividade global da economia. A indústria é o caminho para elevar a renda, para fazer a disseminação do conhecimento tecnológico, para formar o capital humano. Então, não há, verdadeiramente, um padrão de crescimento mais qualificado que não passe pela indústria.

Mas, acompanhando essa preocupação do Senador Luiz Henrique, de que os diagnósticos já foram trazidos com números e até de uma forma contundente, de que há uma ameaça no nosso horizonte, creio que o que se deve discutir é o seguinte: qual é a agenda que temos de enfrentar? Quero dizer que tenho, muito particularmente, muita preocupação, exatamente por saber que, no Brasil, raramente o tempo político se ajusta às pressões do tempo econômico. E também há um conjunto de circunstâncias. A primeira delas: o Brasil é um País que tem um déficit de poupança, consequentemente a importação da poupança, que é um caminho para que o Brasil continue a sustentar uma taxa de investimento razoável, será sempre um fator para pressionar a taxa de câmbio, no sentido da valorização.

Por outro lado, o imenso potencial que o Brasil tem na área das *commodities* agrícolas e minerais, e considerando que o fenômeno China nos colocou no contexto a economia global um novo quadro, que se caracteriza por um processo de valorização dessas matérias-primas e, ao mesmo tempo, uma queda de preço dos bens industriais, um dos fatores que vêm sendo observados no mundo, em decorrência do impacto do efeito China, é uma queda significativa dos preços dos bens industriais em decorrência da grande escala de produção da China e dos custos, dos baixos custos de produção que aquele país tem. Então, imaginem um cenário em que nós teremos provavelmente uma taxa de câmbio sempre apontando para uma apreciação, na medida em que esses fatores conduzem a isso, e, por outro lado, a emergência de um *player* que tem o peso, hoje, no comércio internacional, como a China que, pela sua escala de produção, Presidente Delcídio, o fenômeno China, quando traduzimos em números é algo impressionante no campo da indústria. Há 20 anos, mais ou menos, a China produzia 20, 25 milhões de toneladas de aço. Hoje a China produz já 650 milhões de toneladas de aço, algo como 15 vezes mais do que o Brasil produz hoje. E nós tínhamos mais ou menos a mesma produção.

Para pegar o exemplo de calçados, em que o Brasil tem condições extraordinárias como produtor de matéria-prima, o Brasil produz menos de um bilhão de pares de sapatos por ano, 950 milhões, algo assim, e a China já produz 13 bilhões de pares de sapatos. Então, diante desse contexto, desse quadro internacional, o Brasil precisa, realmente, enfrentar essa agenda com o sentido de urgência, e eu acho que temos aí algumas questões que precisam ser discutidas.

Eu não vi, nas exposições, uma avaliação de entidades com o peso da Confederação Nacional da Indústria, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, da nossa Abimaq, uma avaliação sobre a política de desenvolvimento produtivo. O Brasil vai, agora, para a terceira etapa do que se chama uma política industrial. O Governo promete lançar a terceira fase da política industrial dentro dos próximos dias. Eu pergunto: que avaliação os setores aqui representados fazem dessa política que está para ser anunciada? Que tipo de participação o setor privado pôde oferecer, que contribuição pôde oferecer a esse debate? E como essa política de desenvolvimento produtivo dialoga com esses desafios que estão colocados que, a meu ver, nos coloca uma dupla agenda, uma agenda que é de superação do passado por esse conjunto de ineficiências que o Brasil ainda tem, e que passa pela questão tributária, questões que nós já

conhecemos, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de uma agenda nova, uma agenda que tem de nos levar ao futuro, uma agenda de desenvolvimento de competências e que tem na educação, na inovação, um pilar fundamental?

Então, pergunto: como essa política industrial poderá também responder a esses desafios que temos pela frente?

Como propôs o Senador Luiz Henrique, acho que nós precisamos fazer uma mobilização. A sociedade não percebe ainda essa questão, na medida em que o Brasil tem, hoje, taxa de desemprego baixa, um ambiente de razoável equilíbrio na questão macroeconômica, o País continua crescendo, então, precisamos, sim, fazer uma campanha para, de comunicação com a sociedade, apresentar, sobretudo, os riscos que estão colocados para a indústria.

Então, eu gostaria de deixar esta questão: como podemos construir uma política industrial que responda esses desafios que estão colocados diante de nós?

Com relação à reforma tributária, esta Comissão, a nossa CAE, criou, por determinação do Presidente Delcídio, uma Subcomissão que faz a avaliação do sistema tributário com vista à reforma. Ontem, o tema que discutimos aqui, sob a presidência do Senador Aloysio Nunes, foi exatamente desoneração dos investimentos. Tivemos aqui a participação de um representante da Abimaq, o Dr. Sato, e do Clóvis Panzarini, um tributarista de grande renome.

Portanto, meu caro Senador Delcídio, essa questão da desoneração do investimento se coloca como uma necessidade urgente para o País. E podemos realmente avançar.

Na área dos tributos federais, nós avançamos nos últimos anos. Já temos uma ampla gama de bens de capital que não têm mais a tributação do IPI. O crédito do PIS/Cofins já se faz num prazo mais curto: 12 meses. Nós tínhamos, há alguns anos, 48 meses para fazer o crédito. Acho que temos que fazer agora o crédito automático na aquisição de bens de capital, mas temos uma questão complexa ligada ao ICMS. Aí é que temos uma dificuldade maior. O prazo é longo – 48 meses – para o crédito do ICMS e é uma questão sensível porque toca diretamente aos Estados.

Mas eu gostaria que nós pudéssemos assumir aqui, na Comissão, o compromisso de consagrar essa questão da desoneração do investimento como uma bandeira fundamental desse movimento que vai permitir que o Brasil se coloque, no futuro, em condições mais razoáveis de competitividade.

Então, quero deixar aqui uma palavra de reconhecimento a este momento em que estamos vivendo aqui, na Comissão. Acho que essa é a agenda real do

Brasil. Às vezes, perdemos tempo com uma agenda oficial do País, mas acho que essa é a agenda real do País. Acho que esta Comissão e esta Casa podem dar uma contribuição importante.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Não tenho dúvida alguma – é só reiterando – de que a Comissão de Assuntos Econômicos será efetivamente a Comissão do grande debate – o debate pela competitividade, o debate pela desoneração dos investimentos, o debate do pré-sal, o debate das dívidas dos Estados, o debate também da Resolução nº 72, que está tramitando aqui, que é um grande problema que tem que ser mitigado, especialmente, para atender alguns Estados. Sem dúvida, essa é a nossa pauta este ano. E vamos ter que persegui-la.

V. Ex^a falou uma coisa muito importante: a pauta real e não a pauta oficial. A pauta real do País é essa que nós estamos debatendo aqui, discutindo aqui.

Só para ser objetivo, há mais três Senadores inscritos. Eu vou passar, agora, a palavra para a Senadora Ana Amélia e, depois, ao Senador Ferraço e ao Senador Blairo, por cinco minutos cada um. Depois, em havendo pergunta, a Mesa responderá. Eu chamo um a um, até porque também sei que vários Senadores já têm outras agendas logo em sequência, nesse mundaréu de trabalho que temos enfrentado.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Delcídio Amaral. Eu quero cumprimentar os expositores, representantes do segmento industrial brasileiro.

Confirmando pelos dados, que são inquestionáveis, o processo de desindustrialização do País. Eu encaminho, então, objetivamente as perguntas aos expositores.

Ao Dr. José Augusto Coelho Fernandes, representante da CNI: as próprias exportações já estão revelando esse processo de desindustrialização na queda que a cada ano estão registrando, mas o comércio exterior aplicou em algumas situações aqui no Brasil alguns mecanismos que acabaram provocando uma guerra fiscal. Não é esse o motivo da minha pergunta, e, sim, a questão relacionada ao Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que foi debatido aqui e que prevê uma equalização de alíquotas do ICMS, visando resolver o problema com o objetivo de “fortalecer a indústria nacional”.

Não sei como a importação faria isso, mas queria a opinião da CNI a respeito da Resolução nº 72, de 2010.

Queria saber também do senhor se... Anualmente a CNI apresenta uma agenda legislativa. Dessa agenda legislativa de 2011, quanto dela foi encaminhado, teve andamento, o que os senhores imaginam que possa, até o final deste exercício legislativo, ser feito.

Para o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, que representou o setor têxtil, a situação é aguda não só no setor têxtil, mas também no setor coureiro calçadista. E eu falo porque sou do Rio Grande do Sul, onde dizimaram muitas indústrias, primeiro pela concorrência chinesa, que foi muito abordada aqui, e também pelo câmbio.

O Brasil entrou com uma ação antidumping na OMC, que determinou que o Brasil pudesse cobrar uma taxa de 13 dólares ou 13,85 por par da China.

O que a China fez espertamente? Começou a enviar o mesmo calçado para outros países, a chamada *circumvention* ou triangulação.

Até agora não se viu nenhum gesto muito concreto do governo brasileiro em relação a aplicar também a esses países, dentro da OMC, regras iguais para evitar esse problema.

O senhor também falou sobre a questão – e a pergunta depois eu vou dirigir ao Sérgio Marques – do número de trabalhadores que esse setor emprega: oito milhões.

Pela crise que o setor está vivendo, já começa a haver um desemprego. As empresas estão enxugando e se adaptando ao mercado. Nesse caso, como se justifica o fato de que o Ministério do Trabalho, a cada mês, mostra que há um aumento do emprego? Para onde está indo esse emprego em relação a isso?

São essas as minhas questões para o setor.

Não é nova essa pauta da desindustrialização. Desde que o processo cambial vem apresentando esse descompasso, isso acabou provocando, também no plano do comércio exterior, que o Brasil passe a ser um exportador de matérias-primas e não de valor agregado. E os governos, os presidentes de todos os partidos vêm falando muito da importância de abrigar valor agregado. Falaram muito na questão da Vale do Rio Doce, na questão de minério, mas a gente também não viu uma ação mais efetiva em relação a isso.

Ao Dr. Luiz Aubert Neto, o senhor abordou muito a questão da China, mas o Mercosul, especialmente o meu Estado, o Rio Grande do Sul, está sofrendo amargamente com a concorrência da Argentina. Por quê? Porque, além de ser um Estado exportador, ele está produzindo bens, máquinas agrícolas por exemplo, com um valor que lá é 60% mais barato. E agora, por conta dessas barreiras das emissões das licenças prévias em que a Argentina está demorando, não automáticas, o que está acontecendo? Com o câmbio e todos os custos que nós temos, a indústria de máquinas está indo

para a Argentina. Então nós estamos nesse dilema, o Estado passa a sofrer as consequências.

E ao Sérgio Marques eu queria renovar essa questão.

Agora, queria saber também do Dr. Luiz Aubert Neto e do Dr. Aguinaldo.

O BNDES, a rigor, deveria ser, como se diz no nome, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mas é desenvolvimento, fomento. Setores que estão vivendo conjunturalmente uma situação complicada, eu queria saber se o BNDES como instituição com essas características, que achou com muita facilidade R\$4,5 bilhões para estimular a fusão de um supermercado, o Pão de Açúcar com o Carrefour, tem dado o necessário aporte técnico e financeiro para os setores, especialmente no caso dos têxteis e no caso do setor de equipamentos.

E para o Sérgio a questão é essa do emprego: como se justifica que haja esse risco de desemprego e, ao mesmo tempo, o Ministro Carlos Lupi vem anunciando aumento de formalização do emprego?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Ex^a autorizar, eu queria saudar com muito entusiasmo a presença do nosso ex-Governador, querido e fraterno amigo, com quem tive o prazer de compartilhar um esforço muito grande à época, em razão da nossa sempre permanente, necessária, inadiável reforma tributária, na Câmara dos Deputados. É com muita alegria que eu reencontro esse velho companheiro – velho no sentido da experiência. É com muita alegria que encontramos aqui nosso ex-Governador, ex-Deputado Germano Rigotto.

Quero cumprimentar nosso convidados e dizer, Sr. Presidente, que esta me parece ser uma oportunidade para que possamos ouvir, sobretudo do representante da CNI, a visão da Confederação Nacional da Indústria a visão a respeito do papel do BNDES nessa agenda e nesse extraordinário dever de casa que o nosso País precisa fazer. Não tive oportunidade de assistir, mas a Abimaq, o Dr. Albert, fez aqui todo um desenho e todo um roteiro de uma agenda necessária para que nós possamos ampliar a participação da indústria nacional nos esforços brasileiros.

A minha pergunta é qual é a visão da CNI a respeito do PSI, um programa de sustentabilidade e investimento que em bom tempo foi implantado como medida anticíclica, para que nós pudéssemos encontrar um modelo próprio, nacional, para enfrentamento daquela crise conjuntural. Esse programa não só se

mantém, como também, a todo momento, recebe reforços. Na semana passada, o Senado da República aprovou mais R\$55 bilhões para esse programa, que capta recursos no mercado a 12% e empresta a 6%. Esses recursos, a seu juízo, estão sendo empregados na direção de o banco, efetivamente, cumprir o seu papel para que a nossa indústria possa buscar todo esse desenho necessário no campo da inovação, da ciência, da tecnologia, da competitividade? Na medida em que estamos perdendo competitividade, qual seria o papel para o BNDES, nesse contexto e que recomendações, que sugestões a CNI poderia dar para que esse programa pudesse oferecer esse tipo de readequação e de inflexão? Assim como a Senadora Ana Amélia, não vejo nenhum sentido estratégico em subsidiarmos, em entrarmos com capital, o Governo participar da fusão de duas redes varejistas. Não vejo sentido algum nisso, mas quero ouvir a opinião da CNI a esse respeito.

Da mesma forma, também queria ouvir um pouco mais a CNI, porque temos debatido nesta Comissão o peso dos incentivos fiscais para as importações e o impacto disso na chamada “desindustrialização” brasileira. Nós recebemos aqui na semana retrasada o Professor Luís Paulo Rosenberg, que apresentou um trabalho detalhado, minucioso, provando, por A mais B, mais C, mais D, mais E, que os incentivos fiscais regionais que, de certa forma, beneficiam a importação são absolutamente irrelevantes até por que estamos importando 90% de insumos e combustíveis para alimentar a indústria brasileira, na visão do Dr. Luiz Paulo Rosenberg, que apresentou os dados aqui, chegando à conclusão de que se está havendo aumento de importação e, portanto, concorrência desleal à indústria nacional, é em razão do câmbio e em razão do próprio crescimento econômico brasileiro, do nosso PIB. Quer dizer, na ausência desses insumos que são importados, a nossa indústria teria condição de suprir a necessidade desses insumos, para que o Brasil mantivesse esse nível de crescimento? Disse aqui o professor e economista Luís Paulo Rosenberg que esses incentivos fiscais não representam mais do que 1% de todo o ICMS nacional.

Então, eu gostaria que o senhor detalhasse isso, porque eu vi que em uma de suas transparências, a que trata da agenda para crescer mais e melhor, entre tantos desafios, está lá colocado “incentivos fiscais”, ICM para as importações. Esse tema não foi abordado com muito fervor, fiquei com a impressão de que há uma concordância entre a posição da CNI e a posição do Professor Luís Paulo Rosenberg. Se não há, ficou a impressão, até porque há um requerimento nosso para que possamos fazer um debate aqui entre aquilo que pensa a CNI e esse trabalho que foi apresentado

pelo Professor Luís Paulo Rosenberg. Nada melhor no debate do que o contraditório e as posições claras para que pudéssemos dirimir, por conta de estarmos na ante-sala de uma reforma tributária que não é reforma, que pensa apenas em mudar o sistema de incidência de ICMS. Evidentemente que nenhum de nós, como brasileiros, pode ser contra a redução da carga do ICMS de 12 para 2, para 3, para 4... Mas acreditamos que é preciso analisarmos isso com um pouco mais de cuidado, porque Estados, como o do Senador Delcídio, serão fortemente atingidos por essa decisão. O meu também, porque nos organizamos em torno disso e pensamos que é preciso ter uma transição para que saíamos desse sistema para um sistema ainda melhor.

Creio que precisamos fazer esse debate aqui na Comissão, Sr. Presidente. Pela reação da plateia e pelas cabeças que estamos vendo aqui, há necessidade de debatermos esse tema especificamente. Nada melhor que trazermos aqui a CNI, o economista Luís Paulo Rosenberg e as empresas importadoras e exportadoras, para que possamos fazer um debate em torno desse tema, que é um tema muito importante não apenas para o Estado de V. Ex^a, como para o meu e o do Senador Luiz Henrique. Temos muitos Estados que estabeleceram a sua estratégia, que potencializaram a sua vocação em torno desse tema. Esse tema tem que ser debatido e gostaria de ouvir os dados e aquilo que a CNI pensa a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. É bom fazermos esse debate, porque o que vi de gente sacudindo a cabeça, é brincadeira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos trazer as partes aqui, para que os Senadores possam emitir e possam chegar ao seu valor de juízo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro, sem dúvida nenhuma. É isso mesmo.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Blairo Maggi.

Quero comunicar à Mesa que serei implacável com o tempo nas respostas. Implacável!. Três minutos. Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, ainda bem que é só nas respostas, as perguntas ainda estão livres.

Cumprimento o nosso Presidente Delcídio do Amaral, os nossos convidados e, especialmente, meu amigo Rigotto. Somos parentes, somos primos. Tivemos oportunidade de, quando Governador do Rio Grande do Sul e eu de Mato Grosso, ter vários contatos e conseguimos achar nossas bisavós, que eram irmãs, ali para trás.

Sou gaúcho, a Senadora está invocando comigo.

Quero rapidamente dizer que, de tudo que ouvi aqui, todas as reclamações são procedentes. Temos várias formas de resolver, parcialmente, os problemas da nossa indústria, mas a que considero mais urgente e mais importante é a questão cambial. Além das reformas, além de tudo, das salvaguardas, penso que, se o Executivo não der uma atenção à questão cambial, nesse momento eu poderia até fazer uma afirmação de que o câmbio ou o dólar vai acabar com a economia brasileira, de tal forma que não temos mais ação, mais o que fazer.

Tenho certeza de que as indústrias já se ajustaram nos seus custos, cortaram, tentaram ser mais eficientes, e têm quase que uma outra indústria tributária dentro da sua indústria, para tentar encontrar fórmulas de se compensar, aqui e ali, porque também a voracidade do sistema de cobrança do imposto é muito grande. Mas se o Governo não tomar uma decisão de fazer um enfrentamento na questão do câmbio, o nosso futuro é negro. E não adianta só o Governo dizer que é o mercado internacional, é a conjuntura internacional. Eu também entendo que há uma grande razão de ser, que é a questão macroeconômica mundial. Mas, também, se não é para ter governo para proteger o seu país e fazer a sua política, então não precisa de governo. O Governo tem que interferir nos momentos mais cruciais e difíceis e dizer: daqui para frente, não tem mais como aceitar o jogo que está aí.

Eu vejo o Ministro Mantega. Acho que é a terceira, a quarta ou a quinta vez que ele afirma a mesma coisa: “Eu tenho mais bala na agulha e vou fazer alguma coisa”. Mas ele fala e não faz nada. E o câmbio, o dólar, só se deteriorando à frente da moeda brasileira, que é o nosso Real.

Há especialistas em câmbio – a CNI está aqui, está todo mundo aqui – que falam de câmbio até 1,20, 1,30. Nós não estamos mundo longe disso. No momento que acontecer isso, nós vamos ver o outro lado que hoje sustenta a balança comercial brasileira, que é o agronegócio, lá dentro da porteira da fazenda, ser extremamente afetado, sem condições de continuar produzindo e de ser competitivo, embora os preços internacionais bons, inflados, do jeito que estão aí. Algodão, soja, milho, tudo está com preço bom. Têm caído nos últimos dias, mas nada que não seja normal para o mercado. Se esse câmbio continuar a descer, a indústria de fiação, a indústria de transformação não terá a matéria-prima para tocar a sua indústria depois, porque o produtor vai entrar em um processo novamente de perda de competitividade, de perda de receita, e passa a ficar em débito com o mercado, não dá conta de pagar as suas contas.

Então, a situação que estamos vendo aqui na questão do câmbio é muito delicada, está muito além do que a simples desnacionalização da indústria brasileira.

Para os senhores terem uma ideia, eu comprei, a minha empresa, poucos meses atrás, comprou pá carregadeira e patrol que estão vindo da China a um terço do preço das nacionais. Há um preço colocado aqui, com imposto pago e tudo mais. E também já há algumas indústrias brasileiras que criaram outra marca paralela, uma “ling ching” qualquer da vida, e que são elas mesmas as distribuidoras. E você falou isso. Eu acho que a Abimaq também tem gente que faz isto: traz, pinta igual, coloca a marca lá. Não a nossa marca brasileira. Mas deu a representação para a oficial dele, para ele criar uma paralela, porque senão ele vai matar a distribuição oficial dele.

Então, o que nós estamos vivendo no Brasil é uma situação muito delicada, muita delicada. E parece que o Governo não acorda. O Governo, o Palácio não conversa com o Ministério da Indústria e Comércio, que não conversa com a Fazenda. Cada um toca o seu nariz, cuida da sua coisa, e o final dessa história vai ser a derrocada da indústria nacional e da economia nacional, com a perda dos empregos.

Eu quero dizer ao Sr. Sérgio Marques, que se referiu à perda dos empregos de São Paulo para Mato Grosso, na questão da indústria têxtil, que isso é natural. Enquanto São Paulo perder emprego para Mato Grosso, não tem problema nenhum. Até porque Mato Grosso é o primeiro produtor nacional de algodão, com 950 mil toneladas, e São Paulo é o sexto, com 28 mil toneladas. É natural que a indústria vá para lá. Mas aí estamos perdendo emprego de São Paulo para Mato Grosso, a economia está aqui dentro. O duro é perder para outros países; o nosso algodão indo para fora.

Desculpe, Senador Delcídio, eu estou indo um pouquinho além, para dizer o seguinte: eu participei de uma comitiva da Abrapa (Associação Brasileira de Produtores de Algodão), em maio, e fui para a Ásia com eles, para vender o nosso algodão lá. Estamos indo e eles estão vendendo o algodão lá, porque o mercado interno não consegue absorver. Vocês mesmos disseram: a indústria nacional não é competitiva. Há algo errado conosco, porque quando saímos do País e vamos aos Estados Unidos, compramos roupa nos Estados Unidos e achamos que está barato lá; quando vamos a um restaurante e achamos que está barata a comida nos Estados Unidos, tem alguma coisa errada, e não é com os Estados Unidos, com certeza. Quando vou lá – desculpe-me o pessoal das indústrias têxteis –, eu não levo nem mala. Compro tudo lá, porque é extremamente barato perto dos preços daqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, eu vendo igual, porque vendo para Taiwan, vendo para Cingapura, vendo para o Vietnam, e eles vendem para os Estados Unidos. Vem como roupa. Quer dizer, estou vendendo igual, mas o meu problema não é comprar roupa barata. O meu problema é não perder os empregos aqui dentro. O meu problema é não perder a economia.

E aí temos nossos programas sociais aqui, de Bolsa Família, Bolsa Gás, bolsa não sei de quê. E de onde está vindo esse dinheiro? Está vindo da economia real, da pauta da agenda real de trabalho, que gera imposto, gera riqueza e que gera um superávit para o País fazer aquilo que ele está fazendo.

E, se o Governo não tomar conta de nós, dos setores produtivos, industriais deste País, lamento muito, mas daqui a pouco não vamos ter mais nada para dividir.

Então, quero dividir com vocês essa preocupação. Vocês estão corretos de vir ao Senado reclamar, e, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio, precisamos escrever isso, fazer isso e mandar para frente. Tem que chegar à mesa da Presidente, tem que chegar à Casa Civil, tem que chegar à Indústria e Comércio e à Fazenda. Nós temos de alertar o Governo sobre o que está acontecendo. O Governo está usando o câmbio para segurar a inflação. A inflação está sendo segurada pelo câmbio, pela importação, mas está matando a indústria nacional. Daqui a pouco, não teremos como importar e não teremos como produzir. Essa é a situação que estamos vendo.

Desculpem aí

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar a palavra agora ao Dr. José Augusto Fernandes, da CNI, que tem também agora um compromisso de almoço. Então, três minutos para comentar os questionamentos, enfim, as abordagens feitas pelos Senadores. Eu serei implacável no tempo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Muito bem. Muito obrigado, Senador.

Primeiro, respondendo à pergunta do Senador Armando, sobre a participação do setor privado na PDP. Quer dizer, desde fevereiro, iniciou-se um diálogo da CNI e das várias associações aqui presentes com o Governo sobre a PDP. A CNI fez um trabalho de consolidação de todas as posições setoriais. O que emergiu desse trabalho foi menos uma demanda de políticas estruturantes de oferta, políticas industriais clássicas, e mais ações na área de competitividade. Talvez não por acaso, o nome da política esteja mudando de PDP para PDC, que é política de desenvolvimento competitivo. Há uma discussão sobre o nome.

Quais são os temas considerados mais importantes? Toda a agenda tributária – desoneração de investimento de exportação –, a agenda da competência, que é a questão da inovação. Então, essa talvez tenha sido, das agendas, a que mais avançou recentemente nas discussões com o Governo.

Há um conjunto também de marcos regulatórios que são importantes para o setor privado. Por exemplo, toda área de biotecnologia depende de marcos regulatórios de segurança jurídica. Acho que está evoluindo bem também a área de educação, mas é como se eu tivesse que dividir a política em duas áreas: a área regulatória exige capital político e não tem custo fiscal, e a área fiscal exige custo fiscal e exige uma negociação mais complexa dentro do Governo. E os sinais são de que essa negociação ainda não terminou.

A Senadora Ana Amélia fez referência ao projeto a que também o Senador Ricardo fez referência, que está em discussão no Congresso Nacional. Acho que, de fato, temos um conjunto de sinais sobre o imbróglio fiscal do País neste momento, e está nas mãos dos senhores, talvez, resolver. Temos o Supremo emitindo sinal em relação ao Fundo de Participação dos Estados – os senhores têm de discutir a regra; o Supremo falando sobre o ICMS em geral, a guerra fiscal. Nós temos o setor privado colocando na...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Aviso prévio.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – (...)

mesa para os senhores a discussão do ICMS de importação. Há a demanda dos governos estaduais para um novo indexador. Há duas formas de tratarmos isso: podemos tratar isso de forma parcial ou de forma articulada, com a visão de colocar na mesa, no fundo, uma discussão de competitividade e de federação. Parece-me que o Congresso tem uma extraordinária oportunidade de fazer avançar essa questão. Essas questões são interdependentes. A sua questão sobre o incentivo à importação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– E há também os *royalties*.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Há os *royalties* também. Então, há todo um conjunto de temas que, talvez, induza a uma negociação geral sobre essa agenda.

Quais foram os avanços da agenda legislativa? Foram poucos até o momento. Houve o cadastro positivo. Na Medida Provisória nº 517, houve algumas regulações de fundos de infraestrutura, que serão importantes para atrair recursos para a área de infraestrutura. E houve a passagem do Código Florestal para o Senado.

Em relação ao BNDES, entendo que o PSI – o Luiz Aubert, depois, poderá entrar em maiores detalhes – teve um papel anticíclico muito importante. Mas temos de nos preocupar com uma questão-chave: pode o BNDES manter esse papel em uma visão de longo prazo? Temos de discutir outros mecanismos de suporte ao financiamento de longo prazo no Brasil. Essa questão é importante. Essa Medida Provisória a que acabamos de nos referir tem o papel de gerar um instrumento adicional em relação ao tema.

Acho que o horário...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Não, não. Só faltou a visão da CNI em relação ao PSI.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Exato.

Em relação ao PSI, penso que esse foi um instrumento extraordinariamente importante como ação anticíclica. Teve um impacto importante. Penso que o Luiz Aubert pode responder bem isso, pode falar sobre o setor de bens de capital.

O senhor também fez referência a políticas mais gerais do Banco. A discussão da questão do varejo está colocada hoje: qual é o papel que deve ter um banco em um projeto dessa natureza? Obviamente, a indústria tem privilegiado a seguinte ação: que o banco se dirija a questões de infraestrutura ou a questões associadas à competitividade e à inovação industrial e do próprio setor de serviços.

O Senador Blairo fez referência à questão do câmbio, e acho que todos nós concordamos com isso.

O Senador Luiz Henrique fez menção à importância de uma mobilização. Mas acho que o palco principal da ação está aqui, com essa ação articulada do Congresso. Os senhores têm os instrumentos e a forma de avançar, porque todos os temas relevantes para a questão fiscal, hoje, estão na mesa de trabalho dos senhores.

Peço licença, porque o Embaixador da Alemanha está me esperando neste momento para um encontro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. José Augusto Fernandes, pela participação, representando a CNI.

Passo a palavra ao Dr. Aguinaldo Diniz Filho, da Abit.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Tentarei ser rápido.

Senador Luiz Henrique, concordamos plenamente com a unificação dos movimentos. É importante a ponderação do senhor, para que a gente possa realmente mostrar para este País o caminho que estamos seguindo. Se isso continuar, que País vamos deixar para os nossos filhos e netos? Se isso continuar, como vai ser? O senhor tem toda a razão.

O Senador Armando fala da PDP. Posso dizer ao senhor, Senador Armando Monteiro, que esse é a terceira PDP. Há um objetivo muito importante que deve ser trabalhado, mas se esbarra na burocracia, Senador. Vamos lançar a PDP. Será uma porção de itens. Mas precisamos de quatro ou cinco itens realmente para fazer com que este País continue crescendo.

O senhor fala sobre desoneração dos investimentos, e vou além: falo de desoneração de investimentos, de desoneração de exportações – somos o único país que tributa exportação – e de desoneração de folhas, Senador Armando. Os 20% do INSS representam R\$93 bilhões para a Previdência. Poderíamos ser um pouco seletivos nisso. Os 20% do INSS para a indústria representam R\$19 bilhões. Quem sabe a gente possa desonerar isso e trabalhar para aqueles que precisam mais? Quem sabe possamos discutir isso?

Então, falo não só de desoneração de investimentos, mas de desoneração de folha. Vamos pensar nisso. O encargo da folha neste País faz com que nos tolhamos. Então contamos com o apoio do senhor.

Senadora Ana Amélia, a senhora fala sobre o *antidumping* conseguido pelo calçado, de U\$13,75, importante, mas tem a circunvenção. Então, Senadora Ana Amélia, é defesa comercial. Defesa comercial que, realmente, precisamos fortalecer neste país. Isso gera desemprego.

A senhora perguntou, também, se o PSI dá apoio ao setor. O setor têxtil tem um vínculo muito grande com o BNDES. O PSI, na nossa opinião, foi absolutamente importante e relevante para o setor, em um momento de crise, de reinvestimento. Só temos, Senadora, o BNDES como financiador de longo prazo, não tem outro no País. E, sem entrar em críticas maiores, posso dizer que o setor têxtil, que o setor industrial do Brasil, na nossa opinião, tem muito vínculo e é absolutamente importante o funcionamento do BNDES, sem entrar em detalhes recentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Uma resposta bem mineira.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – O Senador Ferraço coloca sobre o incentivo do ICMS. O senhor falou que, em um trabalho recente de um economista, esse incentivo do ICMS à importação representa 1% do ICMS do País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu falei, não. Quem falou foi o Professor Luís Paulo Rosenberg. Falou, sustentou e apresentou dados.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Então, gostaria que o senhor falasse para o Luís Paulo Rosenberg como pode.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu não, vamos fazer um debate aqui.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Como pode uma empresa que trabalha no Brasil e paga 14, 15% de ICMS, e quem importa, Senador, paga 4% diferido? Se representa 1%, talvez o seja, mas esse 1%, no global, na hora que o senhor localiza, prejudica terrivelmente o produtor nacional.

A empresa em que trabalho paga 14, 17, 18% de ICMS para produzir. Se eu importasse, iria pagar 4% diferido. Agora, se no total representa 1, Senador, talvez seja assim, mas isso não é tão importante.

O senhor perguntou também sobre o PSI e, na resposta que dei para a Senadora Ana Amélia, o PSI, para o setor industrial – só posso louvar –, foi absolutamente importante.

O Senador Blairo Maggi quando fala sobre câmbio, não há o que discutir, não há o que falar. Mas para nós, Senador Blairo Maggi, tenho para mim que não tem como, a curto e médio prazo... Falamos muito que a nossa necessidade é 30, 60, 90. É igual à duplicata, não dá para pensar aqui e trabalharmos profundamente para colocar esse dólar a R\$2,00, isso vai demorar muito. Mas que outras medidas, Senador, de mais urgência, de emergência, tais como desonerar folha, tributação, defesa comercial, investimentos, desonerar investimentos... Senador, o senhor compra uma máquina e antes dela produzir o senhor já está pagando imposto.

Louvo profundamente a colocação do senhor, propositalmente evitei falar em câmbio, mas é terrível a situação do câmbio. Tenho para mim que precisávamos de algumas reformas tributárias infraconstitucionais, para que pudéssemos correr. E o câmbio é um mal enorme. Mas tenho uma preocupação: não vai ser hoje nem amanhã que esse problema será resolvido – e não podemos esperar. O câmbio está mostrando que as condições tributárias deste País tornam-se mais gritantes, esse é o problema. Então, apoio o senhor no câmbio, o senhor tem toda razão e, se o senhor não vender algodão, não vou vender tecido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vi aqueles filmes do Ingmar Bergman – um cineasta espetacular – e, em todos os filmes que ele fazia, a cisma era com o relógio e com o tempo. Demorei todo esse tema para descobrir que ele tinha razão.

Com a palavra o Dr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Abimaq.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Senador, concordo plenamente com o senhor. Penso que não tem governo nenhum que não se mova por meio de pressão. Tem que ter pressão, tem que ter foco e, se hoje o Brasil está nessa situação, a culpa é da CNI, da FIESP, da

Abimaq, da Abit, porque deixamos chegar nessa situação. Não soubemos trazer os trabalhadores juntos para pressionar o Governo, para não deixar o Brasil chegar nessa situação. Concorro plenamente com o senhor, com essa agenda que o senhor colocou aqui de sabermos trabalhar juntos e mudarmos este País.

Senador Armando, já estivemos com o Governo levando as nossas propostas que estão aqui, que se dividem em defesa comercial, compras governamentais, regimes especiais, que fazem um grande mal. Esses Repetro, Reporto, todos esses negócios são um grande mal para a indústria nacional. Desoneração tributária, financiamento, está tudo lá.

Já tive várias reuniões, reúno-me, uma vez por mês, com o BNDES, com o professor Luciano Coutinho, já estive quatro vezes com o Ministro, e levamos as propostas.

Agora, essa caixa-preta da PDC, o que vai ser, eu não sei ainda, mas as nossas propostas estão lá, que são tudo aquilo que a gente falou aqui, e discutimos aqui.

Senadora Ana, isso que a senhora falou, nós já perdemos, na Abimaq, investimentos de fábricas de tratores, US\$220 milhões de indústrias que eram para fabricar tratores aqui e foram para a Argentina. A principal coisa é câmbio. Antes, o câmbio, lá, estava 1 a 1, o real era um peso. Hoje, está o dobro. Hoje, se você pegar lá, está pela metade. É essa conta.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, além disso, a tributação, os custos, a logística, tudo isso...

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Isso, tudo; muda tudo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Custo Brasil, o Custo Brasil.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Vai para lá. Estão indo, estão indo.

Olha, não é só para a Argentina. As indústrias brasileiras estão indo para o Paraguai. Se nós não resolvermos o Custo Brasil, as empresas vão resolver. Nós vamos buscar Paraguai, nós vamos buscar Uruguai, nós vamos buscar Argentina, porque eu não quero ver, eu não vou deixar a minha indústria morrer, nós vamos para lá.

Então, isso que a senhora falou está acontecendo, e cada vez mais rápido, cada vez mais rápido.

Primeiro, vai a grande empresa; depois, vão os fornecedores dessas empresas, e a gente está tendo essa migração para lá.

Aproveitando a pergunta que a senhora fez, do BNDES...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Até para a Eslováquia.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – É, até. Vai, vai para todo lugar.

Quanto ao BNDES, deixa eu falar. Nós temos, aqui, o André Romi, nós temos a Indústria Romi, que é uma fabricante, hoje, de máquinas e equipamentos no Brasil. Está aqui ele, que pode responder sobre a importância do BNDES PSI.

A senhora sabe como nasceu o PSI? Nasceu dentro da Abimaq.

Hoje, uma indústria... Hoje, não, foi em 2008, na crise, bem na crise.

Quando veio a crise mundial, os japoneses vieram aqui, no Brasil... Eles oferecem máquinas, aqui no Brasil, com dois anos de carência, oito anos para pagar e juros de 1.75% ao ano, 1.75% ao ano!

O alemão vem vender máquina aqui no Brasil: dois anos de carência, oito anos para pagar e juros de 2.15% ao ano, e nós estamos criticando o BNDES porque vem me cobrar 6.5% ao ano, fixos.

Nós nunca tivemos, neste País aqui, o PSI. O PSI é fundamental para a pequena e a média empresa, é isso que quero colocar.

Nós não podemos misturar duas políticas que o BNDES tem. Eu vou falar da parte de máquinas e equipamentos: é fundamental que o programa PSI seja perenizado, não que ele tenha data para acabar. (Palmas.)

Ele tem de ser perenizado. É a única isonomia, hoje, que nós temos, principalmente... Oitenta por cento dos associados da Abimaq são pequenas e médias empresas, que faturam menos de 60 milhões por ano, e são essas indústrias que estão sendo beneficiadas por isso.

Então, quando a gente pega o BNDES com o caso do Pão de Açúcar e esse negócio todo, a gente não pode macular essa imagem.

É fundamental o PSI para a indústria brasileira. Se não fosse o PSI, esses números que eu apresentei hoje, aqui, seriam muito piores.

O que mais eu tenho?

Bom, eu acho que BNDES, PSI, os insumos... Ah, o Senador Maggi, quando ele fala aqui... O professor Mário Henrique Simonsen, já falava isso há um tempo, há muito tempo, que os juros o deixam aleijado, e o câmbio, mata.

Nós estamos com essas duas espadas na nossa cabeça há mais de 15 anos. Está sangrando, este País. Este País está sangrando com isso.

Você pagar, neste ano... O Brasil vai pagar R\$230 bilhões de juros da dívida.

Se a senhora somar o que nós vamos investir em educação, saúde e inovação tecnológica, não dá um terço do que vamos pagar de juros para o sistema financeiro.

Quando alguém fala: “Este remédio está matando o Brasil, esse remédio dos juros altos”, isso é lobby do sistema financeiro, eu não tenho medo nenhum de falar isso aqui. Todos esses negócios que vão por aí são *lobby* do sistema financeiro.

Aumentar meio por cento... Cada um por cento que a gente aumenta da taxa Selic são R\$14 bilhões que vão para o sistema financeiro.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para os bancos.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Para os bancos, sem gerar um emprego, sem gerar nada em inovação tecnológica.

Nós temos de acabar com isso. Os juros não resolvem mais o problema do Brasil.

(*Palmas.*)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só olhar o balanço dos bancos. É só olhar o balanço dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu já cheguei à conclusão de que o Luiz Aubert, se se emocionar, é um perigo.

Com a palavra, o Dr. Sérgio Marques.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Tem um discurso, que ouço dos empresários, de que nós queremos condições iguais para concorrer com os produtos importados. Então, essas condições iguais têm de ser dentro do Brasil também.

Um exemplo: salário único para todo o País. Isso é condição igual, fundamental, então, aí, nós vamos estar falando, aí vai ser opção da empresa ir para o Ceará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, por questão dela, não por outras questões.

Senadora, quanto ao aumento do trabalhador no ramo, os sindicatos sempre tiveram o trabalho de todos os trabalhadores serem registrados, é uma condição para termos um controle de quanto entra e quanto sai. E com o Ministro Carlos Lupi – juntamente com as DRTs ou CRTs, que mudam o nome –, eles têm feito alguns comandos setoriais de combate ao trabalhador informal. Pegamos alguns setores por meio de denúncia, de fiscalização e autuação, vamos em algumas empresas que ainda têm alguns trabalhadores sem registro e estamos combatendo forte. Então, na verdade não se aumentou muito o emprego, mas sim o trabalhador formalizado, é disso que estamos tendo um controle maior.

Aproveitando a nossa fala, uma coisa que estamos vendo é que, se não nos empenharmos nesse trabalho de melhorar o setor têxtil, correremos um sério risco de assistirmos a uma Copa do Mundo, daqui a alguns anos, em 2014, e todo mundo com camisa, boné e bandeiras *made in China*.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, agradeço o senhor ter me passado a palavra, porque quero, basicamente, pedir desculpas. Estava aqui ao lado, na Comissão de Educação, e estavam discutindo o projeto, mas graças às novas técnicas podemos, mesmo estando em outra Comissão, acompanhar as coisas pelas transparências divulgadas. Isso me lembra de um ponto em que gostaria de insistir e que precisamos discutir na hora de buscar aumentar a competitividade. Chama-se inovação.

Tem duas maneiras de reduzir custos. A redução de custos, ou seja, aumentar a competitividade reduzindo o custo dos produtos tradicionais, por meio de economia de escala e de baixar os custos, inclusive juros e carga fiscal. Porque um mata, outro fere, e a carga fiscal deixa tonto. Pois bem. Uma é reduzir os custos para os produtos tradicionais, a outra é estar na frente, criando novos produtos – e aí é que estamos perdendo a chance de ter competitividade, porque não somos produtores de grandes produtos novos. Vejam que dois grandes produtos novos, soja e avião, vêm de inovação, porque a soja, no cerrado, é fruto da Embrapa; o avião é fruto do ITA. É aí que precisamos trabalhar, é aí que temos que fazer, talvez, uma audiência sobre inovação especificamente, e sobre Educação também.

Vi que o Luiz Aubert talvez tenha sido o que falou em educação, pelo menos tem uma das transparências a respeito de educação. Se não tivermos isso, não teremos competitividade.

Ontem estava todo mundo espantado porque 90% foi reprovado no exame da OAB. Estão botando a culpa nas faculdades. A culpa está na pré-escola dos candidatos. Foi lá na pré-escola que os alunos começaram a ser reprovados no concurso da OAB. É apenas um recado e quero dizer que, pelo que vi aqui, fico satisfeito em ver nossos empresários preocupados.

Quero dizer que o Armando Monteiro foi um dos que me mostrou como a indústria estava preocupada com a Educação, quando me colocou no Comitê da CNI para a Educação, e sugerir, Senador Delcídio, que façamos uma audiência sobre inovação. Esta é a proposta que irei formalizar, por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, passo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em virtude de estar havendo uma votação de Proposta de Emenda à Constituição na Comissão de Justiça, neste instante, infelizmente não pude acompanhar toda a exposição dos Srs. José Augusto Fernandes, Aguinaldo Diniz Filho, Luiz Aubert Neto e

Sérgio Marques. Cumprimento-os pela colaboração aqui colocada, mas gostaria muito de saber a opinião breve dos presentes, porque, como sou autor do parecer sobre o Projeto de Lei do Deputado Mendes Thame, que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal e que cria obrigações, estabelece sanções que recaem sobre os produtos e sobre os operadores que promovem a importação de produtos quando em desacordo com a regulamentação técnica.

Como eu acho que o Sr. Luiz Aubert, por exemplo, já está bem a par deste projeto, eu não precisaria descrevê-lo. Recebi uma nota executiva da Receita Federal colocando algumas objeções. Entretanto, concluindo a observação final, caso não seja possível a sua rejeição, são feitas propostas de alterações para não frustrar os objetivos do projeto aprovado na Câmara e para dar viabilidade jurídica de aplicação e harmonizar com os demais institutos legais relevantes.

Então, se puderem dizer, brevemente, que sugestões têm com respeito a isso, eu agradeceria muito. Muito obrigado.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Senador Suplicy, esse projeto, pelo que conhecemos, é da mais alta relevância, essa normalização técnica nos portos. Mas para isso, Senador, com certeza o senhor sabe, tem uma coisa que nos deixa absolutamente frustrados: o Inmetro não tem acesso ao espaço da Receita Federal. Isso já discutimos. Falamos inclusive em reuniões recentes do GAC. Hoje, a fiscalização de um produto, por exemplo, têxtil, é depois que ele é nacionalizado. E o Inmetro não tem acesso. Isso está sendo discutido. Não sei se esse projeto aborda isso. A Receita Federal tem um ponto e o Inmetro tem outro. Mas o mais incrível, o mais absurdo é que a fiscalização técnica, a normatização técnica não possa ser feita antes da nacionalização do produto, Senador. Isso é quase incompreensível. E nesse projeto, que é absolutamente importante para criar as mesmas condições técnicas de produtos de fora para produtos de dentro, que haja um acesso do Inmetro ao *site* da Receita Federal. Isso é fundamental. Se não, eu acho que nada vai prosperar nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Está satisfeito, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também o Presidente Luiz Aubert.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Por favor, Aubert.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Senador, mais uma vez, obrigado por sua presença. O senhor este-

ve conosco, há duas semanas, na Abimaq. Discutimos isso lá. Nós falamos da importância disso. Mas vou dar um pequeno exemplo. Como o Aguinaldo falou, as indústrias brasileiras têm que seguir a Norma Regulamentadora 12, que é de segurança em máquinas. Vou falar: para você fabricar uma prensa no Brasil hoje, você tem que ter raio laser para proteger a mão do funcionário, todo um problema que acarreta custo, e é correto cobrar isso. Na importação... Hoje eu tenho uma audiência com o Ministro Lupi. Está dependendo de uma autorização. Nem isso nós conseguimos, Senador. Máquinas usadas. Nós importamos prensas com mais de sessenta anos de uso, que não vêm com nada disso. É exigido do fabricante nacional, e do importado nós não temos controle nenhum disso. Então, essa lei é de extrema importância. É barreira técnica. O senhor sabe esse carro chinês que agora tem propaganda para todo lado? Ele não entra na Alemanha. O senhor sabe por que ele não entra na Alemanha? Porque ele não passa nos testes de segurança. Se bater um carro desses no muro, destrói. Ele destrói fora das normas. O teste de equilíbrio... Eu não estou fazendo propaganda contra a compra. Quem já tem, já comprou, paciência. Agora, não passa nos testes. A Alemanha barra tecnicamente, e ninguém reclama. E nós aqui não temos nem o mínimo de que precisamos. Então, nós estamos completamente a favor disso. E hoje estaremos com o Ministro Lupi para batermos mais ainda nesse ponto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço muito as informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Bom, eu gostaria, agora no encerramento, de indagar se há alguma consideração ainda que os palestrantes desejam fazer ao final. Eu solicito que sejam muito breves porque já estamos com o horário adiantado. Eu me congratulo, em nome da Mesa, da Presidência da Comissão, agradecendo a qualidade das intervenções, com a certeza de que estaremos à disposição para continuar a discutir essa agenda.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Por favor, Senador Luiz Henrique. Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só para uma observação muito rápida. É relativamente a uma campanha publicitária. Por que nunca passou a reforma tributária aqui no Congresso Nacional? Está aqui o Rigotto, que lutou por isso, dez, quinze anos aqui no Congresso. Por quê? Porque o brasileiro pensa que quem paga imposto é a empresa, é a indústria. Então, que se lixe a indústria. Ele não sabe que, ao beber água, ele paga 50% de imposto; que, no fim do mês, sua tarifa

de luz tem 50% de imposto; que, quando pega um ônibus, metade da tarifa que paga é de imposto. Eu já me reuni várias vezes com colegas de vocês e disse: “São trinta empresas, não mais que isso, que sustentam as cadeias de televisão”. Por que não fazer uma grande campanha mostrando, por exemplo, que a água que você está tomando tem metade de imposto – 52%, diz o Governador Rigotto. O cidadão que está no ônibus sabe que essa passagenzinha que ele pagou tem quarenta e tantos por cento de imposto? É como pegar dois elevadores e dizer: o trabalhador é o elevador que desce, que é a carga fiscal descendo; o salário dele aumenta, é o outro que aumenta. Fazer uma campanha publicitária para popularizar esse tema. Mostrar que quem paga imposto somos nós, a toda hora, a todo instante, a todo momento, em todo bem que consumimos. Então, eu acho que essa campanha publicitária é fundamental. E também mostrar o efeito danoso do câmbio, dos juros, mostrar, na televisão, como é que é a taxa de juros no México, no Chile, na Argentina, na Alemanha, e por aí afora. Se não houver uma grande campanha publicitária, nós não vamos avançar muito nesse tema. Porque esta Casa só funciona, e rapidamente, na velocidade que os senhores desejam, quando é premida, pressionada pela população.

Então, quero insistir nessas propostas que eu fiz. Primeiro, o movimento único não pela competitividade, não pela eficiência, não em defesa da indústria têxtil, mas em defesa da indústria e do emprego nacional. E com uma campanha... Fazer um grande ato, talvez em São Paulo, com milhares de trabalhadores, com milhares de empresários, e lançar uma carta ao Brasil. Quantas vezes esta Nação se moveu, por meio de uma carta? Nós conquistamos as Diretas, conquistamos a reinstitucionalização do País por meio daquele célebre carta que foi lançada lá em São Paulo. Então, eu quero insistir nisso, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Meu caro Senador, nós estamos tendo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – (...) para que a nossa audiência, que nós dois propusemos, tenha uma consequência prática pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Passo aqui, para o encerramento, ao nosso representante da Abit, o Presidente Aguinaldo Diniz.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Senador Armando e Senador Luiz Henrique, agradeço aos senhores por terem proposto esta reunião, que, para nós, muito importante, mostrando o que precisamos. E não vejo aqui, Senador Luiz Henrique, o senhor como Senador e eu como empresário. Definitivamente, eu não vejo. Eu nos vejo como brasileiros, pessoas de dignidade, que amam este Brasil, que trabalham.

Então, juntos, Senador, juntos, Deputados, todos nós precisamos levantar e melhorar este País pelo que vem aí, por nossos filhos e netos. Tudo que foi dito é muito importante, mas se nós nos unirmos, o senhor, Senador, importante na República, e nós, empresários do interior de Minas, do interior deste País, se nós nos unirmos com um objetivo concreto – não podemos continuar como estamos, precisamos melhorar este País –, temos condições de ter o melhor país do mundo. Nós conseguimos.

Agradeço muito a oportunidade que o senhor e Senador Armando nos deram, e que seja consequente. Estamos indo embora daqui a dez minutos, mas não podemos terminar por aí. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Passo, agora, ao nosso Dr. Luiz Aubert, Presidente da Abimaq.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Eu também agradeço, Senador Armando e Senador Luiz Henrique, pelo convite. E vou ser repetitivo: só vamos mudar este País quando trabalhadores e empresários derem as mãos neste País. Isso aqui é que nem casamento. Se vamos discutir as 40 horas, vamos ter pontos que vamos discutir, mas desoneração de investimento, incentivar a indústria brasileira, temos que fazer isso juntos. Isso que o senhor falou é de extrema importância. Acho que tínhamos que ter começado isso ontem. Quando veio a crise em 2008, a Abimaq foi a primeira associação de entidades de classes em que nós garantimos emprego na plena crise, chamando a CUT e a Força Sindical. Fizemos isso. Fomos criticados, mas não há outra forma. Nós temos que saber pressionar e fazer isso que o senhor falou.

Agora, quanto à mídia, eu vou dar um número para o senhor: 70% da mídia é sistema financeiro, é jornal, esses negócios todos. A indústria não tem dinheiro para fazer propaganda em mídia. Sessenta, 70%... Mas eu concordo: nós temos que criar um fundo, fazer alguma coisa para conscientizar a população.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Isso. Nós só vamos conseguir mudar este mundo conscientizando cada um. É o trabalho de formiga, um a um. Não adianta dar uma de Dom Quixote aqui. Nós temos que vir aqui, plantar essa semente que estamos plantando, trazer os senhores para o nosso lado, com os trabalhadores, porque só assim nós vamos construir um Brasil melhor e um mundo melhor.

Então, só tenho a agradecer a oportunidade que vocês me deram aqui. Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Passo a palavra ao representante da Confederação dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, Sr. Sérgio Marques, por favor.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Senador Armando, Dr. Aguinaldo, Sr. Luiz, Senador Henrique, quero ressaltar que nós esperamos realmente que esta Frente Parlamentar dê resultados, que não fique como as câmaras setoriais do passado, que andaram, andaram e não houve consequência alguma.

Ressaltando o que o Luiz Aubert falou, quando o barco afunda, ele não afunda apenas um lado. Ele afunda dos dois lados. Então, podem contar com os trabalhadores nesta briga pelo Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Muito obrigado.

Ao encerrar, queria cumprimentar todos os representantes do setor privado, integrantes das diretorias das entidades Abimaq e Abit; saudar aqui um companheiro, por meio de quem faço uma saudação a todos, o nosso Luiz Péricles Michelin, que está aqui conosco; e uma palavra especial à presença do nosso Governador, ex-Deputado, de quem tive a honra de ser colega na Câmara Federal, o nosso grande Germano Rigotto.

Um abraço a todos.

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 13 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 14:30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia seis de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Delcídio do Amaral, reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Antonio Carlos Valadares, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Ivo Cassol, Jorge Viana, José Pimentel, Vanessa Graziotin e Waldemir Moka.** A Presidente declara abertos os trabalhos e convida os participantes a tomarem assento à mesa. A Presidente informa que a presente

Reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 34, de 2011-CI e nº 42, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, e Lúcia Vânia, com o objetivo de debater a Renovação das concessões, com a presença dos seguintes participantes: Flávio Antônio Neiva – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE; César de Barros Pinto – Diretor Executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE; Nelson Fonseca Leite – Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE; e Paulo Skaf – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. A seguir, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Waldemir Moka, Ivo Cassol, Delcídio do Amaral, Cyro Miranda e Lúcia Vânia.** A Presidente atendendo solicitação do Senador Waldemir Moka, solicita à Consultoria Legislativa do Senado, estudo técnico acerca da constitucionalidade e juridicidade incidente sobre a possibilidade de prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica. O Senador Delcídio do Amaral assume a Presidência às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da CI – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da CAE.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Passemos agora à pauta, conforme previamente divulgada.

Antes, convido para compor a Mesa, como convidados desta audiência pública, Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Abrace; César de Barros Pinto, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica

– Abrate, representando o Presidente da Abrate, José Cláudio Cardoso; Nelson Fonseca Leite, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Abradee; Paulo Skaff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Cumprimento os senhores expositores, agradecendo a presença de cada um. Vamos dar início a nossa reunião, mais uma audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e da Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a renovação das concessões, em cumprimento ao Requerimento nº 34, de 2011, aprovado em 16 de junho, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Blairo Maggi e Lúcia Vânia, e ao Requerimento nº 42, de 2011, da CAE, aprovado em 21 de junho, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Contamos hoje com a presença dos convidados que já foram aqui nominados.

Desde já, quero agradecer encarecidamente a presença de V. S^{as} nesta audiência.

Estamos dando início ao segundo debate em torno de um assunto da maior relevância para o País, em que o Estado brasileiro deverá tomar uma das mais importantes decisões da história recente, com graves repercussões econômicas e sociais: a proximidade do vencimento das concessões de serviço público de energia elétrica.

Até 2015, estarão vencidos os mais de 28 mil *megawatts* entre concessões para aproveitamento de potenciais hídricos na produção de energia elétrica. Até lá, vencem 33% dos contratos de transmissão e 55% dos contratos de distribuição de eletricidade. O impacto global desses contratos no conjunto do setor elétrico é imenso, lembrando que alguns deles, já vencidos, operam hoje a título precário, com base em decisão governamental que necessita de fundamento legal e constitucional mais seguro.

Este é, inclusive, um dos pontos mais polêmicos a serem enfrentados, quer seja em debates acalorados em meios acadêmicos ou políticos: deve-se optar por prorrogar as concessões ou por licitá-las? O que a Constituição Federal determina? À primeira vista, parece claro que o art. 175 impõe o regime licitatório como caminho mais adequado a ser seguido. Todavia, a própria lei geral de concessão de serviços públicos prevê a possibilidade de prorrogação.

Está instaurada, portanto, a controvérsia jurídica a respeito do assunto. Certo é que, além do debate jurídico, essa será uma decisão política fundamental, que terá enorme repercussão no setor e na sociedade brasileira como um todo. A verdade é que o encaminhamento dessas concessões depende essencialmente de

um complexo conjunto de critérios ainda não delimitados, mas que reclamam a adoção de uma estratégia clara e amplamente discutida.

É este o papel do Congresso Nacional, cuja missão não se limita a discutir e esclarecer as questões de interesse nacional, mas, sobretudo, é a de representar a sociedade brasileira nesses debates. Temos hoje a rara oportunidade de podermos antecipar essa questão de forma a permitir que caminhos sejam apontados e trilhados, sempre ao encontro dos interesses da Nação.

O vencimento das concessões para produção, transmissão e distribuição de energia também permite que se introduza nessa discussão a revisão de algumas das políticas públicas do Brasil no setor.

Aspectos como modicidade tarifária, carga tributária, rediscussão de encargos e de investimentos setoriais e competitividade do setor produtivo podem e devem ser trazidos ao debate.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a segunda reunião para discutir o tema nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

No curso dos debates, muito poderá ser esclarecido, analisado e bem avaliado, com a preciosa colaboração de nossa ilustre lista de convidados.

Eu gostaria de dizer que, na última reunião, foram levantados alguns pontos importantes. O primeiro deles, a urgência da definição do modelo de concessões, uma vez que foi apresentada aqui a dificuldade que as empresas sentem em promover o seu planejamento estratégico.

Segundo, a importância da busca da modicidade tarifária sem, contudo, deixar de levar em conta a segurança do sistema.

Terceiro, as vantagens e desvantagens dos modelos de prorrogação e licitação.

Portanto, concedo a palavra ao Sr. Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage, que terá 15 minutos para expor seu trabalho.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Boa tarde a todos, boa tarde à Senadora Lúcia Vânia, aos meus companheiros e participantes deste debate, ao César, da Abrate; ao Nelson, da Abradee; ao Dr. Paulo Skaff, da Fiesp; às senhoras e aos senhores.

Farei agora algumas considerações a respeito desse debate nacional que se trava sobre o vencimento das concessões.

Próximo, por favor.

Farei rapidamente uma descrição da Abrage. A Abrage é uma associação civil sem fins lucrativos, instituída a 7 de dezembro de 1998. Tem um parque gerador predominantemente hidrelétrico, possui 15 associadas

– ali está desatualizado – cujas usinas representam cerca de 80% da geração do Brasil. É apoiada por nove grupos de trabalho e um comitê jurídico.

Próximo, por favor.

São essas as empresas associadas da Abrage: as empresas federais de geração, empresas estatais estaduais e cinco empresas privadas.

Próximo.

Vencimento das concessões de geração: em 2015, vencerão as concessões de 49 usinas hidrelétricas de associadas da Abrage. A capacidade instalada desse conjunto de usinas é de cerca de 19 mil megawatts. A energia assegurada associada a elas é de cerca de 9 mil megawatts médios, 23% do parque hidrelétrico brasileiro. As empresas associadas envolvidas, concessionárias dessas usinas, são as estatais estaduais do Rio Grande do Sul, CEEE; Cemig, de Minas Gerais; Cesp, de São Paulo; Copel, do Paraná; Chesf; Eletronorte e Furnas. As concessões são individualizadas de cada uma das 49 e cada usina tem a sua concessão.

Próximo.

Quanto à legislação pertinente ao tema, eu mencionaria aí, depois da Constituição Federal de 1988, a Lei 8.987, de 1995, que estipulava, vencido o prazo de concessão, licitação. Está escrito nessa lei, no § 1º, que, vencido o prazo de concessão, o poder concedente procederá à sua licitação, nos termos dessa lei.

No mesmo ano, na Lei 9.074, foi admitida a prorrogação até 20 anos, ou seja, até 2015, razão pela qual 2015 é o ano, ou então a alternativa: privatiza a usina com nova outorga até 35 anos.

Um ano depois, veio a Lei 9.427, que foram admitidas prorrogações sucessivas, no famoso art. 27 dessa lei. No entanto, já no governo do Presidente Lula, na Lei nº 10.848, foi revogado esse artigo e admitida uma só prorrogação de 20 anos, que permanece com esse problema que estamos aqui diante dele.

Bom, estamos diante de um problema regulatório de solução bastante complexa, como disse a Senadora. Contudo, a Constituição oferece o caminho para se chegar a uma solução. A Constituição Federal, depois de esclarecer que os potenciais hidráulicos brasileiros são bens da União, amortizados ou não, indica exatamente o que a União deve fazer, o que a União não pode e não deve fazer e o que é facultado à União agir. A União deve resolver essa situação, porque é privativo legislar sobre essa matéria. Ela tem que resolver essa situação. E a União não pode renovar a concessão sem licitar. Na Constituição, está escrito claramente isso. Porém, está escrito também, no art. 175, que é facultada à União legislar, promovendo a prorrogação, da mesma forma que já o fez em algumas

leis recentes, como eu acabei de ler. Então, prorrogar não é uma novidade.

Alternativas para a solução do problema, como mencionou a Senadora Lúcia Vânia: primeiro, a reversão das concessões para posterior licitação; segundo, prorrogação das concessões.

Próximo.

Reverter as concessões e posterior licitação tem uma complexidade e custo econômico para o País bem mais alto que a prorrogação. É bastante complexo licitar cada uma daquelas usinas até 2015.

Viabilidade temporal: difícil licitar todas nesse prazo.

Viabilidade política: mais baixa que a prorrogação. Daria para clicar ali, por favor?

A Constituição Federal prevê, no art. 21, que compete à União explorar direta ou indiretamente, mediante autorização, concessão ou permissão – letra “b” desse inciso –, os bens, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos d’água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos. A Constituição prevê articular com os Estados.

Próximo, por favor.

Segurança jurídica: independe de mudança de lei licitar, porém requer um processo complexo de definição de regras para a reversão de ativos e de indenizações dos investimentos.

Investimentos: usa recursos financeiros para aquisição de ativos existentes, os quais poderiam ser usados na expansão da oferta tão necessária.

Oferta de energia: continuidade dos serviços e investimentos possivelmente comprometidos no período pré-licitação, pela indefinição.

Prorrogação.

A prorrogação é mais ou menos o inverso.

A complexidade e o custo econômico mais baixo.

Viabilidade temporal: mais rápido do que licitar.

Viabilidade política: alta, como já oi dito no item anterior.

Segurança jurídica: requer mudanças à lei, conforme prevê o art. 175, que acabei de ler.

Por favor, clique lá.

O art. 175 diz o seguinte:

Incumbe ao poder público, na forma da lei, direta ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação do serviço público.

No entanto, o inciso I diz:

O regime de empresas concessionárias, permissionárias de serviço público, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação,

bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão.

Enfim, dizendo que ali está o dispositivo constitucional que permitiu fazer aquelas leis que foram feitas de 1988 para cá.

Próximo.

Investimentos: não aloca recursos financeiros em ativos existentes e a oferta de energia tem menos risco para a continuidade dos serviços e investimentos em ativos existentes.

O posicionamento da associação brasileira dos geradores são esses três pontos: sugere e propõe prorrogar as concessões já prorrogadas – segundo aquela lei que mencionei –, ripristinando o art. 27 – aquele que impedia prorrogação sucessiva –, mediante a criação de um ônus relativo à prorrogação de concessão de geração, a ser recolhido das usinas prorrogadas em um percentual incidente sobre as suas respectivas receitas líquidas e venda de energia. Destinar os recursos arrecadados para a modicidade tarifária, por exemplo, utilizá-lo para o alívio da Tust e para o alívio da TUSD e para o alívio dos encargos de sistemas, que todos conhecem. Manter a liberdade para os geradores comercializarem sua energia no ACR, no ACL, num ambiente com transação regulada, num ambiente com transação livre, como está na Lei 10.848 e do Decreto 5.163.

Próximo.

São essas as posições das geradoras.

Considerações que nós faríamos sobre o vencimento. As usinas cujos vencimentos de concessão se darão a partir de 2015 encontram-se em diferentes graus de amortização. Para a maioria das usinas a remuneração projetada não foi alcançada por diversos motivos: sobras durante o seu funcionamento; Itaipu, que tinha prioridade de contratação; Rencor, que foi a equalização tarifária; período de concessão insuficiente; controle inflacionário de algum período dessa concessão. A utilização dos preços de energia da Teles Pires, destinado ao mercado cativo, que é 70% da usina, a R\$58,00, como referência para o preço de prorrogação das concessões não é adequado no nosso ponto de vista, porque os outros 30% restantes da energia dessa usina foram reservados ao mercado livre a preços esperados muito superiores a esse valor. Então, é uma usina que, como todo mundo fala, custou barato, mas é uma usina pontual. Realmente tem esse valor, mas há esses aspectos a que acabei de me referir.

Existe pouca margem para se reduzir a tarifa de energia para o consumidor através da redução do preço dessas usinas a serem prorrogadas, conforme mostra a figura a seguir. Essa figura, e pediria bastante atenção para ela, representa o valor de uma conta

de luz em 2008, ano em que apuramos esse valor, no valor de R\$400,00, de uma residência que consumia 1.000KW/h por mês. Dá para ver ali que, desses R\$400,00, R\$22,00 provêm da transmissão brasileira de toda a rede básica brasileira de extra e alta tensão; a distribuição, R\$100,00, e a geração, R\$115,00, correspondentes, àquela época, a 40.000Mw médios. Aqueles nove mil a que acabei de me referir, que são as usinas cujas concessões estão vencendo, representam R\$18,00 nesta conta de R\$400,00. Isso significa que, numa situação absurda, se colocássemos, *in extremis*, o valor zero nessa tarifa para esta conta de luz, a conta cairia para R\$382,00. Quer dizer, não é que não tenha efeito, mas é pequeno o efeito esperado.

Aqui mostra as tarifas médias industriais de alguns países do mundo. Mostra ali que o Brasil está em terceiro lugar, pelo menos nesta lista, de mais cara. A Itália está com 286; o Brasil com 180 dólares por megawatt hora, tarifas industriais. E o Japão está lá com 158 dólares MW/h. Quem olha aquilo ali pode pensar que a energia do Japão tem uma tarifa de energia mais favorável, mais tranquila. Mas quem aprecia o valor do Japão está, na verdade, apreciando o imposto que se cobra no Japão sobre a energia elétrica, que é da ordem de 8%. No Brasil, corresponde a 36% de imposto, sem encargos; esse valor é sem encargo.

São essas as considerações. Nós, como os senhores puderam notar, temos uma proposição positiva. Não estamos fugindo da economia real do País, estamos, sim, querendo prosseguir inseridos nela, numa solução que traga menos transtornos para o País, buscando a modicidade tarifária possível como acabei de mostrar.

Muito obrigado a todos pela atenção.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Antonio Flávio Neiva.

Concedo a palavra ao Sr. Cesar de Barros Pinto. V. Sa dispõe de 15 minutos.

O SR. CESAR DE BARROS PINTO – Inicialmente quero cumprimentar a Exma SRA. Senadora que preside esta reunião, os Senadores presentes, assim como as senhoras e os senhores que aqui também acompanham.

O setor elétrico, a gente costuma chamar de uma coisa só; na verdade, nele nós podemos identificar três segmentos bem característicos. Os segmentos de geração, de transmissão e de distribuição. Os três constituem o sistema elétrico brasileiro, mas são coisas diferentes que têm características peculiares. No caso da transmissão, por exemplo, a prorrogação das concessões é viabilizada praticamente *in totum* pelas razões que vamos mostrar.

Os contratos de concessão foram realizados em 2001, com retroação em 1995, e termo final em sete de julho de 2015. Não houve concessão individual de linha por linha, subestação por subestação. Aquelas instalações existentes até o fim de 1999 foram concedidas em bloco; então nós temos as instalações concedidas à Chesf, à Cemig, à Eletronorte e assim por diante. Diferentemente das novas instalações, as novas linhas e as novas subestações são, cada uma, uma concessão. Esse comportamento diferente é que dá característica muito peculiar ao segmento de transmissão. Os contratos feitos pela transmissão com poder concedente têm cláusula de prorrogação por mais 20 anos; quer dizer, não é nenhuma invenção. Ele já existe, é um contrato assinado, ato jurídico perfeito em vigor que prevê a possibilidade de prorrogação por mais 20 anos. Na prática, os contratos celebraram a primeira concessão e não a prorrogação de concessão porque não havia concessão de transmissão anteriormente a essa lei. A transmissão era concedida juntamente com a geração que dela fazia uso.

A fundamentação legal – vou passar muito rapidamente porque ela é praticamente igual a que o Flávio mostrou para a geração. A Lei 8.987 dispõe sobre o regime de concessão e cita como cláusula essencial a que estabelece condição para prorrogação.

Próximo. No advento da prorrogação, os investimentos ainda não remunerados devem ser reconhecidos no estabelecimento de nova receita. A Lei 9.074 tratou de regras de transição da prestação de serviço de prazo indeterminado para prazo determinado, o objetivo básico dela. Essa lei, em seus artigos 19 e 22, dispõe especificamente sobre o período de transição; eles já produziram os efeitos que resultaram nos contratos de concessão hoje vigentes.

A Lei 9.427, que foi o artigo revogado pela Lei 10.848, estabelecia que os contratos de concessão celebrados na vigência dessa lei teriam cláusula de prorrogação de concessão. A lei estava em vigor quando foram celebrados aqueles contratos, motivo pelo qual não há o cancelamento da vigência.

Próximo. A Lei 9.427, que ainda estava em vigor àquela época: a simples revogação não implica comando proibitivo.

Próximo. Do ponto de vista legal, a análise dos aspectos jurídicos e legais dos contratos prevê a possibilidade de prorrogações e estão em conformidade com a legislação e nunca tiveram sua legalidade questionada. Vamos ver agora o contrato.

O contrato é a cláusula 12^a. Estabelece que o prazo de concessão estabelecido no *caput* da cláusula poderá ser prorrogado pelo período de até 20 anos. É bem explícita a determinação da possibilidade de

prorrogação. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do contrato que é o prazo que está nos apertando agora, com relação a 2015.

Próximo

A Aneel terá 18 meses, até o 18º mês anterior, até aprovar ou não o pedido de prorrogação do prazo. E estabelece no contrato os pré-requisitos para a prorrogação: subordinação ao interesse público, assegurar continuidade e qualidade do serviço, relatórios técnicos à fiscalização da Aneel, revisão das condições contratuais e regularidade fiscal e previdenciária da concessionária.

É interessante observar que os critérios e parâmetros de avaliação não estão definidos ainda. Essa é uma das razões por que temos pressa na definição da solução que vai ser adotada para que possa ser tomado esse conjunto de providências necessárias.

A conveniência da prorrogação atende a seis itens que podemos destacar. Eu passaria diretamente para o primeiro.

Próximo.

A garantia na continuidade e na qualidade da prestação do serviço público. É preciso entender que a transmissão é a espinha dorsal do sistema elétrico. É a transmissão que liga o Estado do Pará ao Rio Grande do Sul; é a transmissão que vai trazer para a Região Sudeste a geração das usinas do Madeira; é a transmissão que, posteriormente, vai transportar a energia gerada em Belo Monte para os centros de carga. Esse conjunto de 73 mil quilômetros de linha que seria licitado de uma só vez iria tumultuar de forma tal o sistema que a segurança operacional ficaria totalmente comprometida.

Próximo. Modicidade tarifária. As transmissoras, para quem não sabe, são submetidas, a cada quatro anos, as transmissoras que têm essas instalações concedidas em 99, elas são submetidas, a cada quatro anos, a uma revisão tarifária periódica com transferência de tudo quanto é ganho, até exageradamente, todos os ganhos de produtividade, todos os ganhos de rendimento das transmissoras são transferidos para tarifa, para modicidade tarifária. É natural que em uma prorrogação de concessão a revisão seja feita com mais profundidade, mudando-se certas regras. Por exemplo, desblindando as receitas básicas das instalações existentes; os detalhes, não vou cansá-los com isso.

Outra conveniência é o direcionamento de investimentos para novos empreendimentos. É mil vezes melhor que o capital privado, em vez de comprar instalações já existentes, invista em expansão do sistema, uma vez que temos necessidade enorme de recursos para garantir a expansão para assegurar adequado

suprimento de energia elétrica ao País. O interesse público não recomenda que os recursos sejam direcionados para aquisição de artigos existentes.

Próximo.

O custo de reversão para artigos não depreciados ao término da concessão será feito com indenização das parcelas vinculadas aos bens reversíveis ainda não amortizados – aqueles que a gente faz ao longo da vida do equipamento para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços. As concessões com término em 2015 incluem bens pouco depreciados e exigiriam significativa indenização ou da RGR ou do vencedor da licitação.

Segurança para os investidores. Considerando essas disposições legais que a gente leu quando da apresentação da fundamentação legal, considerando os termos contratuais, a simples discussão da questão se é prorrogável ou não gera insegurança jurídica muito grande, uma vez que o contrato perfeitamente em ordem e em vigor deixa de ser considerado para efeito de aplicação. Essa insegurança seria agravada na hipótese da quebra de contratos que contenham cláusulas de prorrogação.

Próximo.

O desestímulo nas práticas de excelência seria consequência natural da inibição dos investimentos quando não se sabe qual seria o rendimento futuro desses investimentos mexidos por meio de mudança na concessão.

Próximo.

A nossa conclusão é que a prorrogação de contratos de concessão das transmissoras é legal, viável e conveniente, motivo pelo qual acreditamos que esse deve ser o caminho, no caso das instalações de transmissão.

Aduzimos que uma determinação legal mais clara que estabeleça o direito a prorrogação nesses casos por meio de medida provisória ou mudança na Constituição seria muito bem vinda para a tranquilidade de todo o segmento. Era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. César de Barros Pinto e concedo a palavra ao Sr. Nelson Fonseca Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, boa tarde colegas apresentadores, Dr. Flavio Neiva, Dr. Paulo Skaff, Dr. César de Barros Pinto, Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senado Federal na pessoa da Senadora Lúcia Vânia pela oportunidade de apresentarmos e discutirmos tema tão relevante que é o tema do vencimento dos contratos de concessão nesta audiência pública.

Próximo. O setor de distribuição hoje no Brasil. Vamos primeiro fazer um panorama do setor de distribuição para depois entrarmos no aspecto específico dos contratos de concessão, tendo em vista que o Dr. Flávio já fez um voo sobre a questão jurídica avaliando a viabilidade política e jurídica de cada alternativa.

Nós vamos apresentar aqui alguns princípios aprovados pelo conselho de distribuição da Abradee, que são os princípios que julgamos de interesse do setor de distribuição. Hoje no Brasil temos 67 milhões de unidades consumidoras, atendemos dois milhões de novas ligações por ano, empregamos 160 mil pessoas, temos receita bruta de 118 bilhões no ano passado, recolhemos em encargos e tributos 44 bilhões e atendemos um mercado de 375 terawatt/hora, com participação de 2,2% no PIB. O setor investe anualmente 8 bilhões de reais em média por ano e pelos nossos cálculos até 2015, com a economia crescendo a 5%, teremos que investir 11 bilhões de reais em média por ano. É um setor que tem taxa de universalização de 99,2%; é o serviço público mais universalizado do Brasil, e com índice de satisfação de consumidores residenciais de 77,3%.

Próximo.

Este mapa mostra a atuação da Abradee, de como a associação das distribuidoras congregam 43 concessionárias responsáveis por 99% dos consumidores do País.

Próximo.

Este gráfico mostra, até 2009, o grau de universalização de alguns serviços básicos mostrando que a energia elétrica é o serviço básico mais universalizado que existe. Em 2010 nós chegamos a 99,2%.

Próximo.

É um setor que, comparado com outros setores, tem baixo nível de reclamação junto a órgãos de defesa do consumidor. Aí mostra uma reportagem de 2009 com índice de reclamação no Procon.

Próximo.

Aqui um gráfico que mostra nos últimos 14 anos a redução de 30% na duração de interrupções e de 48% na frequência de interrupções.

Próximo.

Este gráfico é resultado de uma pesquisa contratada pela Confederação Nacional da indústria junto ao Ibope em dezembro de 2010 publicada agora em março de 2011, feita em 140 Municípios brasileiros, sendo ouvidas duas mil pessoas que avaliaram a qualidade de 12 serviços públicos. O fornecimento de energia elétrica foi o serviço público mais bem avaliado pela população, com grau de aprovação de 75%.

Próximo.

A Abradee, que é a associação das distribuidoras realiza há 13 anos uma pesquisa de satisfação de clientes residenciais. Na pesquisa de 2010, nós apuramos um índice de satisfação de 77%. Quer dizer, números bem parecidos com aqueles da pesquisa da CNI, sendo que a nossa amostra é feita com 26 mil consumidores de distribuição em mais dois mil municípios do Brasil.

Uma questão que se discute muito hoje é a questão do valor da conta de luz. Todo mundo reclama que a conta de luz é muito alta e nós, nesse gráfico, mostramos que somente $\frac{1}{4}$ da conta de luz destina-se à concessionária de distribuição, ou seja, a maior parcela do que o brasileiro paga na conta de luz vai para encargos e tributos com 45%, a geração e a transmissão ficam com 31% e a distribuição com 24%.

Esses tributos, eles são, na sua maioria, tributos estaduais, com 47%, basicamente o ICMS que em alguns Estados chegam à alíquota de 30%, calculado por dentro, que se calcularmos por fora daria 42%; tributos federais 31%, encargos setoriais 19%, encargos trabalhistas 3%.

Quando pegamos os encargos setoriais, nós temos aí uma série de encargos, sendo que o maior deles é a CCC, que é o encargo que visa cobrir a geração nos sistemas isolados. A CDE, que é a conta para desenvolvimento do setor elétrico, que também financia aí uma série de obras do "Luz para Todos" e do desenvolvimento do setor elétrico: Proinfa, RGR, e uma série de taxas de fiscalização no setor, que nós achamos – como disse muito bem a Senadora Lúcia Vânia, na sua fala introdutória -, que é uma oportunidade de nós rediscutirmos essa questão de tributos e encargos em prol da motricidade tarifária.

Esse gráfico é uma notícia que foi publicada recentemente, que mostra que esses encargos que representam 45% na arrecadação do setor elétrico eles estão subindo mais que o valor da conta da energia, proporcionalmente, ou seja, em 2002 o setor arrecadava R\$ 21 bilhões em encargos, em 2008 passou a arrecadar R\$ 46, 2 bilhões em encargos.

Aqui nós fizemos um levantamento da variação dos encargos de 2010 para 2011, tendo em consideração o reajuste tarifário das empresas ocorrido neste ano, no mês de abril e nós chegamos a uma variação de alguns encargos superiores, inclusive, a 100%, ou seja, os encargos variaram em média 16%, sendo que a RGR teve uma variação de 104% a CC 15,65%. O encargo de serviço e sistema variou 70,8%.

Próximo.

Senhoras e Senhores, nós mostramos aí que o setor é um setor bem avaliado, o serviço é bem avaliado pela população, a qualidade do serviço pelos indicadores é uma qualidade que está melhorando ao

longo do tempo e o preço é uma questão que deve ser aproveitada, a oportunidade aí da discussão dos contratos de concessão para ser discutido.

No setor de distribuição, no mercado regulado, em 2010, foi atendida uma carga de 310 terawatt/hora e desses 310 terawatt/hora, 33% são concessões que vão vencer entre 2015 e 2017, representando aí 33% do bolo total.

Quando nós pegamos o número de contratos de concessão aquela proporção é diferente. Aqui são as concessões que estarão vencendo no período de 2015 e 2016; nós temos aí concessões de empresas, cujo controle acionário é o do Estado; nós temos empresas com controle acionário da União, que são empresas com controle acionário da Eletrobrás e nós temos empresas com controle acionário de grupos privados como é ali: Grupo Rede, CPFL e outras.

Aqui tem outra continuidade da lista das empresas; tem, inclusive, empresas municipais com concessão vencendo em 2015.

Próximo, por favor.

Aqui é uma continuidade, eu não vou ler empresa por empresa.

Próximo, por favor.

É a Ceam, porque o contrato de concessão foi fundido com a Manaus Energia, numa empresa só, que se chama Amazonas Energia. Mas o contrato original ainda é o contrato da Ceam e o contrato da Manaus Energia.

Bom, considerando o número de contratos vencendo em 2015, nós temos aí 63%. Por que é diferente aquela proporção de 63% dos 33% mostrados no gráfico anterior? Porque no gráfico anterior era considerada a energia fornecida, e nesse gráfico aqui o número de contratos vencidos.

Significa o seguinte: tem várias empresas pequenas, municipais e de atuação mais local, regional, com contratos vencendo em 2015. São, ao todo, quarenta contratos vencendo em 2015, em 2016.

Pontos que nós consideramos importante serem observados neste momento em que se discute a questão do vencimento dos contratos de concessão.

Primeiro, as concessões de energia pertencem ao Estado. Ou seja, as concessões são da União. Existem diferenças econômicas e regulatórias entre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Ou seja, nós não podemos... Como existem especificidades no setor elétrico em relação a outras concessões de serviços, como o de rodovias, a outros serviços concedidos, existe dentro do próprio setor elétrico uma diferença grande entre geração, transmissão e distribuição. No caso da distribuição, a reavaliação permanente da eficiência da distribuição,

que se dá via revisões tarifárias periódicas, pode tornar ineficaz um processo licitatório para contestá-las. Ou seja, o processo de revisão tarifária periódica das distribuidoras já traz embutida uma contestação pública, através de audiências públicas, da questão das tarifas. Ou seja, a cada quatro ou cinco anos, o contrato de concessão é revisitado e há um processo de audiência pública para se questionar e se restabelecer um novo patamar de tarifas.

E nós achamos que a solução que for adotada deve preservar os investimentos. Por quê? Porque a distribuição requer investimentos contínuos.

Para os senhores terem idéia, através do Programa Luz para Todos, nós incorporamos 2,600 milhões de consumidores nos últimos anos. Foram 13 milhões de brasileiros que passaram a ser interligados ao sistema elétrico nacional, que saíram da escuridão e tiveram acesso à energia elétrica.

E o setor de distribuição é um setor em expansão constante. Por quê? Os ativos que vão envelhecendo, que são ativos que chegam ao final da vida útil, são sempre renovados, desativando-se os ativos, os bens de massa mais antigos. Então é um setor cujos ativos estão sempre renovados. Ou seja, nós não podemos dizer que os ativos do setor estão depreciados.

Aqui são alguns princípios, defendidos pela Associação Brasileira de Distribuidores, que nós julgamos importante serem levados em consideração. Primeiro, nós somos favoráveis à modicidade tarifária, até porque a modicidade tarifária já é uma constante no nosso modelo regulatório.

Segundo, nós achamos que na modicidade tarifária nós devemos carrear todos os ganhos eventuais de um processo de renovação ou de prorrogação de concessões para atenuação de encargos setoriais que são encargos que oneram muito a conta de energia elétrica.

Terceiro, o regime de regulação econômica já promove a modicidade na distribuição, conforme nós falamos aqui, através do processo de revisão tarifária periódica. E a desejável redução do custo da energia para o consumidor não deve ser obtida a partir de uma diminuição artificial do preço da energia.

Próximo, por favor.

Tem uma questão importante que nós julgamos, e que foi relatada aqui pelo colega Cesar de Barros Pinto quando falou dos contratos de concessão. É que nós temos que respeitar os contratos de concessão. Eventuais alterações de lei após a assinatura dos contratos não devem interferir nas condições e termos previstos no momento em que esses contratos foram assinados, e alguns contratos de concessão têm cláusula que prevê a prorrogação.

Uma outra questão importante e relevante é a da definição prévia do valor da reversão. É indispensável que se formalize o critério para o valor da reversão, para apoiar a tomada de decisão por parte dos empreendedores estatais e privados e por parte do próprio Estado.

No caso das concessões de distribuição, o valor deve ser o dos ativos não depreciados, de forma coerente com a base de remuneração regulatória que já é mantida pelo regulador o tempo todo para estabelecimento das tarifas.

Esse prazo para tomada de decisão dos agentes envolvidos tem que ser suficiente para avaliação econômica dos valores a serem ressarcidos em caso de reversão. Portanto, é muito importante, nesse processo, que se busque a isonomia no tratamento dos novos contratos, tendo em vista que o modelo de revisão tarifária do terceiro ciclo prevê uma comparação entre empresas por *benchmarking*. Então, não teria sentido nós compararmos empresas sob regimes regulatórios diferentes.

Acreditamos que a modicidade tarifária deveria ser endereçada aos serviços regulados, ou seja, à tarifa fio tanto de consumidores que comercializam no ambiente regulado quanto no ambiente livre, mas à tarifa fio, tendo em vista que a parte da energia do ambiente livre é livremente negociada entre as partes. Essa solução deve garantir a sustentabilidade do setor.

E, por último, a indefinição das regras compromete a própria sustentabilidade e gera uma insegurança muito grande no setor. Por isso é que conclamamos a todos para que busquem uma solução o mais rápido possível dessa questão, no sentido de dar uma certa previsibilidade aos investimentos no setor e dar segurança jurídica para aqueles que são detentores de concessões de distribuição hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Sr. Nelson Fonseca Leite e passo a palavra ao Sr. Paulo Skaff.

O SR. PAULO SKAFF – Obrigado, SRA. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Moka, Senador Ivo Cassol, companheiros Cesar, Nelson e Flávio, senhoras e senhores, jornalistas, eu, Presidente Lúcia Vânia, creio que deveríamos analisar, eu sempre defendi, por redução de impostos. Eu acho que no Brasil nós temos muitos impostos. Assim como temos na área, no setor energético, temos também em outros setores.

Mas eu creio que o que estamos discutindo aqui não seja isso. Podemos pensar em fazer uma discussão sobre impostos num outro momento, porque o que estamos discutindo neste momento é o vencimento de concessões do setor elétrico. Eu, por exemplo, obser-

veí aí até uma apresentação que mostra, num queijo, o valor de impostos, o valor da tarifa, ou do custo da energia, como se as coisas fossem separadas. É lógico que se o custo da energia for mais baixo os impostos serão muito mais baixos também, porque são percentuais sobre o valor da energia.

O que nós estamos discutindo neste momento é o vencimento de aproximadamente 110 usinas geradoras que tiveram concessões, que estão com média de idade de 56 anos. Aqui se falou muito também: pode-se prorrogar ou não se pode prorrogar? Nós estamos falando de uma média de 56 anos. Se, eventualmente, desse pacote que estará vencendo, principalmente em torno de 2015... Porque teremos vencimentos em 2014, 15, 16, até 2030, mas esse pacote, o percentual de empresas que não tiveram ainda o vencimento do primeiro período de 35 anos é muito pequeno. Noventa e cinco por cento desse pacote são usinas que já tiveram mais do que cinquenta anos, que já tiveram prorrogações.

Então, deveríamos nos concentrar, eu creio, é nessas concessões, há uma lei que determina o que fazer com elas, há uma regra na Constituição em relação a concessões públicas. Teoricamente, talvez nem precisássemos estar discutindo. Vencem as concessões, façam-se os leilões, com toda transparência, respeito ao consumidor. Porque aqui eu ouvi tudo. Ouvi imposto, sobre uma série de inconvenientes no caso de novas concessões, de novos leilões. Quer dizer, pela conclusão a que chego, pelos argumentos que aqui foram colocados, Sr.^a Presidente Lúcia Vânia, nunca mais devemos fazer concessões para os próximos mil e quinhentos anos. Por quê?

A concessão nova gera insegurança, gera insegurança na qualidade do serviço, ela só gera inconvenientes. Então, nunca mais vamos ter concessão e temos que mudar a lei. Falar que as concessões são eternas. Aí sim, vou concordar. Mas não é isso que diz a lei nem a Constituição. Passaram-se 56 anos.

Em uma usina hidrelétrica, o grande investimento, o grande custo está no investimento e na amortização. Então, é lógico que no preço, a parte pesada do preço que a dona de casa paga, que o setor industrial paga e que eu quero afirmar aqui que o Brasil perdeu, está perdendo cada vez mais a sua competitividade, uma das razões é pelo custo da energia. Apesar de termos 90% de hidrelétrica, que é o custo mais barato para se gerar a energia do mundo, temos no Brasil, porém na hora do custo para o consumidor, nós temos os preços mais caros do mundo.

Então, produzimos energia, geramos energia da forma mais barata e competitiva do mundo, mas para o consumidor chega aos preços mais caros do mundo.

Creio que se pegarmos os países que mais cobram, o Brasil está entre os cinco primeiros países. Há alguma distorção, há alguma coisa errada. Nós precisamos corrigir. Agora, se temos, nos próximos anos, vencimentos e concessões e, eu comparo inclusive países que têm também na sua matriz elétrica, a hidrelétrica. É o caso, por exemplo, da Colômbia, da Costa Rica, do Canadá, Paraguai, todos esses que têm semelhança com o Brasil, em torno de 70% a 80% de hidrelétricas e os preços são muito mais baratos que no Brasil.

Se temos um problema, temos um preço absurdo para o consumidor brasileiro. E eu não me refiro só aos setores industriais. Eu estou cansado de ouvir setores que são intensos na parte de energia, de consumo de energia que me dizem não há mais condição de fazermos fábricas no Brasil. Temos que ir para o país tal, para o país tal, quer dizer, o Brasil perdendo porque perdeu a sua competitividade no que diz respeito ao preço da energia. E, agora, temos o vencimento das concessões.

Pensem. A lei diz “vencimento”, a Constituição diz “venceu” tem-se que fazer novos leilões. O que estamos falando é em muito dinheiro. Se pegarmos hoje o preço em que está a energia dessas usinas que estão vencendo e o preço até de novos leilões, tirando a distribuição e pegando a geração, somente a geração e fizemos a conta, projetando mais trinta anos nesses mesmos preços porque aqui foi afirmado que não há muita flexibilidade de preços, não.

Aqui foi dito que não há como baixar muito o preço. Estamos falando de muitos bilhões, nós estamos falando, talvez, de R\$900 milhões em trinta anos, estamos falando em R\$30 bilhões por ano. Quem é que vai negociar isso? Eu sou cidadão brasileiro e não quero dar essa procuração a ninguém. Eu quero que se cumpram a lei e a Constituição, que se façam leilões com transparência, com toda legitimidade e que, se as atuais usinas, entrarem nos leilões, tenham todo o direito de ganhar e que fiquem com a concessão mais trinta anos. E, se perderem para outros por preços mais competitivos, que o povo brasileiro, que a sociedade brasileira toda ganhe com isso, em seus preços finais.

Terminado esse episódio, podemos discutir a questão dos impostos. Sou aliado de todos vocês. Vamos terminar discutindo essa questão de agora e ainda vamos fazer uma outra luta em relação à redução de impostos, mas neste momento o que estamos discutindo se trata de outra coisa. Até tenho aqui uma declaração que saiu no *Valor Econômico* de 22 de dezembro de 2010: “se em um empreendimento novo, em que todo investimento está por ser feito, é possível se ter uma tarifa de 58.35 por *megawatt/hora* que, descontado o custo de transmissão, cai para 35.36 e, num antigo que

já está amortizando, não é admissível que a energia custe mais. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel”.

Essa é a declaração dele e saiu no *Valor Econômico* do dia 22 de dezembro de 2010.

Se considerarmos esses leilões de Jirau, Santo Antonio, Belo Monte, Teles Pires. Teles Pires especialmente. Teles Pires é o caso a que o Nelson se referiu, mas o preço médio dos leilões, se você exclui a amortização, dá em torno de R\$20,00 o *megawatt/hora* e hoje essas usinas estão com 90. Então, o que estamos falando?

Eu ouço falar assim “não, a prorrogação?”. A lei não está permitindo. Mas, “tem uma prorrogação”. Vamos nos referir, Senador Ivo Cassol, estamos falando de usinas com tempo médio de 56 anos. Mas, me perdoe se alguma usina, em 50 anos, não amortizou, vamos chamar à responsabilidade os seus gestores porque deveriam ter amortizado. Não é por causa disso que a sociedade brasileira vai pagar a conta.

No meio de tudo isso, ouvi aqui que podem ter feito alguns investimentos e esses investimentos ainda não foram amortizados e tal. Para isso que há o RGR que, no ano de 2008, salvo engano, tinha R\$18 bilhões e, em 2015, 2015, tem a previsão de chegar a R\$30 bilhões preço de ajustes. Teoricamente, não precisaríamos nem estar discutindo nada.

Venha-se e façam-se os leilões com transparência que deverá acontecer nessa fatia que é mais que 30% da capacidade instalada, é uma queda de preço significativa porque o grosso é a amortização. Em uma hidrelétrica, nos cálculos que se faz, a amortização representa 75% do preço.

Então, deve haver uma queda muito significativa, que vai representar bilhões de reais para toda a sociedade brasileira, para os próximos trinta anos e isso que precisa ser feito. Se há ajustes, por isso tem a Aneel e a Aneel que se entenda com as usinas. Por isso que há o RGR que vai estar com R\$30 bilhões. Todo mundo acha pouco. É muito dinheiro, é muito dinheiro.

Quero concluir, nobre Senadora, dizendo que a sociedade, eu como cidadão, independente de representar setores produtivos e afirmar que estamos perdendo competitividade por causa do custo da energia, não quero dar procuração a ninguém que vá negociar R\$900 bilhões para os próximos trinta anos. Não acho que esse seja o caminho e também entendo que a forma correta é o cumprimento da lei e, para cumprir a lei, o que precisa ser feito pode haver casos de usinas a que me referi, é um percentual muito pequeno que estão em seu primeiro período de trinta e cinco anos, mas estou me referindo àquelas que já receberam prorrogação de trinta, mais vinte, que estão nos

oitenta anos e estamos aqui falando que não é possível que teríamos risco.

Ouvi falar, por exemplo, da segurança jurídica. Falta de segurança jurídica é discutir lei que já existe. A lei está aí. Então, quando se discute “ah, vai ser prorrogação”, não vai ser. Isso é o que gera segurança jurídica. Não deveria nem haver essa discussão.

A definição não afeta só esse lote de concessões. Se aqui decidirmos prorrogar as concessões 2015, como é que serão todas as outras futuras? Alguém vai aceitar não prorrogar mais? Nunca mais vai baixar o preço da energia no Brasil e como é que ficarão as concessões dos portos, dos aeroportos, das estradas? Com todo direito, todo mundo quer mais prorrogação. Acaba essa questão do leilão. Então, vamos estudar outra lei, vamos juntar e mudar as regras todas. Isso é bagunça.

Senadora Lúcia Vânia, quero dizer à senhora, responsável por esta comissão do Senado Federal de infraestrutura, que é fundamental que se cumpra rigorosamente a lei. Se as usinas que estão no primeiro período não estão aqui em discussão, há um pouco de confusão em nosso debate. A que nos estamos referindo são a usinas que estão aí há cinco, seis, sete, décadas, que não têm nada a ver com aquelas que estão em seus primeiros 30 anos e, certamente, teremos também uma recuperação da competitividade brasileira, um respeito ao consumidor. Aqui não foi falado no consumidor. Aqui estamos falando em regras, em válvulas, em leis, em impostos e em demonstrações que podem mostrar vantagens que não são bem assim.

Então, eu gostaria, Senadora, que o Senado Federal realmente apoiasse, eliminasse essa possibilidade de falarmos em prorrogações. E se todos esses argumentos fossem verdadeiros no sentido de que, em novos leilões e novas concessões, a qualidade do serviço fica ruim, há risco de todos os tipos, então, estaríamos chegando à conclusão de que nunca vamos poder ter o fim das concessões, porque os anos passam. Daqui a 20, 30 anos, talvez alguns dos nossos não estejam mais aqui, mas haverá uma nova discussão aqui com os mesmos argumentos. Eu não concordo com nada disso. Acho que, por mais competência que tenham os atuais concessionários, se eles ganharem novamente e legitimamente um novo período de concessão, muito bem; se não ganharem, os outros que ganharem também terão competência. É para isso que existe uma agência reguladora, a Aneel; é para isso que existe o nosso Ministério de Minas e Energia; é para isso que existem as representações e as instituições. Senão, seria regra para todo mundo em todos os setores: em qualquer vencimento de concessão pára por aí porque, se houver renovação, seria um problema.

Até pediria, Senadora, que a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal encaminhasse ao Poder Executivo uma solicitação, um pedido de esclarecimento no sentido dessa omissão, porque o tempo está passando. Aqui eu ouvi também que talvez não tenhamos tempo para fazer os leilões. Ora, nós estamos em 2011; para 2015. A China, em quatro anos, constrói o que nós temos de geração de energia. Nós não vamos ter tempo de fazer leilão? Não é possível.

Então, seria muito interessante que o Senado, que a Comissão de Infraestrutura encaminhasse realmente, pedisse esclarecimentos ao Poder Executivo: por que essa omissão? Por que não está tomando as providências no sentido de preparação dos leilões, considerando o vencimento breve, nos próximos anos – é breve, mas a tempo para 2014, 2015, 2016 em diante? Assim como também um pedido de informações, por meio do TCU, também ao Poder Executivo para que as coisas caminhem, porque, se nós ficarmos discutindo, pode ser que, sim, daqui a um, dois, três anos, aí não se tenha mais tempo. Mas hoje tem tempo sim.

Eu quero agradecer à Presidente o convite, a oportunidade de estar aqui e aos Senadores que aqui estão. Agradeço a todos. Estou certo de que a nossa sociedade não vai aceitar que a gente perca essa oportunidade de reduzir os custos e recuperar a competitividade brasileira no custo da energia. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Skaff.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka para que faça suas indagações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – SRA. Presidente, não sou um especialista no assunto e acho realmente que nesse assunto deve-se emitir opinião com certo conhecimento. Aliás, eu acredito que o Senador Delcídio e o Senador Blairo Maggi, que propuseram esta audiência teriam condições. Imagino que por um motivo muito sério eles não puderam estar aqui presentes, certamente em função de compromisso mesmo.

Eu começaria dizendo o seguinte: Senadora Lúcia Vânia, depois que o Dr. Paulo Skaff colocou, eu gostaria de ouvir os senhores que falaram antes dele até para que a gente possa fazer juízo.

Agora, para começar o questionamento, diria o seguinte: na fala do Sr. Nelson Fonseca Leite, do Sr. César de Barros Pinto e do Sr. Flávio, os senhores colocam como se essa questão da prorrogação fosse uma coisa líquida e certa. E eu também, salvo melhor juízo, não entendo que seja desse jeito. Podem até argumentar que essa talvez, a juízo dos senhores, seja a maneira mais tranquila, colocando toda essa

questão da insegurança jurídica, dos investimentos que foram feitos. Mas eu quero ficar com o argumento que me parece muito consistente, do Dr. Paulo Skaff, no sentido de que, se prorrogarmos agora, qual argumento se usaria? Então, quando é que nós vamos licitar outras vezes?

O argumento é simples: se prorrogou agora, vai continuar prorrogando isso *ad. eternum*?.. Como seria isso então, na avaliação dos senhores? Uma outra coisa. Eu chamo a atenção se são dezoito meses, três meses. Então eu gostaria de ouvi-los, até porque nós vamos fazer um juízo melhor do debate.

E aí, Senadora Lúcia Vânia, eu acho que nós temos consultoria na Casa, o Senado tem. Nós temos excelentes consultores. É só uma sugestão para V. Ex^a: que encomendasse à Consultoria do Senado um estudo. A questão é jurídica mesmo. Como é que o Senado, a nossa Consultoria, entende essa questão jurídica. Na opinião dos senhores que aqui vieram – posso estar equivocado –, parece que eles entendem que essa prorrogação é líquida e certa.

Eu, realmente, acho que não. Acho que ali prevê duas coisas: você pode licitar ou prorrogar. Ali quer dizer que a prorrogação não é ilegal. É diferente. Você pode até prorrogar, mas evidentemente aí o argumento é o seguinte... Acho que o momento é esse.

E hoje pela manhã, por coincidência ou não, eu participei de uma audiência pública do setor de indústrias têxteis mostrando o processo de desestruturação do país. Nós estamos perdendo competitividade. Os gráficos mostram claramente isso. E, na avaliação desse setor da indústria, uma das coisas que fazem com que o país perca a competitividade é exatamente o alto preço da energia elétrica.

Aliás, foi feita uma comparação que eu memorizei: o Canadá é o país que tem a maior semelhança na produção de energia elétrica, até porque, como o Brasil, o Canadá produz energia a partir desse perfil, que é a energia hidrelétrica. Então o Canadá se assemelha muito e cobra praticamente a metade do preço da tarifa do Brasil.

Estou falando de memória, mas prestei atenção à exposição do setor da indústria de têxteis, alegando, entre outras, evidentemente, como a questão tributária, mas uma coisa que me chamou a atenção foi essa questão do custo da energia elétrica no País.

Então eu ficaria por aqui. O meu questionamento seria ouvi-los nessa questão sobre se eles entendem que, se não prorrogarmos e partirmos para nova licitação, estaria incorrendo em alguma... se criaria algum problema em termos de ruptura de contrato ou algo parecido com isso. Não sei se estou sendo claro.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– Senador Moka, agradeço a participação de V. Ex^a e quero dizer que os consultores estão acompanhando todas as audiências públicas e posteriormente terão condições de fornecer aos Senadores a média do que foi discutido aqui nessas audiências.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –
Eu pediria, então, que eles fizessem um estudo à luz...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– Da constitucionalidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)
– ...da Constituição. No entendimento da nossa Consultoria, como se daria essa questão de licitação: nova licitação ou simplesmente prorrogação de concessão, sendo objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)
– Pois não, será atendido.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) - Obrigado. Quero cumprimentar os palestrantes que participam dessa audiência pública. Nós estamos debatendo exatamente o que vem ao encontro do desenvolvimento nacional. O que o nosso Senador Moka falou de manhã é verdadeiro. O que a gente vê, em muitas regiões do Brasil, é a desmobilização do setor da indústria.

Com a experiência que eu passei como ex-Governador em dois mandatos, infelizmente, a moeda que a gente tem - e acaba sendo uma moeda cara - é a guerra fiscal, quando, na verdade, tinha de vir uma política direta do Governo Federal para todos, respeitando sempre as potencialidades regionais. Os dados mostrados aqui, no começo e hoje de manhã também, em outra audiência pública, SRA. Presidente, vêm demonstrar que a energia adquirida pelo setor industrial do Brasil é uma das mais caras do mundo. Infelizmente, é o preço que a gente paga. A tristeza maior nossa é ver que o maior ganhador no queijo, como disse o Paulo Skaff, infelizmente, é ou o Governo Federal ou o Estadual ou o Municipal, quando tem a divisão dos seus impostos.

É uma situação que tem de ser debatida, nesta Casa, para diminuir e sermos mais competitivos, e não perdermos várias indústrias para outros países, porque, no mercado globalizado, por mais que tenhamos consumidores hoje para agüentar qualquer crise mundial, como aconteceu, não temos para suportar a vida inteira.

Ao mesmo tempo, eu vi dados do preço da energia adquirida agora em leilões e ouvi também a exposição do Paulo SCAFF, e não vi o valor dessas concessões de cinco décadas, de cinquenta anos; na verdade, quanto estão ganhando hoje, porque também tenho de ter um valor real, pois uma situação é defender a concessão.

Mas essa concessão é com que tarifa? Bom, então, nós vamos para uma tarifa nova. Eu quero saber o seguinte: nessa nova legislação, ela vai direto para o consumidor? O nosso usuário e o nosso empresário que vão ser beneficiados? Se não forem, não adianta mudar a regra, não.

Da mesma maneira, eu percebi, no gráfico, que várias empresas estatais, por incompetência de governos passados - estaduais ou federal - eram um cabide de emprego e quem pagava a conta era o consumidor, eram os cofres do governo. E hoje ficou provado que a iniciativa privada tem competência e capacidade de disputar o mercado. Ao mesmo tempo, vemos que há muitas estatais com prejuízos ainda. Eu dou como exemplo a Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron, que até hoje vem cobrindo um déficit de incompetência, pois ela era do Estado; os governos passados não tiveram competência, e o Governo Federal adquiriu.

Ao mesmo tempo, também vejo que nós não podemos colocar em risco o desenvolvimento do País e nem os investidores que temos pela frente. Então, nós temos de aqui verificar a situação de cada um, a explanação de cada um dos nossos palestrantes, a do Sr. César, a do Néelson, e também a do Paulo, defendendo o setor industrial, a de todo mundo, mas verificar o que é melhor para a sociedade brasileira, o que é melhor para os consumidores e para a indústria brasileira.

Nós queremos que esta economia, que esses novos leilões que venham a acontecer tenham resultado positivo no final. Se nós conseguimos, nas usinas do Madeira, colocar a energia a R\$86 e a setenta e poucos reais o *megawatts*/hora, para construir aquele empreendimento, por que nós temos de continuar pagando R\$ 200 *megawatts*/hora para usinas que já estão construídas há cinquenta anos?

Então, é inaceitável essa comparação. É isso que esta Casa precisa rever no conjunto; nós não podemos ver isoladamente. Não podemos pegar só alguns empreendimentos que tiveram necessidade de revisão, de ampliação de aporte de capital, para poderem melhorar, pois são cinquenta anos, e muito desses empreendimentos têm de ser revistos, muitas obras, mas também o investimento que tem de ser feito não é tão grande. Eu falo isso com conhecimento na área, não da magnitude das grandes usinas, mas das médias e pequenas do setor. Mas, ao mesmo tempo, também, vejo, Senador Moka, que precisamos ter, nessa economia, a nossa sociedade beneficiada. Não basta só diminuirmos a tarifa, os leilões, nós também temos de diminuir os impostos. É inaceitável o Estado que pratica o ICMS de 30% no setor energético. Não dá para aceitar. Então, esta Casa - infelizmente, esta Casa - muitas vezes tem sido omissa. E aí o Supremo teve de

legislar várias vezes. Está aí o exemplo dessa briga, da guerra fiscal da nossa fatia do Fundo de Participação Estadual e municipal. Nós temos até o ano que vem para fazer a repactuação, a revisão, e fazer a correção na lei. Se não fizermos, o Supremo também vai tomar providência. E não é diferente nessas situações aqui.

Então, nós precisamos debater e, ao mesmo tempo, pegar dados de todas as áreas, sem paixões financeiras, nem de um lado, nem de outro, nem de quem está para vender uma tarifa melhor. Mas de uma coisa pode ter certeza: eu defendo e brigo por uma tarifa menor. Quanto mais nós pudermos desonerar as indústrias, as residências, todo mundo com uma tarifa melhor, com certeza, nós vamos ganhar competitividade no mercado nacional e no mercado internacional, se nós quisermos ser competitivos em produtos que vêm da China e de outros países.

Na maioria da indústria, na maioria do setor industrial, o maior índice colocado no seu produto, infelizmente, é o da tarifa de energia. E vou dar um exemplo para a Senhora, SRA. Presidente. Rondônia está propiciando para o Brasil a energia que o Brasil precisa no momento. E nós não temos nenhuma política de incentivo para a indústria de isenção daquela energia que vai ser colocada à disposição no nosso Estado. Então, isso vem em conjunto com ações que temos de tomar providências para fortalecer o setor industrial. Mas, ao mesmo tempo, nós não podemos perder, de maneira nenhuma, a capacidade de investimento, nem colocar em risco esses empreendimentos que já existem e os que vão vir pela frente, porque nenhum empresário, nenhuma empresa, mesmo que do governo, vai aceitar mudar o sistema, do dia para a noite, sem sequer ser compensado.

Não sei qual dos palestrantes colocou que um leilão público até 2015 demora muito. Eu não concordo com isso. Desculpe-me a expressão, mas está errado. Um leilão público, no mínimo, demora, com toda a burocracia, com a morosidade que há, é no máximo de seis meses a um ano; consegue-se viabilizar e projetar em cima disso.

Eu tenho uma sugestão, nossa Presidente. De repente, nessa mesma legislação, e nessas concessões que estão vencendo, por que não colocar pelo preço mínimo já adquirido nos leilões? Paulo Skaft, é uma sugestão. Por que não, de repente, pegar o leilão menor de todos e colocar, como regra, para todas as empresas que tenham vencido as concessões, que a tarifa para continuar é aquela menor oferecida no mercado?

O SR. PAULO SKAFF - Sem amortização

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) - Sem amortização. Já é a menor que está, porque já amortizou, e ela passa a ganhar só as compensações dali para

frente. Qual é a menor tarifa? Com qual conseguimos até hoje a menor tarifa? Foi 58. Então, o mercado ia começar a trabalhar...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – É, mas aí está em condições de trabalhar daí para baixo. Enquanto, eu não sei, mas pelo que dá para perceber no rosto de todo mundo aqui, as tarifas dessas empresas que estão para perder a concessão são de, no mínimo, R\$ 200 o *megawatts*. Não sei, só estou deixando essa pergunta no ar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, autor do requerimento.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT - MS) – A professora e Senadora Lúcia Vânia ia me dar falta se eu não chegasse.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Ia mesmo. A audiência é minha e sua.

WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Eu havia justificado, Senador. Eu justifiquei que devia ter um motivo muito grave, porque sei do seu interesse. A comissão se ressentiu da ausência de V. Ex^a, porque é especialista no assunto.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Moka. O Moka fala isso, porque ele é meu amigo. Mas quero pedir desculpas não só à Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, mas também aos nossos queridos Paulo Skaf, Flávio Neiva, nosso companheiro do setor elétrico também, Nelson Fonseca Leite. César de Barros Pinto. Há quanto tempo eu não vejo o César aqui! Aí que a gente começa a achar que está ficando velho, não é, César? Infelizmente, não pude ouvir as exposições e, portanto, vou ter de me pronunciar de uma forma muito cautelosa, até porque não ouvi o posicionamento. Conheço razoavelmente o posicionamento de cada associação porque já tive contato com cada uma delas e também com o próprio Paulo, mas queria, primeiro, enfatizar a minha preocupação, estive agora, inclusive, com a Ministra Gleisi e enfatizei, insisti muito com ela sobre a questão das concessões. Esse problema das concessões, para mim, é o maior problema que o setor de energia elétrica enfrenta hoje. Eu já vi muitos estudos, tinha gente querendo importar o modelo francês de conceder bacia com aproveitamento múltiplo. Já vi de tudo, prorrogação de concessão, leilão, que é o que a legislação, o Paulo tem batido muito firme nisso, que a legislação, a lei atual determina, mas já tivemos uma primeira fase, já convidamos os consumidores.

Agora, convidamos a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, os agentes

principais, o gerador, o homem da transmissão e o homem da distribuição, e esperamos agora, depois do recesso, fazer uma reunião com o Governo. Ouvimos até agora os dois lados envolvidos, mas do outro lado do balcão. Agora, precisamos conversar com o Governo, com o Ministro Lobão. Na reunião da bancada do PT, na segunda-feira, tratamos disso também e todo mundo está consciente, na bancada do PT do Senado, de que esse assunto é muito importante. Por que ele é importante? Primeiro um dos conceitos que está sendo colocado... Primeiro, é uma constatação, são 20 *megawatts* em jogo, acho que 82% da transmissão, e uma boa parte da distribuição. Então, é grave isso e, tendo em vista que, pelo menos o discurso mais fácil é que as usinas, todas elas, foram amortizadas, porque a concessão caducou e, conseqüentemente, agora é custo de operação e manutenção, basicamente. Existe um modelo hoje vigente, de que fui relator, inclusive, aqui no Senado, em que um dos pilares que sustentam esse modelo é a motricidade tarifária, então, esse discurso é uma música, porque, a partir do momento em que é só custo de operação e manutenção, claro que isso vai impactar diretamente nas tarifas. Hoje mesmo, Paulo, nós tivemos uma reunião sobre desindustrialização. Um dos pontos que os expositores reiteraram, ressaltaram, é a questão do custo da energia. Você conhece muito bem isso, sabe o que isso representa, principalmente para o consumidor brasileiro, especificamente para o consumidor industrial. Então, isso soa como música. Caducou a concessão, é só operação e manutenção. Maravilha! Só que não é assim, porque o setor elétrico brasileiro passou por tantas sístoles e diástoles, como dizia o Ministro Golbery do Couto e Silva, que, na verdade, eu não vou radicalizar, mas, aparentemente, cada caso é um caso.

Tivemos aqui, na semana passada ou há duas semanas atrás – a Presidenta Lúcia Vânia coordenou a reunião – o Presidente da CESP, o Mauro Arce. O Mauro disse aqui que, se tivesse de abrir mão dos ativos dele de geração, que deve ser Ilha Solteira, Jupiá, aquelas usinas mais antigas, não sei se Água Vermelha também está no meio, mas que ele precisaria receber 19 bilhões – acho que foi esse o número que ele usou, não me lembro bem, mas era um número assim. E aí ele fez a seguinte pergunta: vou ser ressarcido pela RGR? De certa maneira, conceitualmente, a RGR faria esse ressarcimento em tese, todo mundo sabe que não é isso. Então, esse é um assunto grave, porque temos de buscar uma saída, uma solução, para que os agentes tenham tranquilidade para investir e os consumidores para contratar, porque, coincidentemente ou não, em 2014, ninguém contrata mais nada porque ninguém sabe o que vai acontecer no mercado. Então, é um fato

crítico, é um assunto crítico para o setor de energia elétrica no Brasil e importante, segurança energética.

Eu me lembro bem, enfrentei aquele racionamento de 2001, quando o País, economicamente em plenas condições de crescimento, sofreu o racionamento de energia. Aquilo foi um estrago, é mortal para uma sociedade, para todos os segmentos sociais. Então, segurança energética é absolutamente fundamental para o Brasil. Eu queria só fazer esse registro, até porque fiquei impossibilitado de ouvir, são todos especialistas, pessoas muito competentes, que pensam no Brasil, pensam nos seus negócios também, o que não é palavrão, não é feio, é assim mesmo que tem de ser, mas eu entendo que nós precisamos urgentemente buscar uma saída para esse impasse que estamos vivendo, porque está tudo parado.

Investimento parado, as cargas estão prejudicadas, ninguém faz contratação porque não sabe como é que vai ficar. É um pepino dos grandes. Acho que o Congresso é o local adequado para fazer esse debate. Precisamos ocupar esse papel, Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, porque o Brasil, nos próximos meses, espera uma decisão. Não dá mais para segurar esse dique, ele vai romper, e a melhor solução vai ser alcançada com o diálogo. Não adianta soluções herméticas, soluções fechadas, soluções isoladas, soluções de gabinete, são soluções conversando com os principais atores para que a gente encontre, de uma maneira franca, leal, com espírito público, aquilo que é melhor para o Brasil.

Quero parabenizar V. Ex^a por esses encontros. Não sou um decano, mas me considero um Senador mais envelhecido neste mandato. Fazer uma reunião numa quarta-feira, dia 6 de julho, às 16h24min com essa quantidade de gente que está aqui mostra que alguma coisa está acontecendo e a gente sabe o que é. Então, essa questão das concessões é absolutamente fundamental e prefiro ouvir, até em respeito aos Senadores que estavam aqui, as respostas e, eventualmente, se eu puder me inserir nesse contexto, agradecer, mas pedir desculpas aos nossos convidados e à nossa Presidenta pelo atraso.

A SRA. PRESIDENTA (Lúcia Vânia Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio. Quero dizer, Senador, que devo dividir o êxito das nossas audiências públicas com V. Ex^a

É sabido de todos que estão aqui o conhecimento que V. Ex^a tem do setor e nós temos podido fazer essas audiências, sem dúvida nenhuma, assessorados por V. Ex^a instigando o debate. Esta Comissão tem podido crescer em função desta ajuda sem tamanho que a Comissão de Assuntos Econômicos tem dado ao nosso trabalho.

Agradeço a V. Ex^a a presença. Sei que sua presença aqui no início fez muita falta, mas a sua vinda, sem dúvida nenhuma, é motivo de alegria para todos os expositores que aqui estiveram, que ficam felizes de saber que V. Ex^a também acompanha esse projeto com muita atenção.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para comunicar que passou das 16h e a Ordem do Dia está... Está o sino tocando direto já, chamando os Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Hoje vai haver obstrução. Nós temos um tempinho aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pode ficar tranquilo, meu caro Senador Cassol, porque hoje nós entraremos noite adentro.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não há dúvida.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Antonio Neiva para as suas considerações.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Eu fico bastante confortável aqui por ouvir os que me sucederam, tendo em vista que as posições alinham argumentos, os dois únicos que nos colocam à frente, que é licitar ou simplesmente estudar a prorrogação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um comentário ao Senador Moka, que sobre a condição de prorrogar é líquido e certo, isso foi falado aqui. Eu gostaria de explicar, pelo menos no que eu disse aqui, que prorrogar era o mais difícil, porque nós temos que mudar a lei, trazer a lei, trazer a discussão ao Congresso para debater. Haja vista nesta audiência a dificuldade que há para a gente alinhar essas posições. Então, é uma questão de opção que nós devemos discutir se por uma ou por outra. Na licitação *ad eternum*, mencionada pelo Dr. Paulo Skaff e mencionada também pelo Senador Moka, existem mecanismos em todos os países para controlar essa renovação de licitação pela qualidade, pelo preço, pela qualidade do serviço, pelo preço com que se faz esse serviço, pela preservação do patrimônio. Enfim, existem mecanismos para controlar o *ad eternum* mencionado, não é *ad eternum* que a gente pleiteia, são prorrogações, ao fim das quais se reveja.

O Senador Ivo Cassol lembra aqui sobre o problema do preço da energia existente, nós temos esse valor. Essas usinas são usinas... Nós temos o mix de energia que comporta geração existente, sem serem essas que nós estamos discutindo, térmica nova, contratos antigos que existem, por exemplo, em São Paulo com essas empresas privatizadas, o Proinfa, Itaipu. Então, por exemplo, as usinas que vão vencer R\$80 o *megawatt*/hora, a geração existente 80, a térmica nova R\$300, contratos antigos R\$150,00, Proinfa R\$150, Itai-

pu R\$110 e, devo dizer também que o plano decenal que está em audiência pública para as próximas usinas que atenderão até o ano 2020 pressupõe o custo marginal da expansão do próximo *megawatt*/hora a ser construído para atender a carga brasileira, para cada *megawatt*/hora R\$123,00. Então, são números diante dos quais nós estamos e eu simplesmente anoto aqui para nossa reflexão. O Senador Delcídio, finalizando minha participação, realmente destaca que está tudo parado, na verdade, no sentido de dizer que falta...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Na emoção aqui eu esqueci de falar uma coisa que acho que é importante ouvir.

Falam muito em Teles Pires, que Teles Pires é o valor referencial para essa nova modelagem. Hoje o setor pratica 80 mais ou menos, não é?

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Essas usinas aqui são 80, números de 2008.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – De 80 a 82. Aqui já estamos falando em 90.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Esse é do ano de 2008.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aí, eu vi uma simulação – não me pergunte quem me mostrou essa simulação – de que a referência é Teles Pires, a renovação em cima de Teles Pires, dá 1% no consumidor final. Aí eu pergunto: As geradoras, como é que ficam? Porque há geradora que o EBIT ainda vai a zero, dependendo de como essa questão da renovação das concessões venha a acontecer. Então, é um negócio complicado.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Então, finalizando a minha participação nessa fase aqui eu gostaria de dizer que realmente o diálogo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para ficar claro, o senhor defende a licitação?

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Não, defendo a prorrogação das concessões com as atuais. Nós temos esses dois caminhos. Eu opto pela prorrogação e aqueles motivos. Defendo a prorrogação pelo conjunto de benefícios que o Brasil venha a ter e a quem eu dirijo? Dirijo a este Congresso Nacional e, de resto, à União, que, com toda instalação produtiva, toda planta industrial no preço do seu produto incorpora remuneração do investimento, incorpora o custo de operação e manutenção e incorpora a depreciação no prazo que se estima para zerar, para o fim da vida útil. Todo consumidor de qualquer coisa paga por essas três coisas. No caso da energia elétrica acontece isso também. No fim, o que se espera para a concessão, acontece que essa usina não morre e essa usina volta para a União, que entende qual caminho que deva tomar. É claro que qualquer um desses dois caminhos tem van-

tagens e dificuldades em cada um e nós optamos, a Abrage, para que permaneçam com essas geradoras que souberam, ao longo desse tempo, preservar esse patrimônio para a Nação e praticar o menor preço de energia, como foi mostrado ali.

Gostaria também de participar aqui quando a temporada for de estudar preço da energia e tornar o Brasil mais competitivo, porque nós temos inúmeras contribuições a fazer. Mas nós estamos com um problema nas mãos, que é prorrogar ou tratar o vencimento das concessões sobre qual assunto nós temos exposição.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. César de Barros Pinto.

O SR. CÉSAR DE BARROS PINTO – É sensacional essa oportunidade que a gente tem de participar de uma audiência pública e poder contribuir para a construção da solução de um problema que é grave. Mas é muito cruel a gente trabalhar com a limitação de tempo na exposição e a nossa incompetência e nosso despreparo em um tempo curto transmitir tudo aquilo que a gente gostaria. Até como vício de engenheiro a gente acaba simplificando as exposições e dá margens a interpretações que são muito longe daquilo que é real.

Por exemplo, a prorrogação líquida e certa não, a prorrogação é uma alternativa, ela – como disse o Flávio – não é a mais fácil. A prorrogação também não vem de graça, não é perde e ganha. A prorrogação tem que estar subordinada ao interesse público, assegurar a continuidade e qualidade do serviço, tem que se basear em relatórios técnicos da fiscalização da Aneel, tem que passar pela revisão das condições contratuais e tem que ter apresentação de regularidade fiscal e previdenciária. Não é um movimento simples, não é pede e ganha, é pede e a Aneel, em nome do poder concedente, faz a análise e concede ou não concede. Assim que a coisa deve funcionar, não é uma prorrogação automática não.

Uma coisa interessante é a seguinte: Nós trabalhamos hoje com tarifa pelo preço, em vez de tarifa pelo custo.

Isso daí afeta todo o mecanismo de tarifação, dentro dessa mágica que a gente faz de ter um mercado meio que “de energia e *commodities*”, ou um mercado como serviço público, bem de serviço público.

Eu gostaria só de, rapidamente, dar um exemplo para reflexão.

Vamos imaginar uma empresa como a Chesf, uma empresa que tem muita geração e que tem muita transmissão. São dezoito mil quilômetros de linha de transmissão, a maior parte dos quais sujeita ao término da concessão.

Como a gente vai licitar a Chesf? Nós vamos pegar a Chesf inteira e fazer um edital de licitação da

Chesf? Isso se chama privatização. Nós temos espaço para privatização neste momento?

Bom, então vamos fazer por usina. Cada usina vira uma empresa. A Chesf, em vez de ser uma empresa, passa a ser cento e vinte empresas diferentes, porque cada linha vai ter uma concessão também. E o que isso significa na prática? Nós acabamos com todo o cabedal de experiência que a Chesf acumulou ao longo do tempo. Nós estamos impedindo a continuidade de um serviço que a Chesf presta à região onde ela atua, de inegável importância.

E não é fácil, não. Tem que se pensar, tem que se dialogar, como o Senador Delcídio falou. É do diálogo que vai nascer uma solução adequada.

Não é da imposição de parte ou de outra parte. Era o que eu queria observar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Nelson Fonseca Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Bom, eu queria tecer alguns comentários aqui, aproveitando a fala do Excelentíssimo Senador Waldemir Moka, dizendo o seguinte: Primeiro, a situação do setor de distribuição tem especificidades em relação a geração e transmissão. Existem contratos das distribuidoras que já preconizam que, vencido, o prazo não pode ser prorrogado.

E existem contratos de 1995, com cláusulas que permitem a prorrogação. E esses contratos foram assinados antes da lei de 2004 que não permite a prorrogação.

Então a questão que nós colocamos aqui é a questão do respeito aos contratos, porque eventuais alterações de lei, após a assinatura dos contratos, não deveria interferir nas condições e termos previstos no momento em que os contratos foram assinados. Ou seja, quem assinou um contrato em 1995, prevendo uma cláusula de que, desde que haja interesse público, desde que haja uma boa qualidade do serviço prestado e, desde que haja interesse do concessionário e esse interesse seja manifestado com 36 meses de antecedência, esse contrato pode ser prorrogado, o setor entende que tem um espaço aí, tendo em vista a lei vigente no momento em que o contrato foi assinado.

Agora, existem outros contratos em que está explícito no próprio contrato que ele não pode ser prorrogado.

Uma outra questão importante é que o modelo regulatório da distribuidora já preconiza revisões tarifárias periódicas a cada quatro ou cinco anos, quando o contrato da distribuidora é submetido pelo regulador a uma audiência pública em que todas as partes interessadas tenham a oportunidade de se manifestar sobre a questão do contrato. E as tarifas são reavaliadas e são capturados para a modicidade tarifária os ganhos

de eficiência da empresa e os ganhos de produtividade decorrentes do ganho de escala que a empresa teve nesse período.

Isso aí é uma especificidade do contrato de distribuição. Ou seja, o que nós colocamos? Olha, é possível fazer um processo licitatório? É. Só que já existe uma contestação pública no momento de uma revisão tarifária, em que o processo de licitação, de contestação através de uma licitação, provavelmente não vai ser tão eficaz na captura de ganhos para a modicidade tarifária. Isso é o que foi colocado.

Uma outra questão também que foi colocada, que diferencia uma instalação de geração de uma instalação de distribuição, é que os investimentos na distribuição são contínuos na medida em que vai se universalizando o serviço, na medida em que vão se fazendo as expansões da rede aí.

Eu citei como exemplo o Luz para Todos que agregou dois milhões e seiscentos mil consumidores ao mercado, ou seja, mais de treze milhões de brasileiros que passaram a ter energia elétrica em suas casas. E esses ativos foram incorporados, muito recentemente; parte deles, ativos subsidiados e parte deles ativos com contrapartida das próprias distribuidoras. Ou seja, existe uma base de remuneração regulatória, que está aí, que é contabilizado pelo regulador, que tem que ser levada em consideração.

O Senador Ivo Cassol colocou, com muita propriedade, que nós devemos buscar o que é melhor para a sociedade brasileira e nós concordamos com isso. Nós concordamos que devemos buscar a modicidade tarifária, que devemos buscar o que é melhor para a sociedade brasileira e analisar as especificidades de cada caso. Eu acho que é muito importante isso.

Eu acho que o Senador Delcídio foi muito feliz nas suas colocações aí de que cada caso é um caso, principalmente no aspecto da urgência da discussão desse assunto. Ou seja, o Brasil espera uma decisão nos próximos meses.

Concordamos plenamente, Senador Delcídio, que esse assunto é o assunto do momento e que os investidores, os empreendedores, ficam inseguros se vão investir na expansão das redes ou na reforma, no reforço das redes, uma vez que eles não têm segurança se depois de 2015 tem ou não contrato, como também as empresas que vão comercializar essa energia.

Como ficarão os contratos depois desse período?

Eu acho que é uma questão que a gente tem que estar discutindo. Ou seja, é muito importante se discutir com o pensamento do que é melhor para a sociedade brasileira, o que é melhor para todos. Nós temos que ter uma solução que seja boa para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada Dr. Nelson.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Skaff.

O SR. PAULO SKAFF – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Quero cumprimentar aqui o Senador Cyro Miranda, o nosso Senador Delcídio Amaral, e eu queria fazer algumas ponderações aqui, com todo o respeito aos companheiros que aqui estão.

Na verdade, como foi dito até pelo Senador Delcídio Amaral, é legítimo as pessoas defenderem aquilo em que estão envolvidas. Nós temos aqui os representantes daqueles que geram energia, aqueles que distribuem energia e daqueles que transmitem, o setor de transmissão. Essas empresas são as atuais concessionárias.

Então é lógico que seria estranho se chegasse aqui o representante dos atuais concessionários de energia para defender novos leilões ou então o representante das atuais distribuidoras para defender novos leilões. Então é mais do que natural que os argumentos aqui sejam no sentido de defender a prorrogação. Este é o primeiro ponto.

É lógico que o companheiro Nelson falou que os preços são colocados em contestação pública periodicamente. Ora, se ele tem certeza que os preços são os melhores possíveis, e contestados publicamente, periodicamente, eu não sei qual o receio de se fazer um leilão? Ele vai ganhar um leilão com esses mesmos preços. Porque se estão sendo contestados publicamente, periodicamente, e como o melhor preço possível num leilão, vai ganhar o leilão. Por que ser contra o leilão?

Também eu quero lembrar, com relação ao que foi dito aqui, que tem dois tipos de situação. A situação daqueles que já estão há cinquenta, sessenta, setenta anos e a situação daqueles que ainda não tiveram prorrogação.

Esses, no conjunto, é pouca coisa. A maioria já teve mais que cinquenta anos, na geração, distribuição, enfim, transmissão. Então nós devemos focar esses 90% do pacote, que são aquelas usinas que há muito tempo já tiveram trinta, quarenta, cinquenta, sessenta, setenta anos, grande parte delas estatais. E como disse aqui o Senador Ivo Cassol nós sabemos muitas vezes como é a gestão estatal e como foi ao longo dessas décadas.

Então, Senador Delcídio Amaral, nós temos quase um trilhão de reais voando, que é da sociedade, que depende do que for decidido aqui, não aqui, nesta questão, em relação a esse assunto. A diferença é, nos próximos trinta anos, a sociedade ficar com um trilhão no bolso, ou algumas poucas empresas.

Sinceramente, o senhor citou, por exemplo, o meu amigo, Mauro Arce da Cesp. Eu não estou preocupado com a Cesp. Se a Cesp, em cinquenta, sessenta anos, não soube amortizar seus investimentos, teve os seus problemas, este é um problema do Governo do Estado de São Paulo. Como eu não sou governador de São Paulo, não é o meu problema.

Agora, como sociedade, eu quero sim uma energia competitiva, a preço competitivo, porque o Brasil perdeu essa competitividade.

E só uma correção, que Teles Pires não é 58 não. É 58, com transmissão. Sem a transmissão é 35. E nós estamos pagando hoje 90 sem a transmissão. Quer dizer, a usina que vai ser construída, nova, custa 35, sem o investimento. E naquelas em que já existe o investimento custa 90. E nós vamos prorrogar?.

Também foi dito aqui que tem as opções de prorrogar.

Não, não tem opção não. Aqui o companheiro Flávio foi muito claro. Para prorrogar precisa outra lei, porque o que a lei determina são os leilões em nova concessão. E por que nós vamos criar uma lei nova para prorrogar? Ah, por que prorrogar é bom, porque se não prorrogar acaba o mundo.

Olha eu quero dizer até com muito respeito, que me lembra um pouco a história de 2007, da CPMF, que o Brasil iria acabar em janeiro de 2008 com o fim da CPMF. Nós estamos em 2011. Alguém viu o Brasil acabar de 2008, 2009, 2010 e 2011? Então, quem falou se enganou. Não ia acabar nada não. Pelo contrário, foi a primeira vez que, no início de 2008, o Governo falava em olhar os seus custos, em olhar o custeio.

Por quê? Porque diminuiu um pouco aquela arrecadação e se ajustou rapidamente. E nós estamos falando a mesma coisa.

Com todo respeito a Cesp, com todo o respeito a CEMIG, com todo o respeito a Furnas, com todo o respeito a Chesf, o que o companheiro Cesar falou, ele se equivocou. Perdão César, com todo o respeito.

Você falar que o leilão seria da empresa? Nós estamos falando de usina, de unidade. Se essa usina aqui venceu a concessão, é esta usina. Não são todas as usinas. Nós não devemos, vamos dizer, confundir o que é muito claro. Então como é que se faz um leilão? Convoca o leilão para aquela usina. Se a Chesf ganhar, parabéns para a Chesf. Ela fica mais trinta anos administrando. Se ela não ganhar, parabéns para todo o povo brasileiro. Ou se ela ganhar, pode ser parabéns para todo o povo brasileiro também. Por quê? Porque pode reduzir 70% aquele preço, 60 % aquele preço, 80% aquele preço.

Agora, vamos negociar um trilhão, vamos ver, queria sugestão de nomes, de quem deveria sentar à

mesa para negociar esse um trilhão com as companhias, para a gente prorrogar. Perdoem-me. Eu acho que a gente já tem uma lei. Segurança jurídica é quando se põe em dúvida a lei existente. A lei determina com muita clareza, e o que nós estamos discutindo são aqueles casos em que está muito claro, são muito claros, tem que haver leilões e rápidos.

E que ninguém diga que não há tempo para fazer leilão. Se não houver tempo para fazer leilão, a sociedade tem que cobrar das pessoas responsáveis. Também queria dizer que o Mauro Arce fala que são dezenove bilhões. Não cabe a ele, cabe à Aneel fala quanto a Cesp tem que receber e não a Cesp falar quanto ela tem que receber.

Se eu tivesse na Cesp, ou se qualquer um aqui tivesse, talvez tivesse o número de vinte, ou de nove ou de doze. Eu não conheço os cálculos da Cesp. Agora, na verdade, a sociedade brasileira não tem que pagar uma conta que não é dela. Nós temos que buscar a nossa competitividade. Nós temos que recuperar a competitividade que nós perdemos.

E também não é só setores industriais não. A pessoa mais simples, que paga sua conta de energia, paga lá até os programas sociais, é um percentual de redução sobre uma conta. Se a conta for maior, mesmo reduzindo aquilo continua alto. E a palavra privatização que foi colocada aqui, eu ouço falar, é porque privatização assusta muita gente. Então a estratégia é falar privatização, como se fosse assustar a sociedade.

Nós não estamos falando em privatização nenhuma não. Com o leilão, quem ganhar leva. Se ganhar a Cesp, a Cesp leva e não é privada. Se ganhar Furnas, ou se ganhar a Chesf, a Chesf vai levar e não é privada. E não é por empresa, ninguém está falando em leiloar empresa. Nós estamos falando em leiloar, em fazer novos leilões, para novas concessões de usinas que têm, de acordo com a lei, que fazer os novos leilões.

E, neste momento, se nós tivéssemos com a energia superbarata, iríamos falar como falou o Senador Ivo Cassol: Bom, que tal, vamos prorrogar tudo então, com base em 35 *megawatts*/hora, que é o preço de Teles Pires, sem transmissão. Acabou. Mas mesmo assim eu sou contra. Por quê? Porque temos que cumprir a lei. Nós não temos direito de toda hora mudar as regras da lei. A lei não diz para fazer um ajuste. A lei diz para fazer com transparência os novos leilões.

Então, eu peço perdão da minha franqueza absoluta, que é um pouco do meu jeito pessoal, mas eu quero reiterar, Senador Delcídio Amaral, antes de V. Ex^a chegar aqui, e o senhor sabe do respeito enorme e do carinho que eu tenho pela sua pessoa como grande homem público que nós temos no Brasil.

Eu pedi à Senadora Lúcia Vânia que a Comissão de Infraestrutura do Senado encaminhasse ao Executivo, imediatamente, e também através do TCU, pedidos de esclarecimentos por essa omissão do Governo de não ter dado andamento imediato, porque todo mundo fala também da definição. Eu estou de acordo, está definido, a lei já define. Imediato no sentido de termos os procedimentos necessários para que os leilões aconteçam, com a transparência e a lisura, dentro dos princípios constitucionais.

E pediria a V. Ex^a também, à CAE, que a Comissão de Economia desta Casa fizesse o mesmo, encaminhasse esse pedido como uma recomendação ao TCU, para que ele solicitasse do Executivo e também direto para o Executivo, como V. Ex^a achar melhor, para que a gente defina rápido isso. Mas a definição não no sentido de “vai ser prorrogação ou não vai ser”, a definição no sentido de o Governo tomar as providências para acontecerem os leilões, para que a gente tenha as novas concessões, ou na mão daqueles que já estão com as concessões ou não mão de outros que ganharam as concessões com melhor preço.

Então, mais uma vez eu agradeço a oportunidade, e espero que a gente possa contar com o nosso Senado Federal no sentido de beneficiar e atender aquilo que é o interesse de todo o povo brasileiro, de toda a sociedade brasileira, e não de uma ou outra eventual empresa, na sua maioria estatal. E todos nós sabemos o que ocorreu nas gestões estatais ao longo das últimas décadas, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta anos. Não vamos pagar essa conta. E não queremos pagar essa conta de jeito nenhum.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) -. Vou passar a palavra ao Senador Cyro, mas antes eu perguntaria aos senhores expositores se teriam alguma colocação a fazer.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Só uma colocação, é que eu falei sobre o preço dessa energia estar em jogo, das usinas que estão com vencimento de cotação de oitenta reais. Eu me referia ao preço daquela referência, daqueles quatrocentos reais, negócio de hora, de 2008.

Então hoje aqui, eu recebi uma informação de que seriam noventa reais.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) -. Com a palavra o Dr. Nelson.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Eu tenho um esclarecimento. O Doutor Paulo Skaff comentou sobre a questão da contestação pública que eu disse. E eu me referi a contestação pública dos preços da distribuidora para atendimento ao mercado regulado. Ou seja, a parcela da distribuidora, naquela fatia do

queijo ali que cabe à distribuidora, àqueles 24%, para atendimento ao mercado regulado.

Então o mercado da distribuidora, que é o mercado regulado, nos custos relativos a pessoal, a material, a serviços e outros, remuneração de investimentos e depreciação da distribuidora são contestados publicamente a cada quatro ou cinco anos por questão contratual. É só fazer esse esclarecimento para a gente não confundir, porque deu a entender como se eu tivesse falado do preço da energia como um todo. Não é, porque a fatia da transmissora, a fatia da geradora, os encargos e os impostos são *pass-through*, não entrando na revisão tarifária.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Dr. César se gostaria...

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. Posteriormente, Senador Moka e Senador Delcídio.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Presidente desta Comissão Lúcia Vânia, minha conterrânea, senhores convidados, infelizmente, eu não tive oportunidade de assistir a esse debate, que, pelo que vejo foi muito rico, mas nós temos sobreposto as Comissões e uma delas é a CMO, em que estamos tendo que relatar a LDO.

Pelo resumo, eu entendi que... Quando aqui cheguei, achei que estávamos discutindo “prorrogação ou licitação, eis a questão”, mas, no fim, eu entendi que não. Pelo menos esse é o entendimento em princípio. Nós estamos aqui... A questão é: cumpre-se ou não se cumpre a lei? Esta lei é realmente... Se não cumprir, porque não cumprir? Por que fazer uma nova lei? Eu acho que tem que haver justificativas. Então, eu acho que tem muito caminho ainda para se discutir. Ainda não estou seguro. Se existe uma lei pela qual temos que realmente licitar, tem que haver muitos argumentos para que se faça uma lei contrária. Não vou dizer que isso seja impossível, mas nós vamos ter que estar muito sedimentados de princípios que vão justificar essa mudança.

Era isto que eu tinha... E eu acho que nós temos, Presidente Delcídio do Amaral, embora esteja a Lúcia Vânia, acho que ainda temos muita água embaixo dessa ponte para mover essa energia porque há questões que precisam ser esclarecidas. Não podemos, ao arrepio da lei, mudar pura e simplesmente, como também é preciso saber se vamos estar alicerçados numa mudança, se faz sentido ou não.

Era só para colaborar nesse finzinho e dizer que ainda saio com muitas dúvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, é duro para um caboclo como eu, lá do pantanal, ter que entender de transmissão, de distribuição, mas eu fico feliz, ainda que tenha entendido equivocadamente, mas quero dizer a V. S^a que, na hora de falar da prorrogação, V. S^a me deu a impressão de que era a coisa mais certa a fazer. Pareceu-me isso. Talvez a forma com que eu tenha entendido, evidentemente, eu não quis criar nenhum constrangimento a ninguém.

Mas acho que foi oportuna esta audiência porque fica muito claro aqui. E eu quero dizer ao Dr. Paulo Skaff que, como membro titular da Comissão de Infraestrutura, eu acho que – V. Ex^a não estava aqui, estava a Senadora Lúcia Vânia –, eu acho que a gente tem que encerra esta audiência exatamente com essa decisão: a Comissão, a partir de agora, vai fazer gestão ao Executivo no sentido de que tome as providências para que os leilões aconteçam. Até porque se não tomar providência, aí tem uma outra providência, porque é uma decisão política de alterar a lei.

Veja como mesmo esse entendimento, ainda que o Governo tenha um entendimento diferente, ele vai ter que se pronunciar: “não, nós não vamos tomar a providência, porque a providência seria outra”.

Então, a meu juízo, essa seria uma conclusão para que a gente realmente fizesse com que esta audiência pública tivesse uma consequência no sentido de que cumprir a lei é licitar e não cumprir a lei é uma decisão política. Então, é preciso que o Governo tome providências e mande para o Congresso, para que o Congresso decida se vai ter outra legislação, que vai permitir a prorrogação.

Acho que, depois que V. S^a se pronunciar, acho que esse é o meu entendimento e acho que isso realmente daria objetividade a esta audiência pública, o que, em última instância, é o que precisamos fazer aqui: ouvir e, depois da audiência pública, ter uma conclusão que possa realmente... A questão é de decisão mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, quem divergir de mim eu corto a palavra.

Mas eu só queria, primeiro, registrar, fazer algumas observações sobre o que eu ouvi, porque cheguei bem mais tarde e não pude acompanhar de perto. Eu queria fazer algumas ponderações importantes para que a gente avalie bem essa questão.

Eu sou fático. Eu fui do setor elétrico muitos anos e não fico tergiversando, filosofando muito. Eu vivi os bons e os maus períodos do setor elétrico, especialmente os períodos ruins, César. Todos nós aqui, eu acho, conviveram com o período ruim do setor elétrico. Por que, quando eu falei...? Algumas coisas que eu afirmei aqui são questões fáticas, repeti o que disseram aqui.

Primeiro, o setor elétrico... Quem não se lembra aqui da famosa RGR? Alguns lembram, são mais velhos e devem lembrar. RGR: Reserva Global de Reversão. Aliás, não, perdão. Até eu já estou pirado. Não é RGR, mas CRC: Conta de Resultados a Compensar. Alguns se lembram disso, do que era Conta de Resultados a Compensar.

Não adianta a gente fazer uma análise pontual. Essa análise é muito... É por isso que há essa divergência. Não é só do ponto de vista contratual, mas do ponto de vista do histórico do setor elétrico brasileiro. Essa Conta de Resultados a Compensar era uma pequena conta de 25 bilhões, na época em que o ex-Senador Eliseu Resende aprovou um projeto aqui para a gente fazer um encontrão de contas. E por que existia a CRC? Para equalizar a tarifa no Brasil inteiro. Então, o cara que estava na Amazônia pagava a mesma coisa que pagava o cara que estava lá em Porto Alegre. Então, existia um instrumento de compensação que era a famosa CRC.

Mas não foi só isso. Muitas distorções vieram ao longo dessa construção do setor elétrico. E eu não posso aqui deixar de destacar que, hoje, Itaipu, para nós, é uma usina absolutamente estratégica e nós não vivemos sem ela. Mas as pessoas lembram quando muitas concessionárias deixaram de pagar ou muitas concessionárias quase quebraram porque Itaipu era compulsório? Tem que lembrar essas coisas. Não é uma leitura assim tão direta, “pão, pão; queijo, queijo”. Não é assim, não.

De tudo que vi no setor elétrico, eu acho que o setor elétrico estatal, o setor elétrico privado, isso coexiste e existe em muitos países do mundo. O importante é o bom serviço. O importante é a energia elétrica competitiva. Se é estatal, se é privada, não interessa. Pelo mundo aí há maus exemplos de estatais e há maus exemplos de privados também. Mesma coisa. Mesma coisa. Aliás, nós não precisamos avançar muito. É só olhar as ventanias que se abateram sobre São Paulo e a chuva para ver que na principal cidade brasileira basta chover e ventar que vários bairros ficam sem energia.

Então, eu vou ser muito sincero para vocês. Para mim, discutir esse negócio de discutir se é estatal ou se é privado, pouco importa. O que importa é o consumidor. O que importa são os vários segmentos que buscam uma energia competitiva. Isso que importa para mim. Se é estatal, se é privada, não interessa. Há mal exemplo em todos os lados.

Outra coisa que aconteceu... Aqui tem muitos barrageiros. Estou vendo alguns aqui. Estou vendo o Mário Miranda, de Tucuruí, e outros, de Coaracy Nunes, no Amapá. Quantas barragens nós fizemos aqui que tinham um tempo de concessão? O Neiva sabe

bem. Corria a concessão; aí não tinha dinheiro para fazer, atrasava, a usina levava um tempão para entrar em operação. Quem não se lembra disso? Então, nós temos que... Se esse negócio fosse fácil, já havia sido resolvido, porque as pressões são muito grandes. Quando a gente diz assim: ok, vamos privatizar as linhas de transmissão. Bom, qual é a modelagem que nós vamos adotar para privatizar as linhas de transmissão, 82% das linhas de transmissão? É por região, de subestação para subestação? Como é o negócio? Quinhentos KV, 230, 345? Qual é o jogo? Como vai ser o desenho?

Eu, às vezes, falo assim: tranquilo; vamos usar a lei, porque, se for para cumprir, é a lei. Agora, como fica, Sr. César, a transmissão com mil e um *players* ou cada geração com um camarada? Como faz a coordenação desse jogo todo? Como é a questão da operação, da manutenção e das pessoas que o Brasil investiu para qualificá-las? Porque, quer queira, quer não, o setor de energia elétrica tem gente muito competente, tanto estatal quanto privado, como também tem gente ruim de serviço. Não é uma coisa simples, Moka. Essa é a questão. Não é uma coisa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Olha lá o que você vai falar, porque, senão, vou cortar a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou confrontar V. Ex^a. O debate é isso. Eu estou vendo até a dificuldade de V. Ex^a, do setor, é claro. Mas o que quero tranquilizar a todos... Eu acho que, se esta audiência pública concluir em fazer com que o Governo, o Executivo se manifeste, se vamos fazer licitação, porque pedir para tomar providências para que se façam leilões, porque aí, Senador Delcídio, se o Governo tiver outra opção ou se quiser discutir caso a caso, como V. Ex^a colocou aqui, ele vai ter que se manifestar. O importante é que esta audiência pública e esta Comissão possam fazer com que a decisão, que é o mais importante, seja a mais rápida possível, porque, salvo melhor juízo – eu estou agora preocupado em não me equivocar –, eu vi prazos, que V. Ex^a não viu na exposição, de que esses leilões têm que ser antecedidos de 18 meses, 17 meses. Alguém expôs isso aí. Então, daqui a pouco, nós vamos levando, levando e não tem prazo útil mais nem para você fazer – não sei se isso está normatizado ou não. Essa é a preocupação. E acho que uma audiência como esta, se concluir pelo que estou sugerindo, quer dizer, quem vai decidir, evidentemente... O Governo: não, nós não vamos fazer leilão. Agora vai ter que mandar para o Congresso alteração da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu compreendi bem a postura de V. Ex^a, que é o cumprimento da lei, só que, pelo que se ouve dos vários agentes, que, inclusive, não são só estatais, são privados também – para mim o Neiva não representa só estatal, muito menos o César e muito menos ainda o Nelson –, não é uma coisa tão simples, não é um enfrentamento estatal privado, privado estatal. É uma coisa bem mais complicada. Então, eu acho... Aí eu vou um pouco no que o César falou, por experiência prática:

Eu acho – aí vou um pouco no que o César falou –, por experiência prática, vamos privatizar... Vamos privatizar não, vamos leiloar. Como o Paulo disse aqui: privatizar não, pode ser estatal ou privada, não interessa. Vamos leiloar tudo. Depois nós vamos... Primeiro, tem que ter alguma modelagem isso. Não é pegar um instrumento único e leiloar. Por quê? Porque tem toda uma conceituação de otimização energética.

Alguém não lembra aqui que tem usina em cascata, então tem que haver uma otimização entre as usinas todas? “Ah, a ONS faz”. Depende. Não é tão simples assim não. Até porque, se a gente colocar numa cascata interesses diferenciados, eu, que já vivi isso, sei que não é fácil. Por mais que seja muito lógico, não é fácil. Não é fácil!

Aí não, nós vamos amarrar. Então vamos amarrar nos contratos. Nós fazemos isso de imediato? Será? A bacia do São Francisco, a bacia do rio Paraná, a bacia em que está Água Vermelha e companhia, Furnas, do Rio Grande? Não sei não. A bacia do Paraná, com Ilha Solteira, Jupiá, é mole fazer? Com as outras bacias que estão para cima? Então, não é uma coisa simples.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, só para resumir, porque eu queria, não poderia perder a oportunidade, já que eu cheguei...

Eu tenho meu objetivo, claro, e vou ser muito sincero, agora que já entendi, mais ou menos, as posições: duvido muito que não caminhemos para uma prorrogação. Pela minha percepção, duvido muito. Agora, as condições em que essa prorrogação vai acontecer são outros quinhentos, aí eu não sei dizer. Mas que nós estamos caminhando para a prorrogação, pelo que eu sinto... Tenho um certo *feeling* de que isso vai acabar acontecendo.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de concordar com V. Ex^a sobre a complexidade do tema, Senador Delcídio. O que não se entende é o Governo não estar presente – mas acho que vai estar, porque nós vamos convidá-lo na próxima audi-

ência pública – para analisar cada uma dessas complexidades que são colocadas e estabelecer um prazo de definição, porque não se pode mais adiar, pelo que a gente tem ouvido aqui. Todos os expositores estão inquietos, angustiados, por não saberem qual o rumo que vai se dar à questão.

Pela complexidade do tema, pode ser que o Governo não tenha formatado ainda um modelo ideal, mas ele tem algumas diretrizes que poderiam ser colocadas aqui de forma a que possamos fazer uma avaliação mais segura do tema.

Portanto, eu acredito que tanto V. Ex^a como eu temos uma responsabilidade muito grande de, assim que terminar o recesso parlamentar, trazermos o Governo aqui para uma definição, ou pelo menos diretrizes. Se não tem definição, que haja diretrizes para que a gente possa dar uma resposta a essa inquietação, porque não se trata de uma questão simples e comum. Está envolvido aí o futuro do País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Então, é preciso que haja uma definição, e nós temos o dever de provocar essa definição. E esse é o objetivo do nosso esforço no sentido de trazer esse debate à tona.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E só para registrar, Senadora Lúcia Vânia: o Governo até agora também não deixou claro isso porque ele enxerga o que foi colocado aqui, porque as coisas não são tão simples, e existem casos e casos.

É complicado, é o que o Nelson falou aqui: existem especificidades, e o Governo está tentando encontrar uma solução para, pelo menos dentro dessas diferenças, ou propor o leilão, que é o que a lei determina, ou então mudar a lei, ou mudar a lei dentro de novas condições que o Governo pode estar estudando e que o Congresso, efetivamente, vai analisar e votar.

Acho que esse é que o ponto, porque não é uma coisa simples. É complexo isso, não é uma coisa fácil de decidir. Agora, precisa ser decidido, em função do tempo.

Não sei se os expositores...

César, Neiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não tinha como eu ficar mais aqui, Senador, mas eu queria dizer o seguinte: V. Ex^a teria dificuldade de que gente pudesse encaminhar ao Executivo...

Essa decisão, se puder ser feita, e se o Senador Ivo Cassol também concordar, é que a gente concluiria dizendo que o Executivo tem que tomar as providências para ou fazer leilão e, se não entender que vai ser leilão, que vai ser uma prorrogação, aí precisa de uma decisão que é exatamente mudar aqui a legislação.

De uma forma ou de outra, Senador, o fundamental é que essa audiência vai acabar fazendo com que objetivamente o Executivo... E V. Ex^a disse: não é fácil, é complexo. Entendo, tenho clareza, e por isso mesmo, quanto mais cedo se decidir, mais tempo vai-se ter para, se for o caso da prorrogação, se o Governo resolver isso e o Congresso concordar com isso, mudando a legislação, todas as providências que precisam ser tomadas... Até me atendo ainda à questão de que – não sei se está normatizado – são precisos 17, 18 meses, são quase dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É isso aí.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E como começo de cantiga é assobio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a já imagina o que vem.

Meu caro César.

O SR. CÉSAR DE BARROS PINTO – Na verdade, eu não queria mais aduzir aspectos técnicos, mas queria fazer um agradecimento pela oportunidade de estar presente a esta audiência e colocar a Abratee ao inteiro dispor da Comissão e do grupo de especialistas com este objetivo: ajudar a construir uma solução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Desculpem, é que aqui a gente assobia e chupa cana ao mesmo tempo. Pensei que estavam fazendo votação nominal no plenário. Ainda não.

Meu caro Nelson Leite.

O SR. NELSON FONSECA LEITE – Exm^o Senador Delcídio, eu queria agradecer a oportunidade. Acho que foi um debate muito rico e acho que um consenso a que chegamos – e o Senador Moka colocou isso muito bem – é a questão da urgência de uma definição, até porque é o seguinte. Vamos imaginar que se faça um leilão, como está previsto na lei, e o concessionário atual perca. Ele necessita de um tempo para desmobilizar seus recursos. Ou seja, uma substituição de um concessionário de distribuição ou de um concessionário de geração numa instalação dessas é um processo complexo, é um processo que leva anos. Não é uma coisa que se faz da noite para o dia. Isso não é uma concessão de táxi, em que se se fala que se cassou a licença do fulano, o outro vai lá e substitui na hora.

Então, chamo a atenção para o seguinte: qualquer solução que for adotada tem que ser adotada com tempo suficiente para que os agentes possam reagir tomando as decisões necessárias sem prejuízo nenhum dentro da cadeia e sem prejuízo até para a continuidade do serviço para os consumidores, pensando no bem da sociedade brasileira.

E o Ministro Lobão já citou isso quando tomou posse. Ele disse: “Nós temos que madrugar nesse assunto”. No dia da posse ele disse isto: “Nós temos que madrugar nesse assunto”. Madrugar nesse assunto é tomar a decisão a tempo para que os agentes possam analisar os reflexos nos seus negócios e tomar as decisões necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Neiva.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Eu gostaria de agradecer ao meu amigo Delcídio, de longa data, companheiro do setor elétrico há 35 anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aí também é demais.

O SR. FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – ..esclarecendo uma coisa, o novo modelo do setor elétrico felizmente permite hoje uma solução criativa que o Governo teve, que a EPE teve de partir as usinas novas – Santo Antonio, Jirau, Belo Monte, Teles Pires – 70% destinados ao consumo cativo, que é o residencial e o industrial que esteja nesse ambiente, e 30% destinados ao mercado livre: um em torno de R\$60 a R\$70, o outro em torno de R\$130 a R\$140. Sem essa partição, o nosso consumo, a nossa conta residencial ficaria insuportável, porque a usina é um bem caro, complicado, localizado em locais distantes. Essa solução que se imagina talvez destruisse essa oportunidade. No caso de Teles Pires, quando se fala em 58, com transmissão, a transmissão está ali na porta, e 58 é a parte dos 70%; dos outros 30% não se falam. E se fosse uma usina 100% licitada, qual seria o preço? Eu não sei. Então, tem esse aspecto.

Agora, vou clarear a proposta da Abrage. Nós solicitamos que se prorrogue, mas não de uma forma atabalhoada e contra a lei. Não. Formule-se uma lei, traga-a para o Congresso, em que cada usina tenha um ônus específico e ajustado para ela. Se ela está quase amortizada, o ônus dela é mais alto; se ela está pouco amortizada, o ônus dela é pequeno. De forma que fique perfeitamente ajustado da forma que queremos: que se capture ali o que já foi pago e volte para amortização tarifária naqueles itens que encontramos, que é na tarifa de transmissão, na tarifa de distribuição, e no encargo do sistema, que é o consumo de óleo combustível e de combustível nas térmicas. Vemos muito isso por aí. Por exemplo, foram US\$4 bilhões em 2008.

Então, esta é a proposta da Abrage: ajustar ônus uma por uma e não estar ali nenhum benefício permanente, nem coisa alguma. Estamos propondo prorrogar com ônus ajustado por cada usina.

Muito obrigado pela participação, por esta honra de ter sido convidado para estar aqui com tão ilustres Senadores e companheiros de apresentação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo a palavra ao Dr. Paulo Skaff, para as últimas considerações, se V. S^a assim entender.

O SR. PAULO SKAFF – Muito obrigado, Presidente. A minha palavra final é a V. Ex^a por esse honroso convite, à Senadora Lúcia Vânia e aos Senadores que aqui estão.

Olhando o consumidor brasileiro, a competitividade brasileira, a segurança jurídica no Brasil, sem dúvida a nossa posição é a do cumprimento da lei. Isso significa que façam novos leilões, que se faça a competitividade com transparência, com serenidade, com toda a correção. É lógico que é um processo complexo e, por isso mesmo, precisa começar logo. Se não fosse complexo, poderia ser deixado para adiante.

Por isso que eu quero cumprimentar o Senador Moka pela proposta que fez. Se o Senado, se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraestrutura imediatamente provocarem – não sei se o termo é esse – o Governo no sentido de tomar as providências que já deveria ter tomado exatamente pela complexidade do modelo, nós teríamos esse processo caminhando e atenderia a todos. Isso porque uma coisa foi unânime aqui: ninguém quer que fique como está, na indefinição. Então, para caminhar, que comece na direção do cumprimento da lei, e eu espero que termine nesta mesma direção, cumprindo a lei e atendendo aos interesses maiores da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Paulo Skaff.

Eu entendo, Senadora Lúcia Vânia, que esse encaminhamento é correto, as duas comissões...O ideal é que tratássemos administrativamente do tema em uma reunião das duas Comissões, talvez uma reunião mais no sentido de montar esse encaminhamento para o Governo e colocar as nossas preocupações que estão mais do que aqui delineadas por tudo aquilo que já ouvimos, não só dos grandes consumidores, mas especialmente aqui dos principais atores do setor elétrico e os empresários, os industriais que, também, são peças fundamentais nesse processo.

Essa é uma discussão difícil, mas quero só destacar um ponto. Sou um Senador do Governo, mas quero dizer que o problema da tarifa de energia, sob o ponto de vista de geração, transmissão e distribuição, não temos um quadro tarifário tão dramático. O problema são os encargos que vamos ter que olhar, depois, com absoluto rigor e cuidado. Estou meio enferrujado, mas acho que, pelo menos, de encargo em cima da tarifa devem dar, se somarmos a cascata toda, 48%, quanto que dão?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) *(Intervenção fora do microfone.)* – Dão 47%, ou melhor, 45%.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, 45%, não estou tão mal, estou na margem de erro aí, 2%, 3%.

Esse é um assunto, também, delicado. E começamos a ver aí, hoje mesmo, vi pela manhã, tarifa do Brasil, só a Itália que vence, tarifa italiana, um gigante.

Mas o problema da tarifa de energia brasileira é o que está embutido, não é só o serviço, não é o preço das concessionárias; é o que vem em cima disso, que são os encargos. Então, essa é uma outra discussão, também, uma discussão fundamental, importante...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aliás, o Dr. Paulo Skaff colocou isso com muita clareza e o Senador, também, nesse momento, temos que decidir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Olha que nem combinei com ele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas temos que decidir essa questão se vai ter leilão ou se vai prorrogar. Essa é a decisão.

E, para finalizar a minha participação, se podemos dizer, que essa audiência pública conclui com esse encaminhamento. Quer dizer, tanto a CAE como a Infraestrutura, vamos encaminhar ao Executivo um pedido para que tome providências em relação a isso aí.

Claro que administrativamente V. Ex^a já colocou uma reunião maior para tratar de como isso será feito. Mas, a conclusão ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O encaminhamento é esse e aí vamos precisar, peço até para o Neiva, para o Paulo, para o Nelson, para o César, até levantando muitas das questões que afligem, não só o encaminhamento, vai fazer assim, vai prorrogar ou, como e lei determina, leiloar. Mas, ponderando e colocando uma série de questões que, naturalmente, precisam ser abordadas em uma decisão como essa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Delcídio, gostaria de dizer o seguinte: nós estamos aqui com uma equipe de consultores e acho que seria muito oportuno que eles pudessem, em uma reunião reservada aqui conosco, transmitir essa experiência que foi passada hoje para nós aqui, para que possamos fazer um estudo mais profundo da questão. Se os senhores estiverem dispostos a isso, Delcídio e eu podemos marcar essa reunião junto com os consultores para que possamos esmiuçar com mais profundidade o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E com certeza, também, mobilizando a

Casa, no sentido de esse assunto passar a fazer parte da agenda e uma das prioridades da agenda do Senado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sinceramente gostaria, até para aprender um pouco essa ... Dei aula de física e química, não vou ter muita dificuldade em aprender isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estou achando esse Senador Moka muito esperto para o setor elétrico, nós já vamos começar a persegui-lo aqui na Comissão de Infraestrutura

Quero agradecer a todos, aos senhores e senhoras; quero agradecer aos Senadores e Senadoras, especialmente, ao Neiva, ao nosso querido Paulo Skaff, ao Nelson Leite, ao César de Barros Pinto, pela excelente exposição e, muito obrigado. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 29 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 01/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia quatorze de junho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador José Pimentel, Vice-Presidente, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e, ainda, do Senador Inácio Arruda. Deixa de comparecer a Senadora Marta Suplicy. O Presidente declara aberta a reunião, submetendo à Subcomissão a dispensa da leitura da ata da 3ª reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que reunião tem como objetivo a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema “Sistema Tributário Brasileiro: Competitividade Externa”, tendo como convidados o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca – Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; o Sr. Júlio Sérgio Gomes De Almeida – Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Indus-

trial – Iedi; e o Sr. João Hamilton Rech – Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal do Brasil. É realizada a audiência com a presença do Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; do Sr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Iedi; do Sr. João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e, ainda, do Sr. Luis Felipe de Barros Reche, Assessor da Área de Administração Aduaneira da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel**, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª reunião da Subcomissão.

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pauta: audiência pública para debater o tema Sistema Tributário Brasileiro – Competitividade Externa.

Todos os convidados já estão aqui: o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; o Sr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Iedi; o Sr. João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e o Sr. Luis Felipe de Barros Reche – muito parecidos os dois, quase parentes, mas aqui não há nada de nepotismo –, Assessor da Área de Administração Aduaneira da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

De acordo com o art. 73, § 1º, e o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Pre-

sidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos; a palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida por ordem de inscrição; o interpelante dispõe de apenas... Aqui estão estipulados três minutos, mas, depois, vamos discutir o tempo, porque somos poucos Senadores presentes, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para fazer a sua exposição, pelo prazo de quinze minutos. Depois, a gente vai administrando o tempo.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Perfeitamente.

Muito boa-tarde.

Queria agradecer ao Senador José Pimentel, Presidente desta Mesa, por esta apresentação e pelo convite.

Aos meus companheiros de Mesa, o economista e amigo Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Diretor-Executivo do Iedi; aos representantes da Receita Federal do Brasil, Srs. João Hamilton Rech e Luis Felipe Reche, muito obrigado pela presença e pela oportunidade de estarmos juntos neste debate; Srs. Senadores; senhoras e senhores, muito obrigado.

A intenção é falar sobre a competitividade da indústria brasileira, tema que está hoje absolutamente focado na agenda não só da Fiesp, que represento neste momento, mas também, eu diria, da Confederação Nacional da Indústria, de todas as federações, dos inúmeros Estados da Federação, por conta da gravidade, da situação crítica que vivemos hoje em relação à competitividade industrial do País.

Muito se fala sobre a questão da desindustrialização precoce no Brasil. O que seria exatamente isso e a que se refere? Permitam-me um minuto para esclarecer um pouco esse tema, do ponto de vista até da sua etimologia, para ficar claro do que estamos falando quando usamos a palavra “desindustrialização”.

Nós passamos um período longo da nossa história recente – eu diria do pós-guerra até os anos 90 – no chamado processo de substituição de importações, fase da industrialização brasileira, na qual inúmeras indústrias foram criadas, com apoio do Governo ou sem apoio do Governo, pelo empreendedorismo brasileiro, visando à possibilidade de atender ao mercado interno, substituindo importações que, até então, era realizadas. E esse período nos levou a um crescimento bastante robusto, bastante importante. Lembramos que, na década de 70 ou mesmo antes – no período

da década de 50, no governo Juscelino; e, depois, no início do governo militar, na década de 70 –, taxas superiores a 8%, 9% ao ano eram basicamente geradas a partir do aumento da demanda interna no Brasil e havia a possibilidade de substituição de importações que eram então realizadas.

O País viveu, nesse período também, uma aguda crise cambial, que estimulou ainda mais o controle de importações e a substituição de importações por produção interna. Superada essa fase, veio a abertura unilateral e voluntária do País para a economia global, e fomos provocados para um choque de competitividade, que teve uma razoável resposta.

Seríamos injustos se disséssemos que não houve, da parte dos empresários industriais, reação em termos de tecnologia, aprimoramento da tecnologia, melhoria do ambiente competitivo, melhoria, enfim, até das atividades relacionadas à produtividade industrial, ao *marketing*, à distribuição, à logística. Porém, o crescimento do País, especialmente da sua infraestrutura, e fatores exógenos da indústria, como o nosso sistema tributário e a política cambial, acabaram agravando a questão da competitividade industrial brasileira. E o que nós verificamos hoje é o inverso do que nós vimos no período 50/90: a substituição de produção interna por importações.

Para exemplificar o que estou falando, eu cito o chamado coeficiente de importação da economia brasileira, que nada mais é do que o total de importações realizadas pelo País sobre o consumo aparente, que é o total da produção menos exportação e mais importação.

Esse índice saltou de 11%, 12%, que era um patamar, eu diria, de uma década, até 2004/2005, e veio crescendo, de 2005 para cá, até atingir 22% no ano passado, ou seja, o dobro. É muito? É pouco? Eu diria que ainda é pouco. A economia brasileira não é uma economia nitidamente aberta, como algumas outras economias de países de menor dimensão continental, menor população, menor mercado interno e, portanto, menor escala de produção e que, necessariamente, têm que importar mais, especialmente bens de consumo final, porque eles não conseguem, não têm escala para produzir tudo. Países de maior dimensão continental, de maior contingente populacional, costumam ser mais fechados. É o caso do Brasil e de outros países também continentais. Mesmo assim, o nosso coeficiente é baixo.

Então, o que assusta? Com o que a indústria está assustada? Com a velocidade com que o coeficiente de importação está mudando ano a ano.

Em 2010, o coeficiente de importação subiu 4%: de 17% para 21% ou para 22%. Vamos falar de alguns

setores, porque, às vezes, quando falamos do geral, nós não chegamos ao particular, e é o particular que dói, é o particular que grita. Então, analisamos o caso, por exemplo, de máquinas e equipamentos, cujo coeficiente de importação era da ordem de 30%, 35%, e é normal que assim seja, até mais talvez, porque nós não podemos ter a pretensão de termos todos os equipamentos, todos com a melhor tecnologia e, portanto, equipamentos com similares aos estrangeiros importados. Não, nós temos muitos equipamentos sem similares, que temos que importar necessariamente.

Agora, aumentou de 35% para 55% em três anos. Na área de aço, outra área, indústria importante, a indústria siderúrgica, o coeficiente de importação era baixíssimo, era de 5%, foi de 19% no ano passado.

Então, esses coeficientes de importação não nos agridem tanto ainda pelo valor nominal, pelo índice nominal que eles representam, mas pela velocidade, e volto a dizer, com que eles estão mudando. Dados alguns fatores, como a sobrevalorização cambial, a questão dos custos logísticos, tributários e financeiros, que são desvantagens, as três grandes desvantagens competitivas do nosso País, nós assistimos, com angústia, à perda de competitividade da nossa indústria e, especialmente na indústria de transformação, a geração de um déficit na balança de manufaturados, que ainda não foi plenamente compreendida pela sociedade brasileira.

E vou aqui fazer uma ênfase, aproveitando a minha presença diante dos Senadores aqui presentes e do Senado Federal, para alertar o que representa hoje a balança de manufaturados no Brasil.

Excluindo minério, agronegócio e petróleo, o déficit da balança de manufaturados do Brasil saltou de US\$6 bilhões, em 2006, para US\$70 bilhões, em 2010, e será de US\$100 bilhões em 2011. Senhores, US\$100 bilhões, tirando as *commodities* agrícolas e minerais e petróleo.

As estatísticas agregadas, às vezes, iludem. Às vezes a imprensa noticia, o Governo se vangloria de estarmos com superávit de US\$20, US\$25 bilhões no conjunto, mas o conteúdo desse superávit é um conteúdo, eu diria, no mínimo, falso pelo aspecto da sua volatilidade e da sua baixa importância do ponto de vista do emprego e baixa importância do ponto de vista da tecnologia do valor agregado.

Naquilo que gera emprego, que importa para o País, que é a exportação industrial, nós estamos naufragando, perdendo mercado externo e não conseguindo competir com as importações que entram no nosso País a preços aviltados. O que fazer então? Esta é a pergunta. Tem muita coisa a fazer. Muita coisa. Alguns até chegaram a dizer, por exemplo, que em termos de

política de câmbio não há o que fazer; o setor financeiro certamente muito satisfeito com a situação macroeconômica do País, juro alto, câmbio sobrevalorizado; a especulação financeira no mercado futuro de câmbio corre solta, proporcionando ganhos absurdos de 7%, 8% de arbitragem de juros e câmbio para aqueles rentistas estrangeiros e brasileiros que se apropriam dessa facilidade que a nossa economia proporciona.

Enquanto isso, quase que numa autoprofecia porque a eles interessa que o câmbio cada vez mais se sobrevalorize, o câmbio vem sobrevalorizando. Hoje o mercado financeiro se apropriou da formação da taxa de câmbio. Quando eu estudei economia nos livros de Paul Samuelson, dizia que o câmbio era aquela taxa de equilíbrio entre oferta e demanda de bens e serviços intercambiados por um país com os outros. Isso já passou completamente de moda. Quem faz o câmbio hoje é mercado futuro, que tem um volume cinco vezes maior do que o mercado à vista, e em que não há fechamento de câmbio à vista, portanto, o IOF não atinge esse mercado. Esse é um mercado absolutamente quase que impossível de ser aprisionado ou de ser prejudicado, porque ele é um mercado virtual. É como uma sombra que nós não conseguimos palpar.

Então nesse mercado, senhores, eu teria só uma rápida argumentação ou sugestão a dar. Para evitar a especulação, diz a experiência, só há duas coisas: ou se reduz a atratividade da especulação ou aumenta-se o risco. Reduzir a atratividade seria dizer que nós temos de baixar a taxa de juros – uma missão quase impossível neste País, por razões que eu não vou aqui entrar para discutir, mas aconselho àqueles que tiverem interesse, assistam a um filme chamado “Ensaio de Job”, que mostra o conluio do setor financeiro americano com o *Federal Reserve*; a situação do Brasil não vai ser muito diferente.

No entanto, dá para aumentar o risco do mercado especulativo. E aumentar o risco significa pôr uma regulação mais rígida nesse mercado, por exemplo, exigindo margem de garantia, que é o percentual que o especulador tem para depositar como garantia para o seu limite de crédito na BMF, de forma que ele tenha de arcar com um capital maior do que aquele que hoje – pasmem – é de um para dez, que é a margem de garantia para o limite de crédito que se tem na BMF.

O próprio Ministro Mantega, em outubro do ano passado, deu uma entrevista ao Jornal *O Globo*, dizendo que se o câmbio continuasse apreciando em breve ele estaria usando mecanismos para prejudicar a especulação no mercado futuro, citando essa coisa da alavancagem. Até agora nada foi feito, a CVM parece estar conformado com essa situação de que se pode alavancar, produzir moeda especulativa na proporção

de um para dez e que o País está bem, não precisa nenhuma intervenção no mercado futuro de câmbio.

Bom, aumentar o risco é a única resposta concreta que temos para evitar essa especulação de taxa de juro e câmbio no nosso País, caso contrário, estaremos prejudicando a nossa competitividade industrial, a nossa, eu diria, aniquilando a nossa indústria por conta de uma equação macroeconômica que favorece aqueles que querem ganhar dinheiro fácil no mercado futuro brasileiro.

Quero aqui lembrar, nessa questão dos US\$100 bilhões do déficit dos manufaturados, o que representa isso para o emprego? Isso representa, para cada bilhão de dólar, cerca de 40 mil empregos. Então se temos aqui um déficit de US\$100 bilhões, senhores, nós estamos falando de dezenas de milhões de empregos que hoje deixam de existir na nossa economia por conta dessa situação do déficit de manufaturados que foi criado nos últimos quatro anos. Não exista antes não! Não pensem que é uma situação histórica, sistêmica da economia brasileira. Nós perdemos competitividade. As *commodities* estão dando um fôlego, pelos preços que aumentaram significativamente, mas é uma situação volátil, que fragiliza o futuro do nosso País. Essas nossas reservas podem parecer pífias como foram em 99, quando tivemos a crise cambial, se nós continuarmos tendo esse déficit estrutural na balança de manufaturados.

Na questão tributária, aproveitando a presença dos nossos amigos da Receita Federal, eu gostaria de citar dois pontos que acho fundamentais, que temos que procurar racionalizar a estrutura tributária brasileira e, na verdade, eu até diria mais, cumprir a lei, que é o importante.

A desoneração tributária das exportações é prevista na Constituição. Ninguém questiona isso. No entanto, nós ainda temos enorme dificuldade de ressarcimento do PIS, Cofins, seja ele o PIS, Cofins advindo de insumos e serviços adquiridos para atividade exportadora, seja o crédito presumido também previsto na lei, na legislação de 2004, temos uma enorme dificuldade de ressarcimento. E começam agora a fazer algumas soluções setoriais. Mas eu pediria à Receita Federal, até seguindo o discurso várias vezes proferido pelo Secretário Executivo Nelson Barbosa, de que vai haver uma aceleração do ressarcimento do PIS, Cofins para os exportadores. É fundamental que isso aconteça, porque é inadmissível ver os exportadores financiando o Tesouro, sem juro, por três, quatro anos, com dificuldade de ressarcimento do dinheiro que falta no seu capital de giro.

No tocante às importações, nós temos na questão do ICMS o grave problema da guerra fiscal, um

problema que está sendo tratado aqui, no Senado, em que os incentivos à importação, que têm causado um adicional de competitividade às importações estrangeiras, contra o produto brasileiro, também é um tema que precisa ser absolutamente sanado.

Acabamos de ter o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal considerando inconstitucionais todos esses regimes tributários estaduais que não tiveram a aprovação do Confaz. Agora acho que cabe aos Srs. Senadores a conclusão da Resolução nº 72, que virá pôr fim a essa guerra fiscal que tem sido tão danosa aos interesses do nosso País, porque cria uma concorrência desleal à nossa indústria.

Para concluir, eu diria que esses são, na área tributária, os dois principais focos de atenção que nós temos.

Nós poderíamos falar também da desoneração tributária de investimentos, da questão de uma melhor racionalidade tributária em termos de impostos, da questão do ICMS de exportação que também não é devolvido pelos Estados aos exportadores. Mas vamos focar principalmente no PIS-Cofins e no ICMS da importação, da guerra fiscal, porque, se nós conseguirmos, este ano, melhorar a atuação nesses dois campos, certamente a indústria brasileira sairá muito melhor em 2011 do que entrou, porque a desvantagem tributária para o industrial brasileiro hoje, de fato, é muito grave, muito aguda. Isso nos torna menos competitivos e acaba causando prejuízo para toda a economia brasileira, para toda a indústria brasileira.

Concluo aqui, Senador. Acho que já esgotei o meu tempo e eu tenho certeza de que nós vamos ter a oportunidade, no debate, de esclarecer melhor os pontos que eu aqui coloquei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Iedi, para fazer sua exposição em até quinze minutos.

O SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA – Muito obrigado, Senador Pimentel, Senadores aqui presentes, Deputados, pessoal, eu não combinei nada com o Giannetti, mas o assunto vai na mesma direção. Então queria mudar um pouquinho o foco da minha apresentação.

Também sou professor da Unicamp. Digo isso só para constar, porque o pessoal morre de ciúmes de eu aparecer só como colaborador do Iedi.

Eu queria fazer uma consideração sobre a natureza do que está acontecendo no Brasil em termos da competitividade do nosso setor produtivo, não só da indústria. O nosso setor produtivo está extremamente

ameaçado – só não está mais porque o nosso setor do agronegócio e mineral estão num contexto de preços internacionais extremamente favoráveis e podem suprir as lacunas que nós estamos vivendo no setor produtivo com esse processo.

Tenho ouvido empresas poderosíssimas no Brasil, brasileiríssimas – tomara que os senhores não ouçam isso pela imprensa, pois o que vou falar realmente não se concretize –, dizerem que estão saindo do Brasil. Não se trata de uma internacionalização sadia, vamos dizer assim, daquelas empresas que esgotam suas potencialidades internas. Estamos muito longe disso. Não se trata exatamente daquela condição que também leva à internacionalização, todos estudaram esses processos, de uma empresa que vislumbra no exterior uma fronteira de crescimento ainda maior ou de um prolongamento da sua vida empresarial, mas de empresas que estão fugindo do Brasil, repito: fugindo do Brasil. Evidentemente não estão fugindo do Brasil por outro motivo a não ser um problema seriíssimo de competitividade.

A impressão que eu tenho – já trabalhei no Governo e sei da dificuldade que é tentar resolver esses problemas – é que nós acumulamos demais as coisas que nós deveríamos ter feito e não fizemos. Fomos complacentes demais, e não falo do PT, PSDB, Ministério da Fazenda, Banco Central, mas o conjunto da sociedade. Talvez isso tenha uma lógica, mas fomos complacentes demais com uma estrutura tributária que, desculpem-me, é um desastre, com uma estrutura de custo de capital interno que é um desastre – não tem nada a ver com vocês evidentemente; tem mais a ver comigo do que com vocês, por falar nisso –; com uma infraestrutura cara e ruim, o que é um desastre; com uma macroeconomia, pelo menos no meu ponto de vista, que é um desastre; com um câmbio que é um desastre, com isso tudo que é um desastre, etc.

O que acontecia no Brasil que tudo isso, que é muito grave, não aparecia até, eu diria, antes da crise, quer dizer, até o dia anterior à crise, até setembro de 2008? É que o Brasil não estava na geopolítica mundial.

Na verdade, o mundo dinâmico da pré-crise dividia-se entre Estados Unidos, com uma economia muito dinâmica, e as economias asiáticas, com algumas outras coisas de países muito pequenos, como o Chile, por exemplo, com certo dinamismo na América do Sul. Basicamente, era esse o eixo do desenvolvimento. E o Brasil ia acumulando forças, por falar nisso, recriando seu mercado interno, fazendo pesquisas tecnológicas relevantíssimas, como, por exemplo, na área do pré-sal, que acabaram ditando um movimento muito anterior à crise. Não nos viam. E nós fomos construindo elementos para um grande crescimento, para um grande

potencial de crescimento, que, quando veio a crise e no pós-crise – tão limitado que foi esse pós-crise –, o mundo resolveu olhar um pouco mais para o Brasil, e aí a coisa ficou difícil. Foi como se tivessem desnudado toda a nossa falta de competitividade, todo o processo muito longo de não fazer.

Nisso o PAC foi muito importante. Puxa, como a gente brigou para fazer o PAC! – estava aqui um ex-assessor nosso. E é nada, perto disso tudo. Quanta coisa a gente já avançou na estrutura tributária; nós sabemos disso. Quer dizer, hoje, praticamente, o investimento não é onerado no plano federal.

Nós reclamamos hoje dos impostos sobre a exportação, mas já foi muito pior quando nós tínhamos impostos cumulativos. Andou-se muito, portanto, nesse processo todo, mas tudo isso parece muito pequenininho devido ao novo desafio que nós estamos enfrentando, que é o seguinte: chama-se China, que não é só a ponta, mas também o miolo desse *iceberg*. Enfim, não é só a China. É um mundo desenvolvido muito competitivo – estou me referindo à China, à Coreia e à Alemanha, que não necessariamente estão disputando conosco terceiros mercados nos setores produtivos. Há mercados com os quais eles não conseguem rigorosamente competir, porque não têm a capacitação nem outros fatores que o Brasil tem, aliás, graças a Deus!, que é o mundo das *commodities*, o mundo dos produtos minerais, o mundo dos produtos agrícolas.

O que aconteceu, na verdade, no pós-crise, que acordou, que fez com que o Brasil reaparecesse no cenário internacional além dos nossos fatores? O fato de que a recuperação da economia mundial no pós-crise foi muito parcial. Quer dizer, nós evitamos o pior da crise mundial, mas, por outro lado, não resgatamos o dinamismo da economia mundial do pré-crise. E a economia chinesa, que desponta nesse processo como uma compensação da falta de dinamismo do outro lado, ou seja, do dinamismo norte-americano, não está numa fase de dividir os frutos do seu crescimento com ninguém. Quer dizer, ela está muito mais numa fase – e é natural que aconteça isso, pois, foi ou não foi assim com a Inglaterra?; foi ou não foi assim com os Estados Unidos?; foi ou não foi assim com outros países que, só depois de certa etapa de seu desenvolvimento, passaram a dividir o seu desenvolvimento, aliás, com a sua população – aí é que está, melhorando, evidentemente.

Uma grande parte da redução da pobreza em nível mundial veio do desenvolvimento chinês. E a China, definitivamente, não está dividindo seu crescimento, como os Estados Unidos faziam com seu dinamismo. Vai fazer isso daqui a vinte anos, quando tiver um nível de salário maior, quando tiver um câmbio

mais valorizado, quando tiver, enfim, um sistema de previdência que permita à população chinesa poupar menos e consumir mais. Certamente sim, mas o grande problema que temos é um problema de uma travessia em que sai a liderança norte-americana com uma capacidade muito grande de espalhar, com o seu próprio crescimento, com o crescimento de outros países – e o crescimento europeu tem uma capacidade grande de, com seu crescimento, espalhar esse crescimento para o resto do mundo. Detalhe: a Europa não cresce 1,5%. É nada.

Os Estados Unidos crescem um pouco mais. Talvez possa crescer esse ano, se bem que os últimos resultados são muito ruins, 3%. Será um excelente resultado, mas muito pouco para dinamizar a economia mundial e a China não tem essa condição na economia mundial.

Então, o que se apresenta hoje no Brasil é uma questão do seguinte tipo: não é que somos desafiados em terceiros mercados. Nós somos, como o Giannetti colocou, com muita propriedade, mas perdemos vários mercados de exportação. Aliás, há uma grande ilusão de que, com a inovação, a gente reconquista isso. Não. Inovação permite inícios de mercado.

Na verdade, você é um grande exportador, um grande e competitivo exportador com competitividade e, evidentemente, se conseguir aliar a competitividade à inovação, se transforma numa Embraer, numa Natura, sem dúvida nenhuma. Mas um país é um grande exportador porque ele é inovador? Sim, mas porque tem a base de competitividade muito forte.

Nós temos uma inovação sofrida no Brasil e podemos melhorar bastante isso. Temos competitividade? Não, não temos. Então, saímos de perda de mercado em terceiros mercados para sermos ameaçados aqui no Brasil porque isso não havia tão recentemente como Giannetti falou. Quem olha esses números, quem vê a indústria...

Por falar nisso, por que não vê os outros setores? Porque isso tem algum grau de proteção pelos preços externos, porque temos, aí sim, uma capacidade inovadora e de competitividade muito forte ditada pela tecnologia como a Embrapa nos permite ter no mundo agrícola, mas no caso estamos sendo contestados, ameaçados dentro no nosso mercado interno.

Como é que sai desse grande embrulho? Eu realmente não sei como é que nós poderemos sair desse processo. Eu vou dar um dado para vocês que, no entanto, vai dar a dimensão da encrência em que estamos metidos.

Vamos pegar o setor automobilístico. Vamos pegar o mercado interno, o consumidor interno, não é o consumo aparente, é o crescimento do mercado inter-

no e vamos ver só o crescimento. Vamos perguntar o seguinte: quem é que está absorvendo o crescimento do nosso mercado interno? Porque não foi brincadeira produzirmos dois milhões de carros nos últimos cinco anos, para não irmos muito para trás. Hoje o nosso mercado interno é na faixa de três milhões e seiscentos automóveis. Não é pouca coisa. Praticamente crescemos um mercado interno em cinco, seis anos. Quem é que absorveu isso do produto importado e do produto nacional? Em 2005, 2006, 2007? 25%, 30%. Não tenho nada contra. Nada contra que o nosso consumidor possa com 25% do mercado optar por um carro importado, etc.

Em 2010, 45%. Em 2011, nos primeiros meses do ano, 110%. Então, é a velocidade em que o Giannetti estava falando. Estamos perdendo o mercado na margem, economista gosta de falar esta expressão “na margem”, ou seja, no crescimento do mercado interno que a gente... Vejam bem, quando o mercado cresce 10% ao ano até que eventualmente se pode acomodar o processo, mas quando o mercado não cresce 10% ao ano, porque isso é chinês, e o nosso mercado interno consumidor cresce à taxa chinesa. A economia não cresce à taxa chinesa, mas o mercado interno cresce. Mas não é assim para sempre, isso envolve um esforço de crédito cavalgar, isso envolve um esforço de crescimento da renda, de formalização da economia que, eventualmente amanhã, pode não continuar.

Então, estamos perdendo uma capacidade de gerar internamente ou de absorver internamente como fruto da produção, do emprego, do investimento, do valor agregado, da tributação, aquele dinamismo que nós mesmos criamos. Então, temos que tomar muito cuidado com esse processo que a gente está vivendo.

No que a tributação pode ajudar? Pode ajudar em alguma coisa. As outras coisas que a gente tem que fazer são no mundo da infraestrutura, no mundo do custo de capital. O Governo brasileiro se especializou em fazer muita coisa, mas sempre em uma dosagem que, talvez, seja relativamente pequena.

Na importação vejo um grande problema dos desincentivos. O Giannetti colocou – eu olho para cá e não tem nada a ver com vocês. Ainda temos tributos sobre investimentos. Isso é um absurdo. Não se deve taxar máquina de fazer sapato, deve-se taxar o lucro do sapato ou a produção e a venda do sapato. Nos Estados Unidos, há a regra da depreciação acelerada e é caro à beça isso, mas quem sabe a gente pode evoluir mais para esse lado.

Mas, enfim, se acabasse o desincentivo, o Ministro Pimentel promete fazer isso nos impostos federais... Foi feita muita coisa nessa área nos últimos tempos, mas o mais importante desse custo do investimento

ainda é o ICMS. Então, teria que haver uma reforma tributária mais profunda para a gente liquidar com o custo sobre o investimento.

Sobre o custo de importação o Giannetti já falou. Também o ICMS é muito mais importante do que o outro. O Giannetti frisou mais o problema do PIS/Cofins porque está na alça de mira, digamos assim. O Governo, ano passado, fez um pacote e anunciou uma redução desse processo, uma facilitação nesse processo. Está agindo nessa direção.

E a questão da folha. A questão da folha é muito importante. A folha, desde que caiu a CPMF, é a última dos impostos cumulativos que a gente tem. O que significa dizer que é aquele imposto, no casar a contribuição do INSS – estou me referindo aos 20% da parcela patronal do empregador –, que incide em cascata; quer dizer, ele não tem o desconto do valor agregado como o IVA, como o PIS/Cofins, etc. Então, caberia realmente fazer um esforço importante nisso. Um pequeno detalhe ou “pequeno enorme detalhe” custa R\$95 bilhões esse processo.

Se me permitir só mais um minutinho, Sr. Presidente, eu acho que remover desincentivos é muito difícil, mas a gente nunca deveria desistir de fazer isso, especialmente nessas três direções que oneram muito o setor produtivo brasileiro. Se pudermos dar alguns incentivos adicionais que existem em outros países ao lado produtivo da economia, não só para a indústria, seria muito interessante.

Eu falei da depreciação acelerada e alguma coisa que, numa reforma tributária, premiasse, porque hoje é punido por alguns sistemas especiais de tributação, a agregação de valor. Por falar nisso, qualquer trabalho de economia que se faz quando se pega um setor que não agrega valor, a sua competitividade é boa, é razoável. Quando você passa uma etapa de agregação de valor já perde muita competitividade e isso tem muito a ver, não é sempre, porque o nosso sistema tributário, no grosso, não é ruim, mas tem casos em que o sistema tributário atua também no sentido de retirar a competitividade.

Vou colocar alguns temas, Senador, mas em um minuto concluo.

Acho que a gente deveria pensar muito seriamente se o critério de facilidade de cobrança é um critério bom para a tributação no País, porque ele virou quase que a regra do sistema tributário brasileiro. Também não tem a ver com o federal. Isso é mais o estadual, mais o ICMS especialmente sobre os grandes serviços que oneram tremendamente a energia elétrica, a telefonia, etc.

Segundo ponto. Acho o IPI um imposto bastante em desuso e a gente poderia realmente pensar em

uma absorção do IPI por outra fonte de tributação. E a guerra fiscal, especialmente, que beneficia o produto importado. Seriam as três iniciativas paralelas que eu sugeriria.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O prazo é de até 15 minutos.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – Obrigado.

Gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, Senador Pimentel, Sr. Roberto Janet, Sr. Júlio Almeida, meu colega Luiz Felipe:

Vou falar dos aspectos tributários federais que interessam no que tange a exportação e também no que tange a importação, tentando responder as perguntas que foram colocadas quando da proposta dessa audiência.

A primeira pergunta: Como avançar com a desoneração das exportações?

Nós já temos diversos produtos desonerados por comando constitucional, PIS, Pasep, Cofins, o IPI, Sid Combustíveis, que são tributos que não incidem na exportação.

No caso do Simples Nacional, o Simples implementado pela Lei Complementar nº 123, de 2006, as receitas de exportação são destacadas da base de cálculo, o que não acontecia no Simples da Lei 9.317; e agora elas são desoneradas nos tributos em que há essa previsão: PIS, Cofins, IPI – se for uma atividade industrial – não alcançaria Imposto de Renda e contribuição social, que são tributos da empresa, não vinculados a operação de exportação, estritamente.

A questão da folha de salário que foi mencionada.

Encontra-se em discussão a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de salários por uma contribuição social sobre a receita ou faturamento. Por determinação da Constituição, esse tipo de contribuição social será também exonerado, no que tange à exportação, porque se enquadrará no caso de imunidade prevista na nossa Carta Magna.

Por um lado, isso é bom do ponto de vista da atividade exportadora, mas traz um problema: A perda de arrecadação destinada à Previdência Social, que seria significativa. Porque, hoje, as empresas exportadoras que tem folha de salário pagam a contribuição previdenciária, normalmente. Se passarem a ser uma contribuição sobre a receita não haverá mais essa incidência e terá de ser visto como compensar essa eventual perda de arrecadação de um setor que já apresenta déficit e que tem uma relação de custo/benefício que tem que ser preservada.

O ressarcimento de créditos também foi abordado aqui. Realmente há um problema, falando do ponto de vista dos tributos federais com prazo para que esse ressarcimento se efetive, é um prazo longo; depende muito, falando no caso PIS, Cofins, IPI da unidade da receita que está trabalhando esse pedido de ressarcimento, porque conforme a demanda pode haver maior demora; se houver uma estrutura melhora; também o processo se dá de forma mais rápida. Mas, de qualquer forma, a Receita Federal vem tomando algumas medidas para tentar melhorar esse prazo, para que esse ressarcimento ele se efetive de forma mais rápida e não comprometa capital de giro das empresas exportadoras, não traga problemas para suas atividades.

Nesse sentido, foi editado no ano 2010 a Portaria, do Ministério da Fazenda, nº 348; essa Portaria prevê que metade dos créditos pleiteados pelo contribuinte sejam devolvidos no prazo de 30 dias, após o pedido; e a outra metade fica sob análise; e quando verificado que está tudo ok, também é devolvida. Caso haja problemas essa outra metade dos créditos serve para compensar aquela primeira metade que foi, talvez, indevidamente, ressarcida. Então fica uma segurança de se deixar metade dos créditos para uma análise mais criteriosa.

Essa Portaria se aplica ao que chamaria daquela boa empresa. Há alguns requisitos: a empresa não pode estar sofrendo processo de fiscalização, não pode ter sido negado pedido de ressarcimento, nos últimos dois anos e tem que ser uma empresa que tem um percentual de exportação, porque o problema está ligado às empresas exportadoras. Esse percentual, inclusive, foi reduzido; essa Portaria já sofreu alterações, esse percentual está, se não me engano, em 10%, hoje, de exportação, nos últimos dois anos. Ele era 15% e antes, era um percentual maior ainda. Então já não está se exigindo um percentual muito elevado de exportação para que já tenha direito de se utilizar desse mecanismo de facilitação do ressarcimento de créditos.

No mesmo sentido foi editada a Portaria MF-07/2001, que é para o caso específico do regime chamado reperto, é um regime que trata de máquinas utilizadas em instalações portuárias e também trata de ferrovias e maquinário ferroviário, porque são coisas ligadas. Muitas vezes, a ferrovia, o modal ferroviário é aquele utilizado para se levar mercadorias aos portos. Então essa Portaria também permite um ressarcimento rápido de créditos dos fornecedores de bens ferroviários, porque como a venda desses bens é suspensa do PIS e Cofins, ele ficaria acumulando os créditos, e aí entraria nessa dificuldade do ressarcimento, dessa demora que existe para que se efetive o ressarcimento.

Com a Portaria, vale essa regra de em 30 dias ressarcir a metade dos créditos.

Então são medidas que vem nesse sentido, de tentar agilizar esse processo.

Em situações pontuais, muito graves – já aconteceu isso na área calçadista – se fez mutirões em determinadas unidades da Receita Federal para agilizar um volume grande de processo de ressarcimento que estava aguardando análise e, com isso, se ganhou tempo; é uma possibilidade também. E vem se estudando neste momento, já está em estudo na Receita Federal, medidas internas, procedimentos internos que tendem a simplificar a análise dos pedidos, em geral, dos pedidos de ressarcimento de crédito. Tudo nesse sentido de tornar esse ressarcimento mais rápido, que realmente é uma situação que traz problemas e, dependendo da unidade da Receita, é um prazo que é medido em mais de ano. Então se está agindo no sentido de melhorar essa situação.

Créditos presumidos é uma forma de desonerar a exportação também de forma indireta. No caso do IPI, nós temos um crédito presumido do IPI, mas dado a título de ressarcimento do PIS e Cofins. Por quê? Porque anularia a carga do PIS e da Cofins embutido na cadeia de produção e exportação. Mas apenas no regime de apuração cumulativa das contribuições. Nós sabemos que hoje PIS e Cofins podem ser apurados de duas formas, existe apuração cumulativa – aquela em cascata, antiga – e a nova forma de apuração que é a chamada apuração não cumulativa, com crédito, que começou em 2002, primeiro para o PIS/Pasep e, a partir de fevereiro de 2004, no caso da Cofins também. No caso da não cumulatividade, não há necessidade desse mecanismo, porque o próprio PIS e Cofins não cumulativo, se anula no interior da cadeia. Justamente é essa a vantagem da não cumulatividade. Mas, como ainda co-existe os dois regimes de apuração, existem ainda empresas exportadoras submetidas ao regime de apuração cumulativa, para essas ainda se aplica o crédito presumido de IPI como ressarcimento do PIS e Cofins.

Temos também um crédito para o PIS/Pasep e Cofins, aí qualquer um dos regimes de apuração esse crédito se aplica, que é o chamado crédito presumido da agroindústria, que foi mencionado. Esse crédito presumido ele pretende dar um tratamento igualitário aos atores, numa cadeia de produção agrícola e pecuária para que não haja preferência na aquisição de produtores de pessoa física, e produtores pessoa jurídica. Então se criou mecanismos de suspensão de crédito presumido que implementa esse regime.

Esse crédito presumido, como foi citado, ele não pode ser ressarcido, porque a lógica dele é ser utili-

zado como abatimento dos débitos na saída dos produtos da agroindústria. Então uma agroindústria que produz suco de laranja, adquire laranjas; ela vai ter créditos presumido, adquirindo laranja de pessoa física, produtora de laranjas ou de uma fazenda que produz laranjas; e vai utilizar esses créditos presumidos como abatimento dos débitos, no momento em que vender o seu suco de laranja. Se exportar o suco de laranja, realmente haverá um acúmulo de créditos. Por enquanto, esses créditos não podem ser ressarcidos, com algumas exceções, pois já houve flexibilizações também nesse sentido.

Com a cadeia da carne, foi feita uma alteração. Ela saiu desse regime de crédito presumido genérico, vamos dizer assim, e se criou um regime específico da carne, derivado desse regime. E, nesse regime, o crédito presumido pode, sim, ser ressarcido, e compensado com outros tributos, eventualmente.

A questão com que temos de ter cuidado é que muito da lógica desse crédito presumido já se perdeu. Ele era um crédito presumido para compensar uma carga tributária que existiria nos insumos necessários para produzir alguma coisa agrícola ou da área pecuária. Por exemplo: o adubo para o produtor de laranjas.

Só que, com a Lei nº 10.925, em 2004, muitos desses produtos – e o adubo é um exemplo – foram zerados, a alíquota de PIS e Cofins. Então, perdeu um pouco da lógica hoje o crédito presumido, porque se já está zerado o insumo, não haveria necessidade do crédito. Mas ele se manteve. Manteve-se e continua até hoje, assumindo, então, feições mais próximas ao subsídio. Aí temos de ter um pouco de cuidado, principalmente na exportação, com a OMC, a Organização Mundial do Comércio, que pode eventualmente nos trazer algum problema, se questionarem esse crédito presumido e entenderem ele como subsídio.

Como garantir a neutralidade tributária entre o bem importado e o nacional? A tributação na importação deve ser simétrica à tributação interna. Isso ocorre em diversos tributos. O IPI tem o seu espelho no IPI vinculado à importação. Há uma equiparação industrial pelo importador. Então, mesmo que esse importador não seja um industrial, ele vai pagar o IPI vinculado à importação, sejam combustíveis, no caso da importação de gasolina, por exemplo, terá também de ser pago o SID combustíveis. O PIS, Pasep e Cofins, mais recentemente, eu digo em 2004, com a Lei nº 10.865, foram criados dois novos tributos: contribuição para o PIS/Pasep importação e Cofins importação, justamente com essa ideia de dar uma equalização entre a tributação interna e a tributação externa. Porque se eu importasse um produto, o país de origem não tem PIS e Cofins. E agora, se eu comprasse o mesmo produto, o

mesmo insumo, no mercado nacional, viria carregado de PIS e Cofins quando me vendesse. Então, acabaria, muitas vezes, gerando uma preferência pelo produto importado, o que não é interessante.

Nesse sentido, então, recentemente foram criados esses dois tributos que incidem no momento da importação, equalizando a carne em relação ao PIS e Cofins, no mercado interno.

Nós temos medidas para evitar reduções indevidas de tributos na importação, um combate ao subfaturamento. Nós temos um acordo de valoração aduaneira, que é efetivado no art. 7º do GATT, que traz uma série de regras de como valorar os produtos. E, se identificados os problemas nessa valoração, poderá ser desconsiderado aquele valor aduaneiro apresentado pelo importador e feita a correção e a cobrança dos devidos tributos.

Outra hipótese para evitar esses problemas de subfaturamento na importação vem com as alíquotas específicas, chamadas as alíquotas *ad rem*, pela coisa. São alíquotas por unidade medida. Por exemplo: por quilo ou por metro cúbico. Combustíveis, geralmente, se tributam por metro cúbico; gás, por tonelada, por peso. Desta forma, evita-se que subfaturamentos afetem a carga tributária, porque a base de cálculo vai ser expressa em uma medida, medida de peso, medida de volume; e, portanto, se evita esse problema.

Como usar imposto de importação, no âmbito da política industrial brasileira? O imposto de importação tem um caráter regulatório, tem natureza extrafiscal, visando equilibrar o mercado interno com o mercado externo.

Outros tributos incidentes na importação não podem ser usados com essa finalidade. Há um princípio de simetria que tem a ver também com a Organização Mundial do Comércio. Não se pode dar privilégios internos a produtos internamente que não se dêem também externamente, a produtos importados, quanto aos outros tributos.

Por isso, já tirei da pergunta, que tinha: como usar imposto de importação ou outros tributos? “Outros tributos” não é possível; só o imposto de importação.

O Brasil participa de um bloco chamado Mercosul, composto ainda por Uruguai, Paraguai e Argentina. Esse bloco pretende alcançar uma unidade aduaneira. Nesse sentido, foi instituída a nomenclatura comum do Mercosul, a MCM, que é uma tabela com códigos numéricos de até oito dígitos, que, para cada produto imaginável, existe um código que o descreve nessa tabela. E associado ao código, nós vamos ter alíquota do imposto de importação na TEC. A TEC é a Tarifa Externa Comum. Então, a TEC usa da MCM e, para cada código, estabelece uma alíquota. É uma

tarifa externa comum; é para o bloco inteiro, como se o bloco inteiro fosse um único país.

Em regra, as alterações da TEC devem ser efetivadas de comum acordo entre os sócios do Mercosul. Há lista de exceções, mas que tende a diminuir, porque a ideia é a unidade aduaneira. Então, não há muito sentido de que cada país comece a perfurar até, como a gente diz, a criar as suas próprias alíquotas, ignorando a alíquota definida para o bloco.

Nesse sentido, a alteração do imposto de importação não deve ser efetivada unilateralmente pelo Brasil. É comum ver projetos que chegam à Receita em que se propõe: vamos reduzir a zero a alíquota do imposto de importação sobre tal produto. Então, esse tipo de situação deve ser evitado. Se essa redução for para acontecer, ela vai ter de ser debatida em reuniões do Mercosul; e, então, se chegar a um acordo entre os integrantes do bloco e, aí sim, fazer a redução.

Há um dispositivo em Lei – está na Lei nº 11.727, art. 2º, se não me engano – que prevê a tributação *ad rem* do imposto de importação, uma tributação por unidade medida do imposto de importação.

Mas essa é uma medida que também vai precisar de consenso no Mercosul. Apesar de estar na lei, ela não está produzindo efeitos. Por quê? Porque ela depende de uma regulamentação. A Lei é de 2008, mas essa regulamentação não saiu até hoje. Então, é algo que seria uma medida protetiva do mercado interno, mas dependeria do acordo com os integrantes do bloco.

Bom, para finalizar, vamos falar do *drawback*. O *drawback* evoluiu bastante. Isso ocorreu, no ano passado, com uma maior flexibilização desse regime. Foi criado o chamado *drawback* integrado suspensão, uma Portaria conjunta da Receita Federal com a Secex do MDIC, nº 467, de março de 2010.

Qual é a novidade? O *drawback* clássico consiste importar insumos, utilizá-los na produção de alguma coisa e exportar essa coisa. Não se permitia que no *drawback* se alcançassem tributos internos. Nesse novo *drawback* suspensão, há a possibilidade também de desonerar tributos internos sobre insumos utilizados no processo de produção do produto a ser exportado.

Então, essa é a grande novidade. Por isso, o integrado, *drawback* integrado. E ele ainda foi estendido um elo para trás na cadeia. Quer dizer, o fornecedor do exportador pode também importar insumos ou comprar insumos no mercado interno, desonerados do tributo, desde que esses insumos sejam utilizados para produzir algo que ele venda para o exportador, que, por sua vez, vai utilizar aquele produto no seu produto final.

A mesma coisa para o *drawback* isenção. É outra modalidade de *drawback*, outra forma de funcionar a *posteriori* de *drawback*, mas que também está alcan-

quando os tributos internos agora e também inclui o fornecedor do exportador.

Por fim, aqui também há uma grande flexibilização nesse regime, que é a fungibilidade. É possível a substituição de mercadorias que deveriam ter sido utilizadas em produtos a exportar, mas o benefício tributário é mantido.

Por exemplo, se a empresa importou parafusos para utilizá-los como insumo no produto a ser exportado. Mas viu que as condições do mercado interno estavam favoráveis ao produto. Então, disse: Não, não quero mais exportar esse produto, quero vender no mercado interno. Puxa, mas eu importei no *drawback*, sem pagar os tributos, com o compromisso de exportar, e agora não vou mais exportar.

Não tem problema. Ele pode utilizar aqueles parafusos no seu produto interno, vender no mercado interno e aí, com o princípio da fungibilidade, ele vai adquirir outros parafusos, importados ou no mercado interno, pagando os tributos e com esses outros parafusos ele cumprirá o regime de *drawback*. Então isso dá uma agilidade na avaliação de mudanças de condições de mercado interno e externo. Permite uma maior flexibilidade no regime.

Ah, tem mais um *slide* ainda. Um detalhe sobre o *drawback*. Também é discutido o *drawback* no Mercosul. Nós temos uma decisão no Mercosul. E essa decisão ela prevê a harmonização dos regimes especiais de importação, inclusive o *drawback*. Harmonização entre os países integrantes do bloco. E essa harmonização tem que ocorrer até o fim de 2016.

Então, estão em andamento discussões visando à uniformização desses regimes.

Eu já participei de algumas reuniões em Montevídeu sobre isso.

E o que se vê é que os outros países integrantes do bloco, Argentina, Uruguai e Paraguai têm visões diferentes do *drawback*, que não são essas visões que apresentei agora há pouco. São visões mais restritivas, mais clássicas.

Então talvez aí haja alguma dificuldade, porque nós vamos ter que convencer os outros integrantes do bloco a adotar o nosso *drawback* mais flexibilizado, digamos assim, que é uma visão mais moderna; a visão que a Europa utiliza de *drawback* hoje é essa.

Então do ponto de vista de competitividade é um regime que fica muito mais flexível, muito mais fácil de ser utilizado, portanto, a gente vai lutar dentro do Mercosul para que se harmonize nesta forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Luis Felipe de Barros Reche, Assessor da Área de Administração Aduaneira,

da Secretaria da Receita Federal do Brasil, pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. LUIS FELIPE DE BARROS RECHE – Muito obrigado.

Eu não tenho muito mais a acrescentar ao que o meu colega colocou. Só queria trazer aqui para a discussão alguns pontos adicionais, que seriam pontos afetos até a minha área de trabalho dentro da Receita Federal, que é a administração aduaneira.

O primeiro deles já foi mais ou menos mencionado, que quando se fala em fomentar exportações, além de tudo o que já foi colocado aqui, uma das maneiras é você desonerar o que se paga de tributos para industrializar insumos para poder exportar.

A Receita tem atuado, tem preocupação nessa área, já foi mencionada aí a modernização do *drawback*, essas várias iniciativas que foram feitas para modernizar o *drawback*, que tem sido feito em conjunto com a Secretaria de Comércio Exterior. Há outras iniciativas também em outros regimes aduaneiros especiais, como é a regulamentação das zonas de processamento da exportação, cuja lei já foi regulamentada pelo regulamento aduaneiro. Ela já foi disciplinada em instruções normativas e já há diversos projetos hoje no País em implementação.

Há estudos de modernização de um regime que tem volumes tão grandes como o regime de *drawn-back*, que é o entreposto industrial sobre o controle informatizado, o Recof. Há estudos de extensão dele para outros setores industriais, enfim, são ações que vão permitir que se fomente a exportação por meio do não pagamento dos tributos aos insumos estrangeiros, à industrialização e à exportação.

E um outro fator também, que acho seria interessante trazer, até pegando um pouco o gancho do que o Doutor Giannetti colocou da desindustrialização e da proteção à indústria, a Receita está muito preocupada hoje com a defesa comercial. Defesa comercial *latu sensu*, não a simples aplicação de medidas de defesa, de *dumping*, de medidas de salvaguarda, medidas compensatórias. Mas a busca pela efetividade, ou seja, a busca para dar eficácia a essas medidas, coibindo o contrabando, o descaminho, o superfaturamento, a fraude de origem, a triangulação, para se evitar as medidas de defesa comercial. Isso hoje é uma preocupação muito grande da Receita Federal.

A gente tem várias iniciativas de aprimoramento da parceria com a Secretaria de Comércio Exterior. A gente tem diversos projetos na área de fortalecimento do combate a essas práticas desleais: a criação de centros de recebimento e de tratamento de informações e desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação, que permitem o aprimoramento

da análise de risco, ou seja, a Receita conseguir ser mais eficaz no combate a essas práticas e ao mesmo tempo ser ágil, ao mesmo tempo não ser entrave, não ser uma barreira.

Então a gente tem um conjunto de medidas, eu não vou me estender muito no tempo aqui, que já foi esgotado o tempo que a gente tinha, mas a gente está a disposição para comentar com os senhores um pouco desses projetos um pouco dessas medidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Vamos ouvir os nossos Senadores e depois a gente volta para a Mesa a fim de que a gente conclua os trabalhos.

Então com a palavra o Senador Luis Henrique, pelo prazo de até cinco minutos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Expositores, uma questão que não foi aprofundada e eu gostaria que o fosse pelos expositores é a questão do baixo investimento nacional.

O Brasil devia investir 25% do seu PIB e mal chega a 17%. O Brasil devia investir em infraestrutura 2% do PIB, 5% do PIB, e mal chega a 2%. Enquanto isso a China está investindo 40% do seu PIB. A Coreia, a Tailândia e outros países da Ásia, mais de 30%. E somos o quarto na América Latina em investimentos, atrás do Chile, do México e do Peru, que estão investindo algo em torno de 25%.

Essa questão dos investimentos, na minha visão, tem muito a ver com a falta de recursos dos governos locais.

Nós temos uma federação que eu chamo de “federação esfarrapada”, que concentra dois terços dos recursos arrecadados do nosso povo nas mãos do Governo Federal.

E os Estados, que deveriam ser os grandes agentes dos investimentos nacionais, têm absoluta incapacidade de fazê-lo, por uma série de razões. Após a Constituinte – que eu tive orgulho de sê-lo –, a União através do Congresso Nacional tratou de descompartilhar os impostos. Criou tributos, mascarados de contribuições, e eximiu a participação dos Estados e Municípios na arrecadação desses índices, tais como PIS, Cofins e outros tantos.

Por outro lado, ao votar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Congresso permitiu ao Governo Federal que consolidasse o estoque da dívida dos Estados numa negociação que hoje lhes exaure totalmente a capacidade de investimento.

Eu vou dar o exemplo do meu Estado, e não é diferente o exemplo dos demais Estados – e está aqui o Senador Eduardo Braga, que governou com tanto

brilhanismo o Estado do Amazonas. O meu Estado consolidou o estoque da dívida em quatro bilhões de reais. Pagou em dez anos seis bilhões de reais e deve dez bilhões de reais, uma dívida contratada com encargos que poderiam ser compatíveis, à época, mas hoje são absurdamente incompatíveis.

Não é só a questão da dívida que asfixia a capacidade de investimento dos Estados. Até 2002, os Estados recebiam 50% do total do ICMS isento nas exportações. De lá para cá, passou a receber menos de 10%.

Mas não é só a questão da ex-Lei Kandir. Quando ocorreu uma crise internacional, o Governo se defendeu bem ao isentar tributariamente automóveis e linha branca, mas não o fez com o imposto seu, não o fez com as contribuições; fez com o IPI compartilhado.

Os senhores mencionaram a questão dos incentivos estaduais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Mas os senhores mencionaram a questão dos incentivos estaduais às importações oferecidos pelos Estados. Isso, de um lado, é uma defesa. De outro lado, é uma política industrial. Eu vou dar exemplo do meu caso: nós tivemos oito anos de governo com esse regime de incentivo às importações voltadas à industrialização. Atraímos milhares de empresas do exterior e do Brasil para o nosso Estado e o que aconteceu com a nossa receita? De uma receita de R\$4,760 bilhões, em 2002, nós terminamos 2010 com uma receita de R\$3,320 bilhões e a economia catarinense dobrou em oito anos: de um PIB de R\$55 bilhões, em 2002, chegamos a um PIB de R\$120 bilhões, em 2010.

Então, o que eu quero aqui lançar como discussão é que não basta resolver pontualmente a questão do IPI voltada às importações; é preciso resolver o problema da Federação como um todo, devolvendo aos Estados e aos Municípios a capacidade de investimento, sob pena de daqui a dez anos estarmos aqui reclamando que o Brasil não atingiu 25% mínimos de investimento para sustentar o seu crescimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga, também por até cinco minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Bem, Sr. Presidente, Srs. Palestrantes, Srs. Senadores, eu queria começar por onde terminou o Senador Luiz Henrique.

Acho que a questão da competitividade externa brasileira e o sistema tributário brasileiro não podem

ser discutidos pontualmente, precisam ser discutidos dentro de um contexto e de um cenário brasileiro *versus* cenário da competitividade mundial e com duas vertentes: de um lado, a desindustrialização, que é um risco; de outro lado, a necessidade da industrialização para agregação de valor.

E aí eu ouvi atentamente e só lamento não ter conseguido chegar a tempo de ter ouvido toda a exposição do Dr. Roberto – ouvi só a parte final de sua exposição –, mas eu gostaria de destacar alguns pontos colocados aqui na apresentação. Diante desta grande assertiva: o objetivo que nós temos que ter na nossa competitividade não é simplesmente um objetivo quântico, mas um objetivo de política de desenvolvimento com sustentabilidade tributária, econômica, financeira, social, ambiental, portanto ele é muito mais amplo. E a questão do risco da desindustrialização e da necessidade de agregar valor passa, portanto, por ampla reforma tributária e não apenas pontual. Vou dar um exemplo: se nós simplesmente ignorarmos o imposto sobre industrialização, vamos ignorar uma das poucas ferramentas de que a indústria nacional pode dispor para se proteger de ataques ao mercado doméstico nacional, que hoje está acontecendo em vários setores.

Vou citar apenas um setor: Ar Condicionado Split. Hoje, o Ar Condicionado Split sendo importado da forma que está sendo importado, vai desmontar todo o arranjo produtivo nacional que existe na produção de Ar Condicionado Split. Não é uma questão tecnológica, não é uma questão de inovação, é simplesmente uma questão de *dumping* na exportação pelo país de origem usando certos corredores no Brasil.

Portanto, quando nós falamos do risco da desindustrialização, como foi muito bem dito pelos representantes do Ministério da Fazenda e da Receita Federal aqui, o imposto de importação sofre regulações dos conselhos multilaterais que nós temos, seja por causa do Mercosul, seja por causa da OMC; e nós temos uma série de restrições para onerar o imposto de importação, a não ser no anexo extratarifário, em que nós temos limitação de número de produtos. O IPI, não, este é um imposto de soberania nacional para que possa ser usado no exercício da política de se evitar a desindustrialização, de um lado, e, de outro lado, para estimular a industrialização.

Portanto, eu acho que essa questão do IPI precisa ser melhor discutida, para que nós possamos entender o que acontece.

Estou citando o ar condicionado, mas posso citar a indústria de pneus, ou a indústria de brinquedos; eu posso citar várias indústrias que hoje só sobreviverão no nosso País se o Brasil mantiver um imposto regulador do seu mercado interno, que é um mercado crescente

e que aponta, para 2050, como um dos mais importantes mercados de consumo internacional, portanto alvo do ataque de países como a China e outros que são produtores de bens manufaturados.

Não abusando da sua paciência, Sr. Presidente, eu gostaria de agregar um novo tema aqui.

Eu sempre me questioneei e sempre me pergunto qual é a estratégia que o Brasil tem com seus recursos naturais não renováveis? Fazer saldo de balança comercial exportando recursos naturais não renováveis sem se estabelecer uma política em que se possa investir em ciência, tecnologia, inovação para agregar valor a este recurso natural não renovável significa dizer perder uma janela de oportunidade que nós não sabemos por quanto tempo durará.

O Brasil vem mantendo o financiamento das suas contas públicas internacionais e a sua balança comercial por meio de *commodities*, que são basicamente em cima de bens que são recursos naturais não renováveis, como minério de ferro, soja, que é um bem renovável; no entanto, exportando com incentivo fiscal sem que se estabeleça agregação de valor no mercado nacional.

Essa política para se industrializar, em cima das nossas *commodities*, me parece ser virtuosa no debate da reforma tributária e eu não ouvi nenhum dos senhores e nem o pessoal da Receita Federal e da Fazenda nem a área do setor privado, tanto da Fiesp quanto do IEDI discutir sobre este assunto.

E, finalizando, Sr. Presidente, eu acho que é certo exagero responsabilizar única e exclusivamente o ICMS como sendo o principal vetor hoje de custo da competitividade brasileira, até porque, se assim o fosse, no *stricto sensu* da palavra, a Receita Tributária brasileira não estaria sendo compartilhada do jeito que está, em que de cada R\$10 arrecadados R\$6,6 ficam com a União e R\$3,4 ficam com Estados e Municípios.

O que me parece é que existe uma questão básica a ser discutida no País. Primeiro, a guerra fiscal serve a quem e para quê? Segundo, de que forma podemos estabelecer uma política tributária nacional que esteja em acordo com a política nacional de industrialização? Qual é a nossa política industrial para o País? O que queremos em termos de política industrial para o País? Discutir reforma tributária e estabelecer que o ICMS é o bode expiatório da competitividade interna e externa brasileira, a mim me parece certo exagero. E aí, sem o instrumento do ICMS, vamos tratar desiguais de forma igual. Com todo o respeito à parte do Brasil mais desenvolvida, como o Sudeste, como o Sul, que tem mais ciência e tecnológica, que tem mais inovação, que tem melhor competitividade de infraestrutura, que tem melhor logística etc, não é possível achar que o

Nordeste brasileiro e o Norte brasileiro serão competitivos com um Brasil que possui tamanha vantagem comparativa, sem que haja políticas de incentivo fiscal nessas regiões.

Na macroeconomia, só existem duas políticas atradoras do desenvolvimento de curto prazo: ou você faz uma forte indução de incentivo fiscal, ou uma forte indução de incentivo de crédito. Caso contrário, você não estimula a produção sem que haja todos os investimentos das condições apostas para o Sul e Sudeste.

Portanto, eu gostaria de ouvir, por parte dos expositores, uma pequena observação, um pequeno comentário sobre estes cenários: entre a desindustrialização e a industrialização, o uso do IPI como um imposto regulador da política industrial, a necessidade de termos uma política industrial para o País e, em cima dessa política industrial para o País, definirmos, portanto, aquilo que será a estratégia de uma reforma que nos dê competitividade externa e interna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, senhores convidados, creio que o exemplo do Ar Condicionado Split, citado pelo Senador Eduardo Braga, não veio por acaso. É que, além da importância do caso em si, pela primeira vez, parece que esse ar condicionado está funcionando para valer. Está um frio danado aqui! (*Risos.*) O ar condicionado é do tempo do Presidente Juscelino Kubitschek e, de repente, deu para funcionar!

Lamento não ter assistido à exposição do Dr. Roberto Giannetti, do Dr. Júlio Sérgio. Eu tinha, como expliquei a eles, um compromisso que é ligado à relatoria de uma proposta de emenda à Constituição, da qual fui encarregado. Então, não pude assistir à palestra dos dois.

Tenho perguntas que vou dirigir aos nossos amigos da Receita: Qual é o volume dos créditos acumulados contra IPI, Cofins e PIS hoje? Total e também só para os bens exportados. Eu gostaria de saber se os senhores têm esse dado.

A segunda pergunta diz respeito à proposta de substituição da contribuição sobre salário por uma contribuição sobre faturamento, gestada no Ministério da Fazenda. Qual é a repercussão disso? Haverá aumento de tributação dos insumos e dos bens de capital, dos bens intermediários, na cadeia dos bens vendidos para o mercado externo e também para exportação? Foi simulado o impacto disso sobre a inflação e também sobre o volume de créditos acumulados pelos setores exportadores?

E também ao meu amigo Roberto Giannetti: Como é que a OMC trata a desoneração desses encargos patronais? Se ela admite a desoneração setorial, por exemplo, para aqueles setores mais intensivos de mão de obra; como é que isso é tratado no âmbito da OMC.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Vamos devolver a palavra para os nossos expositores agora, por até cinco minutos, porque, daqui a pouco, inicia-se a Ordem do Dia e hoje tem uma pauta grande para a gente discutir.

Com a palavra o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, por até cinco minutos.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA

– Sr. Presidente, Senador José Pimentel, vou tentar cumprir os cinco minutos, apesar de que são tantas perguntas e tantas divergências que a gente gostaria, evidentemente, de ter um tempo maior. Mas vamos lá.

Em relação à exposição do Sr. João Hamilton Rech, eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a Receita Federal, porque nós admitimos que é genuíno o esforço que está sendo feito para acelerar o processo de ressarcimento de PIS/Cofins aos exportadores, mas não é suficiente, e eu quero explicar por quê.

Com o advento da nota fiscal eletrônica e da escrituração digital, que hoje é obrigatória, e, mais ainda, pela existência de uma multa no PER/DCOMP para aquele que faz o pedido de ressarcimento incorreto, eu não vejo por que manter 50% do valor. A Receita, portanto, reconhece. Se está devolvendo 50, os outros 50 estão reconhecidos, são dívida reconhecida, sem prazo para pagamento, uma vez que não tem juro nesse recurso e é, na verdade, um financiamento a custo zero para o Tesouro Nacional, feito pelo setor privado do Brasil, carente de recursos de capital de giro. Fluxo de caixa.

Então, há uma contradição nessa legislação e, por melhor que tenha sido a intenção das duas Portarias, a 348 e a nova, que foi feita agora, reduzindo de 15 para 10%, o fato é que os filtros condicionantes para a empresa ser legível para esse *fast track* de devolução, tornou-se praticamente ineficaz sob o ponto de vista concreto.

Os senhores sabem os números melhor do que eu, mas eu me lembro de ter visto números assim, que foram algumas dezenas, talvez 60 ou 70 empresas do universo de 15 mil exportadores que chegaram, de fato, a ter o benefício dessa portaria, um valor inexpressivo de devolução.

Em relação ao agronegócio, ao crédito presumido, há, de novo, uma contradição.

Existe uma lei de 2004 que estabelece o crédito presumido, portanto, a dívida é legítima, o crédito é legítimo, está na contabilidade das empresas.

Algumas empresas que exportam, que têm um coeficiente de exportação de 70, 80%, jamais conseguirão compensar esses créditos de PIS/Cofins contra PIS/Cofins, porque eles acumulam mais do que debitam. Portanto, se não tem um mecanismo de ressarcimento em espécie, essas empresas ficarão eternamente cumulativas de PIS/Cofins, e não se dá uma solução adequada para isso, que é uma dívida legitimamente reconhecida e legitimamente formada na contabilidade das empresas.

Foi feito, e eu participei – e, aí, vou dizer com pleno conhecimento de causa, como Presidente da Abiec que eu fui até o ano passado –, um primeiro modelo piloto para o setor de carne. Assim me foi dito, na época, pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Machado: “Nós vamos fazer um teste, colocar um setor importante do agronegócio brasileiro para fazer o ressarcimento em dinheiro dos créditos presumidos acumulados, e zerar a entrada e a saída, de forma que não tenha um aumento de cumulatividade, como ocorreu até agora.” Então, resolvíamos o estoque e resolvíamos o fluxo.

Muito bem, já faz dois anos. Esse modelo já foi aprovado, já está sendo estendido, agora, a outros setores, mas de uma forma, desculpem-me afirmar, muito lenta.

Aqui, cabe a leitura de um inciso do art. 50 da Constituição Federal que diz o seguinte: ...Ele veda à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios instituírem tratamento tributário desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

Então, senhores, se os produtores e os exportadores do agronegócio em situação equivalente têm a cumulatividade do PIS/Cofins, por que não dar o mesmo tratamento, igual? É obrigação constitucional, não preciso dizer mais nada.

Eu acho que o Governo Federal, o Ministério da Fazenda tinha obrigação moral de estabelecer o mesmo tratamento do setor carne para todos os setores do agronegócio amanhã de manhã. Não há razão jurídica, não há razão financeiro-econômica que justifique a manutenção dos créditos acumulados de PIS/Cofins para o agronegócio brasileiro numa situação de câmbio sobrevalorizado, numa situação de custos logísticos infelizmente ainda enormes que temos no País. Se nós não fizermos essa questão de desoneração tributária, nós estaremos penalizando conscientemente a exportação brasileira. Isso não é previsto em lugar nenhum da nossa legislação ou do nosso ordenamento jurídico, e muito menos da lógica econômica.

O tempo é curto, mas eu vou tentar ser rápido aqui, primeiro, comentando que o Senador Luiz Henrique tem perfeita razão quando diz que o problema é do conflito distributivo entre Federação e Estados e, eu diria também, entre público e privado.

O problema da reforma tributária no Brasil é mais do que urgente. Eu não vou perder tempo discutindo algo que os senhores conhecem melhor do que eu. Agora, eu acho que nós temos uma oportunidade histórica este ano. E aqui eu quero só alertar, porque estamos na Fiesp, como representantes da sociedade civil, discutindo profundamente o tema de que hoje nós temos que fazer uma repactuação federativa. Nós temos a questão do Fundo de Participação de Estados e de Municípios, que precisa de lei complementar; temos a questão da guerra fiscal; temos a questão da dívida dos Estados; temos a questão do ICMS dos exportadores; temos a questão dos fundos regionais.

O Senador Eduardo Braga tem absoluta razão, tem que existir Fundo de Desenvolvimento Regional neste País. É um país que tem uma situação heterogênea; certas regiões precisam ter estímulos de investimento.

Então, essa discussão desse conjunto de assuntos não pode ser feita individualmente, tem que ser feita em conjunto. E o nosso início de raciocínio, de reflexão sobre isso é que deva haver um grupo, talvez do Executivo e do Legislativo, discutindo essa matéria, talvez até por uma decisão do Palácio do Planalto de como constituir um grupo para a elaboração de uma proposta de repactuação federativa e grupos individuais para cada tema, que venham a contribuir no conjunto, porque é uma solução, no final... As contas vão ter que fechar no conjunto. Você não pode querer que em cada discussão dessa não haja ganhadores ou perdedores. Por exemplo, se a Resolução nº 72 estabelecer um ICMS de 4% ou de 2% em nível interestadual, haverá Estados ganhadores ou perdedores. Mas a conta final não é essa, tem o Fundo de Participação, tem os *royalties* do petróleo, tem a dívida dos Estados. Há uma negociação conjunta de tudo isso.

Os senhores têm que provocar isso imediatamente, se é que já não provocaram. Eu acho que essa discussão da repactuação federativa é urgente no País, não podemos esperar. E a Fiesp, como integrante da sociedade civil, já está trabalhando nesse assunto até com a colaboração de ex-integrantes do Governo que hoje nos assessoram. Por exemplo, lá está conosco o Ministro Sydney Sanches; lá está conosco o ex-Secretário do Ministério da Fazenda Nelson Machado; lá estão conosco outros economistas importantes, que passaram por cargos importantes no nosso País. Nós estamos procurando já formular algumas hipóteses de

como podemos fechar essa repactuação federativa de uma forma equilibrada, procurando dar ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e ao setor privado uma racionalidade tributária que devolva a competitividade da nossa indústria.

Nos breves minutos que me proporcionaram, Senador, eu acho que tentei o melhor possível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – A Ordem do Dia é a partir das 16 horas. É para dar oportunidade a todos.

Com a palavra o Sr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, também por até cinco minutos.

O SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA – Obrigado. Em primeiro lugar, Senador, eu acho que se você realmente não fizer – o Senador Braga também – uma reestruturação conjunta do sistema tributário, visando a um projeto de desenvolvimento, mais até do que a questão da desindustrialização, eu acho que vai ficar muito difícil.

Eu particularmente não acredito muito em um avanço significativo. Acho que dá para ir até certo momento, numa reforma tributária fatiada, como o Governo está tentando fazer, aliás, com méritos, porque também desde 95 trabalhamos a questão da reforma tributária.

Concordo com o ponto que o Senador colocou, porque eu acho muito importante. Fizemos vários trabalhos sobre investimento no setor público, e são os Estados os investidores em infraestrutura. O Governo tentou, com o PAC, retomar, digamos assim, esse processo na sua dianteira. Você tem muita razão: é a descapitalização dos Estados que faz com que, por outro lado, tenhamos... É uma parte explicativa relevante do nosso baixo investimento, sobretudo na parte de infraestrutura. Sim, o investimento em infraestrutura pública é devido à descapitalização dos Estados.

Conversávamos aqui antes do início da reunião como é absurdo o indexador para a dívida do setor público, para a dívida dos Estados, com indexador IGP-DI. O que significa dizer... E eu citava o exemplo de grandes fundos de pensão que ficam muito satisfeitos com títulos públicos. Existem: IPCA mais 6%, 6,5%. Quer dizer, então, o IGP-DI mais 9%, 10%, é absolutamente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – IGP-DI de seis a sete e meio. É impagável... Você dobra a cada dez anos.

O SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA – É impagável. Exatamente. E tem uma proposta que circula até mesmo aqui no Congresso, não é, Senador? Mas já cabe uma renegociação relevante desse processo. Tem uma outra ideia de balizar isso com investimentos dos Estados. Aliás, o Serra queria isso. É outra saída para se tentar colocar isso. Eu, particularmente, Senador,

não concordo muito com a questão do incentivo fiscal que beneficia a importação porque, neste momento, precisamos de qualquer coisa que impeça, digamos assim, ou não incentive tanto a importação.

Eu acho que a nossa indústria está sendo submetida a um processo muito grande de assédio. Agora, concordo plenamente que devemos ter um processo de desenvolvimento regional, como, aliás, foi dito pelo Giannetti. Eu não sou contra o IPI não. Eu acho é que nós devemos ter, numa simplificação tributária, mais alíquotas do PIS/Cofins que absorvam determinados casos, como, por exemplo, hoje são cobertos pelo IPI. O nosso PIS/Cofins já não é bem assim, mas, na sua essência, ele é binário: zero ou uma alíquota. Eu acho que poderia ter um pouco...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se for compartilhado, tudo bem. (*Risos.*)

O SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA – Pois é. Exatamente. Mas, nesse caso,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE. *Intervenção fora do microfone.*) – Sem a União transferir a dívida dela.

O SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA – Mas aí isso entra... Não é acabar com o IPI, Senador. O que eu estava colocando é uma questão de você abrigar no PIS/Cofins. Flexibilizar um pouco o PIS/Cofins vai mais no critério não de perda do instrumento, mas na simplificação tributária.

O Senador também colocou a questão do ICMS. Também não. Quando eu falei do ICMS, eu sou contra o ICMS sobre investimento, assim como o PIS/Cofins também. Está certo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Intervenção fora do microfone.*) – Não tem acordo.

O SR. JÚLIO SÉRGIO GOMES DE ALMEIDA – Pois é. Então, contra o ICMS sobre a exportação... E quando falei dessa questão eu me referia a que, no âmbito federal, se avançou muito na desoneração do investimento e na desoneração da exportação. E não se avançou tanto na desoneração no que diz respeito aos Estados.

Só uma coisa da OMC, Senador. Eu não sei... talvez o pessoal conheça mais do que eu o assunto, mas eu acho que não é barrado na OMC não. É uma decisão interna, é uma tributação no fundo que você escolhe; você tem autonomia para fazer a folha.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Estou devolvendo a palavra ao Sr. Roberto Giannetti da Fonseca.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – É que esqueci de falar uma coisa, Srs. Senadores, da maior importância, e pedi, portanto, e agradeço, um minuto só da sua atenção para um assunto. Por que

os indexadores e a dívida pública estadual e a dívida pública federal são tão caros no Brasil? Quer dizer, a nossa Selic a 12%, 12,5%, e sempre tem a conversa da política monetária, da necessidade de conter a inflação. Talvez nós abusamos da política monetária porque não sabemos usar bem os outros instrumentos de contenção de inflação, como política fiscal, como política de créditos e outros. Mas o fato, que salta aos olhos... Eu gostaria que, quem sabe um dia, os senhores pudessem fazer uma audiência pública aqui sobre taxa de juros e taxa de câmbio e pegassem a revista *The Economist* e vissem, na última página, como vemos toda semana, uma tabela de países. Nessa tabela de países, salta aos olhos que apenas quatro países apresentam taxas de juros nominais de dois dígitos. Esses países são: o Paquistão, com 13,40%; a Argentina, com 12,38%; a Venezuela, com 14,76%; e o Brasil, com 12,25%. Vejam como estamos bem acompanhados. Não preciso dizer que os outros, do ponto de vista de risco político, representam uma situação muito pior que o Brasil.

Agora, se nós formos ver a inflação desses quatro países – portanto, vamos extrair qual a taxa de juros real –, temos o seguinte quadro: o Paquistão está com uma inflação de 13,3% – portanto, a taxa de juros real dele é zero; a Argentina está com uma inflação oficial, porque a não oficial é 20% ou 30%, de 10% – portanto, a taxa de juros real dela é de 2%, 3%; a Venezuela está com uma inflação de 32% – portanto, a taxa de juros é negativa; e o Brasil tem uma taxa de inflação, ainda nesse quadro aqui dos últimos doze meses, de 5,2%, com juros de 12,25% – então, dá um juro real de 7,5%.

Se fosse um ou dois anos, talvez a gente ainda pudesse dizer: “não, é um acidente de percurso, uma anomalia que vai ser corrigida”. Senhores, nós estamos vivendo há 15 anos o aprisionamento da política econômica do Brasil pelo setor financeiro. É uma distribuição de renda do setor produtivo para o setor financeiro disfarçada de tributo, circulada com juro que onera os Estados, que onera a nós, produtores, e passa da mão dos contribuintes para a mão dos rentistas, por meio de juros e impostos que não são cobrados no circuito vicioso que se formou na economia brasileira. E isso traz, como consequência, a atração de dólares do mundo inteiro, ou de ienes, ou de moedas de outros países para fazer especulação financeira no nosso mercado futuro de câmbio, que tem cinco vezes o tamanho do mercado à vista. Portanto, é lá que se forma a taxa de câmbio.

Eu gostaria de ver aqui o Banco Central e a Febraban discutindo essa matéria. Por que nessa página do *The Economist* só o Brasil está nesta situação de

ter uma taxa de inflação que é a metade da taxa de juros? E nós achamos isso normal há 15 anos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. João Hamilton Rech, por até cinco minutos.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – Bom, rapidamente, sobre alguns tópicos que anotei. A questão do IPI, a utilização desse tributo como uma barreira, é possível aumentar o IPI, mas aí o aumento vai valer tanto no mercado interno como em um produto importado. Então, nós temos que ver os efeitos colaterais desse aumento. Posso inibir também a produção de determinado produto manufaturado por conta de uma alíquota elevada que, então, se aplicaria no mercado interno.

É claro que há situações como, por exemplo, a Zona Franca de Manaus, que tem isenção de IPI. Então, se a alíquota do IPI for elevada, não vai afetar a Zona Franca, mas vai afetar o produto importado. E isso é admitido porque é um incentivo regional. Então, não há problema nesse sentido, mas temos que avaliar com calma se o IPI se presta a esse papel. O tributo por excelência para criar barreira é o Imposto de Importação.

A questão dos volumes de crédito, eu não saberia dar o número, mas nós temos esse número na Receita. A gente pode encaminhar isso para a assessoria. É uma cifra elevada, com certeza. O acumulado de crédito PIS/Cofins/IPI....

O SR. ROBERTO GIANNETTI – Nós achamos que é por volta de R\$20 bilhões, segundo dados conjunturais que a gente tem.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – É. Com certeza, é casa de bilhões.

O SR. ROBERTO GIANNETTI – São R\$20 bilhões.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – O saldo, não é?

O SR. ROBERTO GIANNETTI – O saldo cumulativo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu agradeceria se o senhor pudesse nos mandar isso, por gentileza.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH – Certo.

Sobre a substituição da folha, há vários cenários que vêm sendo estudados no âmbito do Ministério da Fazenda, envolvendo outras secretarias, não só a Secretaria de Receita Federal, mas, por exemplo, a Secretaria de Política Econômica. E aí estão avaliando as repercussões. Conforme determinado tributo sendo criado, quais seriam as repercussões que isso teria na econômica como um todo? Mas a Constituição determina que a substituição seja por uma contribuição não cumulativa sobre a receita ou faturamento. Então, o escopo é este: vai ser uma contribuição. Não vai ser

um imposto. Não pode. Tem que ser vinculado à Previdência. Tem que ter uma destinação.

Então, por exemplo, a Cofins poderia ser aumentada. É uma hipótese, mas não existe só essa hipótese. Existem outras em estudo. E está sinalizando. Quando precisaria, por exemplo, aumentar a Cofins, para cada ponto que eu reduzir na contribuição previdenciária patronal. Então, um ponto da contribuição previdenciária dá zero vírgula alguma coisa mais Cofins. Esses estudos já estão sendo feitos. Mas não tem nada fechado ainda.

Sobre a questão do ressarcimento de créditos, o Dr. Giannetti falou, realmente, agora existe até uma multa para quem pleiteia ressarcimentos indevidos. Não existia; essa multa é recente. Realmente, agora há um inibidor a mais, mas é alguma coisa de um ano para cá também. Antes havia muitas fraudes nessa área. Pedidos de ressarcimentos indevidos que acabavam ocorrendo; depois, criavam problemas; funcionários da receita acabavam em sindicância. Mas esse processo vem evoluindo e agora, além da escrituração digital que já existia, criou-se uma específica para o PIS e Cofins, a escrituração digital PIS/Cofins, que está começando agora. Está pronto o sistema todo e ele está escalonadamente sendo implantado. Começa com as grandes empresas; vamos depois para as empresas do núcleo real e, por fim, no ano que vem, o universo todo de empresas. Com essa escrituração fiscal digital, que não sei como o colega conseguiu botar toda complexidade da legislação do PIS e Cofins dentro do computador, que realmente é uma legislação muito complexa, mas o colega conseguiu prever todas as hipóteses de créditos etc., vai-se automatizar esse processo, porque no momento que entrar uma nota fiscal já se vai saber: "Opa, essa nota é fonte de crédito nessa situação", e, com isso, realmente, muito possivelmente esse processo vai se agilizar bastante.

Sobre o crédito presumido, o fato de não poder ser ressarcido, o crédito presumido da agroindústria, temos esse problema. Na verdade, o crédito presumido, hoje, tem uma natureza muito maior de subsídio, porque não há um substrato de carga tributária que enseje esse crédito presumido. Nesse sentido, por ser um favor fiscal, se entende que não é algo para ser ressarcido, é para ser utilizado no âmbito das contribuições e acabou. Mas está sendo flexibilizado esse entendimento. Começou com a cadeia da carne e já foi estendido, no fim do ano passado, pela Lei nº 12.350, para a cadeia da avicultura e suinocultura, que também... Já está em vias de implementação. Agora está saindo a instrução normativa e já estará valendo. Esse crédito também poderá ser ressarcido na aquisição de soja, por exemplo, utilizada como ração na agricultu-

ra, e se depois for exportado o frango, etc. poderá ser ressarcido o crédito. Então, está se evoluindo nessa área. Aos poucos está se permitindo esse ressarcimento. O problema é que não se pode, de um dia para o outro, dizer para se ressarcir não sei quantos milhões em créditos, porque aí vamos ter um problema caixa. Mesmo esses ressarcimentos que estão ocorrendo estão sendo deferidos de forma escalonada: o saldo até 2009, se pedir a partir de 2010; o saldo de 2010 se pede a partir de 2011. Mas, no momento que acabar o saldo, entra na sistemática normal e, aí sim, qualquer crédito gerado vai poder ser ressarcido nessas cadeias da avicultura e da carne, por enquanto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Luis Felipe de Barros Reche, também por até cinco minutos.

O SR. LUIS FELIPE DE BARROS RECHE – Só para completar o que foi colocado em um comentário que foi colocado pelo Senador Eduardo Braga em relação ao ar condicionado. O comentário que faço é em relação a como dosar a mão. A Receita Federal é procurada por diversos setores que sofrem desse mesmo efeito danoso do crescimento das práticas desleais em decorrência do crescimento do comércio exterior. O cerne da questão é como dosar a mão, é como você adotar medidas que sirvam para coibir o desleal. Se não houver uma discussão, um procedimento de modernização desses mecanismos que hoje se utilizam, a gente pode acabar afetando também o leal.

Na minha visão, o caminho é buscar essa modernização, buscar integração com outros órgãos, com outras entidades, com a própria iniciativa privada, receber denúncias, receber informações e adotar caso a caso a maneira mais eficaz, de modo que não se acabe atingindo o leal. Esse é o comentário que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Para concluir, o Senador Armando Monteiro está pedindo a palavra também por cinco minutos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu só queria fazer uma observação. Cheguei atrasado e perdi aqui realmente a parte das exposições, mas evidentemente tenho convergência absoluta com as posições que foram trazidas, especialmente pelos representantes do setor privado.

Quando o Senador Luiz Henrique fez uma colocação muito própria a respeito dos Estados... É sobre essa questão do investimento público, especialmente em infraestrutura, foi se deteriorando no Brasil exatamente quando os Estados foram perdendo a capacidade de investimento. E imaginei que Júlio fosse fazer uma consideração de natureza mais macroeconômica,

por exemplo. Independente de serem os Estados ou a União, a questão é que nós não vamos alcançar 25% da taxa de investimento enquanto a poupança pública for inexistente. Quer dizer, o fato é que, no conjunto, a poupança pública no Brasil é próxima de zero; ou seja, se a carga tributária é de 40, isso significa que o Estado brasileiro extrai 40% do que a economia produz. Sobre esses 40, a poupança é zero. Então, o setor privado é sobrecarregado também no esforço de formação de poupança, porque, a rigor, para nós chegarmos a 18 ou a 19 sobre o PIB, pressupõe-se que, sobre os 60 ou sobre o setor privado, há um esforço muito maior de formação de poupança.

Então, a questão é saber o seguinte: há espaço para aumentar a poupança pública no Brasil? De que forma?

Ora, via compressão e contenção de gastos do setor público, que seria o desejável. Nós sabemos dessa dificuldade imensa que o Brasil tem para fazer efetivamente um programa de contenção de gastos. O que se percebe é que a maior coalizão do Brasil é a coalizão do gasto público. Quer dizer, durante o tempo em que estou aqui no Congresso, tudo, ao final, é endereçado, de forma que se coloque uma conta, que é um grande acordo, se endereça algo que representa despesa para o setor público. Então, via contenção de despesa evidentemente, há de se promover um esforço de gerações para que se alcance um resultado mais expressivo.

A outra é via elevação de carga tributária, e aí, evidentemente, não há mais espaço.

Então, o que eu queria, voltando a essa colocação feita pelo Senador Luiz Henrique, era saber como se pode elevar a poupança pública no Brasil, sem o que o Brasil jamais vai alcançar um nível de poupança próximo dos países emergentes, com os quais nós concorreremos hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Armando, eu acho que nós, Senadores, poderíamos, Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone*) – ...ganha um Prêmio Nobel...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*) – Essa pergunta merece uma nova audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – É isso que eu ia propor. Acho que poderíamos inserir na nossa agenda de debates uma audiência específica sobre esse tema, para que possamos nos debruçar melhor – umas duas horas de discussão – porque, se começar o debate agora, vai ficar prejudicado. Já são 16h30min, e a Ordem do Dia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Poupança, taxa de juros e câmbio.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Está ótimo então.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Resolvendo esses três problemas, o Brasil está a salvo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O serviço da dívida representa 6% do Produto Interno Bruto anual. Nós podemos perfeitamente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acho que são 8%.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Nós poderíamos ter um processo de redução do serviço da dívida pública interna e, ao mesmo tempo, redução da carga tributária com poupança. Acho que aí dá para fazer um bom debate depois.

Portanto, a Presidência encerra a audiência com os agradecimentos aos nossos expositores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Levanta-se a reunião às 16 horas e 32 minutos.*)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e sete minutos, do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Graziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer o Senador Vicentinho Alves e a Senadora Marisa Serrano. O Presidente da comissão registra a presença do Deputado Federal Nelson Marquezelli. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a

presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião que é dada por aprovada. O Presidente da Comissão de Assuntos Sociais designa a composição das subcomissões, criadas no âmbito da CAS. Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS-SAUDE: são titulares os Senadores Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim, Waldemir Moka e a Senadora Lúcia Vânia; são suplentes os Senadores João Durval, Wellington Dias, Vital do Rêgo e Senadoras Ana Amelia e Maria do Carmo Alves. Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF: são titulares os Senadores Lindbergh Farias, Wellington Dias, Waldemir Moka, Casildo Maldaner e Senadora Marisa Serrano; são suplentes os Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim, Cyro Miranda e Senadoras Lídice da Mata e Ana Amelia. Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP: são titulares os Senadores Paulo Paim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e a Senadora Lídice da Mata; são suplentes os Senadores Vicentinho Alves, João Pedro, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão e Aécio Neves. Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, “Crack” e outras Drogas – CASDEP: são titulares os Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Cyro Miranda e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amelia; são suplentes os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Cícero Lucena e a Senadora Ângela Portela. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 8 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011 – CAS.** “Requeiro, nos termos do art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor ALEXANDRE PADILHA, Ministro de Estado da Saúde, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos quatro anos”. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2008.** Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 385, de 2008, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 7 – NÃO TER-**

MINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2007. Revoga o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Que trata da reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas). **Autoria:** Deputado Alberto Fraga. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as duas Emendas de redação oferecidas pela CCJ. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS. **ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO LEI SENADO Nº 495, DE 2007.** Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório; encerrada a discussão, foi adiada a votação da matéria. **ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2010.** Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 6 – NÃO TERMINATIVO – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2003.** Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do PLS:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003. **ITEM 9 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 49, DE 2011.** Submete à consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, na vaga decorrente do

término do mandato do Senhor Dirceu Raposo de Mello. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** A ser apreciado em votação secreta. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor Jaime César de Moura Oliveira, para exercer o cargo de Diretor da ANVISA, com 18 (dezoito) votos sim, 1 (um) voto não e nenhuma abstenção. **ITEM 10 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 50, DE 2011.** Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor BRUNO SOBRAL DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** A ser apreciado em votação secreta. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor Bruno Sobral de Carvalho, para exercer o cargo de Diretor da ANS, com 18 (dezoito) votos sim, 1 (um) voto não e nenhuma abstenção. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 3** – Projeto de Lei do Senado Nº 37, de 2008; **Item 5** – Projeto de Lei do Senado Nº 225, de 2010. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Jayme Campos, Presidente da CAS, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, e as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sras. e Srs. Senadores, bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 3ª reunião da CAS.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*
Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira destinada à apreciação dos itens nº 1 a 8; a segunda reservada à apreciação e votação secreta dos itens nº 9 e 10, conforme pauta previamente divulgada.

Quero comunicar às Sras. e aos Srs. Senadores a criação da subcomissões com fundamento no inc. IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal e tenho a honra de designar a composição da Subcomissão de Assuntos Sociais com os seguintes Senadores e Senadoras: Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Amorim, Waldemir Moka, da CAS Saúde. Suplentes: João Durval, Wellington Dias, Vital do Rêgo, Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. Esta é a Comissão CAS Saúde.

Da mesma forma, a Subcomissão Permanente dos Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência criada no requerimento nº 12, em 16/03/2005, CASDef: ilustre Senador Lindbergh Farias, Senador Wellington Dias, Senador Waldemir Moka, Senador Casildo Maldaner e Senadora Marisa Serrano. Suplentes: Senador Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim e Cyro Miranda.

A criação da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, criada pelo Requerimento nº 11, em 18/03/2009, titulares: Paulo Paim, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Paulo Bauer. Suplentes Vicentinho Alves, Senador João Pedro, Senador Eduardo Amorim, Senador Sérgio Petecão e Senador Aécio Neves.

A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Drogas e Crack: Senador Wellington Dias, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Waldemir Moka, Senadora Ana Amélia, por sinal uma das autoras do requerimento, que depois teve como signatário o Senador Wellington Dias, e o Senador Cyro Miranda. Suplentes: Ângela Portela, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Eduardo Amorim e Cícero Lucena.

Essas são as três subcomissões criadas e mais uma comissão temporária e nós estamos hoje indicando os nomes dos membros titulares e suplentes.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, gostaria, se possível que houve uma inversão de pauta, para que o item 8, que é de nossa propositura, fosse apreciado inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com muita honra atendo a solicitação de V. Exª, Senador Eduardo Amorim.

Decisão não terminativa.

Requerimento da CAS:

Requeiro, nos termos do art. 397, inc. II, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. Alexandre Padilha, Ministro de Estado da Saúde para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos quatro anos.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim se tem interesse de fazer algumas observações em relação ao seu requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Só para salientar e reforçar, Sr. Presidente, que saúde pública no nosso País é motivo ainda de muita angústia e de um sofrimento permanente em muitos cantos da nossa nação. Então é mais do que salutar e necessário que a gente ouça do Ministro Alexandre Padilha quais as suas propostas e de que maneira ele irá enfrentar os diversos desafios, desde a recuperação de dependentes químicos, a política nacional anticâncer, enfim, nos diversos segmentos, e o sofrimento que muitos Estados estão passando agora com a questão da dengue, com a vinda do novo vírus tipo 4, que está, infelizmente, ceifando muitas vidas, especialmente de crianças. Então é mais do que necessário. Por isso eu faço aqui esse pedido aos colegas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento V. Exª. Eu acho que a iniciativa de V. Exª é louvável, meritória e pertinente, naturalmente, diante das problemáticas que existem em nosso Brasil em relação à saúde pública.

Concedo um aparte ao Senador amigo Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Quero me associar ao Senador Eduardo Amorim, parabenizá-lo pela iniciativa. Isso tem acontecido nas mais diversas comissões: os Ministros têm vindo aqui, apresentando suas propostas, seu planejamento. Eu acho mais do que necessário. Então quero cumprimentar e me associar.

Infelizmente, Sr. Presidente, hoje está havendo uma audiência pública de três comissões sobre a energia nuclear, sobre as usinas de Angra I e Angra II, que começou também às nove horas. Vou ter que me ausentar.

A minha pergunta a V. Exª é sobre as comissões permanentes, em especial à Casdef. Como nós faríamos para convocar a primeira reunião. Nós estamos muito interessados em organizar uma pauta de trabalho. Então, na verdade, esta era a minha dúvida: como fazemos para começarmos a trabalhar isso aí?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Informo a V. Exª que, diante da indicação dos membros titulares e suplentes, basta o mais velho que faz parte desta Comissão reunir-se neste mesmo plenário, presidir a comissão e com certeza fazer a composição: quem será o presidente e o vice-presidente da comissão. Se V. Exª nos permitir, a própria secretaria poderá fazer o convite para que os Senadores que participem de cada comissão venham em determinada hora do dia aqui, ou seja, no período, se possível, de manhã, instalem essa comissão e já escolham quem será o presidente e vice-presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Eu poderia, inclusive, fazer uma sugestão, Presidente. Amanhã também é dia de comissões, mas, se a gente pudesse fazer uma reunião da Casdef... Eu queria consultar até a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo se ao meio-dia daria para as pessoas passarem nas outras comissões e vir aqui fazer uma reunião de uma hora, uma reunião simples para organizar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Mas acho que não vai demandar nem esse tempo todo. Acho que com 30 minutos seria o suficiente, e a gente poderia depois marcar a data dessa comissão, que dia vai ser reunida, e estabelecer, naturalmente, aquilo a que se propõe essa subcomissão.

Solicito a V. Exª manter aqui a secretaria desta comissão e tomar as devidas providências em relação à instalação da subcomissão. E convidamos os Srs. Senadores e Senadoras para participar dessa comissão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Se não tem nenhum Senador que quer encaminhar o requerimento, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Amorim.

Decisão terminativa.

Turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, que altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de Previdência Social e o regime de previdência dos servidores da União, dos Estados e Distrito Federal e dos municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 16/03/2011, foi aprovado o substitutivo da Emenda nº

2 da CAS ao PLS nº 375, de 2008. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo do PLS nº 385, de 2008, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão à Presidência para ciência do Plenário e publicação no **Diário do Senado Federal**.

ITEM 7

– Decisão não terminativa –

Revoga o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que trata da reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas.

Autoria: Deputado **Alberto Fraga**.

Relatoria: Senador **João Durval**.

Em 28-5-2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o parecer favorável ao Projeto, com emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório, item 7.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2007, que revoga o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, do Deputado Alberto Fraga.

Relatório.

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2007, do Deputado Alberto Fraga, que tem por finalidade revogar o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas.

Originalmente, a proposição dava nova redação ao citado dispositivo, prevendo apenas a retirada das expressões “mulheres casadas” e “maridos”.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor alega: “A CLT trouxe grandes conquistas para o trabalhador brasileiro e possui um texto ainda muito atual, carecendo,

entretanto, de atualizações com a proposta, uma vez que, especialmente quanto ao tratamento da mulher, a realidade brasileira da década de 40 era outra. Quanto a isso, o texto lembra as previsões do Código Civil, concebido em sua essência no século passado.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, a qual ofereceu nova redação ao projeto, nos termos de um substitutivo, revogando o art. 792 da CLT.

Nesta Casa, a matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que deliberou pela sua aprovação com emendas de redação. Até o momento, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do arts. 90, inciso I, e 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre a proposição. Normas do processo judiciário do trabalho inserem-se no campo do Direito do Trabalho e estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

“Compete, portanto, ao Congresso Nacional legislar sobre o tema”, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Para a Comissão de Justiça e Cidadania a proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição, não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais e nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quando da apresentação do projeto, em dezembro de 2000, o dispositivo em análise era ainda aplicável e útil para os relativamente capazes, razão pela qual se pretendeu apenas retirar do seu texto as expressões: “mulheres casadas e maridos para dela afastar”, expressão de evidente preconceito contra a mulher.

Em 2003, no entanto, com a entrada em vigor do Novo Código Civil, que, em seu art. 5º estabelece que a menoridade cessa aos 18 anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, o art. 792 da CLT perdeu a sua razão de existir, ficando portanto tacitamente revogado.

Com muita propriedade, os membros da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados decidiram, nos termos do dispositivos que aqui apresentaram, não só acolher o propósito cogitado pelo autor da proposição como também adequá-lo ao disposto no art. 13, XI, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que autoriza a declaração expressa de revogação de dis-

positivos implicitamente revogados por leis posteriores, como é o caso do art. 792, da CLT. Nesse contexto entendemos tecnicamente apropriada a decisão daquela Casa Legislativa.

Pelo exposto opinamos pela aprovação da Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2007, com as emendas de redação oferecidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2007, com as emendas nº 1 CCJ e 2 CCJ.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai ser encaminhada ao Plenário do Senado para o prosseguimento da tramitação.

ITEM 2

– Decisão terminativa –

Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios.

Autor: Senador **Antonio Carlos Valadares**.

Relatoria: Senador **João Durval**.

Observação: será a votação nominal.

Se porventura não tiver número no plenário, aguardaremos para encaminharmos à votação.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Relatório:

O Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, altera o Decreto Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios.

Para atingir o seu objetivo, o art. 1º do projeto inclui o art. 24, a, do Decreto-Lei, de forma a estabelecer que a autoridade sanitária fixará limite máximo de teor de sódio para os produtos alimentícios adicionados de sal. A cláusula da vigência estabelecida no art. 2º prevê o prazo de 180 dias após a publicação para que a lei entre em vigor.

A matéria foi distribuída exclusivamente a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde será decidida em

caráter terminativo, ressaltando-se que no prazo regimental não lhe foram apresentadas emendas.

Análise

Na nossa análise no Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, não visualizamos quaisquer óbices constitucionais ou jurídicos à aprovação da proposta ou impedimentos relativos à técnica legislativa utilizada em sua redação.

Assim, recomendamos a aprovação do projeto por sua alta relevância e seu potencial para diminuir a ingestão de sódio pela população brasileira e contribuir para o combate à epidemia de hipertensão que grassa em nosso País.

Ressalvamos somente a necessidade de uma pequena alteração na redação da ementa para torná-la mais precisa, tendo em vista que o projeto não estabelece limites máximos de sódio para os alimentos, apenas determina que eles terão esses limites fixados pela autoridade sanitária.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1, CAS

Dê-se à Emenda do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, a seguinte redação:

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos para determinar que os produtos alimentícios adicionados de sal terão teor máximo de sódio fixado pela autoridade sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007, ressalvada a Emenda nº 1, do Relator.

Vamos suspender o processo de votação, porque, sendo um projeto terminativo, precisamos de quórum, que, infelizmente, não temos. Já está feita a leitura do relatório. Diante da presença dos demais Senadores e Senadoras com o quórum, nós vamos colocar a matéria da relatoria do Senador João Durval em votação nesse processo.

A discussão está encerrada.

Item 4.

Comunico a esta Comissão que estamos retirando esta matéria do Item 4, de que somos Relator, para um reexame. Diante do apelo de alguns Senadores e

dos próprios Ministérios afins, vamos reexaminar esta matéria de que somos Relator.

Aguardamos os relatores que foram designados na indicação dos Diretores da ANVISA e da ANS, que são os Senadores Humberto Costa e Lúcia Vânia. Solicito encarecidamente aos Srs. Senadores e Senadoras que aguardem, porque a indicação tem que ser por processo de votação nominal. Estamos aguardando que seja lido o relatório e depois os senhores indicados, convidados, serão sabatinados.

Antes de mais nada, aguardando os dois relatores, eu queria comunicar a esta Comissão que, na semana passada, nós participamos do Seminário “O Futuro da Previdência do Brasil”, promovido pelo Ministério da Previdência, o qual achamos muito oportuno, sobretudo porque nós, que temos a responsabilidade de promover as leis neste País, devemos, com muito carinho e com muita responsabilidade, rever os conceitos que são promovidos por essa legislação vigente no Brasil.

Diante disso, nesses próximos dias, o próprio Senador Garibaldi Alves, que é Ministro da Previdência Social, virá a esta Comissão para discutir não só o futuro da Previdência, mas, sobretudo, naturalmente, assuntos pertinentes ao seu Ministério.

Aguardando o *quorum*, continuo: no último dia 9, a matéria da **Folha de S.Paulo** publica que “O benefício trabalhista cresce na contramão da promessa do Governo”. Uma despesa que o Governo Dilma Rousseff promete reduzir, neste ano, cresceu quase 24% no primeiro bimestre. E uma escalada iniciada na administração anterior é ainda pouco compreendida.

Trata-se do pagamento do seguro-desemprego, de abono salarial e dos principais benefícios financiados com recursos do FAT, Fundo do Amparo ao Trabalhador, cujos encargos aumentaram. Há, aparentemente, um paradoxo entre a expansão da economia e a contratação de mão de obra.

Segundo os dados preliminares, Senador Wellington Dias, a execução orçamentária dos dois programas consumiu 3,8 bilhões em janeiro e em fevereiro, enquanto, em período equivalente ao ano passado, os gastos ficaram, arredondadamente, para cima, ou seja, em 3,1 bilhões. O resultado põe em xeque a expectativa da área econômica de destinar aos dois benefícios um montante não apenas abaixo do estimado do orçamento deste ano, mas bem inferior ao desembolso dos...

Esse comentário é muito importante, mas também temos que rever os conceitos desse dinheiro, na medida em que, lamentavelmente, o seguro-desemprego... Se V. Ex^{as} acompanharam, na semana passada, os

dados já comprovados, em que pese o crescimento econômico do Brasil, o nosso PIB, a geração de emprego – ninguém pode desconhecer dados do próprio Governo –, parece-me que, no mês de janeiro, foram 282 novos postos de trabalho. Todavia, no ano passado, o FAT desembolsou R\$500 milhões a mais daquilo que estava previsto. Então, discute-se já uma proposta, na medida em que também não pode ser uma verdadeira festa a questão do pagamento do seguro-desemprego. É muito preocupante, pois, a bem da verdade, mesmo com o aumento dos novos postos de serviço, o FAT está desembolsando muito mais quanto à questão do seguro-desemprego.

É uma matéria que eu acho pertinente que esta Comissão possa discutir também em termos de perspectiva, para assegurarmos os recursos do FAT, que, indiscutivelmente, tem cumprido com a sua finalidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho um projeto que não é nominal, é simbólico, e vai ainda para o Plenário, que é o Item 6 – se pudéssemos votá-lo simbolicamente... –, projeto que esta Comissão já discutiu. Não é de minha autoria, mas da Senadora Serys Slhessarenko. Eu apenas sou Relator da matéria. Ele vai ainda ao Plenário, porque é um projeto que veio da Câmara para o Senado. A Câmara fez um substitutivo e retornou o projeto para nós. Se pudéssemos votá-lo de forma simbólica, já que não é nominal, eu agradeceria a V. Ex^a a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O que V. Ex^a me pede que eu não poderia atender com muita honra?

Item 6.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, antes de colocar em pauta o Item 6 solicitado pelo Senador Paim, eu só queria falar sobre a matéria que V. Ex^a abordou recentemente, sobre os recursos do FAT, porque, no ano passado, apesar do crescimento que o País obteve em todos os sentidos, o desembolso em relação a isso – entre entrada e saída – foi em torno de R\$500 milhões em razão do salário-desemprego. Na verdade, eu também não conhecia isso, o que é um alerta, sem dúvida alguma. É um alerta da matéria que V. Ex^a traz para ficarmos pensando nas questões.

A informação que V. Ex^a traz, Sr. Presidente, é deveras reflexiva.

Precisamos todos sair pensando nesse caso. É apenas essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT.) – Muito obrigado pela participação de V. Ex^a. Acho que é importante discutirmos essa matéria.

ITEM Nº 6
– Decisão Não Terminativa –
SUBSTITUTIVO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 520, DE 2003

Institui o Dia Nacional de Zumbi da Consciência Negra e altera art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro.

Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados.

Autoria do PLS: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Observação: Em 1º/09/2009, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao art. 1º e contrário aos arts. 2 e 3 do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim para proferir o Relatório.

Matéria não terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, como é uma matéria que conheço e trabalho há muitos e muitos anos, pois fui autor do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei de Júri, participei da Constituinte, e elaboramos depois a Lei Caó. Estive discutindo este tema, inclusive com a bancada de Deputados Federais e também Senadores.

Queremos consagrar, de fato, o dia 20 de novembro como dia simbólico em relação à história de Zumbi dos Palmares, mas que seja para discutir todos os tipos de preconceitos: religiosos, contra a idade, contra o branco, contra o negro, contra o índio, contra as mulheres, contra as crianças.

Esse é o objetivo do projeto da nossa inesquecível e querida Senadora Serys Slhessarenko. Por isso peço a aprovação da matéria. Repetindo: não é terminativo aqui. Ainda teremos, na verdade, o debate no Plenário.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V.Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei da Câmara nº 520, de 2003. *(Pausa)*

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Sr. Presidente, sem abusar de V. Ex.^a, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT.) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Só para dizer que é com muita alegria que a Senadora Ana Amélia está de aniversário no dia de hoje, uma grande Senadora, orgulho do Rio Grande e do Brasil. Esteve lá em Porto Alegre, nesta semana, mas hoje é o dia dela.

Parabéns, Senadora! *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT.) –

ITEM Nº 09

– Não Terminativo –

Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Sr. Jaime César de Moura Oliveira, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Dirceu Raposo de Mello.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria Senador Humberto Costa.

Relatório: Apreciado em votação secreta.

Observação: Votação secreta.

Se me permite,

ITEM Nº 10

MENSAGEM Nº 50, DE 2011

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.971, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Sr. Bruno Sobral de Carvalho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Alfredo Luiz de Almeida Cardoso.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

O relatório será apreciado em votação secreta.

Convido os Srs. Senadores Ana Amélia e o Paulo Paim para conduzir a esta Comissão os Srs. Jaime

César e Bruno Sobral de Carvalho, para que possam ser sabatinados.

Após a leitura dos relatórios pelos Srs. Relatores designados, vamos fazer um processo em que permitiremos que as duas autoridades indicadas sejam votadas. Depois disso será feito o escrutínio dos votos.

Estamos aguardando apenas os dois indicados. Quanto ao primeiro nome, será feita a leitura pelo Senador Humberto Costa, que foi designado para ser Relator desta indicação.

Agradeço ao Senador Paulo Paim e à Senadora Ana Amélia por conduzirem os dois ilustres indicados a esta Mesa.

Por favor, vamos nos sentar!

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Passo à leitura do meu relatório acerca da avaliação da indicação do nome do Sr. Jaime César de Moura Oliveira para sua condução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Jaime César de Moura Oliveira para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), encaminhando para tanto a Mensagem nº 49, de 2011 (Mensagem nº 44, de 23 de fevereiro de 2011, na origem).

À mensagem, encontra-se anexado o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Jaime César é brasileiro, natural de Guaringuetá, SP, e tem 36 anos. É bacharel em Direito, graduado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1999. Tem, ademais, duas especializações nas áreas de direito ambiental e biossegurança, realizadas na Faculdade de Saúde Pública (FSP), da USP, e na Universidade Federal de Santa Catarina, respectivamente.

Possui também o título de *Master in Biotechnological Law and Ethics*, pela Universidade de Sheffield, Inglaterra, obtido com distinção. Iniciou, recentemente, curso de mestrado na FSP-USP, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a ser convertido em doutorado.

Ocupa, desde 2007, o cargo de Subchefe-Adjunto para Assuntos Jurídicos, da Casa Civil da Presidência da República, e atuou, em várias oportunidades, como representante junto a importantes órgãos das áreas ambiental, tecnológica e de propriedade industrial, com destaque para os seguintes: Comitê Nacional de

Biotecnologia, Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Conselho Nacional do Meio Ambiente. Cumpre destacar, igualmente, o cargo de Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Biossegurança, ocupado pelo indicado em meados de 2010.

Anteriormente a essas funções públicas, o Sr. Jaime César integrou o corpo de profissionais da Tozzini Freire Advogados, de São Paulo, atuando principalmente nas áreas de advocacia consultiva e contenciosa administrativa, notadamente nos campos de regulação sanitária, biossegurança, acesso a recursos genéticos e direito ambiental. Trabalhou também na Unilever do Brasil, em São Paulo, militando nos campos da advocacia consultiva e contenciosa administrativa em áreas tais como direito do consumidor, regulação sanitária de produtos alimentícios, cosméticos e saneantes domissanitários e regulação de publicidade, assim como nas áreas ambiental e tributária.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão de Assuntos Sociais dos elementos necessários para deliberar sobre a condução do Sr. Jaime César de Moura Oliveira ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. DEM – MT) – Lido o relatório do Senador Humberto Costa, como Relator da matéria.

Para dar celeridade aqui, nesta Comissão, nós solicitamos à Senadora Ângela Portela, que designamos *ad hoc*, para ler o relatório do Sr. Jaime César de Moura Oliveira, que tinha como Relatora a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. DEM – MT) – Bruno, melhor dizendo, Bruno Sobral.

Solicito à Senadora Ângela Portela que leia o relatório da indicação do cidadão Bruno Sobral Carvalho.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não, Sr. Presidente.

Relatório.

Com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos no art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Bruno Sobral de Carvalho para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS –, encaminhando para tanto a Mensagem nº 50, de 2011, Mensagem nº 45, de 23 de

fevereiro de 2001, na origem. À Mensagem encontra-se anexado o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Bruno Sobral de Carvalho é brasileiro, natural do Rio de Janeiro, e tem 39 anos. É graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília – UnB –, em 1995. Tem, ademais, especialização em políticas públicas pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap –, possui também o título de mestre em Economia pela UnB e o *Master in Business Administration* – MBA – pela Universidade de Washington, Washington, Estados Unidos da América, obtido com honras acadêmicas.

Ocupou, em 2010, o cargo de Secretário-Geral da ANS, responsável pela gestão dos núcleos da agência dos Estados, pela área de comunicação e pela coordenação dos trabalhos da diretoria colegiada. Atuou também como Diretor Adjunto na Diretoria de Normas e Habitação de Operadoras – Diop –, no primeiro semestre de 2010.

Cumprе destacar igualmente que o indicado do Ministério da Fazenda e coordenador-geral e coordenador da área internacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, entre junho de 2003 e janeiro de 2010. Outrossim, foi o representante do Ministério da Fazenda nas câmaras de saúde suplementar e de regulação do mercado de medicamentos. Trabalhou também na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – como analista econômico, entre abril de 2001 e junho de 2003. Concomitantemente a essas funções públicas, o Sr. Bruno Sobral de Carvalho foi professor titular das cadeiras de Matemática Financeira e Introdução à Economia da Faculdade Brasília, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2003.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão de Assuntos Sociais dos elementos necessários para deliberar sobre a condução do Sr. Bruno Sobral de Carvalho ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Por derradeiro, não nos podemos furtar de destacar o longo tempo em que o cargo, ora em discussão encontra-se vago desde outubro de 2010. Isso traz evidentes prejuízos para a administração de um órgão público da importância da ANS, retardando a deliberação de matérias e desvirtuando totalmente o conceito de uma diretoria colegiada.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM - MT) – Agradeço à Senadora Ângela Portela.

Concedo a palavra, que é regimental, ao indicado Sr. Jaime César de Moura, para a sua exposição por dez minutos.

Com a palavra, Sr. Jayme César de Oliveira.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA – Exmº Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, na pessoa de quem gostaria de saudar os demais Senadores presentes. É com muita honra que eu hoje sou sabatinado por essa Comissão, que tem prestado uma contribuição enorme para questões envolvendo matérias de saúde e outras matérias relacionadas à área social, no Senado Federal.

A minha indicação foi feita para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é a agência que encabeça todo o sistema nacional de vigilância sanitária. Na verdade, essa Agência é o principal órgão federal responsável por assuntos que dizem respeito à segurança, qualidade e eficiência de todos os produtos que são sujeitos ao controle sanitário - uma miríade muito grande de produtos que, na sequência, eu pretendo detalhar - e é responsável também pela coordenação do sistema nacional de vigilância sanitária. Portanto, as ações de centralização, as ações de acompanhamento das ações dos Estados e dos Municípios referentes à vigilância sanitária também são objeto de atuação da Anvisa.

A Anvisa responde pelo controle, pela normatização e pelo acompanhamento de uma série de produtos e serviços de amplo espectro de alcance, em termos de atividade econômica. A Anvisa normatiza, regula setores, como setores farmacêuticos, setores de alimentos, setores de equipamentos médicos, setor de agrotóxico, setor de tabaco. Ela possui regulação também na área de tecidos, segurança para a utilização de agrotóxicos e outras funções relacionadas a produtos que podem envolver algum tipo de risco à saúde humana, produtos e serviços relacionados à saúde humana.

Na sua atuação, a Anvisa tem foco especial na avaliação da qualidade, da segurança e da eficácia desses produtos, de forma que, uma vez colocados no mercado, esses produtos, além de não oferecem risco à população que vai consumi-los, também apresentem a promessa de eficácia que foi feita durante a sua propaganda, durante a sua publicidade e que de fato cumpram a função para a qual ela é destinada.

A Anvisa possui uma diretoria colegiada, composta por cinco diretores. Atualmente, ela está operando com três diretores. A indicação que foi feita no meu nome é para o preenchimento de uma dessas vagas. Então, certamente, em breve, outra diretoria deverá se preenchida com uma nova indicação feita pela Presidência da República. E a função precípua da diretoria colegiada...

A diretoria colegiada é um órgão de deliberação, o órgão máximo dentro da agência, por onde passam

todas as ações regulatórias da agência e também tem a responsabilidade de promover a prestação de contas, tanto que os órgãos de controle orçamentário e financeiro da administração federal, quanto também para o Senado Federal, a Câmara e o Ministério ao qual a Anvisa é vinculada, o Ministério da Saúde.

Durante esses praticamente doze anos de atuação - a Anvisa foi criada em 1999 -, a Anvisa conquistou credibilidade tanto no mercado interno, no setor regulado, e entre a população, que confia na avaliação que a ANVISA faz de produtos e serviços que são submetidos à sua análise quanto internacionalmente. A ANVISA conseguiu, nesses doze anos, se afirmar como uma das principais agências reguladoras de medicamentos e de alimentos no mundo e especialmente na América Latina.

Entre as ações desenvolvidas pela ANVISA durante esse período, gostaria de destacar algumas, entre elas a recente pré-qualificação do sistema de vigilância sanitária nacional da ANVISA para comercializar vacinas para a Organização Mundial de Saúde, o que é um grande passo tanto em matéria de reconhecimento da competência e da expertise desse sistema, como também uma possibilidade de o mercado nacional atingir outros países via fornecimento de produtos para a OMS.

A ANVISA também fez um investimento significativo no combate à falsificação de medicamentos, especialmente com a firmação de parcerias com a Polícia Federal e também com a adoção de regulamentações para a política de rastreamento de medicamentos.

Durante esse período, desde a sua criação, a ANVISA também buscou se valer da simplificação de procedimentos e da informatização de procedimentos para garantir maior celeridade no registro de produtos e também para que as avaliações sanitárias fossem compatíveis com o grau de risco que o produto oferece, ou seja, produtos com menor risco sanitário saíram de um cenário de registro para passar para um cenário de notificação e com fiscalização pós-introdução no mercado. A ANVISA também criou procedimentos para a priorização de registro de certos medicamentos, os destinados a doenças negligenciadas, por exemplo, e, dentro da política de medicamentos fracionáveis, a priorização de apresentações pós-comercialização de medicamentos que hoje em dia podem ser fracionados.

Na área de descentralização é importante destacar o avanço na transferência de recursos para Estados e Municípios que saíram de 164 milhões de reais em 2006 para 220 milhões de reais em 2010. Essas ações, tanto na parte de transferência de recursos quanto de descentralização das ações de vigilância sanitária, certamente garantem uma maior capilariza-

ção nas ações controle de serviços e produtos para saúde e um atendimento mais próximo da população.

Muito embora tenha havido um grande sucesso e um ganho de credibilidade da Agência em função da adoção dessas ações, alguns aperfeiçoamentos ainda são necessários e algumas ações importantes têm que continuar a merecer atenção especial da diretoria colegiada. Entre essas ações eu gostaria de destacar a consolidação e o aperfeiçoamento da estrutura criada pela ANVISA para gestão e regulação, especialmente para avaliação do impacto regulatório das ações normativas da ANVISA que possam ser avaliados previamente: os impactos econômicos, os impactos sociais e os impactos comerciais da atuação da Agência. É importante também que a ANVISA mantenha a sua política regulatória e as suas ações de forma geral em compatibilidade com outras ações e políticas governamentais, de forma que entre elas possa haver sinergia e não conflito e divergência. É importante também que procedimentos relativos à importação de material destinado à pesquisa científica e tecnológica recebam tratamento prioritário nos processos de liberação, de forma que a ação da Vigilância Sanitária nessa ordem esteja compatível com políticas de desenvolvimento tecnológico e inovação dentro do país.

O processo de harmonização da legislação e da aplicação da legislação também tem que ser um foco importante de atuação da Agência e o processo de descentralização tem que se focar cada vez mais na transferência das ações que exigem capilaridade e proximidade com o setor regulado e com a população em geral, garantindo à ANVISA um papel de coordenação dentro desse sistema para que haja uma estratégia uniforme em todo o território nacional e para que as ações tenham garantida a sua efetividade.

Eu creio que sob o aspecto de uma fala inicial para apresentar a minha visão no papel da ANVISA, os novos desafios e as ações que a ANVISA já conquistou devido à credibilidade eu gostaria de agradecer a atenção de V. Ex^{as} e transferir a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço ao indicar César Moura por ter cumprido literalmente o prazo destinado para fazer a sua exposição.

Concedo agora a palavra também, para que façamos uma votação em conjunto, ao indicado Dr. Bruno, para que faça a exposição por dez minutos e que, se possível, se cumpra literalmente para nós entrarmos na fase de arguição e certamente, porque é permitido regimentalmente, para nós iniciarmos o processo de votação.

Comunico a esta Comissão que o voto será feito com chapas individuais da indicação do Bruno e do Jaime.

Concedo a palavra ao Sr. Bruno Sobral de Carvalho.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Exm^o Sr. Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Exm^{as} Senadoras Lúcia Vânia e Ângela Portella, que me deram a honra de relatar o meu processo.

Srs. Senadores, gostaria de brevemente apresentar alguns dados do setor do plano de saúde para que se tenha em mente a importância deste setor para o País.

Hoje já são mais de 57 milhões de consumidores divididos entre planos médicos hospitalares e planos exclusivamente odontológicos consumindo planos de saúde no Brasil. Esse mercado é atendido por mais de 1.400 operadoras de planos de saúde, o faturamento do mercado está na ordem de 68.8 bilhões de reais, a sinistralidade, que é o que se paga de custo assistencial, é de 80% no setor médico hospitalar e de quase 50% nos exclusivamente odontológicos, o que significa dizer que grande parte do faturamento é revertido para a assistência dos beneficiários.

No ano de 2009, foram mais de 223 milhões de consultas feitas pelo setor e quase cinco milhões de internações. Um pouco da distribuição desses planos pela época de contratação: os planos que foram contratados antes da Lei nº 9.656 são apenas, hoje, 5.6% dos planos; a grande maioria são planos novos, 94%.

Os planos podem ser individuais quando contratados diretamente pela pessoa física e coletivos quando são contratados pelos empregadores. Hoje a grande maioria dos planos são coletivos: 76% dos planos são coletivos e 24% dos planos são individuais.

Quero agora pontuar algumas premissas, alguns conceitos rapidamente com os senhores.

O primeiro deles é que esse mercado é regulado porque tem falhas de mercado e, como reguladores, a gente tem que ter sempre em mente que redução dessas falhas desse ser o foco da regulação.

Pontuar também a questão da regulação por indução: na medida do possível, a Agência trocar o mix normatização/punição por um mix de incentivo/monitoramento, porque essa é uma forma de regular muito mais barata para o contribuinte, que consegue ter uma efetividade, muitas vezes, maior.

Outro conceito importante que gostaria de salientar com os senhores é a questão da promoção da concorrência. Entendo com a maior concorrência se consegue melhor preço e melhor qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e saliento algumas ini-

ciativas importantes nesse sentido. A primeira delas é a redução de barreiras à entrada de novas empresas, possibilitando maior concorrência, maior rivalidade nesse setor; aumentar a possibilidade que os consumidores têm de comparar produtos de plano de saúde. A Agência avançou bastante com o seu programa de qualificação, permitindo que, hoje, os consumidores comparem empresas de plano de saúde. E acho que o próximo passo importante é que, além de comparar empresas e planos de saúde, o consumidor possa comparar planos de saúde e produtos dessas empresas para melhorar sua capacidade de escolha e ter mais poder de escolha na hora de comprar um produto.

Por fim, eu queria salientar também a facilidade que o consumidor tem para trocar de plano quando for da sua conveniência, aprofundando, como já vem sendo aprofundada, a questão da portabilidade de carências e também a portabilidade de informações, que são pessoais e sigilosas e possam ser passadas de uma operadora para outra.

Algumas premissas em torno do papel da Agência. Eu acho que a Agência tem um papel conjunto importante e difícil de proteger o consumidor e, ao mesmo tempo, fazer com que esse setor seja sustentável no longo prazo. Para isso, algumas iniciativas também têm sido tomadas na Agência, e saliento que estou na Agência já há um ano e meio e tenho podido contribuir, ver o esforço da atual diretoria colegiada e da diretoria colegiada da gestão passada no sentido de buscar esses elementos.

O primeiro deles seria incentivar um modelo assistencial de promoção de saúde e do cuidado ao cliente. É o plano que deixa de tratar de doença para promover saúde com programas de prevenção, com cuidado, com individualização do trato com o cliente; a manutenção e o aprimoramento de exigências financeiras prudenciais. O consumidor precisa saber que essas empresas são sólidas do ponto de vista financeiro e muito se avançou já ao longo dos anos nessa questão, e acho que a tarefa é manter essa postura de que as exigências financeiras garantam um atendimento continuado da saúde dos pacientes.

O modelo de pagamento entre operadoras e prestadores que estimule a qualidade e não a quantidade dos serviços e que, principalmente, valorize os prestadores. E uma coisa extremamente importante que já está sendo desenvolvida, já está na agenda regulatória da Agência, que é a regulamentação de produtos que estejam em linha com a tendência de envelhecimento do perfil populacional. Acho que são coisas extremamente importantes. No longo e médio prazo, vamos ter uma população que vai necessitar de mais cuidado, e a gente tem que garantir que o modelo de financia-

mento desse setor contemple e pense em soluções para esse novo perfil mais envelhecido da população.

Por fim, é fundamental salientar – isso também está na agenda regulatória da Agência – a questão da articulação entre o setor de plano de saúde e o Sistema Único de Saúde, a partir de campanhas conjuntas, comunicação constante.

Outro item que também está na agenda regulatória, que é a identificação única do paciente nos dois sistemas e a aprimoração e informatização do processo de trabalho, de ressarcimento ao SUS.

Por fim, eu queria colocar alguns valores que acho extremamente importantes como servidor público. Sou servidor público já há 12 anos e orgulho-me muito de ser servidor público de carreira. Temos que estar sempre pensando um pouco para dentro também, e eu queria colocar essas premissas: primeiro, a gente tem que trabalhar com processos de trabalho que sejam revistos constantemente e que sejam aprimorados e de preferência informatizados para que a Agência tenha celeridade e eficiência ao lidar com os seus processos e dar ao cidadão, no final das contas, um serviço melhor.

A valorização do servidor público de carreira da ANS, acho que este é um ponto importante. A Agência tem servidores concursados e servidores não-concurados. Todos são bastante importantes, mas a Agência deve continuar valorizando a formação e a importância desses servidores públicos de carreira.

O diálogo permanente com consumidores. A criação da agenda regulatória. Acho que essa agenda que foi criada é um instrumento importante de qualidade regulatória. É um instrumento que dá previsibilidade ao mercado e que dá possibilidade de os consumidores se prepararem para as discussões regulatórias no futuro.

Revisão de entraves burocráticos. Como órgão público, acho que é dever de ofício sempre revisar entraves que sejam meramente burocráticos e que não contribuam para o processo de trabalho da agência.

Por fim, queria terminar dizendo que não é à toa que a palavra servidor e a palavra serviço tem o mesmo radical na Língua Portuguesa. Acho que a Agência deve estar sempre a serviço da sociedade, sejam ela consumidora, seja ela setor regulado. E eu, como servidor público, coloco-me a serviço também conjuntamente e à disposição dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Agradeço, Senador Jayme Campos, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Bruno Sobral a sua exposição.

Vamos entrar na fase de arguição. Na ordem de inscritos aqui, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pediria licença à Senadora Ana Amélia apenas para agradecer à Senadora Ângela por ter feito a leitura do relatório.

Quero aqui reafirmar o meu apoio à indicação do Dr. Bruno, um técnico de carreira, um homem que já tem toda uma experiência não só na área financeira, como também na área de saúde suplementar.

Acredito que ele fará um bom trabalho e vai integrar uma diretoria colegiada cujo cargo está vago desde 2010.

Então, acredito que V. S^a poderá completar toda essa diretoria e dar andamento aos processos que estão dependendo dessa visão colegiada.

Portanto, o meu voto é favorável. Quero dizer da minha satisfação e honra de poder ser a Relatora desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a foi muito bem representada pela Senadora Ângela Portela.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia pela ordem de inscrição.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, antes da Senadora Ana Amélia, a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu apenas gostaria, porque me senti plenamente contemplada pela fala dos dois, de poder me manifestar pelo voto. Se for possível, Sr. Presidente, peço para abrir o processo de votação, considerando que temos outras comissões. Se for possível, ficarei agradecida. Pela apresentação dos dois, já me sinto bastante contemplada. A minha opinião é favorável aos dois e gostaria já de poder me manifestar diretamente pelo voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pergunto aos membros da Comissão se todos concordam com o início do processo de votação, não impedindo, em hipótese alguma, com certeza, a arguição que será feita pelos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Atendido o pleito de V. Ex^a, Senadora Ana Rita.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Eu queria endossar as palavras de referência elogiosa à exposição feita pelo Dr. Jaime e pelo Dr. Bruno, que se revelaram qualificados e habilitados para as importantes funções que terão como Diretor da Anvisa e da ANS, Agência Nacional de Saúde.

Eu tenho apenas questões que são de interesse público para o Diretor da ANVISA em primeiro e, depois, farei para o Dr. Bruno.

A questão principal, Dr. Jaime, diz respeito à questão relacionada à agilidade nas deliberações da Anvisa em relação aos produtos médicos, medicamentos, cosméticos, próteses e tantos outros, alguns dos quais já em uso em outros países, mas, no nosso País, estão pedindo licença. A grande queixa dos produtores desses produtos é exatamente nessa demora de doze a dezoito meses.

Então, pergunto-lhe o que seria possível fazer em relação a essas questões, porque o Dr. Gonzalo Vecina Neto, que foi Presidente da ANVISA, deu uma declaração dizendo que a ANVISA deve duas coisas ao País: agilidade e fiscalização. Então é nesse aspecto que gostaria de uma palavra sua.

Queria também uma palavrinha sua a respeito de um tema que está muito, como é que se diz, pautado pela mídia e que diz respeito à polêmica dos medicamentos para emagrecer, pois a ANVISA recuou e adiou a decisão sobre a proibição desses medicamentos usados para emagrecimento no Brasil. Como está a situação e também o controle sobre a propaganda enganosa de medicamentos e suplementos alimentares feitos na televisão, os chamados *shakes* que prometem emagrecimento e como a ANVISA encara a situação? A pergunta ao senhor é esta que já encaminho ao Dr. Bruno, já que os Senadores querem apressar a votação.

A minha pergunta diz respeito ao Dr. Bruno, da ANS, sobre a disparidade dos pagamentos, aliás, dos faturamentos entre planos de saúde e o valor médio pago pelas consultas médicas ou os procedimentos que são fornecidos por terceiros. Eu queria saber do senhor qual é o critério que a ANS usa para estabelecer esses reajustes tanto dos planos de saúde quanto dos prestadores de serviço. A gente viu que hoje ainda, em alguns planos, em 2011, existem no País 1.060 operadoras em atividade nos planos de saúde com cerca de 46 milhões de usuários. Em sete anos, os planos médico-hospitalares tiveram 129% de aumento na movimentação financeira, passando de 28 para 64 bilhões, mas o valor da consulta no mesmo período, segundo dados do Boletim da Comissão Nacional de Saúde Suplementar, foi de aumento de apenas 44%. Então que critérios são esses? Tenho até um dado em que um hospital na cidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, em 2009, a mensalidade do plano de saúde para

o usuário teve um reajuste de 9,81% mas o repasse para o hospital ou o usuário que atende foi de zero, em 2010, um aumento de 10,20%. Também não houve aumento para o prestador de serviço e em 2011 já houve um reajuste de 11,50%.

Por fim, Dr. Bruno, o senhor falou muito da preocupação da ANS em relação aos consumidores desse serviço. Eu queria saber se a ANS hoje tem uma nota para avaliar o grau de satisfação dos consumidores dos planos de saúde em relação aos planos de saúde em tema.

Essas são as minhas questões. Agradeço muito a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero comunicar aos Srs. Senadores que diante das inscrições imagino ser de bom alvitre pelo menos em bloco de três em três. Depois os convidados os indicados responderiam às perguntas dos Srs. Senadores.

Antes quero registrar prazerosamente a presença do Deputado Nelson Marquezelli que nos honra.

Deputado Nelson, prazerosamente, registro a presença de V. Ex^a nesta Comissão.

A SRA. ANA AMÉLIA (PP – RS) – Presidente, só uma questão de ordem.

Eu queria apenas acrescentar à inquirição do Dr. Bruno se é possível os planos de saúde darem cobertura à medicina preventiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a terá que aguardar diante de que serão feitas em blocos de três em três senadores, ...

A SRA. ANA AMÉLIA (PP-RS) – Só para completar o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Ah, OK.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes da minha fala queria, cumprindo um pouco com o papel protocolar, mas também com muito prazer registrar a presença do Presidente em exercício da ANVISA, Dr. Dirceu Barbano, do Presidente da ANS, Dr. Maurício Ceshin, do ex-Presidente da ANS Dr. Fausto Pereira do Santos, do atual Diretor da ANS Leandro Reis e do ex-Ministro e atual Diretor da Anvisa Agenor Alves. Demonstra que os candidatos estão bem prestigiados.

Eu queria começar arguindo o Dr. Jaime César. São algumas questões que gostaria de obter a sua opinião. Primeiro, o seguinte: a Anvisa teve recentemente o seu papel de regulamentação de propagandas de alimentos e de outros produtos questionado pela Advocacia-Geral da União, que afirmou a existência de ilegalidade das regulamentações efetuadas.

O que fazer para evitar decisões divergentes na área de regulação de propaganda pela Anvisa, evitando-se, assim, embates entre órgãos da União?

Segundo, a pirataria de produtos sujeitos à vigilância sanitária, em especial de medicamentos, é um dos problemas mais graves na área da saúde pública, preocupando e mobilizando ações de prevenção e combate em todos os países, sendo considerado pela Interpol como o crime do século XXI.

O que pensa V. S^a, em termos de ações, para contribuir para esse combate com eficácia a esse delito aqui, no nosso País?

A terceira pergunta que eu faria: a Anvisa, recentemente, lançou consulta pública para discutir a possibilidade do cancelamento do registro de diversos medicamentos anorexígenos atualmente vendidos no Brasil. Aliás, quero até externar a minha opinião: acho prematura e sem consistência científica a decisão de nós seguirmos as decisões americanas e da União Europeia no sentido da proibição pura e simples da comercialização e venda desses produtos, já que são essenciais, na opinião de nove entre cada dez endocrinologistas brasileiros da necessidade da utilização desses medicamentos como uma das formas de combate à obesidade mórbida, mas eu queria saber a sua opinião sobre o tema e saber qual seria o melhor caminho para essa discussão: se são as audiências públicas, se é necessária a realização de estudos efetivos para que essa decisão se baseie em princípios efetivamente científicos.

A última pergunta que eu faria a V. S^a seria no sentido seguinte: a Anvisa é acusada frequentemente de lentidão no processo de análise, registro e incorporação de novos medicamentos, produtos e tecnologias no mercado brasileiro. Aliás, não é somente na análise, registro e incorporação de novos medicamentos; às vezes, na publicação de uma decisão colegiada da diretoria. Eu já tive oportunidade de pessoalmente acompanhar um caso que transcorreu um prazo de um ano entre a decisão da diretoria e a publicação dessa decisão no Diário oficial. Acho que isso é extremamente grave. Eu gostaria de ouvir a opinião de V. S^a.

Com relação ao Dr. Bruno Sobral, antes de fazer a minha inquirição, queria pedir licença a V. Ex^a, Sr. Presidente, para fazer alguns registros importantes até do que ele mostrou aqui com os dados da própria ANS.

Nós temos no Brasil, pelo que se comenta e pelo que ele informou, 44 milhões que têm planos médico-hospitalares e treze milhões de pessoas que têm planos exclusivamente odontológicos, um total de 57 milhões. Esse segmento fatura R\$68,8 bilhões por ano. Enquanto isso, o Sistema Único de Saúde, a verdadeira Geni que nós temos no Brasil, atende aos

demais brasileiros. Quer dizer, hoje nós temos duzentos milhões de brasileiros, seriam aí 156 milhões de brasileiros, portanto mais de três vezes e meia o que representa o sistema suplementar, para um orçamento de R\$71 bilhões. Vejam: 44 milhões, faturamento de R\$69 bilhões; 156 milhões, um orçamento de R\$71 bilhões. Quer dizer, isso é inclusive uma demonstração de como no Brasil nós efetivamente temos um desfinanciamento público na área da saúde por qualquer que seja o ângulo. Veja: a gente vê que o custo de um paciente ou um segurado da saúde suplementar, em comparação com um usuário do SUS, é muito maior, o que demonstra que todas as afirmações de que no Brasil nós gastamos muito pouco com a saúde pública é uma afirmação marcada pela verdade. Então, é importante fazer esse registro.

É importante dizer que se soma a esse cenário o fato de que o sistema suplementar é duplamente subsidiado pelo setor público, subsidiado de uma forma praticamente direta e, de outra, indireta. De forma direta, quando as pessoas que são usuárias e seguradas dos planos de saúde podem abater, integralmente, do seu imposto de renda os gastos que são feitos com a saúde suplementar. Até hoje eu não ouvi um economista dizer o quanto isso representa. Alguns falam em 8 bilhões; outros, em 16 e não sei quanto. Aliás, se o senhor tiver essa conta aí, eu lhe agradeço se puder passar para nós aqui.

O outro subsídio, que talvez seja até maior, é o fato de que, apesar de nós termos avançado a cada ano, com a ampliação do rol de coberturas de procedimentos que a ANS obriga os planos de saúde fazerem, uma grande parte dos procedimentos não entra nessa cobertura. E, portanto, ela é feita pelo Sistema Único de Saúde.

Eu faço essa colocação no sentido de ouvir a opinião de V. S^{as} sobre duas questões. A primeira: o que acha, na condição de futuro integrante da Agência, embora eu saiba que não é papel – e eu concordo plenamente com a Presidenta Dilma no sentido de que quem tem que fazer política pública é o Governo, Ministérios; as agências têm que fazer regulação –, mas eu pergunto, mesmo assim, a sua opinião sobre uma proposta que seja capaz de estabelecer uma via de mão dupla, porque hoje o sistema suplementar apenas absorve esses subsídios diretos e indiretos. O que ele acha da ideia de que, nas áreas onde o sistema público apresenta os seus gargalos – por exemplo, o atendimento especializado, internações hospitalares na área da clínica médica –, nós pudéssemos ter os usuários do sistema público de saúde podendo usufruir da estrutura do sistema de planos de saúde?

Além disso, qual a sua opinião e que ações imagina para que nós possamos ter um mínimo de condição de recepção pelo setor público dos recursos que o sistema público gasta com os usuários do sistema suplementar naquilo que as coberturas garantem? Por exemplo, atendimento de urgência está na garantia de todos os contratos da área de saúde suplementar. No entanto, boa parte dos usuários do sistema de saúde suplementar, até por inteligência, procura o setor público nessas situações, porque sabe que ali estão os melhores serviços. No entanto, o ressarcimento hoje é uma coisa meramente simbólica. Existem, tanto do ponto de vista administrativo quanto do ponto de vista legal, diversos obstáculos à recepção desses recursos. Então, eu queria ouvir a sua opinião sobre esse tema já que, na sua exposição, o senhor falou em interface com o Sistema Único de Saúde. Acho que esses dois pontos são cruciais de uma eventual interface.

Segundo, é o seguinte: outro mito que se propaga por aí afora é que, no Sistema Único de Saúde... E é verdade: as pessoas, muitas vezes, sofrem para ter uma consulta especializada, para conseguir um atendimento para receber um medicamento para uma doença que exige uso contínuo, muito embora nós consigamos, por exemplo, fazer um transplante num espaço de tempo bem mais rápido que... Alguns até dizem que é mais fácil fazer um transplante cardíaco que fazer um exame ergométrico. Sei lá. Isso é uma caricatura, mas nós sabemos que essas coisas existem um pouco.

Também diversas pesquisas têm demonstrado – e isso é pouco dito e pouco falado – que o usuário do sistema suplementar enfrenta também fila, demora no atendimento, demora para conseguir uma consulta. O que a ANS pode fazer no sentido de que já que as pessoas pagam e pagam um valor alto, elas possam ter um atendimento de melhor qualidade.

Bom, por último, eu pergunto a questão dos planos coletivos e dos planos individuais. Hoje, as seguradoras fogem dos planos individuais, como se diz o diabo da cruz. Elas só oferecem os planos coletivos. No entanto, nem sempre é fácil alguém que quer ingressar ou estar numa empresa ou conseguir constituir um grupo para que possa usufruir desse benefício coletivamente. Qual a política que a ANS deve fazer no sentido de garantir – vou concluir, Presidente – no sentido de garantir que esse mercado para os planos individuais possa ser ampliado e ampliado a um custo que essas famílias possam arcar com ele.

Desculpe, Presidente, o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM - MT) – Eu solicitaria aos Srs. Senadores para estabele-

lecemos, no máximo, três a cinco minutos essa fase de arguição, pois tem outros Senadores inscritos aqui.

Concedo a palavra ao Ilustre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srs. Indicados nas Agências da Anvisa e da ANS, prezados colegas. Quanto aos dois indicados, Sr. Presidente, Nobres Colegas, em relação ao Jaime César de Moura Oliveira, que está sendo indicado para a Agência Nacional, a Anvisa, eu francamente não tenho nenhuma objeção. Antes, pelo contrário, fui vendo que o currículo dele, como também do Bruno, é um excelente currículo. Inclusive, para honra de nós, catarinenses, ele concluiu um curso de especialização de biossegurança na nossa Universidade Federal de Florianópolis.

A mesma coisa com o Bruno Sobral de Carvalho, que também tem um currículo vasto, extraordinário, concluindo um mestrado. Embora carioca, o Jaime é paulista, mas fez estudos em Florianópolis; o Bruno é carioca, mas fez uma especialização ou um mestrado de economia na nossa UNB, onde, na época em que era Deputado Federal, tive a honra de frequentar no curso de direito. Quanto a isso, nada a objetar. As qualidades, ambos reúnem, tanto na Anvisa, como na Agência Nacional de Saúde.

Agora, eu quero ser bem sincero. Eu não quereria estar no lugar dos Senhores para assumir isso, porque eu endosso as questões levantadas aqui pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Humberto Costa. Isso, eu assino embaixo. E ainda, até que, para medir o grau de satisfação que possa a Anvisa oferecer à sociedade e à ANS, então, nem se fala. Aí tudo aquilo que o Humberto Costa levantou, a sociedade cobra.

Se fizer a pesquisa, de vez em quando, de como está a satisfação dos usuários, mesmo a vigilância sanitária, como é que se vai ramificar isso, embora o nosso indicado Jaime César fez uma exposição. Acho que tem de intercalar e intermediar com os Estados, com as Secretarias Municipais de Saúde, as vigilâncias municipais de Saúde, no Brasil, para poder ter uma eficácia no atendimento.

A mesma coisa, a ANS, porque, não só o sistema SUS, os que estão aí e aquela tese do Senador Humberto de que é possível os usuários do SUS entrarem num sistema melhor. Mas mesmo os que têm os planos de saúde, olha a reclamação é em quantia, é uma loucura. Então, para o grau de satisfação, para medir de vez em quando, é extremamente importante, sem dúvida nenhuma.

E aí me traz outra preocupação e eu coloco como uma questão que os Senhores poderiam analisar. Eu vejo que a *Folha de S.Paulo* de hoje traz aqui, na

página 22 e 23, primeiro tem o título: “Planalto quer limitar poder das agências reguladoras”. Está o título exposto hoje. O governo tenta aprovar lei que tramita para limitar o poder das agências. E aqui diz mais: “Órgãos tiveram verbas cortadas em torno de 5,3 bilhões”. Quer dizer, naturalmente, entre as diversas agências, está aqui a Anvisa e a ANS. No momento em que a sociedade reclama, isso me traz uma reflexão, uma preocupação: se isso vai afetar também a Anvisa e a ANS, porque isso é para atender as pessoas. A Anvisa é questão de vida, é o alimento, é a biossegurança, é longevidade, é o que está aí, pontual, e a ANS é o atendimento, ninguém quer esperar seis meses por um procedimento, marcar para esperar 90 dias. Às vezes não dá, o coração não deixa esperar tanto. Digo isso como tese. No adágio popular, é o que acontece. Somos procurados a todo instante, e eu não queria estar do lado dos senhores. Mas são questões colocadas. Quero saber se os senhores têm alguma informação sobre essa possibilidade de cortes, se isso pode atingir essas agências que estão em pauta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo.

Na medida em que propomos ao Plenário desta Comissão que feitas três arguições, passaríamos a palavra aos dois indicados, concedo a palavra ao indicado Dr. Jaime e, *a posteriori*, para responder às indagações, o Dr. Bruno. Solicito a V. S^{as} que sejam bem objetivos nas suas respostas diante das indagações feitas pelos Sras. e Srs. Senadores.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Agradeço a V. Ex^a a transmissão da palavra e aos Senadores Ana Amélia, Humberto Costa e Casildo Maldaner pelas questões colocadas.

Até para que eu possa responder de uma forma mais ágil, como os Senadores Ana Amélia e Humberto Costa perguntaram sobre agilidade e sobre a questão dos anorexígenos, vou respondê-los ao mesmo tempo, com a permissão de V. Ex^{as}.

Em relação à agilidade para registro, para as respostas em geral da Agência para as demandas do setor regulado, para as demandas da sociedade de uma forma geral, o primeiro ponto importante é distinguir entre uma demora em função de problemas de gestão, o tempo em função de problema de gestão, e tempo em função da necessidade de se fazer uma análise criteriosa das demandas que são submetidas à Agência.

Logicamente a Agência tem que se estruturar, a Agência tem que manter uma revisão permanente de procedimentos, para que nenhuma coisa, digo que um tempo muito excessivo leve para registro ou para autorizações, tanto em função da avaliação de segu-

rança e eficácia dos produtos, quanto dos problemas de gestão, só que são duas naturezas distintas que levam a esse tipo de problema.

Em relação às questões de gestão, uma, V. Ex^a, Senador Humberto Costa, até mencionou, quer dizer, um processo que já foi aprovado e a demora no trâmite estava na publicação. Coisas como essas são inadmissíveis e têm que receber uma atenção muito próxima da diretoria colegiada, inclusive com auditoria permanente de processos e com revisão de processos. Os processos dentro da Agência têm que ser racionais, calculados na medida necessária para que a segurança e a eficácia dos produtos que estão sendo analisados seja garantida. O que excede esse critério, o que excede esse parâmetro é um procedimento excessivo. E não só em relação a casos individuais, a atenção da Agência tem que ser dirigida para essas questões, mas também em função de harmonizar a própria postura política da Agência com outras políticas de Governo. Se existem políticas, no sentido de acesso mais amplo a produtos, especialmente a medicamentos, se há políticas no sentido de atração de investimentos para o País, de desenvolvimento tecnológico, de inovação, de permeabilidade do mercado para empresas que não são apenas grandes empresas, que conseguem manter uma estrutura para atender, às vezes, exigências técnicas, se esse tipo de política existe, a Anvisa não pode estar alheia a essas políticas e não pode admitir que procedimentos internos impactem negativamente nesse tipo de política.

Então, a revisão de procedimentos, a auditoria permanente de procedimentos e uma atenção muito próxima da diretoria colegiada para casos de demora em registro, em autorizações, são essenciais.

No caso específico de agrotóxicos, temos um dado a mais, porque, na verdade, quando se trata de registro desse tipo de produto, o Ministério da Saúde, via Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura atuam de forma conjunta. Se essa atuação não for coordenada, o procedimento não ocorre de uma forma célere e de uma forma eficiente. Então, é preciso que os instrumentos de coordenação da atuação desses três órgãos dentro do processo de registro de agroquímico e de agrotóxicos, em geral, sejam foco de atenção especial da diretoria colegiada.

Em relação aos medicamentos para emagrecer, a consulta pública foi recentemente encerrada, e, agora, estão em processo de análise os subsídios que foram enviados pelos participantes dessa consulta pública.

O Senador Humberto Costa levantou um ponto muito importante em relação à posição que a Agência deve ter em razão do tratamento que receberão esses mesmos produtos nos Estados Unidos e na Europa.

Nos Estados Unidos, houve uma recomendação da agência local para que o produtor tirasse os produtos do mercado. Logicamente, essa recomendação acabou sendo atingida, e, na Europa, houve uma determinação para que os produtos fossem retirados do mercado.

É importante que a Agência Nacional mantenha uma independência, uma avaliação independente, técnica, a respeito desses produtos como de qualquer outro. Na verdade, não é o fato de uma agência de algum outro país ter concedido a permissão para a comercialização de um produto ou ter cancelado que deve motivar a mesma ação no Brasil. Na verdade, esse fato deve ser tomado como mais uma referência, mais um dado na equação para tomada de decisão.

Certamente, devem ser consideradas em relação aos anorexígenos alternativas intermediárias, se isso for necessário, que não a proibição. Deve haver um compartilhamento de responsabilidades maior entre a prescrição desse medicamento, ou seja, uma responsabilidade de quem prescreve e a possibilidade de acesso à população que, às vezes, não tem outra alternativa para fazer o tratamento do sobrepeso, fazer o tratamento da obesidade. Muitas vezes, nos países em que há o cancelamento desse tipo de registro, outras alternativas estão disponíveis no mercado, e a população pode migrar desse medicamento que foi considerado um medicamento de maior risco para um outro de menor risco.

Essa questão também do balanço de benefícios em relação a riscos tem que ser uma avaliação feita dentro do processo de discussão a respeito da continuidade da liberação ou do cancelamento do registro desses medicamentos.

De qualquer forma, a Anvisa concluiu a consulta pública, recebeu certamente muitos subsídios, e agora o momento é de se debruçar sobre subsídios para ver se a linha que estava sendo adotada anteriormente é a linha que deve continuar sendo adotada ou não ou se mais informações devem ser buscadas a respeito desse assunto.

Senadora Ana Amélia e Senador Humberto Costa também fizeram questões a respeito de propaganda. A senhora questionou a respeito dos *shakes* para emagrecimento e o Senador Humberto Costa, a respeito da propaganda de alimentos. Propaganda é sempre um assunto muito delicado – propaganda e publicidade – para a Anvisa. É um assunto para o qual ela dedica muita atenção, e a Agência precisa ter muito parcimônia quando for tratar da matéria, porque a propaganda e a publicidade é da essência de qualquer atividade econômica e, portanto, quando se criam restrições muito grandes à propaganda, isso chega a ponto de causar grandes prejuízos à atividade econômica, à atividade

comercial e, às vezes, também não oferece ao consumidor a possibilidade de ter uma escolha clara do produto que pretende adquirir, que pretende consumir.

Em relação, principalmente, à questão dos *shakes* de emagrecimento, a Anvisa tem que ter um foco muito firme na fiscalização para saber se os produtos que são anunciados são produtos registrados e aprovados. Existe um mercado paralelo, um mercado clandestino muito grande desse tipo de produto e o pior cenário que pode haver é a população consumindo um produto que não passou pelo crivo de segurança e de eficiência da Agência.

Também em relação a se as informações que são transferidas para o consumidor são de fato informações que correspondem aos efeitos que o produto causa, o consumidor não pode ficar sujeito a imaginar que está adquirindo um determinado produto com determinada finalidade e que vai oferecer determinados resultados, e isso não se verificar. É propaganda enganosa.

Em relação à propaganda de alimentos, de fato, Senador, é preciso que dentro de um programa de aperfeiçoamento, de melhoramento do processo de regulação da ANVISA a questão jurídica seja fortalecida. De fato a AGU está se debruçando sobre essa questão da propaganda de alimentos, assim como se debruçou mais recentemente a respeito do processo de anuência previa da ANVISA na questão de patenteamento de medicamentos. É absolutamente indesejável que não haja harmonia de entendimento jurídico entre todos os órgãos do Governo Federal. Isso cria instabilidade em políticas públicas, cria imprevisibilidade em ações gerais do governo. Então, a forma, a estratégia de processamento desse tipo de regulação na ANVISA merece revisão, com vistas a garantir que tanto a consulta pública quanto a normatização propriamente dita expressem uma segurança jurídica suficiente para não gerar esse tipo de questionamento.

Em relação à pirataria de medicamentos, a Anvisa desenvolve ações conjuntas com a Polícia Federal para combate a pontos de venda que comercializem esse tipo de produto e também a questões envolvendo furtos de medicamentos quando estão sendo transportados do distribuidor ou do produtor para o ponto de venda. É essencial que ações de descentralização de fiscalização em função da capilaridade que têm possam dedicar cada vez mais intensidade sobre esse tipo de assunto. E também que a ANVISA redobre a atenção sobre os instrumentos de rastreabilidade de medicamentos. Existe uma lei pela qual seria criado um sistema nacional de informação sobre medicamentos. Um dos instrumentos dessa lei é justamente a rastreabilidade. A ANVISA havia regulamentado essa rastreabilidade, mas está sendo feita uma reavaliação da

tecnologia utilizada para o rastreamento, para que não haja impacto severo no preço de medicamentos, que essa tecnologia seja uma tecnologia eficaz, mas não crie um custo tão alto a ponto de impactar no preço, portanto, no acesso a medicamentos.

Em relação a consultas públicas, a participação social no processo de regularização é imprescindível e contribui para a própria qualidade do processo. Ouvir todos os setores interessados, colher subsídios, refletir criticamente sobre o que é oferecido a título de contribuição para uma consulta pública é essencial para que especialmente a normatização tenha efetividade e para que haja uma adesão geral a determinadas normas, determinadas ações na Anvisa e com isso se ganhe em efetividade e em resultados das políticas que ela estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Agradeço ao Jaime e concedo a palavra ao Bruno, se possível bem objetivo nas suas respostas, porque nós temos vários inscritos nesta manhã, Senadores que querem arguir V. S^{as}.

Com a palavra o Bruno.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Senadora Ana Amélia, Senador Humberto Costa, Senador Casildo Maldaner, obrigado pelas perguntas. Gostaria de agradecer também as palavras de V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia.

Começando pelas perguntas de V. Ex^a, com relação à questão da nota de avaliação dos consumidores com relação aos planos, a Agência, hoje, possui um programa de qualificação das operadoras. Entre os itens que compõem a qualificação das operadoras, um deles é a avaliação dos beneficiários, dos usuários do sistema. Então a opinião deles já é contada na hora de avaliarmos essas operadoras, mas eu acho que é um ponto fundamental eu continuar reforçando a importância da voz do consumidor e da opinião dele sobre o serviço que ele está recebendo. Nós, como agência, somos responsáveis para que esse serviço seja de qualidade.

Com relação à cobertura de medicina preventiva, hoje já existem alguns incentivos financeiros para que as operadoras façam medicina preventiva. Eu acho que nós temos que reforçar e aprofundar esses incentivos para que de fato isso se torne cada vez mais uma realidade. Acho que essa é a melhor forma de lidar com a questão da saúde.

Com relação à questão do pagamento, de reajuste do plano de saúde, o valor das consultas, só para esclarecer que a agência tem como função regular os reajustes de plano de saúde, mas não têm a mesma função com relação aos prestadores. Isso não significa que a gente não tenha um papel nesse processo de

tornar os prestadores de serviço cada vez mais valorizados. Eu acho que a gente consegue isso através da mudança do foco de como a agência vê a questão da relação entre prestadores e operadoras e a gente buscar um modelo de atendimento à população que seja menos no sentido de que quanto mais procedimentos melhor para um modelo em que a gente consiga ter o objetivo final atendido do paciente e, com isso, você consegue ter não só o pagamento por item a item, mas você consegue empacotar isso num serviço mais amplo que implica um incentivo diferente na relação entre operadora e prestador e valorizando o prestador.

Com relação às perguntas do Senador Humberto Costa, com relação à conta, Senador, eu, de fato, não tenho, mas a gente pode conseguir juntar. A Receita Federal certamente prazer em informar a V. Ex^a essa questão do subsídio, hoje, ao setor.

Com relação à ampliação do rol, queria esclarecer também que a Agência faz constantemente uma revisão desse rol. Tem um processo interno de revisão desse rol periódico. Isso vai continuar sendo feito, e acho que isso é, de fato, importante.

Com relação à melhoria do processo dentro da questão da relação do SUS com as operadoras, a questão do ressarcimento é uma questão fundamental. A agência tem buscado melhorar os seus processos de trabalho, inclusive com ferramentas tecnológicas, para que mais rapidamente se descubra e com mais precisão se descubra quais são, de fato, esses atendimentos que deveriam ter sido feitos pelo sistema complementar e que acabam sendo feitos pelo SUS pelas condições que o senhor mesmo colocou. Eu acho que, melhorando o processo de trabalho interno, a gente consegue agilizar a identificação desses casos e a cobrança, de fato, para que isso volte para o sistema único.

Já temos dentro da agenda regulatória. E eu fico feliz de saber que a maioria das perguntas dos senhores estão contempladas na nossa agenda regulatória, e esse é um ponto que também está contemplado.

Com relação à demora no atendimento da ANS, é com alegria que eu informo também que está em consulta pública uma RN que prevê prazo máximo para atendimento, diferentes tipos de atendimentos pela operadoras aos beneficiários. Nós já temos 1.260 contribuições, essa consulta pública, e em breve a Agência deve colocar essa resolução normativa em funcionamento.

Então acho que essa questão da demora no atendimento fica contemplada por essa resolução, e a gente vai ter aí o trabalho de fiscalizar e reforçar essa fiscalização em cima desses prazos que vão ser colocados.

Respondendo ao Sr. Senador com relação ao foco no consumidor, a Agência tem total foco no consumi-

dor e tenta ampliar cada vez mais esse foco através da maior transparência. Acho que transparência no serviço público é a melhor forma pela qual nós como servidores públicos, como agentes públicos, vamos ser fiscalizados pela sociedade, em especial pelos consumidores.

Eu acho que a criação da agenda regulatória pela agência, e a Anvisa tem também a sua agenda, é um passo importante para dar previsibilidade ao setor, porque a gente está dentro da agenda dizendo quais são os temas que vamos regular no futuro próximo e principalmente dar ao consumidor o tempo necessário para se preparar para a discussão. Hoje, a maioria das associações de consumidores reclama do fato de que nós, às vezes, temos pouco tempo para que possam ser analisadas, do ponto de vista dos consumidores, as propostas colocadas pela agência. Então acho que a agenda regulatória dá essa previsibilidade e dá essa oportunidade para o consumidor.

Também é com alegria que eu informo que o novo site da agência, que foi totalmente reformulado, focado no consumidor, teve o seu lançamento justamente no dia 15 passado, que foi o Dia do Consumidor. Então mostra a importância dá a esse consumidor e à sociedade em geral, porque, na verdade, é o contribuinte que paga os nossos salários e é a quem nós devemos prestar contas sempre. Então eu acho que a transparência é fundamental para a gente, e nós estamos buscando isso cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Vanessa para as suas indagações.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente, Senador Jayme Campos.

Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Jaime e o Dr. Bruno pela presença e pelas suas colocações iniciais. Sei que a parte mais interessante é esta que nós estamos dando curso neste momento, que são os questionamentos, quando V. Ex^a tem oportunidade de abordar as questões de forma mais ampla e dar suas opiniões acerca de cada uma delas.

O Senador Humberto Costa fez uma gama de questionamentos que esvaziaram um bocado tudo aquilo que nós tínhamos preparado, pela amplitude dos questionamentos que ele fez. Ele tratou desde a pirataria às patentes, absolutamente tudo, assim como a Senadora Ana Amélia e os Senadores que me antecederam. Todos, absolutamente todos. Mas, até pela forma como as respostas foram dadas, eu vou ousar aqui repetir algumas das indagações que já foram feitas, talvez sob uma outra ótica.

Começo com o Dr. Bruno, da Agência Nacional de Saúde, da ANS. E também já foi abordado, vou me

repetir, mas este é talvez um dos assuntos mais importantes e urgentes hoje, até para o sistema, para o bom funcionamento do Sistema Único de Saúde no Brasil.

A gente vive uma grande polêmica: por que não se regulamenta a Emenda nº 29? Não se regulamenta a Emenda nº 29, porque nela está embutida a criação de um novo tributo para o financiamento da saúde.

Tem gente que diz que o problema da saúde não é um problema de recurso, é um problema de gestão. Eu acho que o problema da saúde é os dois: é um problema de gestão, mas é também, em muitos aspectos, um problema de financiamento. Eu não tenho dúvida quanto a isso.

E, enquanto isso acontece, enquanto nós ficamos nessa polêmica, qual é a realidade brasileira? Estou-me repetindo, estou aqui... A realidade é que muitas pessoas que dispõem de planos privados de saúde utilizam o sistema público, que não recebe nenhum centavo por isso.

Agora mesmo, para que os Senhores tenham uma idéia - o primeiro item da pauta não foi apreciado, não é Senador Jayme? -, o primeiro item da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 385/2008, que é o projeto que vê exatamente isto, a compensação financeira entre o regime geral de Previdência Social e o regime da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Bom, isso aqui é outra coisa, é um problema que a gente vive. Mas, enfim, têm vários projetos de lei que tramitam nesse sentido, que falam da compensação, do pagamento ao Sistema Único de Saúde. Eu, sinceramente, e aqui dou minha opinião muito sincera, Dr. Bruno, acho que a Agência Nacional de Saúde tem sido pouco presente nesse debate, tem sido pouco presente nesse debate. Então, quero ouvir mais de Vossa Senhoria questões relativas a esse fato.

O segundo ponto diz respeito aos planos de saúde. Eu quero fazer um desafio aqui de qualquer um dos presentes, de nós, Senadores, jornalistas e servidores que aqui estão, de quem não teve um problema, senão consigo, mas com sua família em relação ao plano de saúde. Eu tenho esse problema, na minha família, grave, grave. E todas as pessoas que conheço têm a mesma coisa. A lógica do plano de saúde é que quanto mais idosa a pessoa mais caro o plano de saúde. O Estatuto do Idoso proíbe qualquer discriminação em relação ao idoso.

Além disso, os planos de saúde usam um outro subterfúgio. Por exemplo, procedimentos cardiovasculares, ele é possível; cirurgias cardiovasculares, é possível. Mas, se introduzir algo que seja considerado implante, já não é mais possível. Ou um tipo de implante que tem um tipo de substância já não é possível. Até quando a gente vai conviver com esse tipo de ação?

E a Senadora Ana Amélia colocou os dados do quanto eles remuneram os profissionais médicos por consulta, não é? É uma coisa que eu acho que a Agência tem de ser mais presente, mais vigorosa nessa regulação. Essa é a missão, é o princípio principal delas.

Agora, passo para o Dr. Jaime, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Primeiro, sobre a pirataria. V. Ex^a falou, respondendo o Senador Humberto Costa, sobre a ação de combate à pirataria de medicamentos, que é algo extremamente grave, Senador Jayme – grave! É inadmissível que haja pirataria no setor de medicamentos. Mas há e há muito. Eu participei de uma CPI de medicamentos e nós vimos *in loco* dezenas e dezenas e dezenas de casos de pessoas. Os que não se foram, ficaram com problema de perder 100% da visão e outros problemas que não cabe aqui relatar.

A lei que o Dr. Jaime acabou de falar é um projeto de lei da minha autoria da rastreabilidade. De fato, eu fiquei muito feliz com as suas colocações a respeito dessa lei, porque vejo na lei, na lei, a possibilidade de a gente ter um controle mais rígido da produção do uso de medicamentos no Brasil.

Eu vejo nessa lei isso. E quero dizer que compreendo a demora na aplicação da lei, porque não é algo simples, não é algo fácil. Mas não é algo fácil porque envolve não apenas questões técnicas, mas questões do setor produtivo que o poder público não tem o direito de acessar, determinados tipos de informação.

Mas, na sua visão, quero fazer um questionamento. V. Ex^a imagina que esse problema esteja resolvido? Daqui a quanto tempo a gente possa dizer: olha, no Brasil, existe efetivamente um sistema de rastreabilidade que garante segurança, que garante acesso a medicamentos de qualidade? Então, sobre pirataria é isso. Então, a missão. A missão da Anvisa é garantir, e é dentro da própria legislação que criou a Anvisa, promover, proteger a saúde...em ações coordenadas com Estados, Municípios e Distrito Federal. Qual a sua opinião, Dr. Jaime, sobre essa tal ação coordenada entre Estados, Municípios e a União, uma vez que são sistemas separados entre si? Nós temos as vias municipais, as vigilâncias estaduais e é comum que as ações se sobreponham. Então, o que fazer para melhorar essa integração entre as vigilâncias sanitárias dessas três esferas de poder?

Um outro questionamento também, repetindo, porque acho que aqui a gente tem que bater muito para quando chegarem às agências os senhores perceberem que estamos prestando atenção e que os problemas não podem continuar se arrastando. Quero dizer aqui que não é nenhuma crítica aos atuais diretores, aliás quero cumprimentar o Dr. Agenor, o Dr. Dirceu Barbano, pessoas de mais alta qualidade, e sei, tenho

certeza, convicção plena, absoluta, de que dentro da Agência, são diretores da Anvisa, têm se dedicado muito ao trabalho de melhorar os serviços da Anvisa. Não é um trabalho simples. Acho que foi o Senador Casildo Maldaner que disse que não queria estar aí, porque não é um trabalho simples, mas com muita boa vontade, com muita dedicação, tenho certeza de que a gente consegue resolver os problemas um a um.

Sobre o problema do registro da burocracia, a boa vontade é tão grande, Senador Jayme, que a própria Anvisa baixou algumas regulamentações determinando um prazo, salvo engano, de 120 dias para análise de registro. Só que os 120 dias determinados pela Anvisa acabam sendo no mínimo um ano e que a média são dois anos. Isso não é só para registro, Senador Humberto. Isso é para registro de medicamento novo, é para pós-registro, ou seja, modificações na composição ou na apresentação, enfim, na importação e na exportação de insumos; até para exportar, para tudo. O que mesmo fazer para diminuir essa burocracia. Eu não quero aqui entrar nos problemas em relação ao corpo técnico, porque às vezes as exigências, eu sou muito procurada, que o corpo técnico faz elas nem constam do conjunto de normatização. Não vou entrar em todas, eu gostaria de ter assim um longo diálogo, tratar dos fitoterápicos. O Brasil talvez seja o país que tem a maior capacidade e poderia ser o líder mundial em fitoterápicos. Mas muitas vezes os técnicos apresentam exigências que não constam no manual. E olha que o manual é muito questionado pelo segmento porque, de acordo com as análises, isso impede, dificulta a pesquisa na busca da inovação. Então eu pergunto como fazer e estabelecer um procedimento não permitindo que isso aconteça. Eu sei que estou me alongando e por isso vou pular uma série de questões aqui. Eu ia falar a respeito das patentes, mas acho que o Senador Humberto questionou essa necessidade da anuência prévia da Anvisa com a qual eu concordo plenamente, analisando no mínimo o risco à saúde pública, não deixar apenas essa função no que diz respeito a medicamentos, insumos de saúde na mão do INPI, do Instituto de Proteção Intelectual.

Enfim, era isso, cumprimentar os dois e tenho certeza de que não apenas a jovialidade dos senhores, mas o entusiasmo que os senhores demonstraram ter em questões relativas à área vai ajudar muito o Brasil e a função que os senhores deverão ocupar, eu não tenho dúvida disso, é uma função do serviço público brasileiro. E nós temos a responsabilidade, no exercício do serviço público, ter um norte. E um norte é o bem-estar da população, o norte é o desenvolvimento nacional com distribuição de todos os bens que se produz. Isso é o mais importante.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, dizendo que hoje de manhã nós relançamos a Frente Parlamentar Mista de Assistência Farmacêutica. E olha qual é a nossa proposta. Que o Brasil, a gente pode ganhar, de um dia para outro, mais de 80 mil estabelecimentos em saúde pública, basta mudarmos a ótica de como encaramos o estabelecimento comercial. A tal da farmácia, a tal da drogaria. Nós precisamos incluir esses estabelecimentos no Sistema Único de Saúde. Não podemos confundir jamais a comercialização do sapato com o medicamento. Por mais que seja livre de receituário, ele pode, dependendo da dose, funcionar como um insumo que recupera, mantém a saúde ou que tira até mesmo a vida das pessoas. Então eu queria ouvir do senhor, Dr. Jaime, o que o senhor pensa disso, não só da proposta da categoria, mas de todos aqueles que militam na área de saúde, de defender o estabelecimento comercial, farmácia, drogaria, num efetivo estabelecimento ligado ao Sistema Único de Saúde.

Muito obrigada e desculpe pelo abuso do tempo, Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Só respondendo a V. Ex^a, em relação ao item 1 da pauta, ele já foi relatado pelo Senador Paulo Paim, que não tendo oferecido as emendas da discussão suplementar, o substituto ao PLS 385, de 2008, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Está feito o esclarecimento a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Se me permitem, ela disse que, V. Ex^a, Senador Humberto, tinha quase nada deixado para falar. Imagine se tivesse deixado alguma coisa para falar. (*risos*) Por sinal, com muita perfeição, pela sua experiência, pela sua capacidade. Parabéns, Senadora Vanessa. Esse debate requer arguição.

Concedo a palavra, com muita honra, a Senadora Marta Suplicy para a sua arguição.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Sr. Bruno Sobral de Carvalho e o Sr. Jaime César de Moura Oliveira, bem-vindos a nossa comissão. Quero dizer que fiquei impressionada com as qualificações de ambos. Isso nos deixa felizes porque temos na mais alta conta o trabalho da ANVISA.

Quero começar conversando e perguntando para o Diretor Jaime César de Moura Oliveira. São duas perguntas que a Senadora Vanessa também colocou e eu vou focar de outra forma. Primeiro, há diversos órgãos de fiscalização. Eu volto ao Estado e aos Municípios que fiscalizam conjuntamente com a ANVISA todo o nosso sistema de vigilância sanitário. Agora, quais as vantagens, eu gostaria que V. Ex^a colocasse, desse sistema de descentralização de atuação? Se na

sua opinião for realmente vantajosa essa manutenção, como podemos investir para que seja aperfeiçoado?

A outra questão: a ANVISA tem um dilema que me parece ser permanente, que é ser mais rigorosa, criteriosa possível na análise para concessão de produtos, mas ao mesmo tempo demorar o mínimo de tempo possível. Essa é uma questão complicada que a diretoria sempre tem que enfrentar. Muitas vezes esse atraso acaba lesando o consumidor que já usa esse medicamento sem uma posição oficial da ANVISA ou que, às vezes, teria vontade, mas não usa porque tem receio também de usar. Nessa lista estão os fitoterápicos, os medicamentos chineses e vários tipos de medicamentos interessantes que não podemos usar com uma posição oficial da ANVISA, e que sabemos que estão há mais de anos para serem resolvidos. A minha pergunta é: o que pode ser feito? Como vamos encaminhar? Falta técnico, falta gente habilitada para fazer uma avaliação segura desses tipos de medicamentos, alguns deles novos para nós, outros completamente desconhecidos, que são usados em outros países, mas que nós nunca usamos? Eu gostaria de uma resposta nesse sentido.

Para o Diretor Bruno Sobral de Carvalho, queria falar também sobre os planos de saúde, que têm aumentado. Acho que aquela exposição aqui mostrou a relevância do crescimento do uso de plano de saúde. Também gostaria de saber se a atual estrutura e a força de atuação da Agência, em especial a interlocução que mantém com as operadoras de plano de saúde e os usuários, são suficientes para atender essa demanda crescente.

Outra pergunta também para o Sr. Bruno Carvalho é a questão dos idosos. Atualmente é um grupo muito sensível, no que tange o uso dos planos de saúde. Acho que também aí tanto o Senador Humberto quanto a Senadora Vanessa colocaram as dificuldades, aparece um medicamento novo – qualquer coisa – já não pode usar. Tudo isso. Os altos custos e o plano de especialidades, exames específicos para o idoso.

E foi cogitado pela Anvisa algum tipo de redução? Uma conversa nesse sentido de redução de preços de planos pra idosos? Tem algum projeto nesse sentido?

Essas são as minhas considerações, senhor. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto ainda se o Senador Wellington Dias quer fazer a sua arguição.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias. E, se possível, vamos ser bem pragmáticos nas respostas, tendo em vista que temos que fazer a apuração.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

Sr. Presidente, eu quero falar de forma bem precisa. Primeiro, estava registrando aqui para o nosso Líder Humberto Costa essa doideira que é você ter hoje discussões sobre energia nuclear, do Ministro dos Esportes, da Educação e aqui esse importante momento com o Dr. Bruno e o Dr. Jaime.

Eu quero, na verdade, dar o meu testemunho da importância da indicação. Quero parabenizar aqui o Governo Federal pela indicação dos dois. Creio que nós estamos tratando de duas entidades da maior importância, tanto a Anvisa como a ANS. E eu creio que a presença dos dois já nos dá uma grande segurança.

Eu, que tenho acompanhado o trabalho dos senhores, sei da dedicação, da competência e inclusive das experiências que cada um tem nas áreas nas quais estão sendo colocados.

Na prática, eu queria apenas, Sr. Presidente, dar esse depoimento aqui. E tenho certeza de que torço também pela aprovação na Comissão e no Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington. E está encerrado o processo de arguição.

Apenas com a palavra o indicado Jaime e o Bruno. Se possível rapidamente, para entrarmos na fase de apuração dos votos.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador. Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin e à Senadora Marta Suplicy pelas questões que vão me dar a oportunidade de aprofundar alguns comentários que eu já tinha delineado anteriormente.

Em relação à questão da pirataria, a rastreabilidade, os instrumentos de rastreabilidade de medicamentos são fundamentais para que essa forma de desvirtuamento de comercialização desse tipo de produto possa ser combatida.

De fato, medicamentos falsos, adulterados, colocados no mercado podem ser prejudiciais em dois sentidos: o primeiro é que eles podem não oferecer segurança nenhuma e o consumo deles pode causar sérios danos à saúde de quem está utilizando. O segundo é que, quando não causa dano, às vezes não tem eficácia nenhuma. A pessoa acha que está recebendo um tratamento adequado para doença que está sofrendo e na verdade não está havendo tratamento nenhum. Esse é um problema seriíssimo e eu creio que sistemas de rastreabilidade vão contribuir muito para que esse problema seja reduzido, mitigado.

Logicamente, não é a única ação. Outras ações também devem ser encetadas pela Agência, na linha de

maior proximidade com os órgãos de combate à criminalidade: Ministério Público, polícia e assim por diante.

O que é importante em relação à rastreabilidade, aí já entrando na linha da ação que a Anvisa tomou recentemente, de se debruçar um pouco mais sobre a regulamentação da rastreabilidade, é que ela seja pensada de forma estratégica, de forma a não impactar o acesso a medicamentos.

Existem vários sistemas disponíveis para que essa rastreabilidade ocorra. Existem selos, códigos de barra, documentação propriamente dita. Não é essa a tônica da lei, que quer um sistema de captação, transporte e armazenamento de dados. Mas mesmo assim existem vários sistemas que precisam ser pensados de forma a não impactar significativamente preços de medicamentos. Logicamente que num sistema mais rigoroso o ideal é que fique concentrado em medicamentos onde o risco em casos de falsificação é maior. Faz sentido utilizar um sistema técnico mais sofisticado que dê melhores resultados, por exemplo, em medicamentos controlados, em medicamentos cuja falsificação pode gerar um dano maior do que em outros casos. E adaptar esses outros casos, em medicamentos mais simples, por exemplo, a sistemas de controle mais simplificados que não tenham impacto tão grande no acesso.

Essa é a medida que a ANVISA está tomando no momento, revisando essa regulamentação de forma a ter uma relação custo/efetividade do que está sendo proposto mais bem avaliada.

A própria lei estabeleceu um prazo para que essa regulamentação seja realizada. A última fase desse prazo é 2012, se não me engano. De qualquer forma o que é importante nessa questão com relação ao prazo é que seja tratada com prioridade absoluta dentro da agência e que seja implementado de forma gradual. Não tem como estabelecer a rastreabilidade desde o fabricante até o consumidor num mesmo momento. Isso será feito de forma progressiva até que se cubra todo o círculo de comercialização do produto.

Em relação à centralização e as Visas estaduais e municipais.

O SUS é um sistema extremamente complexo que precisa ser frequentemente pactuado e repactuado porque cada ente tem autonomia na administração de suas ações na área de saúde, mas dentro do próprio modelo do SUS, os órgãos federais assumem o papel de coordenação. Essa coordenação é muito importante para que se evite dois problemas que entendo serem os principais problemas quando se tem um sistema dessa natureza. O primeiro, é incidência em ações de duplicidade. Isso é um problema sério de gestão que implica gasto de recursos públicos sem a contrapartida em termos de resultado de forma adequada.

Os canais de comunicação e de discussão colegiados dentro do SUS têm que ser aprimorados e fortalecidos para que esse tipo de ação possa ser feita de forma integrada e não só a questão de duplicidade de ações quanto aquelas situações quando um ente federativo imagina que sobre determinada ação ou medida que está sob o encargo de outro ente aí você cria uma omissão dentro do sistema.

Esses dois pontos têm que ser atacados com muita atenção pela agência, dentro da área de vigilância sanitária, mas, de uma forma geral, dentro do SUS.

Acredito que dentro da gestão da coordenação do SUS, como também na celeridade dos processos de registro ou dos processos de autorização que a agência concede, como V. Ex^a pediu para eu desfocar da questão de pessoal, de qualificação, de fato é uma questão sempre mencionadas mas existem outras questões paralelas que devem ser tratadas, acredito que o processo de informatização da agência e a utilização plena de todos os instrumentos que a tecnologia de informação pode oferecer para a gestão, tanto com relação ao fluxo de informação, quanto aos dados estatísticos e planejamento é um instrumento essencial para que essa coordenação interfederativa aconteça com bastante efetividade e para que dentro das ações da ANVISA o elemento humano que, às vezes, pode causar alguma burocracia, possa ser substituído por trâmites mais informatizados, por trâmites mais mecanizados e, com isso, eliminar barreiras burocráticas à atuação da agência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Dr. Bruno, encerrando já a arguição, visto que todos os inscritos já tiveram a oportunidade de arguir...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Jayme, se for possível, uma breve pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Ex^a se comprometer com a Mesa de ser breve...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou abrir exceção, diante do respeito e admiração que tenho por V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a já tinha passado a palavra ao Dr. Bruno, em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas, nesse caso, particularmente, imagino que essa pergunta poderá até ser direcionada a ele, e eu permito que V. Ex^a já faça também a sua arguição. Com isso, concluímos o trabalho e entramos na fase de apuração dos votos.

Com a palavra, o ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Como os Senadores da base do Governo e do PT já votaram, e eu sou suplente, não votarei, mas quero cumprimentar ambos, Dr. Jaime César de Moura Oliveira e Dr. Bruno Sobral de Carvalho, para serem membros da Anvisa e da Agência Nacional de Saúde.

O Dr. Jaime estava respondendo uma das indagações que foi feita, no que diz respeito a medicamentos fitoterápicos e também desenvolvidos pela Medicina Chinesa. Eu apenas gostaria aqui de dar o meu testemunho de que conheço muitas pessoas que têm se preocupado com, às vezes, o atraso ou a dificuldade de a Anvisa estar examinando em que medida poderão ser reconhecidos tais medicamentos, porque muitos, digamos, usuários dessas medicações têm me dito que para essas pessoas elas têm dado certo, têm, de fato, correspondido à expectativa que tinham de poder melhorar em quaisquer que sejam as doenças. Então, avalio que, pelo menos, merece... Inclusive, quero dizer que conheço pessoas na própria família que têm considerado positivos os efeitos desses medicamentos, mas estão acompanhando a decisão que está por ser tomada pela Anvisa, já há algum tempo.

Então, eu apelaria no sentido de que possa haver o exame sério e, inclusive, o conhecimento da Medicina Chinesa tradicional, e quem sabe possam os senhores reunir os elementos necessários para a decisão que melhor confere ao interesse público. É claro que pode haver preocupações com medicamentos que sejam inadequados, mas há aqueles que, me parece, têm efeitos positivos.

Gostaria também que pudessem os senhores dizer uma palavra sobre a versão genérica de medicamentos para Aids e hepatite; se há o interesse de ambas as instituições no desenvolvimento desse medicamento e como é que, em colaboração com as autoridades do Ministério da Saúde, ambas as agências estão acompanhando esse desenvolvimento.

Muito obrigado.

Atendi o seu pedido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a pela eficiência na sua indagação. Mas, Senador Eduardo Suplicy, mesmo já estando encerrado, V. Ex^a enriquece aqui, com certeza, o debate e a arguição diante dos indicados para ocuparem tão importantes cargos no Governo Federal.

Eu imagino que a pergunta foi direcionada a V. Ex^a e também ao Bruno.

Então, pela ordem, por questão de rapidez e regimentalmente falando, V. Ex^a pode responder as demais indagações.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Perfeito. Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy,

pelas colocações. V. Ex^{as} notam que a questão sobre celeridade de registro, celeridade de resposta à Anvisa, a pedidos de autorização, etc, é uma constante, e isso indica logicamente que a Agência precisa, de fato, focar numa questão como esta e manter isso na pauta direta das decisões do órgão deliberativo, do órgão máximo da Agência, que é a diretoria colegiada.

Eu acho que uma revisão permanente desses procedimentos de forma que possa ser identificados quais são os gargalos é essencial, e eu havia mencionado anteriormente também uma ação no sentido de se concluir, com a maior brevidade possível, todos os projetos que existem na Anvisa para informatização desses procedimentos.

Eu creio que quanto mais recursos de tecnologia da informação forem utilizados na relação com o setor regulado, principalmente que faz as demandas de registro de autorizações, quanto mais puder ser utilizado esse tipo de recurso, menos entraves não justificáveis a gente vai ter no âmbito da questão de celeridade em registros, etc.

De fato, o Brasil tem um potencial gigantesco para aproveitamento da biodiversidade quanto à fabricação, à comercialização de medicamentos fitoterápicos. Este já é um assunto que tem ocupado, com frequência, a agenda da Anvisa. Temos que lembrar que, por se tratar de medicamento, o processo de aprovação dele requer que seja tratado com o mesmo critério que são tratados outros medicamentos, às vezes não fabricados de natureza não fitoterápica, mas de outra natureza, mas, logicamente, tem que ser avaliada a possibilidade de se estabelecer ritos não só para fitoterápicos mas para outros tipos de medicamentos que, numa avaliação técnica, não ofereçam um risco que justifica um procedimento muito alongado ou que possa abrir mão de certos critérios que são utilizados para outros medicamentos. É importante que isso seja utilizado para facilitar o acesso da população de uma forma geral a esse tipo de terapia que, de fato, é muito utilizada e vem dando muito bons resultados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Dr. Bruno.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – SRA. Senadora Vanessa Grazziotin, SRA. Senadora Marta Suplicy, Sr. Senador Eduardo Suplicy, obrigado pelas perguntas, gostaria de voltar, rapidamente, à questão levantada pela Senadora Vanessa, do ressarcimento. A Lei nº 9.656 nos obriga a tomar conta dessa questão. Hoje, 1% do orçamento do SUS é representado por esse atendimento. Não é muito, mas acho que é nosso

dever, como Agência, cumprir o que a lei determina, que é dar agilidade na identificação e na cobrança desses atendimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde. E muito tem sido feito para melhorar a eficiência e a agilidade nesse processo.

Com relação à questão dos idosos, acho que foi uma pergunta comum entre V. Ex^a e a Senadora Marta, existem já experiências internacionais de cuidado ao idoso. A Agência colocou o tema do idoso também na sua agenda regulatória, é um compromisso da Agência estudar e desenvolver políticas públicas que induzam o setor a ter um cuidado diferenciado com o idoso. Então, esse é um compromisso já assumido pela agenda regulatória, está à disposição da sociedade e essa discussão vai ser feita pela Agência no próximo ano e eu pretendo contribuir com essa discussão, que para mim é de profunda importância.

Com relação à questão do atendimento e dos problemas de atendimento, hoje o setor, talvez, seja um dos campeões de reclamações de consumidores, junto com cartões de crédito, se não me engano. Isso é uma coisa que preocupa profundamente a Agência. Na verdade, algumas ações têm sido feitas, principalmente com relação ao processo de investigação e fiscalização dessas condutas das operadoras e uma mudança de paradigma, também, no sentido de fazer notificações preliminares dessas operadoras e tentar fazer com que essas condutas não se transformem em processos de multa necessariamente. A ideia é reverter um pouco essa lógica no sentido de contatar a empresa o mais rápido possível, para que ela de fato, atendendo o paciente na forma da lei, evitando, assim, que se abra um processo longo, demorado de cobrança de multa, porque não é função da Agência ficar arrecadando multa e, sim, resolver o problema do consumidor que é atendido pelo plano de saúde. Revertendo essa lógica, conseguindo dar agilidade nessa notificação prévia às operadoras, consegue-se dar para o beneficiário um resultado muito mais efetivo do que se fôssemos abrir um processo de multa para cobrar isso depois. Não que a Agência não vá fazer se não conseguir, num primeiro momento, resolver o problema do paciente, mas o foco vai ser na resolução, o mais rápido possível, pela fiscalização do problema efetivo encontrado na relação entre o consumidor e a operadora.

Com relação à pergunta sobre estrutura, Senadora, eu acho que é dever de todos nós que somos pagos pelo contribuinte buscar o máximo possível eficiência, ou seja, fazer cada vez mais com menos. No entanto, eu acredito que, com o crescimento que a senhora observou, a estrutura não só da ANS, mas de todas as agências precisa ser olhada e avaliada. É preciso fazer essa avaliação que a senhora fez, com

bastante profundidade, e ver até que ponto a gente pode conseguir atender às demandas da sociedade com a estrutura que nós temos hoje, sempre buscando eficiência, sempre buscando fazer mais com menos, mas também olhando para a Agência como um conjunto de pessoas que precisam ser treinadas, precisam ser cuidadas. Muitas vezes faltam recursos mesmo, a senhora sabe bem disso.

Com relação à questão do idoso, eu já falei. Com relação ao que colocou o Senador Eduardo Suplicy, a Agência tem também um programa, e aí é uma questão de intersecção com a ANVISA. Também está na agenda regulatória estudar a questão dos medicamentos, pelo seguinte: hoje, o que se observa é que muitas vezes o beneficiário é atendido pelo plano de saúde, recebe lá uma lista de medicamentos para tratar da sua saúde e não consegue comprar esses medicamentos e acaba tendo aí uma situação de até não resolução da sua questão. Então, a Agência está debruçada sobre isso, de forma a criar produtos que possam contemplar essa questão do medicamento.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu não sei se ainda é possível fazer uma consideração à fala do Sr. Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu me lembrei de um projeto, que talvez valesse à pena pesquisar, que existe na França para cuidado de idosos, que é o treinamento, uma capacitação de jovens, que aí têm acesso ao primeiro emprego, e fazem a visitação a idosos, ajudam a dar um banho. Nas grandes metrópoles, principalmente, e isso era muito evidente na cidade de São Paulo, existem muitos idosos que moram sozinhos e que, às vezes, não comem porque têm medo de descer, não têm condição física de ir até a um supermercado, têm medo de andar na calçada esburacada e cair. Então, eles não se exercitam, não fazem a compra da sua alimentação e, às vezes, esquecem os medicamentos. Essa qualificação de jovens para fazer o trabalho de passeio, fazer a compra da comida, de ver se tomou o medicamento, de muitas vezes pegar um ônibus junto para levar a um centro de idoso, ou levar à consulta médica, que muitas vezes não vão, consegue diminuir os malcuidados que o idoso muitas vezes tem, principalmente os que vivem solitariamente.

O SR. BRUNO SOBRAL DE CARVALHO – Obrigado pela colocação, Senadora.

Acho que é uma excelente ideia, um excelente exemplo de uma ação conjunta entre o Sistema Único de Saúde e as operadoras de plano de saúde no cuidado do idoso. Tenha certeza de que – está anotada aqui – vamos levá-la para consideração dos técnicos, para a gente avaliar isso como mais uma iniciativa importante, seja esse trabalho voluntário ou não. Acho que é uma excelente, uma excepcional ideia. Está anotada aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Encerrada a arguição, quero solicitar à Senadora Lúcia Vânia e à Senadora Vanessa Grazziotin que, por favor, façam a apuração dos votos. V. Ex^{as} estão nomeadas escrutinadoras dos votos aqui depositados, dos indicados pela ANS e pela Anvisa.

Solicito à Mesa, ao Sr. Secretário, que abra as urnas, para que as duas Senadoras iniciem o processo de escrutínio, para contarmos e vermos quantos foram os votos.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Está encerrada a votação e também a apuração. Vou proclamar o resultado.

O Dr. Bruno obteve: Sim, 18; Não, 01; Abstenção, zero.

O Dr. Jaime obteve: Sim, 18; Não, 01; Abstenção, zero.

Está suspensa a reunião por dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso requerer urgência, Presidente, para tramitação rápida no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente. Dentro da forma regimental, atenderei V. Ex^a com todo o prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Suspendo a reunião por dois minutos para os cumprimentos aos senhores Jaime César de Moura e Bruno Sobral de Carvalho.

A matéria ainda irá hoje ao Plenário, diante da solicitação do Senadores Eduardo Suplicy, Lúcia Vânia, dos Senadores Romero Jucá e Humberto Costa, Líder do Governo e do PT, respectivamente.

Suspendo a reunião por dois minutos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h08min.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos, do dia seis de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Gim Argello, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marisa Serrano, Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Romero Jucá, Eduardo Amorim e a Senadora Lúcia Vânia. Justifica ausência o Senador João Durval. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião que é dada por aprovada. A Presidência informa que no próximo dia 27 de abril corrente, o Ministro da Previdência Social, Senhor Garibaldi Alves Filho estará presente nesta Comissão para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para o biênio 2011/2012. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2007.** “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios”. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Durval. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender o Ofício SF nº 395/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa do Senador Armando Monteiro solicitando audiência de outra Comissão. **ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008.** Acrescenta art. 19-A à Lei 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva às Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e aos Senadores Paulo Paim e Vital do Rêgo, nos termos regimentais. **ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2007.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às

pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para re-exame do Relatório. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2010.** Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender o Ofício SF nº 399/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa do Senador Pedro Simon solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 253, de 2005, nº 67, de 2007 e nº 132, de 2010. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, DE 2007.** Altera o art. 22 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para estabelecer novas penas disciplinares. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, quanto à constitucionalidade do Projeto, nos termos do art. 101, inciso I, do RISF. **Resultado:** Aprovado Parecer que conclui pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 11 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CAS.** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e que a mesma seja realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Secretaria de Direitos Humanos; Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Sr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Infraestrutura (SINI-CON); Sr. Ítalo Fortes Avena, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (DEC); Sr. Arthur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. Paulo Pereira da

Silva, Presidente da Força Sindical.” **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Cyro Miranda. **Resultado: Aprovado. ITEM 12 – Não Terminativo – REQUERIMENTO S/Nº, DE 2011 – CAS.** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau que compõem o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. Participantes convidados: Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Secretaria de Direitos Humanos.” **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado: Requerimento consolidado nos termos do Requerimento nº 5, de 2011-CAS, referente ao ITEM 11. EXTRA-PAUTA – Designação dos Membros de Subcomissões da Comissão de Assuntos Sociais** – De acordo com o artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal: Na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, designo a Senadora Ana Rita (PT/ES) como membro titular, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF); e Na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF, designo a Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE) como membro suplente, em substituição ao Senador Cyro Miranda (PSDB/GO). A Presidência desta Comissão informa que o Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner, representará a Comissão de Assuntos Sociais, na II Romaria dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Santa Catarina, a ser realizada no próximo dia 10 de abril corrente, na cidade de Nova Trento – SC. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010; Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009 e Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2010. Usam da palavra os Senadores João Durval, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Paim, Paulo Davim, Lindbergh Farias, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Humberto Costa e Gim Argello. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de

Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propomos a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da CAS.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 12, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

– Decisão terminativa –

Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007. Altera o Decreto nº 986, de 21 de outubro de 1969, que instituiu normas básicas sobre alimentos para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador João Durval.

Relatório pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01, que apresenta.

Comunico o recebimento do Ofício SF nº 395, de 2011, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento de iniciativa do Senador Armando Monteiro, de audiência de outra comissão.

Por esse motivo, Sras. e Srs. Senadores, a matéria é retirada de pauta e será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 6

– Decisão terminativa –

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2010. Regulamento. § 12 do art. 201 da Constituição Social, dispondo sobre sistema especial de inclusão previdenciária.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Comunico o recebimento do Ofício SF nº 399, de 2011, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento de iniciativa do Senador Pedro Simon, de tramitação em conjunto dos Projetos de Lei nºs 253, de 2005, 67, de 2007 e 132, de 2010.

Por esse motivo, a matéria é retirada de pauta e encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 7

– Decisão terminativa –

Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamen-

tos, as drogas e os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências para inserir no rótulo dos enxaguatórios bucais que contenham álcool advertência sobre os riscos associados ao uso do produto.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador João Durval.

A matéria é adiada para a próxima reunião deliberativa a pedido do Relator, Senador João Durval.

ITEM 9

– Decisão terminativa –

Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2007. Altera o art. 22 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre conselhos de medicina e dá outras providências para estabelecer novas penas disciplinares.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Observação: votação simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto da Senadora Maria do Carmo altera o art. 22 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre conselhos de medicina e dá outras providências para estabelecer novas penas disciplinares.

Sr. Presidente, acho que o projeto é bem-vindo. Confesso que tenho uma simpatia grande. Pedi à Consultoria do Senado que fizesse um parecer. E aquilo que eu realmente tinha alguma dúvida, acabou que a nossa Consultoria fortaleceu. Temo que a iniciativa dessa proposta não seja do Senado da República, na verdade, do Legislativo. Os Conselhos Federais, no caso da medicina, são uma fundação ou autarquia. Mas, de qualquer forma, o meu parecer admitindo que o texto é bom, inclusive em alguns contatos feitos por colegas médicos... Na verdade, ela faz uma gradação de penas quando profissionais dessa área são submetidos aos conselhos. Acho importante você ter mediação, graduação de pena.

Estou pedindo que a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste pela constitucionalidade ou não. Depois de ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, se V. Ex^a assim entender, eu gostaria de continuar relatando o projeto, porque acho que a Senadora Maria do Carmo tem... Mesmo que tenha algum tipo de vício de origem, ela já dá uma contribuição ao levantar uma

legislação cuja origem é 1957. Quer dizer, precisamos atualizar exatamente a graduação dessa PEC.

Nesse sentido é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O parecer do Senador Waldemir Moka. Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Presidente, eu concordo. Ouvi a explanação do Senador Waldemir e acho que é muito pertinente, porque há um aparente conflito entre a atribuição dos conselhos e uma legislação que imponha, inclusive, a própria penalidade a ser imposta pelos conselhos.

E ouvir a Comissão de Constituição e Justiça é sim um ato prudente e necessário para que possamos, depois, decidir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, Senador...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente, só uma informação. Agora, às onze e meia, vou ouvir o Conselho Federal de Medicina. Tomei a iniciativa, eles também haviam procurado o contato, e vou ouvi-los, até para dizer que foi para a Comissão de Constituição e Justiça. Pode ser que o Conselho tenha alguma contribuição – acredito que tenha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É muito importante o contato que V. Ex^a vai manter com o Conselho Regional, até porque é um órgão superior da área. Nada mais justo que V. Ex^a faça a oitiva, vamos chamar assim, com os membros do Conselho.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, eu tinha pedido pela ordem, mas claro que apenas fiz sinal, porque a preferência é para o Mozarildo, que também é médico, como também do Senador Waldemir Moka, que tomou uma decisão muito sábia. Estou acompanhando a situação dos médicos, embora não o seja. Sou marceneiro, depois, metalúrgico. Todo o pessoal que é metalúrgico gosta muito de dizer que é metalúrgico. Eu sou metalúrgico, mas sou mesmo é marceneiro. E não sou torneiro também. Todo mundo é metalúrgico e torneiro, devido à história do Lula. Eu, pelo contrário, sou marceneiro e, dentro da metalurgia, trabalhava com madeira mesmo, porque fazia os moldes quando estava lá.

Por que estou preocupado? Porque quero, inclusive, dar o meu depoimento de total apoio ao movimento dos médicos amanhã, que é o Dia Internacional da Saúde, em relação, principalmente, aos planos de saúde. E este tema trata também da vida desses profissionais que salvam vidas.

Confesso-lhe, Senador Jayme Campos, e agora vou propor a V. Ex^a também, que propus lá na Comissão de Direitos Humanos, porque está relacionada diretamente com a vida, uma audiência pública para tratar da questão dos planos de saúde. E foram os médicos que pediram isso para mim. Poderíamos fazer uma reunião, se V. Ex^a entender...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Conjunta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...conjunta, porque esta é a Comissão que tem até uma subcomissão que trata do tema, para debater os planos de saúde, convidando os médicos, que estão muito preocupados, o Governo e, naturalmente, os representantes dos planos de saúde e aqueles que fiscalizam também, porque o que os médicos estão dizendo para mim é da maior gravidade. Eles têm que trabalhar quase que de graça para os planos de saúde e, muitas vezes, como disse um médico especialista do Rio Grande do Sul – só não vou citar o nome porque ele não me autorizou, o médico –, um dos mais conceituados do meu Estado... Ele disse: convide-me para esse dia se vocês decidirem discutir essa questão dos planos de saúde. E ele trabalha para os planos de saúde.

De fato, o que está acontecendo é que o médico fica entre o paciente e o plano de saúde quando tem que fazer uma operação de uma hora para a outra, e o plano de saúde não libera. E como é que ele faz?

Então, quero cumprimentar os Senadores Waldemir Moka e Mozarildo, pela preocupação de primeiro passar por uma outra Comissão. E, quem sabe, faremos uma audiência pública conjunta com a CDH. Se me permitir V. Ex^a, usando mais um minuto, mesmo a subcomissão que V. Ex^a me deu a honra, indicando-me, para presidir, todo aquele plano de trabalho... Quero combinar com V. Ex^a, se me permitir: toda vez que V. Ex^a entender que o assunto tenha que vir para a Comissão principal, iremos para a Comissão principal, porque temos que valorizar esta Comissão, que, para mim, é uma das mais importantes do Congresso Nacional.

Parabéns pelo trabalho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem dúvida.

Aproveito, antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Davim, para comunicar aos Srs. Senadores que, após um convite nosso, da Comissão, naturalmente, requerimento feito pela Senadora Ana Amelia e pelo Senador Eduardo Amorim, se não me falha a memória, confirmei a presença do Ministro Garibaldi Alves para o dia 27, às 9 horas, impreterivelmente. Será nesta Comissão, para debatermos o biênio 2011/2012, em relação à Previdência Social no Brasil.

E V. Ex^a, Senador Paulo Paim, já elaborou praticamente uma pauta. V. Ex^a é brilhante, inclusive já antecipa e nos favorece. Até nos ajuda, contribuindo sobremaneira com a sua experiência. Essa é uma das pautas, é óbvio e evidente, respeitando os demais autores do requerimento para que se possam fazer indagações ao Ministros Garibaldi Alves.

Com a palavra o ilustre Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente Jayme Campos, a respeito da matéria que teve como Relator o ilustre Senador Waldemir Moka, eu tenho pouco a acrescentar. Acredito que o pensamento do Senador é um pensamento prudente. Nós somos médicos. Eu fui do Conselho de Medicina, conheço aquela instituição e acho que é prudente ouvir o Conselho Federal de Medicina. Existem particularidades que deverão ser consideradas. Então concordo com o posicionamento do Senador Waldemir Moka.

Quanto à questão que foi levantada pelo no Senador Paulo Paim, a respeito da paralisação de amanhã, quero também hipotecar o total apoio a esse movimento, um movimento nacional. Acompanhei de perto, na época em que fui não só da Associação Médica do Norte, mas também da Associação Médica Brasileira, esse embate entre prestadores de serviço e operadores de plano de saúde.

Para se ter uma idéia, de 2000 a 2009, as operadoras de planos de saúde tiveram um reajuste de 133%, mas o que nos intriga é que esse reajuste não é repassado para o trabalho médico, e a consulta no Brasil, de ponta a ponta, varia de R\$25,00 a R\$40,00, considerando que R\$40,00 já é exceção. Poucos são os planos de saúde que remuneram o trabalho médico nesse valor.

O movimento nacional, comandado pela Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional de Médicos, defende o reajuste dos honorários médicos, de modo que variando em torno de R\$60,00 seria de bom tamanho. Mas não é só isso. Nós queremos também remuneração dos contratos, conforme Resolução Normativa nº 71, de 2004, da Agência Nacional de Saúde.

Essa resolução normativa estabelece aspectos importantes no contrato com trabalho médico, porque existe uma, digamos assim, incerteza, uma insegurança jurídica na prestação desse serviço pelos médicos e pelas clínicas, pessoas jurídicas e físicas. Então, não existe clareza na condição para a execução, não existe clareza na questão das obrigações e responsabilidades de parte a parte, e não existe também uma clareza no tocante aos reajustes desses trabalhos prestados pela categoria médica no Brasil inteiro.

Então, o que está acontecendo no Brasil, Sr. Presidente, é um total desestímulo à prestação de serviços através das operadoras. O que acontece, também – digo isso com propriedade, porque também presto serviço a operadoras de plano de saúde – é que nós prestamos serviços, entregamos a fatura e há um atraso no pagamento dessa fatura de até três meses, além do aviltamento dos honorários médicos.

Todos nós sabemos que a atividade médica é uma atividade de responsabilidade, que exige do profissional um investimento na capacitação e na atualização. Então, esses preços praticados pelas operadoras de planos de saúde são aviltantes, são desrespeitosos não só com a categoria médica, mas também com o usuário do plano de saúde.

As limitações e a ingerência das operadoras de planos de saúde na atividade médica são uma coisa inaceitável. Quem deve saber o que o paciente está precisando sou eu. E vou dar um exemplo que vivenciei na minha família, com minha mãe.

Minha mãe é portadora de doença de Parkinson em grau muito avançado. Ela vive em *home care*, em casa, e algumas vezes se faz necessário transferi-la para o hospital para algum tipo de procedimento. Pois o plano de saúde foi conversar com minha família no sentido de abreviar a internação da minha mãe no hospital, como se isso dependesse da nossa vontade ou da vontade do paciente. Ninguém é internado porque quer, de livre e espontânea vontade, mas por necessidade.

E tive de acionar a Justiça, Senador Paulo Paim, ganhei na Justiça que minha mãe tivesse o atendimento adequado, porque o plano de saúde queria limitar a permanência dela no hospital e, mais do que isso, não queria liberar o *home care* para ela. Então, tive de acionar judicialmente o plano de saúde.

Então, a relação médico-paciente e usuário com o plano de saúde está complicada. Por isso, a paralisação nacional dos médicos, amanhã, dia 7, é também por esse respeito.

E queremos também, dentro da reivindicação, a aprovação do PL que dispõe sobre a relação médico-plano de saúde, que é o PL nº 276, de 2004.

Esse projeto está tramitando na Casa, e nós, do movimento médico, gostaríamos muito que esse projeto fosse apreciado e aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Alguém mais deseja discutir essa matéria? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o parecer que conclui pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ quanto à constitucionalidade do projeto, nos termos do art. 101, I, do RISF.

Se V. Ex^{as} entenderem que essa matéria, antes de ser votada, deve ir para a CCJ, a pedido do próprio Senador Relator, Senador Waldemir Moka...

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Resultado: aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

Quero ler aqui também o requerimento da Senadora Ana Amélia, item 11 da pauta.

Decisão não terminativa o requerimento da CAS.

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do PAC.

Para tanto sugiro que sejam convidados para participar da referida audiência o ilustre Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; o Sr. Paulo Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Sr. Ítalo Fortes Avena, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro; Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

S. Ex^a encaminhou mais um adendo dentro dessa convocação, em aditamento ao mesmo requerimento, que trata da realização dessa audiência pública para discutir as posições de segurança de trabalhadores das obras do PAC. Ela está requerendo, também, que seja incluído no rol dos nomes o Sr. Luiz Fernando Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon).

Senadora Amélia, concedo a palavra a V. Ex^a, como autora do requerimento, para encaminhar.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Jayme Campos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nas últimas semanas, diversas notícias apareceram na imprensa sobre a situação dos trabalhadores nas obras do PAC, especialmente das usinas de Jirau e Santo Antonio, ambas em Rondônia, que, aliás, foram visitadas por um grupo de parlamentares desta e de outras comissões.

De acordo com o levantamento feito pelo jornal **O Globo**, no dia 21, grandes empreendimentos, que somam 105 bilhões em investimentos foram registradas 40 mortes de operários em acidentes desde 2008. Somente neste ano, seis perderam a vida em cinco pro-

jetos. Em 2010, foram 22 mortes, tanto em complexas obras de infraestrutura, como hidrelétricas, como nas mais simples, incluindo as do Programa Minha Casa, Minha Vida, até esse momento. Os acidentes fatais são causados principalmente por choques, soterramentos e quedas, mortes invisíveis que não estão nos bancos de dados dos diversos controles governamentais criados para acompanhar o PAC.

Somente em 2010, a taxa de mortalidade nas obras desse programa foi de 19,79% para cada 100 mil empregados, índice considerado muito alto, já que são tocadas por grandes construtoras com tecnologia suficiente para proteger os operários. Nos Estados Unidos, a taxa de mortalidade na construção civil é de 10 por 100 mil, na Espanha, 10,6%, no Canadá, 8,7%, em Portugal, 18%.

A fonte dessas estatísticas é do Jornal *O Globo* de 27 de março deste ano.

Na Usina do Jirau, por exemplo, foram seis mortes em dez meses. Um operário conta que a pessoa cai, a ambulância leva e depois não vemos mais o trabalhador, não sabemos se morreu ou não.

Embora o Governo faça, a cada quatro meses, uma detalhada radiografia das obras do programa, com ampla divulgação para os seus dados financeiros, problemas e avanços, não há nesses balanços nem sequer citação às questões de ordem trabalhista e dos acidentes de trabalho. O Governo divulga o volume de investimentos, o estágio de cada obra e os principais entraves, porém não sabe informar quantos trabalhadores atuam hoje em tais obras.

Em que pese o Brasil precisar de obras de infraestrutura, o Governo e as grandes empresas, responsáveis por essas obras, não podem descuidar da questão da segurança dos seus operários, milhares deles, aliás. A situação é alarmante, uma questão de saúde pública.

Nesse contexto estou propondo essa audiência pública a fim de ouvirmos e discutirmos a situação desses trabalhadores para que esses problemas sejam solucionados, sobretudo em razão das próximas obras programadas, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, uma em 2014 e, depois, em 2016.

Para tanto, sugiro que sejam convidados para participar dessa referida audiência, como citou V. Ex^a, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safadi Simão, Ítalo Fortes Avena, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército, Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da CUT, e Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, além, como o senhor lembrou, de Luiz Fernando Reis, do Sinicon, que é do Sindicato das Empresas Construtoras,

que faria parte, junto com o Paulo Simão, da representação das empreiteiras. O chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército deve ser convidado para falar sobre a crescente atuação do Exército em obras do PAC, bem como da qualidade do trabalho e segurança que é reconhecido pelo mercado e que vem gerando insegurança por parte das grandes construtoras ou pelo menos crítica das empresas nessa concorrência que eles consideram ideal.

Então nós queremos exatamente discutir essas questões à luz da questão principal, que é a segurança dos milhares de trabalhadores nessas grandes obras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para discussão do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro ...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi encaminhado. Este aqui, na verdade, é para debater, ou seja, encaminhar a matéria. Regimentalmente é para encaminhar a matéria.

É isso, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Cyro Miranda apresentou um requerimento idêntico ao da Senadora Ana Amelia na Comissão de Direitos Humanos. Então eu já conversei com ele que concordaria em fazermos uma audiência conjunta para debater esse tema, até porque tivemos também, Senadora Ana Amelia, e V. Ex^a tem acompanhado, uma comissão, se não me engano, de oito Senadores que foram às obras e estou propondo também que o Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Fiscalização, que coordenou essa missão nas duas obras em que houve todo aquele choque. Que ele seja também convidado para dar um relato daquilo que a Comissão viu e que a gente possa também, Presidente, já que houve uma reunião das centrais com os empresários das obras do PAC e também com a Casa Civil... que viesse o representante da Casa Civil que coordenou essa negociação, porque parece que eles chegaram a uma série de entendimentos, inclusive melhorando a qualidade dos pagamentos, do atendimento e do vale-refeição. O resumo que quero fazer é que a reunião seja conjunta entre CDH e Assuntos Sociais, proposta não de minha autoria, mas do Senador Cyro Miranda, que está aqui e entrou com esse mesmo re-

querimento lá. Eu proporia que convidássemos o Presidente da Comissão de Fiscalização e Meio Ambiente, se não me engano, que é o Deputado Rollemberg, para que possa fazer um relato daquilo que ele viu lá, porque o relato dele, para mim, é o mais imparcial, pois ele procurou ver os dois lados. Eu percebo que, às vezes, alguns... Eu que venho dessa área sindical, enfim, do mundo dos trabalhadores da construção civil, em muitas negociações de que participei, percebi que algumas vezes o relato é parcial. Não estou criticando ninguém pela ótica, mas percebi que o relato dele é muito equilibrado, olha os dois lados. Seria essa a minha contribuição.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Paulo Paim, eu queria fazer uma proposta antes de encaminharmos o requerimento da Senadora Ana Amelia e diante do requerimento também do valeroso, querido Senador Cyro Miranda, que vai na mesma direção, ou seja, é praticamente idêntico. Inclusive, o próprio Ministro do Trabalho propõe que seja convidado. Evidentemente inseririam também o representante do Ministério Público do Trabalho e o representante da Secretaria de Direitos Humanos.

Acho que seria de bom alvitre pensarmos nisso, ou seja, o requerimento do Senador Cyro ou da Senadora Ana Amelia facilitaria, seria muito mais produtivo assim, já que as autoridades convidadas, imagino, são pessoas que...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu concordo plenamente, porque sou sempre favorável à produtividade. Produtividade é unir esforços para ter um resultado melhor. Já fiz isso em relação ao Código Florestal, sugerindo – o que foi aprovado e está acontecendo – o trabalho conjunto das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Meio Ambiente. Então isso mostra a eficácia. O problema é que numa audiência pública normalmente – na Comissão de Educação eu estou enfrentando esse problema – o número é limitado a cinco pessoas. Aqui tem seis pessoas. Pelo fato de ter o Ministério do Trabalho representado e também o Gabinete Civil, acho que um dos dois representaria. Se colocar o Gabinete Civil, retira-se o Ministério do Trabalho para não haver superposição de autoridades nessa matéria, mesmo que seja o Ministério do Trabalho o responsável por esse setor. Esse é o ponto para racionalizar o trabalho e haver maior produtividade na Comissão, seja aqui, seja na Comissão de Direitos Humanos. Também queria que fosse incluído esse empresário, porque nós dividiríamos com igual representatividade.

Concordo plenamente com o Senador Cyro Nogueira em relação à participação do Ministério Público do Trabalho nesse processo. Então, penso que aí seria apenas uma questão de redistribuir a audiência pública com essas representações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero apenas fazer um adendo. Senador Cyro Miranda, vou conceder a palavra a V.Ex^a. Queria propor que fossem convidadas algumas autoridades que tenham a ver naturalmente com essa audiência pública que V.Ex^a requereu. Entretanto, o Senador Paulo Paim se propôs aqui a fazer uma audiência pública conjunta entre a CAS e a CDH. Evidentemente V.Ex^a tem toda a razão. Nós já participamos de várias audiências aqui e sabemos que, quando há quatro, cinco, seis ou sete convidados, é muito resumido o tempo para que façam as suas ponderações.

Nesse caso, vou colocar no Plenário a questão: se os senhores concordam com essa convocação de todos numa audiência ou, se for o caso, separamos o Ministério Público com Direitos Humanos e uma outra autoridade na audiência proposta pelo Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me ajudar no encaminhamento. Acho que não há qualquer discordância. É só evitar discutirmos o mesmo tema em duas comissões com os mesmos convidados. Eu não vejo problema algum se o Ministério do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A questão é a seguinte: a Senadora Ana Amelia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que nós chegamos a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Senadora Ana Amelia está dizendo que quando passa de cinco ou seis...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É. Tem problema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas isso a gente pode acordar aqui entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu acho que nós podemos inclusive, se for o caso, se houver pessoas correlatas, da mesma área, encaminhar o convite e suprir o nome se for o caso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu concordo com o que a Senadora Ana Amelia propôs. O Ministro do Trabalho tem todas as condições de relatar inclusive o que houve de negociação na Casa Civil. Que ele venha representando, por exemplo, as relações junto ao Governo. Pronto.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Concorde plenamente.

Sr. Presidente, pela ordem.

Eu concordo plenamente com S. Ex^a Paulo Paim. Acho que tem que ser nas duas Casas, uma comissão mista. E também é uma honra estar junto, nesse projeto, com a Senadora Ana Amelia. E acho que o Ministério do Trabalho estando presente facilita.

Esse entendimento conosco não há polêmica. Está perfeito, da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fico muito contente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, nós temos, nas subcomissões, e tenho sugerido, porque muitas vezes se colocam as autoridades e, por exemplo, membro dos Ministério Público, representantes das sindicais podem assistir aqui no Plenário e, depois, com direito a questionamento das autoridades que vieram explicar.

Essa é uma forma que minimiza a quantidade de expositores porque, quando você coloca representantes, eles questionam e, às vezes, até com um grau de informação maior. Eu imagino, quanto a representantes das centrais, os questionamentos que eles fariam ao Ministério do Trabalho ou ao Presidente do Sindicato da grande...

É só uma forma de fazer realmente com que isso... O debate, parece-me, vai ganhar mais qualidade em termos de cobrança de questionamento. É só uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka, vamos levar em consideração as palavras sábias de V. Ex^a, todavia, regimentalmente, não é factível, não é possível, tendo em vista que é para os autores do requerimento.

Porém, se discutirmos de forma consensual... Como esta Comissão e, sobretudo, o Sr. Presidente são democráticos, vamos discutir. Se for possível, não vejo nenhuma dificuldade. Mas quero concluir o encaminhamento do requerimento e, ao mesmo tempo, do Senador Cyro Miranda.

Há mais alguém para encaminhar matéria?

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

ITEM 12

– Decisão não terminativa –

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública por esta Comissão, a fim de discutir a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que compõem o complexo hidrelétrico do Rio Madeira.

Participantes e convidados: representante do Ministério do Trabalho, que seria o Ministro, que já está inserido no requerimento da Senadora Ana Amelia, e representante da Secretaria de Direitos Humanos.”

Autoria: Senador **Cyro Miranda**.

Consulto V. Ex^a se quer fazer o encaminhamento na matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Acho que já houve um acordo de que fossem apensados os dois relatórios, até porque já entrei na Comissão de Direitos Humanos com esse mesmo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria, uma vez que foi aprovada a realização conjunta da audiência, Sr. Presidente, que fosse acertada a data porque é um tema muito relevante, urgente e importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Comunico a V. Ex^a que a Secretaria tomará todas as providências para convidar as autoridades aqui requeridas pela nobre Senadora.

Comunico mais uma vez que, no dia 27, o Senador Garibaldi Alves estará aqui nesta Comissão.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Gostaria de lhe agradecer. Vim hoje a esta Comissão porque há um relatório de minha lavra para ser avaliado por V. Ex^a, para o qual eu gostaria de mais quinze dias de prazo. Já apresentei, mas vou pedir mais quinze dias de prazo, tendo em vista que o nobre Senador Lindbergh Farias, que é Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais de Pessoas com Deficiência, queria também fazer uma contribuição importante nesse parecer que tenho que apresentar.

Então, peço a V. Ex^a que retire de pauta hoje para a gente apresentar novamente daqui a quinze dias, com a lavra conjunta do Senador Lindbergh Farias.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, meu Líder Gim Argello.

Queremos pedir vistas para nos associar, discutir e contribuir com esse projeto.

Está bom, meu Presidente Jayme Campos?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concordo com V. Ex^a, Senador Lindbergh.

Por solicitação do Relator da matéria, Senador Gim Argello, retiramos o Item 5 da pauta para reexame. Projeto de Lei do Senado nº 125.

Designação de membros das Subcomissões: de acordo com o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, designo a Senadora Ana Rita, PT, Espírito Santo, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, PSDB, Distrito Federal.

Na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, CAS, designo a Senadora Maria do Carmo Alves, DEM, Sergipe, em substituição ao Senador Cyro Miranda, PSDB, Goiás.

Diante dos projetos que se encontram nesta Comissão serem de caráter terminativo, por falta de quórum e os próprios Relatores não se encontrarem nesta Comissão, vamos transferir para a próxima sessão os Itens nº 2, 3 e 4. São matérias terminativas, e, diante do baixo quórum, temos de transferir para outra sessão, como também o Item nº 8 e o item nº 10, a pedido da Relatora Lúcia Vânia.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar as Sras. e Srs. Senadores, que estão nas Comissões da CAS, nas subcomissões, pois já se instalaram todas elas. Quero crer que vai ser fundamental esse esforço hercúleo que estamos fazendo para que a Comissão tenha resultado positivo. Quero crer que essas três comissões já estão funcionando, até mesmo essa subcomissão e algumas audiências públicas, presidida, uma delas, pelo Senador Lindbergh Farias, a outra, pelo Senador Wellington Dias e outra, pelo Senador Paulo Paim.

O Presidente desta Comissão se sente bastante feliz em ver que o encaminhamento tem sido o mais proveitoso e fértil, no sentido de buscarmos políticas públicas para o nosso país. Particularmente quero fazer um comentário às Sras. e aos Srs. Senadores, diante do *Fantástico* do último domingo, Senador Moka, V. Ex^a que é médico, sobre a situação grave por que passa a saúde pública no Brasil.

Lamentavelmente, a dificuldade é muito grande. Há escassez de recurso, de boa gestão, e o que me chama muito mais a atenção são os números dados pelo Jornal *O Globo*, que tem feito um trabalho altamente proveitoso, sobretudo para o conhecimento da sociedade brasileira em relação ao próprio atendimento que os médicos têm proporcionado.

Eu tenho um irmão que é médico. Por sinal, é um bom profissional. Todavia, os números aqui são tendenciosos à classe trabalhadora do Brasil que depende do serviço público. Nós não podemos desconhecer, na verdade, que o médico, muitas vezes, tem três, quatro. Chega-se ao cúmulo do absurdo em dizer que o

dia teria de ter 34 horas para que o médico pudesse atender diante dos contratos que tem, das prestações de serviço que tem.

Eu acho que são matérias, Senador Moka, Senador Mozarildo e demais Senadores, que nós temos de discutir com a maior amplitude possível. Quando você fala em PSF no Brasil – fui prefeito três mandatos e implantei quase cem PSF's em Várzea Grande, com cobertura de noventa e tantos por cento, mas é um trabalho que você tem de ficar em cima; caso contrário, não tem resultado positivo. Assim, muitas vezes, o médico é contratado por oito horas; o salário, até certo ponto, acho razoável. Entretanto, não há uma boa prestação de serviço. E eu fiquei aqui perplexo diante dos números que o Jornal *O Globo* apontou aqui em relação ao atendimento.

Acho o cúmulo do absurdo e acho fundamental, com a presença do Ministro da Saúde, que também estará aqui, nós vermos qual a estratégia que o Governo Federal está organizando para melhorar o atendimento do serviço público, na área de saúde, à nossa população.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Meu Presidente, eu assumi o meu mandato de Senador e tenho uma atuação muito voltada para o segmento produtivo, em função da economia do meu Estado, mas, como profissional, pela minha formação profissional, eu não posso e não devo desconhecer o que está acontecendo. De todos aqueles que disputaram a última eleição, eu não tenho a menor dúvida, o tema mais cobrado, de longe, é a situação da saúde. Aí, não é um estado, não. Isso é nacional. V. Ex^a colocou bem. *A Rede Globo*, o *Globo Repórter* mostrou a dificuldade.

Dentre todas essas questões, Sr. Presidente, quero dizer que tem a questão do gerenciamento. Tudo isso. Mas a verdade é que se pegarmos os últimos anos... Aí, sempre tem uma cobrança e é preciso tocar o dedo nessa ferida. Ah, mas é porque foi extinta a CPMF. E é verdade. Retirou-se um dinheiro e não houve mais recurso novo para a saúde. Essa é a realidade dos fatos.

Agora, nós vamos cobrar um outro novo imposto? Não! Eu não defendo isso. Acho que esta Casa rejeitou e é preciso respeitar. Mas nós precisamos regulamentar a Emenda 29, e para isso temos que ter recurso novo. Por que eu digo isso de recurso novo? Porque, por incrível que possa parecer, o mais paradoxal é que os municípios têm uma obrigação constitucional de colocar recursos na ordem de 15% e a maioria, há muito tempo, investe mais de 20%, 25%. Os municípios, que ficaram com o grande... o mais cobrado é o município. Em segundo lugar, o estado, com obrigação de 12%.

E nem todos os estados colocam, alocam os recursos. E agora, o que é mais paradoxal é que a União, o Governo Federal não tem obrigação de colocar percentual nenhum. E a emenda 29, se regulamentada, obriga que o Governo Federal coloque no mínimo, de piso 10% de tudo o que arrecada para o financiamento do chamado Sistema Único de Saúde, SUS.

Então, Sr. Presidente, nós podemos discutir esse assunto. O Ministro vem aqui e eu não quero também antecipar essa discussão. Agora, acho que precisamos de gestão, de melhorar a qualidade de gestão. Nós temos um problema da interiorização dos colegas médicos. Esse é um outro grande problema. Agora, nós precisamos também colocar recurso na saúde. Aí, eu não vejo como isso não passar pela regulamentação da Emenda 29.

Insisto e encerro dizendo que não estou defendendo reedição da CPMF. Estou dizendo que não há como melhorar a saúde sem aporte de recurso novo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Vou conceder aparte pela ordem, aqui. Primeiro, a Senadora Ana Amélia; o Senador Lindbergh; *a posteriori* o meu querido Senador Mozarildo e o Senador Paulo Paim.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É importante, Presidente. Eu queria cumprimentá-lo por ter levantado esse tema, que é realmente uma dor de cabeça para os brasileiros, não fazendo analogia com a questão da crise na qual vive o sistema de saúde. E temos a convivência e a experiência aqui de médicos.

O senhor, que foi prefeito de uma grande cidade; o Senador Mozarildo e o Senador Moka, que são médicos. E agora há pouco falou aqui também o Paulo Davim, que também é um médico e abordou um outro lado da questão, que é a relação com os planos de saúde.

O Senador Moka abordou bem a questão da necessidade da regulamentação da Emenda 29, porque os municípios, na sua maioria, segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios, estão aplicando mais de 20%, quando a determinação legal é de que 15%, Presidente. E o Município de Panambi, no Rio Grande do Sul, aplica 35% da sua receita líquida em saúde.

Mas o mais grave, também para as administrações municipais, que comprometem parte da sua receita na questão da saúde, é que a justiça hoje, a justiça está dando ganho para aqueles pacientes que requerem a disponibilização de medicamentos de alto custo, que a prefeitura pague, sob pena de haver conseqüências penais aos administradores públicos. Isso tem ultrapassado em muito a previsão nos orçamentos municipais. E

aí, como fica a Lei de Responsabilidade Fiscal? Como fica a situação do prefeito diante desse quadro que tem que atender a uma massa muito grande de moradores do Município e um grupo de pessoas recorre à Justiça, ganhando o que é de direito também? Se isso é de direito não se discute, mas como fica a administração municipal diante desse cenário de calamidade na área da saúde pública? A Emenda 29 está há anos esperando a regulamentação, e até agora nada foi feito em relação a esta matéria.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a tem toda a razão, mas concedo a palavra pela ordem ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, sou relator de um projeto na CCJ agora e vou ter que me dirigir a essa Comissão, mas antes eu queria endossar um pouco as palavras do Senador Moka e da Senadora Ana Amélia. Fui Prefeito de uma cidade de quase um milhão de habitantes, Nova Iguaçu, e estou convencido de que o maior problema do País hoje é saúde pública. Em qualquer pesquisa, qualquer encontro de prefeitos no Brasil inteiro que nós tínhamos, nós perguntávamos: qual é o seu maior problema? E o prefeito dizia: saúde. Eu tenho uma avaliação que é minha, mas foi da cidade também em que eu fui reeleito com 65% dos votos: nós mudamos a cidade de Nova Iguaçu, fizemos uma revolução na educação. Mas se vocês perguntarem: e a saúde? Avançamos muito pouco. Eu sei, e é preciso dizer isso, e havia determinados dilemas, quando o Senador Moka fala do financiamento, que nós tínhamos no dia a dia. Há uma rubrica, “gestão plena”, que é para média e alta complexidade, para os hospitais e as clínicas privadas, e o dilema que eu descobri no começo do meu governo era recurso, porque a gestão plena, em tese, no País é a seguinte: se você precisa do procedimento, faz o procedimento, e depois chega o recurso lá na ponta. Só que isso é uma farsa. Esses recursos da gestão plena estão congelados há muito tempo. Pois bem. No meu Município a questão era a seguinte: era como se no dia 20 eu tivesse que parar os procedimentos. Era como se só pudesse ter exame até o dia 20, e eu perguntava: mas como vamos fazer isso? Isso é impossível. E nós começávamos um processo de dever às clínicas privadas, e era um processo que não tinha fim. Então tem problema, sim, de financiamento. E tem mais: é preciso reformar o sistema como um todo.

Tive um encontro com o Ministro Padilha, no Rio de Janeiro. O Ministro Padilha é da minha geração do movimento estudantil, e eu sei da determinação dele, da vontade dele, da força dele, mas falei para ele uma coisa e ele disse: é isso. Ministro, você tem que entrar

para a história como o Ministro que reformou a saúde brasileira. A saúde precisa de uma grande reforma. E deixo, inclusive, o desafio para este Parlamento. Eu acho que este Parlamento tinha que se associar. Tinha que discutir com o Ministro, montar comissões, porque esta é a área mais sensível, que não está funcionando na ponta. Os problemas são imensos.

Então eu não queria, antes de sair desta sessão... Eu sei que esse não é um debate específico sobre o tema, mas é preciso discutir fontes de financiamento, é preciso dar uma organizada de uma forma geral no sistema. Nós precisamos também mexer, como dizia o Senador Mozarildo, na gestão. Nós temos que estudar de uma forma geral a saúde pública brasileira e ter coragem de reformá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O Senador Lindbergh, você imagina, era Prefeito de Nova Iguaçu, não é? Município da Grande Rio de Janeiro: beira-mar, bons acessos, bons serviços. Mas você imagina um Prefeito...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, V. Ex^a não conhece Nova Iguaçu. Vou convidar V. Ex^a para visitar Nova Iguaçu. Nova Iguaçu é uma cidade de um milhão de habitantes com tantos problemas!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Está junto com os grandes centros. Acho que não demora uma hora para chegar à praia de Copacabana ali.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É, mas os serviços públicos demoram anos...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Aonde eu quero chegar? Senador, imagine nós, no Mato Grosso: cidades distantes da capital, a 1.600 quilômetros, a 1.700 quilômetros, e você não tem nenhum profissional. Se você chegar a oferecer um salário de trinta, trinta e cinco mil reais, ele não quer ir para lá, primeiro, porque não é o suficiente diante, naturalmente, da própria infraestrutura, que é pouca ainda; segundo, quando se pratica a tabela do SUS é inconcebível. O cidadão da Amazônia Legal brasileira tem quase a mesma tabela que é praticada para um cidadão médio que trabalha no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Paulista, na Augusta, etc. Então há uma dicotomia. Nós temos que fazer uma reforma na saúde pública do Brasil. Essa é a sensação que tenho. Lamentavelmente ainda se investe pouco na saúde deste Brasil. O País vive uma escassez de recursos nessa área.

V. Ex^a acabou de testemunhar aqui dizendo: chegava o dia 20, todo mundo tinha que parar de adoecer, ninguém dependeria de um exame de alta complexidade diante do quê? Não tinham recursos suficientes para

fazer frente à demanda que naturalmente existe lá no seu Município, como em qualquer município brasileiro.

Portanto eu acho que, além da falta de recurso, nós temos que ter uma boa gestão. Lamentavelmente, precisamos também do compromisso do profissional de saúde. Temos três médicos aqui, com todo o respeito, eu tenho médico cunhado, irmão médico, mas infelizmente é pouco o compromisso, principalmente o cidadão que vai para o interior do País. A primeira coisa que chega lá: o médico trabalha um ano, no segundo ano já vira um pequeno produtor rural. É bom que se saiba. Já compra uma fazendinha e depois já vira o quê? No mínimo o prefeito da cidade. É isso aí, por incrível que pareça. Mato Grosso chegou a um tempo em que quase 30% dos prefeitos eram médicos ou deputados estaduais.

Quis fazer esses esclarecimentos, porque as particularidades são diferentes pelas regiões do País.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, nós começamos, inclusive na Legislatura passada, um conjunto de audiências visando justamente fazer um diagnóstico sobre o SUS, portanto sobre esse modelo atual, fazendo propostas para mudar esse modelo. Acho que todo mundo aqui disse a mesma coisa no fundo: esse modelo que está aí tem que ser reformado. O SUS é muito bom no que tange à sua concepção, mas na sua atuação as distorções são enormes. E falar que precisa de dinheiro, é óbvio que precisa, mas com esse modelo é mesmo, como se diz no nosso interior, como jogar sal em carne podre, porque, olhe só: a CGU constatou, nos últimos quatro anos, que só na Funasa, Fundação Nacional de Saúde, foram roubados R\$500 milhões, meio bilhão. Ora, quer mais? Lá em Roraima, que é um Estado pequeno, agora houve uma operação do Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícia Federal em que se constatou o desvio de R\$30 milhões. Então a saúde virou um local em que é fácil roubar. Como é que se controla adequadamente entrada de medicamentos, saída de medicamentos, entrada de material de consumo, oxigênio e o uso adequado? Então é o lugar que está escancarado.

O que precisa, portanto, é reformar esse modelo, haver uma auditoria, uma fiscalização permanente e o que todo mundo sabe, regulamentar a Emenda 29. E por que o Governo não quer regulamentar? Porque obriga o Governo Federal a separar dinheiro para aplicar na saúde, porque obriga os governos estaduais.

Então não adianta ficar pensando. E até tem bons gestores em alguns lugares, mas bons gestores com esse modelo não adianta, Senador Jayme Campos. Qui-

nhentos milhões na Funasa, nos últimos quatro anos, R\$30 milhões em Roraima, nesses três anos, e em todos os Estados que olhar a roubalheira é geral na saúde.

Então eu acho que nós temos que pensar nisso, fazer uma reforma profunda no modelo e regulamentar a Emenda 29. Sem isso não adianta. E aí perguntam: quem não aprova a Emenda 29? Quem não aprova a regulamentação? Está na Câmara. O Senado já aprovou. Por que não aprova? Nós temos que inclusive entrar judicialmente para que essa questão seja resolvida, porque não dá para ficar dizendo. Todo mundo diz: precisa da Emenda 29. O remédio, a gente sabe, agora, o remédio não é aplicado.

Eu não quero me aprofundar mais, porque esse é um debate bom com a presença do Ministro da Saúde aqui, para podermos realmente avançar. E eu pediria a V. Ex^a que a gente pudesse fazer uma síntese, resumir tudo o que já vimos em várias audiências aqui sobre essa questão do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Pela ordem de inscrição, o Senador Paulo Paim, Casildo Maldaner e o Senador Paulo Davim.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^{as}: nós temos aqui um projeto que é da relatoria do Senador Suplicy. Após a fala dos Senadores já inscritos aqui, nós poderíamos colocar em votação, porque já temos quórum. O Senador Mozarildo diz que já caiu o quórum de novo. De qualquer maneira, acho que o mais importante é V. Ex^a fazer uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, entendi a preocupação de V. Ex^a. Se todos concordarem, nós aproveitaríamos o quórum e votaríamos o projeto sem prejuízo de voltar ao debate da questão da saúde se assim V. Ex^a entender.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu acho que é possível. V. Ex^a concorda? Vamos ler? Eu solicito, faço um apelo ao Senador Mozarildo que aguardemos a votação. Paramos a discussão e vamos votar agora. É possível? A Senadora nos aguarda até realizarmos o processo de votação.

ITEM 2

– Decisão terminativa –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008

Acrescenta o art. 19-A da Lei nº 8.212 de 1991 a fim de vincular o montante das multas aplicadas por infração ao art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991 às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

Autoria: Senador Tião Viana.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Observação: em 23 de setembro de 2009, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

– CDH aprovou parecer favorável ao projeto. A matéria constou da pauta da reunião do dia 23 de março de 2011, sendo adiada a sua apreciação.

Aos Srs. Senadores quero dizer que a votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para proferir seu relatório. O quórum está alto e será possível votar essa matéria ainda agora.

Com a palavra ao Senador Relator Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 37, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991, a fim de viabilizar o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, também de 24 de junho de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

Como justificativa, o eminente autor argumenta que a Organização Internacional do Trabalho, pela Convenção nº 15, de junho de 1983, estabelece como finalidade da habilitação e reabilitação profissional permitir que uma pessoa com deficiência obtenha e mantenha um emprego adequado e nele progrida, promovendo-se assim a sua inclusão social.

Nesse ponto merece reparo um erro de digitação, pois a Convenção em questão é, em realidade, de número 159.

Nesse contexto se insere a presente proposição que busca de maneira mais efetiva assegurar as ações de habilitação e reabilitação profissional e social de que trata a Subseção II, da Seção VI, do Capítulo II, do Título III da Lei nº 8.213, de 1991, recursos financeiros específicos provenientes da aplicação de multa pelo descumprimento das normas ali presentes no momento em que são crescentes e estratégicas as políticas desenvolvidas com o objetivo de construir o contexto inclusivo de trabalho que envolva a implantação de serviço de apoio à pessoa com deficiência e ações dirigidas à sociedade destinadas a eliminar barreiras sociais e físicas.

No âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a matéria foi aprovada nos termos do voto da Senadora Fátima Cleide que, entre outras razões, consignou ser justa a vinculação das multas à habilitação e reabilitação de trabalhadores.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, até a presente data, não foram oferecidas emendas à proposição.

O projeto de lei em exame está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração de leis.

A legislação sobre a matéria pertencente ao campo da Previdência é atribuição do Congresso Nacional.

Analisando-se a juridicidade e a regimentalidade da proposição não se detectam impropriedades.

No mérito, consideramos relevantes os argumentos expostos pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta que pretende o acréscimo à Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991, do seguinte artigo:

“Anualmente, para o financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social prevista na subseção 2 da Seção 6ª do Capítulo 2 do Título III da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao Ministério da Saúde será destinada, obrigatoriamente, a totalidade do montante arrecadado com a aplicação das multas pelo descumprimento do seu art. 93”.

É importante assinalar, para melhor compreensão, que o art. 93 da Lei nº 8.213, assim dispõe: “A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou portadores de deficiência habilitados, na seguinte proporção: até 200 empregados, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1000, 4%; de 1001 em diante, 5%”.

A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente reabilitado ao final do contrato por prazo determinado de mais de 90 dias, motivado no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

O Ministério do Trabalho e da Previdência deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados. Assim, pela regra proposta, os recursos originários de multas por infração ao disposto no art. 93 passarão a ser destinados ao Ministério da Saúde.

Como bem salienta o autor, é bem verdade que sob a ótica da hermenêutica constitucional há a compreensão da existência da unidade orçamentária segundo a qual deve existir um único orçamento que compreende todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam a sua natureza. Dessa forma, o Orçamento Fiscal da União deverá conter a projeção de receitas e despesas de todos os Poderes, dos seus órgãos, fundos e demais entidades da administração direta e indireta instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Por fim, como ainda sustenta o Senador Tião Viana, não há restrição constitucional no que diz respeito à vinculação de recursos provenientes de multas, ainda que devam constar do Orçamento da União. Operacionalmente, portanto, devem passar pela conta única do Tesouro Nacional, para, posteriormente, ser destinados aos órgãos que os produziram, em conformidade com a alocação dos recursos públicos prevista e autorizada pela Lei Orçamentária.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 37, de 2008. Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

Ressalto que há cerca de um ano e meio, encaminhei às autoridades do Governo Federal o referido projeto, para obter quaisquer observações que tivessem as autoridades de nosso Governo sobre o mérito da proposição do Senador Tião Viana, que avalio como positiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Obrigado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pois não, Senadora.

Discussão da matéria.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – Eu gostaria de pedir vistas da matéria, se possível, Sr. Presidente. Acho que a matéria é complicada. É uma matéria delicada, não diria complicada. Extremamente delicada, por conta de que amplia os recursos da Saúde, sem dúvida, mas pode causar um problema sério para o sistema de previdência social. Então, peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – É uma preocupação, Sr. Presidente, que me passaram aqui. Não há acordo, inclusive nem entre nós. Eu entendo que seria bom que a gente desse mais um tempo para negociação, conforme pedido da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu concedo vistas de forma coletiva, diante do que disse a Senadora Vanessa. V. Exª com o Senador Vital. É regimental, quando acima de mais um Senador. É regimental.

Antes de mais nada...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – É coletiva e também apoiada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Então, de forma coletiva.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – E até queria lembrar, Sr. Presidente, que o PLC 40, que trata analogamente dessa matéria, está em exame aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, com uma posição do Ministério da Previdência, que regulamenta o direito de aposentadoria especial para pessoas portadoras de deficiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Está concedido o pedido de vistas, Senadora Vanessa e demais Senadores, de forma coletiva.

Prosseguindo o nosso debate, eu consulto os Srs. Senadores, pela ordem de inscrição.

Senador Paulo Paim, gostaria de falar sobre a matéria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nós já combinamos aqui que vamos ter uma sessão só para discutir a questão da saúde, dos planos de saúde. Tenho aqui uma série de documentos que foram encaminhadas pelo Governo, mas todos nós sabemos – e vou resumir para não ampliar a discussão – que temos problema de gestão, mas temos que assegurar mais investimentos na área da saúde. Vamos fazer a discussão no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concorde com V. Ex^a.

Também estava inscrito o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para dizer que o assunto que V. Ex^a levantou que está na reportagem do jornal *O Globo*, se não estou equivocado, V. Ex^a mexeu num vespeiro, e num vespeiro nacional.

A saúde é isso aí mesmo. Acho que hoje, como disse o Senador Lindbergh, é um dos problemas que estão em primeira mão. É o mais crítico em toda parte do Brasil.

Até para informar, Sr. Presidente, tendo em vista a variedade de problemas, ainda nesta semana me ligava um amigo de um município da fronteira com a Argentina, um aposentado que ganha os seus novecentos e poucos reais por mês, e me dizia: eu devo passar por uma cirurgia de ponte de safena no meu coração. Olha, Maldaner, quero dizer que procurei o SUS para fazer o procedimento de ponte de safena e aqui na região, onde se faz este procedimento, tem que entrar numa fila para quatro, cinco meses, e sinto que o meu coração não vai esperar esse prazo. Eu recebi essa ligação ontem, anteontem, me contando isso, se eu poderia interceder em Florianópolis ou em algum lugar, e são 700km de distância, para ver se arumava uma clínica, um lugar que pudesse atendê-lo. E isso vem a todo instante. Ele dizia: olha, eu ganho como aposentado novecentos e poucos reais. Como vou fazer aqui na região do meu oeste catarinense? Eu só vou, daqui a quatro, cinco meses, chegar na vez, e o coração não espera. E sinto que não vai esperar.

É apenas um relato. Apenas para dizer que a coisa é crítica, a coisa é penosa. Não é por nada que o nosso Governador eleito de Santa Catarina elegeu como tema as pessoas em primeiro lugar. E lá também a saúde é o ponto primordial. É a questão fundamental.

Quero aproveitar, Presidente, se me permitir.

Ontem ainda o Senador Paim levantava que vai ocorrer um encontro neste domingo, lá em Santa Catarina, dos aposentados do Brasil inteiro. Vão fazer

uma espécie de uma romaria lá na Santa Paulina, em Nova Trento, no santuário de Nova Paulina. O Senador Paim vai estar lá, vai comparecer às 10 horas em Nova Trento, lá em Santa Catarina. Vamos ter milhares de aposentados do Brasil inteiro, Sr. Presidente. Eu gostaria de comunicar-lhe, diante do Senador Paim, que me convidaram também, como catarinense, para ir lá participar e como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Eu sei que para V. Ex^a, como Presidente, será difícil comparecer, mas já estou confirmando para prestigiar a ida do colega Paim, que vai fazer uma palestra lá. E quero, V. Ex^a não indo, representar esta Comissão no domingo, com milhares de aposentados, numa romaria em Nova Trento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Casildo. Eu gostaria imensamente de comparecer a este evento, porque, indiscutivelmente, participando de um evento como este só vamos aprender, sobretudo tendo como palestrante o Senador Paulo Paim. Acho que temos muito a ver diante da Comissão que presidimos.

Todavia, faço um pleito a V. Ex^a: que represente esta Comissão nesse evento lá no seu Estado, em Santa Catarina. Ficarei grato se V. Ex^a puder representar a Comissão de Assuntos Sociais.

Consulto o Senador Paulo, diante do embate que havia, se V. Ex^a deixa para a próxima semana nós debatermos a matéria que estávamos discutindo, a questão da saúde.

Quero registrar a presença do Senador Humberto Costa, nosso Líder do PT, do Governo, melhor dizendo, do PT. Do Governo é Romero Jucá. Desculpa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – V. Ex^a já derrubou o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Difícil tirá-lo.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, eu só queria passar uma informação. Na próxima terça-feira, faremos a instalação daquela Subcomissão da Saúde, somente para dizer às pessoas, e poderemos discutir como será a participação da subcomissão na Comissão, nesse debate sobre a saúde. Está bem? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

Cumprimento V. Ex^a e aguardamos, naturalmente, colher bons frutos, através destas Subcomissões que foram criadas pela CAS.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos os Srs. Senadores e Senadoras.

(Levanta-se a reunião às 11h28min)

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e um minutos, do dia treze de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Ana Rita e Maria do Carmo Alves. Registram presença o Senador Ivo Cassol e a Senadora Marinor Brito. Justificam ausência os Senadores Paulo Davim, Cícero Lucena e Cristovam Buarque. Deixa de comparecer o Senador Romero Jucá. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. O Senador Waldemir Moka assume a Presidência para que o Senador Jayme Campos profira seu Relatório: **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2011. Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 (Para substituir a expressão “Bombeiro Civil” por “Brigadista Particular”).** **Autoria:** Deputado Laerte Bessa. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** *Pela aprovação do Projeto.* **Resultado:** **Concedida vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais.** O Senador Jayme Campos reassume a Presidência. **ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2009. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para inserir, no rótulo de enxaguatórios bucais que contenham álcool, advertência sobre os riscos associados ao uso do produto.** **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** *Pela rejeição do Projeto.* **Resultado:** **Aprovado o Requerimento nº 6, de 2011-CAS, de Audiência Pública para instruir o PLS nº 222, de 2009, por iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Casildo**

Maldaner. A matéria é retirada de Pauta para aguardar a realização da Audiência Pública. **ITEM 13 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2008. Permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.** **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** *Contrário ao Projeto.* **Resultado:** **Aprovado Parecer contrário ao Projeto.** **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2010. Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências.** **Autoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** *Pela aprovação do Projeto.* **Resultado:** **Aprovado o Projeto.** **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2007. Torna obrigatório o fornecimento gratuito, por motéis, de preservativos e de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.** **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** *Pela aprovação do Projeto.* **Resultado:** **Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS, oferecida durante discussão da matéria, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que recebeu Parecer favorável do Relator.** **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2006. Altera o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre o prolongamento da concessão do seguro-desemprego, em até doze meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).** **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** *Pela aprovação do Projeto.* **Resultado:** **Concedida vista coletiva aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Waldemir Moka, nos termos regimentais.** **ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2008. Acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem tratamento por problemas de infertilidade, e dá outras providências.** **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** *Pela aprovação do Projeto.* **Resultado:** **Concedida vista coletiva à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Wellington Dias, nos termos regimentais.** **ITEM 12 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2010. Institui diretrizes para a promoção da**

alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado:** **Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS.**

ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2009. Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão-de-obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** **Rejeitado o Projeto.**

ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008. Acrescenta art. 19-A à Lei 8.212 de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei 8.213 de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Projeto.**

ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2007. Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Projeto.**

ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, DE 2007. Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta a pedido do Senador Pedro Simon para reexame do Relatório.**

ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2005. Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que “extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria “Ad**

hoc”: Senador Waldemir Moka. **Relatório:** *Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.* **Resultado:** **Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS. COMUNICADO Nº 4, DE 2011 – PRESIDÊNCIA/CAS.** Comunico o recebimento do Ofício nº 435 de 2011, do Presidente do Senado Federal, informando que, quando da revisão do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, aprovado terminativamente por esta Comissão no dia 16 de março de 2011, foi constatada repetição do mesmo prazo nos incisos III e IV do art 5º, na redação proposta no art. 1º do referido Projeto. A devida alteração foi efetuada e o novo texto final do Projeto será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 14 – NÃO TERMINATIVO – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011. *Requeiro, nos termos regimentais, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência pública visando instruir a tramitação do PLS nº 222/2009; para tanto deve ser providenciado o convite dos representantes das seguintes instituições: ANVISA e Ministério Público.* **Autoria:** Senadores Paulo Paim e Casildo Maldaner. **Resultado:** **Aprovado.** O Presidente da CAS faz saber do comparecimento do Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, em atendimento ao RAS nº 4, de 2011, aprovado em 23/03/2011, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim, dia 04/05/2011, quarta-feira, às 9 horas e Comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, em atendimento ao RAS nº 3, de 2011, aprovado em 16/03/2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Davim, dia 18/05/2011, quarta-feira, às 9 horas. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Pedro Simon, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, Lindbergh Farias, Jayme Campos, Presidente da Comissão, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Ana Rita e Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Assuntos Sociais

da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da CAS.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passa-se à apreciação dos Itens nºs 1 a 13, conforme pauta previamente divulgada.

Eu gostaria de convidar para presidir o Senador Waldemir Moka enquanto faço meu relatório relativo ao item da pauta. Gostaria de que V.Exª presidisse.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Assumindo a Presidência, passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

ITEM 1

– Decisão terminativa –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2011.

Altera dispositivo da Lei nº 1.901, de 2 de junho de 2009, para substituir a expressão “bombeiro civil” por “brigadista particular”.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, meu relatório já está nesta Comissão e peço que me permita ler apenas parte e ir direto ao voto, tendo em vista que nós queremos hoje votar os treze itens.

Início.

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 7, de 2011, altera a ementa dos arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a profissão de bombeiro civil e dá outras providências, substituindo a expressão “bombeiro civil” por “brigadista particular”.

Em justificativa, o autor destaca que o termo “bombeiro” trata-se de uma denominação vinculada diretamente aos profissionais das forças de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal, Corpos de Bombeiro militares, os quais são responsáveis por proporcionar segurança pública com vistas à incolumidade de vida e do patrimônio, além de executar atividade de defesa civil, direito da população previsto no art. 144 da Constituição Federal.

Além do mais, as legislações infraconstitucionais detalham outros vários deveres dessas corporações militares, como o de prevenir e combater os incêndios, sejam eles florestais ou urbanos, realizar buscas e resgate de vítimas de incêndios, afogamentos, acidentes ou catástrofes e pela conscientização da população sobre

medidas de segurança contra incêndios, além de realizarem perícias e investigações sobre a origem do fogo.

Ao aprofundar a justificação original do autor, descobriu-se que atualmente no Brasil o combate a incêndios realizado pelos Corpos de Bombeiros militares caracteriza-se por um ciclo operacional com quatro grandes fases, a saber: preventiva ou normativa, passiva ou estrutural, ativa ou de combate e pericial ou de perícia.

De todas as fases apresentadas diretamente aos Corpos de Bombeiros militares os bombeiros civis, ou brigadistas particulares, atuam tão somente na fase passiva ou estrutural, ou seja, aquela que consiste em restringir ou minimizar com prontidão as consequências e os danos causados por incêndios que não puderam ser evitados na fase preventiva ou normativa.

Na possibilidade de os bombeiros civis não minimizarem os efeitos iniciais de um incêndio, automaticamente se inicia a fase ativa ou de combate realizada pelas corporações militares com emprego de seus recursos humanos e logísticos.

Essa administração logística é de atuação dos bombeiros civis. Não se restringe somente ao combate a incêndio urbano e sim a outras áreas de atuação próprias dos bombeiros militares.

Por último, e não menos importante, percebe-se que o autor em momento algum questiona os diversos outros direitos conquistados pela categoria bombeiros civis com vigência da lei em comento.

Assim, consoante a justificação do autor, o termo “bombeiro”, para o Estado, no mesmo valor termo “polícia”, não sendo pertinente o uso dessa nomenclatura para uma nova profissão. Por isso a substituição do termo “bombeiro civil” por “brigadista particular” refere-se ao fato de que estes são pertencentes às forças de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal, além de possuírem atuação restrita, como anteriormente explanado.

De maneira, Sr. Presidente, que entendo que ele é importante na medida em que fica assim reservado não só às polícias militares, mas ao Corpo de Bombeiros o termo “bombeiro militar”. E, nesse caso, dá para se entender perfeitamente o que o Deputado solicita por meio desse projeto de lei: que os cidadãos treinados e capacitados fiquem com o termo “brigadista particular”; são aqueles que trabalham em shopping, supermercados e assim por diante.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e por entendermos que a iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e conveniente para a administração federal, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, na forma como foi originalmente redigida.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está em discussão o relatório do Senador Jayme Campos.

A Presidência quer informar aos Srs. Senadores e Senadoras que nós não temos quorum para a votação. Então, nós temos que abrir a discussão e, se for o caso, suspende-la até que se complete o quorum para que a gente possa votar.

Indago aos Srs. Senadores e Senadoras se alguém quer discutir o relatório do Senador Jayme Campos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a sabe que eu sou um admirador de V. Ex^a, do trabalho de V. Ex^a como Presidente desta CAS, no entanto eu queria escutar os representantes dessa profissão, os bombeiros civis, que eu conheço. Existe uma organização no Rio de Janeiro. Queria pedir vistas para escutar a opinião deles. Como a categoria iria encarar essa mudança de nome? Quais as consequências? Brigadista particular sinceramente me soa meio estranho.

Então, não discordando de V. Ex^a, eu queria pedir vistas para que a gente se sente com essas categorias, discutisse e tentasse entender melhor. Por esse motivo vou pedir vistas, viu, meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Lindbergh, o pedido de vista é regimental. Está concedido o pedido de vista ao Senador Lindbergh Farias.

Passo a Presidência ao Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka por me substituir à altura e, sobretudo, com muita competência presidiu esta Comissão.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2010

Que “acrescenta o § 4º do art 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências”.

Autoria: Senador Antonio Carlos Júnior.

Relatoria: Senadora Maria do Carmo.

Observações: a matéria constou da pauta da reunião de 6-4-2011, sendo assim adiada a sua aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para proferir o seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho a esta Comissão para deliberar, em decisão termina-

tiva, sobre Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010, de autoria do eminente Senador Antonio Carlos Júnior, que tem por escopo acrescentar o §4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios concedidos pela Previdência Social.

A alteração proposta no PLS estabelece que, no caso das micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados, o pagamento do salário-maternidade será efetuado diretamente pela Previdência Social, consistindo numa renda mensal igual a sua remuneração integral.

Na sua justificativa, o autor afirma que o sistema atualmente vigente, no qual o pagamento do salário-maternidade por micro e pequenas empresas é efetuado com posterior compensação nas contribuições devidas, acaba representando um encargo para empreendimentos dessa envergadura. Os micro e pequenos empresários precisam antecipar, em última instância, o pagamento de encargos sociais, abrindo mão de parte do seu capital de giro.

Da análise

O salário-maternidade é benefício inscrito no campo do Direito Previdenciário. Normas nesse sentido estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema.

A proposição atenta para esses pressupostos. Não há, portanto, impedimentos no que se refere a esses ditames constitucionais.

Finalmente, cremos que a transferência da responsabilidade pelos pagamentos do salário-maternidade para o INSS poderá representar um estímulo à formalização dos contratos de trabalho nas micro e pequenas empresas. As próprias interessadas poderão exigir a assinatura do contrato, já que o eventual pagamento “por fora” desse benefício não é garantido e, muitas vezes, dependerá de recurso ao Poder Judiciário.

Voto

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só quero dizer que este é um bom projeto do Deputado Antonio Carlos Magalhães Júnior. Nós vamos votar a favor desse projeto, o qual beneficia a micro e pequena empresa. Eu queria parabenizar a Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, porque já existe o pagamento do salário-maternidade em alguns casos, como empregada doméstica. Já existe o pagamento direto. No caso da micro e pequena empresa, a

compensação pode prejudicar muito aquele pequeno empreendedor. Então, com certeza, isso facilita a vida das pessoas e facilita a vida do pequeno empresário de até dez funcionários. É um projeto louvável. Nós votamos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos aguardar o quórum, tendo em vista que ainda precisamos de mais dois Senadores. Havendo quórum daqui a pouco, nós votaremos a matéria, que tem caráter terminativo e por isso precisamos ter quórum suficiente.

ITEM 10

– também decisão terminativa –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2009

Que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências para inserir no rótulo de enxaguatórios bucais que contenham álcool advertência sobre os riscos associados ao uso do produto.

Autoria: Senador **Antonio Carlos Valadares**.

Relatoria: Senador **João Durval**.

Apenas uma observação: a matéria constou da pauta da reunião do dia 06/04/11, sendo adiada a sua apreciação.

E a votação, comunico que também será nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Durval para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT–BA) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que estabelece a obrigatoriedade da exibição de advertência nos rótulos de enxaguantes bucais que contêm álcool.

A proposição compõe-se de apenas dois artigos. O primeiro, insere o § 2º no art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que *dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências*, para determinar que os enxaguatórios bucais que contenham álcool devam exibir advertência, na forma do regulamento, sobre possíveis malefícios advindos do seu uso freqüente.

O art. 2º estabelece que a lei em que o projeto se converter entrará em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para ser apreciada em caráter terminativo por esta Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto não foi objeto de emenda.

II – Análise

A proposição sob análise tem o mérito de pretender assegurar à população o direito à informação e à segurança dos produtos que consome, notadamente em relação aos enxaguatórios bucais alcoólicos, para os quais, afirma o autor, existem evidências de associação com o câncer na boca. Trata-se, no entanto, de uma afirmação questionável.

O fato é que a existência de uma possível relação entre enxaguatórios bucais que contêm álcool e câncer de boca já é estudada desde a década de 1980 e até hoje não ficou demonstrada. Em verdade, a maioria dos artigos de revisão, publicados em revistas científicas internacionais, apontam para a inexistência de associação entre esses produtos e a neoplasia.

Segundo Carretero Peláez *et al.*, em artigo publicado no *Journal of Oral Medicine*, em 2004, “no momento e com os dados que temos, não foi possível estabelecer uma relação causal entre o uso de enxaguatórios contendo álcool e o desenvolvimento de câncer oral”.

Os pesquisadores Cole, Rodu e Mathisen, por sua vez, concluem no *Journal of the American Dental Association*, em 2003, que “é improvável que o uso de enxaguatórios bucais que contenham álcool aumente o risco de desenvolver carcinoma orofaríngeo”.

Além disso, de acordo com Shapiro, Castellana e Sprafka, em estudo publicado em meados da década passada no prestigioso *American Journal of Epidemiology* o não-reconhecimento de variáveis confundidoras pelos pesquisadores, tais como o abuso de bebidas alcoólicas e o tabagismo, não declarados pelos pacientes, pode ser a causa de associações espúrias entre câncer oral e uso de enxaguantes bucais alcoólicos encontradas em alguns trabalhos.

Desse modo, não é adequado obrigar, por via legal, a inserção de advertência ao uso do produto com base em hipótese que não possui comprovação científica. Ademais, as exigências, em termos de consenso científico, para a determinação legal de uma advertência devem ser superiores àquelas necessárias à determinação por norma infralegal, que pode ser derogada de maneira mais rápida e fácil. Esse último aspecto, qual a espécie normativa que seria adequada para tratar da matéria, também é importante para avaliar o presente projeto de lei. A rotulagem dos enxaguatórios bucais é determinada pelo art. 57 da Lei nº 6.360, de 1976, qual seja, o Poder Executivo

disporá em regulamento sobre a rotulagem as bulas, os impressos, as etiquetas e os prospectos referentes aos produtos de que trata essa lei.

Além disso, cabe ressaltar que o regulamento técnico do Mercosul sobre a rotulagem obrigatória e geral para produtos de higiene bucal, cosméticos e perfumes adotado pelos quatro países integrantes do bloco foi aprovado em 2004. Esse regramento foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Resolução RDC nº 211, de 14 de julho de 2005, da ANVISA. Essa norma estabelece os requisitos da rotulagem obrigatória geral e os detalhamentos específicos de cada classe de produtos.

O objetivo dessa regulamentação supranacional é harmonizar as exigências normativas dos países que compõem o bloco e facilitar as trocas comerciais de produtos.

Nesse sentido, quaisquer alterações no regulamento devem ser discutidas e aprovadas no âmbito do grupo Mercado Comum. Assim, resta claro que a matéria, se comprovada cientificamente, o que ainda não aconteceu, deve ser regulada por meio de norma infralegal e não por lei, observada a necessidade de harmonização no âmbito do Mercosul.

Há ressalvas também em relação à técnica legislativa empregada.

Reza o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a relação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, que a lei não conterá matéria estranha ao seu objetivo.

Nesse sentido, a inserção de novo dispositivo na Lei nº 6.360, de 1976, dispondo sobre a obrigatoriedade da exibição de advertência nos rótulos de enxaguantes bucais que contêm álcool descaracteriza esse texto legal, posto que o objeto da lei é estabelecer normas gerais aplicáveis a uma ampla gama de produtos: medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes, domissanitários e produtos destinados à correção estética, entre outros, submetidos ao regime de vigilância sanitária.

Não obstante os óbices relativos ao mérito, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, esclareça-se, por derradeiro, que não há o que questionar quanto à sua constitucionalidade e regimentalidade.

Voto

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento o nobre colega Senador João Durval pelo seu relatório, muito competente. Isso significa, é claro, que o nobre Relator estudou a fundo essa questão. Mas eu recebi um telefonema do Senador Antonio Carlos Valadares, nosso colega nesta Comissão, que me pede que eu peça vistas para que possamos conversar um pouco mais com o próprio Senador João Durval. A ANVISA também gostaria de dialogar um pouco mais sobre essa questão, e o Ministério Público, também.

Devido a isso, se o Senador João Durval concordar – e eu gostaria de ter a concordância de S. Exª –, eu pediria vista. A gente conversa com esse grupo de pessoas interessadas nesse tema e vota em seguida.

Eu não tenho nenhuma posição firmada, apenas estou atendendo um pedido do Senador Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Exª está pedindo vista regimental pelo art. 132.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero ficar amparado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – De forma gentil, amparado pelo seu colega Senador João Durval. Ele pede vista a V. Exª, em que pese ser regimental. Mas S. Exª quer ter a sua aquiescência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos dialogar com V. Exª. Eu concordo com o seu relatório.

O Senador Valadares pediu que solicitasse vista para dialogar um pouco mais com V. Exª.

V. Exªs concordam.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo o pedido de vistas ao Senador Paulo Paim e concedo o a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Apesar de o Senador Paulo Paim ter pedido vistas, eu gostaria de parabenizar o Senador João Durval, porque, veja bem: como vamos aqui disciplinar sobre enxaguatório bucal, se isso traz prejuízos à saúde? Sinceramente, eu o felicito pelo relatório. Isso é uma questão para a ANVISA estudar com os técnicos. Como podemos votar uma coisa dessas aqui?

Não temos bases científicas para decidir. Isso só seria possível depois de muitos estudos, de relatórios apresentados pelas equipes competentes.

Respeito muito S. Exª, admiro muito o Senador Antonio Carlos Valadares, mas essa questão é para norma infralegal. Essa é uma questão da ANVISA.

Então, apesar de ter havido o pedido de vistas, acho que esse é o tipo de projeto... Foi muito bem feito o relatório do Senador João Durval.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para justificar. A minha posição não é contra o relatório. Estou atendendo um pedido do Senador Antonio Carlos Valadares, que queria dialogar mais sobre o tema, inclusive convidando a ANVISA, o Relator e o Ministério Público, que apresentou uma nota favorável ao projeto do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O pedido de vista já foi concedido a V. Ex^a, baseado no art. 132.

Item 13

– Decisão não terminativa –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2008

Permite a dedução da contribuição patronal devida do valor do Bolsa Família recebida pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.

Autoria: Senador Álvaro Dias.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Observação: a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Benedito de Lira para proferir o seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Da Comissão de Assuntos Sociais.

Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, que permite a dedução da contribuição patronal devida do valor da Bolsa Família recebida pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.

Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, determina que a pessoa jurídica que contratar beneficiário do programa Bolsa Família poderia deduzir o valor recebido pelo trabalhador, a esse título, da contribuição patronal devida à seguridade social.

A iniciativa estabelece ainda que o empregador admitido nessas condições terá o benefício suspenso durante todo o período em que durar o vínculo empregatício. Cria também um cadastro nacional de inclusão produtiva do trabalhador, pró-trabalho, que centralizaria as informações dos trabalhadores nesta situação. Dispõe também sobre a preferência desses trabalhadores em programas de qualificação de mão de obra e inclusão social.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor argumenta que, não obstante a relevância social do programa Bolsa Família, há o risco de que se esteja criando uma

dependência e acomodação indesejáveis naquelas pessoas que a recebem.

O projeto foi distribuído para a Comissão de Assuntos Sociais e para a Comissão de Assuntos Econômicos, que o apreciará em decisão terminativa. Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei. A dedução de contribuição social insere-se no campo da Previdência Social. Normas com este conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vício de inconstitucionalidade nem de ilegalidade no que concerne ao seu aspecto formal.

No mérito, em que pesem as preocupações e os nobres propósitos do eminente autor da proposição, ela apresenta problema de ordem técnica de mérito que impediriam, caso aprovada, cumprir tais objetivos.

Primeiramente, é necessário lembrar que o Programa Bolsa Família é um programa de suplementação de renda, e não de substituição. Justamente por tal razão é um benefício de valor muito menor do que outros como, por exemplo, o benefício da prestação continuada que é pago a idosos e deficientes sem capacidade para o trabalho no valor de um salário mínimo mensal. O Bolsa Família destina-se a entidades familiares em situação de pobreza, estando enquadradas neste critério aquelas com renda mensal de R\$70,00 até R\$140,00 por pessoa devidamente cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais – Cade Único. A renda da família, calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês, como salários e aposentadorias, esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na mesma residência, obtendo, assim, a renda *per capita* da família.

Os valores dos benefícios pagos pelo Bolsa Família variam entre R\$22,00 e R\$200,00, de acordo com a renda mensal da família por pessoa e com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. O programa tem quatro tipos de benefício: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário. O benefício básico de R\$68,00 é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$70,00 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças adolescentes ou jovens. O

benefício variável de R\$22,00 é pago às famílias pobres com renda mensal de até R\$140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$66,00. O benefício variável vinculado ao adolescente, de R\$33,00, é pago a todas as famílias do programa que tenham adolescentes de 16 a 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$66,00. O benefício variável de caráter extraordinário é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras. O valor do benefício varia de caso a caso. Dando um exemplo prático: se um pai de uma família de cinco filhos for contratado por um salário mínimo, R\$545,00, e na família dele ninguém mais estiver trabalhando, ainda assim ele fará jus ao benefício, pois o programa considera famílias pobres aquelas com renda *per capita* de até R\$140,00. No caso, por ser excluído do programa, ele teria que ganhar pelo menos 140 vezes seis, R\$840,00.

Além disso, ao entrar no programa, a família se compromete a manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprindo os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação para crianças entre 0 e 6 anos e agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

E os estudos não mostram que o Programa Bolsa Família esteja causando, de modo geral, desestímulos ao trabalho. Pelo contrário, no agregado, os beneficiários têm maior participação no mercado de trabalho do que os não beneficiários em circunstâncias idênticas: mesmo grau de escolaridade, idade, etc.

Por todas essas razões, exigir que o beneficiário se desligue do Programa para que possa assumir um posto de trabalho, gerando, com isso, um benefício para o empregador, representaria um retrocesso nas políticas públicas de combate à pobreza. Além do mais, permitir que o empregador abata o que o beneficiário recebe do Programa Bolsa Família de valor devido a título de Contribuições Sociais significaria, em última análise, que o Estado estaria repassando o Bolsa Família para o empresário, o que não é razoável.

Voto

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 433, 2008.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Benedito de Lira. Em discussão a matéria. Não havendo...

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Relator pelo relato feito.

Realmente, o Programa Bolsa Família é extremamente importante para as famílias. Na verdade, é um programa de suplementação de renda e não de substituição. Então, quero parabenizar o relatório e dizer que temos plena e total concordância com o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Parabéns, Senador Benedito de Lira. Também o cumprimento.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o parecer ao Projeto de Lei nº 433/2008.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o relatório do Senador Benedito Lira.

Eu gostaria de retomar a votação do Item 3, tendo em vista que temos quorum. Ele tem a relatoria da Senadora Maria do Carmo.

Retomo a discussão.

Se tem algum Senador ou Senadora que queira discutir, está reaberta a discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora, Senadora Maria do Carmo, Sr. Presidente, e com o autor, Senador Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Senadora Maria do Carmo, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

A SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senadora Maria do Carmo? Já tem seu voto conhecido. Senadora Maria do Carmo foi Relatora deste projeto em caráter terminativo.

Aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria, aproveitando o quorum, de comunicar a V. Ex^{as} que está confirmada a presença, no dia 27, do ilustre Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, como também para o dia 4 de maio está confirmada a presença do ilustre Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que vem para discutirmos aqui os rumos do SUS – Sistema Único de Saúde. Ele trará planos de sua pasta também.

O requerimento já foi aprovado, de autoria do Senador Eduardo Amorim. Gostaríamos de contar com a presença de V. Ex^{as} de forma maciça no dia 27 e no dia 04 de maio. Dia 27, a presença de Garibaldi Alves, e dia 4 de maio, do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Continuando.

ITEM 6 DA PAUTA.

PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2007

Torna-se obrigatório o fornecimento gratuito por motéis de preservativos e folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O projeto de V. Ex^a, Senadora Maria do Carmo, tendo quorum e sendo de caráter terminativo, imagino que V. Ex^a não esperava que nós o colocássemos na pauta. Entretanto com a presença do Relator e de

V. Ex^a e com o quorum completo, nós pedimos que solicitasse...

Concedo a palavra, a votação será nominal, ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como médico, para mim é uma satisfação poder relatar esse projeto de iniciativa da Senadora Maria do Carmo, cuja preocupação, ao apresentar a proposição legislativa sob exame, é absolutamente justificativa. Apesar de a política nacional de doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, ter diminuído o ritmo de avanço dessas doenças sexualmente transmissíveis no Brasil, o exame dos últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde revela uma tendência ao recrudescimento da AIDS em nosso meio.

O volume de casos da doença está em crescimento, ainda que em número muito inferior à progressão quase geométrica observada no início da epidemia, das décadas de 80 e 90. Porém, durante o ano de 2009, o número de casos registrados atingiu o recorde no País, 38.538 (trinta e oito mil quinhentos e trinta e oito) casos. Ademais, nos últimos quatro anos houve um incremento de mais de 5.000 (cinco mil) casos anuais de incidência da AIDS. Isso significa que a doença não está satisfatoriamente controlada e ainda demanda ações enérgicas do Governo e da sociedade para a sua prevenção.

Assim, justifica-se a intenção da autora de propor o reforço da estratégia de controle das DSTs, isso é, doenças sexualmente transmissíveis.

A situação epidemiológica das outras doenças sexualmente transmissíveis também é preocupante. Continuamos a viver com o índice inaceitável de sífilis, de gonorréia, de hepatite B e de infecção pelo vírus do papiloma humano, que inclusive leva ao câncer de colo de útero das mulheres, apenas para citar algumas doenças.

O uso do preservativo constitui importante estratégia da profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis. O seu oferecimento, juntamente com o folheto educativo, na ocasião propícia tende a incentivar a sua utilização. Medidas semelhantes foram implementadas por diversos entes federados e tiveram boa aceitação por clientes e por proprietários de motéis. Em alguns casos o ente público fornece gratuitamente os preservativos para o estabelecimento, que os repassa para os clientes, ou seja, o indivíduo recebe o preservativo gratuitamente do poder público, da mesma forma que ocorre nos programas regulares de distribuição desse produto à população, porém quem faz a entrega é o motel, quem disponibiliza é o motel.

O motel também pode adquirir e distribuir o preservativo por conta própria, repassando os custos à clientela. Ainda assim, o impacto é desprezível, pois o custo utilitário do produto para o estabelecimento de compra no atacado é ínfimo, cerca de R\$0,20 (vinte centavos) a R\$0,30 (trinta centavos). Em qualquer hipótese o motel estará livre para comercializar modelos diferenciados de preservativos para uma clientela mais exigente. O importante é que sempre haverá pelo menos preservativo, masculino ou feminino, à disposição do casal.

Por fim, não há óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição. Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2007, de autoria da nobre Senadora Maria do Carmo Alves, aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu relatório.

Em discussão a matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pois não, Senador Lindbergh Farias, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, é discussão, na verdade.

Nobre Senador Mozarildo e Senadora Maria do Carmo, quero parabenizá-los pelo projeto. Tem uma nota aqui do Ministério da Saúde favorável a esse projeto, mas aconselhando que além de motéis – queria perguntar se V. Ex^a acata –, sugerindo estender, essa nota do Ministério da Saúde, uma nota muito interessante sobre o projeto, que além de motéis, hotéis, pousadas, pensões e estabelecimentos similares.

Se V. Ex^a pudesse acolher, eu tenho certeza de que reforçaria esse projeto. Essa é uma posição, inclusive, do Ministério da Saúde.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu acho que é importante a sugestão, não altera, portanto, o parecer. Acolho, sim, a sugestão de que se estenda a esses outros estabelecimentos propostos. Realmente, tem tudo a ver. Acho que não é demais aumentar a prevenção.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Só lembrar, é uma nota técnica. Vou passar a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está acolhida a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Nós colocaremos no plenário para ver se ele aceita como emenda de plenário, de comissão.

Em discussão a matéria.(Pausa)

Imagino que o Senador Mozarildo Cavalcanti concorda, já acolheu.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto do Senado nº 270, de 2007. A votação é nominal. Consulto o ilustre Senador Paulo Paim como vota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator e com a emenda do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Com o Relator e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Com a autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti. Voto conhecido, que acatou e acolheu a emenda do Senador Lindbergh Farias.

Consulto a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (PT – ES) – Com o Relator e com a emenda do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto também a autora do projeto, a Senadora Maria do Carmo. Queremos cumprimentar V. Ex^a pelo projeto meritório, que, certamente, é muito importante para a sociedade.

Senador Lindbergh Farias, consulto V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Com o Relator e com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Resultado: aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda.

V. Exas. estão de acordo?(Pausa)

Aprovado.

Próximo item, se possível de Senadores que se encontram no plenário. Se não, podemos nomear algum *ad hoc*. Tem um projeto do Senador Paulo Paim. Temos de valorizar quem frequenta permanentemente a Comissão e nada tem de impeditivo legal ou regimental. Iremos designar um relator *ad hoc*.

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006, § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de julho de 1994, para dispor sobre o prolongamento da concessão do seguro-desemprego em até doze meses para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Codefat. O Senador Paulo Paim é o autor do projeto. Entretanto, a relatoria é do Senador Gim Argello. Nomearemos um relator *ad hoc*. Naturalmente, o quorum está diminuindo, mas, de qualquer maneira, acho que voltaremos a ter quorum até o início da votação do relatório. A votação será nominal, é bom que se comunique aqui.

Quero nomear o Senador Casildo Maldaner para relator *ad hoc* do projeto do Senador Paulo Paim.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É o Item 9 da pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, para efeito de conhecimento, na verdade, o Codefat já faz isso. É só para ampliar em momentos de crise. Ocorreu uma catástrofe, digamos, no setor de pesca, os pescadores ficaram sem direito. Eu apenas garanto que o Codefat poderá, se assim for decidido, assegurar a eles.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Se eu bem entendi, será acionado em casos como está aqui, dentro do projeto de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ainda o Codefat vai decidir se vai ou não vai.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É meritório, é louvável, já que tem o apoio do Senador Jayme Campos. Todas as vezes em que V. Exª coloca projeto aqui nesta Casa são projetos de defesa daqueles menos afortunados e, sobretudo, da classe trabalhadora.

Com a palavra Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vem à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006, que, ao alterar o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, tem por finalidade expor sobre a possibilidade de prolongamento da concessão do seguro-desemprego por até 12 meses para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat.

Para o Autor, dilatar em até 12 meses a concessão do seguro-desemprego não compromete a saúde financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador, já que a concessão do benefício está sujeita à deliberação do Codefat, que, por sua vez, deverá se submeter à regra de que o gasto adicional representado por tal prolongamento não poderá ultrapassar em cada semestre 10% do montante da reserva mínima de liquidez de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

No âmbito desta Comissão não foram apresentadas emendas até a presente data. Portanto, vamos para a análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre matérias semelhantes.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina ou matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional. A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados. A proposição e discussão pretendem dar maior flexibilidade, agilidade e efetividade à concessão do benefício seguro-desemprego, a qual hoje é restrita a um período máximo variável de 3 a 5 meses, podendo ser prorrogado a critério do Codefat em até 2 meses.

Assim, nas palavras do Autor, em situações de calamidade nos centros urbanos e principalmente no campo, decorrentes de vendavais e incêndios, inundações, longas estiagens, chuvas de granizo, geadas, em suma, de fatos imprevistos, o trabalhador acaba empurrado para a marginalização e a completa exclusão social. Ainda que no ano de 2006 a iniciativa do Senador Paulo Paim seja mais atual do que nunca, constitui-se também, sem dúvida alguma, em instrumento imprescindível e eficaz para amenizar os efeitos perversos de uma taxa de 9% de desemprego, decorrente da crise econômica mundial desencadeada pelos bancos norte-americanos a partir de 2008.

Em períodos de crise econômica durante os quais se restringe o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho ou fica submetido a toda forma de desemprego, comprometendo-se a dignidade e as garantias de produção social que devem ser adequadas...

Portanto, com essa lei, pelo que se vê sem ler todo o relatório, só num resumo, Sr. Presidente, nobres

colegas, dá para entender, de autoria do Senador Paulo Paim, que hoje já se permite de 3 a 5 meses. O Codefat só pode prorrogar por mais 2, e a proposta do Paim é de que possa ir até 12 meses em casos excepcionais, conforme aqui citados: enchentes, granizo, para não ficarem desamparados até reconstruir, catástrofes. São casos excepcionais, sempre prevenindo um percentual de liquidez do Codefat e ouvindo o Codefat sempre.

Essa é a proposta do Senador Paim. E o Senador-Relator propõe que, em face do exposto, votemos pela aprovação do projeto. Ele conclui pela aprovação, e eu também. Como Relator *ad hoc* designado por V. Ex^a, ao ler compreendi e devo apoiar, sem dúvida, esta proposta do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Casildo Maldaner, designado *ad hoc* pela relatoria do Senador Gim Argello. É uma matéria terminativa. Colocamos em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias e, em seguida, à Senadora Vanessa e ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Pela ordem, estão inscritos o Senador Wellington, a Senadora Vanessa e o Senador Mozarildo.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^{as} que sejam breves, tendo em vista que temos quórum. Poderemos votar essa matéria, seguramente, em cinco ou dez minutos, no máximo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Entendo perfeitamente, Sr. Presidente. Serei rápido. Um minuto apenas.

Quero só ressaltar a iniciativa do Senador Paulo Paim, primeiro para dar segurança. Embora tenhamos hoje uma condição de fazer essa extensão por até dez meses, pode haver questionamento. É possível que, não tendo uma base legal, possam outros interessados no fundo colocar questionamentos. Acho que a aprovação desse projeto dá segurança jurídica a um ato já praticado. E, repito, como prevê o próprio projeto, em caso de necessidade, basta ter o poder de decisão do Conselho, que examina situações emergenciais, situações de necessidade. Por isso manifesto não só apoio e voto favorável, como também compreendo como é importante essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Posteriormente, o Senador Mozarildo e o Senador Waldemir Moka.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Serei breve também, porque acho que não há divergência em relação ao projeto do Senador Paulo Paim. Na realidade, foi dito aqui. Inscrevi-me para dar o testemunho de que a legislação prevê um período de recebimento do salário-desemprego, mas esse período pode ser ampliado pelo FAT, como já vem acon-

tecendo. Dou o exemplo de que, na nossa região, às vezes temos, por conta das mudanças climáticas ou não, mudanças significativas no regime de águas. Então, a seca que deveria durar X tempo passa a durar 3X tempo do que deveria. E a gente vem conseguindo com o Ministério do Trabalho a prorrogação do recebimento do Seguro-Defeso quando a estiagem é forte ou quando a cheia é forte também. Mas acho que o que vem regulamentar a matéria é muito importante.

Então, quero cumprimentar o Senador Paim. Acho que não há problema nenhum, porque é algo que, na prática, já existe e que ele apenas regulamenta, dando uma garantia legal e uma segurança maior ao trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço à Senadora Vanessa.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, sei que esse projeto tem uma intenção muito boa, mas tenho dúvidas com relação a alguns aspectos dele. Sei que o autor é o Senador Gim Argello, do meu Partido, mas eu gostaria de pedir vista para examiná-lo e dar um voto realmente tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – De acordo com o art. 132, o pedido de vista é regimental, e nós vamos, naturalmente, concedê-lo a V. Ex^a. Entretanto imagino que é uma discussão importante e, em respeito ao Senador Waldemir Moka e ao Senador Paulo Paim, eu gostaria de conceder, antes de mais nada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nenhum pedido de vista é ilegítimo. Eu também peço algumas vezes, quando tenho alguma dúvida. Só quero pedir que, se fosse coletivo, seria melhor. Isso garante que o projeto volta na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Plenário a respeito do pedido de vista de forma coletiva.

Antes de mais nada, concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, até porque tenho certeza de que a dúvida do Senador Mozarildo Cavalcanti pode ser pertinente.

Só queria reforçar um argumento: eu achei interessante o projeto do Senador Paulo Paim. Na grande maioria das vezes, quando do acontecimento de catástrofe, principalmente climática, qual é a dificuldade que tem o Governo para implementar a ação? É a autorização. Nós não temos legislações que preveem esse tipo de situação.

Acho que, quando o projeto diz “em até doze meses”, não está determinando que sejam doze meses. Pretende dilatar se necessário. Por isso eu o vejo realmente com muita simpatia, porque nós estamos, no Mato Grosso do Sul, sofrendo terríveis situações. É como se tivéssemos uma legislação à disposição do Governo Federal e, à medida que houver necessidade, há uma autorização legislativa para que o Executivo possa fazer o socorro em momento de catástrofe.

Evidentemente o pedido de vista é regimental e, partindo do Senador Mozarildo Cavalcanti, tenho certeza absoluta de que S.Ex^a, ao examinar, dará uma contribuição que pode até melhorar o texto do nobre Senador Paim.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

Quanto ao comentário que V.Ex^a fez em relação ao projeto, não tenho dúvida alguma de que o Senador propõe desburocratizar, facilitar e, acima de tudo, dar uma garantia a mais àqueles que lamentavelmente muitas vezes na sua vida têm necessidade de recorrer a esse apoio, ou seja, buscar o seguro desemprego, pois isso facilitaria. É meritório, louvável e V.Ex^a, como já disse e reitero aqui, tem a simpatia.

É óbvio e evidente que é regimental o Senador Mozarildo fazer algum adendo também, porque é de forma democrática que temos que trabalhar.

Nós temos aqui o Item nº 7 da pauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2008.

Acrescenta o inciso XVIII no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para os casais que necessitam de tratamento por problema de infertilidade e dá outras providências.

Autoria: Senador **Marcelo Crivella**.

Relatoria: Senador **Eduardo Amorim**.

Observação: a votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir relatório e solicito aos demais Senadores e Senadoras, se possível, permanecer, tendo em vista que a votação é de caráter terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, irei direto aos fundamentos.

Compete à Comissão Assuntos Sociais, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

De acordo com o art. 24, inciso XII, da Carta Magna, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre providência social, proteção e defesa da saúde, matéria objeto do PLS nº 298, de 2008, não havendo restrição à iniciativa parlamentar nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, nada temos a opor. O projeto foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto ao mérito do projeto, entendemos que seu alcance social justifica o uso dos recursos do FGTS, ou seja, os recursos do próprio trabalhador. A construção de uma família muitas vezes supera a necessidade de aquisição de uma casa própria ou as dificuldades relativas ao desemprego temporário, até pelo fato de que nem todas as pessoas vivenciam essas dificuldades. Mas, para aqueles que sofrem pelo fato de não poder gerar seus próprios filhos, o tratamento de infertilidade frequentemente é alçado ao nível de primeira necessidade e, se não for devidamente equacionado, pode gerar prejuízos dificilmente calculados ao casal.

Nesse sentido, até mesmo famílias de faixas de renda inferiores poderiam fazer uso do FGTS, abrindo possibilidades que seriam inimagináveis a essas pessoas até então.

Sr. Presidente, o voto.

Em face do acima exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2008.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu tenho acompanhado essa parte do FGTS...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a quer a palavra para discutir ou para encaminhar?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero, na verdade, pedir vistas do projeto. Tenho acompanhado essa parte de FGTS. De um lado entendendo a parte social; de outro lado quero compreender também os impactos.

Temos hoje saques negativos do Fundo de Garantia, ano a ano, que vêm causando um problema muito grande por conta de várias formas alternativas de retiradas.

Compreendo como legítima e importante a apresentação do projeto, bem relatado aqui pelo nosso Senador Amorim. Eu gostaria apenas de ter um tempo para analisar a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto os demais Senadores e Senadoras se tem mais alguém para pedir vistas do projeto, o que acho que seria mais interessante.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – MA) – Eu quero pedir também, Sr. Presidente. Vou fazer vistas conjuntas. É a mesma coisa. Eu acho que é um projeto importante. Talvez seja o Fundo de Garantia liberado para uma série de situações.

Eu não vejo outra situação tão ou mais relevante do que essa, tão ou mais, porque ter um filho, formar uma família, acho que o Estado tem que incentivar as pessoas que têm esse desejo. É algo muito caro, hoje, a que poucos têm acesso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pedido de vistas concedido tanto ao Senador Wellington como também à Senadora Vanessa. Então, de forma coletiva.

Nós entraremos no Item 8 da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO 427, DE 2007

Que altera a Lei nº 5.889, de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural.

Autoria: Senadora **Lúcia Vânia**.

Relatoria: Senador **Eduardo Amorim**.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, irei direto aos fundamentos.

A proposta da ilustre Senadora Lúcia Vânia está em conformidade com os pressupostos constitucionais que definem a iniciativa para tramitação das leis e a competência para legislar, art. 61 e *caput* do art. 48 da nossa Constituição, respectivamente.

Está redigido com boa técnica legislativa e atende às exigências de juridicidade e regimentalidade.

Consideramos criticável a existência de regulamentos que disponham sobre matérias que deveriam ser reservadas à legislação ordinária. Elas acabam gerando insegurança jurídica. Afinal, o trabalho precisa de normas com certo grau de permanência e consolidação, até para que uma interpretação justa dos dispositivos legais seja alcançada.

Também gostaríamos de registrar que, em nosso entendimento, a elevação das normas do ponto de vista hierárquico por si só não garante o fim dos abusos no trabalho do campo, mas a publicidade da lei ordinária favorece os procedimentos de orientação aos interessados e de punição dos empregados relapsos. Há, então, vantagens na normatização por meio da lei

em relação às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e do Emprego.

O poder coercitivo e o reconhecimento legal são maiores quando se trata de lei ordinária. Normas de hierarquia inferior podem ser questionadas em diversos aspectos e muitas vezes extrapolam a competência do ente regulamentador.

Destaque-se que entre as novas disposições a exigência de equipamento de proteção individual, que tem força de lei e certamente colaborará para a diminuição de acidentes de trabalho no campo, área na qual via de regra o atendimento médico é precário e demorado.

Finalmente, a introdução da Lei nº 5.889, de 1973, de normas sobre os serviços especializados de prevenção de acidentes do trabalho rural e sobre as comissões internas de prevenção de acidentes do trabalho rural muito pode contribuir para que essas instituições sejam efetivamente criadas. E a garantia de emprego dos titulares de representação dos empregados na Cipat dará a esses trabalhadores condições de exercer, sem constrangimento, as funções a eles atribuídas.

O voto, Sr. Presidente.

Analisando o Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2007, constatamos que foram observados os pressupostos constitucionais, a matéria não apresenta vício de inconstitucionalidade e está dotada de méritos.

Opinamos, então, pela sua aprovação.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, nós vamos encerrar, tendo em vista que essa matéria é de caráter terminativo e não temos ainda o quorum. Após obtermos o quorum, retomaremos o processo de votação.

Nesse caso, gostaríamos também, com a devida vênica, de colocar um outro projeto, o Item 12 da pauta, cuja relatoria é da Senadora Lúcia Vânia, que tem decisão não-terminativa, mas já ficaria lida a matéria.

ITEM 12:

Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.

Autoria: Senador **Sérgio Zambiasi**.

Relatoria: Senadora **Lúcia Vânia**.

Quero fazer uma observação: em 16/03/2011, o projeto foi retirado de pauta; em 21/03/2011, foi recebido o novo relatório da Senadora Lúcia Vânia; e a matéria

constou da pauta das reuniões dos dias 23/03/2011 e 06/04/2011, sendo adiada a sua apreciação.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tem por objetivo instituir diretrizes para a promoção da alimentação saudável no âmbito das escolas públicas e privadas do País.

Eu gostaria de ir direto à análise, uma vez que as Sras. e Srs. Senadores têm toda a matéria na mão.

A proposição em apreço tem por objetivo estabelecer diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas redes de ensino pública e privada. Entendemos que a medida possui grande alcance social, especialmente quando nos defrontamos com o aumento alarmante do número de casos de obesidade infantil e juvenil, o que configura grave problema de saúde pública.

Atualmente, o arcabouço normativo só conta com lei sobre a merenda escolar ofertada na rede pública de ensino. Com relação à oferta de alimentos por entidades privadas, como as cantinas escolares, não há disciplinamento legal em nível nacional. Consideramos extremamente necessário contar com norma legal que discipline a oferta de alimentos aos estudantes das escolas dos ensinos infantil, fundamental e médio, tanto de escolas públicas quanto privadas. Assim, é louvável a iniciativa do autor da matéria, que preenche essa lacuna do ordenamento jurídico vigente.

Do ponto de vista da saúde de crianças e adolescentes, o projeto em comento representa importante medida de proteção e merece nosso total apoio.

Pelas considerações expendidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2010, com as seguintes emendas:

No art. 4º e no inciso IV do art. 5º do PLS nº 225, de 2010, substitua-se o termo “produção” por “preparo”;

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 225, de 2010, a seguinte redação:

Art. 3º

I – implementação de ações de educação alimentar e nutricional que levem em consideração os hábitos alimentares enquanto expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;

II – estímulo à implantação de hortas escolares para a realização de atividades com os

alunos e para a produção de alimentos a serem utilizados na alimentação ofertada na escola;

III – estímulo à adoção de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de preparo e de fornecimento de alimentos no ambiente escolar;

.....
VII – estímulo à adoção de medidas de vigilância à saúde de alunos portadores de disfunções metabólicas ou endócrinas e de prevenção de riscos e cuidado específico através de dieta especial;

EMENDA Nº 3

Acrescente-se ao art. 5º do PLS nº 225, de 2010, os seguintes incisos:

Art. 5º

.....
XI – Desenvolver e avaliar estratégias para melhorar a qualidade da alimentação do aluno que apresente disfunção metabólica ou endócrina;

XII – Implementar programa alimentar especial que atenda às necessidades dos alunos portadores de doenças relacionadas à disfunção metabólica ou endócrina.

Este é o relatório, Sr. Presidente, pela aprovação com as emendas já de conhecimento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM–MT) – Agradeço a Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão a matéria. *(Pausa)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT–RS) – Sr. Presidente, uma rápida consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM–MT) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT–RS) – Sr. Presidente, fazer uma homenagem ao nosso querido Senador Sérgio Zambiasi, lá do Rio Grande do Sul, que sempre demonstrou a sua preocupação com a questão da obesidade, principalmente das crianças e jovens. E a Senadora Lúcia Vânia complementa o projeto, eu diria, com uma, duas, três, quatro, cinco emendas – diria no bom sentido –, porque cada artigo aqui colocado amplia.

O Senador Zambiasi não está aqui neste momento, mas tenho certeza de que concordaria, na íntegra, com todas as emendas.

Então parabéns ao Senador Zambiasi e à Senadora Lúcia Vânia, mais uma vez.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB–GO) – Gostaria só, Sr. Presidente, de agradecer ao Senador Eduardo Amorim a relatoria do projeto de minha autoria e dizer da importância daquele projeto, uma vez que a segurança no trabalho rural é extremamente importante.

Essa semana, no Estado de Goiás, tivemos um caso extremamente grave de um trabalhador rural inexperiente que foi tragado por uma trituradora assim que iniciou o seu trabalho, durante a manhã. Esses casos são frequentes na zona rural e, portanto, acredito que esse projeto pode melhorar essa situação tão grave que nós encontramos em todas as partes do País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM–MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 225 de 2010, com as emendas de um a três da Relatora.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Resultado:

A matéria vai ser encaminhada à Comissão de Educação, Cultura, Esporte em decisão terminativa.

ITEM 11

– Terminativo -]

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2009

Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências, para revogar dispositivo que possibilita a cobrança pela realização de exames e a utilização de insumos, reagentes, materiais descartáveis e mão de obra, inclusive a cobrança de honorários médicos, na coleta de sangue, componentes ou derivados.

Autoria: Senador Gilvam Borges

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Observações: A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/04/2011, sendo adiada a sua apreciação.

Comunico que a votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontra-se sob exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009, de autoria do Senador Gilvam Borges.

Análise

A partir dos anos 1980, o Governo brasileiro resolveu adotar medidas para garantir a qualidade do sangue no País, notadamente em razão do preocupante avanço do número de pessoas infectadas com o vírus HIV. Nesse sentido, o Ministério da Saúde passou a gerir efetivamente toda a área de hemoterapia, com a criação do Programa Nacional de Sangue e Hemo-derivados (Pró-Sangue). Desde então, a progressiva melhoria da qualidade da hemoterapia brasileira tem sido reconhecida nacional e internacionalmente.

Ademais, após a regulamentação do art. 199 da Carta Magna, que dispõe sobre a participação da iniciativa privada no sistema de saúde, houve alteração legal verdadeiramente decisiva para o setor, pois no texto do § 4º desse artigo ficou expressamente vedada a doação remunerada de sangue no País.

Hoje, a estrutura da coleta de sangue no Brasil é composta por uma rede de hemocentros públicos responsáveis pelo abastecimento de sangue aos hospitais públicos e alguns particulares e de diversos bancos de sangue privados vinculados a hospitais particulares. Essa rede é fiscalizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Sr. Presidente, está difícil ler.

A iniciativa sob análise tem o propósito de revogar o parágrafo único do art. 2º da Lei 10.205, de 2001. É justamente nele que está estabelecido que não se considera como comercialização a cobrança de valores referentes a insumos, materiais, exames sorológicos, imuno-hematológicos e demais exames laboratoriais definidos pela legislação competente, realizados para a seleção do sangue, componentes ou derivados, bem como honorários por serviços médicos prestados na assistência aos pacientes ou doadores.

No entanto, tal proposta não leva em conta que todo o processamento do sangue, da coleta à transfusão, é feito em inúmeras etapas, entre as quais merece destaque a aplicação de testes que requerem insumos específicos manipulados e realizados por profissionais especializados que, evidentemente, recebem honorários pelos serviços médicos prestados. Tampouco considera que todos os materiais, substâncias e insumos industrializados usados para coleta, preservação, processamento, armazenamento e transfusão de sangue e seus componentes, assim como os reagentes industrializados usados para triagem de doenças transmissíveis.

veis pelo sangue e para triagem imuno-hematológica, têm custos elevados.

De acordo com as normas vigentes, todos os materiais e substâncias que entram em contato direto com o sangue ou componentes a serem transfundidos em humanos devem ser estéreis, apirogênicos e descartáveis.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a revogação do parágrafo único em comento pode ter consequências desastrosas para a área do sangue no País. O legislador, sem dúvida alguma, ciente desses fatores, deixou explícito no texto da norma em vigor que não se considera como comercialização a cobrança dos valores nele mencionados.

Cumpre destacar ainda que o legislador, ao regulamentar na Lei nº 2.205, de 2001, permitiu a remuneração dos serviços não apenas no parágrafo único do art. 2º. No inciso V do art. 14 da mesma lei está claramente expressa a permissão da remuneração dos custos dos insumos, reagentes, materiais descartáveis e da mão de obra especializada, inclusive honorários médicos, na forma de regulamento e das normas técnicas do Ministério da Saúde.

A nosso ver, portanto, a remuneração desses custos está perfeitamente de acordo com as normas em vigor. Nada indica que haja comercialização de sangue no País. E, assim sendo, não há razão para que a alteração aqui proposta seja contemplada.

Voto

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 266 de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2009.

Quero dizer aos Srs. e Sras. Senadoras que quem vota com a Relatora vota “NÃO”.

Procede-se à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais uma vez eu voto com a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto com a Relatora: “NÃO.”

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos – DEM – MT) – Feita a votação, o projeto rejeitado será encaminhado à Comissão e ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Eu gostaria de aproveitar e solicitar aos Srs. Senadores... Já temos matérias que já foram lidas, apenas aguardando termos quorum para votação nominal.

Infelizmente, o quorum aqui não é suficiente. Chegou o Senador Moka.

Gostaria de retomar o processo de votação, que é o Item 2, já relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, na semana passada.

Eu coloco em votação esta matéria. Votação nominal.

O projeto tem o nº 37, projeto de lei do Senado de 2008. Autoria do Senador Tião Viana e com relatoria do Senador Eduardo Suplicy.

O relatório é pela aprovação do projeto.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a quiser, eu posso ler uma síntese (breve) para que todos tenham consciência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Para suas considerações, Senador Eduardo Suplicy. Em rápidas palavras, aproveitaremos o quórum para votarmos esta matéria.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Com respeito ao objetivo da proposição, a Lei nº 8.802/91, de Seguridade Social, em seu art. 19, determina que o Tesouro Nacional repasse mensalmente recursos referentes às contribuições sociais de empresas e incidentes sobre o faturamento e lucro e a receita de concurso e prognóstico para a execução do orçamento de Seguridade Social.

O Senador Tião Viana pretende, por intermédio desse projeto, acrescentar o art. 19-A, que determina que a totalidade do montante arrecadado com a aplicação das multas pelo descumprimento do art. 93, que diz respeito a empresas com 100 ou mais empregados estarem obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, a Lei nº 8.203/91, seja destinado ao Ministério da Saúde para o financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

Essa é a síntese, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Agradeço V. Ex^a por suas considerações. Sua síntese foi bem rápida.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou acompanhar o Relator. Mas, de fato, é um projeto polêmico. Todo projeto que desloca verbas da Previdência, eu faço, no mínimo, uma declaração, porque depois fica aquela velha estória de que a Previdência não tem dinheiro. E não pagam os aposentados.

Mas eu quero dizer que como no projeto os próprios Ministérios não se entenderam, eu fico com o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Registro a observação de V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti?

A SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Senador Eduardo Suplicy?

Voto já conhecido.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. PTB/MT) – Aprovado.

Será comunicada a decisão à Comissão e ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e a publicação no Diário do Senado Federal.

Esta matéria, que também é do Item 8 da pauta, já foi lida.

Projeto do Senado em caráter terminativo.

Só para refrescar a memória das Sras. e dos Srs. Senadores, altera a Lei nº 5.589, de 08 de junho de 1973, para dispor sobre a segurança e higiene do trabalho rural.

Autoria da Senadora Lúcia Vânia e relatoria do Senador Eduardo Amorim.

A votação é nominal.

Como ninguém quer discutir...

Já tem uma norma aqui no art. 13, a propriedade rural com cem ou mais trabalhadores. Se eles acatassem, eu queria reduzir para 50 trabalhadores.

Sr. Presidente, esse eu voto na íntegra. Foi a orientação que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Nós vamos votar nominalmente. Já está registrado o voto de V. Ex^a.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Vota contra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Está registrada aqui a observação de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Amorim? Voto conhecido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota a Senadora autora Lúcia Vânia?

Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Foram oito votos a favor e um contra. A autora conta para o quorum e o Presidente também conta no quorum. Então, oito a favor e um contra. Evidentemente, com a minha participação, como Presidente, e da autora, houve quorum suficiente para que a matéria fosse aprovada em caráter terminativo.

Aprovada a matéria, será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial da Casa.

O Item nº 5, decisão terminativa, aproveitando o quórum também e agradecendo a presença de V. Ex^{as}.

É o Projeto de Lei nº 637, de 2007, altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993, e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre contribuição dos filiados à Cooperativa de Transportadores Autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop.

Autoria: Senador Casagrande.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Entretanto, o Relator pediu que a matéria fosse retirada diante do fato de que S. Ex^a quer reexaminar essa matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Eu queria colocar um pedido de vista. Havia até uma concordância, informa a assessoria do Senador Pedro Simon, que não se encontra presente. Então estou pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – No caso de pedido de vista... V. Ex^a fala sobre o Item nº 4 da pauta?

Se é o Item nº 4, ele foi retirado já, conforme solicitação do Senador Pedro Simon.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Ah, então está certo. Eu retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Se o autor estivesse aqui, poderíamos conceder o pedido de vista, mas a matéria não foi lida; ela foi retirada da pauta para reexame.

Temos aqui o Item 4, Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, que acrescenta o artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto da Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Observações: em 10/02/2010, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer fa-

vorável ao projeto com as emendas: nº 1 CCJ e 2, CCJ. A matéria constou na pauta da reunião de 6/04/2011, sendo adiada a sua apreciação.

A votação será nominal, mas quero solicitar que o Senador Waldemir Moka seja o Relator *ad hoc* dessa matéria para proferir a relatoria do voto.

Senador Waldemir Moka, página 48.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, do Senador Pedro Simon, que acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e dá outras providências.

Relatório

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, cuja ementa é escrita acima.

O projeto tem por objetivo alterar a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e cria o Plano de Seguridade Social dos Congressistas – PSSC para vedar a concessão de qualquer dos benefícios previdenciários previstos no diploma legal ao parlamentar que tenha tido seu mandato cassado ou que tenha renunciado com o objetivo de frustrar a instauração de procedimento capaz de resultar na decretação da perda desse mandato.

A justificação se assenta na necessidade de ser exigida uma postura minimamente condizente com a ética e o decoro parlamentar para que o legislador tenha direito aos benefícios previdenciários instituídos por lei em seu favor.

A matéria foi examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que acolheu o relatório do nobre Senador Flexa Ribeiro, favorável à proposição, com duas emendas apresentadas com o objetivo de atualizá-la, tendo em vista a aprovação por esta Casa do PLS nº 113, de 2007, que altera a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, para impedir a aposentadoria pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas de parlamentar que tenha perdido o mandato, de acordo com o art. 55 da Constituição Federal, por ato ou omissão ilícitos relacionados a recursos públicos.

Esse último projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, onde tramita com o número 5.313, de 2009, tendo sido despachado ao exame das Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria encontra-se aguardando sua redistribuição na primeira Comissão em razão do final da 53ª Legislatura.

Segundo a Comissão de Constituição e Justiça, como há similaridade entre os dois projetos e para manter o PLS nº 329, de 2005, impõe-se ser especificada na redação que pretende sua abrangência apenas aos benefícios concedidos pelo IPC, eliminando a sobreposição com o PLS nº 113, de 2007, acima referido.

Ademais, com o objetivo de compatibilizá-la com a alteração proposta, a Comissão de Constituição e Justiça sugere modificação na emenda da proposição.

Análise

Nada temos a acrescentar ao parecer da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O PLS nº 329, de 2005, é proposta coerente com tudo o que seu eminente autor sempre defendeu nesta Casa, onde é um dos principais arautos da ética na política.

Efetivamente vedar a concessão de benefícios previdenciários ao parlamentar que tenha quebrado o decoro ou buscado impedir seu julgamento por meio de renúncia é providência que se impõe ao Congresso Nacional como uma forma de se tentar dar uma resposta à sociedade brasileira, que não suporta mais a falta de ética e a corrupção.

Qualquer ato que tenha tido por objetivo atacar a corrupção, por menor que seja, significa um passo à frente na tentativa de oferecer um futuro melhor para as nossas crianças, isso porque, sempre insisto, a corrupção não apenas se traduz no enfraquecimento das instituições democráticas, na medida em que conduz ao seu descrédito, como significa para as crianças, daqui a dez, quinze anos, em permanecendo assim, um constrangimento. Significa menos recursos para os projetos sociais, para as suas escolas; significa uma indignação maior que vão sentir daqui para a frente.

Aprovar proposições como essa é uma obrigação nossa. Quanto às emendas apresentadas pela CCJ, com certeza aperfeiçoam o projeto, harmonizando com fatos supervenientes à sua apresentação.

Voto

Por todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2005, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka por ter aceitado a nossa indicação para ser relator *ad hoc* dessa matéria. E nós queremos colocá-la em discussão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto, porque tenho que sair. Eu tenho um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas já vamos iniciar o processo de votação. Um segundo, se V. Ex^a me permite.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 329, de 2005, ressalvadas as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ.

Vamos proceder à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto está aprovado.

Consulto os Srs. Senadores e Sras. Senadoras se podemos repetir a mesma votação para as Emendas 1 e 2 da CCJ. Se todos concordam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, daria para fazer uma leitura breve das duas emendas? Só por curiosidade minha mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já está encadernado, na página 48, no Item 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou resolver o problema da minha curiosidade lá na página, por orientação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Aprovada a matéria, nós vamos encaminhar. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Concluindo os trabalhos da Comissão, comunico o recebimento do Ofício nº 435, de 2011, do Presidente do Senado Federal, informando que quando da revisão do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2008, aprovado terminativamente por esta Comissão no dia 16 de março de 2011, foi constatada a repetição do mesmo prazo nos incisos III e IV do art. 5º da redação proposta no art. 1º do referido projeto. A devida alteração foi efetuada e o novo texto final do projeto será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação no art. 91, § 3º a 5º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero encerrar os trabalhos desta Comissão agradecendo a todas as Sras. e os Srs. Senadores que participaram conosco desde o início. Hoje a pauta foi concluída com êxito aqui. De forma que eu tenho apenas que agradecer o quorum, que permitiu que votássemos todas as matérias terminativamente.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, a polêmica do projeto do Senador Valadares. Eu não sei se V. Ex^a coloca extrapauta ou apresenta e vota depois. Ele me manda um requerimento e eu, por obrigação, encaminho à Mesa: "Requeiro, nos termos regimentais, que sejam designados dia e hora desta Comissão para a realização de uma audiência pública visando a instruir o PLS222, de 2009. Para tanto, que se convoque a Anvisa e o Ministério Público".

V. Ex^a é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto ao Plenário, por solicitação do Senador Paulo Paim, diante do requerimento do Senador Valadares. É de praxe, Senador Paulo Paim. Seria até mais democrático que o autor do requerimento estivesse presente. Todavia, se o Plenário concorda, com muita honra e prazer, lerei e atenderei ao pleito de V. Ex^a, que é o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a também subscreveu. A observação

do Senador Paulo Paim é que está atendendo a um pleito do Senador Antonio Carlos Valadares.

Requeiro, nos termos regimentais, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais para a realização de audiência pública visando instruir a tramitação do PLS nº 222, de 2009. Para tanto, deve ser providenciado o convite dos representantes das seguintes instituições: Anvisa e Ministério Público.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu ainda proponho, se me permitir: e outros que esta Comissão ou os interessados entenderem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eventualmente, se algum Senador quiser incluir também nessa audiência outras autoridades, o autor do requerimento de fato e de direito, que é o Senador Paulo Paim, abre para que qualquer Senador possa também incluir outra autoridade nesse requerimento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, de certa forma, o Senador Paim permitindo, eu subscrevo, pelo menos por telepatia ou coisa que o valha, esse requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares para que haja essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim, a pedido do Senador Antonio Carlos Valadares.

Agradeço a todas Sras. e Srs. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h06min)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marisa Serrano. Justifica ausência o Senador João Durval. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá,

Ricardo Ferraço, Cícero Lucena e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2008. *Acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinquenta anos, e dá outras providências.* **Autoria:**

Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação da matéria.**

ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009. *Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação da matéria.**

ITEM 10 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2011. *Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:**

Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).**

ITEM 13 – NÃO TERMINATIVO – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CAS. *Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2011 que “Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009”, com os convidados a serem indicados, posteriormente, por esse senador perante a secretaria desta comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:**

Aprovado. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2011.** *Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 (Para substituir a expressão “Bombeiro Civil” por “Brigadista Particular”).* **Autoria:** Deputado Laerte Bessa. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Requerimento nº 7, de 2011-CAS, de Audiência Pública para instruir o PLC nº 7, de 2011, por iniciativa do Senador Paulo Paim. A matéria é retirada de Pauta para aguardar**

a realização da Audiência Pública. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008.** Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama. **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Senador Waldemir Moka. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, DE 2007.** Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condições de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE, de redação. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Senadora Vanessa Grazziotin para reexame do Relatório. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009.** Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose. **Autoria:** Deputada Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Senadora Vanessa Grazziotin. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2009.** Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Senadora Ângela Portela para reexame do Relatório. **ITEM 11 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CAS.** Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater consulta pública nº 2 aberta pelo Ministério da Saúde e publicada no DOU do dia 08/04/2011, que visa receber sugestões para o “programa que estabelece um modelo para avaliar o desempenho dos sistemas de saúde do SUS nos níveis municipal, estadual e federal. Mensurar o desempenho é essencial para avaliar o quanto os sistemas de saúde conseguem influenciar na promoção da saúde, na prevenção dos riscos e tratamento das doenças. A avaliação tem por base uma composição de indicadores já utilizados como Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação Hospitala-

res (SIH).”, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante do CONASS; Representante do CONASEMS; Representante da Academia. **Autoria:** Senadores Humberto Costa e Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CAS.** Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater o enfretamento dos diversos órgãos públicos envolvidos em relação à importação, distribuição e comércio clandestinos de produtos submetidos à Vigilância Sanitária falsificados, contrabandeados, sem registro ou de procedência ignorada, notadamente medicamentos, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante do Departamento de Polícia Federal; Representante do ANVISA; Representante da INTERFARMA; Representante do Conselho Federal de Farmácia. **Autoria:** Senadores Humberto Costa e Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 2** – Projeto de Lei do Senado Nº 298, de 2008; **Item 3** – Projeto de Lei do Senado Nº 127, de 2006. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, e as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião da CAS.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Antes de passarmos à apreciação de vários itens da pauta, eu gostaria de ler aqui o expediente encaminhado pelo Presidente desta Casa, Senador José

Sarney, que é importante para o bom andamento dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

“Em reunião de líderes realizada nesta semana, ficou decidido que os trabalhos do plenário desta Casa serão desenvolvidos em torno de pautas temáticas. Dessa forma, houve a sugestão de que as Comissões também adotassem esse procedimento, o que reforçaria os objetivos traçados pela Casa na apreciação de matérias de temas prioritários ao País.

Sendo assim, dirijo-me a V. Ex^a no sentido de solicitar a colaboração quanto ao desenvolvimento e a deliberação de pautas temáticas também no âmbito dessa Comissão.

Nesse sentido, a sugestão inicial é a de que, na última semana do mês de abril, o plenário e as Comissões analisem e votem matérias relacionadas ao tema saúde; na primeira semana do mês de maio, projetos relativos ao tema segurança pública; e, na semana seguinte, matérias relacionadas a outros temas de direitos sociais.

Solicito, ainda, a contribuição de V. Ex^a na sugestão de outros temas que possam ser objeto de elaboração de pautas temáticas a serem apreciadas pelo plenário da Casa e nas Comissões do Senado Federal.

Por fim, segue anexo levantamento realizado pela Secretaria-Geral da Mesa acerca das matérias em trâmite nesta Casa, organizadas segundo assunto tratado, bem como a relação adotada na classificação do assunto das proposições do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.”

Na verdade, o Presidente Sarney pede prioridade para os projetos que se encontram aqui correlatos ao assunto saúde. Isso tem sido feito, até porque as matérias já estão distribuídas diante dos relatores designados. Espero que os Srs. relatores, com a maior brevidade possível, evidentemente respeitando critérios, sobretudo o exame bem apurado, possam nos devolver. Feito isso, nós colocaremos na pauta da Ordem do Dia para ser votado nesta Comissão.

Gostaria, com a devida vênua, diante do pouco quórum, de colocar o item 5, de decisão terminativa. Em que pese ser terminativa nós podemos já fazer a leitura do relatório e, após isso, procedermos à votação que seria nominal. Para tanto, solicito à valorosa Senadora Vanessa Grazziotin para que faça o relatório da matéria constante do item 5 da pauta.

Após a leitura, vamos aguardar que tenhamos quórum para entrarmos no processo de votação.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Página 57, Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Relatório do parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 88 de 2008 que acrescenta parágrafos ao art. 643 da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados com mais de 50 anos e dá outras providências.

Relatório

É submetido ao exame da Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 88/08, que tem por finalidade determinar trâmite prioritário, desde que requerido pelo interessado, dos processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais em que atue como parte o empregado com igual idade ou superior a 50 anos de idade, em situação de desemprego devidamente comprovada.

Para tanto, prevê que, ao se conceder a vantagem a esses trabalhadores, respeitar-se-á a frequência já estabelecida na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos de idade prioridade na tramitação de todos os processos e procedimentos na execução dos atos e diligências judiciais em que figurem como partes.

O projeto propõe, ainda, que a vantagem atribuída a esses trabalhadores não cesse com sua morte e que se estenda em favor de seus sucessores. Ao justificar sua iniciativa – acho que esse projeto é da Senadora Lúcia Vânia –, o autor alega: “A Justiça do Trabalho é sabiamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que têm impacto sobre os interesses de toda a sociedade. Sua função social é inegável, por essa razão, deve ser ainda mais sensível às condições sociais dos empregados em litígio com os seus empregadores. No mais das vezes, o trabalhador não tem condições de esperar indefinidamente por um resultado judicial, mormente se chegou aos 50 anos, com as dificuldades naturais de realocação daí decorrentes, e se encontra desempregado.

Ao projeto, até o momento, não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art.58, § 2º, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso I, e com o art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar o presente Projeto de Lei. Inicialmente, não encontramos óbices em relação à constitucionalidade.

dade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no disposto relativo à competência legislativa privativa, qual seja: o art. 22 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso I.

Também foram observadas as normas relativas à iniciativa legislativa, previstas no art. 61 da Constituição da República, estando, dessa forma, apta a entrar em nosso ordenamento jurídico.

Nossa Constituição, art. 5º, inciso XXXV, garante a todo cidadão direito de provocar e obter o pronunciamento do Poder Judiciário sobre qualquer direito ao qual se julgue titular. A garantia de acesso à Justiça, contudo, não se restringe a simples demanda do juiz. Do Estado, o cidadão deve receber assistência jurisdicional de forma justa, como lhe é assegurado constitucionalmente. Hoje, infelizmente, a prestação jurisdicional de forma efetiva continua enfrentando uma série de obstáculos, dentre eles, a longa duração do processo constitui, sem dúvida alguma, uma grande barreira à celeridade processual. Essa demora se torna prejudicial com muito mais intensidade para o trabalhador com mais de 50 anos de idade e em situação de desemprego involuntário, que não tem como suportar, por longo tempo, a demora de um desfecho de um processo na justiça, tendo em vista a sua dificuldade natural, decorrente de sua idade, em encontrar uma nova ocupação para buscar o sustento da sua própria família.

Nesse contexto, é meritório o tratamento diferenciado que a proposição dispensa a esses trabalhadores, que obviamente se encontram em situação jurídica distinta dos demais. Em verdade, longe de criar um privilégio, o projeto está a refletir a sensibilidade que o legislador deve ter em relação a esses trabalhadores que, por força da idade, estão em condições menos favoráveis que os mais jovens.

Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88/2008.

Feita a leitura do relatório, Sr. Presidente, só quero destacar o voto favorável por conta de que, de fato, é um projeto que busca a justiça. Ele baixa, de 60 para 50 anos de idade, a preferência do trâmite do processo no Poder Judiciário, mas na condição do trabalhador ou trabalhadora, com 50 ou idade acima de 50 anos, estar desempregado.

Dito isso, Sr. Presidente, considero o projeto justo, portanto opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a Senador Vanessa Grazziotin.

Vamos adiar a discussão dessa matéria diante da falta de quórum, especialmente porque é de caráter

terminativo. Na medida em que o quórum for composto, nós voltaremos a discutir a matéria e a colocaremos em votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pediria, se possível, a inversão de pauta para o item 7, por gentileza, uma vez que eu tenho uma relatoria na outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, Senador Cyro.

A pedido do Senador Cyro, faremos uma inversão de pauta para o item 7, também com decisão terminativa.

Item 7 Terminativo

ROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009

Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009, que dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.

Autoria: Senador **Marcelo Crivella**;

Relatoria: Senador **Cyro Miranda**.

Observações: nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, ambos do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido ao turno suplementar e a votação será de forma nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Senadores.

I –Relatório

De autoria do Senador Marcelo Crivella, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2009, destina-se a tornar obrigatória a instalação de janelas de ventilação nos elevadores que transportam passageiros, devendo ser adotado padrão definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A proposição determina que o mencionado equipamento seja dotado de mecanismo de abertura interna, para os casos de emergência. As janelas também deverão conter sistema de proteção de grades ou tela, “que impeça a saída de pessoas”.

Em outro dispositivo, o projeto determina aos municípios que definam critérios e prazos para o atendimento ao disposto na lei proposta. Segundo o autor da proposição, as situações em que ocorre a parada involuntária de elevadores, por motivo de defeito

técnico ou por falta de energia elétrica, por exemplo, constituem razão de “verdadeiro desespero para os usuários claustrofóbicos”. Para ele, embora as normas de segurança orientem os passageiros no sentido de manterem a calma, essa atitude torna-se mais difícil para certos grupos de pessoas, como as crianças, os idosos e os portadores de necessidades especiais, em razão de se encontrarem em cabines quase “hermeticamente fechadas”.

À vista dessas circunstâncias, Sua Excelência considera a instalação de mecanismos de ventilação natural para uso em situações de emergência fundamental “para a manutenção da calma” entre os passageiros que aguardam socorro.

O projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II –Análise

O exame da matéria inscreve-se entre as competências atribuídas à Comissão de Assuntos Sociais pelo art. 100, incisos II e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos dos incisos XII, XIV e XV do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e defesa da saúde, assim como sobre a proteção às pessoas com deficiência e à infância. No mesmo sentido opera o art. 196 da Lei Maior, ao impor ao Estado o dever de implementar políticas “que visem à redução do risco de doença e de outros agravos” à saúde.

De outra parte, a matéria não integra o campo reservado pelo § 1º do art. 61 à iniciativa privativa do Presidente da República, sendo lícita a autoria parlamentar. Assim, os requisitos de constitucionalidade e juridicidade encontram-se atendidos, salvo por pequenas impropriedades.

No art. 1º, o projeto incorre em injuridicidade ao cometer atribuições à ABNT, associação civil regida por seus estatutos. De outra parte, o art. 2º da proposição infringe o princípio constitucional da autonomia dos entes federativos ao determinar aos municípios que definam normas de aplicabilidade da lei proposta. Os equívocos, contudo, são plenamente sanáveis por meio de emendas.

No mérito, consideramos que a iniciativa é justa e oportuna.

Quanto à técnica legislativa, a proposição também demanda reparos. Ao propor a edição de norma específica, o PLS nº 467, de 2009, desatende o comando inscrito no art. 7º da Lei Complementar nº

95, de 26 de fevereiro de 1998, que, ao dispor sobre a elaboração das leis, determina que “o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa”.

No caso em exame, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”, trata, no art. 13, exatamente de requisitos para a instalação de elevadores.

A seu turno, o art. 2º, III, dessa norma legal define a “pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” como aquela que, temporariamente ou permanentemente, “tem limitada a sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo”, circunstância que claramente se aplica ao projeto sob exame, que pretende proteger pessoas temporariamente privadas de sua capacidade de integração racional com o meio em que se encontram.

Assim, para que não se percam os louváveis propósitos da iniciativa, importa sanar as mencionadas impropriedades, o que se efetiva na forma do substitutivo adiante formulado.

III – Voto

Ante as razões expostas, voto pela aprovação do PLS nº 467, de 2009, na forma do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009 (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências”, para dispor sobre a instalação de janelas de ventilação e de elevadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 11 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 11. (...)

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, deverão ser observados, pelo

menos, o disposto nos incisos III e IV do art. 13 e os seguintes requisitos de acessibilidade: (...)'

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

'Art. 13. (...)

IV – cabine do elevador equipada com janela de ventilação dotada de mecanismo interno de abertura para casos de emergência e de sistema de proteção que impeçam a saída de pessoas.'

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Era o que tínhamos a relatar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro.

Vamos adiar a discussão e votação da matéria diante da insuficiência de quórum, por ser a matéria de caráter terminativo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu pediria a V. Exª compreensão. A matéria, como é terminativa, não pode ser votada, porque não há quórum. Mas há um projeto de lei cuja relatoria está com a Senadora Marisa Serrano. Nós duas temos um compromisso às 10 horas na Comissão de Educação, onde vamos participar de uma audiência pública, da qual somos as requerentes e autoras. Então, se possível, podíamos passar à relatoria dessa matéria, que não é terminativa nesta Comissão. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o ilustre Senador Waldemir Moka, que é o Relator da matéria constante do próximo item da pauta, o Item 8. A matéria de relatoria da Senadora Marisa Serrano consta do Item 10.

V. Exª concorda com o pleito feito pela Senadora Ana Amélia?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sou um homem disciplinado. Quem sou eu para não receber ordem da Senadora Marisa Serrano?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Isso é que é ser um Senador cavalheiro.

ITEM 10

– Não terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2011

Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso nos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para fins de concessão de crédito rural.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Observação: a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, para proferir seu relatório.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimentando a Senadora Ana Amélia, autora dessa proposta, quero passar diretamente à análise da proposição.

Os bancos cooperativos, a exemplo das instituições financeiras, têm a autorização e a fiscalização de suas atividades sob o controle do Banco Central do Brasil.

Essas entidades desempenham um papel importante na aplicação dos recursos destinados ao setor rural brasileiro, uma vez que detêm vasta tradição na operacionalização do crédito rural com recursos públicos.

Lembramos, por oportuno, o §2º do art. 174 da Constituição Federal, que chama a atenção para a necessidade de apoio e estímulo ao cooperativismo. No mesmo sentido, o inciso VI do art. 187 da Lei Maior preconiza a importância da prática do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento para a agropecuária do País.

A despeito das referidas diretrizes constitucionais, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito associadas seguem impedidos de aplicar no crédito rural recursos oriundos do FAT, em decorrência do monopólio, assegurado aos bancos oficiais pelas disposições do art. 9º da Lei 8.019, de 1990, em combinação com o art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991.

Alinhando-se ao ideal constitucional, o PLS nº 40, de 2011, ao tempo em que permite a ampliação do volume de crédito para o setor, busca ampliar a contribuição dos bancos cooperativos para o fortalecimento do sistema de crédito rural, mediante a inclusão do FAT entre as fontes de financiamento disponíveis a essas entidades.

Com efeito, o que se espera da flexibilização dos mencionados dispositivos legais é um avanço na operacionalização do financiamento agropecuário do País, inclusive quanto às possibilidades de redução do *spread* bancário praticado.

Os benefícios esperados derivam das características dos bancos cooperativos, que apresentam normalmente níveis de risco e de custos de transação adequados, aliados à capacidade operacional e de gestão, além do equilíbrio entre escala e capilaridade.

Entendemos que o PLS em análise aperfeiçoa a legislação vigente ao aproximá-la das disposições constitucionais pertinentes ao cooperativismo, como ferramenta de desenvolvimento econômico e social capaz de alavancar a geração de emprego e renda no setor primário da nossa economia.

Como entanto, como contribuição para o aprimoramento do Projeto, entendemos que os bancos oficiais estaduais e também os oficiais de desenvolvimento deveriam ser contemplados no rol de agentes que poderão utilizar os recursos do FAT para realização de empréstimos ao setor rural.

Se nossa sugestão for acatada por esta Comissão, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), criado pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1928, que atua fortemente como portfólio comercial, de crédito, financiamento e investimento, poderá acessar diretamente recursos do FAT para fortalecer sua atividade no agronegócio. Esse princípio valeria também para qualquer outro banco oficial estadual.

Para consolidar as contribuições apresentadas, organizamos a proposta na forma de Substitutivo, cujas disposições representam estímulo às atividades de bancos de fomento com as peculiaridades do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O BRDE é uma instituição financeira pública de fomento criada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em 15 de junho de 1961. Organizado como autarquia interestadual, o Banco conta com autonomia administrativa e personalidade jurídica próprias e financia, entre outras, as seguintes atividades: agropecuária, apicultura, aquicultura, armazenagem, cacauicultura, cafeicultura, cajucultura, correção de solos, floricultura, fruticultura, irrigação, ovinocapricultura, plantio comercial de florestas, produção de leite, recuperação de pastagens, sistematização de várzeas, vitivinicultura, além de outras demandas submetidas à análise.

Finalmente, vemos na proposta em apreciação uma oportunidade de dar eficácia aos dispositivos constitucionais que preceituam o fortalecimento do co-

operativismo como medida relevante para que o País abrace, finalmente, o desenvolvimento.

Pelo exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2011(SUBSTITUTIVO)

Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2011, substitutivo, que altera o art. 9º, da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e do art. 2º, da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso de instituições financeiras oficiais, agências de desenvolvimento oficiais, bancos de desenvolvimento oficiais, bancos cooperativos e de cooperativas de crédito aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito ao setor rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional por intermédio do Banco Central do Brasil e em depósitos especiais remunerados e disponíveis para imediata movimentação nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; nas instituições financeiras oficiais estaduais, nas agências de desenvolvimento oficiais, nos bancos de desenvolvimento oficiais, bem como nos bancos cooperativos e nas cooperativas de créditos constituídos nos termos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Art. 2º. Inclui-se o seguinte § 5º ao art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º. Para fins do inciso I deste artigo, além do Banco do Brasil S.A, as demais instituições financeiras oficiais federais, as instituições financeiras oficiais estaduais, as agências de desenvolvimento oficiais, os bancos de desenvolvimento oficiais, os bancos cooperativos e as cooperativas de créditos constituídos nos termos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, poderão utilizar os recursos originários

dos depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 para conceder empréstimo ao setor rural.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente à sua publicação.

Sala das Comissões, – **Marisa Serrano**, Relatora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Cumprimento a Senadora Marisa pela relatoria e também a autora do Projeto, a Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, para discutir.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Colegas, em primeira mão, quero louvar aqui a proposta apresentada pela Senadora Ana Amélia em trazer de volta à tona nesta Casa um projeto que a Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso, já havia apresentado.

A Senadora Rosalba, hoje Governadora do Rio Grande do Norte, havia mais ou menos dado um encaminhamento como a eminente Senadora Marisa Serrano acaba de proferir com seu grande relatório. Eu acho que veio em boa hora, Senadora Ana Amélia, trazer uma proposta para o Brasil, para que as cooperativas de crédito tenham condições de também atuar nos recursos do FAT. E com o complemento aceito pela Senadora Ana Amélia e pela Senadora Marisa Serrano, atendendo a um apelo nosso para incluir os bancos de desenvolvimento nessa proposta. Que só façam o desenvolvimento, que ajam nessa linha. Por que isso? Porque, hoje, aos recursos do FAT, Sr. Presidente, nobres Colegas, só tem direito ao acesso os bancos federais no Brasil – o BNDES que tem sede no Rio e a capilaridade no Brasil, com a imensidão do País, isso não é fácil.

Hoje só têm direito a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e os bancos oficiais, o Banco do Nordeste e o Basa – esses têm direito de acesso ao FAT.

Por exemplo, as cooperativas de crédito não o possuem, que fazem o crédito mais ou menos na mesma linha. Os bancos oficiais de âmbito estadual de desenvolvimento, como é o caso do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), eles têm as características do Banco do Nordeste. Só porque não é banco federal, ele não possui os direitos. Porque, de direito, ele é um banco interestadual, oficial, público, só faz desenvolvimento. De fato ele é a mesma coisa que o Banco do Nordeste e o Basa. Ele faz as políticas e tem as mesmas características.

Com essa proposta, o que acontece hoje? Hoje todo mundo tem que ir ao BNDES para financiar os projetos na região. O BNDES, naturalmente, precisa

de um *spread*; com o *spread* desses bancos de desenvolvimento que fazem os projetos nas pontas, naturalmente, para os empreendedores tornam-se mais caros os recursos. Se puder acessar diretamente ao FAT, os recursos chegarão à ponta com menos custos e mais rápido. Ajudaremos o Governo Federal, ajudaremos o BNDES, ajudaremos as outras instituições, a própria Caixa e o Banco do Brasil, com essas cooperativas de crédito, os bancos oficiais estaduais que só fazem desenvolvimento, o banco regional da região sul, que só faz desenvolvimento, está lá na ponta, é a ramificação para isso. A eficiência da aplicação disso será muito melhor, chegará com menos custo, mais rápido e a capilaridade no Brasil inteiro, em função dos outros também.

Então, é uma grande conquista e eu quero aqui cumprimentar a Senador Ana Amélia, cumprimentar a Senadora Marisa Serrano por terem recebido essa proposta de emenda para incluir também esses bancos de desenvolvimento, e com certeza quem irá ganhar com isso é o empreendimento; e, com isso, gera emprego, gera renda e ganha o Brasil. Quero deixar aqui lavrado – eu, que convivi no BRDE oito anos –, conheço bem, atua também no Mato Grosso do Sul, embora não tenha participação acionária o Mato Grosso do Sul, são os outros três Estados do Sul, mas faz parte do Cone Sul o Mato Grosso do Sul, participa disso. Então, praticamente, estamos dando uma atenção à região Sul também, e às cooperativas de crédito no Brasil inteiro e aos bancos oficiais de desenvolvimento também do país inteiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Waldemir Moka, V. Exª tem a palavra assegurada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acabou de se pronunciar um especialista, Senador Casildo Maldaner. S. Exª conhece com detalhes esses procedimentos. Mas quero me ater a duas coisas importantes, Sr. Presidente.

Primeiro, nós temos, por exemplo, o Banco do Brasil, que é o responsável pela liberação de recursos do chamado FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste). Há muito tempo eu brigo para que as cooperativas de crédito possam também administrar esses empréstimos. E é sempre uma reserva de mercado. É claro que banco nenhum quer abrir mão desses recursos, pois acaba tendo um caixa maior e isso, evidentemente, dá ao banco um poder maior também.

Mas é feliz o projeto, porque dá capilaridade das cooperativas de crédito, sobretudo para o pequeno produtor. O raciocínio é simples: você empresta menos

para um número maior de pessoas ou de empreendedores. De forma que acho que é muito feliz o projeto e acho que temos que votar favoravelmente, parabenizando a Senadora Ana Amélia pela proposta e também parabenizando a nossa extraordinária Senadora do Mato Grosso do Sul, minha querida amiga Marisa Serrano pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento V. Ex^a, que tem toda a razão, não só das cooperativas, Senador, ter acesso aos recursos do FAT, mas, sobretudo, ter um amplo debate e discussão diante dos fundos constitucionais.

A região Centro-Oeste do Brasil, de V. Ex^a, da Senadora Marisa Serrano, do Senador Waldemir Moka, e minha também, nós temos o FCO. O FCO, hoje, passou quase a ser uma carteira comercial do Banco do Brasil. Se você é um bom cliente, o banco oferece, como se fosse uma carteira comercial, os recursos do FCO. Todavia, as cooperativas não têm acesso a esses recursos para ser aplicado para os pequenos e médios produtores; os bancos privados – que eu defendo, em tese – também teriam que ter acesso, até porque existe resolução do Banco Central que exige dos bancos privados parte daquilo que têm como depósito ser aplicado na carteira, como a carteira mobiliária, como também na carteira rural. Todavia, o Banco do Brasil não tem aberto mão. E desta feita, Senador Waldemir Moka, com a criação do nosso banco de desenvolvimento da região, nós temos que exigir que o Banco do Brasil abra mão. Não é possível concordarmos com o que está acontecendo.

Lamentavelmente, Senadora Ana Amélia, eu tenho acompanhado em Mato Grosso, para que um cidadão tenha acesso aos recursos, precisa ser cliente VIP, caso contrário o Banco do Brasil passa a operar como se fosse uma carteira comercial. A lei é clara, com o advento da Constituição de 1988, isso ficou claro: é um fundo para desenvolvimento, sobretudo, para acabarmos com os desequilíbrios regionais que existem em nossos Estados. Lamentavelmente, não aplica em pequenos projetos ou em regiões que estão se exaurindo praticamente, Municípios que estão empobrecendo por falta, muitas vezes, de investimento público e, lamentavelmente, quando o setor privado quer investir não tem acesso.

Acho que é louvável, meritório o projeto de V. Ex^a, sua relatoria; estão de parabéns. Imagino que ainda faremos, pois de fato é uma injustiça em relação ao acesso à linha de crédito.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, Sr. Presidente, as referências; agradeço também as posições colocadas pelo Senador Casildo Maldaner;

ao Senador Waldemir Moka e, especialmente, à Senadora Marisa Serrano pelo seu relatório tão bem feito.

Como ouviram do próprio Senador Casildo Maldaner, este projeto eu desarchivei, na verdade, refiz um projeto novo, que foi iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, lá do seu Estado de Mato Grosso.

Hoje, eu diria, a posição do Banco Central é favorável à democratização do acesso ao crédito, porque isso também, a desconcentração é boa na medida em que a pequena economia, o pequeno empreendedor na área rural terá benefícios com o acesso a esse crédito; um crédito, evidentemente, menor e mais barato.

Então, eu penso que, sob todos os aspectos, tem um caráter econômico, sobretudo, um caráter social.

Agradeço muito a colaboração do Senador Maldaner, da Senadora Marisa, do Senador Moka. E acho que podemos votar uma matéria que é do interesse de toda a economia com efeito social importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns, Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer de V. Ex^a, que conclui... Eu imagino... V. Ex^a tem a oportunidade de se manifestar.

Aqueles que concordam com a relatoria, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, nós vamos encaminhar esta matéria para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes que eu leia o item 8 da pauta, eu gostaria de ler aqui um requerimento do Senador Paulo Paim:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

“Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno, do Senado Federal, a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, que altera o dispositivo da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, com os convidados a serem indicados posteriormente por esse Senador, perante a Secretaria desta Comissão”.

É de autoria do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente. Dizer a todos aqui que é uma questão de redação somente. Requeri essa audiência a pedido da categoria, porque a categoria que vai perder o nome de bombeiro, segundo eles, hoje eles recebem um adicional de periculosidade, é um direito, mas quando eles mudarem o nome eles vão perder esse direito.

Então, o Senador Lindbergh tinha pedido vista; eu conversei com o Senador Lindbergh e vamos fazer

uma audiência pública para ouvir o motivo pelo qual eles não querem a mudança do nome. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a aprovação do requerimento, o item 1 é retirado da pauta para aguardar a realização da audiência pública.

ITEM 8 Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008

Votação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2008, que altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres às ações de controle do câncer de mama, de autoria do Senador Inácio Arruda. Relator: Senador Waldemir Moka.

A votação da matéria será nominal.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka para proferir o parecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, vou pedir para que se retire da pauta. Parece que... Eu vou explicar:

O projeto do Senador Inácio Arruda é meritório, porém já existe uma lei que é mais ampla do que o projeto que está sendo analisado. E não tem como eu dar um parecer favorável, uma vez que já existe uma legislação sobre o assunto e sou obrigado a pedir... porque ele está prejudicado.

Como o autor não se encontra presente, eu quero então, atendendo a um pedido... inclusive tentei falar com o Inácio e ele ainda não chegou. Mas eu vou atender a um pedido da Senadora Vanessa Grazziotin e vou retirar de pauta, a meu pedido mesmo, para que possamos conversar, antes da relatoria, com o Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência concorda com V. Ex^a e retira o item 8 da pauta.

ITEM 6 Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADOR Nº 565, DE 2007

Acrescenta o § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.820, de dezembro de 2003, que dispõe sobre a vedação de diferenciação nas condi-

ções de empréstimo consignado ao aposentado, pensionista e trabalhadores da ativa.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senadora **Vanessa Grazziotin**

Observações: Em 10/11/2009, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável, com a emenda de redação oferecida.

A votação – é bom que se esclareça – será nominal.

Concedo a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir o seu relatório.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a V. Ex^a e aos Pares, membros desta Comissão, a não realização da leitura agora, porque tenho que fazer algumas correções no bojo do relatório. Fizemos modificações na ementa, mas faltou repetir essas modificações no relatório como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a quer retirar para reexame da matéria?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, é para corrigir apenas o relatório, exatamente isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O item 6 está sendo retirado a pedido da própria relatora, Senadora Vanessa, e a Mesa concorda, em gênero, número e grau, com o pleito de S. Ex^a.

Vamos para o item 9 da pauta.

ITEM 9 Terminativo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009

Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose.

Autoria: Deputada **Vanessa Grazziotin**

Relatoria: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Observações: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, como autora do projeto de lei da Câmara, aprovado naquela Casa, solicito a retirada de pauta para um melhor exame, porque, na realidade, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador extremamente zeloso, aponta questões no seu relatório para justificar a rejeição ao projeto, voto contrário à aprovação do projeto, no sentido de que, de 2005 para cá, mudaram-se os procedimentos do Sistema Único de Saúde e o que pretendemos aprovar o projeto de lei já seria rotina no Ministério da Saúde.

Entretanto, quero, Senador Mozarildo, ter a oportunidade de verificar se, de fato, isso vem ocorrendo. Deve estar ocorrendo, mas essa é a oportunidade. Então, peço a retirada como autora, antes da leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Mesa não tem nenhuma objeção, muito pelo contrário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria dizer que, realmente, só dei parecer contrário porque, de fato, constatamos que, à época em que a Senadora Vanessa apresentou o projeto, não havia esse procedimento no SUS. Então, o projeto é meritório, como disse no meu relatório. Mas concordo. Acho que a Senadora deve mesmo confirmar, para que possamos, de maneira tranquila, fazer a votação.

Se, como as informações que eu obtive, o procedimento da simpatectomia estiver sendo feito de maneira normal no Sistema Único de Saúde, não haverá necessidade deste projeto. Mas concordo plenamente com a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Atendida, na forma regimental, a solicitação de V. Ex^a, Senadora Vanessa.

ITEM 4 Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2009

Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Comunico que a matéria será retirada de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ângela Portela, para reexame do relatório.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler:

ITEM 14 Extrapauta

REQUERIMENTO Nº

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 234/2010,

que dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista e dá outras providências.

Autor: Senador Sérgio Zambiasi.

Com a participação dos convidados abaixo relacionados.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a vai encaminhar?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, vou encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Porque tem o Senador Lindbergh Farias. Eu gostaria – e V. Ex^a também é signatário da matéria – de ler o nome dos convidados, e depois a palavra de V. Ex^a está assegurada.

Os convidados são os seguintes: Ivan Sciessere, optometrista, presidente do IBO, Instituto Brasileiro de Optometria; Patrícia Mara Trebien Werner, coordenadora do curso de optometria da UnC – Universidade do Contestado, campus de Canoinhas (SC); Dr^a Leda Antunes, médica oftalmologista, coordenadora do curso de Optometria da Ulbra - Universidade Luterana do Brasil, *campus* de Canoas (RS); Eduardo Moura, optometrista, presidente do CBO, Conselho Brasileiro de Optometria, do Estado de São Paulo; José Luis Muñoz Escobar, optometrista colombiano, professor de optometria da Universidade do Contestado, *campus* de Canoinhas (SC); Izabel Cristina Andrade Molenada, médica oftalmologista da cidade de Laguna (SC); Pedro Silveira Gonçalves Filho, médico oftalmologista.

Os autores do requerimento são os Senadores Lindbergh Farias e o Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner, para encaminhar a matéria.

Preferencialmente e regimentalmente, é o Senador Casildo Maldaner, para encaminhar a matéria. Mas a palavra também está assegurada à Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, esta proposta tramitava na Casa no ano passado, e era de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, para se fazer uma audiência pública.

O Senador Lindbergh Farias pediu o desarquivamento, para que nós fizéssemos uma audiência pública, e eu acabei subscrevendo o projeto, para colocar aqui dois optometristas e dois médicos oftalmologistas, para ouvirmos e fazermos o equilíbrio, não só porque temos um curso técnico de optometria em Santa Catarina, em Canoinhas, no norte do Estado – ou é faculdade -, mas também para dirimirmos as dúvidas. Então, eles gostariam de ouvir os dois oftalmologistas, que são

médicos da área, e dois optometristas, para formarmos um juízo depois de ouvi-los nesta Comissão.

Essa é a ideia para divagarmos sobre isso e darmos essa oportunidade do debate democrático na Comissão. Essa é a ideia do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pelo que entendi, pela defesa muito bem apresentada pelo Senador Casildo Maldaner, uma defesa e uma justificativa com a qual concordo, ela é incompatível com o conteúdo do requerimento. Eu procurei prestar atenção à leitura e parece-me que há um número de convidados optometristas bem superior ao de oftalmologistas. Salvo engano, ouvi falar de três oftalmologistas e um número quase em dobro de optometristas.

V. Ex^a poderia passar essa informação, Senador Jayme?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a... Tem um a mais só, ou seja, quatro representantes dos optometristas e três oftalmologistas. Acho que isso é o de menos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem um a mais. Eu acho que deveria ser três a três. A minha opinião é essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos solicitar.

Solicito aos autores do requerimento, Senador Lindbergh e Senador Casildo...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O que nós poderíamos fazer, Sr. Presidente, para colaborar com a tese da Senadora Vanessa, que por sinal é catarinense também, seria equilibrar: ou colocar um oftalmologista a mais ou retirar um optometrista. Retirar um optometrista acho que fica melhor, até por causa das posições na mesa. Acho que não há lugar para oito.

Será melhor três a três. Vamos propor, então, três optometristas e três oftalmologistas. Se bem que, às vezes, pode ser que oftalmologista venha a concordar com a tese do optometrista, e pode também, vice-versa, não quer dizer que o optometrista não venha a concordar com o oftalmologista.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O ideal seria, no máximo, aqui...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acho que poderiam ser seis.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...três representantes de cada seria suficiente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Três e três fica equilibrado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente.

S. Presidente, acho que esse é um tema palpitante. Tanto na Câmara quanto no Senado, esse projeto é recorrente e debatido à exaustão. É um projeto delicado, complicado, porque há um interesse dos optometristas em desenvolver procedimentos médicos, o que temos que analisar com muito cuidado.

Agradeço ao Senador Casildo. Obrigada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pleito de V. Ex^a é regimental.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sou relator desse projeto nesta legislatura. Na passada, era o Senador Augusto Botelho.

Acho que nunca é demais discutir. Agora, esse projeto se arrastou durante toda a legislatura passada com sucessivas questões e audiências. Portanto, o processo está muito bem instruído; mas não me oponho a que haja audiência.

Agora, acho que tem que ser audiência para concluir, não para protelar, porque é uma questão de saúde pública que tem ser encarada com muita seriedade. Não se trata de uma coisa qualquer, de venda de mercadoria. Estamos tratando de algo muito sério, que é a questão da oftamologia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Asseguro a V. Ex^a que, após a audiência pública, a Presidência colocará em votação essa matéria porque, como V. Ex^a bem disse e ficou claro, não se trata de mercadoria que está na prateleira. É matéria que diz respeito à vida, à saúde das pessoas. Imagino que é nosso interesse preservar a vida do cidadão brasileiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de merecer um favor especial do proponente, Senador, meu amigo, Casildo Maldaner.

É claro que pode haver médicos oftalmologistas que tenham posições que não sejam contrárias – eu, particularmente, não penso isso –, mas pode ser que haja. Acho que, dentre os nomes que virão para essa audiência, seria importante nomes tirados do Conselho de Medicina ou do Sindicato dos Médicos. Penso que, como será uma audiência pública, seria fundamental termos uma posição não só de oftalmologistas, mas da categoria como um todo.

V. Ex^a poderia permitir – não tirar nenhum daqueles que V. Ex^a já propôs –, conceder a liberdade para que o Conselho ou a Associação Médica Brasileira ou a de oftalmologistas indique alguém. Acho que assim

teríamos uma composição que, parece-me, seria a mais equilibrada.

Essa é a minha proposta, com a anuência do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem razão. Entretanto, dependemos dos autores do requerimento. De forma democrática, temos que consultar, indagar o Senador Casildo e o Senador Lindbergh Farias se concordam com os nomes que eventualmente terão de ser mudados.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A proposição é originária do Senador Lindbergh, que, infelizmente, não se encontra presente. Na ausência dele, eu acabei subscrevendo para dar sequência.

Não sei se o Senador Lindbergh Farias relacionou esses três oftamologistas e se eles já possuem o endosso da categoria, da Associação Brasileira de Oftamologistas. Se ele não tiver, a tese do Senador Moka é procedente. Mas farei uma articulação junto ao Senador Lindbergh para ver se esses nomes têm respaldo da entidade representativa ou não. Se não, para buscar ou, então, eventualmente, até permutar, enfim, buscar o endosso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tenho que consultar, até por força regimental, o autor original do requerimento, que é o Senador Lindbergh, se desejaria mudar alguns nomes, uma vez V. Ex^a é apenas signatário da matéria no processo de encaminhamento.

Tenho a informação de que S. Ex^a está chegando à Comissão. Então, consultarei o autor do requerimento.

As colocações de V. Ex^a são pertinentes, entretanto, temos de respeitar o autor do requerimento.

Se me permitem, vamos aguardar que ele chegue e colocaremos à sua apreciação, de forma bastante democrática.

Gostaríamos de apresentar agora o item 3.

ITEM 3 Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2006

Altera o § 4º do art 2º, da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre o prolongamento das concessões de seguro-desemprego, em até 12 meses para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat.

Autoria: Senador **Paulo Paim**.

Relatoria: Senador **Gim Argello**.

Relatoria ad hoc: Senador **Casildo Maldaner**.

Relatoria pela aprovação do projeto.

Observação: Em 13/04/2011, lido o relatório, foi concedida vista coletiva aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Waldemir Moka, nos termos regimentais. A votação será nominal e consulto os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Waldemir Moka se há manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)
– Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Neste caso, a matéria poderá ser discutida, evidentemente aguardando quórum, para colocarmos em votação. Não tem nenhum impedimento legal, mas como não há quórum regimental podemos adiar a discussão da matéria, com a devida permissão de V. Ex^{as} aqui. Poderia até colocar em discussão, mas não considero ideal, até porque não temos quórum para discutir a matéria, que fica adiada até aguardarmos o quórum para voltarmos a discutir a mesma.

Gostaria de apenas fazer uma observação nesta Comissão, em relação à matéria publicada pelo jornal *O Globo*, em relação à fraude contra o SUS. V. Ex^{as} devem ter acompanhado.

O Ministério Público Federal, em Alagoas, denunciou sete pessoas, entre elas, o atual Secretário de Saúde de Maceió, Adeilson Loureiro Cavalcante, por crime contra o Sistema Único de Saúde – SUS. De acordo com o MPF, o grupo é acusado de expedir guias de exames que nunca foram realizados em nome de pessoas fictícias, para receber o reembolso do SUS. Ainda segundo o Ministério Público Federal, artistas famosos, como Suzana Vieira, Carolina Dieckmann, Ivete Sangalo, Bianca Rinaldi, Letícia Spiller, Solange Couto, Rafaela Fischer, Juliana Paes e Vera Holtz, também emprestavam o nome para preenchimento das guias. De acordo com a denúncia do Procurador da República Gino Lôbo, os nomes dos artistas constavam em requisição para exames de mamografia no setor de radiologia do Hospital Geral Sanatório, em Maceió, que teriam sido realizados durante o mês de março de 2006. Na ocasião, Cavalcante era Diretor Administrativo do hospital.

Foram denunciados, além do Secretário de Saúde de Maceió, os médicos Luís Alberto Rocha e Silvana Teixeira de Britto, sócios da clínica Medimagem, empresa contratada para realizar exames radiológicos em pacientes do Hospital Sanatório, e as funcionárias Ana Lúcia Ferreira Lima Barros, Maria Lúcia da Silva,

Patrícia Neto do Nascimento e Ilma Bezerra do Nascimento.

Conforme denúncia na época, o médico Luís Alberto, além de ser sócio da Medimagem, também era Diretor do Serviço de Radiologia do Hospital Sanatório. Os proprietários da Medimagem e do Hospital Sanatório, prevalecendo-se do seu poder econômico e de mando fácil aos seus empregados, montaram de forma arbitrária e prepotente todo um sistema de fraude contra o SUS, determinando que estes preenchessem guias de exames com o nome de pessoas fictícias, afirma o representante do Ministério Público Federal de Alagoas, na denúncia.

Os acusados foram acusados por estelionato qualificado contra entidade de direito público e formação de quadrilha.

A que ponto nós chegamos com essas fraudes, usando-se nomes de pessoas do escopo, do tamanho e da grandeza dessas artistas para fraudar o nosso tão pobre SUS brasileiro, tão escasso de recursos, com a saúde oferecida aos trabalhadores brasileiros de forma precária.

Entretanto, acho que o Ministério da Saúde tem que fortalecer, sobretudo, os mecanismos para evitar-mos essas fraudes. Para tanto, está confirmada a presença, para a próxima semana, do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que virá aqui. Certamente, V. Ex^{as} indagarão a ele quais os instrumentos e ferramentas que estão sendo usados para evitar que fraudes como essas sejam praticadas por donos de hospitais privados neste País de dimensões continentais. Imagino que isso aconteça todos os dias.

Nós temos dois requerimentos para serem lidos. Eu queria ter aqui a autoria para encerrarmos os nossos trabalhos e para o bom andamento desta Comissão.

ITEM 11 **Não terminativo**

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública destinada a debater consulta pública nº 2 aberta pelo Ministério da Saúde e publicada no DOU do dia 08/04/2011, que visa receber sugestões para o *“programa que estabelece o modelo para avaliar o desempenho dos sistemas de Saúde do SUS nos níveis municipal, estadual e federal. Mensurar o desempenho é essencial para avaliar o quanto os sistemas de saúde conseguem influenciar na promoção da saúde, na prevenção de riscos e tratamento das doenças. A avaliação tem*

por base uma composição de indicadores já utilizados como Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH)”, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do CONASS;
- Representante do CONASEMS;
- Representantes da Academia.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Embora não esteja presente o autor, o Senador Paulo Davim fará o encaminhamento do requerimento proposto pelo Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu subscrevo os dois requerimentos, tanto o do item 11 quanto o do item 12.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concordo com V. Ex^a. Nesse caso, V. Ex^a passa a ser autor do requerimento junto com o Senador Humberto Costa.

Lerei o segundo requerimento, que é também não terminativo.

ITEM 12 **Não terminativo**

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública destinada a debater o enfrentamento dos diversos órgãos públicos envolvidos em relação à importação, distribuição e comércio clandestinos de produtos submetidos à Vigilância Sanitária falsificados, contrabandeados, sem registro ou de procedência ignorada, notadamente medicamentos, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Justiça/
- Representante do Departamento de Polícia federal;
- Representante da Anvisa;
- Representante da Interfarma;
- Representante do Conselho Federal de Farmácia.

Autores: Senadores Humberto Costa e Paulo Davim.

A matéria já foi encaminhada, tanto o item 11 quanto o item 12, por V. Ex^a, Senador Paulo Davim.

Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Declaro encerrada a reunião, diante de que todas as matérias que estavam na pauta já foram lidas, algumas votadas e outras aguardam naturalmente...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

Um comentário sobre essa matéria de *O Globo* que V. Ex^a acabou de ler. É impressionante como, diuturnamente, nós tomamos conhecimento, Senador Moka, Senador Casildo, nós lemos ou ouvimos, ou assistimos, na grande mídia, denúncias dessa natureza. Todos os dias, em alguma parte do Brasil, acontecem desvios de recursos públicos da saúde.

Eu acho que precisamos – e esta Casa tem as condições necessárias para se posicionar – criar uma legislação específica para os desvios de recursos da saúde. Eu não sou jurista, vou até fazer uma consulta a juristas para saber se é cabível uma legislação transformando esses crimes em hediondos. Na hora em que recursos da saúde são desviados, eu estou condenando alguém à morte, estou diminuindo leitos de UTI, estou diminuindo leitos hospitalares, estou diminuindo a oferta de hemodiálise para alguém, estou diminuindo recursos da merenda escolar para alguma criança, estou diminuindo a oferta de medicamento de alto custo para algum paciente que precisa fazer uso dessa medicação e não se está dando direito à vítima a nenhuma reação.

Entendo que isso caracteriza um crime hediondo. Na hora em que pessoas inescrupulosas desviam recursos e, na ponta da linha, em última análise, alguém paga por esse delito com a própria vida e sem saber de onde veio o golpe, eu acho que nós não podemos ficar de braços cruzados.

Senador Jayme Campos, faço uma consulta a V. Ex^a pela experiência de Parlamento, pela experiência de vida, homem experimentado, consulto esta Comissão se não daria para esta Comissão propor algo neste sentido e transformar em crime hediondo os crimes de desvio de recursos – comprovados, evidentemente, para não incorrermos em equívocos? Depois da comprovação, o ato ser caracterizado como crime hediondo.

Faço esse comentário, porque fico indignado, todas as vezes, em que tomo conhecimento de algo desse tipo. Não consigo banalizar essas coisas, pois sou médico em atividade, trabalho em hospitais privados e públicos, eu conheço as dificuldades dos hospitais públicos do País. Vejo como é difícil oferecermos uma saúde de qualidade em hospitais sucateados a pessoas humildes que não dispõem de recursos para ter acesso a uma medicina de qualidade. Muitas vezes, é a equipe médica que procura levar amostra-grátis, procura facilitar nas clínicas privadas os exames necessários, numa forma solidária. Isso me deixa profundamente

indignado. Eu não poderia deixar de extravasar essa indignação a V. Ex^a e fazer essa consulta embasado na sua experiência parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho uma boa oportunidade, como V. Ex^a já colocou, é a presença do Ministro Alexandre Padilha. Tenho comigo que é um grande volume de recursos, embora faltem recursos, centralizados no Ministério da Saúde. Eu não sei, mas eu gostaria de ver uma descentralização desses recursos. Poderíamos ter uma forma de fazer fundo a fundo, recursos do Ministério da Saúde, fundo da saúde dos Estados e até dos Municípios. É uma forma de se ter um controle desses gastos. A fraude acaba sempre existindo, mas com um volume menor, descentralizando, tenho a impressão de que nós teríamos condições de fiscalizar melhor. Creio que, na quarta-feira da semana que vem, deveria ser, sem dúvida nenhuma, o momento para discutirmos com o Ministro Alexandre Padilha a forma como o Ministério da Saúde pensa em enfrentar os mecanismos para evitar essas fraudes.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/Bloco/PMDB – SC) – Apenas um comentário, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/Bloco/PMDB – SC) – Essa preocupação do Senador Paulo Davim é procedente e nos traz uma reflexão profunda, até para ver se nos assuntos relacionados à saúde tenhamos que ser mais duros, a legislação tenha que ser mais dura, inclusive, chegando até a este ponto de considerar como um crime hediondo.

Eu sei que é um tema muito forte. O Senador Moka ainda levantou. Ontem ainda eu subscrevi, para dar número, o encaminhamento de uma CPI para analisar a saúde no Brasil. A saúde no Brasil está muito visível, está muito pontual. Então, este é um tema muito palpitante. E a vinda do Ministro Padilha, como disse o Senador Moka, na semana que vem a esta Comissão, também é um momento para questionarmos isso. Acho que V. Ex^a levantou um bom tema, Senador Paulo Davim, para que nós façamos alguma coisa, para que levantemos essa tese, analisemos e nós temos que pensar juntos, temos que estar diuturnamente voltados a essa tese da questão da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, ao Senador Paulo Davim, ao Senador Casildo e o próprio Waldemir Moka sobre essa observação. O Paulo Davim, quando faz alguma observação é sempre muito oportuna. Entretanto, acho

que o momento ímpar seria na quarta-feira, com a presença do próprio Ministro Alexandre Padilha.

Neste caso, imagino que alguma coisa deva ser feita. O que não pode é continuar com esse estado de coisas que estamos vivenciando. Lamentavelmente... Mato Grosso, hoje, talvez, seja um dos Estados com maior crescimento populacional. É um Estado rico, fantástico, por meio da sua produção, do agronegócio, da agroindustrialização, mas é triste ver a precariedade da saúde.

V. Ex^a comentou aqui o que acontece nos hospitais, como falta de leitos, de UTI. Lá, Senador e ex-Ministro Humberto, nós temos deficiência até para exames de alta complexidade. Há poucos dias nós tínhamos na fila, aguardando para cirurgia ortopédica algo em torno de 3 mil cidadãos, pessoas pobres, sem condições de pagar uma cirurgia em hospital privado, e doía o coração; eram filas intermináveis. A capital do Estado, Cuiabá, tem um pronto-socorro que recebe praticamente todo o mundo do interior; lá tem a ambulância terapêutica, em que o cidadão fica o dia todo, são pessoas de mais de 140 Municípios, e acho que 70% vão para Cuiabá. E, lamentavelmente, com toda essa riqueza, eu imagino que o Governo não está atendendo à demanda. Alguma coisa tem que ser feita. V. Ex^a foi muito feliz na observação que fez, sobretudo para uma melhor aplicação. Sei e reconheço, todos nós sabemos que ainda há uma escassez de recursos. Todavia, o pouco que tem, Senador Humberto, tem que fazer uma boa gestão.

Lamentavelmente, quando vemos aqui denúncias como essa do jornal *O Globo*, hospitais forjando, usando nomes de pessoas que, vendo isso aqui, devem estar perplexas. Colocaram o nome de Ivete Sangalo, Suzana Vieira... Acho que alguma coisa tem que ser feita. Acho que o Ministro tem a oportunidade de fazer um indicativo, fazer um encaminhamento, mostrar o que se está desenhando fazer na defesa dos poucos recursos que tem para aplicação na maioria da população brasileira que ainda é carente na área de saúde pública deste imenso País.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, acho muito pertinente a preocupação que V. Ex^a manifesta, e que os nossos companheiros da Comissão de Assuntos Sociais também manifestam. Acho que é um momento importante a vinda do Ministro Alexandre Padilha

Acredito que nós poderíamos ir um pouco mais além. O Presidente Sarney apresentou aos Líderes dos Partidos, aqui no Congresso, uma proposta de nós fazermos a aprovação de projetos no que ele chamava de semanas temáticas. E a semana da saúde,

inclusive, é a primeira. Em tese, isso deveria começar na próxima semana.

E há aqui, no Congresso, projetos de lei que procuram trabalhar essa questão, não apenas esse que apresentei, mas há outros que estão tramitando e que tratam do tema da responsabilidade sanitária.

Eu tive a oportunidade de apresentar, há 15 dias, um projeto que tentei debater e aprovar, ao tempo em que eu era Ministro da Saúde, e que o objetivo dele era exatamente, primeiro, estabelecer as responsabilidades de cada um dos entes da federação. Em qualquer situação, quem já foi secretário municipal como fui, ou ministro ou secretário estadual, vai se deparar com a situação do empurra no SUS: não, isso aqui não é responsabilidade minha; o Município joga para o Estado; o Estado joga para o Governo Federal; o Governo Federal joga para os outros dois. Então, clarificar essas responsabilidades é uma coisa importante.

Segundo ponto. Na área da saúde, tudo aquilo que é estabelecido como objetivo é feito de uma maneira informal. Onde são decididas as grandes metas do sistema? Na comissão bipartite, que reúne Estado e secretarias municipais; na comissão tripartite, que reúne Governo Federal, Estados e secretarias municipais. No entanto, nem essas estruturas existem legalmente, as comissões bipartite e tripartite, e muito menos esses pactos que são feitos lá têm qualquer base legal. Por exemplo: Recife decide que vai diminuir a mortalidade infantil em tanto por cento durante 5 anos. Ao final de 5 anos, se cumpriu aquela meta ou não tanto faz, vai receber um valor X para aplicar em tal coisa. Se aplicou ou não aplicou, tanto faz.

Então nós precisamos, primeiramente, dar uma legalidade a esses espaços de pactuação; e, segundo, dar uma validade jurídica a esses acordos, eles precisam ser contratos. Em não se cumprindo, aí nos teríamos as infrações administrativas e os crimes de responsabilidade sanitária.

Isso, por exemplo, que o jornal *O Globo* está denunciando hoje, dentro de uma legislação como essa, seria caracterizado como crime de responsabilidade sanitária. As punições vão desde multa à prisão, passando por perda de direitos políticos. E muita gente diz: não, mas isso é uma coisa repressiva.

Hoje, no Brasil, nós temos uma legislação, eu inclusive fui contra quando ela foi debatida, que é um primor, que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal. Por que não podemos ter na saúde isso? Por que é que um gestor, se ele ultrapassar a relação folha de funcionários X receita, ele é apenado? Se ele deixar restos a pagar sem o recurso, ele é apenado? Mas se ele não cumprir a legislação, que manda gastar X

com a saúde, se faltar remédio, se faltar médico, não acontece nada!

Então, veja, concordo plenamente com a colocação de V. Ex^a. O dinheiro é pouco, mas ele está sendo mal gasto. E nós só vamos ter algum nível de legitimidade para pedir mais recursos para a sociedade, se a gente provar que o dinheiro está sendo bem gasto.

Então é muito pertinente a sua colocação de a gente discutir aqui com o Ministro da Saúde, mas vale a pena dentro da Comissão, nesse esforço, a gente identificar quais são os projetos que tornam mais transparentes e aumentam o controle sobre essa aplicação dos recursos da saúde, para a gente poder votar e dar uma resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a até pelo conhecimento de causa que tem. Acho que temos que discutir diante do que imagino – eu já fui Prefeito três vezes, já fui Governador, sou Senador – a Lei de Responsabilidade Fiscal foi, nos últimos tempos, o melhor que aconteceu. O cidadão, o gestor público será responsabilizado. Até porque, hoje, com a informatização, a modernidade dos próprios tribunais, o cidadão é acionado, com antecipação, se está ultrapassando os valores dos percentuais para gastar até com folha de pagamento. O cidadão é acionado. Há um programa em Mato Grosso chamado “Aplique”, muito moderno, que aciona o prefeito, com 30 dias de antecedência, já sinalizando a ele que está fora dos percentuais que deveriam ser aplicados. Ou seja, mesmo querendo gastar mais com a folha de pessoal, que tem um percentual, o tribunal já avisa: “Olha, você vai incorrer num erro e será penalizado”. A mesma coisa acontece na educação. Deve-se aplicar 25% e, se não tiver sido aplicado esse percentual, o gestor é acionado, com 30 ou 45 dias de antecedência, para não dizer que não sabia, de última hora, que não foram aplicados esses valores percentuais definidos. Como na própria saúde.

De forma que eu acho que devemos buscar instrumentos aqui para disciplinar; deve haver penas.

No caso que V. Ex^a falou aqui, providências têm que ser tomadas; o estabelecimento tem que ser fechado, lacrado, e esse cidadão deve até mesmo perder a carteira profissional. Pela atividade que ele pratica, de profissional de Medicina, ele deve ter sua carteira cassada, já que compactua com fraude. Nesse caso, ele tem que ser cassado, pois não é um bom profissional e não merece, com certeza, o respeito da sociedade. Quem pratica, diante tudo isso aqui, fraude na saúde, tirando o pouco que há, eu acho que é um cidadão indigno do exercício de sua profissão. Essa é a tese que defendo.

Concluindo os nossos trabalhos, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, comunicando, uma vez mais, a presença do Ministro Alexandre Padilha na próxima quarta-feira.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia cinco de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozaildo Cavalcanti, João Pedro, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Gim Argello e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Marta Suplicy e Ana Rita. Registram presença os Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Antonio Carlos Valadares e Magno Malta. Justifica ausência o Senador Eduardo Suplicy. Deixa de comparecer o Senador Vicentinho Alves. A Presidência registra a presença do ex-Senador Zanetti Cardinal. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006.** Altera o *caput* do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011 – CAS.** Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no dia 11 de maio de 2011, nesta Comissão de Assuntos Sociais para discutir os direitos dos portadores de Câncer, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Agência Na-

cional de Saúde Suplementar – ANS; Sr. Luiz Antônio Santini, Diretor do Instituto Nacional do Câncer (INCA); Sra. Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia; Sra. Antonieta Barbosa, Advogada e autora do Livro Câncer Direito e Cidadania; Sra. Maira Caleffi, Presidente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – IMAMA; Sr. Henrique Prata, Presidente do Hospital do Câncer de Barretos. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado. ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011 – CAS.** Em aditamento ao Requerimento de nº 05/2011 – CAS, que trata da realização de audiência pública para “discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do PAC”, requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do Sr. **Robson Braga de Andrade** – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado.** Às nove horas e trinta e seis minutos a Reunião é suspensa. Às nove horas e quarenta e dois minutos a Presidência reabre a presente Reunião. **ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010.** Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (disc jockey) e Produtor DJ (disc jockey). **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatório:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório; adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 5 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011 – CAS.** Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais – CAS com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2008, que acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem tratamento por problemas de infertilidade, e dá outras providências. Indico para participarem como expositores desta audiência pública: José Maria Leão – Superintendência do FGTS – Caixa Econômica Federal; Paulo Eduardo Cabral Furtado – Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS; Jacy Afonso Melo – Conselheiro representante da Central Única dos Trabalhadores no Conselho Curador do FGTS. **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado: Aprovado. ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2008.** Acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem tratamento por problemas de infertilidade, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo

Crivella. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Requerimento nº 12, de 2011-CAS, de Audiência Pública para instruir o PLS nº 298, de 2008, por iniciativa do Senador Wellington Dias. A matéria é retirada de Pauta para aguardar a realização da Audiência Pública.** Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Item 3 – RAS S/Nº, DE 2011 – CAS; Item 4 – SCD nº 77, de 2002; Item 7 – PLS nº 127, de 2006; Item 8 – PLS nº 88, de 2008; Item 9 – PLS nº 467, de 2009; Item 12 – RAS S/Nº, DE 2011 – CAS. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Marisa Serrano, Ângela Portela e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Jayme Campos, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, especialmente às Sras. e aos Srs. Senadores.

Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião da CAS.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Gostaria, com a devida vênica dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, vou propor aqui o item 1 da pauta, decisão não terminativa.

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CAS

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no dia 11 de maio de 2011, nesta Comissão de Assuntos Sociais, para discutir os direitos de portadores de câncer, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Sr. Luiz Antônio Santini, Diretor do Instituto Nacional do Câncer (Inca); SRA. Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto de Oncologia; SRA. Antonieta Barbosa, advogada e autora do livro “Câncer e

Direito de Cidadania”; SRA. Maira Caleffi, Presidente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama); Sr. Henrique Prata, presidente do Hospital do Câncer de Barretos.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Jayme Campos, essa matéria tem grande relevância. Queria ressaltar exatamente a possibilidade de a Comissão de Assuntos Sociais prestar serviço a todos os portadores de câncer, uma vez que tomamos a iniciativa, no gabinete, de criar um manual dos direitos dos portadores de câncer. Junto com eventos que vão unir prefeitos em Brasília, durante a Marcha dos Prefeitos, para tratar das questões de saúde, imaginei que seria oportuno fazer esse debate, essa audiência pública, convidando pessoas e instituições que estão diretamente envolvidas com esse tema de grande interesse nacional, sobretudo para a saúde pública.

Qual família hoje que, lamentavelmente, não tem um parente ou um conhecido portador de câncer? Então é nessa medida que estou apresentado o requerimento à CAS, Comissão de Assuntos Sociais, para que seja realizada por ocasião exatamente do encontro dos prefeitos aqui e também das próprias entidades cujas presenças estão requeridas nesse evento, no caso a audiência pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

ITEM 2

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2001 – CAS

Em aditamento ao Requerimento nº 05/2011, da CAS, que trata da realização de audiência pública para “discutir as condições de segurança dos trabalhadores das obras do PAC”, requeiro que seja incluído no rol de convidados o nome do Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Sr. Presidente, como nós fizemos uma relação de convidados para essa audiência pública, para tratar das questões

relacionadas à segurança do trabalho, houve manifestação de interesse do Sistema S de também participar desse debate, no caso o Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Por isso, estou apresentando a sugestão de inclusão do Presidente da CNI.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estamos aguardando aqui a assinatura do Senador Casildo Maldaner e o Senador Wellington Dias para os Itens 3 e 5 da pauta.

Aguardamos a assinatura dos autores para seus respectivos requerimentos e a honrosa visita, daqui a pouco, do ilustre Ministro Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, que vem aqui prestar informações em relação à perspectiva de projeto, para os próximos quatro anos, para a saúde pública no Brasil.

Antes de mais nada, quero registrar, com muita honra e alegria, a presença do nosso querido amigo ex-Senador, ex-Deputado, ex-Prefeito Zanetti Cardinal, do meu querido Estado de Mato, que hoje nos visita.

Zanetti também já teve a oportunidade ímpar de ser nosso colega, Senador, nesta Casa, Deputado Estadual por dois mandatos, Prefeito da bonita, linda cidade de Rondonópolis e hoje, com certeza, também nos visita lembrando sua passagem por esta Casa, que, com certeza, deixa muito orgulhoso meu caro amigo particular, Deputado, Senador Zanetti Ferreira Cardinal.

Vou suspender a reunião por cinco minutos enquanto aguardamos o Ministro. *(Pausa.)*

Enquanto aguardamos a presença do Ministro, que nos comunicou, por intermédio de sua assessoria, que chegará nos próximos dez a quinze minutos, nós queríamos, neste momento, dizer que é muito oportuna sua visita a esta Comissão diante, naturalmente, das denúncias das fraudes que têm acontecido na rede pública, ou seja, na rede privada de saúde deste país.

Entretanto, acho que o mais importante é que o Ministro nos dará uma bússola, ou seja, um norte do que se pretende, nesses próximos quatro anos, fazer para melhorar o estado de precariedade que, lamentavelmente, temos visto na rede pública deste País. Na medida em que há ponderações de falta, de escassez, de recurso. Todavia, imagino que não é só a falta de recurso, mas também a boa gestão, a boa aplicação desses recursos que a saúde tem à sua disposição.

Se não bastasse, está na Câmara dos Deputados a Emenda nº 29, de autoria do Senador Tião Viana, que foi aprovada no Senado. Acho que ela será uma das fontes irrigadoras para melhorarmos as transferências para esse Ministério. Feito isso, tenho certeza

de que temos que buscar ferramentas, instrumentos, para melhor aplicação dos recursos. O Brasil é um País que aplica muito pouco em saúde.. As palavras do ex-Ministro e atual Líder do PT nesta Casa, há poucos dias na Comissão davam conta de que é muito pouco o que se investe no Brasil; investimos menos do que o México, do que a Costa Rica, do que a Argentina. Imagino que a nossa economia é bem mais forte, sobretudo com o crescimento da economia brasileira, acho que temos recursos suficientes para investimento nessa área. De maneira que acho que sua presença aqui – estou convencido disso – será muito oportuna para que o Ministro não só nos dê boas notícias, nos dê esperança de que o Ministério da Saúde tem, de fato, compromisso com a sociedade, sobretudo com os menos afortunados, mas, acima de tudo, teremos a oportunidade ímpar para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras façam suas indagações e ele dê bons esclarecimentos diante daquilo que os Srs. Senadores, com certeza, terão de fazer com suas indagações.

De maneira que vou suspender a reunião...

O Ministro está chegando, como me informa a Secretária desta Comissão. Vamos aguardar, então, para nomear uma comissão para conduzi-lo ao plenário.

Foi boa a lembrança de nossas assessoras: como é o dia antes da semana da saúde, o Presidente Sarney nos recomendou, nos solicitou que os projetos que se encontram nesta Comissão, naturalmente já indicados os relatores, fossem devolvidos a esta Comissão para serem votados, porque ele quer fazer um verdadeiro mutirão nas matérias que dizem respeito à saúde e à segurança pública nos próximos trinta a quarenta dias. Como nós estamos vivenciando o mês da saúde, acho muito importante que os Srs. Senadores que estiverem com matérias correlatas nos devolvam, ou seja, que as remetam para esta Comissão, para nós colocarmos em votação todas elas.

Nobre Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – É muito pertinente, Sr. Presidente, essa discussão em torno da saúde. Tenho certeza de que meus pares aqui, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, têm visto, nas suas regiões, nos seus Estados, o problema que a saúde tem enfrentado. E o problema está sendo agravado.

Então, é necessário dar um choque, uma mudança geral. Se o SUS não está dando a resposta de que a população precisa, vamos modificar o SUS, trocar, fazer algo.

Ontem, eu estava conversando com dois Senadores a respeito da saúde. Eles estavam me contando do caos no seu Estado. Eu falei que não era diferente do meu. As macas estão todas nos corredores, os postos

de saúde não atendem, não há médico, não há pediatra, as crianças não têm onde ser tratadas, não existe pediatra nos postos, há dificuldade de médicos... Quer dizer, nós estamos com um problema. Todas as pesquisas indicam que o problema maior do povo brasileiro é a saúde; antigamente era a educação. Ficávamos fulos da vida – quem era da educação, como eu – porque a gente queria que a educação não fosse o problema do povo brasileiro. Hoje é a saúde.

Então, se esse é o problema mais grave do povo brasileiro, esta Casa tem que dar uma resposta. Mas eu acredito, Sr. Presidente, que não seria só analisando projetos separados de cada Senador e de cada Deputado. Tinha que ser uma política específica. Vamos ouvir hoje o Ministro porque é necessário que o Governo dê uma resposta oficial do que vamos fazer para estancar o que estamos vendo na saúde brasileira e dar uma volta por cima nessa questão. O que fazer para dar uma resposta para o povo brasileiro?

Agora, votar um projeto e outro projeto ali... Eu acho que é meritória a ideia do Presidente Sarney, vamos ajudá-lo, meu Partido já está trabalhando em cima do levantamento de todas as propostas, vamos ajudar nesse mutirão, mas vejo que, se não tivermos um foco, uma linha, vamos ficar votando coisas esparsas que nem sempre vão dar o resultado que a gente espera.

Portanto, eu estou esperando muito dessa vinda do Sr. Ministro aqui porque, se são só ações pontuais, não vão modificar em nada o caos que estamos vivendo na saúde do País.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

V. Ex^a tem toda a razão. Nós precisamos ter coisas práticas e concretas, porque leis, na verdade, o Brasil já tem bastante. O que nós precisamos é de ações concretas. V. Ex^a expressa sua opinião diante da pobreza em que vive a saúde pública, sobretudo na questão que diz respeito não só aos profissionais, como aos remédios, a UTIs, a exames de alta complexidade, que estão sendo feitos com muita dificuldade no Brasil. Digo isto em termos de Mato Grosso, onde, há poucos dias, tínhamos na fila mais de 9.600 pessoas aguardando para fazer exames de alta complexidade.

Pessoas dependendo de operação de ortopedia nessa área esperam três, quatro, cinco ou seis meses. É uma pena. É de se lamentar. Num país tão rico como o nosso, com destaque no cenário nacional e internacional, como a sétima ou oitava economia do mundo, lamentavelmente, o cidadão está morrendo por falta de leito hospitalar.

Confesso para a senhora que às vezes eu fico indignado de ver a falta de compromisso que tem o

Poder Público deste País em relação às pessoas menos afortunadas.

O que me chama mais a atenção, Senadora Marisa, é que imagino se não tivéssemos os planos de saúde, que têm colaborado aqui para a gente saber que, em que pese você pagar, acho que eles têm sido um grande aliado do Governo. Não fossem eles, o Poder Público já estaria, com certeza, com a saúde pública no Brasil pior do que está hoje.

Assim, acho que o Ministro dará uma explicação plausível, sobretudo no que diz respeito a qual a perspectiva que nós temos em relação à melhoria da saúde pública neste imenso País.

Nós, do Mato Grosso, da região amazônica, daquela vasta região do Brasil, lamentavelmente, temos “comido o pão que o diabo amassou” diante dessa deficiência. Lá, nós estamos tentando uma nova modalidade. O atual Governador está tentando implantar OS, ou seja, organizações não sociais. A ponderação que faz é que, enquanto ficar na mão do serviço público, não vai funcionar. Então, está terceirizando. Há um contraditório, é obvio. É evidente que há uma reação. Mas eu já passei até a dar um voto de confiança. Quem sabe melhora? Pior do que está não vai ficar.

Então, essa é a nossa esperança, e espero que isso possa dar uma melhorada em situações como essa.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Permite-me, Senador Jayme?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muita honra.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Acho que meus colegas vão concordar. Quem tem um pouco mais de recursos vai para os planos de saúde, mas quem não os tem não tem alternativa, fica no SUS, da forma que é. E são os mais sacrificados, são os mais pobres, aqueles que mais precisam é que estão ali.

Como V. Ex^a disse, no meu Estado, verifiquei também gente que fica quatro, cinco meses esperando fazer uma operação de ortopedia, por exemplo. Um caso que conheço foi o de um acidente de carro – os acidentes hoje são comuns, infelizmente, no nosso País, e isso impacta muito aqueles que mais precisam. Não havia condições de se fazer uma operação. Foi preciso quebrar a perna, porque já tinha consolidado mal o osso; quebrar novamente a perna, depois de cinco meses, para refazer e poder pelo menos consolidar um pouco melhor a sua forma de andar.

Então, eu queria deixar aqui claro também, Senador Jayme, que, se há uma reunião nesta Casa hoje que é importante é esta, com a vinda do Ministro, porque, se a saúde é a principal questão que ataca o povo brasileiro, principalmente o mais pobre, aquele que não tem voz, aquele que não tem onde gritar, esta

Casa tem de ser a voz deles, tem de estar aqui dando ressonância àquilo que eles precisam.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Tem toda razão.

Esperamos que o Sr. Ministro realmente nos dê, como bem disse aqui, boas notícias. Estou apostando que vai melhorar, até diante da precariedade. Poucos dias atrás, um determinado veículo de comunicação de caráter nacional mostrou a precariedade; foi em vários Estados da Federação e mostrou a situação precária em que se encontram, em todo o território nacional, os hospitais públicos, lamentavelmente. É vergonhoso, como bem disse – reitero aqui –, e espero que o Ministro traga-nos informações realmente de uma boa prática para o futuro em termos de saúde pública.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ângela Portela.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, sem dúvida alguma, observamos que um dos principais problemas da população brasileira são as questões relacionadas à saúde pública, à saúde da população, principalmente da população de baixa renda. Mas também percebemos, com muita satisfação, o empenho do Governo da Presidenta Dilma, do Ministro Alexandre Padilha, para resolver questões que são de fundamental importância para melhorar esse atendimento à população. E eu posso citar aqui alguns projetos que já estão em andamento para que isso ocorra da melhor forma possível.

O programa de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de colo do útero é um programa que foi lançado recentemente no Estado do Amazonas para fazer um atendimento privilegiado às mulheres da região Norte, porque o Ministério da Saúde tem estudos que comprovam que as mulheres do Norte têm uma incidência muito maior, quase o dobro da média nacional, no que diz respeito a esse câncer.

Então, observamos, sem dúvida alguma, uma disposição do Governo de procurar resolver esses problemas. Observamos também a preocupação do Ministro em identificar os mamógrafos em todo o País para ver aqueles que estão realmente funcionando e, os que estão funcionando, colocá-los em atividade; há busca de parceria mais intensa com Estados e Municípios; o cartão SUS o Ministro está colocando como prioridade também para que haja um cadastro fiel da situação dos pacientes da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

Então, eu gostaria de registrar aqui também a nossa percepção de que o Governo da Presidenta Dilma tem realmente se preocupado com as questões relacionadas à saúde da população brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Ângela Portela. V. Ex^a tem razão. E vamos esperar que as coisas melhorem nesses próximos quatro anos.

Já temos aqui a presença também do autor do requerimento.

Consulto a Mesa se o Ministro já está na Secretaria. *(Pausa.)*

Vamos aguardar. Vou suspender a reunião por três minutos, aguardando o Ministro chegar. Nomearemos aqui dois Senadores para conduzir o Ministro até a sala desta Comissão.

Muito obrigado.

(Suspensa às 9 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está reaberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais.

Enquanto aguardamos o Ministro, eu gostaria de solicitar ao ilustre Relator do Item 10 da pauta, Senador Paulo Paim, que relatasse a matéria. Trata-se de decisão terminativa.

ITEM 10 **– Terminativo**

PARECER Nº , DE 2011

Da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (discjockey) e Produtor DJ (disc-jockey).

Relatoria: Senador **Paulo Paim**.

Observações: em 30/03/2011, o projeto foi retirado de pauta para reexame do relatório. Em 28/04/2011, foi recebido novo relatório do Senador Paulo Paim.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som e Produtor DJ.

A proposição altera os arts. 1º, 2º, 6º, 7º, 11, 12, 21, 24, 25 e 27 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnicos em Espetáculos de Diversões, e

dá outras providências, para incluir sob o manto desta legislação o DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ e de Produtor DJ.

Define DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ como o profissional que cria seleções de obras fixadas e de fonogramas, impressos ou não, organizando e dispondo de seu conteúdo, executando essas seleções e divulgando-as ao público, por meio de aparelhos eletromecânicos, eletrônicos, ou outro meio de reprodução e Produtor DJ (*disc jockey*), o profissional que manipula obras fonográficas impressas ou não, cria ou recria versões e executa montagens sonoras para a criação de obra inédita, originária.

Resumindo, Sr. Presidente, para não ler todo o relatório, que acho que é desnecessário, está muito claro para todos que nós queremos aqui regulamentar a profissão de DJ (*disc jockey*) com o objetivo de dar a esses profissionais a garantia de todos os direitos de uma profissão regulamentada.

É uma iniciativa do meu nobre amigo e colega Sérgio Zambiasi, que foi um grande Senador desta Casa, e que só não é Senador porque resolveu não concorrer nas eleições do ano passado.

Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Suprima-se o inciso IV do art. 7º, incluído pelo art. 1º do PLS 322, de 2010, na Lei 6.533, de 24 de maio de 1978.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao inciso II do art. 7º da Lei 6.533, de 24 de maio de 1978, na forma do proposto pelo art. 1º do PLS 322, de 2010, a seguinte redação:

Art. 7º

II – diploma ou certificado correspondentes às habilitações profissionais de 2º grau do ator, contrarregra, cenotécnico, sonoplasta, disk jockey ou outras semelhantes, reconhecidas na forma da lei.

EMENDA Nº 3

Suprima-se o parágrafo único do art. 25, incluído pelo artigo do PLS nº 322, de 2010, na Lei 6.533, de 24 de maio de 1978.

É isso, Sr. Presidente. O meu voto é favorável e apresento três emendas, que acabam apenas comple-

mentado a ideia muito atual e importante do ex-Senador Sérgio Zambiasi, do PTB do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Vamos suspender a discussão e a consequente votação da matéria diante da falta de quórum, por ser ela uma matéria terminativa. Vamos aguardar.

ITEM 5

– Não Terminativa –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, CAS, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2008, que acrescenta inciso XVIII ao art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para disciplinar a deliberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para os casais que necessitem de tratamento por problemas de infertilidade e dá outras providências.

Indico, para participarem como expositores desta audiência pública, os Srs. José Maria Leão, Superintendente do FGTS da Caixa Econômica Federal; Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS; Jacy Afonso Melo, Conselheiro representante da Central Única dos Trabalhadores do Conselho Curador do FGTS.

Autoria: Senador **Wellington Dias**.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, para encaminhar o requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Sr. Presidente, nós temos, tramitando nesta comissão e em outras comissões, um conjunto de pleitos relacionados ao FGTS.

Nós gostaríamos de ter aqui um balanço de como se encontra o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Ele não é um fundo finito. Graças a Deus, com a ampliação de novos postos de trabalho até que ele tem um valor elevado. Mas a ideia é que tenhamos, da parte de quem lida no Conselho Curador, na gestão do fundo, uma noção do que é possível. Por exemplo, um pleito como esse é da maior importância. Só quero ter segurança de que possamos aprovar e que isso não esteja inviabilizando outros programas já existentes. Por isso, colocamos com prioritária essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Declaro encerrada a 8ª Reunião Extraordinária desta Comissão, para abrimos a 9ª Reunião Extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 49 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos, do dia quatro de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Pedro, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Gim Argello, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Marta Suplicy e Ana Rita. Registram presença os Senadores João Vicente Claudino, Ivo Cassol, Antonio Carlos Valadares, Magno Malta. Justifica ausência o Senador Eduardo Suplicy. Deixa de comparecer o Senador Vicentinho Alves. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada ao comparecimento do Ministro do Estado da Saúde, Excelentíssimo Senhor ALEXANDRE ROCHA DOS SANTOS PADILHA, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos quatro anos. Após a exposição do Senhor Ministro Alexandre Rocha dos Santos Padilha, usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Magno Malta, e as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se ao comparecimento do Ministro do Estado da Saúde, Sr. Alexandre Rocha dos Santos Padilha, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos quatro anos.

De acordo com os arts. 397 e 398, a Presidência adotará as seguintes normas...

Mas, antes de ler as normas aqui, quero convidar o Sr. Senador da República Paulo Paim e o ilustre Senador Paulo Davim para conduzirem o Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, à Presidência desta Comissão.

Solicito a V. Ex^{as} que conduzam o Ministro à mesa desta Comissão. *(Pausa.)*

Prosseguindo, com a introdução do Sr. Ministro a esta Comissão, queremos deixar claro que S. Ex^a terá trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, vamos abrir a fase de interpelações pelas Sras. e Srs. Senadores que estão inscritos.

Sr. Ministro Alexandre Padilha, Sras. e Srs. Senadores, é com muita honra e satisfação, Sr. Ministro, que recebemos V. Ex^a aqui para que façamos um debate bem amplo e, sobretudo, transparente e democrático.

Temos a oportunidade ímpar de ouvir de V. Ex^a o que se pretende fazer para a saúde pública deste País.

Atendemos ao ilustre Senador Eduardo Amorim, que em requerimento solicita que V. Ex^a apresente as diretrizes e programas prioritários de sua Pasta para os próximos quatro anos. É meritório seu requerimento.

Nossos colegas, Senadoras e Senadores, estão ávidos para ouvir de V. Ex^a as perspectivas para os próximos quatro anos, o que pretende o Ministério da Saúde fazer.

Nós temos acompanhado – muitas vezes é de se lamentar isso – os grandes veículos de comunicação, que apontam as deficiências. Estamos apostando no trabalho de V. Ex^a até por que tem compromisso, principalmente, com os menos afortunados, que dependem do Sistema Único de Saúde. Não tenho dúvida alguma de que com a presença de V. Ex^a na Comissão nós teremos momento ímpar, singular, para dirimir qualquer dúvida e, acima de tudo, ouvir de V. Ex^a tudo aquilo que nós pretendemos para a melhoria da saúde no Brasil.

Com a palavra, o ilustre Ministro Alexandre Padilha.

V. Ex^a tem trinta minutos para sua exposição. Depois abriremos a fase de indagação.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Bom dia a todos! Bom dia, Presidente, Senador Jayme Campos!

Quero agradecer não só a brilhante condução desta Comissão desde o início desta Legislatura, a parceria desta Comissão com as necessidades de saúde do País, mas também a forma respeitosa como

esta Comissão, a partir do Senador Eduardo Amorim, nos convidou para fazer uma exposição aqui com a presença de Senadoras e Senadores, que, além de uma grande contribuição com o tema da saúde no País, têm o papel fundamental nesta Casa de tratar, no conjunto de políticas, sobretudo das políticas federativas, que dependem fundamentalmente da relação entre a União, os Estados e os Municípios.

Quero agradecer a toda a Comissão, na pessoa do Presidente, que nos dá a oportunidade de estar aqui.

A saúde é um tema fundamental para o País. Eu, como Ministro da Saúde, tenho plena consciência de que hoje todas as pesquisas mostram que a grande preocupação da população brasileira é com o tema da saúde. É em oportunidades como esta que o Senado nos dá hoje que podemos discutir nesta Casa os avanços, os desafios que temos pela frente, que nos dão a chance de aprimorar, de melhorar, cada vez mais, a saúde.

Quero saudar cada um dos Senadores, o Senador Mozarildo, o Senador Gim Argello, o Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Amorim, a Senadora Marisa Serrano, o Senador João Durval – é muito bom vê-lo –, a Senadora Ângela, o Senador Paulo, meu colega médico, intenso militante do movimento médico, o Senador Wellington Dias, a Senadora Ana Rita, o Senador Ministro Humberto Costa, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Vital do Rêgo Filho. Eu queria saudar todos os Senadores e Senadoras desta Comissão e dizer que acredito que vamos poder abrir um bom debate com este espaço do Senado.

Quero agradecer, em nome do Presidente Jayme Campos, pela decisão do Presidente José Sarney e dos Líderes do Senado de transformar este mês no mês da saúde.

Acredito que esta reunião é uma oportunidade importante para tratarmos de vários projetos de lei de iniciativa de Senadores, de Senadoras, de iniciativas do Governo que estão aqui no Senado, e nós podemos aproveitar este mês da saúde para fazer avanços substanciais.

Como me foi feito um convite, eu preparei uma apresentação, para buscar cumprir o tempo, como disse o nosso Presidente Jayme Campos, com, em primeiro lugar, um pouco das medidas já tomadas pelo Ministério daquilo que são os nossos quatorze objetivos estratégicos, do Ministério da Saúde, sob forte orientação da Presidenta Dilma. De cada um desses objetivos, além de já prestar contas nesses três primeiros meses de gestão, nesses cem dias de gestão, poder sinalizar o que nós estamos pensando para cada um deles.

Então, eu preparei uma apresentação que, inclusive, pode ficar disponível para os Senadores e as Senadoras, para o Senado, para esta Casa, posteriormente.

Podia passar o próximo?

Nós temos plena convicção de que estamos enfrentando o nosso desafio, um desafio conjunto do Sistema Único de Saúde, de dar conta daquilo que é a maior preocupação da população brasileira hoje. Todas as pesquisas mostram esse cenário. Os Senadores e as Senadoras, quando convivem nos seus Municípios, nos seus Estados, sabem dessa demanda. Muitos sabem também que a saúde tem uma situação interessante, às vezes paradoxal. Às vezes a saúde é o setor mais bem avaliado num governo municipal, num governo estadual, no Governo Federal e, ao mesmo tempo, é o tema mais demandado pela população naquela região. E nós sabemos que o nosso desafio é permanente em relação a isso. A demanda é crescente, é interminável. E nós temos uma nova realidade no País: que, sem dúvida alguma, o Sistema Único de Saúde precisa se aprimorar para dar conta dessa nova realidade do País.

Uma parte dessa nova realidade é o envelhecimento da população brasileira. Nós teremos, em 2030, 15 milhões de pessoas com mais de 80 anos de idade. O último censo do IBGE já nos deu o dado de 7% da população brasileira com mais de 65 anos.

O Brasil é, dos países do mundo, o que, nos últimos dez anos, mais envelheceu a sua população, o que mais rapidamente ampliou a expectativa de vida por causa da qualidade de vida, por conta da ação do próprio Sistema Único de Saúde ao longo desses 22 anos, de ter salvado vidas, de ter reduzido a mortalidade infantil, de ter dado conta de vários problemas de saúde, mas por conta também da melhoria social do País, da melhoria da qualidade de vida, melhorando a expectativa de vida, o que traz para o Sistema Único de Saúde uma nova realidade, da qual nós temos que nos dar conta e nos aprimorar para ela.

Está aqui só reforçando o aumento do índice de envelhecimento da população brasileira.

Ao mesmo tempo, cada vez mais se reduz a taxa de natalidade. Ou seja, nós, cada vez mais, caminhamos para uma população de número maior de pessoas com mais de 65 anos e uma redução proporcional das crianças da faixa etária infantil que exige de nós, cada vez mais, inclusive reorganizar um conjunto das ações do serviço de saúde.

Ao mesmo tempo, ao longo desses anos, o SUS foi decisivo para reduzirmos a mortalidade infantil e a mortalidade na infância. O Brasil consegue atingir, antes de 2015, os Objetivos do Milênio em relação à redução da mortalidade infantil decorrente, claramente, da expansão do Sistema Único de Saúde. Esses

não são estudos brasileiros. Na próxima semana, a revista inglesa *The Lancet*, uma revista renomada na área médica, que publica mensalmente vários artigos internacionais na área médica, vai fazer um capítulo especial sobre o Sistema Único de Saúde no Brasil. O Brasil, dos países com mais de cem milhões de habitantes, é o único que tem um sistema público universal, que se busca universal. Nenhum país tem isso.

O Canadá, que é uma referência importante do Sistema Único de Saúde, tem 34 milhões de habitantes; é um pouquinho maior só do que a Argentina. Para os senhores terem ideia, nós, nos oito anos do Governo do Presidente Lula, tiramos um Canadá inteiro da miséria e elevamos para a classe média. A Inglaterra, que é uma outra grande referência, tem 60, 61, 62 milhões de habitantes. No Brasil, o Sistema Único realiza, por ano, 11 milhões de internação, 3,5 bilhões de consultas ambulatoriais, 21 mil transplantes totalmente cobertos pelo público. Nenhum país do mundo realiza 21 mil transplantes públicos por ano. O Brasil tem um programa estratégico de Saúde da Família que cobre hoje cem milhões de pessoas. É o maior programa de atenção primária do mundo. Só na estratégia de Saúde da Família, nós acompanhamos cem milhões de pessoas, e nenhum país com cem milhões de pessoas tem um sistema público universal.

O esforço brasileiro tem muito a ver com essa redução da mortalidade infantil. Todos os estudos mostram que, onde se amplia a cobertura da atenção básica, na estratégia de Saúde da Família, se reduz em até 21% a mortalidade infantil. Além de melhorar as condicionalidades do Bolsa Família, melhorar o acompanhamento do pré-natal e outros indicadores importantes.

A mortalidade materna também em queda. Sobre tudo, reduziu no último período, e esse é um grande desafio nosso, de que temos de dar conta hoje. Talvez o único dos objetivos do milênio que o Brasil poderia não alcançar era a redução da mortalidade materna. Por isso que nós lançamos, em primeiro lugar, durante o Governo Lula, o pacto da redução da mortalidade materno-infantil, mas agora, com a Presidenta Dilma, lançamos a Rede Cegonha, com foco específico em reduzir a mortalidade materna nos Municípios com mais alto índice de mortalidade materna.

Só para mostrar aqui um dado, como mudou. Durante muitos anos, os principais motivos de óbito nas capitais brasileiras eram relacionados às doenças infecciosas. Eu, que sou médico infectologista, era a minha praia – tuberculose, pneumonia, depois houve o advento da Aids. Isso se inverteu. Já em 2008, 30% dos óbitos nas capitais são para doenças cardiovasculares, as doenças crônicas. Este ano, em setembro,

a Assembleia Geral da ONU – Sr. Presidente Jayme Campos, o Senado poderia promover um debate sobre isso –, pela terceira vez, vai tratar de um tema da saúde na sua assembleia dos Chefes de Estado. Foi, no final dos anos 70, a poliomielite; no final dos anos 80, a Aids; e, agora, resolveu entrar como um tema – até por sugestão também do Governo brasileiro – as doenças crônicas não transmissíveis: o problema da hipertensão, o diabetes, da mudança de hábitos, do câncer, que atacam não só os países desenvolvidos; atacam também os países em desenvolvimento, e, nos países desenvolvidos, ataca sobretudo as populações mais empobrecidas.

Por muitos anos, havia um conceito em saúde pública das doenças negligenciadas, que eram as doenças da medicina tropical, da área tropical, que atingiam só os países subdesenvolvidos. Hoje, além das doenças negligenciadas, temos de saber que existem populações negligenciadas. As doenças chamadas “de primeiro mundo” têm um impacto ainda maior nas populações mais vulneráveis, também nos países desenvolvidos.

Só para chamar a atenção de novos problemas. Além de problemas tradicionais na saúde pública, temos novos problemas. Um deles, muito evidente, é o tema: toda a saúde mental; o uso de álcool e outras drogas, entre elas o *crack*. Há uma percepção muito forte na população de um aumento desse problema, que, sem dúvida alguma, é um problema contemporâneo para o Sistema Único de Saúde, para a gente se reorganizar, aprimorar e se preparar para essa situação. Além disso, obesidade e sedentarismo: 48% da população – isso aqui é uma pesquisa que nós fizemos, ligando para as capitais do País, 60 mil pessoas por telefone, estamos fazendo linhas de base anuais – 48% da população brasileira está com excesso de peso nas capitais, e 15% já é classificada como obesa; 23% são hipertensas - essa taxa de um quarto da população brasileira vem desde de 2006 e não muda muito.

Dezoito por cento da população das capitais relatam o consumo abusivo do álcool. Não tenham dúvidas: o principal vilão das drogas, com maior impacto na saúde, maior impacto social, ainda é o álcool no Brasil. Repito: 18% da população nas capitais relatam o consumo abusivo de álcool – esse é um dado da nossa pesquisa.

Essa é uma pesquisa antiga. Disseram hoje no jornal que eu ia trazer dados novos de uma pesquisa, mas não vamos trazer dados novos sobre uma pesquisa de *crack* hoje, aqui. Essa aqui é uma pesquisa antiga que apontava 600 mil usuários de *crack*.

Queria chamar a atenção para o fato de que isso aqui muda de acordo com a população. Se 15% dos

brasileiros são obesos, quando você vai para a população com menos de 8 anos de escolaridade, ou seja, a importância da educação na saúde, isso dobra, chega a 30%. A mesma coisa em relação aos hipertensos. Não chega a dobrar, mas, quando eles têm menos de oito anos de escolaridade, têm-se 30% de hipertensos contra 16% para aqueles que têm mais de 12 anos de escolaridade. A importância da educação na promoção de hábitos alimentares saudáveis, para que possamos reduzir essas taxas.

Todo mundo sabe que saúde não é só organizar redes de atenção, mas é fundamental as ações de promoção à saúde em função de novos hábitos da população que consome cada vez mais, vive cada vez mais na cidade, cujo ritmo de trabalho leva cada vez mais ao sedentarismo.

É interessante observar, por exemplo, entre as pessoas com menos de 8 anos na escola, só 14% utilizam seu tempo livre de lazer para atividade física; entre as pessoas com mais de 12 anos de escola, quase 32% utilizam seu tempo livre para atividade física. Ou seja, os hábitos têm uma expressão social também, e é fundamental que a gente dê conta dessa diferença.

Outro tema fundamental que tem impacto direto na saúde – estou trazendo esses temas porque eles impactam e exigem a reformulação do Sistema de Saúde – é o tema dos assistentes de trânsito. O Brasil hoje já está em quinto lugar no mundo em mortes provocadas pelo trânsito. De 2000 a 2008, aumentou em 7,5 o número de acidentes com motocicletas no País. Hoje, em média, nos prontos-socorros, temos de 30%, 35% a 40% de atendimento casos provocados por acidentes no trânsito. E, aí, é fundamental o papel da Lei Seca. Os Estados que aplicam a Lei Seca com maior rigor, como o Estado do Rio de Janeiro que conseguiu reduzir de 35 mil para 8 mil o número de acidentes por ano, 6 anos, 7 anos após a aplicação da Lei Seca.

Por isso, Senador Paulo Paim, na próxima semana, no dia 11 de maio, a Organização Mundial de Saúde lança o que estamos chamado de “a década da paz no trânsito”. Esse é um debate nós vamos querer fazer com o Congresso Nacional. Assim como nós construímos para Copenhague um plano nacional de redução de emissões de carbono, temos também que construir um grande plano nacional de redução de acidentes de trânsito, estabelecendo meta por Estado, meta por Município, porque isso estimula o reforço na fiscalização em relação a quem dirige com abuso de álcool, reforçar as ações da Lei Seca, proporcionar estímulo para os Estados e Municípios, inclusive financeiro.

Na Câmara, estão discutindo, Presidente Jayme Campos, uma proposta, feita pelo líder parlamentar na Câmara, em defesa da paz no trânsito, sugerindo, por

exemplo, vincular os recursos do Dpvat, que são repassados a Estados e Municípios, a cumprimento de metas de redução de acidentes de trânsito nos Estados e Municípios, para reforço da fiscalização de pessoas que estão dirigindo com abuso de álcool.

Outra pesquisa que eu queria trazer é aquela mesma pesquisa que mostrava a saúde como uma grande preocupação da população e que traz um outro importante dado também. As pessoas que usam o SUS, quem entra no SUS, 71% das pessoas que usam qualquer tipo de serviço fazem uma boa avaliação, uma avaliação positiva do serviço prestado. Vejam: 13%, muito bem; 71%, bem. Esse é um dado muito importante também. O grande desafio nosso, no Sistema Único de Saúde, por um lado, é dar mais qualidade na atenção. Mas nós temos um grande desafio, que é o tema do acesso, é fazer com que mais pessoas possam entrar nesse sistema, nesse serviço, para que possamos ter cada vez mais pessoas tendo avaliação positiva.

Quero falar de uma questão que nós já introduzimos, pela Ouvidoria Ativa. Vamos fazer pesquisas permanentes de satisfação do usuário. Estamos criando o índice nacional de avaliação de qualidade e desempenho do Sistema Único de Saúde, um dos componentes desse índice vai ser a avaliação do usuário. Nós vamos ligar para a casa do usuário para saber por um roteiro de pesquisa. Esse é um componente de avaliação de gestão tanto do Estado como do Município, da região.

Há quatorze objetivos estratégicos do Ministério.

Vou falar rapidamente sobre cada um deles, mais prestando contas do que fizemos, mas sinalizando algumas questões, para ter amplo espaço para o debate.

O primeiro objetivo é termos convicção de que uma das questões fundamentais para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde, para a Saúde reconstruir uma aliança com a sociedade brasileira é provar que consegue fazer mais com o que tem. É aprimorar, cada vez mais, os mecanismos de execução direta, de controle, de controle dos gastos, de combate aos desvios de recursos, aprimorar os mecanismos de compra governamental, mostrar que é possível fazer mais com o que tem até para reivindicar aquilo que é justo, do ponto de vista da Saúde, que é ter mais recurso para fazer ainda mais. A proporção de investimento na saúde pública no Brasil, comparado com a saúde suplementar é duas vezes menos, e ninguém diz que plano de saúde tem problema de gestão; pelo contrário, todo mundo sabe que plano de saúde sabe fazer bem as contas. Nós aplicamos em saúde pública, *per capita*, duas vezes menos do que se aplica em saúde suplementar no País. Comparado com outros países que têm sistemas nacionais, como o nosso, como a

Inglaterra – aplicamos sete vezes menos –, os Estados Unidos – quase doze vezes menos, mas tudo bem, porque lá é um sistema mais privado –, o Canadá – quatro, cinco, querida Senadora Marta Suplicy.

O primeiro objetivo estratégico é qualificar os instrumentos de execução direta.

Pode passar o próximo, só prestando conta do que já fizemos.

Para terem uma idéia, em negociação de dois quimioterápicos,,, deixando que eles passassem... Eles eram comprados de forma descentralizada; à medida. que nós centralizamos a compra, renegociamos com os dois laboratórios, nós conseguimos redução de 51% no custo de um quimioterápico para tratamento de câncer, Glivec, e 40% – isso na primeira semana, no primeiro mês do Ministério – garantindo a ampliação do acesso com menos gasto e enfrentando um problema sério que havia na compra descentralizada não nos Estados Unidos, mas sobretudo nos hospitais que compravam esse medicamento.

O outro é o fechamento de várias parcerias público-privadas com laboratórios para fabricar genéricos para Aids e hepatites. Hoje dez dos vinte medicamentos antirretrovirais que nós consumimos já são feitos no Brasil em parcerias público-privadas.

O terceiro foi um contrato de gestão que o Ministério fez com a Anvisa. Já no primeiro mês nós estabelecemos metas de cumprimento de prazo para registro de medicamentos para a Anvisa, e o resultado – não sei se as senhoras e os senhores viram hoje a imprensa, vários jornais, está mostrando que nesses três meses aumentou o uso de genérico no Brasil em parte pelo nosso Programa Farmácia Popular e em parte por termos reduzido em quase 60% o prazo de registro de medicamento na Anvisa nesses três meses, comparados com os meses anteriores, por meio desse contrato de gestão com a Anvisa e com ação muito forte do novo Presidente da Anvisa, nosso Diretor Barbano.

Programa Nacional de Imunizações.

Hoje nós já produzimos no Brasil 96% das doses que aplicamos, o que permitiu que o Brasil fosse um dos primeiros países a ter adotado no sistema público a vacina contra rotavírus para as crianças, o que reduziu 22% o número de internações por diarreia. Está tendo possibilidade de adotar a vacina contra gripe em todo o Brasil na população alvo. Os Senadores e as Senadoras que têm indicação de receberem a vacina e que ainda não se vacinaram sugiro que o façam. Minha querida Senadora Marta Suplicy, no primeiro dia de vacinação, já foi lá se vacinar – fiquei sabendo.

E uma parceria com o INDG – não sei se todos sabem, o INDG é o grupo comandado pelo empresário

Gerdau, que era conselheiro, ainda é, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, coordenador do grupo Movimento Brasil Competitivo, que nós fechamos desde o começo uma parceria com o Grupo Gerdau no sentido de melhorar a modernização administrativa das ações do Ministério da Saúde.

Essa parceria tem quatro focos. Um é o Departamento de Logística do Ministério da Saúde, que é responsável pelas compras internas do Ministério de vários insumos estratégicos. O foco aqui é reduzir preço na aquisição e ter velocidade na aquisição. A Anvisa, que tem como foco a redução do prazo do registro de medicamentos.

Temos seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Então, o foco é a reorganização administrativa de todos os hospitais, centralizar processos, otimizar gastos, repensar como se faz a parte de logística nos hospitais, que são um grande gargalo, às vezes, em gastos. E tem o Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem também uma outra parceria, fechada agora, com a Funasa, com foco central em reduzir os prazos e melhorar a execução do PAC na Funasa.

Segundo objetivo: implementar um novo modelo de relação entre União, Estados e Municípios.

O Sistema Único de Saúde tem sido uma referência para a organização de políticas públicas federativas para outras políticas. Essa comissão trata de outros temas, como assistência social e educação, e sabe muito bem disso. Vários Senadores, a Senadora Marisa sempre acompanhou muito esse tema.

O SUS foi uma referência para criar um sistema de assistência social, para pensar um sistema nacional de habitação, um sistema nacional de regularização fundiária, um sistema nacional de mobilidade urbana. Mas nós sentimos hoje que precisamos dar um novo salto na relação entre União, Estados e Municípios. Esse é o grande esforço de construir um novo modelo de relacionamento entre União, Estados e Municípios.

Nós encaminhamos à Presidente da República as sugestões de um decreto presidencial que regulamenta a Lei nº 8.080, que até hoje tem alguns artigos não regulamentados, que busca estabelecer, claramente, contratos de gestão entre União, Estados e Municípios, metas claras a serem acompanhadas.

Esse aqui é um pouco o esquema do conjunto desse novo modelo de relação entre União, Estados e Municípios. Ele começa com um indicador nacional de garantia de acesso. Nós vamos construir um instrumento público, para o Congresso acompanhar, a população acompanhar, a imprensa acompanhar, que é um indicador, um painel de indicadores: mortalidade infantil, saúde da criança, saúde da mulher, redução do tempo de espera, proporção de pessoas com diabetes

que são atendidas já com complicações, taxa de cobertura vacinal... É um conjunto de indicadores dos vários campos da atenção básica de média e alta complexidade. Seria um indicador como se fosse fechar nisso um índice composto para ser avaliação permanente dos sistemas municipais, regionais, estaduais e nacional, para que a população possa acompanhar. Primeiro, para que se possa ter centralidade nos investimentos e nas ações de saúde para dar conta de melhorar os indicadores e, segundo, para que a população, a imprensa e o Congresso possam avaliar o desempenho do gestor no Município, no Estado e no País.

Esse indicador está em consulta pública desde o dia 7 de abril. Estamos aproveitando os espaços para discutir e apresentá-lo. Seria muito bom termos sugestões dos Senadores, das Senadoras, dos técnicos desta Casa que têm profundo conhecimento da saúde pública. E a partir do momento da aprovação e validação desse indicador, ele vai ser um pouco a nota do gestor municipal, do gestor estadual, do gestor nacional.

Esse decreto cria a figura de um contrato, que seria o termo entre União, Estados e Municípios. Esse contrato iria estabelecer metas claras e deixar muito claro o conjunto dos recursos que estão ligados a que metas a serem alcançadas pelos vários níveis da Federação.

Um outro elemento do processo de definição de compromisso entre União, Estados e Municípios é o que nós estamos chamando de mapa de saúde. É fundamental que todo mundo saiba o que um Município, uma região – porque a atenção integral à saúde só se dá, às vezes, numa região... Você tem a referência hospitalar, você tem os institutos mais especializados, a assistência ambulatorial às vezes tem que circular por vários Municípios, e no Estado é fundamental que a população saiba, que o Senado saiba o que é ofertado naquela região e, a partir disso, como instrumento de base, construir um planejamento de médio prazo sobre as metas a serem alcançadas. É o que nós chamamos de Mapa de Saúde Atual e Mapa de Saúde de Metas. Esse mapa, nós vamos, ao longo do segundo semestre, sentar com as regiões, Estados e Municípios, nós vamos construí-lo. Ele vai ser um mapa público, em um portal para todo mundo enxergar o que está sendo ofertado, quais são as metas a serem alcançadas. Inclusive para o planejamento de investimentos, para os Senadores que querem saber onde colocar suas emendas, os recursos, quando forem discutir o relatório do orçamento, poderem ter isso como instrumento de base para o planejamento das ações.

Só falando, rapidamente, o que são estes dois mapas: o mapa da saúde real, o conjunto de serviços,

equipamentos, indicadores; e o mapa de metas, aquilo que é planejado como metas a serem alcançadas por União, Estados e Municípios para aquela região.

Essa é a lógica desse novo instrumento do contrato, onde aportes maiores de recursos para Estados e Municípios estariam vinculados exatamente ao cumprimento de metas por União, Estados e Municípios.

Quero reforçar aqui o apoio do Governo do Ministério da Saúde ao conjunto de propostas que há aqui neste Senado no sentido de se constituir uma Lei de Responsabilidade Sanitária, uma Lei de Responsabilidade Social. Acho que é fundamental.

Nós estamos construindo essa proposta, em um instrumento infralegal, que é um decreto, que é regulamentador da Lei nº 8.080. Então, há base legal para isso, mas, naquilo que este Senado puder avançar, com base nos vários projetos de lei – um projeto da Senadora Lúcia Vânia, um projeto agora do Ministro Humberto Costa –, aprovarmos uma Lei de Responsabilidade Sanitária seria fundamental para podermos dar passos decisivos no aprimoramento da gestão. Com esse contrato, poderemos repassar mais recursos para quem cumpre mais as metas, para quem dá conta de uma avaliação de desempenho, de um indicador de desempenho entre União, Estados e Municípios.

Esse é, resumidamente, o índice de acesso e qualidade que colocamos em consulta pública para debate, que passa, a partir do momento em que for validado, passa a ser um instrumento de avaliação de desempenho dos Municípios, Estados e União para que exatamente recursos sejam vinculados à melhoria do desempenho. Então, ele pega todos os componentes. Nós vamos comparar Municípios iguais com Municípios iguais. Então, há um componente que é de indicadores sociais e econômicos, para não ser injusto comparar um Município do interior de Roraima, da nossa Senadora Ângela, com um Município do interior de São Paulo. Então, poder comparar Municípios com características similares.

Há, dentro desse componente, além de indicadores de saúde, um componente de satisfação do usuário; nós queremos saber como o usuário está se sentindo ao ser atendido pelo Sistema Único de Saúde e que isso faça parte da avaliação do gestor municipal.

Inclusive, Senadora Marta Suplicy, nós agora, com a Rede Cegonha, queremos mudar o registro da IH, que é aquele instrumento de internação hospitalar, para que, naquele instrumento, possa haver um telefone de contato, Senador Paulo, e o endereço da gestante, porque nós do Ministério da Saúde, por meio da nossa ouvidoria ativa, vamos querer ligar para cada gestante que é assistida ao parto no Sistema Único de Saúde no País, porque uma pesquisa recente apoiada por

nós mostrou que 27% das mulheres relatam ter sofrido algum tipo de violência na assistência ao parto, no parto que é feito nos Estados e Municípios.

Então, nós queremos esse registro das mulheres, a avaliação de satisfação do usuário, poder repassar esse dado para o gestor municipal, tornar isso público. Nós vamos tornar público, de quatro em quatro meses, quais são os Municípios que têm mais alta taxa de mortalidade materna no País, para que esse seja um estímulo para o gestor, para a sociedade; acompanhar o que acontece, às vezes, em relação à mortalidade materna nesses vários Municípios, e ser um instrumento para apoiar esses Municípios a enfrentarem essa realidade com apoio do próprio Ministério da Saúde.

Ainda nesse segundo plano estratégico do novo modelo de gestão, o aprimoramento de vários mecanismos de informação, transparência, controle e fiscalização na área da saúde.

Primeiro foi a mudança do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Vários dos senhores e das senhoras devem ter visto informações de que o Ministério da Saúde descredenciou, de janeiro até agora, 11 mil equipes de Saúde da Família, porque nós detectamos no cadastro que havia profissionais cadastrados em mais de uma equipe de Saúde da Família, profissionais que estavam cadastrados nas equipes de Saúde da Família em mais de uma cidade. Então, fizemos uma mudança no Cadastro Nacional, primeiro, com filtros, para não permitir que isso aconteça. Já no ato do cadastro dos estabelecimentos e das equipes, há filtros para não permitir que um funcionário tenha mais de dois vínculos públicos, como estabelece a Constituição. Se tiver cadastro em mais de três estabelecimentos, tem de haver a justificativa do gestor de por que isso ocorre. Mais de cinco, também há a justificativa do gestor, no sentido de reforçar os mecanismos de controle, inclusive para, na parceria do querido Paulo, do Senador Paulo, com o CFM, nós cruzarmos os dados. Detectamos, inclusive, que havia CRMs falsos no ato de cadastramento pelo Município, pelo Estado.

Uma outra medida em relação a isso é a transparência na saúde. Desde o dia 7 de abril é transparente, nós colocamos um Portal da Transparência, que já tem todos os recursos repassados, fundo a fundo, entre a União, Estados e Municípios. Então, cada Senador e cada Senadora, sua equipe e a sociedade podem acompanhar, desde o dia 7 de abril, os recursos repassados, fundo a fundo, no Portal da Transparência na Saúde.

Numa parceria com a CGU, nós vamos agregando informações a esse portal: de convênios, de investimentos. Nós vamos colocar lá um *link* dos mamógrafos – viu, Senadora Ana Rita? –, porque o Brasil

hoje tem 2,5 vezes a quantidade de mamógrafos para fazer mamografias suficientes para todas as mulheres que precisam fazer mamografia no Brasil. E 50% desses mamógrafos produzem abaixo do que poderiam produzir. Então, vamos colocar um *link* lá, mostrando onde estão os mamógrafos.

Desde maio agora, iniciou-se uma força-tarefa nossa, coordenada pelo setor de auditoria, o Denasus, com Estados e Municípios. Nós estamos visitando cada consultório, centro de diagnóstico e hospital que tenha mamógrafos no País. Queremos saber, em parceria com Estados e Municípios, por que produzem abaixo, qual o motivo, por que às vezes ficam cinco, seis meses em manutenção e não voltam a funcionar, transformando isso numa informação pública para o conjunto da sociedade.

Uma outra medida importante de controle e transparência é a retomada do Cartão Nacional de Saúde, o chamado Cartão SUS. Publicamos duas portarias nesse período mais recente: uma, que constrói um sistema de operabilidade, um sistema de informação – nós temos de saber, nós não podemos repetir a estratégia feita, lá em 1997, a partir de 1997, quando queriam fazer com que o Município pegasse o cartão, a máquina do cartão, o sistema do cartão. De lá para cá, vários Municípios desenvolveram sistemas próprios de registro.

Então, toda a estratégia nossa de implantação do Cartão Nacional de Saúde, um instrumento fundamental para o controle, para o registro, para saber as informações, quais as consultas que as pessoas fizeram, é a estratégia de os Municípios que já têm sistemas de informação aproveitarem esse sistema e, a partir daí, construir toda a lógica.

Fechamos aí, na portaria dessa semana, o *layout* do cartão e a obrigação para que as operadoras de saúde também imprimam o cartão do associado, para, inclusive, facilitar os mecanismos de ressarcimento dos usuários do SUS que tenham planos de saúde.

Em relação ao acesso, que é o quarto objetivo estratégico nosso, um enfrentamento importante nas duas grandes portas de entrada é, primeiro, em relação à atenção primária – pode passar –, que é fechar o que nós estamos chamando de um componente “qualidade de atenção primária à saúde”.

O Ministério da Saúde está disposto a até dobrar o que repassa para cada Município de Saúde da Família, desde que aquela unidade de saúde cumpra determinados indicadores de qualidade.

Esse programa abre a adesão para os Municípios, e os Municípios identificam quais são os centros de saúde, no seu Município, que querem entrar nesse programa. Nós estamos dispostos a dobrar o que se passa para uma equipe de saúde e para esse progra-

ma, desde que se comprove – nós vamos acompanhar, com certificação permanente, certificação todo ano – se indicadores de qualidade estão sendo ou não cumpridos.

Então, é uma reorientação, um aprimoramento da política de atenção primária. Acompanhando esses indicadores, pode-se passar 100% desse novo componente de qualidade, 60%, dependendo da avaliação de desempenho desse Município. Nós achamos que isso vai ser um grande estímulo para que os prefeitos assumam e acompanhem a execução das políticas de saúde na atenção primária, o que pode resolver 80% dos problemas de saúde no seu Município.

A outra grande porta de entrada é o setor de urgência e de emergência. Essa é uma política com a qual nós ainda não pactuamos na secretaria estadual, tripartite, nas secretarias estaduais e municipais. O objetivo é pactuar, na próxima reunião tripartite. Está aqui o Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, mas o nosso grande objetivo é dar conta, desde a atenção de urgência e emergência pré-hospitalar, antes de chegar ao hospital, até instrumentos importantes dentro do hospital. Então, uma ação importante é em relação às Upas, vamos cumprir a meta estabelecida pela Presidenta Dilma de implantar nestes quatro anos mais 500 novas Upas no Brasil. Contando com aquilo cuja construção já começou, durante o governo do Presidente Lula, vamos chegar até 2014 com cerca de 1,1 mil Upas – Unidades de Pronto-atendimento 24 horas em todo o País.

A universalização do Samu no Brasil. Listamos as 280 principais portas, pronto-socorros de urgências e emergências no País, vamos ter uma política específica para elas, constituir nessas urgências e emergências um núcleo de controle de qualidade, porque isso é uma questão fundamental na gestão hospitalar.

Vamos criar do Ministério da Saúde um programa de atenção domiciliar, aquilo que o pessoal chama, às vezes, de *home care*, para o conjunto da população. Isso esvazia a necessidade de internação, dá qualidade de vida, esvazia, inclusive, as urgências e emergências. Nós estamos construindo um modelo de financiamento diferente para o que de enfermarias de retaguarda para urgência e emergência.

Esse é um debate importante que precisamos fazer. Durante muitos anos, a nossa tradição foi, única e exclusivamente, financiar os setores filantrópicos – está aqui o Deputado Darcisio Perondi, da Frente Parlamentar de Saúde –, só em cima da tabela SUS. Já tivemos alguns saldos importantes durante a gestão do Ministro Humberto Costa, que foi iniciar o processo de contratualização, onde não se pagava só por procedimento, pagava-se por metas alcançadas, por

indicadores de qualidade. Agora, estamos construindo, Deputado Darcisio Perondi, pode ser uma solução importante para os hospitais filantrópicos, uma proposta de um pacote, com o qual queremos ampliar o que se repassa hoje por diária de internação clínica para enfermarias que sirvam de retaguarda para urgência e emergência, para ter velocidade. Inclusive um dos grandes problemas hoje na urgência e emergência do País é que as pessoas chegam lá, tiveram a vida salva com o Samu, tiveram a vida salva na urgência e emergência, mas não têm para onde ir. Tivemos uma experiência específica em Rondônia, já no começo do governo, em que havia 118 pessoas dentro da urgência e emergência que já não precisavam ficar mais lá, precisavam ter leitos. E, rapidamente, com esse pacote, conseguimos identificar 120 leitos em Porto Velho, para retirar essas pessoas da urgência e emergência e colocar no espaço clínico. E vamos criar a Força Nacional de Apoio às Emergências em Saúde. Tem um projeto do Senador Moka sobre isso, que é a ideia de ter uma força profissionalizada nacional, composta por servidores do Ministério da Saúde, mas com parceria de servidores estaduais, médicos profissionais que são do Samu, preparada para agir e reagir às situações de catástrofes, alagamentos, enchentes, desastres, preparada para eventos de grande aglomeração, como a Copa do Mundo de 2014 e 2016.

Outro objetivo estratégico em relação à saúde da mulher e saúde integrada da mulher, que tem o componente de tratamento do câncer, a Rede Cegonha e a violência contra a mulher. É importante, porque cheguei a ouvir alguns debates, como a Rede Cegonha teve uma visibilidade muito maior do que as outras ações, uma preocupação das mulheres de que a saúde da mulher estivesse restrita só ao componente materno-infantil da Rede Cegonha. Mas, não. Já lançamos tanto o tratamento do câncer e do colo de útero e de mama e ações de combate à violência contra a mulher, assistência de combate à violência contra a mulher. A Rede Cegonha, que já lançamos, agora estamos rondando os Estados para adesão de Estados e Municípios. Na sexta-feira, estarei no Estado de Pernambuco, com o Governador e vários prefeitos do Estado, assinando a adesão do Estado e Municípios, aproveitando um grande programa que já tem lá em Pernambuco, que é o Projeto Mãe Coruja. Tem outros projetos já em andamento, como o Mãe Curitibana, que serão incorporados numa boa relação com o Rede Cegonha, compondo uma rede com dois grandes objetivos: primeiro, reduzir cada vez mais a mortalidade materna; e, segundo, dar uma qualidade de assistência ao parto e ao nascimento, de forma humanizada, para combater essa questão da violência ao parto, durante o processo de

assistência ao parto, dar qualidade, expandir a rede de UTIs e de leitos de alto risco.

Aqui são as metas da expansão do Rede Cegonha: concentração forte na Região Norte e Nordeste do País, nas regiões metropolitanas, mas a atenção a todos os Municípios brasileiros independente de estarem na região Norte, Nordeste e nas regiões metropolitanas.

Isso é em relação ao tratamento do câncer, que ficou sem a frase, por causa da configuração, mas foram ações de prevenção, tratamento e diagnóstico ao câncer de colo de útero e câncer de mama, com grande foco e interiorizar. Nós vamos reestruturar as redes de tratamento e diagnóstico oncológico para câncer de colo de útero e câncer de mama no País, com o grande objetivo de interiorizá-lo, levar ao interior do País a assistência ao diagnóstico e ao tratamento.

O outro objetivo estratégico: fortalecer a rede de saúde mental, sobretudo no enfrentamento ao *crack* e a outras drogas. Repetindo aquilo que eu disse aqui: todos os nossos dados mostram que o grande vilão em relação às drogas no Brasil ainda é o álcool. Nós não podemos perder o foco, não só no combate, nas medidas de prevenção, nas medidas de fiscalização e, sobretudo, na organização de uma rede de atenção, e o SUS precisa avançar muito para organizar uma rede de atenção para o enfrentamento não só do álcool, mas para as demais drogas.

Algumas questões que são fundamentais, e nós estamos elaborando, estamos aguardando essa pesquisa final da Fiocruz, para poder localizar no território.

A primeira questão é urgência e emergência. Os dados iniciais nossos mostram que, para o usuário de qualquer tipo de droga, o principal serviço de saúde que ele tem relação é com urgência e emergência. Então, a necessidade de qualificar a urgência e emergência desde o Samu, capacitar os profissionais do Samu, ter consultório de rua que chega mais perto onde as pessoas estão e na rede de urgência e emergência, nos pronto-socorros, reestruturar inclusive fisicamente os espaços para receber essas pessoas como porta de entrada principal em relação.

Uma outra questão é ampliar o número de leitos do conjunto da rede de CAPS de saúde mental.

Uma terceira questão que é fundamental, e não está aqui neste *slide*, é organizar. Nós fizemos uma discussão importante com a Federação das Comunidades Terapêuticas que dão conta hoje do acolhimento de uma proporção importante de pessoas que são usuários de álcool, drogas, inclusive do *crack*, e inclusive reformular uma política anterior que existiu, que era tentar credenciar leitos das comunidades terapêuticas.

Qual é a avaliação que nós fizemos em comum com elas? Nós não podemos tentar caracterizar a co-

comunidade terapêutica como equipamento de saúde, porque não é. Ele é um equipamento social, de acolhimento, tem outras ações. Se fosse equipamento de saúde, tinha que ter um diretor como profissional superior de saúde, tinha que seguir regra da Anvisa... Então, a lógica de tentar cadastrar leito como equipamento da saúde na comunidade terapêutica não vai fazer evoluir a política e a parceria possível que o Ministério da Saúde pode estabelecer com as comunidades terapêuticas. Então, a nossa proposta que nós construímos com ela é construir, na nossa rede de atenção primária, em relação direta com a equipe de saúde mental, uma equipe multiprofissional de saúde, com médico, psicólogo, enfermeiro, técnico de enfermagem, terapeuta ocupacional, profissionais que estejam à disposição para acompanhar as comunidades terapêuticas em parceria com gestores municipais para dar assistência em saúde naquilo que é assistência em saúde. Mas a comunidade terapêutica tem que ter uma abordagem multissetorial. Lá tem que ter geração de renda, tem que ter ação de educação, tem que aproveitar para alfabetizar quem não é alfabetizado, ter ganho de melhoria na qualidade escolar de quem não é durante aquele período que está lá, tem que ter iniciação profissional, qualificação profissional. Ou seja, outras ações que não são do campo da saúde.

O outro objetivo estratégico é a parte da promoção, da vigilância, com um foco muito específico em relação à dengue.

Nós, o conjunto das ações, viajamos todos os dezesseis Estados com alto risco para dengue nesses primeiros meses de gestão. Nos dois primeiros meses de gestão, encontramos-nos vários aqui, vários Senadores e Senadoras, nós tivemos janeiro/março de 2011 comparando com janeiro/março de 2010, que é a melhor forma porque você compara períodos similares de chuva de verão, nós tivemos redução de 64% dos óbitos de dengue no País, 69% graves e 43% de redução nos casos. Algumas medidas do Ministério já em janeiro foram importantes para isso. Transformamos um caso grave de dengue em notificação compulsória em 24 horas. Isso fez com que o Ministério pudesse chegar mais rápido com os Estados e Municípios. Ampliamos unidades sentinelas para detectar a circulação de outros tipos de dengue. Isso permitiu detectarmos dengue do tipo 4 em vários Estados do País, o que mostrou que há uma questão a mais a nos preocupar e nos obrigar a intensificar ações de combate a dengue, sobretudo para buscar reduzir ainda mais os casos no próximo ano, 2012.

Aí, na promoção, a vacinação contra a gripe. Aproveito para fazer, em parte, propaganda da campanha que vai até o dia 13 de maio, mas, em parte, para re-

afirmar uma política que o Governo brasileiro tomou há 13 anos de produzir aqui no Brasil a vacina contra a gripe, o que permitiu que pudéssemos ter uma produção nacional. Isso dá sustentabilidade para o nosso Programa Nacional de Imunização.

Ainda na parte da promoção, no dia 7 de abril, fechamos um plano, um acordo com todas as indústrias de alimentos, indústrias e supermercados, de redução da concentração de sódio e de gordura nos alimentos. Sei, inclusive, que há projetos nesta Casa sobre o tema. Devemos aproveitar esse período do mês da saúde para darmos passos importantes, e esse projeto seria fundamental em relação a isso. Haverá uma redução imediata de sódio em um conjunto de produtos. Em alguns deles, os com maior concentração de sódio, a redução será até de 30%. Junto com isso, há uma grande campanha com o setor de supermercados para divulgação, como uma ação importante e pioneira no Brasil, em parceria com a indústria de alimentos, para combater a obesidade e da hipertensão no Brasil.

O Programa Academia da Saúde, inspirado, entre outros, num projeto de Pernambuco, do Ministro Humberto Costa, a Academia da Cidade. Também lançamos esse programa de apoio do Ministério da Saúde a Estados e Municípios, sobretudo para que as unidades básicas de saúde disponham de equipamentos para atividades físicas próximos às unidades de saúde. Isso tem reduzido o uso de medicamentos, o uso de anti-inflamatórios, melhorado a qualidade de vida, reduzido o problema de hipertensão e diabetes nas regiões onde foram implantados os programas. O Ministério da Saúde agora adota esse como um programa nacional. Convido os Senadores e as Senadoras para que elaborem emendas parlamentares, porque são vários módulos, de fácil construção e instalação nos municípios.

Esse é outro tema fundamental. Não será possível dar passos decisivos na melhoria da saúde no País se não tivermos oferta de médicos onde há necessidade. Essa é uma questão fundamental e o Congresso Nacional pode contribuir muito em relação a isso. Nós, junto ao Ministério da Educação, encerramos um estudo, em parceria, com dados inclusive do Conselho Federal de Medicina, que mostram claramente a distribuição de médicos no País. No Brasil inteiro, temos 1,7 médicos para mil habitantes. A Inglaterra tem 2,6; a Espanha, 4; os Estados Unidos, quase 4. Agora, além de estarmos com médias abaixo de países que têm sistemas nacionais como o nosso, também temos uma distribuição muito desigual de médicos no País. O Maranhão tem 0,6 médicos por mil habitantes, e o Rio de Janeiro, 4.

Então, nós, com o Ministério da Educação, a partir desses dados, estamos estabelecendo novas diretri-

zes para estímulo, ampliação de vagas em escolas de medicina onde mais se precisa no País, estados que estão abaixo da média. É importante tomarmos essa decisão agora, porque precisamos saber quantos médicos queremos ter em 2020, em 2030.

Para se formar um médico, são seis anos de faculdade, 2, 3 de residência, de especialidade. Então, é fundamental ampliar, onde precisa, o número de vagas. Essa é uma diretriz clara. Em Estados onde haja uma proporção grande de médicos por mil habitantes, deve ser reforçado o controle de qualidade das vagas. Fecha-se a vaga de baixa qualidade; amplia-se em curso que tenha alta qualidade.

Essa é uma estratégia conjunta com o Ministério da Educação. Pela primeira vez, o Ministério da Educação compreendeu que o que tem de ditar a necessidade de ampliação de escolas médicas, onde formar médicos, onde buscar fixar médicos tem de ser as necessidades de saúde do País, não qualquer outro instrumento. Nós estamos construindo isso de forma muito dialogada, inclusive com as entidades médicas, reconhecendo que há lugares com alta concentração de médicos, mas há lugares que precisam de formar muito médico.

É 1,7 por habitante hoje. A nossa meta é buscar chegar ao que é o patamar na Inglaterra, em 2025. Por isso nós temos que começar a formar, hoje, médicos no País. É 1,7 nacional, 0,6, como eu falei, no Maranhão, 4 no Rio de Janeiro. Esses dados nós podemos disponibilizar, depois, para os Senadores.

Outra questão é que o instrumento fundamental para fixar médico, além de onde eles se formam, é sobretudo onde faz a especialidade e a residência. Estou só mostrando aqui um programa do Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, que buscou ampliar as vagas de especialidade e residência nas regiões onde havia menos. Então, antes desse programa Pró-Residência, nós tínhamos 57% das vagas de especialidades concentradas no Sudeste e Sul do País, 43% no Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Depois do programa Pró-Residência, caiu para 31 a concentração Sudeste/Sul, ampliando para 69% no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A segunda etapa desse programa conjunto com o MEC é exatamente ampliar as bolsas de especialidade e residência com dinheiro, inclusive, do Ministério da Saúde nas regiões onde mais precisa – norte e nordeste do País – e para aquelas especialidade que nós mais precisamos. Por exemplo, o Brasil precisa formar pediatras – está aqui o nosso colega Paulo.

Nos países que assumem o desafio de ter sistema público universal como o nosso e são bem menores que o nosso, como é o caso da Inglaterra, que tem 60

milhões de habitantes, um terço da nossa população, quem estabelece as especialidades a serem criadas, financiadas pelo Poder Público são as necessidades de especialidades do país. O Brasil precisa de pediatra, de anesthesiologista, de emergencista. Então, através desse programa de Pró-Residência, nós e o MEC vamos poder direcionar cada vez mais vagas públicas e bolsas de residências públicas para aquelas necessidades de que o Brasil precisa.

Outra questão que estamos em negociação ainda com a Comissão Nacional de residência é criar um incentivo para o médico que se forma. Antes de fazer especialidade, antes de prestar o exame de residência, o médico, que depois de se formar, se dispuser a ficar um período na atenção primária em saúde, na atenção básica, ou na urgência emergência, onde não tem médico, onde precisa de médico, ele ganharia pontos, bônus para o exame de residência como um estímulo para fixar, para termos médicos nesse período. Não seria algo obrigatório, mas seria um estímulo. Nós achamos que vamos ter uma grade adesão de profissionais médicos a esse programa.

Em relação à assistência farmacêutica, primeiro, só um balanço do programa Aqui Tem Farmácia Popular. Nós lançamos em janeiro uma nova etapa do programa através do Saúde Não Tem Preço, que é dar de forma gratuita esses medicamentos para quem tem hipertensão e diabetes na rede Aqui Tem Farmácia Popular.

Esse é o dado. Quando eu pego abril de 2011, que é depois de iniciar a gratuidade, comparando com janeiro de 2011, antes de iniciar a gratuidade, nós tivemos um aumento de 129% do acesso de hipertensos a medicamentos na rede, agora de forma totalmente gratuita, e 92% de acesso de pessoas que têm diabetes aos medicamentos gratuitos na rede Aqui Tem Remédio Popular. Ou seja, em dois meses de programa, nós mais do que dobramos o acesso de hipertensos e diabetes, agora totalmente gratuitos.

Reforçamos as ações de combate a fraudes. Descredenciamos, só em 2011, 54 farmácias da rede, porque nós mudamos o sistema de controle e colocamos a ouvidoria ativa, a auditoria permanente do Denasus a partir de uma certa amostra, mudamos o cupom, obrigamos a senha para o vendedor, enfim, um conjunto de mudanças de combate a fraudes que permitiu que a gente descredenciasse 54 farmácias; multas por irregularidades, para 253, que, se não corrigirem a irregularidade, são descredenciadas também. Hoje, temos nesse programa mais de 15 mil farmácias populares. Para os senhores e as senhoras terem ideia, isso é mais do que o número de agências do Banco do Brasil, da Caixa e dos Correios, juntos, só distribuindo medicamentos de forma gratuita ou subsidiada para a

população. Aí é um conjunto de medidas de reforçar o programa que nós fizemos com o “Saúde não tem preço”

Nós criamos, no Ministério da Saúde agora, um grupo de trabalho específico para compra de insumos estratégicos. Nós tivemos, no mês de fevereiro, durante duas semanas, a necessidade de pedir para que os centros de referência de Aids organizassem seus estoques – não chegou a faltar o medicamento – com o risco que poderia ter de faltar um dos medicamentos antirretrovirais. A partir daquele momento em que aconteceu isso, nós criamos um grupo de trabalho para reformular, dentro do Ministério, todo processo interno de compra desses medicamentos, inclusive com parceria com o INDG, do grupo Gerdaui.

Aqui é uma questão importante, não sei se todos os senhores e as senhoras sabem do papel da saúde no desenvolvimento do País 8% do PIB brasileiro é demandado pelo setor saúde. Nós somos responsáveis por 35% do esforço de inovação tecnológico, desenvolvimento tecnológico do setor privado no País; são 12 milhões de trabalhadores formais; 10% da proporção de trabalhadores qualificados no País são do campo do setor produtivo da saúde. Então, o Ministério da Saúde tem uma postura ativa também na indução de um complexo produtivo de saúde, para produzir cada vez mais aqui no Brasil, com transferência tecnológica, com parceria internacional onde for necessário para ser um motor de desenvolvimento do País.

Todos os dados mostram que, a cada R\$1,00 investido em saúde, retorna R\$1,4 no PIB. Então, aquela lógica de que a saúde é gasto é uma lógica ultrapassada já. Saúde, além de melhoria de qualidade de vida, é investimento concreto na economia local, na melhoria da qualidade de vida das pessoas, as pessoas produzem mais, se desenvolvem mais; um investidor privado, para colocar uma empresa numa região, quer saber como está o serviço de saúde naquela região.

Aqui é um conjunto de ações já nesses primeiros 90 dias dessas ações do complexo produtivo de saúde que, por exemplo, traz fabricação aqui para o Brasil de novos medicamentos para Mal de Parkinson, Aids, artrite reumatóide, doença de Crohn, em parceria internacional e com parceria público-privada. Estimamos economizar R\$700 milhões nos próximos cinco anos com essa medida.

Produção de medicamentos que são utilizados no transplante renal, através de um acordo da Fiocruz e a Roche aqui no Brasil tem a indução do Ministério da Saúde. O fato de o Brasil ser o único país com mais de 100 milhões de habitantes e ter um sistema universal transforma o Brasil num grande mercado de consumo de medicamentos, isso permite que a gente possa ter um grande poder de compra, para trazer

parceiros internacionais para produzir aqui no Brasil, gerando empregos para os brasileiros.

A comercialização da versão genérica do Tenofovir pela Fundação Ezequiel Dias também foi uma outra ação importante para reduzir custos e poder produzir aqui no Brasil antirretrovirais dando sustentabilidade para nossa ampliação do acesso.

Hoje a saúde é o componente mais forte de negatividade na balança comercial brasileira. A nossa balança comercial na saúde é R\$10 bilhões negativa. Cada vez que se amplia o acesso, nós temos que importar muitos equipamentos e medicamentos porque nós não produzimos no Brasil ainda.

Então, uma ação forte do Ministério da Saúde, como estamos fazendo, e o BNDES apoiando, Ciência e Tecnologia, para produzir cada vez mais aqui no Brasil, é decisivo para a sustentabilidade da ampliação de acesso no Sistema Único de Saúde.

Isso aqui é em relação à saúde suplementar. Pode passar. Rápido para depois ficar aberto às questões. ,

Em relação aos povos indígenas, pode passar. Só queria chamar a atenção de que no dia 19 de abril nós consolidamos um novo modelo de atenção à saúde indígena através da Secretaria Especial de Saúde Indígena, MP que foi aprovada inclusive por este Senado e que consolida o distrito sanitário especial indígena como espaço de gestão com autonomia ao DSEI e começar a implementar na área da saúde indígena vários programas entre nós.

Acho que esse era o último *slide*. Queria pedir desculpas ao Presidente Jayme por ter passado dos 30 minutos, mas queríamos abrir vários temas com os Senadores e Senadores para ouvir não só as críticas e sugestões, mas as contribuições são fundamentais.

Agradeço novamente o fato de esta Comissão ter aberto o dia de hoje para discutir saúde nesta Casa, aproveitando este mês de abril como mês da saúde no Senado e reforçar aos Senadores e Senadoras que a gente possa aproveitar este momento para aprovar, dar passos importantes em vários projetos de iniciativa do Senado para melhorar a saúde do País.

Quero agradecer ao Senador Jayme Campos, e estou à disposição desta Casa. (*Aplausos*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Ex^a, Ministro Alexandre Padilha, com direito a aplausos. Diante da exposição de V. Ex^a, eu imagino que as perspectivas são das melhores para o nosso País. Se V. Ex^a citou a possibilidade de se ter *home care* pelo SUS, imagino que vamos chegar a ter quase que uma saúde de primeiro mundo.

Entretanto, V. Ex^a vai ter de ter um pouco de paciência, porque a ordem de inscrições aqui é gigantesca.

V. Ex^a teve o tempo que, naturalmente, foge do Regimento, mas acho que a exposição foi maravilhosa, tomamos conhecimento dos avanços, das propostas e dos projetos que teremos para os próximos quatro anos, e vamos abrir a fase de indagações.

Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Amorim, como autor do requerimento, pediria dois ou três minutos para que o Senador Casildo Maldaner pudesse fazer um comentário.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Caro Presidente Jayme Campos, caro Ministro Alexandre Padilha, nobres colegas, na verdade, depois da exposição de V. Ex^a, nós e o Brasil que o acompanhou pela TV Senado sentimos que são bem mais alvissareiras as notícias sobre a saúde.

Pela exposição de V. Ex^a, Ministro, a saúde vai bem melhor, parece-me, do que percebem os que andam pelo País afora. O Senador Moka até está sorrindo um pouco. A gente anda até pelo meu Estado de Santa Catarina... Mas eu fico feliz.

Logicamente, V. Ex^a vai ser sabatinado, vai ser indagado pelos colegas, e penso que algum bombardeio, no bom sentido, pode surgir. Vejo que V. Ex^a é preparado.

Gostei de algumas partes de sua exposição, gostei do ponto sobre a gestão da saúde, inclusive da competitividade da Gerdau. Acho que a competitividade, a gestão da saúde é essencial.

Gostei dessa tese da interiorização do profissional de saúde, dos estímulos a ele. Eu nunca me esqueço da minha experiência nos anos 90, quando fui governador do meu Estado de Santa Catarina. Tínhamos profissionais agrônomos, técnicos agrícolas, profissionais da medicina veterinária, mas todos queriam ficar na ilha, em Florianópolis. Para fazer medicina veterinária, para fazer agronomia lá na fronteira com a Argentina, lá no oeste, era uma dificuldade danada. O pessoal de lá reclamava que não era fácil receber a visita de agrônomos e veterinários. Nós adotamos uma espécie de estímulo para o atendimento de animais no interior. E aí nós tínhamos profissionais lá no campo. Nós criamos um estímulo desses naquela época, para o atendimento dos animais.

Se forem criados estímulos para o atendimento de pessoas, eu acho que não há dúvida: tem que se fazer isso, Ministro. E podemos resolver 80% da saúde na base da descentralização - pelo menos a saúde básica. Eu gostei dessa tese. Se colocar em prática, V. Ex^a vai ficar no Ibope. Numa aferição, isso vai ficar... O senhor tem uma habilidade muito boa de colocar, o senhor tem flexibilidade, o senhor tem um jeito *rebo-lation*, como se diz, de conversar... (*Risos*.) Não, mas

é mesmo! É no bom sentido, Senador Paulo! Ministro Padilha, o senhor envolve os Senadores, até os da oposição. O senhor tem um jeito; não é, Vanessa? - a Vanessa é catarinense, embora esteja na Amazônia. O Ministro atende telefone, atende isso, quer dizer, ele tem um jeito. As pessoas ficam até desarmadas em questioná-lo, não é, Paim?

Se isso aí for implantado pelo Ministro, se chegar à sociedade, um pouco que se coloca, psicologicamente, até ajuda as pessoas doentes a melhorarem, não é, Senadora Marisa? As pessoas, psicologicamente, até melhoram um pouco, não é, Presidente? Adoecem menos. Acho que isso tudo ajuda. Tem que ter fé, tem que ter vontade, tem que acreditar. E o Ministro Humberto Costa até está analisando, mas eu acho que tudo isso faz parte. Se conseguirmos implantar essas teses da descentralização, teremos grandes conquistas na a saúde. Trata-se apenas de um comentário porque vivi algumas coisas nesse sentido, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Eu gostaria de pedir a V. Ex^{as}, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que, diante da ordem de inscrição – temos 17 Senadores inscritos e imagino que ainda vão chegar mais alguns –, fossem os mais práticos possíveis, mais pragmáticos em suas indagações para que o Ministro possa responder e, sobretudo, ter direito à réplica e tréplica. De forma que quero iniciar, concedendo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, autor deste requerimento, para fazer sua indagação, dentro do cronograma, se possível, quatro minutos. Assim, de três em três, faríamos um bloco, para que o Ministro possa responder às indagações feitas por V. Ex^{as}.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Sr. Presidente, como procuro sempre fazer, serei bastante breve nas minhas indagações, mas não posso deixar de pautar um momento tão importante, uma vez que a saúde é a minha profissão também.

Ministro, seja bem-vindo a esta Casa. O senhor sabe que, aqui, deste lado, o senhor tem um soldado do SUS, uma pessoa que acredita e milita em defesa do SUS. Acredito no SUS, mas precisamos efetivá-lo em muitos cantos do nosso País.

O senhor disse, no final do seu discurso de posse, em 3 de janeiro, que o SUS é o filho da luta democrática deste País, criado para efetivar o direito à saúde, que, por sua vez, se sustenta em três princípios conhecidos por todos nós: a universalidade, ou seja, a garantia constitucional para os 190 milhões de brasileiros; a integralidade, que envolve o tratamento completo dos males físicos e mentais levado ao conhecimento do médico e do paciente e a participação

da comunidade, como o senhor falou, nos modelos de pactuação de elaboração de políticas públicas.

Esse tripé que sustenta nosso Sistema Único de Saúde há 22 anos ainda está em fase de amadurecimento, porque saúde embora seja um direito de segunda geração, dizem os juristas, no nosso País, ainda se clama por efetividade – eu estava comentando aqui, com a Senadora – em muitos cantos desta Nação. O senhor também falou, em sua exposição, que iria trazer a saúde para uma agenda positiva nacional de desenvolvimento e aqui demonstrou como. O senhor também apontou algumas contradições, entre elas a de que o SUS é referência, como o senhor disse, de pactuação e de estruturação, embora inacabado. O senhor não acha que o término dessa estruturação passa por uma normatização da efetivação da missão de cada ente federado? Qual a missão da União perante a saúde? Qual a missão do Estado? Qual a missão do Município? Qual a missão do Distrito Federal?

Se assim tivermos com clareza, ficará, com certeza, muito mais fácil o usuário, qualquer um de nós brasileiros, cobrar a efetividade de cada ente federado. Sei que isso passa, com toda certeza, por esta Casa, pelo Congresso, na contribuição para que isso seja normatizado, já que envolve vários entes federados. O senhor não acha que isso é importante, não acha que a falta dessa clareza da missão de cada ente federado cria um escuro, um obstáculo muito grande para a efetivação? Não acha que se cria um jogo de empurra-empurra, sobretudo por parte dos maus gestores?

Como vencermos essa tarefa do subfinanciamento? O senhor mesmo disse que investimos *per capita* um valor muito abaixo até do que investem países vizinhos ao nosso País. Não dá nem para comparar com países de primeiro mundo. Como vencermos? A Emenda nº 29 é suficiente? Eu, particularmente, acredito que não. Mas também esse é um passo importante, porque coloca os limites superior e inferior nos gastos de saúde. O financiamento já é pequeno *per capita*. E ainda se gasta mal; é um gasto sem qualidade, muitas vezes. Sobretudo, os maus gestores gastam com o que não é destinado à saúde. Com toda a certeza, a Emenda nº 29 trata disso com muita qualidade. Essa seria outra questão.

O senhor também disse no seu discurso – aproveito para parabenizá-lo – que, a pedido da Presidenta Dilma, foi dada uma importância especial à questão da farmácia, sobretudo, para tratamento de diabetes e da hipertensão. O senhor conseguiu, em pouco tempo, implantar isso, cumprindo o que o senhor tinha dito no discurso, bem como a Rede Cegonha.

Mas faço aqui um questionamento sobre a política anticâncer. Cerca de 140 mil brasileiros morrem

desse mal neste País por ano. Esse é o número que temos. O meu Estado e também o Estado do Piauí são os únicos Estados da Região Nordeste onde não há hospital oncológico. A nossa Oncologia está dentro de um hospital de urgência, ou seja, o paciente oncológico compete diretamente pelos procedimentos, pelo centro cirúrgico, pelo espaço cirúrgico com os pacientes politraumatizados, baleados, esfaqueados, acidentados.

Então, esse é um número expressivo, Sr. Presidente. Depois das doenças cardiovasculares, somente o câncer mata mais. Cerca de 140 mil vidas são ceifadas por ano no nosso País, e dizem os especialistas que cerca de 40% delas poderiam ser evitadas se houvesse eficiência na precocidade do diagnóstico. Daí a importância de uma meta efetiva e de unidades oncológicas bem firmadas. Esse é o sonho de nós, sergipanos. Os senhores sabem que lá desencadeamos uma campanha. E, em breve, deveremos trazer para o senhor milhares de assinaturas, mostrando essa necessidade, para atender não só aos sergipanos, mas também aos baianos, aos alagoanos, a todos dos Estados fronteiriços.

Então, dizem os especialistas que cerca de 30% a 40% desses pacientes poderiam, realmente, ter outra condição, se houvesse eficiência na precocidade do diagnóstico e do tratamento. Então, fica aí o questionamento relativo à política anticâncer: como efetivar isso? Como combater esse mal? É verdade que é importante haver uma efetividade para combater o câncer de mama, o câncer de colo uterino, mas também existem várias outras patologias, como o câncer de próstata.

Outra fala no seu discurso é relativa ao enfrentamento e ao combate ao *crack*. O senhor comparou o enfrentamento ao *crack* ao que ocorria no final dos 80 quanto ao enfrentamento à AIDS. Isso estimulou até que o senhor fizesse residência em Infectologia. Agora, há essa nova epidemia, que tem uma perversidade muito maior, porque destrói não só o viciado, mas também famílias e famílias inteiras, aumentando a violência.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

A saúde tem de ser, realmente, o condutor dessas ações. É preciso haver a promoção da saúde, é preciso evitar as doenças, mas também é preciso recuperar os vitimados.

Como fazer esse enfrentamento ao *crack*? Faço uma última sugestão. O cartão SUS foi uma tentativa do passado que incorreu em muitos insucessos. Não seria melhor aproveitar a nova carteira da entidade adotada pelo País, e aquele número do cidadão ser o

mesmo número também que levaria a informação do SUS, já que o País adotou esse novo critério? Precisaria mesmo criar ou voltar a esse programa em que poderíamos – falo nós, profissionais da saúde – aproveitar a carona desse novo modelo, esse novo cadastramento que vai se fazer com o cartão SUS?

E finalmente, quero dizer que, muitas vezes, deixo de colocar emendas no Ministério da Saúde porque sei que, se colocar, vou estar tirando recursos do próprio orçamento, porque o Governo, no meu entender, deveria obedecer – assim como faz com outros Ministérios – e, ao colocar emenda, deveria ir dinheiro novo para a saúde, o que, muitas vezes, não acontece.

Para aqueles que têm conhecimento é até um desestímulo colocar emendas sobretudo no Ministério da Saúde. Eu acho que emenda deveria acompanhar, como acompanha em outros ministérios, com dinheiro novo e, assim, a gente estaria ajudando mais ainda a saúde.

É só, Sr. Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim. Quero dizer ao senhor que não fui eu que toquei a campainha, ela é automática. De qualquer forma, acho que valeu. V. Ex^a objetivou bem as suas indagações.

Continuando a ordem de inscrição, que está “bombando”, Ministro, se tudo correr bem aqui...

O SR. ALEXANDRE PADILHA (*Fora do microfone.*) – Quanto mais esta CAS discutir saúde, mais...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós vamos até 2h, se tudo correr bem.

Já teve até Senador que pediu que, se possível, trouxessem almoço.

Vamos conceder a palavra à Senadora Vanessa, na ordem de inscrição, que nós estamos respeitando literalmente aqui até mesmo o Regimento diante do Partido. Por incrível que pareça, parece que já existe uma ordem partidária aqui: PSC, PCdoB, PV, PT, PSDB, PTB. Também tem Marisa Serrano, que é pelo PSDB.

Com a palavra, a Senadora Vanessa. Serão assegurados a V. Ex^a, se possível, quatro minutos para suas indagações

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou ser muito sintética, mas antes quero dizer que a sessão “*rebolation*” está “bombando” mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Conforme falado pelo Senador Casildo Maldaner.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas, enfim, Senador Casildo, de fato, acho que o Ministro Padilha, nesse período curto em que está à frente do Ministério da Saúde – esteve em ou-

tros Ministérios, como da Articulação Política –, tem tentado agregar uma novidade, que é fazer as relações políticas dentro do Ministério da Saúde. E não apenas com o Parlamento, mas com a sociedade brasileira, que, aliás, essa é a concepção principal do Sistema Único de Saúde, que é a participação da sociedade. Um sistema construído pelo poder público, mas, principalmente, pela sociedade.

Dessa forma, cumprimento o Ministro, que já esteve no meu Estado algumas vezes, inclusive lançando com a Presidente Dilma o Programa Saúde da Mulher na parte de prevenção de câncer, por conta da alta incidência na região Norte, e não pode conta de a Presidente tenha recebido a sua maior votação no Amazonas, por conta disso. Aliás, essa é uma luta permanente que nós temos que travar, não só contra as desigualdades sociais, mas as desigualdades regionais que afloram. É onde ficam mais caracterizadas, mais destacadas essas desigualdades sociais. No campo do trabalho é assim, no campo da educação é assim e, no campo da saúde, como acabamos de ver, também não é diferente.

Quando a gente fala da falta de médicos, acho que são vários problemas. Estivemos eu, Senador Mozarildo, Senador Acir Gurgacz, três Senadores da região, o Senador Jorge Viana não foi por conta de outro compromisso, mas também o representamos lá, para levar uma reivindicação da Amazônia ocidental para instalação de um hospital Sarah Kubitschek. Essa é uma reivindicação não do Amazonas, mas da Amazônia ocidental.

Olha, Ministro, que gesto nobre dos Senadores desses outros Estados, eles defendem que a instalação desse hospital seja na cidade de Manaus, porque é o centro efetivamente. É mais fácil chegar do Acre para lá, de Rondônia para lá, de Roraima para lá. Então, isso é muito importante.

Agora, da nossa conversa com a Dr^a Lúcia e com o Dr. Campos, o que me chamou muito a atenção, primeiro – porque nós discutimos sobre a saúde pública brasileira, procuramos trocar ideias... (*Pausa.*)

A Presidente? Imagine! Claro que a gente aguarda ele atender à Presidente Dilma. Desconte o meu tempo, Sr. Presidente! Tire aí o automático.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – O Ministro foi atender a um telefonema da Presidente Dilma, mas já vai retornar rapidamente.

Na ordem de inscrição, que V. Ex^a consultou, temos aqui o Senador Eduardo Amorim, que já fez sua indagação. A Senadora Vanessa está fazendo agora. Depois, será o Senador Paulo Davim, Senadora Ângela Portela, Senadora Marisa Serrano, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Wellin-

ton Dias, Senadora Ana Rita, Senador Humberto Costa, Senador Vital do Rêgo, Senador Casildo Maldaner, que não sei se já está satisfeito com os comentários, mas está na lista de inscrição. Em seguida, Senadora Marta Suplicy, Senador Cícero Lucena e Senador Waldemir Moka.

Continua com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Retomando, eu falava a respeito da nossa conversa no Hospital Sarah. Eu já tinha tomado conhecimento desse fato em conversas anteriores. Foi feito um estudo que mostra que os gastos realizados pelo Sarah Kubitschek, que é um hospital de qualidade, de excelência, são inferiores aos gastos no Sistema Único de Saúde. Isso significa dizer que a saúde, Senador Amorim, precisa de recursos, e não tenho dúvida quanto a isso. Quero reforçar as observações feitas pelo Senador Amorim a respeito da Emenda nº 29, da sua regulamentação. É o projeto de lei do ex-Senador Tião Viana, Governador do Acre, que está na Câmara, no plenário, sendo votada. Parou apenas por um destaque, que trata do novo tributo para a saúde, ou seja, nova fonte de financiamento, Ministro Padilha. Então, eu gostaria que o senhor falasse a respeito disso porque acho que essa excelência que estamos buscando V. Ex^a busca na área de saúde mediante o pacto para saúde. Isso envolve cartão, e essa é uma pergunta já feita e que estou apenas reforçando porque penso que é importante falar do cartão.

O pacto requer, primeiramente, uma transparência na busca da eficiência. Acho que a eficiência da gestão é o que temos que buscar. Para ajudar minhas companheiras e meus companheiros que vão falar depois de mim, para que tenham um tempo razoável, vou ser breve. Acerca dessa Emenda nº 29, quero ouvir do senhor porque se trata de proposta da Frente Parlamentar de Saúde. Nós vamos rejeitar – tem que ser votado o destaque – o destaque, vamos rejeitar unanimemente a criação desse novo tributo, dessa nova CSS, mas aprovar a Emenda nº 29, um projeto de lei de 2000, que está aí. Nós precisamos, o Governo precisa fazer esse grande esforço.

Em relação à exposição de V. Ex^a, quero destacar avanços importantes principalmente na área de assistência de medicamentos. Vejo aqui o Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano. Sei que o senhor também está muito bem servido lá na assessoria, na gerência de assistência farmacêutica, como o Dr. Miguel. Enfim, é algo de que precisamos. Não se trata apenas dos R\$10 bilhões do déficit, Ministro, mas é uma dependência que nós não podemos aceitar. Um país que não tem independência na área de medicamentos não é um país soberano, não podemos depender,

nessa área fundamental, estratégica, indispensável de outros países. Acho, no entanto, que o Brasil tem feito tudo, o Ministério da Saúde, o Ministério da Indústria e Comércio têm feito muito para avançar nessa área do desenvolvimento e produção no Brasil.

Então, cumprimento-o por todas as ações. Por fim, mais um questionamento. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.295, que dispõe sobre a jornada de 30 horas dos enfermeiros. Sei que não é um assunto tranquilo, mas sei também que não é tranquilo o fato de os enfermeiros e as enfermeiras terem um tratamento diferenciado no Brasil. Aqueles que atuam na rede pública têm um tratamento e uma legislação que ampara mais esses servidores do que aqueles que trabalham na rede privada. A jornada de trabalho na rede privada é de 30 horas, e, na rede pública, é de 40 horas. Gostaria que o senhor falasse sobre isso.

No mais, cumprimento-o e desejo que continue assim: *rebolation* muito, tratando com todos os segmentos para que possamos ter avanços significativos na área da saúde.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Vanessa. Mas precisamos fazer um adendo sobre isso. As palavras dela, com suas indagações... Na verdade, V. Ex^a está negociando lá na Câmara a aprovação, depois a regulamentação da Emenda 29. A iniciativa de V. Ex^a é meritória. Acho que não precisamos criar novas taxas, novos impostos, novos tributos; o que precisamos, na verdade, é a regulamentação da Emenda 29. Concorro com a senhora, estou solidário sobre a observação que fez aqui.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim, por quatro minutos.

Espero que V. Ex^a cumpra regimentalmente.

E vou colocar... Acho o seguinte: o Senador Moka fez uma proposta aqui e levo ao conhecimento de V. Ex^{as}, que diz o seguinte: que todos os Senadores aqui façam as indagações ao Sr. Ministro, e ele responderia. V. Ex^{as} concordam? (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Cumprir o meu tempo, Sr. Presidente.

Quero saudar o Ministro Padilha, elogiar a sua disposição de vir a esta Casa conversar conosco, e dizer que todos nós estamos imbuídos do mesmo propósito: de ajudar a Saúde, de ajudar a Presidenta Dilma, e a sua gestão à frente do Ministério da Saúde. Evidentemente que é uma tarefa difícil, é um desafio muito grande, talvez seja o maior desafio da sua vida, não sei.

Mas um país que tem 15 milhões de pessoas na linha de extrema pobreza, evidentemente, que isso decorre graves e grandes problemas na área da saúde pública, sem sombra de dúvida.

Eu não consigo pensar diferente, Ministro. Todos sabemos que no Brasil a saúde é subfinanciada. Nós investimos menos até do que países da América do Sul. Eu fiz um levantamento de 16 países assemelhados ao Brasil, e a média de investimento é 9,7% do PIB. E nós sabemos que o Brasil investe dos recursos do Tesouro 4% do PIB; com 4% oriundos da iniciativa privada, fechamos em 8% do PIB. O que é muito pouco, considerando a característica da assistência universal que é oferecido pelo Brasil, um belo sistema, que é o SUS.

Agora, não dá para a gente, sem recursos, fazer frente a 23% de hipertensos no Brasil; não dá para a gente combater 30% de obituários por doenças cardiovasculares; 18% da população etilista. Não dá para a gente continuar suportando os acidentes de trânsito, pois só em 2010, o Brasil gastou 200 milhões de reais com internações. Isso é um absurdo! Temos 15% tabagista. No ano passado, só o SUS gastou com as doenças diretamente provocadas pelo uso do tabaco 338 milhões de reais. É uma sangria desatada do sistema. E vamos precisar de recursos.

É claro que estou convencido de que precisamos de um maior aporte financeiro para financiar a Saúde. Evidentemente que não é só o financiamento; há que se ter um gerenciamento qualificado, uma fiscalização, um acompanhamento. Além dessa sangria há os desvios absurdos. Eu sou inconformado com os desvios de recursos da Saúde. Acho que precisa ter uma legislação mais severa para coibir esse tipo de crime que, na minha avaliação, deveria ser classificado como crime hediondo. Porque não dá às vítimas anônimas distantes, o direito de reação. Portanto, é um ato covarde.

Mas, Ministro Padilha, em cima do que falei, acho que a gente precisa investir com muito vigor na assistência básica, no PSF, por exemplo. E fiquei feliz com a sua informação de que está oferecendo a possibilidade de dobrar os recursos. Acho isso fantástico. Agora, evidentemente, sou defensor incondicional da meritocracia. Se nós não tivermos isso, as coisas ficam soltas, porque é a condição humana, você responde a cobrança, você responde ao reconhecimento. Mas o ser humano é assim. E a gente precisa implementar essa dinâmica no serviço público, de modo que a gente possa auferir os resultados do jeito que a gente determinou com as nossas metas.

Então, eu acho que essa questão da meritocracia, a possibilidade de dobrar os recursos do PSF é muito boa. Acho que a gente precisa, sim, aumentar o número de equipes do PSF; a gente precisa também aumentar

o piso de atenção básica – um aumento real do piso de atenção básica. E nós já tivemos oportunidade de conversar pessoalmente sobre isto informalmente: eu sou defensor, Ministro, da implantação de um pediatra no PSF. Não sou pediatra, mas reconheço a importância. Existe uma crise no Brasil, como há pouco tempo foi noticiado no Fantástico, da Rede Globo. Há uma crise na assistência à criança no Brasil. Lá, no meu Estado, estamos vendo os postos de atendimento às crianças fecharem, porque não temos pediatras. E não é porque a escola formadora não ofereça vagas; é porque não existe estímulo para o jovem profissional se especializar em uma área tão nobre. Daqui a pouco, vamos ter os nossos filhos e os nossos netos sendo atendidos por pessoas que não têm habilitação para atender a criança. Porque é diferente!

Eu trabalho em UTI, sou intensivista, sou cardiologista e não me acho em condição de atender uma criança. E não me acho em condições porque é totalmente diferente: a anamnese é diferente, a terapêutica é diferente, até a epidemiologia da criança é diferente. Portanto, uma das formas de a gente estimular a presença de pediatras no mercado é abrir o próprio mercado para isso.

E veja V. Ex^a que é uma luta da Sociedade Brasileira de Pediatria de muitos anos. Ninguém quer mais ser pediatra; os pediatras estão fechando os consultórios, estão mudando de especialidade ou, se não, conseguindo outros empregos. Ninguém quer mais, porque a remuneração do pediatra é muito baixa, e, todos sabemos, uma vez atendida uma criança, o pediatra tem que deixar disponível o seu celular para qualquer hora do dia e da noite.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, só para concluir. Sei que me demorei muito, mas é que saúde é um assunto que interessa a todos nós.

Quanto à questão, Sr. Ministro, da residência médica, uma forma de fixar o médico no interior do Brasil... Eu acho que se tem de ter muito cuidado. Eu defendo a abertura de um maior número de vagas para a residência médica, sobretudo para as vagas que o mercado demanda e que nós precisamos. Agora é preciso, sobretudo, de uma política de recursos humanos que estimule o profissional a ir para o interior. Assim, eu defendo a carreira de Estado para a saúde. Tudo que é prioritário neste País se transforma em carreira de Estado. É assim com a Magistratura, é assim com a Receita Federal, é assim com a Procuradoria, com a Polícia federal; enfim, tudo que é prioritário se transforma em carreira de Estado. E por que não a gente invocar esse direito de priorizar a saúde estabelecendo

uma carreira de Estado? Aí, sim, nós vamos ter o estímulo necessário para oferecer a assistência médica no interior do Brasil.

Então, Sr. Ministro, quero fazer esse relato e dizer que tenho algumas opções, tenho propostas, inclusive alguns projetos apresentados aqui na Casa, como opções para financiamentos alternativos à saúde. Por exemplo, eu apresentei um projeto que dá oportunidade, dá opção ao estudante, ao profissional que terminou o curso de Medicina, Enfermagem ou Odontologia de pagar o Fies sob a forma de serviços prestados à instituição pública. É uma forma de ocupar essas vagas que estão abertas. E outras medidas mais e outros projetos mais, como, por exemplo, que um percentual das multas de trânsito seja destinado aos hospitais que atendem trauma, sobretudo aqueles resultantes de acidentes de trânsito. Enfim, há várias outras medidas alternativas de financiamento da saúde.

Então, quero parabenizá-lo, sobretudo por essa política de oferta de medicamento para hipertensão e para diabetes. É impressionante o alcance dessa medida tão simples, Ministro! Mas nós só vamos auferir os resultados daqui a alguns anos. Nós sabemos que, em saúde pública, a gente só vai conferir os resultados lá na frente. Então, tenho certeza de que essas medidas adotadas por V. Ex^a, com a distribuição de remédios para hipertensão e diabetes, terão um grande resultado daqui a uns cinco anos. Então, quero parabenizá-lo e dizer que nós estamos absolutamente alinhados com a sua postura e na defesa da sua gestão à frente do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ângela Portela, por quatro minutos, até para que cumpramos literalmente aquilo que acordamos aqui diante dos membros da Comissão. Há vários Senadores e Senadoras que querem fazer as suas indagações, e imagino que todos tenham outros compromissos também.

Com a palavra, V. Ex^a.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Certamente, Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão, procurarei ser bem objetiva.

Ministro Alexandre Padilha, quero lhe parabenizar pela exposição didática, com bastantes informações a respeito do plano de saúde do Governo da Presidenta Dilma. A preocupação e a sensibilidade que V. Ex^a tem em reconhecer que a população brasileira clama por uma saúde melhor. E fico muito contente e muito feliz e ver aqui também, além da sua preocupação por uma gestão eficiente, transparente, a sua relação com os entes federados, com este Parlamento. Concordo com a Senadora Vanessa Grazziotin que essa relação leve

e amistosa contribui muito para que o senhor possa realizar um trabalho eficiente que todos nós aqui esperamos e confiamos que vai ser realizado.

Queria destacar aqui o resgate do cartão SUS, penso que é um projeto de fundamental importância, porque vai permitir aos gestores, aos profissionais de saúde acessar o histórico do paciente. Quero destacar também a Rede Cegonha, que foi lançada recentemente em Minas Gerais, um programa de atendimento à saúde da mulher, desde o momento em que ela identifica a gravidez, no parto, no nascimento da criança até dois anos de idade. Eu, como Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, festejei durante sessão solene na nossa Comissão, o fato de a Presidenta Dilma está demonstrando a sua prioridade em atender à mulher brasileira.

O outro projeto que eu gostaria de destacar aqui é o Programa de prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer de colo de útero e do câncer de mama – que é o que mais mata a mulher brasileira – e festejar o fato de ter sido lançado na região Norte, no Estado do Amazonas, porque já existe estudo do Ministério da Saúde que comprova que incidência desse tipo de câncer entre as mulheres da região Norte é quase o dobro da média nacional dos outros Estados.

E aí, Ministro, eu queria, falando do programa de prevenção do câncer de colo de útero, demonstrar a minha preocupação e pedir ao Ministério da Saúde uma atenção especial, redobrada para a execução desse projeto – e do Rede Cegonha também – na região Norte. É uma região que tem uma rede hospitalar reduzida em relação às outras regiões, nós temos postos de saúde que funcionam de forma precária, nós temos toda uma situação que merecem um olhar e uma atenção especial para que esses programas da Rede Cegonha e de Prevenção à Saúde da Mulher possam ser executados e possam ter os resultados que as mulheres brasileiras, que a população precisa e espera.

Queria também sugerir ao Sr. Ministro, ao Ministério da Saúde, que nós percebemos que existe e está sendo bem executado, existe todo um planejamento e aporte de recursos para os programas nacionais de atenção à saúde da mulher. Eu festejo e parabenizo por isso. Mas queria propor ao Ministério da Saúde a construção de uma política nacional da saúde do homem. Penso que nós também temos que nos preocupar com a saúde dos homens brasileiros.

Gostaria de lhe parabenizar também, Ministro, porque, com o pouco tempo em que está à frente do Ministério da Saúde, já conseguiu retomar um programa muito interessante, que é o Farmácia Popular. Depois da concessão de remédios para hipertensão e diabetes

nas farmácias populares do País, já aumentou em 67% o número de usuários que buscam esse atendimento.

Então, para finalizar, eu queria lhe parabenizar e desejar boa sorte, Nós confiamos e esperamos que os resultados de sua gestão e da Presidenta Dilma venham a melhorar a qualidade da saúde pública do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senador Ângela Portela. E quero registrar a presença aqui do Dr. Dirceu Barbaño, Diretor Presidente da Anvisa, que nos honra com a sua presença, acompanhando o nosso Ministro Alexandre Padilha.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, à valorosa Senadora do Estado de Mato Grosso do Sul, que inclusive teve uma notícia no dia de ontem – não sei se é verdadeira – de que V. Exª nos abandonará e irá para o TRE daquele Estado. Não tenho dúvida de que vai orgulhar, e muito, o TRE do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro e dizer que tenho uma reunião muito importante na Comissão de Educação, sou professora, mas deixei aquilo lá porque, conforme eu dizia ao Senador Eduardo, o fundamental agora é a gente discutir a saúde, e, antes de V. Exª chegar, eu havia dito aos companheiros que, se as pesquisas todas indicam que o problema da população brasileira hoje é a saúde – no meu Estado do Mato Grosso do Sul, não é diferente -, não há como não estarmos aqui para ouvir V. Exª e vermos em que podemos ajudar para que essa situação se modifique.

Sr. Ministro, o caos na saúde está instalado. Então, temos que ver o que faremos daqui para frente. Se deixamos chegar no ponto a que chegamos, temos que ter um rumo específico, principalmente para os mais pobres, para aqueles que estão nos postos de saúde, para aqueles que precisam dos hospitais públicos. Então, nosso foco maior deve ser para o atendimento da nossa população.

Queremos todos os programas que V. Exª colocou. Precisamos de todos. Precisamos de programas para a saúde da mulher, precisamos do Rede Cegonha, precisamos de tudo isso. Mas o emergente, o fundamental é o atendimento básico, é aquilo que a população precisa para viver, aquilo que é mais urgente para ela. E os postos de saúde estão superlotados – estou falando do meu Estado do Mato Grosso do Sul. Não há hospitais. Aqui eu tenho uma pesquisa do Ipea, Ministro, que o senhor conhece, segundo a qual 71% dos brasileiros

classificam o atendimento do SUS como regular, ruim ou muito ruim. V. Exª diz que isso é o geral, que não é aqueles que entram no SUS, que conseguem a porta de entrada. Mas a percepção do brasileiro é essa, Ministro! A percepção de 71% dos brasileiros os leva a classificar o sistema como regular, ruim ou muito ruim. Então, eu queria que V. Exª nos desse as metas, que deixasse um pouco de relatar tudo aquilo que o Ministério está fazendo, e nos dissesse: “O objetivo, a meta para diminuir essa questão é esta”. Digo isso principalmente com relação à falta de médicos, à falta de equipamentos e com relação à questão das alas desativadas dos hospitais. Não há explicação. Essa é uma das questões. O rumo efetivo. Se são quatro metas que, durante sua gestão, nós vamos acompanhar, são quatro metas. Então, aquelas que nós temos que acompanhar no Ministério.

Outra questão: saiu neste mês, num jornal do meu Estado, Midiamax, um notícia que procurei saber se era real, e confirmei que é real, Ministro. “Exames, consultas e cirurgias são cobradas de pacientes de vários municípios do interior do Mato Grosso do Sul, quando eles procuram atendimento pelo Sistema Único de Saúde em suas cidades.” Procurei saber se era verdade isso. E é verdade, Ministro. Várias pessoas têm que pagar para serem atendidas pelo SUS. É aquilo que o Senador Davim disse aqui: a corrupção que está acontecendo neste País e está ficando endêmica, em todas as áreas, está acontecendo também no SUS. Como é que vamos fazer para fiscalizar isso, Ministro, para acompanhar e garantir que isso não aconteça? Esse é um grande trabalho que temos de fazer, Ministro, principalmente porque, quando a pessoa não consegue ser atendida no posto de saúde público, ou num hospital público, a Constituição lhe dá o direito de procurar uma instituição privada que tenha convênio com o SUS. É o art. 199 da Constituição Federal, § 1º, que diz o seguinte:

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Quer dizer, é expandir essa rede? É fazer o quê? Algo precisa ser feito nessa questão.

Depois, Sr. Ministro, eu queria colocar duas questões rápidas aqui: uma delas é sobre o atendimento a dependentes químicos, que V. Exª colocou aqui. Ontem, em Mato Grosso do Sul – e me refiro ao meu Estado porque é a referência que eu tenho –, foi feita uma grande apreensão, a primeira no meu Estado, de uma

nova droga chamada oxi. A Polícia Federal fez essa apreensão saindo do meu Estado, vindo do Paraguai e indo para o Paraná. Essa era a rota do oxi.

A colocação que faço é a seguinte. Nós tivemos aqui uma política específica para combater a Aids, uma política nacional que deu certo e que é referência mundial. Não espero que a gente tenha outra referência mundial nessa área, mas é algo que está crescendo, que está corroendo principalmente a nossa juventude. E V. Ex^a tem razão quando diz que o álcool é o grande vilão. Mas nós temos de pensar que, além do álcool, há as drogas também. Nós estamos já entrando em uma política para o álcool, as pessoas estão ficando mais atentas para o fato de que isso é uma droga, mas precisamos de uma política mais efetiva, Ministro.

Quais são os grandes problemas brasileiros? Esse é um grande problema, o problema das drogas, incluindo o álcool? Então, esse é um problema para o qual temos de ter uma política efetiva e não pontuais. Por exemplo, não só para o álcool no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que estão despontando, mas uma política nacional.

Termino aqui a minha fala, dizendo ainda que V. Ex^a tocou muito na questão do envelhecimento da população brasileira. E essa é uma questão com que me preocupo muito, porque estou chegando à terceira idade, e é uma questão...

(Manifestação do Plenário.)

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – É, não parece. Também acho. Muito obrigada, Senador Moka.

Se essa é uma questão de atenção nacional e é uma questão medida pelos índices, não tem como a gente retornar. O País está envelhecendo, então, nós temos que ter uma política efetiva também nessa área, Ministro, de modo que a gente pudesse ter mais tranquilidade... Justamente o Senador Paim, que briga e luta tanto aqui pelos aposentados... E os aposentados estão brigando no Brasil inteiro, Ministro. Na hora em que eles mais precisam da Saúde, é a hora que ela lhes falta.

Então, eram essas as questões, que, sei, são dramáticas todas.

Parabenizo V. Ex^a pela exposição, mas digo que, na prática, o que nós estamos vendo é um caos na saúde pública.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marisa Serrano.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Senador Jayme Campos, que preside esta reunião, Ministro Alexandre Padilha, eu vou começar por onde a Senadora terminou, primeiro dizendo que V. Ex^a, no Governo Lula, olhou muito para os aposentados. O movimento de V. Ex^a, como Ministro, foi fundamental para que não fosse vetado o 7,72%. E também V. Ex^a estava ajudando a construir uma saída para o fator previdenciário, que só não foi possível porque houve a discordância de uma central. O Presidente Lula também queria, mas acredito que, agora, no Governo da Presidenta Dilma, nós vamos resolver essa questão do fator.

Quero também dizer que fiquei feliz, porque, quando V. Ex^a chegou aqui, V. Ex^a não dourou a pílula. Primeiro, a imagem na tela era a situação da saúde. O maior questionamento da população é com a saúde. V. Ex^a, que foi um excelente Ministro do Governo Lula, tenho certeza de que vai atender a essa grande demanda de todo o povo brasileiro na área da saúde.

Então, quero concordar com V. Ex^a, até porque tenho repetido isso diariamente, como a Senadora também disse, relativamente à questão das drogas e do álcool. Nós olhamos para a tal de maconha, para o tal de *crack* e, muitas vezes, deixamos de lado o álcool. Eu tenho experiência, eu diria, nos laços familiares, com dois casos em que tudo começou com o álcool e terminou com a maior gravidade. Mas tudo começou com o maldito álcool. Então, temos que, de fato, olhar com muita atenção a questão do álcool e, claro, sabendo atacar o *crack*, a tal de maconha e essa outra que a Senadora falou agora, o *oxi*. Veja a que ponto nós chegamos!

Então, é fundamental. E quero aqui dizer da minha posição no sentido de que temos de avançar no combate ao álcool, porque tudo começa ali. Lembro-me de que, na época, falava-se: “Não, mas no colégio é assim mesmo, todo mundo toma...” E eu dizia: “Tu começa assim e sabes onde vai terminar”. E foi exatamente o que aconteceu.

Então, os meus cumprimentos a V. Ex^a.

Quero rapidamente no meu tempo, de uma forma muito precisa, perguntar: Por que essa bendita Emenda 29 não é aprovada? Lembro-me de que, na campanha de que participei, um jogava no colo do outro; eu dizia, naturalmente – eram os argumentos que eu tinha –, que era um movimento muito forte dos governadores, que não estavam pagando nem um terço daquilo que mandaria, no caso se a Emenda nº 29 fosse aprovada.

Eu queria ouvir a sua opinião – e não quero jogar a culpa em ninguém aqui: nem ao Governo Federal e nem aos governos estaduais.

E, por fim, para ser mais direto, sabemos que a Saúde tem dificuldades. E vamos ter que olhar a ques-

tão dos recursos também, ninguém está aqui propondo novos recursos. Estou apenas dizendo que vamos ter que olhar também... E tive uma conversa, um tempo atrás, com um especialista na área, e disse-me ele: todos vocês reclamam da Saúde, mas na hora de apontar os recursos, vocês saem fora. Achei interessante a conversa que tive com ele. Porque nós temos, sim, que buscar saídas para a Saúde, mas vamos ter que olhar também, com muito carinho, a questão dos recursos.

Termino dizendo – eu que falo tanto em Previdência, comecei com Previdência, estou debatendo saídas para a Previdência, mas estou apontando também fontes de recursos para que resolva e atenda a população.

No mais, meus cumprimentos a V. Ex^a. Estou convencido de que V. Ex^a fará uma grande administração no Ministério da Saúde, para o bem de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Paim. Eu queria fazer um complemento à sua fala.

Quando V. Ex^a fala que temos que combater o álcool, isso está aumentando. A Senadora Marisa Serrano falou que o campeão é o Rio. Mato Grosso aumentou, no ano passado, dados de 2009/2010, que são dados estatisticamente comprovados pelas próprias indústrias de bebidas, sobretudo a de cerveja, em 18% no consumo. Isso é muito bom para as indústrias, não é Ministro? Acho este número alarmante, 18%, mas, de qualquer maneira, temos que começar o combate por aí.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, com muita honra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu quero começar pelo começo da sua palestra.

O Ibope deu um diagnóstico claro: o povo brasileiro indica como principal problema dele a saúde. Então, a partir daí, a constatação é a de que temos que fazer muita coisa. Mas também gostei muito da frase de V. Ex^a: de que podemos fazer muito mais com o que temos; muito mais do que estar preocupado com outros recursos, e nem se regulamenta a Emenda 29, é aplicar bem o que temos.

Só nos últimos quatro anos, a CGU constatou roubo, desvio de dinheiro na Funasa de R\$500 milhões. Foi a CGU quem publicou isso. Então, o problema maior na Saúde é realmente a corrupção; é a doença da Saúde.

Eu tenho uma experiência como Secretário de Saúde lá atrás. Quando assumi, havia uma rotina de que todo fim de semana tinha uma emergência que vinha da Maternidade, do hospital. E comecei botando uma CPL (Comissão Permanente de Licitação) dentro da Secretaria de Saúde. E fiz uma pesquisa nas far-

mácias para um medicamento, vamos dizer para um AAS. O comprimido de AAS na farmácia era dez vezes mais barato do que a gente comprava por licitação. Por quê? Porque formavam cartéis. É uma experiência minha lá atrás.

Eu tive com a Senadora Vanessa uma conversa muito grande com o Dr. Campos da Paz e a Dr^a Lúcia. O Sarah é uma rede pública de assistência médica. Por que é uma excelência que é, e os outros hospitais do Brasil não são? Por uma única razão: porque não há corrupção lá no Sarah Kubitschek, porque há valorização do profissional; o profissional é bem pago e tem interesse realmente de trabalhar.

A distribuição dos médicos é outro diagnóstico caro. V. Ex^a colocou, são números apontados por V. Ex^a. Realmente, no meu Estado, nós brigamos e hoje temos um curso de Medicina na Universidade Federal de Roraima. Formamos médicos lá. Então, essa proporção está invertendo. É verdade que, ainda assim, quem se forma lá, é do Sul e vai embora. Mas não interessa, porque há os que vão ficando.

Então, há prioridade de haver curso de Medicina, de preferência público, federal ou estadual, onde precisa, nas regiões mais carentes. Isso é um outro remédio.

Por fim, a questão do álcool. Realmente, comentando com o Senador Paim aqui, eu disse-lhe que fui relator de um projeto que tentava regulamentar a propaganda das bebidas alcoólicas, e foi um *lobby* terrível. Naquela época, até que eu bebia muito, mas disse a eles que não tinha complexo de beber, como bebia a minha cerveja e o meu vinho. Mas não é porque hoje eu não bebo que eu vou dizer que nós devemos ter essa... A propaganda da bebida alcoólica é só assim: “Se for dirigir, não beba”. Portanto, se não for dirigir, pode beber à vontade. Não há uma propaganda que diga que o álcool faz mal à saúde, nenhuma! Do cigarro já tem. Na garrafa de cerveja, de uísque ou de vinho, não há nada que diga que faz mal à saúde ou quais são os danos que podem causar. Precisávamos inverter isso, Sr. Ministro.

Por fim, quero falar do meu Estado.

Ministro, o meu Estado é o menor da Federação em termos de população e é o maior exemplo de corrupção na saúde. Eu queria lhe propor: vamos começar... É fácil ajeitar um Estado: vamos fazer uma força tarefa. Lá já temos, inclusive, duas operações da Polícia Federal na Funasa. Ao ensejo delas, um dos coordenadores foi demitido do Ministério da Saúde e o outro foi preso e continua coordenador da Funasa. No âmbito estadual, agora, a Polícia Federal fez uma operação chamada mácula – portanto, mancha –, que constatou, de saída, R\$30 milhões roubados da saúde. Então, essa é a proposta que quero lhe fazer

publicamente aqui: vamos, começando por Roraima, fazer uma força tarefa envolvendo Ministério da Saúde, CGU, Tribunal de Contas da União e do Estado, Ministério Público federal e Estadual, e passar a limpo essa questão. Vai servir muito para Roraima, mas servirá de exemplo para outras Unidades da Federação.

Digo isso porque a questão da corrupção na saúde, vou lhe dizer, é o ponto crucial. Aliás, a Presidenta Dilma disse, no dia que veio ao Congresso, que teria prioridade com o uso do dinheiro público. E esse dinheiro público está sendo roubado da saúde, como disse o Senador Paulo Davim, o que é um crime hediondo.

Então, eu queria deixar esse apelo e esse convite para essa força tarefa em Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Diante da ausência, neste exato momento, de alguns Senadores inscritos para falar, concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nosso caro Ministro Alexandre Padilha, eu vou poupar os elogios a V. Ex^a, pois V. Ex^a sabe do respeito e da enorme confiança que deposito no seu trabalho para resgatarmos a saúde no Brasil.

Quero apenas fazer uma referência a uma coisa que me impressionou muito na sua apresentação: a clareza com que o Ministério da Saúde identifica hoje os problemas, as questões que precisam ser mudadas, os objetivos estratégicos. Acho que V. Ex^a está no caminho certo. A única preocupação que a gente tem é que, quando se trabalha com saúde, há uma expectativa da parte de todos de soluções milagrosas da noite para o dia, e elas não acontecem. Infelizmente, de tudo que V. Ex^a mostrou aí de bom, além de tudo que foi feito no Governo Lula, houve coisas que foram feitas lá para trás, mas é como se aquilo que foi feito, aquilo que se avançou já não tivesse mais nenhuma importância. O maior programa de AIDS do mundo hoje é uma bobagem. Ninguém mais fala nisso, pois, afinal de contas, todo mundo tem acesso ao medicamento e a mortalidade caiu violentamente... Esse é um grande problema na saúde: a gente ganhar a batalha da comunicação. Espero que V. Ex^a consiga fazer isso.

Mas eu queria colocar algumas coisas isoladamente, até porque, se eu fosse fazer uma fala aqui, me empolgaria e falaria mais que V. Ex^a. Queria levantar alguns problemas. O primeiro deles é que nosso governo fez coisas muito boas ao longo de oito anos; fez coisas com objetivos econômicos importantes, mas acho que errou em algumas coisas. Por exemplo: não sou contra os mototaxista, mas acho que regulamentar esse tipo de profissão da forma como foi feito, inundando

o Brasil com motocicleta como é hoje, por mais que se eduque no trânsito... A quantidade de motocicletas que existe hoje nas grandes cidades só leva a isso. E V. Ex^a sabe que, além do número ter crescido, há que se considerar a gravidade dos acidentes. Quando o acidente não é fatal, é mutilador. Aí, são recursos da saúde, da Previdência... Por isso, acho que deveria ser revista essa regulamentação. Por exemplo, mototaxistas deveriam, obrigatoriamente, usar um triciclo. Existem vários países onde há triciclos, e ali funcionam como carros. Mas o problema é que as pessoas querem andar entre os carros, arriscando a sua própria vida e a do carona, que é sempre mais exposto do que quem está conduzindo. Teria que haver uma discussão sobre esse problema. O problema de motocicletas no Brasil tem que ser tratado à parte, no meu ponto de vista.

Sou adepto da ideia de que devemos buscar os objetivos sempre incentivando – e V. Ex^a está fazendo isso. No tempo em que estive no Ministério, nós fizemos isso. Mas, se não houver lei, ordem, as pessoas não cumprem.

Não acho que o grande problema do SUS seja corrupção. Não é. Isso já foi pior, mas o problema é grande. E nós não vamos fazer com que se cumpram aquelas metas se for assim: cumpriu, parabéns; não cumpriu, não acontece nada.

Acho que deveríamos aprender com a legislação, que nós, em vários momentos, condenamos, mas que hoje é uma lei respeitada, que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa é respeitada; não há um prefeito que não fique preocupado com o prazo de divulgar os relatórios, se vai deixar Restos a Pagar com recurso para garantir; se a folha chegou num nível prudencial ou não. Precisamos construir isso na saúde. Vamos acabar com esse negócio de que na saúde todo mundo é bonzinho. Há dois mitos que nós devemos acabar na saúde. O primeiro é de que todos pensam igual; não é bem assim. Esse negócio de partido sanitário não existe; existem visões diferentes. E o outro é que na saúde só existe santo; não. Há muitas pessoas que não têm compromisso com a população. E não estou falando em roubar, não; estou falando de compromisso efetivo. E isso tem que haver.

Acho que, nesta semana da saúde, nós deveríamos discutir o que há aqui nesta área.

Sei que para V. Ex^a é difícil falar, mas nós temos que falar. Ou se discutem financiamentos com novos recursos para a saúde no Brasil, ou não há milagre para isso. Pode colocar o dono da Gerdau para gerir isso aí que ele não vai gerir. Tem que haver recursos. E nós precisamos problematizar a sociedade com isso. É lógico que hoje, se chegarmos e pedirmos mais dinheiro à sociedade, ela não vai dar, porque ela acha

que está indo pelo ralo. Mas, se nós fizermos essas duas coisas ao mesmo tempo, nós vamos ter autoridade política para pedir, porque não há saída, minha gente. Tem que haver mais recursos. Qualquer parâmetro que se use para comparar o Brasil com outros países, veremos que nós estamos gastando pouco com o sistema público de saúde.

Eu queria só perguntar mais algumas coisas rápidas a V. Ex^a.

Como anda hoje, na visão do Ministério, a política de combate ao tabagismo? Acho que é uma coisa importante, não fez parte da fala de V. Ex^a.

A outra coisa é, além de não resolver o problema de financiamento público, nós temos que discutir o subsídio direto e indireto ao setor privado, além de, na saúde suplementar, se gastar por cabeça muito mais do que no setor público, ali há dinheiro público. O dinheiro que as pessoas podem abater do imposto de renda, o dinheiro que o SUS gasta para cobrir e que os planos de saúde não cobrem. Tem que haver uma contrapartida. Onde é que estão os nossos gargalos? Emergência? Atendimento especializado? Por que o setor privado, que, nessas áreas, muitas vezes é ocioso, não dá uma contrapartida ao setor público? Não é só ficar com esse negócio de ressarcimento. Nós sabemos que é difícil, é complexo. Mas ter uma outra relação, um vaso comunicante que comunique os dois lados e não um lado só, isso tem que ser discutido seriamente pelo Congresso Nacional.

E, para terminar, eu gostaria que V. Ex^a falasse de duas coisas importantes que V. Ex^a está fazendo. A primeira é o programa Brasil Sorridente, com que V. Ex^a está dando um *upgrade* no Brasil, tentando conseguir o acesso a todos à ortodontia e outras coisas positivas. Esse é um modelo para o Brasil. Sinto-me muito feliz quando falo desse programa, porque estava lá quando foi criado. A outra é a Hemobrás, que está começando a tomar um ritmo e que será vital para o desenvolvimento do nosso País e para o Sistema Único de Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Senador Humberto Costa e, voltando à ordem dos inscritos, mesmo nos abandonando e retornando, concedo ao Senador Wellington Dias a palavra, por quatro minutos. Seja bastante pragmático, V. Ex^a tem conduzido tão bem aqui a Subcomissão desta Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Quero agradecer, primeiro o Ministro, e saudar aqui todos os presentes e me permitam, na pessoa do Prefeito Elmano Férrer, de Teresina, aqui prestigiando este momento.

Ministro, com todo carinho que tenho por toda a equipe da Presidente Dilma, gostaria de dizer que, de um lado – não sei ela –, temos uma falta danada da presença de V. Ex^a lá dentro daquele Palácio. De outro lado, o carinho de tê-lo. Conversei com V. Ex^a antes de assumir a posição e uma das coisas que mais me alegrou foi ver o seu entusiasmo em poder assumir essa missão no Ministério da Saúde. Isso contagiou a todos nós, e quero inclusive aqui dizer que, nesse início – são poucos dias ainda de mandato –, percebemos, com muito orgulho, que estamos no caminho certo. Acho que a apresentação aqui – o Senador Casildo lembrou bem – nos abre perspectiva.

É grave o problema da Saúde? É grave. Há problemas? Muitos. Mas acho que nos alegra – acho que isso que V. Ex^a quis dizer – perceber que há uma luz no final do túnel, um caminho apontado e, de pronto, quero dizer que vamos estar juntos aqui, porque, para fazer o que tem que ser feito, é duro, vai desgostar muita gente e, certamente, ou faz ou daqui a alguns anos, quando V. Ex^a terminar sua missão, vamos olhar para trás e perceber que não fez porque não teve coragem de fazer. Então, tenha coragem de fazer, estamos aqui não só lhe encorajando, mas lhe dando apoio.

Primeiro, para colocar essas duas pontas, penso que no combate à corrupção, ao desvio, etc., V. Ex^a coloca aqui duas teclas importantes: uma primeira é o cartão SUS. Não consigo imaginar como um país como o Brasil nunca implantou o cartão SUS. Perguntei várias vezes ao próprio Presidente Lula qual era a dificuldade. “Por que não implanta o cartão SUS”? Aliás, foi a primeira pergunta que fiz a V. Ex^a, na primeira oportunidade que tive após sua indicação. Penso que não é só um mecanismo para uma relação do cidadão com o Sistema, ela é principalmente para eficiência e avaliação do Sistema. Sem isso, não tem como ter a avaliação necessária.

Depois – acho que vi aqui um ponto, quero ver só se entendi bem – a unidade de saúde, não apenas como um gestor do serviço de saúde, mas a unidade de saúde como um gestor de metas. Isso é importantíssimo, mas é uma mudança drástica para o que tem hoje. Como Governador, tinha todo interesse nessa área da Saúde, mas acho que temos um grave problema na área da gestão. Ou investimos pesado na qualificação, no perfil do gestor de saúde... A gente tinha uma disputa muito grande com os médicos lá, que não entendiam, porque, por serem médicos, achavam que tinha que ser o Diretor do hospital. Na verdade, precisamos de um gestor, pode ser médico, mas tem que ter a devida qualificação na área da administração ou gestão hospitalar, porque é um sistema muito complexo e precisa disso. Queria entender se vai nessa direção.

Creio que um outro ponto é esse que o Senador Humberto colocou aqui. Defendo, na mesma direção da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Responsabilidade nas áreas de Educação e Saúde. São dois pontos para que tenhamos a responsabilização – como há hoje na área fiscal – do gestor, do profissional, enfim, de todas as partes envolvidas. Eu acho que não pode ficar um empurrando para o outro, e é isso o que mais se verifica nessa área.

Enfim, eu ainda gostaria de colocar aqui alguns pontos: Na área da Rede de Reabilitação, como é que ela está com relação à pessoa com deficiência? Nessa área, foi colocado aqui um número de 18% da população dependente do álcool. Isso mostra a gravidade quando somar com as outras drogas.

Então, nesse foco que V. Ex^a coloca nas metas eu defendo – e gostaria que V. Ex^a avaliasse isso – um foco especial nisso, porque daí se deriva um conjunto de outros problemas que esbarram em custo da Saúde, inclusive na área do trânsito.

Acho que é um problema de outra área, de outra esfera, mas têm graves consequências, especialmente na área da Saúde, a questão da moto. Eu fiquei espantado aqui com o da bicicleta, mas o da moto é reconhecido. Quer dizer, hoje, nós temos pelo menos o dobro, em alguns lugares o triplo de homicídios na área do trânsito, especialmente com motocicletas. E tem um conjunto de medidas simples, como o capacete como acessório; o incentivo ao triciclo – alguns países estão fazendo isso –, ou um incentivo ao quadriciclo, porque a pessoa precisa de um transporte com um custo mais barato. E a própria qualificação de quem está autorizado a lidar com isso.

Parabéns pela Força Nacional. Acho que há necessidade, não é só por conta dos problemas emergenciais. Muitas vezes, a população fica refém de alguns setores profissionais, e acho que é uma alternativa que a gente precisa ver com todo o carinho.

Por último, eu queria que V. Ex^a pudesse colocar nessa discussão, em relação à comunidade terapêutica, qual é o problema? Precisa fazer. Acho que V. Ex^a precisa apoiar se vai ser feito pela área social – e defendo isso –, pois acho que precisa do apoio do Ministério da Saúde. Defendo que, ou se tenha disso uma área específica para cuidar de todo esse sistema, ou é um ministério de peso que tenha a ver – e defendo que seja o Ministério da Saúde na coordenação, porque tem que ser integrada com vários outros ministérios.

Reforço aqui – e fico feliz por toda a política indígena – o que disse aqui o Senador Humberto também em relação à questão do financiamento. Acho que, apesar da gente ter que avançar na área do controle, da gestão, há carência de financiamento; compreendo que

o dinheiro que é colocado hoje não é possível. E acho que precisamos ter, rapidamente, uma sinalização no sentido de o Congresso Nacional, ainda neste mês de maio, no máximo em junho, apreciar a regulamentação da Emenda nº 29 – e defendo a necessidade do CSS, mas precisamos saber qual é a calibragem que se vai colocar, porque se a gente vai aprovar, vamos ter um enfrentamento, e não fazer no ponto certo, acho que vamos sofrer depois.

Então precisamos ter um estudo. A Presidente Dilma colocava, lá em Aracaju, que tinha pedido um estudo para ver exatamente qual é a necessidade que há para que pudesse sinalizar para o Congresso Nacional.

Então, parabéns!

Quero dizer que tanto nessa área da dependência química, que foi lembrada aqui, tem a questão do tabagismo e a do álcool. Há, inclusive, um projeto do Senador Tião Viana, que é importante, inclusive, Sr. Presidente, passa por esta Comissão, para a gente colocar na prioridade que regulamenta essa área do tabagismo; e também a outra, o limite do que se considera bebida alcoólica. Quer dizer, limitar-se em 0,5% como indica a Organização Mundial da Saúde.

Enfim, esse tratamento temos que fazer, desde a publicidade até os cuidados necessários na Rede na área da Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Wellington Dias.

Passamos agora a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Cícero Lucena. Espero que V. Ex^a cumpra os quatro minutos regimentalmente, para fazer suas indagações.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, tentarei ser obediente.

Senador Jayme Campos, Ministro Padilha, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, acho que aqui, em determinado instante, nós estaremos repetindo – eu que sou o décimo quinto escrito, se não me engano – a experiência vivida por muitos, e as necessidades maiores para nós enfrentarmos.

Sou da tese, Sr. Ministro, de que nós precisamos adotar uma posição – e, quando digo nós, são os agentes políticos, os administradores, a sociedade de modo geral. Nós precisamos sair deste momento apenas de constatação, de verificação de medidas tomadas, algumas excelentes, outras com maus gerenciamentos. E fico muito à vontade de dizer porque sou um dos que têm a consciência de que essa condição é suprapartidária. Há ótimas experiências em determinado partido, como, no mesmo partido, há péssimas experiências. Da mesma forma nos níveis da Federação. Temos boas experiências municipais, péssimas

experiências estaduais – e boas também – e temos o papel do governo federal.

Então, eu acho que o momento que vivemos é de se buscar um pacto para a saúde brasileira, de nós nos sentarmos para, de forma verdadeira, de forma transparente, discutir os problemas gerenciais, colher as boas experiências e adotá-las em todos os níveis. Discutir a legislação que se faz necessária, de penalizar, mas também de ajudar a encontrar soluções e partirmos efetivamente para mudar este quadro. Hoje a situação que vivemos é desumana, essa é que é a verdade. Se não bastasse o desequilíbrio regional que nós temos, vemos que, no Estado de São Paulo, 65% a 70% da população tem acesso a planos de saúde – que também não resolve na sua plenitude, particular, privado – e, no Nordeste, apenas 10% ou 15%, e a população mais carente, mais dependente de serviço público tem o atendimento da qualidade que temos.

Mais do que uma pergunta, eu gostaria de colocar essa minha disposição e colocar também a convocação, para que todos nós possamos sentar de uma forma a ser definida, a ser discutida, e cada um fazer a sua parte, Senador Mozarildo, porque é muito grave a situação que vivemos.

O senhor esteve na Paraíba há pouco tempo para levar algo de excelência, que é a questão do transplante de fígado, que é fundamental; lamentei não estar presente, mas nós temos casos gravíssimos hoje na Paraíba. Recentemente, no dia 02 – e vou passar às mãos de V. Ex^a –, nós tivemos uma reportagem na Rede Globo, que se chama “Jornal da Paraíba” – o JPB, em que, na cidade de João Pessoa, o presidente do Sindicato dos Médicos – não vou relatar tudo aqui em respeito a V. Ex^a, ao tempo e aos demais Senadores, mas passarei um DVD às mãos de V. Ex^a – diz que os médicos da Paraíba estão tendo que fazer escolha. Veja bem, Ministro: escolha. Há dois, três, quatro pacientes que precisam de aparelhos para respirar, mas só existe um, então é o médico que está escolhendo qual desses pacientes vai usar. Imagine-se no lugar do paciente que não vai usar. E coloque-se no lugar desse médico para quem está faltando uma condição mínima para exercer a sua profissão, que ele abraça com tanta dignidade, com tanta devoção, com tanta vontade de servir. Nós estamos vivendo isso na Paraíba.

O Hospital do Trauma é uma referência na cidade de João Pessoa e, nessa mesma reportagem, mostra-se o caos. Talvez um hospital do Haiti, após o terremoto, seja uma imagem semelhante ao que está ocorrendo hoje no Hospital do Trauma Senador Humberto Lucena, na cidade de João Pessoa. A reportagem está aqui e passarei a V. Ex^a.

Da mesma forma, na maior cidade do interior, que é Campina Grande, que é um polo também de referência. Lá, Ministro, outra reportagem mostra que está virando caso de polícia. Há casos de familiares de vítimas e socorristas da Polícia Rodoviária Federal que prestaram queixas na polícia, e o médico que estava de plantão também prestou queixa na polícia. Há casos de plantonista do Samu fardado, pois estava de plantão, e ele foi à polícia prestar queixa porque um diretor de outro hospital queria que ele fosse fazer a cirurgia, e ele estava de plantão no Samu. Estão, aqui há quatro registros na polícia de Campina Grande, num caso de saúde. Campina Grande que é polo de referência teve informação e está aqui nesta reportagem, dizendo que, se for caso leve, envie para Queimadas, que é uma cidade do polo; se for mais grave, que mande para João Pessoa. Para quê? Para ficar no trauma, esperando para fazer hemodiálise. Há muitos lá esperando para fazer hemodiálise, e não há nenhuma máquina, no trauma, fazendo hemodiálise.

Essa é a situação que estamos vivendo. Estou relatando o caso da Paraíba, mas, se cada Senador relatar o que ocorre no seu Estado, tenho certeza que será algo parecido, algo semelhante.

Qual é a fonte dessa preocupação? V. Ex^a já registrou aqui na sua apresentação, já anunciou que está fazendo, o Ministro Humberto Costa já deu a sua parcela, mas não está resolvendo. Nós precisamos dar nossa contribuição como Ministro, como equipe de governo, como senadores, como deputados, prefeitos, governadores vereadores. Precisamos ser movidos pela condição de cidadãos, em respeito ao ser humano. Omissão, para quem é cristão, é um pecado. Tenho certeza de que todos nós devemos buscar não sermos pecadores.

Por isso, Ministro trago esta reportagem e passo-a a V. Ex^a. Quero dizer que, se o senhor quiser fazer a primeira experiência da Força Nacional, vamos a João Pessoa amanhã, levar essa Força. Vamos à Paraíba, porque, efetivamente, é caso de calamidade pública. Estamos vivendo uma situação caótica.

Precisamos perguntar o seguinte: o que fazer para reverter esse quadro? Não estou responsabilizando ninguém, nem instituição alguma. No entanto, a situação não pode continuar do modo como está.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, pela ordem, o Senador Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, preciso me retirar para fazer um exame, mas queria cumprimentar o Ministro Padilha, meu amigo.

Mais uma vez, cumprimentar e agradecer pelo trabalho brilhante que está fazendo e me colocar à disposição, como tenho me colocado, com a Frente da Família, e fazer um registro.

Acabo de chegar da reunião do Conselho de Procuradores do Brasil, e recebi o apoio total, maciço de todo o Conselho no enfrentamento da marcha da maconha no Brasil.

Agora, o Ministério Público Federal descobriu que o *site* está hospedado fora do País. Esse *site* não tem rosto, ninguém se identifica. Aliás, é a única hora em que o PT e o PSDB são irmãos: a besteira dita por Fernando Henrique é a mesma dita pelo líder do PT na Câmara, sobre a legalização de drogas neste País. Acho o fim do mundo, uma infâmia, um desrespeito à família brasileira. Num país que arde, a droga é o adubo da violência. Falou-se isso na época da Lei Seca: “legalize o álcool que vai mudar”. Mudar o quê? Olhe o que o álcool está fazendo. O relatório que senhor apresenta... O que o Ministério da Saúde sofre com o álcool? Há até Senador que não faz bafômetro.

Então, meu chefe, vamos fazer esse enfrentamento com a Frente da Família em respeito aos nossos filhos, ao futuro deste País, em relação a esse discurso idiota de quem não tem coragem de enfrentar o problema.

Parabenizo V. Ex^a pelo trabalho que está realizando, e conte conosco da Frente da Família.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Dando a sequência, damos a palavra, pela ordem, ao Senador Waldemir Moka. De acordo com a organização do programa, V. Ex^a dispõe de quatro minutos.

Na sequência, temos a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou tentar me restringir aos quatro minutos.

Ministro Alexandre Padilha, Presidente Casildo Maldaner, inicialmente, Ministro, a indicação de V. Ex^a ao cargo de Ministro, para quem conhece, para quem disputou a última eleição, e V. Ex^a trouxe o diagnóstico...

Ministro, não há nenhum lugar no Brasil onde não se aponte que o problema mais sério no País hoje é a saúde. Penso que o Ministro Humberto foi feliz. Acabei de ouvir o Senador Cícero Lucena.

Então, Ministro, não há como não dizer da situação caótica em que vive a saúde. E a situação do meu Estado, o Mato Grosso do Sul – já foi feito este registro pela Senadora Marisa Serrano –, não é diferente.

Não quero começar a ser repetitivo, mas gostaria – e não acredito que V. Ex^a seja esse tipo de Ministro que não pode tocar em determinado assunto – de ouvir de V. Ex^a quanto o Brasil gasta *per capita*, fazendo uma comparação com os nossos países vizinhos da

América do Sul, com um país americano, para chegarmos a uma conclusão.

Há uma crítica: “Precisa melhorar a gestão, precisa acabar com a corrupção”. Isso é verdade, mas o problema, Ministro, é que, às vezes, ficamos esperando que se acabe com isto e com aquilo, e não há um aporte maior de recursos. Retiram da saúde R\$20 bilhões, e não se colocou mais dinheiro novo ali. Temos de falar disso aqui!

O Ministro fez um diagnóstico perfeito. V. Ex^a reúne as características necessárias para esse cargo, é um político experiente, já esteve à frente de Ministério. Aliás, saiu do Ministério e deixou muita saudade, pela habilidade política que tem. Tem prestígio político junto ao atual Governo, junto à Presidenta. E é um colega que tem formação na área de saúde, o que muitos acham que não é importante. Mas V. Ex^a reuniu duas coisas: tem experiência como gestor e conhece saúde pública. Então, do que V. Ex^a precisa? De apoio. E, aqui, meu caro Presidente Jayme Campos, temos de emprestar esse apoio político, para fazer com que cheguem os recursos ao Ministério da Saúde. Pode haver um Ministro capacitado, determinado, mas não será possível fazer muito se não houver recurso novo, para que ele possa fazer com que aconteça lá na ponta, para tirar o País do caos em que se encontra.

Entendo tudo que foi dito. Há a questão dos planos de saúde. Acho perfeito isso. É impressionante! O plano de saúde é que deveria pagar. Esse ressarcimento não funciona. Conheço tudo isso, Ministro. Mas quero finalizar, focando mesmo uma questão. De tudo o que ouvimos aqui, há algo fundamental. Já foi aprovada aqui a Emenda nº 29, que está na Câmara. Então, precisamos regulamentar essa Emenda, porque aí ficará claro: os Municípios, que têm de investir, no mínimo, tanto; os Estados, cuja maioria não investe tanto; e o Governo Federal, que ainda não tem a obrigação de investir percentual nenhum. Se fizermos isso, contribuiremos com o País.

Concordo com o Ministro Humberto, mais uma vez. A saúde não é uma coisa que vai melhorar no mês que vem, daqui a duas semanas. V. Ex^a vai melhorar, vai otimizar, vai diminuir muita coisa, mas, se não aportarmos recursos novos no Ministério da Saúde, não vamos, pelo menos num primeiro momento, acabar com esse tipo de coisa.

Vou terminar, dizendo que, no final do ano, haverá reunião da minha turma, com os colegas médicos. Eu me reservo o direito de não dizer quantos anos fizemos de formados. O Senador Mozarildo já me disse que tenho de tomar a vacina da gripe. Mas eu lhe disse que ainda não estou nessa faixa etária.

Mas há a cobrança por parte dos colegas. Moka, precisamos resolver o problema da saúde. Isso é real. Os colegas estão pedindo isso. Fui intensivista. Os colegas têm de decidir, na prática, se dão condição para este ou para aquele paciente sobreviver num CTI. Isso é muito triste. Isso traz um drama de consciência muito grande para os colegas médicos e para todos os profissionais de saúde.

Ministro, fico feliz em vê-lo aí. V. Ex^a tem competência, tem determinação e tem habilidade política. A indicação de V. Ex^a é muito feliz, e eu acho que esta Comissão tem como politicamente reforçar a atuação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka, ele já quase Ministro. Comoveu-me muito a sua fala. Particularmente, eu acho o seguinte: eu e o meu Partido, diante de um novo tributo, uma contribuição, uma taxa, somos contra qualquer aumento de tributo, taxa, contribuição no Brasil, até porque já pagamos muito, Senador Waldemir Moka. Todavia, eu acho que um bom começo, Ministro, seria aprovar na Câmara a Emenda 29, e depois nós regulamentarmos. Já seria um bom sinal de boa vontade por parte do Poder Executivo e, aí, vamos discutir.

Eu acho que, diante das observações que V. Ex^a fez, concordo que falta recurso. Falta. Falta boa gestão? Ninguém pode desconhecer que falta uma boa gestão. Todavia, eu acho, diante da escassez, do momento de crise que vive a saúde, eu particularmente não teria nada contra, desde que tivéssemos uma argumentação forte de que esse dinheiro, de fato, seria destinado na ponta para atender ao cidadão mais humilde. Eu acho que é meritório, é louvável uma iniciativa como essa, Senador Wellington, mas não podemos criar mais impostos, taxas, contribuições, porque, lamentavelmente, o povo brasileiro não aguenta mais pagar impostos. É o país que mais cobra impostos no planeta, Ministro.

Só os países da Escandinávia cobram mais impostos do que nós, mas, por outro lado, têm uma boa prestação de serviços: saúde, transporte, segurança pública, etc.

Todavia é louvável a proposta do Senador Moka, invocando o art. 14, já que V. Ex^a me citou aqui. Todavia, V. Ex^a tem que ter a consciência de que temos que partir da premissa de que nós temos que aprovar, na Câmara, a Emenda 29 e regulamentá-la. É o começo, já é um bom sinal, está sinalizado que o Governo Federal, de fato, quer melhorar a saúde pública no Brasil.

Pela ordem de inscrição, Senador Lúcia Vânia e, depois, o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo pela sua exposição e quero endossar as palavras do Moka. V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, é uma feliz escolha para o Ministério da Saúde.

Eu não quero ser repetitiva e dizer que o meu Estado tem os mesmos problemas que foram colocados aqui, mas entendi, pelo que foi colocado por diversos parlamentares, que nós temos três gargalos importantes para serem resolvidos. Primeiro, o financiamento, principalmente por parte da União. É inacreditável que a gente não consiga isso. Acho que esse percentual da União é fundamental para o bom andamento da saúde. Segundo, o combate à corrupção, que foi colocado aqui pelo Mozarildo e eu acho que é uma coisa importantíssima e nós temos que tirar essa chaga da saúde. E a saúde é uma área que tem sido vítima – talvez uma das maiores vítimas – deste mal. Terceiro, deficiência de gestão, que eu acho que também é uma coisa que grassa pelo País inteiro, tanto no nível federal, estadual e municipal.

Quero aproveitar a oportunidade para aqui cumprimentar o Senador Humberto pela sua fala, dizer que concordo com ela e quero aqui reforçar os agradecimentos do meu Partido, o PSDB, quando ele se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, que sem dúvida nenhuma é um grande avanço na gestão. E também cumprimentá-lo pelo elogio que ele faz aqui ao projeto de combate à Aids, que é um exemplo de como uma gestão coordenada pode obter resultados positivos.

Por fim, Ministro, eu gostaria de colocar aqui que V. Ex^a já se referiu à Lei de Responsabilidade Social. Eu acho que ela vem para fazer um marco na gestão pública, como foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei, infelizmente, a gente tem levado a trancos e barrancos, mas ela tem três pilares que considero muito importantes para que a gente possa ter resultados, trabalhar com resultados na área social, especialmente na saúde. Primeiro, ela estabelece um índice nacional de desenvolvimento, que é uma coisa importante para gente saber, em comparação a outros países, como é que nós estamos. Segundo, ela estabelece os índices regionais, que são os parâmetros para onde a gente tem que caminhar, cada Município tem que caminhar. E, por fim, ela faz uma coisa que eu considero que será o grande avanço na gestão pública, que é a coordenação dos orçamentos. Por exemplo, para se combater a mortalidade infantil, os orçamentos têm que convergir. Nós temos que ter o orçamento da vacinação, o investimento em creches, o investimento em saneamento básico, o investimento em qualificação, o investimento em programas sociais canalizados com uma meta definida e o índice que nós queremos atingir.

Portanto, acredito que nós que militamos na área social temos que lutar enormemente para ver essa lei implantada no País, porque nós não vamos resolver todos os problemas de uma vez, mas ela é o caminho para que a gente possa medir os resultados da área social. Infelizmente, a área econômica tem todos os mecanismos para se medir; no entanto, na área social o dinheiro vai disperso, ninguém trabalha com resultado, ninguém quer saber se o investimento e o custo/benefício daquilo tem um resultado efetivo para a sociedade.

Portanto, eu quero aqui agradecer a V. Ex^a a menção que faz à Lei de Responsabilidade Social e inclusive solicitar a V. Ex^a que trabalhe dentro do Governo a aprovação dessa lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia pela participação nas indagações feitas ao Ministro Alexandre Padilha.

E concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Ricardo Ferraço. Tem quatro minutos V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, Presidente; Senador Casildo, vice-presidente; quero cumprimentar o nosso queridíssimo Ministro Alexandre Padilha e me penitenciar por ter me ausentado porque ficamos aqui a fazer escolhas de Sofia. Às quartas-feiras, a concentração de trabalho é muito grande e, neste mesmo instante, o Ministro Aloizio Mercadante faz também uma abordagem acerca das diretrizes dos programas de ciência, tecnologia e inovação no País e nós ficamos lá e cá e eu acabei não participando como desejaria, Sr. Presidente, deste debate.

Não quero, como disse a Senadora Lúcia Vânia, ser repetitivo. Todos nós sabemos que há um subfinanciamento, mas que estamos trabalhando para que a Emenda 29 possa ser regulamentada. Enquanto isso, é fundamental que nós possamos depositar as energias em torno desse esforço que coordena o Ministro Padilha na direção de incorporarmos gestão, resultado, resolutividade. As coisas não são excludentes. É evidente que, se compararmos com outros países, nós estamos com investimento *per capita* abaixo deles.

Fique muito impressionado, Ministro Padilha, por ver que estamos, inclusive, incorporando a visão do INDG, em temas importantes e, aí, pergunto: por que não incorporar também o INDG na gestão dos nossos hospitais-escolas? Os nossos hospitais-escolas no País estão padecendo pela ausência de mecanismos e flexibilidade que possam dar sequer condição a esses hospitais de fazerem parcerias com os governos estaduais e com os governos municipais. As regras engessam de tal forma esses hospitais que eles estão

deixando não apenas de formar profissionais que vão chegar ao mercado de trabalho – e V. Ex^a disse aqui da necessidade de profissionais em algumas regiões – como também estão deixando de atender às pessoas, às pessoas mais pobres que, enfim, precisam desse atendimento.

Então, há necessidade também de incorporarmos o INDG ao esforço de uma gestão hospitalar, não apenas nos hospitais-escolas, mas também nos hospitais públicos. Há um projeto que foi bem coordenado pelo ex-Ministro que tenta incorporar as fundações e as organizações sociais à frente dos hospitais públicos, porque, muitas vezes, o hospital público não é aquele que é estatal. Às vezes, o hospital estatal está entregue aos interesses corporativistas, e não está entregue aos interesses da população, que necessita do bom funcionamento deste que é um desafio: continuar aprimorando o SUS. Mas o SUS é um patrimônio dos brasileiros que fez recentemente vinte anos e que precisamos valorizar, porque a melhora é extraordinária ao longo desses anos.

Para encerrar, Sr. Presidente, vi também com alegria não os resultados, mas a sensibilidade do Ministro dando conta da escalada da violência no trânsito, não apenas nas grandes e médias cidades brasileiras, mas também nas pequenas cidades. Temos hospitais como o São Lucas, em Vitória, que é focado no trauma. Quase 50% das internações de lá são motivadas por acidente de trânsito. E grande parte deles são em razão da associação perversa do consumo de álcool com a direção. E o que estamos assistindo, Ministro, é uma verdadeira epidemia nas cidades brasileiras, muito em razão não apenas de uma percepção, mas da certeza que as pessoas têm da impunidade. A lei seca trouxe avanços extraordinários quando incorporamos o bafômetro na fiscalização. Ocorre que a Justiça entendeu que nenhum brasileiro é obrigado a produzir prova contra si mesmo; então, desmoralizou-se o bafômetro. Estamos discutindo a necessidade de uma tolerância zero no trânsito e de outras formas de se fiscalizar, para impedir que a impunidade continue grassando nas cidades. As consequências, em 2010, são 37 mil brasileiros que perderam a vida, e tantos outros que foram mutilados, vendo seus horizontes e suas perspectivas muito encurtados.

Cumprimento V. Ex^a pela competência e pela forma firme e clara com que apresentou as diretrizes do Ministério da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

Concluídas as inscrições para as indagações, vamos encerrar, até porque...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Presidente, gostaria de finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) – Fui muito breve nas minhas explanações, deixei para o final. Se V. Ex^a permitir, claro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Acho que três minutos para V. Ex^a são suficientes, não é?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC - SE) - Com certeza.

Ministro, como profissional da saúde, como cidadão brasileiro, como parlamentar, como soldado deste exército tão importante e necessário – e ainda bem que temos ele – que é o SUS, saio daqui muito mais esperançoso.

Já conhecia sua capacidade, suas propostas. Mesmo antes de V. Ex^a ser escolhido, eu já defendia o seu nome, o senhor sabe disso, pois eu já havia me manifestado muito antes. Não sei se o senhor já imaginava naquela época, mas eu o defendia pela sensibilidade, pela sua capacidade tanto no meio da saúde, quanto como profissional da saúde que teve a coragem de deixar o conforto das grandes capitais e entrar nos cantos mais diversos e mais adversos do nosso País, como lá no Pará. Conheço um pouco da sua história e sei, por tudo isso, da sua sensibilidade.

E seu sonho de que haja uma saúde digna em todo os cantos deste País é grande, e é nosso também. Pode ter a certeza de que aqui o senhor tem um soldado para materializar esse sonho. Não é fácil! A tarefa não é pequena. São muitos os desafios, e não dependem só da sua vontade, porque são muitos gestores, são muitas interferências. Mas o senhor é o grande condutor da saúde no nosso País. Contudo, como parlamentares, temos uma responsabilidade muito grande.

Essa questão do subfinanciamento é real. A Emenda 29 cuida, mais do que da questão do financiamento, mais que do acréscimo que ela vem dar, de normatizar e tirar realmente os maus gestores, aqueles que não deveriam gastar os poucos recursos da saúde com o que não é da saúde. Isso é muito importante.

Mas reforço, Ministro: saio daqui muito mais esperançoso ao ver sua explanação, sua feliz explanação, e digo que não saio tão tranquilo, porque não devemos estar tranquilos nem relaxados perante a realidade, as adversidades e as maldades que encontramos em muitos cantos do nosso País. O desafio é enorme, mas tenho a esperança de que, com a sua condução, possamos tornar a saúde deste País muito, muito mais digna.

E volto a dizer e insistir: conte conosco, porque, por sonho, por idealismo, sou um soldado desse Sistema Único de Saúde, que muitos criticam, mas também alguns se esquecem de ver o lado bom. Acredito que nosso SUS tem jeito, nosso SUS já é um exemplo em muitas ações e, com certeza, sob seu comando, será um exemplo para nós brasileiros e para o mundo inteiro – acredito muito nisso.

O PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço o Senador Eduardo Amorim, que foi o autor do requerimento.

Sr. Ministro, sem sombra de dúvida, penso que a presença de V. Ex^a nos dirimiou muitas dúvidas, sobretudo estou convencido que o desafio de V. Ex^a é enorme, gigantesco, diante do problema que temos que enfrentar para resolver os problemas que existem, sobretudo na área da Saúde.

Entretanto, imagino que os projetos que V. Ex^a apresentou aqui são exitosos, são projetos que, não tenho dúvida alguma, vão melhorar sobremaneira as condições de vida do povo brasileiro, principalmente nessa área social que, lamentavelmente, todos temos conhecimento, ainda se faz muito pouco. Em que pese já termos conseguido retirar de abaixo da linha de pobreza milhões de brasileiros, dando-lhes o direito à cidadania, muito ainda há que ser feito.

E tenho a convicção absoluta de que V. Ex^a é um profissional da área, um idealista. Não é à toa que está exercendo o cargo de Ministro da Saúde, até pela sua competência e trajetória como membro do Governo no Palácio do Planalto, que deu condições de V. Ex^a estar hoje em tão importante cargo que, sem sombra de dúvida, é uma missão. Ali não é brinquedinho de ninguém, ali é coisa séria, para gente séria e, acima de tudo, para gente que está determinada. Por isso estou apostando – como bem disse o Senador Eduardo Amorim –, esperançoso, que poderemos mudar para melhor.

Vi aqui várias indagações, colocações, observações e, entre elas, Ministro, quando o Ministro Temporão esteve aqui, nesta mesma Comissão, como membro, fizemos um pleito a ele, pedindo – inclusive o Senador Mozarildo Cavalcanti estava junto conosco – que desse um tratamento diferenciado na tabela do SUS para os profissionais lá da Região Amazônica, em relação ao Brasil. Não se pode comparar com um mesmo profissional. Existe uma pequena diferença? Existe. Mas creio que o avanço que teremos nessa área...

Vou só dar um exemplo, Ministro Padilha: Mato Grosso tem 141 cidades. O senhor sabe quantas cidades não têm um médico sequer, nem para remédio? Se precisar de um médico, está morto. Cinquenta e seis cidades não têm um médico. Eu lhe perguntaria:

Como? Por quê? Qual razão? Gente, tem cidade que fica distante da capital 1.620 km. O cidadão anda em chão batido, não tem asfalto. Anda 700 km para pegar a primeira ponte de asfalto. Você acha que se vai achar profissional do Rio, de São Paulo – que têm um maior número de profissionais –, de Minas, de Rio Grande do Sul, para ir trabalhar? Mentira, não vai achar. Lá, às vezes, o filho grita, e a mãe não ouve... distante, difícil. Precisa dar um tratamento diferenciado, dar uma tabela melhor, para que esse profissional possa permanecer ali. Caso contrário...

O senhor sabe perfeitamente que temos nossas deficiências. Melhorou o Estado? Melhorou, mas tem lugar ainda que se tem dificuldade até em acessar a Internet, algumas cidades não têm ainda. O telefone celular... Você imagina o cara sair da Vieira Souto, das praias de Copacabana, ou sair da Av. Paulista, Rua Augusta, para ir lá. Mentira, não vai. Se vai, fica 15 dias e, no 16º, está caçando o primeiro carro para voltar com a mudança. Primeiro que os salários são aquém do que merecem receber. As prefeituras hoje, com poucos recursos – V. Exª tem conhecimento disso –, em que pese, estão investindo acima daquilo que a própria Constituição exige. Há Municípios que gastam 25% daquilo que arrecadam, a lei manda 15%, e eles estão gastando 25, 27%. Mesmo assim, não têm capacidade financeira, não têm suporte; muitas vezes, carecem de infraestrutura.

Então, é um apelo que faço em nome do povo de Mato Grosso, da região amazônica e do Brasil para que V. Exª faça um estudo, veja onde é que pode melhorar, dar um tratamento diferenciado nas tabelas para ser praticada nessa vasta região do nosso país.

É um apelo como brasileiro, sobretudo, como conhecedor profundo, como ex-governador que fui, três vezes prefeito de minha terra natal, hoje Senador da República, pois conheço as reais necessidades das pessoas, principalmente as mais humildes, aquelas que dependem do serviço público deste País e que, lamentavelmente, ficam à mercê, muitas vezes, daquilo que certamente é o mínimo que você pode oferecer para a dignidade e a cidadania do cidadão deste Brasil.

Quero, com muita honra, conceder novamente a palavra a V. Exª, Sr. Ministro, para as considerações finais, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente Jayme Campos; muito obrigado a todas as nobres Senadoras e nobres Senadores que trouxeram contribuições, sugestões, críticas que são fundamentais.

Eu vou reforçar aquilo que disse o Senador Paulo Davim, do Rio Grande do Norte, meu colega médico.

Eu diria – e o Paulo não está mais aqui, mas certamente vai ouvir – que acho que não é só o maior desafio da minha vida o Ministério da Saúde, mas o momento SUS é o maior desafio de todos nós que dedicamos a vida ao Sistema Único de Saúde, e queremos dedicar ainda mais. Estou convencido que estamos num momento de consolidação ou não do Sistema Único de Saúde, pela mudança do perfil da população, pelo crescimento da economia, pela ascensão social, pelo grau de formação das pessoas no mercado de trabalho. O Brasil tem hoje 45 milhões de pessoas com plano de saúde, mais 14 milhões com sistema odontológico – é quase uma Inglaterra inteira.

Então, nós estamos num momento decisivo de consolidação do Sistema Único de Saúde. E sei que o desafio, que é sem dúvida o maior de minha vida, mas para o Sistema Único de Saúde é o desafio de todos aqueles que se dedicaram ou querem se dedicar cada vez mais ao Sistema Único de Saúde. Por isso não podemos dourar a pílula, como disse o Senador Paulo Paim. Nós temos que explicitá-lo, e por isso fiz questão de, no meu primeiro *slide*, mostrar que 41% da população brasileira considera a saúde o principal problema do país. E não é só uma percepção da população, é porque precisamos aprimorar muito a qualidade de atenção à saúde, um sistema que é complexo.

Eu falei aqui que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema universal, que se busca universal, e o único que tem um sistema com três níveis da federação: um grau de autonomia do Município, do Estado, da gestão estadual, da gestão municipal, onde o Ministério é o ordenador da política, definição, das normatizações, dos instrumentos de cooperação, definição de metas; têm ações que cabem muito ao Ministério, como essa questão, junto com o Ministério da Educação, de quem é maior responsabilidade define uma política de formação de profissionais, de fixação de profissionais onde puder. Mas dependemos muito da cooperação com os Estados e Municípios.

Então essa é a complexidade, esse é o desafio, e tudo o que o Sistema Único de Saúde fez nesses 22 anos é pouco, tudo o que já fizemos, e somos reconhecidos no mundo inteiro, pelo nosso programa de Aids, pelo programa nacional de imunização; o fato de sermos o país que faz mais transplantes no mundo; o nosso programa de atenção primária – e comentei que, na semana que vem, sai numa revista internacional, *The Lancet*, que é uma revista importante no meio médico, só sobre o Sistema Único de Saúde, com vários artigos, reconhecendo os avanços. E tudo o que nós fizemos não é o suficiente para o desafio que temos pela frente, Senador Mozarildo.

Nós temos que, não é nem escancarar, porque a realidade é muito concreta, não é só uma percepção da população, tem uma realidade muito concreta de necessidade de aprimoramento no conjunto de serviços.

Acho que aprimorar os mecanismos de controle, não tolerar qualquer tipo de desvio de recursos e má gestão são coisas fundamentais e básicas; é basal. É uma iniciativa que qualquer gestor deve tomar desde o começo, não é? E perseguir isso é fundamental.

Esta Casa pode nos ajudar muito sobre isso; esta Casa pode aprofundar o debate sobre os projetos de lei que estão aqui – eu citei o da Senadora Lúcia Vânia, eu citei o do Ministro Humberto Costa... esta Casa é o espaço apropriado para isso, porque é a responsável pela relação federativa sobre termos normatizações claras, mecanismos claros de definição de quais são as metas. É aquilo que disse o Senador Eduardo Amorim: responsabilidade de cada nível da Federação e mecanismos de punição, não do Secretário municipal ou estadual, mas também do chefe daquele nível de governo. Porque secretário municipal, às vezes, muda todo mês. Esse foi o grande avanço na Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que está na hora. Naquele momento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a grande preocupação da população brasileira era a inflação. A Lei de Responsabilidade Fiscal fazia parte de um pacote de ações de ajuste fiscal que foram fundamentais para garantir a estabilidade no País.

Hoje o grande problema que a população brasileira aponta é a saúde. Nós vamos fazer um esforço de ter uma lei, um marco regulatório, um mecanismo dessa dimensão, como nós construímos anos atrás, para garantir a estabilidade econômica do País. Eu diria, talvez, que esse seja o grande avanço. Então, sugerir é um esforço do Ministério naquilo que esta Casa e a Câmara puderem contribuir para o aprimoramento desse mecanismo, isso é fundamental. Outros são mecanismos de controle, aquele exercício de tentar evitar a corrupção antes que ela aconteça. Os avanços dos instrumentos de informatização são decisivos. Foi importante o que nós fizemos na mudança do cadastro. No instrumento de cadastramento, nós já estamos fazendo um filtro que impede desvios que existiam em relação a normas, a situações, a pessoas que tinham mais que um vínculo, que não podiam ter. Então, o cadastro é importante. O cartão SUS vai ser outro.

Só respondendo ao que disse o Senador Eduardo Amorim aqui. Nós já garantimos, com o Ministério da Justiça, que o número que for do registro de identificação civil, o RIC, que vai sendo tirado aos poucos, vai passar a ser incorporado ao cadastro do cartão SUS. Então, à medida que as pessoas tirarem o RIC, esse

dado já vai ser, automaticamente, aproveitado por nós. Inclusive, no próprio RIC vai ter isso.

Olha só a dimensão da saúde, Senador Eduardo Amorim: há 100 mil pessoas com RIC. A previsão é de que, em 10, 15 anos, ele vai cobrir a parte da população brasileira que tira carteira de identidade. Nós não podemos esperar. Criança não tira carteira de identidade. População indígena não tira carteira de identidade. Não podemos esperar o ritmo de 10, 15 anos para termos uma identificação do cartão SUS. Por isso é que nós decidimos. Hoje nós temos cadastrados no cartão SUS quase 140 milhões de brasileiros, com o número do cartão SUS. Estamos fazendo uma profunda higienização no cadastro. O processo de cadastramento vai se dando à medida que as pessoas vão às unidades de saúde. São números muito maiores. Estava comparando-o com o cadastro do Bolsa Família, que é tão importante: são 11 milhões de famílias, 40 milhões de pessoas. O cartão SUS são mais de 150 milhões de pessoas. Então, esse é o nosso desafio, mas é muito boa a ideia que o senhor trouxe, inclusive nós já adotamos isso com o Ministério da Justiça. Nós vamos caminhando em paralelo, em consonância, mas antecipando já o número do cartão SUS como mecanismo de controle fundamental.

Outros são mecanismos de auditoria, aquilo que eu falei para os senhores e para as senhoras. Nós começamos, no mês de maio, uma auditoria em cima dos mamógrafos do País. Vamos bater à porta de cada mamógrafo deste País. Nós reforçamos a parceria de auditoria do Denasus com Estados e Municípios, inclusive para poder apurar essa denúncia que trouxe aqui a Senadora Marisa Serrano – vamos pegar de imediato – sobre profissionais que estão cobrando na rede pública. Nós já descobrimos outras situações como essa, inclusive impedimos, detectamos as irregularidades e fizemos as punições necessárias.

Um outro, em relação ao controle, é a transparência. O fato de termos colocado, no dia 07 de abril, os recursos fundo a fundo num *site* de transparência, para todo mundo poder acompanhar. E colocar cada vez mais esses dados é um mecanismo importante que reforça a capacidade de controle e mobilização na sociedade para isso. E buscar parceiros, como buscamos o INDG. Nós vamos fazer essa parceria nos hospitais federais do Rio de Janeiro, que são da rede própria do Ministério da Saúde; o MEC já começou com o Hospital da Universidade Federal de Minas Gerais e tem disposição em expandir para os demais hospitais universitários, que são de responsabilidade do MEC, como citei aqui. Até porque nós, na relação com o MEC, estamos estabelecendo que os hospitais universitários têm que se integrar ao Sistema Único

de Saúde. Aquilo que o senhor falou, Senador Ricardo Ferraço. Às vezes, os leitos dos hospitais universitários não estão à disposição da central de regulação no âmbito estadual, municipal. Às vezes se comporta como um hospital mais privado do que se fosse privado, no sentido da dificuldade do acesso aos leitos. Essa é uma questão fundamental.

Além da questão do controle, respondendo ao que a Senadora Marisa Serrano mencionou, se fosse para fechar algumas poucas prioridades, quais que eu diria.

Primeiro, a promoção. Ou nós nos convencemos de que a saúde não pode ser o desaguadouro de hábitos, incorretos, de exposição a produtos e situações que impactam na saúde, de modelos de convivência urbana, como o tema do trânsito e o transporte, ou vamos continuar enxugando o gelo. Foi a expressão usada pelo Senador Gim Argello quando se estava falando do trânsito.

O Rio de Janeiro, ao adotar, de forma firme, a Lei Seca, reduziu de 35 mil para 8 mil o número de acidentes de trânsito/ano. Adotar de forma firme, pega a quem tiver que pegar, montou comitê de fiscalização envolvendo usuário, pessoas que haviam sofrido acidente de trânsito, gente que estava fazendo reabilitação, parentes, profissionais, para a sociedade acompanhar e impedir qualquer tipo de tentativa de fugir do processo de fiscalização. Eu acho que tudo o que esta Casa puder fazer, Presidente Jayme Campos, de propostas que nós possamos apertar o processo de fiscalização, ter métodos para Estados e Municípios de redução de acidente de trânsito é decisivo para a saúde do País. Hoje, 30, 35% dos pronto-socorros estão ocupados com pacientes vítimas de acidentes de trânsito. O governador Ferraço sabe da história, num fim de semana, aconteceram quase 400 acidentes de trânsito na região metropolitana de Vitória e de uma hora para outra, é lógico que saturou o sistema. Isso fez com que as emergências dos hospitais fiquem cheias.

É fundamental o combate ao uso indiscriminado do álcool. O tema das outras drogas também. Essa pesquisa da Fiocruz vai nos dar um retrato fiel sobre o que acontece com relação ao *crack* e a outras drogas no País. É importante esse retrato fiel para que possamos acertar nas políticas. Não podemos construir políticas públicas só pela impressão que as pessoas possam ter. Há indícios de que o comportamento no sul e no sudeste são diferentes do comportamento do norte e nordeste. A distribuição é diferente. Quais as cidades onde existe maior frequência, concentrações como a *cracolândia* em São Paulo, no Rio e em Porto Alegre. Não existe esse comportamento em outras regiões. Então os próprios serviços de saúde têm que ser organizados de forma diferentes.

Essa pesquisa nos dará a relação entre o álcool, outras drogas e o *crack*. Se há relação ou não; qual a proporção real dela. Repetindo o que falei, o álcool,

hoje, é o grande vilão das drogas no Brasil. Em nossa pesquisa, 18% da população brasileira abusa do álcool. Precisamos pensar políticas sobre isso. E sei que esta Casa tem vários projetos de lei que podem contribuir para essa questão.

Também no campo da promoção temos o tabagismo, como chamou atenção aqui o nosso Senador Humberto Costa.

Queria saudar, aqui, a presença da Senadora Ana Amélia.

Em relação ao tabagismo, as nossas políticas de combate ao tabagismo são referências para o Mundo. O Brasil reduziu bastante a incidência de tabagismo e isso tem impacto direto nos problemas de saúde. Mas o que é que nossa pesquisa Vigitel mostrou nas capitais este ano? Primeiro, reduziu mais entre homens do que entre mulheres. Entre homens, mais da metade, entre as mulheres, não foi tão grande. Reduziu entre quem tem mais de 12 anos na escola e menos entre quem tem menos de 8 anos na escola. São dados para que possamos dar mais um passo além nas nossas políticas de combate ao tabagismo. Às vezes, as políticas são corretas, como no caso de proibir o fumo em lugares fechados. Mas elas impactam apenas a uma classe social que vai a restaurantes, bares, cinemas, *shopping centers*. Precisamos construir outras políticas para impactar as outras classes sociais. Entre as pessoas com menos de oito anos de escolaridade, a incidência do tabagismo é muito maior do que no meio de pessoas que tenham mais de doze anos de escola. Acredito que esses dados que fechamos agora nos possibilitam uma reorganização, possibilitam que repensemos a política antitabagismo. Isso pode contribuir muito com esta Casa em relação aos vários projetos de lei que aqui existem.

Então, falamos de promoção e de prevenção.

O segundo ponto é a atenção primária ou a atenção básica à saúde, aquilo que pode dar conta, sim, com qualidade, de resolver 80% dos problemas de saúde. Não vou repetir o que eu disse aqui sobre o propósito do nosso programa especial de qualidade na atenção básica. Vou tentar resumir em duas questões. Primeiro, é preciso entender a diversidade existente no País. É o que o Senador Jayme Campos disse. Morei durante sete anos no interior do Pará, coordenando o Núcleo de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo no Pará. Eu vivia, por três meses, no complexo de saúde do HC em São Paulo e, por três meses, no interior do Pará, na região de Santarém/Altamira. Então, senti na pele o que o senhor fala, Presidente Jayme Campos: a diversidade do Brasil. Então, a nossa atenção primária, a nossa estratégia da saúde da família, essa nossa política vai dialogar com a diversidade do País.

Humberto Costa, quando Ministro, tomou a importante decisão de dar para a região amazônica um valor a mais no piso de atenção básica em relação ao resto do País. Determinou isso para a Amazônia, para a região do Fome Zero e para regiões do Nordeste. Além disso, neste momento, precisamos pensar que, naquela região, a equipe pode e deve ter uma configuração diferente da do resto do País.

Nessa época, projetei um barco fluvial. No sábado passado, na campanha de vacinação, tivemos a oportunidade de ir a uma comunidade quilombola naquele barco. Aquela comunidade está funcionando muito bem. Eles se conectam, pela Internet, com a USP, com as comunidades. Mas é lógico que o perfil do profissional de saúde que trabalha naquele barco é diferente do perfil do profissional de saúde que fica todo dia na Unidade Básica de Saúde, pela forma como ele cobra das comunidades.

Então, uma parte da política é esta: compreender a diversidade, tratando diferente quem é diferente, Presidente Jayme Campos, dando estímulo maior às regiões que mais precisam e onde há diversidade. A outra parte é a qualidade. É o que falei: estamos dispostos a dobrar o valor que repassamos para uma Unidade Básica de Saúde, desde que ela mostre indicadores de qualidade monitorados por nós e garanta a informação, com estímulo à qualidade na atenção primária.

A outra grande missão, respondendo ao que a Senadora Marisa Serrana perguntou, é relativa à urgência e à emergência. Eu diria que, além da necessidade de recursos e de gestão, há um grande problema hoje: por exemplo, vários lugares estão precisando de mais leitos de UTI – e é verdade que eles precisam disso –, mas, quando se compara a taxa de ocupação dos leitos de UTI existentes lá, verifica-se que, em geral, é a metade do que poderia ser, 60% do que poderia ser. Então, só vamos enfrentar a política de urgência e de emergência – e esta é a nossa política – quando organizarmos toda a rede. O leito tem de ser regulado pela central do Samu, que coordena onde devem ficar os leitos; quem está no Pronto Socorro tem de controlar para onde vai o leito depois de passar pelo Pronto Socorro e, depois, tem de controlar o objeto de atenção domiciliar. Do contrário, ficam espaços não ocupados, que poderiam resolver em parte o problema.

Então, na nossa política de urgência e de emergência, vamos encarar os territórios, mas desde que se firmem compromissos dos gestores para isso.

Por fim, vou concluir, falando desse tema da gestão e do subfinanciamento. Essa é uma discussão importante que precisamos fazer. E temos de fazer essa

discussão de peito muito aberto. Qualquer comparação que a gente faça... É o que eu disse aqui: o que investimos *per capita* na saúde pública é duas vezes e meia menos do que o que é investido na saúde suplementar no Brasil, e, nesse caso, a gente pega tudo que se investe na saúde pública e tudo o que se investe na saúde suplementar. Se separarmos só a assistência, se tirarmos a parte de imunização, de vigilância, de urgência e de emergência, que a saúde pública faz sozinha na prática, isso chega a três vezes e meia, a quase quatro vezes.

É lógico que nosso sistema também precisa de mais recursos e que precisamos de um critério de financiamento crescente, se quisermos atingir os patamares a que almejamos. Quando comparamos isso com o que é feito em outros países, essa proporção é ainda menor. Nós investimos *per capita* duas vezes menos que a Argentina investe. Outros países da América do Sul investem mais do que nós. São poucos os países da América do Sul em relação aos quais nós investimos mais *per capita*. Comparar com outros países que têm sistema nacional consolidado é cinco, seis, sete vezes menos: Inglaterra, Europa. Os Estados Unidos, que é muito privado, chega a onze, doze, treze vezes menos.

Mas vamos comparar em relação à saúde complementar, porque ninguém questiona que plano de saúde não gasta dinheiro à toa. Ninguém acha que plano de saúde rasga dinheiro. Ninguém acha que gasta à toa, ninguém acha que tem corrupção, que tem desvio, que tem um grande esforço de gestão. É lógico que nós precisamos de mais recursos. Eu estou confiante de que o Brasil vai percebendo cada vez mais, pelo seu crescimento, crescimento da academia, de que nós vamos ter que ter, junto com esse crescimento da economia, um financiamento crescente para a saúde.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Essa comparação com o sistema privado é que é de três, quatro vezes?

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Duas vezes e meia se eu pego tudo que se gasta na saúde suplementar no País, faço *per capita* porque ele atende duas vezes e meia mais do que se gasta na saúde pública. Mas, quando eu tiro da saúde pública coisas que a saúde suplementar usa na saúde pública, que é imunização, toda parte de vigilância, vigilância sanitária, urgência e emergência, políticas que o setor público gasta de organização, ordenação que a saúde suplementar gasta, isso chega três vezes e meia, quatro vezes mais.

Então, é nítido que precisamos de mais recursos e que nós temos que ter um critério crescente de financiamento na saúde pública do País. E eu acho

que nós precisamos aproveitar o momento político que vivemos para ter uma regra estável de financiamento. Por isso que é importante a aprovação da regulamentação da Emenda 29.

Eu não estou acompanhando detalhes do dia a dia da tática do Congresso, quais são as questões ou não, mas é fundamental que a gente possa concluir aquilo que... O que o Congresso Nacional fez foi criar a Emenda à Constituição 29, que estabelecia parâmetros de investimentos na saúde e a regulamentação dela agora. É um tema que está inconcluso. A gente sabe tem Estados que aplicam muito menos do que deveriam aplicar, mas é importante aproveitar este momento para se definir uma regra clara e estável, independente de quem está governando o País, o que é investimento na saúde? O que cabe ao Município, ao Estado e à União investir?

Acho que este é um debate fundamental. Sei que este debate está na Câmara nesse momento e, certamente, em algum momento, o Senado vai interferir, e acho que este é um bom momento para que o Brasil possa aproveitar e definir essa questão.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras e ao Presidente Jayme.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ministro, me permita, eu lhe expliquei o motivo, não é? O meu Estado, a nossa região Centro-Oeste, os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, nós temos um problema: quando se compara a renda *per capita* do Centro-Oeste, nós temos uma renda *per capita* alta e é bem verdade que a classe média, média alta é um pessoal...então, funciona. Hospital particular, saúde, plano...Mas, Ministro, em função de que a renda *per capita* do Estado é alta, acaba que esses Estados, na hora do investimento público, eles são colocados de lado. E aí quem mais sofre são exatamente aquelas pessoas que mais precisam e que são atendidas pela parte pública, que não é tão boa assim. porque são Estados que, apesar de terem uma renda *per capita* alta, têm muita dificuldade nessa área pública, principalmente nessa área de saúde.

Só para registrar, porque senão determinados critérios acabam...evidentemente que eu não quero dizer que o Nordeste ou o Norte não tenham mais, estou dizendo que tem que prestar atenção nesses critérios para não cometer injustiças com a região Centro-Oeste.

O SR. ALEXANDRE PADILHA – Correto, Senador Waldemir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero agradecer aqui. É uma pena que não vou ter a oportunidade ímpar de ouvir as palavras de V. Ex^a, Senador Benedito de Lira, e de outros Senadores que queriam se inscrever – já foi concluída a ordem de inscrição.

Agradeço ao Ministro Alexandre Padilha, a audiência foi proveitosa, a Comissão está muito feliz, e V. Ex^a pode ter a certeza de que tem, nesta Comissão aqui, todo apoio para que tenha um bom desempenho à frente do Ministério da Saúde.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 13 horas e 4 minutos.)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos, do dia onze de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço e a Senadora Marisa Serrano. O Senhor Presidente registra a presença do Senhor Juarez Pires de Souza, Diretor da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia. Havendo número regimental, a Presidência declara a presente Reunião destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema “Os Direitos dos Portadores de Câncer”, em atendimento ao Requerimento Nº 10, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia. Oradores Participantes: Maria Inez Pordeus Gadelha, Coordenadora-Geral de Média e de Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – MS; Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Rosamélia Queiroz da Cunha, Chefe de Gabinete da Direção Geral do Instituto Nacional de Câncer, Representante do Diretor-Geral do INCA, Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva; Luciana Holtz de Camargo Barros, Psiconcologista e Presidente do Instituto Oncoguia; Antonieta Barbosa, Advogada e autora do Livro “Câncer – Direito e Cidadania”; Rosa Maria Rutta, Superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – IMAMA, e

Virginia Marta Magrini, Diretora da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA, Representantes da Presidente do IMAMA e da FEMAMA, Maira Caleffi; Eduardo Petrov, Diretor Jurídico do Hospital de Câncer de Barretos/SP, Representante do Diretor-Geral do Hospital de Câncer de Barretos, Henrique Duarte Prata; Tiago Farina Matos, Coordenador do Núcleo de Defesa e Cidadania Ativa Instituto Oncoguia. O Senador Jayme Campos passa a Presidência à Senadora Ana Amélia, em sua homenagem pela iniciativa do Requerimento que deu origem a esta Audiência Pública. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, e as Senadoras Ana Amélia e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todos. Havendo numero regimental declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal. A presente reunião destinasse a realização da saúde pública para debater os temas, os Direitos dos Portadores de Câncer, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Para tanto, eu convido à Mesa os nossos ilustres convidados.

– Drª Maria Inez Gadelha, Coordenadora-Geral de Média e de Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde;

– Drª Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

– Drª Rosamelia Queiroz da Cunha, Chefe de Gabinete do Instituto Nacional do Câncer, representando o Diretor-Geral do Inca, Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva;

– Drª Luciana Holtz de Camargo Barros, psicanalista e Presidente do Instituto Oncoguia;

– Drª Antonieta Barbosa, advogada e autora do livro Câncer – Direto e Cidadania;

– Dr. Eduardo Petrov, Diretor Jurídico do Hospital do Câncer de Barretos, São Paulo, representante

do Diretor-Geral do Hospital do Câncer de Barretos, Henrique Duarte Prata.

De acordo com o art. 94, § 2º e § 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: abriremos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Início esta audiência dizendo que nos sentimos honrados sobremaneira com a presença de V. Sªs, que vêm atender o convite desta Comissão, para tratarmos de um assunto tão importante, como o solicitado pelo requerimento da Senadora Ana Amélia, para discutirmos, Senador Wademir Moka, o direito dos portadores de câncer. É de fundamental importância que esta Comissão trate com o maior interesse essa matéria, esse assunto de relevância, porque os dados que nós temos em mãos, sobretudo aqueles relatados pela Senadora Ana Amélia, são assustadores, assombrosos até, e, principalmente, pela falta de políticas públicas decentes, se assim me permitem dizer.

Apenas para citar aqui, o câncer atualmente causa a morte entre crianças e adolescentes dos países em desenvolvimento. Dez mil crianças e adolescentes acima de quatro anos morrem de câncer anualmente no Brasil. Número que poderia ser bem menor se fossem ampliados os recursos destinados à compra de medicamentos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberasse o uso de novas drogas.

No Brasil, onde o percentual de jovens chega a 38% da sua população, a mortalidade por câncer em crianças e adolescentes, com idade entre um a dezoito anos, corresponde a 8% dos óbitos e é considerada, pelo Ministério da Saúde, a segunda morte das causas dessa faixa etária. Só perde para os fatores externos, como acidentes e violências.

Os dados publicados pelo Inca ressaltam que os principais fatores que interferem na probabilidade da sobrevida do câncer pediátrico é o atraso no diagnóstico. Segundo o relatório publicado pelo instituto, entre os motivos para a demora na procura de cuidados médicos está a precariedade dos serviços de saúde. Segundo a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, a defasagem na precariedade na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), que não é registrado há dez anos, enquanto o tratamento de uma criança com câncer custa entre R\$3 mil e R\$12 mil, as instituições conveniadas recebem somente R\$ 1.200,00 do SUS. Os médicos dizem que o Governo joga a responsabilidade para as casas de apoio e instituições não governamentais que atuam no setor.

O Ministério da Saúde alega que as dificuldades de financiamentos e de medicamentos para tratamentos de pessoas com câncer permanecerão, até que seja regulamentada a Emenda nº 29, que destina mais recursos para a saúde.

Mais um exemplo: na Europa e nos Estados Unidos, o índice de cura de câncer em criança é de 77% contra 50% a 60% no Brasil, tendo em vista a falta de medicamentos adequados do Sistema Público de Saúde.

Essa matéria foi publicada recentemente no jornal Folha de S.Paulo. É o que há de comprovado sobre medicamentos e sobre curas.

Pois bem! Eu acho que é um tema muito importante, portanto, eu queria iniciar esta audiência pública complementando a valorosa Senadora Ana Amélia, pela feliz e louvável iniciativa de promovermos esta reunião aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu concedo a palavra, por dez minutos, à ilustre Coordenadora-Geral de Média e de Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, SRA. Maria Inez Pordeus Gadelha.

V. S^a tem dez minutos para fazer aqui a sua fala.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Muito bom dia a todos. É um prazer está aqui. Com tão pouco tempo, vamos ganhar tempo, não é Senador?

Então, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, se vamos discutir direitos – e estamos discutindo direitos –, quero alertar para duas vertentes do que pode ocorrer a partir desta discussão. Em primeiro lugar, que não podemos, a partir de uma discussão de direito, quebrar critério técnico. Nós estamos vivendo no Brasil uma linha perigosamente desequilibrada, no sentido de que determinados critérios técnicos podem estar sendo quebrados tanto no Sistema Único de Saúde como no Sistema de Saúde Suplementar. Em segundo lugar, se vamos discutir direitos, obviamente, alguém tem o dever. Existem direitos e deveres e consequentemente, para o Ministério da Saúde, os deveres se associam obviamente ao direito.

Então, vamos passar, por favor, vou apenas dar um panorama geral de como o SUS se estrutura para o atendimento aos pacientes de câncer. Como há muito interesse envolvido nesse processo muito complexo, eu faço questão de me declarar absolutamente sem conflito de qualquer interesse, pessoal, profissional, familiar, acadêmico.

O próximo, por favor.

Então, uma coisa que precisa ficar muito clara é que o SUS é um sistema único, mas que não é o sistema de saúde brasileiro. O sistema de saúde brasileiro, o próximo por favor, é composto hoje, em abril

de 2011, estava composto por 227.476 estruturas de saúde, ambulatoriais, hospitalares e de outros tipos.

Próximo, por favor.

Então, os componentes desse sistema de saúde brasileiro mostram a sua heterogeneidade. O SUS, que tem por lei obrigação de cobrir todas as necessidades da atenção primária até atenção terciária de média e alta complexidade, não é o único componente desse sistema. Além dele, temos o sistema de saúde suplementar. Temos, ainda, os sistemas de saúde estatais como os dos servidores de Estado e os sistemas de saúde dos ministérios militares.

Então, a ideia é de que temos uma coisa única e uma coisa pública, inteiramente pública, quando, na verdade, não se manifesta assim. O SUS representa, realmente, a maior porção do sistema de saúde brasileiro com cerca de 70% desse sistema, mas é majoritariamente formado por estabelecimentos privados de saúde, sejam privados com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

Pode passar, por favor.

Portanto, isso dá uma composição ao sistema muito heterogênea, e, quando se vai analisar essa composição, vê-se que o setor privado tem uma preferência muito clara por aquilo que chamo de atos únicos e finitos, ou seja, consultas especializadas, exames e procedimentos cirúrgicos que se resolvem numa única internação. O perfil do sistema, então, fica assim bastante heterogêneo.

Se pudéssemos ver com mais vagar, só dando um exemplo, veríamos que, na clínica especializada e ambulatório de especialidade, por exemplo, o sistema está em 89% na mão de prestador privado. Então, o que gera isso? Gera um problema que o Augusto dos Anjos chama de contubérnio do verme com a bactéria, ou seja, existe uma relação, nem sempre harmoniosa, competitiva entre o SUS e o sistema de saúde suplementar, que, com essas características de cobertura parcial não tem a abrangência de cobertura que o SUS é obrigado por lei a dar, principalmente, porque cobre pouca parte da população brasileira, no Brasil, em média, em torno de 20%. Então, o que ocorre? Existe uma composição oculta para o funcionamento desse sistema.

E o Sistema Único de Saúde, como é que se apresenta? Rapidamente, observem que aquela porção privada que integra o SUS, que produz menos de 12% dos procedimentos no Sistema Único de Saúde fica com mais de 50% de todos os recursos financeiros gastos com a saúde.

Então, isso não é um discurso contra a atividade privada, por favor, apenas quero demonstrar que aquilo que se apresenta como único, na verdade, não é

único, é um sistema misto, é um sistema composto de vários estabelecimentos de saúde de diferentes perfis assistenciais e de natureza jurídica. O SUS, quando se organiza, o faz com eixos estruturantes que terminam orientando os blocos de financiamento. Então, temos desde o bloco de financiamento da atenção básica, com o piso de atenção básica, que compete aos Municípios gerenciar e aplicar; temos a assistência à saúde, que é o que se chama de alta e média complexidade e que fica, praticamente, com mais da metade de todo o orçamento do Ministério da Saúde. Temos os demais, lembrando que, no caso da assistência em oncologia, ou seja, o tratamento especializado do câncer, se concentra na assistência à saúde, não guardando relação com a assistência farmacêutica, como vamos ver adiante.

Só para dizer que os gastos absolutos do Ministério vêm aumentando progressivamente. Por exemplo, em 2006, contávamos com R\$44 bilhões para o orçamento do Ministério, em 2011, estamos R\$71,4 bilhões, ou seja, em termos absolutos, esse orçamento é progressivo. E o que temos feito com ele na área da oncologia? Mas, antes de passar para isso, eu gostaria de chamar a atenção de que o financiamento desse grande sistema de saúde, que não é único e, tampouco, é público completamente, não conta somente com tabela de SUS, que é outro grande conflito que existe dentro do sistema.

A forma com que a sociedade brasileira, nós, brasileiros, financiamos o SUS, não se resume à tabela de procedimentos. Existe esse ressarcimento por produção realmente, mas os hospitais realmente têm diversos tipos de incentivos, por exemplo, incentivo por ser hospital de ensino. Existem os orçamentos próprios, as verbas próprias das unidades municipais, estaduais e federais de saúde, os investimentos são inúmeros por todos os níveis de Governo, em forma de convênios, existe a isenção fiscal por beneficência, por filantropia, que, inclusive, permite que haja captação de recursos da sociedade e também até o trabalho voluntário.

Então, se não tivermos uma noção clara de que o SUS é uma política pública e que não se resume à produção de procedimentos tabelados, não vamos avançar nessa cruzada, digamos, assim, de juntarmos as diferentes faces, os diferentes interesses e os diferentes compromissos que possamos assumir em favor do Sistema.

E outra coisa que se confunde muito no Brasil é câncer com oncologia e oncologia com medicamento. Porque, quando analisamos, e o câncer é um bom modelo para analisar um sistema de saúde...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Cinco minutos, não é, Senador? Então,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. S^a tem mais.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já era para estar concluindo, mas V. S^a tem mais três minutos para a conclusão de suas palavras.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Conclusão?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É, porque dez minutos já foram, por incrível que pareça. Foi tão rápido, né?

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – É porque é muita coisa para dizer, mas eu só queria... Perfeito. Eu só queria chamar a atenção para isto, para a complexidade do tema, daí uma audiência desta natureza ser muito bem-vinda, porque é uma oportunidade que esses diferentes setores do sistema se manifestem, tanto da parte de quem tem o dever como da parte de quem tem o direito, e, aí, vemos que não vai funcionar o controle de câncer e a melhoria dos números de mortalidade e de incidência do câncer no País não vão melhorar se não atingirmos uma harmonia, uma integração entre os diversos níveis de assistência. Isso é importante dizer, por que? Porque o nosso sistema não é harmônico, o nosso sistema nem é único, nem homogêneo. Então, cria-se esse...

Pode passar.

E, quando usamos a tabela de procedimento do SUS para falar disso, vemos que o câncer vai estar envolvido com todas as ações possíveis, desde a promoção da saúde até as ações complementares de atenção à saúde.

E o que é a oncologia, para terminar? Por favor.

A oncologia é uma área muito especializada do controle do câncer que fala do tratamento especializado. Este tratamento especializado, para acontecer, tem que contar com estruturas físicas, instalações, recursos humanos, equipamentos muito caros, muitos qualificados. No Brasil, exigimos que este hospital, para prestar serviço ao SUS, tenha de prestar minimamente assistência nessas áreas que estão aí listadas.

Pode passar.

Só que, quando esse hospital alcança um nível maior de qualificação, passa a ser classificado como centro de assistência de alta complexidade em oncologia, e não como unidade. E, por fim, vemos que a assistência oncológica no SUS, tenho o maior orgulho de dizer que, hoje, inexiste no País um único Estado que não tenha, pelo menos, um hospital habilitado como unidade. É muito heterogêneo o porte, mas, hoje,

apenas Amapá e Roraima não contam com serviço de radioterapia. Temos conseguido, nessa política de atenção oncológica, fazer o País avançar e temos ainda o desafio de implantar um serviço tão qualificado e tão complexo em Estados ainda em estágios muito iniciais com relação ao Sudeste nesses dois.

Terminando de falar mesmo, Senador – o próximo, pode passar –, aqui está a oncologia. A oncologia é feita de, utilizando a tabela para poder visualizar, procedimentos clínicos e procedimentos cirúrgicos.

Próximo, por favor.

Como procedimentos clínicos, vamos ter a radioterapia, vamos ter a quimioterapia, vamos ter procedimentos especiais. Temos procedimentos exclusivos de medicina nuclear terapêutica oncológica e temos procedimentos gerais em oncologia. Ou seja, em dez minutos, jamais poderíamos passar para os senhores toda essa complexidade.

Mas uma coisa eu digo: a política de atenção oncológica no Brasil tem evoluído bastante. É claro que os desafios são grandes ainda. Temos um País muito heterogêneo. Ainda ontem eu dizia, numa audiência também no Senado, que parece que a Linha do Equador passa no meio do Brasil e não lá no Acre – no Acre, não; no Amapá, somente. Então, é muito complexo.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade e reitero que são oportunidades como essas que permitem que nós conheçamos uns aos outros e entendamos qual é o direito de um, o dever do outro e que nem direito nem dever podem, repito, quebrar critério técnico. Nós estamos vivendo perigosamente no Brasil uma fase de quebra de critério técnico.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Dr^a Maria Inez, mas V. S^a ainda vai ter uma oportunidade de falar aqui quando for responder as indagações que lhes forem feitas.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parece que o Waldemir Moka gostaria de que V. S^a falasse mais. É verdade. É um assunto interessante, entretanto, tendo em vista que há sete convidados...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei, Sr. Presidente. Talvez, talvez... Mas já passou.

Na verdade, muito do que se vai falar vai acabar desaguando na Dr^a Maria Inez. Então, talvez, se ela tivesse um pouco mais de tempo, ficaria... Eu sou médico e entendo a complexidade, mas, às vezes, fico me perguntando – tenho uma formação acadêmica –: se é difícil para mim, imagino para quem não tem essa formação!

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concordo com V. Ex^a, mas nós vamos ter oportunidade de ficar um tempo mais aqui e discutir esse assunto tão importante.

Quero registrar aqui a presença da Dr^a Rosa Maria Rutta, que é Superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, e também da Dr^a Virgínia Marta Magrini, que já se encontra também presente aqui. As duas autoridades estão presentes: tanto a Dr^a Rosa Maria, que é Superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, como a Dr^a Virgínia Marta Magrini, que é Superintendente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

Prosseguindo a nossa audiência, concedo, por dez minutos, a palavra à Dr^a Martha, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde.

Com a palavra V. S^a.

A SRA. MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Primeiro, eu queria agradecer o convite da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme Campos para estarmos aqui debatendo esse assunto, que é um dos mais importantes na área de saúde hoje.

Aqui estou representando a Agência Nacional de Saúde Suplementar, que regula os planos de saúde, e priorizei o debate. Então, eu trouxe alguns pontos de explicação para priorizar o debate e as perguntas que estão por vir.

Primeiro, quero dizer que o câncer na saúde suplementar é um assunto prioritário, é uma linha de cuidado para a qual voltamos toda a atenção em todos os níveis da regulação: quando falamos de promoção e prevenção e quando falamos de alta, média e baixa complexidade.

A cobertura na saúde suplementar se dá tanto pela Lei nº 9.656 quanto pela Resolução Normativa nº 211, que é a última vigente, de 2010.

A Lei nº 9.656, apesar de ser uma lei geral, estabelece alguns itens específicos para o diagnóstico, tratamento e acompanhamento do câncer, e a Resolução nº 211 estabelece o rol de procedimentos e eventos em saúde, que é a listagem mínima obrigatória de cobertura pelos planos de saúde. Então, essa listagem mínima todos os planos de saúde têm que oferecer, se forem planos regulares, planos a partir de 1999. Aí surge o nosso primeiro problema com o câncer: os planos antigos não são regulados pela Lei nº 9.656 e, hoje, ainda contabilizam, mais ou menos, 15% dos planos de saúde, além da sua quase maioria excluir tratamento de câncer. Então, os planos antigos ainda são um problema.

Para isso, nesta semana, a ANS já publicou uma resolução, que trata da adaptação e migração de contratos para facilitar a entrada das pessoas nesse mundo novo, que são os contratos regulares.

Da Lei e da Resolução nº 211, o que temos a dizer é que a Resolução nº 211 está em revisão. Então, a cada dois anos, revisamos essa listagem mínima obrigatória. O último rol começou a valer em 2010. Nós estamos revisando esse rol, que está em consulta pública no nosso site. Essa consulta pública começou no dia 14 de maio e vai até sexta-feira agora, e toda a sociedade pode contribuir com o que é demandado de nova tecnologia.

Hoje, a quantidade de demandas que recebemos é muito menor do que recebíamos, por exemplo, há quatro anos. Nós fizemos várias conversas, inclusive com a Sociedade de Oncologia, e não temos recebido tanta demanda sobre câncer. Por isso, acreditamos que seja uma listagem bastante completa.

Há uma diferença no plano de saúde. Existem planos de saúde somente ambulatoriais, somente hospitalares ou hospitalar mais ambulatorial, que é o que chamamos de segmentação. Nas segmentações, tem-se acesso ou não a uma internação, dependendo do que se compre. As segmentações são previstas por lei. Então, a pessoa tem o direito de comprar determinada segmentação, o que é estabelecido na própria Lei nº 9.656.

Há uma proteção na lei para o câncer que não existe para as outras doenças que é o tratamento complementar – vamos chamar assim – de uma internação no ambulatório. Então, para o câncer, há esse tipo de exceção. Para as outras doenças, na maior parte, não há.

O que temos discutido muito, hoje, para tratamento de câncer – até foi distribuído, hoje, pela Oncoguia um material que está na pasta – é uma novidade tecnológica – vamos chamar assim –, que é o tratamento ambulatorial ou domiciliar para câncer. Então, discutiu-se, há quatro anos, o que era quimioterapia ambulatorial: era só o citostático ou era tudo que acompanhava, os adjuvantes? Ampliamos isso na última resolução e ficou superclaro: para hormônio, para qualquer outro tipo..., antiemético, enfim, tudo que gerava uma dúvida de cobertura. Deixamos isso claro na última resolução, e, realmente, o que falta hoje é a medicação oral para câncer.

Acho que estamos no lugar certo para discutir isso, uma vez que há uma restrição na própria Lei nº 9.656 no seu art. 10. Então, existe uma previsão legal de que a ANS não pode estabelecer essa cobertura como obrigatória para os planos de saúde.

Eu não trouxe a apresentação exatamente porque acho que precisamos priorizar o debate aqui nesta Casa sobre desse tema.

Só para textualizar uma coisa que eu também considero importante, nós não temos os dados da população, por exemplo, com câncer na saúde suplementar. Isso também é um problema para nós. A ANS ingressou com uma ação judicial, mas foi impedida pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro de pedir informações sobre CID. Então, não temos informações epidemiológicas sobre essa população, o que consideramos importante até para fazermos previsão do que vamos precisar e organizarmos esse setor. Não consideramos esse setor pagante. Essa é a lógica que queremos tirar do setor. Os planos de saúde não são meros repassadores de dinheiro nem podem ser. Eles têm que ser responsáveis por aquele beneficiário, e, para isso, precisamos de informação epidemiológica também.

Então, estou aqui para debatermos esse tema e o que mais aparecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Dr^a Martha Regina de Oliveira, que representa a ANS nesta audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra também à Dr^a Rosamelia Queiroz da Cunha, que é Chefe de Gabinete do Instituto Nacional do Câncer, neste ato representando o Diretor-Geral do Inca, Dr. Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva.

V. S^a tem dez minutos para os seus esclarecimentos.

A SRA. ROSAMELIA QUEIROZ DA CUNHA – Bom dia a todos. Obrigada pelo convite. O Dr. Santini se encontra em uma viagem internacional, em uma reunião de dirigentes de instituições de câncer na União Internacional de Combate ao Câncer. Por esse motivo, ele não pode estar presente.

Quero me desculpar com vocês, perdi o pendrive no caminho, não sei por quê. Então, vou tentar falar sobre as questões ligadas à problemática de direitos do paciente com câncer. A Dr^a Maria Inez já fez aqui uma breve exposição da complexidade do assunto. Apesar dos problemas em relação à questão dos direitos do paciente com câncer, se focarmos basicamente na parte da alta complexidade, no fornecimento de medicações, nos componentes da alta complexidade, não podemos olhar isso pura e simplesmente, como a Inez tentou ressaltar brevemente, para a questão de fornecer toda e qualquer medicação.

Na nossa compreensão, o direito primeiro que esse paciente tem é de receber assistência com qualidade e segurança. Isso significa que tanto o sistema

de saúde quanto as instituições assistenciais e os médicos têm de lidar com lógicas distintas que estão envolvidas na discussão daquilo que se supõe de, uma certa forma, serem direitos. Então, supõe-se que esses direitos sejam que o paciente receba tudo aquilo que a indústria farmacêutica lançou. Isso nem sempre representa, para o paciente, qualidade, isso nem sempre representa segurança. E este era um ponto, em geral, em que havia a maior problemática, levando à questão da judicialização.

Outra questão que precisamos ressaltar é que, quando falamos na questão de direitos, acho muito importante que o Parlamento esteja discutindo conosco, tentando perceber as dificuldades que o sistema de saúde tem, mas acho que também seria muito importante que ampliássemos isso de um ponto de vista mais estratégico e mais global, olhando como direito de cidadania. E nesse sentido, migramos um pouco para aquilo, que a Inês já citou aqui também, que é o controle do câncer. E nesse ponto há uma importância muito grande no sentido de que a política nacional de atenção oncológica, implantada pelo Ministério da Saúde desde 2006, e que tem uma série de dificuldade na sua execução, possa ser tema em algum momento de uma discussão com os senhores aqui, porque é uma forma de percebermos os desafios, as dificuldades.

Do ponto de vista dos cidadãos, uma dos aspectos extremamente importante não olharmos somente o direito quando a pessoa já adoeceu, mas o direito que a pessoa tem de não adoecer. Considerando que, hoje se sabe, 30% dos casos de câncer podem ser prevenidos e dada a complexidade do nosso sistema de saúde, como a Inês já citou, o que precisamos é de uma ação muito articulada e articulada com a sociedade, na qual o parlamento cumpre esse papel fundamental de representá-la e poder decidir, poder legislar no sentido de promover esses avanços.

Na questão dos direitos dos pacientes com câncer especificamente, o Governo Federal, há poucos dias, no dia 28 de abril, tomou uma iniciativa com a promulgação de uma lei, sancionada pela Presidente Dilma e pelo Ministro Padilha, modificando a Lei nº 8.080, criando critérios para a incorporação de tecnologias, das novas tecnologias. Trata-se da Lei 12.741, promulgada agora – trouxe até uma cópia e posso colocá-la à disposição –, e que é fundamental, porque visa a dar qualidade e segurança ao que precisamos incorporar de tecnologia dentro de critérios técnicos. A Inês ressaltou isso aqui, é muito importante. Significa que estaremos avaliando inclusive o custo e o benefício dessas medicações. Em muitos momentos, por pressão da indústria farmacêutica, existe uma parada de produção de medicamentos efetivos, existe um empenho

em introduzir medicações, condutas que não vão representar efetivo benefício, efetiva queda na mortalidade ou melhoria na qualidade de vida dos pacientes.

Por isso considero a iniciativa do Governo Federal um dos grandes avanços que estaremos produzindo no sistema, porque criará um quadro, possibilitando uma adequação daquilo que é necessário incorporar, daquilo que pode e deve ser incorporado, inclusive definindo prazos para essas discussões.

Considero um movimento absolutamente importante. A lei prevê a obrigatoriedade de funcionamento de uma comissão de incorporação tecnológica. Isso, creio, terá um impacto bastante positivo na questão dos direitos, observando qualidade e segurança para os pacientes, focando na necessidade de ouvir as demandas da sociedade. E cabe ao sistema de saúde qualificar essa demanda, no sentido de protegermos a sociedade, de não estarmos expostos a corporações que não sejam efetivamente benéficas.

Estou à disposição para discussão posterior.

Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência agradece à Dr^a Rosamélia pela suas observações em relação ao assunto tratado nesta Comissão.

E, dando prosseguimento, concedemos à Dr^a Luciana de Camargo Barros, dez minutos para a sua exposição.

A SRA. LUCIANA HOLTZ DE CAMARGO BARROS – Bom dia a todos.

Senadora Ana Amelia, Senador Jayme Campos, muito obrigada pelo convite. Realmente é um prazer para o Instituto Oncoguia estar aqui. Sou psico-oncologista e estou à frente dessa ONG que representa hoje no Brasil os nossos quinhentos mil novos casos de câncer anuais, talvez os milhões de pacientes que vivem com câncer, porque não sabemos esse número – realmente precisaríamos saber –, mas tem muita gente hoje sofrendo no Brasil por conta de um diagnóstico de câncer.

Pode passar, por favor.

O Instituto Oncoguia está aqui como representante da voz dos pacientes com câncer.

Senadora, serei muito rápida.

Então, o Instituto Oncoguia tem como missão transformar a realidade do câncer no Brasil baseado em três pilares de trabalho: educação – educação para a população, para o paciente, para profissionais da saúde. Trabalhar a questão da assistência social e do suporte e do advocacy, que é realmente a defesa da causa do câncer. E sempre trabalhando em conjunto a questão do empoderamento do paciente e da população, para que o paciente participe, para que o

paciente se envolva, para aparecer realmente à frente desta causa.

O que almejamos é um mundo em que possamos viver sem preconceito, sem sofrimento e sem morte, causados pelo câncer.

Próximo, por favor.

Temos o portal do Instituto Oncoguia (Oncoguia.org.br). Temos 150 mil acessos mês. No ano passado, tivemos mais de um milhão de acessos. Os nossos usuários são basicamente pacientes e familiares. E temos sim uma frente de destaque, por isso é tão importante estarmos aqui. E quero novamente parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de nos oferecer essa oportunidade de estarmos aqui e discutirmos essa questão dos direitos do paciente com câncer.

Temos também uma linha de frente de divulgação, de defesa e de esclarecimento à população com relação aos direitos do paciente. Parabenizo a Antonieta, que é responsável por tudo isso. Quero aproveitar para dar um bom-dia para Mesa, que acabei não dando.

O nosso trabalho é totalmente baseado num comitê científico. Sim, a gente tem todo um know-how técnico e científico que cuida do nosso trabalho e tem também um envolvimento de um comitê de pacientes.

Vamos passar.

A gente tem que passar rapidinho por isso aqui, mas a gente começa com esse grande desafio. A gente ainda tem essa questão que o câncer é uma palavra, é uma doença que amedronta, que paralisa, que impede que as pessoas se cuidem. A gente ouve das pessoas, a gente ouve das pacientes que muitas vezes elas não fazem uma mamografia, por exemplo, por medo de adoecer, por medo de descobrir um câncer.

Sendo que hoje a nossa mensagem principal é: se tiver de descobrir, vamos descobrir pequenininho e vamos poder curar. Então, sim, a gente tem esse grande desafio que é o câncer ainda associado a medo, morte, e sofrimento.

A previsão para os próximos anos é muito séria, a gente está falando, sim, de uma doença que é uma doença que cresce paralelamente com o crescimento da população.

Pode passar.

Então aqui a gente tem gráficos que mostram o quanto a nossa população está envelhecendo, o câncer cresce paralelamente então a gente pode dizer, sim, que em 15 anos a gente vai viver uma epidemia de câncer.

Então é muito importante que todos saibam.

Próximo.

Aqui são os nossos casos, a nossa referência sempre é o Inca, a gente está falando de aproximadamente 500 mil novos casos de câncer. E aí os principais

para a mulher, mama, colo de útero, reto, pulmão, e para o homem, próstata, pulmão, estômago, também colo e reto e cavidade oral.

Pode passar.

A gente sabe que a gente está vivendo, tem uma distribuição desigual do problema, é uma questão regional, a gente precisa também prestar atenção a isso.

Vamos.

E o que tem de muito grave é que a gente sabe que um terço desses casos são diagnosticados em estágios avançados, eu estou falando provavelmente de São Paulo, a gente sabe que em alguns lugares do Brasil 50% desses casos são diagnosticados em estágios avançados e a gente tem muitos pacientes sofrendo sem acesso. É disso que a gente está falando.

Pode passar.

Esse, na verdade, é um número básico do Oncoguia que só mostra para vocês, pelo Fale Conosco na web, que entre quase 25% e 20% das perguntas, 45% das perguntas são relacionadas com queixas sobre a demora para realizar exames, demora para realizar tratamento e relacionadas a perguntas sobre doenças, tratamento, a gente tem também muitas perguntas sobre direitos e perguntas sobre qualidade de vida.

Próximo.

Gente, o que a gente quer? O que a gente precisa? A gente precisa sim de um paciente com câncer que tenha acesso à informação de qualidade, que tenha acesso a um diagnóstico precoce e rápido, que tenha acesso a um tratamento de qualidade, a um suporte multiprofissional, à qualidade de vida, apoio psicossocial. A gente está falando de um paciente que diante do diagnóstico do câncer fica muito impactado, o diagnóstico afeta todos os aspectos da vida do paciente e a gente está falando também da importância dos benefícios legais que a gente vai falar aqui, a Antonieta provavelmente vai falar muito disso com vocês.

Infelizmente, o que a gente tem na prática? A gente tem pessoas e pacientes desinformados, a gente tem barreiras individuais importantes. Então, sim, a gente vê pacientes que não se cuidam, que não cumprem o seu dever como cidadão de também fazer prevenção, de também participar de campanhas de educação, de fazerem os seus exames com regularidade. A gente tem pacientes desinformados. A questão dos direitos, ninguém conhece. Isso que a gente está discutindo aqui hoje ninguém conhece. A gente tem, sim, problemas relacionados a filas, tempo para fazer exame, tempo para fazer um diagnóstico correto, o que acaba gerando um diagnóstico tardio. A gente tem mais filas que acaba gerando tratamentos defasados, a gente precisa, sim, atualizar a lista de medicamentos que é disponibilizada pelo SUS, a gente sabe que isso preci-

sa acontecer apesar de a gente saber que o Ministério tem avançado, que o Ministério está aberto para discutir, a Maria Inez acabou de dizer isso para a gente.

O que tem acontecido hoje é que o paciente tem tido acesso só via Justiça, então isso é um ponto importante e a gente precisa estar disponível para discutir. Infelizmente a gente tem profissionais pouco satisfeitos, e em alguns casos até não capacitados. Eu escuto das minhas pacientes, eu já escutei em palestras, às vezes nos lugares mais variados, que vou fazer, e no momento em que estou explicando sobre a importância do exame clínico da mama, que é o que ginecologista precisa fazer, eu já ouvi de uma mulher: às vezes, doutora, o médico não olha no meu olho. Como é que eu posso pedir para ele examinar a minha mama? A gente tem esse tipo de situação no nosso dia a dia. O que está acontecendo? Como é que a gente vai parar para discutir? A gente tem pouco enfoque em qualidade de vida, a gente tem um paciente que todas essas etapas, todas, estão gerando nele um sofrimento psíquico, físico, social, é a família toda envolvida, tem questões financeiras envolvidas, a questão de benefícios legais que acabam não sendo garantidos, sim, e aí estou falando de trabalho, estou falando de segurança financeira, estou falando de questões até relacionadas à perícia, que eu também sei que provavelmente a Antonieta vai falar.

Vamos para frente.

A gente tem muitos avanços.

Pode passar que este slide completa.

A gente está aqui realmente para parabenizar e para dizer as coisas boas que estão acontecendo e, sim, o programa de atenção oncológica, o plano que foi lançado pelo Inca, focado na redução do colo de útero e de mama, a própria força-tarefa que está iniciando uma auditoria nos mamógrafos do SUS, que está lá na página do Inca, que é superimportante isso, a gente tem problemas seriíssimos com mamografia no Brasil.

As próprias consultas públicas da ANS, tem uma consulta pública de ontem, não é, Marta?, que está falando que os planos de saúde vão poder beneficiar o usuário, vão poder oferecer um bônus para o usuário que participar de campanhas de prevenção. Isso é superimportante. Então a gente está também comprometendo o usuário, também está passando o exemplo para ele. A gente tem em São Paulo o Icesp, a gente tem em São Paulo o modelo do Icesp que tem a PAC paulista, que está conseguindo disponibilizar, sim, para os pacientes muitos medicamentos e as consultas públicas que vêm acontecendo, a gente tem podido participar, a gente tem sido ouvido e a gente tem participado. Isso é bastante importante.

Vamos passar.

A gente tem algumas urgências e algumas propostas e a gente começa – não é, Maria Inez?, a gente concorda totalmente com você – a gente começa lá em prevenção e detecção precoce, e a gente acredita muito que campanhas de educação para a saúde precisam acontecer, a população precisa saber e entender a real importância da adoção de hábitos de vida saudáveis, estou falando de autocuidado da mama, estou falando de não fumar, estou falando de controle de peso. E aí eu acho que a gente precisa, junto também, avaliar a efetividade dessas campanhas.

Será que a gente está usando a melhor mensagem? Será que o recado está sendo regionalizado, está levando em consideração mudanças culturais, critérios culturais? Tudo isso interfere na hora em que a gente quer falar em mudança de comportamento. É disso que a gente está falando.

Outra coisa importante é a questão da incorporação da vacina para o HPV, sendo que a gente sabe que mais de 90% das lesões que o Papanicolau pode diagnosticar poderiam ser prevenidas. A gente também sugere, e isso já está acontecendo, é uma estratégia frequente para aumentar a adesão à mamografia, e também ao Papanicolau, e aí botei ali a nossa Presidente como referência, eu acho que ela é mulher, ela é referência para todo mundo e quem sabe da mesma maneira que ela foi tomar a vacina para gripe, quem sabe ela também poderia anualmente fazer o seu exame, a sua mamografia, o seu Papanicolau e poder mostrar que ela também está se cuidando, ela teve câncer.

Gente, outro ponto superimportante é com relação ao diagnóstico. A gente precisa de estratégia para diagnosticar rapidamente quem já tem sintoma. Não sai da minha cabeça um exemplo de uma pergunta que pediram socorro no Oncoguia, uma paciente que sabe que está com sangue oculto nas fezes e que ela tem um ano, ela está esperando há um ano para fazer a colonoscopia. E aí? A gente tem o que a gente faz. Então esse tipo de coisa não pode acontecer. Essa pessoa que já tem uma suspeita, que já sabe que alguma coisa errada está acontecendo, que já tem mais ou menos previsto que ela pode estar com câncer, ela precisa ter acesso garantido ao Cacon, ao Unacon, ao serviço que for atendê-la rapidamente, de forma imediata, não burocrática e prioritária.

Então isso a gente gostaria muito de que acontecesse.

Próximo.

Com relação aos tratamentos. O que a gente gostaria muito é de como garantir um mês como limite entre a indicação de um tratamento e o início dele. A gente teve o exemplo também com relação à ANS, que abriu uma consulta pública, que discutiu com todo

mundo, qual era o tempo que o paciente tem que ter para ter acesso a uma consulta com um oncologista, para começar um tratamento.

Então vamos discutir isso no SUS também. Como é que isso pode acontecer? Com relação à própria radioterapia. A gente sabe que em alguns lugares do Brasil tem paciente esperando seis meses para fazer uma radioterapia, quatro meses.

Então o que a gente está sugerindo, a gente sabe que há um tempo a rede privada já foi utilizada e aí deixou de ser utilizada. Será que a gente não precisa parar para pensar de novo, discutir de novo como é que essa rede privada pode ser utilizada no momento de tanta urgência.

Garantia de suporte multiprofissional. Como é que a gente garante então que esse paciente possa ser acompanhado por fisio, por fono, por psicólogo, de verdade, na prática. Com relação ao processo de incorporação de novas tecnologias, a gente gostaria muito de que ele fosse mais transparente, mais frequente, mais dinâmico, a gente está sabendo da lei, sim, Rosamelia, inclusive a gente tem um parecer que depois podemos discutir um pouquinho com mais calma.

Estamos muito preocupados com a forma como essa lei foi aprovada. E temos considerações importantes a fazer, porque achamos que o paciente com câncer vai ser prejudicado, sim.

Com relação às consultas públicas, gostaríamos de saber como foi, qual é o feedback, se as nossas considerações foram ou não incorporadas. Queremos mais transparência. Como podemos colaborar mais? Como podemos levar essas demandas que estão no dia a dia da voz, dos pedidos dos pacientes?

Com relação à própria atualização dos protocolos clínicos, que está acontecendo, nós sabemos que está acontecendo, perguntamos: e o protocolo da mama? Sabemos que acabou de ser lançada a parte de rastreamento e a detecção precoce, mas e a parte do tratamento?

Sabemos que existem medicamentos, sim, para o câncer de mama que poderiam ser incorporados. Inclusive participamos de uma reunião no GT da Mama no passado, Rosamelia. E existia uma proposta de um documento dessa reunião ser divulgado, o que seria um próximo passo da reunião – você também estava lá, não é, Eduardo? –, e isso não aconteceu. Ficamos esperando.

Então, como está o processo? Como podemos participar? Como estamos juntos? É essa a nossa proposta.

Estamos participando da atualização do rol da ANS e com essa campanha no ar, pedindo a incorporação da quimioterapia oral e outros procedimentos.

Temos uma listinha grande dessa vez. O nosso comitê científico participou junto com a Sboc e está solicitando a inclusão dessas questões importantes. O que a gente quer em relação à quimioterapia oral é que isso seja discutido.

Hoje quase 40% dos medicamentos são orais e a gente precisa, na verdade, discutir isso. Daqui a cinco anos, 80% desses medicamentos serão orais. O que vamos fazer? Estamos falando, sim, de medicamento caro, de medicamento que tem efeitos colaterais, mas que também oferece mais qualidade de vida para o paciente, que pode ficar em casa. Isso pode tornar a vida dele o mais normal possível. Então tudo que queremos é que isso seja discutido.

Vamos para a parte de educação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. S^a tem mais dois minutos.

A SRA. LUCIANA BARROS – Está bem. Vou acelerar um pouquinho.

Com relação à educação, realmente acreditamos ser ela o melhor caminho para a prevenção e para a detecção precoce do câncer, incluindo o sucesso do tratamento. Então a nossa proposta é que possamos educar a população também quanto a seus direitos, educar a população para a altíssima curabilidade do câncer se detectado precocemente. Todo mundo precisa saber disso. A gente precisa quebrar esse impacto: câncer igual a morte. E para isso precisamos também do envolvimento dos pacientes. Tem muito paciente vivo; tem muito paciente na linha de frente, querendo se expor, querendo contar a sua história.

A população precisa ser corresponsável então pela prevenção do câncer e pela forma como adota ou não hábitos de vida saudáveis em seu dia a dia.

Novamente parabéns a ANS por essa questão que apresentaram ontem. Nós precisamos de que o Governo e todos nós, principais tomadores de decisão, tenhamos claro que o câncer precisa ser prioridade e que ele será o grande responsável pelas mortes nos próximos quinze anos. Nossa proposta é que todos nós possamos juntos estar cada vez mais engajados e envolvidos na busca de soluções efetivas.

Nosso grande recado então, da Oncoguia, é que precisamos de educação e para as três pessoas: a população, o paciente e o profissional de saúde, todo mundo. Precisamos de acesso rápido, como eu falei aqui, e não só a tratamento, mas a todas as frentes em que o paciente com câncer estiver envolvido. Precisamos de tudo isso com qualidade e também de trabalhar juntos.

Obrigada mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a Dr^a Luciana. Infelizmente

o tempo é exíguo. Se eu pudesse dar uma hora para V. S^a fazer uso da palavra, eu gostaria imensamente.

Pela ordem, gostaríamos de passar a palavra à Dr^a Antonieta Barbosa, advogada e autora do livro Câncer – Direito e Cidadania. V. S^a tem dez minutos para sua exposição.

A SRA. ANTONIETA BARBOSA – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite especialmente da Senadora Ana Amélia.

Meu objetivo é mostrar um pouco as várias realidades do paciente. Existem realidades e realidades, pacientes que têm acesso à informação. O câncer é uma doença cruel. Ataca jovens, crianças, adultos, idosos, homens e mulheres e mata igualmente a todos. Por isso o diagnóstico de câncer aflige tanto e, como eu digo no livro, assemelha-se a uma bomba psicológica, cujos efeitos são devastadores, atingindo não apenas os pacientes, mas toda a sua família.

O sobrevivente de câncer já fragilizado pelo tratamento de quimioterapia, radioterapia, mutilações, exames invasivos e caros ainda tem a dificuldade adicional de vencer a burocracia.

A doença fragiliza de tal forma que até a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no seu art. 25, assegura a todo cidadão saúde, bem-estar, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis em casos de doença e invalidez e outros casos de perda de meios de subsistência.

O nosso art. 196 da Constituição diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Embora nem todo hipossuficiente seja doente, podemos dizer que todo doente é hipossuficiente, porque a doença fragiliza, é o grau máximo de fragilidade do ser humano.

Com relação às doenças graves, faltam medidas mais efetivas e uma legislação mais coesa, pois o câncer, pelo estigma e pelo espectro de morte, acarreta não apenas a fragilidade, mas também medo, pânico, revolta, incerteza e outras emoções igualmente impactantes e a única certeza que se tem no pós-diagnóstico é de muito sofrimento.

Mesmo as pessoas pertencentes às camadas sociais mais altas e com acesso às melhores tecnologias e aos melhores médicos ficam visivelmente fragilizadas diante da doença. Temos ainda vivo na nossa memória o exemplo do nosso ex-Vice-Presidente José Alencar que, mesmo com acesso aos melhores tratamentos, após uma luta insana contra essa terrível doença, sucumbiu.

No entanto, a imensa maioria da população vai precisar enfrentar não só o câncer, mas a burocracia na hora em que está mais fragilizada e necessitada do apoio da sociedade e do Estado. Perdido no ema-

ranhado da legislação, o cidadão comum se depara com toda sorte de dificuldades para identificar e reivindicar seus direitos. Até pessoas bem informadas, nos grandes centros urbanos, desconhecem a legislação. Essa foi a minha própria história doze anos atrás, quando tive um diagnóstico de câncer de mama ainda sem conhecer a legislação, quando decidi reivindicar e resgatar minha cidadania.

Convivendo e acompanhando as dificuldades dos outros pacientes e percebendo a desinformação existente e o vazio bibliográfico, resolvi escrever o livro Câncer – Direito e Cidadania, hoje na 13^a edição, uma referência no assunto. A primeira edição foi lançada em 2002 às minhas próprias custas, porque não havia uma editora, à época, que acreditasse nesse projeto.

Os direitos dos pacientes de câncer que passo a enumerar frequentemente são violados e obstaculizados pela burocracia, como o auxílio-doença, a incapacidade temporária para o trabalho, quando os pacientes se deparam com dificuldades para agendar perícias e os benefícios muitas vezes são negados, da mesma forma como a aposentadoria integral no caso da incapacidade permanente para o trabalho. O adicional de 25%, mesmo que a pessoa receba o teto da Previdência, é garantido quando o paciente, aposentado por invalidez, necessita de cuidados de uma terceira pessoa. Esse é um direito largamente desconhecido e não utilizado. Há isenção de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria quando as pessoas são acometidas de doenças graves listadas em lei – e essa lista é polêmica porque traz doenças tão graves quanto o câncer que não são acobertadas. Redução da contribuição previdenciária para o servidor público. Isenção de impostos na compra de veículo quando a pessoa se torna deficiente física. Saque do FGTS e do PIS/Pasep, cirurgia de reconstrução mamária, simetrização da mama oposta, quitação do financiamento imobiliário, resgate de prêmio de seguro previdência privada, frequência escolar em regime domiciliar, prioridade no andamento de processo judicial e procedimentos administrativos, medicamentos gratuitos, transporte urbano gratuito e, a legislação local, muitas vezes não garante o acesso ao transporte gratuito.

Lá em Pernambuco, no meu Estado, assessoriei um Deputado que propôs esse projeto e foi arquivado. O paciente pobre, que ganha salário mínimo, não tem condições de fazer uma radioterapia, trinta sessões seguidas e pagar a passagem dele e do acompanhante. Fica completamente inviável. Às vezes, as pessoas interrompem a radioterapia porque não têm o dinheiro do transporte.

Transporte, pousada e alimentação para tratamento fora do domicílio. Nessas imagens que vocês

estão vendo são pessoas que vêm do interior para as capitais, ficam, porque esse transporte, pousada e alimentação, a portaria do Ministério da Saúde que garante uma diária de R\$20,00 R\$30,00 e não dá condições da pessoa se hospedar em lugar nenhum, a não ser nesses lugares horrorosos que vocês estão vendo.

A isenção de rodízio de automóveis em São Paulo.

Direitos frente aos planos de saúde. Essa questão tem sido largamente discutida na Justiça porque há uma visível estratégia dos planos de saúde de obstaculizar a entrada o paciente na rede credenciada para que ele vá para a Justiça receber e para que o paciente não tenha que pagar mais nada.

A relação é entre o plano de saúde e o hospital. Se a tabela dos dois não combina, eles têm que discutir entre eles, mas colocam o paciente como se fosse um escudo para que o paciente vá, depois, fragilizado, doente receber da justiça. É uma relação complicada.

Há exigência, às vezes, do cheque caução que é proibido por uma norma da AMS, mas que as pessoas não conhecendo acabam pagando. Os direitos da relação do médico-paciente como, por exemplo, o direito a uma segunda opinião no Código de Ética Médica, direito à conferência médica, direito ao exame do seu prontuário e todos esses direitos são frequentemente negados e violados, pois o paciente, no seu momento de fragilidade máxima, não consegue vencer a burocracia, ou mesmo, nem sobrevive o tempo suficiente, deixando o resultado da sua luta para seus herdeiros ou sucessores.

Na impossibilidade de relacionar todos os absurdos que acontecem, queria destacar, por exemplo, a questão da perícia médica no serviço público, quando os pacientes, muitas vezes, são humilhados e as mulheres que tiraram os gânglios linfáticos axilares, na cirurgia de câncer, continuam dirigindo veículos comuns, porque não conseguem as isenções que lhes deveriam ser conferidas e, no caso, ficam vulneráveis a deformidades, inchaços nos braços e acabam segregadas do convívio social e profissional, aposentam-se precocemente, ocupando serviços de saúde, tornando-se um peso para a sociedade e para suas famílias. E, mais uma vez, a burocracia e a insensibilidade se sobrepõem à dignidade humana.

São frequentes também os problemas enfrentados com a Previdência Social que nega ou corta os benefícios, deixando o paciente sem meios de custear o seu tratamento tendo que viver da caridade alheia. O paciente de câncer não consegue mais um financiamento bancário. Isso é impressionante. Depois de ter um câncer, a pessoa vai tirar um financiamento bancário e vem aquela famosa fichinha de cadastro em que se pergunta se a pessoa teve uma doença e, se

a pessoa for sincera, e, no caso, fui sincera e respondi que “sim” e não consegui o financiamento.

O paciente fica excluído do Sistema Financeiro Nacional, tratado como um morto civil. É importante lembrar ainda que, atualmente, o servidor público está impedido de se aposentar por invalidez enquanto não for votada a PEC nº 270, porque essa sistemática atual da Emenda nº 41 garante aposentadoria apenas proporcional. Por exemplo, o servidor público que tiver três anos de serviço e descobrir que tem um câncer grave, vai se aposentar com um salário mínimo. Ficou impedido o servidor público de se aposentar.

Então, o paciente, como citado pela Luciana, precisa também de acompanhamento fisioterapêutico, nutricional, psicológico, medicamentos frequentes, para o resto da vida, exames de controle e, infelizmente, esse infortúnio não termina por aí, pois existe o seriíssimo problema do paciente vindo do interior, como é o caso dessas imagens, que poderiam ser mostradas as próximas. Essas imagens são chocantes, mas é a realidade. Essas fotos são recentes, foram tiradas em pousadas em Fortaleza.

Queria até finalizar dizendo que essas pessoas simplesmente ficam alojadas nessas pousadas, em hospedarias não institucionalizadas, inadequadas, sem conforto, sem privacidade, verdadeiras masmorras sem grade, não condizentes com os padrões mínimos de dignidade humana. E, assim, em situação semelhante a um holocausto essas pessoas representam a mais completa tradução do abandono, do descaso institucional e da insensibilidade social.

Quero agradecer à Senadora Ana Amélia a feliz coincidência de tê-la encontrado em Erechim, onde estive fazendo uma palestra. Aí eu mostro o exemplo de outra realidade que encontrei em Erechim: a pousada que parece um hotel cinco estrelas. Ela foi criada por Marilene Rigo e ela a mantém com a ajuda da população.

Gostaria que os nossos legisladores pudessem se debruçar sobre essas leis, sobre esses temas que foram apresentados aqui por todos os palestrantes para que possam olhar com mais atenção esse submundo onde vivem milhões de cidadãos fragilizados pela doença, maltratados pela burocracia, sobreviventes do caos, vítimas da desinformação e do descaso.

Queria sugerir que fosse feito um congresso brasileiro sobre os direitos do paciente de câncer para que esse tema pudesse ser discutido com mais aprofundamento.

Muito obrigada a todos e me desculpem por ter passado um pouco do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Drª Antonieta Barbosa.

Sem sombra de dúvida, V. S^a expressou aqui o que retrata a realidade sobre isso. Eu estava pensando, é humilhante, chocante, em um País como o nosso, termos essas situações. Até que ponto chegou o cidadão que teve ou tem o câncer: estar impossibilitado de tirar um financiamento, um empréstimo em uma instituição financeira no Brasil! É triste de se ver. Lamentável! Em pleno século XXI, representa um atraso diante de uma situação como essa.

Vamos prosseguir e conceder a palavra à Dr^a Virgínia Marta Magrini, que é Diretora da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama.

A SRA. VIRGÍNIA MARTA MAGRINI – Bom dia a todos. Gostaria de dar um bom dia especial ao Senador Moka, meu conterrâneo, que conhece a nossa realidade. Eu gostaria de dizer que muito do que eu ia falar aqui hoje já foi dito. Então, não vou me tornar repetitiva. Portanto, farei algumas considerações mais específicas à entidade que estou representando hoje, que é a Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama). A entidade existe desde 2006 e o nosso objetivo é a política nacional de saúde pública, em face da grande mortalidade pelo câncer de mama.

Hoje a gente entende que o câncer de mama é uma doença que tem cura, pode ser descoberto precocemente e o paciente pode sair dela com vida. É o meu exemplo, é o exemplo da Dr^a Antonieta, que acabou de dizer aqui que também é uma vitoriosa do câncer de mama. Então, essa doença é plenamente curável e nós não podemos mais aceitar a ideia de uma mortalidade tão grande pelo câncer de mama.

Hoje, a Femama tem como diretriz a cobertura mamográfica, com qualidade dessas imagens. A gente precisa ter um serviço de qualidade, senão, vamos ter o falso negativo, o falso positivo, o que vai atrasar o diagnóstico. Portanto, temos que ter agilidade, que é o que mais conta, no meu ponto de vista, em face da doença pela qual eu passei, o câncer de mama, que tive de combater. Temos que ter agilidade nesse tratamento, na descoberta do diagnóstico até o início do tratamento. Eu acho importantíssimo! É uma luta muito forte – acredito – de todos os que estão aqui presentes, porque, se descobrirmos o diagnóstico e não iniciarmos o tratamento, nada vai se resolver e vai-se à óbito da mesma forma. Essas são as nossas diretrizes: a qualidade, a cobertura mamográfica e a agilidade no tratamento.

Hoje não aceitamos mais que os casos cheguem para nós em estágios tão avançados. Eu discordo da Luciana, que diz que São Paulo recebe casos muito avançados, mas tenho conhecimento de que, no nosso

Estado do Mato Grosso do Sul, nós recebemos muitos casos avançados. Mais da metade dos casos são muito avançados. Quando a mulher procura o médico, ela não tem mais condições de tratamento. Ainda que extirpada toda a mama, toda a sua musculatura, toda a sua área axilar, ela ainda não tem condições. Então, não podemos conviver com a possibilidade da morte ou da mutilação em face de uma doença que sabemos que tem cura.

Para isso, nós, como Femama, entendemos que devemos trabalhar um pouco a área da educação. Temos que levar isso para as escolas, mostrar para as pessoas que a prevenção, o rastreamento, o cuidado com a alimentação, o cuidado com o seu corpo todo – que é não ingerir bebida alcoólica, não fumar, combater a obesidade –, tudo isso vai propiciar talvez até um retardamento ao desenvolvimento do câncer. Quem se cuida pode vir a não ter câncer. Então, temos que levar isso para as escolas, temos que mostrar que é uma realidade, uma realidade feia. Qualquer um de nós pode ter câncer. A qualquer momento, podemos receber um diagnóstico de câncer e vamos perder o chão. Todos os que tiveram esse diagnóstico em mão perderão o chão. Vamos ter que lutar muito para reaver esse chão para termos noção, para termos o nosso psicológico em dia. Não precisamos passar por isso. Sabemos também que o câncer não atinge só o paciente. Ele atinge toda a família, todo o psicológico da família, toda a saúde financeira da família. Não precisamos disso se fizermos o trabalho de prevenção.

Então, temos essa proposta da educação até no âmbito das escolas, bem cedo, porque as estatísticas mostradas, inclusive agora há pouco, para nós são horríveis. São estatísticas que deixam qualquer um amedrontado. Nós sabemos que, num futuro próximo – porque 15 ou 20 anos é um futuro muito próximo –, estaremos com epidemia de uma doença que mata – e mata de forma muito dolorosa e muito feia, tanto que aquelas imagens que nós vimos não passam nem muito próximo do que realmente ocorre quando o paciente já está em estágio terminal, quando a família de baixa renda não se preocupa mais em cuidar do paciente porque ele já está com um cheiro muito horrível e sabe que não vai adiantar mais. A família acaba abandonando o paciente, às vezes até nesses abrigos que nós temos no Mato Grosso do Sul, porque ela não quer mais cuidar: eu vou gastar mais o que com essa pessoa se eu não vou conseguir mais trazê-la de volta. E nós não precisamos passar por isso.

A Femama hoje está presente em 16 Estados da Federação e no Distrito Federal – é um espaço grande que estamos ocupando, divulgando essas ideias, mostrando o que podemos fazer. Cada um fazendo um

pouquinho – não precisamos esperar que o outro faça –, nós vamos conseguir.

O objetivo da Femama é trazer qualidade de vida, exigir que tenhamos a cobertura mamográfica, exigir que ela venha com qualidade e exigir também que isso seja ágil para que tenhamos condições de sobrevivência.

Como eu já disse, eu entrei nessa luta porque eu sou vitoriosa. Eu tive câncer de mama, em 2005. Eu me considero curada, porque – graças a Deus! – tive condições de fazer o meu tratamento. Várias amigas descobriram o diagnóstico no mesmo período em que eu descobri, mas, infelizmente, não tinham um plano de saúde, tentaram seguir o caminho do SUS e hoje não estão mais conosco. Nós temos que entender que o SUS é uma cobertura para todos nós, é algo que temos constitucionalmente. Temos que exigir, sim, que o SUS faça tudo o que for de melhor para a saúde pública do Brasil. Tem melhorado bastante, mas acredito que tem muito a melhorar. Todos juntos, de mãos dadas, conseguiremos melhorar isso e muito.

Quero agradecer a todos vocês, à Senadora que fez o convite, ao Senador, e dizer que a Femama está aí para lutar para que mais pessoas permaneçam vivas conosco, menos pessoas morram pelo câncer de mama, menos crianças fiquem órfãs no Brasil devido ao câncer de mama, que é plenamente curável. Obrigada a todos. Espero que não desfaçamos essa união de forma alguma, porque só unidos vamos conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Virginia, que está de parabéns, até porque está lutando por uma causa justa, como Diretora da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde.

Quero passar a palavra para Rosa Maria Rutta, Superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, para fazer as suas observações, por dez minutos.

A SRA. ROSA MARIA RUTTA – Bom dia, Senador Jayme Campos. Em seu nome, saúdo a Mesa e também todos os presentes aqui, especialmente a Senadora Ana Amélia Lemos, que tem uma trajetória gaúcha e vitoriosa.

No início da sua campanha – há pouco, a Dr^a Antonieta Barbosa falou em coincidência; eu não acredito em coincidência –, em um almoço, houve um encontro seu com a Dr^a Maira Caleffi, nossa Presidente, Presidente do Imama e da Femama, e dali, imediatamente, V. Ex^a se colocou à nossa disposição para a nossa luta. Nesse dia, já foi organizado um debate, no qual aumentou a sensibilização e também enxergamos ali uma troca de interesses puros em comum até pela sua proximidade com essa doença, que é o câncer de mama. Nesse debate, então, nós entendemos as

prioridades que deverão ser dadas nessa causa, pela qual o Imama vem lutando há dezoito anos.

Após esse encontro, novamente acabamos nos aproximando – e aí os nomes de três grandes pessoas – em um fórum em Erechim, em dezembro do ano passado, Senadora já eleita. Também foi apontado o nome da Dr^a Antonieta Barbosa e da Dr^a Maira. Houve uma grande discussão nesse fórum. Lá em Erechim, houve um compromisso na questão de produzirmos um manual dos direitos dos portadores de câncer – mais que um papel, uma luta em função de uma causa que é emergente.

Eu registrei aqui algumas orientações, mas o assunto é tão complexo, são tantas coisas que é difícil focarmos e precisamos dessa ajuda aqui. Enfim, esse projeto teve essa concepção lá em Erechim e, agora, a naturalidade, em Brasília, hoje à tarde. Então, vai ser o parto da criança.

O Imama tem trabalhado nessa luta, por dezoito anos. E nós verificamos que, diante desse diagnóstico de ameaça à vida, a pessoa fica desorganizada. E o que seria dessa pessoa se ela não encontrasse a sociedade civil organizada?

O Imama nasceu, então, há dezoito anos, justamente com essa situação de pessoas que estavam passando por uma história de câncer de mama sem apoio, sem saber o que fazer, desinformadas. E resolveram, então, fazer ali um grupo de ajuda mútua, com um apoio psicológico voluntário. E desse grupo, então, veio a iniciativa de se trabalhar com os pilares da educação, de informação. E nós, então, já estamos hoje nessa caminhada, dentro das questões das políticas públicas, que, para nós, foi um grande aprendizado e tem sido ainda.

Alguns problemas, vou trazê-los aqui, ao longo dessa conversa. Primeiro, seria a questão da falta da informação, da educação. Ela é um fator de risco, gravíssimo. As pessoas não sabem.

A outra questão, eu diria, é a falta de pesquisa. Muitas vezes, nós acabamos orientando nossos trabalhos por corporações, como citou a Dr^a Rosamelia. E nós precisamos ter pesquisas com a nossa realidade e com a natureza adequada também, para fundamentar os nossos trabalhos. E quem vai fazer essa pesquisa? Nós temos informações de instituições internacionais, fora da nossa realidade. E a gente vai se basear em quê, então? Onde estão as nossas pesquisas? Nós queremos nossas informações; nós queremos conhecer a nossa realidade, o nosso cenário brasileiro.

Nós vemos, então, quando o Imama recebe essas pessoas, num momento de fragilidade, elas chegam sem cabelo e com muita vergonha. Além de perderem o cabelo, há várias perdas. Elas chegam com medo. E

nós oferecemos para elas uma possibilidade, que é a porta do direito. É uma doença difícil, porque existem alguns fatores de risco, alguns fatores protetores, mas nós não sabemos como evitá-la, porque conhecemos muito pouco sobre o câncer de mama.

Eu acredito que nós estamos no caminho da maturidade. É por isso que estamos aqui, nesta mesa. E é uma conquista, conquista dos gestores recentes, que têm trabalhado com competência. A forma como nós nos aproximamos é esta, é pela porta da frente.

É verdade que a nossa luta, o nosso trabalho, usa esses termos bélicos: luta, combate. Mas o Imama, Femama, nós entramos pela porta da frente, para o diálogo, e é assim que nós temos evoluído. E nós agradecemos pela oportunidade de estar nos escutando, porque é verdade: o direito, o dever e o critério técnico precisam realmente estar muito bem embasados para isso. Os conflitos só vão ganhar espaço onde carecer o respeito. Então, obrigada por esta Casa, porque aqui nós encontramos respeito. E a sociedade precisa estar muito bem representada, senão não queremos essa representação.

Existe uma frase de Bertolt Brecht, que diz: “Pergunte à ideia: a quem serves?”. Acho que é uma pergunta interessante para nós fazermos, diante das oportunidades que nascem, diante dos programas que surgem: a quem servem? Porque nós temos um público alvo que está à espera de solução e votou nos seus candidatos com essa expectativa. Além de toda uma complexidade dentro da saúde, de uma doença que são muitas doenças, nós temos também a questão da justiça, da assistência social e da educação.

Por isso, vamos sentar em muitas outras mesas, porque a transversalidade é importante. Mas quando uma pessoa chega na nossa instituição, ela não vem com quadradinhos: aqui é a saúde, aqui é a assistência social, como querem muitas vezes que a gente trate as pessoas. Ela vem inteira, com tudo isso junto. E nós precisamos também, ao nos classificarmos como uma organização não governamental, que possamos tratar essas pessoas integralmente.

A organização se torna porta-voz da mulher, quando paciente, mas o Instituto da Mama, que não se chama Instituto do Câncer, trata também da saúde. Por isso, é importante o nosso trabalho de conscientização, de sensibilização, porque encontramos muitas barreiras. E a atenção básica é imprescindível. Como foi dito aqui, pela Dr^a Rosamelia também, a questão da qualidade e da segurança. É isso que nós queremos.

A pergunta que eu faço é a seguinte, pensem sobre isso: um médico recebe um diagnóstico inaceitável. E ele pede para o paciente fazer um novo exame. O que acontece com a instituição que fez aquele diag-

nóstico inaceitável? Se o médico não denuncia, se a paciente não denuncia, vai continuar fazendo coisas inaceitáveis. E qual a consequência disso? Nenhuma? O dinheiro que nós pagamos para a saúde pública vai continuar pagando essa instituição? Quantas pessoas mais vão se sentir seguras, nas suas casas, por terem feito exame, dentro da rotina adequada, inadequado, seja por equipamento que não funcionada, seja por componentes, seja por profissionais que nem deveriam ser chamados de profissionais? Isso nós não queremos no cenário do Brasil. E não é porque nós somos terceiro mundo que nós vamos ser menos nisso.

Nós sabemos, sim, que é um desafio; um desafio para todos. E nós temos, então, necessidade de atenção básica em informatização, humanização e capacitação. E aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho maravilhoso dos agentes comunitários de saúde. São heróis! E a questão dos médicos, nós precisamos muito deles, daqueles que exercem aquilo que falaram no seu juramento, senão que larguem o seu título e não o façam.

O Imama e a Femama, nós, como associadas da Femama, temos, então, essa luta. E parabenizamos a Presidente Dilma Rousseff pela iniciativa desse programa. E temos muita expectativa nele e também nesse trabalho do Ministro Alexandre Padilha, que tem dito, com coragem, muitas das suas perspectivas. Nós estamos com ansiedade de que tudo dê certo e queremos cooperar com isso. Mas nós queremos fazer o controle social, nós queremos acompanhar e enxergar esse programa, saber quais são as suas metas, os seus prazos, os seus cronogramas, recursos, de onde vão sair, porque esse é o nosso papel, porque nós pagamos essa conta como cidadãos.

E a questão que nós queremos trazer mais é a questão de que o tempo, como disse muito bem aqui a minha colega Virgínia, é que o tempo é urgente. Não dá para ficar esperando, pois essa doença não espera, ela cresce. Aquela mulher que tem um diagnóstico, ela não pode esperar. A Dr^a Antonieta falou muito bem aqui sobre essa questão da burocracia. É uma tortura. A gente entende muito bem que esses processos todos são importantes. E eu respeito muito a questão de um processo, de que ele deva funcionar, que ele tem seus trâmites. Mas é revoltante quando pessoas competem com a doença, ameaçando vidas. É revoltante isso! A gente está diante de alguém que não devia estar ali, porque a gente precisa que os processos funcionem. Assim deve ser nos postos de saúde, em todas as instâncias. E não achar que a paciente de câncer é uma folgada, que está querendo benefício.

Todo mundo aqui deve conhecer algum caso de câncer, de câncer de mama. E nós vamos conhecer cada vez mais. Não queremos que aconteça aos nos-

sos próximos aquilo que tem acontecido aos que hoje não são tão próximos assim. E o sistema SUS, nós defendemos e queremos esse sistema funcionando. É por isso que a gente luta tanto por isso, porque a gente sabe que temos condições para isso. Nós temos recursos, temos pessoas, competências, excelentes centros de formação, mas nós não podemos aceitar quando as coisas não funcionam. Impossível é esperar solução de quem tem má-vontade. Aí fica muito difícil.

Então, nós temos de tirar do nosso trabalho, da nossa trajetória, do nosso processo, as pessoas de má vontade, porque, se não atrapalharem, já ajudam. E nós estamos aqui

já ajuda. E nós estamos aqui, Dr^a Antonieta, para o resgate da dignidade. Nada mais justo para uma pessoa que nasce com um projeto de ser feliz, que acho que é o projeto de todos nós, aqui. Então, SUS, a quem serves? E todos os seus profissionais?

Não se cansem, porque nós não vamos parar de falar sobre isso. Grandes instituições, no mundo, que tiveram avanço, ainda têm muitas coisas pela frente; e nós também temos.

Muito obrigada. Contamos com a colaboração de todos. Muito obrigada, Senadora Ana Amelia Lemos, pelo seu coração na causa. E nós estamos muito felizes. Podemos confiar nas pessoas que nos representam dessa maneira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E queremos, para concluir a lista de convidados e entrarmos na fase de indagações, conceder a palavra ao Dr. Eduardo Petrov, Diretor Jurídico do Hospital de Câncer de Barretos, que nesse ato representa o Dr. Henrique Duarte Prata.

Por sinal, aqui, de público, tenho que prestar minhas homenagens ao Hospital de Barretos. Mesmo sendo distante do meu querido Mato Grosso, a um tempo atrás, Moka, eu tive oportunidade, lá na cidade de Alta Floresta, distante de Cuiabá quase mil quilômetros, de ver um caminhão de vocês prestando assistência, sobretudo diagnosticando doenças da mama e outras doenças que naturalmente originam o câncer.

É um trabalho prazeroso e bonito, feito em parceria – se não me falha a memória – com o Lions ou o Rotary daquela cidade ali, distante mil quilômetros da capital e prefeitura. Vi um caminhão, instalado em praça pública, com médicos etc. e uma fila gigantesca de pessoas sendo diagnosticadas em relação ao câncer. Estão de parabéns. É um trabalho filantrópico que tem, com certeza, o reconhecimento de toda sociedade mato-grossense.

Com você a palavra, Eduardo; e dez minutos para sua explanação.

O SR. EDUARDO PETROV – Bom dia a todos.

Estou aqui representando o Sr. Henrique Prata, que não pode estar presente, como o Senador disse.

Eu vou ser bem rápido porque não sou da área médica, sou da área jurídica. E com tudo o que foi dito aqui referente à área médica nós concordamos.

Temos um programa de prevenção muito grande no hospital, porque sabemos que hoje se o paciente for tratado precocemente, vai custar menos do que custa a alta complexidade, para o SUS, e vai ter um tratamento muito mais digno e rápido.

Eu vou falar um pouco do hospital. Hoje, atende a três mil pessoas de 27 Estados brasileiros, todos pelo SUS. E claro que somos deficitários. Temos um déficit de mais ou menos 4 milhões por mês, que arrecadamos por meio de doações. Há um pedido que eu gostaria de fazer aos Parlamentares, hoje. É que temos empresários ao nosso lado, pessoas que querem muito ajudar o hospital e já o ajudam. E temos incentivos fiscais nascidos nestas Casas tão importantes do Congresso: Câmara e Senado, para educação, esporte, cultura; mas ainda não temos, infelizmente, um incentivo fiscal pra saúde. Todo empresário que nos ajuda cobra muito isso. Eu acho que seria uma bela lei essa de incentivo à saúde, porque precisamos disso.

Esse é o meu recado que eu gostaria de dar, gente. Muito obrigado pelo convite. O Sr. Henrique Prata manda o agradecimento dele a todos também. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Eduardo, que representa o nosso Diretor Henrique Duarte Prata.

E vamos à fase de indagações e interpelações. Na ordem de inscrição, aqui, a prioridade um é para a Senadora Ana Amélia, que é autora do requerimento. Após a Senadora Ana Amelia, temos o Senador Paulo Davim e o Senador Waldemir Moka.

Pela ordem de inscrição, Senadora Ana Amélia, autora do requerimento.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, senhoras médicas, senhores expositores, foi uma manhã muito especial, porque a gente vive dramas, como falou a Rosa Maria. Eu tive uma irmã que perdi, com câncer de mama, aos 44 anos. E uma outra que superou e é uma vitoriosa.

Aqui no Congresso, nós estamos com a responsabilidade de cuidar das comunidades com as quais convivemos. E eu queria agradecer as palavras da Rosa Maria, que falou em nome do Imama, da Maira Caleffi, porque o Congresso Nacional e o Poder Legislativo têm sido frequentemente atacados, criticados.

O Poder Legislativo a que me refiro não são só o Senado, a Câmara, mas as assembleias legislativas e

as câmaras municipais. Então, eu aproveito pra agradecer muito as referências que todos fizeram à nossa iniciativa, uma vez que esta instituição e esta comissão especial estão tratando desse assunto. É um reconhecimento do papel que temos e da responsabilidade com que exercemos a nossa função.

Rosa Maria referiu-se ao evento no qual nasceu toda essa audiência pública. Foi em Erechim, em dezembro do ano passado. E também foi uma iniciativa da Câmara de Vereadores de Erechim, que proporcionou a realização de um seminário pra debater a questão do tratamento e da prevenção do câncer, juntamente com o Imama, a universidade local, os médicos de Erechim e também outras organizações médicas daquela comunidade.

Marilena Rigo comanda uma instituição que a Dr^a Antonieta teve a felicidade de abordar, porque mostrou com clareza os dois lados. Se há um caos num atendimento, como ela mostrou na situação do Nordeste, há também casos que a gente tem que mostrar, porque esse é o caminho que torna possível fazer alguma coisa, como no caso do CAOL, em Erechim, o Centro de Atendimento Oncológico Luciano (Caol), um jovem de 16 anos que morreu de um câncer e a mãe, para homenageá-lo, organizou essa comunidade de atendimento com a maior dignidade.

Eu queria agradecer, porque nós aprendemos muito mais, nessa audiência pública, com os dramas que se vivem, a partir da Dr^a Maria Inez, que falou pelo Ministério da Saúde. De fato, nós, aqui, não queremos aumentar os direitos, mas que os direitos existentes sejam respeitados, Dr^a Maria Inez. E esse parece ser o grande dilema.

É claro que sabemos que são precisos recursos para custear direitos dos portadores de câncer, mas é preciso muita informação para que por meio da lei possamos – como falou o Eduardo, agora – criar condições para ampliar, sem que isso signifique uma desorganização e uma desordem financeira do Estado na política de saúde, no orçamento da saúde. O exemplo é uma isenção fiscal de empresários – que já pagam muito imposto – que ajudarem, voluntariamente, as instituições, a fim de que tenham algum benefício com aquela ajuda que estão dando. E acho perfeitamente legítimo.

Então, foi uma manhã muito importante, porque aprendemos muito mais aqui. A única leiga na área médica sou eu. O Senador Mozarildo é médico; o Senador Moka é médico; o Senador Paulo Davim é médico. Então, veja, foi extremamente relevante essa audiência por isso.

Eu queria, Dr^a Maria Inez, ver sobre exatamente essa questão que a senhora abordou muito. Há um dilema. Aqui, estamos discutindo cidadania. Qual a

dificuldade do Governo de ter mais eficiência? Porque muito do que se falou aqui foi sobre a questão de gestão. Não se falou muito em dinheiro, mas em gestão.

A burocracia, que a Luciana, da Oncoguia, abordou, é expressiva e preocupante. A Dr^a Antonieta também reforçou e a Rosa Maria também anotou. Essa é a questão burocrática: como vamos simplificar esses procedimentos?

Ontem, na reunião dos prefeitos, a Presidenta Dilma mandou a Ministra Miriam Belchior e o Presidente da Caixa Econômica Federal resolverem e simplificarem procedimentos de processos, porque as prefeituras estão sufocadas por conta da burocracia. O dinheiro não é liberado por conta de papel. Cada vez pedem mais papel, mais alguma coisa. A pessoa, que já está fragilizada, o paciente, já não sabe mais o que fazer. Acaba, pelo desespero, até se agonizando ainda mais. Então, queria mencionar essa questão prática, Dr^a Maria Inez.

Martha, que falou da ANS, gostaria que você me esclarecesse uma informação sobre a questão do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e em que ela está pesando? Se é a pesquisa ou a relação das instituições? O que isso representa de problema?

Dr^a Rosamelia, a senhora levantou uma questão crucial. Aí, o paciente – eu me coloco na condição de paciente; qualquer problema eu vou ao médico, ele sabe de tudo –, quando vai buscar um médico, está entregando a sua vida ao médico ou à instituição a que se dirige. Não se trata de duvidar de um diagnóstico ou de duvidar do medicamento que ele está recebendo, até porque ele não tem conhecimento. O que a senhora falou é que estão os laboratórios, a cada dia, trazendo novas medicações e que, às vezes, a troca pode não ser a mais eficiente. Então, quero saber em que medida a instituição médica se submete à pressão de laboratórios e como é que ela administra isso para evitar que o paciente, que já está lá fragilizado, possa correr o risco.

Aliás, Rosa Maria, você levantou uma questão nesse aspecto. Lá em Erechim houve o caso de uma paciente – isso foi levantado nesse seminário – que foi submetida a uma mutilação. Ela não precisava de cirurgia para retirar um órgão, mas isso acabou ocorrendo por conta de um erro de diagnóstico. Ela não precisaria ser submetida à cirurgia, bastaria apenas um tratamento quimioterápico ou radioterápico. Então, como fica o paciente nessa hora? Como a senhora, que é uma especialista do Instituto Nacional do Câncer, aborda esse tema? Com a responsabilidade que tem e como especialista na matéria, como vê essa questão? A Luciana abordou a questão do veto. De

que forma vocês veem essa questão e que impacto tem esse veto sobre isso?

Eu, o Eduardo, o Moka, o Paulo Davim, a Senadora Lúcia Vânia e também o Senador Mozarildo vamos trabalhar nessa questão, vamos fazer um projeto conjunto em relação a essa questão dos incentivos.

Para terminar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Se me permitirem!

Eu queria, Senador Jayme Campos, agradecer a todos pela realização desta audiência pública e queria agradecer publicamente também à Editora Atlas, que é a editora que tem os direitos autorais da Dr^a Antonieta Barbosa. Nós estamos divulgando, através do meu gabinete, a edição de três mil exemplares deste Manual de Cidadania do Paciente de Câncer. Vamos distribuí-lo às instituições. Lá no Rio Grande do Sul, a Rosa Maria, com o Imama, vai se encarregar. Nós vamos distribuir esse manual, porque foi a forma que encontramos de facilitar o acesso à informação. Todas vocês aqui falaram muito sobre a importância da informação. A informação é fundamental, é indispensável.

Outra iniciativa, além desse manual, é a seguinte. Estou apresentando hoje – queria comunicar isso a vocês – um projeto de lei ao Senado para alterar o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir a linfadenectomia entre as condições que justificam a concessão do benefício de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores. A mulher que se submete à mastectomia tem dificuldade para carregar peso, segurar peso. Nesse caso, trata-se de facilitar a sua vida ao dirigir um automóvel, trata-se de facilitar a aquisição de um automóvel que não demande dela tanta força para dirigir. Acho que ela também tem esse direito.

São essas as minhas colocações. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia, só para fazer um esclarecimento a partir de informação da Dr^a Maria Inez. A senhora se referiu à isenção de IPI, e ela me disse que já existe lei nesse sentido.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – A mulher que foi mastectomizada – e tenho até um caso na família – já é isenta, tem direito de adquirir o automóvel sem imposto e, obrigatoriamente, esse automóvel tem de ter direção hidráulica. Posso estar enganada com relação ao imposto...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria que a Dr^a Antonieta, que é especialista – é a minha consultora para assuntos relativos aos direitos

dos portadores de câncer –, prestasse assessoria jurídica agora!

A SRA. ANTONIETA BARBOSA – Eu gostaria de informar que realmente existe a lei, mas, como não está explícita a questão da linfadenectomia, os peritos do Detran negam sumariamente e, além de negar, humilham as mulheres que aparecem no Detran – são milhares no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Dr^a Antonieta.

Dando prosseguimento à nossa reunião, informo à Senadora Ana Amélia: o Dr. Tiago, que é o Coordenador Jurídico da Oncoguia, daqui a pouco vai responder a V. Ex^a em relação à indagação feita à Dr^a Luciana.

Prosseguindo, pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero saudar meu Presidente Jayme Campos, quero cumprimentar todas as brilhantes expositoras da Mesa, quero parabenizar a minha conterrânea Senadora Ana Amélia – somos os dois do Rio Grande: ela é do Rio Grande do Sul e eu, do Rio Grande do Norte, mas é o mesmo Rio.

Há duas políticas do Ministério da Saúde que eu admiro: a política de sangue e a política estabelecida para o enfrentamento ao câncer. Só que, à política de enfrentamento ao câncer, não se dá seguimento nos Estados e Municípios, por razões que vocês brilhantemente já expuseram.

A questão da educação é fundamental. A questão da rede básica funcionando a contento lá na base, lá na ponta, o primeiro exame, isso é fundamental. Nós não vamos chegar a lugar algum neste País se não tivermos uma rede básica funcionando para valer, com o agente de saúde, o visitador. É isso que precisa acontecer neste País para melhorar a saúde, não só em relação ao câncer, mas em relação às demais patologias.

Temos o exemplo do Japão: a maior incidência de câncer gástrico é no Japão. Então, o governo montou uma força tarefa para fazer endoscopias. O Dr. Eduardo sabe disso: aqueles veículos cruzavam o país de norte a sul e de leste a oeste fazendo endoscopias – como os mutirões que são feitos para que as pessoas tirem carteira de identidade. Fizeram endoscopias em massa para enfrentar o problema logo no início. Por isso mesmo é que o Japão avançou tanto no diagnóstico endoscópico, exatamente por necessidade.

Então, o que é preciso no Brasil é centrar fogo nessas políticas, sobretudo no que diz respeito à incidência de câncer, que salta aos olhos. É inadmissível que no Brasil, segundo a Fenama, morram quase doze mil mulheres por ano. São 52 mil casos novos

de câncer de próstata; 49 mil novos casos de câncer de mama. Então, isso é uma guerra civil!

Acho que há necessidade de priorizar esses enfrentamentos. A despeito do que foi falado aqui – educação etc. –, precisa-se investir realmente, fazer um aporte de recursos e destiná-los a essas campanhas, a essas ações, a essas políticas. Eu não gosto muito de campanha não, porque o Brasil vive de campanha em campanha, é episódico. São necessárias políticas de Estado para isso. Eu sou médico, já foi dito pela Senadora, e acompanho no meu Estado a dificuldade para se conseguir uma endoscopia. É um negócio absurdo! Talvez seja mais fácil acertar na mega-sena do que conseguir isso – e muitas vezes a gente tem de pagar, ajudar o paciente.

Interessante que, no Brasil, há as exceções, mas as grandes instituições que executam esse trabalho são filantrópicas. No Rio Grande do Norte, vejo a Liga de Combate ao Câncer: são abnegados, são pessoas que dedicam uma vida inteira àquela instituição e a administram com dificuldade. A Liga Contra o Câncer do Rio Grande do Norte é um exemplo. Cresceu muito, mas, graças aos esforços dos abnegados, mais do que propriamente pela presença do Estado lá dentro.

No Rio Grande do Norte, nós tínhamos, em Natal, apenas um acelerador linear. Agora, a Governadora Rosalba doou outro; comprou outro e deu para a Liga. E a fila para as sessões varava as madrugadas. Então, é um sofrimento para aqueles pacientes. Duas horas da manhã já tinha gente lá, fazendo as sessões.

Acho que o Estado – o Estado em latu senso – precisa assumir a responsabilidade que lhe toca.

Então, por mais que a política estabelecida pelo Ministério seja uma política boa, seja uma política elogiável, não é dada sequência a essa política estabelecida pelo Ministério lá na ponta, Estados e Municípios. Há uma certa omissão dos Estados nessa questão.

Portanto, acho que se precisa estabelecer uma rede de apoio diagnóstico do SUS, para que as ultrassonografias sejam acessíveis, para que as retroscopias sejam acessíveis, para que as biópsias sejam acessíveis.

O sofrimento dos pacientes que precisam do serviço de próstata, em qualquer parte do Brasil, sobretudo no interior do Brasil, é uma coisa humilhante. A gente vê, Senador Jayme, cidadãos de 50 anos de idade, com a vida sexual ativa, mas passando um ou dois anos com a sonda vesical, porque não se consegue, neste País, operar a próstata com facilidade. Isso é uma castração psicológica, isso é deprimente, isso é motivo de desagregação familiar, além de humilhar o cidadão no que ele preza muito.

Na Liga, por exemplo, para se operar uma próstata, só se o cidadão tiver com diagnóstico de câncer; se for com o diagnóstico pronto e acabado, porque a Liga já não tem condição de fazer a investigação porque a demanda é muito grande, nem o serviço público da rede estadual e municipal faz. Também não faz.

Então, acho que é preciso dar essa sequência. Acho que a ideia que surgiu aqui da lei de incentivo – já que tem Lei de Incentivo à Cultura – à saúde é extremamente válida. Sou um que me debruço sobre a questão do financiamento alternativo da saúde. Já apresentei alguns projetos aqui. Acho que tem muita coisa para a gente extrair para ajudar o financiamento da saúde.

Um exemplo, Presidente Jayme: o agricultor rural tem uma linha de crédito no Banco do Brasil e no BNDES de baixos juros; parece-me que de 6%. Poderíamos, ao ano, conseguir uma extensão dessa linha de crédito para os hospitais filantrópicos que atendessem os pacientes portadores de câncer, para adquirir equipamentos com mais facilidade, dentro desse benefício fiscal ou dentro dessa linha de crédito dada pelo Governo, através do Banco do Brasil e do BNDES. Poderíamos estender esses benefícios.

O importante é que estas audiências públicas sempre suscitam reflexões. A gente é estimulado a pensar diferente do que já está posto. As senhoras podem ter certeza disto: todos nós estamos sensibilizados com essa causa. Todos nós. Queremos ajudar. Queremos também, além de reconhecer o trabalho de todas as senhoras, parabenizá-las pelo brilhante trabalho e pela causa que vocês abraçaram.

Não deixo nenhum questionamento, apenas este relato e o reconhecimento do brilhante trabalho desenvolvido por todas vocês.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento o Senador Paulo Davim. Associe-me às suas observações e colocações que fez diante das colocações feitas aqui pelas nossas convidadas.

Quero, com muita satisfação, passar a palavra ao Senador Waldemir Moka, assíduo nesta Comissão, médico, grande profissional e, acima de tudo, sensível às causas sociais deste País, sobretudo para sua formação acadêmica, que é médico, e, indiscutivelmente, ele tem prestado bons e relevantes serviços em defesa sobretudo da cidadania do povo brasileiro aqui, no Congresso Nacional – já aqui por 24 a 25 anos.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, nosso Presidente.

Quero cumprimentar a Mesa e o faço em nome da Dr^a Virgínia, minha conterrânea do Mato Grosso do Sul, que preside a Federação.

Quero ser objetivo, porque quero contribuir. Eu estava perguntando para a Senadora Ana Amélia, porque, evidentemente, acho que o Rio Grande do Sul, o povo gaúcho deve ter um enorme orgulho dessa extraordinária Senadora, um talento, uma capacidade de trabalho, de ação. Quero dar este testemunho, porque há pouco tempo convivo com a Ana Amélia, mas é impressionante a forma como ela se envolve com essas coisas.

Então, a iniciativa desta audiência pública é da Senadora, que presta, sem dúvida nenhuma, inestimável serviço.

Eu queria, Dr^a Maria Inez... Ela começou a falar, e até falei assim: "Seria importante que a gente pudesse ouvi-la mais tempo." Porque há muitas coisas... Sobre algum dado, eu queria que ela pudesse falar.

Dos recursos, iniciativa privada, 11% dos procedimentos, mas representam 50%. Ficam com 50% do dinheiro. Vejam como isso é complicado! Quer dizer, a cada dia, você oferece mais tecnologia, mais exame sofisticado. A rede pública não tem isso. Então, você tem que credenciar setores privados e você paga quase que o preço privado para isso. E, quando você tira o recurso... Quero que, depois, a Dr^a Maria Inez me corrija se eu estiver equivocado, mas, à medida que você dispõe de mais recurso para isso, vai faltar na rede básica, que o Senador Paulo está dizendo, que é onde você pode estabelecer os diagnósticos com precocidade – Dr^a Rosamelia também.

Essas coisas são importantes. Quando você tem que partir já para a quimioterapia, para a radioterapia, esse já é o estado avançado. É claro que precisa e tem que ter dinheiro. Mas o investimento maior, meu caro Presidente – e quero ser corrigido, se eu estiver equivocado –, é que temos que fortalecer, cada vez mais, o diagnóstico. Quanto mais precoces o câncer do colo do útero, o câncer de mama, maior a chance de tratarmos, e os procedimentos são menores. Evidentemente que o melhor seria que a gente pudesse evitar. Agora, quanto mais precoce... Acho que esse tem que ser o encaminhamento, porque, se não... É claro, paralelamente a isso, dotando de condições para se atender com dignidade.

Uma coisa que me chama a atenção: uma mulher com diagnóstico de câncer de mama e não iniciar o tratamento. Aí, Dr^a Maria Inez, alguma coisa está errada. Não é possível isso! A paciente tem um diagnóstico firmado, e aí vai demorar mais um mês, mais dois meses. Como? Não é possível! Alguém disse assim – não sei quem: "Tem um exame de fezes com fezes

ocultas nas fezes", e a pessoa não consegue evoluir para outro exame.

Acho que precisamos corrigir essas coisas. Aí, não sei se o momento é aqui. Eu queria propor, talvez, uma ida nossa – somos quatro ou cinco –, à Dr^a Maria Inez, ou a alguém que a represente, para sentar e fazermos um trabalho: como é que podemos alterar isso, além da legislação, num aspecto prático? Porque, às vezes, teremos que falar com o próprio Ministro da Saúde: "Essa coisa aqui precisa ser corrigida". Acho que o Senado pode, e temos o poder político, a força política, Presidente, para ir lá e dizer: "Isso aqui tem que mudar. Esse é o procedimento que temos que inverter". Porque não consigo entender, como médico.

O próprio colega... Fico imaginando o colega com o exame do paciente dele com fezes ocultas nas fezes, e ele mandando o cara fazer o exame seguinte, e o paciente dizendo: "Mas eu não consigo vaga, eu não sei onde eu vou fazer." Aí, essas coisas que eu acho que... Não é?

O Dr. Eduardo Petrov disse que se coloca tanto incentivo aqui, não é? E não tem... Eu até... Chamou-me a atenção que nós não temos nenhuma legislação que permita doações de empresários que possam, realmente, ajudar instituições.

Lá no Mato Grosso do Sul, nós temos instituições que prestam inestimável serviço na área de oncologia e eu acho que essa seria, sem dúvida nenhuma, uma contribuição. Aliás, em função desta audiência, eu tinha marcado uma reunião com o Dr. Abrao Siufi, que é um dos grandes oncologistas, e mais cinco colegas, que era para a gente ter... Eu queria vir para esta audiência com um raios X de corpo inteiro das dificuldades deles, ali na prática, mas, infelizmente, eu relatei a Medida Provisória nº 514, tive de vir para ter uma audiência com a Ministra do Planejamento e acabei adiando. Vou encontrá-lo na segunda-feira e, aí, já vou com esse...

A Dr^a Luciana quase que me deixou com dor de cabeça, de tanto que ela falou: "Falta isso, falta aquilo, não tem isso, não tem aquilo."

Então, com essas coisas, eu acho que, Luciana, é importante que as pessoas fiquem indignadas. A indignação da sociedade é que vai fazer o Parlamento andar. É exatamente isso que precisa. Quando vocês vêm para cá, colocam as dificuldades, nós temos de ir atrás, no encaminhamento das soluções.

Eu estou advogando, Senador Jayme, que a gente possa fazer isso. Eu começaria com a Dr^a Maria Inez. Eu acho que é uma pessoa... Eu não conhecia a Dr^a Maria Inez, mas, assim: a colocação correta, não tem medo de se posicionar, é muito firme na colocação e, claro, como ela falou, altamente comprometida com o que faz.

Então, esse não é um assunto simples. A oncologia envolve um monte de coisas. Você não imagina a complexidade que tem isso e é como ela falou: para chegar a um hospital, para tratar da oncologia, aí já é um hospital de alta complexidade e não tem jeito de ser diferente.

Então, aí é que estão as dificuldades. Uma criança, um menino com diagnóstico de leucemia, o hematologista... Aí, começa: se vai fazer uma radioterapia, é mais complicado ainda. Então, dessas coisas não é simples o encaminhamento, mas, evidentemente, estou aqui com uma linguagem, estou procurando ser o mais popular possível, o mais prático possível, para que as pessoas nos entendam. Isto pode estar sendo transmitido, e será, e a gente quer fazer com que isso, na prática, Dr^a Rosamelia ...

Aí, eu vou insistir, porque eu acho que a Senadora tem razão. Eu me assustei com aquilo, quer dizer, essas coisas, às vezes, a indústria... A gente vê muito isso. Tem determinado medicamento eficiente, dando resultado, e aí, sem mais nem menos, aquilo é retirado do mercado porque tem um outro produto. Mudam um radical qualquer e é um novo medicamento, só que o preço daquele medicamento é três, quatro, cinco vezes maior.

Essas coisas não podem acontecer. Isso é uma coisa que esta Casa tem de procurar. Aí, as pessoas, o paciente fica dizendo assim: "Não, mas aquele medicamento é mais novo, é mais eficaz." Aí, parece-me, é aonde a Dr^a Rosamelia quer chegar: nem sempre o que se está querendo colocar, o que se quer incluir como procedimento é o mais correto, é o melhor para o paciente.

Aí, o critério técnico tem de prevalecer. Aí, não adianta, porque se nós enveredarmos por essa questão da pressão da coisa e não levarmos em conta que há um critério técnico, que existem pessoas que dedicam sua vida inteira, pesquisando e tendo estatística de que um determinado medicamento é mais eficiente para o paciente, nós temos de insistir, evidentemente, no tratamento que é mais eficiente e melhor para o paciente.

Então, eu paro por aqui, Senador, e, aí, não sei o encaminhamento que V. Ex^a e a autora do requerimento vão dar, mas eu gostaria que a gente pudesse ter um desdobramento exatamente de tudo o que ouvimos aqui, a partir da Dr^a Maria Inez, mas no Ministério da Saúde, do que, de prático, esta Comissão pode propor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço ao Senador Waldemir Moka e consulto os senhores. Acho que seria de bom alvitre nós fazermos todas as interpelações aos convidados e, depois, entraríamos na fase de respostas, conforme

a indagação dos Srs. Senadores e Senadoras que for feita aos nossos convidados.

Pela ordem de inscrição, nós temos o Senador Mozarildo Cavalcanti, depois, o Senador Eduardo Amorim e, depois, o Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, embora nesses dias de terças e quartas-feiras a gente não consiga ficar parado numa comissão para assistir a uma audiência tão importante como esta, é evidente que, até por ser médico, eu tive a oportunidade de captar tudo o que foi dito aqui.

Eu não vou me deter na questão médica, na questão científica, porque foi muito bem colocada aqui, mas eu vou me deter em dois aspectos: a questão da gestão e a questão dos recursos.

O Dr. Petrov deu, aqui, uma brilhante ideia, que até já comentei com o Senador Paulo Davim: por que não se criar uma lei de incentivos para a saúde se temos uma lei de incentivos para a arte? Não tem, portanto, nenhuma forma... Fala-se muito: "Ah, precisa ter recursos para a saúde." Eu sou cético quanto a essa questão de que se precise, mesmo, de recursos. Eu acho que precisa, mesmo, parar de se roubar na saúde. Eu digo isso porque é impressionante o que se vê publicado. Imaginem o que não se consegue ver.

No meu Estado mesmo, agora, houve uma operação decorrente de apuração da polícia, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público – a Polícia Federal fez a operação. Só preliminarmente, o rombo é de 30 milhões. Parecem pouco, 30 milhões, mas são para um Estado que tem 500 mil habitantes. Então, é muito dinheiro roubado da saúde.

Então, eu acho que tem de ter gestão e fiscalização juntas. Às vezes, você tem um bom gestor, mas lá na ponta, lá no meio, onde está o cara que adquire o medicamento, o cara do almoxarifado e tal, as bandalheiras acontecem.

Então, gestão e fiscalização, e buscar alternativas de financiamento, sem se criarem novos impostos. O Brasil não aguenta mais essa história de se criar imposto de novo. Quanto a essa história de CPMF, como médico, eu fui contra e mostrei que 14 anos de CPMF não melhoraram em nada a saúde.

Por que o Governo Federal tem uma série de contribuições, como a Cofins e outras, cujo dinheiro vai só para ele, para o Governo Federal, sem destinação específica desses recursos?

Então, se houver, realmente, interesse de se resolver a saúde ... Nós somos seis Senadores médicos, aqui, mas entre todos os outros, quem é que não se preocupa com a saúde em primeiro lugar? É evidente

que, estando viva, qualquer pessoa tem... Está, aí, a pesquisa do Ibope: disparadamente, a preocupação número um do brasileiro é a saúde.

Então, eu queria deixar aqui, como contribuição, que a gente tem de se debruçar sobre formas de financiamentos com os impostos já existentes.

Repito que gostei da ideia da lei de incentivo à saúde, como há a lei de incentivo à cultura, porque se dá dinheiro para fazer arraial, festa de São João, carnaval fora de época e tal, e não se dá dinheiro... Como foi dito, o empresário que quer colaborar não pode colaborar descontando no seu imposto. Então, fica complicado você pensar que só o financiamento público exclusivo vai, de fato, fazer, apesar de termos exemplos. Eu cito, sempre, o exemplo do Sarah Kubitschek, que é um hospital público que funciona de maneira exemplar. Por quê? Porque lá tem boa gestão, porque lá não tem roubo e porque lá se investe pagando os profissionais da saúde, todos eles, de maneira que eles se dediquem em tempo integral, que tenham dedicação exclusiva.

Como, mesmo não exercendo mais a Medicina, como é o meu caso, a gente não perde o cacoete de que tem de fazer diagnóstico e indicar o tratamento, eu acho que nós temos de fazer esse diagnóstico. Por que pesa, por que certas pessoas, por exemplo, não têm acesso a um tratamento? Por que só o têm tardiamente? Ora, isso é muito fácil de fazer. Falta, portanto, maior trabalho de divulgação de educação sanitária. Para isso, precisa de dinheiro, precisa ter o tratamento precoce, adequado, porque isso precisa de dinheiro, mas não precisa criar novos impostos. Basta que queiram, primeiro, uma saúde bem administrada, sem roubalheira e pagando bem o profissional. Porque não dá para pensar em ter profissional dedicado tendo de ter dois ou três empregos e ainda ter, às vezes, o consultório particular. Dessa forma, é querer fazer de conta que estamos fazendo saúde e fazer de conta que o paciente está bem atendido.

Fico muito preocupado ao ver uma audiência com o Ministro da Saúde, que sei que é uma pessoa realmente interessada em mudar a qualidade da saúde no País, mas sem um diagnóstico sério dessa questão. Sem medidas terapêuticas adequadas não vamos mudar não! Evidente que capacidade, digamos assim, o elemento humano, nós temos e da maior qualidade nessa área e em todas as outras áreas da saúde, porém, de maneira lamentável, mal pagos, mal atendidos e o pior de tudo, quase nunca ouvidos.

Portanto, quero cumprimentar e dizer que esta Comissão tem o papel importante de, realmente, sair das audiências para uma proposta prática e cobrar a execução dela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Mozarildo Cavalcante, de fato, a nossa obrigação é termos uma proposta de forma concreta e, entre elas, essa lei de incentivo é factível, já que todos os dias o Governo Federal oferece renúncia fiscal.

Sobretudo, acho a discussão louvável, inclusive há poucos dias aprovamos, aqui, uma medida provisória de incentivo fiscal para que algumas indústrias – fábricas de automóveis – se estabelecessem no Nordeste. Acho que nada mais justo nós proporcionarmos ao empresário que destinar ou aportar para uma instituição, dessas que aqui foram referidas, ter o direito de ser colocado no seu imposto de renda como despesa. Acho que, fatalmente, com isso, alavancaríamos um bom número de recursos para os hospitais, sobretudo filantrópicos deste imenso País.

Acho que esse projeto é meritório e que terá o apoio de todo o Congresso Nacional, diante do enfrentamento que teremos de fazer para melhorarmos o caos que, lamentavelmente, convivemos todos os dias com a saúde pública no Brasil.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Amorim, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, bom dia. Eu não ouvi todas as falas porque a correria em outras Comissões é enorme. Mas o importante é o compromisso, a consciência que temos de um momento como esse.

Sou médico, especialista em dor, então, a minha vida profissional como anestesista era cuidar, sobretudo, de paciente oncológico. Fui Secretário de Saúde também. Então, como disse, a minha vida profissional, como médico, era a oncologia. Se há uma área, uma subárea que defenderemos, e que já estamos defendendo aqui nesse espaço de poder, será a saúde, com carinho especial para o setor de oncologia.

Digo isso porque o Estado da gente vive uma situação de grande dificuldade. A Dr^a Inês foi a responsável pela implantação do que temos hoje, mas o que temos hoje não dá mais para suportar, Dr^a Inês. Nossa oncologia lá, já disse aqui nesta Comissão, está dentro de um hospital de urgência em que o pronto-socorro vive lotado, abarrotado por pacientes, sobretudo de traumas que ocorrem não só em Sergipe, mas na Bahia, em Alagoas e em Estados circunvizinhos e pacientes oncológicos, que vêm de Estados como o Tocantins, estão nos registros, embora não se tem o mecanismo de compensação financeira ainda eficiente. Nunca se fecham portas, mas atende-se a todos. Sergipe paga também por isso. Então essa é uma saída que tem de se buscar. Mas a nossa luta lá, nesse momento,

Essa é uma saída que se tem de buscar. Mas a nossa luta lá, no momento, é para que Sergipe tenha um hospital oncológico, tenha a sua unidade de tratamento de câncer como referência, para tratar os milhares de pacientes, praticamente a gente só tem um aparelho de radioterapia, funcionando 24 horas, e quando quebra, a fila aumenta, e quando para para manutenção, a fila aumenta, aumentando o sofrimento e desespero dos pacientes e dos familiares.

Essa é a luta que estamos travando no nosso Estado. Não dá mais para conviver com oncologia estando inserida em um hospital de urgência em que o paciente oncológico é um competidor direto com o paciente baleado, esfaqueado, politraumatizado. Ao longo da minha vida profissional eu presenciei, muitas vezes, aquela angústia de quem colocar na sala: o paciente oncológico ou o paciente politraumatizado? Lógico que o paciente politraumatizado sempre vai ficar em primeira opção por ser um procedimento de urgência, de emergência. Mas imaginem a angústia por que passam os familiares, sobretudo o paciente, ao entrar no centro cirúrgico e depois retornar, porque a sua cirurgia foi suspensa por estar o centro cirúrgico ocupado por outro paciente. Essa luta a gente vem travando no nosso Estado. Uma mobilização social está sendo feita nesse sentido. E é preciso.

Mas a gente fica aqui dando a sugestão de que é preciso que se tenha um fortalecimento das referências estaduais, das referências regionais para os casos de exceções, os mais difíceis, dos mais diversos tipos de câncer e, se possível, das referências no âmbito nacional, para se tratar, para que não haja aquele jogo de empurra-empurra: “Não, aqui não dá para fazer essa biopsia não; tem de ser em tal lugar”. A gente sabe que a efetividade do sucesso do tratamento depende basicamente de dois fatores: primeiro, da precocidade do diagnóstico e, segundo, da efetividade e da continuidade do tratamento.

Por isso que a gente pede aqui – e vamos lutar – para que tenha realmente uma clareza maior para com as referências estaduais, regionais. Que o Ministério realmente fortaleça esse fluxo.

Falando sobre recursos, eu acho que tem de ter gestão, fiscalização, mas é preciso, Senador, com todo o respeito, mais recursos. Não estou dizendo que seja preciso criar mais impostos. Impostos, não! Mas é preciso otimizar o que temos, ou seja, gastar com qualidade e realmente buscar outras fontes. Não dá para entender por que não se regulamenta, por que os governos não colocam na pauta das prioridades a regulamentação da Emenda nº 29.

A Emenda nº 29 coloca limites para aqueles maus gestores, para aqueles descomprometidos com

a saúde; limite para o que é gasto com saúde e que não é gasto com a saúde. Que eles sejam penalizados quando ele gastar o pouco dinheiro da saúde com o que não é saúde. Então, não dá para entender por que isso não é prioridade! Uma lei que é diferente. Ela não só diz o que é gasto com saúde, mas também – e olha que raramente uma lei trata dos dois questionamentos – coloca um limite superior e inferior, ou seja, enquadrando ali o que é devidamente gasto com saúde. Não dá para entender. Está na Câmara, faltando apenas votar um dispositivo, que poderia ser tirado esse dispositivo, para regulamentar definitivamente a Emenda nº 29, porque aí já vem, só com esse limite, um aporte expressivo para recursos da saúde.

Como estamos aqui falando de câncer, quero dizer aos senhores e às senhoras, que sou um soldado desse exército, um soldado convicto, um soldado que vem para essa luta com a consciência e com a alma. Então, conte conosco.

Sei que oncologia não se faz com apenas a especialidade, não apenas com o médico, mas com a psicologia, com a enfermagem, com a assistente social, de forma multidisciplinar. Se tem uma especialidade, se tem um ramo da saúde, da medicina em que a multidisciplinaridade é efetiva e é presente é o setor de oncologia. Muitas vezes a gente se esquece de uma coisa importante: o paciente é tratado, mas não é reabilitado. Ele não é devolvido para o seu meio, para a sua atividade inicial ou anterior à doença, como deveria. Precisa de uma fisioterapia, precisa de um acompanhamento psicológico, precisa de um acompanhamento assistencial. Com certeza, tendo um espaço adequado, tendo uma unidade adequada, tendo um hospital com os diversos profissionais com hora integral, com dedicação exclusiva... Porque essa é, sobretudo, uma área diferente, é a segunda área de doenças que mais matam no País, se não estou enganado. Para este ano, há a previsão de perdermos cerca de 140 mil vidas; 40% delas poderiam ser salvas. Essas mortes poderiam ser evitadas se tivéssemos efetividade e precocidade em um diagnóstico e se houvesse um tratamento e uma condição adequada.

Então, mais do que perguntar, deixo aqui minha manifestação e minha expressão de que sou um soldado “almado” dessa luta. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim. V. Ex^a tem razão, faltam recursos. Mas é bom que se esclareça que os Estados e os Municípios todos têm percentual previsto constitucionalmente para investimento na saúde e na educação. Precisamos, com certeza, que a própria Federação também coloque um percentual. É muito pouco o que se investe. O próprio

líder Senador aqui presente, Costa, há poucos dias fez esse comentário, por sinal, muito oportuno, de que o Brasil dá isso. É muito pouco diante de outros países, iniciando pela própria América do Sul. Imagino que esse percentual tem que ser alavancado, melhorado, mas faltam esses recursos tão necessários para a boa saúde pública em nosso País.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Presidente, não dá para entender por que não conseguimos regulamentar a Emenda nº 29. É só colocar os limites para que os maus gestores não gastem os poucos recursos da saúde. Sabemos que os recursos são poucos, têm que ser gastos com qualidade: isso é gasto com saúde, isso não é gasto com saúde. Está lá tudo escrito. Não é hora talvez nem de aprovar a criação de imposto nenhum. Apenas vamos regulamentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Mozarildo, antes de concedermos a palavra ao Senador Casildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Somente um aparte ao que o Senador falou. Eu sei por que não se regulamenta a Emenda nº 29: porque até aqui o Governo não o quis. Na hora que o Governo quiser, regulamenta. E espero que, agora, o Governo da Presidente Dilma queira. É aquela história: bota limites para o Governo Federal, para o governo estadual e para o governo municipal. Mas, se fosse só para o estadual e municipal, já estaria aprovado. Pode estar certo, com todo o respeito.

Eu sou da base da Presidente Dilma, mas acho que o bom aliado não é aquele que fica querendo tapar o sol com a peneira não. Mas eu tenho fé, ela vai fazer aprovar. Não aprovou até agora porque não houve interesse de fato. É uma regulamentação de uma emenda já existente. Então, acho que podemos até fazer um apelo – não é, Senador Humberto? – de que esse parto realmente seja feito – já que sou obstetra e gosto de falar nisso –, para que possamos realmente começar daí as outras coisas.

Realmente, dinheiro também existe. Tire de outros lugares ou crie leis como essa do incentivo à saúde, que não vai faltar dinheiro para a saúde não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– A emenda que já vai entrar na adolescência, não é? Já está saindo da fase da infância.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem 13 anos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –

Já vai entrar na adolescência. Realmente não dá para entender. Mas essa luta é de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está na hora de a regulamentarmos. Mas tenha fé e esperança. A última que morre é a

esperança. Eu espero que possamos, ainda este ano ou no início do ano que vem, regulamentar a Emenda nº 29. Estou apostando que vai ser feita alguma coisa para melhorar a saúde.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

Consulto o Senador Humberto Costa se quer fazer alguma indagação ou interpelação.

O Senador Casildo Maldaner com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, caros convidados, eu acompanhei e fico vendo, até anotei aqui, por exemplo, quando a Drª Maria Inês fala: deveres e direitos, direitos e deveres e quebra de novas técnicas. Então, acredito que fique um pouco em novas técnicas.

Aqui, vi a Drª Marta... O art. 10, não lembro o número da lei, que veda que a agência possa exigir que haja cobertura... deve ser complementar. E, se o art. 10 de uma lei veda isso, é competência nossa mexer nisso. Quer dizer, são coisas assim que...

Ouvi também a Drª Antonieta falar – aí não entendi bem – da Emenda 41, de alguém que é doente, por exemplo, com câncer, e está diagnosticado, e na hora da aposentadoria tem alguns prejuízos porque não foi regulamentada. Alguma coisa nesse particular.

Ouvi a Luciana falar que, por ano, quinhentos mil pacientes... novos casos no Brasil. Quinhentos mil! E, se fossem a tempo diagnosticados, economizaríamos, pouparíamos de 30% a 40% disso.

Quero aqui trazer um depoimento. Não quero questionar muito, não sou da área médica, mas imagino vocês viverem, diuturnamente, isso. Tenho convivido com isso, mas em outras funções. Por exemplo: o Senador Jayme foi governador do seu Estado, eu fui do meu Estado, que é Santa Catarina. Como governador, tenho presenciado muito isso. Na minha época, nos anos 90, começo dos anos 90, havia aquele tipo de ambulancioterapia, na fronteira com a Argentina até Florianópolis, para buscar um tratamento especializado, mais complexo. Então, começamos – e aí depois também os colegas que assumiram o governo – a tentar descentralizar isso, tentar levar por regiões o atendimento mais complexo, atender as pessoas, ainda mais no caso de oncologia. Na oncologia, ainda hoje temos gente viajando a fronteira da Argentina até Florianópolis. E aí chego lá é aquele drama, aquele negócio todo. Vejo isso sempre. E, olha, nós precisamos...

E aí, Senador, o senhor mexeu na Emenda 29. Acho que a 29, não sei, precisamos encontrar alguns caminhos. Acho que precisamos apertar mais. Eu achei que não era tão grande o drama.

Na semana passada estive aqui, Senador Humberto Costa – V. Exª já foi Ministro da Saúde –, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Olha, ele foi bombarde-

ado. Mas ele, como foi Ministro institucional do Governo e tem um bom trânsito, vai bem, olha, ele teve que fazer um verdadeiro “rebolation” aqui. Foi um negócio! É mesmo! Foi. Olha, o Ministro Padilha...

Então, acho que temos de continuar nessa...

Senadora Ana Amélia, a senhora provocou bem isso. Acho que precisamos sentir essas dores. Vocês as transmitem psicologicamente para nós. Nós ficamos até, de certo modo, hipnotizados. E acho que temos que, em conjunto, avançar para descentralizar a Emenda 29. Se pudermos, como no Estado de V. Ex^a, Mato Grosso, lá em Sinop ou coisa que o valha, descentralizar para evitar de o pessoal vir a Cuiabá, para ser atendido lá, represarmos isso, dando atendimento, pensando mais nas pessoas, com dignidade – e aí esses tratamentos todos, no campo do físico, da terapia, do psicológico, esse negócio todo –, acho que com isso vamos ajudar muito as pessoas. Acho que temos de partir é para isso. E nós temos essa responsabilidade de juntar forças.

É o comentário que faço aqui, para deixar aqui com vocês todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, Senador Casildo.

Quero só dar um exemplo aqui, Senador Humberto Costa. Em Mato Grosso, tive o privilégio, quando governador, de construir e colocar em funcionamento o Hospital do Câncer – claro, a primeira fase. Hoje está um hospital gigante, ou seja, ampliou-se duas, três vezes. Foi construído, projetado de forma modular.

Mas, na verdade, a escassez de recursos é muito grande, Senador Eduardo. Nos últimos tempos, estamos fazendo leilão. Há poucos dias, um grupo de empresários capitaneado pelo dono de uma leiloeira lá fez um grande leilão, ou seja, fulano deu um boi, outro deu uma vaca, gado de leilão de elite, e assim está sobrevivendo. Acho que conseguiram nesse dia, em uma noite só, viabilizar algo parece que em torno de R\$1,6 milhão a R\$2 milhões para ajudar a manter o Hospital do Câncer, para sobrevivência. Caso contrário, estaria de porta fechada, lacrada, já há algum tempo. São as pessoas de bom coração, cristãs, que querem ver seu próximo vivendo, é que têm ajudado. Porque, se formos contar só com os recursos do SUS, trancam-se as portas. Não há como sobreviver.

Então, quase constantemente, as pessoas promovem eventos. Senhoras da sociedade vão lá e fazem alguma coisa, como um desfile de moda, digamos, e conseguem arrumar vinte mil, trinta mil, e depositam na conta da instituição para que ela sobreviva.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mas se nada for feito de efetivo, vai haver essa – desculpe a expressão – mendicância sempre, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Esse pedir, pedir, pedir sempre. Isso não é o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não sei até quando vai suportar, não é?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É. Até quando. Porque tem que ter uma perspectiva melhor. Muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Essa é...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Jayme, só para... Acho que dentro desse princípio, e o Humberto Costa, que é da área inclusive... Se fosse descentralizar, dentro desse espírito – como aqui levantaram o Mozarildo e outros colegas – da Lei Rouanet, que hoje pode contemplar para isso, para som, para fazer cinema, aplicar em imposto de renda o limite disso, se em cada uma dessas regiões em que tiver um complexo para atender as pessoas lá, como lá em Sinop ou lá em Santo Ângelo ou lá... Em cada um dos lugares. É possível fazer um arranjo para que os empresários possam assinar para atender na sua região e segurar ali? Além dos recursos normais, regulamentar a Emenda nº 29 e outros que são normais, criar essa oportunidade, os empresários vão fazer com que se destine mais recursos para isso. E acho que vamos melhorar o atendimento às pessoas. Acho que isso é...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro. A ideia foi lançada aqui pelo representante do Hospital do Câncer de Barretos. Imagino que o próprio Senador Humberto Costa vai ajudar e até pensar na elaboração de um projeto que nos permita aprovar, de forma consensual com o Poder Executivo, para que não seja vetado. E, imagine, serão novas fontes de recursos, sem aumentar nenhuma carga tributária, ou seja, sem aumentar os tributos em relação àquilo que é praticado hoje em nosso País.

Eu acho que é meritória, e vamos levar à frente essa proposta do Eduardo, que representa aqui o Hospital de Barretos. Acho que é meritória, e o próprio Senador Moka, assim como os Senadores Paulo Davim e Mozarildo, que estavam aqui, e a Senadora Ana Amélia têm conhecimento da sua ideia e vão tentar estudar a formatação de um projeto que seja, com certeza,...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, sugiro até, Senador, que seja um projeto que se origine desta Comissão e que possa ser assinado por todo mundo, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Acho que já é uma grande obra positiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos fazer o encaminhamento dessa proposta aqui. Com certeza, teremos a participação de todas as Sras. e dos Srs. Senadores.

Quero convidar para presidir a Mesa a Senadora Ana Amélia, que foi a autora do requerimento.

Quero prestar esta homenagem a V. Ex^a: que V. Ex^a presida esta audiência de cujo requerimento foi autora.

Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia, homenageando essa valorosa Senadora da República. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço, Presidente, pela gentileza e pela homenagem, que é compartilhada com todas as Sras. e os Srs. Senadores.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, SRA. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – SRA. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-la pela iniciativa. Já foi aqui amplamente elogiada pela sua determinação e pelo seu comprometimento com uma causa tão importante como essa. Não pude assistir à exposição, mas pude ouvir os Senadores que me antecederam colocando as dificuldades e apontando caminhos.

Em meu Estado, o Estado de Goiás, não é diferente. Temos grandes dificuldades nessa área. Acredito que o Senador Paulo colocou aqui uma coisa muito importante, que é a preocupação com o atendimento de saúde básica, que é a prevenção. E acredito que há, como foi colocado aqui, muitas pessoas que se preocupam com isso, independentemente de estarem relacionadas com o Poder Público, pessoas voluntárias que se dedicam.

Meu Estado tem um trabalho muito bonito nessa direção. O Hospital do Câncer da capital é também um hospital que atende não só o Estado de Goiás, mas também toda a região Norte, mas tem as dificuldades apontadas aqui, que são crônicas. Acredito que o caminho apontado aqui, da isenção fiscal, é uma coisa interessante. Eu acho que pode ser estudado e amplamente debatido. É uma saída.

E uma segunda coisa... Aliás, a primeira mais importante é a regulamentação da Emenda nº 29, que, sem dúvida nenhuma, será uma normatização do papel de cada uma das instâncias administrativas, seja federal, estadual e municipal.

No mais, quero cumprimentar a todos pela exposição, pelo comprometimento e, acima de tudo, pela responsabilidade com que encaram um problema que hoje é sério, de saúde pública, não só em nosso País, como no mundo inteiro.

Um abraço a todos e meus cumprimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora, pela colaboração e pela participação.

O Dr. Eduardo é que vai sair? É porque pensei que fosse para esclarecer sobre o projeto de lei...

Está bem. Está dispensado. Obrigada, Eduardo, pela colaboração. Você plantou uma semente em terreno fértil. Portanto, já deixa a contribuição. Muito obrigada, Eduardo, pela colaboração.

O Dr. Eduardo Petrov representa o Hospital do Câncer da Barretos e está indo para outro compromisso aqui no Senado Federal.

Como já foram feitas todas as perguntas, agora, então, vamos às respostas, pela ordem dos expositores, começando pela Dr^a Maria Inez, que fez a primeira apresentação, que responderá às questões levantadas pelas Sras. e pelos Srs. Senadores.

Três minutos para cada um.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Bem, em primeiro lugar, com relação ao que foi posto pela senhora mesmo, a questão da dificuldade de acesso dos doentes ao diagnóstico e também ao tratamento e a palavra muito utilizada aqui: burocracia. Como funciona a oncologia no SUS? Com muita dificuldade na articulação entre esses níveis de atenção. Como uma detecção pode ser feita na atenção primária, aquela pessoa, para uma confirmação diagnóstica, vai precisar de ser encaminhada para o nível secundário do sistema. Se confirmado o diagnóstico, terá de mudar para o nível terciário, em uma outra instituição.

Realmente, a necessidade de regulação de fluxos assistenciais para esse acesso é que dá a ideia da burocracia para o usuário e que deve estar, certamente, de alguma maneira, emperrando. Quanto melhor a gestão estadual, melhor é a articulação de mudança de nível assistencial. Por quê? Porque numa área tão complexa e ampla como a oncologia...

Para quem tenham uma ideia, o tratamento do câncer ou o controle do câncer só não tem, no nível terciário, relação com cirurgia cardíaca. De resto, toda a área de medicina clínica, diagnóstica e cirúrgica tem a ver com a oncologia. A exigência de critério de qualidade é de tal maneira para garantir a segurança do doente e o bom resultado do tratamento, que não se pode imaginar que a descentralização proposta há pouco pelo nobre Senado seja feita sem critério, ou

adotando critérios. Então, essa noção de burocracia faz mais por isso.

Essa articulação se complica porque a prestação de serviço é feita nos diferentes níveis por diferentes agentes. A atenção básica é quase 100% pública, raramente temos ação privada ou mesmo filantrópica, no nível primário da atenção; a atenção secundária, 45%, que é a área da consulta especializada e da confirmação diagnóstica feita por agente não público; e, no nível terciário, é majoritariamente por agente não público também. Então, fica difícil a porta de entrada, fica difícil a fila ser controlada pelo gestor. Por isso, eu digo: é realmente uma questão de gestão, e, quanto mais organizada for a gestão estadual, melhor esse fluxo e esse acesso se darão.

Com relação ao Senador Paulo Davim, é simplesmente mostrar a priorização dos enfrentamentos. Os problemas são tantos, as dificuldades são tantas, e aquilo que nós chamamos de câncer não é uma doença só. Nós simplificamos por sua característica maior: se não for enfrentada, ela é inexorável; ela tem uma evolução inexorável. E normalmente o que mata o doente é a metástase, ou a invasão locorregional, que faz obstrução, que faz sangramento e que faz compressão.

Então, a política de priorização de enfrentamento é real, porque, como são diferentes doenças, nem todos podem ser prevenidos, nem todos podem ser curáveis, podem ser curados, e nem todos sequer podem ser tratados. Há casos em que, mesmo com diagnóstico de câncer, não tem indicação terapêutica. O doente pode muito bem ficar convivendo com um caso de linfoma de baixo grau, indolente, durante anos, sem tratamento algum, mas isso não significa que o doente vai embora; ele tem de ter um acompanhamento, ele tem de ter um seguimento.

Então, por isso, a priorização de enfrentamento é necessária. E, normalmente, como nós priorizamos na área de câncer? Nós priorizamos a partir de dois pilares muito claros: existe prevenção? Sim. Se existe, existe um método barato, amplo, disseminável, aplicável e aceito pela população? Sim. É um problema prevalente no País? Sim. Então, se aplica aquela política de priorização, de rastreamento, de detecção precoce.

Nada disso se aplica àquele tumor? Sim. Então, se aplica uma política de descentralização de atendimento e de acesso ao nível especializado da atenção, embora esse nível especializado também seja necessário para os outros.

O Senador Waldemir que está aqui – muito prazer, Senador – fala da preocupação que teve quando eu mostrei que, como o SUS é, na sua maioria, composto por prestadores privados de serviços, mais da

metade do custeio, na média e alta complexidade, vai para menos de 12% das instituições.

Aí, o que acontece? Quando decompos essa conta, vemos que mais de 50% estão majoritariamente na alta complexidade e, em menor grau, na média. Aí, cria esse problema de acesso. Estão entendendo?

O prestador do SUS é o mesmo prestador do sistema privado. Isso é outra ilusão que se tem no País, de que a ANS tem um grupo de prestadores de serviços que é melhor do que... São os mesmos hospitais, são os mesmos profissionais de saúde. E, muitas vezes, o doente lá dentro da instituição não sabe que o financiamento passou de um para o outro. E também tem essa questão... Aí o que acontece? Porque essa grande quantidade de dinheiro fica mais no setor não público? Simplesmente porque ele presta mais atenção – é seletivo – na alta complexidade, que, por si, já é de um valor médio de procedimento mais caro. Então, cria essas distorções dentro do sistema que realmente nós temos de abrir esse jogo, vamos dizer assim, e todos participarmos para inclusive pressionar, porque, muitas vezes, o doente lá dentro da instituição não sabe que o financiamento passou de um para o outro. E também tem essa questão...

Aí o que acontece? Porque essa grande quantidade de dinheiro fica mais no setor não público? Simplesmente porque ele presta mais atenção – é seletivo – na alta complexidade, que, por si, já é de um valor médio de procedimento mais caro. Então, cria essas distorções dentro do sistema que realmente nós temos de abrir esse jogo, vamos dizer assim, e todos participarmos para inclusive pressionar, porque os prestadores de serviço são os mesmos, na grande maioria. É raríssimo o hospital no Brasil que vive exclusivamente da atividade privada.

A questão dos medicamentos. Aqui, vou me permitir outra brincadeira. Falei de Augusto dos Anjos, com vermes e bactérias, e aí vou para a Física Quântica. É a dualidade partícula-onda, porque é uma coisa interessante: como os prestadores são os mesmos, e os hospitais são os mesmos, o que está acontecendo? Nós não temos o controle da prescrição médica, das condutas hospitalares. Então, o que vai acontecer? Se a ANS tem um impedimento legal de não... Se as operadoras de saúde não são obrigadas por lei a dar medicamentos em comprimidos, o que acontece? Lá dentro mesmo daquele hospital, aquele procedimento passa a ser pelo SUS. Nenhum problema, mas nós não temos o controle da informação de quando passa para o SUS. Isso nos atrapalha em tudo: em planejamento, nos atrapalha até em “orçamentação” e cálculo de impacto financeiro.

E a questão dos novos medicamentos se faz muito presente e grave no País. Por quê? Porque a indústria farmacêutica está mudando sua plataforma de produtos. Aqueles produtos de síntese química de laboratório estão dando lugar a produtos com outros tipos de síntese: biológicas, coisas assim. E o que acontece? A maioria está desenvolvendo esses produtos em comprimido. Então, cria-se esse caso seriíssimo no País por quê? É em comprimido a preços, Senador, quatro ou cinco vezes não, dez quinze vezes.

E a ANS, como não cobre, o que é? O problema está lançado no colo do Ministério da Saúde, da Secretaria Municipal e Estadual de Saúde. E com mais uma gravidade: medicamentos em comprimido que representam pré-forma, ou seja, a porção inativa daquilo que no organismo vai transformar-se na substância ativa que já existe, custando reais ou centavos de reais.

A temozolamida é um exemplo disso; é uma pré-forma de uma substância muito antiga, dos anos 50. Outro exemplo é a capecitabina, que é a pré-forma de um medicamento dos anos 40, 50, que é a fluoruracila. Então, essas são questões graves que interferem profundamente na saúde da população e que têm de ser ditas, porque, na maioria das vezes, aposto como vocês próprias desconhecem esses status.

Voltando ao Senador Mozarildo. Quando o Senador Mozarildo fala da sua preocupação com gestão, eu sugeriria que também discutíssemos a forma do financiamento da prestação de serviços ao SUS, porque essa forma de ressarcir por procedimento é maléfica, origina esse tipo de distorção, permite que o prestador de serviços ao SUS faça a seleção daquele procedimento que interessa – vai casar o procedimento com o valor. Então, se aquele procedimento por acaso é superavitário ele adora fazer, e fica de bico calado: não diz que o procedimento é superavitário. Mas, quando é deficitário, ele fecha a porta. Por quê? Como existe essa dualidade partícula/onda, nós não temos o controle da fila, nem da porta de entrada do prestador privado, e ele faz seleção. Ele faz seleção de procedimento, ele faz seleção de doentes e faz até seleção de tipo de câncer. É por isso que os senhores e todos nós, brasileiros, vemos essas almas penadas com uma dificuldade enorme de acesso. Podem prestar atenção ao perfil daquelas pessoas, que, inclusive, como mostrado aqui, não são consideradas pessoas de direito mesmo. Simplesmente é porta fechada, é um acesso fechado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, Maria Inez, veja a crueldade do que você está dizendo: vão ao ponto de selecionar qual o doente que eles vão tratar.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Seleccionam! Se o senhor procurar no Brasil quem abre porta para tratamento de câncer de cabeça e pescoço, que é tão cruel quanto o câncer do colo do útero, o senhor não vai encontrar, a não ser em instituições públicas. Então, fica essa desigualdade sendo cada vez mais aprofundada no País.

Com relação ao Senador Eduardo Amorim, Senador muito conhecido lá em Sergipe...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dr^a Maria Inez.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Dr. Juarez está aqui dizendo que ele foi um dos excluídos, ele foi para a seleção. Ele também é portador e foi excluído.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Então ele sabe do que estou falando, não é Juarez?

Então, no caso de Sergipe, por exemplo, quando fomos fazer a descentralização... Por exemplo, no Mato Grosso, nós estamos tentando... Rondonópolis e Sinópolis, não é isso? Sinop?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sou do Mato Grosso do Sul, é um Estado mais adiantado...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nem tanto...

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Então, lá no Mato Grosso – Rondonópolis foi citada –, estamos tentando descentralizar para Sinop desde o tempo em que o nosso Senador Humberto Costa era nosso Ministro, quando, em 2005, foi aprovada essa nova política de atenção oncológica. Mas a dificuldade local e de qualificação dos hospitais... Porque o problema não se resume a remédio; a questão do câncer não se resume a remédio.

E ele fala de Sergipe por exemplo. Levamos essa ideia para Sergipe, que dependia de um hospital, o hospital de cirurgia filantrópica – e prestando um serviço com muita seleção, portas muito fechadas. O Estado, na ocasião, estava com aquele hospital novinho realmente, um hospital de emergência. Nós dissemos: “Não vai dar certo, não se mistura emergência com área tão especializada”. Mas não havia saída e, aí, a gente implantou lá, inclusive instalou a primeira radioterapia pública do Estado.

Recentemente, mais um acelerador linear foi alocado no hospital – por emenda parlamentar se não me engano, ou por convênio. Queríamos aproveitar o mesmo físico, o mesmo radioterapeuta, a mesma equipe e ampliar o já existente, mas não: está indo para o hospital de cirurgia.

Com isso, termino. Antes, porém, agrego ao que os Srs. Senadores falaram: temos de discutir essa forma de ressarcir a prestação de serviços ao SUS por procedimento. Ela é conflituosa, ele se resume a tabela, ela fortalece o discurso corporativo e ela fecha acessos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr^a Maria Inez.

Antes de passar a palavra para a Martha Regina, anunciamos que Juarez Pires de Souza, que é Diretor da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia, está conosco aqui. Agradeço, portanto, sua presença nesta nossa audiência pública.

Com a palavra, Martha Regina de Oliveira.

A SRA. MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Obrigada, Senadora.

Eu queria pedir licença para responder primeiro a pergunta do Senador Casildo, que vai ao encontro do que a Inez estava colocando aqui.

A Lei nº 9.656, que é a lei que regula os planos de saúde, em seu artigo 10, traz várias limitações ou exceções possibilitadas à operadora como exceções passíveis de não serem cobertas. Entre elas, está a medicação domiciliar.

Na época em que a lei foi feita, em 1998, não se poderia imaginar que um dia existiria medicação domiciliar para câncer, e essa tentativa de exclusão era uma proteção, por exemplo, para antitêrmico ou para algum tipo de medicamento que pudesse ter uso descontrolado, um uso inaceitável para aquele escopo de desenho que era o plano de saúde. Só que houve uma evolução na medicina, que vai continuar acontecendo, e a lei, com essa previsão, conflita agora com a tecnologia atualmente existente. Mas esse artigo está na lei, e como a gente só fabrica normas infralegais, aqui é o lugar certo para fazermos essa discussão. O que é o artigo da lei hoje? O que ele representa? Como ele pode ser desenhado para o atual estado da arte da medicina que a gente está vivendo? Então, quanto ao artigo da lei, é isso.

Eu só queria esclarecer uma coisa. Esse artigo da lei se refere a medicação domiciliar. Se o medicamento é em comprimido, mas ele é feito dentro do hospital, Inez, ele tem cobertura, ele tem de ser pago.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Martha, eu não sei se é possível, mas talvez você pudesse, a título de sugestão – você que está ali, no dia a dia –, colocar não a forma técnica, legislativa, mas colocar no papel o que você está dizendo: “Vocês tem de modificar esse artigo, e façam desse jeito para resolver o problema”. Essas coisas nos ajudam aqui.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – A questão é que a lei faz referência a “uso contínuo

domiciliar”. Então, isso que a Martha fala, de uso de comprimido em hospital, não se usa em tratamento quimioterápico. O que se faz é o seguinte: se passa a receita, a pessoa pega a quantidade para aquele mês e vai para casa. Então, é o uso contínuo domiciliar. O que há de comprimido em hospital? É, eventualmente, prednisona, sei lá, algum antialérgico que se usa concomitantemente com a quimioterapia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas é que ela está dizendo que impede...

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Impede! A interpretação que está sendo dada é essa, Senador. Eu, quando leio aquele artigo, não vejo que a interpretação seja essa, porque a lei fala de uso contínuo domiciliar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei, mas não adianta polemizar. Nós temos de mudar para não dar esse tipo de interpretação. Temos de ser práticos. Como é que a gente resolve o problema? Modificando a legislação.

A SRA. MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – OK. Então, a gente também, enquanto Agência, interpreta uso domiciliar como uso em casa. Só para contextualizar o que a Inez colocou: está dentro do hospital e, de repente, o SUS começa a pagar. Isso não pode existir.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Mas existe.

A SRA. MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Então, se existe, a gente tem de ser primeiro notificada de que existe para que a gente possa tomar as devidas providências. Existe fiscalização na Agência para isso.

A SRA. MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Não, não. Não é no hospital, querida, é no mesmo estabelecimento de saúde; ele passa por ambulatório, passa a ser do SUS.

A SRA. MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Deixa só eu terminar.

Dentro do hospital, o tratamento tem de ser completo e, para o câncer, a única exceção que existe hoje em termos de quimioterápico é esta: domiciliar, por causa da exclusão da lei. Só queria contextualizar.

Agora, falo um pouco de acesso. Não quero polemizar, mas a gente também tem de cuidar do acesso das pessoas que utilizam planos de saúde, e a gente está com uma resolução para ser publicada a qualquer momento que aperta as operadoras em termos de acesso, limita o tempo que ela pode utilizar para fornecer acesso tanto a profissionais da área da saúde quanto a exames e internação. Então, esses profissionais e esses hospitais vão se sentir cada vez mais apertados com essa resolução que a gente tem.

Então, é uma sugestão: que a gente também pense como é que vai ser o comportamento da saúde

como um todo numa política de organização de rede. Eu tenho certeza de que o Ministério tem de dar uma pensada nisso e pensar como é que vai ser o comportamento dessa rede daqui para frente.

Bom. Então, OK. O artigo 10, eu acho... Tenho certeza de que a Luciana tem alguma sugestão nesse sentido do artigo 10. Acho que a gente pode conversar. Já existem alguns projetos de lei tanto do Senado quanto da Câmara que tramitam com a alteração desse artigo, alguns ampliando exclusivamente para câncer e outros ampliando de uma maneira um pouco maior. Então, quanto a isso, também já dá para resgatar alguns que já estão tramitando.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero chamar a responsabilidade para a comissão de tudo o que a gente... Porque, caso contrário... É uma audiência pública e, daqui a um mês ou dois meses, vocês voltam a nos cobrar as mesmas coisas. Quer dizer, penso que a audiência pública tem de terminar com este encaminhamento: o que nós, de prático, podemos fazer para melhorar ou minimizar tudo o que foi aqui colocado?

A SRA. MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Agora respondo a pergunta da Senadora Ana Amélia.

Ao encontro do que falou o Senador Moka e o Senador Mozarildo... Assim: a gente entende que as operadoras hoje têm de ser muito mais do que meras repassadoras de financiamento. Então, a gente tem uma política lá dentro tanto para gestão de programa de promoção e prevenção – a Luciana citou alguns movimentos que temos feito – quanto para diretrizes clínicas. E estamos monitorando as operadores assistencialmente. Temos um controle lá dentro para ver assistencialmente, se ela está pecando em algum lugar, para que possamos tomar providências. Alguns desses monitoramentos baseavam-se num sistema de informação que temos que levar em consideração o CID, para sabermos, por exemplo, se paciente com câncer está tendo alguma restrição de acesso em alguma operadora maior do que em outra.

Por uma decisão judicial, o CID, na saúde suplementar, não pode ser obrigatoriamente fornecido. Essa decisão foi para o Supremo. Esperamos que essa situação se resolva em breve, para termos informações epidemiológicas e para monitoramento, ou seja, para verificarmos se tem alguma operadora que, por exemplo, está bloqueando acesso de algum paciente com câncer. Então, só teremos essa informação se soubermos quem tem câncer.

Era isso que tínhamos colocado no início. Não sei se tem alguma outra pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Marta.

Passo a palavra a Rosamélia, chefe de gabinete do Instituto Nacional de Câncer, que representa o seu presidente, Dr. Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva.

A SRA. ROSAMELIA – Senadora, a senhora tinha perguntado sobre a medicação. Acho que a Inês, em parte, já explicou. É uma questão bastante difícil, ela tem relação com a baixa remuneração do profissional.

Que cenário é esse? O cenário de desenvolvimento de inúmeras drogas, inúmeros lançamentos, sendo informado aos profissionais de saúde que não têm tempo disponível para uma atualização, para estudar isso adequadamente.

Ao lado disso, hoje este tipo de avaliação, a avaliação tecnológica, transformou-se em estudos altamente complexos. É uma linguagem que, muitas vezes, o médico que está na área assistencial tem dificuldades de compreender.

O que é necessário? Isso que a lei agora promulgada vai permitir, que exista uma equipe dentro do próprio Ministério contando com outras instâncias também, fazendo esse tipo de análise e definindo a incorporação tecnológica. Por quê? É preciso que se analise aquela droga no nosso contexto, com a nossa população. Muitas vezes os estudos estão dando conta de ser avaliados em populações diferentes, com composição genética diferente, em condições assistenciais diferentes, e o resultado que vamos obter aqui não é o mesmo. Então, esperamos que essa lei venha ajudar a dar uma ordenação nesse cenário.

Durante essa discussão, algumas propostas foram feitas, e eu gostaria de fazer uma outra proposta para o Senado, pela importância que tem. Ao lado destas propostas da lei de incentivo, da regulamentação da emenda constitucional, da modificação do art. 10 da legislação, cobrindo a questão desta nova tecnologia, que é a medicação oral em oncologia, sugiro que o Senado também nos convide para discutir os desafios enfrentados na implementação da Política Nacional de Atenção Oncológica. Quando essa política foi promulgada em 2005, representou um avanço muito grande, ela possuía alguns objetivos centrais muito importantes, entre eles promover a integralidade. E olhar também a questão desde a promoção até a assistência especializada.

No entanto, a própria forma de composição do Sistema Único de Saúde cria dificuldades que precisaríamos, em muitos momentos, em muitas situações, de ajuda legislativa para superar. Mesmo a expansão da assistência radioterápica tem alguns nós ligados a legislações da Comissão Nacional de Energia Nuclear em relação à Lei de Licitações, que criam dificuldades bastante complexas.

Eu acho que seria muito importante que esta Casa nos ajudasse na superação desses impasses. Isso vai representar um avanço bastante importante para nossa sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr^a Rosamelia.

Passo a palavra a Dr^a Luciana Holtz de Camargo Barros, do Instituto Oncoguia.

A SRA. LUCIANA HOLTZ DE CAMARGO BARROS – Senadora, quero chamar o Dr. Tiago Farina Matos que vai falar para vocês sobre dois pontos importantes: o nosso parecer a respeito da lei promulgada na semana passada e a questão da ANS e do artigo 10.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Temos um microfone sem fio aqui.

O SR. TIAGO FARINA MATOS – Boa tarde a todos e a todas, Srs. Senadores, gostaria de agradecer novamente à Senadora Ana Amélia a oportunidade e a toda a sua assessoria que tratou a questão com a mais absoluta sensibilidade.

Embora a pergunta tenha sido direcionada ao Oncoguia sobre a Lei nº 12.401, sobre a qual elaboramos um parecer citando alguns pontos que, no nosso entender, prejudicaram a sociedade civil, especialmente os pacientes, mas para não deixar fugir à questão da ANS, entendemos que a Lei nº 9.656, embora não tenha tornado obrigatória a cobertura de medicamentos de uso domiciliar, no mesmo artigo da leitura conjunta do artigo e seus parágrafos e incisos, é possível afirmar que o próprio dispositivo conferiu à ANS a possibilidade de ampliar a cobertura. Inclusive, transplante, que é um caso comum, pelas normas só o transplante de rim e córnea seriam cobertos, e a ANS ampliou essa cobertura para câncer, por exemplo, medula óssea.

Então, a ANS tem, sim, essa prerrogativa, tem, sim, esse poder de ampliar. Isso obviamente não tira a necessidade de o Parlamento legislar sobre essa matéria, e há projeto de lei nesse sentido tramitando. Talvez uma proposição seria que esta Comissão – não sei exatamente como está o regime de tramitação –, tratasse com prioridade e urgência esse projeto, haja vista a dúvida de interpretação. Mas, no nosso entender, é possível, com a lei, da forma como está redigida hoje, ampliar esse acesso à quimioterapia oral. Isso vai ao encontro, Inês, do impasse entre o Sistema Único de Saúde e a saúde suplementar, que obviamente tem que ser melhor trabalhado, sem dúvida alguma.

Com relação à Lei nº 12.401, de 2011, publicada na semana passada. Essa lei nasceu de uma necessidade especialmente sobre o fato da crescente judicialização da saúde. Ela motivou inúmeros parlamentares, e o próprio Ministério da Saúde tenta resolver o problema, não acabando com a judicialização sem

resolver a causa da judicialização, mas sim tenta sanear toda essa problemática, desafogar o Judiciário desses processos, sem atrapalhar o planejamento do Ministério da Saúde.

Essa lei teve a intenção de sanear esse processo. Ela trata basicamente da assistência terapêutica e da incorporação de tecnologias. Isso inclui medicamentos, procedimentos, equipamentos. Enfim, todas as tecnologias relacionadas à assistência ao paciente são tratadas por essa norma. Ela cria uma comissão que vai avaliar a incorporação de tecnologias.

Um ponto muito, muito importante estabelecido nessa lei e que procura também pôr um fim ao rito burocrático do processo de incorporação é definir um prazo máximo para essa comissão analisar os pedidos de incorporação. O prazo foi de 180 dias prorrogáveis por mais 90 dias. No total, podemos falar que o prazo para avaliação de uma nova incorporação é de 270 dias.

Havia um dispositivo no projeto que foi aprovado pelo Senado, foi aprovado pela Câmara e submetido à sanção da Presidente, que previa que, caso o pedido de incorporação de uma nova tecnologia não fosse avaliado por essa comissão no prazo de 270 dias, ele seria automaticamente incorporado à lista do SUS até que houvesse avaliação dessa comissão. Não que ele seria incorporado indefinidamente, mas incorporado até que a comissão avaliasse esse pedido. E um detalhe importante: essa comissão conta com a participação de um representante do Conselho Nacional de Saúde. Ou seja, vai ao encontro também do princípio constitucional do SUS, que é o da participação da sociedade.

Então, essa lei realmente trouxe um avanço, não fosse a infelicidade, no nosso entender, de esse dispositivo receber o veto presidencial. Esse dispositivo foi vetado. Outro dispositivo também vetado e que também vai nessa mesma linha é a questão sobre o impacto econômico de um tratamento quando não há uma diretriz terapêutica e um protocolo, um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica. A própria Inez comentou, e isso o Instituto entende como da mais absoluta prioridade, é a realização de protocolos clínicos, porque isso auxilia, isso combate principalmente o gasto desnecessário das verbas públicas, porque há toda uma avaliação técnica a respeito dos tratamentos, dos medicamentos e de outros procedimentos oferecidos ao paciente.

A ideia é que sejam priorizados os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas. Esse dispositivo foi vetado também. Então, o impacto econômico pode ser considerado para a negativa do fornecimento de um medicamento, mesmo quando não há protocolo clínico e diretriz terapêutica. Não há protocolo nenhum e o paciente fica sem acesso a essa tecnologia.

Então, a proposta, a gente encaminhou um parecer, que consta na pasta do Instituto Oncoguia, analisando mais detalhadamente esses vetos presidenciais. Obviamente, será submetida à apreciação dos Srs. Senadores a possibilidade de rejeição desses vetos. E entendemos que realmente devem ser pelo menos discutidos com mais profundidade e eventualmente rejeitados esses vetos, para que não haja um prejuízo maior ao paciente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Tiago Farina Matos, que deu as explicações sobre isso. Acho que é um dever de casa, Senador Moka – o senhor é médico, não é? –, um dever de casa que vai ficar na apreciação dessas questões legais. Depois vamos organizar a nossa agenda para isso.

Eu convido agora – Luciana, você conclui então? Fica o aspecto mais delicado ou pelo menos mais complexo da sua exposição nas perguntas dos Senadores.

Eu convido agora a fazer uso da palavra a Dr^a Antonieta Barbosa, para responder as perguntas que lhe foram encaminhadas pelos Senadores.

A SRA. ANTONIETA BARBOSA – Quanto à questão do Senador Casildo sobre a Emenda Constitucional nº 41, essa emenda estabeleceu que o servidor público que se aposentar por doença grave vai ter a sua aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição, e o reajuste de acordo com o índice da Previdência Social. Ou seja, quebrou a paridade e a integralidade que sempre foram históricos, de séculos atrás, pois o servidor público sempre teve a sua aposentadoria integral.

Aí, existe uma PEC, a PEC nº 270, que está há meses tramitando e que ainda não foi votada. E mesmo essa PEC contempla apenas os servidores que tomaram posse depois da Emenda nº 41, ou seja, 17 de dezembro de 2003.

O que questiono é que a atenção a um paciente de doença grave, de câncer, por exemplo, tem de ser atemporal e incondicional por parte do Estado. Digamos que um paciente de câncer tome posse e, no dia seguinte, vá aposentar-se, se tiver três anos, quatro anos de serviço público ou de contribuição, com um salário insuficiente. Ele não vai morrer de câncer; ele vai morrer de fome.

Então, o que questiono é este aspecto: o servidor público hoje está praticamente proibido de ficar doente e de se aposentar. Se ficar doente, ele tem de ficar trabalhando porque a aposentadoria a que terá direito será uma coisa irrisória.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr^a Antonieta Barbosa.

Agora, convido a SRA. Rosa Maria Rutta, representante aqui da nossa Maira Caleffi, do Imama do Rio Grande do Sul.

A SRA. ROSA MARIA RUTTA – Com relação a esse encaminhamento do projeto, eu acredito que seja prioridade para nós o encaminhamento desses assuntos todos.

Então, parablenzo a proposta de todos os Senadores, que entenderam a problemática e se colocaram nessa questão de tomar a frente. Nós temos questões bem pontuais aqui que foram trazidas. E gostaríamos que, desta Mesa, tivéssemos a proposição de construção desse projeto, de formação dessa comissão, para podermos acompanhar também a construção e o encaminhamento do projeto resultante do encaminhamento aqui da Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, cara Rosa Maria.

Passo agora a palavra, para encerrar as respostas, à nossa Virgínia Marta Magrini, Diretora da Femama, a federação que trata da prevenção ao câncer de mama em nosso País.

A SRA. VIRGÍNIA MARTA MAGRINI – Eu gostaria de agradecer a todos aqui pela atenção. Eu fiquei imensamente gratificada com tudo o que foi dito, que foi colocado aqui hoje, que realmente retrata a realidade nua e crua do paciente de câncer, na qual eu me incluo. E há mais alguém aqui, não é? A gente realmente enfrenta uma realidade terrível.

Como no meu caso, no Estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na cidade de Dourados, a gente sequer tem um hospital para tratamento de pacientes com câncer. Então, nós ficamos também naquele caso de tratamento de hospitais que atendem urgências, e por ali a gente vai indo, vai levando. É um serviço de radioterapia terceirizado, em que a gente não tem ingerência e não tem como saber se está sendo fiscalizado ou se não está.

Então, além de todos esses problemas, a gente ainda enfrenta estes outros: de terceirização, de pessoas que estão ali com a intenção de apenas ganhar dinheiro em cima do paciente que está para morrer.

Acredito que hoje a gente vai sair daqui fortalecidos. Os Senadores demonstraram e aqueles que não tinham total conhecimento dos fatos aqui narrados hoje pelo menos um pouco tiveram e, com certeza, vão procurar saber mais alguma coisa. A participação do Inca nestas nossas tarefas diárias, de tentar ajudar da forma como a gente pode, eu acho muito importante. Dourados não tem um serviço de radioterapia, e é uma região muito grande, com 38 Municípios envolvidos. Não haver um serviço de radioterapia público eu acho um déficit terrível. A gente estava sendo tratado como um

leproso, por exemplo: “Você tem câncer? Então, você não pode ser tratado aqui em Dourados, Mato Grosso do Sul. Você tem de procurar ou Barretos, ou Jaú, ou Florianópolis ou Porto Alegre... Vá para onde quiser, mas aqui você não vai ser tratado, porque aqui não há sequer o espaço físico.”

Eu acho isso muito triste. Por conta disso, estou aqui hoje: me abalei de lá até aqui, estou aqui e agradeço imensamente a oportunidade. Tenho certeza de que, juntos, nós vamos mudar esse cenário nacional!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Virgínia. O Eduardo justificou a ausência.

Eu queria agradecer também ao Tiago pela exposição que fez sobre os aspectos legais dessa matéria e agradecer muito a todos que compareceram a esta nossa audiência pública: à Maria Inez, Coordenadora-Geral de Média e de Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde; à Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; à Rosamélia Queiroz da Cunha, Chefe de Gabinete do Instituto Nacional de Câncer, que representa aqui o Diretor-Geral do Inca, Dr. Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva; à Dr^a Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia; à Dr^a Antonieta Barbosa, advogada e autora do livro Câncer – Direito e Cidadania, origem desta audiência pública – é em homenagem a ela que estamos fazendo este trabalho –, a Rosa Maria Rutta, Superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, o Imama, que representa aqui também a nossa brava Maira Caleffi, a Virgínia Marta Magrini, Diretora da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, a Femama, que também mostrou a sua bravura, e ao Eduardo Petrov, Diretor Jurídico do Hospital de Câncer de Barretos, que representou aqui o Diretor Geral do Hospital de Câncer, Henrique Duarte Prata.

Eu queria agradecer também a todos os Senadores, que deram uma valiosa contribuição, especialmente os médicos, e também à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Casildo Maldaner, ao Senador Waldemir Moka, ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Paulo Davim.

Nós, aqui, tivemos, Senador Mozarildo Cavalcanti, de fato, nesta audiência pública, o ponto de partida para um desafio que agora passa a ser nosso. E nós, como responsáveis pela representação parlamentar, assumimos aqui, eu, como Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais, em nome do Presidente Jayme Campos, que comandou os trabalhos com muita atenção e competência, assumo aqui o

compromisso, com vocês todas, no sentido, Senador Moka, de levarmos adiante, Senadora Lúcia Vânia e Senador Casildo Maldaner, os levantamentos e os questionamentos e o que esperam essas instituições, não só oficiais, de governo, a agência reguladora, mas as ONGs, o Instituto do Coração ou as outras entidades que estão ligadas diretamente a isso, com o apoio também da Dr^a Antonieta Barbosa, porque esta é uma guerra de todos nós.

Então, eu penso que nós cumprimos, hoje, a primeira etapa de uma missão, porque temos, daqui em diante, um dever a ser cumprido. E vamos responder a isso com muita dedicação e com muito empenho.

Obrigada a todos vocês e dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Muito obrigada a todos pela presença e pela atenção.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Gim Argello, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Ana Rita. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e José Agripino. Justifica ausência o Senador Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores João Durval e Romero Jucá. O Presidente registra a presença do Juiz do Trabalho e Secretário Geral do Tribunal Superior do Trabalho – TST, Rubens Curado Silveira. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 8ª, 9ª e 10ª Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CAS.** *Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento*

*Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 53, de 2010-CAS, com o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002, do qual sou Relator no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. **Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2002.** Acrescenta o Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do PLS:** Senador Moreira Mendes. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002. **Resultado:** **Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002. EXTRAPAUTA – ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, “CRACK” E OUTRAS DROGAS DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.** De acordo com o Art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência comunica que o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a composição da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, “Crack” e Outras Drogas – CASDEP, em virtude de participar de diversas outras Comissões. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2008.** Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análise laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CCT. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2006.** Altera o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre o prolongamento da concessão do seguro-desemprego, em até doze meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). **Autoria:** Senador Paulo*

Paim. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Retirado de Pauta para atender ao Ofício SF nº 634/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa do Senador Humberto Costa solicitando audiência de outra Comissão. ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010.** Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (disc jockey) e Produtor DJ (disc jockey). **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado:** **Retirado de Pauta para atender ao Ofício SF nº 642/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa da Senadora Marisa Serrano solicitando audiência de outra Comissão. ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2007.** Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de sódio para os produtos alimentícios. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** **Retirado de Pauta para atender ao Ofício SF nº 638/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a Requerimento de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral solicitando audiência de outra Comissão. ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2008.** Altera o § 1º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentando-lhe § 6º, para permitir a contratação eventual de empregados, pelos segurados especiais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** **Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Item 5 – Projeto de Lei do Senado Nº 88, de 2008; Item 6 – Projeto de Lei do Senado Nº 467, de 2009; Item 9 – Projeto de Lei do Senado Nº 466, de 2003; Item 10 – Projeto de Lei do Senado Nº 302, de 2006; Item 11 – Projeto de Lei do Senado Nº 314, de 2007; Item 12 – Projeto de Lei do Senado Nº 28, de 2008; Item 14 – Projeto de Lei do Senado Nº 34, de 2010; Item 15 – Projeto de Lei do Senado Nº 89, de 2010; Item 16 – Projeto de Lei do Senado Nº 176, de 2003; Item 17 – Projeto de Lei do Senado Nº 42, de 2011; Item 18 – Projeto de Lei da Câmara Nº 25, de 2008; Item 19 – Projeto

de Lei do Senado Nº 154, de 2010 – Complementar; Item 20 – Requerimento s/nº, de 2011. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Casildo Maldaner e Jayme Campos, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 8ª, 9ª e 10ª reuniões da CAS.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Gostaria de passar à apreciação dos itens de 1 a 20, conforme pauta previamente divulgada.

Daqui a poucos minutos, teremos a presença do nosso Senador e Ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho. Antes da chegada de S. Exª, gostaria de colocar em votação alguns projetos, diante da urgência que temos dessas votações.

ITEM 1

-Não terminativo-

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 53, de 2010-CAS, com o objetivo de instruir o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002, do qual sou Relator no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Senador **Casildo Maldaner**

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para encaminhar a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, na legislatura passada, a Senadora Rosalba, hoje Governadora do Rio Grande do Norte, havia pedido que se fizesse uma audiência pública para tratar desta matéria do certificado para a questão trabalhista, da qual sou Relator.

Tendo em vista que, nesta legislatura, recebemos essa relatoria e tendo ouvido ambas as partes, a Justiça

do Trabalho e também a Confederação das Indústrias, percorremos um longo caminho, ouvindo aqui e lá, chegamos ao entendimento de que essa audiência pública seria dispensável.

Essa é a razão, Sr. Presidente, nobres colegas, de eu ter apresentado esse requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner. Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 2

-Não terminativo-

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2002-CAS

Acrescenta o Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado **Moireira Mendes**

Relatoria: Senador **Casildo Maldaner**

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002

Observação: A matéria constou da pauta da reunião de 04 de maio de 2011, sendo adiada a sua apreciação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner para proferir seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas,

Vem à análise desta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002, que objetiva, ao acrescentar o Título VII-A (Da Prova de Inexistência de Débito Trabalhista) à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que passará a ser obrigatória para a habilitação em licitações.

Na sua parte substancial, o Substitutivo prevê que a CNDT não poderá ser obtida se, em nome do interessado, constar o inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado, proferida pela Justiça do Trabalho, ou em acordos judiciais trabalhistas, ou, ainda, o inadimplemento de obrigações decorrentes de execução de

acordo firmado junto ao Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

De acordo, ainda, com o Substitutivo, em caso de existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT. Esse documento certificará a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais e terá o prazo de validade de 180 dias.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição mereceu a aprovação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com Substitutivo.

Nesse texto, em atenção à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, entendeu a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania necessária a redução das hipóteses em que será exigida a CNDT, restringindo-se a exigência à comprovação, nos processos de licitação, de regularidade trabalhista junto à Administração Pública.

II – Análise

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre o mérito da matéria.

O projeto sob exame tem por finalidade dar aos créditos trabalhistas tratamento similar ao dispensado, atualmente, pela legislação pátria, no combate ao inadimplemento junto à Fazenda Pública e à Seguridade Social. Busca-se, na verdade, obrigar os empregadores a quitar suas dívidas trabalhistas, não raras vezes consideradas de baixo impacto pela área financeira das empresas, já que os encargos que incidem sobre elas são relativamente pequenos.

O projeto vem, portanto, em boa hora. Com ele não só se aparelha o Estado de mais um mecanismo de comprovada eficiência na contratação de empresas idôneas na execução de seus contratos, como também, cria-se um instrumento capaz de convencê-las a buscar soluções mais rápidas para os litígios decorrentes das relações de trabalho e o consequente adimplemento, em menor prazo, das dívidas trabalhistas.

A despeito de já dispor a Administração Pública de instrumentos legais de fiscalização e cobrança dos direitos trabalhistas, estamos convencidos que, com a instituição da CNDT, será estimulado o equacionamento das pendências judiciais e, concomitantemente, haverá maior controle do pagamento dos créditos trabalhistas.

Não é demais enfatizar que, por ser considerado privilegiado, o crédito trabalhista deve ser resguardado também pelos mecanismos de fiscalização indireta para

que, desse modo, sejam obtidas maior objetividade e efetividade em relação aos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988.

Assim, relativamente ao mérito da proposta, não há reparos a fazer, pois é inaceitável que os contratantes com o Poder Público requeiem a um segundo plano a preferência legal dos créditos trabalhistas, em detrimento dos trabalhadores.

Ressalte-se, finalmente, que a exigência dessa nova certidão negativa, no caso específico das licitações, não irá excluir empresas idôneas na fase de habilitação, nem representará obstáculo à maior competitividade no procedimento licitatório ou à realização de contratos mais vantajosos para a administração pública.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002.

É o relatório, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Parecer, que concluiu pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Colegas, quero agradecer porque é uma matéria que vem tramitando desde 2002. Já havia a exigência, há muitos anos, para que uma empresa possa participar de licitações públicas, que haja quitação não só junto à Fazenda Pública, que são questões fiscais, mas também junto à Previdência Social e, agora, também, finalmente, junto à legislação trabalhista. Eu acho que contempla todos os setores, que é a Fazenda Pública, quer dizer, a questão fiscal, a questão da Previdência Social e também a do trabalho.

Acho que nós completamos, então, esse triunvirato de exigências, no bom sentido, para as empresas que querem participar de licitações públicas.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a V. Ex^a e aos nobres Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo.

Quero registrar, de forma prazerosa, a presença do juiz do trabalho, Dr. Rubens Curado Silveira, Secretário-Geral da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

Suspendo a 11ª Reunião Extraordinária.

(Suspensa às 9 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está reaberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM EXTRAPAUTA

Altera a composição da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas (Casdep), da Comissão de Assuntos Sociais.

De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a composição da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, em virtude de participar de diversas outras Comissões.

Coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro encerrada a 11ª reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 49 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Clésio

Andrade, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Gim Argello, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Ana Rita. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, José Pimentel, Valdir Raupp e José Agripino. Justifica ausência o Senador Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores João Durval e Romero Jucá. O Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, registra a presença do Presidente do INSS, Mauro Luciano; do Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – MPS, Leonardo Rolim; e do Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social – MPS, Carlos Eduardo Gabas. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada ao comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social, Excelentíssimo Senhor GARIBALDI ALVES FILHO, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos dois anos atendendo ao Requerimento nº 3, de 2011-CAS de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Davim. Após a exposição do Excelentíssimo Senhor Ministro, usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se ao comparecimento do Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Garibaldi Alves Filho, para apresentar as diretrizes e programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos.

Eu convido o Senador Waldemir Moka e o Senador Paulo Davim para conduzirem S. Exª o Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho, atual Ministro da Previdência Social, ao plenário desta Comissão. S. Exª nos honra sobremaneira hoje com a sua presença nesta Comissão, para discutirmos as propostas e programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos.

O requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Davim. Com certeza, teremos a oportunidade ímpar de ouvir aqui o Ministro Garibaldi Alves Filho falar sobre a Previdência Social do Brasil.

Portanto, quero anunciar, de forma prazerosa e com muita galhardia, a presença do Ministro Garibaldi, que é nosso velho amigo, Senador brilhante, foi Presidente do Senado Federal e agora empresta a sua competência para o Governo que aí está, para, com certeza, buscar efetivamente uma melhoria em relação à Previdência Social do Brasil para esses próximos quatro anos.

Esta Comissão, nesses 60 dias após a posse da nova Mesa, já trouxe o Ministro da Saúde, já fez audiência pública para discutir a questão dos hospitais de oncologia e, desta feita, o Ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho, que nos honra com sua presença. *(Pausa.)*

Encontra-se presente, então, o Ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho. Teremos a oportunidade ímpar de ouvirmos S. Ex^a, suas explanações e observações em relação à política de Previdência do País nesses próximos quatro anos.

É um assunto pertinente diante de tudo aquilo que temos conhecimento, sobretudo do próprio envelhecimento da população brasileira, e principalmente que hoje consome quase 22,4% do PIB nacional. De maneira que, como responsável é o Senador e Ministro Garibaldi Alves, quero crer que aqui ele vai, de forma transparente dispor quais as providências, planejamentos, diretrizes que o Ministério está preparando para os próximos quatro anos.

Quero, com muita satisfação, dizer ao Ministro Garibaldi que nós apostamos no seu trabalho. Já é preocupante há muito tempo a questão da Previdência, mas o Ministro Garibaldi, além de ser habilidoso, articulado político, sobretudo é competente: o que ele pega para fazer ele faz com competência, haja vista que, como Presidente do Senado Federal, só deixou aqui, com certeza, saudade, alegria e, acima de tudo, demonstrou que é possível fazer muito pelo Brasil.

Portanto, Senador Garibaldi Alves, quero manifestar, uma vez mais, a nossa alegria, o nosso contentamento com a sua presença. V. Ex^a, inicialmente, tem trinta minutos para falar da Previdência. Após isso, nós daremos aos nossos prezados Senadores aqui a oportunidade de fazerem as indagações, os questionamentos com relação à Previdência Social do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves por trinta minutos, com muito prazer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, meu prezado amigo Senador Jayme Campos.

Quero agradecer, inicialmente, os elogios feitos por ele. Podem registrar que esses elogios são fruto de um companheirismo aqui. Nas diversas comissões, no plenário, sempre tive a companhia, que sempre me honrou, do Senador Jayme Campos, que agora preside a Comissão de Assuntos Sociais.

Quero cumprimentar os Senadores aqui presentes: a Senadora Ana Rita, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Vicentinho Alves, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Waldemir Moka, o Senador Paulo... Já chegou o nosso...? Esse não pode faltar. Não é por causa da minha presença não, mas porque, quando se trata desta pauta, ele não falta. Bem, são esses os Senadores e Senadoras que nos dão a honra de sua presença.

Eu não sou muito familiarizado com esse método daqui, não, mas vou ver se consigo passar no teste.

Eu resolvi testar aqui porque aqui o auditório poderá ser mais indulgente comigo do que qualquer outro com que eu venha a experimentar esse sistema.

Então, se o Presidente me permite, vou começar aqui a exercitar esse novo mister, essa...

Senadora Ana Amélia, tenho muita satisfação em ter sua presença aqui.

Falar na Previdência Social do Brasil é falar, inicialmente, do seu Regime Geral. Muita coisa que eu vou dizer aqui, claro, já é do conhecimento dos senhores, mas eu preferi optar por dizer isso que os senhores verão, porque é importante que nós tenhamos um contexto mais amplo e, dentro desse contexto mais amplo, nós iremos abordar as questões que nos preocupam mais pontualmente.

Então, o Regime Geral do INSS é esse aí que eu consegui resumir nesses dados, porque se trata de uma proposta ousada tentar resumir o Regime Geral de Previdência Social, que o INSS administra. São cerca de 24 milhões e 600 mil benefícios, que são pagos rigorosamente em dia. Ninguém ouviu falar que o INSS esteja atrasado com o pagamento dos benefícios, a não ser quando se trata de uma questão que está sendo objeto de uma decisão judicial, pois o INSS – cadê o Presidente? – é campeão em matéria de discussão de questões na justiça.

Mas, antes de começar, eu me esqueci, tenho de apresentar a nossa equipe – alguns já são conhecidos, mais conhecidos; outros não. Vou começar pelo ex-Ministro Carlos Gabas, que, antes de ser Ministro, era o próprio Ministro. Eu tive a oportunidade de convidá-lo e contar com ele, já agora, durante esses quatro meses, e ele vem dando uma importante colaboração. Temos que colocar esse problema da nossa filiação partidária de lado. Nós somos indicados pelos partidos, mas, quando chegamos aos cargos, temos

que, de certa maneira, relevar as nossas origens partidárias. Não é que nós vamos abandonar os nossos companheiros; vamos ter, claro, o relacionamento que sempre tivemos. Mas não podemos nos apegar muito às preferências partidárias que temos.

Estou dizendo isso porque o ex-Ministro Gabas, que hoje é o Secretário Executivo, quando ele chegou lá, claro, eu sabia que ele tinha sido indicado pelo PT, antes Ministro, e agora Secretário Executivo, e me preocupava, de uma certa maneira, eu ter um eminente membro do PT como Secretário Executivo sem que eu o conhecesse bem. Mas, logo no primeiro encontro, eu disse a ele que se ele tinha vindo para me vigiar, porque era do PT, eu tinha trazido do meu Estado dois para vigiá-lo, e os dois, por coincidência, estão aqui. *(Risos.)* Agora, eu já estou preocupado porque ele já está envolvendo os dois, e estou perdendo, assim, as condições que pensava ter junto a dois conterrâneos meus. Depois, quero apresentá-los.

Muitos já conhecem também o Dr. Mauro Hauschild, que é o Presidente do INSS, que está – estamos todos nós, não preciso dizer – à disposição dos Senadores, Sr. Presidente. O Presidente do INSS inclusive poderá apresentar aqui, no futuro, um novo sistema que estamos querendo adotar no que toca ao trabalho de perícia do INSS. Mas isso é assunto posterior. Se os senhores se interessarem em conhecer mais de perto, estaremos à disposição.

Leonardo Rolim, esse eu acredito que seja conhecido dos Senadores que eram da legislatura passada, porque ele já era meu assessor quando da presidência da CAE, quando ocupei a presidência do Senado. Nós tivemos sempre ao nosso lado Leonardo Rolim, que é hoje o Secretário-Geral da Previdência Social.

Jaime Mariz é o Secretário da Previdência Complementar. Quando eu fui Governador do Estado, ele foi o Secretário de Planejamento do Estado. E era um daqueles em quem eu confiava. Queria ficar ao lado do Secretário Carlos Gabas, mas foi cooptado por ele.

Marcos é o assessor parlamentar e acredito que ele vai se entrosar muito não apenas com esta Comissão, mas com as outras e com os Senadores e funcionários.

Aproveito para cumprimentar os funcionários da Comissão de Assuntos Sociais, porque, na verdade, eu sei o que eles representam para uma Comissão como esta. Tive a experiência da CAE como Presidente, mas participei de várias comissões, afinal estou aqui no terceiro mandato. Eu estou, não; quem está é o meu suplente. Por sinal, estou bastante preocupado com Paulo Davim, porque ele está muito entusiasmado com o Senado.

E, por último, se não me esqueci de ninguém, quero dizer que está aqui o meu pai. Tenho o mesmo nome dele, mas não tenho as qualidades, não herdei todas as qualidades dele. Gostaria de ter herdado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero convidar o Senador Garibaldi Alves para fazer parte da Mesa conosco. Dê-nos essa alegria e essa honra, Senador Garibaldi, de participar da Mesa conosco. *(Palmas.)*

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Vamos voltar ao tema. A primeira transparência já se foi.

Esse quadro fala por si mesmo, não preciso dar maiores explicações. Ele diz respeito à evolução da quantidade de benefícios emitidos pela Previdência.

Em milhões de benefícios, nós temos, inicialmente, no ano de 2002, a concessão de 18, praticamente 19 milhões de benefícios. E, na coluna final, até abril de 2011, esses benefícios já chegavam a praticamente 25 milhões. Para ser mais exato, são 24 milhões e 600 mil benefícios que foram pagos. E o demonstrativo diz respeito a 2002 até 2010.

Para atender um universo, Presidente Jayme Campos, de tantos benefícios, de tantos beneficiários, a Previdência, principalmente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tratou de aumentar a sua rede.

Cumprimento o Senador Renan Calheiros, Líder da nossa Bancada. Se ele não me expulsou, ainda sou da Bancada do PMDB. Cumprimento o Senador Renan e digo o seguinte: em boa hora o Presidente Lula tratou de expandir no seu Governo a rede de atendimento da Previdência Social.

Hoje nós temos aí – esse número está atualizado – 1.474 unidades. Eu até me esqueci disso, mas é assim, não? São 1.472 unidades. Nós temos... Quando digo nós, refiro-me à Previdência Social e falo aqui em nome do Governo da Presidenta Dilma. No que toca à Previdência, nós temos um plano de expansão de mais 720 unidades, para entregá-las dentro de três anos. Nós tivemos que desacelerar um pouco em face da situação determinada pela própria Presidenta, de contingenciamento de recursos, mas hoje nós temos em construção quase 250 agências. São 235 em construção e 15 que estão para serem iniciadas. Só na minha gestão na Previdência, já inaugurei 16 agências, porque eu faço questão de inaugurá-las – qualquer um faria, Senador Renan, por que quem é que não gosta de inaugurar obras? Até agora não vi nenhum dirigente não gostar de entregar as obras que o seu governo faz. Tenho até pena daqueles que deixam para os outros entregarem, como é o meu caso – estou entregando as que certamente José Pimentel deixou em ponto de serem entregues – e o do Ministro Carlos Gabas, que está entregando comigo.

Então, são agências que, como estão vendo, de acordo com o atendimento, nós temos até o atendimento móvel através do PREVbarco. Isso se verifica no rio Amazonas, nas localidades no Estado do Amazonas. Temos quatro navios, que dizer, a nossa frota está aumentando em convênio com a Marinha.

Quero destacar – eu sei que os Senadores já foram informados, mas quero enfatizar – que o atendimento da Previdência melhorou graças à informatização dos seus serviços. Hoje, através de uma central telefônica, cujo número é 135, temos o agendamento eletrônico das entrevistas. Dentro de dez a quinze dias, geralmente se marcam as entrevistas e, se a documentação que for levada pelo segurado estiver pronta, ele tenha a aposentadoria em trinta minutos.

Os senhores podem acreditar: ninguém até agora, nessas inaugurações, Senador Paulo Paim, contestou esse dado. Porque, se não fosse assim, certamente alguém já teria protestado: “Olha, não é bem assim, passei tantos dias para ser atendido”. Mas, até agora, ninguém, Senadora Ângela Portela, ninguém protestou, ninguém contestou esse dado, o que mostra que, em matéria de atendimento, estamos cumprindo o nosso dever.

Bem. Esse quadro é muito expressivo, porque temos, nessa coluna aqui, a coluna do nascimento... a coluna das pessoas mais pobres, quer dizer, o número de pobres na tenra idade apresentava um quadro de 50% de pessoas que ganham meio salário mínimo, que é o critério para configuração da pobreza. A Previdência passa a atuar, naturalmente, a partir da idade, vamos dizer assim, de 55 anos. A partir daí, a Previdência vai atuar mais sistematicamente sobre a vida daquelas pessoas. E aí se verifica que, se não fosse a Previdência, nós teríamos 23 milhões de pessoas nessa linha de pobreza, com menos de um salário mínimo. Pelo contrário, temos 75%... Ou melhor, aos 75 anos, temos até 8%... Não é verdade? Vocês vieram aqui para me ajudar. Não fiquem aí nessa passividade toda, não, porque, senão, depois, nós vamos nos entender melhor!

Acho que o quadro fala por si. A linha de pobreza estanca, graças à Previdência. Temos hoje 75% dos benefícios da Previdência que giram em torno de um salário mínimo – quando digo “giram”, digo que giram para cima, e não para baixo –, estão no patamar do salário mínimo.

Bem. Temos um quadro que mostra o valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência Social. É uma média de janeiro a abril de cada ano. Vamos ter aqui a seguinte constatação: o valor médio real dos benefícios da Previdência Social atingiu R\$769,00 na média de janeiro a abril de 2011, o que representou

um crescimento de 22%, 21,9%, em relação ao mesmo período de 2004.

Sras. e Srs. Senadores, vamos falar agora de algo realmente inestimável e fundamental para o nosso Sistema Previdenciário, que é o esforço que faz pela sua ampliação e pela inclusão previdenciária. Destacamos aqui a valorização do salário mínimo, porque ele é piso para a Previdência Social e ele teve um aumento real expressivo nos últimos anos, acima da inflação e tendo como média os PIBs dos dois últimos anos.

Tivemos uma evolução do emprego formal nos últimos meses que nos deixou muito satisfeitos. Até fiquei preocupado porque, quando vinha para cá, fui me valendo da mídia do Senado, em que mostrava uma pequena queda, neste mês, do emprego formal de 10%, mas também havia uma declaração do Ministro Carlos Lupi dizendo que isso vai ser plenamente recuperado no próximo mês e que ele espera que tenhamos, neste ano, a criação de três milhões de empregos formais.

Vejo que vários Senadores chegaram. Estou até com receio de esquecer algum. Mas quero agradecer a presença de tantos Senadores e de tantas Senadoras. Isso é uma prova de que as senhoras e os senhores estão com uma certa saudade aliviada de mim. Agradeço muito.

Senador Ricardo Ferraço, a Senadora Marisa já entrou na minha conta, já fiz a minha saudação a ela, e agora temos o prazer de receber o nosso Senador Ataídes Oliveira, do Estado do Tocantins. Já estive no Tocantins inaugurando uma agência este ano.

Mencionava que o Programa do Empreendedor Individual já chegou a 1,1 milhão empreendedores formalizados. Há um mês, aproximadamente, estávamos no palácio do Planalto e a Presidenta Dilma presidiu uma sessão em que se comemorou um milhão; agora, temos mais cem mil, e só não comemoramos mais porque houve aquele crime brutal naquela escola do Rio de Janeiro, o que nos impediu dar seguimento à solenidade.

Bem, aqui vamos mergulhar no campo, Senador, mais controvertido da Previdência Social – depois vou tecer maiores considerações –, mas digo que é controvertido porque aí vamos entrar no debate de ser a Previdência deficitária ou não. Trouxe números mais exatos para dizer que a Previdência urbana tem uma receita, de acordo com o resultado de 2010, de R\$207,2 bilhões contra uma despesa de R\$199,4 bilhões – chegou o Senador alagoano aqui. Tivemos um resultado positivo no ano de 2010 com a Previdência urbana, apresentando R\$7,8 bilhões. Agora, quando nós saímos para a área rural...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Já passei do tempo? Eu não estou nem na metade ainda. Mas nós vamos apressar. É porque esta é uma questão que merece ser visualizada e que os Senadores façam sobre ela uma reflexão.

Senador Mozarildo, tudo bom?

Nós temos, portanto, na área rural, um quadro inteiramente diferente da área urbana. A receita é de R\$4,8 bilhões, a despesa é de R\$55,5 bilhões e o resultado, em termos numéricos, matemáticos, é o mais desastroso possível: um prejuízo de R\$50,7 bilhões no ano de 2010. O total de receitas representa, somando os dois, R\$212 bilhões; as despesas, com a soma de urbano e rural, R\$254,9 bilhões, e o déficit de R\$42,9 bilhões, R\$43 bilhões.

O que dizer disso aqui? Eu diria aos senhores que, se não fosse o rural, a Previdência urbana seria, claro, superavitária. Quem puxa para baixo o resultado é a Previdência rural. Mas por quê? Por conta da Constituinte de 1988, que tratou do tema da seguridade social da forma mais elástica possível. Eu não estou condenando isso, eu estou constatando. A contribuição rural é simbólica, mas, para ficarmos no cumprimento estrito da Constituição de 88, nós tivemos de fazer com que a Previdência arrostasse esse prejuízo, que não é propriamente da Previdência.

Nós até já advogamos – quando eu digo nós, parece até que faz muito tempo que eu estou na Previdência –, mas o Dr. Gabas, que tem 35 anos de Previdência, já me informou que foram várias as tentativas de fazer com que a Previdência apresentasse um quadro mais real. Entretanto, há uma opção por esse modelo.

Temos também de nos deter aqui sobre o quadro de renúncias, as chamadas renúncias que são feitas pela Previdência com relação a cobranças de contribuições de entidades filantrópicas, em vários campos, não só no campo da seguridade social, mas em vários aspectos – no campo da educação, por exemplo. Várias entidades têm essas renúncias e entram na conta da Previdência, mas que deveriam entrar na conta de cada Ministério. Se as entidades que gozam da renúncia são entidades de saúde, a saúde assumisse isso, não é? Assumisse essa obrigação.

Então, eu me detive muito nesse quadro. Estou pedindo até a tolerância do nosso Presidente Jayme Campos, porque, na verdade, isso precisa ser desmistificado, o tema da Previdência, do déficit da Previdência.

Nós vamos passar aqui para os regimes próprios no País, incluindo todos os poderes da União, os 26 Estados mais o Distrito Federal, mais 1.936 Municípios, que já dispõem de regime próprio, de previdência própria. E o resultado aqui está: Senadores e Senadoras... Aqui eu tenho que me levantar, porque estou

inaugurando algumas agências que ele deixou para eu inaugurar, então sou muito grato a ele, quando ele foi Ministro. E eu agora tenho que aprimorar minha exposição, porque o Senador José Pimentel é mestre, é entendido no assunto. Mas, pelo contrário, eu vou recorrer à contribuição dele.

Nós temos aqui um resultado previdenciário do regime próprio da União que dá um déficit de R\$51,2 bilhões por ano, enquanto que os Estados e Distrito Federal dão muito menos, as capitais dão muito menos e os Municípios botam a cabeça de fora aí, como se diz, porque tudo que se fala hoje no País se diz que os Municípios são deficitários, que os Municípios estão numa fase ruim. Mas aqui o que estamos vendo? Os Municípios, nesse regime próprio que eles adotaram, pelo menos os 1.693, se não me engano, eles ficaram superavitários em R\$4,4 bilhões.

Senadores e Senadoras, gravem este número aqui: R\$52 bilhões. Se nós não estancarmos essa sangria aqui, a Previdência vai pagar muito caro, como já está pagando. Concorde comigo, Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O senhor tem toda razão, com dados. São 950 mil aposentados e pensionistas que temos ali, ou seja, o Tesouro Nacional paga para 950 mil pessoas um subsídio de R\$51 bilhões, enquanto que, para 28,3 milhões, é algo em torno de R\$44 bilhões. Ou seja, a maior concentração de renda está exatamente aqui.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu recorri à experiência do Senador José Pimentel, porque, ele dizendo, diz com mais autoridade do que eu, porque ele demorou mais no Ministério e teve oportunidade de conviver mais com essas situações.

Eu vou dizer uma coisa: isso não é situação para se conviver. Enquanto que um regime que paga 24 milhões de benefícios tem uma necessidade de financiamento, com aqueles problemas todos – o senhor não estava aqui – que eu já falei, do setor rural, de R\$42 bilhões, o dos servidores públicos da União, infelizmente, tem R\$10 bilhões a mais para pagar benefícios a 1,1 milhão servidores, não é verdade? Novecentos e quarenta mil servidores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Em torno de 950 mil, em números redondos. Todos os aposentados e pensionistas da União somam menos que 950 mil, todo ano o Tesouro aporta isso. Se não tivermos cuidado – essa projeção está até 2050, nesse montante –, vai aumentar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Quero acrescentar o seguinte: Deus queira, estou rezando a todos os santos – não tenho merecimento, mas já fiz uma promessa para ver se a Câmara Federal aprova o Projeto nº 1.992, de 1992, que cria a previdência complemen-

tar do servidor público, que é uma forma de estancar essa sangria, porque hoje o servidor público federal não tem teto. Não tenho nada contra o servidor público federal, pelo contrário, acho que a grande maioria dos servidores públicos federais paga por um sistema injusto, que atribui remunerações e incorporações a um determinado grupo de funcionários para quem, em relação ao teto, na verdade o céu é o limite.

O que acontece? O projeto, que tenta resolver essa situação, foi uma iniciativa do Presidente Lula. Em 2007, este projeto foi enviado e ainda está na Câmara, exatamente na Comissão de Trabalho e Serviço Público. A perspectiva é que, aprovado na Câmara, o projeto venha para o Senado e aí se trave aqui um debate para que se tenha compreensão de que o servidor público federal que não optasse – Senador Benedito de Lira, o prazer e a honra de tê-lo aqui é muito grande – pelo teto (um teto igual ao do Regime Geral da Previdência) de R\$3.689,00, ele ingressaria num fundo de pensão e seria capitalizado pelas suas contribuições e pelas contribuições do próprio Governo. Assim teríamos um novo quadro, porque esse, realmente, a meu ver, não pode continuar.

Gostaria de fazer um apelo logo aqui, de antemão, aos Senadores, embora eu saiba que essa hora ainda vai demorar, porque a Câmara dos Deputados está apreciando a matéria e está ainda na primeira comissão.

Senador Vital do Rêgo, tudo bom?

O que é que podemos fazer ou pretendemos fazer diante de tudo isso? Não tenhamos ilusões de que o bom seria que fizéssemos muito mais e que muito mais já tivesse sido feito, além do que já foi feito. Mas o nosso esforço: ampliamos a cobertura previdenciária e pretendemos ampliar ainda mais o atendimento. Claro, não posso dizer que vamos aprimorar, porque ele já alcançou um grau de excelência muito grande. Temos que melhorar a gestão da receita e despesa, são metas mais genéricas. Vamos ver alguma coisa, em detalhes, no que vem em seguida.

Já falei sobre o plano de expansão. Quanto ao novo modelo de perícia médica, já coloquei o presidente do INSS, o Dr. Mauro, à disposição do Presidente Jayme Campos e da Comissão, para falar sobre esse novo modelo de perícia médica. Portanto, não vou me deter sobre ele agora. Temos também que ingressar com novas ações no que toca à reabilitação profissional; revisar as aposentadorias por invalidez com mais de dois anos de concessão e dos benefícios por incapacidade, por conta de decisão judicial; suspender o benefício daqueles que recuperam a capacidade laboral, com redução de despesas estimada em R\$2 bilhões por ano. Não pensem que isso vai ser feito de uma

maneira atropelada. Para termos novos recursos, não vamos levar em conta a situação daqueles que estão apresentando alguma incapacidade, mas temos que buscar a suspensão dos benefícios daqueles que não estão incapacitados. Depois que entrei na Previdência, Senador Jayme Campos, aprendi que há aqueles que estão doentes e permanecem doentes, mas não estão incapacitados; o problema é a incapacitação.

É importante que venhamos a ter uma redução de acidentes de trabalho e trânsito, há um cálculo da ordem de R\$4 bilhões por ano, Deus queira que isso aconteça. Pacto pela redução de acidentes, novas regras para concessão de pensões... Isso já está dando o que falar, porque falar em pensão – a Senadora Vanessa olhou pra mim como se dissesse: “Olha, cuidado com isso.” Mas há necessidade de rever isso, porque se dá pensão por morte... Uma pensão se dá com ausência total de carência, quer dizer, a pessoa, infelizmente, está condenada por uma doença muito grave, aí contribui um mês... É um mês só? Basta contribuir por um mês, a pessoa morre e deixa uma pensão, para o resto da vida, para um descendente seu, de acordo com a sucessão. Creio que em país nenhum isso seja feito dessa maneira.

Temos também de promover uma reversão de cotas, porque a pensão é distribuída metade para a viúva e a outra metade para os filhos. Mas, se os filhos saem daquelas condições exigidas, a cota fica com a viúva. Não tenho nada contra as viúvas, pelo contrário, gosto das viúvas, sou solidário a elas, mas o problema aqui é institucional. Não é, dona Josefa? Dona Josefa está ali, falei no nome dela e dá a impressão de que ela é a representante das viúvas, mas não é não. Ela representa a Cobape no Conselho Nacional de Previdência Social e nos dá aqui a satisfação de contar com a sua presença.

Uma viúva jovem recebe o benefício por toda a vida, não há nenhuma regra, nenhuma exigência, temos a dependência presumida do cônjuge, a pensão integral, independente do número dos dependentes. Na verdade, tudo isso nos preocupa.

Nos dois itens finais, um filho perde, de acordo com a legislação de hoje – se é que se pode falar em legislação dessa maneira –, a pensão aos 21 anos, mesmo que esteja cursando o ensino superior; e um filho com deficiência também perde, se alcança algum trabalho. Independente da renda e tempo, ele perde o benefício. Então, é rigor para uns, como esses dois casos alcançados pelos dois últimos itens, e frouxidão, leniência, benevolência, para esses outros casos. Vamos tratar todo mundo igualmente, é o que estamos colocando perante os Senadores e Senadoras.

Temos hoje um desafio que vem realmente fazendo com que sucessivas administrações previdenciárias se debrucem sobre esse problema. Esse fator previdenciário, como está dito, funciona mais, hoje, para reduzir o valor do benefício do que adiar a aposentadoria. Na verdade, foi introduzido para adiar a aposentadoria, mas termina só reduzindo o benefício. Propomos para o debate duas alternativas: a implantação de uma idade mínima progressiva, como está dito aí, e uma idade mínima para quem entrar no mercado de trabalho, também como está dito aí.

Quero acrescentar, até por informação do Senador... Já estou lhe chamando de Senador. Os Senadores vão ficar ameaçados, é um concorrente a mais. Na verdade, no Governo passado – o Senador José Pimentel talvez possa nos informar sobre isso –, caminhou um entendimento entre a Previdência, o Governo, as centrais sindicais e as associações nacionais de aposentados, para que tivéssemos, em vez do fator previdenciário, essa fórmula disposta no último parágrafo: fórmula 85 e 95, para os atuais, aumentando progressivamente. Oitenta e cinco e 95 são a soma da idade com os anos de contribuição. Mas esse acordo, que parecia em vias de concretização, naquele tempo não se concretizou. Pode informar alguma coisa, Senador?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso Ministro, é verdade. Em agosto de 2009, firmamos um acordo com as seis centrais sindicais de que traríamos para o regime geral as mesmas regras do regime próprio, do servidor público federal, que está na Emenda Constitucional nº 47. O que é isso? Para se aposentar com o valor integral da média, de 1994 para cá, levava-se em consideração a idade mais o tempo de contribuição, de maneira que, para as mulheres, esse somatório era de 85 pontos, sendo que, se ela tivesse 30 anos de contribuição e 55 anos de idade, ela se aposentava com a média do mês. Se ela tivesse 32 anos de contribuição, sua idade cairia para 53, de maneira que a soma seria sempre 85, como é para o servidor público municipal, estadual e federal. Para o homem, a fórmula 95, e para as aposentadorias especiais, no caso concreto dos professores, tinha uma redução de cinco anos: a professora com 80 anos e o professor com 90 anos.

Lamentavelmente, o Congresso Nacional, começado pelo Senado, derrotou essa proposta e aprovou a extinção do fator previdenciário. Em seguida, a Câmara foi no mesmo ritmo e o Presidente Lula vetou essa matéria, porque isso traria muito mais dificuldade para o quadro que hoje já existe. Portanto, o Congresso Nacional, por ampla maioria, resolveu derrotar essa proposta fechada com as seis centrais sindicais e com o Governo Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Vamos prosseguir e tranquilizo o nosso Presidente de que estamos chegando ao final.

Já falei sobre a Previdência complementar do setor público, sobre a reforma tributária não vou falar muito, porque não é uma tarefa específica, Senador Vital do Rêgo, do nosso Ministério. Pelo contrário, estamos preocupados, porque essa desoneração da folha pode ser mais uma dor de cabeça para a Previdência, a despeito de saber, Senador Benedito, que a Presidente da República já acenou com uma compensação para a Previdência.

Incentivar a formalização do emprego doméstico, Senador goiano Cyro Miranda. Incentivar a formalização nesse setor, que hoje é apenas de 28%. Se não incentivar logo, não vai incentivar mais nada, porque o emprego doméstico está desaparecendo. As pessoas que hoje são empregadas e empregados domésticos não estão mais disponíveis como naquele tempo. Há uma previsão aí, no último período, de uniformizar os entendimentos, disciplinando melhor o funcionamento e a gestão financeira da legislação do regime de Previdência dos RPs – Regimes Próprios.

Comecei com as notícias ruins e agora vou terminar com as boas. Os chamados fundos de pensão, que são fiscalizados pela Previc, uma superintendência vinculada à Previdência, apresentam um quadro de exuberância fiscal, financeira. São 369 fundos de pensão com 1.113 planos ligados a 2.794 patrocinadores. E o que eu acho mais impressionante: têm um patrimônio de R\$539 bilhões, equivalente a 17% do PIB brasileiro, e atendem a 6 milhões e 300 mil trabalhadores.

Agradeço a paciência de todos, principalmente a do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a é nosso mestre aqui e continuará sempre sendo.

Quero, no primeiro instante, agradecer a explanação e as observações feitas pelo Ministro Garibaldi Alves e, por outro lado, registrar a presença do Dr. Mauro Luciano, Presidente do INSS, do Dr. Leonardo, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, e do Dr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo do Ministério. Sejam bem-vindos.

Quero dizer que foi muito oportuna. Por sinal, eu tinha algumas indagações a fazer ao Ministro com relação à Previdência Social, todavia, diante das observações feitas pelo Ministro e pelo Senador José Pimentel, vou deixar de fazê-las.

Aqui está a ordem de inscrição das Sras. e dos Srs. Senadores para fazer as suas indagações e questionamentos ao Ministro, mas, antes de mais nada,

como o Ministro citou aqui os números altamente positivos em relação aos fundos de pensão, eu gostaria de fazer apenas um questionamento.

Esses fundos não são gerenciados pela Previdência e tem a Previc como órgão fiscalizador. Todavia, o que acontece? As agências, sobretudo a ANS e outras, passam obrigatoriamente por aqui, os seus diretores, por indicação do Governo. Todos têm que passar não só nas comissões como, depois, pelo plenário da Casa. Entretanto, eu não sei qual foi o encaminhamento dessa matéria, os diretores da Previc não passam por aqui. Foi criada simplesmente uma autarquia.

V. Ex^a não acha que seria de bom alvitre também esses diretores da Previc passarem pelas comissões, seja CCJ, CAS ou CAE, e depois irem para o Senado? Eu acho que seria muito mais democrático. E, acima de tudo, essas pessoas teriam que prestar contas, amanhã ou depois, para o próprio Senado. Infelizmente, esses diretores da Previc não passam por aqui. Criou-se uma autarquia em que eles são gestores de uma soma bastante razoável apresentada por V. Ex^a, quinhentos e tantos bilhões de reais. E, nesse caso, são meramente indicações políticas que não têm o dever...

V. Ex^a não acha que seria de bom alvitre transformar em agência reguladora a Previc, Sr. Ministro?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Quero esclarecer ao Senador Jayme Campos, informar-lhe que a sua preocupação é salutar, mas a Previc apenas fiscaliza os fundos de pensão. O orçamento dela, até diante dessa exuberante quantia dos fundos de pensão, é muito modesto, da ordem de R\$80 milhões por ano.

V. Ex^a disse que ela poderia se transformar numa agência. Mas a agência reguladora tem como finalidade regular os serviços prestados pelo Estado. Os fundos de pensão, está ali o Jaime, que é Secretário de Previdência Complementar, os fundos de pensão não são exatamente entes estatais, agências estatais.

A intenção é das mais nobres, mas tenho dúvida se a agência reguladora poderia ser a alternativa desejada, como foi apresentada aqui pelo eminente Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão. Quem quiser participar do debate poderá até interferir e dar alguma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de fazer um adendo à fala de V. Ex^a.

Na verdade, a Previc é fiscalizadora em relação a esses fundos, correto? Todavia ela não é uma agência, mas uma autarquia criada, com indicações – vamos chamar assim, se me permitem – políticas. Há outras que também são políticas? Há. Todavia, passa por esta Comissão, a ANS passa por aqui e depois são encaminhadas para o plenário. Não tenho nenhuma restrição, mas acho que, para que haja mais transparência, um

processo mais democrático, teria de ser uma agência reguladora, porque ela tem esse poder de fiscalização.

Nesse caso, acho que seria ideal que a Previc se tornasse uma agência reguladora. É uma proposta minha, mas longe de mim qualquer pretensão de barrar ou dizer que as pessoas que estão lá não são honestas, não são competentes. Muito pelo contrário. Acho que seria uma forma mais transparente e, acima de tudo, haveria mais poder de fiscalização como uma agência reguladora.

Sr. Ministro, pode concluir suas palavras.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para que eu possa entender. Essa agência reguladora da Previdência, a Previc...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Hoje, ela é uma autarquia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Hoje ela é uma autarquia.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ela serve para regular ou fiscalizar?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Para fiscalizar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quer dizer que ela não administra os fundos?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Os fundos são administrados pelos próprios fundos, a própria diretoria.

E esses diretores da Previc fazem o quê? Qual é o organograma? Falo dos diretores porque o Presidente levantou a tese de que há diretores da Previdência Complementar. É isso?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Veja bem, a estrutura da Previdência Complementar do Ministério da Previdência é a seguinte: temos uma Secretaria da Previdência Complementar, que é chefiada pelo Dr. Jaime Mariz. Antigamente, só existia essa Secretaria. Posteriormente, no governo anterior, se não me engano, foi criada uma autarquia, que é a Previc. A Previc, conseqüentemente, não é um órgão da administração direta da Previdência e tem a função de fiscalizar os fundos de pensão. Os fundos de pensão, por sua vez, são entidades de direito privado. Estou certo ou estou errado?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Ministro, a Previc antigamente era uma superintendência, hoje ela fiscaliza os fundos?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Não, veja bem, tem ainda a Secretaria que está acima da Previc. A Previc é vinculada a essa Secretaria. A Previc é uma autarquia que apenas fiscaliza os fundos de pensão. Os fundos de pensão, por sua vez – aí a minha divergên-

cia com o Senador Jayme Campos –, não são entes estatais, são entidades de direito privado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendi. Sr. Ministro, então, acima tem a Secretaria que fiscaliza. Abaixo, no organograma, tem a Previc, ali existem os diretores. São esses diretores que fiscalizam os fundos?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – A Previc tem três diretores.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E esses diretores são de livre nomeação?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – São de livre nomeação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – São de livre nomeação do Governo Federal.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E esses diretores é que têm a missão de fiscalizar os fundos, as normas. Aí é que está a pergunta do eminente Presidente da Comissão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – A pergunta do Senador Jayme Campos vem disposta da seguinte maneira: ele quer que se transforme a Previc numa agência reguladora para fiscalizar os fundos de pensão. Mas as agências não apenas fiscalizam. As agências, como a Agência Nacional de Águas, as outras agências, regulam a atividade estatal, mas os fundos de pensão não se constituem numa atividade estatal.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para concluir então. A pergunta do Presidente, na minha opinião, estou entendendo agora, é que os diretores da Previc têm uma responsabilidade imensa. Por quê? Porque os fundos de pensão, embora privados e tenham uma administração privada, o seu conselho, a sua diretoria, muita gente que participa desse ou daquele fundo – se não estou equivocado, há trezentos e tantos fundos –, muitos participantes se questionam: será que o nosso fundo está sendo bem fiscalizado? Essa é uma pergunta generalizada da sociedade.

Então, eu acho que a pergunta do Presidente Jayme resulta da preocupação que se tem, Sr. Ministro, de que esses diretores – e são três, como disse V. Ex^a –, têm uma responsabilidade enorme de fiscalizar os fundos, de ver se estão cumprindo as normas, o resultado disso, como está indo, para os associados. Sem dúvida alguma, é uma expectativa, porque é questão de anos a aposentadoria complementar. A preocupação deles é que, depois de 30 anos, 35 anos, eles tenham alguma coisa sólida. Eu acho que essa fiscalização deve ser muito rígida.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – A preocupação do Senador Jayme Campos, como a de V. Ex^a, procede. Nós temos de ter uma fiscalização desses fundos de pensão a mais eficiente possível, claro.

Estou apenas procurando adequar o que o Senador Jayme Campos propõe, para que nós possamos ter um tratamento diferente da questão. Hoje, realmente, não pode a Previc se transformar numa agência reguladora. Nós vamos estudar esse assunto para ver...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ministro, só para iniciarmos a fase de indagação, Senador Casildo, eu propus um projeto em relação a esta matéria, na medida em que ela foi criada no fim de 2009, praticamente nos mesmos moldes de agência. Todavia, ela não é agência, é autarquia, de livre arbítrio indicações e nomeações da Presidência da República, como é também de indicação os cargos de agência, que depois de votados nas comissões, passados para o plenário, vão à Presidência para a sua nomeação.

O que propomos com este projeto é que se criem agências, porque elas têm os mesmos moldes. Se pegarmos as autarquias, o modelo foi copiado, no mesmo molde da época do governo Fernando Henrique Cardoso e suas agências, no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Não que tenhamos nada contra. O que nós queremos é que ela tenha responsabilidade maior, como V. Ex^a disse, no sentido de que são quinhentos e tantos bilhões.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Quinhentos e trinta e seis bilhões. É um patrimônio.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – É um dinheiro razoável.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu tenho uma solução, Sr. Presidente, Sr. Ministro. A intenção, a ideia do Presidente da Comissão é que esses diretores tenham um vínculo, uma responsabilidade maior junto ao próprio cenário, quer dizer, junto à sociedade. Como passam aqui os embaixadores, ministros do Supremo, do STJ, como outros tantos que não são agências, quem sabe esses diretores, Sr. Ministro, que estão sendo indicados no campo político pelo Governo, antes de assumirem essa diretoria passem pelo Senado. Quem sabe, aí tenham um vínculo mais direto para serem questionados aqui no próprio Senado. Talvez essa seja a solução, sem transformar em agência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Estou entendendo a preocupação dos dois Senadores, inclusive a do Presidente e a de V. Ex^a. Mas o tratamento constitucional que é dado hoje, os superintendentes de autarquias federais, apenas superintendentes de autarquias federais, não passam pelo Senado...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É só essa a diferença.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Teria que ser todas, não apenas a Previc. A Previc tem a mis-

são de fiscalizar uma montanha dinheiro, são R\$536 bilhões. A preocupação de se dar um maior aparato a essa fiscalização é muito salutar. Eu sou inteiramente a favor. Agora, como está hoje, para passar pelo Senado complica, porque o superintendente do Dnit – só um exemplo assim aleatório – teria que passar... Precisamos dar um ordenamento ao tratamento da matéria, e o Senador Jayme Campos já tem um projeto, que eu não tinha tomado conhecimento ainda. Já que tem o projeto, vamos estudar o projeto do Senador Jayme Campos, para encontrarmos, possivelmente, uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Ministro.

Pela ordem de inscrição, nós queremos conceder a palavra, primeiro, à Senadora Ana Amélia e, depois, ao Senador Paulo Davim, que são autores do requerimento.

Concedo, por cinco minutos, para suas indagações e questionamentos ao Ministro Garibaldi Alves, a palavra à Senadora Ana Amélia, pela ordem de inscrição.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Jayme Campos.

Eu queria cumprimentar a exposição do Ministro Garibaldi Alves sobre um tema que interessa a todos os brasileiros. Os aposentados e os que irão se aposentar estão aguardando as modificações que serão introduzidas no âmbito da Previdência Social.

Eu acompanhei com atenção, Ministro, a sua exposição e me chamou a atenção a necessidade de fazer uma interlocução com o Ministério Público e com o Poder Judiciário a respeito da questão relacionada ao aumento dos acidentes de trânsito e também dos acidentes de trabalho. Não vi ali envolvidos os agentes, que são os trabalhadores e as entidades patronais. Qual é a visão de trazer a esse debate a ação coletiva dessas instituições?

Mas lhe indago também se o Ministério da Previdência já tem hoje um cálculo ou uma estimativa daqueles dependentes da Previdência Social que, por conta da droga, da dependência da droga, estão abandonando o trabalho, acabando por recorrer à Previdência Social.

Então, essa é uma questão, até porque nós aqui na Comissão de Assuntos Sociais temos uma subcomissão temporária, presidida pelo Senador Wellington Dias, tratando desse problema que é gravíssimo, talvez tão grave quanto os próprios acidentes de trânsito e acidentes de trabalho. Então, nessa questão da droga, como V. Ex^a está verificando e avaliando essa questão do impacto nas contas da Previdência?

E eu queria aqui, porque hoje a imprensa está mostrando, que o Governo quer reduzir a alíquota da

Previdência Social de 20% para 14% até 2014 para as empresas que empregam muita mão de obra. É claro que é uma decisão absolutamente defensável, positiva, porque estimula aí o aumento do emprego no País. Mas, ao mesmo tempo, tenho aqui a informação de que a Previdência não sabe de onde vai tirar o dinheiro para cumprir uma decisão judicial que foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal, em setembro do ano passado, determinando o recálculo das aposentadorias e das pensões concedidas antes da vigência das Emendas Constitucionais nºs 20 e 41. Elas reajustaram o valor do teto dos benefícios. Eu queria saber como o INSS vai enfrentar essas questões.

E por fim, se o Ministério da Previdência tem alguma informação sobre os aposentados do fundo Aerus, da Varig, que está ainda pendente de uma solução e de iniciativas aqui do Congresso Nacional.

São essas as minhas questões, Sr. Ministro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Vou começar pelo pagamento do teto e dizer, Senadora, que nós estamos empenhados em restabelecer uma dotação orçamentária uma dotação orçamentária que foi retirada pelo fato de que havia necessidade de economia de R\$50 bilhões. Mas o Governo se mostrou sensível a isso. Eu já tenho informação da Ministra Miriam Belchior que está estudando uma proposta feita pelo Ministério da Previdência no sentido de pagar parceladamente o montante dessa dívida, dessa diferença do teto. O Presidente do INSS, Dr. Mauro Hauschild, participou inclusive da última reunião interna do Governo para discutir a questão.

Não sei se V. Ex^a tem algum acréscimo a dar. Não?

O SR. – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – É isso aí. Quanto a essa questão, o que eu posso adiantar à Senadora Ana Amélia é isso aí.

Quanto à questão do crack, eu não tenho, nós não temos, vamos ficar devendo a V. Ex^a, um estudo sobre o impacto da droga em relação aos números de pessoas já atendidas pela Previdência. Qual é o número já de pessoas que sofrem o efeito das drogas? Nós, infelizmente, não temos esse número.

Quanto à pergunta...V. Ex^a fez uma pergunta sobre...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ministro, eu tenho uma informação aqui sobre essa questão da droga. É uma informação do IG de São Paulo, segundo a qual, de 2007 a 2010, o afastamento anual passa de 27.517 para 36.436 casos; afastamento por causa da dependência química. Eles enxergam uma mudança muito séria em relação a isso. Houve um aumento de 24,4% nesse afastamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Esse dado é de...?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esse é do Ministério da Previdência Social, calculado no banco de dados do Ministério da Previdência, esse aumento desse tipo de licença, porque é uma licença do trabalho. Essa é a informação dada pelo *site* e fornecendo dados. Quem fala aqui é Jarbas Simas, Presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas sobre esses afastamentos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – V. Ex^a chama a atenção de todos nós e, com dados da própria Previdência, mostra que temos que tomar providências, mas não isoladamente. O combate à droga não cabe somente ao Ministério, nem cabe somente ao Governo. Cabe à sociedade somar esforços com o Governo no sentido de combater a droga. Nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, só para ajudar enquanto eles estão conversando ali.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é comum aqui, e V. Ex^a mesmo já encaminhou nesse sentido, como existem aí quase 20 Senadores inscritos, se fazer blocos de três ou de quatro. Aí, ele vai respondendo em bloco. É mais fácil para o Ministro e mais fácil para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas após a resposta à Senadora Ana Amélia, vamos organizar de três em três ou de quatro em quatro. Tem toda a razão V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Ana Amélia e Paulo Davim, porque eles foram os autores.

Eu já estou esquecendo as regras aqui.

O Presidente do INSS veio aqui me dizer que esse não é um dado oficial, é um dado de uma pesquisa por um servidor que preside a Sociedade Brasileira de Perícia Médica. É do Sr. Jarbas Simas. Mas isso...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A ordem dos fatores, Ministro, não deve alterar o produto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Não altera nada do que dissemos antes aqui.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A informação é que é fundamental.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Nós temos ainda duas perguntas à Senadora Ana Amélia. Eu agora não vou confiar muito na minha memória porque estou ficando velho; vou anotar agora.

Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se me permite, Ministro, a Senadora Ana Amélia tem ainda duas perguntas. Pode ocorrer de as perguntas de outros Senadores iram na mesma linha coincidentemente. Acho que, nesse caso, poderiam ser respondidas. Não sei se V. Ex^a concorda, Senadora Ana Amélia.

E, se o Ministro preferir, pode responder.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas para não perder a linha de raciocínio.

É sobre a desoneração das empresas com grande impacto de mão de obra, Ministro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Essa providência terá que ser tomada. A Previdência precisa apenas consolidar como terá que tomar essa atitude e precisa também ter um entendimento no âmbito do Palácio do Planalto, no âmbito do gabinete da Presidente para que tenhamos então a consolidação disso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se me permite, Senador Paulo Davim, para organizarmos de três em três. Podemos dizer que a ordem especial está bombando, com muitos Senadores querendo fazer seus questionamentos. Pela ordem de inscrição, vai agora indagar o Senador Paulo Davim. V. Ex^a tem cinco minutos para suas indagações.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Serei objetivo. Quero agradecer ao Ministro Garibaldi, que tem prestigiado a Comissão. Quero elogiar sua disposição em dar continuidade à inauguração de agências pelo interior do Brasil. É uma ação de grande valor, pois permite que pessoas na sua região, na sua cidade tenham acesso a agências da Previdência, o que acho extremamente válido.

Os números colocados aqui me deram a sugestão de que o que existe na Previdência é um problema de balanço: pouca receita para muita despesa, pouca entrada para muita saída. Foi dito que a Previdência urbana é superavitária, com R\$7,8 bilhões; há uma contribuição de R\$207 bilhões, enquanto que na zona rural a contribuição é de R\$4,8 bilhões. Pergunto: o Ministro mostrou algumas providências preparadas no sentido de corrigir distorções no pagamento de pensões, aposentadorias, etc.? Não enxerguei ou não ouvi algum plano, algum projeto ou preocupação no sentido de aumentar a arrecadação e diminuir essa discrepância entre a contribuição previdenciária na zona rural e na zona urbana. Existe algum projeto no sentido de otimizar a contribuição no campo? Algum projeto para combater a sonegação no campo? Ela é alta, nós sabemos isso. Como diminuir essa diferença?

Outro questionamento, Ministro, é a respeito da previdência complementar. Em que estágio se encontra? No campo das ideias? Ainda é um projeto? Está

em discussão? Enfim, em que estágio encontra-se essa ideia da previdência complementar? No mais, agradeço a presença de V. Ex^a aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Davim, sobretudo pela sua brevidade, pelo pragmatismo que existe em suas indagações.

Pela ordem de inscrição, Senadora Vanessa, que tem cinco minutos para suas indagações, dentro do combinado com o bloco de Senadores que farão perguntas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, de cumprimentar não apenas o Ministro Garibaldi Alves, mas também toda a equipe do Ministério da Previdência e Assistência Social que aqui se encontra, e elogiar a sua sinceridade, Senador Ministro. Acho que o senhor fez uma apresentação extremamente sincera, porque o senhor citou dados e deu sua opinião.

Eu fiquei muito feliz quando o senhor falou a respeito do fator previdenciário. Eu não era Senadora quando foi analisado aqui o projeto de lei do Senador Paim. Eu estava na Câmara, era Deputada, mas V. Ex^a era Senador e votou a favor do projeto de lei do Senador Paim e colocou isso claramente. Nós precisamos mudar o fato previdenciário, porque o fator previdenciário hoje serve mais para diminuir o valor do que para ampliar o tempo de serviço. Era tudo para reduzir o valor ou para ampliar o tempo de serviço, que é o que a gente quer, ou seja, deixar o trabalhador... Enfim, quanto mais trabalha, mais paga.

Cumprimento V. Ex^a pela sinceridade, segundo, de dizer que a Previdência Social é superavitária. De fato é. A Previdência pública brasileira, Senador Jayme, é superavitária. Há trabalhadores rurais que não contribuíram ou que contribuíram muito pouco, mas recebem o benefício. Por que não criar...

Eu sempre fui defensora... Não sou *expert* na área, não sou estudiosa, não sou jurista da área da Previdência, mas me preocupo com isso porque quantos embates, quantas lutas, nós tivemos aqui? Nós éramos da Comissão do Trabalho – eu e o, à época, Deputado Paulo Paim, – quando foi aprovado o fator previdenciário e nós sabemos o quanto sofremos; não só votamos contra, mas também sofremos muito por conta disso, e a história mostrou que não é o melhor caminho, a história tem mostrado que não é o melhor caminho.

A Previdência deveria ter aquilo que o senhor disse. Tudo cai nas costas e nas contas da Previdência, de tal forma que deturpam os dados da Previdência. Se há isenção fiscal... Acho um absurdo fazer isenção

fiscal com Previdência; devia existir uma lei proibindo isso. Faz com outra coisa, com IPI, com PIS, mas com os recursos da Previdência deveria ser proibido, porque é o trabalhador, é a valorização da pessoa. O senhor mesmo colocou dados importantes: o salário dos aposentados, dos pensionistas, das viúvas, Ministro, representa 20% da renda nacional. Ele sustenta muitas famílias Brasil a fora. Isso é importante. Esse é um programa muito importante.

Eu acho que nós deveríamos, e o senhor – quem sabe? – marcaria sua passagem na Previdência fazendo isso. Essa é uma questão normativa de gestão, tirar programas. Há o Bolsa Família. O senhor já pensou se se colocasse o Bolsa Família na Previdência? O que aconteceria? O déficit aumentaria muito e muito.

Eu penso que nós precisamos dessa mudança, porque a Previdência brasileira é malvista no mundo inteiro, porque é considerada deficitária. E não é deficitária.

Cumprimento também o Governo, que vem do Lula, da Presidente Dilma, que tem um objetivo: corrigir as distorções, promover as reformas necessárias. Qual o foco? Sem tirar direito. Acho que não pode ser assim, não. Acho que não podemos diminuir direito de ninguém.

Problema de servidor público. Vamos analisá-lo com cautela. Vamos analisar com cuidado.

Quero lembrar aqui que o próprio Congresso Nacional fez uma reforma, porque parlamentar, vereador, deputado tinha direito de se aposentar com qualquer período de tempo de legislatura com salário integral. Isso mudou. Hoje nós temos uma previdência que é quase uma previdência – estou caminhando para a conclusão, para fazer as três perguntas – privada, porque a gente contribui e a gente aposenta proporcionalmente ao tempo de serviço. Então, são problemas que têm de ser enfrentados, mas com todo o cuidado para não se retirar direitos.

Quero fazer outra observação sobre este Governo, que é a busca da inclusão social. Eu sou uma apaixonada pelo projeto do microempreendedor individual. Um milhão e cem mil microempreendedores é muito pouco. É muito pouco. Nós precisamos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Onze milhões é o potencial. Chegamos a 10%. Chegamos a exatos 10% da meta. É pouco, mas logo vamos alcançar essa meta, a lei é nova. O Ministro não está aqui, o ex-Ministro Senador Pimentel. Mas, enfim, acho que a gente precisar dar outro passo. O senhor colocou ali empregados domésticos; não são empregadas, são empregados, não é mulher. É claro que a

maioria é mulher. Por que avançou pouco, só 28% de formalizados? Porque foi insuficiente a redução no Imposto de Renda do empregador que formaliza. Então, vamos buscar o além. E qual é o além? Eu falei para o senhor um dia desses, lá na porta do Senado. Eu apresentei um projeto de lei igualando a contribuição para o empregado doméstico 5% e 5% igual o líquido do empreendedor individual. Aí acho que a gente vai avançar, e muito.

Eu sou uma empregadora, tenho uma servidora doméstica e sei o quanto custa. Eu não cobro dela, não. Eu pago a minha parte e a parte dela e não desconto nada do salário dela. Aliás, ela só trabalha três vezes na semana e não precisaria nem estar formalizada, mas está. Ela tem de tempo na minha casa a idade da minha filha. Mas é caro, Ministro, é caro para um servidor público, para um operário, que tem filho pequeno, que precisa de um secretário, de uma secretária em casa, é caro pagar 12%, e é caro para a trabalhadora doméstica pagar 8%. Eu tenho um projeto, de nº 189, que estabelece 5% e 5%.

A Deputada Iriny, que hoje é Ministra da Mulher, também tem outro projeto, mais antigo, que baixa para 6% e 6%. Então, acho que isso poderia assumir um caráter de urgência na equipe do Ministério para ver se a gente consegue dar esse passo.

E por fim, para concluir, Senador Jayme. Elogiei muito a sua apresentação, mas só senti falta de uma coisa, Ministro: o senhor não falou nada do quadro funcional do INSS. Eu tenho uma matéria aqui que diz que as perícias médicas, lá no meu Estado do Amazonas, são agendadas para 60 dias. Perícia médica é para quem está acidentado, para quem está doente. Agendadas para 60 dias?! Por que isso? Eu já fiz um requerimento – vou entregar aqui para a sua equipe a cópia, em mão, porque o Senado demora um pouquinho para que o requerimento chegue – perguntando sobre o quadro funcional do INSS e do Ministério, porque é pouca gente para muito trabalho. E aí a preocupação com a Portaria 39, assinada pela Ministra Miriam, do Planejamento, que suspende os concursos, a chamada dos concursados. Mas ela disse, em uma reunião com a Frente Parlamentar, que iria ver caso a caso. Quem sabe o Ministério da Previdência não seja um caso urgente, porque expansão sem gente não acontece.

Então, vou entregar o requerimento em mão da sua assessoria, mas se o senhor puder dizer alguma coisa a respeito do quadro funcional do INSS, eu agradecerá; falar das dificuldades, do déficit de pessoal, que se e tenho convicção de que há hoje na Previdência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, Senadora Vanessa. Parece-

-me que a observação de V. Ex^a é pertinente. Todavia, há pouco tempo o Governo abriu. Aprovamos aqui uma medida provisória para contratação de 500 profissionais da saúde, peritos. Não sei se essas pessoas já ingressaram; não sei se o Governo já contratou. A essa indagação de V. Ex^a o Ministro irá responder.

Na ordem de inscrição. Senador Casildo, V. Ex^a terá cinco minutos para formarmos um bloco de perguntas e respostas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro e caros Colegas. Naquela tese que o nosso Presidente Jayme levantou sobre “superintendente não passa por aqui”. Até acho que não é possível; não tem como todos os superintendentes virem ao Senado. Eu estou só ruminando, mas quem sabe os diretores da Previc, são três, não o superintendente, também o Ministro, quem sabe os diretores somente, que neste caso, em função da relevância, aí tem que ver qual a maneira, junto à estrutura do Ministério, para que venham ao Senado para terem essa responsabilidade maior.

Segundo ponto. Eu não sabia dos problemas todos do Ministério de V. Ex^a. Eu acompanhei minuciosamente a demonstração. Olha, não é fácil. V. Ex^a tem um pouco de cabelo branco, mas vai branquear mais. Não é fácil de enfrentar esse quadro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – V. Ex^a veja que não fiz uma troca tão boa. Eu podia estar desse lado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Lá não tem firmamento algum, lá o céu não existe.

Agora, acho que nas mãos de V. Ex^a, Ministro Garibaldi Alves, V. Ex^a que é um homem corajoso, foi Presidente do Senado, pela terceira vez Senador da República, Governador do seu Estado, um passado extraordinário, essas intempéries todas que a Previdência enfrenta, passa, e não é de hoje, eu acho que V. Ex^a tem condições de enfrentar isso, corrigir desmandos. Eu vi na demonstração desmandos. Há entidades que são isentas, várias delas, na saúde, na educação, filantrópicas e não sei outras tantas quantas. Eu não sei se não tem que enfrentar isso. Essas entidades devem tentar buscar cobrir isso; cada um tem que buscar. Eu vi uma demonstração de que o setor militar e outros têm 51% de débito para a Previdência, ou que a Previdência tinha que arcar com valores extraordinários. Acho que esses setores todos precisam encontrar as suas saídas, têm que reservar nos seus orçamentos para terem também a sua Previdência, porque senão não vai dar, não tem jeito. Acho que a gente tem que enfrentar com muita coragem uma proposta para sacudir isso.

Eu vi na demonstração de V. Ex^a que o meio rural é deficitário. Claro que é deficitário. Eu não sei de onde é que computa aquilo que se recolhe do fundo rural, se vai para a Previdência ou não. Os 2% ou 3% quando o pequeno produtor vende os seus produtos, se isto entra ou não na Previdência. Mas, V. Ex^a, num pacote de medidas, acho que poderia levar e trazer para o Congresso Nacional, se for o caso de alterar a legislação. Acho que vai ecoar bem, vai ter um eco extraordinário. Eu sei que não é fácil, Sr. Ministro, não é fácil. Mas estamos aqui para lhe ajudar. Eu na demonstração que jovens de 21 anos buscam pensão, que hoje são protegidos por lei. Isso não é possível. Eu também que pessoas deficientes, se por acaso encontrarem um trabalho, perdem a pensão ou perdem a ajuda. Acho que essas distorções têm que ser enfrentadas, e V. Ex^a tem coragem para isso, tem méritos, tem créditos para isso. Também, inclusive, até aquela proposta que lhe levei e apresentei nesta Comissão, dos nossos aposentados da Previdência que não chegaram ao teto, ainda, aposentou-se lá com R\$ 700,00, R\$ 1.000,00 e está com 30 anos, 35 anos, se ele contribuir por mais cinco, seis, sete anos, se ele tiver condições de melhorar a sua aposentadoria, por que não examinar isso. Acho que isso tudo faz parte de um pacote. No mais, quero lhe cumprimentar e dizer que tenha coragem de colocar essas divergências todas, essas intempéries que irá encontrar eco aqui Senado, no Congresso Nacional. Eram essas as ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na ordem de indagação, o Senador Waldemir Moka. Depois V. Ex^a responde as indagações por bloco.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Mas é por três ou por quatro? Porque já tem três.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nessa ordem aqui estaremos com quatro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Temos Paulo Davim, Senadora Vanessa...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo e Senador Moka. Está ótimo! Acho que não fica...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Quem manda é V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Serei breve, Presidente.

Sr. Presidente, primeiro, dizer que é uma satisfação muito grande contar com a presença do Ministro Senador Garibaldi. Percebi que a Bancada do Rio Grande do Norte está coesa. Isso demonstra o pres-

tígio político desse extraordinário homem público que é o Ministro Garibaldi.

Ministro, e para não ser repetitivo, eu faço parte de uma subcomissão na qual estamos tratando da questão dos portadores de necessidades. E uma coisa que me chamou atenção – e V. Ex^a colocou ali que muitas pessoas deixam de ter um emprego para não perder um benefício da Previdência. Esta questão foi muito debatida aqui. Então eu acho que esta é uma questão que talvez se pudesse resolver. Quer dizer, eles dizem: “não, eu não quero emprego, porque se eu tiver o emprego eu vou perder o benefício”.

Então eu acho que esta não é uma questão... Parece-me que teremos que ver uma forma... Porque ele está na informalidade, mas para você ver: eles preferem o emprego da chamada informalidade; se ele tiver algum registro, se ele pagar a Previdência, algum tipo de contribuição, ele já perde aquele benefício. Acho que isso a gente talvez pudesse resolver de uma forma mais rápida.

Ministro, eu penso que essa questão da Previdência é uma questão de cálculo atuarial, não tem jeito. Mas isso é um problema mundial. O mundo inteiro está fazendo uma reforma na Previdência. Por quê? Porque as pessoas, graças a Deus, felizmente, começaram a viver mais, e isso vai criando realmente, a cada ano, a cada década, um aumento fantástico da despesa.

Então há que se fazer um enfrentamento, evidentemente que não estou aqui para... Mas é preciso fazer um enfrentamento, senão, a continuar desse jeito, vai chegar um momento em que a Previdência... E aí são as gerações futuras que terão problemas, porque a Previdência, em algum momento, não terá capacidade de honrar com os seus compromissos – até hoje não aconteceu isso –, mas o quadro ali mostra um déficit de R\$42 bilhões.

Encerro, dizendo que V. Ex^a tem perfil para isso, tem experiência para isso, e tem o apoio do Senado, tenho certeza, até pela credibilidade e respeito que V. Ex^a criou aqui, nesta Casa. Esse seria o enfrentamento, aliado à habilidade política, desse jeito de Ministro que sempre vai resolver as coisas, a partir do entendimento e do consenso.

V. Ex^a para mim tem o perfil talhado para fazer o enfrentamento, sem aquele enfrentamento truculento, mas o enfrentamento que vai acabar acertando, melhorando as contas da Previdência com habilidade e com competência que, aliás, é peculiar em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

Conforme acordado aqui com as Sras. e os Srs. Senadores, concedo a palavra ao ilustre Ministro Garibaldi Alves para responder em bloco.

Feito isso, teremos outro bloco também de mais quatro Senadores, e o Ministro estará à disposição para responder a V. Ex^{as}.

Com a palavra o Ministro Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu vou começar, é claro, pelo meu conterrâneo, Senador Paulo Davim, e agradecer a presença dele e do Senador Agripino que, até pouco tempo, estava aqui. E registrar a presença do Senador Clésio Andrade, que chegou aqui, mas teve que sair durante a minha exposição. E também ao meu pai. Se eu não agradecer ao meu pai, quem é que vai agradecer?

É o seguinte: o Senador Paulo Davim – e vou começar de trás para frente –, ele perguntou sobre a Previdência Complementar. Eu quero dizer a ele e às Senadoras e aos Senadores que ela vai muito bem, obrigado, a não ser no que toca ao regime próprio, que eu já fiz uma exposição aqui sobre isso, do servidor público federal, que nós já tivemos a oportunidade de debater sobre isso. Mas até mesmo o regime próprio das prefeituras municipais já apresenta superávit. E olhem que a adesão está ainda restrita a, se não me engano, 1.396 prefeituras. Quantas prefeituras nós temos? Quantos Municípios nós temos? Mais de 5.000 Municípios. E poderemos ter a adesão desses Municípios.

No que tange à Previdência, nós temos a previdência complementar de regimes próprios, a previdência aberta, a previdência fechada. A previdência fechada é aquela dos fundos de pensão. A eles só pertencem os funcionários servidores daquela instituição. E a previdência aberta possibilita o ingresso de qualquer cidadão, desde que ele aceite as regras da previdência complementar.

Então eu acredito que o panorama da previdência complementar é um panorama auspicioso, porque a Constituição de 88 não somente deu muito substrato, muita consistência ao Regime Geral da Previdência, como ela também deu, de uma forma um pouco tímida, certa robustez à previdência complementar. E, depois, vieram as emendas constitucionais, que trouxeram ainda mais força para a previdência complementar.

A outra pergunta de V. Ex^a foi a respeito da arrecadação, principalmente na área rural.

Da área rural, que apresenta aquele déficit exponencial, não há muito que fazer realmente, porque a contribuição deles é simbólica, em alguns casos é realmente irrisória. Na Constituição, os Constituintes fizeram uso, para um país democrático como o nosso, de uma norma com a qual o nosso país não deveria deixar de atentar para a situação de milhares de brasileiros que viviam no campo, à margem da Previdência, e estabeleceram essa situação em que ela, a Previ-

dência, se sente até, de certa maneira, muito bem em abrigar aquelas pessoas.

Agora, por outro lado, o outro lado da moeda, há sim uma preocupação de exibir números que não são propriamente da Previdência, são da Seguridade Social, são da Assistência Social propriamente dita, e exibir números absolutamente pouco confortáveis para a Previdência.

Não tenho certeza, mas acho que foi o Senador Waldemir Moka que falou aqui da repercussão no exterior... Realmente, essa leitura feita em outros países, se não for bem entendida, bem compreendida, vai deixar o nosso país muito mal.

Quanto ao aumento da arrecadação – não gosto muito desta palavra, mas ela está na moda: viés –, nós devemos procurar aonde e como o viés do aumento da arrecadação. Persistindo, como estamos fazendo, no trabalhador individual, o potencial é este de 11 milhões. Mas nós só estamos com um milhão. Ora, se foi possível fazer com um milhão, por que não é possível fazer com outros milhões de trabalhadores individuais? Trazê-los da informalidade? O que impede que isso aconteça? Falta certa agressividade e maior divulgação. Muitos brasileiros que hoje atuam individualmente não estão sabendo que poderiam estar hoje inseridos nos mercado formal.

Para que V. Ex^a tenha ideia, não vou me deter sobre isso, porque não há tempo, mas até mesmo um pipoqueiro, no Estado de Sergipe, terminou entrando para a formalização, através da Petrobras. Por quê? Ele vendia pipoca, mas não era que o pessoal da Petrobras comesse muita pipoca, não; era porque a pipoca jogada ao mar terminava por sinalizar a presença de óleo, de vazamento, não é Senador? V. Ex^a, que é de Sergipe, acaba me ajudando. Só estou dando esse exemplo porque mostra a pujança desse mercado, que é possível um trabalhador individual se transformar em um empresário individual.

A contribuição dos domésticos, como bem enfatizou a Senadora Vanessa Grazziotin, é uma batalha que não há como dar por perdida. A adesão poderia ser muito maior. Uma adesão de 28% apenas do potencial é uma adesão muito pequena. Como disse V. Ex^a, não houve incentivo para que o empregador viesse ao encontro dessa iniciativa. Mas quero dizer que, na Câmara, já estão tramitando cinco projetos que tratam justamente desse tema. Não sei exatamente onde estão esses projetos na Câmara, mas V. Ex^a sabe muito bem e poderá, então, incentivar a tramitação deles. No Senado, todos eles foram aprovados por unanimidade, Senador Casildo, nesta Comissão, quando ela era presidida por uma conterrânea nossa, atualmente governadora do Estado, a Senadora Rosalba.

Nós não queremos estigmatizar e muito menos ter uma posição maniqueísta aqui de culpar determinados setores pelo problema da Previdência. O problema da Previdência é muito complexo para recair apenas nos ombros de determinados setores. O problema de arrecadação, até agora, não seu deu rumo à cobrança da dívida ativa da Previdência. São 188 bilhões. Vamos dizer que tinha que haver uma grande desoneração, porque quantas empresas que estão lá e não faliram? Quantas empresas estão lá que realmente não têm condições de pagar? É tirar leite de pedra? Mas precisamos fazer alguma coisa.

E as fraudes? Quando elas vão acabar? Elas não acabam nunca. Nós pensávamos que as fraudes teriam acabado. Claro – e o presidente do INSS sabe disto – que elas não oferecem mais aquela preocupação daquelas grandes fraudes; pelo menos – vamos rezar –, elas não se reproduziram mais, não se repetiram mais. Mas tudo isso compõe um quadro de impotência da Previdência frente a seus graves e grandes problemas. Mas precisamos deixar de lado essa situação inercial e partir para o ataque. Temos de atacar onde estão as feridas, os desafios da Previdência.

Depois do Senador Paulo Davim, pelas minhas anotações, Sr. Presidente, veio a Senadora Vanessa Grazziotin, que atacou logo o fator previdenciário. Esse fator virou a Geni, personagem da música de Chico Buarque de Holanda, que diz: “Joga pedra na Geni!”. Realmente, o fator previdenciário, hoje, é o responsável pela redução das aposentadorias. Penso que o legislador não quis propriamente reduzir as aposentadorias, mas, sim, quis apenas evitar as aposentadorias precoces. Isso terminou dando margem à redução das aposentadorias.

Já chegamos tão perto de mudar esse fator previdenciário! Por que não podemos dar um passo adiante? A sociedade espera por isso. O Governo apenas tem uma preocupação: o fator previdenciário está presente nos atuais números da Previdência, e, se se retira o fator previdenciário – o Dr. Gabas sabe disto – de uma hora para a outra, pode-se causar um grande desequilíbrio nas contas da Previdência. O Senador Paulo Paim, melhor do que ninguém, sabe disso. Foi S. Ex^a que deu grandes passos para que o fator previdenciário desmoronasse, mas o fator previdenciário virou um gigante. Às vezes, a gente pensa que o fator previdenciário não está tão forte, mas ele virou um Golias, o gigante Golias. Temos de atacá-lo!

Eu queria dizer à Senadora Vanessa Grazziotin que tenho um defeito: tenho uma letra horrível. Às vezes, eu mesmo não compreendo o que anoto. Mas, com o auxílio da Senadora, que falou...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Do quadro funcional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim, a Senadora falou do quadro funcional do INSS! Realmente, houve uma omissão, mas não pense que não estamos preocupados com isso, até porque, se a população está envelhecendo, os servidores da Previdência também estão envelhecendo. Se não há uma reposição adequada, daqui a pouco, haverá um esvaziamento dos quadros da Previdência.

Há um projeto de lei que deverá ser sancionado pela Presidenta Dilma, o de nº 178, que já foi aprovado na Câmara e no Senado e que vai proporcionar a abertura de quinhentas novas vagas de peritos. V. Ex^{as} falaram muito bem: há pouco perito para tanto doente! E, às vezes, isso acarreta uma demora insuportável nessa área. Não vou entrar nessa reforma do INSS, da perícia, porque não temos tempo para isso. Não há almoço aqui. Pelo menos, não há verba para almoço nas Comissões. O Presidente, aqui, não está tranquilo quanto a isso.

Então, temos de fazer com que, nesse projeto – desculpem-me –, que vai se transformar em lei... Estamos no dia 18, a Presidenta tem até o dia 19 para sancionar. Como foi um projeto do próprio Governo, não há por que não acreditar na sanção. Claro que ela vai sancionar, e teremos a criação de cerca de 1100 gratificações, ou melhor, somadas a 500 funções é que compõem o quadro de 1000. Esclarecendo: são 500 funções decorrentes da criação de novas agências, para que se possa ter o funcionamento normal das novas agências.

Sim, para repor os aposentados precisamos de mais vagas ainda, é claro. Há uma necessidade.

(Intervenção fora do microfone)

Olhe, Senadora Vanessa, a coisa é mais grave do que pensamos. Temos 17.136 cargos vagos administrativos. Dezessete mil! Se não é advogado, não é médico, cadê ele? São 885 vagas de perito. E temos dez mil servidores recebendo o abono permanência, ou seja, que podem se aposentar. Trata-se de uma situação muito delicada. É por isso que, às vezes, eu penso em voltar, Senadora Vanessa. É capaz de eu não sair daqui. É capaz hoje de eu não sair daqui, e ficar. Paulo Davim já está ficando triste.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Ministro, fique lá, que te ajudamos daqui.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – E o Senador Waldemir Moka disse uma verdade, disse da minha disposição. Não sei se tenho essa coragem toda que V. Ex^a falou, mas estou muito disposto a enfrentar esse desafio principalmente com o quadro de auxiliares como esse. O único auxiliar com quem eu me preocupava eu

já lhes disse o que aconteceu. Então, vamos continuar perseverando à frente da Previdência.

Senadora Vanessa, não esgotou não, não é? Esgotou?

Graças s Deus, Senadora!

Vamos para o nosso Senador Casildo.

Bem, essa foi uma polêmica que eu não esperava. Eu esperava pela polêmica do fator previdenciário e outras, mas essa da Previc, para mim, foi uma surpresa. Ela foi desencadeada aqui pelo Presidente. Estou pronto para ver esse projeto de S. Ex^a e procurar me articular dentro do Governo. Não posso, sozinho, assumir a responsabilidade de que vou fazer isso ou aquilo. Posso, no entanto, tomar a iniciativa de me articular para que tenhamos uma mudança nessa legislação. Não sei exatamente qual, não sei onde poderíamos mudar. Mas essa preocupação com a fiscalização dos fundos de pensão, acho, a sociedade só vai aplaudi-la diante desse patrimônio que os fundos de pensão exibem.

O senhor perguntou também sobre as entidades filantrópicas. Não foi o senhor que falou? (*Pausa.*) Eu queria explicar o seguinte: as entidades filantrópicas, conforme demonstrei ali, representam, em termos de isenção, ou seja, elas deixaram de pagar... Filantrópicas, educacionais, de saúde – é um rol grande. A Senadora Lúcia Vânia já conviveu bem com isso quando era Secretária Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – (*Intervenção fora do microfone.*) Era vinculado, naquele tempo, à Previdência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sim; era vinculado, naquele tempo, à Previdência.

Essas entidades prestam efetivamente serviços à comunidade. Estão no meio delas os hospitais do câncer, a rede de santas casas, as santas casas de misericórdia.

O que estou dizendo aqui é que não deveria essa isenção recair nas contas da Previdência. Que o Governo distribuisse melhor... A Previdência poderia estar arrecadando a sua parte, mas só a sua parte, porque a Previdência não é responsável por todas essas isenções, não. Temos os outros Ministérios que são igualmente responsáveis, e cada um...

Eu não sou contra as isenções, não. É porque pode haver uma confusão, num debate como este, e se dizer que me insurgi contra as isenções. Eu não sou contra as isenções; eu sou contra as isenções recaírem nas costas da Previdência. É só isso.

Agora, não sei, Senador Casildo, se é isso ou se ainda estou lhe devendo... A Previdência está; eu não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu quero concordar com V. Ex^a, Ministro, porque

acho que a luta de V. Ex^a é grande e que V. Ex^a tem coragem para isso. E nem é preciso de *rendez-vous*, não precisa de nada disso. É preciso lutar junto com o Governo no sentido de que, em relação a essas entidades isentas ou filantrópicas, que merecem, na hora de fazer o seu orçamento, o Governo tenha uma previsão de reservar recursos para essas entidades que o próprio Governo, por política, entendeu serem isentas, até para ajudá-las. Tem que se prever isso para não recair.

Por exemplo, quanto à questão do Bolsa Família, eu vi aqui que votamos, na Comissão Mista de Orçamento, R\$755 milhões, no dia 19 de abril, e diz aqui que os recursos foram remanejado do orçamento da seguridade social da União. Aí não dá, ou seja, sair da Previdência para cobrir esses... Isso não é possível! Como essas entidades, esses entes que o Governo, por política, entende, como o Bolsa Família, ou isso ou aquilo... Mas retirar da Previdência não é possível. Na Previdência cada um faz o seu fundo, a sua economia; até aquele que recolhe pouco faz o seu fundo. Então essa é a linha.

E quero repetir, Ministro, que o senhor, com a coragem que tem, não precisamos nem buscar outros complementos, com o trânsito que tem no Governo e no Congresso Nacional, no que entender de alterar para enfrentar algumas disparidades, pode contar conosco.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Eu agradeço muito ao Senador Casildo Maldaner, bem como a todos os Senadores que estão me encorajando e a minha equipe para enfrentar esses problemas, que têm de ser enfrentados. Às vezes, são problemas crônicos, históricos e são problemas...

Eu não sei qual foi o Senador, não sei se foi V. Ex^a que falou, mas a preocupação do Governo da Presidenta Dilma não é de olhar para trás. Quanto a essas revisões que possam ser feitas na legislação, que elas não venham a se constituir em um olhar para trás, e sim daqui para frente.

Acho que depois do Senador Casildo Maldaner, temos o Senador Waldemir Moka...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ministro, V. Ex^a vai responder agora a indagação do Senador Waldemir Moka. Nós temos aqui ainda aqui nós temos ainda a ordem de inscrição. Ainda temos pelo menos 12 a 14 Senadores que estão... Voltou uma nova lista aqui. Não concluímos a primeira. Então, quanto mais breve na sua resposta...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – As minhas respostas serão mais breves, desde que elas satisfaçam. Também não adianta...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas tudo o que V. Ex^a falar, com certeza, breve mesmo, vai satisfazer os Senadores aqui.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Pois é, eu que já me vi diante... Valdir Raupp sabe disso. Lá na CAE, principalmente, às vezes eu olhava assim...

Ele acabou de dizer: tem doze mais inscritos. Eu olhei assim... Onde é que estão esses doze? Mas eles vão e voltam, porque o número de comissões aqui é muito grande.

Eu agradeço muito ao Senador Waldemir Moka. Na verdade, ele não fez muitas indagações, a não ser...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E fiz do BPC, Senador. Quando as pessoas que são portadoras de necessidades... V. Ex^a até abordou rapidamente, mas eu digo que a subcomissão está em contato com o Ministério da Previdência, nós já tratamos disso. No dia, V. Ex^a até ia vir. Acabou vindo...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – É porque há uma outra visão e essa subcomissão, isso está permeando, dos portadores de deficiência. É aquela visão que não é da invalidez. Não é tratar o portador de necessidades como um inválido, porque ele tem o seu potencial. É reconhecer aquilo que ele pode fazer e “dar a César o que é de César”. Quando se tratar da aposentadoria dele, dar-lhe uma aposentadoria que corresponda ao que ele representa na sociedade, e não tratá-lo como um inválido, como acontecia antes.

Eu tenho que dar agora respostas mais breves, porque o Senador Jayme Campos já me recomendou.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, prosseguindo aqui, concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim. Após Paulo Paim, temos vários aqui. Vamos aguardar por ordem de chegada. Entretanto, à frente está o Senador Ataídes Oliveira...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...Eduardo Amorim...

Pela ordem a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a está inscrita aqui, Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esse é um assunto que mexe com as emoções de todos nós, porque eu digo que dos 190 milhões de brasileiros não há um que não queira um dia ter uma aposentadoria boa. Todos querem. Mesmo os que estão nascendo agora também querem. Então, peço

que marquem o meu tempo, para eu ficar exatamente nos cinco minutos.

Quero começar cumprimentando o Senador Garibaldi Alves pai pela grata convivência com S. Ex^a. Nós temos conversado muito no Plenário. Pode saber, Senador Garibaldi Alves Filho, Ministro, que tem sido um grande aliado nosso no Plenário, parceiro de todas as horas. E cumprimentar, naturalmente, o nosso parceiro Senador Jayme Campos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – A maneira de me neutralizar, o Senador já sabe como é: apelando para o pai.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas é meu parceiro e ele sabe disso. Todos os dias nós nos sentamos próximos lá no Plenário.

Sr. Presidente e Sr. Ministro, de forma muito rápida, para mim, é gratificante ver que cada dia mais as pessoas começam a querer diminuir as contribuições para a Previdência. Por que é gratificante isso? Só aqui no Congresso, acho que temos mais de 200 projetos diminuindo as contribuições para a Previdência. Como é gratificante saber que há uma proposta do Executivo que quer diminuir de 20 para 14.

Por que eu digo que é gratificante? Porque, um tempo atrás, quando eu dizia que a Previdência era superavitária, me chamavam de demagogo. Ora, ninguém vai diminuir contribuições de algo que é deficitário, que não tem caixa. Então parece que todos se convenceram, e V. Ex^a agora está com todo esse capital na mão, que a Previdência brasileira é superavitária. Tanto é que tanto empreendedor individual das mais variadas áreas estão diminuindo. Eu confesso que toda vez que tenho que botar um projeto que diminui as contribuições para a Previdência eu voto constrangido, porque me preocupo com o caixa da Previdência. Acho que ela é superavitária, sim, mas se começar todo mundo a tirar desse baú o que é colocado, aí ela irá se tornar deficitária.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – O primeiro a correr sou eu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, Ministro e Presidente, permita que eu diga... Pensem bem, a reforma tributária eu já vi lá na Câmara que não passou e aqui também não vai passar. Não adianta querer reduzir de 20% para 14% e não apontar a fonte que vai compensar. Vai ter que entrar no faturamento ou no lucro. Eu não sou contra. Se quiserem reduzir a folha de 20% até para 5%, que reduzam. Agora, vai aumentar sim a alíquota do faturamento ou lucro, porque não há milagre, o dinheiro não dá em árvore nem cai do céu. Se diminuirmos as contribuições sobre a folha, vão subir, obrigatoriamente, as contribuições sobre o faturamento ou sobre o lucro. Aí sim estaremos

quebrando a Previdência, aí vamos nos tornar – e já discutimos isso – um outro Aero, um outro Aerus, em um desses fundos que quebraram; e ninguém quer quebrar a Previdência.

Então, estou muito tranquilo quanto a Previdência. O superávit da Previdência urbana, divulgado por V. Ex^a mesmo, recentemente chegou a quase R\$15 bilhões. Nós sabemos que as dívidas acumuladas ao longo dos anos, se atualizadas, vão a R\$400 bilhões. Então, temos que cobrar daqueles que não pagam e depois dizem que ela está deficitária.

Por fim – quero ficar nos meus cinco minutos, tenho 1:39 – quero cumprimentar V. Ex^a por estar enfrentando o debate do fator previdenciário. Esse debate de fato é inaceitável, que só o trabalhador do regime geral, onde o teto é de mais ou menos R\$ 3.600, pegue o fator. Funcionário de prefeitura não pego, do Estado não pego, Executivo, Legislativo, Judiciário, ninguém pega. Só o trabalhador do regime geral, porque esse é que é superavitário, o superávit é de R\$15 bilhões, com certeza absoluta, dados de V. Ex^a, é que estão retirando o direito dele se aposentar. Pagou sobre R\$ 2.000,00 se aposenta com R\$ 1.200,00 ou como, no caso da mulher, chega a R\$ 1.000,00.

Quero cumprimentar V. Ex^a também por ter aberto um canal de negociação com as centrais, com a Cobape, com as outras entidades dos aposentados e também pensionistas. Eu mesmo estive com V. Ex^a meia dúzia de vezes, construindo alternativas, debatendo com os seus técnicos, com o seu gabinete, na busca de termos uma política que substitua o fator previdenciário. Eu também tenho o entendimento de V. Ex^a, está sendo coerente. Votou aqui, sim, para que mudássemos o fator. Agora, como Ministro, está sendo coerente, disse aqui que quer construir uma alternativa.

Quero somente resgatar um pouquinho a história e ser fiel. O Presidente Lula queria, pedia para nós que achássemos uma alternativa ao fator para que ele sancionasse. Não houve entendimento com as centrais. Enfim, não foi possível. A Presidenta Dilma, quando estive com ela, disse-me que daria sinal verde para o debate da construção de uma alternativa ao fator. V. Ex^a mostrou aqui que já tem alternativas para discutir com o Congresso Nacional. A Cobape está aqui também nessas reuniões. Iria ter uma no dia 11, mas foi transferida por causa de agenda. Eu entendo isso. Mas, que retome as negociações para discutir-mos uma política...

São duas coisas básicas hoje em dia: se reduzir contribuições, vai ter que abortar faturamento do lucro e não tem saída. Então, isso eu não tenho nem entrar no mérito. Mas tem dois temas que temos que discutir, e V. Ex^a abriu as portas do Ministério para esse debate:

construir uma alternativa ao fator e ter uma política para os aposentados, que tem que ser também construída. Não sou eu que vou dizer o que tem que ser e o que não tem que ser, porque aí são cálculos atuariais que apontarão o caminho.

V. Ex^a está sendo um grande Ministro, no meu entendimento, totalmente aberto ao diálogo. Sei que V. Ex^a fez questão de ligar para que os Senadores viessem aqui dialogar com V. Ex^a; acredito que a sua gestão, a sua administração vai marcar um gol de placa, construindo aquilo que o Brasil quer: uma alternativa ao fator, e vamos torcer para que, antes de janeiro – porque em janeiro o salário mínimo vai ter um reajuste que pode chegar a 14% e o aposentado poderá receber somente a inflação, que deve ser de 6% – a gente construa, termino dizendo isso – uma alternativa ao fator e uma política para os aposentados que ganham mais do que o mínimo.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu não vou me inscrever, Sr. Presidente, porque vou estar contemplado nos questionamentos do Senador Ataídes Oliveira – conversava com ele aqui ainda há pouco –, mas queria parabenizar o Ministro Garibaldi pelo trabalho sério que vem desempenhando à frente do Ministério da Previdência e pela continuidade da humanização no atendimento aos nossos aposentados e pensionistas em todo o Brasil.

Parabéns, Ministro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp. Queria apenas fazer um adendo às observações do Senador Paulo Paim. Nós chegamos a uma encruzilhada, não é, Senador Paulo? A própria Ministra e hoje Presidente da República, Dilma Rousseff, colocou com muita clareza que pretende diminuir, ou seja, em vez de pagarmos 20, vamos chegar a 14, de forma gradativa. Por outro lado, como senhor disse, poderá haver um rombo na Previdência.

Fala-se da reforma tributária. Daqui a pouco se discute também reduzirmos a questão dos tributos no Brasil para melhorar a *performance* até mesmo das indústrias e fábricas brasileiras para termos poder de competitividade.

Então, temos que achar um meio termo para diminuir a carga tributária, uma reforma na Previdência nesse caso, para que o Brasil continue crescendo

e se desenvolvendo, mas, acima de tudo, seja menos perverso em relação aos tributos e, naturalmente, aos encargos que o setor produtivo paga.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Ataídes Oliveira, por cinco minutos.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente Jayme Campos, preliminarmente eu queria colocar, data vênha, que, no caso da Previdência social, não pode ser esquecido o passado; não podemos olhar só o presente, porque tudo isso, a situação que a Previdência hoje se encontra, a causa maior, no meu entendimento, vem do passado.

A nossa antiga CLPS, Consolidação das Leis da Previdência Social, contemplava coisas, aposentadorias terríveis. Interessante que, à época em que comecei a advogar, há 20 anos – e logo deixei e, hoje, sou empresário e político –, eu queria e sugeri que as universidades – eu coloco isso como sugestão – tivessem em suas cadeiras essa matéria, para dar conhecimento ao povo. Porque o povo paga, o povo inteiro paga. É só uma sugestão.

Meu caro Ministro Garibaldi, o senhor colocou aqui de uma forma muito insofismável o problema rural, que é hoje um gargalo: 50,7 negativo. A União é 51,2.

Eu quero dizer – e modéstia à parte, eu conheço um pouquinho sobre Previdência social – que o grande problema da nossa Previdência está na fraude, como o senhor disse há poucos minutos, Sr. Ministro.

O trabalhador rural, aquele trabalhador rural mesmo, que pega no cabo da enxada, está de posse do seu direito. O problema desse déficit aqui é daquele sujeito que se aposentou e que nunca pegou no cabo da enxada ou da foice. E a Previdência sabe disso. Nós sabemos disso.

A Previdência tem feito um belíssimo trabalho para corrigir essas fraudes, mas, quando cai no Judiciário, aí vem a história do direito adquirido. Então, esse é um problema. O problema rural não é o coitado do companheiro da lavoura, não, mas as aposentadorias fraudulentas. Falo isso com conhecimento.

Na União, enquanto o trabalhador normal paga sobre salário mínimo e aposenta, depois, com outro percentual; nessas aposentadorias especiais, se aposenta com valor integral ao longo dos anos. Isso, para mim, é o fator desse déficit da União, do Poder Público e militar.

Sr. Ministro, falando-se de fraude, hoje é sabido que somente no Rio de Janeiro nós temos mais de 570 empresas catalogadas, especializadas em fraudar a Previdência Social. Só no Rio de Janeiro! Como fraudar? Ela apresenta à Caixa Econômica a GFIP, e uma vez apresentada essa GFIP está o direito adquirido. Evidentemente que a Previdência está trabalhando

em cima disso aí, não tenho dúvida, porque tem melhorado a cada dia.

Em 1975, para se aposentar, era a coisa mais fácil do mundo. Eu ainda era garoto, mas já estava acompanhando. Bastava você apresentar a sua carteira de trabalho ou um documento e ali se dava a aposentadoria. Então, um problema grave que a Previdência tem lutado, eu tenho percebido isso. Tem lutado bastante para corrigir essa deficiência.

Falei, então, sobre a aposentadoria especial, um grande problema hoje no Brasil. Também outro gargalo essa aposentadoria prematura, não me lembro aqui qual o Senador que a ela se referiu, ela também é grave.

Acidente de trânsito, Sr. Ministro. Ao longo dos anos as seguradoras brasileiras ficaram somente com a parte boa da coisa; só recebiam. Na hora de pagar quem pagava a conta era a Previdência Social. Eu percebo, também, que tem sido feito um trabalho maravilhoso em cima disso aí, e tem que ser feito porque a seguradora é a responsável, porque ela recebe para tal. Eu também queria fazer essa colocação sobre acidentes de trânsito.

Créditos não cobrados de empresas – o senhor se referiu às empresas falidas –, mas não só as falidas, há muita empresa aí com um déficit imenso com a Previdência Social, principalmente órgãos públicos. Tem que se fazer um trabalho, uma força tarefa para se buscar esses recursos que são da Previdência Social. Eu queria fazer essa colocação também. Interessante, eu percebo as dificuldades de V. Ex^a. Quando se deflagra uma aposentadoria fraudulenta, que o cidadão recorre ao Poder Judiciário, normalmente os juízes dão ganho de causa ao aposentado que é possuidor desse pseudo direito, alegando direito adquirido. Sei que não é fácil, tem que continuar chamando o Poder Judiciário para uma conversa.

Finalmente, vejo que quem paga por tudo isso que tem ocorrido na Previdência Social ao longo dos anos é o trabalhador. Como ele paga? Esse fator de redução é um pecado para o trabalhador que paga à Previdência Social. Ele paga sobre x salário e quando ele vai aposentar ele tem um teto. Não me esqueço dos aposentados de antigamente, que pagavam sobre vinte salários mínimos, em 1987 eles estavam ganhando dois salários mínimos. Ainda bem que a Constituição de 1988 fez uma ligeira correção dessas aposentadorias. Mas, mesmo assim, muito aquém do que deveria ser feito.

Quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante trabalho que tem feito. Eu imagino que a nossa Presidenta Dilma entregou nas mãos de V. Ex^a um belíssimo abacaxi, mas Deus lhe deu uma faca bem amolada, imagino eu. Também quero dizer, Senador Paim, que

tenho acompanhado o seu trabalho aqui ao longo dos anos nesta Casa de lei e vejo a sua luta em favor dos aposentados. A partir de hoje eu estarei literalmente ao seu lado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Ataídes Oliveira.

Prosseguindo na ordem de inscrição, com a palavra o ilustre Senador pelo Estado de Goiás, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho, em primeiro lugar é um prazer ouvi-lo e obrigado por essa atenção.

Já fizeram várias perguntas, eu tenho uma pergunta e uma preocupação, anseio de todos os brasileiros, porque, nessa pergunta, eu temo que as futuras gerações não terão previdência se assim continuar.

Vários países se encontram engajados na reformulação de seu sistema de Previdência, movidas pela assunção do que é melhor aumentar agora os anos de contribuição em relação aos de aposentadoria do que ser forçado a elevar sobremaneira a contribuição social e/ou diminuir o valor dos benefícios previdenciários em manutenção.

O nosso País é uma nação ainda jovem, mas que gasta mais em previdência social do que vários países com populações envelhecidas. O Governo pretende tomar alguma medida agora para não ser pego desprevenido no futuro quanto à população brasileira envelhecer?

Eu faço essa indagação a V. Exª, Sr. Ministro, porque já estamos sentindo que daqui a pouco os nossos netos não vão ter aposentadoria e, se tiverem, não vai ser condizente, que já não o é hoje.

Já foi comentado aqui pelo Senador Ataídes a injustiça de pessoas que trabalham o mesmo tempo, se aposentam com salários altíssimos e atualizados. Enquanto o trabalhador comum, depois de 35 anos trabalhando efetivamente, de segunda a segunda, o rural de sol a sol, vão se aposentar – quando muito – em média inferior a R\$3 mil. Bem inferior a R\$ 3 mil em média. Se quiserem ter aposentadoria hoje de um total de R\$ 5 mil e pouco terão que contribuir trinta e poucos anos. Então, esse sistema – o sistema de Previdência social que faliu a GM –, se não atento, ele faz falir o País, as empresas e assim por diante.

Eu acho que, como todo mundo empurra com a barriga, cada Ministro que vem joga a bola para frente porque isso não vai acontecer agora, mas a hora que acontecer, não terá jeito.

Eu pergunto a V. Exª o que se pensa, o que se pode fazer e o que nós devemos, como Senado e Congresso, fazer para ajudá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda. E na ordem de inscrição, temos a Senadora Lúcia Vânia.

Depois será o Senador Eduardo Amorim, dependendo da presença dos demais Senadores inscritos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Garibaldi, em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-lo e agradecê-lo pela presença no nosso Estado. Foi uma presença muito importante para nós e V. Exª será sempre muito bem recebido no nosso Estado.

Eu gostaria apenas de fazer um comentário. Em primeiro quero, cumprimentá-lo pelo trabalho à frente da Previdência. Acredito que ninguém melhor do que V. Exª poderia desempenhar esse papel. Mas eu gostaria aqui de fazer apenas uma reflexão. O Constituinte, ao elaborar o projeto da Constituição, criou o tripé da seguridade: saúde, previdência e assistência.

A assistência social foi criada com o objetivo de retirar da Previdência os benefícios sociais, tanto o BPC, que é o benefício de ação continuada, como o benefício rural e as entidades filantrópicas. No entanto, isso não se deu em função da falta de financiamento ou de uma fonte de financiamento na assistência social. E o Ministério foi evoluindo e se distanciando da própria Previdência com outros programas que foram criados, como o programa de transferência de renda, como o bolsa família, o programa de erradicação do trabalho infantil, que foi criado por mim quando Secretária.

Então, acredito que, se retirassem os benefícios do setor rural, os benefícios da ação continuada e as entidades filantrópicas, nós não estaríamos falando aqui em fator previdenciário nem em déficit da Previdência. Eu acho que, esse desafio, nós temos que enfrentar no Congresso Nacional. Devolver à assistência social o papel de ser o contraponto na Previdência, para que a Previdência possa crescer, desenvolver e atender a maioria dos brasileiros.

Acredito que nós teremos aqui, no Congresso Nacional, uma grande chance na constituição do fundo do pré-sal. Fala-se em colocar o recurso para o aposentado. Mas eu acho que, desonerando a Previdência desses benefícios, o aposentado poderá ter uma aposentadoria muito mais atrativa do que é hoje. Portanto, acredito que, com o fundo do pré-sal, nós poderíamos estabelecer o financiamento da assistência social, já evoluir um pouco com o fundo da pobreza, que cobriu o Bolsa Família, mas nós temos esse déficit em relação

à Previdência, de buscar o benefício rural e de buscar o benefício da Previdência e as entidades filantrópicas.

Essa discussão e esse debate precisam ser feitos por todos aqueles que acreditam que a Previdência precisa ter uma autonomia para crescer e desenvolver, corrigindo os desvios, como foi colocado aqui pelo Senador Ataídes, e também, ao lado desses desvios, o desvio que existe de colocar o benefício dentro da Previdência enquanto deveria estar na assistência social.

Portanto, quero cumprimentá-lo, porque V. Ex^a colocou isso muito bem, deixou muito claro que não é porque é contra as entidades filantrópicas e os benefícios dados pela Previdência, mas é essencialmente para que a Previdência possa ter a independência e os resultados que todos nós queremos para aqueles que trabalharam a vida inteira.

Era só o que eu tinha a dizer, Sr. Ministro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia.

Conforme acordado aqui, V. Ex^a, Ministro Garibaldi Alves Filho, está com a palavra para responder as indagações do Senador Paulo Paim, Senador Ataídes Oliveira, Senador Cyro Miranda e da Senadora Lúcia Vânia.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Com relação ao Senador Paulo Paim, não tenho o que responder, porque ele não fez perguntas, graças Deus. O que eu mais temia aqui eram as perguntas dele. (Risos.)

O Senador Jayme Campos está lembrando aqui que V. Ex^a, Senador Paim, é um aliado. Mas é um aliado que às vezes dá um trabalho danado.

Na verdade, o Senador Paulo Paim tem inteira razão. Está-se criando um cenário de entendimento. Pode ser até que não venhamos a ter o desfecho esperado, mas, realmente, há uma disposição da Presidenta em incentivar o diálogo com as centrais e com os sindicatos dos aposentados. E eu já estou de posse de uma recomendação dela, no sentido de que possamos nos reunir no Ministério da Previdência para discutir a pauta apresentada pelas centrais e pelos sindicatos. Quer dizer, a pauta vai ser a dos sindicatos e das centrais. Nós vamos ter que construir, em torno daquela pauta, um entendimento. Já há avanços, como o Senador Paim disse, mas que precisam ser consolidados a partir do próprio fator previdenciário.

Estão chegando aqui novos Senadores – Cícero Lucena –, e espero que, com novas perguntas, não. Eu, Senador Paulo Paim, só posso ter aqui palavras de elogio à doação de V. Ex^a. Quero dizer que esse momento não teria existido se V. Ex^a não tivesse se obstinado na sua luta em favor do atendimento dessas

reivindicações. Com relação ao Senador Ataídes, eu queria logo prestar um esclarecimento de uma informação, já que S. Ex^a falou a respeito dos acidentes de trânsito. Infelizmente, nós, da Previdência, não recebemos nada. Quem recebe é o Ministério das Cidades e o Ministério da Saúde. Estamos virgens em matéria de recebimento de alguma taxa sobre acidentes de trânsito. Acho que V. Ex^a tem razão, mas não deve pensar que é o Ministério da Previdência o beneficiado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Excelência, talvez eu tenha colocado errado. Quando eu disse que quem paga a conta é a Previdência, na verdade, perdoe-me, quem paga a conta é o Governo. É a saúde. É o Ministério da Saúde que paga a conta uma vez que a seguradora teria o seu grau de responsabilidade. Essa é a minha colocação.

O SR. GARIBALDI ALVES – Agradeço a V. Ex^a. Quanto às fraudes, V. Ex^a tem razão, poderíamos estar falando hoje apenas com relação às fraudes do passado. Seria muito melhor se eu estivesse usando aqui uma linguagem, acerca das fraudes, pretérita, usando o pretérito. No entanto, estão aí as fraudes. Não são tão numerosas quanto antes e não há formação de quadrilhas propriamente. O que houve na Previdência há algum tempo foi a existência de quadrilhas organizadas para fraudar a Previdência. Aqui e acolá surgem quadrilhas, mas que não têm aquela sedimentação daquelas do passado, de antes.

V. Ex^a colocou aqui o problema do passado. Acho que foi V. Ex^a que falou sobre isso. Depois, o Senador Cyro se preocupou muito com isso. Nós não vamos resgatar nem o presente, nem o futuro, se não resgataremos as atenções para o passado e termos até uma legislação que venha a produzir resultados mais imediatos. E só se promove isso se pudermos trabalhar em cima do passado e do presente para poder, num futuro imediato, ter resultados. Se não for assim, só se teremos resultados daqui a 20, 30 anos.

É verdade que o envelhecimento apontado até pelo Banco Mundial em um estudo – não sei se V. Ex^a já teve oportunidade de ver, o Senador Jayme Campos está atualizado aqui – mostra que o Brasil envelhece muito mais rapidamente do que outros países em desenvolvimento. O Brasil está ficando velho antes de ficar rico. Enquanto a França levou mais de um século para ter um aumento de 7% para 14% da população acima de 65 anos, o Brasil passará pelo mesmo processo em duas décadas, de 2011 a 2031. É um documento que é do conhecimento de todos: “Envelhecendo em um Brasil mais velho”. O documento alerta que a população idosa no Brasil, que hoje corresponde a 11da população em idade ativa, em 2050, será de 49%. E nós temos também uma equação perigosa na Previdência

geral. É que para um aposentado, hoje, no nosso regime de repartição, nós só temos 1,7 trabalhador na ativa, quando deveríamos ter, no mínimo, três na ativa financiando um inativo. Esse é um dado preocupante.

Já respondendo aos dois, que convergiram para uma mesma pergunta, ou seja, um diagnóstico da situação, eu diria que as medidas que o Governo tomou ao tempo do Presidente Lula com relação a esse Projeto de Lei nº 1.992, que está na Câmara, medidas que nós venhamos a tomar – e confesso que sou uma pessoa assim muito sincera – e que não sei se são suficientes.

Eu acho que precisam ser tomadas todas as medidas que forem necessárias. É evidente que não podemos falar aqui em sacrificar direitos adquiridos por trabalhadores que passaram a vida inteira trabalhando, pagando o INSS, pagando a sua contribuição com enorme sacrifício. O que não podemos tolerar são aquelas situações de pessoas que não estão tendo nenhum teto, como o Senador Paim disse, em relação às suas aposentadorias, ganham uma aposentadoria integral, que só não é mais integral porque também no Governo do Presidente Lula, na reforma de 2003, a aposentadoria integral veio a ser limitada.

Mas eu concordo: acho que o Governo precisa ter a atitude de um cirurgião que não deve deixar a sala de operação facilmente não; deve ficar com o bisturi de plantão. Mas acho que se deve dar a César o que é de César. Procurar separar o joio do trigo e procurar evitar injustiças. Nós temos que ter uma atitude firme, mas procurando evitar injustiças.

Não sei se respondi a ambos; não sei se estão satisfeitos. Acho que satisfeitos não estão. Pela cara do Senador Cyro, acho que ele não ficou muito não. Nem Ataídes, nem Cyro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Mas agrada muito ver V. Ex^a colocar a sua preocupação em prol dos nossos aposentados legais. Eu fiquei muito contente de ouvi-lo. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu também, Ministro, agradeço suas considerações. Evidente que não estamos satisfeitos porque não conhecemos ou, pelo que vemos, não se tem um plano ainda. Mas espero que, em breve, o senhor nos contemple com a informação de que tem um plano para a reformulação da Previdência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – É; nós não temos. Não vamos dizer que temos uma reforma ampla nas mãos, porque não temos. Nós temos revisões, modificações pontuais de injustiças que precisam ser reparadas. Mas nós não temos um projeto de reforma, uma proposta ampla de reforma à Constituição, como

aconteceu em 1988 e em 2003, que foram reformas mais amplas. Pode ser até que tenhamos de marchar para isso, mas, no momento... Não posso falar pelo Governo; eu posso falar pela Previdência, mas tenho que me articular, claro, com o Governo e ouvir a Presidenta Dilma Rousseff.

A Senadora Lúcia Vânia, ela conhece melhor do que ninguém. Não tem quem conheça melhor esse problema que a Senadora Lúcia Vânia. E ela sabe que não há por que a Previdência ficar arcando com algo que não é mais da Previdência. Aqui a gente falou tanto dessa máxima cristã, que Jesus Cristo disse “dê a César o que é de César”, quando indagado por um fariseu se devia pagar os impostos.

Na verdade, por que a Previdência ficar a responder por algo que é da exclusiva responsabilidade da Assistência Social. E até mesmo a LOAS, pagamento da assistência continuada da LOAS. Isso que aconteceu no campo também. Não tem nada de cálculo atuarial. Mas, infelizmente, Senadora Lúcia Vânia, essa é uma luta que tem que continuar até que as coisas fiquem melhor equilibradas.

Faltou alguém?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se os Srs. e Sras. Senadoras estiverem satisfeitas, nós vamos entrar na ordem de inscrição novamente. Pela ordem dos inscritos aqui, o Senador Eduardo Amorim e Cícero Lucena.

V. Ex^{as} têm cinco minutos para suas indagações.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, procurarei ser rigoroso com o meu tempo.

Sr. Ministro, é um prazer muito grande estar aqui com o senhor.

Dizer que a situação da Previdência é, de fato, muito preocupante, porque, mesmo com o cenário dos mais otimistas que estamos vivendo sob o ponto de vista econômico, o crescimento dos gastos previdenciários e os gastos previdenciários com certeza vão dominar o panorama fiscal durante algum tempo se alguma medida não for tomada.

Em 1950, a nossa população idosa era pouco mais de 5%. Hoje, já ultrapassa os 10% e esperasse que em 2050 seja de 30%. Portanto, Sr. Ministro, o problema tem causas diferentes, que vai da arrecadação ao controle com as fraudes, a busca dos maus pagantes, dos devedores da Previdência. A solução é complexa e muito difícil. Para tanto, somente um condutor corajoso – e o vemos no senhor essa pessoa – e que tenha a coragem necessária para não colocar, como alguns fizeram, talvez, ao longo da nossa história, a sujeira embaixo do tapete, não tendo a coragem necessária para o enfrentamento. Então, é o que esperamos do

senhor: a coragem necessária, sem perder a sensibilidade. Portanto, Ministro, o diagnóstico está dado. Sabemos que a nossa população está envelhecendo, com o senhor mesmo disse aí, mais até que países ricos, mesmo não estando rico o nosso País, como a França e outros.

O que o senhor espera ao longo do seu exercício conseguir obter, prioritariamente? Assim: “Olhe, aqui passei pela Previdência e cumpri com a minha missão.”

Quais são as prioridades? Que um plano tem que ter prioridades, tem que ter. Porque se não estaremos fugindo desse enfrentamento. A gente sabe o diagnóstico e sabe o que nos espera nas próximas décadas com relação a Previdência. O que, verdadeiramente, V. Ex^a espera ao longo do seu exercício como Ministro? Nós depositamos uma esperança enorme na sua passagem pela Previdência. Que ela dure muito tempo, porque sabemos da sua coragem, da sua determinação e do seu equilíbrio para o enfrentamento, mas o problema, com toda a certeza, é enorme, como disse aqui, ultrapassa neste momento até do ponto de vista fiscal, apesar de todo o otimismo que a gente tem com a economia do País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Após as indagações inteligentes do Senador Eduardo Amorim, eu concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena, por cinco minutos, para fazer as suas indagações ao Sr. Ministro Garibaldi Alves.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente Jayme Campos.

Entre todos que aqui se encontram, sem dúvida, um dos mais experientes é o Senador Garibaldi Alves, mas mesmo o Senador Garibaldi Alves, com a sua experiência, tenho certeza que não o ofendo em dizer que seu filho, Senador Garibaldi Alves Filho, tem mais experiência do que V. Ex^a na área administrativa na vida pública, por ter sido prefeito, governador, Ministro, Senador, Presidente do Senado, enfim

Ministro, não vou tratar de assuntos que já foram praticamente esgotados aqui, mas venho fazer a V. Ex^a um apelo, de municipalistas que somos. Tive a honra, inclusive, de sucedê-lo na Comissão de Assuntos Econômicos como Presidente da Subcomissão dos Municípios.

Na semana passada, nós tivemos aqui a 14^a Marcha dos Prefeitos. E, em todas elas, tem a pauta do débito dos Municípios com o INSS. Já foi tratado aqui que boa parte dos Municípios têm sua Previdência, mas lá na nossa Paraíba, no nosso querido Rio Grande do Norte, a maioria dos Municípios não têm condições de ter o seu instituto e têm uma dívida eterna com o INSS. E o que é pior: fazem esforços imensuráveis para renegociar a dívida e, quando renegociam a

dívida, no ano seguinte, ou às vezes no mesmo ano, retomam nova dívida que o INSS descobre – não vou ser deselegante em dizer que inventa, mas que descobrem novos débitos dos Municípios. Isso tem contribuído de forma muito maléfica porque nós sabemos que a maioria dos Municípios, em particular do Nordeste – repito: da Paraíba e do Rio Grande do Norte – não tem a mínima capacidade de investimento e depois da peregrinação de conseguir uma emendazinha, de conseguir a possibilidade de um convênio, quando chega na hora do convênio, não têm a certidão do INSS. Muitas vezes sacrificando um valor muito alto das suas receitas, às vezes, administradores em final de mandato fazer acordos impagáveis para os Municípios aos seus sucessores.

Enfim, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a, com toda sua experiência, sua sensibilidade, seu comprometimento de homem público, que nós criássemos um grupo de trabalho com o INSS, com a participação de alguns Senadores, para que buscássemos uma solução que viesse conjunta do Governo e do Parlamento, para se dar um basta nisso. Vamos estabelecer um prazo, vamos estabelecer um percentual, vamos estabelecer uma solução definitiva, Ministro. Acho que, além de todo o trabalho que V. Ex^a vem se esforçando em fazer no Ministério, esse é possível de ser feito. Por iniciativa do Executivo e com a participação do Parlamento, mas de uma forma concreta.

O débito o INSS tem que levantar até hoje. Dimensionado o tamanho do bicho, o tamanho do problema com os Municípios, vamos fazer um parcelamento definitivo, com o comprometimento de renda, até a vinculação se for o caso em determinado momento da receita, mas vamos dar uma solução para que os prefeitos, principalmente os pequenos, dentro da sua administração, possa cuidar melhor do nosso povo.

É esse o apelo que eu faço, junto da sugestão e com a disposição também de colaborar, Sr. Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Cícero Lucena e também me associo às suas indagações, observações e sobretudo a sugestão que faz ao Ministro Garibaldi Alves. É uma verdadeira dificuldade que têm as prefeituras – fui Prefeito por três mandatos, por 14 anos e sei como é: acabou de rolar, daqui a pouco está atrasada, volta a ser inadimplente e temos que caçar um meio. E V. Ex^a foi generoso quando disse aqui cria; cria ou inventa está do mesmo tamanho. Na verdade, daqui a pouco, vai haver uma fiscalização, multa de novo, mais correção, e fica quase impagável, vira uma bola de neve. Acho que deveria haver mais critério, sob

pena de inviabilizar os Municípios brasileiros em sua grande maioria.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem de inscrição.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, eu não tenho perguntas, aliás, acho que todas as perguntas que tenham de ser feitas foram feitas, a explanação do Ministro foi perfeita e as respostas, no meu entender, também foram adequadas.

Foi dito aqui que a Presidente Dilma deu para o Ministro Garibaldi um abacaxi. Mas ninguém dá um problema complexo para alguém se não confiar realmente em algumas qualidades. E as qualidades para lidar com isso, com esse problema complexo, o Ministro Garibaldi tem. Uma delas, no meu entender, é a paciência que ele tem. Fui membro da CPI dos Bingos com ele e vi como ele é paciente, como vi também na Presidência do Senado. Então, é um homem que tem uma paciência muito grande e tem uma inteligência muito acima do normal. Portanto, aliado a essas duas virtudes, paciência e Inteligência, ele tem também competência para organizar. Tenho certeza de que, com a experiência parlamentar que tem também, vai fazer com que, no que depender do Poder Legislativo, nós daremos os instrumentos de que ele precisa para, realmente, sairmos desse quadro que foi muito bem mostrado aqui. O que não pode acontecer é ficarmos todo ano dizendo que a Previdência é deficitária etc. e tal. Vejo que V. Ex^a tem o diagnóstico, tem levantado alguns remédios para serem aplicados. Conte, portanto, conosco aqui para ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Ministro Garibaldi Alves Filho para responder, pela ordem de inscrição – os demais não compareceram –, as indagações do Senador Cícero Lucena, Eduardo Amorim e, propriamente dito, comentar as considerações finais do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra V. Ex^a, Ministro Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Pensei em terminar de uma maneira melhor, mas o Senador Eduardo Amorim não deixou, não é? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. *Fora do microfone.*) – Não foi a minha intenção. Desculpe-me.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Mas por que V. Ex^a foi muito franco, muito sincero, terei que ser muito franco e muito sincero também, dizendo a V. Ex^a que espero, porque ainda temos tempo pela frente, ter uma proposta mais completa. Eu diria até,

mais ousada, diante desse desafio, sobretudo desse desafio futuro da Previdência.

Hoje nós temos alguns remédios. O diagnóstico foi exposto aqui, mas os remédios que eu tenho pode ser que não sejam capazes de curar o doente suficientemente. Admito. Mas, pelo fato de não ter ainda toda uma instrumentalização para enfrentar o problema, não posso deixar de prosseguir na minha missão. Seria o quê? Se cobrar de mim o que eu ainda não posso dar, não posso oferecer, acredito que V. Ex^a... V. Ex^a perguntou o que eu espero realmente fazer. É uma pergunta crucial e cruel. Mas eu não sou de procurar mistificar as coisas nem de enganar. Eu espero fazer muito mais do que foi anunciado aqui, fazer mais, pelo menos. Mas, por ora, é o que eu me permito dizer e fazer. É isso aí. Não posso, de maneira nenhuma, deixar de dizer aos Senadores que eu vou fazer alguma coisa. Mas que, por enquanto, o meu tacape não é a metralhadora que eu queria ter para, no bom sentido, disparar e realmente resolver os problemas da Previdência.

Mas, vamos continuar lutando. O importante é não desanimar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ministro, permita-me interagir.

V. Ex^a sabe que, pela sua história, pela sua capacidade, a esperança é enorme. A esperança depositada, acho que não só desta Casa, dos Colegas Senadores, mas acho que também do povo brasileiro, perante um problema tão grande, e que a gente sabe que ele vai se tornar muito e muito maior nos últimos anos, nas próximas décadas, como já disse aqui, cujo diagnóstico já está dado. Nos seus diversos fatores, nas suas diversas premissas, desde o problema com gasto, com arrecadação, com mau pagamento, enfim.

Então, a esperança no seu exercício é enorme. Não estou querendo jogar a responsabilidade, estou apenas confirmando o sentimento de todos nós, pois sempre soubemos que o senhor é capaz desse enfrentamento, como o senhor aqui desenhou e colocou com muita clareza, sem esconder nada de ninguém, encarando com muito equilíbrio todas essas questões, sem esconder o que talvez muitos tenham feito ao longo de décadas.

A população está envelhecendo, o fator previdenciário precisa ser reestudado, reanalisado, ou até terminado, abolido, como o senhor mesmo disse: hoje, a missão dele é completamente diferente, houve um desvirtuamento dele, enfim.

Quero insistir, a esperança é enorme; espero que o senhor materialize essa esperança. E o senhor sabe que poderá contar com essa base, com a maioria de todos nós.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim e digo que vou ficar assim constantemente voltado para esta Casa, para vir buscar dela o apoio necessário para uma tarefa que todos nós sabemos que não é fácil.

A mesma coisa, antes de responder ao Senador Cícero Lucena, que é uma questão mais específica, eu diria ao companheiro Mozarildo Cavalcanti, que teve palavras tão elogiosas e que me deixam muito feliz, que aqueles que permanecem no Senado sabem que eu quero voltar para esta Casa de cabeça erguida. E só poderei voltar de cabeça erguida se o meu desempenho como Ministro da Previdência se constituir num novo alento para aqueles que tanto esperam da minha atuação.

Quanto ao Senador Cícero Lucena, eu diria a ele que se não faltar um problema, ele veio trazer outro (*Risos.*). E esse diz respeito aos nossos Municípios e é grave! O Presidente do INSS, que é advogado, eu o chamei há pouco aqui e ele me disse que, realmente, precisamos estudar mais isso. Não há uma solução a vista. Pois é, temos que estudar uma solução para enfrentar, porque os parcelamentos que foram dados não conseguiram resolver o problema. Parcelamento após parcelamento, e a dívida continua quase que a mesma, até porque a taxa colocada para esses parcelamentos, a taxa Selic, é brutal, especulativa, é algo que não se pode mais permitir. Ao mesmo tempo, como uma solução de emergência, ele dizia também que é preciso encontrar uma forma de permitir que os Municípios possam receber as transferências voluntárias do Governo Federal sem serem impedidos pela dívida com a Previdência, que é uma dívida de outra natureza. Não há como deixar de reconhecer isso.

O que pode ser feito, dentro do que V. Ex^a sugeriu, é V. Ex^a nos procurar posteriormente, levando técnicos que tenham alguma visão do problema, alguma proposta, alguma solução, e eu e o presidente do INSS vamos nos debruçar e procurar agir.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Agradeço, Senador. Eu o farei com o maior prazer. Vou aproveitar essa abertura que V. Ex^a está dando; eu o procurarei, para que a gente possa encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tendo em vista que não temos mais nenhum Senador inscrito, quero, antes de concluirmos esta reunião, agradecer a presença deste grande brasileiro, Senador e Ministro Garibaldi Alves Filho, que, atendendo o convite desta Comissão veio aqui prestar esclarecimentos sobretudo de forma transparente, coerente, como lhe é peculiar.

Não tenho dúvida alguma, Ministro Garibaldi, que o Ministério da Previdência Social está em boas mãos. Mas milagre o senhor não vai fazer. Nenhum cidadão tem a capacidade de fazer milagre diante das dificuldades e dos enfrentamentos, embora o senhor tenha coragem para fazer enfrentamentos.

Todavia, ficou muito claro que a Previdência Social, Senador Cícero Lucena, nada mais é do que um problema na área rural, porque, na área urbana, a Previdência é saudável, tem um saldo positivo de quase R\$8 bilhões. Por outro lado, ficou muito claro que, se há déficit, essa reclamação é uma constante. Tenho 60 anos, Senador Cícero, e quando eu era criança, na década de 60, eu já ouvia falar que a Previdência tinha dificuldade. Mas aqui está muito claro: ela subsidia. Paulo Paim sempre fala que ela tem dinheiro. Agora, subsidiando todas essas isenções, lamentavelmente, é quase impossível dizer que a Previdência social do Brasil será saudável no futuro. Não acredito.

O INSS e a Justiça Federal precisam ter mais responsabilidade. Acabei de ler uma matéria em que a Justiça Federal de São Paulo determina ao INSS o reajuste de salário no prazo de 90 dias. Senão, paga uma multa de R\$500 mil. A Justiça tem que ser mais precavida, caso contrário, torna o INSS até refém de determinadas decisões, correndo risco de ser decretada a prisão do gestor por não cumprimento de mandato judicial. Mandato judicial é para ser cumprido, entretanto, muitas vezes, impossibilitado, corre o risco de ser preso diante das circunstâncias e situações em que não há possibilidade de pagar.

De qualquer forma, Senador e Ministro Garibaldi, para nós é uma alegria muito grande. Ficamos bastante lisonjeados com a sua presença nesta Comissão e estamos à sua disposição para travarmos uma luta sobretudo no que compete a esta Comissão, que é emprego, Previdência, saúde etc.

A Comissão tem procurado, dentro da nossa limitação, fazer um trabalho exemplar. Vamos buscar, principalmente, soluções. Não se pode apenas apontar para os problemas. É muito fácil chegar aqui e levar as questões somente para o lado crítico, sem ajudar com sugestões.

Dessa maneira, quero agradecer a V. Ex^a a presença, colocando a Comissão à sua disposição, para V. Ex^a fazer suas considerações finais.

Também agradeço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que aqui prestigiaram o Ministro, cumprindo, acima de tudo, seu papel de bem representar o povo brasileiro no Senado, especialmente nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Ministro, V. Ex^a tem a palavra, para fazer suas considerações finais.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Quero agradecer ao Presidente Jayme Campos e dizer que eu não esperava, é claro, outra acolhida que não fosse esta. Estou de volta a esta Casa, que é minha, que é nossa, que é do povo. Nos últimos anos de minha vida, esta foi sempre a minha Casa. Sempre estive presente aqui e compareci às lutas empreendidas aqui em favor do povo brasileiro. Apenas quero dizer, nesta hora de despedida, que vou voltar mais encorajado, mais disposto, mais confiante. Vejo que contarei com o Senado da República para futuras lutas. Realmente, quero agradecer a todos as palavras ditas aqui.

Aqui, estou diante do meu próprio pai, que, hoje, integra esta Casa. E quero dizer ao Presidente Jayme Campos que S. Ex^a pode contar comigo. Na hora em que S. Ex^a quiser que eu venha aqui, eu virei. Sei que, cada vez em que eu vier aqui, serei cada vez mais cobrado, mas isso é inevitável. Só espero que, cada vez em que eu venha aqui e seja mais cobrado, eu possa ter o que dizer. O pior dos mundos é ser cobrado e não ter como pagar. O que posso dizer aos senhores é que, realmente, vou fazer com que possamos nos encontrar novamente em outras oportunidades e posamos dizer que valeu a pena aquele debate, aquela hora em que, aqui, refletimos sobre o que é melhor para a Previdência Social do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Solicito aos Srs. Senadores que esperem por um minuto, porque vou declarar reaberta a 11^a Reunião, em que trataremos de apenas um assunto.

Agradeço ao Sr. Ministro novamente.

Peço que V. Ex^a me conceda um minuto, para eu ler um documento, enquanto o Ministro deixa o recinto.

Declaro encerrada a 12^a Reunião Extraordinária desta Comissão.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Wal-

demir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Marisa Serrano. Justificam ausência os Senadores Cristovam Buarque e Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Romero Jucá, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 11^a e 12^a Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 19 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2011.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado Parecer favorável ao Projeto.** **ITEM 24 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CAS.** *Senhor Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Os convidados serão indicados, posteriormente, pelos Senadores perante a Secretaria desta Comissão.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** **Aprovado.** **ITEM 18 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011.** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado Parecer favorável ao Projeto.** **ITEM 21 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CAS.** *Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas, para a instrução do Projeto de Lei do Senado n.º 234, de 2010, que “dispõe sobre a profissão de optometrista e dá outras providências”. A primeira audiência com a presença dos seguintes convidados: Dr. Ivan Sciessere, Presidente do Instituto Brasileiro de Optometria – IBO e Sindicato Nacional dos Optometristas – SNO; Dr^a. Patricia Mara Werner,*

Coordenadora do Curso de Optometria da Universidade do Contestado – UNC Campus de Canoinhas – SC; Dr. José Luis Muñoz Escobar, Professor do Curso de Optometria Universidade do Contestado – UNC, Campus de Canoinhas – SC; Dr. Pedro Silveira Gonçalves Filho, Médico Oftalmologista; Dr. Ricardo Bretas, Vice-Presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria. E a segunda audiência com a presença dos seguintes convidados: Dr. Paulo Augusto de Arruda Melo, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira; Dr. Roberto Luiz D'ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Cid Carvalhaes, Presidente da Federação Nacional dos Médicos. **Autoria:** Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2008.** Acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinquenta anos, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009.** Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo) que apresenta. **Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao PLS 467, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2007.** Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Autora. ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2011.** Regula a profissão de taxista e dá outras providências. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS. ITEM 22 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CAS.** Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 397, inciso II, § 1º do Re-

gimento Interno do Senado Federal e com o art. 50 da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor CARLOS ROBERTO LUPI, Ministro do Trabalho e Emprego, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado: Aprovado. ITEM 16 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 39, de 2008-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007, do qual sou Relator no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais. **Autoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado: Aprovado. ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2007.** Altera a Lei nº 9.029, de 1995, para vedar a fixação de limite etário máximo e outras práticas discriminatórias, na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 17 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007.** Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. **Autoria:** Deputado Eduardo Valverde. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado Paracer favorável ao Projeto. ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2008.** Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 15 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008.** Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório.** Ficam adiados os demais Itens da

Pauta, a saber: **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003; **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006; **Item 7** – Projeto de Lei do Senado Nº 34, de 2010; **Item 8** – Projeto de Lei do Senado Nº 89, de 2010; **Item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 660, de 2007; **Item 12** – Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2011; **Item 13** – Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2003; **Item 14** – Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2009; **Item 20** – Projeto de Lei do Senado Nº 154, de 2010-Complementar e **Item 23** – Requerimento s/nº, de 2011-CAS. A Presidência procede a leitura do Comunicado nº 6, de 2011: “Grupo de Trabalho”, Comunico às Senhoras Senadoras, aos Senhores Senadores e a todos os demais interessados que designei o Senador Paulo Davim coordenador do GRUPO DE TRABALHO destinado a elaborar alternativas com vistas à produção e ao encaminhamento de uma proposição com o intuito de viabilizar a concessão de incentivo fiscal destinado aos doadores para instituições de combate ao câncer, objeto da Audiência pública realizada nesta Comissão em 11 de maio corrente. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Cyro Miranda, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Sérgio Petecão, e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 11ª e 12ª reunião da CAS.

Os senhores Senadores e Senadoras que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me a palavra, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, tenho que abrir um trabalho na Comissão de Direitos Humanos que vai tratar sobre a situação dos ciganos, que sofrem tanto neste País e não têm praticamente nenhum direito. Em resumo, como sou autor

de um requerimento e relator de um outro – que é um projeto que, na CDH, foi relatado pela Senadora Ana Rita –, se V. Exª permitir, porque todas as comissões já votaram, poderíamos votar esse Requerimento. Seria inversão de pauta, para votar o item 19 e o último item. Primeiro o Projeto dos autistas, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Paulo Paim será atendido na forma regimental, até porque V. Exª já disse que tem outros compromissos na sua Comissão.

ITEM 19

– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2011

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria: Senador **Paulo Paim**.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como não é terminativo e como é um projeto que já foi aprovado em todas as comissões e veio agora para esta Comissão, vou direto à análise do Projeto, acompanhando, na íntegra, o relatório feito pela Senadora Ana Rita.

Análise

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à relação trabalho, previdência, assistência social e proteção e defesa da saúde, todas matérias tratadas pela Política Nacional de Proteção de Direitos a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista que o Projeto objetiva instituir.

Em relação ao mérito, não há o que obstar a proposição em análise, suas disposições são coerentes com os princípios e diretrizes com os quais se organizam, inclusive em sede constitucional, os sistemas envolvidos. A política instituída é assim coerente com os objetivos e principais organizadores da seguridade social, além do sistema de ensino e trabalho no Brasil.

Pelo fato, Sr. Presidente, de ser um tema que já foi amplamente debatido, voto, naturalmente, acompanhando a Senadora Ana Rita pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011. As senhoras e senhores

Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado, para prosseguimento da tramitação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a permitir, agradeço já a gentileza, gostaria de seguir ao item 24. É um simples requerimento a pedido, inclusive, da Anvisa, um tema que já foi debatido na Comissão de Direitos Humanos e os Senadores desta Comissão, corretamente – porque é aqui que irão debater essa questão do mérito, é aqui que está a Subcomissão de Saúde –, pediram que eu encaminhasse o requerimento, para que fizéssemos uma audiência aqui com V. Ex^a. É o item nº 24.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 24

– Não terminativo –REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa para debater a proposta da Anvisa de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite.

Autoria: Senador **Paulo Paim**.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ilustrar, é um tema polêmico, diversos Senadores médicos têm uma posição contrária à Anvisa, que tem outra posição. Como lá não conseguimos esgotar o debate corretamente, os Senadores pediram que eu trouxesse esse debate aqui para a Comissão de Assuntos Sociais, porque aqui está, inclusive, a Subcomissão de Saúde. A intenção é das melhores, quero cumprir todos os Senadores que fizeram esse pedido para que eu trouxesse o tema para a sua Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Uma informação: é uma audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – As pessoas que virão para o debate, Sr. Presidente, poderia...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até agora não foi feita a indicação dos nomes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tive o cuidado de não indicar, para permitir que os Senadores possam ajudar na escolha dos nomes e do dia. Daqueles que virão representando a posição da Anvisa

e daqueles que têm uma posição diferente. Este foi o pedido das duas partes, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de solicitar a V. Ex^a que mantivesse contato com seus colegas desta Comissão, como autor do Requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Manterei. Principalmente os colegas médicos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato. Para ver as pessoas que serão indicadas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É porque é fundamental, nesse debate, por exemplo, que ouçamos a opinião da sociedade, como médicos endocrinologistas. Penso que são essas as questões, essas dúvidas precisam ser dirimidas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Antes de se retirar o medicamento, até porque é muito polêmico, realmente, o assunto, mas, ao mesmo tempo, é importante também que ouçamos a Anvisa, porque a gente nunca sabe, Sr. Presidente, os interesses, lamentavelmente. Mesmo em se tratando de vida das pessoas, de saúde humana, a questão comercial ainda tem essas implicações, o que é muito lamentável.

la sugerir aqui o Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia ou alguém que o representasse nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É mais do que justo, V. Ex^a tem todo o nosso apoio, até porque teríamos que buscar como parte do entendimento desse assunto, não só pela Anvisa, mas, sobretudo, por méritos, profissionais da área, para debatermos de forma bem clara aqui, realmente, o que é o melhor para o povo brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o Requerimento do Senador Paulo Paim. Os senhores e senhoras Senadoras que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria aqui, aproveitando a oportunidade, já na presença da Senadora Ana Amélia, de colocar em pauta, com a devida vênica e respeito a V. Ex^a, o item 18, decisão não terminativa, da página 211, Senadora Ana Amélia.

ITEM 18

– Não Terminativo –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011.

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observações: A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ana Amélia, para proferir seu relatório. V. Ex^a está com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Jayme Campos. Senadoras, Senadores, esta é uma matéria muito importante, porque trata de uma questão que diz respeito também não só à regulamentação de uma área fundamental, mas especialmente à questão ambiental.

O relatório que apresento é o seguinte, Sr. Presidente:

Em exame na Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2011, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

A proposição inclui o art. 3º, a, na Lei nº 7.802, de 1989, para determinar que o detentor de registros de agrotóxicos tenha prazo de dois anos para iniciar a produção e a comercialização de agrotóxicos, sob pena de suspensão do registro concedido. Após essa suspensão, o titular do registro terá prazo de dois anos para solicitar o restabelecimento do referido registro, Sr. Presidente. Se, passados dois anos do restabelecimento do referido registro, a produção e a comercialização do produto não forem iniciadas, o registro será cancelado. Ainda de acordo com o projeto, o titular do registro deverá informar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o início da produção e da comercialização do produto registrado.

Na Comissão de Assuntos Sociais, não foram apresentadas emendas a esse projeto.

Da análise.

Nos termos das disposições constantes do inciso II, art. 11, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Casa apreciar, quanto ao mérito, as proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, como é o caso.

A matéria, de autoria da diligente Senadora Kátia Abreu, tem o objetivo de corrigir uma importante falha do nosso sistema de registro de agrotóxicos. As empresas interessadas em comercializar defensivos agrícolas no Brasil devem, primeiramente, providenciar o registro do produto, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores de saúde, de meio ambiente e de agricultura. Ocorre que, de acordo com a legislação atual, o registro de um agrotóxico não possui prazo de validade, com isto, muitas empresas registram no Brasil suas inovações, mas, por pura estratégia comercial, decidem não disponibilizar o produto no mercado brasileiro. Isso ocorre porque, em muitos casos, o produto novo é um competidor de um produto mais antigo, comercializado pela mesma empresa. Assim, para prolongar o ciclo de vida do produto anterior, a empresa atrasa em vários anos o lançamento de suas inovações tecnológicas nesse setor.

O projeto sob análise pretende pôr fim a esse problema, pois estabelece que, após obtenção do registro, a empresa tem o prazo de dois anos para iniciar a produção, caso contrário, o registro seria suspenso. A empresa pode, ainda, solicitar o restabelecimento desse registro, mas, se em outros dois anos a comercialização não for iniciada, o registro é cancelado.

Como os procedimentos para registro de agrotóxicos são complexos e apresentam elevados custos, as empresas serão induzidas a iniciar logo a produção e a comercialização de suas inovações, para que o registro não seja cancelado. Isso será muito benéfico para a agricultura brasileira, pois vai acelerar a entrada de produtos inovadores no mercado, o que vai resultar em maior competitividade para o agronegócio em nosso País.

Em relação à proteção e defesa da saúde, a medida também é boa, pois os novos produtos, em geral, são mais eficientes e menos tóxicos que os produtos mais antigos.

Por esses motivos, somos favoráveis à aprovação do referido Projeto.

Voto:

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Projeto da Senadora Kátia Abreu é um projeto de quem conhece, Sr. Presidente. Há uma preocupação muito grande, e volto a insistir: sempre há, por trás dessas coisas, a questão comercial – e é visível a preocupação da Senadora, por exemplo, ao limitar em dois anos. Porque, o que ocorre? Determinadas empresas de grande porte detêm, às vezes, uns determinados sais, uma composição química, sentam naquilo, passam-se dois, três, quatro anos e não acontece nada. Então aqui, uma vez registrado, prazo de dois anos para que comece o produto a ser comercializado.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente – considero importante isso – , cada vez que você tem produtos novos, a tendência na indústria química ou agroquímica é exatamente de, cada vez mais, usar combinações que agredam menos o meio ambiente e também que propicie mais segurança à saúde das pessoas que manipulam esses agrotóxicos.

Penso que o projeto é muito bom e tem o aval e assinatura de uma, embora nova no Senado e também na política, extraordinária Senadora, que merece todo o nosso respeito e tem, evidentemente, o meu apoio ao voto da relatora, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka. Como tem admiração e respeito de V. Ex^a, com certeza também tem do Senador Jayme Campos e de todos nós, membros desta Comissão, e sobretudo do Plenário do Congresso Nacional.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2011. Os senhores e senhoras Senadoras que concordam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento o relatório do autor e da Senadora Ana Amélia, aqui presente. Assinei o requerimento, junto com Lindbergh Farias, nosso vice-Presidente, Casildo Maldaner, Rodrigo Rollemberg e Mozarildo Cavalcanti, que é o item 21. Como tenho que ir para a audiência dos ciganos, se V. Ex^a pudesse colocar em votação, nós dois estaríamos contemplados e, tenho certeza, todos os Senadores, pela grandeza do debate que faremos, sobre um tema que interessa a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimen-

tal e, sobretudo, sei e reconheço a necessidade de V. Ex^a estar em sua Comissão.

ITEM 21 – Não terminativo –

REQUERIMENTO Nº DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2010, que dispõe sobre a profissão de optometrista e dá outras providências.

A primeira audiência, com a presença dos seguintes convidados:

Presidente do IBO – Instituto Brasileiro de Optometria – e SNO – Sindicato Nacional dos Optometristas, Dr. Ivan Sciessere;

Coordenadora do Curso de Optometria da UNC – Universidade do Contestado, Campus de Canoinhas – SC, Dr^a Patrícia Mara Werner;

Professor do Curso de Optometria da Universidade do Contestado, Campus de Canoinhas – SC, Dr. José Luís Muñoz Escobar; Médico oftalmologista, Dr. Pedro Silveira Gonçalves Filho;

e vice-Presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, Dr. Ricardo Bretas.

E a segunda audiência, com a presença dos seguintes convidados:

Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Dr. Paulo Augusto de Arruda Melo;

Presidente da Associação Médica Brasileira, Dr. José Luiz Gomes do Amaral;

Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Roberto Luiz D'Ávila; e Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Dr. Cid Carvalhaes.

Autoria: Senadores **Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nem a pedido, porque não estavam aqui nenhum dos autores ainda, agora os autores já estão presentes. Está aí o Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse caso aqui, prioritariamente, teria que conceder a palavra, inicialmente, para o Senador Lindbergh Farias, entretanto, na ordem de signatários desse requerimento, concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Casildo Maldaner. Depois, temos aqui já a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti. Se, por ventura, V. Ex^a desejar fazer o encaminhamento deste Requerimento, pela ordem de signatários V. Ex^a terá prioridade. Caso contrário, será o ilustre Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero aqui agradecer a espontaneidade do Senador Paulo Paim. Ele subscreveu também, mesmo que *on-line* ou de boa vontade, para que finalmente acontecesse aqui esta audiência pública para tirarmos as dúvidas que existem sobre o entendimento entre optometristas e oftalmologistas. Penso que o direito democrático do debate nesta Comissão foi muito importante.

Mais uma vez, quero agradecer a espontaneidade e a presença, em todos os lugares, do Senador Paulo Paim, que está se retirando para ir a outra Comissão que preside, de Direitos Humanos. Lá existe um grupo grande de ciganos e, segundo ele me informava, os ciganos estão por aí sem existirem, praticamente, no País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Invisíveis.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Invisíveis, é esta a expressão que está usando o Senador Paulo Paim. Quer dizer, ainda temos um segmento importante da população brasileira considerado invisível. Veja bem como são as coisas. Mas quero agradecer – e aqui está também o Senador Mozarildo, que subscreveu, o Lindbergh e mais um outro colega. Creio que essa audiência pública vai dirimir algumas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao ilustre e valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti, um dos autores deste Requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, este Projeto, na verdade, já vem se arrastando há bastante tempo aqui nesta Comissão. Foi relatado pelo Senador Augusto Botelho e agora, nesta Legislatura, pedi o desarquivamento, sou o relator da matéria, penso que está passando da hora de se discutir e debater. Já foram feitas

Está passando da hora de se discutir e debater. Já foram feitas inúmeras audiências, mas compreendo que o Senador Casildo Maldaner, que chegou agora, e outros que também chegaram tenham o direito de debater o assunto.

Mas concordo que haja as audiências da forma como estão propostas no requerimento, assinado por todos. Uma primeira com os optometristas e uma segunda com os oftalmologistas. Portanto, encaminhando favoravelmente para que as duas audiências aconteçam: uma, primeiro, com os optometristas e a segunda com os oftalmologistas, para que possamos, de vez, decidir essa questão, que é uma questão de saúde pública; é uma questão importantíssima. Aliás, cinco

palestrantes na primeira e quatro na segunda. Então, não é pouca gente para a gente ouvir.

Encaminho favoravelmente e peço aos nobres colegas e às nobres colegas que possamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo, e vamos votar o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria de pedir um pouquinho de paciência, porque já temos algumas decisões terminativas, lidas na Comissão da semana passada. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade. Desde que nosso querido Senador Rollemberg nos dê pelo menos cinco minutos, aprovaremos dois projetos. Item nº 1 da pauta.

V. Ex^a poderia aguardar só para votarmos dois projetos, que são terminativos?

Observação: a autoria é da Senadora Lúcia Vânia, e a Relatoria foi da nossa querida amiga Senadora Vanessa. É pela aprovação o projeto. O relatório foi lido no dia 27 e foram adiadas as discussões e a votação da matéria.

A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 04/05/2011 e 18/05/2011, sendo adiada sua apreciação. Ela é nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para suas considerações, se, eventualmente, V. Ex^a...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que todos já estão preparados para votar. Atendendo ao pedido do Senador Paim, quero só mais uma vez orientar. Acho que é um projeto importante, e que todos votemos a favor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 88, de 2008.

Consulto a Senadora Angela Portela.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa. É voto conhecido.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exato!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e para publicação no *Diário do Senado Federal*.

Temos mais um projeto terminativo.

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009

Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo) que apresenta.

Observações: – Em 27/04/2011, lido o Relatório, foram adiadas a discussão e a votação da matéria.

– A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 04/05/2011 e 18/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação Nominal.

Estou concluindo, e V. Ex^a tem direito ao encaminhamento da matéria.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar. A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para suas considerações, se necessário.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é só para relembrar, porque isso foi lido há dois encontros nossos, a proposição que determina que os mencionados equipamentos, ou seja, os elevadores, sejam dotados de mecanismo de abertura interna para casos de emergências. As janelas também deverão conter sistema de proteção de grades ou telas que impeça a saída de pessoas.

Nesse sentido, já fomos pela aprovação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2009.

Vamos proceder à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC DO B – AM) – Eu voto com o relator também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Já conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai a turno suplementar, o art. 282 combinado com o art. 92.

Por favor, Senador Paulo Paim, tem mais um terminativo e eu gostaria de pedir a V. Ex^a um minuto.

Item 10

– Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO nº 426, DE 2007

Altera a Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para dispor sobre a jornada de trabalho do trabalhador rural.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Observações: Em 12/11/2008, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou o parecer favorável ao projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano para proferir o seu relatório.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, a pedido da autora do projeto, eu o estou retirando de pauta para maior análise e discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e será retirado de pauta o Item 10.

Tem mais uma matéria terminativa.

Aqui, tem uma matéria terminativa da Senadora Ana Amélia. Infelizmente, o quórum está baixando, mas espero que chegue mais um Senador.

Entretanto, acho que podemos lê-la.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2011

Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observação: A matéria constou da pauta da reunião de 18/05, sendo adiada a sua apreciação.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

Não temos quórum ainda, estamos aguardando, mas imagino que se chegarem mais Senadores será possível V. Ex^a ler o seu relatório e ainda votarmos nesta manhã.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Senadora, Senadores, vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 42, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

Pretende-se, para tal objetivo, estabelecer em lei federal que a atividade profissional de taxista somente poderá ser exercida por aqueles que preencham as seguintes condições:

a) tenham habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

b) tenham feito curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão permissionário;

c) tenham atestada, por autoridade policial local, o conhecimento da cidade ou da área de abrangência da sua sede de trabalho;

d) utilizem-se de veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;

e) possuam a permissão dos órgãos competentes e de trânsito do seu domicílio profissional, ou alvará municipal, específicos para o exercício da profissão.

No art. 3º da proposição são fixadas como atribuições privativas dos profissionais taxistas, as seguintes:

a) utilizar-se de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte de passageiros e de pequenas encomendas, mediante remuneração, para os locais determinados pela clientela;

b) conhecer bem a cidade onde trabalha, para sempre utilizar-se dos caminhos regulares

ou alternativos, procurando sempre a melhor opção para o cumprimento de sua missão.

Estabelece, também, no art. 4º que o profissional taxista deve trabalhar em qualquer horário do dia ou da noite e:

- a) trajar-se adequadamente;
- b) atender o cliente com educação;
- c) manter em boas condições de funcionamento e de limpeza o veículo do qual se utiliza para trabalhar;
- d) obedecer às leis de trânsito;
- e) respeitar o pedestre; e
- f) manter em seu veículo taxímetro sempre aferido pelo INMETRO/IPEM.

Para efeitos da lei de regulamentação profissional, o projeto classifica os taxistas da seguinte forma: taxista permissionário, que é o motorista proprietário de um veículo, que possui permissão dos órgãos competentes e de trânsito de seu domicílio, como pessoa física; taxista empregado, que é o motorista que trabalha em veículo de propriedade de empresa e que possui permissão dos órgãos competentes e de trânsito de sua sede; taxista colaborador auxiliar, que é o motorista que possui autorização para exercer a atividade profissional, em consonância com as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974.

Na hipótese de taxista empregado, o projeto de lei lhe assegura os seguintes direitos:

1. remuneração mínima mensal não inferior a 3 (três) salários mínimos;
2. comissão ajustada, não incluída no cálculo da remuneração mínima, incidente sobre os serviços realizados e nunca inferior a 3% (três por cento) do valor das tarifas auferidas durante o seu trabalho;
3. repouso semanal remunerado com, no mínimo 36 (trinta e seis) horas de duração;
4. em caso de compensação da jornada, repouso compensatório durante tempo equivalente ao dobro do período do período da jornada de trabalho em que ficar à disposição do empregador.

Por fim, autoriza a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais de Taxistas, nos termos do art. 58 e parágrafos, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e mantém todos os benefícios já alcançados para o exercício da profissão, notadamente quanto à sanção ou redução de impostos, tais como IPI, ICMS, e IPVA e eleva, para esses profissionais, o adicional de insalubridade para, respectivamente, 50%, 30% e 20%, segundo as condições de insalubridade se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Ao justificar sua iniciativa, o eminente autor, Senador Eunício Oliveira, assevera que a despeito da grande

e universalmente reconhecida importância social dos taxistas, sua profissão não foi regulamentada até hoje e que o presente projeto de lei se propõe a colmatar essa lacuna, dotando a laboriosa e útil categoria dos condutores autônomos de veículos de passageiros de um estatuto jurídico, o que vem ao encontro de uma antiga reivindicação desses profissionais.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer em caráter terminativo sobre o presente projeto de lei.

Sob o ângulo constitucional encontramos óbice no que se refere ao disposto no art. 7º do projeto, quando autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Taxistas.

O projeto de lei ora *sub examine* está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração de leis.

A legislação sobre a matéria – pertencente ao campo do Direito do Trabalho – é atribuição do Congresso Nacional.

Em relação ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Taxistas, que a proposição pretende criar, vale lembrar que, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais, inclusive dos superiores e do Supremo Tribunal Federal, tais conselhos profissionais são autarquias corporativas, espécies do gênero autarquia, cuja existência encontra fundamento no art. 22, XVI, da Constituição Federal. A criação de autarquias, pessoa jurídica de direito público, depende de lei específica, de acordo com o seu art. 37, XIX.

A iniciativa do processo legislativo, no caso, é privativa do Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 61, § 1º, II, “e”, não sendo, portanto, admissível, para a matéria, iniciativa de parlamentar.

Como se sabe, a iniciativa reservada ocorre quando um mandamento constitucional comete a uma autoridade, privativa ou exclusivamente, o poder de provocar o processo legislativo sobre determinada matéria. Essa reserva nada menos é do que o reconhecimento constitucional de que somente essa determinada autoridade reúne as condições para avaliar a viabilidade, a conveniência e a oportunidade de instaurar o procedimento necessário para inovar o direito sobre determinado assunto.

É bem verdade que, ante tal restrição ao poder de iniciativa parlamentar em matéria administrativa do Presidente da República, no âmbito do Congresso Nacional, tem surgido, vez por outra, a indagação sobre a possibilidade de a falta de iniciativa da autoridade competente vir a ser sanada pela sanção do projeto pelo

Presidente da República, com superação da inconstitucionalidade formal decorrente do vício de iniciativa.

Vale observar, todavia, que o vício da inconstitucionalidade quanto à iniciativa do processo legislativo é de tal gravidade que, ainda que se trate de matéria atinente ao Poder Executivo, nem mesmo a sanção do seu Chefe o supera, segundo posição dominante na doutrina e abraçada pelo Supremo Tribunal Federal, o qual, inclusive, dentro dessa nova linha, revogou sua Súmula nº 5, que decidia em sentido inverso.

O Supremo Tribunal Federal entendeu, por exemplo, ao julgar medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.070/94, que a sanção não tem o condão de superar a inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

A propósito, a doutrina nacional tem-se manifestado reiteradamente contra essa “convalidação”. Como assinala o eminente mestre Pinto Ferreira (“Comentários à Constituição de 1988”, 3º volume, p. 263):

“A volição legislativa, do mesmo modo que a volição contratual, só se transforma em ato jurídico quando se reveste de forma legal, tanto de forma como de solenidade (...) Caso o ato legislativo não seja moldado segundo o paradigma legal, ele é inexistente como ato jurídico.”

Este tem sido também o entendimento do Supremo Tribunal Federal em diversos julgados sobre a matéria. (Vide ADIn 822-RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; ADIn 766 e 774, Rel. Min. Celso de Mello; ADIn 582-SP, Rel. Min. Néri da Silveira; ADIn 152-MG e 645-DF, Rel. Min. Ilmar Galvão.)

Em conclusão, Presidente, a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Taxistas encerra vício de iniciativa insanável, razão pela qual somos obrigados a sugerir a supressão desse artigo.

Também, e de igual forma, o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 5º ao estabelecer como remuneração mínima do empregado taxista o valor de três salários mínimos incorre em flagrante inconstitucionalidade, na medida em que vincula remuneração ao salário mínimo, o que é vedado pelo art. 7º, inciso IV da Constituição, confirmado pela Súmula Vinculante nº 04 do STF, que assim consigna:

“Súmula Vinculante nº 04. Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.”

Nestes termos, sugerimos, também, a supressão deste dispositivo em face do flagrante vício de inconstitucionalidade.

Temos, ainda, algumas impropriedades jurídicas contidas no art. 8º, especialmente no que se refere à

manutenção de benefícios fiscais aos taxistas relativamente ao ICMS e ao IPVA, uma vez que se trata de impostos estaduais e do Distrito Federal, razão pela qual a competência para legislar sobre eles é das Assembleias Legislativas respectivas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No mérito, consideramos relevantes os argumentos expostos pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta, com os devidos ajustes necessários.

O táxi, como é conhecido hoje, surgiu quando foram aplicadas taxas à sua utilização através dos conhecidos taxímetros, no século XIX. O primeiro serviço desse gênero apareceu com a invenção do riquixá – carro de duas rodas puxado por um só homem, comum na antiguidade, porém exclusivo das elites, que possuíam escravos para fazer esse trabalho.

Nas ruas da Roma antiga, circulavam liteiras (espécie de cadeira coberta e apoiada sobre varas compridas, transportadas por dois ou quatro escravos que levavam quem quer que os solicitasse). Essa...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia, V. Exª me permite?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se a senhora já quiser ir para a fase do voto, diante do conhecimento de todos os Srs. Senadores...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª pode ir?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até porque temos quórum para votar a matéria. Se a senhora quiser ir para o voto, nós já tomamos conhecimento da matéria.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois então.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº ...– CAS

Suprima-se o inciso I do parágrafo único do art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº... – CAS

Suprima-se o art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011.

EMENDA Nº ...– CAS

Substitua-se, no art. 8º do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, a expressão “sanção” por “isenção”, e suprimam-se os termos “ICMS” e “IPVA”.

Apresento esse voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Em discussão a matéria.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a, Senador Petecão, quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo...

V. Ex^a quer encaminhar?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para encaminhar, Sr. Presidente.

Só uma questão de ordem, eu diria. Ele é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Depois daqui, de acordo com a legislação, ele vai para a Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vai ser encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário. A matéria é terminativa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É terminativa?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em que pesem algumas dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Qualquer recurso, abre-se o prazo lá.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em que pesem algumas dúvidas que temos que discorrer, mas no que se refere agora à regulamentação do profissional, acho que é um conquista que eles vêm reivindicando há tempos. É a habilitação deles, a especialidade, os primeiros socorros, que eles devem aprender para prestar ao passageiro. Então, eu acho que, pesando entre algumas dúvidas e as vantagens que traz ao profissional, eu fico com a Relatora, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, ressalvadas as Emendas nºs 1 a 3, da Relatora. Vamos proceder à votação de forma nominal.

Consulto como vota a Senadora Ângela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O ilustre Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimentando a nossa Relatora, a Senadora Ana Amélia, pelo belo parecer, eu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – “Sim”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Já conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pelo projeto do Senador Eunício Oliveira, com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Foi aprovado por unanimidade, praticamente, o projeto.

Consulto a V. Ex^a se podemos repetir a mesma votação para as Emendas de nºs 1 a 3, da Relatora.

Se V. Ex^a concorda, vamos votar também a matéria. Ou repete-se a mesma votação para o projeto?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que repete, Sr. Presidente. Ninguém é contrário. Votamos o parecer como um todo, inclusive as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – A respeito do item 5 da pauta, ele é terminativo na

Comissão, e gostaria de ler o parecer. Não sei como está a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O que podemos fazer, Senador, é ler o relatório e aguardar a presença de apenas mais um Senador, quando será possível votar a matéria em caráter terminativo.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Antes da leitura, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de atender à ilustre Senadora Vanessa em seu requerimento, que já está aqui, e também apreciar o do próprio Senador Casildo Maldaner. São dois itens.

Nós poderemos ler o relatório, Senador Sérgio, e aguardar naturalmente o quórum, para discutirmos e votarmos, em caráter terminativo, o item 6, que V. Ex^a...

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Então, quando for possível, depois do requerimento da Senadora Vanessa...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, vou atender ao senhor.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Estou à sua disposição já.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 22

– Não terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011– CAS.

Requeiro, nos termos do art. 93, II, combinado com o art. 397, II, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 50 da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego, para apresentar as diretrizes e programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar seu requerimento, Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jayme.

A nossa Comissão trata de assuntos sociais, entre eles, saúde, trabalho, emprego. Nós recebemos recentemente o Ministro da Saúde, num excelente debate. Seria importante que tivéssemos a presença aqui do Ministro Lupi.

Já tive uma conversa com ele na semana passada. Ele está muito disposto a vir à nossa Comissão, para falar um pouco da conjuntura do mundo do trabalho e das perspectivas que temos daqui para frente.

Mais do que isso, precisamos estabelecer parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, para que possamos avançar em várias áreas, inclusive das trabalhadoras domésticas, Sr. Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concordo com V. Ex^a. É louvável e meritório o requerimento que apresenta para convidarmos o Ministro Lupi a vir a esta Comissão.

Ficaremos bastante lisonjeados com sua presença. Que ele possa falar das diretrizes, para os próximos anos, em relação ao trabalho e emprego neste País.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 16

– Não terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 93, I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 39, de 2008 – CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007, do qual sou Relator no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Senador Casildo Maldaner.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para encaminhar o seu requerimento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Por que é do nosso entendimento pedir a dispensa dessa audiência pública, Sr. Presidente, nobres colegas? Já esse projeto de lei vem da Câmara desde 2004, na sua origem, é para que os trabalhadores que trabalham em residências, em função do sistema *on line*, da telemática hoje, da Internet, da modernidade, do avanço tecnológico, tenham, diante dos próprios regulamentos, os direitos regulamentados, ou seja, para que tenham essa possibilidade.

Então, essa é a razão da dispensa dessa audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2007.

Altera a Lei nº 9.029, de 1995, para vedar a fixação de limite etário máximo e

outras práticas discriminatórias na admissão de permanência de relação jurídica do trabalho do idoso, e dá outras providências.

Autoria: Senadora **Lúcia Vânia;**

Relatoria: Senador **Sérgio Petecão.**

Observação: A matéria constou da pauta da reunião de 18/05/2011, sendo adiada a sua apreciação. A votação será nominal.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Sérgio Petecão, para proferir seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores presentes nesta reunião desta Comissão, o nosso relatório é extenso e eu gostaria, para dar maior celeridade, de dar uma enxugada.

Relatório.

Encontra-se em exame nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 314, de 2007, de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia.

Trata-se de proposição que pretende alterar a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para vedar a fixação de limite etário e outras práticas discriminatórias na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso. Basicamente, os prestadores de serviços são incluídos na proteção legal contra a discriminação, antes limitada às relações de emprego.

Voto.

Assim, inexistente vício de inconstitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade e presentes as razões de mérito expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2007, de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia com a seguinte emenda:

EMENDA ... (CAS)

Dê-se ao inciso I do art. 3º, da Lei nº 9.029, de 1995, na forma que dispõe o art. 1º do PLS nº 314, de 2007, a seguinte redação:

Art. 3º

I – multa administrativa de dez vezes o valor do salário pago pelo empregador, ou o dobro da remuneração paga pelo tomador ao prestador de serviço, elevadas em cinquenta por cento em caso de reincidência.

Lido o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Sérgio Petecão.

Não temos ainda quórum para a votação. Mas, diante da leitura do voto de V. Exª, vamos suspender temporariamente para entrar no processo de votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos adiar a discussão, diante da falta de quórum, já que se trata de matéria terminativa, Senador Casildo Maldaner.

Vamos passar para o item 17, cuja matéria não é terminativa.

Só para esclarecer a V. Exª, aguardando o quórum, votamos o processo de discussão e votação da matéria que o Senador Sérgio Petecão foi o relator.

ITEM 17

– Não terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Altera o art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Autoria: Deputado **Eduardo Valverde.**

Relatoria: Senador **Casildo Maldaner.**

Observação: Em 09/04/2008, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT aprovou Parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Casildo para proferir o seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É submetido à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007, que tem por finalidade equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Para tanto, acrescenta dispositivo ao artigo 6º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma a necessidade de adequar a legislação trabalhista brasileira às transformações trazidas pelas inovações tecnológicas ao mundo do trabalho. Para ele, o teletrabalho já é uma realidade para muitos trabalhadores, sem que a distância e o desconhecimento do emissor da ordem de comando e supervisor retirem ou diminuam a subordinação jurídica da relação de trabalho.

Em 2008, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática deliberou pela sua aprovação.

Até o presente momento, ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional na proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, da CF).

A despeito do fato de nossa legislação trabalhista não dispor de regras sobre o teletrabalho, nela encontramos alguns dispositivos que se amoldam a essa forma de trabalho.

As normas que regulam o trabalho fora do estabelecimento do empregador, ou em domicílio, como as presentes nos artigos 3º, 4º, 6º, 8º e 9º da CLT constituem o fundamento para o seu amparo legal. O art. 6º, em especial, estabelece que não há distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.

Por analogia, aplicam-se ao teletrabalho as mesmas normas legais referentes ao trabalho em domicílio, e existindo lacuna, aplicam-se, ainda, as normas de integração do art. 8º da CLT:

Art. 8º As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse da classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

Todavia, a despeito do fato de a doutrina e a jurisprudência já enquadrarem a figura do teletrabalho dentro do contrato de trabalho em domicílio, não vemos óbice que o teletrabalho seja tratado expressamente em nossa legislação laboral, pois entendemos que, para cada forma de trabalho que surge, é importante que o legislador estabeleça sua natureza jurídica e determine, é claro, o regime jurídico aplicável. Para tanto, é imprescindível que se altere a lei.

O projeto é, portanto, meritório, pois medidas como a que propõe pacificam o debate doutrinário sobre os contornos da qualificação e do regime jurídico

dessa nova modalidade de trabalho, ao mesmo tempo em que evitam disputas intermináveis nos tribunais, que podem prejudicar os interesses do trabalhador.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007.

Os Srs. Senadores e a Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação deste projeto.

Desde a semana passada, na audiência pública que tivemos aqui com vários representantes de hospitais oncológicos, que fazem tratamento de câncer, aqui foi apresentada uma ideia, uma proposta por algum dos Senadores, especialmente a Senadora Ana Amélia, para a criação de um grupo de trabalho de Sras. e Srs. Senadores a fim de buscar instrumentos ou ferramentas, se assim me permitem falar, no sentido de que as empresas aportassem recursos, ou seja, contribuíssem para esses hospitais, e, em troca, poderíamos dar a eles algumas isenções.

Estamos sabendo que o Poder Legislativo não pode criar nenhuma despesa para o Poder Executivo e muito menos propor renúncias fiscais. Entretanto, o que o grupo poderia propor é que o valor doado pela empresa seria reduzido do seu Imposto de Renda. É óbvio e evidente que cabe um trabalho articulado entre membros desta Comissão com o Poder Executivo, sobretudo com o Ministério da Fazenda, para acharmos uma solução. Isso porque, lamentavelmente, os hospitais públicos, principalmente as Santas Casas de Misericórdia, os hospitais de câncer do Brasil, todos estão vivendo em estado muito precário diante da escassez de recursos.

Então, nesta oportunidade, quero propor ao Senador Paulo Davim, ao próprio Senador Casildo Maldaner, e outros Senadores, que, se possível, se movimentasse, convidando os Senadores e as Senadoras que queiram participar desse grupo de trabalho, para começarmos a trabalhar e, dentro de 90 ou 120 dias, após discutirmos de forma exaustiva com os representantes do Governo – com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Fazenda ou com o Ministério do

Planejamento –, acharmos uma solução para essa escassez de recursos.

Sendo assim, solicitaria a V. Ex^a, Senador Paulo Davim, se possível que coordenasse esse grupo de trabalho juntamente com o Senador Casildo Maldaner, convidando também a Senadora Angela Portela para participar desse grupo, a fim de buscarmos uma alternância, ou seja, uma viabilidade de recursos para esses hospitais por meio não só da isenção de Imposto de Renda daqueles que aportarem recursos para esses hospitais públicos ou, se for o caso, por meio da desoneração, em relação a PIS, COFINS, INSS, das folhas de pagamento dos trabalhadores de cada empresa deste País.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, acho essa ideia louvável, até porque vai ao encontro do meu pensamento. Nos últimos meses, tenho me debruçado sobre essa questão do financiamento da saúde e tenho tentado esboçar algumas alternativas. Dentre elas, encontra-se também essa participação direta da iniciativa privada na contribuição às instituições públicas de saúde.

Portanto, assumo esse trabalho delegado por V. Ex^a com a maior satisfação, porque entendo e compreendo a importância deste Legislativo, desta Casa, desta Comissão em tentar apresentar algumas opções no sentido de melhorar o aporte de recursos para a saúde pública.

Portanto, está assumida essa tarefa que V. Ex^a me delegou com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim. Espero que, nestes próximos dias, V. Ex^a, bem articulado, possa promover a reunião e, a partir daí, acharmos um meio que permita, com certeza, diante da escassez de recursos, que o Governo Federal ofereça algo que possibilite ao empresariado brasileiro fazer esse aporte de recursos para as Santas Casas de Misericórdia, para os hospitais de oncologia deste País. Além de ser algo meritório acima de tudo, o empresário que vier a colaborar de forma satisfatória, receberia algo que diminuísse a sua carga tributária.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Se me permite, Sr. Presidente, sem querer me alongar, como eu disse há pouco, esse tema de financiamento da saúde é um tema que me desperta interesse.

Ontem mesmo, tive uma reunião em meu gabinete com diretores da Caixa Econômica, sobretudo os responsáveis pelas loterias. Eu tenho trabalhado com eles para construirmos uma alternativa de contribuição da renda das loterias para o financiamento da saúde. Sabemos que cada aposta das loterias contribuem

com o Fundo Nacional de Cultura, com a Previdência, com o Fundo Penitenciário, com o desenvolvimento dos desportos, com o Fies, enfim, com várias destinações sociais. Entretanto, não encontramos destinação dessas loterias para a saúde.

Inclusive, há alguns anos foi criada a Timemania, com o objetivo de ajudar os clubes a resolver as suas pendências com a Previdência, iniciativa que achei meritória.

Porém, em se tratando da saúde, que é uma Pasta crítica no atual momento e que existe um clamor nacional no sentido de melhorar as condições da saúde da população, acho que caberia também a preocupação de conseguir, de alguma forma, junto às loterias uma contribuição, um percentual destinado à saúde.

Esse trabalho está sendo feito há alguns dias. Já tivemos umas três reuniões com os responsáveis pela loteria na Caixa e está sendo esboçada uma proposta que pretendo transformar em projeto de lei.

Da mesma forma, estou trabalhando no sentido de conseguir da comercialização dos cigarros também um percentual destinado à saúde, já que, no momento, nenhum percentual é destinado à área. Sabemos que, só no ano passado, o Governo brasileiro gastou R\$338 milhões para atender os pacientes que tiveram problemas de saúde provocados diretamente pelo consumo do cigarro. Nós sabemos que o Brasil é um dos países que comercializa, em preços médios, um dos cigarros mais baratos do mundo. Portanto, defendo um realinhamento de preços e a destinação de algum tipo de tributo extraído do cigarro para a saúde.

Temos outras ideias que estão sendo discutidas. Quando estiverem prontas, quero encaminhá-las a esta Comissão. Inclusive, sobre essa proposta eu me debruçarei, com todo o prazer, no sentido de descobrirmos mais uma fonte alternativa de financiamento da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim. Na mesma linha do que V. Ex^a disse, tem aqui uma matéria do *Valor Econômico*, desta semana, com dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde. Infelizmente, o Brasil gasta pouco com saúde. O Brasil integra o grupo de países em que o setor privado é responsável por metade dos gastos, ou seja, a saúde suplementar dos planos privados. O que me chama muita atenção é que poucos – ou quase ninguém – estão tentando buscar a solução. Por incrível que pareça, os dados são horrorosos: o Brasil é um dos países da América do Sul que investe menos em saúde. Algo tem de ser feito, caso contrário... Nós sabemos que tem má gestão, algumas pessoas que

não têm compromisso com a saúde pública, mas tem de ser oferecido algo para que possamos melhorar a saúde deste Brasil.

No *Correio Braziliense* desta semana: agora o apagão na saúde privada. Outra crise que lamentavelmente está chegando. Já temos o apagão na saúde pública. Eu pergunto: qual será o destino da sociedade brasileira em relação à saúde? Todos nós esperamos que o mínimo que o Governo pode proporcionar é saúde, educação, segurança e geração de emprego ao seu povo. Todavia, parece que as coisas estão descambando para um lado que tudo leva a crer que chegaremos ao fundo do poço.

Para tanto, acho que nós, da Comissão de Assuntos Sociais, os membros do Congresso Nacional têm que tomar algumas providências e buscar aquilo que efetivamente possamos traduzir em realidade e em perspectiva melhor para o povo brasileiro.

Agradeço a V. Ex^a a missão, a tarefa que ora assume. Esperamos que possamos discutir, de forma bem ampla e, sobretudo, termos aqui, com certeza, um bom proveito em relação a este debate, que é a busca de recursos para a saúde do Brasil.

Quero propor aqui a discussão do Item 6, p. 73, em decisão terminativa. Essa matéria aqui é apenas para retirar:

ITEM 6
– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2008

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir a licença para capacitação profissional.

Autoria: Senador **Cristovam Buarque**

Relatoria: Senador **Gim Argello**

A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, Senador Gim Argello.

ITEM 15
– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2008

Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Autoria: Deputado **Celso Russomano**

Relatoria: Senador **Wellington Dias**

Observações: – Em 17/11/2010, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

– A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 18/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

Eu quero conceder a palavra ao Senador Wellington Dias, para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria só de pedir aqui para retirá-lo de pauta. Existe a busca de entendimento na redação final com o Governo, e eu gostaria de mais um tempo para tratar do tema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pleito de V. Ex^a será atendido na forma regimental. Será retirado de pauta o Item 15.

Mais nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, só para fazer um registro rápido. A gente fala muito nas condições da saúde do Brasil, condições extremamente precárias, e é verdade. E, quando a gente descobre que alguma coisa dá certo, é importante que a gente faça o registro. É importante.

Eu quero registrar aqui que a gente sabe que o Brasil, na questão dos transplantes, tem um dos maiores programas do mundo de transplantes. É bem verdade que ainda está concentrado em alguns Estados, em alguns serviços grandes, que seriam serviços de referência. Entretanto, há uma tentativa do Governo de interiorizar esses procedimentos. E, com muita satisfação, quero registrar que o Estado do Rio Grande do Norte tem feito um avanço considerável na questão da captação de órgãos e transplantes.

O Rio Grande do Norte, em 2009, fazia uma captação de 3,6 pacientes para 1 milhão de habitantes. Em 2010, pulou para 7,3 captações para 1 milhão de habitantes. E no início deste ano agora, de 2011, a central de captação de transplantes do Estado do Rio Grande do Norte pulou para 15 captações por milhão de habitantes, o que é um avanço considerável. Nós praticamente quintuplicamos a captação de órgãos em apenas dois anos, o que demonstra o empenho da equipe da central de captação, o que demonstra um programa estruturado no Estado – um programa, inclusive, que funciona no hospital público, no hospital de urgência, o maior hospital do Estado –, o empenho dos seus funcio-

nários, dos seus servidores, dos profissionais responsáveis pela captação de órgãos.

Nós sabemos que, no Brasil, dezesseis Estados praticamente não fazem nenhum transplante, só os transplantes mais simples, digamos assim, como o transplante de córnea. E, no Rio Grande do Norte, nós fazemos transplante de coração, transplante de rim, transplante de fígado, transplante de córnea, fazemos transplantes já de um nível bem avançado. E os estudos têm mostrado, as estatísticas têm mostrado, as estatísticas do Registro Brasileiro de Transplantes, que há uma evolução na captação de órgãos e nos transplantes no Rio Grande do Norte.

Portanto, faço este registro para mostrar que não há só deserto na saúde pública; existem locais de oásis também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim, que, persistentemente, sempre trata de assuntos em defesa da saúde do nosso País nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 21 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos, do dia primeiro de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Roberto Requião, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Mozarildo Cavalcanti, e a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apre-

ciação da Pauta. **ITEM 1 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009.** Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** **O Substitutivo oferecido ao PLS nº 467, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.** **ITEM 18 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2010.** Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** **Aprovado Parecer contrário ao Projeto.** **ITEM 21 – NÃO TERMINATIVO – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CAS.** *Requeiro nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a descriminalização do uso de drogas com o Dr. Fernando Henrique Cardoso – Sociólogo e Presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** **Aprovado.** **ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2009.** Altera o art. 3º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, para definir que o Serviço Militar ou o Serviço Alternativo de Médicos, Farmacêuticos ou Dentistas diplomados por Instituição de Ensino Superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilvam Borges. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** **Rejeitado o Projeto.** **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2010.** Obriga a realização de exame médico pericial para suspensão de pagamento do benefício de auxílio-doença, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.** **ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2010.** Acrescenta art. 51-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o cômputo especial do tempo de contribuição dos garimpeiros empregados e contribuintes individuais para fins de aposentadoria por idade e dá outras providências. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner.

Relatoria: Senador Eduardo Braga. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 15 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, DE 2009.** Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). ITEM 16 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2009.** Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no Cadin e no Siafi. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2011.** Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o período de carência para a concessão do benefício da aposentadoria por idade para as donas de casa de baixa renda previsto no § 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2007.** Altera a Lei nº 9.029, de 1995, para vedar a fixação de limite etário máximo e outras práticas discriminatórias, na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003.** Altera o artigo 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ-CAS) ao PLS 466, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado**

o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006. Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado: Concedida vista coletiva ao Senador Wellington Dias e à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais. ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2007.** Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 660, DE 2007.** Dispõe sobre o exercício da profissão técnico em sistema de segurança e disciplina os cursos de treinamento e habilitação, bem como e a revenda de instrumentos e ferramentas utilizadas na profissão. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 5 que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 5-CAS. ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2007.** Insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES. **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2003.** Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Autor. ITEM 22 – NÃO TERMINATIVO – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CAS (Em Aditamento ao Requerimento nº 18, de 2011-CAS).** Requeiro nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do

Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o **Deputado Paulo Teixeira (PT-SP)** para debater sobre a descriminalização das drogas, em aditamento ao Requerimento aprovado nesta Comissão. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado: Aprovado. ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009.** Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva oferecida pelo Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Concedida vista coletiva aos Senadores Paulo Davim e Waldemir Moka, nos termos regimentais. ITEM 23 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189, DE 2010.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE, acrescido da Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAE-CAS e 2-CAS. A Comissão aprova o Requerimento nº 20, de 2011-CAS, de URGÊNCIA para a matéria, por iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Paulo Paim e Waldemir Moka. ITEM 24 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CAS.** *Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II combinado com 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara 189, de 2010, que “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre organização da Assistência Social.”* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia, Senadores Paulo Paim e Waldemir Moka. **Resultado: Aprovado. ITEM 19 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CAS.** *Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados relacionados em lista anexa, debater sobre a situação dos portadores de xeroderma pigmentoso e a necessidade de atendimento integral por meio do Sistema Único de Saúde. Convidados: Carlos Frederico Mar-*

tins Menck, Biólogo, Professor Titular do Departamento de Microbiologia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; Marcelo Celestino de Santana, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Cidadão do Ministério Público do Estado de Goiás; Gleice Francisca Machado, Educadora, Presidente da Associação dos Portadores de Xeroderma Pigmentoso de Goiás (Apoderma-GO); Sulamita Costa Wirth Chaibub. Médica-Chefe da Divisão de Dermatologia do Hospital Geral de Goiânia da Secretaria da Saúde do Estado de Goiás; Secretário de Saúde do Governo de Goiás, Dr. Antônio Faleiros. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado: Aprovado. COMUNICADO Nº 8, DE 2011 – PRESIDÊNCIA/CAS.** Grupo de Trabalho: Em virtude das sugestões apresentadas em Audiência Pública realizada no último dia 11 de maio, fica instituído **Grupo de Trabalho**, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para elaborar alternativas com vistas à produção e ao encaminhamento de uma proposição no intuito de viabilizar a concessão de incentivo fiscal destinado aos doadores para instituições de combate ao câncer. O referido Grupo terá prazo de noventa (90) dias e sua coordenação ficará a cargo do Senador **Paulo Davim**. Designo os demais membros do Grupo de Trabalho: Senadoras **Ana Amélia e Ângela Portela**, Senadores **Casildo Maldaner e Humberto Costa**. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 8** – Projeto de Lei do Senado Nº 39, de 2011; **Item 17** – Projeto de Lei do Senado Nº 154, de 2010 – Complementar e **Item 20** – Requerimento s/nº, de 2011. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, demais presentes, esta é a 14ª Reunião Extraordinária.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião da CAS.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos passar à apreciação dos itens, hoje, desta Comissão. Vamos passar à apreciação do Item 1, conforme pauta previamente divulgada. Item 1, página 17.

ITEM 1 – Terminativo –

TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009

Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.

Autoria: Senador **Marcelo Crivella**

Relatoria: Senador **Cyro Miranda**

Observações: Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, de 25/05/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao PLS nº 467, de 2009. Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Eu indago ao ilustre Senador Cyro Miranda se tem interesse na discussão da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, muito bom dia, eu acho que não tenho mais nada a dizer, pois já foi relatado, continua no mesmo *status*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas à discussão suplementar, o substitutivo ao PLS nº 467, de 2009, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial*.

Gostaria de dizer aos ilustres Senadores e Senadoras que nós vamos propor aqui, diante da aprovação do requerimento da Subcomissão que trata de assuntos sobre drogas e outros efeitos químicos, a vinda do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a esta Comissão, para debater esse assunto muito importante para o nosso País, diante, principalmente, das suas declarações nos últimos dias.

Como V. Ex^{as}, demais convidados aqui presentes e todos acompanharam, foi criada, no âmbito da CAS, a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre

Dependentes Químicos, Álcool, *Crack* e Outras Drogas – Casdesp, presidida pelo Senador Wellington Dias.

Essa Subcomissão que tem prazo definido para apresentar resultado do seu trabalho produziu, nos últimos meses, um ciclo de debates, com audiências públicas sobre *crack* e outras drogas, com cinco painéis realizados até agora.

O objetivo é discutir soluções para enfrentar um dos maiores problemas da saúde pública brasileira: o crescente consumo de drogas e do tráfico no Brasil, nos países vizinhos da América Latina e no mundo. Temos acompanhado, pelos meios de comunicação, a discussão proposta pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Por essas razões, nós gostaríamos de propor que o sociólogo e ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso seja ouvido no âmbito da CAS, para que possamos expor os resultados dos debates realizados aqui e ouvir as experiências internacionais de regulação de drogas. Será uma boa solução para este País pelas características sociais e culturais que nós temos.

Eu acho que a presença do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso seria de bom alvitre, até porque vocês têm acompanhado esses últimos dias pela imprensa que, agora, no mês de junho, será exibido nos cinemas o filme nacional “Quebrando o Tabu”, do Diretor Fernando de Andrade, no qual Fernando Henrique Cardoso se posiciona ao lado de ex-Presidente da Colômbia e do México, os quais integram a comissão latino-americana sobre drogas e democracia. Para tanto, Fernando Henrique viajou por vários países que adotaram a descriminalização, como a Holanda e Portugal, por exemplo.

E nós temos também acompanhado as manifestações como a “Marcha da Maconha”, realizada recentemente. Lamentavelmente, há poucos dias, em São Paulo, aconteceu até um incidente com a força pública do Estado diante da marcha que estava estabelecida, com espaço reservado. E parece que, por falta de cumprimento da manifestação, que havia acordado com a Justiça de São Paulo, teve-se que usar a força, não o ideal, sobretudo num país de democracia plena. Vivemos num Estado democrático de direito. Lamentavelmente ocorreu aquele episódio, e todos nós não concordamos em hipótese alguma. Evidentemente, a ordem pública tem que ser cumprida, mas de forma discutida, dialogada, buscando o melhor encaminhamento.

De maneira que, daqui a pouco, aguardando mais Senadores e prosseguindo com os itens da pauta, eu gostaria de solicitar à Gildete os projetos que temos na ordem do dia, sobretudo do Senador Paulo Paim, que é nosso mestre nesta Comissão.

Solicito ao ilustre Senador Paulo Paim, nomeando-o como Relator *ad hoc* no Item 5 da pauta, na página 66.

ITEM 5
– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2010

Acrescenta art. 51-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o cômputo especial do tempo de contribuição dos garimpeiros empregados e contribuintes individuais para fins de aposentadoria por idade e dá outras providências.

Autoria: Senador Gilberto Goellner

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

– A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 18/05/2011 e 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Votação Nominal.

Entretanto, não havendo quórum para a votação terminativa, solicito a V. Ex^a que faça a leitura.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim para proferir o relatório desta matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, em cumprimento à decisão de V. Ex^a de que se não estiver presente o relator numa série de reuniões – sabemos dos compromissos. No caso, o Senador Eduardo Braga inclusive preside uma outra comissão –, para não prejudicar o projeto original e o autor, que indique relatores *ad hoc*.

Faço essa introdução lembrando que tenho cinco ou seis projetos na pauta e queria que, se pudéssemos, pelo menos lêssemos o relatório no dia de hoje, se não fosse possível alcançar o quórum, para que, numa sessão adequada, com o quórum correspondente, nós possamos votar.

Então, cumprimento V. Ex^a pela decisão e faço esse apelo.

Vou entrar na análise do projeto muito bem relatado pelo nobre e competente – competente é uma palavra que V. Ex^a usa muito, Senador Jayme Campos. Estou pegando os seus vícios já, bons vícios. V. Ex^a usa muito nobre e competente Senador. Estou repetindo. Então, como V. Ex^a diz, o nobre e competente Senador Eduardo Braga.

Trata-se de concessão de direito à contagem especial do tempo de contribuição dos garimpeiros

A disciplina dos direitos previdenciários, dentre os quais o tema se inclui, consequentemente, é de competência legislativa da União. Incluem-se entre as

atribuições do Congresso Nacional também os requisitos. A adequação às regras regimentais foi, então, respeitada.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre previdência social.

A alteração legislativa em análise pretende, como já registramos, dar um tratamento diferenciado aos garimpeiros, no que diz respeito à contagem do tempo de contribuição para o Regime Geral da nossa Previdência Social para fins de aposentadoria por idade.

Trata-se de um acréscimo, uma espécie de bônus de três meses a cada ano de contribuição, para, desse modo, estimular a inclusão dos trabalhadores do garimpo na previdência pública.

A Previdência Social é o instrumento mais importante da Seguridade. Quanto maior for a inclusão previdenciária, tanto menor será, principalmente no futuro, o contingente de dependentes dos programas assistenciais governamentais. Além disso, em se tratando de aposentadoria por idade, como é o caso, não se pode negar que o fatos justificados da concessão é muito mais a passagem do tempo de vida do que a eventual contribuição.

Ademais, o cômputo mensal ou diário do tempo de contribuição previdenciário não é compatível com as variáveis de muitas modalidades de trabalho. O exemplo clássico dessa incompatibilidade é o trabalho rural, sujeito a condições climáticas e sazonais. Há períodos de muito trabalho e outros em que é praticamente impossível trabalhar. O mesmo pode-se dizer do trabalho nos garimpos, no qual outro fato imponderável também atua: a sorte. Esse fator é fundamental para que haja uma capacidade contributiva.

Preocupada especificamente com o trabalho rural e a economia familiar, a legislação previdenciária institui modalidade especial de aposentadoria por idade, no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Esse dispositivo perdeu seu prazo de vigência, mas ainda remanesce a preocupação com a inclusão dos trabalhadores rurais, dada a dificuldade existente para a comprovação de recolhimentos previdenciários no campo.

Adaptamos a regra anterior à nova realidade, a Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, institui, em seu art. 3º, modalidade especial de cômputo de tempo de atividade para fins de concessão de aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, em benefício dos empregados rurais. Nos termos do dispositivo citado, os meses comprovados de emprego poderão ser multiplicados por três [de janeiro de 2011 a de-

zembro de 2015] e por dois [de janeiro de 2016 a dezembro de 2020], com o limite de contagem de doze meses no ano civil.

Os garimpeiros, pelas razões expostas, também merecem uma atenção especial no momento em que forem computar o seu tempo de atividade. A alteração legal proposta é apropriada e justa na medida em que trata desigualmente os desiguais, compensando diferentes capacidades e disponibilidades no momento de cumprir com os requisitos legais exigidos pela aposentadoria por idade.

Sr. Presidente, enfim, o meu voto acompanha o relatório original, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2010, cuja relatoria é do Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Como ainda não temos quórum, vamos adiar a discussão e votação desta matéria, pois trata-se de projeto de caráter terminativo. Mas gostaria de dar prosseguimento à reunião de nossa Comissão. Vamos passar ao Item 6.

ITEM 6 **-Terminativo –**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2010

Obriga a realização de exame médico pericial para suspensão de pagamento do benefício e auxílio-doença, e dá outras providências.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Eduardo Amorim**

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 e 2 que apresenta

Observações: – Em 11/05/2011, foi recebido novo relatório do Senador Eduardo Amorim.

– A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 18/05/2011 e 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

-Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC –SE) – Sr. Presidente, irei direto aos fundamentos.

Atualmente, o Decreto nº 5.844, de 13 de julho de 2006, alterando o Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999), prevê que o Instituto nacional do Seguro Social – INSS pode fixar prazo suficiente para a recuperação da capacidade de trabalho do segurado, mediante avaliação médico-pericial. Nesse caso, fica dispensada a realização de nova perícia. Caso o segurado considere o período

insuficiente, pode solicitar a realização de nova perícia médica. Essa prorrogação pode ser requerida nos quinze dias anteriores à data de término do benefício.

Como se pode ver, a norma vigente é extremamente rígida e parte do pressuposto de que as perícias médicas são infalíveis, capazes de fixar, com antecedência, qual o tempo que o segurado levará para estar completamente recuperado da doença que gerou a concessão do auxílio previdenciário. Não são levadas em consideração, dessa forma, diversas variáveis pessoais e outros condicionantes que interferem, mesmo durante o período de licença, na recuperação do trabalhador.

Em consequência, muitos trabalhadores são obrigados a retornar ao trabalho sem as condições necessárias para o exercício de suas atividades. Isso prejudica a recuperação do segurado e representa um encargo para o empregador, que recebe em retorno alguém sem condições de trabalhar.

Esse procedimento do INSS é chamado, como dissemos, de “alta programada”, como se fosse possível programar a evolução de uma doença e possível recuperação do trabalhador. Ele decorre da necessidade de diminuir as distorções na concessão do benefício, decorrentes da terceirização das perícias médicas, fraudes e aumento dos custos previdenciários.

No entanto, nada disso é de responsabilidade de trabalhadores e daqueles que os contratam. E são esses contribuintes que são prejudicados.

Assim, diante de tantas injustiças, muitos estão recorrendo ao Poder Judiciário, com o intuito de reparar as falhas desse procedimento.

Assim, a iniciativa merece aprovação, devendo, porém, ser modificada para atender os ditames da boa técnica legislativa, especialmente ao art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação, alteração e consolidação das leis, que recomenda deverem ser tratados na mesma lei assuntos correlatos.

Dessa forma, apresentamos emenda no sentido de fazer constar a alteração que se pretende no texto da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, razão pela qual apresentamos duas emendas: a primeira, para integrar a matéria ao texto da Lei nº 8.213, de 1991, e a segunda, para adaptar o texto da emenda da proposição à alteração da forma que foi perpetrada. Com essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1– CAS

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 89, de 2010, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 60

.....
§ 5º O efetivo retorno ao trabalho do segurado beneficiário de auxílio-doença e a suspensão do pagamento do benefício dele decorrente somente ocorrerão após realização de perícia médica final a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que concluirá ou não pela alta médica.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se à emenda... do PLS nº 89, de 2010, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para acrescentar o § art. 5º ao art. 60, que dispõe sobre a vedação de alta programada.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim pela sua relatoria. A matéria é de caráter terminativo. Todavia, não há nenhum impedimento regimental, se eventualmente o autor, Senador Paulo Paim, quiser iniciar a discussão desta matéria. V. Exª aguardará...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É muito rápido, Sr. Presidente. É só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero saber qual foi o gênio dentro do Governo – e eu sou base do Governo – que inventou a tal de alta programada. Eu, quando fiquei sabendo, depois de uma série de denúncias, ainda na legislatura passada, entrei com este projeto de lei. É um absurdo que, quem dá alta pra o trabalhador que tem doença no trabalho, ou mesmo acidente no trabalho, é um computador.

Eu tive um debate com o Sindicato de Porto Alegre, que reuniu cerca de mil sindicalistas. Eles fizeram até uma simulação, tipo um teatro. O trabalhador entrava, o médico dava-lhe, então, o direito a três meses. Dali a três meses ele ficava sabendo, pelo computador, que o computador havia dado o fim do benefício, a alta para ele. Ora, é inadmissível! Felizmente, aqui, o Congresso aprovou recentemente a contratação de mais seiscentos peritos. Então, não há motivo nenhum mais para essa barbaridade continuar acontecendo de

um computador... ainda se o cara fosse lá no computador e desse os seus dados, dissesse as dores que ele estava sentindo, a máquina faz milagre e poderia dizer: olha, você está nessa. Mas não. O cara está em casa e fica sabendo que um computador, em São Paulo, no Rio ou aqui em Brasília, deu alta para ele lá em Capão do Tigre, porque os três meses dele venceram. Então, é inadmissível.

Por isso, quero cumprimentar inclusive o Senador Eduardo Amorim, que ajustou a redação para que não fique nenhuma dúvida. Alta só depois que o médico perito disser que o trabalhador está em condição de voltar para a sua atividade. O que é que estava acontecendo? – e aí eu termino já, Presidente...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não o robô, o médico mesmo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O médico, não um robô. Exatamente. Procede aqui o bom humor da nossa Senadora.

O computador ou o robô diz que ele poderia voltar. Então, o camarada volta para a fábrica e se apresenta. O médico da empresa é meu amigo... Não tem a mínima condição, não sou louco de botar você para trabalhar aqui, porque você vai morrer debaixo de uma máquina. Você não tem a mínima condição. Daí ele volta e, chegando lá: “Não, agora você vai entrar na fila, se você quiser, até que um dia um perito te atenda. E no dia que ele atender, ele ainda vai dizer se você deve retornar ou se vai ficar sem salário todo esse período”.

Então, aqui, com a redação muito clara do nosso querido Relator, ele deixa claro: só depois do perito dar alta que ele passará a receber seu benefício.

Meus cumprimentos ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exªs, tanto o autor como o Relator. De fato, tem toda a razão. Eu já conheço isso aí. Isso já aconteceu até dentro de uma das minhas empresas. Aconteceu que o cidadão não tinha conhecimento nenhum de que ele tinha sido liberado para voltar ao trabalho.

Então, acho que é meritório o projeto do senhor, que tem o aplauso e a nossa solidariedade.

Concedo...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Endossando, Sr. Presidente – e agradeço a gentileza –, a argumentação do Senador Paim, é inadmissível. E há muitos casos, por ser dessa forma parece aleatória, a alta que é concedida em função desse sistema, que muitas pessoas que não estão habilitadas à volta ao trabalho são liberadas sem alta.

Então, também tem esse outro aspecto. Por isso a perícia médica é a mais recomendável em todos es-

ses casos, para assegurar os direitos e a própria saúde dos trabalhadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

E nós vamos adiar ainda muito mais a discussão, diante da falta de quórum. A votação ficará aguardando, naturalmente se tivermos quórum aqui, por ser esta matéria terminativa.

Aproveitando a oportunidade de termos aqui a presença do Senador Eduardo Amorim, nós vamos colocar o Item 18, página 239.

ITEM 18

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2010

Altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Observações: – A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para proferir o Relatório de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Direto à análise, Sr. Presidente.

II – Análise

O benefício previsto no artigo objeto da modificação pretendida, como modalidade especial de aposentadoria por idade, perdeu seu prazo de vigência em julho de 2006, tendo sido prorrogado por dois anos, pela Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006.

Como a prorrogação esgotava em 2008, nova prorrogação ocorreu mediante a edição da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 (Conversão da MPV nº 410, de 2007). Dessa vez, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 1991, foi estendido, em benefício dos trabalhadores rurais empregados e contribuintes individuais que prestam serviço de natureza rural em caráter eventual até 31 de dezembro de 2010.

A Lei nº 11.718, de 2008, também estabeleceu dispositivos especiais e transitórios que dão aos empregados rurais a possibilidade de contagem fictícia de tempo de carência para efeito de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo até o ano de 2020 (art. 3º, I e II).

De acordo com a regra estabelecida, entre 2011 e 2015, cada mês de emprego rural pode ser multiplicado por três e, durante os cinco anos seguintes (2016/2020), multiplicado por dois.

Os segurados especiais, por sua vez, não foram contemplados, pois já dispõem de regra especial estabelecida no art. 39 da Lei nº 8.213, de 1991. Aqui vale explicar que o segurado especial é o trabalhador rural que, na condição de produtor, explora pequena atividade agropecuária, individualmente ou em regime de economia familiar, o seringueiro/extrativista vegetal, o pescador artesanal e o cônjuge e filhos maiores de 16 anos que trabalham com o grupo familiar respectivo.

Conforme a regra vigente para os segurados especiais, estes têm direito a benefícios de um salário mínimo – aposentadoria por idade e por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão – desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, em período igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido.

Para a segurada especial é ainda garantida a concessão de salário-maternidade no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural nos doze meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.

Em vista do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2010, não tem função específica a cumprir, já que seu objetivo básico, garantir condições especiais para a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social, já vem sendo satisfatoriamente atendido pelo disposto na Lei nº 8.213, de 1991, e na Lei nº 11.718, de 2008.

Em vista do exposto, em que pese o elevado propósito do autor, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 239, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim.

A matéria é não terminativa. Proponho a discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer contrário ao Projeto de Lei nº 239, de 2010.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer contrário ao PLS 239, de 2010.

A matéria será encaminhada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

ITEM EXTRAPAUTA**– Não Terminativo –****REQUERIMENTO Nº , DE 2011**

Requeiro, nos termos do exposto do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 93, inciso II, art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a descriminalização do uso de drogas com o Dr. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e Presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a Senadora Ana Amélia para encaminhar.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, é nosso o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato. Esse requerimento é de V. Exª, que tem a palavra para encaminhar a matéria.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria justificar que há várias semanas, bem antes da matéria de o *Fantástico* de domingo, que acabou chamando a atenção e ocupando também espaço nos debates no Senado... Ontem, acompanhei também o pronunciamento do nosso colega Magno Malta, do Senador Suplicy a respeito da questão relacionada à convocação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a esta comissão, para discutir a questão da descriminalização do uso de drogas.

O ex-presidente é hoje presidente da comissão global que trata desta matéria. Penso que, pela qualidade do convidado, poderíamos iniciar nesta Comissão de Assuntos Sociais um debate de alcance não só legislativo, mas também nacional, a respeito de um tema que preocupa as famílias brasileiras, a sociedade e, sobretudo, às políticas públicas relacionadas a isso, já que os dados que estamos no trabalho da subcomissão temporária, presidida pelo Senador Wellington Dias, tem revelado exatamente a gravidade dessa situação.

Penso que a presença de Fernando Henrique Cardoso será uma oportunidade ímpar para que possamos ampliar o debate em torno dessa matéria tão relevante para o interesse nacional, não só desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou colocar em discussão.

Vou apenas fazer um comentário, só para reavivar a memória da Senadora Ana Amélia. V. Exª apresentou, no dia 10 de maio, um requerimento da subcomissão, até porque poderiam achar, interpretar, entender que V. Exª está propondo esse requerimento aqui diante das matérias que nos últimos dias têm...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, porque isso é muito esclarecedor, Sr. Presidente. Fico-lhe agradecida, porque eu me antecipei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até para fazer justiça a V. Exª, que merece sempre.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só quero, na verdade, cumprimentar a Senadora Ana Amélia. As declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre esse tema são polêmicas. Há uma divisão bem clara na sociedade. Então, é uma bela iniciativa. Eu não estou aqui fazendo juízo de valor. Acho que é um bela iniciativa. Ele tem se posicionado de forma muito clara em relação ao que ele pensa. De fato, é um tema que dividiu a sociedade, e essa audiência pública vem num momento adequado. Cumprimento a Senadora Ana Amélia pela iniciativa e a V. Exª pelas ponderações com aquela sabedoria de sempre, Senador Jayme Campos. Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar a matéria, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu fico muito a vontade porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem colocado sua posição e fico também feliz com a iniciativa da Senadora Ana Amélia, e agora com a concordância do Senador Paulo Paim para que nós nesta Comissão possamos também, quando acharmos necessário, chamar qualquer ex-Presidente da República para debater o assunto que for conveniente nesta comissão. Então é uma bela iniciativa democrática que espero se torne praxe nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, que tem toda a razão: é isso que faz a democracia brasileira, a sua grandeza, na medida em que assunto como este ou outros que surgirem ensejem a convocação de ex-presidentes.

Nada mais justo, sobretudo para fazerem suas observações e externarem suas opiniões.

V. Ex^a, Senadora Ana Amélia...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acato e tomo a iniciativa de fazer proposição e requerimento para ex-presidentes conhecidos em atividade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também vou votar favoravelmente, mas quero dizer que tenho me sentido um tanto provocada pelas declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como imagino deve estar a maior parte da população se sentindo provocada a favor ou contra as opiniões externadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia, tenho certeza de que teremos um bom debate e técnico, que é o que deve ser. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senadora Vanessa. Acho que vai ser muito bom, Senadora Vanessa, Senadora Ana Amélia, Senador Paim, demais Senadores, na medida em que o ex-Senador, ex-Presidente sociólogo Fernando Henrique tem demonstrado com muita clarividência a sua posição em relação a esse assunto. A propósito, agora no mês de junho está sendo lançado o filme nacional “Quebrando o tabu”. E nós temos a declaração do próprio Presidente Fernando Henrique, que teve a oportunidade de viajar a alguns países e conseguiu conceber uma ideia em relação a esse assunto. Acho que sua presença aqui será muito boa para termos um bom debate, com sua experiência, seu conhecimento. Acho que o requerimento que V. Ex^a propôs e com certeza vai ser aprovado é importante, sobretudo neste momento em que não só o Brasil, mas o mundo está passando por esta crise sem precedência em relação ao aumento devastador do uso do *crack* e outros produtos químicos perniciosos. Até surgiu um novo aí, não é?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O oxí.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Coloco em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, se possível e com a concordância dos meus colegas Senadores, inversão de pauta para eu possa pelo menos ler o item 13, Projeto de Lei do Senado nº 192. Eu gostaria de ler o relatório, porque vou ter que sair, Sr. Presidente. Peço desculpas, mas temos uma audiência marcada de toda a bancada do Estado do Amazonas com o governador, com o Ministro da Indústria e Comércio, Luiz Pimentel.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar inversão de pauta para que eu pudesse ler o item 10 e, se possível, colocar em votação ainda na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós temos três Senadores aqui presentes com matéria para ser discutida e votada: Senadora Ana Rita, Senadora Vanessa e Senador Requião. Vamos atender os três.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho cinco projetos de minha autoria também que eu espero que sejam lidos. Mas eu fico tranquilo porque desde que sejam lidos eu me sinto contemplado. No momento adequado, sem prejuízo do pedido das duas Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza. Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Elas têm prioridade, não é? São do sexo feminino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso que o requerimento da Senadora Ana Amélia entrou em primeiro lugar e ninguém reclamou.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

ITEM 13 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2009

Altera o art. 3º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, para definir que o Serviço Militar ou o Serviço Alternativo de Médicos, Farmacêuticos ou Dentistas diplomados por Instituição de Ensino Superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos

municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências.

Autoria: Senador **Gilvam Borges**

Relatoria: Senadora **Vanessa Grazziotin**

Observações: – Em 13/08/2009, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE aprovou Parecer contrário ao Projeto.

– A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa, para proferir o seu relatório.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2009, do Senador Gilvam Borges. V. Ex^a já leu os artigos e a lei que ele pretende alterar: para definir que o serviço militar ou o serviço alternativo de médicos, farmacêuticos ou dentistas diplomados em instituição de ensino superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos Municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências.

Sr. Presidente, quero dizer que, no Estado do Amazonas, nós só temos um Município com mais de duzentos mil habitantes, que é a cidade de Manaus, a capital do Estado do Amazonas. Todos os outros 61 Municípios têm menos de duzentos mil habitantes.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 192.

Na justificativa de sua iniciativa, o autor da proposição ressalta as sérias dificuldades enfrentadas pelos Municípios da Região Norte para garantir a assistência médica e odontológica aos seus habitantes, em razão da escassez de profissionais de saúde.

Destaca também a importância da presença de farmacêuticos na região, devido à riqueza da sua biodiversidade.

O autor argumenta, ainda, que seria justificável exigir que os médicos, farmacêuticos ou dentistas formados em instituições de ensino superior regulares cumpram o serviço militar ou o serviço alternativo na Amazônia Legal, priorizando os Municípios com população inferior a duzentos mil habitantes, que, em geral, são os mais carentes daquela região e com maior dificuldade para atrair e fixar profissionais de saúde.

II – Análise

A iniciativa do Senador visa a responder a um grave problema enfrentado na Amazônia, que tem dificuldades em proporcionar a devida assistência médico-odontológica, pela carência de profissionais de saúde.

Ao mesmo tempo, a proposta objetiva possibilitar que os profissionais recém-formados dos cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia e Medicina Veterinária tenham contato com a realidade apresentada pelas áreas rurais e de difícil acesso, onde reside uma população necessitada de serviços públicos capazes de atender às suas necessidades.

Como bem destacou o relatório aprovado na CRE, a ocupação da Amazônia por brasileiros e a presença de nossas Forças Armadas na região são importantes para proteger nosso Território e contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas que ali residem.

Vou pular algumas partes e já ir para o final: apesar de reconhecer o mérito da proposição, que propõe um modelo para suprir a atual carência de profissionais de saúde na Amazônia, concluímos que a mesma está em desacordo com o mencionado dispositivo da Carta Magna, ferindo o princípio constitucional da separação dos Poderes e que sua aprovação criaria dificuldades operacionais importantes para as Forças Armadas.

III – Voto

Ante o exposto, o voto também é pela rejeição do Projeto nº 192, de 2009. Agora, pela rejeição dessa forma como está, mas quero aqui aplaudir o Senador Gilvam Borges pela preocupação que é dele e de todos nós que vivemos na região.

Senador Jayme, inúmeros Municípios na Amazônia – no Brasil, mas, na Amazônia, são muitos Municípios – não têm um médico sequer. Agora, estamos buscando outras formas de resolver que não exatamente essa. O que ele propõe é que, preferencialmente, o serviço militar na área de saúde seja feito nas cidades com menos de duzentos mil habitantes. Essa preocupação já existe nas Forças Armadas. Aliás, não há nenhuma cidade onde eles servem. Na área de saúde, são barcos de assistência que passam um mês, por exemplo, viajando pelo rio Juruá, ou pelo rio Madeira, ou pelo rio Tapajós, enfim, rodando a Amazônia inteira. Só por essa razão, apresento voto contrário ao projeto, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Vanessa.

Vamos adiar a discussão e a votação ainda por falta de quórum. Completou? Então, vamos discutir, encaminhar e votar.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Para discutir.

Sr. Presidente, essa questão de falta de médicos pelo Brasil afora é um fato preocupante, sem sombra de dúvidas. Não só médicos, mas também dentistas, enfermeiros, enfim, profissionais da saúde. Isso é

preocupante não só na região Norte, mas também no Nordeste. Se tomar como base os Municípios acima de 200 mil habitantes, acho que é excludente, porque, no meu Estado, por exemplo, apenas dois Municípios têm população acima de 200 mil habitantes, que é a capital Natal e Mossoró. Os demais Municípios não atingem esse número. O que é fato é que, na verdade, precisa-se pensar, discutir esse modelo de saúde. Não será criando serviços obrigatórios que nós vamos melhorar o sistema de saúde e a qualidade da saúde oferecida à população. Estou convencido disso.

Precisamos discutir. Não adianta só mandar, destinar um profissional da saúde, seja ele médico, dentista, enfermeiro, fisioterapeuta, nutricionista, só ele, um pedaço de papel, uma caneta e boa vontade, que vai melhorar a assistência à saúde da população brasileira, sobretudo no interior do Brasil. É preciso dotar o sistema de saúde de forma que haja uma capacidade de capilaridade, levar os avanços técnico-científicos para o interior do Brasil. Precisamos dotar os hospitais e unidades de saúde que atendem no interior do Brasil das condições mínimas de atendimento. Não basta só um médico – um médico, uma caneta e um papel não vão fazer muita diferença no interior, onde se precisa de antibiótico, onde se precisa de procedimento cirúrgico, onde se precisa minimamente de condições que permitam a esses profissionais exercerem dignamente, com resolubilidade, a sua atividade profissional.

Mas, de toda forma, quero parabenizar a iniciativa do Senador Gilvam Borges. Acho interessante, até porque é importante que todos pensem em saúde. Não necessariamente tenha de ser da área da saúde para pensar em saúde, para propor soluções para os graves problemas que afligem o povo brasileiro.

Quero parabenizar, mas concordo com a Relatora no tocante ao voto.

Obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Cícero Lucena com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, concordo com os dois Senadores que me antecederam, tanto a Relatora, quanto o Senador, no sentido de que esse projeto tem o mérito de colocar na pauta, e acho que esta Comissão tem esse dever e esse compromisso de discutirmos a questão da saúde no Brasil.

Ontem mesmo, no plenário, tive oportunidade de apresentar um voto de pesar a uma família, quando um jovem de 25 anos de idade, em João Pessoa, veio a falecer, após um acidente, por falta de assistência médica. Os médicos do Hospital de Trauma, o principal hospital da Paraíba, que, antes, recebiam R\$1.000,00

por plantão, o atual Governo reduziu para cerca de R\$600,00 – cirurgiões treinados, qualificados, vivenciados no sistema do atendimento de urgência. Infelizmente, por falta de diálogo do Governo, a exemplo do que está ocorrendo na saúde, na segurança, mas especificamente na saúde, esse jovem de 25 anos, Senador, faleceu antes de ontem na porta do hospital, depois de ter sido mandado para o Trauminha e ter voltado para o próprio Hospital do Trauma. E, naquela oportunidade, o desespero da família, eu comentava exatamente isto: até quando, Governador, o senhor vai ficar no Palácio, nas cortinas do Palácio, e não vai se sensibilizar com a dor das famílias que perdem entes queridos por falta do papel e da responsabilidade do Governo do Estado.

Sabe qual foi a solução com que hoje a Paraíba foi surpreendida? Tem um hospital lá chamado Edson Ramalho. Na época em que fui governador, junto com o Ronaldo, nós transferimos essa unidade para a polícia militar, Senador. E a polícia militar, os médicos que são militares, consequentemente com outro perfil de atendimento que não o de trauma, de urgência, simplesmente hoje, por decreto, o Governador transferiu os médicos do Edson Ramalho, que já não estavam atendendo a demanda daquele hospital, para fazerem esse papel, para suprirem essa greve. E, com certeza absoluta, não será o decreto que vai resolver, que vai obrigar esses médicos que não são qualificados na sua plenitude para essa função, muito menos com a sobrecarga que vai acontecer com esses profissionais.

Então, a consciência é clara disso, o problema da região Norte, se é com um Município de 200 mil habitantes... Na Paraíba, que tem 223 Municípios, nós temos problemas seriíssimos de ter, por exemplo, um médico para o PSF. Não é nem para fazer uma cirurgia, mas para o PSF, que seria o papel preventivo, nós não conseguimos colocar no interior do Estado da Paraíba e do Brasil como um todo.

Então, esta Comissão tem uma responsabilidade, e eu já propus, para que, suprapartidariamente, eu sei que há diferenças locais, tem erros mais gritantes administrativos, como tem acertos também na área de saúde, mas nós devemos, sim, trazer esse assunto para a pauta para ser aprofundado e ser discutido.

Eu queria fazer esse registro, no instante em que acompanho a Relatora, também elevando a nobre iniciativa do Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, e consulto o ilustre Senador Vital do Rêgo se quer discutir a matéria.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Depois da votação, acompanhando a Relatora agora, a pedido dela.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu consulto o Senador Casildo se, após a votação, diante do apelo feito pela Senadora Vanessa. Está em processo de votação, e também atendendo um pedido do Senador Paulo Paim.

Eu gostaria que V. Ex^{as}...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quem é que vai deixar de atender a Vanessa?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem toda a razão, Senador Vital do Rêgo.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2009.

É bom que se esclareça: quem vota com a Relatora vota “não”.

Consulto o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatora, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – “Não”.

Consulto a Senadora Vanessa, voto conhecido: “não”.

Consulto o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – “Não”, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a Relatora, “não”.

Consulto o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voto com a Relatora “não”, mas com restrições, haveria de ponderar algumas. Voto “não” com a Relatora, mas com algumas restrições.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas o que vale, de fato, é o voto que V. Ex^a já deu. Voto “não”?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É “não”, com algumas restrições que farei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com restrição, depois V. Ex^a pode manter um contato com a Senadora Vanessa.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – “Não”, com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Procedida a votação, o projeto está rejeitado e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, antes que a Senadora saiba, se pudesse votar, até por uma questão de justiça, quero dizer que o meu projeto é antigo, mas a Senadora Ana Amélia, com a mesma sensibilidade, apresentou um projeto semelhante.

Já foi lido o relatório, para termos alta só com o médico perito deliberando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O item 6 já foi lido aqui, na Comissão, no dia de hoje. Eu gostaria de colocá-lo também em votação, aproveitando a oportunidade – item 6 da pauta, página 72.

Vou ter que abrir a discussão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2010, ressalvadas as Emendas nºs 1 e 2 do Relator.

Nós vamos proceder à votação nominal.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Ex^a permite, eu voto “sim”, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa vota com o Relator, “sim”.

É o item 6 da pauta, página 72. Já foi relatado pelo Senador Eduardo Amorim. O projeto de lei é do

Senador Paulo Paim. Senador Paulo Paim é o autor do projeto.

Consulto a Senadora Vanessa.

Sim.

Consulto o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com o relator.

Consulto o Senador Casildo Maldaner. *(Pausa.)*

Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não só com o Relator, mas também dizer que tenho um projeto semelhante a esse para reforçar a importância dessa iniciativa do Senador Paulo Paim.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O voto do Relator já é conhecido, que é o Senador Eduardo Amorim.

Consulto o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

“Sim”.

Consulto o Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

“Sim”.

Consulto a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o ilustre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Procedida a votação, o resultado é pela aprovação.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as Emendas nº 1 e 2, oferecidas pelo Relator.

Então, aprovado.

Resultado: será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Passemos agora à votação do item 5, página 66, lido anteriormente. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2010, que acrescenta o art. 51-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o

cômputo especial do tempo de contribuição dos garimpeiros empregados e contribuintes individuais, para fins de aposentadoria por idade, e dá outras providências. Ele é de autoria do Senador Gilberto Goellner e o Relator, Senador Eduardo Braga.

O Relatório foi proferido pelo Senador Paulo Paim, que foi nomeado Senador *ad hoc*.

A votação será nominal.

A discussão está aberta. Tinha sido adiada por falta de quórum.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2010.

A votação será procedida nominalmente.

Consulto o Senador Paulo Paim, que é o Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o Relator. Fui Relator *ad hoc* da iniciativa para assegurar a aposentadoria para os garimpeiros.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Procedemos à votação nominal e foi aprovado.

Aprovado o Projeto, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para destacar que o Relatório original foi muito bem feito pelo Senador Eduardo Braga. E já havia feito um relatório anterior o Senador Geraldo Mesquita Júnior, no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diante da ordem de inscrição, vamos colocar o item 15.

Todavia, com a devida vênia e respeito, solicito a V. Ex^a um minuto para fazer um breve comunicado diante até do próprio projeto que é de autoria do Senador Requião.

Esta Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 703, de 2011, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, mediante o qual encaminha sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), propondo que a semana de trabalho legislativo do Senado Federal no período de 6 a 10 de junho do ano em curso seja dedicada à apreciação de matérias referentes ao tema meio ambiente, tendo em vista que no dia 5 de junho vindouro comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Em atenção à sugestão do ilustre Senador Rodrigo Rollemberg e considerando que o PLS nº 501, de 2009, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, relatado pelo Senador Roberto Requião, aguarda apreciação desta Comissão, para ser encaminhado à CMA, em caráter terminativo, esta Presidência decidiu submeter a matéria a esta Comissão nesta data, para que possa ser ultimada a sua deliberação na CMA na semana dedicada ao meio ambiente.

ITEM 15

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, DE 2009

Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente

adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.

Autoria: Senador **Pedro Simon**

Relatoria: Senador **Roberto Requião**

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Requião, para proferir seu relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esse tema já foi exaustivamente debatido nesta Casa e na Câmara Federal desde 1995, quando o Projeto de Lei nº 4.109, de autoria do Executivo Federal, foi protocolado no Congresso Nacional.

Nesses dezesseis anos, o assunto em tela foi debatido em mais uma dezena de vezes em audiências públicas levadas à efeito na Câmara Federal e no Senado, tendo sido, inclusive, criado um grupo de trabalho, após audiência conjunta da CAS e CMA (Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), que, por sua vez, se reuniu em quatro oportunidades.

Em todas essas ocasiões, foram ouvidas várias entidades públicas e privadas ligadas, direta ou indiretamente, à fabricação de pneus novos e reformados, bem como interessados na importação de pneus usados, na defesa do meio ambiente e da saúde pública.

Em dezembro de 2005, o PLS nº 216, de autoria do Senador Flávio Arns, foi aprovado pela CAS, por dezoito votos a um, na forma de substitutivo que introduziu, em especial, definições relativas à destinação final dos pneus inservíveis a serem coletados em território nacional.

Em janeiro de 2006, por força da Resolução nº 1, de 2005, do Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Em abril do mesmo ano, ocorreu nova distribuição, sendo o projeto submetido, primeiramente, à Comissão de Assuntos Econômicos, para encaminhamento posterior, em decisão terminativa, à CMA.

Em 2006, o Executivo Federal enviou ao STF a ADPF nº 101 propondo a proibição das importações de pneus usados em geral, que veio a ser julgada em plenário em dezembro de 2007, acatando, de pleno, o que havia sido requerido pelo Governo Federal através da Advocacia-Geral da União.

Em decorrência da falta de matéria-prima importada e não existindo possibilidade de utilizar os pneus usados existentes em território brasileiro, em razão de

sua precária qualidade, a maior empresa fabricante de pneus remoldados do mundo, a BS Colway, viu-se obrigada a encerrar suas atividades e fechar suas portas, demitindo mil e duzentos trabalhadores uma semana antes do Natal de 2007.

Em seguida, foram fechadas outras fábricas de porte, reduzindo-se em, mais ou menos, 90% a atividade do setor; hoje circunscrito apenas a pequenas fábricas, que vêm operando com carcaças de pneus de pior qualidade, coletadas em território nacional.

Uma pena, em especial por se tratar a indústria de pneus remoldados intensa na utilização de mão de obra, obrigando, para a mesma quantidade de pneus produzida, quatro vezes o número de trabalhadores em relação às fábricas de pneus novos.

Sem dúvida, muito louvável o programa de coleta e destruição de pneus inservíveis levado a efeito pela BS Colway Pneus, que no Paraná formalizou Termo de Cooperação com o Governo do Estado, para não apenas coletar os pneus inservíveis existentes em território paranaense, mas, ao mesmo tempo, desenvolvendo o notável Programa Rodando Limpo, trabalhou de forma conjugada com as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Saúde Pública, bem como em convênios com inúmeras prefeituras municipais, conseguiu reduzir a praticamente zero, em apenas um ano, os casos de dengue no Paraná, a custo zero para o Erário. Naquela oportunidade, os pneus velhos sumiram do meio ambiente do Estado do Paraná, fato que ficou lavrado na mídia escrita e na televisão em pronunciamento pessoal meu, então Governador do Estado, em nível nacional.

II – Análise

Tendo o tema em comento suscitado amplos e candentes debates junto ao Executivo Federal e ONGs do meio ambiente, fazendo-se sentir uma opinião forte contra as importações de pneus usados, ainda que para uso exclusivo como matéria-prima, entendimento este que já ficou consolidado por decisão do plenário do STF – Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2007, fomos conduzidos à decisão de deixar esse ponto para ser debatido no futuro, caso venha a ser oportuno.

Pelas razões expostas no relatório que estamos apresentando na forma de Substitutivo, nos deteremos exclusivamente ao que se refere à contrapartida ambiental pela colocação de pneus novos no mercado brasileiro, quer sejam eles aqui fabricados ou importados, em especial porque – quero chamar atenção para isto – porque a Resolução Conama nº 258/99, criada com esta finalidade, foi revogada por decisão do Tribunal Regional de Brasília – 9ª. Vara Federal, em data de 15.04.2011, quando julgou procedente a ação

interposta pela ANIP – Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos contra a Resolução Conama nº 258/99, requerendo sua revogação e o cancelamento da multa que foi imposta pelo Ibama contra suas associadas (Goodyear, Bridgestone/Firestone, Michelin e Pirelli) em 2005, por não coletarem em território nacional e destruir pneus inservíveis como contrapartida ambiental pelos pneus novos que vendem no Brasil.

Estou chamando a atenção para este aspecto porque o Tribunal tirou do Conama a capacidade de legislar, de impor multas e de obrigar a destruição dos pneus que ficam como resíduo no País. Então, urge que esta falta de ação possível do Conama seja suprida por legislação.

Esse é o meu relatório.

III – Voto

Com base em nosso relatório, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009, de autoria no nobre Senador Pedro Simon, na forma do substitutivo a seguir apresentado:

O substitutivo enxuga o projeto original porque a proibição de importação já foi confirmada pelas autoridades judiciárias do Brasil. Ao mesmo tempo, nós estamos sem legislação para resolver o problema ambiental causado pela utilização de pneus e a sua reposição.

EMENDA Nº , DE 2011 (SUBSTITUTIVO)
(ao Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009)

Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei define exigências ambientais relativas à colocação no mercado brasileiro de pneus novos importados ou fabricados no País, aplicando-se para os fins do disposto nesta Lei as seguintes definições:

I – pneu ou pneumático: artefato inflável constituído por borracha e materiais de reforço, utilizado para rodagem em veículos automotores;

II – pneu novo: pneu que não sofreu qualquer uso, não foi submetido a qualquer tipo de reforma e não apresenta sinais de envelhecimento ou deterioração;

III – pneu inservível: pneu descartado por apresentar desgaste ou danos irreparáveis em sua estrutura, que impossibilitam qualquer processo de reforma;

Art. 2º A importação de pneus novos somente terá sua liberação aduaneira efetivada após a comprovação, através de documento emitido pelo órgão ambiental federal, de que o importador destinou, de forma ambientalmente adequada, meio quilograma de

pneu usado inservível para cada quilograma de pneu novo importado.

Eu explico por que há essa relação de meio para um. Uma vez usado o pneu, ele se torna um material inservível, que é aproveitado de maneira artesanal de muitos novos; ele se dispersa na economia e no espaço territorial brasileiro. Ele vai-se transformar no solado de um sapato, ele vai-se transformar em um objeto utilitário.

Então, inicialmente, nós estamos fazendo essa proposta, embora, como vocês verão, posteriormente nós daremos a possibilidade de o Conama aumentar essa relação, quando verificar que pneus inservíveis se acumulam no meio ambiente nacional.

Portanto, em razão dessa diluição e da dificuldade de arrecadação, nós estamos estabelecendo meio por um.

§ 1º Para efeito de cálculo de obrigação ambiental, será considerado o desconto de 30% no peso de pneus novos importados em razão de desgaste pelo uso.

§ 2º Aplicam-se aos pneus que equipam os veículos automotores importados o disposto nesse inciso, isentando-se os pneus com até dois quilos [que são os pneus de brinquedos, de pequenos objetos e, talvez, até de um kart. Mas nós estamos considerando também os pneus que são vendidos com o automóvel novo.]

Art. 3º No caso de pneus novos fabricados no Brasil e vendidos no mercado nacional, a empresa fabricante deverá comprovar, perante o órgão ambiental federal, no prazo de até 90 dias a contar das emissões das respectivas notas fiscais de venda, que destinou, de forma ambientalmente adequada, um quilograma de pneu usado inservível para cada quilograma de pneu novo fabricado no Brasil e vendido no mercado nacional.

§ 1º Para efeito de cálculo da obrigação ambiental será considerado o desconto de 30% no peso de pneus novos fabricados no País e vendidos no mercado interno em razão de desgaste pelo uso.

Esses cálculos eu apropriei dos cálculos que foram feitos pelo próprio Ibama, considerando as possibilidades de captação dos inservíveis.

§ 2º A obrigação ambiental explicitada neste inciso aplica-se, igualmente, em relação a pneus que equipam os veículos automotores fabricados pelas montadoras instaladas

no País, isentando-se os pneus com até dois quilos.

§ 3º Ficam os pneus exportados isentados da obrigação ambiental de que trata a seguinte lei.

É evidente: nós não vamos exigir a reposição ambiental de um pneu fabricado no Brasil e exportado.

Art. 4º Os créditos ambientais auferidos com a coleta e destinação final de pneus servíveis poderão ser transferidos de uma empresa a outra.

Isso é para facilitar a operacionalidade da legislação.

Art. 5º Até a data da publicação desta lei, a coleta de pneus inservíveis e sua destruição ambientalmente adequada, desde o ano de 2000, serão aceitas para efeito de cumprimento da obrigação ambiental prevista nos arts. 3º e 4º desta lei, tanto para as empresas fabricantes como para as importadoras, observando-se o seguinte:

I – pneus inservíveis destinados do ano 2000 até 2002: para cada quilo de pneu destinado, o crédito ambiental é de quatro quilos de pneus considerando-se, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o desconto de 30% do peso do pneu novo que se refere ao seu desgaste pelo uso.

II – pneus inservíveis destinados a partir de 01º de janeiro de 2003: para cada quilo de pneu destinado, o crédito ambiental é de dois quilos de pneu, considerando, para efeito de cálculo da obrigação ambiental, o desconto de 30% de seu peso original quando fabricado que se refere ao seu desgaste pelo uso.

Art. 6º Considerando o fato de que uma parte dos pneus colocados anualmente no País é destinada sem o conhecimento dos órgãos oficiais, ficando conseqüentemente fora das estatísticas, bem como o fato de que, eventualmente, poderão se formar acúmulos de pneus inservíveis depositados em solo brasileiro, o órgão ambiental federal, analisando a necessidade do meio ambiente, poderá, a seu critério exclusivo reduzir a obrigação ambiental de que trata esta lei ou ampliar por tempo determinado a obrigação de coletar e destinar pneus inservíveis de forma ambientalmente adequadas na proporção de até um quilo de pneu inservível para cada quilo de pneu importado fabricado no País.

Então, estou restituindo ao Conama aquilo que o julgamento dos tribunais retiraram, que é a capacidade de gerenciar a qualidade do meio ambiente no País.

Art. 7º O cumprimento da obrigação relativa à destinação final ambientalmente adequada de pneus usados e inservíveis estipulados nesta Lei poderá ser antecipado pelas empresas interessadas e o crédito dele decorrente calculado na data de sua destinação final terá caráter imprescritível e poderá ser acumulado.

Estou dando às empresas a possibilidade de realizarem uma grande campanha de limpeza do meio ambiente e, com isso, se creditarem para a colocação posterior de pneus novos no mercado.

Parágrafo único. A borracha extraída dos pneus usados utilizados como matéria prima na produção de pneus recapados, recauchutados e remoldados, comprovadamente exportada ou destinada à fabricação de artefatos de borracha para a mistura na massa de asfalto e para outras finalidades autorizadas pelo órgão ambiental federal, bem como a exportação de pneus usados para serem processados em outro País será considerada como destinação adequada de pneus inservíveis.

Ou seja, a destruição ou a exportação dessa matéria, se alguém, no Planeta, desejar adquirir como matéria prima para qualquer outra coisa, saiu do País é considerado resolvido o problema ambiental.

Art. 8º Sem prejuízo do cumprimento da obrigação de contrapartida ambiental de que trata esta lei, ficam canceladas as multas lavradas pelo Ibama contra empresas importadoras e fabricantes de pneus no Brasil, em razão do Decreto 3.909, Resolução Conama e Resolução Conama 301.

Isto em função do julgamento dos tribunais que retirou do Ibama a condição de poder policiar o processo.

O não cumprimento de disposto nesta Lei implicará nas sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das demais ações administrativas cíveis e penais previstas em lei.

Parágrafo único. Na aplicação das sanções previstas nas legislações previstas no caput deste artigo, em face da intensidade da reincidência ou da capacidade de potencial lesivo ao meio ambiente poderá o Poder Público responsável por sua aplicação de imediato decidir pela suspensão das atividades da empresa infratora.

Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

É uma legislação dura e necessária que restabelece a capacidade fiscalizadora do Conama.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é para nos posicionarmos por um projeto apresentado e relatado, eu diria por dois gigantes da política brasileira, o Senador Pedro Simon, do nosso querido Rio Grande do Sul, e o Senador Roberto Requião, do Paraná.

Senador Roberto Requião, a orientação de voto que recebi aqui por parte de um Ministério favorável com emenda, por parte de outro Ministério contrário, não vou pedir vista, até porque entendo que estou amparado no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, porque há um substitutivo que V. Exª apresentou, a votação não é terminativa, ele voltará e, quem quiser...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ainda vai para a CMA.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...apresentar emenda, poderá apresentar, inclusive, na segunda votação nesta Casa. Por isso, o meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Da mesma forma da análise do Senador Paulo Paim, as emendas que foram apresentadas precisam de uma certa adequação ao Conama, precisam ser avaliadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Até pensei em pedir vista, mas não vou fazê-lo, já que não é terminativa. Eu vou votar a favor, mas quando chegar à Comissão de Meio Ambiente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aqui mesmo vai ter o turno suplementar. Nós teremos outra votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Na outra Comissão de que faço parte, vou ter tempo suficiente para fazer uma melhor reflexão sobre a matéria. Sou da Comissão de Meio Ambiente também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para comunicar ao Senador Paulo Paim, o segundo turno é na CMA. Essa matéria vai ser votada e encaminhada para a Comissão de Meio Ambiente. Como V. Exª é membro, poderá fazer alguma emenda.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Eu só queria um esclarecimento para minha informação, Senador Paim. Qual é o Ministério que encaminhou contra o projeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já vou ajudá-lo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Quem é que está jogando a favor das multinacionais?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é essa a questão. É favorável com emendas. Os dois. E como neste momento não tem decisão sobre as emendas, está aqui: favorável com emendas, contrário, e favorável a partir das emendas acatadas que serão encaminhadas. Acho que está bem encaminhado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– E as emendas foram encaminhadas?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, ainda não. Por isso não as apresentei agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na ordem de inscrição para discutir a matéria, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) –

Sr. Presidente, eu conheço esse projeto e essa luta, posso dizer assim, da defesa correta do meio ambiente e da indústria brasileira. Em determinado instante, não podíamos fazer a recuperação aqui no Brasil e importávamos, pelo acordo do Mercosul, de fábricas que se instalavam no Uruguai ou em países vizinhos.

A preocupação e o conhecimento do Senador Requião são demais oportunos e devem ser levados em conta, com respeito por todos nós, independente da questão partidária. Particularmente, só vou ter direito de ofertar alguma contribuição, se for o caso, porque tenho certeza de que o Senador Requião se debruçou sobre isso com muita responsabilidade e com muito conhecimento, mas como temos a chance da segunda votação e do encaminhamento na Comissão do Meio Ambiente, acho que devemos aprovar aqui, e outras etapas nos serão oferecidas para darmos alguma contribuição, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena.

Gostaria de fazer um pedido ao Senador Casildo e aos demais. Temos alguns projetos terminativos que são possíveis de serem votados aqui com o quórum que temos. Se possível, vamos reduzir ao máximo a discussão da matéria, porque ela vai ser encaminhada à CMA. Então, gostaria de pedir a V. Ex^{as}, naturalmente com muito respeito, que utilizem menos tempo

na discussão, porque a matéria será encaminhada à CMA, onde poderão ser oferecidas algumas emendas.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É como os Colegas mais ou menos externaram. Na verdade, busca-se estabelecer uma legislação que dê uma destinação adequada, conforme diz o relator Senador Requião. Nós precisamos disto no Brasil: se produziu, terá de dar um destino ambientalmente correto à matéria. Nós não temos uma coisa clara no Brasil e, com isso, nós vamos ter. Mas, sem dúvida alguma, na Comissão do Meio Ambiente, teremos mais tempo para debater o projeto. O que se quer é buscar o melhor para o destino disso, pois, sem dúvida alguma, tem prejudicado muito o País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2009, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a colocasse extra pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010. É um projeto que o Governo tem interesse em função da estruturação do Suas. É um projeto extremamente importante para regulamentar o Sistema Único de Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendida daqui a pouco, porque realmente é uma matéria muito importante. O Secretário-Geral do Ministério e demais interessados já estiveram aqui conosco. É uma matéria muito importante que não é de caráter terminativo. V. Ex^a será ouvido daqui a pouco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a presença do Senador Requião, que é relator de um projeto de minha autoria. Se ele puder, antes de sair, que leia o relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas pela ordem, aqui, o Senador Cícero Lucena. E vou atender ao Senador Vital do Rêgo, porque irá agora em pauta a votação do item e S. Ex^a é Relator da matéria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, no início desta reunião foi aprovado o requerimento do convite ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, da Senadora Ana Amélia. Em função disso, eu apresento e peço para extrapauta, também, que seja colocado o meu requerimento, conforme os incisos da Casa, no sentido de que seja debatida a discriminação das drogas, que tem sido tema de grande repercussão na mídia.

Também há um posicionamento favorável que gostaríamos que contribuísse aqui, do eminente Deputado Paulo Teixeira, que apresenta opiniões também nesse mesmo sentido. Então, o meu requerimento é o pedido de extrapauta para que o Deputado Paulo Teixeira também venha participar, não quer dizer que necessariamente na mesma audiência. Da mesma forma, vou apresentar, em outra oportunidade, requerimentos de pessoas contrárias à legalização, para que possamos debater.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a apresenta o requerimento e nós vamos colocar em votação. É óbvio e evidente que serão bem distintas as audiências.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Primeiro o ex-Presidente Fernando Henrique e depois o outro convidado que V. Ex^a pretende trazer a esta reunião.

Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Retorno minha solicitação no sentido de votar o item 10, que é terminativo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendida.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria de pedir vistas ao item 14.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só para observar que estou à disposição da Mesa para relatar o item 3, que é um projeto do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Daqui a pouco vou colocar em votação.

Nós vamos colocar em votação, aqui, o Item 16, que não é terminativo. Depois, a Senadora Ana Rita.

ITEM 16

– Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2009

Altera a Lei nº10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplentes do Cadin e do Siaf.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Observações: – Em 30/06/2009, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao projeto.

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu me debrucei sobre este projeto em análise que já acontecera na Comissão de Educação. Depois, nessa própria comissão, já houve um outro relatório que também foi motivo de avaliação deste Relator, em virtude da especificidade da matéria e do seu alto alcance social.

O Senador Zambiasi, à época, com talvez excesso de zelo, traçou, nesse projeto, definições claras sobre as restrições orçamentárias de transferências voluntárias, resguardando as áreas sociais, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal e de certa forma a Lei do Cadin. O que o Senador Zambiasi fez foi deixar evidente e claro que essas áreas sociais não sofreriam restrições à Lei do Cadin.

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 31, de 2009, de ementa em epígrafe, que objetiva resguar-

dar os recursos das áreas sociais das restrições da lei que dispõe sobre o Cadin.

O art. 1º do projeto acrescenta o texto “inclusive nas áreas de educação, saúde e assistência social” ao *caput* do art. 26 da Lei nº 10.522, de 2002, para explicitar que tais áreas estão isentas das restrições de transferências de recursos federais de que trata o diploma legal.

A lei eventualmente originada da proposição entrará em vigor na data de sua publicação, por determinação do art. 2º. A proposição já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebeu parecer pela aprovação. Após a apreciação desta CAS, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo.

O projeto não foi objeto de emendas.

II – Análise

A preocupação do autor da proposição, Senador Sérgio Zambiasi, com a área social sempre marcou sua atuação nesta Casa Legislativa. O projeto de lei que ora examinamos é mais um exemplo de como o Parlamento pode modificar normas legais vigentes para proteger a população de medidas administrativas perniciosas.

O exame da proposição por esta CAS encontra respaldo nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Considerando que as questões ligadas à educação foram analisadas quando de sua apreciação pela CE e que os aspectos orçamentários e financeiros da proposição serão debatidos na CAE, cabe à CAS decidir a respeito das questões ligadas à área da saúde.

A Lei de Responsabilidade Fiscal e as leis de diretrizes orçamentárias impõem penalidades aos entes federados em caso de descumprimento das regras referentes aos limites orçamentários. No entanto, elas resguardam as áreas de saúde, educação e assistência social de restrições de transferências de recursos federais, a fim de proteger a população dependente desses serviços.

Em relatório anterior sobre a matéria, que não chegou a ser votado pela CAS, era apontado:

A Lei nº 10.522, de 2002, por sua vez, contém dispositivo que também busca isentar essas áreas de possíveis cortes nas transferências de recursos federais, motivados pelo registro de inadimplemento no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). No entanto, a redação adotada no art. 26 do referido diploma legal tem gerado interpretações equivocadas, ao não deixar explícito que a saúde e a educação estão

incluídas entre as “ações sociais” de que trata o dispositivo [por isso chamei de excesso de zelo do autor].

Em relação à área de saúde, essas atitudes arbitrárias de alguns gestores federais, de bloquear os repasses de recursos para municípios inadimplentes, têm feito recair prejuízos formidáveis justamente sobre quem não concorreu para a geração do problema, ou seja, a população dependente do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Não é razoável que o cidadão que leva seu filho doente ao hospital público tenha que ser penalizado por eventuais deslizos cometidos pela administração estadual ou municipal.

Os orçamentos da saúde dos entes federados são normalmente bastante limitados, não existindo espaço para cortes sem que haja reflexos negativos sobre o atendimento à população. Um bloqueio de repasse de recursos implica, inevitavelmente, a falta de medicamentos, a suspensão de cirurgias e o aumento das filas nos serviços públicos de saúde.

Com efeito, não nos afigura razoável que a Lei do Cadin seja mais restritiva que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que em seu art. 25, § 3º, isenta as ações de educação, saúde e assistência social das sanções de suspensão das transferências voluntárias. Trata-se de um equívoco inadmissível, que o Senador Zambiasi tenta, neste momento, por força do seu projeto reverter.

O Senado deve, ainda, aproveitar o ensejo para estender a isonomia entre as áreas de assistência social, saúde e educação aos débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a fim de evitar o cometimento de outras injustiças contra a população dependente desses serviços. Para isso, o projeto deve modificar a redação do § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 2002.

Dessarte, em função da relevância da matéria para a população brasileira, opinamos por sua aprovação, com uma emenda, para incluir as ações de saúde e educação no § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 2002.

III – Voto

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

“Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2009:

Art. 1º O **caput** e o § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais, inclusive nas áreas

de educação, saúde e assistência social, e ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplementos objeto de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

.....
§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo aos débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exceto quando se tratar de transferências relativas à educação, à saúde e à assistência social.

.....’(NR)”

Cumprimento o Senador Sérgio Zambiasi pela sua preocupação com a área social, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo. Em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, acho que o Senador Zambiasi foi extremamente feliz ao apresentar essa matéria, assim como a relatoria do Senador Vital do Rêgo. A penalidade da população em função da má gestão acontece pelo Brasil afora, nas gestões municipais, sobretudo. Então, foi muito feliz na sua argumentação quando diz que quem precisa ser penalizado são os gestores e não a população carente, que depende do Sistema Único de Saúde, depende da educação pública, depende das ações sociais do serviço público. Enfim, acho bastante pertinente. Quero parabenizar essa iniciativa, pois é um problema real que vivenciamos no dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Davim. Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Primeiramente, queria cumprimentar o Senador Zambiasi por essa matéria, que é da maior importância para atender principalmente os Municípios pequenos do País, porque há algo que teremos de diferenciar: há muitos brasileiros que não precisam da assistência social, da educação, do Poder Público, outros, a maioria, precisam. Isso nada mais é do que a proteção aos pequenos Municípios brasileiros, principalmente das regiões mais carentes do País, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, queria cumprimentar, além do autor do projeto, o eminente Senador Vital do Rêgo por esse brilhante relatório que traz. E tenho certeza de que vai contar com a unanimidade, porque, é interessante, a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem que continuar existindo libera, mas a Lei do Cadin, veta. Então, uma coisa anula outra.

Por isso que esta Comissão deverá aprovar este projeto, e o Senado respaldá-lo no plenário, sem dúvida alguma.

É muito bom para o País e, particularmente, para os pequenos Municípios do País. Por isso, Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável do Projeto de Lei nº 31, de 2009, com a Emenda nº 1 do Relator.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero dizer que voto com o Senador Zambiasi, nosso amigo do Rio Grande do Sul, e com o Relator Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em respeito ao pleito feito pela Senadora Ana Rita, vamos votar o Item 10, página 106, e depois temos alguns projetos terminativos...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, depois tem o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... terminativos, com quórum, é possível votar algumas matérias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O item 11 também, estamos prontos para votar, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – O item 4, o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos colocar.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Todos estão com compromisso fora, Sr. Presidente. Acho que ...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas este é de caráter não terminativo e será rápido. O próximo será de o V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A minha sugestão, Sr. Presidente, é que o não terminativo tem o poder de não precisar do quórum. O quórum é que é privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a gostaria de votar o seu item?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não o meu. Gostaria de seguir os terminativos, porque, senão, começa a sair Senador e o senhor não vota os terminativos.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, posso seguir a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a.

ITEM 10
– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2011

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o período de carência para a concessão do benefício da aposentadoria por idade para as donas de casa de baixa renda previsto no § 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senadora **Gleisi Hoffmann**.

Relatoria: Senadora **Ana Rita**.

Observação: – *Votação nominal*.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir o seu relatório.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, chega à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 81, de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. A proposta acrescenta art. 142-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer regra de transição na aposentadoria de segurados sem renda própria dedicados exclusivamente ao trabalho doméstico (donas de casa), inscritos no regime geral de previdência social até 31 de dezembro de 2011.

A autora, ao argumentar em defesa da iniciativa, revela que a norma constitucional que trata da inclusão previdenciária prevê um tratamento favorecido às donas de casa (§§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal). E a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu uma alíquota menor (de 11%) para permitir a inclusão dessas trabalhadoras no âmbito da Previdência, ainda que sem direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

Destaca, no entanto, que foi mantida a exigência de quinze anos de contribuição, o que, na prática, tornou muito difícil o implemento das condições para aposentadoria, dada a ausência de previsão de um período de carência inferior ao da regra geral, incompatível com as condições específicas das donas de casa.

Por essas razões, a proponente defende um escalonamento no número de meses exigidos para a concessão do benefício de aposentadoria por idade, variando de 24 a 180 meses, de 2011 em diante. Estabelece, também, que o benefício será concedido, mesmo que a contribuição tenha se efetivado de forma descontínua.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Normas sobre o sistema especial de inclusão no Regime Geral da Previdência Social – RGPS, inserem-se no âmbito do direito previdenciário. Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social (inciso XXIII do art. 22 da Carta Magna). Sobre o tema podem os parlamentares apresentar proposições, nos termos do *caput* do art. 61 da mesma Carta. Nesse aspecto, em nosso entendimento, não há impedimentos constitucionais.

Também não vislumbramos restrições de juridicidade ou regimentalidade do texto analisado.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. As trabalhadoras que exercem atividade exclusivamente no espaço doméstico vivem esquecidas pela legislação e pelo Estado. Daí a preocupação do legislador de estabelecer regras mais favoráveis e compensatórias para que esse segmento da população tenha direitos mínimos de cidadania, entre os quais um dos mais relevantes é o direito a garantias previdenciárias.

Essa diretriz já foi constitucionalizada e foram estabelecidas regras de contribuição mais favoráveis a essas trabalhadoras. O prazo de carência, em número de contribuições, entretanto, ainda representa um fator que desestimula ou impede o acesso à inclusão previdenciária pretendida pelo legislador e demandada pela sociedade em seu todo.

É inegável, por outro lado, que a emancipação feminina passa pelo reconhecimento do *status* de cidadã para todas as mulheres, em todos os âmbitos da legislação. E toda essa evolução em busca da igualdade de tratamento entre trabalhos de diversas naturezas depende de medidas legislativas, além da evolução social, econômica e cultural.

Reconhecer o direito a tratamento previdenciário diferenciado para os trabalhadores do âmbito residencial representa, também, o reconhecimento de que a Seguridade Social pouco ou nada fez, em tantos anos de existência, para que eles fossem incluídos e considerados nas políticas de seguridade pública. É lógico que são medidas tardias, mas se trata de uma compensação absolutamente necessária.

III – Voto

Nosso voto, em face dos argumentos expostos, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2011.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a Senadora Ana Rita.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 81, de 2011.

A votação é nominal.

Consulto o Senador Paulo Paim. Como vota?

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Wellington Dias. Como vota?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Rodrigo Rollemberg. Como vota?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Davim. Como vota?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner. Como vota?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia. Como vota?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu voto “sim” com aplauso à autora do projeto, Senadora Gleisi Hoffmann, e à Relatora, Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – “Sim”, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita, cujo voto já é conhecido.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Benedito de Lira. Como vota?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Angela Portela. Como vota?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – “Sim”, Sr. Presidente.

Procedida a votação nominal, o resultado é aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 2, página 27, decisão terminativa.

Essa matéria já foi lida aqui.

Passamos à fase de votação.

Como não há a presença do Relator da matéria aqui, Senador Sérgio Petecão, nomeio *ad hoc*, por força regimental, o Senador companheiro Paulo Paim, mesmo essa matéria já tendo sido lida aqui. Obrigatoriamente, por força regimental, teria que nomear um Relator *ad hoc*. V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, relatarei em um minuto.

É uma iniciativa brilhante da Senadora Lúcia Vânia. O Senador Sérgio Petecão já leu o relatório, que combate a discriminação contra o idoso e por isso estipula multa. Já foi lido. Não vou ler de novo.

É esse o parecer. Totalmente favorável à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Esse projeto é de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de agradecer o Senador Paim pela relatoria *ad hoc* e também ao Senador Sérgio Petecão por acolher a nossa propositura.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 314, de 2007, ressaltada a Emenda nº 1 do Relator.

Vamos proceder à votação nominal.

Consulto o Senador Paulo Paim. Como vota?

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS)

– Com o Relator Sérgio Petecão e com a autora, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Angela Portela. Como vota?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Wellington Dias. Como vota?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Rodrigo Rollemberg. Como vota?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Davim. Como vota?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a autora do voto já conhecido, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação na Emenda nº 1 oferecida pelo Relator.

Se todos concordam, aprovado.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário da União*.

ITEM 3

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003

Altera o artigo 74 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

Observações: – Em 26/08/2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

– A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 18/05/2011 e 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sendo um projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim e se referindo a questões da Previdência quase que seria dispensável o relatório. O Senador tem-se dedicado a melhorar a situação dos previdenciários, dos aposentados, como uma tarefa fundamental no exercício do seu mandato. Mas vamos lá.

O Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003, altera o art. 74 da Lei 8.213, de julho de 1991, que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social e dá

outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado. E é de autoria do Senador Paim.

Trata-se de proposição que objetiva estabelecer novo patamar jurídico para início do benefício da pensão por morte, uma vez que a Lei 8.213 fixou, na forma de alteração realizada no seu art. 74, pela Lei 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que a pensão por morte será devida a partir da data de seu requerimento, quando o pedido for realizado após 30 dias contados do óbito do segurado.

Com isso, suprimiu-se a obrigação de pagamento de benefício por parte do Instituto Nacional de Seguro Social no período compreendido entre o óbito do segurado e o requerimento do benefício de pensão ou morte.

Submetida previamente à Comissão de Constituição e Justiça, em face de requerimento do líder do bloco de apoio ao Governo, a matéria foi relatada pelo Senador Flexa Ribeiro, que opinou pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito pela aprovação.

Todavia foi apresentado voto em separado por parte do Senador Valdir Raupp, que ofereceu substitutivo para alterar tão somente a redação do inciso I do art. 74 da Lei 8.213, de 1991, a fim de ampliar o prazo de requerimento do benefício, a partir do óbito, de 30 para 90 dias.

Assim apresentado o requerimento de benefício de pensão por morte até 90 dias após o óbito, o pagamento do benefício será contado da data do óbito, ampliando-se dessa forma o prazo em mais de 60 dias.

Até o presente momento nesta Comissão não foram oferecidas emendas ao projeto.

Nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre presente projeto de lei.

Sob o ângulo constitucional jurídico e de técnica legislativa, a matéria já foi admitida pela CCJ.

Em relação ao mérito, trata-se, sem dúvida, de tema relevante em face do infortúnio da morte do segurado e dos benefícios previdenciários resultantes desse evento.

A pensão por morte, na forma da legislação original, da Lei 8.213 era devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecesse, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Após as alterações produzidas pela Lei 9.528, de 1997, a redação do art. 74 passou a vigorar com a seguinte redação:

A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

Do óbito, quando requerida até 30 dias depois deste;

do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

da decisão judicial no caso de morte presumida.

A finalidade precípua da Previdência Social, nos termos do art. 201, inciso I, da Constituição Federal, é dar cobertura nos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.

Ora, o prazo de trinta dias, previsto no inciso I do art. 74 da Lei nº 8.213, de 1991, para requerer o referido benefício previdenciário é bastante exíguo.

Por esse motivo, a ampliação do prazo, de trinta para noventa dias, apresenta-se razoável, dando oportunidade aos interessados para que adotem as providências necessárias para a formalização do requerimento de benefício.

É fato que razões de ordem burocrática ou mesmo dificuldades logísticas, como a residência em localidades mais distantes dos centros urbanos (o que, em regra, adia o protocolo do requerimento da pensão), podem acabar prejudicando indevidamente os dependentes do segurado.

Por isso, é bastante plausível que a retroatividade do pagamento do benefício à data do óbito possa ser requerida num prazo mais elástico de até noventa dias.

A não retroatividade do benefício da pensão por morte pode colocar em risco a saúde, a educação e a própria sobrevivência dos dependentes, que, na maioria das vezes, endividados pelas despesas com saúde realizadas em benefício do próprio segurado, podem ter tomado empréstimos e comprometido até o patrimônio pessoal e familiar para assegurar-lhe tratamento digno.

Assim, acompanhamos a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, apesar de haver posição do Ministério em sentido contrário, alegando situações de fraude, não

posso deixar de manifestar aqui, primeiro, uma posição favorável.

Devo lembrar que há uma renda, e o nosso sistema de previdência prevê a proteção dos dependentes. Quando há a morte, há a sustentação daquela família, daqueles dependentes – a esposa; quando não há a esposa, os filhos –, na forma prevista na lei. Ora, o que deseja o Senador Paulo Paim, contemplado pelo relatório do Senador Roberto Requião, é exatamente dizer que, mesmo que haja o tempo necessário para a análise da documentação, o pagamento tem de ser retroativo. Por quê? Porque a família ficará, por um período, sem renda. E o direito é adquirido imediatamente após o falecimento.

Portanto, se a regra geral da Constituição busca garantir a proteção da família, não podemos votar contra isso. É por essa razão que manifesto, aqui, minha posição favorável à aprovação. Considero justíssima essa medida. O contrário é que é um absurdo: a pessoa ter esse direito a partir de determinada data, que é o primeiro dia após o falecimento, mas, por conta da burocracia do Poder Público para garantir segurança no processo de análise, o resultado ser dado dentro de um mês, de dois meses ou de um ano – sei lá quanto tempo! – sem que seja feito o pagamento retroativo. Aqui, assegura-se a retroatividade. Isso, inclusive, impõe ao País um aperfeiçoamento das suas formas de análise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu pediria que V. Ex^a fosse breve, porque há quórum para votarmos as matérias.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, serei muito breve. Apenas quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela autoria desse Projeto. Reafirmo a admiração que tenho pelo trabalho que o Senador Paim realiza em defesa dos aposentados deste País. Parabéns! Faço minha declaração de voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Substitutivo da CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2003.

Vamos proceder à votação de forma nominal.

Consulto o Senador Paulo Paim, que tem o voto já conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ângela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto com o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Davim

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador, que já deixou aqui o plenário, Senador João Claudino

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado pela presença, Senador João Claudino.

Consulto o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Roberto Requião, voto já conhecido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Voto com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Benedito Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou proceder à apuração. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Substitutivo na CCJ, fica prejudicado o Projeto.

A matéria vai a turno suplementar, de acordo com o art. 282, combinado com o art. 92.

ITEM 4 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006

Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Cícero Lucena**

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 a 3 que apresenta

Observações: – Em 16/04/2008, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 18/05/2011 e 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para proferir o seu Relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Como já foi distribuído o meu Relatório anteriormente, vou direto ao voto.

A matéria, portanto, está em consonância com as regras que regem a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, considerado também as relevantes razões do mérito apontado ao longo do Parecer, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, com as Emendas que estão no Relatório.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) (*Fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Apenas pela necessidade de analisar ainda melhor, eu gostaria de pedir vista ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista concedida a V. Ex^a, e espero que seja voto de forma coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador falou comigo aqui, como sou autor do Projeto.

Eu só gostaria que fosse vista coletiva, porque daí temos certeza de que voltará...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto as Sras. e Srs. Senadores se concordam...

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza, Sr. Presidente. Concordo plenamente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta do Item 9 a pedido do Ministério do Trabalho, que quer oferecer algumas sugestões ao projeto do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Atendendo a pedido do Relator, está retirado de pauta o item 9.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, queria pedir preferência para o Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a está solicitando também retirada?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, estou solicitando preferência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está na sequência, Senador Wellington. Daqui a pouco.

ITEM 7 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 660, DE 2007

Dispõe sobre o exercício da profissão técnico em sistema de segurança e disciplina os cursos de treinamento e habilitação,

bem como e a revenda de instrumentos e ferramentas utilizadas na profissão.

Autoria: Senador **Alvaro Dias**

Relatoria: Senador **Cícero Lucena**

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 5 que apresenta

Observações: – A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– *Votação Nominal*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena, para proferir o seu Relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, da mesma forma, como o Relatório foi distribuído antecipadamente a todos os Srs. e Sras. . Senadoras aqui presentes, vou direto ao voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 660, de 2007, com as Emendas que compõem esse Relatório.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena. V. Ex^a está dando uma contribuição que não dá para mensurar ou auferir o valor diante do relatório de V. Ex^a, para que possamos votar vários projetos em caráter terminativo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 660, de 2007, ressalvadas as Emendas nº 1 a nº 5 do relator. Vamos proceder à votação.

Consulto o Senador Paulo Paim...

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senadora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É possível pedir vista ainda?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já se entrou em processo de votação.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Já se entrou em processo de votação, não é? Eu estou com dúvidas em relação ao projeto. Se for possível solicitar vista ainda, eu solicito vista. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já se entrou em processo de votação. Não é possível, Senadora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não tem como. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já tinha encerrado a discussão e entramos em processo de votação.

Consulto o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ângela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, por insegurança, eu voto contrário. Eu também estou inseguro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a vota “sim” ou “não”?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está registrado aqui, na votação.

Consulto o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu me abstenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cícero Lucena. Voto já conhecido. (*Pausa.*)

Consulta a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou me abster.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria foi aprovada.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação nas Emendas nº 1 a nº 5 do Relator. Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à decisão da comissão do Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 11

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2007

Insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES.

Autoria: Senador **Wilson Matos**

Relatoria: Senador **Wellington Dias**

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto

Observações: – Em 01/07/2008, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE.

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para proferir seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, modifica as legislações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), com o objetivo de permitir ao

primeiro financiar operações no âmbito do segundo. Ele estabelece, assim, que parte dos recursos do FAT seja utilizada no pagamento de encargos educacionais do trabalhador no ensino superior privado.

Ocorre, Sr. Presidente, que proposição semelhante à aqui analisada já foi rejeitada pelo Senado Federal, sob a arguição de inconstitucionalidade e de injuridicidade, dentre outras. Trata-se do PLS nº 52, de 2003, de autoria do então Senador Sérgio Zambiasi, que estabelece a utilização dos recursos do FAT para financiamento de curso superior de graduação por intermédio do sindicato de trabalhadores. O parecer sobre a matéria coube ao Senador Ney Suassuna, na época – o Parecer nº 146, de 2008 –, que, dentre outras questões, analisou especificamente a impropriedade do entendimento de que o curso superior seja parte da qualificação profissional do trabalhador.

Vejamos a análise por ele apresentada. Ele faz um relato em que defende a tese da inconstitucionalidade desse texto. Do exposto, ficam claras as inconstitucionalidades, injuridicidades e inconveniências de se utilizarem os recursos do FAT para custeio de cursos no ensino superior privado. Além disso, como se trata de matéria prejulgada em deliberação anterior, ocorrida no ano de 2008, pode-se avocar a prejudicialidade do projeto de lei ora analisado, com base no art. 334, inciso II do Regimento Interno do Senado.

Com base nas considerações apresentadas, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, em virtude de sua prejudicialidade.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007.

Vamos proceder à votação nominal.

Quem vota com o Relator, vota “sim”.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias, voto já conhecido?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Procedida à votação nominal, a matéria está aprovada.

A decisão sobre a declaração de prejudicialidade do projeto de lei do Senado nº 402 será comunicada ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Passamos ao item 12.

ITEM 12 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2003

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela rejeição do Projeto

Observações: – A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 18/05/2011 e 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Relator se a matéria pudesse sair de pauta ou nós pediríamos vista para que a gente possa conversar sobre o tema. É um apelo ao Relator.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu concordo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu indago ao Senador Benedito de Lira se diante do autor Senador autor do projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Benedito de Lira, sempre gentil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos retirar de pauta o item 12, diante do pleito feito pelo Senador Paulo Paim e com a concordância do valoroso e grande homem público deste País, Senador Benedito de Lira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouvi no rádio quando foi colocado em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, comentado pelo Senador Cícero Lucena e por V. Ex^a para convidar o Presidente Fernando Henrique Cardoso para aqui expor o projeto de descriminalização das drogas que está em debate. Ainda nesse último domingo, ele fez parte de uma reportagem do Fantástico a respeito. O requerimento da Senadora Ana Amélia é anterior, do dia 10 de maio, e eu quero cumprimentá-la pela iniciativa, mas gostaria de registrar que achei muito importante que esteja sendo promovido esse diálogo da maneira como o Presidente Fernando Henrique Car-

doso e outros ex-Presidentes, inclusive dos Estados Unidos, da Colômbia e do México estão envolvidos. O documentário da TV Globo apresentou pontos de vista tanto a favor como contrários dos maiores especialistas nessa área, como o Dr. Carlini e Ronaldo Laranjeiras.

Acho que será muito positivo que o Senado possa ouvir o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, conforme sugeriu o Senador Cícero Lucena, o Deputado Paulo Teixeira, que está acabando de formatar um projeto nessa direção também. Que possamos ouvi-los assim como os demais especialistas, eu queria registrar aqui o apoio a essa iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e, após aprovarmos o requerimento, vamos manter um contato com o ex-Presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso para marcarmos a data oportuna para que ele possa vir aqui dar a sua contribuição, naturalmente, com suas opiniões e seu conhecimento em relação à matéria, ou seja, sobre a discussão que a Senadora Ana Amélia propôs em seu requerimento.

Considero meritório o requerimento dela, haja vista que V. Ex^a aqui já manifestou que é importante a presença não só dele como também do Deputado Paulo Teixeira e de outras autoridades e pessoas do segmento da sociedade civil brasileira que têm interesse em debater e discutir tão importante assunto para a nossa população.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para uma questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – É só para dizer que, da mesma forma que nesta Comissão, dentro daquela minha sugestão, vamos ouvir os que são favoráveis, nós também estaremos abertos para ouvir os que são contra.

Senador Suplicy, se V. Ex^a me permite fazer um pequeno ajuste na oportuna participação de V. Ex^a, vamos discutir não a legalização de drogas, mas a legalização da maconha.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É a descriminalização das drogas?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Descriminalização.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Descriminalização das drogas?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Não; da maconha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da maconha.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria transmitir a V. Ex^a, com todo o respeito, que, tanto na entrevista dada à *Folha de S. Paulo*, à Mônica Bergamo, no domingo passado, como no próprio programa Fantástico, a opinião do Presidente Fernando Henrique Cardoso, convidado para aqui vir, é favorável à descriminalização de todas as drogas. Está ali explicitado. Até convindo a todos...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ele vai estar aqui para esclarecer, mas, com certeza, o tema que está sendo discutido não é esse.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não vamos entrar no mérito. Não vamos andar... Há outros itens da pauta aqui.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Tudo bem. Era só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O mérito, oportunamente, vamos discutir.

Vou colocar aqui um requerimento do Senador Cícero para entrar na discussão também do projeto de relatoria do Senador Paulo Bauer.

É extrapauta, mas, diante, naturalmente, do convite que vamos fazer ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e diante, também, do Deputado Paulo Teixeira, considero oportuno aproveitarmos e aprovarmos rapidamente.

ITEM EXTRAPAUTA

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 5º, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, com o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado também o Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, para debater sobre a descriminalização das drogas, em aditamento ao requerimento aprovado nesta Comissão, de autoria do Senador Cícero Lucena.

Indago a V. Ex^a se quer fazer o encaminhamento da matéria ou se não se faz necessário. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me só fazer a recomendação para todos assistirem ao filme “Quebrando o Tabu”, que estreará nessa próxima...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi feita aqui essa observação bem antes.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – No próximo dia 3.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora, no mês de junho, será exibido aqui no Brasil o filme nacional “Quebrando o Tabu”, do diretor Fernando Andrade, no qual o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso se posiciona ao lado...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não é o Ministro Fernando Haddad, não. É Fernando Grostein Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Desculpe. Então ouvi mal. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a ouviu “Fernando Andrade”.

E não só o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas os ex-Presidentes da Colômbia e do México, os quais integram a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia.

ITEM 14

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva oferecida pelo Senador Gilberto Goellner.

Observações: – Em 23/11/2010, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer contrário ao projeto e à Emenda Substitutiva apresentada.

– Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o relatório é o seguinte: submete-se à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 374, de 2009, que altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a

fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

O projeto, de autoria do Senador Tião Viana, objetiva proibir o uso não terapêutico de medicamentos antimicrobianos em animais e atribuir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a competência para o registro de produtos que tenham em sua composição a presença dessas substâncias.

No primeiro artigo do PLS, altera-se a redação dos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei nº 467, de 1969, para estabelecer o conceito de produtos de uso veterinário e proibir o uso não terapêutico em animais de produtos que contenham antimicrobianos de uso humano, que passam a ter registro obrigatório na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em substituição ao procedimento atual de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O art. 2º da proposta altera a Lei nº 9.782, de 1999, para atribuir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para identificar e publicar sistematicamente os princípios ativos com atividade antimicrobiana para uso humano e animal.

Finalmente, o art. 3º do PLS trata da cláusula de vigência.

Em sua justificativa, o autor do PLS nº 374, de 2009, argumenta que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional de Epizootias têm feito reiteradas recomendações aos seus países membros no sentido de aperfeiçoarem suas ações de vigilância sanitária na área de alimentos e os encorajado a implantar programas de monitoramento da resistência bacteriana, tendo em conta o controle do mencionado fator de risco à saúde e seu agravamento.

A proposição recebeu parecer pela rejeição, emitido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Na CAS, o PLS recebeu Emenda Substitutiva, de autoria do Senador Gilberto Goellner.

II – Análise

A proposição vem a exame da CAS por força das disposições do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que atribuem à Comissão competência para opinar sobre matérias atinentes à proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção,

controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde.

Dado o caráter terminativo da análise, faz-se necessária a manifestação sobre o atendimento dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental da proposição, bem como sobre sua adequação à boa técnica legislativa de que trata as Leis Complementares nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e nº 107, de 26 de abril de 2001.

Nos aspectos mencionados, concluímos que a proposição atende a todos os requisitos, não havendo óbices à aprovação do projeto em exame. No mérito, entretanto, o PLS nº 374, de 2009, apresenta-se fragilizado.

Ponderamos, inicialmente, que o uso de antimicrobianos na produção animal, como substâncias preventivas, terapêuticas ou como promotoras do crescimento, é uma prática adotada mundialmente há várias décadas e sua proibição suscita polêmica.

Sabe-se que a ação preventiva do uso de antimicrobianos na produção animal se assemelha a sua função terapêutica, sendo ambas derivadas da atuação direta destas substâncias sobre o agente patogênico que se pretende combater ou prevenir.

Atuando como promotores do crescimento, os antimicrobianos diminuem a competição da microbiota, existente no trato digestivo do animal, por alguns nutrientes. O efeito prático é que, na avicultura, por exemplo, frangos criados com rações em que são adicionados produtos antimicrobianos apresentam ganho de peso considerável quando comparados com animais alimentados com a mesma ração, mas sem a presença de antimicrobianos.

Em bovinos e suínos, também se verificam ganhos de produtividade pelo uso de substâncias antimicrobianas promotoras do crescimento.

Graças aos comprovados efeitos dos antimicrobianos sobre a produtividade animal, sua prática se disseminou pelo mundo. Já se sabia, no entanto, que um dos grandes fatores de risco associado ao uso de antimicrobianos seria o aumento da resistência das populações de patógenos submetidas reiteradamente a concentrações de antimicrobianos abaixo do adequado.

Essas concentrações subletais exercem pressão seletiva sobre, por exemplo, uma população de bactérias. Nessas condições, alguns organismos da população do patógeno que se pretende combater podem desenvolver resistência à droga usada e, após sucessivas gerações, essa característica tende a assumir o padrão populacional.

Desde a década de 1960, os países europeus vêm manifestando preocupação com o fenômeno. A polêmica se instala quando se levanta a possibilidade de que as populações resistentes de microorganismos, selecionadas em função do uso de antimicrobianos no

manejo animal, venham a contaminar os seres humanos, a partir do consumo dos produtos da pecuária.

Na última década, cresceu na Europa a pressão oriunda de consumidores e de grupos ativistas contra o uso de antimicrobianos como agentes promotores de crescimento na produção animal. Em decorrência, a prática foi praticamente abolida por lá nos últimos anos.

Em razão da participação da Europa no mercado de carnes, como grande importadora, as discussões sobre a importância de se regulamentar o uso dos compostos antimicrobianos na pecuária tem crescido recentemente também no Brasil.

Nesse ponto, é importante destacar que se trata de tema bastante complexo, gerando divergências de opiniões e, às vezes, grandes polêmicas. Há uma expectativa de que as técnicas de produção animal atuais venham a ser questionadas mais intensamente e precisamos estar atentos às mudanças, sem dúvida.

Basta que se tenha presente que, embora de forma mais abrangente, uma vez que envolve também o uso de antimicrobianos na medicina, a utilização racional de antimicrobianos transformou-se em uma das metas definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para as próximas décadas.

Em outra frente, considerando-se as regras do comércio internacional, o princípio da equivalência pressionará os países exportadores de carne a adotarem o padrão europeu de produção. A grande questão que se coloca é se o mundo pode dispensar o uso de antimicrobianos sem abalar os índices de produtividade alcançados. A resposta, no curto prazo, é não.

A proibição do uso de antimicrobianos no Brasil representaria uma perda de produtividade na pecuária brasileira de difícil estimativa.

Mas, não dá para imaginar que, dada a escala de nossa produção, os efeitos seriam pequenos.

No entanto, embora relevantes, não são apenas os aspectos econômicos que devem nortear a discussão. O fato é que os riscos à saúde global reverberados ainda carecem de demonstração mais consistente. A posição europeia, embora vista como clara precaução, apresenta-se atualmente como um dos principais fatores econômicos a considerar. A posição da OMS sobre a questão sugere a busca do uso racional de antimicrobianos. Seu banimento demandaria mais elementos de convicção, o que promete ser um longo caminho.

Cabe destacar que, pelos procedimentos técnicos já adotados no Brasil, para que um produto obtenha licença para uso terapêutico, não terapêutico ou como melhorador de desempenho são requisitados estudos de segurança na espécie testada e da determinação do período de exposição e retirada, sob a supervisão de médico veterinário, seguindo-se regras semelhan-

tes às utilizadas para a aprovação de antimicrobianos de uso humano.

Em conclusão, entendemos que podemos manter os efeitos benéficos do uso consciente dos antimicrobianos sobre a produtividade da criação animal, sem prejuízo dos outros aspectos da segurança alimentar, que podem ser atendidos mediante a adoção de práticas adequadas de manejo, investimento em acompanhamento técnico, inspeção e fiscalização da produção pecuária.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 374, de 2009, e da Emenda Substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria cuja relatoria é do Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, esta matéria é realmente muito complexa. Eu confesso a V. Ex^a que preciso me debruçar de uma forma mais detalhada da matéria apresentada. Por isso, peço vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo vista, regimentalmente, ao Senador Paulo Davim. Mas eu solicitaria que fosse de forma coletiva, se o Senador Paulo Bauer se manifesta...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista concedida ao Senador Paulo Davim e de forma coletiva.

Não pode ser o Senador Paulo Bauer.

Consulto o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

ITEM EXTRAPAUTA

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189, DE 2010

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Observações: – Em 07/04/2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou parecer favorável ao Projeto;

Em 17/05, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Neste caso, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu parecer.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 189, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.077, de 2008), oriundo do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), tem a finalidade de implantar o Sistema Único de Assistência Social (Suas); discriminar os tipos de entidades e organizações sociais atuantes na área da Assistência Social; instituir os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi); e introduzir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de caráter intersectorial, como integrante da Política Nacional de Assistência Social, no âmbito do Suas; entre outras providências.

Sr. Presidente, este Projeto é extremamente importante, pois ele visa a criar o Sistema Único de Assistência Social. Desde a implantação da Loas no governo Fernando Henrique vem-se fazendo, paulatinamente, a implantação desse sistema. Foram criados o Fundo Nacional de Assistência Social, foram criados os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, mas faltava arrematar tudo isso através de um Sistema Único de Assistência Social semelhante ao que já existe na área de saúde.

Portanto, este Projeto cria o Sistema Único de Assistência Social, ele busca a solução para os problemas financeiros e de gestão, procura organizar a gestão, e criar também um financiamento envolvendo as três esferas do Governo: federal, estadual e municipal, que terão de colaborar no sentido de fazer com que este financiamento seja compactuado, compartilhado entre as diversas esferas de governo.

Ele institui o serviço de proteção e atendimento integral à família, de proteção e atendimento especializado às famílias e indivíduos. Ele institui o índice de gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social, já previsto orçamentariamente. Ele introduz o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que teve a honra de implantar como Secretária Nacional de Assistência Social, como integrante da política nacional de assistência social.

Ele detalha a responsabilidade da União, dos Estados e Municípios, com partilhamento de gestão do Suas. Portanto, ele estrutura a gestão que deverá ser partilhada entre as três esferas. Fixa a idade mínima de 65 anos para o idoso fazer jus ao benefício

da prestação continuada. Quando da implantação do benefício de ação continuada, também implantado por mim quando Secretária Nacional de Assistência Social, nós estabelecemos a idade de 70 anos com o compromisso de ir reduzindo paulatinamente essa idade. E este projeto já reduz para 65 anos.

Tem os conselhos de assistência social vinculado ao órgão gestor de assistência sócia,; autoriza o pagamento de pessoal com recursos de cofinanciamento federal dos serviços sócio-assistenciais repassados via fundo de assistência social.

Em síntese, ele é o organizador da gestão da área de assistência social que carece, sem dúvida nenhuma, dessa organização para que ela possa definitivamente deixar de ser vista como uma caridade, como um benefício mas principalmente como uma política pública de governo.

Por fim, gostaria de colocar o voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara de nº 189, de 2010, nos termos aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, acrescido da seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte emenda de redação ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara do nº 189, de 2010.

Art. 2º A Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993 passa a vigorar, acrescida dos seguintes artigos.

§3º O montante total dos recursos destinados ao apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS corresponderá em até 10% da previsão orçamentária total relativo ao cofinanciamento federal das proteções sociais básicas e especial, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para transferência de recursos para cada ente federado.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia. Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, queria, naturalmente, elogiar a Senadora Lúcia Vânia e elogiar também os outros relatores: Senadora Ana Rita, Cícero Lucena e Fátima Cleide. E se a Senadora Lúcia Vânia me permitir, sei que vai ser aprovado por unanimidade pela importância do projeto, que a gente encaminhe também um requerimento de urgência ao plenário pela importância do projeto.

O PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim. Na-

turalmente, após a votação, imagino que a Senadora Lúcia Vânia vai entrar com um requerimento...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Acho que é muito oportuna a posição do Senador Paulo Paim. Concordo inteiramente para que o projeto seja colocado em regime de urgência, em plenário.

O PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem que fazer o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, ao apoiar o projeto e cumprimentar a relatora, e também à Senadora Ana Rita e ao Senador Cícero Lucena, a Presidente do Fórum das Secretarias Estaduais, Drª Tânia Garib que é do meu Estado Mato Grosso do Sul e que nos orgulha muito, ela também nos pediu que, após aprovado aqui, pudéssemos fazer um requerimento para que houvesse urgência na votação em plenário. Quero então, se o Senador Paim me permitir, subscrever, junto com a Senadora Lúcia Vânia, esse requerimento de pedido de urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O requerimento em nome de todos os Senadores presentes teria mais peso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exªs.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 189, de 2010, e a Emenda nº 01-CAE, acrescida da emenda de redação que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Atendendo, inicialmente, ao pleito do Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª que capitaneou. Como foi o primeiro signatário, naturalmente tem a participação dos demais.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei nº 189, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.077, de 2008, na origem), que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Com a concordância de todos os Senadores aqui presentes, vamos encaminhar a matéria.

Senadora Lúcia Vânia, gostaria de encaminhar a matéria?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Quero só acrescentar, Sr. Presidente, que essa audiência pública será extremamente importante, porque trata-se de uma doença muito rara e nós precisamos tomar algumas providências a respeito. Infelizmente, o Estado de Goiás tem uma região em que as pessoas já nascem contaminadas por essa doença.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esse é outro. Estou votando o primeiro ainda, que tinha concedido para fazer encaminhamento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco o segundo requerimento em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o item 19, terminativo, que é o item que V. Ex^a propôs aqui. Aquele que V. Ex^a falou, que já encaminhamos e já está votada a matéria.

Quero propor aqui a criação de um grupo de trabalho. Em virtude das sugestões apresentadas em audiência pública realizada no último dia 11 de maio, fica instituído um grupo de trabalho no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais para elaborar, com vistas à produção e ao encaminhamento de uma proposição, no intuito de viabilizar a concessão de incentivo fiscal destinado aos doadores para instituição de combate ao câncer.

O referido grupo terá prazo de noventa dias e sua coordenação ficará a cargo do Senador Paulo Davim. Designo também, ao mesmo tempo, os demais membros deste grupo de trabalho, entre os quais a Senadora Ana Amélia, que há poucos dias tivemos a satisfação, por autoria dela, de realizar uma audiência pública com representantes de hospital de oncologia de praticamente todo o País, de onde surgiu a feliz iniciativa de criarmos aqui uma comissão para estudarmos a possibilidade de o cidadão ou o empresário que fizer uma doação para hospitais exclusivamente de combate ao câncer ter dedução no Imposto de Renda. Nesse caso, Senadora Ana Amélia, ficou aqui V. Ex^a, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Humberto Costa, a Senadora Angela Portela. Se outros Senadores quiserem participar desse grupo, serão bem-recebidos pela Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para justificar que nós fizemos esse debate na Comissão de Direitos Humanos também. Eu gostaria

muito de estar junto, Senadora Ana Amélia, mas é humanamente impossível. Só por isso não coloco o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas só a boa vontade manifestada por V. Ex^a já é suficiente para, naturalmente, agradar a essa grande Senadora, que é porta-voz dos hospitais de Oncologia deste País. Imagino que só a sua manifestação já satisfaça perfeitamente a Senadora Ana Amélia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta Comissão.

Agradeço a presença a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 41 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS COM A 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DA CDH, SALA Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos, do dia sete de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, é iniciada a Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim**, Presidente da CDH, com a presença dos Senadores Vicentinho Alves, Cyro Miranda, Wellington Dias, Sérgio Petecão, Casildo Maldaner, Paulo Davim e das Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Marisa Serrano e Lídice da Mata. Os Senadores Ataídes Oliveira e João Alberto Souza registram presença. Justificam ausência o Senador Lobão Filho e o Senador Jayme Campos, Presidente da CAS. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e João Vicente Claudino e as Senadoras Lúcia Vânia e Ângela Portela. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião Conjunta destinada à realização de **Audiência Pública** para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite, em atendimento aos Requerimentos nº 14, de 2011-CAS, e nº 67, de 2011-CDH, ambos de iniciativa do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores participantes: Doutor Paulo Giorelli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN; Doutor Dirceu Brás

Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Doutor Geniberto Paiva Campos, Editor da Revista Centro-Oeste de Cardiologia – RECOC, Representante do Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC, Senhor Jorge Ilha Guimarães; Doutor Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica – SBCM; Doutor João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM, Representante do Presidente da SBEM, Senhor Airtton Golbert; Doutor Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina – CFM, Representante do Presidente do CFM, Senhor Roberto Luiz D'Ávila; Doutor Durval Ribas Filho, Presidente da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN. Justificaram ausência os seguintes convidados: Teresa Liporace, Assessora de Projetos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Sueli Rosenfeld, Professora da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP. Usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Ataídes Oliveira e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

PAUTA (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 67, de 2011 – CDH, e nº 14, de 2011 – CAS ambos de autoria do Senador Paulo Paim, aprovados em 19/05/11 e 25/05/11, respectivamente, “para debater a proposta da Anvisa de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite”.

Foram convidados para esta audiência pública Dr. Paulo Giorelli, que está presente, Diretor Geral da

Associação Brasileira de Nutrologia, Abran; Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA; Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Dr. Jorge Ilha Guimarães; Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, SBCM; Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Dr. Airtton Golbert; Dr. Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, em representação ao Dr. Roberto Luiz D'Ávila.

Parece-me que alguns não puderam vir, pelo menos dois casos me foram informados, mas seus representantes estão aqui.

Em seguida, vamos iniciar a nossa audiência pública. Estou ganhando um pequeno tempo porque, na verdade, avisei a todos que iniciariamos às 9 horas em ponto. Estou aproveitando esses minutos para ir organizando os nossos trabalhos. Como a outra audiência pública, tivemos de interrompê-la às 11 horas, porque tínhamos uma sessão de homenagem sobre o ensino técnico no plenário, e eu era o autor – todos entenderam, a maioria foi para o plenário comigo, inclusive, para debater o ensino técnico no Brasil –, como fiquei devendo um tempo para vocês, iniciei 4 minutos antes hoje, para compensar aquela hora que perdemos aquele dia.

Então, hoje, vamos debater o tempo que for necessário. Ficarei aqui. O Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais, virá para cá no momento adequado. Ficaremos aqui para que o debate se faça à exaustão. Oxalá, a gente chegue num caminho de entendimento sobre essa questão! Os Senhores é que são os especialistas e vão defender as teses em relação ao que está sendo posto. Eu vou me dar ao direito de fazer uma pequena abertura nesse tempo que a gente ainda tem para situar mais ou menos o que recebi.

Mediante os documentos que recebi, fiz essa pequena abertura.

Então, Senhores e Senhoras, nossos convidados, amigos e amigas, estamos mais uma vez aqui, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Assuntos Sociais, envolvendo um tema tão importante, relacionado à saúde do brasileiro. Abrimos esta reunião falando deste momento para debatermos a proposta da Anvisa de retirar de circulação os medicamentos inibidores de apetite. Eles vão dizer que medicamentos são esses que eles estão pedindo que sejam retirados de circulação.

Só lembro aqui, para todos os presentes, naturalmente a *TV Senado* colabora conosco, que a obe-

sidade é considerada pela Organização Mundial de Saúde um dos dez principais problemas de saúde no mundo, e no Brasil vem crescendo em ritmo alarmante e preocupante. De acordo com as últimas estatísticas do IBGE, mais da metade da população adulta brasileira, segundo informações que recebi, está acima do peso. Essas pesquisas indicam também que o excesso de peso atinge também uma em cada três crianças entre 5 e 9 anos de idade.

Estou falando desse tema com certa tranquilidade porque tenho problema de obesidade na família. Inclusive o meu caçula está num regime enorme, o tal de Paulo Renato Paim Júnior, que já está com 18. Eu digo caçula como se fosse um guri, mas já é um barbado, está cuidando da vida, mas está fazendo regime.

Destaco, ainda, que um estudo do Ministério da Saúde mostra que o brasileiro está cada vez mais obeso por falta também de uma alimentação balanceada, adequada. Não podemos esquecer que a indústria da moda pede pessoas cada vez mais magras. Todo mundo sabe para onde vai esse desdobramento.

Diante dessa situação, temos as divergências entre os profissionais da saúde e os chamados remédios inibidores de apetite. Uns a favor, uns contra. Por isso o motivo desse debate. Não é que todo mundo seja contra os remédios inibidores. Há quem seja contra e quem seja a favor. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de inibidores de apetite à base de anfetamina, que são produtos proibidos na Europa, segundo informações que recebi, em torno de quatro décadas. Temos observado que alguns setores entendem que é possível a retirada de alguns inibidores de apetite do mercado brasileiro, mas sem o apoio de todos os médicos, o que virou uma polêmica. Esta audiência pública visa debater essa polêmica.

Enfim, já relatei aqui os problemas que eu mesmo encontrei na família. Estou também numa briga em relação a mim mesmo, tentando me disciplinar ao máximo para conter a tendência que tenho também de engordar.

Como os nossos convidados já chegaram, vou agora montar a Mesa. Fiz esta introdução enquanto os convidados estavam chegando à sala da Comissão de Direitos Humanos.

Convido para a Mesa o Dr. Paulo Giorelli, Diretor Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, Abran. *(Pausa.)*

Convido o Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. *(Pausa.)*

Pelo que percebo aqui é possível montar uma Mesa completa.

Chamo também o Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Dr. Jorge Ilha Guimarães. *(Pausa.)*

Está conosco também – estou chamando os que me disseram que estão presentes – o Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica. *(Pausa.)*

Tem o seu representante? Quem é o representante do Dr. Antonio Carlos Lopes? *(Pausa.)*

Por favor, Dr. Durval Ribas Filho, Presidente da Abran, pelo cartão que recebi aqui na Mesa, e o Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Sr. Airtton Golbert, Presidente. *(Pausa.)*

Pergunto, só para mediar o debate aqui, querendo ser o mais neutro possível – quero e vou ser neutro, estou aqui só para coordenar o debate, simplesmente –, se aqui na Mesa há um equilíbrio entre aqueles que são favoráveis à posição da Anvisa e aqueles que são contra. Há um certo equilíbrio aqui na Mesa? Não conheço as posições. Há um equilíbrio de pelo menos dois para três porque fica mais ou menos na tônica. Quantos defendem a posição daqueles médicos que são contra a posição da Anvisa? Quantos aqui na Mesa? *(Pausa.)*

Há dois. Então, está bem. No mínimo, dois, três. Pode expor? Isso ajuda. Inclusive, foi uma sugestão dos médicos que têm uma posição contra, no caso, a essa visão da Anvisa. Eles gostariam que a Anvisa falasse primeiro. O Dr. Dirceu Brás Aparecido, de pronto, já disse que não há problema algum, que ele fala primeiro, faz a exposição. Depois falam aqueles que têm uma posição contrária. No final, fala, então, o mesmo que tem a posição da ANVISA, porque, percebo aqui, vocês três têm a mesma posição. Então, Ok.

Dr. Dirceu Brás Aparecido, isso, na verdade, é uma continuação. Expliquei antes, quando o senhor não tinha chegado, Dr. Dirceu, que eu tive que interromper aquele dia, e vocês entenderam, foram solidários com este Presidente, porque eu tinha uma sessão de homenagem ao ensino técnico no plenário, de 102 anos, e tive que ir para lá, participar daquela reunião. Nós interrompemos e voltamos como nos comprometemos, no dia de hoje, sem nenhuma pressa, vamos ficar aqui o tempo que for necessário.

Dr. Dirceu com a palavra.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Bom, inicialmente, mais uma vez agradecer ao Senador Paim, aos representantes da Comissão de Direitos Humanos e também à aprovação do seu requerimento na Comissão de Assuntos Sociais. Então, esta é uma audiência pública conjunta entre a Comis-

são de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Para a Anvisa é uma honra poder participar mais uma vez e trazer os esclarecimentos acerca desse tema que nós consideramos, assim como os inúmeros com os quais a Anvisa lida diariamente, um tema de interesse e de importância para a sociedade brasileira.

Acho que um dos aspectos fundamentais neste debate, Senador, tendo em consideração que ele é uma continuidade do que nós iniciamos aqui naquele dia, é primeiro desfazer impressões que possam de alguma maneira subtrair ou extrair do debate aquilo que é o essencial de que seja debatido. No meu entendimento, é fundamental que nós tenhamos o mais absoluto esclarecimento e a mais absoluta clareza do que nós estamos falando. O senhor até me perdoe, eu vou utilizar a maneira pela qual o senhor começou a reunião para ilustrar um pouco isso.

Nós não estamos falando de um antagonismo de posições entre a Anvisa e ninguém. Nós não temos nenhuma necessidade, nenhuma esperança de que existam consensos em torno de assuntos que naturalmente podem gerar posições que não são antagônicas, podem ser visões diferentes da abordagem do problema. E também, naturalmente, ao longo do desenvolvimento do conhecimento humano, a observação sobre aquilo que a ciência produz gera posições por vezes diferentes na sociedade. É claro que nós poderíamos citar aqui atrocidades que foram cometidas em nome da ciência ou em posições que de alguma maneira pareciam que eram contrárias ao que a própria ciência indicava como sendo um caminho.

Então, eu acho importante deixar isso bastante claro. Nós não estamos numa discussão na qual a Anvisa tem uma posição e pretende fazer valer a sua posição em detrimento de outras posições que possam existir. Nós temos que ter também muita serenidade para compreender o que está acontecendo. E, diferentemente, inclusive, da expectativa que foi gerada desde o início do ano de que a Anvisa age de forma truculenta, de que a Anvisa teria uma decisão tomada e, na verdade, vinha tentando com a abertura da discussão apenas validar uma posição. Na verdade, acho que houve falhas, inclusive da Anvisa, na condução desse processo, porque não era esse propósito. Nós temos um problema de saúde pública que precisa ser tratado da maneira mais responsável possível pelo Estado brasileiro. Nós temos um problema maior, que é a questão da obesidade, como um problema seriíssimo de saúde pública, cujos dados e estudos indicam que uma parte grande, quase metade da população do País sofre de sobrepeso. Temos aí 15, 16% das pessoas num nível de sobrepeso que já pode ser tratado como

uma questão de sobrepeso mais agudo e mais complicado. Sabemos que esse é um problema de saúde pública que tem origens diversas de comportamento, mas também como consequência de agravamentos de outras patologias. Bom, esse é um problema sério.

De outro lado, aqui no Brasil, até agora, há uma maneira pela qual os profissionais de saúde vêm manejando esse problema que prevê a utilização também de medicamentos. E, não pela Anvisa, mas aconteceram fatos no mundo todo que hoje impõem à autoridade sanitária do Brasil, aos profissionais de saúde do Brasil uma resposta que seja na medida exata para a sociedade brasileira, diante do problema da obesidade. Hoje nós convivemos com ele, o Ministério da Saúde deve lançar nas próximas semanas um programa extenso com o apoio da Presidenta da República Dilma Rousseff no sentido de um enfrentamento da questão da obesidade como um problema de saúde pública que precisa ser tratado pelo Estado como um problema sério. Mas, de qualquer maneira, nós temos aí uma demanda que foi imposta ao Estado brasileiro, que foram as dúvidas levantadas pelos estudos realizados e pelo histórico de utilização e de disponibilização dos medicamentos inibidores de apetite à qual nós precisamos responder muito claramente. Seja qual for o contexto, sejam quais forem os programas para os quais o Estado destinará recursos para o enfrentamento desse problema, a utilização desses medicamentos, na medida em que os estudos que foram feitos em escala mundial indicam dúvidas em relação à sua eficácia e à sua segurança, o Estado precisa dar uma resposta objetiva e segura à sociedade. Esses produtos são seguros? São eficazes? Quando esses estudos indicam essas dúvidas, essa é uma resposta que a sociedade precisa ter. Na medida em que esses produtos permanecem no mercado, quem avaliará a sua permanência no mercado no ambiente de dúvidas como essas que foram trazidas – não pela Anvisa, mas pelos estudos, pelo comportamento, às vezes mais uníssono e às vezes menos, das agências sanitárias dos outros países – em relação aos derivados anfetamínicos e à própria sibutramina? E nesse contexto todo, o que na verdade a Anvisa vem buscando fazer é conduzir de maneira serena um debate que fique focado nas questões que efetivamente importam e interessam e que tragam essa resposta à sociedade. Nós não podemos transferir a responsabilidade de dar essa resposta a nenhum segmento da sociedade que possa sofrer pressões ou que possa ter interesses que não sejam aqueles que a sociedade deposita no Estado, no caso, por meio de uma autoridade sanitária que precisa ter reconhecimento quando aprova um produto para entrada no mercado.

Na semana passada, nós vimos a sociedade re-produzindo a decisão da Anvisa de autorização para o uso de uma vacina para o vírus HPV para ser utilizada por homens.

E a sociedade então festeja reconhecendo a competência, reconhecendo a autoridade, reconhecendo a capacidade dos técnicos, dos médicos, dos farmacêuticos que trabalham na agência para, em nome dessa sociedade, tomarem a decisão.

Então, no caso agora, quando se debate a presença, a permanência ou não desses produtos no mercado, nós não podemos tangenciar o problema. Há necessidade de que a sociedade tenha a mais absoluta confiança na decisão do Estado brasileiro, seja na permanência seja na retirada desses produtos do mercado, e a Anvisa tem se empenhado desde o final do ano passado. Já se vão aí praticamente oito meses nessa discussão.

Em outubro do ano passado, quando a agência americana recomenda e a empresa, laboratório Abbott, que detinha o registro do produto sibutramina no mundo, aceita, voluntariamente, depois de concluídos os estudos que ela própria conduziu, retirar um produto que oferecia um faturamento considerável a essa empresa, não era um faturamento pequeno... No Brasil, a sibutramina é o segundo medicamento genérico mais vendido no mercado brasileiro.

Então, nós não estamos falando de uma decisão do laboratório Abbott de desinteresse por um produto, como acontece, Senador. Nós temos dificuldade, muitas vezes, para tratar leishmaniose, para tratar tuberculose, malária e outras doenças comuns no nosso continente, no nosso País, porque as indústrias não têm interesse em comercializar o medicamento. Nesse caso não é essa a situação. Então, o laboratório Abbott decidiu: vou tirar o produto do mercado.

No começo do ano, a Anvisa tinha tomado uma decisão, diante dos primeiros resultados que levaram a agência européia a retirar esse produto do mercado, a de manter uma posição, que foi aprimorar o controle. Mudamos o tipo de controle sobre esse produto e mantivemos o produto no mercado.

Aí, no final do ano, em outubro, quando o laboratório Abbott retirou o produto lá nos Estados Unidos e pediu o cancelamento do registro aqui no Brasil, ainda assim nós optamos: Nós temos que entender como está esse processo, temos que debater com a sociedade como é que fica a questão do tratamento da obesidade no Brasil, temos uma realidade aqui no Brasil que é a disponibilidade e o uso muito elevado dos derivados anfetamínicos e não podemos tomar uma decisão do dia para a noite. Isso foi em outubro.

Encomendamos um parecer interno na Anvisa, da área técnica, dos mesmos técnicos que todo dia autorizam entrada ou renovação de registro de produtos no mercado, com base nos dados de estudos clínicos. E ora os estudos clínicos comprovam que os produtos podem ser comercializados e ora eles indicam que não. A questão é que quando eles indicam que não antes de entrarem no mercado, as indústrias nem solicitam o registro.

Agora, ora são realizados estudos clínicos com os produtos no mercado, porque é possível que se realizem esses estudos de uma maneira mais abrangente. Foi o que aconteceu com esse estudo, o Scout, que foi utilizado pela autoridade sanitária européia, pela autoridade sanitária americana e que depois culminou na retirada do produto nos Estados Unidos.

Então, nós encomendamos esse parecer interno fazendo uma pergunta: Diante dos novos fatos... Isso a diretoria colegiada, que é composta por cinco diretores que têm que tomar decisões diárias acerca da permanência ou não de agrotóxicos, da autorização ou não de equipamentos médicos a ser utilizados, da indicação ou não da possibilidade de funcionamento de bancos de células, de bancos de tecidos, que cuida de registro de cosméticos, que cuida da questão de alimentos.

A diretoria colegiada da Anvisa, que trata desse universo de preocupações, encomenda um relatório para a área técnica perguntando: Diante desses novos dados, o que se faz?

A área técnica foi clara e precisa. Estudou mais de 170 publicações científicas, analisou os dados dessas publicações, analisou os dados do estudo que havia sido concluído no final do ano e disse à diretoria colegiada: A nossa posição é de que a diretoria deve retirar esse produto do mercado.

A diretoria colegiada, com toda calma, com toda serenidade, disse: Nós temos uma câmara técnica de medicamentos composta por pessoas que não são do quadro da Anvisa, são cientistas, pesquisadores, profissionais de saúde, que assessoram a Anvisa em termos de medicamentos.

Perguntamos para a câmara técnica? O que fazer diante dos dados e diante desse relatório da equipe técnica? A câmara disse: Não há nenhuma dúvida, a diretoria colegiada deve retirar esses produtos do mercado. E disse mais: Não há evidências científicas que sustentem a permanência no mercado de nenhum produto com atividade inibidora de apetite.

A diretoria colegiada da Anvisa recebeu esse relatório, levou para uma reunião, podia ter tomado a decisão de retirar os produtos e não o fez. Decidimos marcar uma audiência pública para o dia 23 de

fevereiro. No dia 23 de fevereiro, criou-se um clima de guerra. Como se a Anvisa já tivesse uma decisão tomada e como se não tivesse autoridade para tomá-la. As coisas que nós ouvimos, Senador Paim, naquela audiência pública foram assustadoras por vezes, pelo clima de guerra que se criou. E nós estamos desde aquele momento tentando demonstrar muito claramente que nós somos um órgão do Estado brasileiro, que temos responsabilidade com a saúde do povo brasileiro, que não podemos tomar decisões inadvertidas, mas que não podemos deixar de tomar as decisões que precisam ser tomadas, e alertando a sociedade que nós temos um grande problema: os estudos que foram conduzidos por encomenda das agências e que estão publicados na literatura, e os dados que foram aportados em relação aos registros na Anvisa dos produtos derivados da anfetamina são insuficientes para sustentar a permanência no mercado.

E nós temos dois pareceres, um de uma área técnica interna e outro de uma câmara técnica externa dizendo: Retirem os produtos do mercado.

Fizemos a audiência pública, conduzimos, depois da audiência pública, um extenso processo de discussão com entidades médicas, passamos a sofrer pressões, Senador Paim, de um conjunto de organismos que entendem que não há mais nenhum motivo para a diretoria colegiada não tomar a decisão acatando esses pareceres.

Fizemos audiência pública na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família, fizemos audiência pública aqui no Senado, estamos numa outra audiência pública, estamos tentando preservar o espaço técnico de discussão. Porque, veja, há um conjunto de argumentos que vem sendo colocados que ficam no campo técnico e há um outro conjunto de argumentos que fica em outros campos e que, por vezes, nós não conseguimos nem identificar quais são.

A preocupação nossa, da diretoria colegiada – e eu falo aqui em nome da Dr^a Maria Cecília, do Dr. Jaime Oliveira, do Dr. Agenor que tiveram as suas indicações aprovadas por uma das comissões que hoje realiza essa audiência pública –, nós temos um grande problema, porque as questões que precisam ser esclarecidas são questões que não podem ser negligenciadas pela ANVISA. Nós temos um conjunto de 15 questões que precisam ser esclarecidas e que eu tomo liberdade de muito rapidamente aqui compartilhar com os senhores.

A primeira delas, considerando que o tratamento da obesidade fundamenta-se nas intervenções para modificação do estilo de vida, na orientação sobre dieta, no aumento da atividade física em mudança de comportamento, segundo as atualizações e diretrizes

da própria AMB, essas medidas seriam suficientes, eficazes para perda ponderal em qual percentual?

Uma vez que nós temos questões relacionadas a essa possível restrição de dieta, há necessidade e em quais casos de utilização de medicamentos inibidores de apetite?

Existem dados significantes sobre alteração das taxas de morbidade relacionados com complicações metabólicas associadas à obesidade após o uso da sibutramina e dos derivados da anfetamina?

Outra dúvida importante, o estudo Scout, que foi realizado, leva a própria empresa que detém o registro a retirar o produto do mercado; quais seriam as bases sobre as quais a Anvisa poderia depositar confiança técnica e científica para permanecer com esse produto no mercado, no Brasil?

Outra pergunta importante, por que é a partir dos resultados desse estudo há posições divergentes entre a equipe técnica da ANVISA, Servidores Públicos custeados pelo Estado brasileiro que propõe a retirada dos produtos do mercado, a câmara técnica de medicamentos composta por professores universitários, pesquisadores, profissionais de saúde que indica a retirada do produto de mercado, por que é que quando dois órgãos: uma equipe técnica da Anvisa e uma Câmara Técnica composta por profissionais externos, que não declaram qualquer conflito de interesse, propõe a retirada com base nesse estudo; e com base nesse mesmo estudo entidades médicas que prescrevem esse medicamento indicam que esses produtos deveriam ficar no mercado?

Quais são os fundamentos dessa divergência? Por que um grupo chega a uma conclusão e o outro grupo chega à outra conclusão?

E mais, para a Diretoria Colegiada da ANVISA, se essas divergências prevalecerem, em quais relatórios a diretoria da Anvisa deve, em respeito à sociedade brasileira, se basear para tomar sua decisão?

Para concluir Senador, temos uma decisão importante e precisamos ampliar esse debate com a sociedade. Essas perguntas e outras várias que são de caráter, eminentemente, técnico e científico precisam ser respondidas. Se haverá ou não consenso nas respostas, eu acho que é pouco provável, porque nós, talvez, estejamos tratando de olhares que são muito diferentes. O olhar de grupos que buscam na ciência a informação que possa respaldar a responsabilidade do Estado em responder a pergunta. Se esses produtos permanecem no mercado, nós precisamos assegurar que eles sejam eficazes e seguro. Esse é o olhar do Estado. Nós não podemos trabalhar sob o risco. “Ah não, pode ser que sim.” “Ah não, nós não temos outra alternativa, então o risco e a falta de segurança

compensa.” Nós não poderemos e não daremos essa resposta porque é essa a resposta que a Anvisa tem dado e a autoridade sanitária brasileira tem dado tangenciando o problema desde 1993, que esse assunto está em debate. A Anvisa nunca assegurou a eficácia e a segurança e disse: “Ficarão no mercado com essa, com essa, com essa base.” Sempre tomou a decisão: “Já que é assim, o uso dos derivados anfetamínicos só tem base na experiência clínica.” A sibutramina foi registrada com base em estudos clínicos, que agora foram colocados em xeque. Então, vamos ampliar o controle, já que é assim.

A Anvisa sempre deu essa resposta à sociedade. A Diretoria Colegiada tem uma decisão agora, ou nós vamos deixar esses produtos no mercado e vamos assegurar a todos os médicos que prescrevem e a todas as pessoas que usam que esses produtos são seguros e são eficazes, ou eles não podem permanecer no mercado, na dúvida.

Vamos realizar, Senador, para finalizar, um painel no dia 14 de junho. Vamos contar com a presença da Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Droga, Associação Brasileira sobre Obesidade, Associação Brasileira de Pós Graduações em Saúde Coletiva – Abrasco –, Associação Brasileira de Psiquiatria, Associação Médica Brasileira, Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais, Associação Paulista de Saúde Pública, o Centro Brasileiro de Estudo e Saúde, o Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Medicina, a área técnica de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde, o Departamento de Farmácia Social da Faculdade de Farmácia da UFMG, a Escola Nacional de Saúde Pública, a Federação Nacional dos Farmacêuticos, o Grupo de Prevenção de uso Indevido de Medicamentos, o IDEC – em sua defesa do consumidor –, a FIOCRUZ, pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, de Clínica Médica, Endocrinologia e Metabologia e a Sobravine.

Esse painel, Senador, tem caráter técnico e terá a responsabilidade e o objetivo de responder essas questões para que a Diretoria Colegiada da Anvisa possa tomar a decisão de forma segura.

Então, queria, primeiramente, cumprimentar aqui, mais uma vez, os colegas que estão comigo na Mesa, assegurar a eles que nós não precisamos ter apoio e convergência do ponto de vista da nossa presença aqui nas comissões que realizam esse debate. O que nós precisamos é que tanto a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a Sociedade Brasileira de Clínica Médica, e tem aqui o nosso companheiro da Associação Brasileira de Endocrinologia, possam trazer para o debate respostas a essas questões que estão colocadas,

porque, na dúvida, nós vamos ficar numa situação muito complicada.

E outra questão que é importante, há um posicionamento técnico da área da ANVISA. A mesma área que diz todo dia para os diretores: Registrem esse produto. As mesmas áreas que dizem todos os dias para a Diretoria da ANVISA: Restrinjam esse produto. Há um parecer técnico dizendo para a Diretoria: Retirem esse produto. Não conseguimos, ao longo desses seis meses, quase, de debate, produzir elementos concretos que viessem colocar a equipe técnica ou a Câmara Técnica de Medicamentos em uma posição diferente daqueles que eles adotaram inicialmente.

Então, convido a todos a que a gente caminhe no debate no sentido de elucidar essas questões, para que o Estado brasileiro possa assegurar aos brasileiros e aos profissionais de saúde que atuam aqui com o problema da obesidade, que se esses produtos permanecem no mercado, que eles permaneçam porque são, objetivamente, de maneira clara, eficazes e seguros; ou se nós não contarmos com esses produtos, que nós tenhamos alternativas que possam possibilitar que o Estado maneje, de maneira responsável, esse problema grave que enfrentamos hoje, que é a obesidade.

Obrigado, Senador.

Desculpe-me o acréscimo de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Usou a palavra o Dr. Dirceu Brás, Presidente da Anvisa.

Repito a todos que esta é uma audiência conjunta: Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais, mediante entendimento, até porque, quando houve o debate somente na Comissão de Direitos Humanos, alguns Senadores da Comissão de Assuntos Sociais manifestaram que gostariam de debater o tema.

Quero registrar que estão aqui conosco a Senadora Ana Amélia; Vanessa Grazziotin já esteve e disse que volta; Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão; Senador João Alberto Souza; Senador Vicentinho Alves esteve aqui conosco; Senador Jayme Campos, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, está vindo para esta Comissão; e o nosso querido Senador Cyro Miranda.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Sr. Airton Golbert.

S. S^a está com a palavra pelo tempo que for necessário. Normalmente, concedo dez minutos com mais cinco, mas mais cinco, se assim o convidado entender necessário. E os Senadores e Senadoras usam a palavra no momento em que entenderem mais adequado.

O SR. JOÃO SALLES – Bom-dia a todos!

Eu queria agradecer a oportunidade que o Senado Federal nos dá, à Sociedade Brasileira de Endocrinologia e à Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), para que venhamos a apresentar os motivos pelos quais a gente acredita que seria interessante a manutenção desses produtos no mercado brasileiro.

Eu queria cumprimentar, inicialmente, o Senador Paulo Paim pelo brilhantismo da condução deste debate e também pela iniciativa de trazer um tema tão importante, que é a obesidade.

O Senador já falou, inicialmente, do problema da obesidade no Brasil. Aproximadamente 70% da população brasileira, hoje, estão em sobrepeso ou são portadores de obesidade, o que se leva a observar que o Brasil é, hoje, um dos maiores países em obesos do mundo. E, em 2030, Senador, seremos o quinto País em obesos no mundo. Então, seremos o número cinco em pacientes portadores de obesidade.

Toda a discussão que o Dr. Dirceu muito bem colocou sobre os medicamentos antiobesidade se iniciou, do ponto de vista histórico, com a publicação do estudo Scout, Sibutramine Cardiovascular Outcomes Trial, que quer dizer: os desfechos cardiovasculares da sibutramina. Ele aconteceu em todos os países do mundo – o Brasil participou também –, e foram arrolados para esse estudo pacientes que tinham previamente uma doença cardiovascular ou que tinham risco muito elevado de desenvolver uma doença cardiovascular.

Só para que todos possam me acompanhar, esta é uma contraindicação da sibutramina. E esse estudo foi encomendado pela agência de vigilância sanitária européia, para que a sibutramina pudesse ser estudada como medicação que pudesse ou não ser usada nesse tipo de paciente. De antemão, a sibutramina nunca foi, com indicação de bula, para esse tipo de população. A população que tem pacientes portadores de doenças cardiovasculares já estabelecidas – já tiveram infarto ou AVC – e a população que tem risco de ter uma nova doença cardiovascular, que são os diabéticos, hipertensos, doenças relacionadas à obesidade, esses pacientes nunca fizeram uso de sibutramina, e a prescrição nunca foi autorizada em bula. O laboratório sempre se eximiu, e corretamente, desse tipo de prescrição.

Todos os estudos que foram feitos com a sibutramina foram realizados em pacientes sem esse tipo de doença, por dois anos; o estudo Storm. E esse estudo que deu base para a aprovação da sibutramina no mercado mundial mostrou que, em dois anos, em pacientes bem indicados, a sibutramina foi bem tolerada e teve boa resposta com manutenção da perda de

peso, em torno de 8 a 10 quilos, ao longo de dois anos, sem aumento de incidência de doença cardiovascular.

Esse primeiro estudo, publicado no início da década de 1990, foi importante para que a sibutramina fosse aprovada como medicamento antiobesidade com segurança.

Mas, com a chegada do estudo Scout, houve, então, toda essa polêmica que os senhores estão acompanhando aqui comigo. Eu trouxe o gráfico em que mostro aos senhores sobre o estudo Scout, que foi o gráfico que determinou os resultados finais do estudo Scout. O que o estudo Scout mostrou? Mostrou que não houve um aumento da mortalidade cardiovascular.

Como pode ser visto aqui, a mortalidade cardiovascular, toda vez que essa linha ultrapassa a linha pontilhada, que é a linha do 1, não há significância estatística. Então, não há aumento da mortalidade cardiovascular. O que houve foi que a população que usou sibutramina, em comparação à população que usou placebo, teve o risco maior de um novo evento cardiovascular. Não houve aumento de mortalidade, mas a população que usou sibutramina teve um novo evento cardiovascular relacionado ao uso da medicação, quando comparado ao placebo.

Mas, quando observamos os subgrupos do estudo, lembro que eu disse aos senhores que esses pacientes ou eram portadores de doença cardiovascular ou de diabetes, que é um acelerador da doença cardiovascular ou dos dois, doença cardiovascular e diabetes. O que podemos ver é que, nos pacientes portadores de diabetes exclusivamente, em nenhum momento, a linha fica deste lado, que é melhor para o placebo. Ela sempre ultrapassa a linha do 1 para tudo, para doença cardiovascular, para infarto não fatal, para AVC não fatal, para morte cardiovascular e para morte por qualquer causa. Ou seja, não há uma significância estatística, que é dada pelo P menor que 005, nesse grupo de pacientes. Se formos olhar também os pacientes que não têm diabetes, mas já tiveram uma doença cardiovascular, infarto, AVC, o que a gente pode ver? A mesma coisa. Em nenhum momento, houve que essa linha aqui ficasse para esse lado, ela sempre cruza a linha do 1, mostrando também que não há significante estatística.

O único grupo que aumentou a mortalidade foi o daqueles pacientes que tinha doenças cardiovasculares estabelecidas. Esses eram portadores de diabetes, como já disse aos senhores, que é uma doença que acelera o aparecimento da doença cardiovascular e, muitas vezes, é uma doença negligenciada, do ponto de vista de controle metabólico, pela maioria dos pacientes. Os pacientes descobrem ser diabéticos, ficam preocupados um ano, em média, e, depois desse ano,

voltam a ter aquela rotina toda que os levou a ser portadores de diabetes. Neste grupo, sem dúvida, houve um aumento importante da mortalidade, um risco de 18% de esse paciente ter doença cardiovascular; um risco de 45% de esse paciente ter um novo AVC nesse grupo de portadores de diabetes ou doença cardiovascular. E quero relembrar aos senhores que a indicação de bula da sibutramina é exatamente esta: que a sibutramina não seja prescrita a paciente que têm diabetes, doença cardiovascular ou qualquer dessas doenças isoladas, além de hipertensão de difícil controle e quadro de transtornos psiquiátricos importantes, principalmente os transtornos gerais de ansiedade.

Se os senhores forem ler a bula da sibutramina, ela rapidamente já indica que esses pacientes não têm indicação do uso da medicação.

Então, Dr. Lceu, responder ao senhor por que o EMEA, a agência de vigilância sanitária da Europa, retirou a sibutramina do mercado, sinceramente, não sei lhe responder, porque, baseado em estudos, e o estudo em que se baseou foi o estudo Scout, não houve motivo para que ela fosse retirada do mercado europeu. E também digo ao senhor por que o Abbott retirou a sibutramina do mercado americano, provavelmente. Porque ele já passou anos e anos faturando alto com esse produto e o processo que isso vai acarretar numa possível prescrição errada acarretaria uma perda de milhões e milhões de dólares que não compensa provavelmente a manutenção no mercado.

Acredito que no caso da sibutramina, o Governo brasileiro dará um passo inédito no mundo ao manter esse medicamento como um tratamento antiobesidade. O que precisamos, na verdade, é de uma educação médica, de uma educação para prescrição adequada desse produto. Para isso...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador me fez uma pergunta... Os Senadores e Senadoras falam a qualquer momento, perguntam, questionam, interrompem...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero registrar a presença conosco da Senadora Marisa Serrano.

Pois não, Senador Cyro Miranda.

A qualquer momento pode pedir um aparte aos convidados.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim.

Bom dia, Srs. Convidados!

Só para corroborar com o senhor. A dipirona foi suspensa nos Estados Unidos; no Brasil, não. Temos algum efeito colateral ou alguma coisa que proíba a dipirona aqui no Brasil?

O SR. JOÃO SALLES – Em relação à dipirona, como toda droga mais antiga, Senador, não tem um estudo em longo prazo que possa avaliar o risco desse medicamento. É um estudo duplo cego, aleatorizado, onde um grupo usaria a dipirona e o outro grupo usaria o placebo, como foi o estudo Scout.

O que quero dizer à plateia é que, hoje, a medicina precisa ser baseada em evidências. E a evidência “a”, que é a melhor evidência que temos, são os estudos duplo cegos, aleatorizados, onde não existe...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso significa que não é porque é proibido lá que vamos usar isso como parâmetro para medicamentos.

O SR. JOÃO SALLES – Outros medicamentos como o cloranfenicol...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Temos que usar, sim, o tempo, as pesquisas que levem a isso. Esse tipo de comparação não deve ser...

O SR. JOÃO SALLES – Para o senhor ter uma ideia, Senador, o governo americano, hoje, paga um estudo – o NIH, que é o instituto nacional de saúde americano –, pasme o senhor, para provar que mudança de hábito de vida intensivo é melhor do que mudança de hábito de vida convencional. Por incrível que pareça, eles aleatorizaram cinco mil pacientes portadores de diabetes e obesidade em dois grupos: um grupo é educado de uma maneira intensiva para perder peso, vai a cada 15 dias a um centro de pesquisa e recebe toda a orientação nutricional, toda a orientação de atividade física; o outro grupo só recebe uma cartilha dizendo que tipo de atividade física e que tipo de dieta tem que fazer.

Em um ano, o grupo de mudança intensiva de hábito de vida perdeu em torno de oito quilos; e o grupo convencional perdeu em média 0,8 quilos ao longo desse ano.

Mas veja bem, o governo americano gasta uma fábula de dinheiro para provar algo que já conhecemos há muito tempo: que a atividade física e a mudança de hábito de vida, como dieta e reeducação alimentar, é importante. E por quê? Porque hoje, na medicina, é preciso estudo de grau de evidência “a”.

Então, a sugestão que deixo aqui para que posamos continuar nesse debate e o Brasil possa ser um dos países que encabece esse projeto é voltar sobre os outros medicamentos a serem questionados: os derivados da anfetamina.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O que nós sentimos é que, infelizmente, na maioria das

vezes, ao invés de se ter uma discussão científica no sentido de se saber se podemos permitir ou temos que proibir, temos, sim, uma briga entre laboratórios. Quer dizer, o poder econômico é que fica em jogo na maioria das vezes. E isso nós notamos em vários medicamentos que foram proibidos e voltaram atrás.

Na verdade, tem que se eliminar essa fase da parte econômica e ir diretamente ao estudo científico, o que eu acho que é o que o Brasil está fazendo.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dr. Salles, a respeito disso, gostaria de saber se existe, na área médica brasileira, entre as especialidades da endocrinologia e da cardiologia, uniformidade de pensamento em torno da utilidade da utilização desse medicamento para prevenção da obesidade.

O SR. JOÃO SALLES – Sim. Existe porque a obesidade é o acelerador da doença cardiovascular, que se instala muitos anos antes de ela aparecer. Então, quando o sujeito tem um infarto, ele já teve o problema que iniciou, todo o gatilho, há muitos anos, há muitos anos mesmo, Senadora, em torno de 12 a 20 anos antes do aparecimento do evento coronariano ou cérebro-vascular, antes de todas as alterações metabólicas. Por isso é que a obesidade é o acelerador disso tudo, porque já aconteceu.

Então, aquele paciente que hoje é um portador de diabetes e já teve uma doença cardiovascular não deve perder peso, porque ele perdeu o tempo dele de perder peso, pois já deveria ter perdido peso há muito tempo e não neste momento que a senhora bem lembrou.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. JOÃO SALLES – Gostaria de encerrar dizendo que, na verdade, concordo com o Dr. Dirceu Brás Barbano. Realmente, no que tange aos medicamentos derivados da anfetamina, não temos estudos duplo-cegos aleatorizados. Não temos esses tipos de estudos. Todos os relatos são baseados em estudos muito pequenos e em experiência do médico. E a experiência do médico é grau de evidência “d”.

Então, a sugestão que a Sociedade Brasileira de Endocrinologia deixa é que o Governo brasileiro patrocine, sim, um estudo com anfetamina, com derivados da anfetamina, para que possamos testar a segurança desse medicamento, assim como o Emea fez com a sibutramina e que, no meu ponto de vista, é um estudo que mostra que nada mais, nada menos do que a bula da sibutramina é correta.

A bula da sibutramina nunca indicou o uso desse tipo de medicamento para aquele subgrupo de pacientes que teve uma maior evidência de morte e de doença cardiovascular.

Agradeço a paciência de todos e me coloco à disposição para futuras dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. João Salles, que falou como Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Vamos passar a palavra agora ao Dr. Paulo Giorrelli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran).

O SR. PAULO GIORELLI – Muito bom dia a todos. Gostaria de agradecer o honroso convite da Comissão para estar aqui representando a Associação Brasileira de Nutrologia. Quero pedir que projetem o meu...

Quero me apresentar. Sou Médico Nutrólogo e Mestre em Neurologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como o Dr. Dirceu colocou de forma muito louvável, nós, na verdade, estamos aqui para dar uma satisfação para a sociedade e, se Deus quiser, vamos conseguir, sobre a discussão dos medicamentos inibidores de apetite para a terapia da obesidade.

O primeiro *slide* que gostaria de mostrar é sobre epidemiologia, enfim, um dado que já é mais ou menos sabido do IBGE, recente do Ministério da Saúde, da Diretoria de Pesquisa de Orçamentos Familiares. De 2002/2003 para 2008/2009, aumentou consideravelmente. Atualmente, no Brasil, temos a população brasileira de homens de 50.1 somando-se sobrepeso – para os Senadores que não são médicos – com o índice de massa corporal está de 25 a 30. E obesidade acima de 30. Nas mulheres, 48. O que dá uma média de aproximadamente quase 50%, que vem a ser quase 100 milhões de brasileiros, se somarmos excesso de peso mais obesidade. O impacto que isso tem na saúde pública, seria desnecessário falar, mas gostaria de pontuar alguns pontos: a obesidade, na verdade, é a principal causa de diabetes, de câncer – não está nem incluído aí –, há vários tipos de câncer que estão intimamente relacionados, hipertensão arterial, dislipidemias. Se não for tratada, isso é uma coisa muito importante...

O Governo da Presidente Dilma está louvavelmente apoiando a terapia das doenças crônicas, e a diabetes, a hipertensão são doenças crônicas, a dislipidemia é outra doença crônica. A terapia dessas doenças está sendo subsidiada pelo Governo, mas se não for tratada a causa da diabetes, por exemplo, em que 90% é causada pela obesidade, na verdade vamos estar tratando esses pacientes para o resto da vida. Eles nunca mais vão sair dessa lista. Se tratarmos a causa, que é a obesidade, alguns pacientes vão sair da lista.

Ou seja, se não tratarmos a causa, esses doentes vão perdurar o resto da vida consumindo, conforme foi divulgado recentemente pelos jornais, cerca de 70% da verba do Ministério da Saúde.

E os medicamentos anorexígenos, na verdade, ninguém, nenhum médico pega um grande obeso e pretende, com um medicamento anorexígeno... Os medicamentos anorexígenos – perdoem-me porque estou usando termos – são os inibidores de apetite, aqueles sobre os quais estamos discutidos a sua suspensão ou não. Esses medicamentos, na verdade, baixam 10% do peso corporal. Isso ninguém discute. Está em toda a literatura científica. Ninguém, conforme eu disse anteriormente, nenhum médico tem a inocência – a não ser em algum caso ou outro pontual que se consegue isso – de pegar um obeso mórbido e transformá-lo em um indivíduo de peso normal por meio de anorexígenos.

Muitos pacientes que fazem a cirurgia bariátrica, depois de 10 ou 15 anos, voltam a engordar.

Mas o que é importante? É que com os medicamentos anorexígenos conseguimos baixar 10% do peso corporal. Isso é sabido. Isso se consegue. E isso faz desaparecer as doenças consequentes à obesidade, o que contribui na melhoria da qualidade de vida e na enorme diminuição dos gastos em saúde pública.

E muitos pacientes que estão sendo subsidiados na terapia da diabetes, da hipertensão, do distúrbio de colesterol, câncer, órteses, próteses, vão sair dessa lista de pacientes crônicos. Por quê? Porque vão deixar de ser diabéticos. Se for tratada a causa, a consequência deixa de existir, evidentemente.

Qual o posicionamento mundial, conforme o Senador muito sabidamente colocou: o Brasil é o Brasil e não temos obrigação e nem nenhuma imposição de imitar o mundo. Na verdade, tomamos o posicionamento mundial em relação aos medicamentos anorexígenos para termos uma ideia.

E o que eu gostaria de ressaltar? Na verdade, a Europa, conforme o Dr. Dirceu já falou, o Emea, que é a agência europeia que trata dos medicamentos – corresponderia à Anvisa aqui no Brasil –, retirou do mercado a sibutramina, mas, por mais paradoxal que seja, o rimonabanto, que é um medicamento que nunca, jamais, entrou nos Estados Unidos por causa do medo que o FDA tinha em relação aos distúrbios psiquiátricos, o que na verdade depois foi provado e, portanto, gerou a suspensão... O próprio laboratório mandou suspender. Não foi proibido. Inicialmente, o próprio laboratório suspendeu o uso de rimonabanto. Mas, na Europa, que foi a primeira a tirar a sibutramina, na verdade, o tempo que durou o uso do rimonabanto foi três anos. Nos Estados Unidos, nunca entrou e, no Brasil, foi usado durante um ano, de 2008, quando foi autorizado – posso estar errado em meses mas foi autorizado em 2008 –, a 2009, quando foi suspenso. Então, a Europa não é nenhum poço de sabedoria e

mesmo que o fosse, a Europa é a Europa e o Brasil é o Brasil.

Dou outro exemplo. A aspirina e outros antiinflamatórios aumentam o risco de diverticulite, que é uma inflamação intestinal por causa de vários divertículos, e causa sangramento diverticular, como também causa sangramento em pacientes com úlcera péptica. Isso está comprovado por uma publicação. Ela é vetada na União Europeia e, graças a Deus, é liberada no Brasil, com permissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, muito sabidamente. Portanto, não devemos e não podemos...

O exemplo que o Senador deu – não combinei com ele – também coloquei aqui. Dipirona é proibido em todos os países da União Europeia e é liberada no Brasil, e é um dos medicamentos mais usados no Brasil. Na Europa, entende-se que existe um risco muito grande do uso da dipirona, por provocar agranulocitose, uma doença sanguínea muito séria, muito grave, que, muitas vezes, leva à morte. Entretanto, no Brasil, muito sabidamente – isso está no jornal *Folha de S.Paulo* de maio de 2011 –, a Anvisa declarou que não há nenhuma prova científica entre a dipirona e a agranulocitose, o que é altamente louvável. E aqui, só para avisar, ninguém está brigando com a Anvisa, pelo amor de Deus. Estamos todos tentando chegar a um consenso.

Para que os senhores tenham uma ideia geral, quais são os medicamentos antiobesidade existentes no Brasil atualmente, permitidos e autorizados pela Anvisa? Dietilpropiona, anfepramona, a proposta é a retirada do mercado. Ele é usado desde 1959. Femproporex é outro. Mazindol é outro. Esses três são anorexígenos, noradrenérgicos e, faço questão de frisar, não são anfetaminas, são derivados anfetamínicos. Isso tem uma grande diferença química e dentro do nosso organismo. A sibutramina vem bem depois. Vejam bem a diferença de tempo em que foi lançada. Essa em 1959, em 1963...E nesse meio tempo, vou passar adiante, vários medicamentos foram colocados no mercado e depois retirados. E o orlistat.

E o que a Anvisa está propondo? A retirada da dietilpropiona, do femproporex, do mazindol, da sibutramina, só restando, portanto, de medicamento oral para a terapia da obesidade, ou seja, para cem milhões de pacientes que têm sobrepeso e obesidade, o orlistat.

Os inibidores de apetite no mundo como estão? Eu tirei do que foi falado na audiência pública passada pelo coordenador executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância Sanitária que o Brasil não pode ser o último país a banir os medicamentos que diminuem o apetite, mas será que isto é verdade, que o Brasil será o último país do mundo? Tenho aqui dados das Nações Unidas

de que 75 países e territórios relatam que o uso regular de medicamentos como femproporex, anfepramona e mazindol – fentermina também, mas não temos esse medicamento no Brasil.

O relato do ex-presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Raposo, em 2008, dizia que os medicamentos nacionais anfepramona e dietilpropiona, femproporex e mazindol – que, no momento, a proposta é serem proibidos do mercado –, são eficazes e acessíveis às camadas de baixa renda da população, onde a incidência da obesidade é ainda maior. Isso é uma coisa muito importante, porque a obesidade é a maior pandemia do mundo, mas ela tem uma predileção pelas classes menos favorecidas. E isso está na literatura científica, é só olhar na Internet, é acessível a todos. Isso foi dito na 89ª reunião do Conselho Nacional de Saúde.

Aqui, para se ter uma ideia – este artigo acabou de ser publicado, em junho de 2011 – de como está a situação no mundo. Vejam, reparem bem a quantidade de medicamentos que já entraram e já saíram do mercado. Todos os que estão aqui: entrada e saída, entrada e saída. Atualmente, o que está no mercado – este trabalho é americano – é a fentermina, que representa um medicamento simpáticomimético.

E eles têm também, nos Estados Unidos, benfetamina e fendimetrazina. Então, nos Estados Unidos, eles têm benfetamina, dietilpropiona. Portanto, essa alegação de que os Estados Unidos não têm anfepramona e dietilpropiona não procede. Na verdade, eles têm e continuam usando. Mas, além disso, eles têm fendimetrazina, benfetamina, que nós aqui no Brasil não temos. Portanto, eles têm cinco medicamentos de terapia. Entre esses, o Orlistat é o que não tem ação de inibição de apetite. A fentermina tem, a benfetamina tem, a dietilpropiona tem e a fendimetrazina também tem. Conforme falei, são dados recentemente publicados.

No Brasil, o consumo mundial de anorexígeno, a Anvisa faz um controle muito bem feito pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Mas isso só abrange... Ontem mesmo foi falado pelo Anfarmag, e a Drª Maria Eugênia também fez referência a isto na audiência na Câmara dos Deputados, que a Anvisa só consegue controlar 60%, se não estou enganado, dos medicamentos anorexígenos que são usados. Portanto, quarenta por cento não são controlados pela Anvisa porque uma boa parte do consumo é feito de forma criminal, sem prescrição médica, ou seja, em beira de estrada. Mas isso aqui não cabe a nós médicos discutirmos e nem à Anvisa, como está dito aqui, de forma criminal, portanto é caso de polícia. A população brasileira não pode ser incriminada nem penalizada por causa de crime. E a atribuição da An-

visa é disponibilizar o acesso, uma preocupação muito louvável, de fármacos eficazes e seguros.

Mas esses fármacos são eficazes e são seguros? Vamos ver. Sobre a anfepramona, aqui foi falado que não existem trabalhos. Realmente, não têm muitos, mas existem trabalhos. Aqui tenho trabalhos de 1976, 1990, 1991, todos comprovando que a anfepramona é segura, e é segura quando há indicação para tratamento de hipertensão arterial controlada e até angina pectoris.

Outra colocação é que um medicamento que há 59 anos está em uso na terapia da obesidade e que a própria nota técnica da Anvisa relatou que só existem 341 reações adversas e nenhum óbito foi relacionado a esse medicamento. Esse medicamento, a nosso ver, já comprovou, pelo tempo, sua eficácia e sua segurança, pois só teve 341 reações adversas, pouquíssimas reações adversas.

A mesma coisa com relação ao uso de mazindol, há trabalhos comprovando a sua eficácia. E mais do que isso que, além de ser eficaz no controle de apetite e na diminuição do peso, ele também está indicado em pacientes obesos e diabéticos, porque aumenta a sensibilidade insulínica.

O femproporex é outro do grupo... O mazindol e o femproporex foram lançados desde 1973, portanto têm aproximadamente 30 anos no mercado.

De propósito, coloquei aqui uma referência, porque existem muitas, não inúmeras como a sibutramina, porque a sibutramina é de uma época mais recente. Esse é de 2005, um estudo de cardiologia, e chegaram à conclusão de que o femproporex é um fármaco que se pode considerar com perfil de eficácia e segurança. Eficácia, há trinta anos a terapia da obesidade está aí e nunca ninguém levantou e segurança porque a própria Anvisa reconhece que só existem 111 casos relatados de reações adversas.

E os antidepressivos? Incontáveis reações adversas. Isto aqui é da PubliMed, tem 25.225 artigos relacionando efeitos colaterais ao uso de antidepressivos. E por causa disso vai se tirar os antidepressivos do mercado? Não, é claro que não. Do mesmo jeito que nós temos o posicionamento da não retirada.

Outra colocação que muitas vezes se confunde e que muitas pessoas às vezes falam – não a Anvisa, é lógico – é que o medicamento não adianta nada, porque, quando pára de emagrecer, engorda. Ouvimos muito, às vezes até da mídia, mas na verdade isso ocorre com toda terapia de uma doença crônica. Na epilepsia, se o indivíduo parar de tomar o medicamento, o que acontece? Os sintomas voltam. Com a hipertensão, o que acontece? A hipertensão volta. Por quê? Porque a doença é crônica, e obesidade é doença crônica. Doença crônica requer tratamento crônico. E

tratamento crônico, quando suspenso, o que acontece? Os sintomas voltam.

E o Conselho Federal de Medicina, que está aqui representado, é contra a proibição dos anorexígenos. Não é absolutamente, jamais seria, contra a Anvisa, nem a Anvisa está propondo, conforme o Dr. Dirceu já falou. E o Conselho Federal de Medicina tem a responsabilidade pelo ato médico prescricional, o Conselho Federal de Medicina é soberano.

Na audiência pública passada, também foi dito pelo coordenador executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – e é algo que quero registrar – que as principais razões para a defesa aguerrida dos medicamentos seriam os interesses das indústrias que os fabricam. Mas será que isso é verdade? Vejam bem. Retirando os anorexígenos, ou seja, os inibidores do apetite do mercado, como está propondo, como é a proposta dessas câmaras que a Anvisa consultou, o que vai acontecer? Não vai restar nenhum medicamento que diminua o apetite. Só vai ficar um único medicamento, que é o orlistat, que só funciona no intestino e só em nível de inibição de absorção e só de gordura. Portanto, esse medicamento evidentemente não irá nunca resolver o problema da obesidade.

Quando um novo medicamento for lançado, o que ainda não ocorreu, uma vez retirados os anorexígenos, o que vai acontecer? Os anorexígenos atualmente são baratos, porque a patente já caiu há muito, muito tempo. O que vai acontecer é que eles vão encontrar um mercado altamente carente de medicamento, portanto com muita demanda. Cem milhões de brasileiros, de uma hora para outra, se isso for aprovado, vão deixar de ter acesso a esses medicamentos. Isso vai favorecer, a nosso ver, ao monopólio da indústria farmacêutica, porque só restará ela para tomar...Mas ainda sim, quero frisar, será mais barato pagar caro por esse novo remédio do que pagar pelas consequências devastadoras que a obesidade tem, que são o câncer, o infarto e a diabetes.

O último, para finalizar, já falei que são cinco medicamentos, e a Anvisa – desculpem-me colocar a Anvisa –, através das câmaras que ela consultou, a proposta é proibir, dos cinco, quatro, só ficando um. E essa proposta, a nosso ver, vai contra os pacientes doentes de obesidade, vai contra a doença obesidade em si e vai contra os médicos, porque já ficou claro pela diretriz e por tudo mais, apoiada por várias sociedades, que nós achamos que esses medicamentos ainda têm que permanecer. Isso, a nosso ver, é uma questão de discriminação e preconceito contra os pacientes obesos, contra uma pessoa que nasceu com uma doença, porque não tem um único gordo na face

da Terra que goste de ser gordo. Isso não existe. Dizer para um paciente com obesidade: olha, meu querido...A gente tem que dizer, tem que frisar, mas todos sabemos que mudar um hábito de vida arraigado durante anos e dizer: coma menos e faça bastante atividade física e não o ajudar em nada...A gente tem que primeiro dizer isso, mas depois a gente tem que ajudar. Ajudar com o que tem para ser ajudado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Giorelli, diretor-geral da Associação Brasileira Nutrologia.

Passamos a palavra ao Dr. Antonio Carlos Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Informa-me aqui que ele é também diretor da Escola Paulista de Medicina. Meus cumprimentos.

Antes, permita-me, queria registrar algumas presenças, já falei da Marisa Serrano, nossa Senadora, o Ataídes Oliveira, que chegou neste momento, há uns 15 ou 20 minutos, a Senadora Lídice da Mata e o Senador Sérgio Petecão.

Tem a palavra o Dr. Antonio Carlos Lopes.

O SR. ANTONIO CARLOS LOPES – Senador Paulo Paim, Professor Dirceu Barbano, presidente da Anvisa, que excelente serviço vem prestando a nossa comunidade, pois há anos está na entidade. Evidentemente que agora poderá trabalhar muito mais como presidente da Anvisa. É um prazer para nós, como médicos, termos a sua pessoa na presidência da Anvisa. É um ganho para nossa comunidade. Senhoras e Senhores, sou professor titular de Clínica Médica da Escola Paulista de Medicina e diretor da Faculdade.

Na realidade, sou bastante neutro nessa situação, porque não sou endocrinologista nem nutrólogo. Sou um clínico, cardiologista, inclusive, de tal forma que fico muito a vontade para abordar o tema, sem torcer para um lado ou para o outro.

A obesidade é uma doença, e nós estamos discutindo o ponto final da doença, que é o seu tratamento. Digo sempre aos alunos que os médicos se diferenciam no diagnóstico e se igualam no tratamento. Isso é uma verdade. Outra verdade é que medicamento que não fizer mal também não faz bem. Isso também é outra verdade. Não tem nenhum medicamento que não tenha efeito colateral. Isso não existe.

A obesidade, na realidade, é muito mais do que o aumento de peso, aquele fenótipo do indivíduo que está gordo. Ela é muito mais do que isso. Tratar a obesidade na sua essência dando medicamentos para emagrecer é o mesmo que, muitas vezes, tratar uma pneumonia, com febre, dando novalgina, e o processo infeccioso continuando no pulmão. A doença que gera a obesidade continua, uma doença, como bem dito, crônica.

De tal forma que, diante de uma doença como essa, somos obrigados a saber qual é etiopatogenia dessa doença, qual o mecanismo dessa doença, como essa doença surge, por que existe essa doença, por que um indivíduo tem muito mais apetite do que outro, por que ele come mil calorias e engorda e outro come 800 calorias e não engorda. Todas são perguntas que têm de ser feitas para que possamos ter um raciocínio crítico sobre tudo isso. É algo muito importante, e convido os senhores a fazerem um raciocínio crítico exatamente sobre esses aspectos.

Nós sabemos que a obesidade é um fator de risco, acompanhada de doença arterial coronária, de dislipidemia, de diabetes mellitus, de lesão osteoarticular, de comprometimento respiratório e até mesmo maior incidência de câncer no intestino, do cólon, dos pacientes obesos, especialmente se ingerirem álcool também. Então, nós somos obrigados, antes de pensar no tratamento, a saber por que essa doença está acontecendo. Muitas vezes, tratando-se a causa da doença obesidade, vamos ter um resultado muito melhor do que tratando com medicamentos. Tratar obesidade mórbida, por exemplo, com medicamentos é uma besteira muito grande, não existe um medicamento que faça um obeso mórbido emagrecer. Isso não existe. Temos que tratar os pacientes como clínicos: aqueles que têm necessidade de reduzir o peso para melhorar uma dor lombar, para melhorar a hipertensão arterial e assim por diante, sem o uso evidentemente dos medicamentos até uma certa fase.

Acho que não é muito correto compararmos a obesidade com a hipertensão arterial no uso crônico do medicamento. Acho que temos uma diferença muito grande no que diz respeito à etiopatogenia das doenças. E o tratamento não pode ser centrado simplesmente em um biomarcador. Posso considerar hoje, num conceito moderno, que obesidade é um biomarcador, o peso, melhor dizendo, é um biomarcador. A hipertensão arterial hoje, o número que eu meço no aparelho de pressão, é um biomarcador. Então, posso pensar dessa forma. Portanto, nós temos que entender que são doenças totalmente diferentes e que não podem ser comparadas por serem doenças crônicas. Os pacientes vão tomar medicamento a vida toda porque são crônicas. O hipertenso tem uma patogenia diferente, e o obeso tem outra patogenia.

Evidentemente que se sabendo as complicações do obeso é fundamental que se tenha um tratamento para o paciente. É evidente que tem um tratamento para o paciente obeso, mas o tratamento não se baseia apenas na administração de medicamentos. O tratamento, dependendo do grau de obesidade que o paciente possui – se é sobrepeso, se é realmente

obesidade, se é obesidade mórbida –, fundamenta-se na causa, e essa causa tem de ser investigada. Enfim, fazer o diagnóstico etiopatogênico, quer dizer, o diagnóstico do mecanismo da doença e por que esse indivíduo está obeso. Dessa forma, poderemos fazer um tratamento mais adequado.

No tratamento, temos as medidas gerais que cabem a todas as doenças: a dieta, o exercício físico, tirar o tabagismo. Sabemos que o indivíduo que deixa de fumar engorda, por exemplo. Vai mandá-lo voltar a fumar? Não. Então, temos que ter toda essa ideia que, muitas vezes, é relegada ao segundo plano, vai-se diretamente à descrição medicamentosa e deixa-se de lado o tratamento não medicamentoso, que é de grande importância, inclusive o tratamento do convívio social.

Se formos analisar profundamente o obeso, ele tem uma disfunção social. Podemos chamar desta forma, disfunção social. Ele é mal aceito na sociedade não porque ele é obeso. Ele é obeso em consequência disso, inclusive.

Então, é fundamental que tenhamos uma visão muito mais holística sobre o paciente obeso e não simplesmente entender que ele está gordo e que precisa tomar remédio para emagrecer ou para tirar o apetite porque ele precisa emagrecer. Se nós caminharmos nessa linha, nós vamos estar totalmente errados.

Inclusive, a terapêutica caminhará, dentro de um curto prazo de tempo, para o que se chama farmacogenético, vamos saber por que alguns pacientes respondem a um tratamento e outro paciente, com tudo igual, não responde àquele tratamento. Dentro de um curto prazo de tempo – curto não é bem o termo –, o indivíduo estará em seu bolso com seu código genético, irá colocá-lo no computador com o diagnóstico e vão sair os medicamentos que poderão ser tomados para aquele tipo de doença. Aí serão escolhidos os medicamentos adequados. E esta conversa vai deixar de existir.

Nós sabemos que o indivíduo muitas vezes toma um medicamento e tem uma reação alérgica brutal, e tantas outras pessoas tomam o medicamento e não têm alergia. Por quê? Porque tem um receptor na célula que interage com o medicamento e desencadeia uma série muito grande de reações dos macrófagos principalmente, que fazem com que esses indivíduos tenham uma reação alérgica e tantos outros não a tenham. Por que um indivíduo toma um antiinflamatório, tem uma resposta excelente, e outro não tem? Por que um tem uma complicação gastrointestinal e outro não tem? Então, vamos caminhar para outro tipo de discussão – espero que não demore muito –, que é exatamente a farmacogenética que vai nortear qual

quer tipo de tratamento e não o tratamento baseado no que eu acho, no que eu penso, assim por diante.

No tratamento da obesidade, nós temos essas medidas gerais e vamos caminhar para a farmacogenética. Temos os medicamentos, que já foram salientados. Eu queria fazer um comentário muito importante. A literatura mostra o que nós quisermos. Se abordarmos a literatura querendo provar que um medicamento é ótimo, nós vamos encontrar. Se quisermos provar que ele não presta, vamos encontrar também. Nada substitui a experiência de vida à beira do leito. O médico que não sofre não aprende nem toma decisões adequadas. Esta é a característica da Medicina: a tomada de decisão sem ter quem confira. Por isso, há essas complicações todas com esses medicamentos. O indivíduo sai com a receita do consultório, e ninguém vai conferir o que foi prescrito – nem a dose nem por quanto tempo vai tomar a medicação. Então, esta é a característica fundamental da Medicina: a tomada de decisão sem ter quem confira. Por isso, ela é diferente de muitas outras.

Então, nós temos esses medicamentos. Para que um medicamento funcione, para que um medicamento seja realmente tido como atuante, melhor dizendo, é preciso que ele seja submetido a um estudo randomizado e duplo cego. Qualquer outro estudo não vale absolutamente nada. Só vale o estudo randomizado e duplo cego. E é muito difícil randomizar paciente. Poucas pessoas no nosso meio conseguem randomizar paciente como se deve; e no mundo também. De tal forma que as metanálises que aparecem têm vieses os mais variados possíveis. Nós não podemos nos basear apenas em metanálises, porque a metanálise mistura uma série de outros fatos e é tendenciosa. Atrás de metanálises, existem vários laboratórios patrocinando a pesquisa. Então, eu falo que é preciso que se tome cuidado quando se analise o resultado de uma metanálise.

Não vou me delongar muito.

Os medicamentos têm seus efeitos colaterais; não resta dúvida. Nós estamos cansados de ver pacientes com dependência a medicamentos para emagrecer ou para tirar o apetite. Nós estamos cansados de ver pacientes com dependência realmente importante; pacientes que tentam parar o medicamento e não conseguem, não acordam de manhã cedo, ficam com lassidão e assim por diante. Além disso, a piora da hipertensão arterial também é outro fator importante, assim como as arritmias cardíacas. Por exemplo, como cardiologista, estou cansado de receber pacientes no consultório com palpitação, com fibrilação atrial, uma arritmia cardíaca importante, por tomarem aquelas cápsulas em que há tudo dentro: antitireoidiano, diurético,

medicamento para gastrite, medicamento para tirar o apetite e assim por diante. Inúmeras vezes aparece isso, e é difícil resolver esses casos, porque, até que o medicamento seja eliminado, os outros medicamentos acabam não atuando, não segurando realmente o tratamento. De tal forma que esse é outro problema que surge. Essas fórmulas são realmente perigosas e acabam acarretando problemas.

Porém, eu queria, caminhando para o final, dizer que o problema, na realidade, não é o medicamento na sua essência; é quem o prescreve. Na mão de indivíduos competentes, esses medicamentos não acarretam maiores problemas, porque é feito o diagnóstico da doença, o diagnóstico da etiopatogenia da doença. Quantas vezes nós encontramos um paciente com cushing tomando remédio para emagrecer? Se se tirar a suprarrenal desse paciente, ele emagrece. Está certo? Por quê? Porque o médico é mal formado. Hoje, o problema – eu poderia resumir – não está nesses medicamentos, na sua essência. O problema está na má formação médica, porque o indivíduo não sabe receitar, o indivíduo vive às custas, exatamente, dos pacientes que ele faz emagrecer. Então, ele lança mão de tudo que pode para fazer emagrecer e para o outro chegar a ele, porque não adianta um cadáver magro. Eu sempre digo isto para os alunos: não adianta um cadáver magro. De tal forma que é preciso que haja consciência em relação a isso.

A formação médica está muito ruim. Muitos médicos não sabem prescrever os medicamentos, muitos médicos não sabem procurar a causa da obesidade nem sabem identificar as complicações precocemente, e, conseqüentemente, acontece isso.

De tal forma que o assunto é bastante complexo, e acho que ele precisa ser analisado com muito cuidado. A princípio, eu não seria favorável à retirada dos medicamentos. Eu seria favorável – permitam-me uma sugestão – a que esses medicamentos tivessem um controle muito mais rigoroso, talvez com o nosso receituário amarelo, que usamos para morfina, por exemplo, para ritalina e outros medicamentos, para os quais o controle é muito mais rigoroso. Sugeriria que a Anvisa estipulasse um rigor muito maior para esses medicamentos por meio desse receituário amarelo, que já é até difícil de ser adquirido, pois é preciso ir à Secretaria de Saúde, com carimbo, etc. e assim por diante, até que se faça uma política realmente de avaliação muito mais precisa do que acontece. Talvez fosse necessário que se fizesse, no nosso meio, um estudo adequado para saber o que é bom e o que não é. Isso é muito importante. O indivíduo emagrece, para de tomar o medicamento e volta a engordar – quando emagrece, porque, muitas vezes, ele nem emagrece.

Ele perde três, quatro quilos, o que não significa nada no cômputo geral.

Agora, essa é uma doença que precisa ser tratada, com cuidados gerais – como já salientei –, com medicamentos e, inclusive, com a cirurgia de redução de estômago para certas situações. Ela precisa ser tratada! Não é porque o medicamento tem efeito colateral que ele precisa ser eliminado. Quer dizer, é preciso que o médico saiba receitar esse medicamento, saiba prescrevê-lo, porque todos os medicamentos têm efeitos colaterais. Todos! Não há medicamento que não tenha efeito colateral. E nós temos que estar preparados para identificar o efeito colateral, saber tratar o efeito colateral ou pedir a um colega que possa orientar.

De tal forma que o medicamento, na sua essência, não é o grande problema. O problema é a prescrição médica, que realmente é abusiva por pessoas que não estão preparadas para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A Presidência cumprimenta o Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, e passa a palavra, de imediato, ao Secretário do Conselho Federal de Medicina, Dr. Desiré Carlos Callegari, em representação ao Sr. Roberto Luiz D'Ávila.

O SR. DESIRÉ CARLOS CALLEGARI – Senador Paim, agradeço o convite para o Conselho Federal estar aqui presente. Saúdo os demais componentes da Mesa e os presentes.

A posição do Conselho Federal é vigilante neste aspecto dos medicamentos anorexígenos ou dos inibidores dos apetites.

Algumas coisas foram ressaltadas aqui. Com essas fórmulas magistrais, eles acabaram... O Conselho está vigilante quanto a isso, e temos uma resolução. Misturas de medicamentos não são mais possíveis. O médico que assim o faz é tratado por uma sindicância no Conselho. Ou seja, nós estamos apurando o processo.

Acho que, por tudo que foi dito aqui – não vou ser repetitivo –, vou ficar na questão da defesa da sociedade e do médico bem formado. Pensamos que, se a medicação que está aí há muito tempo for bem aplicada... Todos aqui, médicos, somos unânimes em dizer que, se a medicação é prescrita e vigiada pelo médico pelo prazo que tem que ser receitada, sem dúvida, ela traz benefícios. O que não pode, evidentemente, é a gente proibir alguma coisa. Sabemos como se processam as questões de proibições: o mercado paralelo existe, e fogem do controle da própria vigilância todos esses aspectos. Nós precisamos de um controle efetivo do prescritor e da droga que é vendida.

Acho que, hoje, a Anvisa tem um potencial e já provou isso quando fez inúmeros trabalhos e entregou ao Conselho os maiores prescritores do Brasil que não tinham absolutamente nada a ver com a especialidade. E estão aí tramitando os processos desses maiores prescritores. O Conselho Federal, de posse dessa informação da Anvisa, fez o que lhe é de direito: distribuiu a lista aos Conselhos Regionais e puniu os maiores prescritores. Houve, então, uma baixa sensível das prescrições.

O que nós precisamos é disso. Não podemos deixar de ofertar a um obeso, que não tem indicação de uma cirurgia ou para o qual, muitas vezes, a cirurgia é mais penosa, a possibilidade de ter uma medicação bem prescrita, bem controlada, porque essa é a única forma de que ele vai dispor.

Aqui se disse que o exercício e a dieta resolvem, mas, para nós – coloco-me no grupo de sobrepeso –, é difícil fazer uma dieta; muito difícil! Acho que essas atividades estão inclusas, mas também a medicação tem que ser disponibilizada.

Eu acho que, por exemplo, a autonomia do médico está em jogo. O médico acha que o produto pode ser disponibilizado para determinados pacientes, com acurácia e sem efeitos colaterais, porque, tão logo ocorram os efeitos, ele pode tirar o medicamento, ele pode fazer um seguimento e contribuir para que esse paciente não tenha taxa de sobrepeso e não tenha doenças provocadas pela obesidade. Mas não é só. Nós sabemos que não é só. O que nós não podemos é negar à sociedade o direito de ter medicações que podem ajudá-la em determinadas situações. E aí nós temos o uso prolongado desses medicamentos que provam que... se já têm reações adversas, o uso indiscriminado... se ele for bem controlado, e o médico fizer o seguimento, essas reações adversas, a tendência é que elas diminuam.

Droga é droga. Nós não estamos falando aqui de coisa que só faz bem à saúde. A droga, todo remédio é um veneno, que, em pequenas doses e bem controlado, pode fazer bem, e, evidentemente, o uso descontrolado pode fazer mal.

Então a posição do Conselho é muito clara. Em primeiro lugar, conservar a autonomia do médico, para que o médico possa, ele, decidir, em que paciente usar; a segunda coisa é defesa da população, que não podemos deixar desassistida. Uma única droga que a gente conhece... Também não é barata. Deixar no mercado só uma droga é um risco que corremos, e esse risco é fugir do nosso controle. Que essa droga exista, mas com todo o rigor. A Anvisa hoje tem esse poder de controlar. Em uma sociedade como hoje, parceira, o Conselho Federal, os conselhos regionais, que podem atuar no

prescritor, temos tudo para dar certo, não há problema nenhum. É um uso controlado, de forma racional e que pode ajudar a população, repito, uma população pobre, que às vezes não pode comprar medicações ou fazer qualquer outra terapia, até por que as filas de obesidade mórbida que existem no País são longas. Esse paciente fica desassistido por um período muito grande. E não tem o que se fazer. Esse paciente vai morrer. Hoje assistimos a isso.

Eu sou da Faculdade de Medicina do ABC, onde temos um serviço de obesidade mórbida. Operamos três casos por semana, o que é muito insuficiente para uma lista controlada pelo Ministério Público. O que nós vamos fazer com esses pacientes que são inúmeros? Nós temos uma fila, aproximadamente, na nossa Faculdade, de mais de mil casos, operando três por semana, dois, três por semana. Como é que vão ficar esses pacientes? Vão ficar morrendo na cama? Precisam de alternativas, evidente, controladas. Como foi dito aqui, não preciso repetir, acho que têm que existir.

Essa é posição do Conselho, penso que, dada autonomia ao médico, a responsabilidade ao médico, e com a Vigilância no papel de fiscalizadora, com a competência que tem, a gente pode restringir o uso dessa substância sem os malefícios que ela pode causar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, que expressou aqui o seu ponto de vista.

E vamos agora para o último painelistas na Mesa. *(Pausa.)*

Me disseram que, no momento em que chegou o Dr. Antonio Carlos Lopes, ele ia substituir o Dr. Durval. Foi o que me disseram e assim fiz.

Então, nesse momento, o último convidado da Mesa...

Não tenho problema nenhum de as pessoas falarem. Se for necessário para o bom entendimento, que a gente fique aqui até as duas, três. Eu fico.

Então, nesse momento, passo a palavra ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, até porque esse tema cardiologia, aqui, enfim, hipertensão, foi muito falado aqui. Sou hipertenso. Então estou aí olhando tudo. Tomo remédio todos os dias, só não vou dizer a marca do remédio para não fazer propaganda também.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Muito obrigado, Senador, a quem saúdo nesse instante, demais membros, colegas da Mesa, Srs. Senadores, senhores presentes, minhas senhoras e meus senhores:

Eu acho que este debate está sendo extremamente útil porque a impressão que se tem é que há alguns

temas na pauta de políticas públicas brasileiras que rapidamente se transformam numa espécie de Fla x Flu, quer dizer, há um grupo torcendo contra e o outro torcendo a favor. Acho que a posição da Cardiologia, no caso aqui, não é de juiz desse problema, mas eu acho que a Cardiologia passou a entender que a gente tem que estar junto com as autoridades sanitárias brasileiras na formulação de políticas públicas, e essas políticas públicas às vezes incluem medidas que não são bem entendidas ou bem recebidas, quando você tem que, por exemplo, proibir ou colocar em vigilância maior determinados medicamentos que a gente sempre está supondo querer que faça bem à saúde do paciente.

Em relação ao perfil epidemiológico brasileiro, a gente sabe disso, estão coisas acontecendo em relação às mudanças muito rápidas que estão acontecendo na saúde pública e que elas têm correlação exatamente com essas determinantes sociais. Então as determinantes sociais da saúde ainda nos surpreendem.

Eu estava no Ministério da Saúde, fazendo uma pesquisa sobre diabetes – isso foi no Governo Sarney, depois de 1985 –, e qual não foi a nossa surpresa quando vimos que diabetes era um problema sério de saúde pública e que precisava ser enfrentado. Então o diabetes, um dia desses só, em 1988, 1989, entrou na pauta da saúde pública brasileira. Agora a gente tem a problemática dos obesos, a gente tem a problemática seriíssima dos idosos e a gente tem que entender e aprender como interagir com essas situações.

Eu acho que tem uma série de medicamentos, por exemplo, em relação à hipertensão, em relação ao diabetes. Acho que os pacientes, os médicos, eles estão muitíssimos bem atendidos. Isso é uma coisa muita boa. Esse arsenal, a gente tem cerca de 50 drogas que pode escolher e colocar na sua receita. E eu quero me declarar aqui. Sou um médico de consultório. Eu trabalho ainda, eu prescrevo, eu tenho que estar atento a essas coisas. Dessas 50 drogas, a gente pode, tranquilamente, utilizar um série delas em combinação ou isoladamente. Elas trazem realmente resultados extremamente bons, reduzindo a mortalidade por derrame cerebral, reduzindo a mortalidade por infarto e, importante, controlando a pressão arterial e as suas repercussões renais, o que não é pouca coisa. Isso dá um impacto epidemiológico muito grande.

Em relação ao diabetes a mesma coisa. A gente tem hoje a chegada dos chamados DPP-4, que vão mudar seguramente a história natural do diabetes. Com esse problema da chegada da obesidade na pauta epidemiológica, na pauta da saúde pública brasileira, infelizmente a gente está vendo pelas exposições que ainda não temos uma droga que realmente seja satisfatória.

Eu quero lembrar que na cardiologia, assim como na endocrinologia, a gente tem casos de drogas que entraram no mercado sendo saudadas como drogas aparentemente salvadoras, mas causaram uma série de problemas gravíssimos.

Eu me lembro, por exemplo, quando do meu início aqui, quando era professor da Universidade de Brasília, que chegou uma droga, se não me engano era da Jonhsons, a lidoflazine. Era um excelente antiarrítmico. Então a gente sabe que as arritmias do coração, e já foi citado aqui, são um fator extremamente importante de mortalidade e estão relacionadas, muitas delas, principalmente aqui foi citada também a fibrilação atrial, à idade do paciente. A longevidade tem um preço: aparece uma série de problemas. Essa droga, por exemplo, resolvia o problema da arritmia, mas os pacientes, em grande parte, mais de metade, morriam porque a droga alterava uma coisa que o cardiologista usa muito, que é a chamada síndrome do QT longo. Ela fazia alteração do QT. Era exatamente essa lidoflazine, que tinha um nome extremamente agradável, mas foi rapidamente retirada do mercado.

Tem outra droga mais recente – estou esquecendo o nome, só me lembro do nome comercial, e não vou me permitir citar –, na endocrinologia, que era uma droga para diabetes, que promovia nos pacientes, além do controle do diabetes, a insuficiência cardíaca. Foi retirada também. Mais recentemente, e também já foi citada aqui, a Acomplia, que era o rimonabant, um derivado da *cannabis* que tratava de uma coisa que acho que é do agrado de todo mundo: reduzir aquela obesidade visceral, reduzir o pneu, que é a tragédia estética de muita gente. É também uma tragédia fisiopatológica, pois ela provoca uma série de alterações. Então, a gente está dentro de um contexto simples.

Eu queria colocar que a gente está com uma tarefa importantíssima e que não vai ter o desfecho definitivo na próxima terça-feira, dia 14, mas vai dar um passo. A cardiologia brasileira percebeu que a posição da Anvisa tem algo que é próprio da sua atuação: a obrigação funcional e constitucional de dizer as drogas que podem ou não ser usadas. Esse esforço do Dr. Dirceu já começa lá atrás. A Anvisa poderia alertar, criar dificuldades no uso, quer dizer, fazer uma restrição de uso, ou proibir. O que eu estou vendo é que, na realidade, o que aconteceu em relação a, por exemplo, esses anorexígenos, é que, na realidade, o que a gente chegou a ter é uma espécie de moratória para fazer uma discussão mais ampla, a fim de trazer aqui argumentos.

Então eu digo o seguinte: sempre que a gente toma determinada decisão em relação a políticas públicas de saúde... Uma coisa que interessa aqui é que,

garanto, dentro deste auditório, há pessoas que têm um interesse direto nesse tipo de proibição ou permissão. E queremos dizer o seguinte: a gente precisaria, na realidade, tomar uma decisão coletiva, formular uma política pública de medicamento em conjunto. Então a responsabilidade, esse recuo aparente da Anvisa, que eu chamaria de recuo tático em relação aos anorexígenos, tem um desfecho importantíssimo que é o seguinte: nós vamos acertar ou nós vamos errar juntos. E nós estamos aqui, todos nós e a sociedade, tentando dividir essa responsabilidade no sentido de formular políticas públicas.

Perguntei aqui particularmente ao Dr. Dirceu se representantes do FDA e representantes do sistema europeu de controle de medicamentos estariam presentes. Ele me falou que não. Eles não puderam atender o convite, mas me parece, corrijam-me se estiver errado, que o coordenador do estudo Scout estará presente.

Eu queria lembrar então, sem tomar partido, que estamos aqui para compartilhar a decisão. E queria louvar, inclusive, a posição do Senador Paim, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, de trazer um assunto como esse para ser discutido. O que o Desiré falou aqui agora tem sentido, está certo? Quer dizer, a gente precisa ter certa liberdade, mas conhecer esses limites e também o dever de ofício da Anvisa, e dizer: nós precisamos falar sobre isso.

Aqui no Brasil está acontecendo uma coisa curiosa. Na realidade, a medicina já está bastante judicializada. Eu diria que a vida pública brasileira está bastante judicializada. O Judiciário está toda hora sendo chamado para dar decisões e fazer as coisas funcionarem ou não. A gente precisa entender que, com essas formulações, junto com o Congresso Nacional, com a sociedade científica, a sociedade em geral, ONGs, etc., sem nenhuma acusação de sentido pessoal ou indicativa de que há outros interesses, a gente está diante de um problema. A gente tem drogas que têm um trânsito muito bom, inclusive, não só nas pesquisas, mas principalmente na vida real. É nesse cenário que a droga se firma ou então você começa a perceber certas coisas.

Então, o que nós estamos estimando aqui, e eu queria louvar mais uma vez a iniciativa do debate, é que a gente possa, nesse desfecho do próximo dia 14, que, se não me engano, vai ser na própria sede da Anvisa, realmente caminhar. Eu sugeriria que a gente abrisse isso mais um pouco. Por exemplo, existe uma droga que o cardiologista adora, que não pode dispensar e que até hoje não foi proibida, e creio que não o será, porque faltam alguns indícios, mas os endocrinologistas não gostam, que é exatamente a miodarona, antiarrítmico espetacular. Pergunte a qualquer

endocrinologista sobre os efeitos deletérios sobre a nossa tiróide desse medicamento antiarrítmico. Então a gente sabe que tem que andar com cuidado principalmente na formação do médico, pois a certeza que se tem hoje na sua profissão, na sua especialidade é de uma coisa chamada interdisciplinaridade. Ninguém pode fazer cardiologia abstraindo a endocrinologia, a nefrologia, quer dizer, os cuidados com o rim, com o pulmão. Principalmente, hoje, a endocrinologia e a cardiologia caminham juntas, de mãos dadas, porque diabetes, obesidade e hipertensão são doenças que têm tudo a ver com essa prevenção. A gente participa de um interregno grande, de um terreno muito grande, em que é preciso trocar experiência.

Agradeço a oportunidade e espero que a gente possa caminhar no sentido.... Insisto que nós estamos aqui, na realidade, discutindo não somente efeitos de drogas, mas estamos querendo tomar uma decisão, porque o grande vencedor desse debate não será nenhuma sociedade médica, muito menos a Anvisa ou o Congresso Nacional. A gente tem que colocar em perspectiva aqueles que estão sob os nossos cuidados, que são exatamente os nossos pacientes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Pelo que percebi aqui no debate, a não ser o Dr. Geniberto Paiva Campos, todos os outros, de uma forma ou de outra, de forma mais contundente ou mais leve – não estou fazendo aqui nenhum tipo de julgamento –, questionam a posição da Anvisa.

Como a Anvisa foi tão questionada pela maioria dos que já falaram, neste momento vou passar a palavra ao Dr. Dirceu Brás, que foi quem abriu esta audiência pública, para que ele faça, enfim, as suas considerações em relação àquilo que os especialistas, os médicos aqui falaram – quatro, pelo menos, pelo que percebi –, discordando da posição da Anvisa; discordando em tese, eu diria. Não estou aqui fazendo nenhum juízo.

Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Obrigado, Senador Paim.

Primeiro, quero agradecer as manifestações respeitadas ao trabalho que a Anvisa vem buscando fazer em relação a este tema.

Pegando aqui uma carona na fala do Dr. Geniberto em relação ao Fla x Flu – para nós, paulistas, há outros e para o Rio Grande do Sul também –, acho que, de qualquer maneira, esta é uma questão importante. A grande questão que se aborda, quando o debate caminha para esse lado, é que os corintianos continuam insistindo que o Corinthians é o melhor time do Brasil

– no caso de São Paulo, os palmeirenses também – e querem fazer suas as verdades que precisam valer para os outros. E aí, por vezes, a gente acaba contaminando as verdades com o coração e com a camisa do time pelo qual a gente torce.

Exercer função de Estado, que é o que a gente faz diariamente como diretores da Anvisa, nomeados pelo Presidente da República e aprovados aqui pelo Senado, é o exercício da abstração dessa condição de falar pelas nossas verdades. A gente tenta falar, no máximo, pelas nossas responsabilidades.

Então, acho importante resgatar algumas questões aqui.

Primeiro, esse estudo que se referiu à sibutramina foi concluído no final do ano e não foi com ele que se inaugurou essa discussão a respeito dos inibidores do apetite no Brasil. Desde 1993, esse tema é discutido, e as conclusões a que historicamente se chega é de que nós não temos elementos para poder retirar os produtos. Embora, no caso, antes, da anfetamina, não houvesse todas as informações robustas do ponto de vista da ciência, a obesidade é um problema, e nós temos pouca disponibilidade para tratá-la. Então, vamos manter os produtos no mercado.

Agora, o estudo Scout trouxe a questão da sibutramina, e, internamente, na Anvisa, com a Cateme principalmente, é que se fez um parecer envolvendo as quatro drogas. Então, o assunto não é debatido desde o final do ano passado. Ele tem sido recorrentemente debatido, e a decisão, historicamente, sempre foi a de aumentar o controle. Aumentamos o controle, e o que se observou, ao longo do tempo, é que, na verdade, o aumento de controle não trouxe uma solução ao problema do uso, pode-se dizer no mínimo, exagerado desse tipo de substância. Ainda hoje temos uma utilização bastante menos rigorosa do que gostariam os médicos e bastante menos rigorosa do que se espera do ponto de vista sanitário.

Acho que a gente avançou também nesse debate, para todos que estão aqui. Um primeiro comportamento que houve, até fiquei um pouco assustado com isso, é que tínhamos que desqualificar o estudo Scout, tínhamos que desqualificar as notas técnicas da equipe da Anvisa, porque é uma equipe que não teria condições de se manifestar a respeito disso e desqualificar o parecer da Catemi. Acho que a gente avançou um pouquinho, pelo menos a gente não está tendo que desqualificar ninguém para poder fazer com que a nossa verdade vire verdade.

É importante salientar outras coisas.

Esse estudo Scout com a sibutramina foi encomendado pela agência européia. Ele não foi realizado pela agência européia. Ela exigiu que o laboratório

Abbott fizesse o estudo porque, nos estudos clínicos apresentados para o registro do produto, já se vislumbravam algumas inconsistências do ponto de vista da segurança da sibutramina. A agência européia disse: “Então, faça o estudo e me traga os resultados”. Quando o laboratório concluiu a primeira etapa dos resultados, um estudo multicêntrico feito no Brasil inteiro... Então não estamos falando de acompanhar ou deixar de acompanhar. Dr. Paulo, o senhor tem repetido isso várias vezes. Acho que essa não é uma boa fala para o povo brasileiro, a fala de que, se os Estados Unidos tomaram a decisão, nós não temos que tomar. Não é isso que está em discussão. O estudo foi feito no mundo todo, envolvendo americanos, brasileiros, europeus. Quando os primeiros dados do estudo foram divulgados, a agência européia resolveu tirar o produto do mercado europeu. Isto acho que é importante: sabemos por que a agência européia retirou. Foi porque eles chegaram às conclusões, com os dados preliminares do estudo, que os nossos técnicos chegaram e que a Catemi chegou, ou seja, o estudo de fato foi realizado com pacientes obesos que tinham preexistentes algumas comorbidades. Bom, por que foi feito isso? Por que esse é o perfil prevalente de utilização desses medicamentos.

Eu tenho insistido que há uma questão não resolvida. Em qual paciente nós vamos usar esses medicamentos? Onde estão os pacientes que não são mórbidos, obesos, que são obesos, e que não têm nenhum risco cardiovascular associado para que se justifique o uso? Essa é uma questão que, até agora, não foi respondida pela Anvisa. Porque se temos que restringir, se nós temos que controlar para que os médicos que sejam bem informados utilizem de maneira controlada, não nos foi ainda indicado qual o perfil de paciente que vai ser usado.

Então, a agência européia chegou à seguinte conclusão: “Olha, esse é o paciente para o qual se usa esse produto”. Então, por que vamos manter o produto no mercado? Essa foi a decisão da agência européia. Ninguém acordou de manhã e decidiu tirar os produtos. Foi uma decisão muito responsável.

E o senhor também respondeu por que o laboratório Abbott retirou o produto do mercado americano depois, quando o estudo foi concluído. Deve ter sido pelo receio do rigor sanitário das leis americanas no sentido de que: “Bom, se o produto causa dano a quem usa, eu vou manter o produto para depois ter que pagar as indenizações e as ações judiciais?” Eu pergunto: “E, aqui no Brasil, nós não vamos nos preocupar com quem vai pagar?” Quem pagaria?

Bom, então, acho que essas são umas primeiras questões importantes.

Acho também que não é verdade que o produto foi retirado nos Estados Unidos e a Anvisa está acompanhando a decisão americana, tanto que nós não retiramos ainda, e citamos vários exemplos aqui: a aspirina, a dipirona, que comprovam a histórica autonomia da Anvisa em relação às decisões que ela toma. Não há que se deixar o povo brasileiro com medo de que vamos tomar uma decisão porque os Estados Unidos tomaram. Outro dia eu disse: “Olha, essa regra do que é bom ou ruim para os Estados Unidos era da época em que tinha carro e se falava que o carro americano é bom e que poderíamos ter um desse aqui”. O que estamos falando são de questões da ciência, que hoje são produzidos estudos em âmbito mundial. O Dr. Antonio Carlos tem um centro de pesquisa clínica em São Paulo e sabe disso. O centro dele realiza pesquisas em conjunto com centros do mundo todo. Então, estamos falando de posições autônomas da agência, não vinculadas a decisões já tomadas pelas outras agências, porque, até agora, em relação a esses produtos, fomos autônomos e continuaremos sendo autônomos, mas estamos nesse momento com posições técnicas que são iguais às posições européias. As conclusões a que as equipes da Anvisa chegaram são as mesmas conclusões que os técnicos da eMed também chegaram. Se eles chegaram lá a uma conclusão e nós chegamos aqui a uma conclusão que diverge ou desagrade as pessoas, o debate é justamente porque precisamos responder essas questões. Onde estão essas divergências?

Não é possível desqualificar o estudo Scout. Não é possível! A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia insiste nessa tese porque, se ele deve ser desqualificado, se desqualificam as decisões de dezenas de agências sanitárias ao redor do mundo que foram tomadas e que chegaram à mesma conclusão.

A decisão cabe a todos os senhores e também não tem nenhuma relação com as reações adversas conhecidas sobre a sibutramina. As conclusões da área técnica da Anvisa e da Catemi se prendem aos dados que se referem à segurança da sibutramina e à ampliação do risco de eventos cardiovasculares pelo uso dessa substância, seja para pacientes que têm histórico de doenças preexistentes ou para pacientes obesos que, muitas e muitas e muitas vezes, desenvolvem ou já têm essas comorbidades. Então, não estamos falando aqui de combater reações adversas. Ouço as falas “olha, mas todas as drogas causam...”, como se Anvisa não soubesse disso. Diariamente, tomamos decisões a respeito desses temas. Indicamos o que deve ter na bula, quais são as informações que devem constar da bula. Nós não temos nenhuma dúvida do que seja uma reação adversa e sabemos, sim, que

as reações adversas existem, podem ser manejadas, controladas. Agora, nesse caso, não se resolve uma questão de risco, de fragilidade na segurança do uso da sibutramina. Então, gostaria de deixar isso claro.

A gente tem que salientar isso. Temos conclusões distintas a partir da mesma base de dados. E nós não estamos em uma disputa com ninguém. O que nós queremos é tomar uma decisão, que é o que a Sociedade Brasileira de Cardiologia tem cobrado. Nós precisamos dar uma resposta clara à sociedade. Afirmar que essa dúvida e essa posição técnica da Anvisa é um preconceito com os obesos é de uma irresponsabilidade tremenda porque gera uma posição antagônica entre o Estado e a sociedade. Nós não somos preconceituosos, Dr. Pedro, e essa decisão não tem nenhum viés de preconceito. Nós, talvez, nos apaixonemos um pouco por uma coisa que pode até ser chamada de preconceito, que é a possibilidade de que produtos fiquem no mercado sem que tenham perfis de segurança e de eficácia bem definidos e com estudos clínicos que sejam capazes de fazer isso. E, nesse ponto, a Anvisa é preconceituosa, sim. Não registra produto e propõe retirar. Agora, insistir nessa tese de ter que debater esse assunto é preconceito com os obesos, com essa questão de que ninguém gosta de ser obeso, isso é irresponsável. Nós não podemos fazer isso na Anvisa e nem aqui numa comissão do Senado Federal.

Eu, Dr. Antonio Carlos, fico com uma preocupação, e concordamos com ela, porque a dificuldade aumenta. Uma coisa seria dizer o seguinte: vivemos em um País em que existem substâncias utilizadas para uma patologia cujo perfil de segurança não está bem definido, pode ser que mate as pessoas, mas nós temos médicos bem formados. O senhor está trazendo uma informação que é fundamental: temos que conviver num País com produtos que têm perfis de segurança duvidosos e com médicos, nas suas palavras – eu estou colocando entre aspas –, “mal formados”. E aí, como é que fica o órgão, como é que fica o órgão sanitário para tomar uma decisão numa situação dessas? Nós vamos dar qual resposta para a sociedade, Dr. Callegari?

Bom, para ir finalizando, eu gostaria de ainda falar algumas coisas que acho relevante.

O SNGPC não controla uma parte dos medicamentos não por serem ilegais, é porque a Justiça eximiu uma parte das farmácias de alimentarem o sistema, e é a mesma Justiça que muitas vezes..., ontem eu vi um promotor público dizendo: se a Anvisa tomar essa decisão eu vou mover uma ação civil pública. Para interesse de quem? Poderia mover uma ação civil pública contras as farmácias, que não querem alimentar o sistema, seria mais interessante para a sociedade,

do que fragilizar uma estrutura e uma discussão que estamos tentando manter no campo técnico.

Dr. Callegari, eu vou dizer para o senhor o seguinte: não houve sensível queda na pressão desses produtos. E seria muito interessante para a sociedade brasileira se os Conselhos de Medicina divulgassem quantos, quais foram os processos e as penalidades que os médicos, que foram denunciados pela Anvisa, sofreram. Nós desconhecemos essa informação, eu acho que se existe é vital. Outro dia o Ministério Público nos questionou por que a gente não manda a informação ao Conselho Federal de Medicina.

Então, eu acho o seguinte: nós não podemos negar à sociedade a possibilidade de que todos os cidadãos possam usar tecnologia na área da saúde que estejam disponíveis, que seja seguras e eficazes; mas nós não podemos negar à sociedade o direito de que ela saiba que existem estudos que, neste momento, colocam em dúvida a segurança da sibutramina e que não existem estudos que sustentem a permanência dos derivados da anfetamina no mercado. A sociedade tem o direito de saber disso. E aí eu pergunto: o que é proteger a sociedade de uma situação dessas? Proteger a sociedade é manter os produtos no mercado diante dessas evidências que estamos colocando do ponto de vista da segurança, da falta de evidência, do ponto de vista da eficácia dos outros produtos.

Convidaria, por fim, que todos nós fizéssemos o exercício de sermos diretores da Anvisa por alguns momentos e sermos diretores que estão diante desses pareceres técnicos, diante, por vezes, de manifestações, por vezes, apaixonadas pelas camisas e diante de uma sociedade que tem aumento na obesidade e a presença dos produtos. “Como é que vamos tirar e aumentar a obesidade?” A obesidade tem aumentado com esses produtos! Então, eu convido a todos que sejamos diretores da Anvisa e tomemos essa decisão. Qual a decisão que de fato é melhor para a sociedade? Que tipo de resposta é necessário que seja dado?

Cada médico é responsável por dezenas, talvez centenas de pacientes. A nossa decisão aflige 190 milhões de brasileiros ou cem milhões de obesos. E aí não é uma questão de direito de tomada de decisão.

Posso até sugerir aqui que podemos errar e acertar juntos, só que, na hora em que errarmos, os diretores da Anvisa é que serão responsáveis pela tomada da decisão, pelas consequências da sua decisão. Então não podemos ser convidados a errar juntos, Dr. Geniberto. Temos que ser convidados a acertar juntos. E aí nós precisamos...

A partir do dia 14, convido que deixemos um pouco as camisas e, de fato, vamos focar nessas perguntas que não estão respondidas. Que ajudemos a construir

as respostas para que, sem paixão e sem interesse nenhum, tenhamos condições de tomar uma decisão que seja, que faça bem à saúde da população brasileira, sem colocar em riscos desnecessários a vida de qualquer um dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dirceu, Presidente da Anvisa.

Nós vamos ter uma mudança aqui na Mesa. Por entendimento, o Dr. Paulo Giorelli, Diretor Geral da Associação Brasileira de Neurologia, quer passar os seus cinco minutos, para as considerações finais, ao Professor José Durval Ribas Filho. Eu não tenho nada contra. Então fizemos a troca neste momento.

Passo a palavra, de imediato, ao Professor Durval Ribas Filho, para que ele possa também expor seu ponto de vista, já que ambos pertencem à mesma entidade. Só para não falarem dois pela mesma entidade. Todos aqui na Mesa terão direito à palavra ainda.

Passo a palavra, neste momento, ao Professor Durval Ribas Filho, para que ele coloque seu ponto de vista sobre o tema.

O SR. DURVAL RIBAS FILHO – Bom dia a todos. Muito obrigado ao nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me esclarecer que todos aqui da Mesa terão espaço para as suas ponderações, lembrando de que os Senadores usam a palavra a qualquer momento que assim entenderem.

Está conosco aqui o Senador Paulo Davim. Está também o nosso ex-Deputado, meu amigo, fomos Deputados juntos, faço questão de registrar, que é o Augusto Carlos Garcia de Oliveira, que hoje é assessor técnico dos Democratas. Nós fomos Deputados juntos.

Quero também informar à Casa que o nosso querido Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais – esta é uma Comissão que hoje faz um trabalho junto, Direitos Humanos e Assuntos Sociais –, teve um problema de vôo. Por isso, não está aqui. O vice, Casildo Maldaner, já esteve conosco.

Por favor, Dr. Durval.

O SR. DURVAL RIBAS FILHO – Muito obrigado.

Eu gostaria de, rapidamente, fazer uma apresentação bem sucinta de alguns slides, porque eu acho que a discussão é técnico-científica e efetivamente isso poderá contribuir, de alguma maneira, para que possamos nos aprofundar sobre o tema.

Eu gosto de trazer essa foto, na qual estamos observando um grande obeso, um obeso mórbido, e um magro. A pergunta sempre é: será que, se esse indivíduo ingerisse grande quantidade de calorias, ele ficaria igual a esse outro? Por que falamos isso? Porque obesidade é uma doença crônica e doença

crônica requer tratamento crônico, mas, fundamentalmente, na sua etiopatogenia é multifatorial, poligênica e altamente complexa.

Quando simplesmente dizemos que um desequilíbrio entre ingestão energética e gasto energético é a base de obesidade, nós esquecemos que a predisposição genética é o fundamento. O que significa isso? Que não existe atividade física, não existe dieta e não existe medicamento e nem cirurgia mágica antiobesidade. Infelizmente isso é o que se comenta, o que se divulga e se difunde. Ainda mais agora, com essa possibilidade de retirar os medicamentos antiobesidade, essa cirurgia mágica é o que mais vai estar em voga.

Por isso, se analisarmos os aspectos epidemiológicos, além do sobrepeso, em 2015, estaremos, certamente, com 2.3 bilhões de pessoas no mundo obesas. O Brasil hoje está ocupando o 77º, sendo que as ilhas estão em primeiro lugar, os Estados Unidos está aqui, e o Brasil está em 77º.

Por outro lado, o grande problema é este: de cinco a nove anos, a evolução dos indicadores antropométricos na população vem aumentando. O que aconteceu de 10 a 19 anos? De seis, quatro. O que aconteceu para vinte anos ou mais? De 12% foi para 17%. Então, estamos aumentando, aumentando. E qual o grande problema? Estamos tendo uma média de 2.4% ao ano de crescimento da obesidade no Brasil. Isso significa que são cerca de oitenta e oito milhões de brasileiros e que, em vinte anos, 70% da população brasileira será obesa. Isso custa muito, equivale a cem bilhões. O grande problema está aqui, os custos indiretos, relacionado com os dias perdidos, obesos e não obesos, com relação ao trabalho e auxílio-doença, que aumenta em todas as faixas etárias ao longo da vida.

Por isso, a obesidade é uma doença crônica e tem implicações crônicas graves. A gente até brinca porque diz que, desde o fio do cabelo lá em cima até o dedão do pé aqui embaixo, que é a gota úrica, passa por todos e todos os sistemas do nosso organismo, todos os tecidos, inclusive câncer, além das doenças cardiovasculares e diabetes.

E essa proporção, essa prevalência está muito ligada ao diabetes. Não é por acaso que 7% a 10% da população mundial, hoje, tem diabetes tipo 2, causado por resistência à insulina e com obesidade.

Mas é bom lembrar também que tudo isso é porque o tecido adiposo libera ou expressa mais de 18 substâncias que chamamos de citocinas pró-inflamatórias e que vão favorecer o *status* inflamatório, que, em última análise, se caracteriza pela famosa doença aterosclerótica. E essa é a gravidade dos efeitos cardiometabólicos adversos aos produtos dos adiposos. Por isso, infelizmente, cada vez mais, as pessoas estão

morrendo quanto maior o seu índice de massa corporal, tanto homem quanto mulher. Veja que é significativo quanto maior o índice de massa corporal.

Mas, quando falamos da etiologia da obesidade, temos que lembrar a interação com o meio ambiente e a genética. Por quê? Até fazemos uma comparação simples: se você tem uma arma e essa arma tem uma bala, se você apertar o gatilho, a bala sai e não volta mais. A partir do momento em que o meio ambiente obesogênico foi o favorável para desencadear a expressão genética da obesidade, infelizmente, isso vai se manifestar sempre. Por isso, a doença crônica requer tratamento crônico.

E só existem, basicamente, cinco maneiras para você tratar a obesidade. Todas envolvem a mudança comportamental. Mas tudo isso é a base. Se formos analisar, além das mudanças de estilo de vida, temos também a monofarmacoterapia, a plurifarmacoterapia e, lá em cima, sim, é que vem a cirurgia e, eventualmente, insulina, se for diabetes, cardioversão, se for qualquer outro tipo de doença crônica. Por isso, na pirâmide, a pluri ou a monofarmacoterapia deve estar presente, sim, na obesidade. Por quê? O tratamento não farmacológico da obesidade requer reeducação, atividade física, mudança de atitude, sim, mas tem uma mudança básica, que é a prevenção. Através da dietoterapia, usa-se a pirâmide dos alimentos; atividade física que você favorece para que gotículas de lipídios na base de triglicerídeos sejam ocupadas, sejam favorecidas na organela mitocondrial; e mudanças cognitivas.

Quando se fala, aqui, a respeito de alimentação – e, no caso, sou nutrólogo –, existem reações em que os indivíduos têm reações adversas com relação a determinados tipos de alimentos. Sentem-se muito satisfeitos, tanto ratos quanto indivíduos quanto macaco etc., com açúcar. Isso se chama conexão dopaminérgica. Cada vez mais a anfetamina, hoje, está se comparando com a comida, atividade de liberação da dopamina nos núcleos *accumbens*, ou seja, o alimento também tem certa dose de anfetamina, no nosso organismo, de dependência.

E qual é o problema da farmacoterapia? É porque o tratamento não farmacológico da obesidade mostra que, depois de cinco anos, infelizmente, todo mundo volta a ganhar peso. Repito, quando você faz um tratamento não farmacológico da obesidade, utilizando dietoterapia, atividade física, mudanças cognitivas comportamentais, em cinco anos, todos voltam, efetivamente, a ganhar peso. Por isso, se usa a farmacoterapia antiobesidade usando os catecolaminérgicos, cerotonimérgicos, termogênicos absorptivos e formulações, lembrando que, com a retirada, logicamente, dos medicamentos, só ficarão os absorptivos.

Vou mais além. Chegou o momento ou já passou o momento de não falarmos mais em anfetaminas, nem derivados de anfetaminas, porque, aí, sim, acho que o obeso é discriminado neste País. Quando falamos anfetamina ou derivados da anfetamina, estamos discriminando obeso, sim. O obeso, infelizmente, é discriminado em toda a sua forma terapêutica, a partir da farmacoterapia, muito mais.

Por outro lado, a importância do neurotransmissor. Existe um erro aqui. Todas as vezes que o neurotransmissor é dopamina, sim, é anfetamina, mas dietilpropiona, mas endofer é proporex, é noradrenalina, ou seja, não é dopamina, portanto, não é anfetamina. Não é anfetamina.

Muito bem, cirurgia bariátrica. Todos sabemos que as bases fisiológicas seriam restrição mecânica e redução do volume desabsortiva. Existem diferentes tipos, mas também várias e várias e várias e várias complicações.

As entidades médicas e de saúde que apóiam a permanência dos medicamentos antiobesidade são várias, é importante que se diga isso. A obesidade é uma doença crônica nutroneurometabólica, poligênica, multifatorial, tratamento complexo. Nem todo obeso come muito; nem todo magro come pouco. Estigmatizar, discriminar obeso é desconhecer a profundidade de uma doença, de um doente que requer ajuda, auxílio, carinho e compreensão do médico e da sociedade. E, aqui, é o grande foco da questão. Estamos discutindo o aspecto psicossocial do obeso. Estamos esquecendo que, infelizmente, o obeso precisa, efetivamente, de auxílio, de ajuda, de carinho e de compreensão de todos nós. Por isso, gostaria de enfatizar a nossa posição com relação à farmacoterapia antiobesidade.

O Dr. Antonio Carlos Lopes diz, como clínico, que a clínica é soberana. Desde 1959, temos medicamentos aqui, no Brasil, sendo utilizados pelos clínicos que acompanham, efetivamente, esses pacientes, assim como desde 1973, os outros agentes farmacológicos. A clínica é soberana, e esses médicos, certamente, são especializados nessa área, logicamente, conhecem os seus pacientes e sabem dos seus resultados. Infelizmente, fazer trabalho científico com buscopan composto que tem mais de 50 anos no mercado, ninguém faz; fazer trabalho científico com dipirona que tem mais de 50 anos, também ninguém faz; fazer com tandrila etc., também ninguém faz; e também não vamos fazer com dietilpropiona, porque não tem interesse.

Coincidentemente, é bom que se diga também a todos vocês, depois de 15 anos que vence a patente, lamentavelmente, os laboratórios têm tendência a retirar do mercado os seus produtos. Houve essa coincidência com relação à sibutramina no mercado mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Durval Ribas. Acabei dando a ele 10, 12 minutos para que ele pudesse... *(Pausa.)*

Não, não tem problema. Acho que foi importante. Contribuiu para o debate fazer a exposição de um trabalho que ele fez, segundo me disseram, com muito carinho aqui. Veio do Rio de Janeiro para fazer a exposição.

Neste momento, vou passar a palavra aos Senadores para, depois, destinar à Mesa as considerações finais.

Passo a palavra, neste momento, ao meu amigo Senador Ataídes Oliveira, depois, vou passar para o meu amigo também, Paulo Davim.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem, meu Presidente Paim, mais uma vez, sinto-me no direito e na obrigação de parabenizá-lo por essas audiências que V. Ex^a tem realizado aqui, nesta Casa, audiências de tamanha relevância, sem sombra de dúvida.

Ouvi, atentamente, os nossos doutores. Percebo que, diante de esclarecimentos extraordinários que ouvi aqui, sinto-me, como leigo, impotente para descrever sobre o assunto, mas eu queria fazer, meu Presidente, um breve registro.

Tenho informações aqui do Ministério da Saúde. Quarenta por cento da nossa população está no sobrepeso; 15%, referindo-se a crianças, está na obesidade; adultos, 40% com sobrepeso, 13% na obesidade. O Exm^o Dr. Dirceu até colocou aqui, há poucos minutos, que, na verdade, é próximo a cem milhões de brasileiros. Isso significa mais de 50% da nossa população. Esse é um quadro estarrecedor, porque a obesidade é um caso, a meu ver, de saúde pública mesmo. A coisa é grave. Mesmo sendo um leigo, esta é a minha conclusão: é grave. Isso custa aos cofres do governo, importâncias enormes, sem falar do mais importante, que é a vida desses obesos, desses nossos irmãos.

Portanto, Presidente, percebi na fala do nosso eminente Dr. Paulo – salvo melhor engano, Doutor – que a retirada desses medicamentos do mercado, desses inibidores de apetite, será lamentável – foi esse o entendimento que tive da fala do Senhor – e que o único medicamento que está vindo por aí é ineficaz. Deixam-me um tanto quanto triste essas suas informações.

O Dr. Antonio Carlos, a quem ouvimos atentamente, colocou também que, com a retirada desses inibidores, esse remédio que vem agora também é ineficaz. Ele colocou aqui uma coisa que achei de fundamental importância: que o mais importante não é a retirada desses medicamentos do mercado, mas, sim, a de quem os prescrevem, dos médicos que pres-

crevem esses medicamentos. Não é isso, Dr. Antonio? Então, achei muito interessante quando ele afirmou que a responsabilidade do médico, diante de uma doença dessa, realmente é muito grande.

Também, meu Presidente Paim, fico muito contente em saber que já fizemos outro debate aqui, no passado, inclusive com a presença, salvo engano, do nosso Presidente da Anvisa, aqui, no passado – não é isso? –, discutindo esse mesmo assunto. Confere? Isso é muito bom. Fico muito contente, Dr. Dirceu, porque isso demonstra à sociedade e a todos nós que o Senhor é flexível diante dessa matéria, diante desse assunto. Difícil para nós seria se o Senhor não estivesse aqui presente, se não estivesse discutindo conosco. Então, me deixa muito contente a sua presença, ter ouvido a sua fala e percebido a sua flexibilidade, como também as suas preocupações, que sei que são tantas. Quero parabenizá-lo pela sua presença, meu Presidente Dirceu Brás.

Meu Presidente Paim, esse é um assunto muito grave neste País; mas é muito grave mesmo. Por isso, V. Ex^a vem discutindo com a sociedade, com os nossos Ilustres Doutores. Mas acredito – é uma conclusão minha – em uma campanha bastante ostensiva à população brasileira, mostrando os riscos da automedicação, porque percebo que, nesse segmento, a automedicação fala muito alto; e aí eu sei que realmente o risco é muito mais iminente. Então, eu sugeriria que essa campanha – eu até vi algumas campanhas – seja bastante ostensiva, seja bastante dura, em esclarecer a nossa população.

Também percebo que nós temos aqui o nosso doutor endocrinologista, mas eu gostaria de ouvir também alguém da área nutricionista, porque a alimentação é um ponto fundamental desse nosso debate. Então, eu gostaria de ouvir nutricionista também, psicólogos. Não sei se já ouvimos no passado, e eu não estava presente, mas sugeriria também a presença de uma nutricionista capacitada, evidentemente, como os nossos doutores, e psicólogos, pois seria de bom alvitre.

Pois bem, Presidente, era tão-somente isso que eu queria colocar. E gostaria de dizer que estou muito contente em ter essa oportunidade de estar aqui presente e discutir esse assunto de tamanha relevância.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço ao Senador Ataídes Oliveira, sempre contribuindo com sugestões e propostas, para aquilo que todos nós queremos: combater a obesidade, pois, sem sombra de dúvida, decorrente dela, acontecem outras doenças.

Mas, muito mais do que eu, vai falar agora o meu amigo Paulo Davim, Senador, que também é médico.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, bom dia a todos! Peço desculpas de só ter conseguido chegar nesta audiência agora, Presidente Dirceu, porque realmente tive problemas no voo. Mas eu gostaria de estar aqui, desde o início, pois esse assunto me diz respeito bem de perto. Sou cardiologista, sou intensivista, e vivencio esse problema no meu dia a dia. Nós vivenciamos esse problema nos consultórios, nas urgências, enfim. Já atendi paciente com arritmia, já suspendi esse tipo de substância, já prescrevi, enfim. Isso faz parte do nosso dia a dia.

Entendo e compreendo a preocupação do Presidente Dirceu. A posição que ele ocupa é uma posição realmente que precisa ter esse tipo de olhar, esse tipo de esmero. Isso é inerente à posição que ele ocupa. Agora, eu também acho que retirar um determinado grupo de medicamentos sem oferecer opções terapêuticas é complicado.

Vou dar um salto na história. Na época - não é da minha época, não; mas vou só citar - do combate à hipertensão, usava-se uma substância chamada ismelina. E a ismelina tinha efeitos, tinha uma reação adversa terrível. Chegava a apresentar hipotensão súbita; o paciente chegava até a apresentar uma síncope. Era muito súbito. Depois, foi se aprimorando o arsenal terapêutico e foi-se melhorando. Passou-se a utilizar drogas como reserpina, serpazol, que também tinham efeito adverso muito grande, tinham contraindicações. Até acredito que as contraindicações eram maiores do que as indicações, mas era do que se dispunha naquele momento. Então, o arsenal terapêutico era aquele. Depois, com as pesquisas, os estudos ofereciam ao mercado, sobretudo a quem lidava com hipertensão, opções bem mais modernas, bem mais seguras, e com efeitos bem melhores e resultados bem mais satisfatórios do que se obtinha com aquelas substâncias. Mas as substâncias só saíram do mercado quando foi oferecida uma opção.

Com todas as preocupações, acredito que – e peguei apenas uma parte da explanação do Dr. Dirceu; e não é só do Dr. Dirceu, muita gente se preocupa também com esses efeitos – retirar essas substâncias, essas drogas do mercado agora, realmente, é criar uma situação de difícil tratamento, ou, melhor, de difícil acompanhamento. É difícil. Têm pacientes meus, jovens obesos, que têm uma comorbidade terrível. Para administrar esses pacientes não é fácil. São pacientes com vinte anos, vinte e poucos anos de idade, dando entrada em pronto-socorro com edema agudo de pulmão. Qual a perspectiva de vida desse paciente jovem que já apresenta um quadro dessa forma? Então a gente fica em uma escolha de Sofia. Acho que nós precisamos buscar um meio-termo.

Eu sei que o Brasil é campeão inclusive, o Dr. Dirceu pode até me corrigir, na prescrição dessas substâncias. Se não for campeão, é um dos mais, e as centrais agiram. Me incomoda quando eu estou no consultório e chegam aquelas jovens, eu diria, com um corpo escultural, mas fazendo uso dessas substâncias por absoluta vaidade. O que me incomoda mais é saber que foi um profissional que prescreveu, não é? Isso me incomoda. Quantas vezes eu suspendi essa prescrição? “Não, você não vai fazer isso. Não há sentido. Não tem necessidade alguma.”

Eu gostei muito da explanação do Dr. Durval. A explanação dele foi perfeita quando ele disse uma coisa: nem todo mundo que come muito é obeso; nem todo mundo que come pouco é magro. E é verdade. A gente pega, e o Dr. Geniberto sabe bem disso, no consultório, pessoas magrinhas que caminham seis, sete quilômetros por dia e o colesterol está nas alturas. E eles dizem: “Mas, Doutor, eu passo fome e não consigo baixar essa taxa.” E a gente é obrigado a prescrever um acompanhamento contínuo, um uso contínuo de drogas, substâncias, para combater a dislipidemia desses pacientes. A gente sabe que essas substâncias que combatem a dislipidemia também têm um efeito colateral, também têm os problemas, mas nós não temos outra opção, até que se descubra uma substância, até que se descubra alguma coisa nova do ponto de vista do arsenal terapêutico, para que a gente possa lançar mão. Até agora ninguém tem. A gente sabe que existem os efeitos colaterais dessas substâncias.

Portanto, na minha posição, e não é a posição de Senador, é a posição de médico, é de que essas substâncias são necessárias, ainda. Evidentemente, o que eu acho que poderia acontecer, com tudo isso, é uma vigilância mais rígida, um controle mais rígido na liberação dessas substâncias, um controle no aviamento dessas receitas, mas a retirada dessas substâncias neste momento fica difícil para quem trabalha com obesidade. E é a mesma história da ismelina, anos atrás, do serpazol e de outras substâncias que hoje em dia fazem parte da história da evolução da medicina do Brasil e do mundo.

Mas hoje aqui eu quero elogiar a iniciativa Presidente Paim. Quero elogiar a disponibilidade e o desprendimento do Dr. Dirceu de estar aqui discutindo esse assunto, que é um assunto que diz respeito à população brasileira e a todos que participaram desta Mesa. Lamento muito não ter chegado a tempo de ouvir e enriquecer os meus conhecimentos com as opiniões de casa um dos senhores.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senador Paulo Davim, pelas suas

considerações, como sempre, com muita clareza, não deixando nenhuma dúvida quanto ao seu ponto de vista.

O Senador Ataídes, antes das considerações finais da Mesa, pede a palavra e é com satisfação que eu passo a V. Ex^a, Senador Ataídes de Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Sr. Presidente, quero apenas fazer um breve registro aqui.

Quero registrar aqui a presença do meu amigo, Sr. Ítalo Melo, Diretor e membro do Conselho Diretor Administrativo do Laboratório Teuto, um dos maiores produtores de genérico do nosso País. Ele está aqui nos prestigiando com a sua presença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Ok. Está feito o registro.

Eu quero só dizer a todos que, de fato, o tema hoje aqui movimentou os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras. Passaram por aqui, pela importância do debate, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Ana Rita, o Senador João Alberto Souza e o Senador Vicentinho Alves. O Senador Jayme Campos só não esteve aqui, mas pediu que eu enfatizasse, porque é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, devido ao atraso do avião. O Senador Cyro Miranda, a Senadora Marisa Serrano, o Senador Ataídes Oliveira, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Sérgio Petecão, o Senador Wellington Dias, o Senador Casildo Maldaner e o Senador Paulo Davim.

Nós vamos agora para as considerações finais. Faço um apelo a todos os que estão aqui para que a gente fique em torno de cinco minutos cada um.

Começo com o Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

O SR. ANTONIO CARLOS LOPES – Quero agradecer o convite para participar deste debate, desta apresentação, e cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa de trazer à baila assuntos extremamente importantes; o Dr. Dirceu Barbano, que tem se comportado ou tem atuado de maneira brilhante frente à ANVISA, desde a época em que era Diretor da ANVISA, mas, agora, como Presidente, espera-se muito mais dele; os demais colegas da Mesa; os Senadores presentes; os colegas outros; as Sras. e os Srs. Quero agradecer a todos pela atenção dispensada às nossas palavras.

Quero dizer que o assunto é muito complexo. Realmente é complexo, porque a obesidade é uma doença. Nós não tratamos doenças, nós tratamos doentes. Doença é uma coisa; doente é outra. A mesma doença em indivíduos diferentes tem tratamento diferente.

O nosso compromisso com a prescrição médica não encerra quando o paciente sai do consultório. Nosso compromisso vai além disso, quer dizer, vai com

as complicações do medicamento, inclusive com os seus efeitos adversos e com o compromisso de saber diagnosticar e saber tratar. Podemos nos deparar com efeitos colaterais de qualquer medicamento que prescrevemos: alergias, por exemplo, arritmias cardíacas, enfim, as mais variadas possíveis. Medicamento que não fizer mal também não faz bem. Isso é uma realidade. Todos têm efeitos colaterais. Falaram do amiodarona em relação à tireóide. Eu fico mais preocupado com o amiodarona com relação ao pulmão, com a fibrose pulmonar, que muitas vezes torna-se irreversível inclusive, e nós prescrevemos o amiodarona adoidado, não é? É preciso que haja uma conscientização na prescrição dos medicamentos.

Eu volto a frisar um aspecto muito importante. O problema é que hoje nós nos deparamos com um número muito grande de escolas médicas no País, que não têm formado adequadamente os profissionais que muitas vezes vão para o caminho da obesidade, utilizando todos os recursos possíveis e imagináveis para fazer o indivíduo emagrecer, porque esse é o meio de vida deles. E, como eu disse – repito –, não adianta um cadáver magro. É preferível ter um indivíduo gordo e vivo. Agora, essas complicações que nós encontramos são muito sérias, porque habitualmente prescritos, e são medicamentos prescritos por indivíduos que não têm habilidade na prescrição, não têm sensibilidade. Como o Senador disse, o nosso colega, são moças magras tomando medicamento para emagrecer, quer dizer, querem ser mais magras ainda. E, o que é claro, fica evidente o aspecto genético. Nós sabemos que o indivíduo come – e eu disse isso anteriormente –, ingere mil calorias por dia e engorda, outro ingere 800 e emagrece ou engorda, e vice-versa, de tal forma que o aspecto genético é fundamental. Acho que o aspecto genético é de capital importância na obesidade.

Os aspectos sociais são fundamentais. Nós não podemos tirar o indivíduo da sociedade em que ele se encontra; temos de ver o indivíduo inserido na sociedade, na comunidade na qual ele sofre inúmeras influências. E nós sabemos muito bem que o indivíduo estressado, com problemas, ou emagrece ou acaba engordando, inclusive. Em várias situações acontece isso.

Dessa forma, o paciente precisa ser visto como um todo; é preciso se fazer o diagnóstico da etiologia da obesidade. Nem todos os obesos são iguais, e frequentemente não se procura a causa da obesidade; prescrevem-se os medicamentos e se vai em frente. E, quando existe uma doença tratável por trás disso, por exemplo, um tumor na suprarrenal, que produz cortisona, nós fazemos a pessoa emagrecer tirando o tumor, e não dando medicamento. E frequentemente nos deparamos com isto: o indivíduo vem tomando

medicamento para emagrecer e há uma causa endócrina para a obesidade dele – o hipotireoidismo, muitas vezes, chega até esse ponto.

Dessa forma, espero que essas reuniões aconteçam outras vezes, abordando, inclusive, outros temas importantes da área médica. E a nossa comunidade precisa disso mesmo, quer dizer, precisa de pessoas que tragam à baila essas dúvidas, esses problemas para que se possa debater em alto nível e se criar o contraditório pautando em uma discussão de alto nível. Só assim podemos progredir em relação à nossa comunidade. Quer dizer, se estamos aqui neste momento, é porque existe o doente. Se não existisse o doente, não estaríamos aqui agora, e muitas vezes nós esquecemos que o motivo de estarmos aqui é o doente. Discutimos, discutimos e esquecemos que o doente é o nosso motivo principal de tudo que fazemos em relação à medicina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, doutor. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos ao Dr. Antonio Carlos Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, que, de forma muito equilibrada e tranquila, fortaleceu o debate do tema.

Passo a palavra agora ao Dr. João Salles, diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, em representação ao Sr. Airton Golbert, que é o presidente.

Por favor, doutor.

O SR. JOÃO SALLES – Também agradeço, em nome da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, da Associação Brasileira por Estudo da Obesidade, a Abeso, que representa o Departamento de Obesidade da nossa Sociedade, pela iniciativa deste debate.

Eu queria... Vejo que, de fevereiro para cá, houve uma evolução muito grande, e acho que o Sr. Senador Paulo Paim patrocinou muito isso trazendo mais oportunidades para debatermos. Eu vi, no final do ano passado e começo deste ano, realmente aquilo que o Dr. Liceu disse sobre torcedores. Estava uma coisa muito “torcedora”: um lado torcendo contra o outro e tentando dizer, fora de bases científicas, o que acontece. E a Sociedade Brasileira de Endocrinologia é totalmente contra esse tipo de atitude, tanto é que, em todas as reuniões, nós estávamos presentes, representando, para que nós entendamos o problema do estudo, o estudo em questão, o *scalt*, como o Dr. Liceu disse. Na verdade, a Sociedade não quer desqualificar o *scalt*; o que a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia quer é dissecar o *scalt*; é ir além da conclusão.

Sou professor da Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo e sempre digo para os meus alunos que não adianta eles lerem o artigo começando no resumo e indo para a conclusão. E aluno adora fazer isso – quando eles lêem o artigo já está ótimo. Eles começam na discussão; “olha, a conclusão é essa, portanto...” Acabou. O que digo para eles é que o principal achado, o principal ponto do artigo é exatamente a metodologia do estudo e os resultados passo a passo. Então, quando a gente olha e vê que no estudo do Scout, separando grupo por grupo de pacientes, é clara a evidência que existe para aqueles pacientes que têm risco ao uso da sibutramina.

Infelizmente, não vou poder discutir isso, dos derivados da anfetamina, uma vez que a literatura é muito pobre nisso. Mas, em relação ao Scout, tenho todas as condições de dissecar esse estudo de uma maneira científica, e não torcedora, e avaliar isso de uma maneira bastante correta, do ponto de vista científico. Preocupada com isso, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, antes mesmo dos resultados finais do Scout, preparou, a convite da Associação Médica Brasileira, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, do próprio Conselho Federal de Medicina, uma diretriz do tratamento da obesidade baseado em estudo clínico. Então, nós arregimentamos todos os estudos clínicos da literatura, fornecemos a esses estudos grau de evidência *a*, *b*, *c*, *d*, e isso está publicado, antes mesmo de esta celeuma toda acontecer. Isso foi aprovado pela Associação Médica Brasileira e está disponível na Internet, através da nossa página, que eu posso falar aqui o endereço: www.abeso.org.br. Você faz o *download* desse registro, dessa diretriz, que foi baseada com profissionais sérios que estudam obesidade, que se preocupam muito com esse tipo de medicação.

A Dr^a Leila, aqui presente, representando o departamento de obesidade da Sbem, eu já fui diretor da Abeso, na minha gestão, quando fui da diretoria, nós expulsamos três médicos que eram cadastrados, que faziam parte da Abeso, por prescrição errônea de medicamentos. Nós detectamos a receita desses médicos, eles foram expulsos pelo menos da nossa sociedade, e enfrentam hoje processos no CRM. Então a Abeso também está muito preocupada com esse tipo de formulação.

Nós agradecemos muito esta oportunidade e, mais uma vez, faço minhas as palavras do Dr. Antonio Carlos Lopes. Nós não temos nenhum tipo de interesse, a nossa preocupação é simplesmente o paciente. Estamos na ponta e vemos que o problema da obesidade é avassalador, é uma doença que está atingindo principalmente as classes menos favorecidas. A história

de que pacientes que não têm condição de comprar alimento não engorda no Brasil já não é mais uma verdade. Hoje essa população compra alimentos, só que o dinheiro que ela tem, compra alimentos de baixíssima qualidade, com alto teor de gordura e sódio, e isso, no meu ponto de vista, junto com a inatividade física, é o motor da obesidade.

Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos ao nosso convidado, Dr. João Salles, que é Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, que também coloca aqui que o caminho do diálogo é o que nós avançaremos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Paulo Giorelli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, também com seus cinco minutos, já que eu dei dez para o convidado que nos antecedeu.

O SR. PAULO GIORELLI – Eu gostaria de agradecer, mas, conforme eu tinha combinado, eu cedi os meus cinco minutos ao Dr. Durval, que é o Presidente da Associação Brasileira de Nutrologia, cujas colocações faço minhas.

Senador Paulo Davim, que é nosso colega, Senador Ataídes Oliveira, que também se manifestou, quero dizer que a Associação Brasileira de Nutrologia e nós médicos nunca estaríamos contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, muito ao contrário. E quando nós nos referimos a preconceito, é o preconceito que existe na sociedade contra o indivíduo que tem uma doença que é a obesidade e não com relação a nenhum ato que a Anvisa venha tomar.

Gostaria de agradecer e que nós continuemos discutindo isso para dar uma satisfação realmente, conforme o Dr. Dirceu falou no início, à população brasileira, porque isso é um assunto que incomoda e que fere cem milhões de habitantes, quer dizer, mais da metade da população brasileira sofre com esse problema.

Encerrando, dizer que, também, da mesma forma como o senhor colocou, eu compreendo, não tenho nem ideia da pressão que o senhor deva sofrer, enfim, com a responsabilidade do seu cargo, mas que, sentar todo dia diante de um paciente que está sofrendo, tentar ajudar diariamente este paciente é um dever que juramos fazer, e a gente tem que jurar até a morte. Então, é por isso que estou aqui, para defender o paciente, o doente. O obeso é um doente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Giorelli. Estendemos as palmas também ao Dr. Durval, pois ambos dividiram o tempo para expressar sua opinião.

Passamos, agora, ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, em representação ao Dr. Jorge Ilha Guimarães.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Obrigado, Senador Paim.

Eu queria agradecer a atenção do público. Acho que é um assunto que realmente a gente precisa discutir. Já falei o essencial e queria só deixar uma pergunta, porque acho que o que a gente está fazendo é exatamente essa busca para chegar a uma conclusão a mais segura possível.

Eu diria assim: qual o anorexígeno ideal ou já temos um anorexígeno ideal? Eu queria saudar, particularmente, o Dr. Durval, que contribuiu sobremodo para pensarmos não só com aquela frase que o Senador Paulo lembrou, mas sabendo que a gente tem um assunto que realmente é importante.

Eu queria lembrar, em relação a isso, que a gente ainda não tem um anorexígeno ideal e que, por exemplo, se você considerar do ponto de vista da endocrinologia o que é hoje a metiformina, a metiformina daqui a pouco ela será o seguinte: quem não receitar a metiformina está fazendo omissão clínica terapêutica. E a gente sabe que é uma coisa que está provada, na vida real foi provada, talvez, pela sua antiguidade, já não é preciso novos *papers*, novas pesquisas, mas a gente sabe que a metiformina é essencial, e os remédios mais novos que estão surgindo já se associam à metiformina. Então, essa metiformina do anorexígeno a gente ainda não tem.

Eu queria lembrar, só para finalizar, que a gente está tratando, na realidade a gente está se defrontando com doenças assim extremamente traiçoeiras, extremamente insidiosas, como é a hipertensão arterial, como é o diabetes. Você tem pacientes que são absolutamente assintomáticos, não sentem nada, e ele tem hipertensão arterial severa e, às vezes, até de difícil controle terapêutico. O Senador Paulo lembrou aqui um jovem entrar com edema agudo de pulmão. Quer dizer, alguma coisa está acontecendo, e essas novas tecnologias, diagnósticos, essas novas tecnologias no lado agrícola fazem com que o acesso ao alimento seja extremamente facilitado.

Essa visão macro do processo é necessária. Talvez, a gente considerando aqui que o diabetes também... Agora mesmo um político aqui de Brasília estava com quase 600 de glicemia de jejum e ele não tinha a menor noção disso. E a gente sabe que isso é uma coisa frequente. Então, quando a gente vai usar um determinado medicamento, a gente tem que entender que às vezes essa expressão clínica da doença não aparece, ela não existe, mas essa expressão subclínica é nossa obrigação procurar. E, às vezes, a gente

pode deixar passar um paciente para o qual se receita uma medicação que não será a ideal.

Agora eu queria saudar particularmente essa posição de flexibilidade da ANVISA, através do Dr. Dirceu e de seus assessores, que a gente pode realmente chegar a uma conclusão, àquela que seja do maior interesse da população e particularmente dos pacientes que necessitam, além da modificação do estilo de vida, e que não é só atitude, a gente sabe disso em relação ao fumante, é o comportamento que vai definir. A gente tem uma ideia de que conhecimento, atitude e comportamento são um contínuo lógico, e não é. Quantas pessoas se conhecem que têm uma atitude antitabagismo, mas que é dependente químico do tabaco, da nicotina? A gente sabe que a coisa comportamental é diferente. Talvez a gente convirja aí, pelo menos, neste resto de ano, não sei, para uma espécie de moratória em relação a determinadas drogas e, principalmente, para colocar essas drogas sob uma égide de um controle muito mais rígido, para dizer: “Olha, não se brinca com essa droga.”

O Presidente da Associação de Clínica Médica, o Dr. Antonio Carlos, falou, em relação, por exemplo, à amiodarona. Queremos usar amiodarona, mas, além do que ele citou, que é a fibrose pulmonar, há o depósito da amiodarona na córnea dos pacientes. Então, penso que, com tudo isso, não precisamos, repito, procurar um vencedor, uma opinião hegemônica, mas que tomemos a melhor atitude, pensando sempre na população e nos nossos pacientes.

Fico muito grato e queria elogiar, mais uma vez, a atitude do Presidente Senador Paim de trazer esse debate aqui dessa forma tão democrática. Precisamos aprender realmente a debater cada vez mais e cada vez mais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) — Muito bem.

Meus cumprimentos ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, mais uma vez, fortalecendo que temos que conversar, dialogar, debater.

Como disse, permita-me, Dr. Paiva, aquele poeta espanhol — já que falei pouco, não entendo do tema —, nos momentos, acho, de muita criatividade: “O caminho a gente faz caminhando”. Acho que isso diz tudo.

Então, para encerrar, passamos a palavra ao Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, que é o Presidente da Anvisa.

O DR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO — Primeiro, quero agradecer a disposição e a colaboração de todos com o debate.

Dr. Antonio Carlos, Dr. João Salles, de fato, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia tem sido parceira nesse debate e nos ajudado muito a dissecar as informações para que possamos ter como base aquilo que, de fato, interessa.

Eu queria agradecer também a contribuição do Paulo Giorelli, do Dr. Durval, que traz informações também importantes, do Dr. Geniberto, do Dr. Desiré, que foi embora, e falar que essa questão da flexibilidade, na verdade, não é só uma questão de flexibilidade, mas de costume de construção pela discussão. Acho que isso é importante, o que não significa que tenhamos de sair de todas as discussões pensando as mesmas coisas. O mundo seria uma chatice, se fosse assim. A discussão existe, inclusive, para fortalecer as divergências. Isso é fundamental.

Então, não temos nenhuma dificuldade de reafirmar que, hoje, temos pareceres técnicos da Câmara Técnica de Medicamentos e das áreas da Anvisa e que, naturalmente, a diretoria colegiada tem o dever de reconhecer essas manifestações como sendo as que orientam as decisões da Anvisa. Diariamente, isso é assim, o importante é que, nesse processo de debate, tecnicamente, sejam construídas novas perspectivas, se forem existentes. Se não forem, naturalmente, a Anvisa tomará as decisões que deve tomar. Isso é importante, Senador Paulo.

Para V. Ex^a ver, há poucos dias, o laboratório que produz a digitoxina injetável, e é o único laboratório, e acho que ainda deve ser, pelo menos, na época em que eu trabalhava com farmácia hospitalar e atendia à área de urgência e emergência, a unidade de terapia intensiva, na área da cardiologia, era o único medicamento para manejar crises de insuficiência cardíaca, quer tirar o produto do mercado. Estamos numa briga enorme contra o laboratório porque achamos que isso não é cabível, porque vamos ficar sem nenhuma alternativa. A lei brasileira diz que, se ele quiser tirar, ele vai tirar. Já está quase uma briga na justiça. Então, diariamente, convivemos com essas decisões. Convivemos com a situação da talidomida. Ainda não há uma droga com o perfil de segurança adequado para tratar a hanseníase no Brasil. Tivemos que, recentemente, ampliar o controle sobre a talidomida, tendo em vista o terror que é o uso inadequado da talidomida. Então, a Anvisa não tem nenhuma dificuldade em conviver com essas questões. Convivemos com elas diariamente e, aparentemente, errando menos do que acertando.

A questão que se coloca em relação a esse estudo, reafirmo, não é que ela se foca nas reações adversas da sibutramina. O que esses dados aparentemente apontam é a indicação de um perfil de segurança da sibutramina que a coloca na seguinte situação: usar e

tratar é mais arriscado do que não tratar. Essa é que é a questão. Essa é que é a decisão que estamos tendo que tomar. Não é a decisão entre um tratamento que é mais ou menos arriscado. É uma contraposição entre tratar e gerar o risco e o possível agravo e não tratar. O estudo aponta essa dificuldade, e isso remete àquela pergunta que fiz e que espero que as entidades, no dia 14, consigam produzir respostas: quais serão os pacientes para os quais tratar com sibutramina não significa submetê-lo a um risco ainda maior do que a própria convivência com o grau de obesidade que ele tem? Essa é a tarefa que está colocada, porque é isso que, no nosso entendimento, precisa ser discutido.

Então, eu queria, mais uma vez, reafirmar que a diretoria da Anvisa tem o dever de reconhecer a capacidade técnica das áreas da Anvisa e de se manifestar sobre a questão de registro de medicamentos. Os produtos estão no mercado por conta da capacidade dessas equipes de dissecarem os estudos clínicos, não é estudar o resultado, inclusive, é bom relembrarmos. Os estudos clínicos no Brasil só podem ser realizados com anuência das comissões de ética, as Ceps e a Conep e anuência prévia da Anvisa. Então, a Anvisa não leu os estudos clínicos, nós, inclusive, anuímos ou não a sua realização, e é a mesma equipe que olhou esses dados que está se manifestando agora. Então, a diretoria tem o dever de reconhecer a capacidade dessa equipe, sob pena de que não possamos mais registrar medicamentos, inclusive, no Brasil.

Uma última informação: temos muito interesse em discutir as diretrizes clínicas que foram feitas pela AMB à SBEM, porque ela chega a conclusões diferentes, mas também chegaram às conclusões antes da divulgação do Scout e colocaram como primeira linha de tratamento a sibutramina e o orlistat. Então, também fica parecendo... Já ouvi: "Olha, o que a Anvisa tem de interesse em deixar um produto só?" Não temos interesse nenhum. Não sei nem quem é o laboratório que fabrica o orlistat e que tem registro dele. Não sei qual é o laboratório. Se me perguntarem, não sei. Mas a própria SBEM reconhece o orlistat como um produto de primeira linha de tratamento também, ou seja, ele, hoje, pode ser usado junto com a sibutramina, mas, nas diretrizes terapêuticas, se reconhece o orlistat como primeira linha de tratamento. Então, é bom que se responda isso também: qual seria o grande problema de ter um produto no mercado que já é reconhecido com primeira linha de tratamento?

Por fim, penso que temos que reconhecer sempre que a obesidade já é um grande problema de saúde pública. Não será mais por conta de uma decisão eventual sobre algumas tecnologias que estão disponíveis para o tratamento, ela já é. E reafirmo aqui que a orien-

tação que o Ministério da Saúde recebe do Governo é tratar bem as questões de saúde pública. Se estamos discutindo financiamento com o entendimento de que temos que regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, se temos uma meta do Governo de combate à miséria, de cuidar bem das pessoas que se movimentaram nas classes sociais por conta do ganho de avanços sociais que obtivemos nos últimos anos, temos o dever também de tomar decisões que tenham consequência com essas políticas. Então, a Anvisa não negligencia, em nenhum momento, o problema sério da obesidade. A questão é que não podemos conviver tomando decisões tangenciais, como as que foram tomadas até agora, desde 1993, em relação a esse tema, não dando uma resposta clara ao país, que não é mais o mesmo e que precisa encontrar maneiras responsáveis de cuidar da saúde das pessoas. Isso significa permanência com dados claros de eficácia e segurança ou tomadas de decisão que podem desagradar um ou outro segmento da sociedade, mas que visam impedir que o próprio tratamento seja mais danoso que a doença, o que aparentemente os dados do Scout colocam e que estão nos pareceres técnicos da área da Anvisa e da Cateme, que está em debate. Aliás, os dois estão em debate. Nós esperamos, no dia 14, no painel, que essas dúvidas sejam tiradas.

Só queria, Senador Paim, tomar a liberdade de informar que esse painel não é uma audiência pública, ele não está aberto ao público. Nós temos um conjunto de entidades já convidadas. Aproveito desde já para convidar a Associação Brasileira de Nutrologia a compor conosco, são quase 30 entidades que irão participar, mas é um debate para o qual as entidades estão sendo convidadas. Nós pretendemos que o debate fique no campo técnico e, por isso, é necessário que ele aconteça com a sociedade, com as entidades que participarão. Isso vai acontecer no dia 14. Nós vamos ter um relatório, um documento final desse painel. O melhor dos mundos para a diretoria colegiada da Anvisa é que venha um documento dizendo: olha, sentamos, chegamos à conclusão, em consenso, de que é essa aqui. Isso seria perfeito para nós, nós iríamos cuidar dos outros problemas. Se isso não acontecer, tenho certeza de que a diretoria tomará a decisão com foco naquilo que é dever. Nós nos orientamos pelo interesse público, nos orientamos pelo dever de proteger, de preservar a saúde das pessoas.

Obrigado, Senador Paulo Paim, obrigado também pelas referências do Senador Paulo Davim, que é de uma terra que tem a primeira instituição que tratou de farmácia clínica no Brasil, que foi a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tenho bons amigos lá,

que me ensinaram muita coisa nesse campo. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Anvisa por suas considerações finais.

Não sei se o Senador Paulo Davim quer fazer algum questionamento. (Pausa.)

Então, vamos para o encerramento.

Só posso desejar que esse encontro que os Senhores terão no dia 14 com as entidades contribua para que a gente avance nessa caminhada e que o povo brasileiro seja o grande beneficiado, já que todos queremos diminuir a obesidade, todos queremos fazer com que as pessoas tenham mais saúde. Terminando agradecendo muito ao Dr. Paulo Joreli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, agradeço ao Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, agradeço ao Dr. Geniberto Paiva Campos, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, agradeço ao Dr. Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, agradeço ao Dr. João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, agradeço ao Dr. Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina, agradeço ao Dr. Durval Ribas Filho, também da Abran. Enfim, só posso agradecer também aos vinte Senadores, algo em torno, que passaram aqui para participar de um debate como este, em que quem ganha é o povo brasileiro, com a melhoria na saúde no combate à obesidade. Felicidades para vocês no dia 14. Nós vamos agradecer por um grande entendimento.

Obrigado.

Está encerrada a audiência pública. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto, do dia oito de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Casildo Maldaner, João Pedro, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Armando Monteiro e Gim Argello; e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana

Amélia, Marisa Serrano, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam ausência os Senadores Cícero Lucena, João Durval e Lobão Filho. Deixam de comparecer a Senadora Lúcia Vânia e os Senadores Humberto Costa, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião destinada à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI Nº 2, de 2011-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 – PLDO 2012), que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências”.

Autoria: Presidente da República. **Relatoria das Emendas na CAS:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:**

Aprovadas 25 Emendas da CAS ao PLDO 2012, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, assim discriminadas: Emenda nº 1-CAS – Aditiva – Cor-

po da Lei, Artigo 48, Inciso II – Regulamentação de dispositivos da EC nº 29 de 2000 – Meta de Superávit Primário. **Iniciativa:** Senador Cyro Miranda; **Emenda**

nº 2-CAS – Aditiva – Anexo IV, Inciso I, Item 63 – Ações relativas à aquisição e distribuição de alimentos destinados ao combate à fome. **Iniciativa:** Senadora Lídice da Mata e Senador Cyro Miranda. **Emenda nº 3-CAS**

– Aditiva – Anexo IV, Inciso I, Item 63 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 4-CAS** – Aditiva –

Anexo IV, Inciso I, Item 63 – Erradicação do Trabalho Infantil. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 5-CAS** – Modificativa – Anexo IV, Inciso I, Item 63 –

Fiscalização do Trabalho Escravo. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 6-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 48, Inciso II – Fiscalização Trabalho Escravo e Infantil. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº**

7-CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 19, Parágrafo 6º – Restos a Pagar. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 8-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 48, Inciso II – Reajuste dos Aposentados. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 9-CAS** – Modificativa –

Corpo da Lei, Artigo 4º – Minorias. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 10-CAS** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 20, Parágrafo 2º – Contratação Consultoria. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda**

nº 11-CAS – Aditiva – Anexo IV, Inciso I, Item 63 – Proteção Social Básica. **Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 12 – CAS** – Aditiva – Anexo II, Inciso XXXV –

Especificação do que Seriam Ações Destinadas à Superação da Extrema Pobreza, previstas no art. 4º do PLDO. **Iniciativa:** Senador Gim Argello; **Emenda nº**

13-CAS – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 4º – Priorida-

des na Área de Assistência Social. **Iniciativa:** Senador Gim Argello; **Emenda nº 14-CAS** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 4º – Estabelece como Prioridades a Redução do Desemprego e da Mortalidade Materna. **Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 15-CAS** – Aditiva – Anexo IV, Inciso I, Item 63 – Violência contra a Mulher. **Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 16-CAS** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 53, Parágrafo 2º, Inciso I, Alínea C – Saúde – Dá nova redação à letra c, do inciso I, § 2º, do Artigo 53. **Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 17-CAS** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 33, Inciso VI – Convênios para Assistência Social. **Iniciativa:** Senador Vital do Rêgo; **Emenda nº 18-CAS** – Supressiva – Corpo da Lei, Artigo 33, Inciso VIII – Convênios para Assistência Social (exclusão). **Iniciativa:** Senador Vital do Rêgo; **Emenda nº 19-CAS** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 4º – Direito à Alfabetização. **Iniciativa:** Senador Cristovam Buarque; **Emenda nº 20-CAS** – Aditiva – Corpo da lei, Artigo 30 – Entidades Sociais. **Iniciativa:** Senador Humberto Costa. **Emenda nº 21-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 33, Inciso X – Transferências DST/AIDS. **Iniciativa:** Senador Humberto Costa; **Emenda nº 22-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 33, Inciso X – Crianças e Idosos. **Iniciativa:** Senador Humberto Costa; **Emenda nº 23-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 33, Inciso X – Fundo Nacional Anti-Drogas – Comunidades Terapêuticas. **Iniciativa:** Senador Wellington Dias; **Emenda nº 24-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 12, Inciso XXV – Populações Tradicionais. **Iniciativa:** Senador Wellington Dias; **Emenda nº 25-CAS** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 12, Inciso XXV – Pessoas com Deficiência. **Iniciativa:** Senador Wellington Dias. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner e Jayme Campos, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e dezessete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da CAS ao Orçamento 2012.

ITEM ÚNICO – Não Terminativo –

EMENDAS DA CAS AO PLDO/2012 (PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2012)

Discussão e votação das emendas desta comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2011, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, que serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatoria das Emendas da CAS: Senador **Casildo Maldaner**

Foram recebidas vinte e seis emendas.

Quero conceder a palavra ao Relator, Senador Casildo Maldaner, para a leitura. Depois, passaremos à discussão.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, para proferir o relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente, Jayme Campos, e ilustres colegas. Da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas a serem apresentadas por esta comissão ao Projeto de Lei nº 2, de 2011. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012.

O autor é a própria Comissão de Assuntos Sociais.

I – Relatório

A teor do disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2012. A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, chamada LDO, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações da legislação tributária e estabelecerá políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o projeto da LDO de 2012 é integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos ao texto. Documentos que visam relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devem integrar o projeto de lei orçamentário de 2012; fixar as metas fiscais para o exercício de 2012, 2013 e 2014; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros; explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação, cujos fundamentos são alçados pela já citada Resolução nº 1, de 2006, e pelo parecer preliminar disciplinar os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CAS tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. São passíveis de emenda, segundo o parecer preliminar, os textos da PLDO; os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2012; os demonstrativos de receitas, inclusive previdenciárias; a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das despesas isentas de limitação de empenho e de movimentação financeira. Não há limites aplicáveis à propositura de ementas e textos.

Encontram-se em análise, Sr. Presidente, por esta Comissão, vinte e seis propostas de emenda, relacionadas ao Anexo 1 deste parecer, apresentadas pelos Srs. Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata, Paulo Paim, Gim Argello, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo, Cristovam Buarque, Humberto Costa e Wellington Dias.

Esse é o relatório.

II – Análise

As emendas propostas são restritas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

Deve-se ressaltar que há duas emendas, de nºs 02 e 03, que possuem a mesma redação. Propomos deva, no caso, ser apresentada apenas a Emenda de nº 03, restando prejudicada a de nº 02.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

III – Voto

Em face do exposto, somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas de nºs 01 e 03 a 26, restando prejudicada somente a Emenda nº 02.

Plenário das Comissões, 08 de junho de 2011.

Senador Jayme Campos, Presidente; este que lhes fala é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 17 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos, do dia oito de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Casildo Maldaner, João Pedro, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Gim Argello, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam ausência os Senadores João Durval, Cícero Lucena e Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 14ª e 16ª Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003.** Altera o artigo 74 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao PLS nº 466, de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 13 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CAS.** *Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 64, de 2010-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2010.** Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arlindo Chinaglia. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiada a apreciação da matéria. Aprovado o Requerimento nº 22, de 2011-CAS, de dispensa de Audiência Pública

para instruir o PLC nº 158, de 2010, por iniciativa do Senador Paulo Paim. **ITEM 10 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, DE 2009.** Altera o art. 3º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos para os alunos matriculados na educação básica pública. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Clésio Andrade. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 12 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CAS.** Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir o financiamento da saúde no Brasil, com os seguintes convidados: Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Sanitarista, Áquilas Mendes. **Autoria:** Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Casildo Maldaner e Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir os Senhores Senadores em relação ao Projeto de Lei do Senado Nº 302, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, com a participação do seguinte convidado: Sr. Ronaldo Rolim – Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social. **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006.** Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 24, de 2011-CAS, de Audiência Pública para instruir o PLS nº 302, de 2006, por iniciativa do Senador Wellington Dias. A matéria é retirada de Pauta para aguardar a realização da Audiência Pública. **ITEM 15 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos

do art. 76, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, “Crack” e outras Drogas– CASDEP, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2010-COMPLEMENTAR.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que “Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2011.** Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros. **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 16 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir os Senhores Senadores em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, do Senador Valdir Raupp, com a participação dos seguintes convidados: Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante do Ministério da Previdência Social; Representante do Ministério da Pesca e Aquicultura; e Representante dos Pescadores. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005.** Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 26, de 2011-CAS, de Audiência Pública para instruir o PLS nº 238, de 2005, por iniciativa da Senadora Ana

Rita. A matéria é retirada de Pauta para aguardar a realização da Audiência Pública. **ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2011.** Estabelece intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano. Acrescenta § 5º ao art. 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Autoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009.** Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada pelo Senador Gilberto Goellner. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2009.** Assegura, nas empresas de mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes, na forma do art. 11 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta e pela rejeição das duas Emendas oferecidas pelo Senador Roberto Cavalcanti. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. Fica adiado o **Item 11** – Requerimento S/Nº, de 2011-CAS. Comunicado Nº 9, DE 2011 – Presidência/CAS – Grupo de Trabalho: Em aditamento ao Comunicado Nº 8, de 2011 – Presidência/CAS, informo às Senhoras Senadoras, aos Senhores Senadores e a todos os demais interessados que designei o Senador **Eduardo Amorim** membro do GRUPO DE TRABALHO coordenado pelo senador **Paulo Davim** e instituído dia 01/06/2011, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para elaborar alternativas com vistas à produção e ao encaminhamento de uma proposição no intuito de viabilizar a concessão de incentivo fiscal destinado aos doadores para instituições de combate ao câncer, em virtude das sugestões apresentadas em Audiência Pública realizada no último dia 11 de maio do corren-

te ano. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Cyro Miranda, Gim Argello, e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 14ª e da 16ª reuniões da CAS.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu queria fazer apenas um comentário, aproveitando a oportunidade e a chegada do ilustre Senador Paulo Paim.

Ontem, nós tivemos, em conjunto, uma reunião da CDH e da CAS, e tivemos várias autoridades discutindo, aqui, matéria importante em relação aos medicamentos inibidores de apetite.

Apesar da falta de consenso em torno do assunto, a maioria dos convidados defendeu um maior controle sobre o uso de remédios para emagrecer e controlar o peso que contenham sibutramina, anfetamina e seus derivados.

No debate dessa terça-feira, meu caro amigo e Presidente da CDH, Paulo Paim, que presidiu essa importante reunião do dia de ontem, o Presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, explicou que não se trata de ser a favor ou contra a retirada de inibidores de apetite do mercado, mas, sim, de garantir à sociedade segurança e eficácia no uso de medicamentos para combater a obesidade.

Segundo o Presidente da Anvisa, a própria multinacional fabricante de sibutramina retirou dos Estados Unidos o produto e aconselhou o Brasil a fazer o mesmo, depois da realização de pesquisas que comprovam o perigo do medicamento.

Contra a retirada dos inibidores de apetite do mercado, falaram vários especialistas, que sugeriram um maior controle na prescrição desses medicamentos.

O Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia, Abran, Paulo Giorelli, por exemplo, afirmou que o impacto da obesidade na saúde pública é enorme, pois está entre as principais causas do diabetes, do câncer e da hipertensão arterial, entre outras enfermidades.

Para a Abran, os inibidores de apetite têm sua importância, mas precisam ser usados com cautela.

Dados mostram que os inibidores de apetite reduzem, em média, apenas 10% do peso corporal dos pacientes, o que não é suficiente para tratar da obesidade.

Eu acho importante esse debate, ilustres Senadores, diante do alto crescimento dos índices do Brasil. Lamentavelmente, o Brasil, hoje, tem um grande contingente de pessoas obesas e, fatalmente, o Governo, através das políticas públicas, terá de tomar as devidas providências, para não chegarmos ao ponto a que já chegaram, hoje, os Estados Unidos da América, onde uma das maiores preocupações é com o aumento gradativo, principalmente as crianças. Eu, particularmente, encaminhei projeto de lei que obrigará o fabricante, as indústrias que produzem refrigerantes, informar o teor calórico em suas embalagens, sejam elas latas ou garrafas. Hoje, infelizmente, nas embalagens – latas, garrafas ou qualquer outro recipiente – não têm o teor calórico.

Então, é fundamental. Penso que algumas providências têm de ser tomadas, estou convencido disso, porque, caso contrário, daqui a pouco teremos parte da população brasileira realmente obesa, o que traria sérios problemas para a saúde, como, por exemplo, a hipertensão e outros males mais, prejudicando a saúde pública no Brasil.

Quero cumprimentar o Casildo Maldaner, o nosso Vice-Presidente, por ter comparecido ao evento, conforme informação de V. Ex^a, e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), por muito bem ter conduzido esse evento importante para tratar dessa matéria da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas para falar da importância desta Comissão, ontem, ao tratar desse tema, o qual desperta preocupação em todos os brasileiros, e também, sem dúvida alguma, entre as autoridades que tratam como a saúde, enfim, de todos nós.

Sr. Presidente, aproveito o ensejo para cumprimentar V. Ex^a em função do projeto que apresentou para que, principalmente em relação aos produtos consumidos por crianças, que contenham os dados corretos, informando o que pode ou não prejudicar à saúde.

Penso que o projeto de V. Ex^a vem em boa hora, Senador Jayme Campos.

Aproveito a oportunidade para lembrar que, há poucos dias, tivemos a honra de relatar uma proposta aqui nesta Comissão, no sentido de que, nos alimentos destinados às escolas públicas e privadas, que serão consumidos por crianças e jovens, sejam corretamente saudáveis. A Anvisa precisa acompanhar isso. Penso que todos os colégios, públicos e privados, têm de ter nutricionistas, para orientar o que pode e o que é corretamente saudável ou não, tanto nos alimentos como nas bebidas, e aí entram os refrigerantes e outros mais.

Então, tanto como o projeto de V. Ex^a que precisa constar corretamente o valor calórico, também os nutricionistas, para orientarem, nas escolas – acredito que esse projeto também entre em vigor –, possa ser colocado em prática. E, acima de tudo, acho que, atualmente, tem de haver uma cultura nas escolas no sentido de instruir as crianças, talvez até como disciplina, porque, quer queiram ou não, com o tempo isso gerará resultados extraordinários, principalmente para as crianças e os jovens que estão em crescimento isso é de suma importância. Com isso, o Brasil, daqui a alguns anos, terá resultados fantásticos, inclusive na prevenção de doenças.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. A palavra está assegurada a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe que hoje estamos com o problema das emendas. Sei que elas já foram votadas aqui, e de forma muito competente pelo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Relatada pelo Senador Casildo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...Senador Casildo e V. Ex^a na Presidência e eu, se estivesse aqui, como certeza, teria votado exatamente no seu relatório.

Confio plenamente na sua capacidade de construir o melhor para a Casa e para o País.

Tenho de presidir a Comissão de Direitos Humanos que vai votar também as emendas ao Orçamento – emendas de conteúdo e de redação. Antes, porém, consulto se seria possível a gente votar, já que não exige quórum qualificado, o Item nº 01. Sei que, para o Item nº 02, haverá pedido de audiência pública, o que é natural – não há de minha parte nenhuma discordância –, então, se pudéssemos votar o Item nº 01, me sentiria contemplado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O seu pedido será atendido na forma regimental, com muito prazer.

ITEM 1
– Terminativo –

**TURNO SUPLEMENTAR DO
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003**

Altera o artigo 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Roberto Requião**

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 01/06/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ-CAS) ao PLS nº 466, de 2003. Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A proposta é do Senador Paim, que é o relator. Eu quero cumprimentá-lo pela ideia, porque já pessoas do meu Estado de Santa Catarina têm me abordado em diversas oportunidades para propor que a concessão da pensão passe a figurar a partir do óbito e não do dia do requerimento. Às vezes, em função até dos funerais, em função das circunstâncias, as pessoas, os familiares, contristados, com a burocracia, não se lembram até de pensar nessas providências e deixam... Quer dizer, acho justo que a partir do óbito, em função até das despesas com funerais, aquele negócio todo... Acho que é uma boa oportunidade, uma questão de justiça, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, o Senador Paim é o próprio autor da proposta, o que é melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como sempre apresentando bons projetos nesta Casa.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 466, de 2003,

é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, ainda incomodando V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...com a paciência que V. Ex^a tem, eu havia pedido uma audiência pública para o PLC nº 158, que veio da Câmara. Depois, discutindo com o autor e com os próprios Senadores, eles entendem que não é necessária mais uma audiência pública. Então, estou retirando o pedido de audiência pública, para que V. Ex^a possa colocá-lo na pauta no momento que entender mais adequado. Se pudesse votar este requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer. Peço a V. Ex^a que o encaminhe à Secretaria. Já estamos aqui. A nossa Comissão funciona, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item extrapauta, atendendo ao pedido do Senador Paulo Paim.

ITEM EXTRAPAUTA

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 64, de 2010 – CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, na forma regimental, para encaminhar, se assim desejar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só para retirar o pedido de audiência pública, a pedido do autor, do relator e de Senadores e alguns Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria de ler um breve comunicado:

Comunicado o recebimento do Aviso nº 676-TCU/Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência a cópia do Acórdão nº 1.371, de 2011, acompanhado do relatório e voto

proferido nos autos do Processo TSE nº 011264/2010, prolatado em sessão ordinária de 25/05/2011 pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria de natureza operacional realizada com todos os objetivos de avaliar a aplicação dos recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS aos dos Fundos Municipais de Assistência Social.

Gostaria de comunicar às Sras. e aos Srs. Senadores que se encontra à disposição, na Secretaria desta Comissão, se alguém quiser tomar conhecimento da matéria nos mínimos detalhes.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Comunico o recebimento do Aviso nº 664-TCU/Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência cópia do Acórdão nº 1.377, acompanhado de relatório e voto do proferido nos autos do Processo TSE 022619, de 2010, prolatado em sessão ordinária de 25/05/2011, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria, de conformidade, realizada nos sistemas informatizados do Ministério da Saúde, em confronto com o sistema de óbitos, com o objetivo específico de identificar a realização de internação ou procedimentos de alto custo e complexidade de pacientes que vieram a óbito.

Encontra-se também à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Comunico o recebimento do Aviso nº 550-TCU/Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento a esta Presidência, cópia do Acórdão nº 1.147, de 2011, acompanhado de relatório e voto proferido nos autos do Processo nº 018701, de 2004-9, prolatado em sessão ordinária de 04/05/2011, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada no Fundo Nacional de Saúde – FNS, por força do Acórdão nº 1.207, de 2004, do Plenário, com o objetivo de verificar os critérios adotados na celebração de convênios para a aquisição de Unidades Móveis de Saúde – UMS, e os critérios adotados na análise da respectiva prestação de contas.

Todos esses relatórios encontram-se na Secretaria da Casa. Se, eventualmente, algum Senador ou Senadora quiser, de forma mais detalhada, conhecer os acórdãos, encontram-se à disposição.

Antes de mais nada, quero agradecer também ao Presidente do TCU por ter encaminhado, de forma gentil, o relatório, para que esta Comissão tomasse conhecimento, diante, naturalmente, da participação que a Comissão de Assuntos Sociais tem nos assuntos de saúde de nosso País.

Segundo especialistas... Fazendo mais um pequeno comentário, que acho que é muito importante para esta Comissão, gostaria de dizer que esta Comissão já enviou o convite ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ex-Presidente, melhor dizendo, que tem se declarado favoravelmente à regulação das drogas. A CAS já está discutindo o tema drogas no âmbito da Subcomissão, a Casdep, e gostaria de ressaltar a importância do tema. O referido requerimento foi proposto pela Senadora Ana Amélia. Para tanto, já encaminhamos ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e espero que, dentro em breve, ele possa responder à possibilidade de participar conosco aqui de uma audiência.

Entretanto, Senadora Ana Amélia, aqui temos algumas matérias, inclusive agora no dia 6 de julho, em relação à falta de estrutura para descriminalizar as drogas. Acho que é um assunto que vai tocar profundamente no seio da sociedade brasileira, pois, lamentavelmente, hoje temos milhares, milhões de famílias passando por esse drama. Ou seja, um drama que tem afetado de forma direta milhões de famílias em nosso País. De maneira que acho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso poderá dar sua contribuição, sobretudo porque tem andado pelo mundo em busca de informações para que possa, de forma mais concreta, transmitir essa opinião diante de tudo que pôde observar nos países por que tem andado. Eu acho que é uma matéria interessante, mas V. Ex^{as} eu imagino que já leram. Quem não leu, eu acho que é uma matéria interessante. Eu imagino que V. Ex^{as} já leram. Para quem não leu, eu acho que é fundamental que nós tenhamos conhecimento desta matéria.

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para fazer seus comentários.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, é muito gratificante que V. Ex^a tenha trazido à tona este tema, já que fui autora do requerimento para convidar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, atual Presidente da Comissão Global que trata de drogas, para vir a esta Casa e a esta Comissão, não à Subcomissão temporária que está examinando a questão da droga, crack e outras dependências químicas, mas ampliar para que ele venha à Comissão de Assuntos Sociais.

V. Ex^a, como lembrou muito bem, abordou aí o aspecto em que a mídia brasileira, tendo como pauta o lançamento do documentário “Quebrando o Tabu”, fez uma série de reportagens. Eu penso que o resumo mais significativo de tudo o que saiu está contido na matéria do Otávio Cabral, da revista *Veja*, desta semana, em que traz os depoimentos resumidos de todos aqueles líderes mundiais que foram ouvidos pelo

produtor desse ilustrativo e didático documentário, que não assume parte nem a favor nem contra a tese da descriminalização, mas apresenta o tema ao debate.

Penso que o objetivo, no meu caso especificamente, é exatamente tirar o clima de uma, digamos, radicalização em torno disso. Eu percebo que, na área médica, por exemplo, em quem me baseio para tomar decisões nesse aspecto, existem divergências profundas de tratamento, especialmente entre psiquiatras. Como nós, leigos, vamos tomar uma decisão aqui, no Congresso, sem ouvir aquelas pessoas que entendem e podem dar uma valiosa contribuição a respeito desse tema?

Já ouvi colegas nossos, na tribuna ou no plenário, terem, digamos, trucidado essa ideia da descriminalização. Acho que, *a priori*, não podemos condenar esta ou aquela alternativa. Penso que droga – crack, oxi e todas as demais – é um flagelo, uma coisa grave do ponto de vista social. A raiz toda da criminalidade em nosso País está na razão direta do consumo das drogas, seja para consumo próprio, seja para roubo e até assassinato. Isso tem sido provado. Nas audiências que temos aqui, no âmbito da Subcomissão de Amazônia e Fronteiras, tem sido visto que a droga é a base da criminalidade, trazendo um prejuízo enorme ao nosso País, que tem uma dimensão continental e uma fronteira não vigiada adequadamente.

Então, penso que o debate deste tema e a presença de Fernando Henrique Cardoso aqui darão uma valiosa contribuição neste aspecto, inclusive a mim, que me considero ainda leiga nesta questão, que terá uma amplitude nacional a partir desta Casa. Penso que não podemos descartar nem dispensar o debate sério, compenetrado, aplicado, sem um viés de qualquer análise, mas atendendo ao interesse nacional. E a sociedade tem que se manifestar a respeito disso, Senador Jayme Campos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deixe-me fazer apenas um pequeno comentário e vou conceder a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

Eu acho que é um assunto que vai envolver a sociedade brasileira, até porque o Brasil não está preparado. O Brasil tem 258 Caps. É muito pouco.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caps-AD, que é o que precisa exatamente para dependência química.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, é muito pouco.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É muito pouco, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que é um assunto importante. Nós temos que debater até o último minuto.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Poderemos até querer avançar. Todavia – há países que hoje já permitem, como é o caso da Holanda, da própria Rússia, onde, dependendo do usuário, ele paga apenas uma pena alternativa –, acho que o Brasil não está preparado. Nós temos que debater porque é um assunto sério...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito sério.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...que tem afetado, como V. Ex^a disse aqui, milhões de famílias de brasileiros, que, lamentavelmente, muitas vezes, por falta até mesmo de recurso, não têm condições de acessar os serviços médicos, psiquiátricos, psicológicos, etc...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até uma consulta popular, quem sabe, que talvez o caminho seja mais correto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu acho que aqui vamos ter um bom debate. Esta Subcomissão, imagino, já está fazendo um bom encaminhamento no sentido de cooptar o máximo possível de informações para termos aqui um documento e o oferecermos ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Saúde, para tratar desse assunto.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, queria lembrá-lo: existe um requerimento também, se não me falha a memória, de autoria do Senador Cícero Lucena, que convida o Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, para o mesmo tema. Não sei qual é a posição, mas me parece que até seria contraditória.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, ele também defende.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele também defende?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos de trazer um contraditório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acho que poderíamos pensar num contraditório, nesse mesmo dia. A mim não ocorre nenhum nome.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ronaldo Laranjeira, que é um psiquiatra contrário à descriminalização.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Aqui tenho a mesma posição da Senadora Ana Amélia. Eu ainda não sei, sou leigo nesse assunto, que e, entretanto, extremamente delicado.

Vemos que a própria Holanda hoje está reformulando sua posição. Agora, em um país como o nosso, que tem uma fragilidade tremenda, acho que isso tem de ser exaustivamente discutido, antes de tomarmos uma posição.

Então, acharia bom se tivéssemos dois contraditórios também, para que nessa audiência pudéssemos debater. E não bastará apenas uma audiência. Esse assunto tem de ser exaustivamente trabalhado, porque o Brasil tem concepções diferentes, culturas diferentes, a educação é diferente. Quer dizer, se a Holanda hoje quer reformular, imagine tomarmos uma posição sem exaurir o assunto.

Era isso que tinha a comentar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes do requerimento que foi encaminhado para o Senador Cícero Lucena, para convidar o Deputado Paulo Teixeira, o que ficou acordado aqui, inicialmente, Senador Cyro, é que faríamos primeiro...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com um, depois com o outro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com FHC, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em audiências separadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... e depois convidaríamos o Deputado Paulo Teixeira, até porque imagino... V. Ex^a diz que são... Poderia fazer o contraditório. Acho que nesse caso é para ouvir a experiência. O ex-Presidente Fernando Henrique conseguiu, por meio dessas visitas e da participação em grandes fóruns internacionais, com outros ex-presidentes da República, como o da Colômbia, do México, com Bill Clinton, dos Estados Unidos... Inclusive, um grande fórum está sendo realizado, parece-me, e sete ou oito ex-presidentes vão participar.

Feito isso, imagino que seria democrático também termos a participação dos dois aqui, em audiências distintas.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É um grande debate, sem dúvida. Ana Amélia tem razão em convidar alguém com experiência, como Fernando Henrique Cardoso. Ouvi-lo, sentir o tema, a posição e depois ouvir o contraditório, o outro lado, só faz bem. Acho que, se levantarmos essa discussão, a Nação vai acompanhar, sem dúvida alguma.

Às vezes fico pensando: em que vai resultar tudo isso? Muitas vezes, alguns dizem aquilo que é proibido, aí todo mundo quer experimentar.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quando passa a não ser proibido, então... Quer dizer, há um pouco disso na cabeça das pessoas. Se é proibido, quer-se dar um jeitinho. Existe isso. Então, o debate é fundamental para criarmos... Dependendo do tipo do psicotrópico, só com receita; alguns estão à disposição nas farmácias, mas só podem ser vendidos sob controle.

Acaba-se não despertando mais o interesse para se fazer às escondidas. Às vezes há tudo isso. O debate é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero colocar, para ser votado, o item 3, página 39.

ITEM 3 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2011

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 25/05/2011 e 01/06/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Votação Nominal.

Quero nomear, como relator *ad hoc* deste Projeto de Lei, já que essa matéria se encontra há mais de 40 dias, nesta Comissão, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já estou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns. V. Ex^a como sempre ágil.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que eu estava tendo a inspiração de que o senhor me designaria relatora.

Eu queria dispensar o relatório, para apressar. Vou direto à análise e ao voto desta matéria.

A proposição fixa a contribuição devida pela empresa de transporte público urbano e metropolitano de passageiros à seguridade social em 2,5% incidente sobre o valor do faturamento. Além disso, para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão de seu grau de incidência de incapacidade para o trabalho, decorrente dos riscos ambientais da atividade, a contribuição estabelecida em 0,1%, também incidente sobre o faturamento.

Essa nova sistemática substitui a regra geral prevista nos incisos I e II do art. 22 da Lei nº 8.212 de 1991. Atualmente, esses dispositivos dispõem de contribuição a cargo da empresa, letra “i”, de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados, empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, e de 1% a 3% sob a mesma base para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58, da Lei nº 8213, de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

Portanto, o Projeto de Lei do Senado está reduzindo uma tributação sobre a folha de pagamentos de, no mínimo, 20% por uma de 2,6% incidente sobre o faturamento.

A medida merece acolhida porque, além de reduzir a carga tributária sobre a folha de pagamentos, pleito corriqueiro, legítimo e relevante dos diversos setores de nossa economia, ainda o faz de forma justa, isto porque altera a base de cálculo da contribuição, que passa a ser o faturamento da empresa, o que minimiza a repercussão negativa em época de crise.

Lembramos que a fórmula não é nova e já beneficiou, por exemplo, a agroindústria, a Lei nº 10.256, de 09 de julho de 2001, razão pela qual apoiamos o projeto de lei em discussão.

Diante do exposto pelo voto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 39 de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Vamos à discussão e votação, por ser este projeto de caráter terminativo.

Vamos aguardar, se tivermos quórum ainda no dia de hoje, voltaremos a discutir para colocar em votação.

ITEM 10 – Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, DE 2009

Altera o art. 3º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos para os alunos matriculados na educação básica pública.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Quero nomear *ad hoc* o ilustre Senador Clésio Andrade para proferir o relatório do Senador Eduardo Braga.

Como relator *ad hoc*, Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com muita honra, Sr. Presidente.

Projeto de Lei nº 569, de 2009. Passo direto à análise do relatório.

O Pnae tem origem em iniciativas federais implantadas há mais de sessenta anos. Atualmente, o programa atinge a totalidade das crianças e adolescentes das escolas públicas de educação básica, bem como os jovens e adultos dos cursos públicos noturnos.

Nos termos da legislação vigente, consubstanciada na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o Pnae tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, para o rendimento escolar e para a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, mediante ações de educação alimentar e de oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais ao longo do dia e do período letivo.

A partir da Constituição de 1988, a oferta da alimentação escolar tornou-se dever dos poderes públicos. Para isso, cabe não somente ao ente federado oferecer em sua rede de ensino a infraestrutura dos recursos materiais e humanos, como à União prover programa suplementar de alimentação escolar aos estudantes de todas as etapas e modalidades da educação básica. Em virtude do disposto pela Emenda à Constituição nº 59, de 2009, o disposto no inciso VII do art. 208 da Constituição é a base do PNAE.

Ao longo dos últimos anos, o programa foi objeto de significativos aperfeiçoamentos, bem como de progressivo aumento de dotações orçamentárias. Além da descentralização de recursos e de repasses automáticos com base na comprovação de matrículas, procedeu-se à democratização da gestão por meio de conselhos estaduais e municipais de alimentação escolar.

O presente projeto, Sr. Presidente, constitui mais uma iniciativa para aprimorar esse programa federal. A oferta de alimentação seria estendida a todos os dias

úteis do ano civil. Portanto, não se limitaria mais ao ano letivo. Essa medida beneficiaria expressivo contingente de crianças e adolescentes de famílias mais pobres que lutam com grande esforço para conseguir satisfazer suas necessidades nutricionais diárias. Afinal, o apoio ao estudante e a educação alimentar devem ser permanentes. Não podem restringir-se ao período de frequência escolar. Para racionalizar e minimizar os custos dessa expansão, a proposição limita a oferta de alimentação fora do período letivo aos estudantes cujos pais ou responsáveis se manifestarem pelo seu recebimento. Cabe tão somente evitar a contradição entre a nova norma e os demais dispositivos que limitam a alimentação escolar ao período letivo, bem como determinar com clareza o âmbito da medida em relação às modalidades de ensino. Parece claro que não haveria sentido em estender o benefício a jovens e adultos em férias escolares.

Por fim, além de não enfrentar obstáculos de natureza constitucional e jurídica, o projeto se encontra redigido segundo a boa técnica legislativa. Assim, Sr. Presidente, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2009, na forma do substitutivo a seguir apresentado.

É este o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Clésio Andrade, e está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2009, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esta matéria vai ser encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM 12

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir o financiamento da saúde no Brasil, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass; Representante

do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Sanitarista, Áquilas Mendes.

Autoria: Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka e Eduardo Amorim.

Agora também, como signatário, Senador Casildo Maldaner.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, como também autor deste requerimento. Após S. Ex^a, mesmo não estando subscrito, a palavra está assegurada, na forma regimental, ao ilustre Senador Paulo Davim.

Para encaminhar, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, resolvi aderir a essa subscrição inclusive por uma exposição que fez o eminente Senador Waldemir Moka sobre a importância desse tema. E ele, como médico, acabou me convencendo no sentido de que é bom colocar em pauta esse tema.

Aliás, o Brasil vive um drama em relação à saúde. Ou é a Emenda nº 29, que tramita na Câmara, que não foi regulamentada ainda, ou é à razão disso ou daquilo. Afinal de contas, as pessoas, principalmente as menos aquinhoadas, vivem dramas em relação à saúde. Inclusive, no meu Estado, na fronteira com a Argentina, que é Santa Catarina, muitas vezes as pessoas precisam de um procedimento mais aprofundado, mais técnico, mais aferido. E não há na região, muitas vezes.

Há pouco tempo, um amigo me ligava: “O diagnóstico foi que eu tinha que operar meu coração. Aí fui consultar um local. Fica distante daqui. Para chegar a minha vez, pelo sistema de saúde, ia levar uns quatro a cinco meses.” E aí me dizia: “Maldaner, o meu coração não espera! O pessoal diz que ele não vai esperar.”

Digo isso no sentido figurado, porque há muitos casos. Então, discutir a saúde, como financiar, de que maneira; ou vamos avançar no Orçamento, ou criar uma outra fórmula. Acho que o debate é importante porque muita gente precisa disso, em todos os setores. E, quem não tem um bom plano de saúde, passa, na verdade, por inúmeras dificuldades.

Essa é a razão para esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem de inscrição, Senador Paulo Davim. Após as observações do Senador Paulo Davim, vamos, aqui, ler o Item nº 2 da pauta, que é de autoria do Senador Wellington Dias. Vamos aguardar.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, acho extremamente importante esta audiência. Eu gostaria até de saber se eu poderia subscrever este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E gostaria de sugerir a inclusão de um representante ou da própria Ministra Miriam Belchior, do Ministério do Planejamento, porque não adianta só colocar autoridades de saúde. A gente precisa colocar da área econômica; a opinião e a visão da área econômica para debater com a gente.

Tivemos uma audiência pública, a Frente Parlamentar de Saúde... Uma audiência pública, não. Estivemos em audiência com a Ministra Miriam Belchior, a Frente Parlamentar da Saúde, para discutir a questão da Emenda nº 29. O Governo atrelou a votação da Emenda nº 29 à criação da CSS, que é o novo imposto da saúde.

Então, a visão e a posição da Frente Parlamentar da Saúde é no sentido de que o Governo abrisse mão desse atrelamento da criação do novo imposto da saúde à emenda. Aí fomos tentar argumentar e tentar convencer a Ministra da importância de se votar a Emenda nº 29, e, num segundo momento, fazermos uma discussão só sobre financiamento da saúde. Ela ouviu as nossas ponderações, nossas argumentações; ficou de fazer uma avaliação e, depois, deve se posicionar.

Portanto, acho que caberia bem aqui, no rol das instituições convidadas, a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, porque isso depende da área econômica. Por exemplo, a Emenda nº 29: se o Governo não abrir mão desse atrelamento da criação da CSS à Emenda nº 29, não vamos votar nunca. Portanto, proponho que se vote a Emenda nº 29 e, num segundo momento, pode-se debater o financiamento da saúde. Aí seria um debate só de financiamento da saúde.

Portanto, não adianta a gente fazer discussões estanques. A gente precisa discutir de forma transversal; a gente precisa discutir área da saúde juntamente com a área econômica do Governo, porque tem muita coisa que a área econômica do Governo pode, sim, dar sua opinião e contribuir para um melhor financiamento da saúde. Há algumas coisas que precisam ser otimizadas do ponto de vista da área econômica.

Eu me lembro muito bem – vou dar um exemplo – quando o Dr. Adib Jatene foi Ministro da Saúde. Quando ele chegou lá, ele percebeu que a saúde era, realmente, e é subfinanciada. Ele se angustiou com isso e criou a CPMF. Na época, o Ministro do Planejamento era o José Serra, e ele foi conversar com o Ministro José Serra, pedindo o apoio do Ministro para aquela ideia concebida por ele de criar um imposto destinado à saúde.

Ouviu do José Serra o seguinte posicionamento: “Não moverei uma palha para atrapalhá-lo; entretanto,

não moverei uma palha para ajudá-lo. Se você conseguir, está conseguido.” Aí, o Dr. Adib Jatene se deu por satisfeito, caiu em campo e conseguiu aprovar a CPMF. Só que o tempo passa e quem assumiu a Pasta, depois, foi o próprio José Serra. Ele, lá chegando, constatou que as preocupações do Dr. Adib eram reais, eram plausíveis, e manteve a CPMF.

Eu me lembro – na época, eu era do PT – que o PT votou contra a CPMF. Agora, na derrubada da CPMF, o próprio Presidente Lula convidou o Dr. Adib para fazer a defesa da CPMF.

O que é fato é o seguinte: o PT mudou de posição, porque só conhece a necessidade quem senta na cadeira da Pasta.

Portanto, eu sugiro que se inclua, aqui, a Ministra Miriam Belchior, da mesma forma que peço, humildemente,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido aqui, Senador Paulo Davim.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já incluímos, aqui, a Ministra Miriam Belchior e eu espero que ela não mande representante, Senador Wellington Dias.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será o nosso interlocutor.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer, representante, aqui, a Comissão não quer.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer a presença da Ministra.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria endossar a posição do nosso Senador Paulo Davim, porque é médico, conhece profundamente e fez um histórico. É aquela velha teoria: na prática, a teoria é outra. Quando sentiu na pele exatamente as dificuldades orçamentárias para atender a uma demanda prioritária, porque continua carecendo de recursos a área de saúde pública... Penso que descartar os temas que são fundamentais seria a forma de se assegurar esses recursos.

Então, apoio integralmente o posicionamento do Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro concordando...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Questão para encaminhar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...com o Senador Paulo Davim, para encaminhar, apenas sugerir... Aqui, consta “representante do Ministério da Saúde”. Eu acho que um tema... Veja só, nós tivemos a Marcha dos Prefeitos, nós tivemos, recentemente, o Fórum dos Governadores e um conjunto de outros debates sobre a regulamentação da Emenda nº 29.

Qual é o ponto crucial? É a dúvida sobre como vamos fazer o financiamento da saúde. Essa é a dúvida.

Então, eu acho que num tema como esse, a presença da Ministra Miriam Belchior, mas também do Ministro da Saúde é fundamental. Eu acho que é fundamental.

Então, eu queria colocar que a gente tivesse, aqui... Eu acho que esta Comissão pode dar a luz ao Congresso Nacional sobre esse tema. Aliás, eu quero dar um testemunho...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O que V. Ex^a pleiteia é que venha o Ministro da Saúde?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Ministro da Saúde, o Ministro Alexandre Padilha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não um representante.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não um representante, porque veja só, vou-lhe dar mais um dado importante: a Presidente Dilma esteve, e eu sou testemunha, numa reunião no Nordeste, com os governadores, enfim. Ali, alguns membros da bancada federal estiveram presentes.

Lá, naquela ocasião, foi tratado esse tema do financiamento da saúde, o reconhecimento dela, dos governadores, dos prefeitos, enfim, da situação complexa e difícil em que está.

Ela pediu apenas um tempo para poder fazer um estudo, que ficaria pronto no mês de maio – pela previsão, portanto, até junho –, então, eu acho que já está no tempo bom de a gente fazer essa audiência aqui e de tomar uma posição que seja orientadora para os Parlamentares, para uma tomada de decisão.

Então, eu defendo que a gente faça um esforço para convidar o Ministro da Saúde, assim como a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos consultar os demais autores, ou seja, os primeiros signatários desse requerimento, uma vez que, em princípio, como V. Ex^a bem viu, era um representante. Entretanto, acho que não teremos nenhuma dificuldade em solicitar, se possível e uma vez mais, a presença do Ministro Alexandre, juntamente com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, nesta Comissão.

Acato a proposta de V. Ex^a e imagino que será possível fazermos esse encaminhamento.

Concedo a V. Ex^a, Senador Gim Argello, a palavra.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – V. Ex^a, nosso Presidente, já decidiu sabiamente, como sempre, porque essa proposta é muito relevante. O que o Senador Wellington propôs é discutir a grande saída, de onde é o recurso da saúde do Brasil. Chamar a Ministra Miriam Belchior e o Ministro Padilha para discutir isso com a amplitude que esta Comissão merece. Quer dizer, dar o caminho, achar a luz para onde... A dificuldade é que todo mundo empurra um para o outro, não discute muito isso, todo mundo... É um tema que já foi e voltou várias vezes. O que ele está propondo é que esta Comissão, sob a sua orientação, Sr. Presidente Jayme Campos, realmente possa dar um norte para isso.

Acho que é muito válido, em vez de trazer um representante, chamar a Ministra aqui mais uma vez, a Ministra Miriam Belchior, e vamos ver onde está o orçamento, onde está isso, onde é que há um recurso próprio, como vai ser essa grande saída, porque ninguém merece mais esse tratamento de saúde que o Brasil está tendo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já está com a sugestão. Já foi acatada, na forma regimental, com a presença também da Ministra Miriam Belchior, conforme o Senador Paulo Davim aqui encaminhou a matéria.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero encaminhar aqui o item 2 da pauta.

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006

Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho

de 1991, para dispensar do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Cícero Lucena**

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 a 3 que apresenta

Observações: – Em 16/04/2008, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 18/05/2011 e 25/05/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Em 01/06/2011, lido o Relatório, foi concedida vista coletiva ao Senador Wellington Dias e à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais.

– Votação Nominal.

ITEM EXTRAPAUTA

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir os Srs. e as Sras. Senadoras em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Leonardo Rolim, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Autoria: Senador **Wellington Dias**.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para encaminhar o seu requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, trata-se de projeto do Senador Paulo Paim, de grande interesse público.

Tive a oportunidade de dialogar, quando pedi vista, com o Ministério da Previdência, e ali percebi que se trata de um assunto muito complexo e que, embora haja alternativa, há necessidade de uma compreensão, Senador Paulo Paim, maior aqui desta Casa.

Portanto, para dividir responsabilidade, sugeri aqui que pudéssemos ouvir o Secretário de Políticas de Previdência Social, o Sr. Leonardo Rolim, para que ele viesse aqui, para que pudéssemos todos votar muito conscientemente do que estamos aprovando.

Em resumo, compreendo que vamos ter condições de aprovar essa proposta, esse objetivo do Senador Paulo Paim. Porém, pediria apenas que tivéssemos essa oportunidade, Senador, de ouvir o Secretário da Previdência e, em seguida, creio que estaremos mais preparados para votar um texto que, de um lado, ve-

nha a beneficiar os trabalhadores, venha a tirar... Há situações em que há dispensa, de um lado, na lei, para o registro previdenciário e, do outro lado, na hora de fazer jus ao seu benefício, você tem um prejuízo por conta da interpretação que é dada. Ele acha que é possível, mas ressalta que há alguns casos que precisamos ficar atentos para não abrimos, como se diz, uma brecha que venha a ter uma interpretação legal depois com prejuízos a todo o sistema previdenciário.

Então, acho que essa audiência vai nos instruir melhor para essa votação. É por isso que estou apresentando e quero ouvir também V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu quero primeiro dizer que um pedido do Senador Wellington Dias para mim é quase uma orientação de conduta. Se ele solicita uma audiência pública para discutir o projeto, e sei que o objetivo é dos melhores, eu só posso concordar na íntegra.

E quero dizer só esta frase, Presidente, vamos ter oportunidade na audiência pública. Quando eu apresento este tipo de projeto... Como acompanho muito a questão da Previdência aqui na Casa ao longo desses meus 25 anos, Senador Wellington Dias, o que vi aqui já de projetos, decretos e recomendações dos governos de anistia para os grandes devedores da Previdência é algo assim... Se eu começar a ler aqui os decretos, farei duas horas de leitura. Mas são 25 anos, não é?

Então, esse projeto vai nessa linha de atenuar também para o trabalhador no momento de ele ter o direito. Não estou propondo anistia nenhuma. Apenas que façamos uma análise profunda nesse projeto, de forma que o trabalhador não seja prejudicado mais uma vez. Mas sou totalmente favorável ao seu pedido de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^{as}.

V. Ex^a quer discutir? (Pausa.)

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação

do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outros – CASDEP pelo prazo de 90 dias, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Senador **Wellington Dias**.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para encaminhar o requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu creio que pelo esforço da Comissão e com o apoio de V. Ex^a, da equipe aqui, nós desenvolvemos uma agenda de trabalho para essa área da política sobre o álcool, o crack e outras drogas, de um lado de estudos, de outro lado de visitas. Estivemos em Curitiba, estivemos no Rio Grande do Sul. Amanhã temos uma viagem para Maceió e na sexta-feira para o Piauí. Estivemos em Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, tratando dessa área da prevenção, do tratamento e da reinserção social, nessa área da dependência química. Então, conversando com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Waldemir Moka e com outros Senadores que compõem a Subcomissão, compreendemos que é importante prosseguir com esse trabalho.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, já colocar algumas vitórias dessa Comissão. Hoje o Ministério do Trabalho tem uma área para cuidar da política sobre drogas, que não havia, Senador Gim Argello; o Ministério da Educação, que não tinha, tem hoje uma área para cuidar de políticas sobre drogas; abriu – inclusive foi a Presidente Dilma – 14.700 vagas nesta área. E agora começa a implantar o curso técnico em tratamento de dependente químico, que não havia. O Ministério da Saúde está se estruturando. Estivemos agora no Rio Grande do Sul, onde vai ser feito o primeiro centro integrado na área de saúde e educação, nessa área de dependência química. O Ministério do Desenvolvimento Social, que não tinha nenhuma área tratando desse tema, passou a ter uma área. E agora, recentemente, no diálogo com a Presidente Dilma, ela deu sinal verde para que o próprio Governo Federal pudesse, para o segundo semestre – este é um dos objetivos da Comissão –, chamar uma conferência nacional para pactuarmos sobre esse tema.

Por esta razão, como ainda há uma agenda a ser cumprida, nós estamos pedindo, Sr. Presidente, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão, para completarmos esse trabalho para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu cumprimento V. Ex^a. Nós temos acompanhado de perto o trabalho dessa Comissão e não tenho dúvida alguma de que vai colaborar sobremaneira na elaboração de um documento que possamos encaminhar aos órgãos competentes. Nesse caso, eu

imagino que o prazo que V. Ex^a está solicitando é mais do que justo.

Em votação o requerimento do Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

V. Ex^a deseja encaminhar, Senadora Ana Amélia?

Para encaminhar, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria não só referendar a proposta do Senador Wellington, mas também dizer que estou sendo informada agora, com muita alegria, dessas providências tomadas no âmbito do Poder Executivo. Especialmente porque uma delas, em relação ao Ministério do Trabalho, quando veio a representante aqui na audiência pública, uma das primeiras que realizamos, eu até havia mencionado por que o Ministério não fazia a mobilização das Centrais Sindicais junto com as confederações empresariais, para levar o tema à discussão internamente, não só as Centrais Sindicais, mas o próprio patronato, desenvolver políticas internas. Algumas instituições já fazem isso, algumas federações de indústrias já fazem essa política, desenvolvem essa política de prevenção ao consumo não só de drogas, mas também das chamadas drogas lícitas, no caso, tabaco e bebida alcoólica. Então, fico animada de estar sendo informada agora pelo Senador Wellington que, no âmbito do Ministério do Trabalho, aquela sugestão apresentada aqui tenha sido acatada pelo Ministro Carlos Lupi, porque foi exatamente nessa direção de estabelecer um diálogo, porque a eficácia é maior. E apoio, evidentemente, a iniciativa, que é extremamente oportuna.

Obrigada, Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, continua em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão, o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, só para parabenizar a subcomissão que foi criada aqui e que, realmente, está levando luz para um lugar que precisa de muita luz mesmo. Quero parabenizar o trabalho de vocês, que estão viajando o País todo. Na Câmara Federal, tem uma subcomissão, com o Deputado Carimbão e o Deputado Eros Biondini, que já fez referência a esta nossa subcomissão aqui, por quê? Porque, hoje, estamos precisando... Esses números você vê que ainda são muito modestos, já são vitórias que esta subcomissão está tendo, 14.500 vagas, mas estamos precisando de imediato, para este ano, de mais de 100 mil vagas. Então, foi através da subcomissão. Porque, antes, um dado impressionante, Senadora Ana Amélia, no ano passado, o governo só ofereceu 900 vagas.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E mais ainda, Senador, vou esclarecer: há pouco, mencionou o Presidente Jayme Campos o caso dos CAPSad, específicos para o atendimento do dependente químico ou de álcool e droga. Existem, no Brasil todo, apenas 258 unidades, o que é insuficiente para atender essa clientela, do ponto de vista da saúde.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – É muito justo pedir mais prazo para a subcomissão, parabenizando o Sr. Presidente Jayme Campos pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tenho acompanhado o trabalho penoso e competente não só do Presidente, mas dos demais membros daquela subcomissão. Acho que vai ser mais do que importante nós prorrogarmos.

Para encaminhar a matéria, Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, para também elogiar o trabalho desenvolvido pela subcomissão. Tive a oportunidade de participar de uma das audiências públicas e, embora não sendo membro, quero sugerir ao Presidente, o Senador Wellington, que inclua em suas visitas a visita ao Cetad, que é um centro que há 25 anos trata dessa questão, com um programa de extensão da Universidade Federal da Bahia, com diversas experiências, inclusive de tratamento e de atendimento à população de rua. Que incluísse o Cetad e o Instituto que atua com a Universidade, o... A Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e o Instituto de Redução de Danos.

Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vamos tratar na Comissão, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só aproveitando, recebemos um convite, tanto eu como a Senadora Ana Amélia, e viajaremos... V. Ex^a se lembra das datas, Senadora? Parece que de 17 a 22...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De 17 a 22. É.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – De 17 a 22 deste mês. Um convite, nos Estados Unidos, para tratarmos de alguns temas, dentre eles esse na área da política sobre drogas e dependência química, na Universidade de Harvard. Então, eu queria apenas comunicar à Comissão e à Subcomissão que estaremos ausentes nesse período em razão desse convite.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Está registrado. Item 9, página 136.

ITEM 9

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2010 – COMPLEMENTAR

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que “Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências”.

Autoria: Senador **Pedro Simon**

Relatoria: Senador **Humberto Costa**

Mas eu quero nomear *ad hoc* o Senador Wellington Dias. Quero nomear V. Ex^a *ad hoc* no item nº 9, página 136, a pedido do próprio Relator, Senador Humberto Costa, que pediu à Presidência desta Comissão que V. Ex^a relatasse esta matéria.

Observação: a matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para prosseguimento da tramitação.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, na página 136, a pedido do Senador Humberto Costa, que pediu que V. Ex^a proferisse o relatório do projeto ora em pauta.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer. Não posso falhar nem com V. Ex^a nem com o Senador Humberto Costa.

Relatório. Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 154, de 2010 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, tem por objetivo alterar a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, inserindo novos dispositivos em seu art. 33, de modo a aprimorar as atividades de supervisão, fiscalização e governança das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), popularmente conhecidas como fundos de pensão.

Consoante a referida proposição, insere-se inciso V ao art. 33, que prevê a necessidade expressa de autorização do órgão regulador para que os fundos de pensão realizem investimentos, aplicações financeiras e participação em empreendimentos cujo montante total utilizado em cada operação supracitada seja superior a 10% de seus patrimônios.

Além disso, também acrescenta § 3º, que estabelece como obrigatória a autorização, por meio de voto favorável da maioria absoluta dos assistidos e beneficiários da entidade fechada (i) as operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas às entidades fechadas; (ii) as retiradas de patrocinadores; (iii) as trans-

ferências de patrocínio, de grupo de participantes, de planos e de reservas entre entidades fechadas e (iv) os investimentos de que tratam o inciso V descrito acima.

No prazo regimental, não foram apresentadas novas emendas.

Em seguida, ele faz uma análise.

Ao final, diz: Nesse contexto, remontando aos conceitos emanados do Direito Civil, tratando-se as EFPCs de pessoas jurídicas de direito privado, que abrangem uma coletividade, decorre que tais entidades se organizem por estruturas de governança eleitas por seus membros, o que normalmente costuma ser objeto de definição estatutária (art. 54 do Código Civil).

A razão disso não é outra senão a de permitir a administração e o controle rápido e eficaz dos atos tomados em nome da pessoa jurídica que compõem, já que a tomada de decisões pelo sistema majoritário (ou seja, pelo conjunto de participantes e assistidos) tornaria impossível sua gestão.

É também por essa razão que a Lei Complementar nº 109, de 2001, previu estruturas próprias de governança dos fundos de pensão, a fim de estruturar com segurança como serão tomadas as decisões e administrada a entidade.

Cada instância tem tarefa muito bem definida, consistindo em conselho deliberativo (responsável pela fixação da política e diretrizes que orientarão as ações da entidade), em conselho fiscal (responsável pelo controle interno da entidade) e em Diretoria-Executiva (responsável pela administração da entidade).

Importa ressaltar que tais instâncias, por determinação constitucional (art. 202, § 6º) e legal (art. 35, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001), devem ter participação de representantes dos participantes e assistidos, garantindo, assim, a possibilidade de uma gestão democrática.

Portanto, em razão de remeter ao sistema majoritário diversas matérias decisórias hoje afetas às estruturas próprias de governança, a proposição constitui medida de impacto profundo no *modus operandi* dos fundos de pensão.

Julgamos que, ao contrário de auxiliar as entidades, o PLS nº 154, de 2010 – Complementar, caracteriza possível retrocesso em termos de governança, podendo ensejar a inviabilidade de boa parte da gestão do segmento.

Em seguida, é expresso o voto.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 154, de 2010.

Sala das Comissões.

Assinado: Senador Humberto Costa.

É o relatório, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o voto, ao final, alegando que isso faz uma alteração que significaria um retrocesso em relação ao projeto, à situação anterior, é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington Dias.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2010, complementar.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer contrário ao PLS nº 154, de 2010. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Aproveitando o quórum que temos aqui, queremos colocar em votação o Item 3, em que foi adiada a discussão, que é de autoria do Senador Clésio Andrade.

ITEM 3

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2011

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – A matéria constou da Pauta das Reuniões dos dias 25/05/2011 e 01/06/2011, sendo adiada a sua apreciação.

– Votação Nominal.

Relatora *ad hoc* Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Agradeço aqui a presença do Relator, o ilustre Senador Gim Argello, que compareceu. Entretanto, a matéria foi muito bem relatada *ad hoc* pela Senadora Ana Amélia.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 39, e a votação será procedida de forma nominal.

Consulto o Senador Paulo Paim como vota? Imagino que o voto seja conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Relator e com a Relatora, são dois Relatores.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Angela Portela como vota?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Sub-relator Wellington Dias como vota?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Davim como vota?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner como vota?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia como vota? (*Pausa.*)

Consulto a Senadora Ana Rita como vota?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Clésio Andrade, voto já conhecido como autor.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele é autor do projeto.

Consulto a Senadora Lídice da Mata como vota?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Gim Argello como vota, mesmo já tendo voto conhecido?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente, parabenizando o Senador Clésio Andrade com um projeto muito, muito importante. Parabéns, Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Procedida à votação em caráter nominal, aprovado.

Será encaminhada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação em *Diário do Senado Federal*.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005

Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, acolhendo a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações: – Em 04/10/2005, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, aprovou Parecer concluindo pelo encaminhamento do Projeto à Comissão de Assuntos Econômicos.

– Em 04/03/2008, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– Em 06/04/2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o

Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação Nominal.

Como o Senador Cícero Lucena não se encontra presente, com todo respeito e amizade, mas nós temos que fazer a Comissão andar, votar os bons projetos, eu consulto à Senadora Angela Portela se V. Ex^a poderá relatar de forma *ad hoc*, na página 111. (*Pausa.*)

Eu concedo a palavra à Senadora Angela Portela como Relatora *ad hoc* para relatar o Projeto ora referido, nº 238.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, vamos direto à análise do projeto.

A Comissão de Assuntos Sociais possui competência para apreciação das matérias referentes a relações de trabalho e seguridade social, nos termos do

art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Sendo o seguro-desemprego matéria atinente a esses dois temas, adequada regimentalmente a distribuição da matéria para análise desta Comissão.

A matéria se encontra entre aquelas de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, XXIII, e 48, da Constituição Federal.

Como bem ressaltado pela Senadora Rosalba Ciarlini, em seu relatório apresentado a esta Comissão, a concessão do seguro-desemprego ao pescador artesanal durante o período de defeso constitui uma das hipóteses de concessões do benefício, a que denominou de “sociais situações nas quais a sua concessão não guarda relação com sua sustentabilidade financeira, mas obedece fundamentalmente a imperativos de natureza social ou outra”.

No caso do seguro-desemprego do pescador artesanal, mesmo que existam fontes de financiamento previstas em lei, há uma enorme desproporção entre os montantes arrecadados e aqueles pagos.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador suporta essa acentuada discrepância, em razão das necessidades sociais que determinaram concessões do benefício à categoria.

No caso da concessão ao pescador artesanal, observamos que o legislador, ao criar essa possibilidade, buscou proteger três interesses sociais: a preservação do meio ambiente; a preservação dos estoques de pescado e, em última instância, da própria atividade pesqueira; e a subsistência do pescador artesanal e de sua família.

Efetivamente, a inobservância de um período de proibição da pesca para a reprodução dos peixes, o defeso, acarretaria ameaça à preservação do meio ambiente e à continuidade das espécies, o que, em última instância, ameaçaria a própria atividade econômica, como já foi demonstrado, por exemplo, no caso da pesca excessiva do esturjão no mar Cáspio, que esgotou as reservas úteis do peixe e colocou em xeque a existência da própria cadeia produtiva do caviar nos países costeiros, com prejuízos econômicos muito expressivos.

Ora, o defeso deve aplicar-se tanto ao pescador industrial quanto ao artesanal. Mas, se o empresário de pesca deve dispor de reserva financeira para suportar o período de interrupção das atividades, ao pescador artesanal, que muitas vezes possui rendimento em nível pouco acima ao de sua subsistência, essa exigência seria descabida. Privado de exercer sua profissão, o pescador não disporia, na maior parte das vezes, da capacidade de sobreviver de suas economias ou de exercer outra atividade durante esse período.

A concessão do seguro-desemprego constituiria, assim, uma importantíssima contribuição para a sua sobrevivência e para a manutenção do tecido social nas comunidades pesqueiras.

Ora, o raciocínio aplicado ao pescador artesanal para justificar a concessão do benefício é aplicável literalmente aos coletores de crustáceos e moluscos. Embora sua atividade não seja tipificável como pesca, ela guarda mais semelhanças que diferenças com essa, no tocante aos imperativos ambientais e econômicos e à dinâmica social, que demandam o pagamento do benefício.

O mesmo pode ser aplicado ao trabalhador que, embora não seja pescador, está inserido diretamente na cadeia produtiva da pesca artesanal. O construtor e reparador de embarcações, o tecedor de redes de pesca e outros assemelhados sofrem diferentemente os efeitos do defeso, dado que seus clientes cessam suas atividades durante esse período.

Em decorrência, é justa e devida a aprovação da medida, ressaltando-se, todavia, que as alterações sugeridas pela então Senadora Rosalba Ciarlini, quanto à redação do projeto, devem ser observadas.

Em razão disso, dadas as peculiaridades do processo legislativo, apresentamos substitutivo que unicamente incorpora essas alterações de caráter formal, sem alterar o conteúdo da proposição quanto ao mérito.

Voto

Pelos motivos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005 – CAS (SUBSTITUTIVO)

Estende a concessão do benefício do seguro-desemprego a todos os pescadores profissionais que exerçam a perca comercial artesanal, entre eles os que capturam ou coletam caranguejos, mariscos ou algas e os que os processam artesanalmente, bem como as outras pessoas físicas que exercem atividade pesqueira artesanal, e inclui esses pescadores como segurados especiais do Regime Geral da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ângela Portela.

Em discussão a matéria.

Pela inscrição, Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, considero este Projeto extremamente importante, mas por ser também de um Estado, o Espírito Santo, onde a pesca tem um peso muito grande, temos debatido muito a questão dos pescadores do Estado, particularmente das mulheres que são pescadoras, que fazem parte dessa cadeia produtiva, gostaria de sugerir a esta Comissão, sem prejuízo, com certeza, do Projeto de Lei, que fizéssemos aqui uma audiência pública para debater essa questão.

Acho que seria importante que pudéssemos ter aqui a representação inclusive dos pescadores. Seria fundamental para um debate com a devida profundidade.

Quero sugerir e gostaria muito que esta Comissão analisasse esta possibilidade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – Agradeço. A sugestão de V. Ex^a, na forma regimental, será acatada. Entretanto, se já está com o requerimento em mãos em relação a essa audiência pública, gostaríamos de colocá-lo em votação. O Plenário aqui é soberano.

Atendendo à Senadora Ana Rita, requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir os Srs. Senadores e Senadoras em relação ao Projeto de Lei Senado nº 238, de 2005, do Senador Valdir Raupp, com a participação dos seguintes convidados: representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, representantes do Ministério da Previdência Social e representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura, e pescadores.

Sala de comissões, em 08 de junho de 2011.

Em votação o requerimento proposto pela Senadora Ana Rita.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está retirado de pauta o item 8, PLS 238.

Grupo de trabalho, Comunicado 09, de 2011, ao Presidente da CAS.

Designo o Senador Eduardo Amorim membro do grupo de trabalho, coordenado pelo Senador Paulo Davim, instituído em 1º de junho de 2011, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para elaborar alternativas com vistas à produção e ao encaminhamento de uma proposição com intuito de viabilizar a concessão de incentivo fiscal destinado aos doadores para instituições de combate ao câncer, em virtude das sugestões apresentadas em audiência pública realizada no último dia 11 de maio do corrente ano.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, só para esclarecer a respeito desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. (Bloco/DEM – MT) – Pois não. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, foi encaminhada à consultoria da Casa a solicitação desta Comissão. Já tive uma reunião com eles, que vão preparar um esboço para, depois, essa comissão de trabalho discutir sobre uma proposta prévia. Para não perdermos tempo em ficar discutindo coisas abstratas, eles estão preparando uma minuta para depois haver a reunião sobre essa minuta apresentada pela consultoria da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a pela informação, que é oportuna, uma vez que a própria consultoria já vai nos dar, imagino, um norte em relação a essa matéria para a qual pretendemos construir a busca de incentivos para financiar – acho que já existia um financiamento em relação à saúde, não, Senador Paulo Davim? – a saúde, sobretudo não trazendo ônus para o Erário público, devido ao fato de o financiamento ser feito pelo setor privado. Será meritório. Entendo que, dessa forma, numa conjugação de esforços entre o Poder Público e a própria sociedade, principalmente no setor privado, empresarial do Brasil é que estamos buscando solução, não só neste caso em que estamos buscando recursos para a área da oncologia. Mas imaginem todas as áreas que fundamentalmente são importantes, principalmente nas questões sociais: temos o direito de buscar novas vertentes de recursos para essas áreas que certamente são importantes para a sociedade, principalmente os menos afortunados. Contamos com a presença do Senador Armando Monteiro.

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2011

Estabelece intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano. Acrescenta § 5º ao art. 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Armando Monteiro

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

Diante do pedido de V. Ex^a, aguardamos aqui. Inclusive um colega seu de partido, correligionário, já ia ser nomeado Relator *ad hoc*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – E todos ganhariam com isso.

O SR. PRESIDENTE(Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem dúvida alguma. V. Ex^a solicitou, e a Comissão atendeu.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE(Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto em tela é o Projeto de Lei do Senado nº 43, de autoria do eminente Senador Clésio Andrade.

A proposição possibilita o fracionamento do horário de descanso dos trabalhadores do transporte público urbano e metropolitano, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, respeitadas a mesma remuneração e a totalidade do período de repouso.

Na sua justificativa o eminente autor argumenta que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como norma geral e uniforme, instituída no final dos anos 30, não foi capaz de prever mudanças de hábitos dos profissionais e no processo de mobilidade urbana ocorridas ao longo do tempo. Cita ele que, no transporte urbano, há os imprevistos decorrentes dos congestionamentos e de condições imprevisíveis nas linhas de transporte, que justificam intervalos mais flexíveis durante a jornada.

Passando à análise de mérito, consideramos plenamente válidos os argumentos do autor. A jornada de trabalho de motoristas e cobradores não pode observar parâmetros muito rígidos de intervalo. O fluxo do trânsito não é homogêneo e linear, as condições das vias urbanas são irregulares e problemas mecânicos podem retardar ou interromper a viagem. Nesse sentido, a rigidez da legislação não é compatível com a utilização de alternativas e compensações para os trabalhadores quando ocorrem esses imprevistos. Também não permitem que o empregador cumpra estritamente com as disposições celetistas.

Somos favoráveis, então, à negociação coletiva, entre os condutores e cobradores de veículos de transporte coletivo público e as empresas contratadoras, que permita o fracionamento do horário de descanso. Isso porque o projeto em análise não prevê subtração de direitos trabalhistas, nem em termos de remuneração nem da totalidade do horário de descanso dos trabalhadores.

Do ponto de vista da técnica legislativa, finalmente, propomos uma emenda de redação que aprimora a ementa do projeto de lei, dando maior clareza na definição de que norma jurídica está sendo alterada e do objeto da proposição.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº (CAS) – DE REDAÇÃO

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2011, a seguinte redação:

Acrescenta § 5º ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação coletiva dos intervalos para repouso e alimentação de empregados condutores e cobradores no transporte coletivo urbano de passageiros e dá outras providências.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro. Em discussão a matéria. (*Pausa*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2011, ressalvada a Emenda nº 1, do relator.

Vamos proceder à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, confesso que estou um pouco inseguro, porque não acompanhei de fato o projeto, mas como o Senador Clésio está junto conosco viajando pelo Brasil na discussão do Estatuto do Motorista, votarei acompanhando o autor e o relator. Com certeza, vou dialogar mais com ele lá no Estatuto do Motorista e poderei até ter uma posição que vá na mesma linha, desde que a gente estabeleça um diálogo maior, porque – permita-me ainda, Sr. Presidente, só para esclarecer – tenho uma certa preocupação quando a gente começa a retirar direitos da CLT e jogar tudo para negociações coletivas, pois sabemos quem é a parte mais fraca. Como sei que não é essa a intenção do autor nem do relator, vou acompanhá-los no voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota V. Ex^a?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sim.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sigo a orientação do meu companheiro Senador Paim: voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Voto com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vendo que a posição do Senador Paulo Paim é a mesma do Senador Monteiro, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para manifestar também a minha preocupação. Acho que, quanto a gente começa a mexer nos direitos dos trabalhadores, precisamos ser muito cautelosos. Quero aqui, portanto, ratificar as preocupações do Senador Paim. A minha posição é exatamente igual à de S. Ex^a: voto com o relator, mas manifesto essa preocupação também, Sr. Presidente. Acompanho o parecer também do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, que vota “sim”.

Como vota o Senador Clésio Andrade, cujo voto, mesmo sendo S. Ex^a o autor do projeto, conta para o *quorum*?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Voto com o relator, Sr. Presidente, parabenizando o Senador Armando Monteiro por ter aperfeiçoado o projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado a V. Ex^a.

Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto do Senador Armando Monteiro já é conhecido. Pergunto-lhe como vota para que fique aqui registrado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Voto com o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O que tem prevalecido são as suas observações, Senador Paulo Paim!

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Voto com o relator, Senador Armando Monteiro, e voto com o Senador Paulo Paim também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluída a votação.

Aprovado o Projeto de Lei nº 43, de 2011.

Consulta as Sras. e Srs. Senadores para saber se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1, oferecida pelo relator.

V. Ex^{as} concordam com a emenda? (*Pausa*)

Aprovada.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Solicitaria ao Senador Armando Monteiro que permanecesse pelo menos mais cinco minutos para que pudéssemos votar outra matéria em caráter terminativo, o Item nº 4.

ITEM 4

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada pelo Senador Gilberto Goellner.

Observações: – Em 23/11/2010, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA aprovou Parecer contrário ao projeto e à Emenda Substitutiva apresentada pelo Senador Gilberto Goellner.

– Em 01/06/2011, lido o Relatório, foi concedida vista coletiva aos Senadores Paulo Davim e Waldemir Moka, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Bauer, para suas considerações, se necessário.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas para re-

lembrar a todos que nosso relatório foi pela rejeição da matéria, apesar do apreço que temos ao Senador Tião Viana, naturalmente compreendendo as razões para sua proposta. Sua iniciativa, com certeza, estava direcionada a proteger a vida humana e a melhorar a qualidade de vida das pessoas que se utilizam de produtos animais na alimentação. Nós todos sabemos que os antimicrobianos são utilizados nos animais produzidos em escala industrial e com finalidade industrial. Acontece que o Brasil é signatário de acordos internacionais com entidades que controlam o uso de antimicrobianos na produção de carnes. Esses acordos internacionais são fiscalizados e obedecem a determinações de organizações internacionais, tanto de comércio quanto de saúde, são observadas e fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura em nosso País.

Por isso, atribuir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, a competência para fiscalizar o uso de produtos veterinários ou o uso de produtos em animais é atribuir a ela uma função, uma atividade que não lhe cabe sob os pontos de vista lógico e legal, uma vez que ela existe para fiscalizar o uso de medicamentos destinados ao consumo humano.

De outro lado, é preciso entender que o uso de antimicrobianos tanto na criação de porcos como na criação de aves se faz necessário para que o nosso produto, para que a nossa carne exportada para centenas de lugares no mundo, tenha condições de competitividade. E até provem em contrário, o uso dentro dos limites existentes definidos hoje por essas organizações de saúde humana e até animal internacionais já contemplam níveis que não trazem qualquer perigo, qualquer problema para o ser humano. Naturalmente que o Ministério da Agricultura no Brasil fiscaliza a produção de alimentos e o faz até, provem em contrário, muito bem e, com certeza, continuará fazendo-o.

Por isso, fizemos um relatório pela rejeição do projeto. Naturalmente, os Srs. Senadores têm a soberana competência para analisá-lo e votá-lo de acordo com o entendimento que tiverem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Bauer. Entretanto, como autor do pedido de vista, gostaria de consultar o Senador Paulo Davim se tem alguma coisa para manifestar em relação a esse projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu pedi vista desse projeto, Sr. Presidente, pelo fato de ele ter me suscitado algumas dúvidas. E recebi um parecer da Anvisa que diz que, quanto à alteração da Lei nº 9.782, a lei que o Senador Tião Viana propõe a modificação:

(...) julgamos que seja necessária, pois nossa contribuição ao mapa prescinde de determinação legal,

já que está vinculada à finalidade da Agência, disposto no art. 6º desse mesmo diploma. Senão, vejamos:

Art. 6º. A Agência terá por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio de controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária, inclusive nos ambientes dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

Então, a Agência propõe a modificação no art. 6º. Inclusive, essa sugestão chegou há pouco.

Cadê o art. 6º aqui? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto se V. Ex^a já terminou de fazer a sua manifestação, meu caro Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A minha sugestão, ou apelo, é para que se faça a retirada para a inclusão desta emenda, o art. 6º.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Informo ao Senador Paulo Davim que nós vamos encaminhá-la ao Relator da matéria, que é o Senador Paulo Bauer. Diante das observações que V. Ex^a está fazendo, nós vamos retirar de pauta a matéria e vamos encaminhá-la.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Temos de avaliar essa sugestão da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos consultar também o Senador Paulo Bauer, de forma regimental: V. Ex^a concorda, Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, o nosso relatório é pela rejeição do projeto como um todo. Naturalmente que, apresentado o relatório pela rejeição do projeto, não caberia a apresentação de uma emenda porque, se o projeto não existe, não existirá emenda que possa estar inserida nele.

Entretanto, seu eu puder fazer uma observação aqui em homenagem ao Senador Paulo Davim, eu diria que esta emenda, da forma como está sendo proposta por V. Ex^a, não vai alterar o contexto da minha análise.

Portanto, eu recomendaria que V. Ex^a colocasse em votação o relatório que apresentei e sugeriria ao Senador Paulo Davim que eventualmente apresente outro projeto de lei específico na direção do seu entendimento, a partir das informações que colheu junto à Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Entretanto, meu caro Senador Paulo Bauer, na forma regimental, conforme se diz aqui, é possível recebermos a emenda proposta pelo Senador Paulo Davim, porque a matéria não foi votada.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria não foi votada. Estamos em discussão e é permitido, de forma regimental, que o Senador Paulo Davim proponha. É óbvio, é evidente que V. Ex^a vai acatar ou não vai acatar, até porque aqui a matéria está com o parecer do Relator pelo “não”, ou seja, pela rejeição da matéria.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu, naturalmente, subordino-me à determinação regimental e acolho esta proposta de emenda: reanaliso a proposta à luz da proposta do Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já éramos, com certeza, por parte da Mesa, sabedores de que V. Ex^a, de forma educada e com bons princípios no mundo político e ético, receberia a emenda proposta pelo Senador Paulo Davim.

De forma que agradeço V. Ex^a.

Está adiada a discussão da matéria, ou seja, a votação, por falta de quórum.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pauta esgotada?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pauta esgotada em função de alguns compromissos de outros Senadores aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer dois comentários rápidos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esta Comissão aqui, sem falsa modéstia, graças às Sras. e aos Srs. Senadores tem votado aqui. Paulo Paim tem nos acompanhado e V. Ex^a e Paulo Davim têm visto que a Comissão tem bombado e funcionado!

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de fazer um comentário. Vejam só, discordar de quem a gente admira e gosta é sempre uma tarefa muito difícil e incômoda, sobretudo. Mas eu sou levado e obrigado a discordar da declaração do Ministro Padilha, por quem tenho uma profunda admiração, do comentário feito pelo Ministro a respeito do tabagismo.

O Brasil é um dos países que cobram mais barato o cigarro, o preço do produto é um dos mais baratos do mundo. Apesar de a Organização Mundial da Saúde afirmar que a estratégia de elevar o custo do cigarro diminui o seu uso, observado em todos os países que usaram essa estratégia, o Ministro da Saúde, nosso querido Alexandre Padilha, não considerou prioritário o aumento do preço do cigarro, discordando, inclusi-

ve, de uma estratégia e de uma demonstração clara apresentada pela OMS, de que a elevação do custo do cigarro diminui o acesso a ele. Achou que não era prioritário, para o Governo, aumentar o preço do cigarro.

Lamento. Acho que é uma posição equivocada do querido Alexandre Padilha. Da mesma forma que desagradou às instituições médicas a sua afirmação de que o tabagismo não é uma dependência, é um hábito. Também equivocado. O tabagismo causa dependência. Portanto, deve ser tratado como tal, e não simplesmente um hábito.

Fica aqui o meu registro. Apesar de tudo, respeito-o e tenho admiração pelo Ministro Padilha. Porém, entendo que foi uma declaração infeliz do nosso Ministro diante dessa cruzada que todos nós fazemos, no sentido de diminuir o uso do cigarro no Brasil.

Outro comentário, Sr. Presidente, é que tive contato com o Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Cid Carvalhaes, e também tive contato com o Presidente do Sindicato dos Médicos da Paraíba. Nesses dois Estados, existe um movimento da categoria médica, existe uma queda de braço, existe um impasse entre os governos dos citados Estados com a categoria médica.

Para se ter uma idéia, na Paraíba, Estado vizinho ao meu, inclusive, na última reunião desta Comissão, o Senador Cícero Lucena teceu comentários sobre essa crise. O fato é que o Governo da Paraíba, que pagava o valor do plantão até o mês passado, resolveu diminuir 30% do valor pago aos plantonistas da rede pública de saúde. Isso evidentemente trouxe uma insatisfação generalizada aos profissionais da saúde daquele Estado. E os médicos entraram em greve. O governador, apesar de ser farmacêutico, tensionou, radicalizou, não recebeu as entidades médicas para negociar, desqualificou as representações do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica do Estado da Paraíba e dos Sindicatos dos Médicos da Paraíba. Só abriu um precedente para receber dois Conselheiros Federais do Conselho Federal de Medicina, que foram ao Estado na tentativa de abrir os canais de negociação com a categoria.

Então, quero lamentar essa postura do Governo do Estado vizinho da Paraíba. Não seria uma ingerência minha do ponto de vista político, não. Sou médico, pertenci, ao longo da minha atividade, a instituições médicas nacionais. Por isso estou abordando esse tema e me solidarizando com os médicos da Paraíba, da mesma forma que estou me solidarizando com os médicos de Mato Grosso. Infelizmente, o que me foi relatado pelo Presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso, Dr. Edinaldo Lemos, é também preocupante.

Chamo a atenção do Ministério da Saúde, do Governo. Precisamos de uma vez por todas sentar para discutir essa questão da carreira de saúde do SUS. Precisamos discutir, precisamos priorizar. O Brasil não pode mais tratar a saúde dessa forma empírica, dessa forma pouco profissional. A saúde precisa ser prioridade do Governo brasileiro, sob pena de, todos os meses, a gente tomar conhecimento de crises, greves, suspensão de atendimento à população carente, que é a população que utiliza do SUS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e me solidarizo e me associo, naturalmente, às suas observações. V. Ex^a tem toda a razão.

Senador Wellington Dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, logo em seguida.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para colocar que o Senador Paulo Davim tem acompanhado com todo o carinho esse trabalho nessa área da dependência química e de outras áreas.

Na verdade eu quero aqui só dar um esclarecimento. O próprio Ministro Padilha esteve aqui e quando esteve aqui ele tratou, primeiro, o cigarro como um grave problema no Brasil, um problema que causa dependência química. Essa é a compreensão do Ministério.

Então o que ele quis colocar no contexto foi um evento da comemoração do Dia Mundial do Tabaco, na Organização Panamericana de Saúde. O que ele quis chamar a atenção que ao se elevar o preço do cigarro, é preciso ter cuidado com o combate à pirataria. Isso porque senão entra um produto de qualidade pior, entra um produto mais forte. Vou usar aqui um termo do Nordeste e não sei como é usado em outras regiões: quando você não pode comprar um cigarro, você compra um basé, você compra aquele do fumo mesmo, feito cigarro de palha, o cigarro da pior qualidade. E o prejuízo à saúde é ainda maior. Então basicamente ele não foi contra. Aliás, na proposta que nós estamos tratando com o Governo, para formar um fundo nessa área de prevenção e tratamento de dependência química, o Brasil tem que fazer o que o mundo já fez: exatamente tratando de uma tributação elevada nas drogas legais, para poder viabilizar as condições para o tratamento e essas outras coisas.

É preciso lembrar que no contexto ele é verdade não usou o termo "dependente químico". Ele apenas disse que no Brasil, quando ele falou no hábito, ele não quis dizer que não reconhece o termo "dependente químico." Eu compreendi, quando ele falou isso, que a população brasileira vê com naturalidade... Por exemplo, quando a gente vê alguém fumando maco-

nha, fumando *crack*, usando cocaína, nós nos indignamos. Quando a gente vê alguém fumando um cigarro, a gente não tem a mesma indignação, a gente não tem a mesma preocupação com as consequências daquilo, para quem está fumando e para quem está no entorno. Então o que ele quis foi apenas chamar a atenção que isso se tornou um hábito bem aceito na sociedade. Ele queria dizer que está trabalhando para introduzir uma nova cultura de ver essas drogas todas como algo prejudicial à saúde.

Então eu queria apenas fazer esse esclarecimento, porque o Ministro Padilha tem sido um importante parceiro nesse trabalho na defesa de uma política correta para a dependência química.

Então era para basicamente dar-lhe essa informação como quem esteve participando do momento da sua fala.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador, claro, eu tenho amizade com o Ministro. Como eu disse há pouco, tecer comentários, contrariando quem a gente admira, quem a gente gosta é sempre difícil. Eu tenho o maior respeito e carinho e respeito pelo Ministro. Agora não deixa de ser uma declaração infeliz. Isso eu vou dizer a ele. Sempre que encontro com o Ministro Padilha, eu levo para ele as minhas opiniões, até porque eu sou médico, trabalho nessa área há muitos anos, sou cardiologista. Você quer ver alguém desgostar de cigarro é um cardiologista e um pneumologista. Eu sempre cobro das autoridades sanitárias uma postura sempre firme no enfrentamento ao cigarro. Para você ter uma ideia, o cigarro é responsável por 90% dos cânceres de pulmão e é responsável por 30% dos demais cânceres e responsável por 35% das doenças coronarianas. O Brasil, no ano passado, gastou mais de R\$330 milhões, o SUS gastou mais de R\$330 milhões com as doenças diretamente provocadas pelo cigarro.

Portanto, isso exige da autoridade uma postura firme. É bem verdade que a gente sabe que a nossa fronteira ainda é uma peneira; é bem verdade que o contrabando de cigarros chega fácil aos grandes centros. Mas isso não impede que o Governo tome a medida de elevar o custo do cigarro, até porque o cigarro do Brasil é o mais barato. Ou seja, em função de existir essa permissividade na fronteira, nós estamos beneficiando a produção legal do Brasil, oferecendo um dos cigarros mais baratos do mundo. Eu acho que não. Acho que a gente tem que seguir o que a OMS determina, elevar o preço do produto e, ao mesmo tempo, estabelecer uma penalidade firme, severa, para o contrabando do cigarro. Só assim vamos fazer o enfrentamento como manda a lei, como determina a OMS. Não vai aqui nenhuma crítica à pessoa do Minis-

tro, pelo contrário, tenho o maior carinho por ele. Agora, cobro, até na condição de médico, as posturas firmes nessas questões de enfrentamento às drogas lícitas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sei. Quero, Sr. Presidente, permita-me, apenas dizer que a posição de V. Ex^a é a posição, inclusive, que o próprio Ministro manifestou lá no evento e dar um dado importantíssimo, que é uma vitória também desta Casa, Senadora Ana Amélia. Debateremos aqui... As entidades que trabalham com o fumo criaram um cigarro com aditivo, um cigarro com sabores, claramente voltado para atingir crianças e adolescentes, uma coisa completamente criminosa. A ANVISA tirou o apoio, considerando ilegal a comercialização desse tipo de produto. Então, foi feita a consulta pública. A ANVISA agora oficializou – foi isso o que ele anunciou lá -, com o apoio, inclusive, do Ministério, ser contrária à comercialização desse tipo de produto. Então, acho que é algo importante e o Brasil não pode ver isso com naturalidade, ir nesse caminho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na ordem está inscrito o Senador Paulo Paim e, em seguida, a Senadora Ana Amélia. Quero registrar que o Senador Paulo Davim está hoje entusiasmado com diversos temas, como o seu Estado, o negócio dos médicos, Mato Grosso, inclusive, do presidente da Comissão, e agora nesta questão. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Serei muito rápido, Sr. Presidente. Só para dizer ao meu grande amigo, médico também, Senador Paulo Davim, que o Ministro Padilha também é médico, ele sabe disso, naturalmente, que o Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de fumo, no mínimo, do nosso país. E, no debate da Convenção-Quadro, que se deu aqui na Legislação passada, o Ministro Padilha foi um dos mais duros nesse debate, mais firme e mais duro. Na época ele ainda não estava no Ministério da Saúde, mas participou no sentido do Brasil aprovar e ratificar a Convenção-Quadro, que acabou ratificando. Entendo porque conheço as posições do Ministro Padilha sobre esse tema, do amigo, Senador Paulo Davim, que, da forma que expressou, ele quis dizer que só aumentar não resolve, é preciso aumentar e ter uma política muito mais dura. O próprio Senador Paulo Davim foi feliz quando falou na questão das fronteiras, do contrabando. Ele quer ir além disso. Sei o quanto ele é duro em relação a esse debate, mostrando uma posição muito clara. Se dependesse dele ninguém fumava neste país. Ele tem uma posição muito clara nesse sentido. Faço apenas esse esclarecimento porque eu acompanhei

com ele, dialogamos muito na Legislatura passada. Inclusive, tivemos, se não me engano, duas ou três audiências públicas lá no Rio Grande do Sul, onde foram o Ministério da Saúde, a Casa Civil. No fim, a Convenção-Quadro foi aprovada, mas mediante uma série de considerações que não trouxessem prejuízo imediato para o produtor do Rio Grande e também de Santa Catarina, que atua nessa área do fumo. Era só esse esclarecimento, um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É sobre o mesmo tema. Lamento muito que o Senador Wellington Dias tenha se afastado, pois não concordo com a expressão que ele usou de que a indústria usa de forma criminosa. A indústria só é autorizada a produzir, seja em medicamentos ou em outra área, com autorização do Governo e com fiscalização. Então, essa coisa dos tipos de fumo, das variedades usadas no Brasil, vários países também usam. Não quero com isso estar defendendo essa substância, Senador Casildo Maldaner, mas não aceito que usem a expressão “criminosa”, já que essas empresas estão trabalhando na legalidade. A questão de combater o tabagismo é diferente, pode ser feita, os médicos têm as suas razões. Agora, dizer que a indústria age criminosamente é forçar um pouco a barra. Lamento que ele não esteja aqui para contestar. As duas audiências públicas foram submetidas a também audiências públicas no âmbito da Câmara, patrocinadas pela Comissão de Agricultura, dado o impacto econômico e social da produção de fumicultura no Brasil. No meu Estado e no seu Estado, Santa Catarina, e no Estado do Paraná, da Senadora Gleisi, com quem também tivemos tratando de assuntos pertinentes aos produtores de fumo, existem, na sua maioria, pequenos agricultores; agricultura tipicamente familiar, com áreas médias de dezesseis hectares. É que não houve, na reconversão econômica, nenhuma atividade econômica que compensasse a eles o setor.

Ademais, Senador, é bom lembrar que, em relação a essa produção, 85% são destinados ao mercado externo. Isso provoca renda. Então, na área de produção de fumo, a rentabilidade para o produtor, pequeno agricultor de agricultura familiar, é uma das mais altas.

Portanto, temos que resolver esse dilema social e também o da área da saúde, mas não dessa forma, de criminalizar uma indústria que é, legalmente, instalada no Brasil. Há muitos trabalhadores. Ela tem responsabilidade com a receita de muitos Municípios. No caso do meu Estado, alguns Municípios, como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, apenas para citar alguns, Candelária ou Canguçu, aqueles que estão voltados

para essa produção, dependem, basicamente, da arrecadação da produção da fumicultura.

Era esse o meu posicionamento, Senador Casildo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Apenas para dizer, em cima disso, que o que se quer com o tempo se pode, até para encontrar alternativas, como é o Estado do Rio Grande do Sul, como é o nosso, Santa Catarina, mesmo o Paraná.

Esses pequenos produtores, que vivem disso, para mudar de profissão, tem que haver uma proposta de Governo, dos órgãos públicos para, paulatinamente, irem alterando de profissão, conseguir uma situação de vida. Mas isso não se faz de uma hora para outra. Não tem como!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi lembrado até, Presidente, que, na Bandeira do Brasil, no escudo nacional, tem um ramo de café e um ramo de fumo. Isso está na história do Brasil. Então, é uma cultura que está há séculos. Então, claro, a reconversão econômica precisa ser feita, mas tem que ser feita de acordo com critérios que deem ao agricultor a renda.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Tem que ser aos poucos, paulatinamente, alterando.

Não havendo mais nada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acho até que, por uma questão de justiça, sobre esse tema ainda, quero dizer que o Senador Zambiasi, quando estava aqui, no Senado da República, apresentou um projeto muito interessante, em que ele cria um fundo, e esse é fundo é exatamente para garantir ao trabalhador da área rural – cuja defesa, hoje, é sobrevivência – que o fumo possa passar para uma cultura alternativa mediante esses incentivos.

Sou Relator desse projeto do fumo. Ele está pronto para ser votado. Tive o cuidado, pelo respeito e carinho que tenho pelo Senador Zambiasi, de remeter a ele uma cópia do meu substitutivo. Uma vez aprovado, e quero dizer que o mérito é todo do Senador Zambiasi, vamos criar um fundo para permitir que o trabalhador rural tenha incentivos, de fato, para a cultura alternativa, que vai interessar a todos aqueles que produzem fumo no Brasil hoje, podendo, então, migrar para outra atividade.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Puro raciocínio em atividade. É pôr a cabeça para trabalhar!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesse aspecto, também vale ressaltar o trabalho que a Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil, vem fazendo, no sentido já de uma diversificação, Senador Paim, que tem sido muito elogiada, com várias cultu-

ras alternativas, inclusive na produção de biodiesel, de energias renováveis, através dessa diversificação. Isso vem sendo feito há muito tempo, e também foi a primeira instituição que teve seguro de renda para os produtores rurais.

Então, vale aproveitar esses exemplos, porque eles também estão se esforçando nessa diversificação econômica.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Que bom, Ana Amélia! Estão aí Paulo Paim, Senadora Ana Amélia, a criatividade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Criatividade do Senador Paulo Davim! O Senador é que criou todo este debate...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Paulo Davim, hoje, estava muito animado. Eu nunca o vejo assim entusiasmado, com vigor extraordinário!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas o fato é que precisa, como a convocação do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso... O tema suscita um debate bastante profundo e detalhado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Consulto se há mais alguém que queira fazer uma observação.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos muito trabalho à frente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Então, vou dar por encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 09 minutos.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos, do dia quinze de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e Ana Rita. Justificam ausência os Senadores João Durval, Paulo Davim,

Cristovam Buarque e Lobão Filho. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião que é dada por aprovada. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, que “Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009” (*Substitui a expressão “Bombeiro Civil” por “Brigadista Particular”*), de autoria do Deputado Laerte Bessa, com a presença dos seguintes oradores: Carlos Eduardo P. A. Casa Nova – Coronel Casa Nova Presidente da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil – LIGABOM e Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE; Gladimir Murer – Tenente-Coronel Murer, Diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC; Luiz Tadeu Vilela Blumm – Coronel Blumm, Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF; Marcus Vinicius Braz de Camargo – Tenente-Coronel Vinicius, Chefe da Assessoria Parlamentar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF; Deputado Federal Augusto Carvalho, Câmara dos Deputados; Deputado Distrital Chico Vigilante, Câmara Legislativa do Distrito Federal; Ivan Campos, Presidente do Conselho Nacional dos Bombeiros Civis, em substituição ao Senhor Ubiraci Lima Santos – Lima Bombeiro, Representante Nacional dos Bombeiros Civis e da Associação dos Bombeiros Civis – ASBOMCIVIL; Francisco José Antônio da Silva – Chico Bombeiro, Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal – SINBOCIVIL/DF. Após a exposição dos oradores, usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cyro Miranda, e as Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia, Marta Suplicy e Ana Rita. O Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, agradece a presença de todos os senhores senadores e senhoras senadoras presentes e dos oradores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**,

juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLC nº 7, de 2011, que altera o Dispositivo nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, e substitui a expressão “bombeiro civil” por “brigadista particular”, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011, da CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim.

A Presidência solicita a todos os presentes que desliguem o telefone para o bom andamento dos trabalhos.

A Presidência também comunica que a sala 19 está disponível, com o telão, transmitindo esta audiência pública.

Eu gostaria de convidar para fazer parte da mesa para início da nossa audiência publica o Sr. Luiz Tadeu Villela Blumm, Coronel Blumm, comandante operacional do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal.

Convido o Sr. Marcus Vinicius Braz de Camargo, tenente-coronel Vinicius, chefe da Assessoria Parlamentar do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal.

Convido o Sr. Ubiraci Lima Santos, Lima Bombeiro, representante nacional dos bombeiros civis e da Associação dos Bombeiros Civis.

Temos algumas autoridades convidadas. Todavia não se encontram ainda no recinto. Nós vamos iniciar a nossa audiência, e, eventualmente, com o comparecimento dos demais, serão convidados para participar da Mesa dos trabalhos.

Hoje vamos realizar audiência pública para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, que propõe a alteração da Lei nº 11.901, de 2009, que regula a profissão de bombeiros, para trocar a expressão “bombeiro civil” por “brigadista particular”. A proposta de alteração é do ex-Deputado Laerte Bessa e está sendo relatada por mim.

Em seu projeto, o ex-Deputado Laerte Bessa considera que o termo “bombeiro” é uma denominação inadequada para os profissionais civil já que é vinculada diretamente aos bombeiros militares, profissionais das forças de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal que executam atividade de defesa civil.

O meu parecer, por considerar a intenção de ser fazer a adequação da terminologia, não vai interferir – é bom que se esclareça – nos direitos conquistados pela nova categoria. A mudança é necessária para

que a própria sociedade não confunda as profissões e possa solicitar o profissional correto num momento de urgência ou necessidade.

Nesse caso, o Senador Paulo Paim, autor desse requerimento, propõe esta audiência pública para que possamos, de forma transparente, sobretudo democrática, dirimir alguma dúvida que possa ter algum dos segmentos tanto do bombeiro militar como do bombeiro civil.

Quero crer que são terminologias que estão mudando, com bem disse, o que não vai interferir quase em nada, sobretudo os direitos e conquistas que já têm tanto o Bombeiro Civil quanto o Bombeiro Militar.

Todavia, esta Casa, esta Comissão tem a obrigação, naturalmente, de debater matérias pertinentes com todos os segmentos da sociedade brasileira. Por isso, quando o Senador Paulo Paim pediu essa audiência pública, nós a colocamos em Plenário desta Comissão e foi aprovada por unanimidade. Quero crer que esta audiência será muito proveitosa. Poderemos dirimir nossas dúvidas, fazermos uma reflexão. Quero esclarecer que essa matéria, diante dessa audiência pública, não vai ser votada no dia de hoje. Vamos colocar para a semana que vem para dar condições para que as Sras. e os Srs. Senadores reflitam e possam dar seu voto da forma que entenderem que seja melhor.

Para tanto, quero convidar para fazer a sua explanação o Sr. Luiz Tadeu Vilela Blumm, Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, que terá 10 minutos para falar em relação a essa audiência pública.

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO (*Fora do Microfone.*) – V. Ex^a permite fazer uma inversão, e aí eu inicio a fala?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos inverter a ordem dos inscritos. Passo a palavra ao Tenente-Coronel Marcus Vinicius Braz de Camargo, Chefe da Assessoria Parlamentar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

V. S^a tem 10 minutos para fazer sua explanação.

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Exm^o Sr. Senador Presidente desta audiência pública, Exm^{os} Srs. Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Inicialmente, eu gostaria de manifestar meu mais paradoxal sentimento em participar de tamanha manifestação democrática. Fico feliz em participar desse representativo momento ímpar, onde terei oportunidade de apresentar a todos os presentes o verdadeiro significado da denominação bombeiro. Por sua vez, fico triste, pois poucos dos aqui presentes conhecem o verdadeiro significado e a importância dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, que, para muitos,

consiste meramente em debelar incêndios e atuar em catástrofes.

Diferentemente, iniciarei a defesa pela alteração do termo Bombeiro Civil por Brigadista Particular de forma não clássica. Para não cometer o erro de olvidar detalhes não menos importantes, farei a leitura dessa defesa.

Ao buscar a melhor forma de abordar a temática em questão, percebi que não há como abordá-la sem fazer alusão à carreira do Bombeiro Militar. Assim, farei uma exposição de minha trajetória profissional. Para tanto, a partir de agora, convido todos a fazerem uma reflexão sobre o que passarei a explanar. Espero, com isso, alcançar a profundidade e fazer ecoar por esta sala e corredores o verdadeiro significado e sentimento do ser bombeiro.

É bem verdade que, quando cheguei à época de decidir que carreira seguir, tentei buscar refúgio em minha antiga vocação de ser religioso, sacerdote e celibatário. Graças ao Arquiteto Universal, meu novo sacerdócio encontrou refúgio na carreira de Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, corporação que completa, este ano, 155 anos de existência e de excelentes serviços prestados à sociedade.

Para justificar essa última afirmação, segundo a revista *Seleções Reader's Digest*, que concedeu o prêmio Marcas de Confiança aos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, aos profissionais dessas corporações, que foram eleitos os mais confiáveis do País, com índice de aceitação de 93% de credibilidade, muito mais mesmo do que a própria igreja. Minha intuição, então, à época, parece seguir um caminho tão bom quanto o desejado.

Diversamente dos outros Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, onde a competência para organizar e manter é exclusiva dos Governos estaduais, o inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal estabelece como competência da União organizar e manter o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Porém, todos os Corpos de Bombeiros Militares, como integrantes da segurança pública, possuem, como dever constitucional do Estado, as atribuições de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, direitos constitucionais previstos no art. 144 da Constituição.

A Lei Federal nº 7.479, de 2 de junho de 1986, que aprova o Estatuto dos Bombeiros Militares, detalha um pouco mais as atividades que devem ser desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, além de estabelecer direitos, deveres, obrigações e sanções quando se tratar de ordem administrativa e penal militar. Mas é preciso refletir que, além das manifestações sempre fiéis à Pátria e à corporação,

somos especialmente fiéis aos vínculos racionais e morais que nos ligam à sociedade.

Diante desses vínculos racionais e morais, os arts. 29 e 32 da Lei Federal nº 7.479/86 estabelecem os códigos de ética e dos deveres dos bombeiros militares. Vou só citar alguns aqui: amar a verdade e a responsabilidade como fundamentos da dignidade; exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; respeitar a dignidade da pessoa humana; cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções, as ordens das autoridades competentes; zelar pelo preparo próprio moral, intelectual, físico e também pelo dos subordinados; praticar a camaradagem; empregar todas as suas energias em benefício do serviço; ser discreto em suas atitudes; conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro. Quanto aos deveres, dedicação integral – dedicação integral! – ao serviço, trato urbano, cordial e educado e a segurança da comunidade.

Por sua vez, os arts 2º da Lei Federal 8.255 e do Decreto Federal nº 7.163 estabelecem as competências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, quais sejam: realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios; realizar serviços de busca e salvamento; realizar perícias de incêndios relacionados com a sua competência; prestar socorro nos casos de sinistro, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida; realizar pesquisas técnico-científicas com vistas à obtenção e ao desenvolvimento de produtos e processos voltados para a segurança contra incêndio e pânico; realizar atividades de segurança contra incêndio e pânico, com vista à proteção das pessoas e dos bens públicos e privados; realizar as atividades de prevenção aos incêndios florestais; executar as ações de defesa civil; executar as ações de segurança pública que lhe forem cometidas pelo Presidente da República; executar ações de emergência médica em atendimento pré-hospitalar e socorros de urgência; desenvolver na comunidade a consciência para os problemas relacionados com incêndios, acidentes em geral e pânico; promover e participar de campanhas educativas direcionadas à comunidade; fiscalizar na sua área de competência o cumprimento da legislação referente.

Essas atribuições, vale dizer, não norteiam não só as exclusivas ações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mas de todas as outras Corporações de Bombeiros Militares do Brasil.

Para solicitar esses serviços, senhoras e senhores, todas as corporações atendem pelo número telefônico de emergência único, padrão no Brasil, 193.

Todos os dias, as ações dos Corpos de Bombeiros Militares prestadas à sociedade brasileira estão na mídia, seja eletrônica, seja impressa, seja televisiva ou seja de rádio.

Pois bem. Foi para cumprir essas e outras atribuições que ingressei na corporação no início da década de 90 e prestei o seguinte compromisso:

“Ao ingressar no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente aos serviços profissionais e à segurança da comunidade, mesmo com sacrifício da própria vida”.

Considerado como curso superior, certamente com o passar dos anos, houve um processo de adaptação e aperfeiçoamento desse currículo. Por conseguinte, o curso que realizei teve a duração de 36 meses com uma carga horária de 4.400 horas/aula. Ao concluir o Curso de Formação de Oficial Bombeiro Militar, fui declarado Aspirante a Oficial. A partir de então, teve início o estágio probatório com duração de seis meses e, sinceramente, senhoras e senhores, esse escrutínio até hoje não teve fim. Essa avaliação e reconhecimento por parte da sociedade continuam a me exigir o desiderato da perfeição.

Claro que estava preparado para as mais diversas situações. Atuei e atuo nos mais diversos pedidos de socorro e chamadas de emergência no dia a dia do Distrito Federal. Combati os grandes incêndios florestais deflagrados na capital em 1994 e em 2005. Igualmente, combati o grande incêndio florestal ocorrido em 1998 que acometeu todo o Estado de Roraima. Participei por quase trinta dias da implantação do núcleo de ajuda humanitária do governo brasileiro em Porto Príncipe, no Haiti, em decorrência do grande terremoto que houve em janeiro de 2010.

Durante a minha vida profissional, vi as mais diversas formas e caras da violência. Vi muitas vidas irem, porém não vi nenhuma vida chegar. Uma das poucas coisas que lamento em minha carreira é somente não ter auxiliado em um parto. Também vi a sorte – se é que posso assim chamar – sorrir ao conceder mais uma chance à vida.

Parafraseando Norberto Bobbio, as nações já não mais se dividirão entre ricas e pobres, fortes ou fracas, e, sim, nas que sabem e nas que não sabem. Mesmo com essa formação básica, realizei diversos cursos de especialização proporcionados pela corporação, quais sejam, combate a incêndios florestais, análises e vistorias técnicas, combate a incêndios e salvamento

aeronáutico, perícia de incêndios e explosões, todos totalizando mais de treze meses e, conseqüentemente, mais mil e duzentas horas/aula.

Assim, senhoras e senhores, possuo mais de 63 meses e mais de sete mil horas/aula de preparação e estudos como bombeiro militar e para o Corpo de Bombeiros Militar, melhor dizendo, para a sociedade. É claro que o conhecimento nunca é demais. Como dito por Norberto Bobbio, quero fazer parte daqueles que sabem.

Atualmente, realizo curso de mestrado em sociologia pela Universidade de Brasília para entender as relações e problemas sociais, bem como buscar alternativas de solução desses problemas, com a participação do Corpo de Bombeiros Militar na construção de políticas públicas de segurança.

Muitos das senhoras e dos senhores aqui presentes devem estar se perguntando o porquê de elencar todas essas informações profissionais. Eu as cito para dizer que a minha trajetória profissional em nada, senhoras e senhores, ou pouco difere da trajetória dos bombeiros militares que aqui estão presentes nesta Comissão e dos que estão nas fileiras das corporações coirmãs dos mais diversos Estados da Federação. Pelo contrário, o meu *curriculum vitae* é um dos mais simples, tamanha a profissionalização em todos os níveis de nossos bombeiros militares. E são currículos, como o citado, que proporcionam a formação de bombeiros militares do Distrito Federal e de outros Estados da Federação. Para esclarecer, o último curso de formação de soldados bombeiro militar realizado em 2000, o curso básico da corporação, teve uma duração de 15 meses, com uma carga horária de 1.500 horas/aula.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Informo a V. S^a que tem mais três minutos para concluir, até porque temos vários convidados e, com certeza, vários Senadores e Senadoras que querem fazer as indagações.

Três minutos para concluir.

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Para se ter uma ideia da carga de trabalho no universo das adversidades, cito alguns dados estatísticos. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em 2009, socorreu 92.385 ocorrências, e esses atendimentos à população correspondem a mais de 320 tipos diferentes de pedidos de ocorrências cadastradas, que vão de A a V. Mas os Corpos de Bombeiros não realizam somente atendimento às ocorrências emergenciais, realizam também serviços sociais.

Para conhecimento, senhoras e senhores, atualmente o combate a incêndios realizado pelos Corpos de Bombeiros Militares caracteriza-se por um ciclo operacional contendo quatro grandes fases. De todas

as quatro grandes fases apresentadas, diferentemente dos Corpos de Bombeiros Militares, os bombeiros civis atuam somente na fase passiva ou estrutural, ou seja, aquela que consiste em restringir ou minimizar com prontidão as conseqüências e os danos causados pelo incêndio, que não puderam ser evitados na fase preventiva ou normativa. Na possibilidade de os bombeiros civis não minimizarem os efeitos iniciais, automaticamente inicia-se a fase ativa de combate realizada pelos Corpos de Bombeiros Militares. Ou seja, senhoras e senhores, os Corpos de Bombeiros Militares são os verdadeiros bombeiros dos bombeiros civis, pois essa nova categoria não possui viaturas de combate a incêndio, ambulâncias de salvamento, materiais e equipamentos específicos de combate a incêndio. Por isso, quando o fogo foge ao controle destes ou necessitam de ambulância, recorrem aos Corpos de Bombeiros Militares.

No que tange à legislação 11.901, esta, minimamente, exige a idade, o grau de escolaridade, a qualificação mínima, os exames psicológicos e físicos necessários para realizar a atividade. Ela tão somente estabelece o dever de prevenir e combater os incêndios. Ou seja, senhoras e senhores, os bombeiros civis não podem realizar nenhuma atividade que não seja aquela prevista em legislação que seja de prevenção e combate a incêndio. Se eles realizam atividade de atendimento médico pré-hospitalar, de salvamento e de busca, estão incorrendo no crime, podem incorrer no crime de exercício ilegal da profissão.

Outro ponto da legislação que merece ressalva é essa qualificação que é encontrada somente na norma brasileira 14.608, que estabelece uma carga horária mínima de 210 horas/aula.

De acordo com a matéria veiculada no *Jornal do Senado*, de 28 de abril, o Senador Paulo Paim, que propôs a realização desta audiência pública, justificou sua solicitação. Os bombeiros civis não querem a mudança por temerem perder o direito ao adicional de periculosidade de 30%, ligado à denominação bombeiro. Vamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para concluir. Um minuto para o V. S^a concluir.

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Ora, senhoras e senhores, se isso fosse verdade, a CLT não traria, no seu bojo do ordenamento jurídico, no seu art. 193, essa percepção de adicional de periculosidade de 30%. Ela não é ligada à denominação, Senador, permita-me estar discordando do senhor, ela é ligada à atividade, e quem regulamenta essa percepção deste adicional de 30% é o Ministério do Trabalho pela Norma Regulamentadora nº 16.

Bom, senhoras e senhores, é certo chamar um Vereador de Senador só porque constrói leis? É certo chamar um agente de segurança privada de policial só porque tem noções de Direito, de defesa pessoal e de tiro? É certo chamar um socorrista do serviço de atendimento médico de urgência, SAMU, de bombeiro só porque realiza igualmente o atendimento médico-hospitalar? É certo chamar um salva-vidas particular de bombeiro só porque realiza igualmente o salvamento aquático? Claro que não, senhoras e senhores, pois a etimologia da palavra bombeiro é muito maior do que prevenir e combater incêndios.

Como posso chamar de bombeiro civil uma categoria que realiza o serviço de prevenção e combate a incêndios intramuros e edificações públicas ou privadas, ministérios, *shoppings* e outros? Como posso chamar de bombeiro civil uma categoria que possui um curso de qualificação com uma carga horária mínima de 210 horas-aula? Como posso chamar de bombeiro civil uma categoria que não pode, por lei e nem por competência, realizar atividade de atendimento pré-hospitalar de busca, salvamento, resgates de defesa civil entre tantas outras?

Senhoras e senhores, o que está aqui em questão não é definir simplesmente exclusividade do nome, mas a necessidade de separar o público do privado; o que é de uns e o que é de todos. Usurpar o nome é o mesmo que pretender usurpar a função, à medida que induz o leigo, o cidadão à crença de que o serviço prestado é o mesmo, com as mesmas garantias, com a mesma competência e com o mesmo teor.

E o Senado Federal, como casa de pensadores, não pode agir diferente do que se espera. A aprovação do parecer do Senador Jayme Campos representa um interesse público, cujos Estados V. Ex^{as} representam e têm por dever proteger. Se não estamos presentes em todos rincões do nosso amado Brasil é porque faltam políticas de segurança elaboradas por parte dos nossos governantes.

Portanto, senhoras e senhores aqui presentes, Sras. e Srs. Senadores, a alteração de denominação do termo bombeiro civil para brigadista particular, em nada, repito, em nada prejudicará as conquistas e garantias alcançadas pela nobre categoria, muito menos as empresas públicas ou privadas que o contratam.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Tenente-Coronel Vinicius e, para o bom andamento desta audiência pública, solicito aos senhores convidados que cumpram literalmente os minutos que serão concedidos pela Presidência desta Comissão. Caso contrário, nós cortaremos a palavra, o que seria muito deslegante, não democrático, to-

dava, diante do número de convidados e, sobretudo, pelas indagações que os Srs. e as Sras. Senadoras querem fazer, nós temos que cumprir aqui o horário, caso contrário não teremos um bom andamento.

Quero convidar para fazer parte da Mesa Carlos Eduardo Casa Nova, Coronel Casa Nova, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

Convido Gladimir Murer, Tenente-Coronel Murer, Diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Por favor.

Convido o ilustre Deputado Federal Augusto Carvalho para participar da nossa audiência.

Convido o ilustre Deputado Distrital, o valoroso companheiro Chico Vigilante, para fazer parte da Mesa.

Prosseguindo com a nossa audiência, diante da já composição da Mesa, sobretudo com a participação de todas as autoridades convidadas, eu passo a palavra por dez minutos... Vamos cumprir horário, caso contrário eu vou cortar aqui. Os senhores têm que resumir, ser pragmáticos. Vamos devagar, sejamos menos prolixos para que possamos concluir dentro do horário previsto para esta Comissão.

Com a palavra, Ivan Campos, que, neste ato, está representando... É Presidente do Conselho Nacional dos Bombeiros Civis. Tem dez minutos. Solicito à Secretaria que registre por dez minutos, para que ele possa fazer a sua explanação. Muito obrigado.

O SR. IVAN CAMPOS – Excelentíssimos ilustres, começando a explanação, nosso intuito aqui não é questionar, de forma nenhuma, a autoridade ou a necessidade ou a efetividade do trabalho das corporações militares. Elas existem, o Estado tem obrigação de fornecê-las e infelizmente elas são muito mal... Como eu posso dizer? Elas acabam tendo poucos recursos para exercer um trabalho tão importante.

Agora, tão importante quanto o trabalho deles é o trabalho dos bombeiros civis. O ilustre Vinicius...

Vinicius, teve alguma – se me permite emendar parte do que você contou... Tem algumas informações que podem ser melhor informadas. Por exemplo: comentou a sua história pessoal. Isso é excelente. Também temos civis com história pessoal tão brilhante no País.

Você comentou também – se é que posso chamá-lo de você, desculpe – que nada vai prejudicar a categoria.

Eu lhe garanto que milhares de empregos vão ser perdidos no dia seguinte em que essa definição mudar, porque, por incrível que pareça, Brasília tem uma realidade no serviço de bombeiro que é alienígena para o resto do País. Só aqui tem a figura do brigadista, que tem que fazer 151 horas de curso em escolas mantidas por integrantes da corporação militar. Isso fere a Constituição. Você não tem livre concorrência.

Se todo profissional que for prestar esse serviço nas empresas tiver que fazer curso com eles, ninguém mais consegue fazer curso.

Mas vou trazer para vocês informações que acredito que faltaram para a Câmara, por isso esse absurdo de mudar o nome da profissão, como passou na Câmara.

O que é o brigadista para o País inteiro? Isso pela NR 23 do Ministério do Trabalho, que existe desde 1977.

Para o País inteiro, brigadista é a pessoa que, dentro do local de trabalho, faz o curso voluntário de brigada de incêndio. Exemplo: nós todos trabalhamos aqui. Se nós todos trabalhamos aqui, do mesmo jeito que separam alguns voluntários para fazer o curso de Cipa, separam alguns voluntários para fazer o curso de brigada de incêndio. Então, toda empresa, pelo Ministério do Trabalho – pode ser um escritório com duas pessoas trabalhando –, tem que ter lá a brigada de incêndio. Isso no País inteiro, fora o trabalho que a pessoa já presta na empresa.

Por norma técnica da ABNT, locais com certa concentração de pessoas e com certo tipo de risco também têm que ter o bombeiro civil, porque o bombeiro militar é o funcionário público a serviço do Estado. Ele não pode prestar serviço dentro de uma petroquímica, ele não pode prestar serviço dentro de um shopping que tem milhares de pessoas, ele não pode prestar serviço dentro de locais de evento privado ou de produção ou de indústria que tenham risco e precisem de um profissional de emergência.

O bombeiro civil, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que consta da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, que existe desde 1987, na família 5171-10, você tem lá explícito: bombeiro civil.

Esse profissional, para o Ministério do Trabalho e Emprego, tem 26 competências pessoais e presta 129 atividades de prevenção em ação e emergência, divididas em dez grupos. E um desses grupos é educação e ensino, na parte de prevenção.

Então é o único profissional especializado em emergência deste País, na área civil.

Você tem o técnico em segurança do trabalho e o engenheiro com especialização em segurança do trabalho, que cuidam da parte de prevenção e da parte de segurança do trabalhador nas empresas. Fora isso, você tem o bombeiro civil, que é o braço direito deles.

Então, o bombeiro civil existe, sim, é extremamente importante e tem competência profissional para atendimento público também. No Sul do País, 110 Municípios têm o serviço de bombeiro civil municipal.

Uma informação que talvez os senhores não saibam é que no Brasil nós temos cinco mil quinhentos e tantos Municípios dos quais apenas seiscentos e tantos

têm serviço de bombeiros públicos. E, nesses que têm serviço de bombeiros públicos, em 120 o serviço é de bombeiro civil, principalmente no Sul do País. Esses serviços se devem ou ao prefeito que, com visão e responsabilidade, cria o serviço de bombeiro municipal, concursa esse pessoal para trabalhar, equipa-os, treina-os. Assim se tem o bombeiro do Município. Ontem, em Guarulhos, grande Município de São Paulo, foi publicada a Lei 6.835, criando o Corpo Municipal de Bombeiros Civis Voluntários do Município de Guarulhos. Em Grande São Paulo. Essa lei foi publicada lá. “A Prefeitura de Guarulhos cria e organiza o Corpo de Bombeiros Municipais Voluntários para integrar a sociedade civil em ações de combate a incêndios, de socorro em calamidades públicas ou na defesa permanente do meio ambiente. Art. 3º – as atividades de bombeiros voluntários civis do Município estarão vinculadas à Defesa Civil no Município de Guarulhos.

Outra inconsistência: o bombeiro militar do Estado é o braço operacional da Defesa Civil. Então a regulamentação do serviço de bombeiro é a Defesa Civil; em especial, Secretaria de Segurança e tal. Mas se você pegar Defesa Civil, encontrará um civil prestando o serviço lá, convênio comunitário.

Outro assunto muito importante: não há viatura de bombeiro civil. Em Joinville há 900 viaturas nos 120 corpos de bombeiros; Rio Grande do Sul, em Santa Catarina há uma quantidade enorme de profissionais atendendo a comunidade. Agora, se vocês hoje permitirem que esse PL vá para frente e amanhã se extinguir o bombeiro civil no *Diário Oficial* ou coisa assim, no dia seguinte, todos os comandos de Polícia Militar vão estar com assessoria jurídica fechando esses grupamentos, porque infelizmente eles têm um corporativo enorme para não deixar haver concorrência. A grande verdade é essa. Depois que foi publicada a Lei Federal do Bombeiro Civil 11.901, de 2009, quatro meses depois, já tinham conseguido entrar com essa emenda; e a Lei do Bombeiro Civil demorou mais de 17 anos para ser aprovada. Então, estamos aqui com uma questão muito séria não só para defender a profissão, mas também para a segurança pública do País.

O Município de São Paulo, indiscutivelmente, tem um dos melhores sistemas de saúde do País, e isso se deu porque a prefeitura instituiu os PAS; começou a passar para a iniciativa privada parte do sistema de saúde; e funciona muito bem. Nos Municípios em que há bombeiro civil trabalhando funciona muito bem porque a folha de pagamento é muito menor e as condições de trabalho são muito mais fáceis de serem articuladas; a comunidade abraça. Então, indiscutivelmente, o bombeiro militar é importantíssimo sim, tem que ser

mantido e incentivado, mas de forma nenhuma se pode excluir o bombeiro civil deste País, de forma alguma.

Em especial, e concluo porque só tenho três minutos, há alguns documentos importantes; uma consultoria feita em 2009 na própria Câmara com toda a documentação, toda a legalização da profissão de bombeiro incentivando os bombeiros civis nos Municípios. A Câmara ignorou isso e aprovou este projeto.

Rogo aos senhores, agora que têm mais noção do que é o bombeiro civil, da importância desse profissional no País, que não deixem isto ir para frente. O bombeiro civil hoje está muito bem organizado; nós temos conselhos, sindicatos, o sindicato mais antigo do País de bombeiro civil do Estado de São Paulo. Então a questão aqui é puramente reserva de mercado, concorrência desleal. Consigo provar para vocês, tenho documentação disponível falando da importância da ação do bombeiro civil no País. Esse profissional não pode desaparecer. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Ivan, Presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis, que presta bons esclarecimentos.

Por isto valem a pena, Senador Paim, as audiências públicas, para que possamos fazer nossas reflexões.

Concedo a palavra ao Tenente Coronel [Luiz Roberto] Muller, Diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina.

V. S^a tem dez minutos para prestar seus esclarecimentos nesta Comissão.

O SR. LUIZ ROBERTO MULLER – Bom dia a todos!.

Eu gostaria de saudar e cumprimentar e agradecer a oportunidade.

Inicialmente nós precisamos fazer um registro bem significativo desse processo. Nós estamos entrando em uma confusão na questão de nomenclaturas. O escopo desta lei trata exclusivamente dos bombeiros civis ou dos brigadistas particulares que são aquelas pessoas que prestam atividade intramuros dentro das empresas, dentro das edificações. Essas pessoas é que são impactadas por essa lei.

Vou fazer questão de ler o art. 2º desta lei, que diz:

“Considera-se bombeiro civil ou brigadista particular aquele que, habilitado nos termos desta lei, exerça em caráter habitual função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndios com emprego contratado diretamente por empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista ou empresas especializadas em prestação de serviços.

Quando se referem a empresas públicas se referem às autarquias que prestam serviço cujo caráter também é privado.

Eu gostaria de deixar bem claro que com o escopo desta lei, Senador Casildo, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina não vão sofrer impacto nenhum com relação à prestação do serviço voluntário dos corpos de bombeiros voluntários.

Nós teríamos muito prazer em aprofundar a discussão, construirmos um processo, formalizar ainda mais a parceria que existe entre o órgão oficial do Estado de Santa Catarina e os bombeiros voluntários do nosso Estado e do Estado vizinho, Rio Grande do Sul.

Esta questão trata exclusivamente dos brigadistas ou bombeiros civis que são contratados; os bombeiros municipais, os bombeiros voluntários não estão incluídos neste projeto de lei. Essa é uma coisa que nós gostaríamos que ficasse muito clara. Essa questão é própria para os brigadistas, para os bombeiros civis que são contratados por grandes empresas ou grandes empreendimentos. São aquelas pessoas que prestam serviço relevante. Quero dizer, ainda, que as instituições militares reconhecem a importância dos brigadistas. Nós como instituições oficiais dos Estados, inclusive, geramos a demanda para o serviço dos brigadistas. Eles são a extensão do serviço dos bombeiros.

Quanto à questão propriamente dita, citada pelo nobre colega que fala da questão *sui generis* de Brasília, lembro que Santa Catarina, Senador, no ano passado também aprovou uma lei que institui o serviço de brigadas e de brigadistas no Estado. Refiro-me à Lei 15.124, de 19 de janeiro de 2010, cujo Decreto, 3.465, também foi de 2010. Estamos em consulta pública das instruções normativas do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina para, efetivamente, implementarmos mais essa exigência. Nós vamos ser parceiros dos brigadistas novamente, assim como somos parceiros dos bombeiros voluntários, porque em nosso Estado nós, órgãos oficiais do Estado, Senador – V. Ex^a já conhece –, formamos mais de sete mil bombeiros voluntários. Nós temos mais de dois mil ativos, que prestam serviço junto com órgão oficial do Estado. Existe uma gama muito grande de bombeiros voluntários que prestam serviço junto às entidades civis em Joinville, Jaraguá do Sul e em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, não podemos deixar que os termos sejam confundidos.

O escopo dessa legislação trata exclusivamente dos brigadistas, daquelas pessoas que constituem as brigadas – e digo mais –, somente para as atividades de prevenção e combate a incêndio. Sobre realizar serviço de atendimento à população, eu acho que nós poderíamos voltar em outra oportunidade e discutir

mos mais a fundo, aprofundarmos essas propostas que existem da parceria dos órgãos oficiais do Estado, como existe em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, onde nós temos um processo em andamento, que está trazendo ótimos resultados, especialmente para as pessoas que são atendidas.

A questão de emprego ou não é uma situação também bem delicada. A questão do emprego, nós vimos que não vai interferir em nada na questão dos bombeiros municipais, dos bombeiros voluntários. As empresas têm que continuar contratando, sim. E nós, órgão oficial do Estado, vamos passar a exigir, como se fosse um sistema de segurança contra incêndio, a exigir a presença dos bombeiros civis ou dos brigadistas particulares dentro das empresas.

Eu lembro que, na década de 90, também houve um pequeno mal entendido com os engenheiros. Acharam que nós iríamos interferir no mercado. Essa fase foi equacionada, e hoje a nossa grande parceria é com os profissionais engenheiros e arquitetos na questão da segurança contra incêndio. Nós somos parceiros, nós temos que construir esse processo, nós somos o órgão oficial do Estado, nós temos que regular essa questão porque, afinal de contas, todos nós vamos trabalhar com o mesmo objetivo. Eu não vejo que temos aqui dois lados. Nós temos o lado único, que é de prestação de serviço a comunidade.

Essa defesa que nós estamos fazendo com relação ao ajuste da denominação é muito maior do que a defesa institucional. Ela é muito mais do que isso, ela é mais do que a defesa institucional. Ela é, inclusive, a defesa do próprio Estado. Nós muito rapidamente confundimos bombeiros civis com servidores públicos. E, desde o momento em que esse cidadão está sendo confundido o órgão oficial do Estado, isso gera o que os senhores conhecem muito bem: a responsabilidade objetiva do Estado. Se o cidadão está agindo como se bombeiro fosse, como representante do Estado, o Estado está sujeito a ser acionado por essa responsabilidade objetiva do Estado. Nós precisamos deixar bem claro.

E outra coisa que é talvez mais importante ainda: é a defesa do próprio cidadão, a pessoa que recebe os serviços dos bombeiros. O bombeiro oficial do Estado é responsável por essa atividade, por regulamentar essa atividade. Queremos, sim, fomentar a atividade do brigadista, passar a exigir que as empresas efetivamente contratem. Se contratarem os brigadistas, nós faremos, nós estamos fazendo, é geração de emprego nessa área tão importante que a segurança contra incêndios, que é o atendimento às pessoas.

Este projeto também foi amplamente discutido na Câmara. A Câmara Federal já discutiu este proje-

to. Então, ele já está no Senado, e nós podemos fazer finalização, dizendo que este projeto tem por escopo as empresas que contratam o serviço de bombeiro privado ou de brigadistas.

Srs. Senadores especialmente dos Estados do Sul, em nada, em nada vai mudar a questão dos bombeiros voluntários ou dos bombeiros municipais ou das pessoas da comunidade que prestam serviço nas nossas cidades.

Gostaríamos muito, Srs. Senadores, de aprofundar essa discussão também, mas que fique muito claro que o escopo dessa lei não é esse. Mas, sim, tratar dos bombeiros, dos brigadistas que prestam serviço intramuros nas empresas nas quais as legislações determinam – as legislações estaduais, e o Ministério do Trabalho e outros que fazem essa regulamentação.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estou à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Coronel por cumprir literalmente os 10 minutos. Parabéns! Se em todas as audiências públicas fosse cumprido o tempo, elas renderiam bastante.

Quero registrar com muita alegria a presença do ilustre Deputado Federal Roberto Santiago, que nos honra hoje, nesta manhã, na nossa Comissão.

Seja bem-vindo, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Augusto Carvalho, por 10 minutos, para que V. Ex^a faça suas observações.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PPS – DF) – Bom dia, Senador Jayme Campos. Por meio da sua pessoa, cumprimento todos os Srs. Senadores, a SRA. Senadora, os demais integrantes da Mesa, o amigo, Deputado Chico Vigilante, Roberto Santiago, as senhoras e os senhores.

Eu era funcionário do Banco do Brasil quando, já naquela ocasião, nós constatávamos as dificuldades em que trabalhavam milhares de trabalhadores em diversas atividades nos chamados serviços terceirizados, que hoje ampliou bastante o número, o contingente de pessoas ocupadas nesse segmento. E, naquela época, o Banco do Brasil tinha, talvez, uma das empresas pioneiras que organizaram seus grupos de profissionais focados nesse trabalho de prevenção, especialmente com relação a incêndios.

Então, vejamos V. Ex^{as} que nosso projeto iniciou sua tramitação em 1994. Era o meu terceiro mandato de Deputado Federal, e a nossa intenção era exatamente jogar luz sobre aquela categoria de trabalhadores desprezada, sem qualquer tipo de regulamentação, cada empresa contratava como bem entendia, na sequência. E demorou uma eternidade, como diríamos,

para que pudesse ser sancionado. Foi aprovado na Câmara, no Senado, e foi à sanção do Presidente da República, o Presidente Lula, ainda o ano atrasado, quando foi aprovado o projeto.

V. Ex^{as} sabem como é difícil um parlamentar aprovar uma lei, não é, Paim? Principalmente quando não se está na base do Governo. Então, tive a honra de ter um projeto aprovado, sendo um parlamentar da oposição, do PPS, e o projeto de lei foi acolhido e sancionado pelo Presidente Lula, a quem agradeço pela sensibilidade que teve em relação a esse universo de trabalhadores, que tem uma grande expectativa de melhores dias.

Na sequência, fui surpreendido por um projeto do ex-Deputado Laerte Bessa, vinculado à Polícia Civil, com grande articulação, principalmente na cúpula daquela instituição e da Secretaria de Segurança, em geral. Foi Delegado, foi Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal nos governos anteriores, e ele entrou com esse projeto, que teve uma tramitação, ao contrário do que foi falado, um debate muito exíguo, porque, nos 17 anos que o nosso projeto tramitou pela Câmara e pelo Senado, em nenhum momento fui procurado para alterar algum dispositivo da legislação.

Por exemplo, hoje, até acho que ela merece aprimoramentos no que tange à questão da carga horária. O nosso amigo Birriel, do Rio Grande do Sul, ontem me alertava sobre as demissões que foram provocadas em razão, especificamente, do art. 5º, quando fala da jornada de 12 horas por 36. Vários trabalhadores que estavam já ocupados numa jornada diferente se viram forçados a renunciar àquela jornada que tinham anteriormente ou renunciar ao seu posto de trabalho.

Então, acho até que poderíamos aprimorar essa lei, pois ela foi feita numa época em que a realidade era diferente, mas o aprimoramento que teve, na proposta do ex-Deputado Laerte Bessa, foi exatamente suprimir a nomenclatura que é consagrada ao longo de décadas em nosso País, gerando uma grande insegurança jurídica e uma insegurança em termos de perspectiva de manutenção de conquistas, ao contrário do que foi falado também pelos representantes do Corpo de Bombeiros.

Então, Senador Jayme, foi uma lei que demorou tanto tempo para ser aprovada, que foi sancionada pelo Presidente da República e que mal completou um ano para poder até receber os aprimoramentos necessários, as adequações em razão da mudança da realidade. Agora, vimos um projeto que foi aprovado à sorrelfa na Câmara dos Deputados; ele foi aprovado na Comissão do Trabalho e imediatamente subiu para o Senado, tendo sequer sido debatido no plenário da Câmara dos Deputados. Isso ocorreu naquele momen-

to final de legislatura, véspera das eleições, quando a Câmara dos Deputados, fazendo a sua pauta, aprovou, na Comissão do Trabalho, a proposta. Quando foram alertados os profissionais, os sindicatos, as entidades, as instituições, restava a este autor do projeto da lei original a única chance de tentar, por um pedido das lideranças, trazer para o debate no plenário, um recurso de plenário para que a matéria, em vez de atropelar tudo e todos, chegando imediatamente ao Senado, pudesse ser debatida no plenário da Câmara dos Deputados, Senador Paim. Então, eu me surpreendi com a ligeireza desse projeto, articulado de uma maneira estranha, sem o debate e sem a oitiva das entidades, das instituições e dos Parlamentares que se debruçaram sobre a matéria na Câmara. Agora, ele está no Senado para deliberação de V. Ex^{as}.

Eu queria apenas fazer um apelo. A nossa proposta, quando foi construída, não era para jogar uma instituição contra outra. O Corpo de Bombeiros é respeitado no País inteiro, no Distrito Federal e em todos os Estados. Aliás, acho que temos de chegar ao nível de capacitação e de qualificação de todas as pessoas para os primeiros socorros que apresentou o Japão, diante daquela crise da usina nuclear, quando mais de um milhão de pessoas voluntárias foram mobilizadas para acudir aquela tragédia. Temos experiências hoje em alguns países, como Portugal, em que os bombeiros do Corpo de Bombeiros todo atuam como voluntários. Então, há realidades diferenciadas. Aqui, na América Latina, no próprio Chile, o Corpo de Bombeiros também tem uma formação de base civil, completamente voluntária. Por que não termos essa qualificação das pessoas? Hoje, no mundo privado, há as pessoas que atuam especialmente nas empresas que, pelas normas do Ministério do Trabalho, estão atuando na prevenção e nos primeiros socorros. Por que não termos mais cidadãos brasileiros focados nessa atividade civil, na atividade de, muitas vezes, resgatar vidas e de protegê-las das intempéries? Então, Senador Jayme Campos, eu gostaria de fazer apenas um apelo, num momento de deliberação desta Casa: se possível, dar mais um tempo de vigência da lei original, tal como foi aprovada, porque, a continuar isso, a expectativa do Sr. Ivan Campos, que foi aqui colocada, é a de que possa haver demissões, é a de que possa haver imediatamente algumas instituições do Corpo de Bombeiros, que hoje detém o monopólio da formação, das academias de formação de brigadistas... Enfim, há interesses muito estranhos que acho que merecem uma análise mais aprofundada, tanto da Câmara quanto do Senado, sobre o monopólio de ex-integrantes da cúpula dos Corpos de Bombeiros no País inteiro para formação desse tipo de profissional, como se fosse realmente uma reserva

de mercado para a qualificação das pessoas nessa atividade tão nobre. Gostaria, então, finalizando, de só fazer esse apelo para que essa matéria não seja aprovada no Senado Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Deputado Augusto Carvalho por ter feito as observações pertinentes à matéria. Tenha certeza V. Ex^a de que as Sras. e os Srs. Senadores vão, de forma responsável, consciente e democrática, fazer as suas avaliações em relação ao pleito que V. Ex^a sugere.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao representante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Cel. Luiz Tadeu Vilela Blumm, Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

V. S^a tem dez minutos para prestar a sua declaração.

O SR. LUIZ TADEU VILELA BLUMM – Sr. Senador Jayme Campos, Srs. Senadores, companheiros de casa, nossos amigos das instituições civis, os bombeiros voluntários, a quem digo que, com muito orgulho, ostento uma medalha dos bombeiros voluntários de Nova Petrópolis.

Como já dito, não temos intenção alguma de criar uma separação ou uma divisão ou uma reserva de mercado. Tenho certeza, Sr. Deputado Augusto Carvalho, de que nosso comandante aqui presente tomará medidas, se há alguma coisa nesse sentido, de reserva de mercado, para que isso não ocorra. Tenho certeza de que essa situação será plenamente investigada, mesmo porque as empresas aqui em Brasília são fiscalizadas pela corporação.

Vamos fazer algumas considerações iniciais, após as quais, dentro deste rápido tempo que nós temos, eu gostaria de colocar algumas situações e tentar deixar bem claro aos Srs. Senadores a divisão de missões.

Temos, no primeiro item, a importância das missões. Nós não temos hoje, os Corpos de Bombeiros, como enfrentar a necessidade de manter a atividade de fiscalização nas diversas edificações do Distrito Federal, como *shopping centers*, como este próprio Senado, como diversos órgãos que necessitam de sistemas de brigada. Daí a importância de contarmos, e a aí cito o nome brigadistas, que é da nossa legislação local. Por que isso? Porque eles, efetivamente, realizam um trabalho que nós não temos a condição de realizar lá na ponta. Esse trabalho é fundamental e, por isso, não somos contra. Há quem diga que sim, mas não somos contra porque precisamos desse trabalho lá na ponta.

O interesse dos Corpos de Bombeiros nas atividades de brigada passa por isto: pela necessidade de termos alguém lá na ponta que controle sempre a

recarga dos extintores, a manutenção dos equipamentos em geral, a forma, a segurança desse trabalho, que tem que ser feito lá e os Corpos de Bombeiros não conseguem fazê-lo.

A preocupação com a descrição da atividade de brigada – vou mostrar aos senhores daqui a pouco –, assim como a regulação da atividade de brigada. Passo ao *slide* seguinte e mostro aos Srs. Senadores as ações de prevenção e, em cima disso, as atribuições dos brigadistas, previstas na Norma Técnica 07 – cito brigadistas porque é legislação local –: fazer rondas periódicas, identificar os riscos de incêndio; definir os procedimentos para a população; treinar a população da edificação; inspecionar periodicamente os sistemas de proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergência; conhecer o funcionamento; saber operar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes no local de atuação; elaborar relatório das atividades prestadas, apontando as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção.

Vejam, senhores, que são atividades aqui definidas pela corporação de atribuições dadas a eles, porque nós regulamos a atividade, por lei, e aí criamos as atividades a serem reguladas. E estou falando aqui, mais uma vez, ressaltando o que já foi dito pelo Cel. Moura, que tratamos aqui daqueles profissionais de atividade intramuros, não dos bombeiros voluntários. Bombeiros voluntários no Sul é outra história, outra situação. Tratamos aqui dos brigadistas, como diz o termo da nossa lei, e é isso que quero deixar mais claro ainda, mostrando neste *slide* seguinte ações de emergência, identificar situações de emergência, acionar imediatamente o CBMDF, independentemente da análise da situação, verificar a transmissão de alarme de incêndio, atuar no controle de pânico, auxiliar no abandono do local. São atividades intramuros daqueles que trabalham, mais uma vez, em *shoppings*, em hospitais e que vão trabalhar neste Congresso Nacional, porque sabemos que já está em andamento uma licitação ou um processo para a contratação desses profissionais para cá. Diferentemente dos bombeiros voluntários e dos bombeiros militares, que realizam as atividades de combate a incêndio.

Aí eu mostro aos senhores a preocupação dessa corporação em dimensionar brigadas de incêndio para diversas edificações que necessitam. E aí nós vemos: a brigada tem que ter supervisor, chefe, brigadista particular e voluntário, e dividimos o brigadista particular do brigadista voluntário. O brigadista particular é aquele formado nas escolas, com 150, 250 horas, este é o brigadista, é o profissional; o voluntário é aquele da casa, que fez um curso rápido para aprender a trabalhar

em caso de incêndio e auxiliar, sim, aquele brigadista particular, aquele que é o profissional.

Essa é a diferença que a nossa corporação faz e coloca claramente aí, e é o que eu estou tentando demonstrar para os senhores aqui também, a atividade do bombeiro voluntário que passa para o combate a incêndio na rua sim, do brigadista que é intramuros, do brigadista particular e do voluntário, do supervisor e do chefe.

Mostro aqui aos senhores quando dizem: “Falta de emprego.” Olhem em Brasília os tipos de edificações que precisam ter os brigadistas: igrejas, templos, teatros, cinemas, auditórios, salões diversos, boate, danceteria, todas as atividades que conhecemos estão aí englobadas e todas essas atividades que existem na cidade de Brasília precisam ter, sim, seus brigadistas particulares cuidando da segurança do público que lá frequenta. Eles precisam estar lá e, hoje, nós, Corpo de Bombeiros, para os eventos e para os *shows* cobramos, sim, a presença de todos eles.

Passo agora algumas fotos para os senhores terem conhecimento de uma atividade de bombeiro. Chamo atenção, senhores: isto é um incêndio, isto é uma atividade de bombeiro, não é atividade intramuros, de controle do sistema preventivo; não é atividade intramuros de saber se os extintores estão carregados, e esse edifício não tinha o sistema de brigadista. Os brigadistas do prédio ao lado foram chamados inicialmente – foi um incêndio no INSS – para tentar controlar o incêndio.

Infelizmente, nós tivemos uma queima muito grande. Essas são atividades de bombeiros, é uma estrutura do Corpo de Bombeiros, com várias viaturas, ambulâncias, combate a incêndio, plataforma, viaturas de salvamento.

Outra foto que demonstra isso.

E o fim do incêndio que foi controlado.

Equipamentos, proteção respiratória, capacete. Passo rapidamente em função do tempo.

Atividade de mergulho é uma atividade própria do Corpo de Bombeiros.

Estas são fotos recentes tiradas no resgate do *Imagination*, o barco que afundou aqui no lago.

É uma atividade de mergulhador, também é bombeiro. É a atividade que começa com o nascer do sol e vai até o por do sol.

Atividade de vistoria que garante a segurança das edificações, os sistemas preventivos de cada uma das edificações, também é atividade própria de bombeiro, é função do Estado.

Atividade de busca e resgate de estruturas colapsadas é atividade de bombeiro. Para isso existe um

curso próprio, especializado, para que o bombeiro não vire vítima lá depois.

Busca e resgate de soterrados e busca e resgate de vítimas em altura são atividades de bombeiro.

Atividade de emergência médica.

Essas são atividades de bombeiro.

E aí as atividades mostradas, o tempo de formação. E eu digo aos senhores, Srs. Senadores, que, para chegar hoje na função em que eu estou, pelo menos dez mil horas de formação entre especialização, formação eu tenho nos bancos escolares, para chegar e ser um bombeiro na posição que eu estou.

As especializações, somente na área de combate a incêndio, que é a área em que os nossos brigadistas, os bombeiros civis reclamam. Nós temos uma preocupação, temos um grupamento de prevenção e combate a incêndio, um centro de treinamento operacional.

Temos cursos de *flashover* e de *Bleve* específicos para isso. Procurem na Internet e os senhores vão ver como isso mata, se não for corretamente tratado.

Manuais e treinamentos próprios no combate a incêndio, incêndio florestal. Capacitação continuada, para poder manter a garantia da tropa bem adestrada.

O combate a incêndio e a perícia. Os oficiais que passam pelo curso de perícia, para que possam garantir a segurança da perícia após o combate ao incêndio.

A minha experiência pessoal nos Estados Unidos, onde ouvi bombeiros com curso rápido – um curso muito curto – colocados para trabalhar no combate a incêndio florestal. Perdi colegas lá, perdi amigos americanos. E na minha experiência pessoal – conto rapidamente –, como bombeiro, sob a chefia de um americano, eu contestei uma ordem dada por ele, porque eu sabia que não ia dar certo aquele serviço, porque eu tinha experiência como bombeiro formado aqui. E a resposta que ele me deu: – Recebemos ordem para fazer assim, vamos fazer assim. Com 15 minutos, nós tivemos que sair todos correndo para não morrer. Um grupo de 12 profissionais.

Então, a experiência, a formação, tem que ter tempo. Não é somente um pequeno treinamento que vai salvar as vidas. As demais especializações como Corpo de Bombeiros, como salvamento, como combate a incêndio...

E eu digo: bombeiro é mais do que tudo isso. É suor, treinamento, dedicação integral e exclusiva, despreendimento de valores pessoais, apego à disciplina, ao adestramento e à perfeição, amor à causa da vida.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Coronel Blumm, Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Nós já abrimos a ordem também de inscrição das Sras. e dos Srs. Senadores, para aqueles que queiram fazer suas indagações. Já na ordem de inscrição, o Senador Casildo Maldaner. Todavia, preferencialmente seria o autor do requerimento. Mas, como é mais velho – não é, Paulo? –, você abre para ele.

O autor tem prioridade, todavia, com aquiescência do próprio autor do requerimento, V. Ex^a tem prioridade aqui nesta comissão.

Convido, para fazer as suas explanações e prestar seus esclarecimentos, Francisco José Antônio da Silva, mais conhecido por Chico Bombeiro, Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal. Tem dez minutos, Chico, para fazer uso da palavra.

O SR. FRANCISCO JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA

– Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, bombeiros civis e militares aqui presentes.

Temos aqui uma confusão que começou com a denominação da palavra. Saindo daqui, hoje, eu tenho a certeza de que não vou jogar o Dicionário Aurélio no lixo, porque lá ele traz a definição do que é um bombeiro.

A história dos bombeiros, no Brasil, começa lá na época de Dom Pedro, quando os primeiros bombeiros eram civis. Não tenho problema nenhum com os bombeiros militares, muito pelo contrário. Tenho vários amigos militares e tenho honra de tê-los todos como amigos. E os bombeiros de Brasília, em particular, têm 99% de formação com instrutores que são oriundos do Corpo de Bombeiros Militar.

Então, não existe esse ranço que se fala entre bombeiros civis e militares. O que existe é uma confusão que temos que esclarecer, para não ter que rasgar o Aurélio, para não ter que pegar o Ministério do Trabalho e mudar, Srs. Senadores, o CBO, que é a Classificação Brasileira de Ocupações, que define vários tipos de profissionais, como bombeiros. Nós temos bombeiro hidráulico, bombeiro de socorro, bombeiro de posto de gasolina e um bombeiro que é o bombeiro que estoura pedreira. Ele trabalha com explosivo e tem, em sua carteira fichada, bombeiro. Quero saber o que nós vamos fazer com essas mais de 16 denominações que estão classificadas lá no Ministério do Trabalho.

Existem outras mudanças e algumas perdas que precisam ser questionadas aqui, e aí a gente vai elencando aqui.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Polícia Militar e seus militares são chamados de “brigadianos” – o Senador sabe que lá assim funciona há mais 150 anos. Lá existe a brigada militar e o termo brigadista ou brigadiando define o policial militar. Então, lá no Rio Grande do Sul, vamos ter outro problema, porque o brigadista ou brigadiando lá também são assim denominados. Os militares da brigada paraquedista vão

vir aqui questionar aos senhores e dizer que também são brigadistas.

Aqui em Brasília, em especial, temos colegas representantes, presidente de vários sindicatos do Brasil todo. Em cada Estado, Sr. Presidente, tem uma situação que seria interessante apresentar, porque é diferente. Como o Ivan Campos falou, Brasília tem o mais alto salário de bombeiro. Um soldado bombeiro ganha aqui em torno de cinco mil reais, enquanto que, lá no Rio de Janeiro, ganha perto de novecentos e cinquenta reais – a gente deveria estar falando disso aqui e somando.

Em Brasília, essa NT que foi apresentada pelo coronel Blumm, que é a referência para a formação do que ele chama de “brigadista particular” – não sei por que ele chama de particular, porque aqui não existe funcionário público civil chamado de brigadista. Então não existe e não sei de onde surgiu esse “particular” para particularizar ainda mais a nossa profissão.

O palestrante anterior disse que há um crime de exercício ilegal da profissão, que nós não podemos prestar primeiros socorros. Então o art. 135 do Código Penal, que fala da omissão de socorro, também não vai servir para nós se você tem o conhecimento? O que limita o atendimento é o conhecimento. Se você tem o conhecimento, você vai perder uma vida? Eu tenho dez anos de profissão já salvei várias pessoas e também já fui ajudado pelo Corpo de Bombeiros. A gente se soma, não separa. Eu entendo dessa forma.

E essa NT, Norma Técnica 007, causou desemprego aqui no DF. Ela foi elaborada baseada na NBR. Há uma coincidência muito grande com a NBR 14276, de 2000. Ela foi elaborada em 2000 e, em 2008, ela sofreu algumas alterações. Depois dessas alterações – vou citar um breve exemplo –, no Tribunal Superior do Trabalho, TST, laboravam 30 profissionais, 30 bombeiros civis que eram chamados de brigadistas particular. O Corpo de Bombeiros foi chamado para fazer uma vistoria e, coincidentemente, de 30 passaram para 15 bombeiros, para uma edificação que tem 3.200 vidas. No lugar desses 15 bombeiros, entrou um supervisor de brigada, que, por lei federal, seria um bombeiro-líder, um engenheiro de segurança, mas que não existe aqui no DF. Aqui não funciona dessa forma.

Quem é supervisor de brigada aqui no DF são os oficiais superiores. E, para o TST, foi designado um oficial superior, e, coincidência ou não, demitidos 15 profissionais, 15 pais de família. Hoje, a gente não sabe nem que destino foi dado a esses profissionais. Apelamos ao Presidente do Tribunal à época, e ele disse que não poderia fazer nada porque foi oficiado pelo Corpo de Bombeiros que a necessidade, pelo risco de incêndio e pela ocupação da edificação, era essa.

Aqui em Brasília, nós registramos no Ministério Público do Trabalho essa perseguição e essa reserva de mercado, com provas no Ministério Público, no qual conseguimos várias notificações do Corpo de Bombeiros que ignorava a lei que já tinha sido aprovada em janeiro, de 2009, que regulamentava a profissão de bombeiro civil, dizendo que não poderia haver contratação com essa denominação, nem na Carteira de Trabalho.

O Procurador do Trabalho à época tomou nota, recebeu cópias dessas notificações feitas. Pensei: qual seria a intenção disso? O Ministério do Trabalho designou um CBO, e a gente não pode mais ser fichado como bombeiro civil porque existe uma norma técnica que diz que é brigadista particular. É essa mesma norma técnica que regula tudo aqui no Distrito Federal. Noventa e nove por cento dos instrutores das academias são bombeiros militares. Para nós, isso é uma honra, porque os senhores têm de melhor da sua corporação passam para nós com um objetivo: salvar vidas. Isso nos interessa.

Aqui no DF nós temos 34 mil bombeiros civis formados por essas academias, que são regulamentadas por essa norma. Dois mil estão no mercado de trabalho hoje. Com essa norma, o corpo de bombeiros aqui é legislador, fiscalizador e tem condições de aplicar multas a quem não cumprir o que está sendo determinado por eles.

O serviço de bombeiros civis em algumas empresas sofria sérias denúncias de que haveria participação de bombeiros da ativa, e quando o sindicato recebia essas denúncias nós apurávamos e víamos que havia algumas situações de realmente bombeiro militar exercendo dupla função. A quem interessa mudar essa denominação de bombeiro civil?

A ABNT é bem clara; diz que brigadista é o elemento que trabalha na edificação, treinado para combater princípio de incêndio, fazer evacuação segura e ordenada da edificação. É isso que ele tem, um treinamento, senhores, que não ultrapassa oito horas. Esse, sim, não tem condição, capacitação para salvar vidas ou até ir um pouco mais. Quando a gente mudar a denominação, esses serão os elementos que ocuparão as edificações públicas e privadas, os brigadistas. Interessa aos empresários, interessa a quem esse custo menor?

Um bombeiro civil aqui em Brasília hoje tem salário de dois mil; o brigadista não teria salário nenhum porque ele é um elemento da edificação que precisa só de um treinamento de oito horas. Não existe nenhuma outra legislação que regula isso; a própria lei não especificou qual edificação teria ou não bombeiro,

ela não obrigou, não deu carga horária, ela deixou a cargo do Ministério do Trabalho essa regulamentação.

Como exemplo, os bombeiros civis da Petroquímica no centro industrial do ABC, do Estado de São Paulo: lá na Petroquímica, uma indústria gigantesca, com quatro unidades, a empresa tem viaturas e uma estrutura excelente.

Senhores, para concluir, eu gostaria de me solidarizar com os bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro; acho que na nossa próxima reunião aqui os bombeiros civis e militares estarão para apoiar a PEC 300 dos senhores. Isto sim, igualar o salário em âmbito nacional para que tenhamos, cada vez mais, profissionais satisfeitos e com condições melhores de trabalho, em vez da vergonhosa prisão covarde dos bombeiros. No primeiro momento eram 429 presos, numa manifestação de dois mil bombeiros e seus familiares, mas o governador só resolveu ouvir a corporação, que tem o nosso apoio, quando 27 mil pessoas foram para as ruas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Francisco, mais conhecido como Chico Bombeiro.

Prosseguindo em nossa audiência, concedo a palavra ao Coronel Casa Nova, Presidente da Liga Nacional do Corpo de Bombeiros Militares do Brasil, Ligabom.

O SR. CARLOS EDUARDO CASA NOVA – Bom dia a todos os presentes em nome do Senador Jayme Campos, do nosso Senador Humberto Costa, de Pernambuco, queria me confraternizar com todos, os senhores oradores todos, os comandantes dos corpos de bombeiros, oficiais, todos os presentes das instituições, em especial o nosso comandante Marcio, vice-presidente da Ligabom, comandante do corpo de bombeiro militar do Distrito Federal.

Tentarei ser objetivo. Falo aqui em nome da Ligabom, Liga Nacional do Corpo de Bombeiros Militares do Brasil, uma fala de muita responsabilidade e muito serena, haja vista a representatividade dos 27 comandantes gerais deste País, responsáveis pela segurança constitucional dos quase 200 milhões de habitantes.

A nossa história vem de muito tempo, de mais de 150 anos, como sabem. Aqui, em nome de todos os comandantes gerais, quero deixar bem claro que todos nós somos brasileiros, o Brasil precisa evoluir muito em todos os aspectos; graças a Deus, socialmente estamos recuperando todo o tempo perdido durante o desenvolvimento do País, e as profissões e os espaços profissionais estão, cada vez mais, se desenvolvendo. Em nenhum momento os Corpos de Bombeiros Militares têm absolutamente nada contra a profissão em questão. Quando foi aprovada a lei inerente ao bom-

beiro civil... Lógico que é uma experiência nova. Nós queremos deixar claro que a profissão de bombeiro mexe com a segurança pública e com a saúde pública.

Os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil tiveram nas décadas de setenta, de oitenta e de noventa uma experiência vasta. Desde o incêndio no Edifício Joelma em São Paulo, o Grande Avenida, o Andraus, o acidente da TAM em Congonhas e, recentemente, o acidente no Morro do Bumba, no Estado do Rio de Janeiro, a grande tragédia de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo e, em Pernambuco, as maiores enchentes havidas nos últimos trinta, quarenta anos na Zona da Mata sul, em Palmares, em Barreiros, onde foi executada a maior operação de salvamento aquático onde mais de duas mil vítimas foram salvas, entre salvamento por helicóptero e por embarcações.

Por trás deste nome “bombeiro” existe toda uma legislação estadual. É de muita responsabilidade porque, como foi dito aqui pelos oradores, uma operação de combate a incêndio num grande prédio, numa grande empresa, numa grande indústria, requer uma operação logística de grande porte, um conhecimento de que a vida das pessoas estão em nossas mãos. É muito caro e muito demorado formar, qualificar, esse profissional. O ordenamento jurídico brasileiro, quando se reporta aos cargos públicos e às funções públicas, tem certa exclusividade. A palavra “bombeiro”...

Em Portugal são chamados de sapadores – em nenhuma outra instituição tem essa denominação. Na Itália são os vigilantes de incêndio – *vigili del fuoco*. Na França são chamados de *sapeurs-pompiers*. Têm essa denominação funcional para o trabalho que exercem, enfim, vários países têm suas denominações. Em nenhum momento, havendo alteração para brigadista particular ou qualquer outra denominação mais adequada, o regime jurídico, os direitos, as vantagens vão ser alteradas, ou seja, é preciso que essa história e essa responsabilidade sejam consideradas e somadas.

É preciso que se foque que a lei relativa ao bombeiro civil fala de profissionais em regime jurídico privado, através de um contrato privado, intramuros, em que as atividades de prevenção de incêndio e combate a incêndio sejam ali desenvolvidas.

Essa atividade profissional, esse emprego, é de extrema importância. Os senhores, uma vez qualificados para tal atividade, vão ter aquela ação inicial extremamente importante para o bombeiro público, o bombeiro que tem uma gama de obrigações, de determinações e de uma formação muito rígida porque nós não podemos chegar a um grande incêndio, a uma grande catástrofe e dizer assim: não dá para mim; acho que vamos ter que voltar, e dar as costas. O bombeiro tem que enfrentar com os meios que tiver e tem que

resolver com o risco da própria vida. Esse juramento é feito nessa carreira. É lógico que toda essa história que existe no Brasil levou a uma simpatia. O maior valor imaterial dos Corpos de Bombeiros Militares no Brasil é a credibilidade e a boa imagem. Esse valor imaterial não tem preço. São mais de 150 anos e não é só no Brasil, não; é no mundo inteiro. Não é à toa que o espírito que você encontra nas corporações de bombeiros militares no Brasil você encontra na China, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, na América do Sul, em qualquer lugar que se deseja ir.

É preciso que nós, brasileiros, pensemos no ordenamento jurídico. Nós precisamos pensar que estamos no mesmo barco. Ninguém aqui é contra nenhuma instituição, ninguém aqui é contra nenhuma profissão. Nós todos temos uma profissão brilhante independentemente do termo. Agora, analisando o ordenamento jurídico, analisando toda a história, analisando situações fatídicas no meu Estado, infelizmente, isso não quer dizer que seja em todos os Estados, as escolas de bombeiros civis, independentemente de quem as administre, elas têm as suas limitações e precariedades na formação do conhecimento.

E o que acontece? Infelizmente, nós vemos bombeiros fazendo fiscalização em comércio — e fiscalizar é uma ação da competência do bombeiro público estadual, do militar, do corpo de bombeiros militar. Nós vemos bombeiros, por usar uniforme semelhante... Existem leis federais, estaduais, a própria ABNT traz essa exclusividade, ela aponta essa importância de não haver similaridade, ou seja, usar uniforme parecido, usar insígnias parecidas, usar viaturas vermelhas com insígnias semelhantes, similares. A população se confunde. Não é o militar ou o civil. É o nome bombeiro.

Se por acaso, vou dar aqui um exemplo simples, fosse instituído, me permitam aqui este exemplo, é coisa muito objetiva, caso fosse instituída uma lei federal, uma profissão através de uma lei ordinária federal, essa profissão seriam Senadores Civis. Seriam técnicos legislativos para trabalharem em empresas privadas como apoio jurídico-legislativos. Ou, uma outra opção, se eu fosse instituir uma empresa, uma ONG, que seria chamada Senadores do Brasil, para trabalhar em projetos sociais nas comunidades. É uma empresa privada. Os profissionais executivos seriam preparados, seriam bem vestidos e capacitados para captar fontes, públicas ou não, para executar projetos sociais.

Caso houvesse, por uma falta de sorte, algum problema que trouxesse um risco social e saíssem notícias ou confusões da sociedade pelo nome: Não, o problema foi feito aqui por uma empresa chamada Senadores do Brasil. Sim, mas Senadores do Brasil,

são os Senadores? Não; não são os Senadores; o nome da empresa é que é Senadores.

Ou se essa lei que institui a profissão Senadores Civis tivesse, no exercício do apoio jurídico, provocando problemas em empresas particulares que contratassem essas pessoas e viessem a causar essas confusões todas?

Então, esses dois exemplos servem, são exemplos fatídicos, para mostrar que a importância não é o nome, é a história, o ordenamento jurídico e a confusão que isso causa.

Todo brasileiro tem, no fundo, toda criança quer ser um bombeiro, porque o bombeiro é um herói. Só que, por trás desse herói, tem toda uma legislação federal, estadual e uma responsabilidade com a vida pública coletiva. Mas infelizmente vem trazendo, o exercício da profissão de bombeiro civil, essas confusões, essas diferenças em relação à população brasileira, achando muitas vezes que aquele bombeiro é um bombeiro militar. E riscos de capacitação. Uma ação pública pode levar, por uma falta de competência, de conhecimento, a deixar uma pessoa com sequelas maiores.

Agora, respeito a profissão de vocês, a importância da profissão de vocês, enquanto brasileiros e profissionais. Nós todos, comandantes gerais dos corpos de bombeiros militares do Brasil, a Ligabom, os profissionais que fazem os bombeiros deste País, há mais de 150 anos, nós temos e está na hora de colocarmos uma posição em que cada profissão tenha o seu espaço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Coronel Casa Nova que é o Presidente da Liga Nacional do Corpo de Bombeiros. E prosseguindo a nossa audiência, eu gostaria de passar a palavra para o ilustre Deputado Chico Vigilante, por dez minutos.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, companheiros bombeiros militares e civis aqui presentes.

Eu acho, Senador Jayme Campos, muito importante esta sessão que está acontecendo aqui hoje.

O Senador Paulo Paim, eu estava na Câmara Federal, fui relator desse projeto na comissão de trabalho e, na verdade, o que está embutido nisso e as pessoas não assumem, é só uma coisa: houve uma conquista dos bombeiros civis, que é o risco de vida de 30%. E a alteração da denominação de bombeiro civil para brigadista acaba com isso. No outro dia, as empresas vão à Justiça derrubar o reajuste porque não está dito que os 30% são para brigadista, está dito que é para bombeiro civil.

E eu conheço essas empresas, eu sei do que estou falando. A questão é denominação: se tem Aeronáutica, piloto de avião é piloto militar e piloto civil. Está lá: comandante de avião é comandante militar e comandante civil; os uniformes são idênticos. Na Marinha, se você entra num barco ou num navio, está lá o comandante do navio está vestido igual a marinheiro não é? E é comandante do navio. Logo não é o uniforme, não é o nome; a questão é o risco de vida.

Ao invés, Senador Jayme Campos, de estarmos aqui, Senador Casildo Maldaner, debatendo este projeto inoportuno, eu acho que a gente poderia, Deputado Augusto, estar debatendo outra coisa muito mais importante, que é fundamental, Senador Paim, que se delibere quem vai fiscalizar essa atividade. Isso é que é importante: quem vai fiscalizar e expedir as normas. Não pode ser o que era na segurança privada e, felizmente, graças a Deus, nós acabamos, que cada Secretaria de Segurança ficava responsável por regular a segurança privada e aí os delegados de polícia, coronéis da Polícia Militar eram os donos das próprias empresas e não fiscalizavam nada. É o que está acontecendo hoje com a atividade de bombeiro civil. É isso que está acontecendo. Estão se imiscuindo – inclusive me desculpe o Coronel Márcio, por quem eu tenho o maior respeito, mas ele editou uma medida, esta N7, que é ilegal porque invade competência do Congresso Nacional, Deputado Augusto Carvalho, e o mais grave é que altera uma lei que foi votada nas duas Casas e sancionada pelo Presidente da República.

Aí eu pergunto: que autoridade tem o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para alterar uma norma, que é uma lei, editada pelo Congresso Nacional? Não tem nenhuma, mas está aqui, eu estou aqui, Senador, com a alteração que trata do seguinte a palavra da lei, Deputado Augusto,

“Bombeiro civil, nível básico, combatente direto ou não de fogo” – está na lei. Projeto apresentado por V. Ex^a.

b) “bombeiro líder” – também está na lei que foi aprovada pelo Congresso e sancionada, dezessete anos de tramitação.

c) “bombeiro civil mestre, formado em Engenharia” – também está.

O comandante do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal alterou por conta própria, invadindo competência do Congresso, para a brigada de incêndio, grupo organizado de pessoas, supervisor de brigada, chefe de brigada e brigadista particular voluntário, treinado e capacitado para a segurança contra incêndio e pânico dentro de uma edificação ou área prestabelecida.

E aí vai, chegou ao ponto, Senador Paim, de ter uma reserva técnica de mercado, portanto, só pode ser chefe quem já tiver sido oficial do Bombeiro Militar do Distrito Federal. Está na norma. Portanto, só pode ser chefe das brigadas dos bombeiros civis se já tiver sido militar, ter, no mínimo cinco anos e tem que ter um certificado expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o bombeiro militar do Distrito Federal.

Isso está errado. Invadiu competência que não é dele e que tem que ser alterado. O que é que nós devemos fazer? O que foi feito no âmbito da segurança privada. Foi passada, Senadores, a fiscalização para a Polícia Federal, que expede normas. Há o Departamento de Segurança Privada do Ministério da Justiça, chefiado por um delegado federal, hoje é o Dr. Adelar que está lá. Há um conselho formado pelos usuários, no caso, Febraban, Banco do Brasil, Banco Central, Exército Brasileiro, que é quem fornece... Está todo mundo lá. As normas são estabelecidas, inclusive aplicam-se multas.

Acho que é isto que a gente tem que fazer: ter uma entidade nacional que regule essa função e aplique as penalidades atinentes ao bombeiro civil do Brasil.

Nós não estamos discutindo aqui em nenhum momento a competência do Corpo de Bombeiros Militar do Brasil, em nenhum momento. Não estamos discutindo a idade até porque o bombeiro civil tem mais tempo do que eles: o bombeiro civil é de 1892. O bombeiro civil existe desde 1892, o bombeiro militar veio bem depois. Nós não estamos discutindo isso, esta Comissão não é para isso. Está aqui: bombeiro civil voluntário, 1892. Está aqui, falo com provas.

E digo mais: o problema não é o nome, Senador. Há dezessete atividades registradas no Ministério do Trabalho com o nome de "bombeiro". Senador Paim, são dezessete reguladas com o nome de bombeiro! Há o bombeiro que abastece os carros, tem tudo.

Portanto, o que está existindo é uma ciúmeira boba de achar que um cidadão não pode trabalhar numa empresa com o nome de bombeiro, é isso que está acontecendo; e há uma invasão de competência, porque o Corpo de Bombeiros Militar não pode invadir a competência de uma lei federal.

Este projeto é nocivo, Senadores! Este projeto é nocivo, Senador Paim! Este projeto é nocivo, Senador Lindbergh, porque ele acaba com os 30% de risco de vida dos bombeiros civis do Brasil. Na hora em que esta lei for aprovada e sancionada, nenhuma empresa vai pagar mais, eles vão à Justiça para derrubar. Nós sabemos da dificuldade enfrentada para implantar esta lei, nós sabemos o que isso custou, Senador Paim, nós sabemos da dificuldade enfrentada para implantar esta lei, Senador Jayme Campos.

Aí, uma lei que leva dezessete anos tramitando neste Congresso, da qual todo mundo tomou conhecimento porque ela ia e voltava, passava na comissão, voltava e era emendada, voltava de novo... Aí chega um projeto que não tramitou nem dezessete meses – o outro tramitou dezessete anos – e já vai ser aprovado! Isso, no mínimo, é irracional. Desculpem-me os Deputados Federais, mas foi um cochilo dos Deputados Federais.

Estamos muito felizes por saber que V. Ex^a, que já foi Governador de Estado, um homem com o preparo necessário e com a responsabilidade que tem, vai ter a oportunidade de corrigir essa injustiça que foi praticada contra os bombeiros civis do Brasil. Nós temos certeza de que V. Ex^a vai corrigir isso. Vai corrigir porque não estamos competindo com ninguém, Senador Jayme Campos. Está muito claro o que é o bombeiro civil e o que é o bombeiro militar, nós não vamos estar em viaturas nas ruas apagando fogo, assim como o vigilante também não está na rua fazendo patrulhamento – há até uma lei para modificar isso, Senador Paim, está vindo para o Congresso; pretendem autorizar aquele que quiser contratar o vigilante. É uma ideia a ser debatida.

Portanto, essa celeuma não é necessária! O que fizeram, Senador Jayme Campos, nesse projeto, foi, de maneira muito esperta, achando que estavam alterando só a denominação... Mas não é só isso, estão retirando direitos, porque a lei é para bombeiro civil, 30% de risco de vida. A medida derruba a lei do bombeiro civil troca a nomenclatura para bombeiro militar, revoga as disposições... Acabou o risco de vida, que levou dezessete anos para ser conquistado. E diga-se, Senadores Paim e Lindbergh, que o mercado já se adaptou: Banco do Brasil, Caixa Econômica, todo mundo já embutiu isso nos contratos; os ministérios já estão com isso embutido, os gastos já foram absorvidos; as empresas privadas que estão contratando já absorveram também. Portanto, por que alterar o que está dando certo? A quem interessa? Aos trabalhadores não é! À sociedade brasileira não é! Interessa a quem?

Portanto, eu quero pedir, e tenho certeza... Esta é a Casa do bom senso, aqui é a Casa dos homens de cabelos brancos, dos homens ajuizados. Eu peço a V. Ex^{as}, em nome das famílias dos bombeiros civis do Brasil: por favor, rejeitem esse entulho!

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Deputado Chico por suas observações, que temos de levar em consideração. Entretanto, comunico ao Plenário que, segundo o art. 184, é permitido a qualquer pessoa assistir às sessões

públicas do lugar que lhe foi reservado, desde que se encontre desarmado e que se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar.

De forma que agradeço aos senhores, todavia solicito que não haja qualquer manifestação, diante de que os convidados têm direito de manifestar suas opiniões. Todavia, ao plenário, de acordo com o art. 184 não é possível manifestações.

Vamos entrar na fase das indagações, diante de que todos os convidados já tiveram a oportunidade de prestar as informações necessárias ao nosso colegiado e membros desta Comissão. Na ordem de inscrição, temos o autor desta audiência, ela foi requerida pelo Senador Paulo Paim, mas o próprio Senador, de forma democrática, cede para que o ilustre Senador Casildo Maldaner, na hora da inscrição, seja o primeiro a fazer as suas indagações aos demais convidados.

V. Ex^a tem cinco minutos para as indagações para que os membros da Mesa possam responder.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Jayme Campos, caros colegas, Srs. Deputados que aqui se encontram, Augusto Carvalho, Chico Vigilante, e convidados militares, civis, enfim, que aqui se encontram para discutir um tema de relevância nacional.

Antes porém quero aproveitar o momento porque acho que diz respeito ao assunto. Aqui no Senado criou-se uma Comissão temporária para analisar a questão da defesa civil no Brasil, principalmente no campo preventivo, que falta muito, e também na questão da recuperação do atendimento, do socorro, da reconstrução. A proposta foi feita pelo Senador Jorge Viana, que é o Presidente, e nós tínhamos uma Comissão, se não me engano, composta por 11 Senadores, inclusive aqui os colegas fazem parte. Na última sexta-feira, estivemos no Rio de Janeiro, com a liderança do Senador Lindbergh, estivemos em Florianópolis, em diligência, vamos, no próximo fim de semana a Manaus, vamos ao Nordeste, em Pernambuco, e faremos outra no Centro-Oeste, acredito que será em Cuiabá, na terra do Senador Jayme Campos. Hoje, às 14 horas, e aí a razão que aproveitamos, porque fui designado relator desta Comissão, comparece à sala nº 7, aqui ao lado, o Dr. Ricardo Mena, que é chefe do Escritório de Estratégia Internacional de Redução de Risco de Desastre da ONU nas Américas e no Caribe.

Ele se encontra no Brasil e hoje, à tarde fará uma exposição para nós, com a presença do Major Márcio Luiz Alves que é Presidente do Conselho Nacional dos Gestores Estaduais de Defesa Civil, que é catarinense. Quero estender esse convite, em nome da Comissão,

aos que puderem comparecer, à tarde, até para que nós pudéssemos ouvir os depoimentos.

Esta Comissão Temporária tem um prazo de 90 dias para elaborarmos uma proposta para o Brasil no campo da defesa civil, no campo da prevenção e da recuperação, porque nós temos as coisas muito dispersas. Estamos vendo que a matéria está tramitando na Câmara e no Senado, e também com essas urgências. Vamos buscar, em termos de legislação na questão de defesa civil, o que há de melhor nos países, por meio de embaixadas aqui no Brasil. Já estamos vendo com a Austrália, Estados Unidos, Japão, Chile, Espanha, o que há de melhor para procurarmos trazer para o Brasil alguma coisa de fundamental.

Então estendo o convite àqueles que puderem participar, às 14 horas, para ouvirmos essa personalidade que é um *expert* dentro dessa área.

No mais, quero dizer que, no começo, fiquei bastante confuso em relação a esse termo. Isso aqui é um “rebolation” danado. (Risos) Mas, depois, comecei a entender. Quando o Coronel Mauro, de Santa Catarina, expôs... No começo, parecia que a coisa era para acabar com o Corpo de Bombeiro Civil, e ficar só com o Corpo de Bombeiro Militar. Mas quando o senhor expôs... Porque nós temos em Santa Catarina o Corpo de Bombeiros Militar e temos também o Corpo de Bombeiros Civis Voluntários, que funciona muito bem. Em Joinville, começou há cem anos. É um modelo que veio da Alemanha, eles adotam em Joinville, Santa Catarina, e em mais uma porção de Municípios. Eles convivem harmoniosamente em Santa Catarina.

Eu estava entendendo que o Corpo de Bombeiros Militar é um guarda-chuva. E nós temos em Santa Catarina, em vários Municípios, os Corpos de Bombeiros Civis Voluntários desempenhando essas funções em sintonia com o Corpo de Bombeiros Militar. Funciona harmoniosamente. No Rio Grande do Sul, isso também acontece.

Agora, aqui, pelo que vi nesta proposta, é para ver os que atendem nas empresas públicas, privadas, mistas, os primeiros-socorros, a vigilância, que têm a denominação de Corpo de Bombeiros Civis também, não é? O projeto prevê três funções: Corpo de Bombeiros Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Corpo de Bombeiros Voluntários Civis, que não mexe na proposta. É preciso verificar essa categoria, encontrar uma denominação Corpo de Bombeiros Civis para atender os primeiros-socorros intramuros, como se diz, ou vamos partir para Corpo de Bombeiros Brigadistas. Eu não encontrei ainda a proposta para ser Corpo de Bombeiros Brigadistas Intramuros. (Pausa.) É para ser Brigadista Particular? É para ser Brigadista.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo, a proposta inicial é trocar a expressão “Bombeiro Civil” por Brigadista Particular, que é do projeto do ex-Deputado Laerte Bessa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas não mexe com o Corpo de Bombeiros Voluntários, não é? Não mexe, os mantém, certo? Uns, acho que mexem. Não sei se esse projeto resguarda isso. E aí os brigadistas ficariam só intramuros? Essa é a ideia do projeto?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A princípio, sim.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso não vai ser votado hoje, não é, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não, senhor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nem pode. Mas acho que aí tínhamos que construir... Vejo que o Corpo de Bombeiros Militar, pela formação, pelo tempo de preparação, é uma espécie de guarda-chuva para nós do Brasil, nos Estados, o que considero muito. E o Corpo de Bombeiros Civis Voluntários é coadjuvante, vem para ajudar, pois é formado de voluntários. Então tínhamos que ver uma denominação para essa categoria que não ofenda, que agrade, que seja construída em harmonia. Não tem como os Corpos de Bombeiros Voluntários atender as empresas públicas, privadas ou coisa que o valha. Nem tem como os Corpos de Bombeiros Militares atender também, porque não vence, há lugares em que não é possível... Talvez, aí, Presidente, seja preciso encontrar uma denominação que venha harmonizar e atender esse setor. Em vez de Brigadista Particular, não sei se só Brigadista, não sei.

Senador Paim, quero lhe cumprimentar pela ideia de a gente buscar... Vamos tentar construir uma denominação. Vou sair daqui ruminando em minha cabeça, tentando encontrar um caminho para isso. Vi que lá em Santa Catarina a coisa está funcionando. Lá funciona. Lá não tem problema nenhum. Eu só não estava entendendo esse negócio de ir às empresas. Essa expressão “Brigadista Particular” parece que está causando uma revolta, não sei se isso... Quem sabe é a denominação que temos que harmonizar! Eu exponho isso, não esquecendo de convidar, para hoje à tarde, quem puder participar, em função dessa Defesa Civil Nacional, que precisamos tratar.

São as minhas colocações. Agradeço, Senador Paim, a V. Ex^a a oportunidade de a gente expor isso e fazer esse convite para o jantar também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner.

Passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao autor do requerimento, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos, mas, como autor do requerimento, pode falar por até 10 minutos, para fazer suas observações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos tentar ser muito rápidos.

Primeiro, convido todos, independentemente da posição ocupada, os deputados, os sindicalistas, os bombeiros militares e nossos convidados que, aqui, estão assistindo, com muita atenção, a este debate.

Sou obrigado a dizer a todos: que bom que foi pedida vista do projeto! O projeto ia passar aqui sem que ninguém soubesse, na verdade, o que estávamos discutindo e votando. Foi pedida vista do projeto. Quero tecer minhas homenagens ao Senador Lindbergh, que, neste momento, saiu, mas que vai voltar a esta Comissão. S. Ex^a achou estranha a mudança de nome sem maiores explicações e pediu vista da matéria. No ato subsequente, a pedido dos Deputados, tanto do Chico, como do Augusto Carvalho, solicitei, então, esta audiência pública.

Todos vocês conhecem um pouco a nossa caminhada. Tenho 25 anos de Congresso e, se Deus quiser, vou terminar meu mandato com 32 anos de permanência aqui. Agora, eu me reelegi como Senador. Então, ficarei aqui por 32 anos, sem sair daqui. Nunca saí daqui. Entrei aqui na Constituinte e, aqui, estou até hoje.

De fato, tenho preocupações, confesso a vocês. Tenho o maior carinho pelos bombeiros militares. Quando se deu esse episódio no Rio, eu estava na dúvida. Sou amigo pessoal, eu diria, do Governador Sérgio Cabral, mas não resisti: fui à tribuna, na linha da conciliação, e fiz um apelo ao Governador e a todos os que estavam envolvidos, para que chegassem a um entendimento e soltassem os bombeiros militares que estavam presos. Mas o fiz na linha da conciliação e do entendimento. Felizmente, parece que a situação avançou, e as negociações continuam a ser feitas no Rio de Janeiro.

Também tenho o mesmo entendimento, confesso a vocês. Tenho posição clara quanto a isso. Sou da base do Governo, mas não sei qual é a posição do Governo. Tínhamos de discutir a PEC nº 300, para garantir um piso decente para os bombeiros, para a nossa Brigada e para a Polícia Militar. Sou totalmente favorável a essa discussão e à construção de um acordo. É preciso regulamentar isso. Não é possível que o piso salarial de um policial militar de Brasília – no Rio Grande do Sul, é a Brigada Militar, como foi dito aqui – esteja em torno de R\$4 mil, enquanto lá o piso é R\$1 mil. Isso não é possível! Então, temos de regulamentar isso definitivamente, e a PEC nº é o caminho para isso.

Quanto a essa questão específica, quero dizer que, há alguns anos, apresentei dois projetos nesta Casa para que os vigilantes da área pública e da área privada recebessem, por lei, o adicional de periculosidade. Todos dizem que são a favor disso, mas não deixam votar. E não se vota isso. Inclusive, relatei um projeto da Vanessa, mas ele não avança. Isso significa que há uma resistência muito grande por parte da iniciativa privada – não por parte dos senhores – de pagar o adicional de periculosidade, que é de 30% sobre o total da remuneração, que não incide sobre base, sobre piso, nem muito menos sobre salário mínimo, porque a Justiça decidiu que isso não pode ser feito. Então, há uma resistência enorme.

O que eu digo? Para o Chico Vigilante, digo: “Os vigilantes e também os bombeiros, naturalmente, dedicam suas vidas a salvar nossas vidas e nosso patrimônio”. Como é que não vamos pagar a eles o adicional de periculosidade? Temos de pagá-lo, sim, para o bombeiro civil, para o bombeiro militar e, no meu entendimento, também para os vigilantes, que fazem a segurança das nossas famílias e do nosso patrimônio.

Então, apresentei essa questão – acho que o Tenente Vinícius, respeitosamente, citou isto, dando seu ponto de vista, e o respeito – e tenho receio de que eles percam efetivamente um direito que é deles. Dúvido que haja um bombeiro militar que queria que seu colega bombeiro civil perca o adicional de 30%. Acho que ninguém é a favor disso. Estou preservando, inclusive, a sua posição; não estou dizendo que o senhor é a favor disso. Nenhum colega de atuação quer que o outro perca o adicional de 30%, que foi uma conquista da lei de autoria do Deputado Augusto Carvalho.

Com essas preocupações, confesso a vocês que, claro, enquanto ouvia, lia aqui documentos, a explicação dada pelo Coronel Casa Nova, da farda, da roupa, e me lembro que tenho diversos nomes da sociedade civil que falam do Exército, do Exército da Salvação, do da Cruz Vermelha, e nem isso traz prejuízo para o Exército. O bombeiro, eu também conheço inúmeros bombeiros; senador, que eu foi dado o exemplo, eu vou dizer, infelizmente é verdade, eu vou dizer. Eu, às vezes, tomo banho com um sabonete chamado Senador, a marca do sabonete é Senador. (*risos*.) Está lá, está espalhado em todo o mundo. Existe! Não sei se é bom ou ruim, não estou aqui fazendo propaganda para essa marca de sabonete, mas tem até sabonete com a marca Senador espalhado pelo Brasil e pelo mundo. Então, apenas para dar um exemplo do carinho que temos pelos bombeiros é muito grande. Estarei sempre ao lado dos bombeiros, civil e militar; essa é a minha obrigação aqui no Parlamento. Qualquer demanda dos bombeiros, civil e militar, eu estarei na mesma

trincheira, sempre defendendo o interesse de vocês. Agora, termino aí, meu Senador Jayme Campos. Se a questão é só o nome, por que mudar o nome para dar toda essa polêmica que estamos criando aqui de algo que já está regulamentado pelo próprio Ministério do Trabalho? Toda ela regulamentada, ponto e vírgula, e que pode ser ampliado na negociação, na discussão, melhorada a redação. Sou daqueles que não se mexe em time que está ganhando. Vocês bombeiros, civil ou militar, são heróis, ambos são heróis das nossas vidas. Eu presto homenagem a ambos. Quem não sabe que vocês são lutadores? Quem não sabe? Quem não sabe que vocês dão a vida, se necessário, para salvar as nossas vidas?

Então, com essas considerações, acho que tínhamos que ir devagar com essa questão, olhar com muito carinho. É natural que o sindicato da categoria esteja aqui para defender a categoria. Se o Chico Bombeiro viesse aqui e defendesse diferente, eu iria pedir à oposição que derrubasse o Chico Bombeiro. Eu iria defender uma chapa para te derrubar Chico. Claro que tu tens que vir aqui para defender o interesse da categoria, e com os argumentos sólidos que você colocou.

Então, pessoal, eu quero aqui, na linha que foi colocada por todos, que nós temos que parar para olhar; as consequências estão aí; se esse projeto for aprovado da forma como está, colocando totalmente a mudança do nome daqueles que, como eu digo, dedicam as suas vidas em defesa de nós todos. E aí, meu querido Senador Jayme Campos, V. Ex^a como relator, nós podemos sentar, conversar, contribuir. Quem sabe achar alguma alternativa, mas, como está o projeto, eu lhes confesso, e sou franco nas minhas posições, que não teria como votá-lo. Por isso, a minha posição seria de nós caminharmos na busca de um acordo, de um entendimento que não permita que o projeto seja votado, enfim, exatamente como veio da Câmara dos Deputados. Muitas vezes o projeto vem da Câmara, do dia para a noite, aqui é votado correndo e ninguém sabe o que votou. Eu me lembro da Convenção-Quadro, o rolo que foi no Rio Grande do Sul, e foi votado lá por unanimidade num fim de ano; chegou aqui, parou tudo, e conseguimos fazer, enfim, um grande entendimento.

Recebam a minha homenagem tanto os bombeiros militares como os bombeiros civis, e vamos caminhar para um grande acordo, onde os bombeiros e família de todos os bombeiros sejam beneficiados e que não traga nenhum prejuízo para toda a nossa gente. Viva a todos os bombeiros, civis e militares, militares e civis. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço o Senador Paulo Paim. Não é à toa que V. Ex^a está aqui há 32 anos, é um craque.

Por sinal, ele faz escola aqui, viu Chico. Cheguei aqui e já aprendi muito com o Senador Paulo Paim, ele é o nosso mestre aqui, principalmente nessa área ele é professor, é mestre, ele é campeão!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Inclusive, eu quase fui adepto da proposta dele, mas refuli diante da proposta. A Virgínia fez junto com ele aí. Mas eu quero, na ordem de inscrição, dar a palavra ao Senador Lindbergh Farias, que também foi um dos Senadores que se manifestou em relação a este projeto de lei.

V. Ex^a tem...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg também.

Após o Senador Lindbergh, o Senador Suplicy e, em seguida, o Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias. V. Ex^a tem cinco minutos para fazer suas observações, podendo ser prorrogado por mais cinco minutos, já que V. Ex^a defende aqui os interesses dos bombeiros do Brasil também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu não vou nem utilizar os cinco minutos, vou tentar ser bem breve. Hoje é quarta-feira, dia em que temos ao mesmo tempo a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu pedi vistas desse projeto porque conhecia a situação dos bombeiros civis do Rio de Janeiro. E na hora, por reflexo, pedi vistas para discutir mais.

Eu quero dizer primeiramente que, assim como o Senador Paulo Paim, nós admiramos muito a atuação dos bombeiros militares. Fui Prefeito da cidade de Nova Iguaçu e tenho uma relação com toda a corporação lá no Rio de Janeiro. Tenho muito orgulho, inclusive nesse momento de crise, de ter feito um papel de mediação. Acho que houve exageros, mas estive visitando os bombeiros na primeira hora em que foram presos. Quero anunciar inclusive aos senhores que, na próxima semana – porque o presidente Lula já, por um projeto do Senador Garibaldi Alves, anistiou bombeiros que fizeram reivindicações em doze Estados da federação –, será votado um projeto na CCJ, em caráter terminativo, já indo para a Câmara, que anistia os bombeiros militares no Rio de Janeiro e abre o caminho para o entendimento.

Deputado Augusto de Carvalho, Deputado Chico Vigilante, do jeito que está hoje no Rio, não tem jeito de haver o entendimento. Então, eu espero que este projeto seja votado na próxima semana, mas eu queria aqui dizer a minha opinião. Eu acho que, com essas colocações iniciais de admiração pelas funções dos bombeiros militares, é um equívoco mexer nes-

sa legislação agora, uma legislação que o Deputado Augusto de Carvalho, depois de 17 anos, conseguiu aprovar em 2009 e que cria uma estabilidade enorme em muitos pais de família, pela simples mudança do nome de bombeiro civil. Uma estabilidade em famílias e famílias, que ficam preocupadas em perder remuneração. O Senador Paulo Paim está falando nos 30%, mas tudo. Não há necessidade de criarmos um embate aqui, se cria uma contradição falsa.

O Brasil admira todos os bombeiros e sabe o que é um bombeiro militar e sabe a função do bombeiro civil – tem uma lei de 2009 que regula.

Então, sinceramente eu acho que é perda de energia nossa, acho que a gente tem que dar uma segurada. Eu vou até antecipar, como sou Senador há pouco tempo, Senador Rollemberg, mas pelo convívio que tenho aqui, esta Casa não vai fazer isto: aprovar um projeto desse que vai trazer instabilidade para um lado, num lei aprovada em 2009!

Se eu pudesse dar um conselho, seria o conselho de que essa não é uma boa batalha para ninguém, nem para os bombeiros militares.

Acho que essa é a sensação. Queria deixar aqui esta posição: é preciso dar tempo para que essa lei tenha seus efeitos. É uma lei importante que regula, como falou o Deputado Chico Vigilante, o mercado já está adaptado.

Então, é esse sentimento que eu queria deixar aqui ao pedir vista, ao defender que essa lei não prospere, mas essa não é nenhuma posição contrária aos bombeiros militares. Muito pelo contrário.

É essa a minha contribuição. Estou com minha assessoria participando aqui desse debate, que vai levantar ponto a ponto os que os senhores falaram aqui. O relator é o nosso presidente, Senador Jayme Campos, um homem que consegue juntar todo mundo. Ele é do DEM, eu sou do PT...porque o Senador Jayme é assim, um homem sensível, com uma história de vida fantástica, e acho que aqui vamos conseguir chegar a um bom termo, não é, Senador Jayme Campos?

Muito obrigado ao senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Lindbergh, como sempre ponderado, homem de sensibilidade, até porque também foi Prefeito de uma das maiores cidades do Estado do Rio de Janeiro, que indiscutivelmente aqui tem dado lições, aulas, por sua vivência, militância político-partidária.

O mínimo que nós temos que buscar aqui é o entendimento, o diálogo, para chegarmos a um projeto que seja bom para ambas as partes, tanto para o bombeiro civil, quanto para o bombeiro militar, na medida

em que todos, com certeza, prestam bons serviços à sociedade brasileira.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, quero cumprimentar, pelas contribuições dadas aqui, o Coronel Blumm, o Coronel Casa Nova, o Coronel Murer, o Tenente-Coronel Vinícius, os ilustres colegas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cortando V. Ex^a na introdução de seu discurso, solicitaria que registrassem o horário para o Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo.

Cumprimento também os colegas Augusto Carvalho e Chico Vigilante. Cumprimento Ivan Campos, presidente do **Conselho** Federativo de **Bombeiros** Civis; Francisco José Antônio da Silva, presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal.

Quero cumprimentar, em especial, a iniciativa do Senador Paulo Paim e dizer que comungo com as ponderações que ele acaba de fazer.

Acho muito importante que V. Ex^a, inclusive como Senador, possa, no espírito de conciliação, chegar a um entendimento na linha do respeito, da solidariedade, conforme foi registrado pelo Senador Paulo Paim, aos bombeiros militares, aos bombeiros civis. E tenho a convicção de que V. Ex^a vai conseguir chegar a um entendimento entre todos, porque todas as pessoas que trabalham como bombeiros prestam serviço inestimável ao povo brasileiro em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Na ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão, quero cumprimentar V. Ex^a que, pelo seu espírito democrático, como relator da matéria, antes de apresentar seu parecer, decidiu fazer esta audiência pública para ouvir as partes, demonstrando o espírito democrático que é uma característica de V. Ex^a.

Quero cumprimentar meu amigo o Deputado Augusto Carvalho; meu amigo o Deputado Chico Vigilante; Chico Bombeiro, presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal; Ivan Campos, presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis; o Coronel Casa Nova; o Tenente-Coronel Vinícius; o Coronel Blumm; o Tenente-Coronel Gladimir Murer.

Quero cumprimentar todos os bombeiros civis, todos os bombeiros militares aqui presentes.

Sr. Presidente, em 2009, tive a oportunidade de me envolver bastante na aprovação do Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Isso fez com que, a partir daquele momento, eu conhecesse melhor a realidade das áreas de segurança pública do Distrito Federal e me aproximasse muito dessas duas corporações. E me marcou muito quando, na época da sanção do projeto, num grande acontecimento no Ginásio de Esportes Nilson Nelson, evento esse bastante prestigiado pelas duas corporações, o Presidente Lula, em seu discurso, disse que todos nós um dia, quando meninos, sonhamos em ser bombeiros. Realmente é uma profissão pela qual todos nós temos imensa admiração, todos nós temos imenso reconhecimento, e talvez seja a profissão que demonstre, com maior clareza, a solidariedade do ser humano que coloca sua vida em risco para salvar a vida dos outros.

Quero fazer este registro para que fique nos Anais da Casa, para então entrar no mérito desse projeto.

Por outro lado, a gente sabe como é difícil a regulamentação, a tramitação de uma proposta de regulamentação de uma profissão no âmbito do Congresso Nacional. Eu não sei de quando é a autoria do projeto do Deputado Augusto Carvalho, em que ano ele o apresentou, mas sei que ele foi aprovado em 2009.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É de 1994. Vejam: 5 anos, ou melhor, 17 anos de tramitação – confundo-me porque o Augusto foi deputado muitas vezes; eu era menino quando ele foi deputado pela primeira vez. Então, são 17 anos de tramitação. Na verdade, são 15 anos de tramitação, porque ele foi aprovado em 2009 – de 1994 a 2009. São 15 anos de tramitação desse projeto que regula a profissão de bombeiro civil.

Concordo com o Senador Lindbergh que, ao mexer nessa denominação hoje, nós vamos trazer problemas, sim, para a categoria. Especialmente no que se refere à questão que o Deputado Vigilante levantou – eu não estava aqui, mas fui informado –, de perder o adicional de risco de vida da sua atividade. Então, considero que esta Casa e, especialmente esta Comissão, que tem no Senador Paulo Paim um de seus grandes expoentes, como disse o nosso Presidente, tem a tradição de ampliar os direitos sociais, jamais reduzi-los.

Com todo o respeito aos bombeiros militares, a minha convicção é de que o Senado estará mais próximo do sentimento da população e deste compromisso de ampliação dos direitos sociais recusando essa modificação da denominação.

Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Casildo Maldaner, que a solicitou para fazer ainda algumas observações.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, porque vejo que outros colegas também devem ir a outras comissões, inclusive eu. Vejam como são as condições.

Nós já passamos por isso, eu senti isso muito de perto. Vou ter que me deslocar agora, porque tenho uma reunião com o Ministro da Integração Nacional, para tratar de defesa civil. Eu sofri muito quando governador do meu Estado, Santa Catarina, sendo acordado de manhã, de madrugada, em razão de enchentes. Eu nunca me esqueço das barrancas do Uruguai, São Carlos, Chapecó, daquela região. Nós procuramos a defesa civil lá, em Santa Catarina, mas não havia preparação para isso. Quer dizer, não há recursos. Ela é indefesa de certo modo. Usa-se a expressão “defesa”, mas é indefesa. Alguns até pensam em mudar para “proteção civil”. É uma questão muito periclitante.

Entendo que o corpo de bombeiros da Polícia Militar é uma espécie de guarda-chuva. E registro a presença aqui não só do coronel Moura, mas também do nosso comandante do corpo de bombeiros, honrando-nos e também valorizando o corpo de bombeiros civis voluntários de Santa Catarina. Também o presidente do sindicato dos trabalhadores nessa área, lá de Joinville, está presente aqui. Quer dizer, lá no Estado, isso funciona bem. Mas temos que encontrar um caminho, com um estudo, um trabalho, Senador Jayme Campos, para harmonizarmos com o que seu projeto traz. Quer dizer, a proposta do relatório de V. Ex^a de nós harmonizarmos isso sem criar conflito. Acho que esse é o nosso trabalho, Senador Paim. Então, nós vamos ter que colocar, como disse antes, a nossa cabeça para trabalhar para harmonizarmos isso, vamos fazer as coisas funcionarem, porque o importante é o bem das pessoas; o importante é a defesa, é a segurança.

Até logo mais, às 14 horas, para quem puder comparecer para ouvirmos essa personalidade da defesa civil nas Américas, para trabalharmos nesse sentido.

Muito obrigado de minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, vai ser bem rápido. Eu só queria lembrar a todos que há um movimento na Casa dificultan-

do ao máximo a regulamentação de profissão. Se cair essa aqui, nunca mais haverá regulamentação porque há um movimento muito forte, na Câmara também – foi criada até uma comissão especial – para ver quais as exceções a serem regulamentadas. Aqui também. Então, temos que ter claro qual é o mapa que estamos lenhando como diria um galdério meu lá do Rio Grande. É uma profissão que está regulamentada, detalhadamente, garante direito para esses trabalhadores e que, se por um motivo ou outro cair, pode saber que nunca mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – A Mesa definiu aqui o seguinte: em nome do Corpo de Bombeiros Militar vai falar, de forma consensual escolhido por eles, para fazer suas considerações finais, o Tenente Coronel Marcus Vinicius Braz de Camargo. Em nome do denominado Corpo de Bombeiros Civil, consulto qual dos dois fará suas considerações. O Ivan, não é? Então, falará em nome dos bombeiros civis o Ivan. Tanto o Coronel Marcus como o Ivan têm, ambos, cinco minutos para suas considerações finais. Em nome dos dois Deputados Federais aqui presentes, de forma democrática, o Chico ou o Augusto, falará o que V. Ex^{as} escolherem. Falará o Deputado Augusto Carvalho, autor do projeto que foi aprovado depois de 15 anos. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

Com a palavra o Coronel Marcus.

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO

– Obrigado. Que pena que os Senadores já se ausentaram aqui da Comissão. Quatro pontos me chamaram a atenção. Vou citar até para que afastemos essa cortina de fumaça. Uma coisa é o que dispõe a Lei 11.901, que trata dos bombeiros civis. Outra situação é a de que dispõe a Lei 9.608, de 1996, sobre a questão do voluntariado, que é onde, na verdade, os bombeiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul se amparam.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – A Lei 11.901 é de autoria do Deputado Augusto Carvalho, e a Lei 9.608, de 1996...

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Exatamente, trata sobre voluntariado. São coisas distintas, para não misturarmos bombeiros civis com bombeiros voluntários. Só para diferenciar. Com relação à fala de V. Ex^a, Senador Paim, acerca da regulamentação da profissão, há um equívoco da parte do senhor: essa profissão não foi regulamentada. Estou aqui com um relatório final do Ministério do Trabalho, cuja conclusão eu gostaria de ler para o senhor.

“Por essas razões, opinamos pela impossibilidade da regulamentação pretendida, porquanto, como se disse acima, a proposta de regulamentação pretende recuperar pelas mesmas ou semelhantes redações

dispositivos que foram vetados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República."

Então, repito, ela não foi regulamentada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me passar às suas mãos o documento do Ministério do Trabalho e Emprego, CBO – Classificação Brasileira de Ocupações...

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Eu já ia me referir a isso. A Classificação Brasileira de Ocupações simplesmente define o que os ocupantes das atividades fazem, simplesmente isso. Com relação ao que eles falaram acerca de bombeiro hidráulico, bombeiro eletricitista, bombeiro frentista, enfim, em sã consciência, senhores, sabemos que não há vinculação entre bombeiro hidráulico e bombeiro militar ou com bombeiro civil. Ninguém aqui, em caso de emergência, vai ligar para um bombeiro hidráulico ou para um bombeiro frentista. São questões distintas, e as denominações estão equivocadas. Bombeiro hidráulico nada mais é do que um superencanador. E aí, poderíamos muito bem corrigir. Há um equívoco, sim. Deixo bem claro que ninguém aqui é contrário à profissão, senhoras e senhores. Ninguém é contra a profissão. Só queremos deixar bem claro qual é o limite de atuação de competência de cada um.

Outro ponto importante que foi tratado aqui foi a questão da perda do adicional de periculosidade de 30%. Senhoras e senhores, essa legislação possui onze artigos, dos quais desconsidero dois: o primeiro, que dispõe sobre a profissão, e o último, que dispõe sobre a data de vigência. Sobram nove artigos, dos quais três foram revogados, vetados.

Sobram seis, entre os quais tenho dois vetos. Senhoras e senhores, se perdêssemos o artigo que trata do adicional de periculosidade... Tenho aqui a cópia da CLT, art. 193. A legislação nº 11.901 simplesmente copiou *ipsis litteris* a CLT, que já está aqui nos amparando há muito tempo, desde 1977. Ela não está vinculada – repito com ênfase – à denominação de bombeiro. Se assim fosse, toda profissão que envolve trabalho de perigo e risco, e que fizesse jus à percepção do adicional de periculosidade, seria denominada bombeiro. E isso é errado, senhoras e senhores, isso é um equívoco, isso foi, na verdade, uma tentativa, na minha avaliação, de lançar cortina de fumaça sobre o verdadeiro foco da questão. Não há perdas salariais, não há perda de emprego, uma vez que a legislação só vai alterar "onde se lê, leia-se", mais nada. Não vai alterar mais nada. O Corpo de Bombeiros jamais iria propor um projeto de lei que prejudicasse qualquer categoria. Não faz parte do nosso espírito de bombeiro. Quero deixar isso muito claro, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Solicito à nossa assessoria que, por sinal, leva a termo a explanação do Coronel Marcos, façamos a conclusão do nosso relatório. Os dados citados aqui, as informações, vão enriquecer o nosso relatório, com o relator da matéria nesta Comissão. Ele disse que, segundo o art. 193 da CLT, não haverá prejuízos para os bombeiros civis, ou seja, não haverá a retirada dos 30% pagos a título de periculosidade. Gostaria que anotassem para que estudássemos a matéria e não ficasse nada de forma incompleta.

Com a palavra, o Ivan. V. Ex^a tem cinco minutos para fazer suas observações e considerações finais.

O SR. IVAN CAMPOS – Espero que eu tenha conseguido me fazer entender o quanto é crítico esse assunto. Não são apenas os 30% que estão em jogo. Trata-se de uma profissão, uma categoria, um emprego de milhares e milhares de pessoas país afora. Se sou empresário e mudo essa definição para Brigadista Particular, no dia seguinte mando embora todos os bombeiros que tenho na empresa. Mando embora porque não haverá motivos para eu tê-los. Já tenho brigadistas na empresa. Desde 1977, toda empresa tem que ter brigadista. Para que vou ter um bombeiro, que é um profissional especializado em segurança e prevenção de acidentes e emergência? Não são apenas incêndios, é tudo. Qualquer situação de emergência química, emergência de salvamento, emergência de resgate, primeiros-socorros, sim, e bem treinados. O currículo de bombeiro civil, que era uma lástima, de 60 horas na primeira norma, foi mudado para 250 horas na segunda norma técnica. Agora, já vamos mudar para 450, alinhando com o sul do Brasil, que tem um treinamento muito bom. Então, estou com o peso enorme de conseguir me fazer entender no sentido de mostrar o quanto é crítico esse quadro pra tantos profissionais no País afora. Já existe uma lei. Não está regulamentada? Não está porque a lei está muito ruim e, a meu ver, até atrapalha em alguns pontos. Mas esses pontos que precisam ser resolvidos já estão sendo trabalhados. Já existem comissões nossas. Isso só foi para frente porque os bombeiros civis não estavam bem organizados no País.

Hoje, temos um conselho, o Conselho Nacional dos Bombeiros Civis, que é cartorial ainda – e conto com a ajuda dos senhores para que seja uma entidade que realmente reúna a profissão, que tenha poderes sobre a profissão, como é a OAB e tantas outras que fazem o trabalho sério –, mas cuja função específica e clara seja a conscientização, defesa e desenvolvimento de bombeiros civis no País, em toda sua aplicação. E vai mexer com o voluntário, sim, porque, pela lei do

voluntariado no Brasil, voluntário é a pessoa que exerce uma profissão, uma atividade, sem remuneração. Então, todo bombeiro civil está exercendo a atividade de bombeiro civil, sim, tem o a norma técnica. A norma técnica, não tem poder de lei? Está bem, temos o Código de Defesa do Consumidor, que é uma lei. E, no Código de Defesa do Consumidor, há um item específico segundo o qual toda empresa e entidade que ofereça serviço ou produto te quem atender a disposições específicas, que atendam Inmetro, ANVISA e que atenda a normas da ABNT, se houver. Existe uma norma ABNT de bombeiro civil. O pessoal aqui em Brasília que está oferecendo brigadistas está ignorando a norma. Está ignorando o Código de Defesa do Consumidor. Isso no País.

Então, senhores, existe a profissão, precisamos defendê-la, e parte do trabalho do Conselho é preservar ou proteger a sociedade dos profissionais ruins. Como citaram aqui, não tem profissionais civis ruins? Tem, claro que tem. Tem profissional militar ruim? Tem. Tem Senador ruim? Talvez tenha. Não é por isso que vão fechar o Senado, não é por isso que vão acabar com a corporação militar. Vocês sabem que tem militar ruim, que tem civil ruim, mas não é por isso que vão extinguir a profissão de bombeiro civil, vamos mudar o nome; mas não é por isso que vamos acabar com bombeiro militar, todos são importantes. Neste País, todos são importantes.

Eu espero, sinceramente, que esta Casa simplesmente rejeite esse projeto. É muito fácil resolver. Rejeitem e acabou. Bombeiro civil continua, a profissão continua e aí vamos nos esmerar na lei. Eu acredito que não pode ser a polícia militar, o bombeiro militar dono de uma profissão civil. Eu acho que tem que ser o Ministério do Trabalho quem deve deliberar sobre isso. Tem que ser questão de saúde, de defesa civil. Em defesa civil, temos exemplos excelentes.

Normalmente quem comanda a Defesa Civil é ex-militar. O cidadão aposentado e vai ser chefe da Defesa Civil. Em Francisco Morato, não sei como, o coordenador de Defesa Civil é um técnico em edificações, bombeiro civil, que conseguiu instituir bombeiros civis integrando o efetivo da Defesa Civil – 40 homens –, com repasse da prefeitura. A prefeitura passa verba para equipar e operar esse pessoal. Deu tão certo que a Defesa Civil do Município de Francisco Morato presta assistência aos bombeiros militares que trabalham na região. Quando tem uma emergência no Município vizinho, eles ligam pedindo ajuda e o pessoal vai. Do mesmo jeito que, em Santa Catarina, se tem bombeiros militares no Rio Grande e em tantos outros lugares.

Desastre no Rio de Janeiro: foram duas forças-tarefas civis lá. O pessoal do grupo Arcanjo, que é

uma unidade de elite dos bombeiros civis de Santa Catarina, que chegou para socorrer os Municípios que não estão dando conta sozinho. Foi o pessoal do Rio Grande do Sul, o grupo Primeira Resposta à Desastre. São bombeiros civis, viajaram 2.000 km para chegar lá e foram acolhidos e prestaram serviços, sim, receberam homenagem da corporação militar quando saíram. Importante: no Estado do Espírito Santo e no Estado do Rio de Janeiro, a Corporação de Bombeiros Militar oferece registro e habilitação para bombeiro civil trabalhar, o que eu também acho errado. Mas eles reconhecem esse profissional e o aprovam.

Então, senhores, bombeiro civil precisa de ajuda, e eu preciso de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Ivan e passo a palavra, para as suas considerações, ao ilustre Deputado, futuramente Senador, Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PPS – DF) – Obrigado, Presidente, pelos seus desejos.

Eu queria aqui homenagear a paciência, o espírito democrático do Presidente desta Comissão e desta reunião; o Senador Paim, que, como autor do requerimento, esteve aqui o tempo todo. Colho as palavras do Senador Lindbergh para pensar: por que esse gasto de energia para debater uma lei que tem um ano de implantação? Aliás, por que houve até a presença de membros do Corpo de Bombeiros Militar? Estão aqui, não sei se preocupados com algum atrito, algum conflito que a nossa lei, aprovada e sancionada pelo Presidente Lula, poderia provocar.

Nós queremos que, cada vez mais, os nossos queridos integrantes da Corporação dos Bombeiros Militar do Brasil possam dar exemplo de competência, de eficiência, com equipamentos de última geração, para poder proteger a nossa sociedade. Toda exposição que foi feita aqui aplaudimos. Queremos que cada vez mais os nossos oficiais, os nossos soldados, todos os integrantes da Corporação possam ser exemplos a serem seguidos em nosso País. Agora, eu peço licença ao Presidente, saudei o seu espírito público e democrático, eu não posso ficar calado quando essa humildade que eu vejo da parte de todos os Srs. Senadores é afrontada. O Sr. Tenente-Coronel Vinícius faz alusão a que essa lei nossa foi copiada da CLT. Falta humildade ao Sr. Tenente-Coronel Vinícius. Até respeito aos parlamentares, ao autor da lei, aos parlamentares que participaram das comissões onde tramitou o projeto por 17 anos, até ser sancionado, e que teve como Relator, na Comissão do Trabalho, o Deputado Chico Vigilante, e tantos outros que participaram. Então, dizer que a lei é uma cópia da CLT, ou que isso é uma cortina de fumaça. Parece que há aqueles que querem atçar

um segmento contra o outro. Não é esse o espírito do projeto, da lei, da nossa lei. O autor, que infelizmente não está aqui, é uma pena que não possa estar aqui para este debate, mas o autor, quando propôs a desconstituição das conquistas que foram consagradas, não sei que cortina de fumaça, que conflito ele quis ativar com a propositura. Agora, definitivamente, não foi o Congresso Nacional que aprovou a lei, que teve a sanção do Presidente da República e que tem, os Corpos de Bombeiros País afora têm que obedecer e não forjar normas técnicas, afrontando o espírito da lei, que tem que ser cumprida por todos.

Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer mais uma vez a possibilidade de estar aqui reunido, elogiar a iniciativa do Senador Paim, e fazer um apelo derradeiro para que V. Ex^a, com o espírito democrático e a tranquilidade e a sabedoria que já ameahou ao longo de tantos anos de vida pública, que V. Ex^a possa rejeitar essa propositura para que a intranquilidade seja superada e todos possam trabalhar pelo nosso País, o Corpo de Bombeiros militar, na sua função precípua; os Bombeiros civis, nas suas atribuições especificadas pela legislação, e todos os cidadãos brasileiros cada vez mais preocupados em construir uma sociedade mais fraterna e democrática.

Muito obrigado ao Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao ilustre Deputado Federal Augusto Carvalho, diante das suas considerações finais.

Parece que o Marcus Vinicius quer fazer apenas uma observação. Um minuto a V. Ex^a, para nós concluirmos.

O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Sim, senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Depois vou querer um apartezinho, pela citação que ele me fez, porque acho que houve um equívoco por parte do Tenente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está assegurada também a V. Ex^a.

O SR. O SR. MARCUS VINICIUS BRAZ DE CAMARGO – Se V. Ex^a me permite, apenas para corrigir a informação que o Deputado Augusto Carvalho repassou para os senhores, vou ler o Inciso III, do art. 6º, da Lei 11901; e vou ler o § 1º do art. 193 da CLT.

O Inciso III, do art. 6º, da Lei 11901 diz o seguinte:

O adicional de periculosidade de 30% do salário mensal, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios e participações nos lucros da empresa.

Agora, vou ler o § 1º do art. 193 da CLT.

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o

salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas.

Se não for igual, eu realmente não consegui entender.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Deputado...

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, eu acho que, primeiro, o Coronel Vinicius, conforme disse o Deputado Augusto Carvalho, tem que ter um mínimo de humildade. Querer dar lição a Senadores e Deputados, não é de bom termo. E mais: a nossa categoria de vigilantes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E não ajuda a aprovar o projeto!

O SR. CHICO VIGILANTE ..é uma das que trabalha numa situação de risco. Todo mundo sabe que é de risco. Está na CLT, mas não tem uma lei dizendo que tem que receber; e não recebe. Policial Militar trabalha sob uma situação de risco e não tem o risco de vida. Bombeiro militar – e eu acho que a corporação toda devia ter vindo hoje aqui brigar para ter o mesmo tratamento dos bombeiros civis – também não tem o risco de vida. Deveriam ter os 30% de risco de vida e não têm.

Portanto, não venham citar a CLT porque há muitos artigos na CLT que não estão regulamentados e por isso não é pago. A lei do Deputado Augusto de Carvalho regulamentou essa parte dos bombeiros civis. Nós estamos brigando agora – e contamos, inclusive, com o apoio de V. Ex^a aqui no Senado, votou a favor – pela aprovação do risco de vida dos vigilantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não quero entrar na polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim, para todos concluirmos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sou obrigado a me dirigir de novo ao tenente coronel Vinicius.

Tenente, quando eu disse que aqui nesta Casa é aqui nesta Casa, lá no Ministério do Trabalho eu não mando nada, eu não sei nada e nem posso. Aqui, o projeto de regulamentação de profissão não passa. Nenhum! E o que diz a lei do Augusto de Carvalho? Dispõe sobre a profissão de bombeiro civil e dá outras providências. Foi isso que eu disse. Nenhuma lei mais como esta aqui, Augusto – se essa cair – aqui será aprovada.

Ela é autoaplicável a partir do que está aqui. Isso aqui, para nós, que disponha de outra profissão, de qualquer outra profissão, dificilmente é aprovado. Foi isso o que eu quis dizer.

Não tem nada a ver se o Ministério do Trabalho resolveu ou não ampliar o poder da lei que nós aprovamos. E para mim o projeto do Augusto de Carvalho, na mesma linha que vocês agora debateram, eu acho que ele só reforça – vejam a importância – na lei dos bombeiros diz “dentro da lei”; não lá na CLT, está aqui na lei, o adicional de periculosidade de 30%. Ora, se isso não é importante? É importante! Um princípio que está lá na CLT e que vem para dentro da lei... Eu digo isso com todo o respeito ao tenente coronel Vinícius: sou autor do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência; participei do Estatuto da Criança e do Adolescente; nós buscamos muitos artigos que estavam em outras leis e colocamos dentro do Estatuto para ter muito mais força no corpo principal.

Então, o fato de o Augusto ter colocado aqui que o adicional de 30% é assegurado a todos, configurado na lei, não há dúvida nenhuma de que tem que ser pago. E eu duvido que você consiga colocar isso aqui, porque para os vigilantes eu não estou conseguindo, nem na área pública nem na área privada. Tenho tratado disso, meu querido Senador Jayme Campos, há muitos anos.

Mas, enfim, eu quero mais é agradecer a todos, tanto aos bombeiros civis como militares. Quero confiar muito no meu Senador Jayme Campos, que é o relator da matéria. Estou disposto a colaborar para a gente construir uma redação que contemple a todos.

Fiquei aqui do início ao fim com muita satisfação. Acho que o tenente coronel Vinícius pegou um pouquinho pesado, mas quero aqui render minhas homenagens ao Tenente Coronel Murer, coronel Blumm, tenente coronel Vinícius, coronel Casa Nova, ao Augusto Carvalho, ao Chico, ao Ivan e ao Chico Bombeiro. Cada um aqui cumpriu o seu papel, da sua forma de defender os seus pontos de vista. Eu tenho certeza de que o meu presidente há de colaborar muito para que a gente avance e – repito – numa linha que fortaleça a todos os bombeiros militares e civis.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Antes de encerrarmos a reunião, quero agradecer a todos os convidados que tiveram as suas participações, sobretudo prestando bons esclarecimentos.

Audiência pública, Senador Mozarildo, tem esta vantagem: a gente ouve as partes interessadas e consegue-se chegar à conclusão do que efetivamente é melhor. Muitas das vezes, talvez por falta do entendimento, do diálogo, se faz o encaminhamento da matéria, Chico Vigilante, talvez de forma errada, que prejudica um lado ou outro.

Então, quando o Senador Paulo Paim entrou com requerimento nesta Comissão solicitando esta

audiência pública, eu, como Presidente, procurando fazer de forma mais transparente possível e acima de tudo presidir sem questões particulares ou político-partidárias...o presidente da Comissão tem o papel de ser aqui um juiz, de forma responsável.

Então, eu, particularmente nesta matéria aqui, como relator, tive que me inteirar, de tal maneira que quando formos fazer nosso relatório, seja um relatório consistente e, acima de tudo, que não busque prejudicar qualquer um que seja. Pelo contrário.

E a Comissão, é bom que se esclareça, é a comissão que busca a regulamentação de todas as profissões no Brasil. Esta é a Comissão por onde passam todas essas matérias, de tal maneira que isso ensinou, por meio desta audiência pública, opiniões diferenciadas. Todavia, isso é democrático, e creio que o Brasil só caminhará para ser um país de fato onde a sociedade possa emitir suas opiniões por meio de audiências como esta e de ambientes como este. É assim que vamos construir, com certeza, a democracia com que sempre sonhamos.

Particularmente, sempre sonhei com a democracia, e vinha militando no campo político já há alguns anos. É até de família: meu irmão também já foi governador, senador, prefeito; aposentou-se no Tribunal de Contas, voltou e foi deputado federal três vezes; hoje ele se encontra novamente na Câmara dos Deputados. Eu disse a ele: “Rapaz, não sei o que você está fazendo aqui. Chega!” (*Risos.*) E ele respondeu: “Não, eu gosto...” Aposentou-se, mesmo faltando ainda nove anos para se aposentar no Tribunal de Contas, e retornou ao Congresso Nacional. Foi Constituinte, Senador, 1º Secretário da Casa.

Enfim, eu particularmente já fui Prefeito três vezes na minha cidade, com muita honra, que é a cidade de Várzea Grande. Fui Governador do Estado por quatro anos e, por sinal, tive a primazia de emancipar o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, ou seja, houve uma proposta de emenda à nossa Constituição de lá, para que eles tivessem autonomia administrativa, financeira. Foi no meu governo. Naquela época, eles eram vinculados à Polícia Militar, havia dificuldade até para o bom andamento da instituição, e nós é que emancipamos. Naquela oportunidade, houve um avanço, e hoje os bombeiros de Mato Grosso, indiscutivelmente, também trazem orgulho à nossa população. Enfim, eles são respeitados no Brasil todo. Ninguém pode desconhecer os belos e bons trabalhos que têm prestado, e a discussão ampla desta matéria nos deu a oportunidade de conhecer tanto os bombeiros civis quanto, mais ainda e melhor, os bombeiros militares.

Dessa forma, agradeço a V. Ex^{as} aqui, agradeço aos convidados.

Acho que a audiência transcorreu dentro da maior normalidade possível, e houve este momento ímpar, rico da política brasileira, sobretudo no campo do diálogo, do entendimento.

Agradeço a todos, desejo saúde, felicidade, e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Encerra-se a reunião às 11 horas e 36 minutos.*)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, Romero Jucá, Ricardo Ferraço e a Senadora Lúcia Vânia. O Senador Casildo Maldaner registra a presença do Deputado Estadual de Santa Catarina, Jailson Lima. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 17ª e 18ª Reuniões que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 17 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CAS.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com o objetivo de instruir o PLS 714/07 que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas. Para a ocasião, sugiro a presença do: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); Assessor técnico Adriano Gerin Ribeiro responsável pela Câmara Técnica Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos; Coordenadores José Cláudio Junqueira Ribeiro e André Luiz Saraiva do Grupo de Trabalho: Resíduos de Equipamentos Eletrô-

nicos; CNC (Confederação Nacional do Comércio), Presidente Antonio José Domingues de Oliveira Santos; CNI – (Confederação Nacional da Indústria), Presidente Robson Braga de Andrade; ABRADec – (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania), Presidente Erasmo Mario Jesus Martinez; IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Coordenadora Executiva Marilena Lazzarini; ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Presidente Humberto Barbato; Zilda Maria Faria Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Carlos Zaim, diretor da ABBAI (Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais); SINDPEÇAS, Presidente Paulo Butori. Sugiro a realização da audiência em dois blocos – Convidados 1º Bloco: CNC (Confederação Nacional do Comércio), CNI – (Confederação Nacional da Indústria), ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), ABBAI (Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais) e SINDPEÇAS. Convidados 2º Bloco: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), ABRADec – (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania), IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e Zilda Maria Faria Veloso. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** **Aprovado. ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006.** Altera o *caput* do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2010.** Regula o tratamento cirúrgico da obesidade. **Autoria:** Senador Geovani Borges. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 15 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2008.** Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008.** Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. **Autoria:**

Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 24, de 2008, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta; e contrário ao PLS nº 111, de 2008. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao PLS nº 24, de 2008, na forma da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo); e contrário ao PLS nº 111, de 2008. **ITEM 19 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CAS.** Requeiro nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 111/2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.” Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Dr. Salomão Rodrigues Filho, Psiquiatra e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás; Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, Psiquiatra, 3º vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Alagoas; Dr. Marcelo Ferreira Caixeta, Psiquiatra especialista em dependência química; Sra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD); Representante do Ministério da Saúde. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2006.** Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela prévia manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ sobre a constitucionalidade do Projeto, nos termos do artigo 101, I, do RISF. **Resultado:** Aprovado Parecer que conclui pela prévia manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ sobre a constitucionalidade do Projeto, nos termos do artigo 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2009.** Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 14 – NÃO TERMINATIVO**

– AVISO Nº 36, DE 2010. Encaminha ao Senado Federal, nos termos da Lei nº 10.748, de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE referentes aos anos de 2003 a 2009. **Autoria:** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. **Relatoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento. **Resultado:** Aprovado Parecer que conclui pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2011.** Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para a movimentação da conta vinculada do trabalhador, o financiamento de encargos relativos a cursos profissionalizantes, de capacitação ou de especialização. **Autoria:** Senador Epitácio Cafeteira. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 18 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de discutir a “Jornada de Trabalho de Psicólogos e Fonoaudiólogos como Profissionais da Saúde”, instruindo assim, os PLCs 150/2009 e 119/2010, tendo como convidados: Sra. Fernanda Magano, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos; Sr. Humberto Cota Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Rogério Giannini, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo; Sra. Bianca Arruda Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Sra. Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Sra. Lúcia Masini, Professora-Doutora Docente do Curso de Fonoaudiologia da PUC-SP. **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CAS.** Requeiro, nos termos do Artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência desta Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada na cidade de São Paulo – SP, em local, horário e convidados a serem definidos posteriormente, com a finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 27/2011, que “Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2011.** Proíbe a prestação de atividades de natureza permanente da Administração por trabalhador contratado por empresa interposta ou cooperativa de trabalho e modifica o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fe-

vereiro de 1967, a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 13 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2008.** Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico). **Autoria:** Deputado Alexandre Silveira. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria “Ad hoc”:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAS, de redação. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2010.** Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arlindo Chinaglia. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, foram adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2010.** Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade. **Autoria:** Deputada Sandra Rosado. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda oferecida pelo Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2008.** Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Clésio Andrade. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2011.** Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família. **Autoria:** Se-

nadora Lídice Da Mata. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 5** – Projeto de Lei da Câmara Nº 17, de 2011; **Item 6** – Projeto de Lei do Senado Nº 203, de 2009; **Item 10** – Projeto de Lei do Senado Nº 374, de 2009. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Jayme Campos, Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Cristovam Buarque, e as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 17ª e 18ª reuniões da CAS.

As Sras. e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Gostaria de pedir inversão de pauta, já que tenho outros projetos para relatar em outras comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª solicita...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Inversão de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Qual o item, Senador, por favor?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Item 17.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Atendendo ao pedido do Senador Eduardo Amorim:

ITEM 17**– Não Terminativo –****REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS**

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com o objetivo de instruir o PLS 714/07 que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas. Para a ocasião, sugiro a presença do: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); Assessor técnico Adriano Gerin Ribeiro responsável pela Câmara Técnica Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos; Coordenadores José Cláudio Junqueira Ribeiro e André Luiz Saraiva do Grupo de Trabalho: Resíduos de Equipamentos Eletrônicos; CNC (Confederação Nacional do Comércio), Presidente Antonio José Domingues de Oliveira Santos; CNI – (Confederação Nacional da Indústria), Presidente Robson Braga de Andrade; ABRADDEC – (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania), Presidente Erasmo Mario Jesus Martinez; IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Coordenadora Executiva Marilena Lazzarini; ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Presidente Humberto Barbatto; Zilda Maria Faria Voloso, Gerente de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Carlos Zaim, diretor da ABBAI (Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais); SINDPEÇAS, Presidente Paulo Butori. Sugiro a realização da audiência em dois blocos – Convidados 1º Bloco: CNC (Confederação Nacional do Comércio), CNI – (Confederação Nacional da Indústria), ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), ABBAI (Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais) e SINDPEÇAS. Convidados 2º Bloco: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), ABRADDEC – (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania), IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e Zilda Maria Faria Voloso.

Autoria: Senador **Eduardo Amorim**.

Senador Eduardo Amorim, V. Exª está com a palavra, para encaminhar o requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, por se tratar de um tema extremamente polêmico, mas de suma importância para todos nós,

que trata do destino final de pilhas e baterias, e para que possamos construir de forma fundamentada e justa o nosso relatório, solicitamos essas audiências públicas com esses membros.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Amorim.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 2 tem decisão terminativa. Não temos quórum ainda, mas o Relator é o ilustre Senador Casildo Maldaner.

ITEM 2**– Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006**

Altera o caput do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Relatoria: Senador **Casildo Maldaner**

Observações: – Em 28/06/2006, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – aprovou parecer favorável ao Projeto;

– Em 04/05/2011, a matéria foi retirada de pauta para reexame do relatório;

– Em 09/06/2011, foi recebido novo relatório do Senador Casildo Maldaner;

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para proferir seu relatório, aguardando, naturalmente, quórum suficiente para votarmos a matéria.

V. Exª está com a palavra para fazer o relatório do projeto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Senador Jayme Campos, nosso Presidente.

Antes de fazer o relatório, gostaria de destacar a presença aqui, na nossa Comissão, do nosso Deputado Estadual catarinense, médico muito conceituado lá no Estado, Jailson Lima, que vem, com um trabalho de tecnologia da Índia, fazer uma exposição na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, sei que esta matéria é terminativa e há necessidade de quórum, mas não prejudica fazer a leitura do relatório.

Tramita nesta Comissão o PLS nº 27, de 2006, que tem por objetivo proporcionar aos titulares do Benefício de Prestação Continuada o acesso a operações

de crédito a taxas de juros mais baixas, tal como já ocorre com os assalariados e beneficiários da Previdência Social, conforme dispõe a Lei nº 10.820, de 2003.

Em sua justificação, o autor do Projeto afirma que não se pode excluir os titulares idosos e deficientes carentes das vantagens proporcionadas pela concessão de crédito em folha de pagamento, alijando-os ainda mais do mercado de consumo. Muito embora seja um benefício de valor baixo, ele é semelhante ao concedido a maior parte dos segurados da Previdência Social. Além disso, para assegurar o não cumprimento da renda, mecanismos específicos, tais como a limitação do desconto mensal a 30% do valor do benefício, também deveriam ser aplicados na concessão dos empréstimos aos idosos e deficientes carentes.

Essa é uma proposta que o eminente Senador Paulo Paim traz à Casa, e faço a seguinte análise:

Nos termos do art. 100, item 1, do Regimento Interno do Senado Federal, a análise do mérito é de competência da Comissão de Assuntos Sociais. O Projeto de Lei é fruto da iniciativa legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e, por não incluir na reserva do § 1º do mesmo artigo, trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

No que se refere à juridicidade e à técnica legislativa, a forma do PLS nº 27, de 2007, é adequada para tratar do assunto.

No que concerne ao mérito, é importante ressaltar que é um benefício destinado a idosos a partir de 65 anos de idade que não exerçam atividade remunerada e a portadores de deficiência incapacitados para trabalho e uma vida independente. O referido benefício é de caráter assistencial, uma vez que essas pessoas não têm condições financeiras de contribuir para a Previdência Social. Trata-se de uma louvável iniciativa, tendo em vista seu alcance social, conferir aos idosos e aos deficientes carentes o direito de contratar possibilidades, elevar seu bem estar e, principalmente, respeitá-los como cidadãos brasileiros e valorizá-los como seres humanos. Assim, a proposição harmoniza-se com a construção de uma sociedade justa e solidária, com a erradicação da marginalização e com a redução das desigualdades sociais, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, itens 1 e 3, da Constituição.

Não obstante, de acordo com o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, quando regulamenta a questão, “este será revisto a cada dois anos, para fins de verificação das condições que lhe deram origem, podendo ser interrompido ou cancelado, o que pode gerar a interrupção dos pagamentos do empréstimo concedido”. Portanto, seria conveniente que o prazo máximo de vigência do contrato a ser assinado com

o beneficiário seja limitado à data de revisão do benefício percebido.

Desta forma, apresentamos duas emendas com o intuito de aprimorar a iniciativa: uma para contemplar o limite descrito acima e outra para harmonizar o texto dos ditames da boa técnica legislativa.

VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PLS.

EMENDA Nº 1 CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 27, de 2006, a seguinte redação:

“Altera o art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento.”

EMENDA Nº 2 CAS

Dê-se...

Art. 6º

É para vigorar até o prazo da revisão. Essa é a proposta. Ou seja, quando faz o prazo da revisão, ele, que leva uma vida não permanente na situação, pode voltar a trabalhar, pode voltar a ser considerado em condições de trabalho e aí deixar de receber.

Concluo, então, nessa modalidade, Sr. Presidente. Esse é o voto.

Sr. Presidente, em síntese, existe hoje, para os aposentados, idosos acima de 65 anos, o direito de descontar em folha e ter o acesso ao empréstimo nos bancos que o oferecem. De certo modo, não sou muito favorável, porque o lucro assegurado é para a instituição financeira. Ela não tem prejuízo, ela recebe; no fim do mês, ela desconta a prestação. Mas, em todo caso, é uma modalidade a que essas pessoas têm direito, e os deficientes – que não têm uma aposentadoria perene, mas são deficientes e têm uma assistência programada por um certo tempo – estão fora desse direito. Ele é deficiente e recebe uma remuneração de um certo valor, às vezes por anos, às vezes não.

Então, o que prevê essa proposta do Senador Paulo Paim que aperfeiçoamos? De acordo com a revisão, de dois em dois anos, se ele ainda continua encostado, tem o direito de, nesse tempo, também fazer o empréstimo, da mesma forma que aquele permanente. Isso é apenas para uniformizar, universalizar, dar o direito, também aos deficientes, de terem acesso.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo. Quero cumprimentá-lo pelo relatório, meritório por tudo, so-

bretudo porque busca, efetivamente, a valorização dos nossos portadores de deficiência e dos nossos idosos.

Vamos adiar a discussão da matéria, tendo em vista que é de caráter terminativo. Como não há ainda quórum, estamos aguardando para entrarmos na fase de votação. Fica adiada a discussão da matéria.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 2010

– Terminativo –

Regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade.

Autoria: Senador Geovani Borges.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir seu relatório e, eventualmente, se tivermos quórum na conclusão da leitura, passaremos à fase de votação. Todavia, em um primeiro instante, o Senador vai proferir seu relatório.

Senador Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos os Senadores presentes, todos os assessores e imprensa aqui presentes.

Trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2010, do Senador Geovani Borges, que regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2010, do Senador Geovani Borges, dispõe sobre a regulamentação do tratamento cirúrgico da obesidade.

O art. 1º da proposição determina que esse tratamento seja realizado por meio de procedimento cirúrgico denominado “derivação intestinal reversível restritiva Lazzarotto e Souza”.

O procedimento deverá ser reversível, sem provocar mutilações, e preservar a integridade do estômago, do intestino delgado e do cólon, permitindo ao paciente ingerir os mesmos alimentos que comia antes da operação, conforme determina o art. 2º da proposição.

O art. 3º exige que o procedimento seja precedido de aconselhamento do paciente e da avaliação de sua condição de saúde, a qual incluirá a realização de, no mínimo, cinquenta e cinco exames complementares de diagnóstico. Ainda no período pré-operatório, o paciente deverá passar por avaliações nutricionais e psicológicas e por fisioterapia respiratória.

O art. 4º faculta ao médico anestesista escolher entre a anestesia peridural e a raquidiana, mas permite,

em casos excepcionais, o emprego da anestesia geral para a execução do procedimento cirúrgico.

A composição da equipe médica responsável pela operação é definida pelo art. 5º do projeto: anestesista e cirurgões plásticos e bariátricos. O cirurgião plástico ficará incumbido de realizar a incisão da pele do abdome, enquanto o cirurgião bariátrico cuidará dos procedimentos a partir do tecido subcutâneo.

Pelo art. 6º, o cirurgião bariátrico fará anastomose látero-lateral entre o jejuno e o íleo, ou seja, estabelecerá comunicação entre os lúmens desses dois segmentos do intestino delgado, através de suas paredes. A junção íleo-jejunal será efetuada por meio de fios cirúrgicos convencionais. O segmento jejunal imediatamente à jusante da anastomose deverá ser coarctado (estreitado) extrinsecamente, por meio de anel de silicone, com o fito de limitar o fluxo do quimo por essa porção do intestino delgado.

A etapa intracavitária do procedimento é finalizada com o fechamento da parede abdominal pelo cirurgião bariátrico. Em seguida, o apropinquamento (aproximação) das bordas cutâneas da incisão abdominal será efetuado pelo cirurgião plástico. É o que determina o art. 7º do projeto.

O art. 8º estabelece as regras a serem seguidas no período pós-operatório:

I. Condução à enfermaria no pós-operatório imediato;

II. deambulação e ingestão de líquidos já no primeiro dia e alta hospitalar no terceiro dia pós-operatório;

III. ingestão apenas de líquidos e sopas do terceiro ao décimo quarto dia pós-operatórios; após esse período, ingestão de carnes, peixes, legumes e verduras, com liberação total da dieta após o 45º dia pós-operatório;

IV. ingestão de meio litro a um litro e meio de água antes das refeições, bem como de verduras e legumes no início do almoço e no jantar.

O art. 9º define uma agenda pré-estabelecida de exames hematológicos e de aferição do peso do paciente de 15 a 180 dias após a intervenção cirúrgica, além de exame radiológico de todo o intestino delgado.

O art. 10 prevê a aplicação das sanções estabelecidas pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, em caso de inobservância das disposições da lei originada pelo projeto, sem prejuízo de sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Na justificativa do projeto, o autor informa que sua apresentação decorreu de pleito da Associação Paranaense de Estudos sobre a Obesidade (APESO) e que o procedimento descrito – “derivação intestinal reversível restritiva Lazzarotto e Souza” – é empregado para o tratamento da obesidade em diversos Estados

brasileiros, incluindo Goiás, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, desde o ano de 1984.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo. Não foi objeto de emendas.

II – Análise

A apreciação do PLS nº 82, de 2010, pela CAS justifica-se em razão do inciso II, do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere à Comissão competência para opinar, quanto ao mérito, sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde. Por decidir exclusiva e terminativamente sobre a matéria (inciso I do art. 91 do RISF), a CAS deverá, ainda, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto.

O projeto sob análise busca instituir diploma legal que regulamenta a cirurgia para o tratamento da obesidade, instituindo uma determinada técnica cirúrgica como a única legalmente aceitável e descrevendo minuciosamente todas as etapas do procedimento.

O tratamento cirúrgico da obesidade está regulado atualmente pela Resolução nº 1.766, de 2005, do Conselho Federal de Medicina (CFM), que *estabelece normas seguras para o tratamento cirúrgico da obesidade mórbida, definindo indicações, procedimentos aceitos e equipe*, com as alterações promovidas pela Resolução CFM nº 1.942, de 2010.

O documento lista as modalidades cirúrgicas eticamente aceitas pela comunidade médica brasileira para o tratamento da obesidade, além daquelas proscritas.

Não há, nas resoluções do CFM, uma lista fechada de técnicas permitidas (*numerus clausus*), mas orientações gerais sobre as técnicas cirúrgicas disponíveis, suas vantagens e desvantagens para determinados grupos de pacientes, os recursos tecnológicos e humanos necessários, e os cuidados pré e pós-operatórios.

Destarte, pode-se incluir que a cirurgia bariátrica está satisfatoriamente regulada por normas infralegais. Não há razão para impor à comunidade médica e aos pacientes uma única técnica cirúrgica, em detrimento das outras já consolidadas.

Além disso, a regulamentação de procedimentos médicos específicos por meio de lei nacional é desaconselhável, na medida em que não traz benefícios significativos – quer a pacientes, quer a serviços –, além de atrapalhar a evolução técnico-científica da medicina.

Com efeito, caso fixada em lei essa regulamentação, qualquer alteração necessária, em decorrência do aporte de técnica mais eficaz, menos invasiva ou mais barata, em razão da evolução do conhecimento e da tecnologia médicos, demandará complexa e longa

tramitação de novo projeto de lei que possa ser incorporado aos protocolos clínicos e às tabelas adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelos planos privados de assistência à saúde.

Regulamentar técnicas cirúrgicas por meio de lei federal representaria enorme esforço legislativo desperdiçado e um “engessamento” deletério para a medicina brasileira, o SUS e os planos privados de assistência à saúde.

Não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PLS nº 82, de 2010, visto que o autor seguiu as disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, utilizando linguagem técnica precisa e clara, não deixando margem a interpretações equivocadas do texto normativo.

No que concerne à juridicidade, o projeto se mostra aceitável, porquanto o meio eleito (edição de lei) é juridicamente plausível; a matéria inova no ordenamento jurídico; apresenta o quesito da generalidade e é dotado de coercitividade.

Quanto ao que tange ao aspecto da constitucionalidade, no entanto, o exame da matéria revela violação ao art. 218 da Carta Magna, pois a adoção exclusiva de uma técnica cirúrgica para o tratamento da obesidade representaria um entrave ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, sem uma contrapartida que justificasse a restrição.

Da mesma forma, a edição de diploma legal definindo os mínimos detalhes da assistência à saúde configuraria afronta ao art. 24, XII e §1º da Constituição, pois, no âmbito da legislação concorrente, a União deve estabelecer normas gerais:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

.....
§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Em vista do exposto, opinamos pela inconstitucionalidade e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2011.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodrigo.

Vamos adiar a discussão e a votação da matéria, tendo em vista não haver quórum para a votação da matéria, que tem caráter terminativo. De maneira que fica adiada a discussão e votação do item 11 da pauta.

Prosseguindo:

ITEM 15**– Não Terminativo –****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2008**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.

Autoria: Senador **Expedito Júnior.**

Relatoria: Senador **João Vicente Claudino.**

Observações: – A matéria irá à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e posteriormente, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte-CE; e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa-CDH, em decisão terminativa.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.

Autoria: Senador **Flávio Arns.**

Relatoria: Senador **João Vicente Claudino.**

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Vicente Claudino, para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vêm à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, em tramitação conjunta, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 24, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de caixas eletrônicos por pessoas com deficiência visual, e o PLS nº 111, de 2008, que altera a mesma lei, para instituir mecanismos de acesso das pessoas com deficiência visual a livros adquiridos por programas governamentais.

O PLS nº 24, de 2008, acrescenta ao texto da Lei nº 10.098, de 2000, o art. 21-A, que exige das instituições financeiras a instalação e a manutenção das ajudas técnicas necessárias ao uso dos terminais eletrônicos de atendimento por parte de pessoas com deficiência visual.

O projeto recebera anteriormente parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais, com emenda que incorpora dispositivo existente no Decreto nº 5.296, de 2004, sobre a acessibilidade aos terminais de autoatendimento. Ouvida esta Comissão, o projeto seguiu para a apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Por força da aprovação do Requerimento nº 541, de 2011, do Senador José Agripino, o PLS nº 111, de 2008, passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 24, de 2008.

O PLS nº 111, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, determina, por sua vez, a manutenção, por parte do Poder Público, de portal com arquivos digitais dos livros adquiridos pelos programas governamentais voltados para a difusão do livro, inclusive do livro didático; das obras de domínio público; assim como daquelas autorizadas pelos detentores de seus direitos autorais. Os arquivos digitais devem conter dispositivos que permitam sua conversão em áudio ou impressão no sistema braille.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sem emendas.

Não foram apresentadas outras emendas aos projetos.

II – Análise

No que se refere ao PLS nº 24, de 2008, é necessário analisar, de início, a constitucionalidade da matéria. Nesse aspecto, cabe assinalar, em primeiro lugar, que o projeto em apreço atende aos requisitos de competência e iniciativa. Conforme o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, a União dispõe de competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Além disso, a matéria não se encontra na relação daquelas sujeitas à iniciativa privativa do Presidente da República.

Em segundo lugar, verifica-se que o conteúdo do projeto não conflita com os princípios fundamentais que regem a Constituição nem com os direitos e garantias fundamentais nela consagrados.

Não há óbice, portanto, no que diz respeito à constitucionalidade e à juridicidade do projeto.

Sobre o mérito, a justificação apresentada pelo autor é convincente. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, é clara ao incluir o acesso à informação na definição de acessibilidade e ao exigir medidas que eliminem barreiras que limitam a comunicação das pessoas com deficiência. A menção legal explícita ao acesso aos serviços bancários disponíveis nos terminais eletrônicos de atendimento importará na eliminação de barreiras específicas à informação, as quais atingem os deficientes visuais, incidindo sobre um aspecto relevante do cotidiano: a vida financeira do cidadão e sua relação com o sistema bancário.

Considero também meritória a emenda anteriormente aprovada nesta Comissão. A reprodução do texto do § 3º do art. 16 do Decreto nº 5.296, de 2004,

ao especificar o conteúdo e a forma da ajuda técnica exigível, contribui para a clareza do dispositivo.

Questiono, no entanto, a terminologia adotada pelo projeto. Seu texto refere-se a pessoas portadoras de deficiência. A despeito de a expressão figurar no texto constitucional, a legislação mais recente opta pela expressão “pessoas com deficiência”, mais precisa e correta, razão pela qual proponho essa substituição no texto do projeto sob exame.

Na mesma perspectiva, não há como negar a relevância do Projeto de Lei nº 111, de 2008, sobre o qual tampouco pesam óbices relativos à constitucionalidade e à juridicidade. Trata-se simplesmente de reduzir a dura exclusão cultural a que estão submetidas as pessoas com deficiência visual, em particular aquelas de baixa renda, e abrir a possibilidade de equalizar, minimamente, os acessos ao repertório pedagógico e cultural da sociedade.

O mérito da proposta é inquestionável. Ambas as proposições merecem aprovação.

Por essa razão, apresentamos substitutivo que incorpora o conteúdo de ambos os projetos, acrescido das contribuições que a tramitação de cada um, em separado, nas diferentes Comissões, ensejou.

III – Voto

Em razão do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, na forma do seguinte Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008.

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2008

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2009, para incluir mecanismos de acesso das pessoas com deficiência visual a livros adquiridos por programas governamentais e dispor sobre ajudas técnicas à utilização de caixas eletrônicos por pessoas com deficiência visual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 17-A. Cumprida a legislação vigente, o Poder Público manterá na Rede Internacional de Computadores (Internet) portal com arquivos digitais dos livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e por outros que forem criados com propósitos idênticos.

§ 1º Além das publicações citadas no caput, farão parte do acervo do portal as obras:

I – autorizadas pelos detentores dos respectivos direitos autorais;

II – de domínio público, conforme disposto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 2º Os arquivos digitais a que se refere o caput deverão possibilitar sua conversão para formato audível, mediante a utilização de sintetizador de voz, ou sua formatação prévia para impressão no sistema braile.

§ 3º Os arquivos de que trata o § 2º serão colocados à disposição de bibliotecas públicas, de instituições educacionais e entidades representativas de pessoas com deficiência visual.

§ 4º Os artigos em meio magnético serão utilizados exclusivamente no portal público e gravados no formato de texto (TXT) ou equivalente, vedadas cópias impressas dos textos ou qualquer alteração do seu conteúdo.

§ 5º Para reprodução pelo sistema braile, cada usuário institucional poderá realizar apenas uma cópia.

Art. 17-B. Do portal a que se refere o art. 17-A constarão, obrigatoriamente:

I – obras didáticas e científicas consideradas de referência nas disciplinas escolares dos diversos níveis e modalidades da educação escolar;

II – obras clássicas universais de natureza filosófica, científica, técnica ou tecnológica, disponíveis em língua portuguesa;

III – obras da literatura brasileira e da literatura universal, disponíveis em língua portuguesa. (NR)

Art. 21-A. As instituições financeiras devem proporcionar às pessoas com deficiência visual ajudas técnicas que assegurem o acesso, com a devida privacidade, aos serviços e aos terminais eletrônicos de atendimento.

Parágrafo único. As botoeiras e demais sistemas de acionamento dos terminais de autoatendimento de produtos e serviços, e outros equipamentos em que haja interação com o público devem estar localizados em altura que possibilite o manuseio por pessoas em cadeira de rodas e possuir mecanismos para utilização autônoma por pessoas com deficiência visual e auditiva, conforme padrões estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Feita a leitura do relatório pelo Senador João Vicente, vamos colocar em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, na forma da emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008.

Em votação.

Como não há necessidade de quórum qualificado, prevalece a votação pelo número presente.

Então, está aprovada a matéria.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento da tramitação. Não sendo terminativa, há uma sequência.

Na continuação, vamos agora, pela ordem, ao item nº 19.

ITEM 19

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 111/2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências”.

Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência:

Dr. Salomão Rodrigues Filho – Psiquiatra e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás;

Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti – Psiquiatra, 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Alagoas;

Dr. Marcelo Ferreira Caixeta – Psiquiatra especialista em dependência química;

SRA. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte – Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad);

Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Rapidamente, Srs. Senadores, Sr. Presidente, a quem agradeço a inversão da pauta, para eu relatar este projeto do Senador Demóstenes Torres que trata da prisão ou da internação compulsória de dependente de *crack* e outras drogas, para quem, não havendo condição de, compulsoriamente, dar um tratamento psiquiátrico, teriam de ser dadas outras penas.

Como esta é uma matéria muito polêmica, especialmente com relação ao aprisionamento do dependente ou à internação compulsória do dependente, especialmente do *crack*, discutindo com o autor do projeto, Senador Demóstenes Torres, achamos por bem fazer essa audiência pública para instruir este projeto e fazer um relatório mais adequado à visão geral da sociedade brasileira, ouvindo esses especialistas. Essa é a razão do requerimento que fiz, em consonância e em acordo com o autor do projeto, o Senador Demóstenes Torres.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Na sequência, temos o item 12, de decisão terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – O meu é o item 8. Eu não estou entendendo o porquê dessas inversões.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – A votação será simbólica, em virtude da conclusão de voto do relator. Então, mesmo que não haja quórum, é possível apreciarmos esta matéria.

Mas, Senador Moka, V. Ex^a levanta uma questão de ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – O que levanto, Sr. Presidente, é que temos de ter um critério na condução das comissões e esse critério não pode ser informado para quem vai relatar, sobretudo para quem está a tempo e a hora, na sequência. Eu acho isso até uma indelicadeza, a não ser que haja uma justificativa coerente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Senador Moka, nós entendemos o apelo de V. Ex^a. Não há dúvida. Talvez V. Ex^a não estivesse nesta reunião no instante em que, em função de compromisso em outras reuniões que acontecem ao

mesmo tempo, o Senador Wellington Dias solicitou a inversão de pauta. Mas, logo após o Senador Wellington, anunciarei o item de V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr. Presidente, todos nós temos obrigações. O que eu procuro fazer? Procuro ir às outras comissões em que não tenho relatoria, dou a presença, fico até um determinado momento e venho a tempo e a hora de relatar. Eu poderia ter chegado aqui - não teria dificuldade nenhuma - e pedir a inversão para ser o primeiro a relatar. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Entendo a preocupação de V. Ex^a, mas são as coisas da vida deste Senado, que V. Ex^a sempre entendeu.

ITEM 12 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2006

Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Observações: – *Votação simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.*

Concedo a palavra ao eminente Senador Wellington Dias para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Sr. Presidente, primeiro, peço a compreensão do Senador Moka. Na verdade, houve um entendimento de este projeto ser apreciado logo em razão de não depender do quórum.

Então, eu queria aqui apenas relatar o Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2006, que considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde, para efeito da concessão de aposentadoria especial, de autoria do Senador Paulo Paim.

Na análise do relatório, é lembrado que, nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais oferecer parecer sobre o presente projeto em caráter terminativo. Porém, dado um conjunto de dúvidas sobre o projeto, o voto que apresento, em face de um conjunto de leis controversas, é pelo encaminhamento prévio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para tratar sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 289, de 2006, nos termos do art. 101 e do Regimento Interno do Senado Federal.

É esse o voto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr. Presidente, antes de votar, eu entendi mal ou V. Ex^a está dizendo que o projeto é terminativo, mas aqui não vai exigir quórum qualificado? Eu gostaria de uma explicação melhor.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Em função de o voto do Relator não ser conclusivo, pedindo a oitiva da CCJ. Por isso, ele não é terminativo; ele vai para a CCJ.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – O Relator, Senador Wellington, tinha dúvidas e, para clarear melhor, ele quer que haja a oitiva na CCJ. Obrigado a V. Ex^a pelo entendimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Já entendi e louvo o Relator por ter feito isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 8 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2009

Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo, hoje Governador do nosso Estado de Santa Catarina.

Relatoria: o eminente Senador Waldemir Moka.

Observações: – *Em 09/06/2010, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer favorável ao Projeto.*

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao eminente Senador Waldemir Moka, para proferir o relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr. Presidente, O Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2009, que concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida

por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências, é de autoria do eminente Senador, hoje Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

O referido projeto busca introduzir na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispositivo que confere flexibilidade no cumprimento da jornada de trabalho ao empregado responsável por pessoa com deficiência ou doença que exija atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada, ou na própria residência.

A flexibilidade consiste, nos termos da redação proposta para o art. 58-B da CLT, na possibilidade de o empregado ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, por até dez horas durante a semana, a serem compensadas ao longo do mês, em comum acordo com o empregador.

Eu acho que é muito importante ressaltar isto: sem prejuízo do salário, porém é preciso que ele compense as horas que terá durante a semana, de comum acordo com o seu empregador.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde a matéria tem deliberação terminativa.

No âmbito da de Direitos Humanos e Legislação Participativa o projeto foi aprovado na íntegra na sessão do dia 10 de junho de 2010, nos termos do parecer favorável apresentado pela eminente Senadora Patrícia Saboya,

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição perante esta Comissão.

Sr. Presidente, passemos à análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer, em decisão terminativa, sobre o presente projeto de lei.

A presente matéria insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

No mérito, louve-se a iniciativa do autor. A proposição torna obrigatória a possibilidade do empregado se ausentar do serviço nas empresas com mais de 15 empregados, mas restringe a permissão para ausência

do trabalho aos casos em que a atenção permanente do responsável legal seja indispensável, segundo os médicos, e em que houver comprovada coincidência entre os horários do tratamento e do trabalho.

Ademais, condiciona a mencionada permissão à apresentação de laudo médico contendo o tipo e o grau de deficiência ou o nome da doença – de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) – que requeira tratamento continuado, além do tempo diário que o empregado precisará ficar afastado da empresa.

Por último, o projeto estabelece que a compensação do tempo de ausência não pode exceder à duração normal do trabalho em mais de duas horas por dia e autoriza o desconto salarial do valor das horas não compensadas integralmente.

Na justificativa do projeto – não gosto desse termo –, na justificativa do projeto, o autor enfatiza as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores responsáveis por pessoas com deficiência ou doença que requeira atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada para compatibilizar o cumprimento da jornada de trabalho com os cuidados especiais exigidos por seus dependentes.

Também alega a necessidade de que a legislação trabalhista dispense tratamento diferenciado a esses trabalhadores, a exemplo do que ocorre na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em relação ao setor público, e nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho negociados por sindicatos fortes e atuantes, que beneficiam determinadas categorias profissionais.

Cumprir enfatizar que a defesa dos interesses dos grupos mais vulneráveis – uma das principais bandeiras da causa dos direitos humanos – é duplamente o objetivo do projeto em análise, razão pela qual obteve a aprovação unânime da Comissão predecessora.

De fato, o modelo proposto visa a oferecer condições de trabalho mais justas para quem hoje se vê dividido entre a obrigação de cumprir horário integral no serviço, em nome mesmo da preservação do emprego, e a necessidade de oferecer assistência contínua a seus dependentes, em função da deficiência ou doença que apresentam.

Com a flexibilização da jornada, o trabalhador poderá conciliar, sem sofrimentos adicionais, a busca de atendimento especializado para seus dependentes e a supervisão diária do tratamento deles com a estreita observância do dever funcional.

O modelo proposto beneficiará, ainda, e sobretudo, a pessoa com deficiência ou doença que requeira atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial especializado, pois

ela depende da disponibilidade de tempo de seus pais ou responsáveis para usufruir dos serviços que podem lhe propiciar desenvolvimento e bem-estar.

Ademais, a supervisão diária dos entes que lhe são mais próximos e caros decerto constitui a forma mais eficaz de incentivo para que atinja o máximo desenvolvimento possível.

Não fosse o bastante, o projeto também beneficiará os empregadores, na medida em que parece ser capaz de resguardar a produção de dois impactos negativos bastante previsíveis: o descumprimento da jornada integral ou a falta de assiduidade dos empregados em questão e a baixa produtividade decorrente da falta de concentração desses trabalhadores, permanentemente preocupados com a situação de abandono de seus dependentes que exigem cuidados especiais.

Ressalte-se que a medida proposta tem pleno amparo do ordenamento jurídico internacional. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos enuncia o direito de toda pessoa a condições justas e favoráveis de trabalho e o direito da família de receber proteção especial da sociedade e do Estado.

Além disso, esses direitos são garantidos pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, diploma ratificado pelo Brasil e em vigor no território nacional há quase duas décadas, que também se reporta ao direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental.

Convém lembrar que essas disposições encontram reforço extra na Convenção sobre os Direitos da Criança, igualmente ratificada pelo País e inserida no ordenamento interno. Ao assiná-la, o Brasil assumiu o compromisso internacional de garantir aos pais a assistência apropriada para criar e educar seus filhos e reconheceu o direito de toda criança a um padrão de vida adequado para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social, assim como ao mais alto padrão de saúde e de assistência médica disponível.

Reconheceu, ainda, à criança com deficiência o direito a cuidados especiais, à educação e a treinamento que a ajudem a desfrutar de uma vida plena, digna e decente e a conquistar o máximo possível de autoconfiança e integração social.

A máxima integração social da pessoa com deficiência é, aliás, uma das preocupações recorrentes da Constituição brasileira. A Carta não só dedica vários de seus dispositivos à matéria, como erige o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana à condição de fundamentos da República Federativa do Brasil.

Não há dúvida de que esse lastro jurídico inspirou, no âmbito da administração pública federal, a edição da Portaria nº 4.017, de 27 de novembro de 1995, do então Ministério da Administração Federal e Reformado

Estado (MARE), que textualmente recomenda sejam consideradas, na flexibilização do horário de trabalho, as necessidades dos servidores responsáveis legais por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais que requeiram atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada.

Esse diploma, vale dizer, procura complementar o disposto na Portaria nº 2.561, de 16 de agosto de 1995, do mesmo ministério, que contém a relação dos cargos efetivos com carga horária diversa daquela da jornada padrão de quarenta horas semanais, conforme expressa determinação do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, que disciplina a jornada de trabalho dos servidores da administração pública federal.

A existência dessa regulação no âmbito do setor público serve para sublinhar a necessidade da adoção de medida semelhante na esfera da iniciativa privada, como propõe o projeto em exame.

A disciplina legal dessa matéria facilita a vida de empregados e empregadores, pois a partir dos parâmetros nela estabelecidos poderá haver liberdade para as partes transigirem da melhor forma possível, preservando o interesse tanto da empresa como dos empregados.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Waldemir Moka, pelo belo relatório que fez. Entretanto, vamos adiar a discussão e votação diante da falta de quórum. Na próxima reunião, ou hoje mesmo se tivermos quórum, colocaremos em discussão e em votação a referida matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só queria acrescentar, Sr. Presidente, que há um pedido de uma empresa, a Petrobras – por que não dizer o nome? –, que solicitou que fosse pedido vista desta matéria. Sinceramente, Sr. Presidente, pessoalmente, não pediria vista. Não acho que este projeto encontre qualquer restrição ou resistência. Eu acho que o que poderia ser aproveitado é que...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só que a matéria é de caráter terminativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei que ela é terminativa. Por isso mesmo, estou dizendo que, ao não votar hoje em função do quórum, dê tempo para a Petrobras analisá-la...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Analisar melhor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Particularmente, eu vejo, que tem que haver, nessa relação, a anuência do empregador, tem que ser acordo. Dizer que a empresa não vai conceder? Isso não é unilateral; é uma coisa que tem que ser negociada entre o empregador e o empregado. Não vejo por que isso não se dar. E nós sabemos – particularmente, eu sei – da dificuldade das pessoas que cuidam realmente das pessoas portadoras de necessidades especiais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diante da observação de V. Ex^a, vou assegurar que esta matéria seja votada na próxima semana, mesmo havendo quorum hoje. É regimental o direito de V. Ex^a fazer essa observação.

Item 14.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É um projeto bastante meritório, e já existe uma prática de acompanhamento por parte de trabalhadores e filhos de pessoas comprometidas. Então, não é uma coisa que vai transformar toda uma categoria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu diria que não, mas vai assegurar, por lei, o direito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Item 14, de que V. Ex^a é Relatora, Senadora Marta Suplicy.

ITEM 14

– Não Terminativo –

AVISO Nº 36, DE 2010

Encaminha ao Senado Federal, nos termos da Lei nº 10.748, de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE referentes aos anos de 2003 a 2009.

Autoria: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para proferir o relatório.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, este relatório que farei é meio proforma, porque o Aviso que hoje relato cumpre com a determinação legal de encaminhar os dados e o relatório com os resultados do Programa Primeiro Emprego para o período de 2003 a 2009. Então, é uma prestação de contas.

Quero dizer que este Programa Primeiro Emprego foi uma importante ação do Governo Lula no sentido de resolver esse problema de inserção do jovem estudante de baixa renda no mercado de trabalho.

A despeito das dificuldades, das críticas que o Programa sofreu, ele foi responsável pela criação de 13.711 postos de trabalho para os jovens das 27 Unidades da Federação.

Esse número é bastante baixo frente ao universo dos jovens que se pretendia alcançar com esse Programa Primeiro Emprego, mas ele plantou uma semente importante nessa área, sendo substituído, em meados de 2008, pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem. E o Projovem avançou ainda mais no sentido de integrar ações de diferentes Ministérios em múltiplas vertentes, como oferecendo ações de cidadania, de esporte, de cultura, de lazer. E hoje nós já contamos com o Projovem Adolescente, o Projovem Urbano, o Projovem Campo, o Projovem Trabalhador. Todos nasceram dessa semente que foi o Programa Primeiro Emprego e das reflexões sobre os acertos e os erros desse primeiro programa.

Enfim, a Lei do Projovem revogou a Lei do Programa Primeiro Emprego e o Aviso que relato cumpre a determinação legal da prestação de informações sobre o Programa.

Por isso, meu voto é pelo conhecimento e pelo arquivamento do Aviso nº 36, de 2010.

Obrigada, Sr. Presidente.

Meu voto é pelo arquivamento.

Eu gostaria também de encaminhar duas propostas, dois requerimentos de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já estão em nossas mãos, minha cara Senadora.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Um é o trabalho de psicólogos e fonoaudiólogos como profissionais da Saúde, instruindo os PLC nºs 150/2009 e 119/2010.

A justificativa é a importância dos profissionais da Saúde no bem-estar da sociedade e no desenvolvimento humano do País. É inequívoca a devoção dessa categoria.

Esses profissionais merecem um olhar especial da lei, no intuito de valorizá-los e protegê-los dos rigores que a profissão impõe, em que há um contato permanente com os pacientes, a exposição a fortes tensões pessoais, o atendimento...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Marta Suplicy, primeiro nós temos que votar o Item 14 e aí nós entramos...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me.

Ainda não é a hora dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não. Nós vamos, primeiro, votar o Item 14 e, depois, o requerimento de V. Ex^a.

A SRA. MARTA SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me. Eu me apressei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora relatou a matéria, já fez as suas observações. Eu quero apenas colocar em discussão o relatório da Senadora Marta Suplicy. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pelo conhecimento do Aviso nº 36, de 2010, e posterior arquivamento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, antes de colocar em votação, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a.

Eu sou relator do item 3. Eu queria pedir para retirá-lo de pauta hoje para que eu faça um reexame.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, Senador Mozarildo Cavalcanti. Vai ser retirado de pauta o item 3, que é o PLS nº 35, que consta da página 44. Está retirado de pauta pelo pleito do Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM 18

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de discutir a “Jornada de Trabalho de Psicólogos e Fonoaudiólogos como Profissionais da Saúde”, instruindo assim, os PLCs 150/2009 e 119/2010, tendo como convidados:

a) Sra. Fernanda Magano, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos;

b) Sr. Humberto Cota Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia;

c) Sr. Rogério Giannini, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo;

d) Sra. Bianca Arruda Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia;

e) Sra. Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia;

f) Sra. Lúcia Masini, Professora-Doutora Docente do Curso de Fonoaudiologia da PUC-SP.

Autoria: Senadora **Marta Suplicy**

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para encaminhar o referido requerimento.

A SRA. MARTA SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Jayme Campos, a jornada de trabalho parece ser um elemento essencial no contexto de trabalho de fonoaudiólogas e de psicólogas, que, muitas vezes, trabalham com fortes tensões pessoais e com cargas muito fortes nesse atendimento humano. Eles precisam estar numa capacidade física e mental plena para poder exercer esse trabalho. E outros profissionais de saúde, como médicos, fisioterapeutas, assistentes sociais, lograram limitar a sua carga semanal de trabalho em 30 horas.

Então, com relação a essas categorias como psicólogos e fonoaudiólogos, cujo projeto de lei eu tenho a honra de relatar, venho propor uma audiência pública para que a nossa Comissão possa se sensibilizar e entender melhor a situação pela qual passam os psicólogos e fonoaudiólogos, porque as pessoas muitas vezes não têm a dimensão da tensão em que vivem.

Daí o requerimento para essa audiência pública que espero V. Ex^a possa marcar em breve.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento da Senadora Marta Suplicy.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública, nesta Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada na cidade de São Paulo, com a finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 27/2011, que regulamenta a profissão de taxista e altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, e dá outras providências.

É um requerimento da Senadora Marta Suplicy.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas em São Paulo, Sr. Presidente?

A SRA. MARTA SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Deixe-me explicar por quê.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De fato, há uma restrição no art. 106. Todavia, não há nenhum impedimento, desde que haja decisão consensual do Plenário desta Comissão sobre essa reunião, ou seja, de a Comissão reunir-se lá em São Paulo.

Dessa maneira, eu ia designar a própria Senadora autora do requerimento para presidir os trabalhos dessa reunião em que será debatido esse projeto de lei com o segmento importante dos taxistas, sobretudo

com todas as cooperativas, que são em torno de 60 ou 70. Naturalmente, de forma consensual, se as Sras. e os Srs. Senadores concordarem. A Presidência não tem nenhuma restrição a fazer. Acho que, democraticamente, isso é possível.

Consulto o Plenário da Comissão se há alguma objeção, alguma restrição ao requerimento da Senadora Marta.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de explicar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria ouvir da Senadora Marta os motivos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não. Os motivos são os seguintes.

O relator desse projeto nesta Comissão não sou eu. E eu teria gostado de ser indicada, porque a cidade de São Paulo, da qual eu fui Prefeita, tem 33 mil taxistas e inúmeras cooperativas, e é um projeto muito sensível à população do meu Estado e da minha cidade, e não só da cidade de São Paulo, mas de Guarulhos, Osasco, Campinas.

Eu realizei um encontro com eles segunda-feira agora, e todos querem participar dessa discussão, e é muita gente para se locomover até aqui. Aí conversei com o Presidente Jayme Campos, que foi sensível a fazer essa audiência pública na cidade de São Paulo, sem custo para a Comissão, onde haverá inúmeros profissionais dessa categoria, que serão beneficiados.

Foi esse o motivo de pedir para ser lá. Espero que o Senador tenha a compreensão desses motivos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se me permitem, farei um adendo a essa colocação da Senadora Marta Suplicy. É questão de terminologia. Poderíamos mudar o termo, em vez de ser audiência, seria uma diligência. É perfeitamente aceitável.

V. Ex^a, há poucos dias, Senador Waldemir Moka, fez um evento mais ou menos como esse em seu Estado do Mato Grosso do Sul, em Ponta Porã, se não me falha a memória, de uma Subcomissão desta mesma Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma restrição, apenas queria ouvir os motivos, porque, na verdade, o projeto é nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É claro que, em São Paulo, a quantidade de taxistas é maior. Não sei nem se percentualmente seria o maior número de táxis. Mas eu, particularmente, não

tenho restrição. A única preocupação que tenho é que, dependendo do dia e hora em que for marcada a audiência, a Senadora pode correr o risco de estar ela e mais um ou dois Senadores, no máximo, lá.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor pode ter certeza, pelo número do encontro que fiz, que isso não ocorrerá. Mas, se ocorrer, será feita uma...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas a preocupação dele é pertinente, a respeito da presença dos Senadores da Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Dos Senadores da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para fazer uma observação, meu caro Senador Waldemir Moka...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, Senador, estão todos convidados, não é restritivo. O relator irá. Está convidado o Presidente, se quiser comparecer, o que nos dará muita honra. O Senador Moka está convidado, eu estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu estou designando S. Ex^a, e não há nenhum impeditivo regimental, a Senadora Marta, para que presida a reunião.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu não estou entendendo por que tanta confusão sobre uma coisa simples. É a maior cidade do País, tem 11 milhões de habitantes, 33 mil taxistas. Qual é o motivo de não poder ser? Se o senhor acha interessante fazer em Mato Grosso do Sul, Senador Moka, faça também. Na minha cidade, isso se justifica; se se justifica fazer na sua, faça lá também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A senhora vai ouvir? A senhora não precisa ficar irritada. Acho que é um direito. Por favor, não entendo por que essa irritação toda. Apenas acho que, quando da audiência pública, é bem provável, dependendo... Todo mundo gostaria de participar, não é exatamente não querer. Há o interesse de ir, mas depende do dia em que for marcada, porque os compromissos são muitos. Se for durante a semana, temos compromisso aqui. No final de semana, cada um de nós tem compromisso nos seus respectivos Estados. Trata-se de um projeto importante, e seria fundamental que os Senadores participassem da audiência pública, até para dirimir alguma dúvida que tenham.

Mas, Sr. Presidente, não tive a intenção, absolutamente, de criar algum tipo de problema, e absolutamente tenho qualquer tipo de restrição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Como sempre, um

gentleman, grande estadista; indiscutivelmente, um grande Senador. Agradeço a V. Ex^a.

Fica o requerimento, conforme proposto pela Senadora Marta Suplicy.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Regimentalmente, pelo art. 106, V. Ex^a tem toda razão. Todavia, é questão de mudarmos a terminologia, se for o caso. Em vez de ser uma audiência pública, faremos uma diligência. Então, aqui, nesta oportunidade, diante do Plenário, solicito a V. Ex^a a permissão – aqui é um Colegiado – para que eu possa designar a ilustre Senadora Marta Suplicy para presidir essa diligência, ou audiência, como queiram entender. Será ela a Presidente e será acompanhada pelo ilustre Senador Eunício Oliveira, relator da matéria. Entretanto, V. Ex^{as} estão convidados. Se alguém quiser comparecer, a Senadora Marta Suplicy acabou de externar aqui o seu convite aos demais Senadores. Na próxima terça-feira – imagino que ela vá promover –, deveremos ter o local já determinado, e aqueles que quiserem comparecer estão convidados, com certeza, pela Senadora Marta Suplicy e pela própria Presidência desta Comissão.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu entendi melhor a colocação do Senador e também sugeriria, caso fosse de interesse dos partícipes desta Comissão realizar aqui uma audiência pública, também poderia ser realizada. Eu pedi em São Paulo porque é a cidade que tem mais taxistas no Brasil e seria muito difícil trazer os interessados. Mas compartilho da vossa preocupação de, talvez, não ter a possibilidade de todos os Senadores que se interessarem pelo tema irem lá. Então, fica aqui a minha boa vontade em participar e também em estender, se for possível, para cá. Caso o Senador Moka tenha interesse de fazer aqui, eu não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a concorda em grau e gênero? (*Pausa.*)

Ótimo! Está aprovado, Senadora Marta, sem nenhum problema.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só para um pequeno comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendo a preocupação da Senadora Marta Suplicy e, também, do Senador Moka. É porque, daqui a pouco, pode-se querer também uma audiência pública desta Comissão lá em Porto Alegre. Pode-se, daqui um pouco, Florianópolis também assim desejar. Eu sei como são essas coisas.

Geralmente as audiências públicas ocorrem na sede da própria comissão, já que é um projeto nacional. E isso cria um precedente, de certo modo. Embora São Paulo seja a maior cidade do Brasil.

Quando se trata de uma subcomissão fazer oitiva ou diligência, credencia-se um Senador da região, ou Senadores; isso facilita, em vez de ter que se deslocar toda a comissão, a assistência, os técnicos. Não é fácil, às vezes, e pode criar um itinerante. Acho que a intenção da Senadora é apenas fazer uma diligência *in loco*, ela presidindo. Aí, não há problema algum. Nós resolvemos.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de dar um informe. Em relação à reforma eleitoral, pedi uma audiência pública na CCJ e realizamos sete audiências públicas em sete Estados, sem custos para a CCJ. E foi complicado, porque uma audiência pública só pode ocorrer com a presença do Senador daquela Comissão. E aí eu percebi que a única mulher da CCJ era eu. E como é que eu ia a sete Estados? Resolvemos da seguinte maneira: os Senadores, ou do Estado ou da região, fizeram a gentileza de ir até aqueles Estados. Acho que Paim compareceu a um dos Estados onde não havia Senadora da CCJ. E foi sem custo. Inclusive as próprias assembleias legislativas filmaram. A de São Paulo foi feito na Fiesp, que arcou com todos os custos. Neste caso, certamente, nós vamos fazer na Assembleia Legislativa de São Paulo, que pode filmar. Eu tenho assessores lá, o Senador Eunício pode levar seu assessor. É custo zero. Então, resolvemos fazer dessa forma para poder ampliar o debate, e sem custo. Mas, se outros Estados quiserem fazer da mesma forma, tragam a necessidade. Vota-se, analisa-se. Eu acho que fazer isso em São Paulo, em virtude do número de taxistas e da dimensão da cidade, é plenamente justificável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu cheguei agora, mas só para dar uma pitadinha. Quem chega atrasado não tem direito a fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Moka, inclusive, fez um protesto, *data venia*, há pouco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, Sr. Presidente, eu estou também com o debate do Estatuto do Motorista, sobre o qual fizemos audiências públicas em cerca de oito Estados, dessa forma que V. Ex^a indicou aqui. Não se trata de audiência pública, mas de diligência, e com custo zero para a Comissão. A nossa subcomissão aqui está participando, podem ver, com custo zero. Estamos fazendo esses debates, discutindo o Estatuto do Motorista. Mas eu sei que aqui vai haver um entendimento. A diligência vai ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já houve o entendimento. Já houve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já foi até votado.

Então, eu é que estou até atrasado. Mas acabei concordando com ambos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para fazer uma observação. Regimentalmente, lá na Câmara, é permitido. Como a senhora falou aqui da legislação eleitoral, quando saiu visitando sete cidades, sete Estados...

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não foi na Câmara; foi na CCJ daqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do Senado?

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Foi na reforma política – eu falei eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ah, na reforma política!

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Foi na reforma política, a questão de gênero. Foi aqui, na CCJ. Foram sete audiências públicas, e aí nos demos conta desse problema que eu relatei, de que não tinha mulher na CCJ. Daí a importância da reforma política e a questão de gênero também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, eu consulto uma vez mais.

Está aprovado o requerimento, que, conforme acertado aqui, a Senadora Marta Suplicy vai presidir, e já se predispôs a ir com ela ao Estado de São Paulo o Relator da matéria, que é o Senador Eunício Oliveira.

ITEM 16

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2011

Proíbe a prestação de atividades de natureza permanente da Administração por trabalhador contratado por empresa interposta ou cooperativa de trabalho e modifica o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Autoria: Senador **Walter Pinheiro**.

Relatoria: Senador **Paulo Paim**.

Observações: – *A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de minha parte, o parecer é totalmente favorável, moraliza de uma vez por todas essa questão

da terceirização. É uma brilhante iniciativa do nosso Senador Walter Pinheiro. Mas o Ministério da Justiça pediu que, se pudéssemos, adiássemos a votação, para que eles pudessem dar opinião.

Meu parecer é totalmente favorável. Ele moraliza essa questão da terceirização e, a partir de agora, a responsabilidade passa a ser do Poder Público, efetivamente, a partir desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto V. Ex^a: V. Ex^a quer que retire essa matéria de pauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sinceramente, eu ouvi a assessoria, mas acho que, como aqui não é terminativa, nós poderíamos votar e, na outra comissão, faremos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não é terminativa. Ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meu parecer é favorável, mediante os argumentos que aqui levantei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 172, de 2011.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Projeto do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente. Eu já disse isso aqui. É de autoria do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu quis enfatizar. Como eu não pedi vista e não retirei de pauta; fiquei entre o Ministério da Justiça, que é um companheiro nosso, foi Deputado Federal e Estadual, também do meu partido, e o Walter Pinheiro, que é Senador também do nosso partido, acabei decidindo pelo Walter.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns, Senador!

ITEM 13

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2008

Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de es-

tudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico).

Autoria: Deputado **Alexandre Silveira**.

Relatoria: Senador **Paulo Davim**.

Observações: – Em 04/06/2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– 02/03/2010, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE.

Como o Senador Paulo Davim não está presente, solicito o Senador Mozarildo Cavalcanti como Relator *ad hoc* da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, V. Ex^a, na ementa, já esclareceu muito bem o objetivo deste projeto.

Eu queria só ler o final da Análise do projeto, que diz o seguinte:

Ampliar o acesso do cadáver desconhecido a outros cursos de graduação da área de saúde é louvável. A Comissão de Educação apontou que o rol fechado de cursos exclui, por exemplo, os cursos de Biomedicina, que podem necessitar do uso de cadáveres para o ensino e o desenvolvimento de pesquisas científicas. Daí a Comissão de Educação ter aprovado o parecer favorável, ali apresentado com emenda que estende o benefício às escolas de ensino superior na área de saúde.

Como já foi consignado na sua tramitação, não há vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade ou antirregimentalidade do projeto apresentado. De forma que não há impedimentos para a análise de seu mérito por esta Comissão. De outra parte, a iniciativa parlamentar é legítima, vez que trata da alteração de lei federal em vigor.

Ademais, a proposição respeita os dispositivos constitucionais de cunho material, estando em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País, bem como no que diz respeito aos princípios gerais do Direito.

No que se refere à técnica legislativa, merece reparo a ementa, que não explicita o objeto de alteração pretendida com a iniciativa.

Em virtude do analisado, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do Projeto de Lei nº 64, da Câmara dos Deputados, de 2008, com a emenda de redação que apresentamos.

III – Voto

Diante do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 64, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2008, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências, a fim de estender o rol das instituições destinatárias”.

É o voto. Portanto, pela aprovação, com a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2008, com a emenda de redação que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

ITEM 1

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2010

Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras providências.

Autoria: Deputado **Arlindo Chinaglia**.

Relatoria: Senador **Humberto Costa**.

Observações: – Em 08/06/2011, foi aprovado o Requerimento nº 22, de 2011-CAS, de dispensa de Audiência Pública para instruir o Projeto, por iniciativa do Senador Paulo Paim. A apreciação da matéria foi adiada.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras. Senadores, Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei

da Câmara nº 158, de 2010 (Projeto de Lei nº 5.203, de 2009, na Casa de origem), do Deputado Arlindo Chinaglia. A proposição tem por objetivo, de acordo com seu art. 1º, reconhecer a “legitimidade dos foros de negociação e pactuação entregestores, compostos pelas Comissões Intergestores Tripartite e Bipartite, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde”.

Os objetivos da atuação das comissões intergestores são definidos no art. 2º: i) decidir sobre aspectos operacionais, administrativos e financeiros da gestão compartilhada do Sistema Único de Saúde; ii) definir diretrizes sobre a organização das redes de saúde; e iii) fixar diretrizes sobre aspectos ligados à regionalização da assistência no âmbito do SUS.

O Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas, respectivamente, dos entes estaduais e municipais, e declarados de utilidade pública e de relevante função social (art. 3º).

O art. 4º do projeto trata do financiamento dessas entidades, ao estabelecer que os recursos para auxiliar no custeio de suas atividades será proveniente do orçamento geral da União, por meio do Fundo Nacional de Saúde.

A cláusula de vigência, objeto do artigo 5º, determina que a lei originada pelo projeto passará a vigor a partir da data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição não foi objeto de emendas nesta Casa.

Análise: Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS deliberar sobre o PLC nº 158, de 2010. Da mesma forma, em conformidade com o art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a decisão desta Comissão terá caráter terminativo.

Em uma república federativa como o Brasil, com um sistema público de saúde descentralizado porém único, seria impensável o funcionamento do SUS sem instâncias de pactuação, para a articulação e a divisão de responsabilidades entre as diversas esferas de gestão do sistema.

Essas instâncias são representadas pelas comissões intergestores, que tornam viável o modelo federativo de organização do SUS. A Comissão Intergestores Tripartite (CIT), de âmbito nacional, é composta por gestores das três esferas de governo, com representação proporcional de cada uma delas: cinco

representantes da esfera federal, indicados pelo Ministério da Saúde; cinco da esfera estadual, oriundos do Conass; e cinco da esfera municipal, escolhidos pelo Conasems. A representação de Estados e Municípios nessa comissão é regional, sendo um representante para cada uma das cinco regiões do País. Tem sua origem em grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 1.180, de 22 de julho de 1991, do Ministério da Saúde.

As Comissões Intergestores Bipartite (CIB), por sua vez, são instaladas em cada um dos Estados da Federação e criadas por meio da Norma Operacional Básica nº 1, de 1993. O modelo de funcionamento de cada uma delas é similar ao da CIT, porém há representação paritária apenas do Estado e de seus Municípios.

O Conass, conforme determina seu estatuto, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1982 com o objetivo de representar as Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal. As principais finalidades estatutárias da entidade são:

I – representar os interesses comuns dos gestores do SUS dos Estados e do Distrito Federal;

II – definir estratégias comuns de ação entre os gestores dos Estados e do Distrito Federal;

III – funcionar como órgão permanente de intercâmbio de experiências informações entre seus membros.

O Conasems foi criado pouco tempo depois, em 1988. É uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade congregar as secretarias municipais de saúde ou órgãos equivalentes e seus respectivos secretários ou detentores de função equivalente. As finalidades são semelhantes às do Conass, porém, como não poderia deixar de ser, têm um viés municipalista.

Não obstante a relevância de todas essas comissões e conselhos, além de seu longo tempo de funcionamento e consolidação, nenhum deles teve sua criação determinada em lei. O fato de terem sido criados por atos administrativos – ou mesmo por estatutos privados –, em vez de diplomas legais, gera insegurança jurídica para seu funcionamento e para o desempenho de suas atribuições, mesmo que não se possa questionar sua legitimidade social, largamente respaldada pelos relevantes serviços prestados ao SUS.

Eles constituem, indubitavelmente, um dos pilares da gestão da saúde pública no País. Com efeito, ambos os conselhos (Conass e Conasems) têm reconhecimento legal como representantes dos gestores junto ao Conselho Nacional de Saúde, conforme determina o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre

as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

A iniciativa do ilustre Deputado Arlindo Chinaglia amplia grandemente essa representatividade, uma vez que o art. 3º do PLC nº 158, de 2010, não restringe sua atuação ao âmbito do Conselho Nacional de Saúde.

Outra importante inovação pelo PLC refere-se ao financiamento do Conass e do Conasems. O art. 4º do projeto permitirá o aporte de verbas oriundas do Fundo Nacional de Saúde para o custeio de suas despesas. Com o financiamento reforçado pela União, os Conselhos terão maiores garantias para o exercício independente de suas atividades nas instâncias de pactuação e no controle social do SUS.

Não há óbices quanto à constitucionalidade da proposição em análise, visto que é competência privativa da União legislar sobre seguridade social, que compreende saúde, previdência e assistência social, inciso XXIII do art. 22 e arts. 194 a 203 da Constituição Federal, sendo livre a iniciativa parlamentar sobre a matéria.

No que concerne à juridicidade e à técnica legislativa, no entanto, observa-se violação do art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Esse dispositivo determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. Dessa forma, considerando que a organização e o funcionamento do SUS são disciplinados na Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, as medidas propostas pelo PLC nº 158, de 2010, devem ser implementadas por meio da alteração desta lei, em vez da edição de norma extravagante dispondo sobre a matéria.

A fim de corrigir os óbices apontados, oferecemos uma emenda de redação ao PLC nº 158, de 2010, mantendo intacto o seu conteúdo normativo, porém inserindo suas disposições na Lei Orgânica da Saúde.

Em relação à representatividade do Conass, do Conasems e dos Cosems, inserimos pequena modificação no texto para deixar explícito que ela se limita a temas de interesse para a saúde, ainda que dificilmente algum hermeneuta ousaria interpretar a futura lei de forma diversa.

Aqui não se efetuou qualquer mudança no mérito ou no alcance da norma. Apenas buscamos aprimorar a redação do texto aprovado pela Câmara, a fim de evitar interpretações legais conflitantes, quando

da implementação das medidas previstas pelo PLC nº 158, de 2010.

A emenda de redação é disciplinada pelo art. 234, do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 234. A emenda que altere apenas a redação da proposição será submetida às mesmas formalidades regimentais de que dependerem as pertinentes ao mérito.

Por não haver alteração de sentido da proposição jurídica, não há que aplicar o disposto no parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal e no art. 136 do Regimento Comum, que determinam que o projeto emendado pela Casa revisora deverá ser devolvido à iniciadora.

Nesse sentido se pronunciou o Supremo Tribunal Federal, na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 3. Em seu voto, o ilustre relator Ministro Nelson Jobim expõe a necessidade do retorno de proposição emendada pela Casa revisora à iniciadora apenas quando há mudança de mérito:

O retorno do projeto emendado à Casa iniciadora não decorre do fato de ter sido simplesmente emendado. Só retornará se e somente se a emenda tenha produzido modificação de sentido na proposição jurídica, ou seja, se a emenda produzir proposição jurídica diversa da proposição emendada. Tal ocorrerá quando a modificação produzir alterações em qualquer dos âmbitos de aplicação do texto emendado: material, pessoal, temporal ou espacial. Não basta a simples modificação do enunciado pela qual se expressa a proposição jurídica, o comando jurídico. A proposição tem que ter sofrido alteração.

Em virtude das considerações expostas, propugnamos pela aprovação do PLC nº 158, de 2010, com adequações de técnica legislativa.

III – Voto

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010, na forma da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CAS DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2010

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para dispor sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários

de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e suas respectivas composições, e dar outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo III do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 14-A e 14-B:

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo:

I – decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde;

II – definir diretrizes, de âmbito nacional, regional, intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados;

III – fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.

Art. 14-B. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias

Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde, declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.

§ 1º O Conass e o Conasems receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.

§ 2º Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que

vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma em que dispuserem seus estatutos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa, entretanto, nós vamos adiar a discussão e a votação da matéria tendo em vista que é de caráter terminativo e precisamos de quórum.

De qualquer forma, agradeço a V. Exª. Está lido o relatório, já andamos mais da metade da estrada diante do belo relatório que V. Exª proferiu aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de consultar o ilustre Senador Cristovam Buarque se está determinado em votar o item 19 da pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Que é o do meu parecer?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sim senhor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de pedir uma semana a mais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Neste caso, V. Exª solicita uma semana a mais de prazo para nós lermos a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Secretaria colocará na próxima semana na pauta.

ITEM 4

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2008

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Clésio Andrade.

A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, Senador Clésio Andrade, para reexame do relatório.

ITEM 7
– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2011

Altera o art. 65 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar ao empregado doméstico o benefício do salário-família.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senadora Ângela Portela

A matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ângela Portela, para reexame do relatório.

Quero agradecer a V. Ex^{as} e fazer um breve comentário em relação ao impacto da emenda da saúde, que vai ser maior nos Estados. Essa é uma matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, Senador Paulo Davim, de 27 de junho de 2011.

Para ser bem breve: “Alguns governadores incluem merenda e limpeza urbana; para cumprir nova regra, gastariam R\$2 bi a mais”.

Entretanto, vale chamar a atenção para o seguinte:

Para o Planalto, votação da emenda 29 é ‘pirraça’ do Legislativo.

Parada há cerca de três anos, a regulamentação da emenda 29 voltou à pauta no momento em que a relação entre o governo Dilma Rousseff e o Legislativo ganhou contornos de crise.

Com a derrota do governo no Código Florestal, a Câmara resolveu colocar em pauta proposta que contraria o Executivo.

Para o Planalto a votação da emenda neste momento é “pirraça” do Legislativo. Para os deputados, um “sopro de autonomia”.

Caso seja aprovada, a emenda deverá aumentar a pressão dos Estados sobre o Executivo. Para compensar os gastos a mais na saúde, eles deverão cobrar de Dilma mais repasse.

Na verdade, no meu entendimento, parece que o Executivo está achando que é “pirraça” do Legislativo votar a Emenda nº 29, que se encontra já na Câmara há algum tempo. Neste caso, eu acho que não existe “pirraça”. O que nós temos que ver é a saúde do povo brasileiro, sobretudo dos menos afortunados, que dependem exclusivamente de um bom serviço nas unidades de serviço de saúde pública no Brasil.

Eu acho que nós não devemos levar para esse lado, por esse ângulo, muito pelo contrário. Nós temos que aprovar urgente a Emenda nº 29, na Câmara, para que possa ser arrecadado mais recurso para fazer uma saúde pública descente no Brasil, sobretudo para aten-

der os menos afortunados, os mais humildes, que dependem essencialmente deste serviço para a sua vida.

Está V. Ex^a com a palavra, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – As suas palavras dispensam qualquer comentário. Eu ia fazer um comentário sobre a matéria, mas a sua observação já me contemplou.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar no dia de hoje, vou encerrar a presente reunião.

Agradeço a presença de V. Ex^{as} na manhã de hoje. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos, do dia seis de julho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, João Vicente Claudino, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Registra a presença o Senador Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Paulo Davim, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena e a Senadora Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 10 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CAS.** “Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 6, de 2011-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009”. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2011.** Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de

agosto de 1974; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Confúcio Moura. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2006.** Altera o *caput* do art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para estender aos titulares do Benefício de Prestação Continuada a prerrogativa de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva à Senadora Ana Rita e aos Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda, nos termos regimentais. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2009.** Concede ao empregado responsável por pessoa portadora de deficiência ou acometida por doença que exija tratamento especial ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, para os fins que especifica, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Durante a discussão da matéria, o Relator, Senador Waldemir Moka apresenta a Emenda nº 1, por sugestão do Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2011.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier. **Autoria:** Deputado Eduardo Cunha. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria “Ad hoc”:** Senadora Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2010.** Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e respectivas composições e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arlindo Chinaglia. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS, de redação. **ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2009.** Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009.** Altera

o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham. **Autoria:** Senador Tião Viana. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada pelo Senador Gilberto Goellner. **Resultado:** Rejeitado o Projeto, fica prejudicada a Emenda Substitutiva a ele oferecida, conforme artigo 301, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2009.** Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para inserir, no rótulo de enxaguatórios bucais que contenham álcool, advertência sobre os riscos associados ao uso do produto. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Durval. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 12 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CAS.** Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Representante do DIEESE; CNTSS; Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates a Endemias. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011.** Revoga a alínea “f” do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. **Autoria:** Deputado Roberto Magalhães. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. Fica adiado o **Item 5** da Pauta, a saber: Projeto de Lei do Senado Nº 82, de 2010. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim,

Jayme Campos, Presidente da Comissão, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Acir Gurgacz, e as Senadoras Ana Amélia, Marta Suplicy e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião da CAS.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos passar à apreciação de algumas matérias que hoje estão na pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

Antes de mais nada, gostaria de fazer aqui alguns comentários, com a devida vênica das Sras. e dos Srs. Senadores.

Diante das matérias que acompanhamos pela imprensa, semana passada, gostaria de comentar a pesquisa divulgada, nos últimos dias, pela Fundação Getúlio Vargas, chamada “Os Emergentes dos Emergentes”.

O levantamento, Senadora Ana Amélia, mostra que o Brasil é o País dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com os melhores indicadores de redução das desigualdades sociais entre os países emergentes. A evolução dos indicadores das classes sociais no País tem mostrado desempenho superior aos dados macroeconômicos, enquanto nos outros membros dos Brics a relação é oposta. O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas conclui que a desigualdade está caindo muito mais no Brasil que em outros emergentes.

Entre 2003 e 2010, no Brasil a renda familiar cresceu, em média, 1,8 ponto percentual do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB –, por ano. Já na China, a relação é inversa: a renda familiar vem crescendo 2 pontos percentuais abaixo do PIB no período. E a taxa de crescimento anual da renda familiar dos 20% mais ricos foi maior em outros países: China (15,1%), África do Sul (7,6%), Índia (2,8%) e Brasil (1,7%).

Mas o que é importante alertar e não esquecer é que, apesar dessa redução das desigualdades sociais, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo. Entre os integrantes dos Brics, estamos atrás da China, da Índia e da Rússia.

Nas suas conclusões, a Fundação Getúlio Vargas também destaca a necessidade de se manter o controle da inflação, a estabilidade democrática, condições mais favoráveis para a criação de empregos formais, investimento na melhoria da educação e mais crédito, principalmente para os pequenos empresários. “Demos os pobres ao mercado, agora é preciso dar mercado aos pobres” – foi um dos comentários do economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, ao divulgar a pesquisa, nesta última semana.

Penso que é uma matéria muito importante, na medida em que aqui traz números bastante significativos e que, fundamentalmente, temos que adotar políticas diferenciadas, para que possa acabar, naturalmente, com essa diferença que existe, certamente, entre esses países que fazem parte dos Brics.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, é oportuna a referência do caro Presidente a essa pesquisa “Os Emergentes dos Emergentes”, sobretudo notando essa disparidade. Além do mais, temos visto que as facilidades concedidas à população brasileira, especialmente funcionários públicos, com os chamados créditos consignados, acabou estimulando também uma situação que agrava a desigualdade, pelo endividamento dessa camada importante da população brasileira. Esse endividamento, aliás, não é só da pessoa física que está endividada por conta das facilidades oferecidas – o próprio Governo, em algum momento, já se antecipou e se deu conta desse aprofundamento das dificuldades dos servidores que se valeram do crédito consignado –, mas também o problema do endividamento que hoje afeta Estados e Municípios. É uma situação que precisa ser controlada, porque também esta é uma forma de reduzir as desigualdades sociais, na medida em que se dá maior estabilidade econômica e social às pessoas, em primeiro lugar.

Ontem, fomos visitar as obras da Copa aqui em Brasília e fiquei impressionada com o tamanho e o porte dessa obra. No entanto, Presidente Jayme Campos, nesta semana, todo dia, vemos um noticiário triste sobre a situação dramática dos hospitais da capital da República e do entorno. Então, penso que seria também oportuno que a autoridade tivesse o senso de fixar algumas prioridades. Temos compromisso com a Copa de 2014? Temos, o Brasil não pode agora voltar atrás nesse compromisso, mas, ao mesmo tempo, não

podemos dar as costas à população carente, que não tem nenhuma condição desse atendimento. É preciso um olhar especial a esses emergentes, muitos dos quais ainda não são sequer emergentes.

Parabéns pela iniciativa de V. Ex^a de abordar este tema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. O que V. Ex^a aqui expressou é o sentimento de todos nós. É uma obra monumental, grandiosa, exuberante, todavia, a questão é a Saúde.

Estive conversando longamente ontem com o Senador Waldemir Moka, também em relação a esta matéria. Inclusive, o Senador Waldemir Moka vai convidar V. Ex^a para nos ajudar a construir alguma saída diante dessa dificuldade que percebemos. Senadora Ana Amélia, se na capital Federal temos essa deficiência na área de saúde pública, imagine nos demais Estados da Federação, bem mais pobres. Aqui há o Governo Federal, que ajuda a manter.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o Senador é uma autoridade, porque é médico.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imagine, Senador Waldemir Moka, a dificuldade de outros Estados da Federação. Temos que encontrar uma saída nesse sentido. V. Ex^a traz uma preocupação que acredito ser de todo o Congresso Nacional, enfim, dos homens de bem.

Tinha um pároco da minha cidade, um gaúcho.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sim, conterrâneo de V. Ex^a. Chama-se Padre Aldacir. Infelizmente ele nos deixou, voltou para o seu Estado de origem. Ele disse, certa feita, que duas coisas são importantes na escala de valores: primeiro é Deus, segundo é a vida. E a vida depende da saúde. Mas essa importância não tem sido dada, para a minha tristeza e a de todos nós. V. Ex^a tem razão quando faz esse breve comentário sobre as deficiências na saúde, aqui em Brasília. Imaginem no resto do País.

Concedo um aparte ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nesse sentido – e também com muita objetividade, Senador –, ontem reunimos alguns colegas médicos. Não que somente os médicos tenham esse compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só eu que não era médico, os demais eram.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas V. Ex^a, na condição de Presidente da Comissão da Saúde, que considero justo. Uma reunião para termos uma conversa com o Ministro da Saúde. Uma conversa descontraída, ninguém foi ali para pedir nada,

para reivindicar nada. Conversávamos com o Ministro sobre as dificuldades porque, Senadora Ana Amélia, aonde vou, no meu Estado, a cobrança é muito grande. Vejo o Hospital da Santa Casa, em Campo Grande, e outros hospitais, todos passam por dificuldades, e não vejo uma saída. Claro, vemos todos os dias desvios de recursos, então penso que, em algum momento, teremos que... E os prefeitos, desesperados com a regulamentação da Emenda nº 29...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal, também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Talvez não dê tempo, porque, na semana que vem, já teremos recesso, mas, na nossa volta aqui, Senadora, em agosto, penso que deveríamos começar aqui com uma grande audiência pública, principalmente chamando os prefeitos, a fim de começarmos a considerar a possibilidade de se fazer alguma coisa no sentido de evitar desvio de recurso, como também pensar numa fonte de financiamento e de recurso novo para a saúde. Do contrário, por mais que se controle, sempre haverá uma falta, porque falta mesmo. Quando vemos o orçamento da saúde, percebemos que realmente é muito pouco.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, é importante essa colocação do nosso colega Waldemir Moka, porque, como eu disse, ele é um especialista, é médico. Foi valioso, certamente, esse posicionamento dos Senadores ao Ministro da Saúde, porque os Senadores têm, permanentemente, contato com as bases, e a base é onde estão as pessoas, lá nos Municípios, nas pequenas cidades. No meu Rio Grande do Sul, existem muitos hospitais comunitários que estão fechando as portas, porque sua principal fonte de receita é o SUS, que demora a pagar, e as tabelas do SUS são ainda insuficientes para cobrir toda a despesa, o que tem agravado o atendimento.

É preciso, como disse o Senador Moka, não só a regulamentação da Emenda nº 29, mas um outro olhar da autoridade federal a respeito disso, porque vemos que a concentração do recurso na mão da União continua sendo inalterada, a repartição com os Estados e Municípios pequena, então a situação da saúde é muito séria.

É preciso – estou até trabalhando nesse sentido – criar alguma linha de financiamento para esses hospitais, com taxas diferenciadas, pela finalidade que tem, para atender. Hoje, as emergências estão saturadas não só no interior, mas em Porto Alegre, porque, não havendo atendimento no interior, a “ambulancioterapia” continua cada vez mais forte, e as pessoas vêm para a grande cidade. O que acontece? Isso acaba complicando ainda mais, tornando muito mais deficitário

o atendimento à saúde nos grandes centros urbanos. A realidade do Rio Grande do Sul não é diferente do seu Estado, o Mato Grosso, ou de Santa Catarina, do nosso Maldaner, ou de Minas, do Clésio, ou do Mato Grosso do Sul, do nosso Moka. Creio que temos mesmo, como disse o Moka, no início de agosto, que entrar neste assunto de maneira firme e decidida, claro que com o apoio de todos, porque esta não é uma questão partidária, mas da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, esta colocação de V. Ex^a. Inicialmente, o encaminhamento e a idéia do Senador Waldemir Moka são louváveis e inteligentes, no sentido de propor não só essa conversa que tivemos ontem com o Ministro, mas certamente de convidarmos mais Senadores, principalmente da Comissão de Assuntos Sociais, nesses próximos dias, para um novo evento que será patrocinado pelo Senador Waldemir Moka. Por sinal, ontem ele serviu um belo jantar, e gostaria de ficar freguês quase constantemente dele.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele é caprichoso. Os nomes de V. Ex^{as} foram muito bem lembrados lá, na propositura de fazermos outras reuniões e construirmos uma saída inteligente. Hoje há uma consciência, como eu disse, da sociedade de que algo tem que ser feito, novas fontes de financiamento terão que ser criadas, até porque a Emenda nº 29 não é o suficiente. Diante da demanda reprimida que temos aí, ela é insignificante no contexto nacional. Essa é a impressão que tenho. Pelos dados, os números de que tivemos informação ontem, ela é uma gota d'água no oceano, não é, Senador Waldemir Moka? Então, creio que precisamos apoiá-los, independente, como V. Ex^a disse aqui, de questão de política partidária ou pessoal.

Temos aqui a Comissão com um papel preponderante. E ontem o Senador Lindbergh Farias fez um belo pronunciamento que me chamou muito a atenção. S. Ex^a disse o seguinte: “Temos várias comissões aqui, 11 comissões. Temos mais 20 ou 30 subcomissões, e ainda as comissões externas. Mas temos que apresentar resultado, trazer solução, caso contrário, o debate fica em vão”. Se não trouxermos saldos positivos, soluções apontando acordos, como foi o firmado há poucos dias, com a visita dele à Eletronuclear, no Rio de Janeiro... Ali ele fez um acordo, em público, com o Presidente. Não é um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – que, via de regra, geralmente se faz com o Ministério Público. Nesse caso foi um acordo público, e o Senado tem o papel também de cobrar, de exigir, porque, além de sermos legisladores, somos fiscaliza-

dores das ações do Governo. Portanto, considero muito oportuno, creio que temos que fazer um debate agora, no início de agosto, para que possamos também dar funções, ou seja, apontarmos novas fontes de receita para o Ministério da Saúde.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente Jayme Campos e caros colegas, vinha escutando a Rádio Senado, V. Ex^a analisando aquela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre os Brics – e até gostaria, se fosse possível, depois conseguir uma cópia, para, como se diz na gíria, em Santa Catarina, “ruminar um pouco isso”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E alguém me ligou na hora e disse: “Olha, estou escutando”. Veja como é a audiência da Rádio Senado; alguém lá de Santa Catarina. Mas quero ruminar, porque é importante isso aqui. E aproveitar, também, a abordagem que a Ana Amélia fez sobre a questão da saúde com o Senador Waldemir Moka e os colegas aqui. Como a Ana Amélia levantou, devemos tentar conseguir, quem sabe, um financiamento para hospitais comunitários com uma faixa diferenciada de custos dos recursos. E eu estava pensando, Senadora Ana Amélia, quem sabe o BNDES poderia se voltar um pouco para isso, como o Senador Jayme Campos tem martelado aqui.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele só gosta de supermercado, não gosta de hospital.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Supermercados e, às vezes, até com recursos subsidiados do povo brasileiro, mas hospitais comunitários... Veja como temos muita coisa ainda para colocar em dia. Apenas esses comentários, antes de entrarmos na pauta propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade, V. Ex^a tem toda razão, Senador Casildo Maldaner. Temos que começar a passar isso a limpo. O Brasil está entrando na fase do monopólio, do cartel, etc. Faltando tanto dinheiro para financiamento de obras públicas no País, sobretudo o caso particularmente da saúde.

Tínhamos que ter fontes de receita e, sobretudo o Estado, a Federação, o Governo, Senador Paulo Paim, tem que buscar rapidamente fazer com que as dívidas dos Estados e Municípios brasileiros sejam revistas, como também os juros que são cobrados. Vou dar um exemplo a V. Ex^a. Mato Grosso pagou um R\$1 bilhão no ano passado. Desse valor, R\$800 milhões foram apenas para pagar os juros, ou seja, é uma dívida impagável. O Governo Federal tem que fazer o quê? Sei lá, tal-

vez o alongamento do perfil da dívida, rever a prática dos juros que são cobrados, para que essa sobra de dinheiro, se for o caso, seja aplicada na saúde. Acho que é uma saída, não vai dar um prejuízo, ou seja, não vai ter um centavo de prejuízo para os cofres públicos federais. Acho que é uma saída. Se vamos alongar o perfil da dívida, que era por 20 anos – V. Exª sabe, na rolagem da dívida, que aconteceu lá no Governo FHC –, vamos melhorar o perfil dela e diminuir as taxas. A taxa, hoje, os Estados não têm capacidade de pagar, praticamente, ficam impossibilitados; a maioria está engessada, visto que alguns desembolsam algo na ordem de 18% a 20% de todas as suas receitas correntes líquidas. O que se arrecada paga-se para o Governo e não há volta. Creio que é uma proposta sem prejuízo para ninguém, nem para os Estados e muito menos para a Federação. É meritório, temos que discutir, e acredito que também é uma ajuda substancial, para que o Estado tenha uma sobra de caixa.

Senador Clésio Andrade, por gentileza, com a palavra.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Sr. Presidente, muito obrigado. Queria me unir exatamente a esse ponto de vista defendido pela Senadora Ana Amélia, principalmente em relação à saúde, e, se possível complementar o seguinte: os Municípios brasileiros encontram-se em uma situação muito grave. Primeiro, porque têm a menor participação de receita do bolo tributário.

Apresentei uma emenda constitucional, apoiado por grande parte dos nossos Senadores, exatamente para elevar de 22,5% para 26% a participação. O significado desse aumento seria em 14% de aumento da receita, que seria praticamente a condição que os Municípios teriam de melhorar a saúde e melhorar investimentos em obras e necessidades locais.

O que acontece hoje no País inteiro é que, se a Polícia Militar funciona no Município, é porque o Município paga a gasolina; se a Polícia Civil funciona, é porque o Município paga a gasolina, senão fica sem segurança; se vai abrir um escritório da Epamig, tem que pagar o aluguel e pagar todas as despesas do escritório. Uma Emater, no caso lá de Minas, e todos os órgãos que são instalados no Município, o custo é do Município. Transporte escolar – vemos propagandas constantemente – o Governo doa o ônibus, mas não sabe o custo de manutenção e de operação desse ônibus escolar, que é uma fortuna, durante anos e anos. Então, o Município tem que assumir o transporte escolar das escolas estaduais. É uma situação grave e, aliado a isso, o problema da saúde é mais grave exatamente nos Municípios. É onde as Santas Casas,

principalmente, acabam tendo apoio só do Município. A situação de endividamento é muito séria.

Então, há dois aspectos importantes, exatamente dentro da linha que a Senadora Ana Amélia falou: uma coisa é o endividamento, outra coisa é o financiamento, ou seja, recursos futuros. Diante desse endividamento – pode até não gostar de usarmos o termo –, temos que fazer um Proer para a saúde mesmo. É um verdadeiro Proer. São volumes de recursos monstruosos, e tem que se corrigir, de uma vez por todas, essa questão do endividamento dos hospitais. Nós sabemos que o sistema bancário nacional só sobreviveu a essas crises todas por causa do Proer, apesar de, na época, criticarmos, mas foi a grande solução.

Então, eu proporia a esta Comissão – porque não é só um Senador; não adianta apresentar um projeto só nosso – estudarmos um projeto nessa linha para apresentar ao Governo, envolvendo a área econômica, de um grande Proer para a saúde, resolvendo, estancando, de uma vez por todas, esse endividamento e, a partir daí, trabalhar outros tipos de financiamento.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu que agradeço a V. Exª, Senador Clésio.

Está começando, Senador, a apontar algumas luzes, o que acho que já é bom encaminhamento.

Pela ordem, Senador Paulo Paim, com muito prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para contribuir com o debate, é inegável que a questão da saúde é uma preocupação, hoje, eu diria, quase que número um do povo brasileiro. E o próprio Ministro Alexandre Padilha, quando aqui esteve, começou dizendo isso e reconhece que temos que avançar nesse campo. Agora, temos que olhar a saúde no seu todo, inclusive a saúde dos chamados planos de saúde privados. As denúncias explodem todos os dias. Deve-se saber o que está acontecendo na própria saúde privada. Hoje, a classe média que tem plano de saúde percebe que, toda vez que precisa, não é atendida também. E paga; paga de forma particular, e não é atendida, devido ao caos que se instalou também na área dos planos de saúde. Só vemos anúncios de que médicos estão se descredenciando dos planos de saúde, porque ganham um valor considerado aviltante, que não corresponde àquilo que ele ganharia se tivesse a receber diretamente pela consulta realizada.

Por outro lado, Sr. Presidente, quando olhamos essa questão da saúde pública, temos que olhar também para a questão dos recursos. Nós todos sabemos – e, aqui, sei que é um tema polêmico – que, com a

queda da CPMF, em torno de R\$80 bilhões deixaram de ser arrecadados. Ninguém está propondo, aqui, a volta da CPMF, mas temos que olhar com carinho a saúde pública, com certeza absoluta, que é o que mais nos preocupa, mas também a questão dos planos de saúde, que, efetivamente, estão deixando todos, como diz o outro, ao sabor das ondas, a só ver o navio passar. Muitas empresas, por exemplo, fazem planos de saúde para seus trabalhadores, e esses trabalhadores, quando precisam, acabam também na tendo atendimento.

Por isso, acho adequado que, no momento em que V. Ex^a entender mais oportuno, façamos um debate buscando ideias, luzes, para a situação da saúde no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concordo com V. Ex^a e o cumprimento pela feliz observação que faz, agora, nesta Comissão, haja vista que, no Brasil Econômico, diz: “Corte de custos ameaça a gestão privada da saúde no nosso país”. Não bastasse isso, “os hospitais geridos por organizações filantrópicas acumulam déficit por redução de repasse do governo, medida que tem comprometido metas de atendimento do setor”.

V. Ex^a foi perfeito na observação que fez aqui. Por outro lado, o que é mais grave ainda é que os Estados, Senador Waldemir Moka, lamentavelmente, estão gastando aquilo que é previsível gastar na saúde em outros setores. E estão dando a entender que gastam os 12% obrigatórios. Hoje, é obrigatório gastar 15% os Municípios, 12% os Estados, e a Federação me parece que gastou algo em torno... E os Estados estão entrando com outros custos, que não são...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Contribuindo com V. Ex^a, vamos aprovar a Emenda nº 29, que é fundamental.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não há nenhum Município hoje – é muito raro – que não gaste acima de 20%, 25% da sua receita com saúde. Na verdade, a conta da saúde está sendo basicamente paga pelos Municípios, lamentavelmente. Os Estados não colocam os 12%, e a União, por mais paradoxal que possa parecer, não tem obrigação de percentual nenhum. Isso é que é triste em toda essa história.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos com a Emenda nº 29 para resolver.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É uma fonte, e, acima de tudo, vai dar a garantia de que, obrigatoriamente, terá que ser votada.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, ainda sobre este tema. O jornal *Folha de S. Paulo* apresentou matéria em que diz que a própria Senadora Marinor Brito está propondo uma CPI para investigar isso, mostrando os dados em que os Estados, agora, estão maquiando os gastos com saúde pública, e fizeram isso num total de R\$11,6 bilhões, entre os anos de 2004 e 2008.

A matéria foi publicada segunda-feira, na *Folha de S. Paulo*, dizendo que despesas com reformas de presídios, aposentadorias de funcionários públicos, obras de saneamento básico e financiamento habitacional foram apresentadas como investimento em saúde, de acordo com o próprio Ministério da Saúde. Esse artifício foi usado para cumprir a Emenda nº 29 da Constituição, que obriga os Estados a gastar 12% de sua receita na área.

Acontece que poucos Estados estão cumprindo esse dispositivo legal e isso obriga os Municípios a investir muito mais em saúde do que a lei determina: a média é de mais de 23% da receita dos Municípios aplicados em saúde. Isso agrava ainda mais a situação vivida pelas administrações municipais, que aguardam muito a aprovação da Emenda nº 29.

Agora, um detalhe, Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais: aqui, esta Casa, pelo menos o meu voto não terá para contrapartida de aumento de impostos. O retorno da CPMF, que o Governo está condicionando para aprovar a Emenda nº 29, não terá o meu voto, porque a sociedade já não suporta mais aumentar os impostos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

É uma matéria extremamente complexa, entretanto, nós temos de fazer uma reflexão de forma consciente e, sobretudo, responsável, para que as soluções sejam apontadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me só dar uma informação que acho importante. Embora tenha sido anunciado pelo próprio Ministério que a agência reguladora, para os planos de saúde, agora baixou norma de que são no máximo em sete dias eles serão obrigados a atender.

Eu quis mostrar, Presidente, que a questão da saúde não é só na área pública. A área privada tem a mania de dizer que é só uma questão de gestão. Por que não fazem uma gestão adequada, então? Por que está falindo a saúde na área privada? Então, não é só uma questão de gestão. É, sim, de arrecadação e de gestão.

Quando nós temos de cobrar, temos de cobrar apontando a fonte e onde vai ser aplicado na área pública e na área privada. Só para contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concorde. V. Ex^a tem toda razão. Com relação à privada também, algo tem de ser feito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para não ficar só no discurso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na prática, temos de ver acontecer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente Jayme Campos, quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho, pela sua liderança à frente desta Comissão.

Eu não faço parte desta Comissão, mas não poderia deixar de vir aqui cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É um prazer ter V. Ex^a aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento os taxistas que estão aqui, apoiando a regulamentação do Projeto de Lei da Câmara nº 27.

Esse projeto, Sr. Presidente, é de autoria do então Deputado Confúcio Moura, que é hoje nosso Governador do Estado de Rondônia, e tem a relatoria do Senador Eunício Oliveira. Esse projeto vai à votação nominal hoje.

Eu quero só dar as boas-vindas aos taxistas do Estado de Rondônia que estão aqui, aos taxistas do Estado do Paraná, aos taxistas do Estado de Goiás, enfim, a todos os taxistas, porque essa lei vem regulamentar a profissão dos taxistas de todo o nosso País. É uma lei muito importante. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo belo trabalho e pela rapidez com que o colocou em votação, a pedido de vários Senadores. A Senadora Marta Suplicy também foi uma grande parceira na luta pela legalização dessa profissão, que é tão importante para todos nós, brasileiros.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente, de poder falar e cumprimentar os nossos companheiros taxistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

A matéria está na pauta e na ordem desta Comissão no dia de hoje. Todavia, estamos aguardando a presença do ilustre Relator, Senador Eunício Oliveira. O PLC nº 27 é o item 8 da pauta, em caráter terminativo.

Nada mais justo; é um projeto meritório, e nós queremos cumprimentar os nossos profissionais do táxi do Brasil – de Goiás, do Paraná, do Estado de Rondônia. Sobretudo, tenham certeza de que, na pessoa do Senador Jayme Campos, todos vocês têm o nosso

respeito e a nossa admiração, até porque já se fazia hora, tempo de nós buscarmos, aqui, a regulamentação da profissão de taxista em nosso País.

É óbvio e evidente que é uma matéria importante, Senador Acir, diante de que as pessoas que vão ser hoje profissionais da área do volante, do “taxismo”, no Brasil, terão o mínimo de exigências, até de forma responsável, para que não ocorra, muitas vezes, que a classe passe por irresponsável. E são pessoas que não têm nenhum compromisso, sobretudo, de prestar um bom serviço àqueles que dependem do uso do táxi em nosso País.

De forma que quero saudar aqui o ilustre Senador Acir Gurgacz que, indiscutivelmente, foi um dos grandes batalhadores aqui, nunca tirando o mérito, do ponto de vista de lutar, do Senador Eunício Oliveira, da Senadora Marta Suplicy, de todos os Senadores da Comissão. Mas quero registrar de forma especial o trabalho que foi feito pelo Senador Acir Gurgacz para que nós pudéssemos, no dia de hoje, estar com essa matéria na pauta para ser votada, se possível, no decorrer da manhã de hoje. Parabéns! Muito obrigado por sua presença, Senador Acir Gurgacz.

Sras. e Srs. Senadores, item 10 da pauta.

ITEM 10 **– Não Terminativo –**

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

“Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 6, de 2011-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar o referido requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu tenho adotado um critério aqui no Senado de que, quando eu peço uma audiência pública, é para ela acontecer, não é para protelar; quando eu peço vista, é para efetivamente receber subsídios e para que esses subsídios contribuam para a aprovação do projeto. Como eu entrei com requerimento, pedi audiência pública, os setores que pediram não se movimentaram, e nem sequer, no meu pedido de vista, recebi contribuição para alteração. Então, estou retirando o pedido de audiência pública. E que o projeto seja votado, seja contra, seja a favor.

Eu sou contra a que os projetos fiquem engavetados. Sei que essa também é a posição de V. Ex^a. Então, estou retirando o pedido de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8
– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2011

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

Autoria: Deputado **Confúcio Moura**.

Relatoria: Senador **Eunício Oliveira**.

Observações: – Em 15/06/2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou parecer favorável ao Projeto.

Se aprovado o projeto, a diligência, aprovada pelo Requerimento nº 30, de 2011-CAS, não será realizada, conforme acordo com a Senadora Marta Suplicy, autora do requerimento. A Senadora faz o esclarecimento de que, diante da proposta que houve na reunião passada, da Senadora Marta Suplicy, S. Ex^a gostaria de fazer uma diligência, em companhia dos Senadores do Estado de São Paulo, para promover o evento junto aos demais taxistas, todavia a Senadora desistiu dessa audiência. Portanto, nesse caso, a relatoria vai ser feita pelo Senador Eunício e a matéria será votada nessa mesma ordem que aqui estávamos propondo.

A votação, é bom que se esclareça, será nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para proferir o seu relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011 (nº 03232, de 2004, na origem), do Deputado Confúcio Moura, hoje Governador de Estado, que regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

Sr. Presidente, a proposta estabelece a classificação dos profissionais taxistas, de acordo com o art. 4º: o autônomo, o empregado, o motorista que trabalha como subordinação, o auxiliar de condutor autônomo, o locatário. São previstos como direitos do taxista empregado, conforme o art. 6º: o piso remuneratório ajustado entre os sindicatos da categoria; e a aplicação que couber na legislação que regula o direito trabalhista das normas e do regimento geral da Previdência Social.

Fica, ainda, determinada a obrigatoriedade do uso do taxímetro, anualmente auferido nos municípios com mais de 50 mil habitantes. O art. 9º prevê que os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais e municipais que os representem. Entre os deveres dessas entidades, estão manter programa de capacitação e qualificação profissional para seus associados e fornecer assistência jurídica e social aos associados e familiares.

Finalmente, Sr. Presidente, a proposição confere ao órgão municipal competente a atribuição de apreender, se for o caso, veículos que transportem passageiros sem a devida autorização, de forma ilegal.

Desse modo e diante de tudo que foi dito, nesse sentido, é oportuno e conveniente que a proposição, na medida em que fixa os requisitos e condições para o exercício da atividade de taxista, assim como os deveres desse profissional, entre os quais são itens fundamentais, de tudo isso, pode-se verificar que a regulamentação da profissão não irá beneficiar apenas os taxistas, mas também a eles, e contribuirá também para trazer maior segurança e confiabilidade aos próprios usuários do serviço, ou seja, à população brasileira, que dele depende rotineiramente para se locomover e assim realizar suas atividades pessoais, profissionais e de lazer.

Desse modo, acolhemos integralmente os termos do projeto, para que os taxistas possam fazer parte do rol de profissões regulamentadas no País, seguindo essa relevante e significativa tradição do nosso direito trabalhista, mantido, desde a década de 30, no século passado.

Esse é o voto, Sr. Presidente, favorável ao projeto, pela aprovação do Projeto nº 27, de 2011.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira, peço belo relatório que discorreu agora aqui. E quero colocar em discussão a matéria.

Em discussão a matéria que regulamenta a profissão de taxista.

Pela ordem de inscrição, Senador Casildo Maldaner e Senadora Marta Suplicy.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente e colegas, apenas para me manifestar publicamente em relação à proposta do hoje Governador de Rondônia, Confúcio Moura, na época Deputado e autor dessa proposta. O Relator Eunício Oliveira traz a esta Casa a regulamentação. Ele conclui com parecer favorável.

Eu gostaria de expor aqui o pensamento desses profissionais de Santa Catarina, que inclusive têm nos procurado em função da tramitação deste projeto aqui

no Senado, que vem, de uma vez por todas, regulamentar, fazer com que eles se sintam mais confortáveis e estimulados para atenderem melhor os próprios usuários. Acho que ajuda os usuários e os próprios profissionais desse glorioso ramo. Então, eu quero me congratular com o Relator e com o autor dessa proposta e com os taxistas em geral.

Essas são as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu queria fazer uma breve observação. Já que temos quórum e a matéria é de caráter terminativo, que os comentários nesta discussão fossem abreviados, sobretudo pelo interesse que temos em aprovar.

Aqui, de público, quero dizer aos senhores taxistas do Brasil, Senadora Marta Suplicy, que, indiscutivelmente, é uma grande batalhadora, interessou-se pelo projeto. Temos que dar mérito a quem merece e não podia deixar de dizer a ela – aqui está uma grande parcela de representantes de taxistas do Brasil – que tem o mesmo mérito do Deputado Confúcio e do Relator. V. Ex^a está com a palavra, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador e Presidente Jayme Campos. Sejam bem-vindos os taxistas que aqui estão representando a categoria.

Esse projeto é extremamente importante. Digo isso por ser paulistana, ser da cidade que tem mais táxis no País. No Brasil, temos mais de mil cooperativas de transporte de táxi. É uma atividade que envolve 322 mil cooperados e quase 11 mil empregados, que garante renda para muitas famílias. Como mobilidade urbana é imprescindível, e para um país que vai disputar a Copa e as Olimpíadas temos que melhorar ainda – este é o primeiro passo, a regulamentação da categoria dos taxistas.

A cidade de São Paulo hoje conta com uma frota de 33 mil táxis. Para se ter uma ideia da importância disso no mercado, uma licença para trabalhar no aeroporto de Congonhas varia de R\$35 mil a R\$45 mil e passa para R\$180 mil na porta do Shopping Iguatemi. É um mercado grande, muito disputado, mas um mercado sofrido, no sentido do trabalhador, porque, enquanto o taxista não tem a regulamentação da produção, ele pode ser explorado, pode trabalhar um número de horas que não é adequado, pode trabalhar sem as condições mínimas para um trabalhador exercer sua profissão.

Então, quero parabenizar o Senador Eunício pela sua relatoria, enfatizando três pontos que me parecem os mais importantes. O motorista que trabalha com carteira assinada em veículo de empresa autorizada a prestar o serviço de táxi terá direito a piso salarial, carteira de trabalho e contribuição ao INSS. Depois

sobre o condutor autônomo, que é o motorista que compartilha o táxi, o veículo, a autorização, o taxista autônomo, outros auxiliares, sem ser empregado do taxista autônomo, mas sendo este o responsável pelo recolhimento da contribuição ao INSS dos auxiliares.

Então, percebemos que uma situação completamente bagunçada será uma situação regulamentada. E para o locatário também, o motorista que aluga o táxi da empresa autorizada a prestar o serviço de táxi, sem ser empregado da empresa.

O projeto vem em boa hora. Acredito que profissão vai ter finalmente o reconhecimento do importante papel que exerce.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy.

Pela ordem de inscrição, Senadora Ana Amélia. Solicito a V. Ex^a a compreensão de sermos bem pragmáticos na nossa discussão, pois há quórum suficiente para votarmos a matéria, até porque tem caráter terminativo. Faço esse apelo a V. Ex^a.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, fui relatora de um projeto de autoria do Senador Eunício Oliveira a respeito da mesma matéria, a regulamentação da profissão de taxista, dada a importância dessa atividade não só para a economia mas para a própria valorização dessa profissão fundamental na área de serviços e na mobilidade urbana.

Há outro aspecto fundamental que diz respeito à segurança. Em Porto Alegre, capital do meu Estado, o número de assassinatos por roubo, latrocínio, com motorista de táxi é muito grande. A categoria também se ressentiu disso, e seria preciso um olhar das autoridades a respeito desse aspecto da atividade dos taxistas não só em Porto Alegre, mas em todo o País.

Então, ficou em boas mãos a relatoria nesta Comissão do projeto de lei que veio da Câmara e que o Senador Eunício Oliveira assumiu por ter sido autor de um projeto semelhante no qual fui relatora na Comissão de Assuntos Sociais e que foi igualmente aprovado.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de inscrição, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria, como filha de taxista, posicionar-me aqui hoje. Estou muito feliz. Com certeza, a autoria desse projeto deve ser fruto da organização dos trabalhadores taxistas. Quero parabenizar não só o Deputado proponente, mas também o nosso relator, o Senador Eunício Oliveira, que, com certeza, por meio desse projeto, está regulamentando uma profissão altamente importante, mas também altamente perigosa. Sabemos dos desa-

fios que os taxistas enfrentam hoje, no dia a dia, especialmente nas grandes cidades, em função não só do trânsito pesado, mas também da violência que existe.

São trabalhadores que sofrem muito. Suas famílias sofrem, seus filhos sofrem. Então, quero aqui parabenizar o Relator Eunício Oliveira, por ter acolhido muito bem essa matéria, esse projeto de lei. Quero parabenizar todos que estão aqui representando os trabalhadores deste País e dizer que esses trabalhadores, com certeza, a partir da aprovação desse projeto de lei, terão seus direitos assegurados e mais bem garantidos perante a sociedade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Ana Rita.

Pela ordem, também, Senador Paulo Paim. Estamos na fase de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, quero cumprimentar o Senador Eunício Oliveira, pela iniciativa, e o Deputado Confúcio Moura.

Sr. Presidente, tenho de falar, porque recebi, do Rio Grande do Sul, de sindicatos de taxistas, duas solicitações. Uma delas é a de que eu colocasse uma emenda para que ficasse claro o direito à contribuição assistencial para os sindicatos respectivos da categoria, porque isso já está embutido no preço final que paga o consumidor. A segunda questão é a da aposentadoria especial, que não está contemplada no projeto.

Já lhes respondi e não farei as emendas, porque senão esse projeto voltará novamente para a Câmara. Primeiro, já existe um projeto que esta Comissão vai aprovar – creio que no próximo semestre –, de minha autoria, que garante aposentadoria especial para o taxista, e, também, no Estatuto do Motorista – tive uma audiência recentemente, em São Paulo –, estamos contemplando a segunda emenda proposta pelo sindicato dos taxistas do Rio Grande do Sul, que, tenho certeza, todo o Brasil endossa.

Então, parabéns a ambos. Nós votaremos, com muita convicção, favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011.

A votação será nominal.

Consulto o Senador Paulo Paim como vota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – “Sim”, com o autor e com o relator, o nobre Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o ilustre Senador João Durval como vota.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Waldemir Moka como vota.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto “sim”, cumprimentando o atual Governador de Rondônia, ex-Deputado Federal Confúcio Moura, e o nosso relator, Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o ilustre Senador Casildo Maldaner como vota.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia como vota.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti como vota.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Vicente Claudino como vota.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Marta Suplicy como vota.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto “sim”, com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita como vota.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com muita satisfação, Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto, e haveria necessidade. Com sua presença aqui, todavia, consulto o Senador Eunício Oliveira, autor da matéria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Presidente, claro que, como relator...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto já é conhecido, não é, Senador?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – O voto é conhecido. O voto é “sim”, mas queria só pedir um segundo a V. Ex^a, para explicar que fiz um projeto de regulamentação da categoria de taxistas graças a... No meio da campanha, tive uma reunião com quase 10 mil taxistas no meu Estado, e a única reivindicação que me fizeram foi a de que eu apresen-

tasse um projeto aqui, no Senado, para regulamentar essa categoria tão importante.

O projeto foi aprovado nesta Comissão, teve o aplauso e o apoio da Senadora Marta Suplicy; emendas foram apresentadas. Ele foi aperfeiçoado pela nossa querida Senadora Ana Amélia, houve a aprovação, por unanimidade, dos nossos pares aqui, nesta Comissão, mas encontrei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esse projeto do Senador Confúcio Moura, que coincidia com o projeto que eu tinha apresentado no Senado.

Como esse projeto que apresentei no Senado, embora aprovado por unanimidade, tinha de voltar à Câmara, incorporei à Comissão a relatoria desse projeto do meu querido companheiro de partido, de quem tive a honra de ser líder e hoje é governador, Confúcio Moura, deixando de lado a vaidade pessoal para resolver uma questão premente, que é a regulamentação dos taxistas de todo o Brasil.

Por isso, quero agradecer aqui a todos os Srs. Senadores e a V. Ex^a, que teve a compreensão de colocar esse projeto em tramitação com urgência. Hoje, ele é votado em caráter terminativo aqui nesta Comissão, sem passar por outra comissão, sem voltar à Câmara, indo diretamente ao Plenário do Senado. Aproveito para pedir a V. Ex^a urgência nesse projeto para o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eunício Oliveira, e consulto o Senador Cyro Miranda como vota.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, voto com o proponente e quero parabenizar o Senador Eunício Oliveira pelo belíssimo relatório e pela urgência que conseguiu nesta Casa. Essa classe, que é tão sofrida no cotidiano no trânsito, a coisa que mais nos perturba, nos serve muito bem. Então, eu o parabenizo e voto com o relator.

Quero também justificar a ausência da Senadora Lúcia Vânia, que se encontra em outra comissão, mas que, se pudesse votar, daria também o seu parecer favorável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gosto desse pessoal do PSDB que, além de votar por ele, traz ainda o voto como portador. Família bastante unida, sobretudo o Estado de Goiás.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E ia trazer o voto do Aécio Neves também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, ia dizer que a assessoria dela pediu que, se ele não falasse, era para eu falar. Eu ia falar que ela só não estava aqui porque tinha uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito bem articulado.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Isso demonstra o carinho e o compromisso que tem a Senadora Lúcia Vânia com o segmento dos taxistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com certeza, acho que podia representar também o Senador Aécio Neves, que andou na garupa aí...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, anuncie o resultado, porque estamos ansiosos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu não estava na garupa do Aécio. Quero deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria está aprovada.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é terminativa. Vai a plenário ou vai direto à sanção?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Terminativa aqui na Comissão.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, vai a plenário.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Terminativa aqui na Comissão e vai a plenário.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Só vai a plenário se houver recurso para o plenário.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ou volta para a Câmara?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Não, nem volta para a Câmara. Vai para sanção presidencial.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vai à sanção.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Vai à sanção presidencial. É terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora, salvo melhor juízo, se houver algum recurso, é óbvio, evidente, que o direito é regimental, líquido e certo. Todavia, é uma matéria terminativa e está aprovada.

Aprovada, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Estão de parabéns os taxistas. Parabéns ao relator, a toda a Comissão e ao Senado Federal. *(Palmas.)*

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de pedir aos Srs. Senadores, aproveitando que temos quórum aqui, visto que também já foi lida, se possível, aprovarmos essa matéria, que também é de caráter terminativo.

A matéria já foi lida. Está na pág. 28. Item 2 da pauta. Já foi relatada pelo Senador Casildo Maldaner.

Consulto V. Ex^{as} se podemos passar ao processo de votação. Imagino que tenha de entrar em discussão. Ela foi lida. Consulto o Plenário se quer discutir esta matéria aqui: item 2.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Rita, pela ordem.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, conversei com o autor da matéria, o Senador Paim. Gostaria de pedir vista para que possamos avaliar alguns pontos que consideramos importantes, Senador. Há total concordância por parte do autor da matéria, Senador Paulo Paim. Conversamos há pouco e estamos pedindo vista do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista concedida para a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria também de solicitar ao relator, se possível, que concorde aqui com o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo Maldaner, a Senadora Ana Rita consulta V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ela tem o direito de pedir vista. Não há problema algum, e até espero que o aperfeiçoe, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É regimental, pelo art. 14.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É de autoria do Senador Paulo Paim.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Podemos pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva, feito pelos Senadores Paulo Paim, Ana Rita e agora também como signatário o Senador....

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É o projeto do benefício da prestação continuada dos deficientes, aposentados, para poderem também ter o direito de ter o desconto em folha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Projeto com pedido de vista, pelo art. 14, concedido.

Temos também aqui o Item 3, página 40, que já foi lido pelo Sr. Relator, Senador Waldemir Moka. Eu gostaria de consultar se V. Ex^a quer discutir a matéria, diante do fato de que o relatório já foi feito.

Consulto o relator da matéria se quer fazer alguma observação em relação a esse projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só queria dizer, Sr. Presidente, que, na reunião passada, foi retirada de pauta, porque poderia criar algum tipo de problema, mas acho que, pelo menos, não fui procurado, ninguém me questionou.

Na verdade, é um projeto que concede ao trabalhador, ao empregado licença de dez horas por mês, desde que ele compense isso durante o mês. Quer dizer, é uma coisa combinada entre o empregado e o empregador.

Acho que é um projeto importante do atual Governador de Santa Catarina, o ex-Senador Colombo, e eu pediria que votássemos rapidamente este projeto. Acho que é meritório. Não vejo por que não aprovarmos este projeto aqui.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

Concordo plenamente. Li este projeto, ele é compensatório, não tem prejuízo para nenhuma das partes, e, muitas vezes, o cidadão é obrigado a fazer qualquer tipo de processo, terapêutico ou fisioterapia, no horário do trabalho. Então, ele compensaria.

O projeto contempla bandeira perfeita. Acho que deve ser votado hoje, e tem meu “de acordo”.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como nós nos congratulamos com o ex-Deputado Confúcio Moura, hoje Governador de Rondônia, em função da proposta dos taxistas no Brasil, relatado aqui pelo Senador Eunício, o Governador, hoje, de Santa Catarina, Raimundo Colombo, à época Senador, apresentou esta proposta que o eminente Senador Waldemir Moka, agora, relata favoravelmente.

A pessoa deficiente, que precisa de tratamento, aquele que é funcionário ou empregado de uma empresa ou coisa que o valha, que possa dedicar, até duas horas por dia, para atender a esse necessitado, a esse familiar, compreendendo até dez horas por semana e compensando a empresa em outros momentos. Acho que é uma coisa meritória.

Quero me congratular não só com o Governador de Santa Catarina, hoje, mas com o Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Vamos entrar em fase de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nada contra. Sou totalmente favorável. Só por

uma questão de nomenclatura, peço ao relator que, em vez de ser “portador”, é “pessoa com deficiência”. É apenas uma adequação. É só uma questão de redação. Aprova-se com essa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o relator da matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, não há problema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É a própria convenção.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É a convenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E acho que, realmente, é adequada a mudança.

A SRA. MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar. Acho este projeto de lei meritório e, principalmente – não sei qual vai ser a reação –, quando há uma criança, um adulto ou qualquer pessoa que precisa ir ao médico fazer um tratamento, isso fica sob responsabilidade da mulher, porque é a mulher que está em casa ou, geralmente, com menos emprego, e isso vai possibilitar ao pai poder prestar essa assistência. Então, aí a questão de gênero é extremamente importante, e acho esse projeto excelente.

Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 369, de 2009.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com louvor ao Senador Raimundo Colombo e ao nosso Relator Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Angela Portela como vota.

A SRA. ANGELA PORTELA – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval como vota.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Waldemir Moka. Voto conhecido, mas, de qualquer forma, é bom externar de público.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acatando a emenda de redação do Senador Paim, favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Casildo Maldaner como vota.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, favorável com o autor e hoje governador, com a emenda do Paim, com o nosso Relator Moka.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Amorim como vota.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia como vota.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti como vota.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o ilustre Senador João Vicente Claudino como vota.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Marta Suplicy como vota.

A SRA. MARTA SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita como vota.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cyro Miranda como vota.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o autor, parabenizando o relator, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Chegou também a Senadora Lídice da Mata. Como vota? *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Vou repetir a mesma votação. Quero consultar o Plenário se V. Ex^{as} concordam em repetir a mesma votação para a emenda. *(Pausa.)*

Se V. Ex^{as} concordam, aprovada a matéria.

Aprovada.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, eu não pude estar aqui na votação que

trata da regulamentação dos taxistas, mas quero manifestar que, se aqui estivesse, daria o meu “sim”, porque é justo, é meritório para essa tão importante categoria, que atende a todos nós, brasileiros, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de comunicar a V. Ex^a que não poderá ser, porque foi voto nominal. Todavia, vou registrar que V. Ex^a também concorda com a votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De maneira que o Senador Eduardo Amorim manifestou o seu voto aqui favorável ao projeto relatado pelo Senador Eunício Oliveira.

Item 6 da pauta.

ITEM 6 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2011

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de *Sommelier*.

Autoria: Deputado **Eduardo Cunha**.

Relatoria: Senador **Romero Jucá**.

Eu quero fazer uma observação antes de nomear o Senador *ad hoc*: esta matéria constou da pauta da reunião de 29/06/2011, sendo adiada a sua apreciação, e a votação será nominal.

Quero nomear a Senadora Marta Suplicy *ad hoc* para relatar a referida matéria, que é terminativa.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em exame nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2011, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de *sommelier*.

O projeto contém a definição do profissional, dispõe sobre a habilitação necessária para o exercício da profissão e enumera suas atividades específicas. Na Casa de origem foi apensado ao PL nº 4.520, de 2008, de iniciativa do nobre Deputado Onyx Lorenzoni, dispondo de forma quase idêntica ao PL principal sobre a atividade profissional do *sommelier*.

Ao justificar sua iniciativa, o autor, Deputado Eduardo Cunha, argumenta:

A regulamentação da profissão de sommelier, a meu ver, se enquadra entre aquelas iniciativas destinadas a melhorar a imagem de nossas indústrias vinícola e turística. Esses profissionais são mediadores entre as vinícolas, restaurantes e turistas. Divulgam os vinhos e atuam para que os esforços de qualificação desse produto nacional encontrem resposta no mercado internacional, com a ampliação das exportações.

Até o momento, ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Na redação final adotada na Casa de origem, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão, já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos que o autor apresenta. Com efeito, o *sommelier* vem alcançando o reconhecimento de sua especialização, dada a competente formação técnica a que se submetem e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, o *sommelier*, como em qualquer parte do mundo, deve ter habilitação especializada, ele é o profissional que deve conhecer os vinhos, bem como os assuntos a ele relacionados, pois é o encarregado pela compra, pelo armazenamento, rotação de adegas e elaboração das cartas de vinhos em restaurantes.

Os brasileiros, hoje, estão se transformando em bons consumidores de vinho. Assim, o crescimento e a valorização da profissão no mercado de consumo brasileiro apontam para que esse especialista seja visto com bons olhos pelas empresas do segmento alimentício, como restaurantes, hotéis, exportadoras e adegas.

O Brasil já conta, atualmente, com milhares desses profissionais, sendo centenas deles habilitados pela Associação Brasileira de *Sommeliers*, ABS, que vem qualificando-os com ênfase em conhecimento de vinhos e restauração.

Além dos possuidores de formação específica, o projeto não desconhece a existência daqueles que já possuem experiência no setor. Por isso, está previsto o reconhecimento dos que se dediquem a pelo menos três anos ao exercício da profissão de *sommelier*. Com isso, abrange-se toda gama de *sommeliers*, sem discriminar, à época da aprovação da lei, qualquer um que exerça efetivamente a profissão. Ademais, a regulamentação dessa profissão vem dirimir os pontos

polêmicos, acaso existentes, entre profissionais das áreas afins, especialmente os enólogos.

A par desses aspectos, enfatize-se que a regulamentação legal de determinadas profissões integra a tradição do nosso ordenamento jurídico, como confirmam diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de 30 do século passado a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Com a regulamentação dessa profissão cria-se uma identidade, exigindo-se do *sommelier* a ética profissional e dá-se a ele condições para exercer sua profissão na sua amplitude de direito, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011, com relatório do Senador Jucá sobre o Projeto do Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Marta Suplicy.

Em discussão a matéria.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem assegurada a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Essa é uma das profissões mais ou menos novas no Brasil, bastante nova, mas todas as pesquisas, os indicadores têm mostrado que o brasileiro está se tornando cada vez mais um consumidor de vinhos. Então, é uma profissão ainda iniciante, mas uma profissão que devemos até incrementar, porque ela vai ajudar toda a nossa produção e vai ajudar o povo brasileiro, que começa a se interessar e pode hoje adquirir esse gosto.

Vou lembrar aqui uma situação. Quando Ministra do Turismo, visitando a escola mais antiga de turismo, que é na Áustria, assisti a uma aula em que os jovens aprendiam desde servir vinhos até degustá-los. E eu perguntei ao professor, pois era um exame: quando o senhor acredita que ele estará pronto para exercer a profissão de *sommelier*? Era um menino muito jovem, de 17 anos. E ele me disse: agora ele vai aprender de onde vêm os vinhos e o que combina com o quê. Daqui a 20 anos ele vai ser um *sommelier* à altura.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2001.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com a relatora, Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu pergunto como vota a Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a autora e a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Consulto como vota o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Humberto Costa, chegando agora nesta Casa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Lídice da Mata como vota.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a matéria.

Aprovada, será encaminhada decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Aproveitando o quórum, solicito aos Srs. Senadores que permaneçam...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, quando V. Ex^a encaminhar. Só para pedir a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria que acabei de aprovar já foi lida e discutida, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de consultar V. Ex^a, porque a matéria do item 1 já foi lida, se nós podemos colocá-la em processo de votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria já foi lida. É bom que V. Ex^a tome conhecimento.

PLC nº 158, de 2010, na pág. 14.

Esta matéria já foi lida e está em processo de discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010, ressalvada a Emenda nº 1, do Relator.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Angela Portela como vota.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Humberto Costa como vota.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já é voto conhecido, apenas para ratificar de público aqui.

Consulto o Senador João Durval como vota.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin como vota.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Amorim como vota.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia como vota.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti como vota. *(Pausa.)*

Consulto o Senador João Vicente Galdino como vota.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Marta Suplicy como vota.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita como vota.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu voto com o Relator Humberto Costa e também com o autor da matéria, o Deputado Arlindo Chignalia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senador Lídice da Mata como vota.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1, oferecida pelo Senador Relator Humberto Costa. *(Pausa.)*

Se V. Ex^{as} concordam, está aprovada a matéria. Evidentemente, respeitando a ressalva da emenda do Senador Relator.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2009

Inclui § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a massa falida ou a entidade sindical competente possa fornecer declaração que comprove a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento

de aposentadoria especial, caso o empregador tenha sido declarado falido.

Autoria: Senador **Sérgio Zambiasi.**

Relatoria: Senadora **Angela Portela.**

Observações: – Em 11/05/2010, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– Em 27/04/2011, a matéria foi retirada de Pauta para reexame do Relatório;

– Em 14/06/2011, foi recebido novo Relatório da Senadora Angela Portela;

– A matéria constou da Pauta da Reunião de 29/06/2011, sendo adiada a sua apreciação;

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir o seu relatório.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

A matéria, inicialmente autuada como projeto de lei complementar, teve sua tramitação retificada para que passasse a tramitar como projeto de lei ordinária, em razão da aprovação do Parecer nº 2.297, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com essa orientação regimental.

Dessa maneira, a Presidência desta Casa comunicou ao Plenário que o projeto passaria a ter tramitação terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Determinou ainda que fossem republicados os avulsos e aberto novo prazo de cinco dias úteis para emendas.

Em razão de se tratar de projeto de lei ordinária, a matéria foi distribuída à CAE e a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A CAE aprovou parecer pela aprovação do PLS nº 203, de 2009, na reunião de 11 de maio de 2010.

Não foram, até o momento, apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Compete a esta Comissão, a teor do que dispõe o art. 91, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que digam respeito a seguridade e previdência social.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade nem de legalidade. A iniciativa, no âmbito do Direito Previdenciário, está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61 e *caput* do art. 48 da Carta Magna, respectivamente).

A aposentadoria especial é o benefício regulado pela Lei nº 8.213, de 1991, em seus arts. 57 e 58, a que

faz jus o segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

São exigências legais para a concessão desse benefício a comprovação, pelo segurado, do labor em condições adversas e a confirmação dessas circunstâncias pela empresa para a qual o trabalhador prestava serviços, o que se realiza por meio do formulário denominado Perfil Profissiográfico Previdenciário, elaborado com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

É certo que quando a empresa se encontra em procedimento falimentar a obtenção de tal declaração pelo segurado, que tem direito ou expectativa de direito à aposentadoria especial, pode ficar prejudicada. A proposição em análise pretende justamente garantir os direitos do trabalhador nessa situação.

De fato, entre as atribuições do síndico, que é o administrador e representante legal da massa falida, sob a direção e supervisão do juiz, está a prestação de informações aos interessados, sejam credores ou antigos funcionários. Natural que ele seja, ou, na sua ausência, a entidade sindical competente, legitimado a comprovar a efetiva exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, para fins de requerimento de aposentadoria especial.

A despeito do mérito da medida, no entanto, na forma em que se apresenta, ela é casuística e injusta com os demais contribuintes se for interpretada literalmente. Ela poderá ensejar que o ex-empregado de massa falida logre o direito à aposentadoria especial apenas com uma declaração emitida pelo sindicato da categoria ou pelo síndico da massa falida (em princípio, leigo no assunto), independentemente dos pressupostos técnicos e legais exigidos para a emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP.

É certo que se pretende regulamentar uma exceção, pois essa proposição não teria razão de ser caso a empresa cumprisse a determinação legal constante no § 4º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, que estabelece a obrigação de a empresa elaborar e manter atualizado o perfil profissiográfico, abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e a este fornecer, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.

Contudo, o disciplinamento dessa exceção pode ser feito e até de forma mais ampla, na forma da emenda que, ao final, apresentamos, para contemplar empregados que ainda não tenham tempo para aposentadoria e precisem da documentação pertinente para apresentar a outra empresa, sem descaracterizar a regra prevista no art. 58 da citada lei.

III – Voto

À vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao § 5º do art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 58.

§ 5º Na hipótese de falência do empregador, sem que tenha sido observado o disposto no § 4º, caberá ao síndico da massa falida contratar técnico especializado para elaborar o laudo de que trata o § 1º e, à vista deste laudo e dos demais elementos que lhe deram suporte, emitir o PPP.”

PPP é Perfil Profissiográfico Previdenciário.

Esse é o relatório.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim pela ordem.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para que eu não seja cobrado depois.

Entendi a mudança que houve no art. 5º e, com todo o respeito à minha querida Relatora Angela Portela, eu pergunto se não seria possível, pelo menos... Porque a mudança é profunda. Quer dizer, é o representante da massa falida, pelo projeto original do Zambiasi, ou a entidade sindical. Eu vejo que há uma preocupação de que seja pelo representante da massa falida.

Pergunto se é possível vir acompanhado, pelo menos, não “ou”, acompanhado pela entidade sindical. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu consulto a Relatora da matéria.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É possível?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – É possível, sim, Senador Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então eu faço uma emenda de redação.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – É possível, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É bom que a Secretaria registre: com emenda de redação proposta pelo Senador Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O responsável é a massa falida, mas acompanhado pela entidade sindical, como estava no projeto do Zambiasi. A ideia, em si, é uma mudança, um meio-termo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Entendi perfeitamente a observação de V. Exª, e a Secretaria da Comissão vai registrar.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2009, ressalvada a Emenda nº 1 da Relatora e também com a observação feita pelo ilustre Senador Paulo Paim.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Não. Essa emenda é da relatora. O que o Senador Paim está propondo é...

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é a mesma emenda, não. O projeto do Zambiasi era muito mais radical.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A emenda é da Senadora Angela Portela. O Senador Paulo Paim fez uma emenda que não tem nada a ver com a emenda da Senadora.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim. É na mesma emenda. É uma alteração da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Ela vai ser inserida. Senador Paulo, é bom que se esclareça. Senadora Angela, vai ser, na própria emenda, feita a modificação na questão de colocação.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Vamos passar ao processo de votação.

Como não há mais quem queira discutir, em votação.

Consulto o Senador Paulo Paim como vota.

O SR. SENADOR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora e com o Senador Zambiasi. É um belo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto a Senadora Angela Portela, que já tem seu voto conhecido. *(Pausa.)*

Com a relatora.

Consulto o Senador Humberto Costa como vota.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval como vota.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto a Senadora Vanessa Grazziotin como vota. Senadora Vanessa Grazziotin, por gentileza, como vota?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acompanho a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Muito obrigado, Senadora.

Consulto o Senador Casildo Maldaner como vota.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Acompanho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia como vota.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e com a relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti como vota. *(Pausa.)*

Consulto o Senador João Vicente Claudino como vota.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador Eduardo Suplicy como vota.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Rita como vota.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora, Sr. Presidente, com a observação feita pelo Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto a Senadora Lídice da Mata como vota.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Bauer como vota.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Procedida à votação de caráter nominal, consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1 oferecida pela relatora. *(Pausa.)*
Aprovada.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 4 da pauta.

Decisão terminativa.

Esta matéria também já foi lida.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer para as suas considerações, se necessário for.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Senadores, Sras. Senadoras, de fato esta matéria já foi objeto de discussão. Nós apresentamos um relatório a respeito do assunto e o nosso relatório é pela rejeição da proposta.

Na ocasião em que estávamos prestes a realizar a votação da matéria, do relatório, houve um pedido de inclusão de uma emenda que não foi apresentada formalmente pelo Senador Paulo Davim, mas que mereceu minha atenção, a pedido de V. Ex^a e a pedido do próprio Senador.

Na verdade, para que todos conheçam bem o assunto, houve uma proposta do então Senador Tião Viana, que queria atribuir à Anvisa a competência, a responsabilidade de fiscalizar e regulamentar toda a questão relacionada ao uso de antimicrobianos na produção de rações para alimentação de animais. E, na verdade, essa incumbência cabe ao Ministério da Agricultura e é regulada por organismos internacionais aos quais o Brasil se encontra vinculado. Está também protegida essa fiscalização, e os limites de utilização de produtos antimicrobianos na ração animal, e regulamentada por acordos firmados pelo Brasil em nível internacional.

Então, cabe ao Ministério da Agricultura observar o cumprimento desses acordos e dessas normas e obviamente os mecanismos existentes são suficientes. O pedido feito, quando apresentamos o relatório, de incluir ou de rever a possibilidade de a Anvisa ter alguma competência nesse assunto mereceu, como eu já disse, a minha atenção e análise, mas de todo modo é preciso dizer que não há condições de alterar o relatório, mesmo considerando a solicitação do Senador que pediu a providência por ocasião da votação.

Portanto, Sr. Presidente, mantenho o relatório pela rejeição da matéria e considero que V. Ex^a agora pode, obviamente, dar sequência na manifestação dos Senadores quanto à aprovação ou não do relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Bauer.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº374, de 2009, ressaltada a Emenda nº1, oferecida pelo Senador Gilberto Goellner.

Quem vota com o relator, vota “não”.

Consulto o Senador Paulo Paim como vota.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como não houve nenhum encaminhamento mediante o pedido de vista da última reunião, eu acompanho o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin, se ainda se encontra ainda no recinto?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu me encontro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muita honra e prazer.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu entendi que o Senador Paulo Bauer iria ter alguma dificuldade, mas ele fez um relatório, uma exposição que amarrou de todos os lados. Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Os catarinenses sempre unidos, não é? Até nos relatórios, V. Ex^{as} estão sempre juntos.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino? Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota – o voto é conhecido – o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Resultado.

Rejeitado o projeto, fica prejudicada a Emenda nº1, a ele oferecido conforme o art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será encaminhada e comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Rejeitada a matéria, com o voto “não” procedido pelo Senador Bauer.

Vamos para o Item 11, página 147. A matéria também já foi lida.

A nossa Secretária, a Gildete, está propondo que ela seja lida novamente, todavia, ela já foi há algum tempo lida. Mas eu consulto se há necessidade da leitura. Eu imagino que não haja, porque ela já foi lida. Vamos entrar na fase de discussão da matéria.

Senador João Durval, concedo a palavra a V. Ex^a. Quer fazer o encaminhamento ou discutir novamente? V. Ex^a não tem interesse?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2009.

Quem vota com o relator, vota não.

O relator foi o ilustre Senador João Durval.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esta questão é a mesma daquela do relatório do Paulo Bauer: eu mesmo pedi vista, mas não houve ninguém que me procurasse para buscar algum tipo de ajuste, então, voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a vota com o Relator.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval? Já voto conhecido.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acompanho também o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? *(Pausa.)*

Como vota João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy, se ainda se encontra? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria de registrar, de forma prazerosa, como vota o Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Com o relator.

Concluída a votação.

O projeto foi rejeitado.

Será encaminhada e comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 12

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CAS

Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Representante

do DIEESE; CNTSS; Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates a Endemias.

Autoria: Senador **Humberto Costa**.

Concedo a palavra, se V. Ex^a quer encaminhar o referido requerimento, Senador Humberto Costa.

Como V. Ex^a abre mão, consulto V. Ex^{as} se concordam com o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 9 da pauta, de decisão terminativa, o Senador Paulo Bauer solicitou que fosse retirado de pauta.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pauta praticamente limpa, todos os projetos aprovados e requerimentos. De maneira que agradeço a V. Ex^{as}.

Foi um dia bastante produtivo porque foram apreciados todos os projetos que se encontravam aqui preparados para serem votados, não só os relatórios, mas também os requerimentos em caráter terminativo.

Agradeço a V. Ex^{as} a presença e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e oito minutos, do dia quinze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena

e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Armando Monteiro e Gim Argello. Justifica ausência o Senador Vital do Rêgo. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença da Senhora Maria Coutinho Santana, Presidente do Sindicato dos Permissionários de Táxis e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta:

ITEM 8) Não Terminativo REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011 – CE Requer, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação da CCJ (art.335, inciso I). **Autoria:** Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Com voto no sentido de que: 1) devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder (projetos de lei autorizativa); 2) cumpre informar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, em 6 de abril de 2011, substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal a hipótese de indicação que visa a sugerir a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. O substitutivo contém regra de transição, que permite a formulação de requerimento de indicação como conclusão aos pareceres dos projetos de lei autorizativa em curso. A matéria, contudo, ainda se encontra em tramitação na Casa. **Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 9) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2011** Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Confúcio Moura. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Tra-

balho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª (MT) Região e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 43 de 2011-CCJ, de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Pedro Taques. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CCJ** “Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011.” **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, pelo período de 7 (sete) dias, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, composta por cinco membros, criada para no prazo de noventa dias analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que ‘Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.’” **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Francisco Dornelles) declara encerrada a presente Reunião ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011; ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011; ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2011; ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011; ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011; ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2011,** às onze horas e vinte e seis minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a 9. O Item 8 da pauta está sendo retirado de ofício. Quanto ao Item 7 da pauta, o Senador Vital do Rêgo encontra-se em viagem e solicitou a retirada de pauta também.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inversão de pauta para o Item 9, que é o relatório de nossa autoria. Os itens 7 e 8 da pauta foram retirados.

Solicito a inversão de pauta para o Item 9

ITEM 9

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2011

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

Autoria: Deputado **Confúcio Moura**

Relatoria: Senador **Eunício Oliveira**

Relatório: (Dependendo de Relatório).

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Consulto o plenário sobre a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa)*

Aprovada a inversão de pauta para o Item 9.

Tendo em vista que sou o relator desta matéria, convido o Senador Francisco Dornelles, grande representante do Estado do Rio de Janeiro, nosso líder e orientador nesta Casa, para presidir os trabalhos, a fim de que eu possa fazer a leitura da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Item 9 da pauta: Projeto de Lei da Câmara, não terminativo, que regulamenta a profissão de taxista.

Relator, Senador Eunício Oliveira.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei nº 27, de 2011, nº 03232, de 2004, na origem, que regulamenta a profissão de taxista e altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, e dá outras providências.

I – Relatório

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2011, do Deputado Confúcio Moura, visa à regulamentação da profissão de taxista.

Em sua parte substancial, a proposição prevê:

a) como atividade privativa do taxista, a utilização de veículo automotor para o transporte público individual remunerado de passageiros;

b) os requisitos para o exercício da atividade de taxista: habilitação para conduzir o veículo; frequentar cursos de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos; dirigir veículo aprovado pelas autoridades de trânsito; possuir certificação para exercer o ofício de taxista, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço; ser segurado do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e ser possuidor de Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) a classificação dos profissionais taxistas como: autônomo, empregado, auxiliar de condutor autônomo e locatário; **d)** os deveres do taxista: entre outros, o de atender os clientes com presteza e polidez; manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene; e obedecer às normas constantes do Código de Trânsito Brasileiro;

e) os direitos do taxista empregado: piso salarial ajustado entre os sindicatos da categoria e aplicação, no que couber, das normas presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Regime Geral de Previdência Social;

f) modificações na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define a atividade de auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, para determinar que:

aa) o recolhimento da contribuição previdenciária dos auxiliares de condutores autônomos será feita pelo autorizatório do veículo;

bb) o contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil;

cc) no contrato entre o condutor autônomo de veículo rodoviário e os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários deverão constar as condições e requisitos para a prestação de serviços; prazo de validade; as obrigações e as responsabilidades das partes contratantes, data de pagamento e remuneração;

g) o uso de taxímetro nos municípios com mais de 50.000 habitantes;

h) a transferência da autorização do condutor titular para outro condutor titular;

i) em caso de morte do titular, a autorização será transmitida para o cônjuge, os herdeiros necessários, a companheira ou o companheiro, que passam a ter os mesmos direitos e deveres do titular;

j) a autorização não poderá ser objeto de penhora ou leilão;

k) a competência do órgão municipal para apreensão de veículo que transporte passageiros sem a devida autorização legal.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta que causa estranheza o fato de a profissão de taxista não ser ainda regulamentada. A categoria dos taxistas tem desempenhado, ao longo dos anos, um papel de grande importância para a população brasileira e a regulamentação desta profissão, objeto deste projeto de lei, é uma antiga aspiração desse segmento profissional, um anseio da sociedade brasileira e um direito longamente aguardado.

De acordo com o despacho do Presidente do Senado Federal, a proposição ainda será submetida à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa e voltará ao plenário do Senado para publicação e encaminhamento à Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, para, se Deus quiser, legalizar essa profissão tão importante, que é a dos taxistas brasileiros. (*Palmas.*)

Nos termos, Srs. Presidente, do inciso I, art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta comissão opinar também sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade das matérias, que lhes são submetidas.

Sr. Presidente, quando ainda na campanha majoritária de Senador, assumi o compromisso, diante de uma plateia de cerca de quase 10 mil taxistas do Nordeste brasileiro, uma categoria tão importante, que presta grandes serviços à Nação brasileira e que fazia uma única reivindicação, de trabalhar pela regulamentação da atividade. E, por isso hoje, pela primeira vez, nesta Comissão, estou relatando um projeto – e é o único projeto que estou relatando desde que assumi esta Presidência – pela importância que acho ter o papel da regulamentação dos taxistas e que precisa ter a sua profissão regulamentada.

Por esse motivo essa matéria não mais voltará, o relatório está no mesmo teor; sem nenhuma emenda aditiva, que até gostaria de ter feito, mas tem o mesmo teor, para que essa matéria não tenha de voltar à Câmara dos Deputados. Ela será terminativa, aqui no Senado, e irá à sanção presidencial da Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, de acordo com o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei, no que tange

ao mérito, à juridicidade, à constitucionalidade, à regimentalidade da matéria.

Era isso, Sr. Presidente, que eu desejava relatar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Eunício, parabéns pelo seu brilhante relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente Francisco Dornelles, Relator Eunício, Srs. Senadores, há poucos dias, recebi, em meu gabinete, uma delegação de taxistas do Paraná, líderes dos taxistas do Estado, que vinham exatamente solicitar urgência para a votação desse projeto que regulamenta a sua profissão. E eles explicavam a razão da urgência. Exatamente a razão da urgência justifica a aprovação do projeto. Estão taxistas do Município de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, com um problema no Poder Judiciário, exatamente em razão de equívocos existentes que colocam em risco direitos que são sagrados desses profissionais. São direitos adquiridos ao longo da sua trajetória profissional.

E, com a regulamentação da profissão, esses equívocos são superados. Os direitos são consagrados pela legislação; os deveres, da mesma forma. E sabemos que devemos ter todo o cuidado possível com a regulamentação de profissões. No Brasil, nós temos mais de 150 profissões regulamentadas. Isso não ocorre em outros países.

No entanto, há profissões que dizem respeito à segurança das pessoas. E essa é uma delas. Não há quem não entenda a profissão do taxista como fundamental para a segurança das pessoas. Eles que levam crianças às escolas, doentes aos hospitais; eles que, muitas vezes, são ameaçados nas ruas, principalmente das grandes cidades, e, sobretudo, à noite, de madrugada. São profissionais especiais. Exercem uma atividade fundamental, com característica, com peculiaridade própria, que diz respeito à segurança das pessoas.

É por essa razão que nós somos favoráveis a essa regulamentação. Estamos nos manifestando favoravelmente, cumprimentando o Senador Eunício por não alterar o projeto, a fim de que ele ganhe celeridade e possa ser sancionado com urgência pela Presidente Dilma.

O nosso Partido, o PSDB, acompanha o relatório do Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, para discutir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero parabenizar o relatório do Senador Eunício Oliveira e também o autor desse Projeto, que hoje é o Governador do meu Estado de Rondônia, ex-Deputado Confúcio Moura.

Ele foi o autor desse projeto na Câmara dos Deputados. Eu não vi a data de entrada desse projeto, mas já deve fazer uma década que está tramitando no Congresso Nacional. Pela demora na aprovação desse projeto na Câmara, eu dei entrada aqui também, em 2005, num projeto de minha autoria, no mesmo sentido, que trata da regulamentação de taxista, por entender que é uma profissão digna, antiga, uma das primeiras profissões do país, e que até hoje não tinha tido a sua regulamentação.

Quer dizer, não se pode dizer que o taxista é um profissional. Ele não tem as garantias, como têm os outros trabalhadores, e são eles que transportam as famílias, as pessoas. Em todo país, são milhões de taxistas hoje transportando gente em todo o Brasil, sem nenhuma garantia, sem nenhuma segurança. Então, parabênizo, certamente esses projetos vão se cruzar ainda. O meu projeto, que é o PLS 175, de 2005, que foi aprovado aqui em 2009, está na Câmara dos Deputados, com a relatoria do Deputado Paulo Cesar.

Mas eu aprovo, apoio esse projeto do querido Governador Confúcio Moura, ex-Deputado Federal, com relatório do Senador Eunício Oliveira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Para discutir, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero começar parabenizando o Senador Eunício Oliveira, pelo seu parecer, pela justiça que faz com essa categoria que reivindicava há bastante tempo a sua regulamentação. A primeira legislação no Brasil que tratou desse tema foi o Código Civil de 1916, mas tratava sob a ótica das coisas, da propriedade. Depois em 1974, a Previdência Social incorpora essa atividade como contribuinte da Previdência Social, como autônomo e, a partir dali, eles passam a ter os direitos previdenciários, mas a questão da sucessão, das garantias mínimas ficavam totalmente a critério das suas associações, dos seus processos locais ou de algumas legislações municipais.

E, em seguida, já em março de 2004, o Deputado Confúcio Moura apresenta esse projeto de lei. Junto a ele, na Câmara foram apensados vários outros projetos. E no primeiro semestre de 2010, a Câmara conclui a sua votação na Comissão de Constituição e Justiça, com esse teor que veio para cá; o Deputado Itagiba, do Rio de Janeiro, na época, fez o recurso ao pleno da Câmara Federal. Por conta disso, esse processo atrasou. O plenário da Câmara Federal rejeitou o recurso do Deputado Itagiba. E esse processo, em seguida, veio aqui para o Senado e, hoje, estamos apresentando o nosso parecer.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, vota favorável. Lá, na Câmara Federal, fizemos um esforço muito grande na sua tramitação, passou por quatro comissões permanentes da Casa, Seguridade Social, Trabalho, Finanças e Tributação, e Comissão de Constituição e Justiça foram quase, são oito anos em que está em tramitação na Casa, já bastante amadurecido o tema. E agora, com o parecer conclusivo aqui, da Comissão de Constituição e Justiça. Ele deverá ir à sanção. E tenho certeza de que a Presidente Dilma vai sancioná-lo por fazer justiça a essa categoria, que é tão importante para o Brasil.

Portanto, o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, a exemplo do que já fizemos na Câmara, aqui, no Senado, também votamos favorável. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Parabéns, Senador.

Pediria que segurassem a manifestação para o final.

Queria apenas anunciar a presença aqui na Comissão de Justiça da SRA. Maria do Bonfim Santana, que é Presidente do Sindicato dos Taxistas de Brasília. Os nossos cumprimentos.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, uma palavra bastante breve para, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Eunício por ter tido a sensibilidade não apenas de trazer extrapauta este tema da maior relevância, mas de manter o mesmo parecer e, com isso, evitar que essa matéria demande mais tempo e maiores discussões.

Trata-se de um pleito antigo que une a categoria em todo o Brasil, absolutamente justo, qualifica a categoria dos taxistas, dá a eles certamente mais segurança, melhores condições de trabalho. O Senador Alvaro Dias, nosso Líder, já se manifestou em nome do nosso Partido, o PSDB. Da mesma forma recebi um pleito de representantes de taxistas da minha Minas Gerais, solicitando exatamente essa mesma urgência.

E dessa forma gostaria de cumprimentar todos que participaram da construção final desse texto, di-

zendo que é com alegria muito grande, acredito eu, que a Comissão de Justiça votará hoje unanimemente essa proposta, esse relatório do Senador Eunício, que estará, portanto, pronto para ir à sanção presidencial, reparando uma injustiça com uma das mais importantes categorias de trabalhadores brasileiros.

Por isso, com muita satisfação, daremos voto favorável ao relatório do Senador Eunício. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro quero louvar o trabalho do Senador Eunício Oliveira, sua preocupação com uma das categorias mais importantes do Brasil, os taxistas, que, além do transporte público, prestam um grande serviço à comunidade. Eles atuam, muitas vezes, na segurança pública e na defesa civil, porque podem e trabalham com rádio, e esse rádio ajuda a transmitir informações. Às vezes, há um assalto acontecendo numa região é comunicado pelo taxista pelo rádio, e a polícia pode chegar mais rapidamente àquela localidade. Às vezes, é um problema de defesa civil, um incêndio, uma enchente, e os taxistas estão articulados e já atuam de forma voluntária na defesa civil do nosso País, na prática, no cotidiano.

Acho que regulamentar essa profissão... Nós éramos todos Deputados Federais – eu, o Senador Eunício e o Senador Pimentel, no caso dos cearenses – quando o hoje Governador Confúcio Moura tomou essa iniciativa na Câmara Federal. Outros Senadores e Deputados têm iniciativas nesse terreno, mas vigorou a proposta do então Deputado Confúcio Moura. Agora, estamos apreciando, no Senado Federal, a atitude do Senador Eunício de não trabalhar com reparos ao que veio da Câmara, o que também contribui para a celeridade da tramitação do projeto.

Estamos prontos para regulamentar uma das mais antigas e mais importantes profissões do País. Restará para o futuro tratarmos de um dilema que ocorre hoje nas grandes regiões metropolitanas, especialmente Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Recife, que têm grandes regiões metropolitanas – hoje há uma certa disputa na própria categoria, entre as cidades, mas é um problema cuja solução considero fácil no futuro. Vamos matutar sobre isso – o próprio Senador Eunício e o hoje Governador Confúcio Moura sabem muito bem o que é isso –, podemos dar solução a esse problema.

Portanto, o nosso Partido, o PCdoB, aqui no Senado Federal, na Comissão de Constituição e Justiça e nas demais Comissões onde tramitará o projeto, dará

seu voto favorável à matéria, apoiando especialmente o relatório do Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, durante a campanha eleitoral que aqui me conduziu, algumas pessoas me perguntavam se eu seria o “Pedro do Táxi”. Eu chegava para fazer um evento político e ouvia: “Ah, mas o senhor foi taxista...”. Eu não fui taxista, mas eu ando muito de táxi; inclusive, na minha campanha, estava a música da Angélica de que o Senador Aécio gosta muito: “Vou de Táxi”.

Não só por isso, Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É bom esclarecer, senão vai ficar um embaraço.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu estou me referindo à música.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu gosto mesmo é do Luciano Huck.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Fa-lei da música.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – São meus compadres, Pedro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Fa-lei da música!

Então, eu não poderia deixar de ir de táxi nessa votação. E como membro do PDT, um partido que tem em seu DNA o trabalhismo, eu não poderia deixar de votar favoravelmente, cumprimentando o Senador Eunício pela relatoria desse projeto. Ao parabenizá-lo, expresso meu apoio a essa categoria, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, como relator, eu gostaria de deixar registrado que aprovei na CAS um projeto de minha autoria que tinha praticamente o mesmo teor deste projeto, mas como aqui temos trabalhado com objetividade, com o desejo de construir aquilo que precisa ser construído, esse projeto que foi aprovado, pesquisando aqui na Comissão de Constituição e Justiça, encontrei o projeto de autoria do hoje Governador Confúcio Moura, que tinha o mesmo teor. Então, não havia por que eu fazer, apenas pela vaidade pessoal de ser especificamente o único autor da matéria, o encaminhamento dessa matéria de volta para a Câmara dos Deputados.

Recebi do Senador Alvaro Dias uma solicitação a esta Comissão para que esse projeto tramitasse em

regime de urgência, requerimento este que ele assinava também em nome do PSDB.

Eu fico muito feliz em saber que, hoje, estamos cumprindo mais uma etapa de reconhecimento do trabalhador brasileiro como fonte e algo que é principal para o desenvolvimento deste País. Portanto, a minha alegria aqui de receber, pelo que agradeço, todas as lideranças partidárias que, por unanimidade, apoiam o relatório e o voto que fiz aqui nesta manhã com muito orgulho, a fim de que os taxistas brasileiros possam, agora, a partir da aprovação deste projeto, ter a sua profissão regulamentada. E não tenho dúvida de que faremos também gestões – é um compromisso que faço aqui – junto à Presidenta Dilma para que ela sancione de imediato esse importante projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ainda para discussão, tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Caro Presidente em exercício, Dornelles, quanto a essa questão da regulamentação da profissão de taxista, reafirmo o que todos nós sabemos: quando você vai a uma cidade pela primeira vez, um grande impacto é a maneira como você é acolhido pelos taxistas. Eles representam, muitas vezes, a primeira impressão que uma pessoa tem de uma cidade. Daí a importância de nós aprovarmos agora este projeto, que dará condições de trabalho muito melhores para os taxistas, que buscam, há tanto tempo, as regras que aqui hoje vamos aprovar.

Então, Senador Eunício Oliveira, V. Ex^a está de parabéns pela oportunidade das suas considerações e pela excelência do trabalho que aqui faz.

Meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Eunício Oliveira.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado também o regime de urgência.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Eu queria dizer, Senador Eunício, que, para mim, foi uma honra enorme presidir a reunião desta Comissão que hoje aprova o relatório de V. Ex^a relacionado com a profissão de taxista. O primeiro projeto de lei

que isentou os taxistas do IPI foi de minha autoria. Eu era, então, Secretário de Receita, e várias leis, vários projetos, nesses últimos dez anos, todos têm sido de minha autoria, como o que prorroga a isenção do IPI.

Eu tenho com os taxistas do Rio e do Brasil um relacionamento muito estreito, de modo que foi um privilégio a oportunidade de presidir esta reunião no momento que V. Ex^a apresenta um relatório tão bem elaborado e que trata de solucionar um problema de uma categoria da maior importância, como disse a Senadora Marta Suplicy, dentro de um contexto amplo da segurança, do turismo. O taxista é aquele primeiro contato que uma pessoa do exterior tem com o país.

Parabéns!

Está aprovado o projeto. *(Palmas.)*

Passo a Presidência ao Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Presidente, eu só quero registrar aqui que tenho sido, nesta Casa, o seu discípulo, o seu liderado. A prova disso é, justamente quando da aprovação desse projeto hoje, a coincidência de V. Ex^a estar presidindo esta reunião.

Entretanto, peço a V. Ex^a que continue a presidir os trabalhos, pois tenho de ir agora ao gabinete da Presidência do Senado, onde 15 Governadores do Nordeste brasileiro estão entregando uma reivindicação a esta Casa em relação a uma matéria tão grata e tão próxima de V. Ex^a, que é a reforma tributária. E eu, como Senador e representante do meu Estado, tenho de comparecer a essa importante reunião e peço a V. Ex^a para continuar presidindo esta reunião de hoje.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer que essa matéria não precisa ser tão ingrata. Na hora da votação nós tínhamos chegado a um entendimento que nós faríamos e as coisas dariam certo para o Rio de Janeiro e para o resto do Rio Grande. Era só inverter, como queria V. Ex^a. Quer dizer, o problema do Rio ficava como agora e a participação da União seria endereçada aos Estados. Lamentavelmente, não transferiram por um dia para que nós pudéssemos fazer a regulamentação desse artigo. Mas, se dependesse de V. Ex^a e de nós, a matéria seria aprovada com muita tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Nós estamos aqui numa situação... Sr. Presidente, eu tenho uma matéria primordial, decisiva para o País que é a questão das coligações.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se é sua, é primordial.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Não é minha, o problema é esse. Ela não é minha.

Estamos numa reunião, agora, na presidência com todos os governadores do Norte, Nordeste, parte do Centro-Oeste. Estamos aqui, eu e o Amorim, com a mesma causa, que é o problema das coligações. É preocupação também de V. Ex^a porque essa foi uma matéria discutida numa comissão especial presidida por V. Ex^a e nós estamos com nossas obrigações federativas, porque representamos, aqui, a Federação. Os governadores estão nos convidando para comparecer àquela reunião com o Presidente Sarney.

Queria pedir a V. Ex^a que as matérias relativas à discussão sobre reforma política ficassem sobrestadas para que pudéssemos participar da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Inácio Arruda, o pensamento de V. Ex^a é ordem nesta Casa. Se eu quisesse colocar a matéria em discussão, os relatores não estão presentes. De modo que vou atender a uma proposta de inversão de pauta, solicitada pelo Senador Pedro Taques, para colocar o Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre a criação de varas de trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho, da 23^a Região, que é Mato Grosso.

Não posso fazer a reunião sem os relatores presentes.

Senador Pedro Simon, estou aqui aguardando as ordens de V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com todo respeito a V. Ex^a mas eu acho que, se nós não tivermos um ritmo, a reforma da Constituição não vai andar. V. Ex^a presidindo a comissão especial, fez qualquer coisa que eu acho nota 10. Conseguiu fazer coisas difíceis, muito complexas, mas a Comissão fez, estudou e tem um projeto que está pronto. Se nós ficarmos assim com uma reunião que termina não saindo, não vai acontecer. Eu acho que Presidente e parlamentares, todos temos que chegar a uma conclusão de manter esse...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pedro, nós dê 15 minutos. Apenas 15 minutos, vamos lá e voltamos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Duvido. *(Risos)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pedro não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Olha se for 15...

Senador Inácio, posso pôr em votação daqui a 15 minutos?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ele

vai na Presidência do Senado onde estão 15 governadores para discutir o problema do pré-sal. Você acha que ele volta em 15 minutos? É claro que não. Não volta.

Presidente, acho que se devia fazer isso; já é a terceira ou quarta reunião marcada para discutir a reforma política e termina não saindo. Acho que tem que marcar data só para isso e fazer. Marcar, por exemplo, uma reunião como da última vez que começamos a discutir a reforma política ao meio-dia, não é possível. Acho que temos que nos reunir e determinar os dias em que vamos discutir a reforma política, o dia inteiro, se for o caso. Caso contrário, o belíssimo trabalho realizado pela Comissão presidida por V. Ex^a, vai acontecer aquilo que a gente imaginou que ia acontecer lá: a Comissão não ia conseguir fazer e vocês fizeram quase o milagre de apresentar uma proposta concreta, que está aí. E nós não conseguimos sair do chão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – A proposta de V. Ex^a nós vamos apresentar ao Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira. Eu concordo plenamente com V. Ex^a: nós tínhamos que estabelecer um dia aqui na Comissão de Justiça para aprovar ou rejeitar... A reforma política é um processo decisório. Não precisa haver mais estudo nem parecer. É um processo decisório. Cada Senador hoje conhece a matéria muito melhor do que outros que estejam examinando o assunto, porque, além de conhecer o problema doutrinário, tem a vivência do problema, conhece como funciona em cada Estado a situação.

De modo que eu realmente defendo esta tese, que podemos trazer ao Presidente da Comissão: que devíamos escolher um dia para examinarmos todos os projetos já aprovados pela Comissão de Reforma Política, aprovando, rejeitando ou modificando. Vamos colocar essa proposta de V. Ex^a ao Presidente Eunício Oliveira tão logo ele volte.

Pela ordem?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. É porque cheguei atrasado, estava na outra Comissão, e foi debatido um projeto que tenho acompanhado e perdi a oportunidade de estar presente aqui.

Queria registrar o nosso voto a favor. Refiro-me ao projeto que trata da regularização dos taxistas. Só no sentido de parabenizar o Senador Eunício, por entender que esse projeto é de fundamental importância para essa classe, que ajuda e muito o nosso País.

Passei boa parte da minha infância me relacionando com os taxistas. Fui frentista de posto de gasolina por muitos anos. Portanto, não podia deixar de registrar aqui a minha satisfação e a minha felicidade

por ver essa tão bonita profissão sendo regulamentada. Queria lhe parabenizar também por estar dirigindo, estava ouvindo suas palavras no meu gabinete, em uma reunião. Estou muito feliz por estar vivendo este momento aqui, no Senado. Deus me deu esta oportunidade de regulamentar essa profissão, que entendo ser de fundamental importância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Sérgio Petecão, muito obrigado. Suas palavras serão colocadas aqui em Ata sobre o assunto.

ITEM EXTRAPAUTA

ITEM 1

– Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª (MT) Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador **Pedro Taques**

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 43 de 2011– CCJ, de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a proposição cria 06 (seis) Varas da Justiça do Trabalho no interior do Estado do Mato Grosso, nas cidades de Alto Araguaia, Colniza, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Peixoto Azevedo e Sapezal. Para atender às novas varas, a proposição cria seis cargos de Juiz do Trabalho, seis de juízes substitutos, bem como a estrutura de pessoal, composta de 18 cargos de analista judiciário, 30 cargos de técnico judiciário, 6 cargos em comissão CJ 3 e 30 funções comissionadas necessárias à implantação das mesmas.

A justificativa do projeto aponta a necessidade de aumentar o número de Varas do Trabalho no Mato Grosso em razão de sua grande extensão territorial, do crescimento econômico da região e do crescente aumento da demanda processual especializada.

Todos os requisitos formais foram preenchidos, Sr. Presidente. O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o dever de opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. O projeto em questão, que trata de matéria de competência dos Tribunais

Superiores, deve ser avaliado também em seu mérito, como determina o citado artigo do Regimento Interno.

O art. 96, II, da Constituição Federal reserva aos Tribunais Superiores competência para iniciar o processo legislativo dos projetos que alterem a organização e divisão judiciárias, ou disponham sobre a criação de cargos dos juízes que lhes forem vinculados. Essa norma de restrição da competência legislativa é atendida neste Projeto de Lei da Câmara.

A Constituição Federal, no § 1º de seu art. 169, estabelece como exigência para a criação de cargos públicos a existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. Portanto, encontra-se absolutamente conforme o art. 169 da Constituição.

A proposição, Sr. Presidente, atende ainda à exigência do art. 80, inciso IV, da citada Lei nº 12.309, apresentando, às fls. 12 do processado, a certidão de julgamento referente ao parecer do Conselho Nacional de Justiça.

As disposições do projeto não entram em conflito com outras normas do ordenamento jurídico.

O mérito da proposição é inegável. A Justiça do Trabalho, no Estado de Mato Grosso, precisa ter condições de atender ao crescente número de demandas trabalhistas.

Por fim, Sr. Presidente, quero acrescentar que o TRT do Estado de Mato Grosso é um dos que cumpriram as metas do Conselho Nacional de Justiça.

Por isso, com muita honra, diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 32, da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Pedro Taques.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, requeiro urgência na tramitação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Coloco em votação o pedido de urgência feito pelo Senador Pedro Taques.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.

Eu queria dizer aos Srs. Senadores presentes o seguinte: o próximo item da pauta é de relatoria do Senador Valdir Raupp, e os outros dois itens são de relatoria do Senador Renan Calheiros, mas S. Ex^{as} não estão presentes aqui. De modo que sugiro que ou suspendamos esta reunião por um período de 15 minutos ou encerremos a reunião, porque os relatores não estão presentes.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria que V. Ex^a me desse uma aula de Regimento aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode designar relatores *ad hoc* para as matérias, se não são polêmicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Sr. Presidente, sou o Relator da matéria constante do Item 8 da pauta. Como sugestão ao encaminhamento dado por V. Ex^a, eu poderia relatar logo essa matéria constante do Item 8 da pauta. Com isso, nesse tempo, os relatores que não estão presentes poderão aqui chegar, e poderemos tomar uma decisão sobre as matérias seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria dizer a V. Ex^a que, no início da reunião, como V. Ex^a não estava presente, o Presidente Eunício Oliveira retirou essa matéria da pauta de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)
– Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Desse modo, esse item não está na pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, há uma questão de ordem que quero apresentar. Já que temos esse tempo, eu poderia levanta-la agora.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizada no dia 08 de junho de 2011,

quarta-feira, às 10 horas, estavam em exame os Requerimentos nºs 34 e 35, de 2011, que tratavam do convite ou da convocação, seja lá o que fosse, ao ex-Ministro Palocci, e descobri, estarrecido, que eu não poderia discutir as referidas matérias, embora se tratasse de decisão de mérito sob o exercício de nossa competência constitucional.

Aos apelos e ponderações feitos pelos Senadores presentes quanto à necessidade de se pronunciarem e de debaterem o assunto, requerimento de convocação, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania respondeu com o impedimento previsto no parágrafo único do art. 310 do Regimento Interno, que cuida do encaminhamento de votação.

Quero, antes de tudo, ressaltar que a presente questão de ordem não pretende por em dúvida a lisura dessa presidência na condução dos trabalhos, mas tão somente sanar dúvida que apareceu ao debruçar-me para estudar o assunto – e eu estudei o Regimento, Sr. Presidente – e contribuir com o andamento dos nossos trabalhos, em respeito à Constituição e à representação parlamentar nela prevista.

Passo à análise sistemática do Regimento Interno e dos artigos que, ao meu entender, dizem respeito à questão, Sr. Presidente.

O Título VIII do Regimento Interno trata das proposições. O Capítulo I deste título relaciona as espécies de proposições, dos projetos, Seção III, dos requerimentos. Tem-se estabelecido que o requerimento é espécie de proposição. Os demais capítulos deste título tratam dos procedimentos e requisitos formais a serem aplicados a estas proposições, desde a apresentação, no número II até alcançarmos o Capítulo XIII que disciplina a forma de apreciação das mesmas proposições.

Passo à leitura do referido capítulo: o art. 270 do Regimento Interno está aqui aplicado, Sr. Presidente – os arts. 272, 273, 274 –, e eu argumento da seguinte forma: matéria, no linguajar regimental, é gênero que abrange todas as proposições ou o seu conteúdo. Observa-se que a enumeração das proposições e o procedimento para a sua apreciação estão no mesmo Título, não deixando dúvidas quanto à aplicabilidade desses procedimentos em relação às matérias ali elencadas.

Então, onde está a regra que excepciona a aplicabilidade do art. 273 que determina que, ao anunciar a matéria, seja dada a palavra aos oradores para discussão, para espécie e requerimento. Qual o fundamento jurídico para cercear a manifestação do parlamentar para o exercício ou não de uma prerrogativa constitucional desta Comissão? Felizmente essa exceção não existe no Regimento Interno do Senado.

Essa Presidência aplicou bem o artigo referente ao encaminhamento de votação, mas saltou fase essencial à apreciação da matéria, qual seja a sua discussão. Procurei a norma regimental que poderia silenciar a expressão do parlamentar em questão tão relevante, no intuito de propor o devido projeto de resolução para sanar o erro, mas não a encontrei. Encontrei regra parecida, sim, no Regimento Comum do Congresso Nacional – lá no art. 41 do Regimento Comum do Congresso Nacional. Evidentemente, trata-se de uma regra restritiva que limita o sentido da norma. As normas que criam exceções, entretanto, devem ser interpretadas restritivamente e não há que se falar aqui, portanto, em aplicação subsidiária de tal norma, pois não se coaduna com nenhuma lógica jurídica. Não podemos perder de vista a função primordial do Parlamento, cuja própria palavra já denota a essência da Casa, onde a democracia ganha vida através das discussões e das decisões. É aqui onde a democracia se exercita com maior vigor, buscando o entendimento e a compreensão da vontade da Nação.

Sr. Presidente, em homenagem ao princípio do tempo, reservo-me o direito de não ler a continuidade do requerimento e passo ao final. E quero aqui esclarecer que não estou removendo requerimentos passados. O que foi decidido já restou decidido por esta Comissão. O que eu gostaria é que esta dúvida restasse sanada pela Comissão de Constituição e Justiça. Mas, o passado, o que já foi votado se apresenta como um ato jurídico perfeito. Não estou debatendo convite de Ministro, eu quero só sanar esta dúvida e por isto eu fiz esta questão de ordem, que passo à Mesa.

Ao final, Sr. Presidente, eu requeiro o seguinte:

Formulo assim a questão de ordem no sentido de que essa presidência esclareça o assunto, apontando o artigo do Regimento que impede a discussão das matérias ou que deixe fixado o entendimento de que todos os requerimentos sob nossa apreciação sejam passíveis de discussão, de debate, que é a essência desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. A Mesa vai receber o requerimento de V. Ex^a e vai examiná-lo.

O Senador Randolfe havia pedido a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, eu queria solicitar a reinclusão, na pauta, do Item 8, não-terminativo, do qual sou relator

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srs. Senadores, este requerimento havia sido retirado de pauta pelo fato de o relator estar ausente. Estando ele novamente presente, eu submeto

aos Srs. Senadores a possibilidade de fazermos a reinclusão desse requerimento na pauta. Reincluir na pauta esse requerimento.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão o Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que requer, nos termos do art. 90, inciso XI e art. 101, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal parecer sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa.

I – Relatório

Em reunião realizada em 22 de março de 2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o Requerimento nº 3, de 2011-CE, de autoria de seu Presidente, Senador Roberto Requião, com o seguinte teor:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I).

Recebido o Requerimento nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), fui designado relator da matéria.

Cumprе observar, a propósito, que o tema guarda conexão com o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 74, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer nova espécie de proposição legislativa que veicule sugestões ou propostas relacionadas às políticas públicas, recentemente relatado por mim neste Colegiado. Na ocasião, foi aprovado substitutivo ao PRS, para permitir que a Indicação pudesse conter sugestões ou propostas a outros Poderes da União.

II – Análise

O Requerimento nº 3, de 2011-CE vem a esta Comissão fundamentado nos arts. 90, XI, e art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). O primeiro dispositivo estabelece ser competência das comissões estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis. O segundo dispõe ser da competência da CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas (...) por consulta de qualquer comissão (...).

Verifica-se, portanto, que o objetivo da consulta alcança não somente a análise sobre a constitucionalidade dos projetos de lei autorizativa, mas também a busca de uma medida legislativa que permita possivelmente descontinuar sua adoção.

Ao abordar esse tema, é necessário recordar que o Senado Federal, atualmente, segue orientação contida no Parecer nº 527, de 1998-CCJ, aprovado pelo Plenário em 12 de novembro de 1998, cujo relator foi o Senador Josaphat Marinho, que conclui pela admissibilidade das leis autorizativas, consignando as seguintes respostas às questões então formuladas:

1) Quanto à natureza jurídica do projeto de lei autorizativa, trata-se de projeto de lei como qualquer outro, com a peculiaridade de ser autorizativo e não imposto.

2) Positivamente, todo e qualquer projeto de lei autorizativa tem por escopo conceder autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa, sem contradição, em face dos motivos já expostos.

3) Obviamente, esse tipo de lei é possível de sanção. Nada exclui de sanção nem de veto.

4) Quanto à promulgação, e conforme o previsto no art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

5) Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, e pelos motivos expostos, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição.

6) Pelos fundamentos já enunciados, não há, em princípio, vício de iniciativa. Cumpre, entretanto, observar que o Supremo Tribunal Federal tem Súmula nº 5, asseverando que “a sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo”.

7) O efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. Os Poderes são autônomos, porém, harmônicos, o que permite procedimento conjugado.

Outro, porém, é o entendimento adotado na Câmara dos Deputados, cuja Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) entende serem inconstitucionais os projetos de lei autorizativa. Nesse, sentido, foi inclusive editada a Súmula de Jurisprudência nº 1, da CCJC, nos seguintes termos:

SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA 1 – PROJETOS AUTORIZATIVOS

1. Entendimento:

1.1. Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar de-

terminada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional.

1.2. Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que dispõe sobre a criação de estabelecimento de ensino é inconstitucional. Fundamento: § 1º do art. 61 da Constituição Federal e § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno.

2. Fundamento:

2.1. § 1º do art. 61 da Constituição Federal

2.2. § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno

Essa divergência entre as Casas do Congresso Nacional não se mostra salutar, nem contribui para a eficiência dos trabalhos parlamentares. Afinal, ainda que eventualmente venha a ser aprovado pelo Senado Federal projeto de lei autorizativa, seu destino provável na Câmara dos Deputados será o arquivamento.

É, portanto, de todo conveniente que a questão seja reexaminada por esta Comissão, instada que foi pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Para tanto, é preciso logo definir de que lei autorizativa trata a consulta formulada. Isso porque, parece-nos, há pelo menos dois tipos de leis chamadas autorizativas, e cada uma delas merece abordagem e conclusão distinta.

Nesse sentido, o eminente constitucionalista José Afonso da Silva prossegue em seu raciocínio, caracterizando esse tipo de lei como, em geral, de iniciativa do Poder Executivo, que a solicita ao Poder Legislativo, visando a afastar um obstáculo ao exercício de competência própria, que somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa (p. 332). Especificamente sobre esse tipo de lei autorizativa, estamos de acordo com o Parecer nº 527, de 1998-CCJ, no sentido de que há legitimidade constitucional e jurídica em sua utilização, respeitadas as regras de reserva de iniciativa previstas na Constituição.

Há, porém, outro tipo de leis a que se convencionou denominar autorizativas que suscitam maior controvérsia e que constituem o objeto da consulta formulada à CCJ. Elas se originam de proposições de iniciativa parlamentar que visam a conceder ao chefe do Poder Executivo autorização para que pratique atos inseridos no âmbito de sua competência constitucional. Na prática, essas leis situam-se no campo temático daquelas cuja iniciativa foi reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal, valendo-se o Legislativo, porém, do expediente de autorizar, em vez de determinar. Cumpre-nos perquirir, então, a constitucionalidade desse tipo de lei autorizativa.

Surge, então, a iniciativa reservada, quando a Constituição outorga a iniciativa da legislação sobre certas matérias, privativamente, a autoridades ou órgãos determinados. Trata-se, portanto, de resguardar a esse titular a decisão de propor direito novo em as-

suntos que lhe sejam confiados ou nos quais tenha interesse preponderante. Nesse sentido é que, entre outras hipóteses de iniciativa reservada, a Constituição Federal dispõe que caberá somente ao Presidente da República a iniciativa de leis sobre os temas que relaciona no § 1º do art. 61 da Constituição Federal.

Pode-se verificar que as hipóteses apresentadas tratam, principalmente, da estruturação e organização das Forças Armadas e da Administração Pública. Isso se justifica não só porque o Presidente da República exerce a direção superior da Administração Federal e o comando supremo das Forças Armadas (art. 84, incisos II e XIII, CF), mas também porque se encontra em posição privilegiada para aquilatar as necessidades públicas e, a partir disso, configurar a estrutura adequada para atendê-las.

Aqui, é preciso retomar a reflexão sobre o instituto da iniciativa reservada. Para melhor compreendê-lo, é possível identificarmos pelo menos três escolhas que são colocadas à disposição de seu titular, ao propor um projeto de lei: 1º) qual a matéria que deverá ser regulada; 2º) em que momento ou em que oportunidade isso deverá ocorrer; e 3º) de que modo propõe que essa matéria seja juridicamente disciplinada.

Então, torna-se claro que as leis autorizativas que tratam de matéria de competência reservada a outro Poder não podem ser admitidas, na medida em que tal reserva implica a separação de determinados conteúdos para disciplina em lei originada de projeto de iniciativa de determinado órgão ou pessoa. Não importa de que maneira esse conteúdo é tratado, se de modo impositivo ou cogente, se como autorização ou como dever.

A situação assemelha-se à discussão sobre se a sanção do projeto supre ou não o vício de iniciativa. De 1963 até 1974, teve aplicação a Súmula nº 5, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anunciava ser possível tal suprimimento. Contudo, no julgamento da Representação nº 890, ocorrido em 27 de março de 1974, ficou consignado que aquela Súmula somente poderia ser aplicável na vigência da Constituição Federal de 1946, não o sendo mais, porém, em face da Constituição de 1967, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

Mais recentemente, já na vigência da Constituição de 1988, o STF reiterou a insubsistência da Súmula nº 5 perante a nova ordem constitucional, conforme se verifica na ementa do acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 1.381 – Medida Cautelar (relator Ministro Celso de Mello, julgamento em 07/12/1995).

Nesse sentido, porém, observa-se que o Regimento Interno do Senado Federal não dispõe, na atu-

alidade, de instrumento que permita ao parlamentar sugerir a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva. Esse é exatamente um dos objetivos da proposição denominada de indicação no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 113, I).

Ao relatarmos o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 74, de 2009, propusemos – por meio de substitutivo – que essa modalidade de proposição fosse também admitida no Senado Federal, com o que acreditamos estará superada a necessidade de projetos de lei autorizativa em matérias de iniciativa reservada ao Poder Executivo.

A propósito, tivemos ainda o cuidado de inserir regras de transição, art. 2º substitutivo, segundo o qual os pareceres dos atuais projetos de lei autorizativa poderão concluir pela apresentação de requerimentos de indicação, consignando-se de autoria do projeto dela originário.

Dessa forma o nosso voto diz o seguinte:

Pelo exposto, voto no sentido de que a consulta formulada pela Comissão De Educação, Cultura e Esporte, por intermédio do requerimento nº 3, de 2011, seja respondida nos seguintes termos:

1. Devem ser declarados inconstitucionais projeto de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse poder.

2. Cumpre informar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, em 6 de abril de 2011, substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal a hipótese de indicação que visa a sugerir outro Poder a adoção de providência. A realização de ato administrativo ou de gestão ou envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. O substitutivo contém regra de transição que permite a formulação de requerimento de indicação como conclusão aos pareceres dos projetos de lei autorizativos em curso. A matéria, contudo, ainda se encontra em tramitação na Casa.

Dessa forma, esse é o nosso relatório, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de parabenizar o Senador Randolfe, por ter encontrado essa forma que resolve um problema que é largo na história do Parlamento brasileiro e do Senado.

Muitos, para superarem o fato de que a Constituição não permite ao Senador, ao Parlamentar, apresentar projeto que aumente despesa, encontra esse subterfúgio que nada mais é do que um requerimento. Então, autoriza o Senhor Presidente da República a abrir uma universidade no Estado de Goiás, ou na Paraíba, ou no Rio de Janeiro. Ora, o Presidente da República já tem autorização constitucional para fazer isso. Então, o processo vai para a Câmara, vem para o Senado, tem toda aquela perlonga, as vezes recebe emenda, volta para a Câmara. E aí chega ao Presidente da República quase sempre para veto por inconstitucionalidade, quase sempre vetado por inconstitucionalidade. Ou se sancionado, apenas cancelam a demagogia. Por quê? Porque não tem nenhum efeito.

Então, vejo que o Senador Randolfe dá o parecer para declarar tais medidas inconstitucionais e, creio, pelo que vi ontem à noite no seu relatório, que transforma inclusive em requerimento, que nada mais é do que requerimento. Então, em vez de autorizar o Presidente a fazer o que o Presidente está autorizado, no caso a Presidente, olha muito mais fácil apresentar um requerimento: “Requeiro a V. Ex^a que verifique a possibilidade de se criar uma universidade, um polo da universidade no local x”. Muito bem, resolveu o problema político dele.

Agora, já chega mos a ter aqui, quando cheguei no Senado, algo em torno de 10% a 15% de todas as matérias legislativas que eram propostas.

Então, é algo absurdamente enorme, provoca uma celeuma, e que sempre houve resistência do próprio Parlamento em não se utilizar desse tipo de instrumento. Então, resolve, por quê? Porque já entra o Presidente da CCJ recebendo, ou o Presidente da Casa já diz: “É inconstitucional, não vai ter prosseguimento”. Transforma-se em requerimento, muito bem. Resolve o problema político do Senador. E nós não ficamos aqui com essa quantidade enorme de processos tramitando sem nenhum valor, porque, se tivesse alguma serventia, algum valor, muito bem. Não tendo, paciência.

Então, parabéns ao Senador Randolfe. Acho que é uma providência que nós devemos adotar. Adotada pela CCJ essa providência, vamos resolver de vez o problema. E não há nada melhor do que uma atitude produtiva como esta, em que um simples despacho resolve milhares de pendências.

Parabéns ao Senador Randolfe e a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero dar parabéns ao Senador Randolfe porque, como o Senador Demóstenes explicou tão bem, traduziu tão bem, é realmente muito engenhosa a forma que ele colocou, que vai permitir a todos uma participação muito mais ativa, além de desburocratizar uma participação de verdade. Então, está de parabéns o Senador Randolfe por mais este brilhante relatório, no que ele vem se distinguindo em todas as ocasiões em que se coloca.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para dizer que este tema de que trata o Senador Randolfe, mais uma vez trazendo luz a esta Comissão, vem sendo objeto de discussões paralelas de inúmeros Senadores que se incomodam com esse volume de matérias aqui discutidas e debatidas e absolutamente inócuas no seu final, mesmo quando aprovadas.

Na verdade, a iniciativa do Senador Randolfe traz ao Senado Federal aquilo que a Câmara dos Deputados já praticava, e vem praticando, com muito êxito, desburocratizando e, na verdade, aliviando a pauta das comissões e, eventualmente, até mesmo do plenário.

Então, apenas para cumprimentar o Senador Randolfe, porque traz em bom momento esta proposta, que facilitará e permitirá a agilização dos trabalhos desta Comissão, porque nós nos deteremos a temas, aí sim, que tenham repercussão na vida da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

Em votação o relatório do Senador Randolfe Rodrigues.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Subcomissão de Reforma Administrativa

da Comissão de Constituição e Justiça realizou ontem a reunião que deveria ser conclusiva, para atender ao prazo de 90 dias. Aconteceu que o Senador Ricardo Ferraço apresentou o seu relatório e foi pedido vista pelo Senador Benedito de Lira. Era a reapresentação do seu relatório, mas, dada a complexidade, S. Ex^a pediu vista de 48 horas.

Nós precisamos, portanto, ter alguns dias a mais para que a Comissão conclua os seus trabalhos. Então, proponho que o prazo de sete dias adicionais seja considerado.

E gostaria de informar que foi marcada para amanhã, às 14 horas, a reunião conclusiva para apreciação e votação do relatório final. Então, muito provavelmente, concluiremos amanhã.

Apresento este requerimento de prorrogação por mais sete dias, para dar uma margem, mas a previsão é de concluirmos o relatório amanhã e o entregarmos ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a prorrogação por mais sete dias do prazo da Subcomissão de Reforma Administrativa permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Srs. Senadores, pediria a autorização de V. Ex^{as} para encerrar a reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, tenho um requerimento a fazer, tendo em conta a aprovação, na Bolívia, de norma que permite que veículos brasileiros, ou do mundo todo, que lá cheguem sejam documentados. Fiz um requerimento e gostaria de fazer a leitura dele, se V. Ex^a me permitir. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados a esta Comissão de Constituição e Justiça os Ministros de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para prestarem esclarecimentos sobre o decreto presidencial do governo da Bolívia que legaliza veículos automotores de origem desconhecida, medida esta que alcança os carros roubados no Brasil e que são utilizados como moeda de troca no tráfico de entorpecentes e armas oriundos naquele país.

Nós todos sabemos que não podemos fazer qualquer influência no decreto do Presidente da Bolívia; ele tem soberania para isso. Mas nós, como vivemos

num Estado constitucional cooperativo, podemos fazer gestões para que isso se modifique.

Justificação

A imprensa tem noticiado, com protestos, sobre o decreto do Presidente da Bolívia, Evo Morales, que legaliza os carros sem documentos naquele país. A Lei nº 133, de 8 de junho de 2011, oriunda do decreto presidencial é conhecida como Lei de Regulação e Saneamento Veicular. A decisão do presidente, segundo noticiado, baseia-se na sua convicção, declarada na mídia, de que todos têm direito a um carro e que, na sua maioria, são carros baratos comprados por pessoas pobres. [Esse é o argumento.]

Pretende aquele governo fazer, dessa forma, uma grande arrecadação vez que, com o custo da regularização, o receptor estará legalizando o seu carro. Ocorre que os carros não são baratos, por se tratar de carros populares; ao contrário, tem-se notícia de que os carros lá negociados são caros e novos, e os baixos preços de sua comercialização decorrem de sua origem criminosa. [É lógico que existem exceções; não podemos generalizar aqui, Sr. Presidente.] São veículos, na sua maioria, roubados no Chile e no Brasil e levados para a Bolívia, onde são trocados por drogas e armamentos que vão municiar os traficantes brasileiros.

A adoção encoraja um complexo de atividades ilícitas, além do próprio roubo de veículos. O incentivo legal boliviano ao crime é preocupante, tem repercussões perigosas e merece providência adequada não só do Brasil como dos organismos internacionais e, em especial, do Mercosul.

O prazo estipulado para inscrição dos veículos, em vista da malsinada legalização, é de 15 dias e, até agora, desconhecemos atitude do Governo brasileiro no sentido de repúdio à medida legislativa boliviana ou de providências para a repatriação dos carros roubados.

Sr. Presidente, eu represento o Estado de Mato Grosso, que tem mais de 700 Km de fronteira seca com a Bolívia. Nós todos respeitamos os bolivianos. Devemos incrementar os negócios com a Bolívia, devemos nos voltar para o oeste. Ali existem mais de 40 milhões de pessoas. Os produtos brasileiros devem sair por ali, para chegar a atingir os mercados chineses, notadamente pelo porto de Iquique, no Chile. Isso é muito importante. A cultura dos povos andinos deve ser valorizada. Aliás, essa é uma determinação do art. 4º, parágrafo único, da Constituição da República.

Nós todos sabemos que a Associação Latino-americana de Livre Comércio se inicia em 1958; conhecemos a necessidade de que esse comércio seja incrementado. No entanto, Sr. Presidente, isso está

trazendo problemas sociais à República Federativa do Brasil, e nós temos que tomar uma providência.

Dessa feita, faço este requerimento e coloco sob a determinação de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu queria, se V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, Senador Pedro Taques. V. Ex^a fez um requerimento de convite?

Estou de pleno acordo com a sua iniciativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É convite.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – É convite, muito bem. Era só para esclarecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a pode colocar em discussão e votação ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – De acordo com o procedimento adotado pelo Presidente, os requerimentos são apresentados e votados na reunião seguinte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas, pela importância deste requerimento, será que nós não poderíamos quebrar o interstício?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Dornelles, pato novo não mergulha fundo. (Risos.)

De modo que, aqui, o interino não muda as regras do efetivo.

Por favor, pediria a V. Ex^a que seguissemos esse procedimento adotado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, eu gostaria apenas de endossar e dizer que já fiz várias críticas aqui aos procedimentos do Estado boliviano, quando tungaram, por exemplo, a Petrobras, e nós fomos extremamente condescendentes; quando quebraram o contrato de fornecimento de gás, e também nós fomos condescendentes. Agora, isto aí é inimaginável: legalizar os veículos roubados e furtados no Brasil. Porque, além do ato que constrange o direito internacional, nós temos que lembrar que muitos desses automóveis levados para lá deixam para trás pessoas mortas, portadoras de necessidades especiais para o resto da vida, estuprados. Então, é uma indecência, uma imoralidade. O Estado brasileiro tem que reagir.

Com a argumentação do Presidente da Bolívia, de que todo boliviano deve ter um carro eu concordo perfeitamente, mas não à custa de assaltos praticados no território brasileiro. Então, acho que essa é uma questão que o Governo brasileiro tem deixado passar e, mais uma vez, pela questão da ideologia, a tolerância com os Estados que têm, de certa forma, familiari-

dade com a ideologia praticada pelo Estado brasileiro. Mas aí não. Neste caso, acho que não temos que ter tolerância de forma alguma.

Concordo com o requerimento do Senador Pedro Taques. Inclusive, deveria ser convocação porque, caso os Ministros se recusassem a vir, nós deveríamos obrigá-los a vir, porque é uma prerrogativa nossa dada pela Constituição. Mas, como não está no Regimento essa história de votar na semana seguinte, porém foi adotada como praxe, eu respeito. Mas acho que, se pudéssemos votar hoje, devido à urgência dessa medida, inclusive de se criar, no Brasil, um espírito para rebater esse tipo de coisa, eu gostaria que fosse votado. Mas respeito a opinião de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar o Senador Pedro Taques pelo requerimento e, na próxima reunião, estará em pauta, e inclusive terá o meu voto e todo o meu apoio.

Queria dizer aos Srs. Senadores que os relatores das próximas propostas estão ausentes. Tratando-se de matéria altamente importante, eu não gostaria de votar com a ausência dos relatores. Portanto, pediria autorização dos senhores para encerrar a reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E, 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 16 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NO AUDITÓRIO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (INTERLEGIS), DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos, do dezesseis de junho de dois mil e onze, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães (Interlegis) do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, com a presença dos Senadores Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Ivo Cassol, José Pimentel, Pedro Taques, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka e Walter Pinheiro e da Senadora Ana Amélia, reúnem-se as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de

Assuntos Econômicos, de Educação, Cultura e Esporte, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Lobão Filho, José Agripino, João Vicente Claudino, Wellington Dias, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Paulo Bauer, João Pedro, Vicentinho Alves, Wilson Santiago, Sérgio Souza, Paulo Davim e Ciro Nogueira e as Senadoras Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Marinor Brito, Angela Portela, Ana Rita, Marisa Serano, Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu. Justifica ausência o Senador Vital do Rêgo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Braga) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM CONJUNTO CCJ, CCT, CAE, CE e CMA** destinada a debater o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2010** Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Paulo Bornhausen. **Relatoria na CCJ:** Senador Eunício Oliveira. Em 01/07/2010, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Adelmir Santana. Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 20, de 2011 – CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira; Requerimento nº 15 e 24, de 2011 – CCT; Requerimento nº 12 e 38, de 2011 – CAE; Requerimento nº 14, de 2011 – CE e Requerimento nº 13, de 2011 – CMA. **CONVIDADOS: 1º BLOCO: Manoel Rangel**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE; **João Carlos Saad**, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; **Luciana Ferri Sobrosa de Mello**, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; **Marcos Alberto Sant’anna Bitelli**, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; **Francisco Mistrorigo**, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV.

2º BLOCO: Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; **Evandro Guimarães**, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – **ABERT – Organizações GLOBO**; **Daniel Pimentel Slaviero**, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – **ABERT – SBT**; **Marcio Novaes**, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – **ABERT – Record**; **José Francisco de Araujo Lima Neto**, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – **ABTA**; **Eduardo Levy Cardoso Moreira**, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – **TELEBRASIL**. Usam da palavra os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Braga) declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e sete minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de audiência pública conjunta com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui representada pelo seu Presidente, Senador Eunício Oliveira, e por Senadores que compõem a nossa Comissão de Constituição e Justiça; com a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui representada pelos seus Senadores e também pelo seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral; com a 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; com a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza hoje, dia 16 de junho de 2011, com objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de

1997, e dá outras providências, em cumprimento aos Requerimentos nº 15 e 24 de 2011, da CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, bem como ao Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros, aos Requerimentos nº 12 e 38, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e outros Senadores, ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Roberto Requião e outros, e ao Requerimento nº 13, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, todos eles aprovados.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Sras. e Srs. Senadores, informo que esta audiência pública se dará no formato de videoconferência, por meio do Sistema Interlegis, do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembleias Legislativas de todo o Brasil com os Senadores das comissões, para a elaboração de questionamentos aos convidados, e vídeo *streaming*, transmissão pela Internet, bastando, para isso, acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas dos Ex^{mos} Srs. Deputados Estaduais e Distritais, por meio do e-mail plc1162010@senado.gov.br.

Aqui, cabe um esclarecimento: é óbvio que essas perguntas serão encaminhadas a todos os Srs. Senadores - Senador Rodrigo Rollemberg, por favor, para compor a mesa – e todas essas perguntas serão encaminhadas não só aos Srs. Senadores, mas também aos senhores palestrantes, para que, pelo meio próprio, a Internet, possam responder à participação de todos.

É uma experiência nova que estamos fazendo: a ampliação da audiência pública por um sistema novo, uma nova plataforma. Aliás, a intenção do debate desse projeto pelo Senado da República, pelas suas diversas comissões, é exatamente ampliar a formação do juízo de valor por parte dos Srs. Senadores sobre um projeto que visa não só regular a democratização dos investimentos e do mercado de TV a cabo, bem como a ampliação da rede de fibra ótica e de banda larga no Brasil.

Pelo que estava previsto, quero passar a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para o posicionamento de abertura desta audiência pública, para que, em seguida,

possamos passar a palavra aos demais Presidentes e irmos à participação dos palestrantes.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, Senador, Presidente Eduardo Braga.

Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, aos nossos palestrantes de hoje, aos que vieram aqui participar desta audiência pública.

Quero ser extremamente breve. A nossa posição é muito clara em relação a esta audiência pública. Quando aprovamos o requerimento para que acontecesse esta audiência pública, a intenção era – e é, continua sendo – ouvir os senhores. O nosso objetivo aqui, como Presidentes e como relatores da matéria, é ouvir todos aqueles que têm interesse na aprovação ou na rejeição ou nos questionamentos do PLC nº 116. O objetivo aqui, como já disse, é fundamental para que possamos fazer um juízo de valor, para que possamos aprovar um projeto que não seja um projeto que tenha outro objetivo que não o de criar um ambiente competitivo em benefício do consumidor dos serviços audiovisuais, de criar um ambiente propício ao ambiente privado nas atividades das duas camadas e de criar também e ouvir aqui novos atores, especialmente programadores brasileiros voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias comprometidas com a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro.

Portanto, meu Presidente Eduardo Braga, o objetivo aqui, pelo menos no que se refere à Comissão de Constituição e Justiça e a essa relatoria, é falar praticamente nada e ouvir muito, para saber como vamos formar um juízo de valor em relação ao relatório final que será apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Agradecendo o nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que, além de Senador e ex-Deputado Federal, grande representante do Estado do Ceará, foi Ministro das Comunicações do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer uso da palavra pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e todos que nos honram com a sua presença, de forma especial,

os nossos convidados que ocupam cargos estratégicos para esse debate e que têm uma contribuição enorme a dar.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Presidente Eduardo Braga, por essa inovação de podermos fazer uma audiência pública de uma comissão aqui, no Interlegis, com a participação de diversas Assembleias Legislativas, amplificando o debate sobre um tema da maior importância – eu diria o de maior importância – no que se refere à regulamentação do setor de comunicações no Brasil, que tramita no Senado Federal.

Portanto, quero desejar um ótimo debate. Faremos as nossas considerações de mérito após ouvir os nossos palestrantes.

Mas quero cumprimentar V. Ex^a pela inovação que devemos reproduzir muitas vezes nas audiências públicas, amplificando os debates produzidos pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga; o Presidente da CCJ, Senador Eunício; o Presidente da CNA, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimento os demais Senadores, Senadoras, convidados, dizendo que estamos muito contentes porque hoje estamos diante de um evento inusitado no Senado Federal. São três Comissões reunidas numa audiência pública, mostrando a importância da discussão do PLC nº 116, e, ao mesmo tempo, também, sendo acompanhada pelas assembleias legislativas. Acho que o Interlegis tem esse mérito, e o Senado pouco usa o Interlegis, principalmente para fazer essa comunicação direta com os Estados. E estou vendo no telão que a assembleia do meu Estado é uma das primeiras que está aí nos acompanhando, o Mato Grosso do Sul. Quero aproveitar para cumprimentar os Deputados e, especialmente o Presidente Jerson Domingos. Está na tela o Mato Grosso do Sul, sinal de que a turma está atenta, especialmente nesse assunto que é fundamental para o Brasil.

Ao mesmo tempo... Agora eles estão reclamando. O Eunício perdeu a oportunidade também. O Amazonas, idem, com o Eduardo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir um aparte só para mandar um abraço aos meus conterrâneos do Ceará. que estão nos vendo ali.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Aproveito para cumprimentar também São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Piauí, Ceará e, especialmente, o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Não vou me estender porque hoje temos aqui uma série de palestrantes – o importante é ouvi-los; mais do que nunca, esse é o nosso objetivo –, mas quero dizer que essa bola já vem quicando na área do Congresso há algum tempo. Estamos discutindo esse PLC, da Câmara, mas existe, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, estão aqui a Adriana e o Gonzaga e equipe, e isso já foi motivo de uma discussão intensa na Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive com a elaboração de projetos pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves, que hoje está no Ministério da Previdência. Portanto, é um tema palpitante, é um tema que, mais do que nunca, nos preocupa para qualificar o debate e buscar aquelas soluções que são boas para o Brasil, dando tranquilidade também para um setor fundamental, que é setor de televisão, de telefonia, de TV a cabo.

Portanto, quero agradecer muito por esta audiência. Vou ter de me retirar por alguns minutos, porque está tudo acontecendo, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Agricultura, audiência em Ministérios, e eu convido o Senador Walter Pinheiro a ocupar o meu lugar, um homem experiente, uma pessoa que conhece profundamente o tema que está sendo discutido.

Convido, se V. Ex^a permite, Senador Eduardo Braga, meu Presidente, a presença aqui, substituindo-me de uma maneira muito mais competente e qualificada, do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço pela participação do nosso Senador Delcídio do Amaral, convidando, portanto, o Senador Roberto Requião para fazer uso da palavra.

Gostaria apenas de confirmar com as assembleias legislativas que nos assistem neste momento se estão interagindo conosco. Se estiverem, o sobrinho do nosso Senador Eunício Oliveira, o Deputado Estadual Daniel Oliveira, que está nos assistindo lá do Ceará, eu gostaria que ele pudesse, portanto, confirmar se está nos ouvindo aí no Ceará.

A SRA. MIRIAN SOBREIRA – Bom dia a todos. Nós estamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, que é presidida pela Deputada Mirian Sobreira, que vos fala, e dizer que estamos interagindo, estamos aqui com a equipe de comunicação para ouvir todas as palestras e participar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Como pretendíamos, está absolutamente confirmado que há a interatividade com

todas as assembleias. Feita essa colocação, passo a palavra ao nosso Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, para fazer uso da palavra na abertura dos trabalhos, e convido o Senador Walter Pinheiro para representar aqui a Comissão de Assuntos Econômicos, por solicitação de seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Na verdade, este deve ser o debate derradeiro, porque, nos últimos dez anos, a Comissão de Educação realizou doze audiências sobre o mesmo tema, projeto da Deputada Jandira, do Senador Flexa Ribeiro, e há coisa de alguns dias fizemos também, no mesmo sentido, um debate com a presença das mesmas instituições. Mas as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura não haviam feito ainda o debate. Então, acedemos em participar, mais uma vez, dele.

A Comissão de Educação aqui fica representada também pelo Senador Walter Pinheiro, que foi o autor inicial da lei de regulamentação na Câmara Federal ainda e hoje é Senador da República. Um debate um pouco mais amplo, um público significativo, com as mesmas personalidades e as mesmas instituições. Mas vamos, então, a um debate que deve pôr um fim para que essa matéria vá ao plenário e possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema que já há dez anos ocupa espaços na Câmara Federal e no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Vamos, então, à participação dos senhores palestrantes.

Convido o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), para fazer uso da palavra por dez minutos, a partir da nossa tribuna.

Portanto, com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Gostaria de agradecer o convite feito pelos Senadores para participar desta audiência pública. Gostaria de cumprimentar os Senadores Roberto Requião, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Eunício Oliveira e Rodrigo Rollemberg e, em nome deles, cumprimentar os demais Senadores e demais presentes nesta audiência pública.

Gostaria, ainda, de parabenizar o Senado pela iniciativa de realizar uma audiência pública conjunta das cinco comissões e, ao mesmo tempo, fazer a interação com as assembleias legislativas dos Estados, permitindo, portanto, mais um episódio de ampla discussão sobre o novo marco regulatório da televisão por assinatura.

Como mencionava o Senador Roberto Requião, o tema vem em debate no Congresso Nacional e na

sociedade brasileira já há dez anos, e a razão principal deste debate é o fato de que estamos diante de um serviço, que é o serviço de televisão por assinatura, com baixíssima penetração no território brasileiro. A penetração do serviço de televisão por assinatura no Brasil é um dos menores do mundo e, na América do Sul, só é superior à penetração do serviço de televisão por assinatura na Bolívia. Esses números têm crescido. Hoje, a penetração do serviço no Brasil, em termos de domicílios com televisão, já chega a cerca de 20%. Esse crescimento se dá, de 2007 para cá, devido a um conjunto de transformações ocorridas no mercado, que permitiram a oferta do triple play e onde começou a haver mais competição pela entrega do serviço. Mas, ainda assim, a gente vive uma realidade, que é de escassez da presença do serviço, de baixa penetração nos domicílios com televisão, de altos preços praticados no Brasil, os preços são mais altos do que na maior parte dos países similares à realidade brasileira e com baixíssima penetração do conteúdo brasileiro e das empresas programadoras brasileiras no serviço de televisão por assinatura.

Portanto, essas são as razões centrais, ao lado das transformações provocadas pela convergência digital, que faz com que, neste momento, nós estejamos reunidos aqui para debater um novo marco regulatório para o serviço de televisão por assinatura que seja capaz de oferecer algumas respostas a essas questões e a esse quadro que já mencionei.

Temos, no Senado Federal, dois projetos em tramitação, o PLS 280, desde 2007, e o PLS 182, desde 2009, que é esse a que o Senador Delcídio Amaral se referia, que foi fruto do debate sobre marcos regulatórios na CAE. Como já foi mencionado aqui, foi realizado um conjunto de audiências públicas sobre o tema do marco regulatório e, em particular, sobre cinco que versavam sobre o marco regulatório da televisão por assinatura, três em 2007 e duas em 2010, especificamente as de 2010 já sobre o PLC 116.

Ao longo desses cinco anos, o cenário que o Congresso Nacional visualizou lá atrás se confirmou. O mercado construiu seu caminho à margem do marco regulatório, pelas brechas que encontrou no marco legal vigente, e ampliou distorções dentro da exploração do serviço.

Na Câmara dos Deputados, quando essa matéria começou a tramitar, foram apresentados quatro projetos sobre a atualização do marco regulatório da televisão por assinatura, que tramitaram apensados: o PL 29, do Deputado Paulo Bornhausen, que basicamente abria o mercado de televisão por assinatura para exploração das telefônicas e permitia a entrada do capital estrangeiro livremente – essa era a essência do projeto; o

projeto do Deputado Nelson Marchezelli, anteriormente apresentado pelo Deputado Luiz Piauhyllino, em 2004, estabelecendo parâmetros de proteção às empresas de comunicação brasileiras; o PL 332, de 2007, dos Deputados Paulo Teixeira, Walter Pinheiro e coautores, que fazia a abertura da cadeia de valor do serviço de televisão por assinatura e estabelecia parâmetros para sua regulação; e o PL 1.908, de 2007, do Deputado João Maia, que fixava procedimentos e critérios para promoção do conteúdo brasileiro da produção independente e da produção regional.

O PLC 116, que hoje está nesta Casa, é fruto da tramitação desses quatro projetos apensados e de uma tentativa de equilibrar as várias questões que os quatro projetos postulavam, procurando, portanto, um equilíbrio entre o conjunto dos agentes econômicos que atuam no setor e o interesse público: o interesse de ampliação dos serviços, o interesse de serviços entregues em melhores condições de competição, com preços mais baixos, com maior qualidade, com maior proteção das empresas brasileiras e maior presença do conteúdo brasileiro.

O primeiro grande nó que se apresentou foi como permitir a abertura das redes e a entrada de novos competidores, portanto, ampliando a oferta do serviço, ao mesmo tempo garantindo, nessa entrega do serviço, que nós não tivéssemos uma desnacionalização do conteúdo brasileiro e uma desnacionalização das empresas brasileiras de comunicação que atuam nesse segmento. Esse foi o grande nó que se apresentou. Ao lado dele, se apresentou o nó de como equilibrar a relação entre as empresas de telefonia, as empresas de telecomunicações e as empresas de comunicação. As empresas de comunicação foram sempre tratadas, historicamente, pelo País como um ativo estratégico, um ativo de extrema importância e que precisa ser preservado como capacidade do País ter capacidade de se projetar no mundo e ter espaço de soberania e de defesa dos seus interesses nacionais. Portanto, essa busca de um equilíbrio que administrasse essas tensões percorreu a tramitação do PLC 116 ao longo da sua trajetória.

Algumas questões foram sendo equacionadas. Em primeiro lugar se fixou, ainda no substitutivo da Comissão de Defesa Econômica da Câmara dos Deputados, o entendimento de que o serviço de televisão por assinatura deveria estar organizado, consagrado no marco regulatório em duas camadas: a camada de telecomunicações e a camada de audiovisuais, com regramentos distintos para cada uma dessas camadas, condicionantes distintos com atuação dos órgãos reguladores, a Ancine e a Anatel, sobre cada uma dessas duas camadas. Num segundo momento, se

consolidou a idéia de que é preciso se estabelecerem restrições à atuação das telefônicas na radiodifusão, na produção e na produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Procurou-se fixar elementos de proteção à manutenção das empresas brasileiras de comunicação no curso deste debate. Essa posição vai se prolongar até o final, sobrevive no PLC 116. E eu gostaria de compartilhar com vocês a convicção do Governo Federal de que esta questão é central no PLC 116, a defesa do conteúdo brasileiro, a defesa das empresas brasileiras de comunicação, a preservação do território da produção e da programação do conteúdo brasileiro como de restrita atuação das empresas brasileiras.

As camadas, portanto, do PLC, desde a Comissão de Defesa Econômica foram organizadas deste modo: as atividades focadas no conteúdo audiovisual, as atividades de produção e programação e empacotamento; basicamente, a lógica da organização e da agregação do conteúdo audiovisual nos seus diferentes níveis, obra audiovisual, canal de programação, pacote de canais e as atividades focadas em telecomunicações, as camadas de telecom, concentrando atividades de provimento e distribuição, condensadas em distribuição, traduzindo a comercialização de televisão paga e de outros serviços através de uma ou várias redes.

Ainda no substitutivo da comissão de defesa econômica, fixou-se restrição às telefônicas na contratação de talentos e eventos brasileiros como forma auxiliar da proteção de que o território da produção e programação de conteúdo brasileiro deve ser restrito, deve ser de única competência das empresas brasileiras de comunicação. Isso permanece no PLC 116 e permanece como território de convicção do Governo Federal de que essa é a melhor maneira de organizar o marco regulatório. Fixou-se a idéia de restringir a atuação de empresas de radiodifusão, como operadoras de telecomunicações; fixaram-se cotas definindo o mínimo de 50% de conteúdo nacional – isso no substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados remetendo ao Poder Executivo o disciplinamento da matéria por decreto em ação posterior.

Ainda na Câmara dos Deputados, na Comissão de Comunicação e Tecnologia, os principais pontos que foram sendo incorporados ao PLC 116, tal como ele está são: as cotas incidentes sobre atividades de programação, cerca de três horas semanais em determinados canais, os canais de espaço qualificado; construiu-se um fundo de fomento para conteúdos audiovisuais brasileiros, um fundo portanto com a possibilidade de potencializar a atuação das empresas brasileiras de comunicação e dos produtores independentes na entrega de conteúdo brasileiros; evoluiu-se para fixar as cotas na atividade de empacotamento, portanto, fixando

a necessidade de que hajam canais programados por empresas brasileiras com maioria de conteúdo brasileiro no interior dos canais programados pelas operadoras de pacotes; fixou-se a obrigatoriedade de mais um canal de jornalismo e se fixou a progressividade no cumprimento das cotas.

No novo lote que se estabeleceu a partir de 2008 na Comissão de Comunicação, passou a haver conflito em torno das cotas nos canais, empresas de radiodifusão, produtoras de conteúdo *versus* produtoras independentes, cuja solução foi estabelecer um equilíbrio permitindo que a cota fosse composta metade por conteúdo brasileiro, três horas e meia, metade obrigatoriamente sendo de produção independente, e o conflito em torno das cotas de programação das cotas dentro dos pacotes. Portanto, assegurando a discussão entre programadoras brasileiras estabelecidas e programadoras brasileiras que desejam entrar no *line up* das operadoras e que precisavam ter espaço assegurado para sua entrada. Esse foi outro conflito que se estabeleceu a partir desse momento.

Ainda nesse processo, o projeto vai à Comissão de Defesa do Consumidor, depois retorna à Comissão de Comunicação.

Durante essa tramitação, algumas questões que nós, da Agência Nacional do Cinema, como reguladores da camada de conteúdo audiovisual, considerávamos essenciais, acabaram se perdendo do processo de discussão. O primeiro elemento é a possibilidade de determinar poder de mercado significativo no âmbito da camada do audiovisual, que, como disse, é uma questão importante para organizar a competição. Outro: a oferta não discriminatória e em bases individuais de conteúdos audiovisuais e canais relevantes – questão importante para assegurar maior competição na camada audiovisual; impedimento de acordos de exclusividade também importante para assegurar maior competição na camada de audiovisual e viabilizar a entrada de novos programadores brasileiros na operação da televisão por assinatura. Essas questões acabaram se perdendo na tramitação do PLC 116.

O texto atual do projeto, texto que é o substitutivo aprovado na Comissão de Comunicação em dezembro de 2009, é fruto de acordo longamente costurado pelo Deputado Paulo Lustosa e uma comissão de Deputados pluripartidária. Esse substitutivo foi aprovado com apoio de todos os partidos na Comissão de Comunicação. E o texto foi terminativo nas comissões.

O texto herdou, da Comissão de Assuntos Econômicos, a regulação por camadas de atividades e a restrição a telefônicas na camada do conteúdo; herdou dos relatórios da Comissão de Comunicação as cotas nos canais, as cotas de canais brasileiros nos pacotes,

o fundo de fomento, o canal de jornalismo adicional no pacote e a progressividade na aplicação das cotas e deixou de fora a Internet, operou a simplificação na operação das cotas, estabeleceu que 30% do fundo de fomento deve ser aplicado na produção de conteúdo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estabeleceu um máximo de publicidade idêntico ao praticado nos canais abertos, estabeleceu proteção da publicidade feita no Brasil, algo estratégico também na defesa do mercado audiovisual brasileiro para empresas brasileiras, estabeleceu regras de transição mais bem equacionadas e fez divisão mais clara das atribuições dos dois órgãos reguladores na regulação do serviço, a relação entre a Ancine a Anatel na regulação dos serviços de transmissão de televisão por assinatura.

Entendemos que é decisivo o PLC 116; ele é a melhor resposta construída até o momento à realidade de convergência digital e a realidade das transformações ocorridas nesse mercado. Até o momento, ele é a melhor resposta oferecida à necessidade de ampliar a competição na camada de telecomunicações e na camada de audiovisual; ele é até o momento a melhor resposta oferecida para ampliar oferta do serviço e criar condições para redução do preço, melhoria da qualidade e maior penetração do serviço de televisão por assinatura nos domicílios com televisão no Brasil. O PLC 116 é perfeito? O PLC 116 atende aos objetivos de todos aqueles que atuaram em torno dele? O PLC 116 responde a todas as questões postas? Não, não responde. Entretanto, ele é fruto do acordo construído no processo tortuoso da democracia, no processo do debate intenso realizado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na sociedade brasileira em busca da pactuação de um caminho.

Eu diria que estão todos insatisfeitos e todos satisfeitos em algum grau. Há equilíbrio entre o grau de satisfação e o grau de insatisfação, mas há uma convicção: sem a transformação do marco regulatório, não temos a segurança jurídica necessária para a reorganização desse mercado e para romper as barreiras de entrada que estão fixadas tanto para mais competidores na entrega do serviço quanto com mais competidores na entrega da programação audiovisual, principalmente no quadro que temos hoje de prestação de serviço, o conteúdo brasileiro e as empresas de comunicação brasileiras são as mais atingidas porque são as que têm menos condição para sua presença na grade da televisão por assinatura ocupada majoritariamente, centralmente pela produção estrangeira. Em termos de filmes e obras seriadas é de 1% o percentual de produção brasileira presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Manoel, apenas para avisá-lo que V. Ex^a já está há quinze minutos na tribuna.

O SR. MANOEL RANGEL – Vou concluir, Eduardo. Já concluo, Senador.

Portanto, meus amigos, o que eu gostaria apenas de fixar é que nesse processo do PLC nº 116 nós temos a promoção do aumento do acesso à diversidade cultural mundial e brasileira, nós temos a possibilidade de ampliar a condição de oferta de empregos qualificados e o fortalecimento do Brasil enquanto produtor audiovisual de relevância mundial.

Eu gostaria de concluir dizendo que a experiência de assegurar o mercado brasileiro para as empresas brasileiras e para a produção brasileira é algo que já é praticado ao redor do mundo, no conjunto dos países europeus, no Canadá, na Austrália, na Coreia. Portanto, fixando uma experiência que é a experiência que pode surtir melhores efeitos na promoção do conteúdo nacional, na defesa das empresas brasileiras e, portanto, na capacidade de o Brasil produzir a sua própria imagem.

Muito obrigado. Desculpe-me, Senador Eduardo Braga, por ter ultrapassado meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Dr. Manoel Rangel, pela sua participação, informando aos Srs. Senadores que todas as apresentações estão disponibilizadas aos Srs. Senadores nas pastas que estão sendo entregues aos Senadores.

Chamo, para sua participação, o Dr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, lembrando ao Dr. João Carlos Saad que teremos, portanto, uma participação por dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra o Dr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu queria água, antes de começar o tempo.

Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, Senador e nosso ex-Ministro Eunício Oliveira. Obrigado pelo convite.

Em nome da Abra, eu queria fazer algumas considerações sobre o projeto.

Eu pediria que fosse passando nossa apresentação. Nossa apresentação está sendo distribuída, de tal forma que eu não vou ficar preso à apresentação. Eu queria começar pela democracia, porque eu acho que ela está baseada na pluralidade. Na medida em que não ocorra a pluralidade, a democracia não ocorre. Na medida em que exista só uma pessoa podendo falar ou só um canal podendo existir, não tem como

ter essa pluralidade. Esse decreto não permite isso. A gente escutando aqui o Presidente da Ancine, a gente pensa que permite, mas não permite. Existe uma diferença entre o básico e os canais à *la carte* lá em cima, quando você tem que pagar mais cem reais, mais cento e poucos reais para você ter acesso a outro canal.

Para você ter o canal de jornalismo, no básico, com acesso hoje a praticamente onze milhões de pessoas, e o seu à *la carte* pode estar com cem mil, duzentos mil, um milhão. Não são bases de competição iguais.

Então, essa afirmação, na minha opinião, não é correta.

Nós mantivemos no projeto o porteiro. A empresa privada tem direito de não deixar os canais entrarem. E isso ocorre hoje no mercado e, do jeito que está o PL, continuará ocorrendo e será ainda amplificado, porque as teles também terão o direito de fazer isso. Elas terão o direito de dizer quem entra e quem não entra. Então, nós não resolvemos o problema da TV por assinatura que existe desde o seu nascimento. Isso não foi resolvido.

O terceiro problema, eu separei mais ou menos uns dez itens.

Nós temos nesse projeto uma coisa muito divertida. Ele tem teto para canal brasileiro. Ele não tem negociação com canal brasileiro. Ele tem teto. Não tenho nada contra os canais estrangeiros, mas ele teto para o brasileiro. A gente encontra isso no art. 17.

Não existem salvaguardas para concentração. Então, um mesmo grupo pode produzir tudo que quiser. Nós fizemos propostas de que limitem aos grupos de produção tetos para isso: que seja vinte por cento, vinte e poucos por cento, para que não fique na mão de uma empresa só.

Ele tem um negócio que é absolutamente insano e inconstitucional: ele proíbe os radiodifusores de fazer telecomunicações. Eu não posso fazer. Só se eu for estrangeiro. Se eu for estrangeiro, eu posso fazer telecomunicações, posso fazer banda larga, fazer telefonia e fazer TV a cabo. Se eu não for, eu não posso. Procurem lá no art. 37, está lá essa beleza.

Aliás, esse projeto – eu, de vez em quando, falo com o Senador Walter Pinheiro –, ele começou como um bebê bonito. A Bandeirantes apoiou esse projeto, fez vários debates, canais livres, dois deles, e ele acabou virando o Bebê de Rosemary. Nesse projeto, não existe nenhuma preocupação com banda larga. Do jeito que ele está, estaremos perpetuando um monopólio só nas mãos das teles fixas. Nós não teremos outro tipo de correção.

Dentro desse projeto, nos arts. 32, 1, 21, 12, 13, não existe o *must carry* para a televisão aberta. Ele só existe para a televisão analógica. Há lá uma brin-

cadeirinha: está escrito “analógica”, mas não está no digital. Nós sabemos que a televisão brasileira, num determinado momento, vai desaparecer como analógica, mas não será mais carregada. Ela terá que pagar às teles para que isso seja feito.

São as pegadinhas que têm aí.

Ele tem lá uma sessão gratuita da programação das televisões. Ele condena as televisões brasileiras a dar suas programações. Não poderão comercializar. Elas não poderão cobrar. Elas serão obrigadas a dar gratuitamente.

Nós já damos. As televisões abertas dão ao povo brasileiro, gratuitamente. Mas fica estranho você dar de graça, e o cara que recebe de graça vai lá e vende para o assinante.

Nós temos cotas horizontais de produção de tal forma que elas invadem todos os canais. Imagina você fazer uma obra, construir uma marca e, de repente, você é obrigado a exibir uma obra que você pode não querer aquela obra.

Então, acho que isso não é uma coisa boa, não é uma coisa democrática. Nós deveríamos, ao contrário estimular a produção independente, estimular com uma série de incentivos à nossa produção nacional e estimular canais independentes e que as programadoras, mesmo as internacionais, sejam também empurradas a fazer isso. Mas sejam estimuladas, não obrigadas. Porque, senão, é uma coisa não consentida – não é verdade?

Nesse projeto, não existe limitação de publicidade. A televisão paga passa a ser tratada, está tratada como televisão aberta. Então, hoje a gente está entupido de comercial na TV paga; hoje a gente está entupido de canais que vendem relógios – eu não sei que tantos mil relógios que eles vendem lá. E você é obrigado a ver por aquilo que você pagou, mas não recebeu. Ele não trata de nada disso.

Na Ancine, a gente coloca a Ancine, gerando um monte de obrigações de produção. Quando você começa a estudar aquilo, você percebe que, na prática, vai ser difícil de as empresas conseguirem cumprir. O que vai acontecer? Você vai gerar um passivo. Esse passivo dá direito à Ancine de suspender, cassar, sei lá o quê. Nós teremos o quê? Nós teremos de uma forma indireta sutil e inteligente – e, por isso, parabenizo o nosso Manoel – um controle. Porque, a hora que a empresa estiver devendo, com um passivo louco ali, ele tem que ir lá bater à porta da Ancine e ver como é que faz para acertar esse passivo que ele não vai conseguir cumprir.

Então, a gente volta, outra vez, àquelas tentativas todas que nós já tivemos – não é isso?

Este projeto despreza tudo que foi discutido na Confecom. A Abra participou da Confecom. Participou, atuou, discutiu, votou, votou com todas as camadas da sociedade. Basicamente, o que foi discutido ali, Srs. Senadores, não está sendo levado em conta.

Esse projeto não presta atenção em nada do que foi feito ali.

Para termos noção da confusão, ele abre para a publicidade o próprio canal de vocês, o canal do Senado, o canal da Câmara, o canal do Judiciário. Já pensou que divertido o juiz vendendo publicidade? Já pensaram na confusão que nós vamos gerar no mercado publicitário com isso?

Nós temos, hoje, um quadro que preocupa. Nós vemos que a nossa agência reguladora, a Anatel, não está preocupada com os brasileiros. Sente-se que, enquanto o Senado brasileiro está discutindo esse projeto, a Anatel está forçando a sua aprovação, sem ligar para esta soberana Casa, que pode decidir o seu destino, como a dizer: “Se vocês não fizerem, nós faremos”. A Anatel, que deveria estar preocupada com a assinatura, com o pagamento da assinatura da telefonia fixa, que é um pagamento que nós fazemos, mas é um serviço que nós não recebemos, não está. Deveria estar preocupada com os bens reversíveis, que são mais de 6.600 imóveis nossos, da população brasileira, na época avaliados em R\$80 bilhões. Trazendo isso para valor presente, esse montante pode, no mínimo, dobrar. Não existe nada. Ela disse que não sabe.

Então, nós entregamos as nossas empresas, vendemos as nossas empresas, mas entregamos junto o patrimônio que está sendo vendido. Esse patrimônio é da União. Eu espero que os Srs. Senadores prestem atenção nisso, procurem requerer, saber do que estou falando e busquem mais informações. A gente pode ajudar.

O nosso Ministro das Comunicações se auto-declarou Ministro das Teles. Nós nos preocupamos quando vemos o cenário da radiodifusão totalmente largado. As televisões têm um sistema digital que não pode ser usado na sua plenitude. As rádios brasileiras não têm sistema digital. As AMs brasileiras estão morrendo por falta de definição.

Srs Senadores, eu participei ativamente da batalha da TV digital. À época, contamos com a participação muito importante da Ministra Dilma, hoje Presidente Dilma.

Eu senti, claramente, no meio daquela batalha, que o problema não era de tecnologia entre os vários sistemas que estavam sendo discutidos: o europeu, o americano e o japonês. Era um modelo de negócio; era o dinheiro. Nós estávamos brigando para manter um molde que fosse grátis, e a briga que havia ali era

para que fosse cobrado, como é feito na Europa, como é feito em outros lugares. Foi uma guerra feia, não foi uma guerra fácil. E a Ministra Dilma soube ouvir todos naquela época e achar o caminho da travessia, e o Brasil acabou escolhendo um sistema que foi, na época, o mais robusto e o mais competente que tínhamos naquele momento.

Nessas discussões não tem havido consenso. O que foi colocado aqui é que há consenso e que isso é o melhor possível. Isso não é verdade! O que estamos votando aqui machucará profundamente os brasileiros. Nós não temos diversidade, nós não temos pluralidade. Os problemas principais não são enfrentados. Eu não tenho nada contra que as Teles entrem nesse mercado; ao contrário. Apoio a entrada delas, mas apoio de uma forma ordenada. Há, hoje, 5% dos Municípios com licença de TV a cabo. A Anatel ficou dez anos fechada, sem abrir isso, e nós pedindo que aquilo fosse aberto. Isso não aconteceu!

Então, o que nós temos? Um mercado que, na prática, já está funcionando. Todas as Teles são *triple play*, de uma forma direta ou indireta. Todas elas têm TV a cabo, todas elas têm DTH, todas elas têm banda larga, todas elas têm telefonia fixa e móvel. Então, não está havendo distorção nisso.

Não é preciso preocupar-se tanto com elas. É preciso preocupar-se com o povo brasileiro, com a banda larga barata e acessível a todos para que tenha pluralidade, e não condenar os brasileiros a fazerem determinadas tarefas. “Eu sou hoje operador de cabo, eu sou hoje operador de telecomunicação e, passando esse projeto, eu tenho que fechar a empresa”.

Então, há coisas complicadas aí. Eu confio no nosso Senado. Eu confio no fato de que esta Casa saberá analisar e discutir a matéria. Há muito conhecimento aqui. Está aqui o nosso Eunício Oliveira, que foi Ministro das Comunicações e estudou o assunto, mergulhou nisso profundamente. Ele é um homem que conhece o tema e sabe o que está falando. O Senador Eduardo Braga é um homem limpo. Então, há gente que vai olhar, analisar e rediscutir isso.

Eu não tenho, como disse desde o começo aqui, nada contra a entrada das Teles, nada contra que as Teles também distribuam sinal de televisão e façam tudo isso, mas não é porque elas vão fazer que nós vamos excluir o resto. Não é porque elas vão fazer que nós vamos montar um monopólio que ficará para sempre. Ao contrário. Nós temos que gerar conteúdo brasileiro, nós temos que gerar banda larga, nós temos que conectar a população brasileira – não só os ricos. Nós temos que conectar todas as casas e, para isso, nós precisamos de competição. Não é o que nós temos aqui.

Então, muito obrigado. Obrigado pelo tempo de vocês. A nossa análise dos pontos mais importantes do projeto – o que consideramos um problema e o consideramos uma proposta – está clara, está por escrita e será distribuída a todos os senhores, hoje, ao longo do dia.

Muito obrigado a todos. Obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao Dr. João Carlos Saad, informando apenas que essa proposta já foi efetivamente distribuída aos Srs. Senadores.

Eu convido, para fazer uso da palavra, a Dr^a Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica do *Home Box Office*, HBO.

A SRA. LUCIANA FERRI SOBROSA DE MELLO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar os Ex^{mos} Senadores Presidentes de todas as Comissões aqui presentes e também todos os palestrantes. Saúdo todos os presentes e todas as Assembleias Legislativas pelo Brasil afora.

A HBO, primeiramente, sente-se muito honrada por ter sido convidada a estar aqui presente neste evento que é único e que reflete a democracia, o que achamos ser muito importante.

Nós estamos aqui para falar especificamente do Capítulo V do PLC nº 116 e mais especificamente ainda sobre os artigos que tratam da obrigatoriedade de inclusão de cotas de conteúdo nacional nos canais de televisão por assinatura.

A HBO continua acreditando que as cotas são desnecessárias. Na verdade, o mercado brasileiro tem crescido de uma maneira até forte, grande, e, fazendo pesquisas para poder falar aqui, eu mesma fiquei impressionada com o número de artigos que encontrei falando sobre o mercado brasileiro de conteúdo.

Eu não trouxe todos por conta do tempo, mas gostei do título de um deles. É um artigo do *Latin Business Chronicle*, cujo título é “Brasil, a Bollywood Latina”. Interessante! E ontem mesmo saiu na *Folha de S.Paulo* uma reportagem dizendo: “Brasil lidera alta em consumo de entretenimento e de mídia”.

Então, parafraseando o João Saad, acho que nós deveríamos ser estimulados e não obrigados. Porém, a gente entende também que a sociedade brasileira está entendendo, democraticamente, por esse caminho, pelo caminho das cotas. Então a gente gostaria de mudar um pouco esse ponto de vista e gostaria de contribuir para que esse processo possa se dar de uma maneira melhor e não exatamente como está no PLC, a gente gostaria de poder respeitar mais os direitos dos nossos assinantes. E por isso eu vou explicar um pouquinho como é a HBO.

A HBO é assim, para poder adquirir os canais da HBO, os assinantes têm que pagar um valor a mais também, ela não está naquele pacote básico que já vem carregado logo de início. E o que a gente faz para o assinante poder pagar a mais e poder adquirir a HBO? A HBO tem um conteúdo que é formado 70% por filmes campeões de bilheteria, esse é o nosso foco, e o outro um terço que está faltando é formado por produções originais da HBO. Essa é a chave do nosso negócio, isso é o que a gente sabe fazer. Os conteúdos da HBO são exclusivos, produzidos pela própria HBO, com investimentos nunca vistos antes.

Mais um pouco sobre a HBO. A HBO é um canal *premium*, presente em mais de 150 países, e leva esse conteúdo, ao qual acabamos de nos referir, aos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Atualmente a HBO conta com mais de um milhão de assinantes, só aqui no Brasil, assinantes que escolhem a HBO por esse conteúdo, por esse conteúdo variado e específico.

O assinante sabe que vai pagar mais, mas ele vai levar alguma coisa especial, ele vai levar um conteúdo exclusivo, um conteúdo sem cortes e sem intervalos comerciais. E a programadora, por sua vez, tem que se preocupar com esse conteúdo, ela precisa oferecer esse conteúdo, ir ao mercado buscá-lo e produzi-lo. E por que queremos produzir cada vez mais no Brasil? Nós queremos produzir mais no Brasil porque nós podemos oferecer esse conteúdo especial, esse conteúdo que o nosso assinante quer. Esse é o nosso interesse.

Nos últimos anos, utilizando os incentivos da Condecine e do art. 3a, produzimos mais de 60 horas de produções brasileiras, feitas para a televisão por assinatura, as quais foram exibidas não só no Brasil, mas também em toda a América Latina, Estados Unidos e outros países do mundo. Temos interesse em desenvolver a produção de conteúdo para televisão no Brasil. Com certeza. Hoje investimos, em média R\$1 milhão em cada episódio das séries que produzimos. Isso é acreditar que o produto brasileiro tem importância comercial.

Quais são os benefícios? A HBO contribui com o mercado local trazendo mais recursos, trocando experiência com os produtores locais, abrindo portas no mercado internacional e utilizando recursos incentivados oferecidos pela Ancine. Para a HBO é interessante pois nos aproximamos dos talentos brasileiros, estamos produzindo também fora do eixo Rio/São Paulo, oferecemos um produto que o nosso assinante reconhece como especial e nos beneficiamos das leis de incentivo. Consideramos que essa é uma troca que hoje em dia é perfeita.

E agora um pouquinho do que a HBO já fez aqui. Essa é nossa primeira produção realizada aqui no

Brasil, *Mandrake*, eu espero que vocês tenham visto, ela foi coproduzida com a *Conspiração Filmes*, já foi exibida no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos, foi indicada ao M Internacional, como melhor série dramática 2006/2008.

Filhos do Carnaval, foi a nossa segunda série produzida aqui no Brasil, foi coproduzida com a *O2 Filmes*, do Fernando Meirelles, e foi indicada como melhor mini série no M Internacional de 2006; *Alice*, foi a próxima, foi produzida com a *Gulane Filmes*, não está aí, mas ela foi indicada no Festival de Monte Carlo, atriz e mais dois atores.

Essa é a nossa produção que está em cartaz hoje, é a nossa aventura pela comédia, na minha opinião é a minha favorita, adoro e foi filmada em Porto Alegre, com a Casa de Cinema de Porto Alegre.

Agora a HBO está preparando mais duas produções que vão ao ar em breve, o FDF, este é o Juarez, é o FDP, o nome dele é Juarez, desculpem-me, e *Pré Amar*, está errado, está sendo coproduzida com a *Pin-dorama filmes*. (Risadas)

Ele é um juiz de futebol. (Risadas)

E agora, então, sem polêmicas pelo FDP, agora, vocês sabem onde encontrar um FDP, na HBO.

Enfim, a nossa proposta é que a legislação da maneira como está pode interferir de forma negativa nessas parcerias que vêm dando resultados, que são sucesso hoje. Portanto, para o programador, qualquer programador que seja, que invista forte na produção brasileira de programas de televisão, que contribui para o desenvolvimento dessa indústria e que se preocupa em criar um conteúdo especial para o seu assinante, ou seja, um conteúdo com exclusividade, ineditismo e exibido sem interrupções comerciais, esse programador deveria se beneficiar de algum tipo de isenção ou redução dessas cotas para conseguir manter a mesma boa relação com seus assinantes.

Não achamos que deveríamos ser medidos apenas por números de horas de conteúdo nacional, mas, sim, pela qualidade dele. Caso contrário, seremos obrigados a prioritariamente adquirir conteúdo que, muitas vezes, não terá todas as características que os assinantes brasileiros esperam do canal. Até por que, por todas essas características, a HBO já não conta com todo o universo de conteúdo brasileiro disponível para aquisição, já que muitos deles já foram exibidos em algum canal antes e para nós perde o interesse ou simplesmente não estão à disposição para compra.

E também, por último, nós temos um orçamento, o orçamento não estica e esse orçamento vai competir entre aquisição e produção.

Então essa é a nossa posição, gostaríamos de poder manter o nosso modelo de negócio, as parcerias

de sucesso que vimos empreendendo aqui no Brasil e contamos com o apoio da legislação.

Nossa prioridade é o nosso assinante, o nosso consumidor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Dr^a Luciana, passamos a palavra ao Dr. Marcos Alberto Santana Biteli, representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura, ABPTA.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Dr. Saad, eu não quero fazer nenhuma polêmica aqui e nem fazer nenhuma interferência nas palestras, mas eu queria só dar uma informação ao público e ao Brasil, que está nos assistindo neste momento, que nessa questão dos bens reversíveis – eu fui ministro das comunicações e tenho também algumas informações importantes, e por esse motivo o Senador Pedro Taques, que é um Senador diligente, apresentou na Comissão de Constituição e Justiça um requerimento que coloquei em pauta, que nós aprovamos por unanimidade, para fazer uma audiência pública naquela Comissão conjuntamente com a Comissão do Meio Ambiente, que já aprovou um requerimento na mesma posição para fazermos uma audiência pública para discutirmos essa questão importante para o Brasil – compreendo assim – dos bens reversíveis que estão sob a tutela da Anatel.

Então, só me permita e me perdoe, Presidente Eduardo Braga, mas eu não podia, como ex-Ministro das Comunicações, como Senador da República, como alguém que tem a responsabilidade de ter passado por aquela Pasta e ter a obrigação de continuar acompanhando o que acontece lá... Então, sobre o requerimento feito pelo Senador Pedro Taques, houve um deferimento da Presidência da Comissão de constituição e Justiça, com a aprovação plena do Plenário. E, muito em breve, todos os senhores que têm interesse nessa questão poderão estar participando na Comissão de constituição e Justiça, com a participação também da Comissão do Meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Eunício as informações, passo a palavra, então, ao Dr. Marcos Alberto Sant'anna Bitelli.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Bom dia, Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio do Amaral; Senador Eunício Oliveira, Rodri-

go Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, Senadores presentes, amigos, as pessoas que nos assistem pela Internet.

Hoje falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura. São mais de 60 canais internacionais que os senhores estão acostumados a ver nas suas operadoras de televisão. A nossa associação tem participado das diversas audiências públicas desde o início do PL nº 29.

Nós tínhamos uma apresentação aqui, mas, pelo tempo, optamos por ir direto ao ponto, até porque, se realmente esta for a derradeira audiência pública em que se discute este projeto, é melhor, de uma vez por todas, colocarmos abertamente quais são os pontos de divergência neste projeto, que supostamente teria convergência, e, na verdade, tem um pouco de convergência e muito de divergência.

E aí, Senador Walter Pinheiro, lembro-me da época da Câmara dos Deputados: este projeto começou muito simples, muito óbvio, muito fácil e, de repente, transformou-se em uma coisa muito complexa; e a complexidade é que tem causado as perplexidades que aparecem nos seus diversos artigos e incisos.

As programadoras internacionais não estão contra a entrada no mercado das teles. Elas não estão contra a ampliação da base de assinantes no País. Muito pelo contrário, seria até uma insanidade, porque elas vivem de vender assinatura para os consumidores. A que elas se opõem? Elas se opõem ao bode. Quem é o bode? É o bode que apareceu neste projeto. Ele começou sendo alimentado, alimentado, o bode cresceu, o bode cresceu, e hoje o bode ficou maior que a sala. Então, na verdade, este projeto é tão simples que, em três artigos, qualquer Deputado e Senador conseguiria enfrentar os temas a que ele se propunha: as assimetrias regulatórias dos serviços de televisão por assinatura e a questão das entradas das telefonias fixas no setor de televisão por assinatura.

Quando o bode aparece? O bode aparece quando uma lei muda o seu art. 1º. Em vez de ela passar a querer regular serviços, ela passa a querer regular atividades. E aí há uma coisa que foi feita em 1988, que se chama Constituição, que ninguém está lendo. A Constituição de 1988 estabeleceu claramente os direitos fundamentais, princípios, quais as possibilidades regulatórias no País. E, infelizmente, essa lei foi mudada, o projeto foi mudado, no meio do caminho, para regular atividades de comunicação, que são diferentes de serviços de comunicação. E aí, Senador Eunício, eu não sei como a CCJ vai enfrentar essa questão. Não há como não se extirpar diversas interferências regulatórias na área de comunicação no sentido de

direito de comunicar; não no sentido dos serviços de comunicação.

Os serviços de comunicação são monopólios da União, estão lá no art. 21, o serviço de radiodifusão está no art. 222. A Constituição trata, perfeitamente, das competências do Legislativo e do poder regulatório para a interferência nessas atividades de serviço. Agora, nas atividades de comunicação, produção, programação não há possibilidade de interferência regulatória: a Constituição proíbe isso. O art. 220 proíbe isso. O que acontecesse nesse projeto? Nesse projeto, ele ressuscita aquela ideia antiga, que já aconteceu na SINAV, que quase aconteceu na MP 491, que, no ano passado (não sei se os senhores viram), a MP 491 tinha uma “carona” de dois artigos (art. 13 e o art. 14) em que a Ancine virava agência reguladora. Era uma medida provisória para fazer *O Cinema Perto de Você*. Se os senhores virem a justificativa da Medida Provisória, a justificativa vai até o art. 11 e, quando a Medida Provisória chega à Casa, ela chega com 13 artigos. Dois artigos, atropelando o PLC 16, dando poderes regulatórios à Ancine.

Graças a Deus, a MP caducou porque não foi votada no ano passado, época em que se discutia o Orçamento. E, de novo, aqui no PLC 116 aparece a transformação da Ancine em uma agência reguladora das atividades de programação e empacotamento de conteúdo. A Ancine já chegou até a fazer uma Instrução Normativa nº 91 em que regulava o PLC 116. Já está publicada a IN. A IN 91 foi redigida em dezembro, publicada em fevereiro e agora atrasou. Agora ela foi atrasada em março para entrar em vigor daqui a nove meses. Então, não é por acaso de que esta discussão que se dá aqui é porque o “bode” do conteúdo entrou na questão do serviço de telecomunicação. A Constituição brasileira é muito severa em preservar nossos direitos e liberdade de expressão. E a atividade de produção e programação são direitos de comunicação, não sofrerão qualquer restrição. Chega ao ponto – esse projeto – de estabelecer uma verdadeira outorga: a Ancine passa a ser poder concedente das atividades de programação, tanto é que ela pode deferir ou indeferir registro – e isso já consta na IN 91. A IN 91, que já está publicada no Diário Oficial, hoje, permite à Ancine cancelar o credenciamento de uma programadora. A Ancine cria uma gigantesca burocracia nesse projeto. Ela mal dá conta, hoje, com seus 700 funcionários, de cuidar da produção. E para que isso? A Anatel não tem tanta burocracia quanto essa; a Agência Nacional do Petróleo não tem... Nós estamos criando uma agência gigantesca para regular a atividade livre. Essas atividades – falo convicto – não são passíveis de regulação pelo Direito brasileiro.

Agora, como uma série de questões da área de telecomunicações e radiodifusão precisava ser resolvida, aí o “bode” foi sendo alimentado: “Olha, a gente resolve isso, mas a gente aumenta o bode.” Aumenta-se o “bode” que não cabe mais na sala. Este é o ponto: como se pegar um canal de programação e se colocar 3h30min lá dentro? Televisão por assinatura (canal/televisão por assinatura) não é radiodifusão! O que a radiodifusão faz é muito melhor, porque a radiodifusão faz tudo. A radiodifusão pega, no dia dela, e coloca tudo lá dentro: jornalismo, esporte, informação, educação, produção independente... Canal de televisão é que nem revista na banca de jornal: uma é *Playboy*; outra é *Quatro Rodas*... Cada canal é uma coisa! A cota dentro do canal é uma destruição da propriedade intelectual dos canais, é um desincentivo à veiculação da diversidade de conteúdo estrangeiro no Brasil. Quer dizer: que pluralidade é essa? É uma pluralidade para expulsar o brasileiro de ter acesso à informação do mundo. Um nacionalismo que já não se aplica, uma vez que há uma diversidade de enorme de conteúdo brasileiro. E as questões de concentração de conteúdo brasileiro se resolvem no CADE, não na lei. Com esse ponto, as operadoras internacionais estão muito preocupadas, porque cria um modelo de negócio por lei. Modelo de negócio que vale hoje não vale daqui a um ano. E, aí, quem é que vai mudar a lei?

E as empresas vão quebrar? E não vai ter investimento no Brasil? Quem que estabelece o modelo de negócios? A Ancine vai definir qual o horário nobre de cada canal?

A lei diz que a Ancine definirá qual é o horário nobre de cada canal para eu colocar a cota? Então, no *Sexy Hot* qual é horário nobre daquele canal, se é que ele tem um horário nobre? Aí, tem que colocar conteúdo nacional. Então, vamos incentivar o brasileiro a fazer filme pornográfico. Quer dizer, há certas coisas que não têm pé, nem cabeça.

É o minuto dos quinze ou o minuto dos dez? O senhor me dá mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Claro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT’ANNA BITELLI – Era para me dar um pouco mais de tempo.

Bom, vamos voltar ao tema. Esse tema é realmente picante, esse projeto. Esse é o problema. (Pausa).

As programadoras nacionais têm como objetivo solicitar que o Senado faça uma atenta leitura desse projeto de lei e que extirpe desses projetos de lei a regulação das atividades de audiovisual que não sejam serviço de comunicação, que retire dessa lei as restrições ao capital estrangeiro, que tem investido tanto na produção brasileira, que retire dessa lei as cotas

dentro dos canais que destroem a escolha do consumidor, que destroem a especificidade do canal, que retire as cotas na grade do canal e que extinga a possibilidade da Ancine, que foi criada como uma agência reguladora do fomento do audiovisual, ou seja, uma agência para fomentar o audiovisual, se transforme em uma agência reguladora de direito das atividades de audiovisual porque essa regulação é inconstitucional.

Essa regulação fere o art. 174 porque, nessa lei, as atividades de programação são atividades puramente privadas onde o Estado deve ter a sua função meramente indicativa que retire a possibilidade de regulação porque a programação é, no art. 220, protegida como um direito de livre expressão da manifestação artística, intelectual, da criação, da opinião e que retire as cláusulas que permitem à Ancine até a cassação do registro, ou seja, da outorga de empresas de comunicação que não são serviços de telecomunicação.

A gente vê tanta coisa para ser consertada no Brasil e se faz uma lei de televisão por assinatura em que existe um consenso, não sei de quem com quem, porque a gente só não conversou com os canais de programação e com os consumidores. Com o resto, há o consenso. Mas é uma lei só para televisão por assinatura.

Nós até pedimos para que o pessoal da área de consumidor viesse à audiência pública. Ele veio na última audiência pública e, se não me engano, o pessoal do Idec e dos Procons e vieram falar sobre a questão de assinatura porque eles sequer conseguem entender. É uma brincadeira conseguir entender esse projeto porque esse projeto trabalha com o truque jurídico das referências cruzadas de legislação.

Para se conseguir entender o conceito de programadora brasileira independente você “pule duas casas, vire a direita, volte para trás, fica de castigo, ande três”. Você não consegue, é uma...

Olhem, eu posso dizer porque escrevo livros de comentários de legislação em telecomunicações e comunicação. É a lei mais estapafúrdia em termos de redação jurídica. Não sei como passaria numa comissão de sistematização um texto desses. É um quebra-cabeça, é um imbróglio que só o Presidente da Ancine consegue explicar. No *power point* dele, eu consigo entender. Quando vou para lei, ninguém entende.

Eu conversei com o Deputado Bittar na época do PL nº 29 e ele me disse assim: “também não entendi. Vamos ver como é que a gente...”. É difícil entender, é muito difícil entender a sistematização desse projeto.

Senador Walter Pinheiro, aquele projeto de V. Ex^a, o senhor tem um projeto na Câmara, que é um projeto limpo sobre esse assunto, é melhor redigido porque

isso vai criar um cipoal... E, num litigioso, prepare-se, se passar na CCJ, não passa no STF.

Essa legislação tem vocação para diversos contenciosos, tanto no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, quanto no âmbito de ações judiciais contra a Ancine, quando ela for implementar a regulação.

Veja que até na questão da classificação indicativa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Marcos Alberto, um minuto para concluir.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT’ANA BIELLI – ...até na classificação indicativa, a Ancine passa a ter poderes de controlar a classificação indicativa do conteúdo. Quer dizer, a Ancine vai virar uma anaconda.

A Agência Nacional de Comunicação e Direito Autoral que vai controlar desde criancinha até distribuição de conteúdo. E as cotas ferem a liberdade do exercício da atividade econômica.

Eu agradeço, desculpe-me estourar o tempo, mas como é a última chance, quero ir direto ao ponto porque, daqui para frente, se essa lei for aprovada do modo como está, só no Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. S^a.

Convido o Dr. Francisco Mistrorigo Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão, ABPI-TV para fazer uso da palavra, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO MISTRORIGO – Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, demais Senadores, Senhoras e Senhores, agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública, representando o segmento da produção independente brasileira de audiovisual.

Durante os últimos três anos participamos ativamente, na Câmara dos Deputados, do processo que resultou na aprovação do PL nº 29. Foi um longo e exaustivo processo que envolveu longos debates e negociações que desembocaram num acordo possível.

Todas as partes cederam. Nós, produtores, os canais brasileiros de TV a cabo, as produtoras, emissoras de TV aberta, o Governo e as empresas de telefonia.

Sabemos que nunca existirá uma unanimidade ou convergência em uma legislação que envolve extensa negociação com diferentes segmentos e interesses, além, é claro, da complexidade do tema. Sempre haverá pontos a serem aperfeiçoados.

Nós gostaríamos de ter uma legislação mais favorável ao crescimento do nosso mercado. Nesse

momento, temos que pegar eventos de outros países onde o mercado de audiovisual ocorre plenamente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma agência, UFCC, Comitê Federal de Comunicações, que é responsável por normas rigorosas nas comunicações dos Estados Unidos que, durante muitos anos, permitiu que as TV's exibissem somente 30% de programação própria, ou seja, aquela produzida pelo canal. Os outros 70% as TV's iam buscar no mercado.

As produtoras independentes levaram seus projetos, elas escolhiam os melhores para a sua grade e isso entrava na programação. Isso ativou o mercado a tal ponto que, com o tempo, não foi mais necessário existirem essas cotas. O mercado se regulou sozinho porque a produtoras começaram a ter relações comerciais positivas com esses canais e a coisa começou a funcionar de uma forma mais espontânea.

Na França, por exemplo, existiam produções extraordinárias para a produção nacional independente se desenvolver, além da cota da própria Comunidade Econômica Europeia.

Nesse ponto, em particular, gostaria de ler um trecho de um estudo realizado pela Unesco, em fevereiro de 2011 sobre o ambiente regulatório para radiodifusão.

Uma pesquisa de melhores práticas para os autores-chaves brasileiros no seu capítulo Obrigações Positivas de Conteúdo, em relação às cotas de produção nacional.

“A obrigação de oferecer conteúdo produzido no próprio País é uma forma importante de reforçar o senso de identidade nacional e também de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria de programas para radiodifusão. Isso é especialmente relevante no caso de países mais vulneráveis como o nosso, a influência cultural da programação estrangeira é importada a preços muito baixos.”

A produção nacional também ajuda a reforçar o sentimento de unidade em países grandes e diversos, como o Canadá e os Estados Unidos, que têm uma diversidade cultural imensa. No Canadá existem cotas, na África do Sul existem cotas, na Malásia, na comunidade econômica europeia, no Reino Unido, em vários países existem as cotas para começar a relação mais justa da produção com os canais.

A operadora Sky cumpre 50% de cota na França, na Alemanha e na Holanda, mas aqui no Brasil a Sky lidera uma posição, a nosso ver, equivocada, afirmando que o cumprimento das cotas poderá interferir na qualidade dos conteúdos dos seus pacotes de programação.

A HBO também cumpre cota em outros lugares do mundo, não só aqui. Todos os países da comunidade europeia, além de Canadá, Austrália e Coreia do Sul,

possuem um sistema de cotas fundado na percepção de que é necessário proteger a indústria audiovisual nacional, cujo produto é um bem econômico, que representa, explica, dá sentido e valor à sociedade.

Neste momento, reconhecemos ser fundamental o apoio aos avanços estabelecidos do texto do PLC 116, que trarão, para o setor de TV por assinatura, importantes possibilidades de desenvolvimento, oportunidade de negócios e geração de novos empregos.

A entrada de empresa de telefonia no segmento de TV por assinatura representará um aumento significativo na base de assinantes, maior competitividade e um conseqüente e necessário barateamento desse serviço, ou seja, mais brasileiros vão poder ter a TV por assinatura em suas casas.

Atualmente, no Brasil apenas 10% dos lares que têm um aparelho de TV possuem TV por assinatura; na Argentina esse número vai para 80%. O crescimento econômico brasileiro atual aumentou muito o poder aquisitivo da população. Junto com o sonho da casa própria, do automóvel, de eletrodomésticos, a TV por assinatura começa a ter um lugar de destaque no interesse da população.

Hoje existe cerca de dez milhões de assinantes no Brasil. Esse número vem crescendo, mas, certamente, o número de brasileiros com TV por assinatura será muito maior com a aprovação do PLC 116. É um dos mercados de maior potencial de crescimento no Planeta, o nosso mercado.

Os conteúdos nacionais obviamente são sempre muito bem vindos, a gente tem que ver um pouco de tudo, um pouco do mundo, um pouco de nós mesmos, temos que ter essa oportunidade. Acreditamos na importância e pertinência dos conteúdos brasileiros, que já demonstraram qualidade e aceitação junto ao público brasileiro e internacional. As nossas séries de animações infantis figuram entre as mais assistidas em canais a cabo no Brasil e no mundo. Nossos documentários e série de dramaturgia têm reconhecimento por sua qualidade nos canais estrangeiros, onde são exibidos. Nos últimos dez anos temos vivido um grande fortalecimento da nossa jovem indústria audiovisual independente.

É muito importante que cada segmento envolvido na análise dessa matéria possa se manifestar aqui, nesta Casa, que deverá selar o destino dessa nascente indústria do audiovisual.

É igualmente importante que todos façam com sinceridade de propósitos, de forma pública, republicana e transparente, para que o esforço desses anos todos não tenha sido em vão.

O PLC 116 prevê dois anos para que o mercado se prepare para a sua aplicação, por esse motivo é

importante que possa ser votado da forma proposta, preservando o seu texto tal como foi aprovado, após profundo e exaustivo debate travado por todas as partes interessadas. Que se busque solucionar as eventuais questões para a sua aplicação.

Entre os pontos mais polêmicos estão as famosas cotas, são apenas três horas e meia de programação por semana, isso é meia hora por dia. Além de tudo, essas simbólicas três horas e meia vão ser atingidas somente em quatro anos, ou seja, vão durar dó dez anos, depois de dez anos provavelmente a gente não vai precisar mais das cotas.

Fica claro o intuito de fomento catalisador para o mercado nacional, uma vez que haverá tempo suficiente para o mercado se preparar para a adoção dessas cotas. Enfim, tornar-se uma alternativa natural e viável para o mercado, sem depender dessas próprias cotas para garantir a sua veiculação.

Em resumo, essas cotas terão uma adaptação progressiva, mesmo pequenas do jeito que elas são.

Lembramos que o PLC prevê a possibilidade de utilização dos recursos do Fistel, para o projeto de conta independente. Esse dispositivo vai ajudar a garantir a aplicação de cotas sem, necessariamente, haver investimento dos canais, além disso, a produção independente já conta com mecanismos de patrocínio, como o art. 1º e 3º, "a", da Lei do Audiovisual, art. 39, que o canais a cabo utilizam e linhas de financiamento do BNDES, como Procult, fundo setorial de audiovisual e a Lei Rouane, entre tantos. Ou seja, não haverá transferência de custo para o consumidor, uma vez que esses fundos contribuirão muito para o financiamento da produção independente, estipulada pelas cotas. Ao contrário disso, a aprovação do PLC proporcionará maior expansão da tevê paga no País, conseqüentemente, a oferta de melhores preços para atingir a população de baixa renda para esse tipo de oferta.

A entidade que represento, a BPI TV, ajudei a fundá-la, há 11 anos, Associação Brasileira de Produtores Independentes de Tv. Ela conta hoje com 150 empresas produtoras de conteúdo audiovisual, espalhados em todo o Território Nacional. É uma associação de produtores de conteúdos dos mais variados formatos e gêneros, que vem, ao longo desses anos, conquistando espaço na tevê brasileira, nos canais estrangeiros e no competitivo mercado internacional.

Os brasileiros figuram entre aqueles que assistem mais tevê no mundo, é um dado importante. A tevê tem uma função complementar à educação em nosso País. A cultura é o entretenimento. É de se esperar que possamos oferecer aos brasileiros conteúdos aqui produzidos, que falem a nossa língua para os nossos diferentes públicos e audiências.

Gostaria aqui de dar meu depoimento pessoal, como produtor independente. Eu sou produtor de uma série de animação que talvez vocês conheçam, chama Peixonauta. É uma série de animação infantil, que estreou no canal Discovery Kids, no dia 20 de abril de 2009. Logo na primeira semana atingiu o primeiro lugar na audiência do canal. Ou seja, certamente ele ocupou o lugar de uma outra série estrangeira que estava nesse mesmo, horário nobre, das onze e meia da manhã e às sete e meia da noite. Uma série brasileira ocupando o lugar de uma série estrangeira, o que trouxe? Primeiro, trouxe benefícios comerciais imediatos para o Discovery Kids. São dez horas e meia de veiculação semanal, só o Peixonauta, ou seja, são três cotas quase. O Discovery Kids teve um aumento na sua audiência enorme. A sociedade brasileira ganhou um produto nacional que fala diretamente com as suas crianças, valorizando a nossa cultura, a nossa música e o nosso jeito de ser. O Peixonauta passou a ser exportado para 67 países, ele é veiculado para mais de 67 países. Esse resultado tem um significado tremendo, ou seja, os *royalties* dessa propriedade, ao invés de serem remetidos ao exterior, são convertidos ao Brasil. É uma propriedade intelectual, que é exportada ao mundo e só pode acontecer com a associação das tevês a cabo com a produção independente.

Esse é o consenso possível. Eu acho que neste momento a questão é que os interesses privados não possam prevalecer sobre os interesses públicos. Aqui temos uma oportunidade tremenda de colocar a produção independente nas tevês, a gente falar da gente para o nosso povo. Além disso, o preço da tevê a cabo vai cair muito, o que será de grande utilidade para a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradeço a participação do Dr. Francisco Mistrovigo.

Consulto os Srs. Senadores se podemos entrar imediatamente no segundo bloco, assim poderemos dar curso à apresentação das diversas entidades; ao cabo, pela ordem de inscrição, os Srs. Senadores farão uso da palavra para as suas manifestações, indagações e aí concluiríamos o nosso debate. Assim, faríamos uma economia de tempo, para que pudéssemos alcançar o objetivo dessa audiência pública.

Convido, portanto, o Sr. Ara Apkár Minassian, Superintendente dos Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exmº Sr. Senador, Presidentes de Comissões, Senador Eduardo Braga, Senador Eunício Oliveira, Senador Rodrigo Rol-

lemberg, Senador Walter Pinheiro, representando aqui o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, em nome da Agência, agradecer o convite que foi formulado e nós queremos relembrar que no dia 07 de dezembro de 2010, no ano passado, o Presidente da Agência, Embaixador Ronaldo Sardenberg, manifestou já na comissão, no sentido de que o PLC nº 116, tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura, e naquela ocasião foram mencionadas as vantagens de unificar o tratamento legal dado ao serviço prestado por diversas tecnologias, cabos, satélites e também rádio frequências terrestres. Serviços esses que são regidos por regulamentos totalmente distintos.

Nós queremos ressaltar que, por exemplo, o serviço de TV a cabo tem uma legislação própria e debaixo dele toda uma infra-estrutura legal de crédito. Todas as normas são datadas de 1997. De lá pra cá numa mais houve qualquer tipo de atualização.

Enquanto, por outro lado, serviços, por exemplo, que usam segmento satelital de rádio frequência são regidos pela Lei Geral de Telecomunicações, possuem, debaixo deles, um conjunto de normas e regulamentos que são totalmente distintos do regulamento do serviço de TV a cabo.

Portanto, novamente, mesmo serviço, mesma natureza, porém tecnologias diferentes usando, cada um deles, obrigações diferentes e outros serviços sem nenhuma obrigação e quando a Anatel verifica que há uma migração para uma determinada tecnologia, procura realizar alguns acordos com os interessados no sentido de gerarmos algumas obrigações.

Nós estamos sempre olhando o interesse público, no entanto, temos de ter certa uniformidade.

A Agência procura respeitar toda legislação que o Congresso Nacional tenha elaborado.

Nenhum momento há extrapolação e depois vamos entrar um pouco mais em detalhes.

Ainda mais, tem outros serviços de uma forma restrita, que é o serviço de TV A, que é uma televisão por assinatura e que usa outro segmento de rádio frequências, também regulado por um decreto e debaixo dele não tem nenhuma outra regulamentação.

Bom, hoje é o cenário que nós vivemos e temos de enfrentá-lo, de tal forma que daremos certa uniformidade em todos os serviços, é o serviço de televisão por assinatura.

Ainda, naquela ocasião, foi destacado que a entrada de novos prestadores, no serviço de televisão por assinatura, também era uma possibilidade de se expandir de um segmento, cuja infra-estrutura também pode ser usada para outros serviços. Pode-se usar a

infra-estrutura do cabo para serviços de banda larga e outros.

Então, isso mostra o seguinte, hoje, no cenário de convergência que vivemos uma infra-estrutura não se presa apenas a prestação de um determinado serviço. É claro que, novamente queremos deixar claro, estamos regulando serviços, agora a tecnologia, as facilidades, os meios, permitem você use essa tecnologia para oferecer serviços convergentes. É isso que o consumidor final, no fundo, quer.

Quer ter contato com um ou dois prestadores de serviços com quem ele possa se comunicar, resolver os seus problemas e atender também as suas necessidades.

Além disso, naquela ocasião, o Presidente da Agência demonstrou que a Anatel agindo no âmbito da sua competência, observado sempre a regulamentação vigente, também trabalhamos em cima da edição do novo planejamento do serviço de televisão por assinatura.

Então, esse planejamento, na realidade, respeita todo o arcabouço regulatório. O planejamento está previsto dentro da Lei de TV a cabo e também observando os outros serviços dentro da Lei Geral de Telecomunicações.

Portanto, em nenhum momento, há extrapolação de competência.

A competência do Legislativo é legislar e cabe a Agência cumprir a legislação, o que está dentro da legislação.

Além disso, do ponto de vista da Agência, tão logo o congresso aprove o PLC ou qualquer outro regulamento, a Anatel vai ter de atualizar toda a sua regulamentação. Então, não existe uma regulamentação, vamos chamar de pré-concebida ou pré-preparada. A regulamentação vai ter de ser adaptada em função do que essa Casa vai decidir.

Essa regulamentação, dentro inclusive do que está previsto no projeto de lei, existe um prazo para a Agência fazer isso, o projeto de lei. Existe um prazo que foi dado para a Agência fazer isso que é de 180 dias.

Então, de qualquer forma, independentemente dos regulamentos que a Agência está emitindo hoje ou não, ou está em consulta pública, todos esses instrumentos terão de ser adaptados. É outra realidade, outro ambiente, são outras restrições. Algumas obrigações não constam e vão constar. A forma como as empresas vão poder participar também muda, por que tem a questão do capital envolvido.

Novamente, queremos aqui ressaltar que no caso de serviço de TV a cabo, a questão do controle nacional, 51% pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Isso aqui está, integralmente, respeitado.

Não há nenhum momento de extrapolação.

Alguém pode dizer que a Agência está permitindo a entrada do A do B e do C. Nós não sabemos o que é que é isso. Está na legislação e tem de cumprir.

Então, além disso, nós vamos conseguir por meio da aprovação do PLC.

1] Acabar com a distinção dos serviços por diversas tecnologias. Então nós vamos ter uma neutralidade tecnológica.

Hoje nós estamos enxergando esses três, amanhã ou depois podem aparecer outras tecnologias que vão poder ser usadas neste serviço.

Então, a regulamentação que está sendo baixada, a legislação, ela vai ter de ser tecnologicamente neutra.

Isso, aliás, já está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Você tem de regular serviço. Em cima dos serviços é que você vai ver o que vai fazer. Agora, não regular por tecnologia. Hoje nós estamos amarrados.

Aí se discute que um serviço tem uma coisa, tem outra obrigação.

Enfim, entendemos que o PLC da forma como está concebida, do ponto de vista, principalmente, no capítulo de distribuição, ele atende plenamente os interesses.

Não vemos nenhum impedimento legal para que se faça a unificação dos serviços por televisão de assinatura.

Aliás, esse é um dos objetivos da agência e nós, dentro dos nossos limites legais, temos procurado harmonizar os regulamentos. Jamais invadir, dentro da competência dessa Casa. Isso é muito importante.

Harmonizar não quer dizer que você, simplesmente, está tentando gerar um fato, para depois você dizer que a lei está aí. Não é isso.

A Agência, neste momento, só está harmonizando e mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei da TV a cabo, como na Lei Geral de Telecomunicações. É muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está

soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum*.

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofrequência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém

está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador “a”, ele vai para o prestador “b”; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

A lei está aí. Não é isso. A Agência, neste momento, só está harmonizando e está mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei do Cabo, como também na Lei Geral de Telecomunicações. Isso é muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum*.

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço

de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofrequência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do “a”, do “b” ou do “c”. Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador “a”, ele vai para o prestador “b”; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

Nós vemos o seguinte, que hoje o PLC, da forma como está, principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde algumas perguntas, tais como, por exemplo, que a questão da distribuição é uma atividade livre para empresas constituídas por brasileiros e brasileiras e com a administração no País, independentemente do seu capital. Isso consta desse projeto.

O serviço de acesso condicionado, da forma como o projeto trata, é um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime privado, onde

a liberdade é a regra e cuja outorga se dá por meio de autorização, sem termo final, que não pode ser negada sem justificativas relevante. Portanto, vejam bem, a questão da liberdade está preservada aqui.

Outra coisa, o disciplinamento das obrigações, para distribuição de certos canais, que hoje, em alguns segmentos — por exemplo, no cabo existe; nos outros serviços não existe —, a lei está tentando neste momento uniformizar e também dar um tratamento uniforme.

Então, por essas razões nós entendemos que hoje esta Casa tem que avançar. Nós teremos que partir para o PLC ou, por favor, para qualquer outro projeto de lei, mas nós precisamos disso para começar a retomar o processo de uma forma mais harmonizada que venha a atender os interesses do País.

Em suma, o projeto, da forma como está, no capítulo de distribuição e em outros preceitos ali estabelecidos, do ponto de vista da agência, nós não vimos qualquer tipo de empecilho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Doutor Ara Apkari Minassian e aproveito para informar ao plenário que, neste momento, estamos ao vivo pela TV Senado e para registrar aos Srs. Senadores, a participação intensa que estamos recebendo da população brasileira por essa sessão interativa.

Já recebemos mais de quinhentas perguntas, através dos diversos mecanismos de acesso ao Senado da República. Gostaria de aproveitar para anunciar que, pelo Alô Senado, no 0800612211, estamos recebendo participação e perguntas que serão encaminhadas, não apenas aos Srs. Senadores, mas também aos palestrantes, bem como pelo www.senado.gov.br/alosenado.

Dito isso, eu chamo para a sua participação o Dr. Evandro Guimarães, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, pelas organizações Globo.

Dr. Evandro, eu acho que o senhor tem que apertar um botãozinho.

Desculpe a comissão técnica.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Senador Eduardo Braga, Senador Rollemberg, Senador Eunício, Senador Walter Pinheiro, demais Senadores aqui presentes, Senador José Pimentel, Inácio Arruda, companheiros da comunicação social, eu vou começar fazendo um comentário que não estava previsto.

O representante da Anatel, meu querido amigo Ara, realmente, não conseguiu explicar por que há dez anos não se abre licitações de cabo. É inexplicável que, se apenas 250 cidades tenham o serviço e há uma lei

em vigor, um regulamento em vigor, por que há dez anos não se abre licitação de cabo?

Por outro lado, quero dizer para discordar frontalmente, que sou aqui um representante da Abert e, melhor explicando, a Abert só se manifesta publicamente quando o conjunto dos seus associados têm posições de consenso.

Neste caso específico não há consenso na Abert.

As empresas, digamos assim, que participam da direção da Abert têm posições diversas em relação à necessidade de se discutir mais ou de providenciar modificações, salvaguardas, etc e tal, no atual texto do PLC nº 116.

Agradecemos muito ao Senador Eduardo Braga e aos Senadores, Presidentes das demais comissões, que permitiram que a Abert viesse aqui, através de três ou quatro dos seus representantes, mostrar os diversos ângulos dessa questão, como as organizações Globo enxergam a questão.

Mas eu acho que é fundamental registrar para os Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Interrompendo V. S^a, que ele desse o informe, inclusive, de qual foi a decisão tomada pelas comissões para não caracterizar que há um atendimento exclusivo a uma entidade, portanto uma posição assumida por nós, discutida por todos os Senadores nas comissões, na medida em que as entidades poderiam ter feito a indicação de quem falaria, tendo problemas internos.

Acho que é importante deixar isso claro, porque não foi um critério exclusivamente para a Abert, foi um critério aberto, portanto, para todos.

Era importante que o Presidente da comissão pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o Senador Walter Pinheiro, para dizer exatamente isso, que quando as entidades manifestaram esses pontos de divergência foi colocado a todas as entidades que poderiam adotar o mesmo posicionamento, desde que tivessem posicionamentos diversos e o documento enviado pela entidade ficaria absolutamente não-administrável pelas comissões, que se fizesse de uma maneira individualizada por pessoa jurídica.

Portanto, apenas para que não paire dúvida quanto ao critério estabelecido pelo conjunto das comissões.

Devolvo a palavra ao Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Eu o cumprimento pelo renovado espírito democrático de ouvir realmente o conjunto da sociedade sobre um projeto tão complexo e que há tanto tempo vem sendo discutido.

De qualquer sorte eu quero registrar, e faço isso em nome da Abert, certamente os meus companheiros de associação vão reiterar isso, com relação a licenças de cabo, conforme consulta pública que a Anatel está no momento praticando, a Abert e a nossa organização é inteiramente contra.

Existe uma legislação em vigor. Existiu sempre oportunidade de que a Anatel abrisse licitações no formato que todos nós conhecemos e não vemos sentido que a Anatel faça, agora, às vésperas da atualização pelo Legislativo, pelo Congresso brasileiro, com posterior sanção do Executivo, que faça uma solução que carece tanto de dificuldade na sua defesa quanto demonstrou a difícil explicação que o amigo Ara tentou aqui apresentar.

Duzentos e sessenta e dois municípios não representam 95% da população, representa mais de 80% da população. Houve alguns enganos do companheiro Ara.

De qualquer sorte, o processo que está em andamento na Anatel, de um certo “atropelamento do processo legislativo” nós consideramos que não contribui em nada para a modernização, organização e harmonização do setor de desenvolvimento social sobre segurança jurídica, do setor de televisão paga no Brasil.

Falando agora pela Abert. Na Abert, há diversas posições de associados, sejam associados que tenham atuação de âmbito nacional ou multirregional, sejam associados que tenham atuação local, aquela pequena rádio, aquele jornal, que certamente está entre esses mil pedidos anteriores de abertura de edital de licitação de cabo, da qual falou o representante da Anatel.

Esses associados gostariam de ter condições de competir e sabem que, se não houver um compromisso prévio dessa agência, de absoluta facilidade e legitimidade, de uso e compartilhamento da infra-estrutura, a competição será impossível, teremos uma abertura, digamos assim, não tão aberta.

De qualquer sorte, isso será certamente tratado pelos meus outros companheiros da Abert, que virão a seguir.

De qualquer maneira, eu preciso também revelar alguma coisa que pensam os companheiros da Abert. O setor da comunicação se faz através do corpo e da alma. O corpo é a infraestrutura, é o conjunto de facilidades que permite, seja por cabo, seja por satélite, seja por sistemas *wireless*, seja por qualquer sistema, fazer com que conteúdos cheguem de forma gratuita ou de forma paga à população como um todo.

Nesse sentido, o rádio e a televisão aberta prestam um inestimável serviço ao Brasil. E esta é a Casa da Federação. Todos aqui sabemos que todos os Estados do Brasil têm um formidável sanduíche bem-sucedido, que é: recebem todos programação nacional, comple-

mentadas, acopladas, suplementadas pela programação local dos respectivos rádios e televisões locais e/ou regionais, locais e/ou estaduais.

Então, durante todo o processo em que a Abert, unida, trabalhou na Câmara quanto a esse projeto, o esforço foi de defender o modelo da radiodifusão brasileira, que é um modelo federativo. Esse é um modelo absolutamente casado com o papel do Senado, que é tratar os órgãos da Federação de maneira equânime, de maneira correta, democrática. Isso, a Abert tentou fazer. Digamos que não conseguimos alguma coisa perfeita no texto do projeto, mas, ao ver das Organizações Globo, conseguimos alguma coisa próxima do que é necessário para proteger a radiodifusão. Dependemos de haver o mesmo espírito de cooperação e de defesa da radiodifusão – radiodifusão, serviço de comunicação social universal no Brasil, atende 100% da população, e atende a 100% da população de forma gratuita. Então, isso que será reforçado e leva a fazer outro complemento.

Desde a abertura, desde a mudança da Constituição brasileira para permitir o ingresso de capital estrangeiro nas telecomunicações, sempre se falou que o Brasil estaria prestes a vender o corpo – ou seja, aquelas empresas de capital intensivo, que poderiam fazer investimentos em redes, satélites e demais esforços que demandavam capital e tecnologia – mas que o Brasil deveria sempre trabalhar para defender a alma. A alma, aí, estamos falando da produção nacional, do conteúdo nacional. Essa é a razão pela qual o art. 222 da Constituição reserva, de maneira expressa, aos meios de comunicação a propriedade de, no mínimo, 70% do capital total, ou seja, total e votante, e reserva aos brasileiros o papel de fazer o conteúdo destinado aos nossos concidadãos.

De resto, essa atitude é uma atitude nacionalista absolutamente politicamente correta. É assim em qualquer nação do mundo que merece esse nome. Estamos falando de uma fronteira imaterial, estamos falando de uma fronteira que não é a fronteira geográfica, que permite a um país-continente ter esse senso comum de ser brasileiro, visto que somos um País cercado por amigos que falam espanhol, e nós somos o único País da América que fala português.

Somado à preocupação com a identidade nacional, com a cultura nacional, com o papel dos brasileiros na produção cultural nacional, eu queria lembrar que, de verdade, as Organizações Globo imaginam que tenha havido um certo problema por um vazio legislativo. Qual é o problema? A tecnologia, rapidamente, mostrou que a convergência vem aí, e nós estamos carecendo de alguma regulamentação que reforce essa atribuição

aos brasileiros, atribuição essa prevista no campo da Constituição, no art. 222 da Constituição.

Então, por isso, nós, das Organizações Globo, somos favoráveis ao andamento desse projeto, mas precisamos fazer uma ressalva. Esse projeto tem um tênue equilíbrio, é um exercício de equilíbrio permanente, referindo isso ao papel dos distribuidores, empresas gigantescas, detentoras ou comandatárias da infraestrutura pública, que faturam de 10 a 12 vezes mais do que fatura todo o setor da radiodifusão, dos produtores de conteúdo, sejam eles empresas, sejam eles produtores independentes de menor porte, e, portanto, se houver qualquer mexida no texto que agora é proposto, esse equilíbrio que se faz em prol da Nação pode ser totalmente comprometido.

Então, as Organizações Globo, favoráveis ao projeto com seu texto atual, têm cobrado, têm pedido do Governo, amplamente majoritário no Senado – pedimos isso por escrito ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e estamos dispostos a visitar todos os demais Senadores para pedir isso – aprovam o andamento desse projeto, desde que haja um compromisso no âmbito do Legislativo de que não haverá vetos, particularmente nos artigos que definem claramente limitações e possibilidades na cadeia de valor, claramente definem o que deve ser o papel futuro dos distribuidores e dos produtores.

Esta é, basicamente, nossa posição: favoráveis e pedindo que a ampla maioria do Governo, do atual Governo, neste momento, perceba a questão de Estado que está sobre esse texto. A questão de Estado é: o texto, se for aprovado, precisa ser integralmente sancionado. Devem ser preservados, em particular, os arts. 5º e 6º, artigos esses que complementam a necessária visão de nacionalidade que paira sobre o conteúdo nacional expresso desde sempre na Constituição, particularmente no art. 222.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Evandro Guimarães, convidamos o Dr. Daniel Pimentel Slavieiro, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, também pela Abert, representando as organizações do SBT.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Exm^{os} Srs. Senadores já nominados; Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício Oliveira; Senador Rodrigo Rollemberg; Senador Walter Pinheiro, representando as demais Comissões, e os já também citados demais Senadores presentes nesta audiência pública, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Senado em fazer esta audiência conjunta porque demonstra a sensibilidade,

primeiro com a tramitação ágil, eficiente, mas abrindo espaço para o contraditório para um projeto tão complexo e tão abrangente como esse, que é o PLC 116.

Na questão do espírito, do mérito do projeto, acho que os fatos falam por si sós. O Presidente da Ancine apresentou um *slide* onde mostra a penetração dos serviços de TV paga no Brasil em comparação com os demais países aqui, mesmo da região da América Latina e de outros países do mundo, então mostra que o PLC 116 tem o seu mérito, uma questão importante, que é a abertura do mercado. Isso favorecerá o Brasil, a competição, a diversidade e a pluralidade, e, certamente, o consumidor final terá o grande benefício.

Mas, nós compreendemos também que há certa angústia dos interlocutores nesse processo pelo trâmite e pelo tempo que esse projeto tem levado. Foi feita uma ampla discussão na Câmara e, agora, chega ao Senado. Porém, também, nós queremos, respeitosa-mente, Senador Eduardo Braga, dizer que a posição do SBT é que esse projeto precisa de ajustes no seu texto para que ele possa produzir os efeitos necessários.

Nosso companheiro e amigo Evandro Guimarães já explicou a questão da situação da Abert, e, como ela, suas diversas empresas dentro dela têm posições diversas, e nós temos a discordar que esse projeto deva seguir como está. E também a essência da radiodifusão, que foi descrita sob seu modelo federativo, a capacidade de transmitir conteúdo livre, aberto e gratuito e como ele faz isso nas diversas regiões do País.

Então, em respeito aos senhores e ao tempo que isso tem levado, nós gostaríamos de ser muito pontuais e pragmáticos em quais os temas e quais os artigos que devem ser aperfeiçoados.

Começamos pelo art. 5º, que trata de restrições dos radiodifusores a deter mais de 50% de empresas de telecomunicações. Isso, na nossa opinião – já foi dito aqui – consideramos inconstitucional e ilegal, até porque já existem fatos concretos.

Aqui o Senador Inácio Arruda e o Presidente Eunício Oliveira... Existem radiodifusores no Estado do Ceará que já fizeram investimentos; ao longo do tempo, entraram em licitações da Anatel, compraram essa autorização para operar sistemas de TV a cabo. E, agora, vem uma nova lei que diz que eles não podem ter mais. Isso já faz mais de décadas.

Como fica a situação desses radiodifusores que são empreendedores natos, que conhecem a região onde atuam, que conhecem o mercado publicitário, conhecem a sua característica e adotaram, na forma da televisão por assinatura, uma maneira de expandir os seus negócios?

Agora, estão sob o risco de uma lei, que os obrigará a venderem 50% dos seus negócios.

Então, Presidente Eduardo Braga, achamos que esta é uma coisa absolutamente sensível no Estado do nosso Presidente, e ocorre em outros Estados da Federação: radiodifusores que fizeram investimentos no passado e agora estão sob o risco, sob a insegurança jurídica, do PLC nº 116.

Além disso, como disse, o radiodifusor é um empreendedor local, ele conhece as características e, por esse projeto, na maneira como está, estará tolhido de investir em serviços de telecomunicações.

Isso se desdobra para a nossa terceira preocupação desse item, do art. 5º: o que serão serviços de telecomunicações no futuro?

Isso é uma coisa de que poucos de nós sabemos; ou nenhum de nós saberemos o que, neste mundo convergente, será considerado serviços de telecomunicações. Será que, porventura, o canal de retorno, que é da essência da radiodifusão brasileira, da TV digital, não será no futuro, ou qualquer outro serviço, considerado um serviço de telecomunicações? E, aí, nas regras atuais, os radiodifusores estarão privados de deter mais de 50% dessas empresas operadoras de telecomunicações.

Eu diria, Srs. Senadores, que esse é um ponto extremamente vital, do nosso ponto de vista, do grupo SBT, que precisa ser ajustado, e o Senado, dentro desse papel que faz da democracia, de aperfeiçoamento, certamente – e essa audiência pública e essa tramitação conjunta que se está desenhando –, está sensível a essa questão.

O segundo ponto, muito pragmaticamente, é o art. 24, que fala dos limites de publicidade nos canais de TV paga. Aí, pergunto aqui ao Senador Pedro Taques se o modelo de radiodifusão que cobre o País inteiro, leva informação, cultura e entretenimento a 100% da população de maneira gratuita, é sustentado apenas pelo mercado publicitário... Se um outro serviço, que é da sua essência, é financiado pelos assinantes, deve ter o mesmo limite de comercialização, sendo que o mercado publicitário é o mesmo.

Então, entendemos que os limites de publicidade na TV paga e no serviço de acessos condicionados, como é o termo tratado no projeto, devem ser sensivelmente menores pelo motivo razoável e óbvio de que um é só sustentado pelo mercado publicitário, e o outro, a sua base de sustentação é da assinatura, é de uma outra maneira de ingresso de remuneração.

E, por último, entendemos que o art. 32, que fala da distribuição do *must carry*, do modelo de carregamento que está na essência do que o nosso colega Evandro Guimarães falou, do modelo federativo, das emissoras pequenas nos seus Estados, que levam conteúdo local, que agregam isso com a sua programação

local, deva estar contemplado com uma redação mais aperfeiçoada, que traga uma segurança jurídica para esses radiodifusores e para esses empreendedores locais, principalmente quando estiver num ambiente totalmente digital; no analógico, ele está garantido, mas no digital, entendemos que o texto merece aperfeiçoamento para que dê essa segurança, Senador Delcídio Amaral. Lá no seu Estado, existem diversos radiodifusores que, no serviço de acesso condicionado, quando ele crescer, quando ele tiver mais amplitude, certamente eles quererão ter o seu sinal e o seu conteúdo local distribuídos nessa plataforma de maneira segura, podendo ter eventuais negociações, mas que elas também tenham a prerrogativa de que sejam carregadas gratuitamente no sistema de alta definição e no sistema de tecnologia digital.

Em síntese, Srs. Senadores, senhoras e senhores, ficamos honrados com a deferência com que as comissões fizeram e o entendimento da situação da conjuntura especial que vive a Abert nesse contexto, e também saberemos que, mesmo tendo três anos de discussão na Câmara, sendo exaurida a discussão lá, precisam de pontos aperfeiçoados, e o Senado Federal, na sua essência da democracia, está para fazer os ajustes finos, as demais deliberações para que esse projeto possa seguir com a tranquilidade e o acordo necessário.

Volto a dizer que nossa posição não é protelatória. Entendemos, no mérito do projeto, os seus benefícios e também sabemos que os Senadores, ao fazerem tramitações e audiências conjuntas nas cinco comissões interessadas também estão sensíveis a isso, mas não se furarão a fazer os ajustes de que o projeto precisa para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Daniel e faço um esclarecimento ao Plenário e a todo o Brasil que nos acompanha neste momento: no Senado da República, temos um Regimento que precisamos cumprir. Buscamos, obviamente, de acordo com a soberania do Plenário e das nossas comissões, quando da vontade soberana do Plenário, adaptá-lo àquilo que entendemos ser acordos de procedimentos estabelecidos tradicionalmente numa Casa federativa, que representa a Federação brasileira e que busca permanentemente na tradição do entendimento o seu comportamento.

No entanto, há algumas regras que são absolutamente intransponíveis. As reuniões de audiências públicas são precedidas por publicações que as transformam em ato formal; nessas publicações, obviamente

te, é necessário um certo tempo para impressão e distribuição da pauta.

Alguns requerimentos chegaram às comissões após o prazo necessário para o referido cumprimento do Regimento Interno do Senado. Por mais que os Srs. Senadores e essas comissões tenham buscado abrir de forma criteriosa e democrática, para que possamos ter as diversas opiniões manifestadas nesta audiência pública, sempre haverá alguém que gostaria de postular mais espaço, e nós precisaremos sempre cumprir o Regimento.

Portanto, com esses esclarecimentos, busco explicar por que, para determinados requerimentos que chegaram de ontem para hoje a esta Comissão, sem que haja questionamento de um Senador que possa provocar uma deliberação do Plenário, é absolutamente impossível a esta Mesa adotar uma medida monocrática e unilateral, mudando a pauta estabelecida de acordo com o Regimento.

Feitos os esclarecimentos, passo a palavra ao Dr. Marcio Novaes, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, desta feita pela Record.

O SR. MARCIO NOVAES – Bom dia a todos. Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio Amaral, Senador Walter Pinheiro, Senador Eunício Oliveira – o Senador Rollemberg saiu há pouco –, senhoras e senhores, amigos que nos acompanham e nos ouvem pela Internet, primeiramente, o grupo Record quer deixar claro que é um grupo eminentemente de radiodifusão. Não temos nenhum canal fechado, não operamos nenhum serviço de TV por assinatura, pelo menos por enquanto. A convergência e a tecnologia talvez nos obriguem a isso.

Hoje, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul estão assistindo, estão podendo nos ver e nos ouvir pela Internet. Isso aqui que estamos fazendo é radiodifusão ou telecomunicação? Pois é, nós radiodifusores ajudamos a construir. Não temos falta de modéstia, não. Nós, brasileiros e radiodifusores, ajudamos, Senador Eduardo Braga, a construir neste País uma integração, como disse o Evandro, da Globo, aqui. E como muitos outros disseram e ainda vão dizer. Nós levamos livre, aberta e gratuitamente para o Brasil um sinal de qualidade.

Aliás, está aqui o Walter Ceneviva que me contou um dia desses que um sujeito entrou na sala dele e tinha uma televisão ligada. O sujeito falou assim: é tal ou tal operadora? Não vou fazer propaganda de graça aqui. Aí ele disse o seguinte: não, é TV aberta, porque nós, radiodifusores, estamos levando a TV digital, a TV com sinal HD, de alta definição. Mais uma vez, no Brasil, quem ganha dinheiro é o sujeito que

fabrica essas câmaras que estão aí, que não é brasileiro. E depois o sujeito que fabrica o aparelho de televisão. E nós, nesse sanduíche aí, somos o recheio, a parte mais gostosa, talvez, do sanduíche, porque nós damos o conteúdo, nós levamos esse conteúdo. E TV por assinatura no Brasil cresceu por causa da qualidade do sinal. Muitas pessoas não tinham uma boa qualidade do sinal e passaram a optar pela TV por assinatura para ter uma boa qualidade. Hoje nós temos aí pacote básico. O que é pacote básico? São canais abertos. O sujeito empacota e me vende. E o que eu ganho? Nada.

Então, um dos pontos em que a Record coincide com o SBT na posição é exatamente este: essa vedação de que nós possamos fazer telecomunicação no futuro. Não pode existir. Volto ao início: o que nós estamos fazendo hoje, aqui?

Então nós precisamos pensar. A tecnologia não pára. Não é a Anatel que está atropelando. É a tecnologia que está atropelando. E é difícil acompanhar esse ritmo. Para nós, que somos empresários dessa área, também é muito difícil levar a TV digital livre, aberta e gratuita para todo o Brasil sem receber nada. É só investimento, é só dinheiro que a gente bota lá. Interatividade não tem. E quando tiver? Vai ser o quê? Telecomunicação? E eu não posso? Quem está ligando hoje é 0800, Senador. Hoje, quem participa aqui é 0800. Agora, quando fazemos uma promoção, um *reality show* como o nosso, “A Fazenda”, e o sujeito manda um SMS, ele está mandando esse SMS por uma operadora de telefonia. Quem está ganhando dinheiro é a empresa de telefonia. Está certo que é um acordo comercial com o radiodifusor, mas esse trabalho, esse incentivo é deles.

O Johnny – que não está aqui no momento – usou uma expressão de porteiro, que é o porteiro quem deixa o sujeito entrar ou não. Então, sempre me vem aquela impressão do leão de chácara. O sujeito é porteiro de boate: você entra; você não entra.

Complemento um pouquinho o que o Johnny falou: o porteiro às vezes deixa entrar, mas ele olha bem para você e fala: você está muito bem vestido. Vou botar roupa bem feia em você, vou deixar você mais feio do que é e você entra. Resultado: você não ganha nada nessa boate. Você sai mal, pior do que entrou. E é mais ou menos isso que acontece hoje em outro ponto que a Record quer abordar, que é a qualidade do sinal, a taxa de compressão.

Senador, eu levo qualquer um de vocês à minha casa para assistir à TV aberta e à TV fechada. É uma vergonha! O sinal da Record e de outras emissoras é lavado o colorido, tem sombra, enquanto o sinal aber-

to, livre, gratuito, o sujeito confunde com operadora. Então é preciso pensar e atuar nisso.

A Anatel está tomando providências. Já conversei com o Dr. Ara, visitei várias pessoas sobre isso. Eu acho que esse é um dos papéis da Anatel, mas não pode passar despercebido pelo Senado como nós estamos sendo tratados, sendo que muito nós fizemos e continuamos a fazer.

Além disso, outro ponto que também coincide com o SBT é a questão da publicidade. Nós temos no Brasil hoje 35 milhões de brasileiros que assistem, veem TV por algum meio de assinatura, seja ele por satélite ou por cabo. Mas de um milhão assistem o HD, que é o novo produto da TV por assinatura, produto esse do qual muito é nosso: livre, aberto e gratuito. O sujeito empacota a gente duas vezes: vende no analógico e no HD. E tem um porteiro aí também... Não tenho tempo para contar desse porteiro.

Questão da publicidade.

Como é que a gente vive com um limite e o sujeito que ganha, cobra por isso, tem livre, não tem nenhum limite para publicidade? Esse é um ponto que merece também total atenção. Mesmo o texto que hoje limita a 25% ou equipara ao radiodifusor, como está no PLC nº 116, nos parece muito injusto. Precisaríamos repensar esse percentual, porque hoje muitos canais desses internacionais, a gente às vezes esquece o que estava assistindo quando vem o *break*, de tão longa que é a publicidade. Você para e pergunta: mas o que é mesmo que eu estava vendo? É o famoso *break* do banho: dá para você sair, tomar banho, voltar e ainda não perder nenhum espaço da história. Isso precisa ter limite, precisa ter regra.

E nos deixa muito entusiasmados, com a sensação de que o projeto vai andar, porque a iniciativa de realizar uma audiência, Senador Eduardo Braga, junto com o Senador Eunício, com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Delcídio do Amaral e com o Senador Rodrigo Rollemberg demonstra claramente para nós a vontade de fazer com que a fila ande. E é necessário.

O PLC tem coisas boas, ele unifica o setor de TV por assinatura. Isso é um avanço, porque o DTH que está por aí não tem regra. Ele não tem regra nem para me carregar quanto mais para manter o sequenciamento de canal. Essa é outra história. Eu lhe conto cada coisa que já fizeram pelo menos conosco. Dos outros eu não posso falar, porque não convivo no dia a dia.

É preciso aproveitar esse momento, aproveitar esse projeto, aproveitar o Senado, sendo que o projeto já passou pela Câmara, para que isso se torne uma lei, torne-se uma regra, para que a gente não fique mais uma vez à margem das regras ou até mesmo no limbo, como é dito. O Evandro sempre usa essa expres-

são, de que nós, nas nossas renovações, nas nossas questões que estão no Ministério das Comunicações, às vezes a gente está renovando uma outorga... Como me disse o meu Presidente um dia desses. Falou: puxa, que bom! Só daqui a quinze anos! Falei: não, negativo, daqui a sete, porque a gente já estava devendo sete. Mas essa não é a questão que está sendo tratada aqui.

A Record agradece a oportunidade. Vou encerrar nos meus dez minutos, até porque muitos já disseram. Então nossos pontos basicamente são estes: a questão da taxa de compressão, a questão da possibilidade de o radiodifusor fazer telecomunicação e o limite justo para a publicidade nos canais fechados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço a participação do Dr. Márcio Novaes e faço inclusive uma observação efetiva com relação ao DTH.

Enquanto V. S^a fazia a sua palestra, eu conversava com o Senador Walter Pinheiro e com o Senador Eunício exatamente sobre a questão do DTH. E nossas comissões estão nesse momento pensando e analisando essa questão do DTH, porque efetivamente é uma área que já é maioria no Brasil, é um serviço que já é maioria no Brasil. Nós estamos discutindo aqui TV por assinatura. Enquanto isso, DTH já tem maioria no mercado brasileiro, em liberdade e sem controle.

Portanto, apenas para fazer essa observação.

Passo a palavra ao Sr. José Francisco de Araújo Lima Neto, Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Com a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA NETO – Prezado Presidente desta nossa sessão, desta audiência que provavelmente vai ficar marcada na história dos debates políticos no Senado, Senador Eduardo Braga, a quem peço permissão para cumprimentar também a plateia amazonense, porque, assim como o senhor, também sou conterrâneo.

Agradeço esta oportunidade de a ABTA vir se expressar e manifestar seu ponto de vista a respeito do projeto. Cumprimento os nossos Senadores da mesa e também peço autorização para fazer um especial destaque ao Senador Walter Pinheiro, com quem trabalhei intensamente durante três anos, na Câmara, participando de cada etapa desse projeto.

Sinto-me, hoje, com uma sensação *déjà vu* ou de um testemunho do movimento pendular da história. Curiosamente, há vinte anos, em 1991, foi apresentado um projeto do Deputado Tilden Santiago, o Projeto nº 2120, de 1991, que foi uma reação à denúncia feita por mais de cinquenta sindicatos de que havia uma

movimentação do Executivo da época para baixar uma regulamentação que permitiria àqueles que estavam explorando, o que se chamava na época até de serviço de antena comunitária – daí o primeiro nome da ABTA ter sido Abracom– Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias, fundada em 1989 -, havia uma denúncia de que aqueles exploradores da TV a cabo daquela época estavam tentando uma regulamentação que lhes permitisse fazer telefonia e transmissão de dados. Há vinte anos, uma denúncia grave! Olha, o que esses caras estão querendo fazer é telefone e transmissão de dados. Quer dizer, era uma antecipação do *triple player*, do qual tive, em vários momentos, experiência.

Dez anos depois, foi regulamentado, através do serviço de comunicação multimídia, a prestação do serviço pelas empresas de televisão por assinatura, do acesso, do provimento da banda larga para acesso, especialmente, à rede mundial dos computadores.

Então, esse projeto transformou-se, sob a relatoria do Deputado Koyu Iha, sob a presidência, na Comissão, da Deputada Irma Passoni, no que é hoje a Lei do Cabo. A Lei nº 8977 nasceu dessa reação, para impedir que o cabo prestasse esse serviço.

Acredito que a sobrevivência dessa lei tem sido legítima, porque ela conseguiu reunir, em cinco anos de debate, outra semelhança com o PLC nº116. Conseguiu, em cinco anos de debate, reunir um apoio suficiente para dizer que ela era do interesse de uma maioria significativa. Unanimidade é impossível, mas de uma maioria significativa. Na Comissão houve problema e não deu para ser resolvido numa decisão terminativa, mas foi no plenário, quando manteve-se o Deputado Koyu Iha, que se conseguiu, com apoio da maioria, aprovar o projeto que chegou ao Senado em outubro de 1994.

Em janeiro de 1995, houve outro fato histórico curioso. No dia 05 de janeiro de 1995, o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, pela primeira vez, sancionou uma lei. Essa lei foi a Lei do Cabo, que está aí até hoje. A única crítica que ela recebe é a de que está desatualizada em relação ao fenômeno da convergência digital, que seria necessário abolir, espancar, eliminar essa distinção dos serviços por tecnologia e adotar uma definição única, um serviço que pode se valer de qualquer meio físico, seja ela encapsulado ou não, porque isso é indiferente.

Fisicamente não há grande diferença, mas hoje o serviço é prestado só por meio físico encapsulado. O que significaria isso? Que o DTH, que TVA, do que muito provavelmente nunca ouviram falar – não confundam TVA com a sigla do serviço da Abril. A TVA é um serviço chamado de televisão com uma licença

especial, que é transmitido em UHF, fechado, e que pode ser cobrado. Nunca se impôs como serviço, dada à limitação, se bem que há hoje algumas tecnologias que admitem o compartilhamento dessa banda de U para permitir diversos canais, mas também não é ainda uma realidade econômica.

Agora, estamos diante de uma projeto ambicioso que foi, como os senhores sabem, extremamente debatido dentro da Câmara Federal. Nós tivemos quatrocentos e setenta e três emendas; exame de quatro comissões; quatro substitutivos foram produzidos, do Deputado Jorge Bittar, Deputado Wellington Fagundes; de Defesa do Consumidor foi o atual Senador Vital do Rêgo Filho e depois ainda tivemos o do Paulo Henrique Lustosa. Quer dizer, foram quatro substitutivos, todos, nas suas respectivas comissões, aprovados por unanimidade.

No caso da ABTA, que durante todo o tempo foi inflexível na sua oposição quanto a um aspecto do tratamento que foi dado à prerrogativa do conteúdo nacional, a regalia do conteúdo nacional de ter um espaço privilegiado dentro da programação.

A ABTA sempre se colocou, durante de todo esse período, contra isso. Isso é publico, mas, como o próprio Presidente Alexandre Annenberg, a quem represento aqui com muito orgulho, que está ausente do País... Ele estaria aqui se a audiência se confirmasse na semana que vem, mas ele está em Chicago, representando a Associação num evento internacional de televisão por assinatura que ocorre todos os anos, o mais importante evento do mundo. Portanto, é natural que nosso Presidente esteja lá.

Ele sempre, em todas as oportunidades – e não foram poucas as audiências, contei mais de quarenta e cinco depoentes em audiências públicas na Câmara -, sempre a ABTA fazia parte disso, porque a ABTA provavelmente é a que representa a maioria absoluta dos setores atingidos pelo projeto.

Nós temos, dentro da ABTA, produtores, programadores, empacotadores, que caiu de moda. No início, quando faltava iniciativa dos operadores para arrumar pacotes atraentes – pacote para criança, pacote para amantes de esporte, para pessoas que gostam de cinema –, havia uma empresa que realiza esse serviço, uma empresa atuou dessa forma no Brasil. Hoje, quem faz o empacotamento é o próprio operador. Como no supermercado, onde quem organiza a gôndola é o próprio dono do supermercado ou seu gerente, que sabe o que está preparando para venda e a que público se destina o pacote.

Então, os distribuidores também estão lá, os fornecedores de equipamento, os prestadores de serviço de construção de rede. A ABTA, não quero dizer que

é a mais legítima, é a Associação brasileira que consegue reunir todos os *players* do setor. Como não se conseguiu a unanimidade, partiu-se para a decisão democrática, o que custou caro.

A decisão democrática de a maioria apoiar o projeto custou-nos, por exemplo, a perda de importantíssimos partícipes e associados. Como foi o caso, por exemplo, da HBO, da FOX, da Viacom, da Discovery, que saíram da associação. Permaneceram alguns estrangeiros. Estão lá, continuam, até acho que seja uma maneira de continuarem defendendo seus interesses, por exemplo, a Turner, a ESPN, mas a associação foi desfalcada.

Ela nasceu para ser uma associação do setor. Isto é uma coisa raríssima: clientes e fornecedores numa mesma associação e se entendendo há vinte e um anos. Isso é notável.

Um minuto de empolgação, porque agora é a ABTA que está falando com todo mundo. Agora queremos analisar – e é o objetivo principal desta nossa reunião – as consequências, os reflexos do PLS 116.

Muito bem, é um pouco complicada a leitura do que está ali explicado – foi distribuído antes –, mas quero explicar o que aconteceu com o PLS 116. O primeiro passo foi a criação de um serviço com uma denominação nova com o propósito de englobar todas os atuais serviços que são distinguidos pela tecnologia que utilizam. Aliás, a Anatel está em um processo semelhante. Identifiquei na proposta de regulamentação, proposta contorcionista de regulamentação do Cabo, introduziram o art. 51, segundo o qual o Cabo pode ser prestado por qualquer tecnologia. Então, esse cabo agora saiu da cápsula e pode ser frequência radioelétrica, micro-ondas. Bem, mas esse é outro assunto, e acho que temos que, em relação ao PLS 116, nos apressar para os anteciparmos à consagração de uma regulamentação um pouco improvisada. Esse serviço. O serviço de acesso condicionado, é identificado como um serviço que pode ser prestado e complementado por qualquer tecnologia. Nada impede, por exemplo, que eu forneça, que eu obtenha uma autorização para um determinado bairro de uma cidade – porque não será mais necessário pedir licença para a agência municipal – se quero prestar serviço em um bairro, utilizando um satélite para levar até o *headend* local, o cabeçal, para distribuição. Então, isso vai facilitar muito toda a instalação da rede, que é de grande complexidade.

Os elos da cadeia de valor, que destacamos ali, como já mencionei, vou mostrá-los agora. Mostro como se organizou essa cadeia de valores para efeito de projeto, identificando as diversas fases da distribuição do audiovisual. A produção propriamente dita é aquela que, munido de uma câmera, com iluminação, com

artistas, com som, produz-se um conteúdo audiovisual. Esse conteúdo audiovisual, depois de completado seu processo, é selecionado por um programador para compor um canal. Então, preciso de vários programas para compor um canal de televisão. O empacotamento seria a organização desses canais em um pacote, um pacote básico, um pacote dourado, um pacote platinum, seja o que for. Finalmente, a distribuição é quem leva isso à casa do assinante, ao domicílio do assinante.

Portanto, vamos voltar ao PL 116. Limites à verticalização na cadeia de valores: foi uma coisa dura, uma negociação difícil, como já foi várias vezes mencionado aqui. Precisava haver concessões de lado a lado e precisávamos preservar a qualquer custo esse capital, essa riqueza do nosso conteúdo. A única barreira que temos é o fato de que não falamos espanhol. Mas a única barreira nossa é lingüística, e mesmo assim penetra em cento e tantos mercados com produtos de televisão brasileira – legendados ou dublados. A essa verticalização, que me parece indesejável, de quem produz também distribuir, ou seja, fazer todo o ciclo, foram impostas algumas restrições, maiores para as em presas de telecomunicações, as distribuidoras, do que para os produtores e programadores. Estes últimos podem chegar a até 50%, já é uma *joint venture* robusta de uma distribuidora. Em compensação, as empresas de distribuição não podem ter mais de 30% sobre as programadoras e produtoras. Se o conteúdo passou a ser contemplado, abriu-se um cenário propício à participação da Ancine na regulamentação dessa legislação.

Está lá previsto que essas duas agências terão seis meses para produzir uma regulamentação aplicável ao mercado. Quer dizer, acho que esse será um período de muito trabalho, de muita discussão. Lembro-me de que a Lei do Cabo foi sancionada em 95 e sua regulamentação foi baixada em 97. Participei ativamente do primeiro decreto. Conseguimos derrubá-lo porque ele extrapolava os limites impostos pelo marco legal; quer dizer, o marco regulatório ficando maior que o marco legal. Conseguimos que ele fosse revogado, e, mais adiante, foi baixado outro decreto.

A programação, o assunto mais mencionado aqui, especialmente pelos representantes dos estúdios americanos – eu falo americanos porque os canais étnicos são considerados canais de entretenimento, são classificados como étnicos, se é indiano, se é chinês, se é de Abu Dhabi... Então, como nós falamos entretenimento de qualidade e de interesse geral, estou falando do importado americano, que é um produto espetacular, só que ele é amortizado lá. Aqui, ele vem com preço de arrasar; eles vendem uma série pelo preço que um produtor brasileiro gasta para fazer um capítulo de uma

série. Claro eles têm lá o maior mercado do mundo e conseguem amortizar e chegar a um custo ridículo para fazer a exibição no Brasil.

Quanto a isso, houve muita briga. Nós fomos sempre muito sensíveis aos nossos associados, que eram contra as quotas, acho que a maioria dentro da ABTA. Mas que foi-se reduzindo a expressão dessa maioria com as vantagens que o projeto trazia, barando inclusive algum movimento mais agressivo do Executivo, querendo empurrar uma regulamentação improvisada, sem maiores discussões, pelo menos não sendo feitas nas Casas do Congresso Nacional. Então, esse foi um pomo da discórdia, superado por uma maioria, mas não por unanimidade.

Finalmente, estímulo a conteúdo. Sempre apoiamos, pois isso aí é que é o expediente. Deixa que o produto se imporá. Dê dinheiro, dê crédito, facilite a produção, mas ele se imporá como qualidade. Então ele vai ser procurado, não há dúvida. Mas sempre inspirados em fontes e direitos e sistemas comparativos internacionais, a opção foi por incluir no projeto, e passou a fazer parte. Hoje nós defendemos o projeto como um todo, o que vem fazendo o nosso Presidente em algumas ocasiões e que, desta vez, coube a mim fazê-lo.

Então agradeço mais uma vez essa oportunidade. Lamento por ter passado um pouquinho do tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Dr. José Francisco de Araújo Lima Neto.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, representante da Associação Brasileira de Telecomunicações, Telebrasil.

Com a palavra o Dr. Levy.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA

– Não sei se bom dia, boa tarde, mas, em benefício do almoço de todos, não vou estourar meu tempo aqui.

Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eunício, nosso ex-ministro, Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, de Mato Grosso do Sul, esse sinal todos que os senhores estão recebendo de outros Estados é proporcionado pelos investimentos que nós temos feito durante todos esses anos, com certeza, inclusive o sinal de internet, que, para nós, é muito claro. Nós levamos um ponto de A a B; não olhamos para o conteúdo que está lá. Telecomunicações é um ponto a outro ponto carregando, de uma forma neutra, o sinal que nós recebemos e transmitimos com qualidade, como os senhores estão podendo ver. O PLC 116...

Está ali. A Telebrasil é uma associação sem fins lucrativos, trinta e sete anos de história. Participamos, com muita satisfação Confecom – Jonhny Saad estava

aqui presente – em que pudemos debater bastante esse assunto também ,

Quero apenas mostrar aos senhores que, nesses pouco mais de doze anos de privatização, investimos R\$230 bilhões neste País. Temos hoje 277 milhões de clientes; nós temos mais clientes do que a população brasileira. Temos hoje mais celulares do que a população brasileira. É um ambiente extremamente competitivo, e nós continuamos ativando um celular por segundo neste País, uma banda larga a cada três segundos no Brasil. Nós temos apenas 5,1 milhões de assinantes de televisão a cabo, um número, proporcionalmente aos 277 milhões, extremamente pequeno.

O serviço de TV a cabo no Brasil é caro, é concentrado e com baixíssima penetração. No Brasil, todos os Municípios têm infraestrutura de banda larga fixa, todos os Municípios a têm e apenas...

Acredito que eu tenha cometido um engano, porque coloquei 242, ouvi aqui 262 por parte do Ara. Ouvi Evandro falar em duzentos e cinquenta e poucos. Acredito que, se eu colocar ali 262, os pontinhos vermelhos, que são proporcionais ao que tinha sido colocado antes, vão continuar da mesma forma. É muito pouco.

Em São Paulo – para ficarmos apenas comentando sobre o Estado mais rico da País – esse exemplo é também muito triste: são 78 Municípios contra 645 que possuem infraestrutura de banda larga. Aliás, em São Paulo há uma empresa concessionária telefônica, e houve um comentário a respeito no sentido de que, em muitas questões, a aprovação do PL pode fazer alguém fazer o absurdo de ter de se desfazer de alguma operação. Não entendemos que isso é absurdo; ao contrário, entendemos que isso é uma forma extremamente natural. A lei Geral de Telecomunicações... Quem milita nesse setor há algum tempo se lembra da questão da Telefônica com a CRT – a Telecom Itália – quando algumas empresas tiveram de se desfazer daquilo que haviam adquirido, empresas que naquele momento tinham extremo valor no mercado. Muitas vezes, pode ser diferente em outras situações, mas naquele momento eram empresas que valiam muito. Isso fez parte de nossa vida dentro da lei Geral de Telecomunicações, quer dizer, para nós isso é extremamente natural de se encarar. O Brasil tem o preço mais alto entre todos esses países – talvez nem todos possam ler, mas não importa, são bastantes países que estão ali. Além disso, tem a segunda pior penetração. Para quem não está lendo, a mais baixa penetração ali seria por parte do México.

Entendemos a necessidade de oferecer serviços convergentes, e todos falaram aqui, através de uma nova rede de acesso. O país tem discutido muito

a questão de banda larga, e não há como dissociar TV, telefonia, daquilo que se fala como convergência.

Esse novo ciclo de investimentos contribuirá muito para PNBL tenha a enorme capacidade de enfrentar o desafio que nós temos. Temos apresentado a alguns Senadores que estão aqui em outras oportunidades – participamos do painel Telebrasil no início de junho com a presença de diversos executivos e do Congresso Nacional em que os investimentos que nós – o país, a sociedade, – temos de fazer são de um valor enorme, que depois vou apresentar aos senhores.

Como eu tinha dito, dos duzentos e poucos bilhões que nós investimos durante todo esse período de privatização, aproximadamente R\$50 milhões de reais por dia geram ativos e riquezas para o País.

Por outro lado, só em banda larga, nós vamos ter necessidade de investir 144 bilhões até 2020 para incluir o Brasil na moderna sociedade do conhecimento e atingir determinadas situações que alguns países atingiram em 2010 ou 2011. Nós vamos chegar em 2020 à situação que esses países estão atingindo. Cento e quarenta e quatro bilhões em banda larga, para chegar à residência dos clientes, à residência de toda a população, isso vai exigir nova rede de acesso, vai exigir a necessidade de se passar fibra ótica por todos os recantos do País. Isso só se viabiliza com essa nova possibilidade de oferecer o serviço dentro dessa infraestrutura. Não tem como fazer de forma diferente. Pelo mapa que mostramos anteriormente apenas menos de 300 Municípios brasileiros têm essa oportunidade de ter esse serviço hoje.

Os estudos acadêmicos e alguns outros que nós temos contratado – essa é uma planilha mostrada num estudo que fizemos para o Ministério das Comunicações para apresentar a necessidade de investimentos em banda larga – demonstram... E o mais importante ali é observar que os países que têm baixa penetração dos serviços comparados com países que têm alta penetração do serviço. A outorga do serviço é determinante; países que demoram a ter outorga dos seus serviços são países que ficam mais atrasados na penetração. Países que têm outorga anterior às nossas conseguem uma penetração maior desse serviço. A necessidade de o PLC 116 ser aprovado sem restrições, ser aprovado da forma que o setor de telecomunicações entende que é sem nenhuma restrição futura, vai proporcionar ou fazer com que possamos chegar mais rapidamente à situação desses países que estão na nossa frente nos dias de hoje.

Como eu disse, esse grande volume é mais do que necessário para ampliar a oferta de banda larga e só se viabiliza se o operador tiver o serviço possível, completo a ser oferecido.

O PLC 116, antigo PLC 129, nasceu como instrumento para incentivar essa oferta e aumentá-la e permitirá a banda larga em alta velocidade, indispensável ao Plano Nacional de Banda Larga.

Nós entendemos que o País, precisando de 144 bilhões para atingir todos os recantos com o serviço de qualidade de banda larga, se não houver alavancas para que esse investimento possa ser feito dificilmente vamos conseguir chegar lá. Uma das grandes alavancas é o PLC 116.

Discutiu-se, falou-se muito aqui também... A LGT hoje não nos traz uma série de limitações que o PLC 116 vai nos trazer. Entendemos isso perfeitamente, mas entendemos todos aqui falaram de democracia, falaram de uma série de coisas, mas entendemos que há necessidade de cada um ceder para se chegar ao melhor para o conjunto e conseguir atender a demanda da sociedade. É um grande acordo para atender todas essas demandas. Estamos de acordo que algumas restrições que a Lei Geral não nos faz hoje em benefício do restante que podemos ter e que a sociedade vai ter de benefício.

Por isso, não entendemos muitas vezes... e aqui ficou claro que as próprias associações, com algumas divergências dentro delas mesmas, mas, por serem associações, representam os mesmos setores envolvidos. Então, mesmo dentro daqueles setores, me parece muito mais uma questão comercial do que uma questão de princípios da associação. Por isso a apresentação de cada uma delas. E estou aqui sozinho, apenas com parte do tempo que cada um despendeu, mas represento a unanimidade de um setor de telecomunicações. Ele incentiva a concorrência, aumenta a oferta de serviços, diminui o preço, amplia o conteúdo nacional e gera empregos.

Gente, quem é que ganha com isso? A sociedade; os produtores, com cultura nacional; o País, com um mercado mais maduro, com mais investimentos; os trabalhadores, com mais emprego; o mercado de publicidade, com mais canais.

Quem perde? Eu tive a felicidade de ser o último, assisti à apresentação de todos, e acho que cada um de vocês aqui é suficiente, porque assisti, para saber quem perde com isso no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Eduardo Levy, damos como...

A SRA. BERENICE MENDES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

A SRA. BERENICE MENDES – Por favor. Sou Berenice Mendes, da Executiva Nacional do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação).

Não obstante termos encaminhado em tempo hábil requerimento para participação nesta audiência e não obstante ter havido tempo de nosso nome ter sido incluído, e nosso currículo também, na lista de convidados, fomos informados por sua assessoria, ao aqui chegarmos, que nossa fala estava desconsiderada no âmbito desta audiência. Como a sociedade civil... Represento aqui jornalistas, psicólogos, consumidores, artistas, radialistas, a Central Única dos Trabalhadores e mais de duzentas outras entidades que têm o que falar a respeito do PL 116, que venho acompanhando desde 2007, ainda quando PL 29. De modo que pedimos ou a garantia de nossa fala neste momento ou que seja convocada uma nova audiência para que a sociedade civil possa se posicionar frente ao Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas informar à senhora que esta nossa audiência pública tem o interesse obviamente de ouvir todos os setores. Lamentavelmente, temos vários requerimentos que deveriam ter sido adotados. E a demanda colocada por V. S^a – que aqui, com toda liberdade e com todo respeito, recebemos – vamos levar em consideração. A senhora ouviu, ainda há pouco, porque sei que a senhora está aqui desde o início, a colocação, por exemplo, do Senador Pedro Taques, de uma audiência pública que acontecerá na CCJ e na Comissão de Meio Ambiente sobre um tema que também é pertinente à questão em pauta. Esta audiência pública conjunta tende, obviamente, a ouvir as diversas tendências e as diversas manifestações. No entanto, posso dizer a V. S^a que esta não exclui a possibilidade de outras audiências para que possamos ouvir todos os segmentos. Eu apenas quero lamentar o ocorrido, pedir desculpas à senhora pelo que aconteceu e dizer que, em tempo hábil, procuraremos restabelecer a oportunidade para que a senhora possa falar às nossas comissões com absoluta democracia e liberdade de expressão a todas as correntes que queiram se manifestar sobre o tema. Agradeço inclusive a lembrança colocada aqui diante de todos os Senadores.

Muito obrigado por sua presença e pela forma gentil como colocou.

Gostaria de convidar o Senador Anibal para compor a Mesa pela Comissão de Meio Ambiente, porque o Senador Rollemberg tem, neste momento, um compromisso e terá que se ausentar.

Senador Anibal, por favor, componha a Mesa.

Gostaria de passar a palavra...

Consulto o Senador Eunício se gostaria de fazer uso da palavra como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Eu queria simplesmente dizer que esta audiência foi extremamente importante para que nós, que temos a responsabilidade de presidir uma comissão como a Comissão de Constituição e Justiça e de estar com a relatoria de um projeto tão importante como este. É preciso, para que a gente faça juízo de valor, que a gente escuta todas as partes interessadas. É natural que nesse processo existam divergências, existam questionamentos. E a gente aqui se assusta, no Congresso Nacional, porque a frase que eu ouvi aqui ficou marcada: nos últimos dez anos, por exemplo, a Anatel esqueceu que podia fazer essa regulamentação e essa abertura. E, de repente, quando se discute um projeto importante como este, quando toda a sociedade brasileira pode participar e pôde hoje participar, por meio da videoconferência, em que foi dada aqui a oportunidade para que vários segmentos, vários representantes de entidades pudessem se manifestar, no momento em que o Congresso Nacional está numa fase final em relação a este projeto, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião – e não é fácil; quem acompanha o Congresso Nacional sabe que não é fácil –, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião com comissões, no dia de hoje, quinta-feira, reunir aqui todos os Presidentes de comissão, como a CCJ a CCT, a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O que a gente quer mesmo é escutar todos vocês. O que a gente quer mesmo é saber o pensamento de cada um. O objetivo de quem faz legislação está afinado com o sentimento da população.

Obviamente, quando vejo a senhora levantar ali e dizer que não foi atendida no seu requerimento, eu quero deixar bem claro que, em muito breve, muito antes de este relatório ser fechado, na primeira Comissão em que ele está, que é a Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos fazer a audiência pública solicitada pelo Senador Pedro Taques. A senhora pode encaminhar o requerimento, e, de ofício, já está deferida a participação da senhora, que representa também a sociedade civil. É esse o nosso objetivo. Nós somos representantes do povo dos Estados e, portanto, somos nós os responsáveis pelas leis.

Assusta-me muito, com o devido respeito ao Dr. Ara, uma pessoa extremamente técnica, competente, que conheço há muito tempo, mas não posso aceitar esta questão no Brasil de que, quando se faz uma lei no Congresso Nacional, faz-se sempre uma portaria – isso não é privilégio da Anatel – no intuito – entre aspas – “de regulamentar essa lei”, faz-se uma portaria que

se torna, muitas vezes, mais importante que a própria lei que nós fazemos no Congresso Nacional. Portanto, nós vivemos numa democracia e cabe exclusivamente ao Congresso legislar para todos os brasileiros. Eu sou daqueles que não escondo a minha indignação quando ela chega até a mim.

Portanto, eu quero deixar bem claro, meu querido Senador Eduardo Braga, que eu saio daqui com um juízo de valor feito em relação a tudo o que vi. Obviamente, vou processar tudo isso. Vou ouvir a nossa gravação depois. Vou pedir que ela seja transcrita para o papel para que a gente faça leituras, observações. Eu observei aqui, assinalei os pontos mais polêmicos deste PLC, mas é preciso que a gente faça sempre dessa forma. Se as leis fossem feitas sempre assim, com audiências públicas, com a participação das partes interessadas, elas seriam muito melhores e talvez tivessem muito melhor aplicabilidade.

Nós estamos agora – permitam-me, não é um tema inerente – discutindo a reforma política do Brasil. Estão na Comissão de Constituição e Justiça 11 PECs e dois PLS, que nós estamos fechando para aprovação ou não aprovação.

para aprovação ou para não aprovação. Coubem-me, na Comissão, discutir um tema da maior importância que se chama fidelidade partidária. Deparei-me com uma instrução normativa do Tribunal Superior Eleitoral, a última corte eleitoral do Brasil. Eles abriram uma portaria, uma instrução normativa que diz que perderá o mandato aquele que tenha um cargo majoritário e que, mudando de partido, perde o mandato. Eu fiz um questionamento ao TSE: eu sou Senador da República, eleito pelo meu Estado, mas o meu suplente não pertence ao meu partido, o PMDB, o único partido da minha história, com mais de 30 anos de filiação. Quem me substitui? A instrução normativa diz que eu perco o mandato se eu mudar de partido. O meu suplente é do Partido dos Trabalhadores. Eu indaguei ao TSE. Estou-me referindo a portarias e a instruções normativas querendo se sobrepor às leis feitas pelo Congresso Nacional. Eu fiz um questionamento: “quem me substituiria?” Ah, quem o substitui é o seu suplente. Mas ele não é do PMDB. Se o mandato pertence ao partido ou aos partidos, como vai ser a minha substituição? Eu estou dizendo isso para dizer uma única coisa: eu tenho muito medo, eu tenho muito receio, eu fico, às vezes, até mesmo muito indignado quando vejo portarias, portarias, regulamentações, regulamentações sendo baixadas acima das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional. Eu saio daqui com a certeza de que para que a gente possa exercer um bom mandato, para que a gente possa efetivamente representar

o povo brasileiro, é preciso que a gente escute o povo brasileiro. Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Eunício Oliveira, que foi acompanhado, nessa videoconferência, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, bem como pelas Assembléias Legislativas do Estado do Amazonas, do Acre, de São Paulo, que, neste momento, nos acompanham.

Eu vou passar a palavra ao Senador Aníbal, pela Comissão de Meio Ambiente.

Apenas para complementar o que disse ainda há pouco o nosso Senador Eunício Oliveira, é preciso registrar que outras entidades também enviaram ofícios e requerimentos a estas Comissões, no interregno entre a publicação da pauta e a presente audiência. Lamentavelmente, pelo que estabelece o Regimento da Casa, nós não podemos fazer o atendimento de todas essas solicitações. No entanto, a colocação ainda há pouco do Presidente Eunício nos dará oportunidade, por esta audiência pública já estabelecida, de abrir o espaço para que esses setores possam ser ouvidos.

Eu passo a palavra ao Senador Anibal, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentá-lo, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira e dizer que, nesta audiência pública, a nossa missão é muito mais que falar, é ouvir, é sentir o que cada um dos segmentos interessados nesta matéria tem a dizer para a gente tentar formar o nosso juízo de valor e tentar votar de acordo com aquilo que mais atende a necessidade do Brasil.

Não tenho dúvidas de que esta audiência pública, de todas as que participei até agora, foi a mais qualificada, com muitos argumentos potentes a favor e contrários. E a gente vai ter que fazer um estudo aprofundado de cada um desses argumentos para tentar votar com muita razão, sempre atendendo aquilo que é o objetivo maior do Brasil: promover inclusão social, promover inclusão digital, fazer com que esse plano nacional de banda larga realmente aconteça e chegue a todos os Municípios brasileiros para que haja muito mais brasileiros com acesso à informação e ao conhecimento universal disponibilizado na grande rede. E tudo que pudermos fazer no sentido de simplificar o acesso à informação e aos conteúdos acredito que seja de bom grado.

Nenhum projeto é perfeito, e todas as falas aqui apontam para isso. Há falhas, elementos a serem considerados e corrigidos. Acredito que, com o conteúdo todo que foi possível absorver desta audiência, vamos

estar muito mais em condição de fazer uma tomada de decisão mais segura.

Quero fazer um cumprimento especial às pessoas que acompanham lá da Assembleia Legislativa do Acre; à Procuradora Alessandra, do Ministério Público estadual, que está lá presente; à Ângela Mendes – daqui consigo visualizar –, que é filha do Chico Mendes e que está lá acompanhando também – quero fazer uma saudação –; e a todo o povo do Acre, que está acompanhando por meio da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Anibal e passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício, da CCJ; Senador Aníbal, da CMA; Senador Walter Pinheiro, especialista da área, eu infelizmente não pude acompanhar todas as explanações.

Hoje é uma quinta-feira, mas existem várias comissões funcionando no Senado, agendas em Ministérios, enfim. Mas, conforme aquilo que acompanhei, acho que o Brasil hoje – e o Congresso – tem algumas pautas muito bem definidas. Elas são poucas e absolutamente essenciais para o País.

A primeira, a reforma tributária fatiada. Em função até de reuniões com os governadores ontem e de todo o trabalho que o Congresso vem fazendo e também os Ministérios, não tenho dúvida de que esse processo vai ser iniciado nos próximos meses. E ele é absolutamente essencial para o País, começando pelo ICMS, pelo PRS nº 72, depois se adentrando os investimentos, a folha, a renegociação da dívida, e assim vai.

Outro desafio nosso é a logística, que, mais que nunca, prejudica a competitividade, o avanço que especialmente os empresários e os produtores brasileiros conquistaram ao longo desses anos.

O terceiro ponto é a energia, item essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que é um grande debate. Todos nós sabemos o que representa um racionamento de energia: algo gravíssimo para um país.

E o quarto ponto são as telecomunicações, mais especificamente o PLC nº 116. Aqui foi falado do trabalho executado em várias comissões, da discussão dos marcos regulatórios. Mas acho que essa questão, o PLC nº 116, é absolutamente fundamental. Foi pela importância que esse assunto representa que os presidentes das comissões se organizaram, e estamos fazendo uma audiência pública histórica, reunindo cinco comissões do Senado – como falei inicialmente

aqui – e falando para todo o Brasil, para todas as Assembleias Legislativas.

E vemos os avanços da televisão, da radiodifusão, do HD, da telefonia. São impressionantes os números. Saltam aos olhos, Senador Eduardo Braga, os números das empresas de telefonia, daqueles que têm acesso à TV a cabo. Portanto, entendo como absolutamente prioritária a discussão, nas comissões do Senado, do PLC nº 116.

Nós desenvolvemos, como disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, projetos muito parecidos, mas, na tramitação no Congresso, o PLC nº 116 foi mais ágil. Portanto, é ele que vai ser o foco principal desses debates.

Esse projeto vai passar pelas comissões, mas estou absolutamente convencido, Sr. Presidente, de que estamos diante de uma corrida contra o tempo. Estamos hoje, em função dos números, num quadro em que, em vez de o cachorro balançar o rabo, o rabo está querendo balançar o cachorro.

E, ao mesmo tempo, temos hoje uma corrida tecnológica. No meu ponto de vista, se não houver uma legislação... Sei que isso tem de ser aperfeiçoado, que existem pontos polêmicos nesse projeto. O Senado Federal, assim como está fazendo na discussão do novo Código Florestal, terá o equilíbrio necessário para, debatendo com a sociedade, com os principais agentes, efetivamente colocar à disposição uma legislação adequada para o País.

E vejo essa corrida tecnológica e a corrida legislativa com muita preocupação, porque – vamos ser bastante claros –, se esse projeto se estender por muito tempo, seremos atropelados pela tecnologia. Não tenho dúvida nenhuma disso. Portanto, é essencial que tenhamos uma legislação que corresponda a um marco para essa questão que estamos aqui discutindo, sem deixarmos de considerar um item absolutamente fundamental, que é o conteúdo nacional. E o conteúdo regional também, porque isso é, acima de tudo, cidadania, é um incentivo à nossa história, a tudo aquilo que conquistamos em todos esses anos de vida.

Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, nós daremos absoluta prioridade. Esse será um dos projetos prioritários, para que, na Comissão de Assuntos Econômicos, ele tenha uma tramitação célere, porque senão vamos perder a corrida para a tecnologia e para a capacidade que alguns atores têm de efetivamente liderar esse processo; porque senão vamos perder uma grande oportunidade para o Brasil.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a todas essas pessoas que vieram a esta audiência pública, especialmente aos expositores, que, com muita clareza e com muita honestidade, colocaram aqui seus pontos

de vista e que nos alertaram, para que procuremos aperfeiçoar o PLC nº 116.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e registro a presença da nossa Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, gostaria de dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia fará uma deferência ao nosso Senador Walter Pinheiro, que, desde os primórdios do debate sobre essa questão, vem trabalhando esse tema no Congresso Nacional e que fará, portanto, em nome dos Senadores, o uso da palavra, no encerramento da participação do Senado.

Mas gostaria, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, de manifestar uma posição pessoal, a decisão do empenho de todos os presidentes aqui presentes, para que pudéssemos formular esta audiência pública.

O objetivo desta audiência pública, para os Senadores, para estas comissões, era exatamente poder ouvir a opinião dos diversos setores, dos diversos segmentos, sobre esta questão do PLC nº 116, que todos nós reconhecemos que é polêmica, mas, ao mesmo tempo, absolutamente necessária.

O Brasil não pode, enquanto nação, continuar tendo suas legislações sendo construídas muitas vezes de forma improvisada, ou por portaria, ou por decisões de decretos, ou por decisões de outros poderes que não o Poder Legislativo. Porque é exatamente no Poder Legislativo que temos essa ampla capacidade do debate e do auscultamento da opinião da população brasileira, pelos seus mais diversos representantes, que foram eleitos pelo voto direto da democracia e que também exercem, através das suas comissões, através dos debates, o exercício do conhecimento do contraditório. É obvio que, no mundo moderno, quando debatemos as questões ainda há pouco levantadas pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, das necessidades prementes de logística, de infraestrutura, para que o Brasil possa continuar crescendo e se desenvolvendo da forma que o Brasil vem implementando nos últimos oito, nove anos, é indispensável perceber que o Brasil está diante de grandes desafios. Desafios como, por exemplo, as nossas estradas; desafios como, por exemplo, a questão dos nossos aeroportos, dos nossos portos; desafios na geração de energia, nas linhas de transmissão, nas distribuições. Mas é indiscutível que um país que ocupa o destaque que o Brasil ocupa hoje na economia mundial precisa ser competitivo também através de uma plataforma tecnológica indispensável

para o mundo moderno como a banda larga na Internet, como os acessos a economias nas nossas empresas, nos nossos setores competitivos e a inclusão de regiões que ainda estão excluídas desse processo. A retirada do isolamento de brasileiros que não podem continuar à fronteira do nosso desenvolvimento.

Aqui estão representantes no Senado Federal de várias regiões. Eu represento o Estado do Amazonas, nosso Senador Aníbal representa o Estado do Acre – portanto, a Amazônia aqui representada; o Mato Grosso do Sul aqui representado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral; nosso Nordeste representado por dois dos seus ilustres líderes e representantes, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira; o Sul do País representado pela nossa Senadora Ana Amélia aqui presente, representante do Estado do Rio Grande do Sul. Mas a verdade dos fatos é que aqueles que estão na Amazônia, isolados muitas vezes pela aviação regional que é proibitiva, nas distâncias quilométricas da Amazônia, sem ter o acesso à modernidade de uma telemedicina que possa levar o diagnóstico de doenças que ainda matam...

Costumo destacar que, analisando o último censo, Senador Eunício, a única região brasileira em que o sexo masculino é maioria na população é a região Norte, porque, lamentavelmente, câncer de mama e câncer de colo de útero diminuem a expectativa de vida das mulheres na Amazônia brasileira.

Esta é uma questão humanitária e social, que no Brasil não responderá apenas pelos interesses econômicos e financeiros, que muitas vezes visam a exclusivamente o lucro do setor privado. Compete, portanto, a nós legisladores e brasileiros que representam a federação no Senado da República equilibrar essa disputa e fazer com que essas plataformas tecnológicas, seja pela radiodifusão, seja pela fibra ótica, seja pela tecnologia do satélite, porque aqui ouvimos ainda há pouco uma referência irônica dizendo: “Agora TV a cabo vai ter tecnologia de todo tipo”. Na realidade, nós sabemos que, por exemplo, na Amazônia brasileira, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, no Estado do Pará, para que possamos ter acesso a todas as tecnologias não será possível fazê-lo exclusivamente por fibra ótica. Satélites com banda larga dedicada naquela região serão absolutamente indispensáveis se nós quisermos vencer esses desafios, que não são apenas de infraestrutura, mas que têm aspectos sociais e humanitários extremamente importantes, numa região que detém o maior patrimônio do povo brasileiro e um dos maiores patrimônios que o Brasil hoje dispõe na sua vantagem comparativa no enfrentamento de discussões estratégicas no contexto internacional.

Digo isso para agradecer, agradecer profundamente a todos os senhores e senhoras que aqui vieram e que aqui participaram deste debate, contribuíram com as suas posições, posições coerentes e, acima de tudo, de forma democrática, respeitosa e com o cumprimento rigoroso do horário e da participação de cada um. Isso possibilitou que pudéssemos ouvir uma gama enorme de opiniões, sem perder de vista as necessidades e os avanços que já alcançamos e que precisamos alcançar, e de reconhecer a importância e a relevância do Senado da República e do Parlamento brasileiro.

Dito isso, quero agradecer às assembleias legislativas que nos acompanharam, quero agradecer aqui aos nossos Estados do Brasil inteiro que manifestaram interesse de poder estar junto conosco utilizando dessas plataformas todas, e ainda há pouco ouvimos um dos palestrantes dizer que isso só foi possível graças aos nossos avanços. Esses avanços foram muitos, mas nós precisamos ir além desses avanços.

Agradeço, portanto, ao Ceará, ao Amazonas, a São Paulo, ao Acre, ao Piauí e aos outros Estados que nos acompanham.

E passo a palavra ao nosso Senador Walter Pinheiro, que fará uso da palavra para encerrar a participação por parte dos nossos Senadores nesta audiência pública que reputo ter sido uma audiência pública histórica e que marca, sem nenhuma dúvida, um divisor nas posições aqui ouvidas, e que todos os Senadores irão formar seu juízo de valor para que possamos então nos manifestar quanto ao mérito e ao conteúdo do PL 116.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que a usará da tribuna.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, meu Presidente da Comissão Eduardo Braga; Senador Aníbal, aqui representando a Comissão de Meio Ambiente; Senador Eunício, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; eu, meu Presidente, fiz questão de falar como orador inscrito, apesar de ter sido delegado aqui pelo meu Presidente Roberto Requião, da Comissão de Educação, da qual também faço parte, mas fiz questão de dizer a ele que preferia falar como membro da CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), até para manter a minha trajetória de vida, de luta e a relação, inclusive com esse debate.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer a V. Ex^a, assim como aos demais presidentes, aqui está o Presidente Eunício, com o qual inclusive iniciamos essas conversações para esse debate, para não só darmos sequência àquilo que o Presidente Eunício teve oportunidade de

fazer enquanto Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados... Eu até brincava hoje de manhã cedo com um dos Deputados, que terminou sendo o último Relator, dizendo: "Quis Deus que a aprovação do projeto fosse exatamente no período em que o relator fosse um cearense e o Presidente da Comissão também um cearense".

Esse não é um debate que estamos fazendo aqui hoje, é uma continuidade. O Francisco, da EBTA falava aqui da quantidade. Eu estava, Francisco, buscando na memória, mas fizemos mais de cem reuniões discutindo esse PL 116. Mais de cem, se levarmos em consideração as reuniões que fizemos com grupos, separadamente, com o relator recebendo cada entidade, cada personalidade, cada figura que queria discutir esta matéria. Não me recordo da indisposição de Jorge Bittar e de Paulo Lustosa para esse feito. Os dois com os quais tive relação direta, por ser membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sem contar Vital do Rêgo e outras figuras, como o próprio Bruno, que era Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor à época. Então, portanto, foram mais de cem reuniões.

E aqui o Senador Eunício usou uma expressão que é muito forte e muito propícia: Quisera a aprovação de lei tivesse um grau de interação que este projeto está tendo. Às vezes às pessoas cobram da gente: "aprova, aprova, aprova", "o Congresso não funcionou", "o Senado não funcionou", "não votou lei", porque as pessoas medem o funcionamento de Câmara e Senado como se fosse possível medir, como quem fabrica sandálias. Produção em série. Ao produzir sandálias, às vezes, umas soltam as tiras, e outras deixam mau cheiro.

Portanto, o debate sobre uma questão de lei deve estar associado a um outro processo. Aí, há essa interação. É que este é o momento inclusive para a gente fazer esse debate aprofundado.

O segundo ponto que quero levantar aqui da crítica: publicamente, meu cara Ara, e aqui na mesma linha do que colocou o Eunício, eu fiz a crítica à Anatel quanto à apreciação, não pelo fato de uma instituição estar tomando o poder da outra. Fiz a crítica inclusive ao Poder a que eu pertenço, pelo fato de não compreender que deveríamos acelerar um pouco mais a apreciação da matéria, para não permitir, inclusive, atropelos, não na competição de quem vai produzir a legislação sobre essa área – até porque compete a nós –, mas exatamente por conta do perfil que esse segmento representa.

Eu não acho que isso pode ser tratado com um simples ajuste de uma portaria ou uma decisão de uma agência. Esse é um dos pontos mais incidentes na nossa economia e na vida da sociedade. Nós estamos tratando aqui da reformulação de um segmento

que incidirá decisivamente na vida de cada cidadão, na agenda do dia, nas oportunidades, na democratização ao acesso. Então, acho importante lembrar isso. Não estamos tratando só e somente só de uma parcela da economia, ou para atender radiodifusores ou operadores de telecomunicações.

Portanto, a compreensão que a agência deveria ter sobre esse tema é nessa linha. Aqui, o que está em jogo é exatamente aquilo que a agência tem de cumprir: defender os usuários e os consumidores brasileiros. Na minha opinião, o papel de uma agência reguladora é a defesa dos interesses desses da sociedade; por isso, ela foi constituída. Assim, esse debate tinha de ser amíúde, mas casado com a necessidade de responder ao tema.

Nesse debate, temos dois segmentos: um, com dez milhões de usuários; outro, só em celular – anotei aqui por segundo, como relatou a Telebrasil – íamos falar em duzentos e sete milhões de celulares.

Portanto, se não tivermos cuidado, se não tivermos exatamente essa acuidade em tratar esse assunto, é lógico que quem tem duzentos e sete milhões tem a unha maior, vai subir na parede muito mais rápido e vai esmagar... Então, não teremos competitividade se as regras claras não forem adotadas, se os papéis da Anatel e da Ancine não ficarem estritamente claros num projeto como este.

A tendência natural é que os órgãos reguladores não tenham a menor capacidade para o enfrentamento principalmente do tamanho desses operadores. É importante enxergarmos todos esses aspectos e trabalharmos os pontos cruciais dessa nova relação. Volto a frisar que isso é uma atividade econômica, mas uma atividade econômica que carrega, que empacota, que distribui algo que é um valor imaterial, importantíssimo na sociedade: é um negócio chamado informação, conhecimento, cultura. São valores preciosos e garantidos constitucionalmente no nosso País.

Nós precisamos agora fazer o desdobramento das garantias constitucionais, para que, em lei, a gente possa promover as condições para que isso chegue a todos, e não só a 262 Municípios. Como isso pode ser utilizado para ampliar a capacidade de banda larga de que todo mundo fala? Como nós podemos casar as diversas infraestruturas e fazer cumprir inclusive o artigo da Lei Geral de Telecomunicações, o compartilhamento da infraestrutura, o tal do *unbundling*?

Do contrário, vamos ficar cobrando investimentos de radiodifusores, operadores de telecomunicações quando, na realidade, se tivéssemos essa obrigatoriedade, poderíamos exatamente compartilhar essa infraestrutura e chegar em mais de 262 Municípios.

Esse é um ponto crucial nesse debate. Não temos a pretensão de o PL nº 116 resolver todos os problemas do mundo. A convergência de mídia, a convergência tecnológica e a convergência inclusive das ideias nos colocam agora diante do PL nº 116. Portanto, o esforço do Senado agora é por tentar mediar, sim... Eu gostaria muito que o PL nº 332, de minha autoria, fosse aprovado na íntegra. Para quê? Para ter o prazer de dizer que aprovei um projeto de minha autoria em conjunto com Paulo Teixeira? Não.

Então, é importante que a gente tenha a capacidade de mediar.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria tocar em alguns pontos que acho que vão merecer de nós, Senadores, um aprofundamento maior para que a gente possa produzir algo e, efetivamente, entregar à sociedade brasileira uma ferramenta.

Aliás, deixe-me fazer uma crítica aqui. Alguns aqui talvez a conheçam. O Evandro estava aqui e saiu, Chico, Slaviero, Marcio. Sempre fiz uma cobrança – aliás, estou há quatro anos fazendo essa cobrança, e o Johnny Saad sabe disso. Fruto dessa cobrança, logo em seguida, fomos fazer um debate no Canal Livre, no domingo à noite, sobre esse projeto. E minha cobrança é o seguinte: é interessante que estamos tratando de uma matéria que envolve, Marcio, TV por assinatura, radiodifusores, processo de comunicação, e eu nunca vi um programa específico em nenhuma emissora, em nenhum canal desses, em nenhuma rede que tratasse esse tema. Estou fazendo, de novo, a cobrança.

Estamos fazendo a transmissão aqui pelo Interlegis. Mas isso é a essência desse segmento! E esse segmento ainda não topou abrir para fazer o debate. Quantos programas especiais essas redes têm? Poderiam dedicar um programa especial, mesmo na TV por assinatura e mesmo na TV aberta. Quantos programas há para isso? Para chegar e dizer: “vamos fazer o debate nesses canais”. O que isso representa para o povo brasileiro? Estou falando de um país em que a TV aberta está presente em quase todas as casas.

Eu estava brincando com o Eduardo Braga: “nós perdemos Minha Casa, Minha Vida”. Eu disse: “Eduardo, nós perdemos a oportunidade de votar TV por assinatura. A Dilma está lançando Minha Casa, Minha Vida; se não tiver Minha Casa, Minha Vida, não dá para pendurar uma parabólica, não dá para pendurar uma antena”.

No interior da Bahia – eu posso falar aqui sem medo de errar, e a mesma coisa deve estar acontecendo no Ceará, no Mato Grosso do Sul, no Acre, no Amazonas –, meu caro Eduardo, eu posso dizer aqui tranquilamente que mais de 60% da população assiste TV via parabólica.

Na Bahia, há um povoado chamado Tracupá, cuja principal atividade econômica é exploração do couro, fabricação de carteiras, cintos. E o nome do povoado deixou de ser Tracupá, que é um nome indígena, por conta dos índios que vivem naquela região, kiriris e outros. E aí? O Tracupá agora se chama “povoado da parabólica” Não tem uma casa sem parabólica.

Então, é importante fazer esse debate com vocês. Vocês podiam nos ajudar para que esse debate pudesse chegar à vida das pessoas, para o sujeito chegar lá no Crato, em Corumbá, em Cruzeiro do Sul ou em qualquer outra região ribeirinha, do Amazonas, aonde só se vai de barco, mas aonde o sinal chega.

Eu sou do tempo, Eduardo... Chico falou aqui de 1991 – eu era o presidente da federação dos trabalhadores quando entramos com esse projeto. Em 1991, eu era o presidente da Fitel. Eu sou do tempo da tropodifusão para atender o Amazonas, no sistema Telebrás. Eu venho de lá. Era assim que a gente atendia o Amazonas.

Esse tempo mudou: ou a gente aproveita isso, essa mudança de tempo... Quando começamos a discutir o PL nº 29, que era assim chamado na Câmara, nós estávamos discutindo o 3G. Nós estamos aqui fechando o debate sobre o PL nº 116 no Senado, quando agora estamos discutindo LTE, outra tecnologia; quando estamos discutindo inclusive outras formas. E a TV digital? Quando ela bater na mobilidade, sem regras, sem condição para que isso opere, como é que isso vai ser processado? Volto a frisar: quem tem 207 milhões de celulares na rua pode tranquilamente enfiar o que quiser, fazer *download* do que quiser. E aí? Depois, adiante, nós vamos ficar só reclamando que o aspecto tecnológico tem nos atropelado?

Portanto, criar condições, traçar o caminho, é para permitir principalmente o atendimento de quem está lá na ponta, chegar em todos os cantos deste país, aproveitar essa capilaridade. Eu, por exemplo, tenho dito sempre que quero botar o povo de TV por assinatura para dentro para ver se a gente aumenta a possibilidade dessa última milha de que a gente tanto reclama. A Telebrás anunciou agora que nós vamos chegar a trezentas cidades com banda larga. Faltam 5,3 mil ainda! Não é fácil não, meu velho. É importante termos essa compreensão.

Os Senadores e Deputados não aprovaram uma lei sem ler. Não foi isso, acho muito difícil que isso tenha acontecido. Tiveram toda uma preocupação, foram trabalhando. Nós cometemos erros como legisladores, é por isso que estamos fazendo audiências públicas, queremos escutar para a gente entender isso.

Quais são os pontos de divergência que estamos enfrentando aqui?

Primeiro, as restrições, que foram levantadas aqui. E é importante a gente lembrar uma coisa: as restrições valem para radiodifusores como valem para operadores de telecomunicações, 30% para as teles, 50% para os radiodifusores. Esse debate foi travado exatamente para não permitir um processo em que você tivesse um domínio muito forte.

É fundamental que a gente tenha um processo local, por isso é que insistimos na produção cultural local, por isso é que insistimos na produção independente. E não é só para fortalecer a produção cultural local, mas principalmente para a gente permitir que emissoras locais, relacionando-se com sua produção cultural local, tenham capacidade de sobreviver ante as grandes em nível nacional. Não com o intuito de derrotá-las, mas com o intuito, inclusive, de ter oportunidade de entrar nesse debate. É por isto que essa combinação no PL nº 116 é importante: é para a gente incentivar a chegada de operadores locais também, para servirem como porta de captação.

Então, quando o Manoel Rangel fala do incentivo... Se não tiver onde veicular, não adianta incentivar a produção independente. Eu vou escoar isso onde? Na manivela local?

O Discovery Kids deu uma grande demonstração de que, no Brasil, há produção cultural de qualidade: está lá na grade do Discovery Kids programa produzido aqui, neste país. Então, não é esse debate de que nós estamos impondo uma cota e que a qualidade, por si só, chegaria. Se não tiver a cota, várias das qualidades produzidas neste país não terão oportunidade de ser apreciadas. Ela é uma janela de oportunidade, ela não é uma regra de imposição para você comprar qualquer produto. É esse o debate. Então, acho que é importante trabalhar com esses aspectos.

Outro aspecto, além da cota, que quero levantar é exatamente essa história do conteúdo e da produção independente. O Brasil, por força da inexistência de regras como essa, tem uma produção cultural muito concentrada, por conta exatamente da força de alguns. Não dá para culpar tal rede ou tal produtora. Na realidade, foi exatamente a ausência de incentivo e de uma política para essa produção que fizeram com que quem era mais forte e que tinha, inclusive, os meios para isso, pudesse ampliar e alargar sua capacidade de produção cultural.

Outro aspecto: a questão da regulação por camadas versus a questão da ausência de regra. O Presidente tocou muito bem aqui: TTH tem ausência total. Então, como é que a gente pode fazer isso? É o debate sobre serviços e atividades. O que é que se regula? Portanto, é possível que isso fique claro.

Eu poderia perguntar ao meu companheiro Manoel Rangel, da Ancine: e aí, será que a Ancine está preparada para essas tarefas? Tem de estar. O nosso papel, enquanto Senado inclusive, é fiscalizar e cobrar essa Ancine para que ela, dentro desse período, não burocratize nem congele as atividades, nem tampouco utilize essas suas atribuições para se contrapor ou até para extrapolar as suas tarefas. É importante que façamos isso tanto com a Ancine quanto com a Anatel. As críticas que tanto Eunício quanto eu fizemos aqui valem também para a Ancine. Esta é a nossa tarefa: ir para cima e dizer “Limite: você tem de ir até aqui”. Então, é importante discutir esse aspecto.

A questão da publicidade, que é outra reclamação.

A publicidade vai até para a história do financiamento, por isso é que introduzimos aquela engenharia muito bem produzida pelo companheiro Jorge Bittar, tentando sacar um dinheirinho do Fistel e jogar para cá para permitir que você pudesse dispensar um recurso para o fomento. A publicidade adquirida a partir de cada rede vai ser dispensada? Ou seja, o financiamento privado vai ser utilizado para a produção independente? Eu particularmente não creio nisso.

Com todo respeito: nós não estamos tratando de caridade, nós estamos tratando de uma atividade econômica. Portanto, nós queremos dar aos senhores, da atividade econômica, as condições para que exerçam a atividade econômica, mas nós também precisamos dar a esse segmento a possibilidade de fomentar, de incentivar, de permitir que outros atores cheguem a esse cenário para aumentar a competitividade.

Há também o debate sobre essa questão da distribuição da publicidade. Aliás, há uma crítica que sempre faço... Já ouvi alguém falando aqui da qualidade da distribuição. Na hora, o Senador Inácio até tomou um susto: “Eu pensei que fossem três horas por dia, mas são três horas por semana, o negócio da cota...”. Aí todo mundo fala: “Mas as redes colocam filmes de primeira linha...”.

Eu poderia citar aqui o nome de pelo menos dez filmes, mas vou citar de dois que todo mundo conhece. São ótimos filmes, ótimos artistas, filmes excelentes, mas que estão permanentemente na grade, estão sempre sendo exibidos. Duro de Matar já ficou duro de ver, porque é repetido frequentemente, principalmente perto do Natal – acontece exatamente no final do ano, com a mulher de um grande ator num sequestro. O outro é O Diabo veste Prada. Esses filmes são permanentemente repetidos!

Não estou falando da qualidade desses dois filmes, estou falando da insistência na repetição deles. Não acredito que seja por ausência de produção, porque há um bocado de outros filmes, inclusive de fora.

Não estamos tratando aqui de botar cadeado e de determinar que não entre absolutamente nada de lá para cá, nós não estamos fazendo isso. Não dá para transformar o Brasil numa ilha, nós não temos nem estrutura para isso, além de ser incorreto. O que nós estamos propondo somente é que dêem uma olhada e, nesse cenário, permitam também a entrada daquilo que é produzido no Brasil.

As regras de transição.

A história aqui é muito claramente colocada – vou encerrar, Sr. Presidente – e trata principalmente dessa questão do carregamento, meu caro Davim. Então, acho que esses debates, esses pontos...

Queria dizer muito sinceramente – eu disse ao Presidente ali – que, na minha opinião, são três pontos centrais, mas, se a gente distribuir aqui, nós vamos ter condição de fazer esse debate com os senhores e as senhoras, com a sociedade, internamente, para a gente tentar ajustar o projeto e ter a oportunidade de entregar ao povo brasileiro uma ferramenta que, de certa forma, nos coloque diante de um momento em que a nossa obrigação é chamada à responsabilidade.

Volto a insistir: se não fizermos isso, nós não teremos, de forma nenhuma, uma contribuição para dar neste cenário que vai se configurar daqui a pouco tempo. Portanto, essa é uma tarefa da qual a gente não pode abdicar. Não se trata de produzir mais uma lei, mas de pelo menos tentar criar os caminhos para tirar cerceamento de direito de escolha de prestadora de serviço e principalmente do consumidor, para a gente tratar essa questão das cotas muito mais numa linha de oportunizar e não de obrigar, para que a gente permita, inclusive, nessa questão das vedações estabelecidas para as teles e para os radiodifusores, que tenhamos condições de equacionar isso e que não se invada o outro a partir da sua estrutura, meu caro Evandro, que é esse cenário de competição no Brasil. Se for estabelecido sem essa regra, não vai ser um enfrentamento igual, mas desigual.

E eu queria deixar aqui três ponderações exatamente na linha das agências reguladoras, tanto a Ancine quanto a Anatel, para entender quais são os pontos desse projeto e como é que esses dois setores vão atuar pensando no consumidor brasileiro.

A Ancine, eu já tinha dito... Penso que seria importante que a agência, cada vez mais, demonstre que não será um obstáculo a esse processo. Ao contrário, ela tem que ser o instrumento facilitador, principalmente para esse mercado se desenvolver, pois é o mercado que mais precisa, e possa chegar.

Aos operadores, gostaria de dizer que considerar a produção independente, a programação, a diversificação da programação, a oferta ao consumidor,

a todos esses, gostaria que pudéssemos pensar na possibilidade de cada um ir cedendo. Gostaria muito e quero encerrar com isso. Que eu pegasse aqui e dissesse: é o 332. O 116 é exatamente o extrato desse conjunto de divergências que acumulamos. Não teria como produzir o 116 atendendo a um e discordando de outro. Estamos fazendo um esquadramento literal de todas as propostas e de todas as posições. E fomos medianos em quais os pontos que poderiam ser produzidos, chegando a isso que está aí.

Quero insistir: em minha opinião, esses pontos básicos que levantei merecem, de nossa parte, enquanto Senadores, um pouco mais de acuidade para ver onde é possível revisar, onde é possível abrir um pouco mais a mão e até onde possível também contar com os segmentos, para que eles entendam que não temos mais condição de aguardar por muito tempo a produção de algo que possa organizar o segmento e não engessá-lo para esse futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro e ao encerrar esta audiência pública, gostaria de dizer que, neste dia, ouvimos praticamente todos os segmentos e ouvimos também diversas opiniões, chegando ao cabo desta audiência pública convencidos de que recebemos contribuições importantes para que possamos, em cada uma de nossas comissões e, finalmente, no plenário, ter um projeto de lei que possa cumprir com o principal objetivo de todo esforço do Senado da República: fazer com que o consumidor, o cidadão brasileiro possa ter uma melhor qualidade no serviço, um preço mais competitivo e um mercado que possa assegurar às futuras gerações um Brasil melhor, mais qualificado e mais bem preparado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 27 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e sete minutos, do dia vinte e um de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques,

Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Ana Rita e Marinor Brito, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Gim Argello e Randolfe Rodrigues e a Senadora Marta Suplicy. Usa da palavra o Senador Mário Couto. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença de Dr. Tito Souza do Amaral, indicado ao cargo de Conselheiro do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público); Dr. Marcos Salomão, Presidente da AMATRA 4 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região); Dr. Luiz Antonio Colussi, Secretário de Assuntos Jurídicos e de Atualização Legislativa da AMATRA 4 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região); Dr. Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho); Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor de Assuntos Legislativos da (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região); Dra. Patrícia Cerqueira Oliveira, Juíza de Direito – Bahia e Coordenadora da ENM-AMB (Escola Nacional da Magistratura – Associação dos Magistrados Brasileiros). Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 15, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado Jefferson Luis Kravchychyn, inscrito na OAB/Santa Catarina sob n. 3561, para composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Lido o Relatório e iniciada a discussão. Aprovado o Requerimento nº 49, de 2011-CCJ, que solicita o adiamento da discussão. ITEM 2) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2011** Encaminha, nos termos do inciso VIII do artigo 103-B, da Constituição Federal, a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ney José de Freitas, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz do Tribunal Regio-**

nal do Trabalho da 9ª Região, Ney José de Freitas, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 13 (treze) votos favoráveis. **ITEM 3) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 33, DE 2011** Submete a indicação do Juiz JOSÉ GUILHERME VASI WERNER para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz José Guilherme Vasi Werner para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 13 (treze) votos favoráveis. ITEM 4) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 37, DE 2011** Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Conselho Nacional de Justiça. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 13 (treze) votos favoráveis. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2011** Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição da República, o nome do Senhor Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 2) Não Terminativo OFÍCIO “S” Nº 36, DE 2011** Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Conselho Nacional de Justiça. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Votação secreta. A matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de

escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 15, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Jefferson Luis Kravchychyn, para compor o Conselho Nacional de Justiça.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 19, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 33, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor José Guilherme Vasi Werner, para compor o Conselho Nacional de Justiça.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício “S” nº 37, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Gilberto Valente Martins, para compor o Conselho Nacional de Justiça.” **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Ofício “S” nº 15, de 2011, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se realizar no dia 29 de junho de 2011, após a Reunião Ordinária.” **Autoria:** Senadores Pedro Taques, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, José Pimentel, Marinor Brito, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Simon. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e trinta e dois minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira).

ra) e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 4.

ITEM 1:

OFÍCIO “S” Nº 15, DE 2011

– Não Terminativo –*Encaminha, nos termos do art. 103-B, inc. XII, da Constituição Federal, a indicação do Advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, inscrito na OAB/Santa Catarina, sob o nº 3561, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.*

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatório: Votação secreta.

ITEM 2:

OFÍCIO “S” Nº 19, DE 2011

– Não Terminativo –*Encaminha, nos termos do inc. VIII, do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, 9ª Região, Dr. NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça.*

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

ITEM 3:

OFÍCIO “S” Nº 33, DE 2011

– Não Terminativo –*Submete a indicação do Juiz JOSÉ GUILHERME VASI WERNER, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.*

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

ITEM 4:

OFÍCIO “S” Nº 37, DE 2011

– Não Terminativo –*Encaminha, nos termos da Resolução nº 7, 2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/ 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do Promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS, do Ministério Público do*

Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Conselho Nacional de Justiça.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador representante do povo do Paraná, esse bravo combatente peemedebista, Roberto Requião, para proferir o seu relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Entusiasmado com essa sua concessão, Presidente, passo a ler o relatório.

O Ofício em epígrafe tem por base o art. 103-B, XII, da Constituição Federal, e com ele são encaminhados, para apreciação, os dados pessoais do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN.

O referido art. 103-B da Carta Política estabelece que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é composto por quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. A indicação sob análise – de advogado (inciso XII) – compete ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por sua vez, o 103-B, § 2º, da Constituição Federal, atribui ao Senado Federal competência para aprovar, por maioria absoluta, a escolha dos membros do CNJ. Para tanto, com o Ofício foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado.

A Resolução nº 7, de 2005, alterada pela Resolução nº 22, de 2009, estabelece as normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça. Pelo normativo, todos os indicados devem ser sabatinados por esta Comissão, devendo o Relatório ser apreciado em sessão pública e a votação procedida por escrutínio secreto.

Até, Sr. Presidente, neste sentido, apresentei um projeto de resolução modificando esse rito da sabatina e da escolha. Nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, a escolha de um juiz do Supremo leva seis meses e inclusive meios de comunicação, como a televisão, são utilizados para defender ou articular a recusa de uma indicação e nós estamos fazendo essa escolha de maneira extraordinariamente rápida e, portanto, pouco profunda.

Como a minha resolução ainda não foi relatada – e espero que venha ser aprovada –, neste caso, vamos seguir o rito vigente.

O Relator da resolução é o Senador Pedro Taques.

A documentação encaminhada cumpre o disposto no art. 5º da Resolução nº 7, de 2005. Também foram encaminhados documentos que atendem ao Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Passamos a historiar a formação profissional e a produção acadêmica do indicado, em recondução, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasileiro de 56 anos, nascido em Canoinhas/SC aos vinte seis dias de outubro de 1954, o Doutor JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1980), com habilitação específica em Direito Civil e em Direito Penal, especialista em Gestão Previdenciária pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996).

Ocupante do cargo de Conselheiro do CNJ desde 21 de julho de 2009, o indicado está sendo reconduzido. Suas funções atuais são:

Membro da Comissão Permanente do CNJ de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas;

Membro do Instituto dos Advogados de Santa Catarina desde 1996;

Advogado militante desde 1980, sócio fundador da Kravchychyn e Barreto Advogados Associados, da qual está afastado por ocupar o cargo de Conselheiro do CNJ;

Presidente da Comissão de Previdência e Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil;

Presidente do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina (OABPREV/SC);

Membro do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Santa Catarina (OABCREC/SC);

Professor do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) desde 2007, ministrando a matéria Previdência Privada em Pós-Graduação;

Coordenador do Curso de Especialização em Gestão de Previdência Privada do CESUSC.

Da elogiável experiência profissional do indicado, destaca-se a ocupação dos outros seguintes cargos:

Diretor Financeiro da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina (biênio 1991/1993);

Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina (1993 a 1997);

Diretor Executivo do Instituto Assistencial dos Advogados de Santa Catarina (1995/1998);

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Santa Catarina (1998/2000);

Presidente do Conselho Curador do Instituto Assistencial dos Advogados de Santa Catarina (1998/2005);

Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2001/2007);

Membro da Comissão de Combate à Corrupção do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (2001/2003);

Presidente da Editora da OAB Nacional (2001/2004);

Presidente da Comissão de Previdência e Seguridade Social da Ordem dos Advogados do Brasil (2001/2007);

Membro Consultor da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil (2001/2003);

Membro da Comissão Especial para Apoio e Estudo das Atividades Concernentes às Caixas de Assistência dos Advogados (2004/2007);

Presidente do Conselho Curador Federal da OAB PREV (2006).

O *curriculum vitae*, encaminhado junto com as declarações e certidões de estilo, conforme exige a Resolução nº 7, de 2005, informa ainda que o indicado é coautor da obra *Prática Processual Previdenciária, Administrativa e Judicial*, Editora Conceito, 1ª ed., 2010, 2ª ed., 2011. Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a recondução do Doutor JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN para o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, em função da sobreposição de comissões no Senado, eu que sou Presidente da Comissão de Educação, vou me ausentar, a partir deste momento, para abrir a reunião da Comissão de Educação. Desde já, quero registrar, para o indicado, uma pergunta que deve ser dirigida na sabatina, em primeiro lugar, porque tenho a condição de Relator da indicação de S. Ex^a. A pergunta é a seguinte: o que o nosso candidato ao CNJ acha da redução da lista tríplice enviada à Presidenta Dilma Rousseff, pelo STJ, para dois membros por lista?

A mim, a princípio, parece uma *capitis diminutio* média, redução da possibilidade de escolha da Presidenta da República.

Eu, se fosse Presidente da República, seguramente estaria devolvendo para o Superior Tribunal de Justiça a lista. Lista tríplice constitucional são três pessoas. Não é possível que se faça uma lista de duas pessoas. E é a pergunta que eu quero deixar, em primeiro lugar, para o nosso sabatinado.

Este é o relatório, Sr. Presidente, e esta é a pergunta que eu deixo registrada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço, Senador Roberto Requião. E sei que V. Ex^a tem que abrir agora os trabalhos da Comissão de Educação, que V. Ex^a preside.

Eu, antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias para fazer a leitura do seu relatório, registro, com prazer, a presença do Dr. Marcos Salomão, Presidente da Amatra IV – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região, do Dr. Luiz Antonio Coluc-

ci, Secretário de Assuntos Jurídicos e de Atualização Legislativa da Amatra IV – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região, do Dr. Tito Souza do Amaral, indicado e sabatinado como Conselheiro do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público. Quero agradecer também a presença do Dr. Paulo Luiz Schmidt, Vice-Presidente da Anamatra; do Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho; da Drª Patrícia Cerqueira de Oliveira, Juíza de Direito da Bahia e Coordenadora da ENM-AMB – Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para proferir seu relatório.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente Eunício de Oliveira, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiramente, dizer da satisfação de relatar o nome do Ney José de Freitas, que é Presidente do TRT da 9ª Região, com sede em Curitiba, no Paraná, e que granjeou, no exercício dessa função, a respeitabilidade dos paranaenses mais próximos da Justiça do Trabalho.

E vamos à formalidade, Sr. Presidente.

O *curriculum* do indicado é extraído da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Agência do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Algumas informações do seu *curriculum*:

O indicado é Desembargador Federal do Trabalho e Presidente do TRT da 9ª Região (Curitiba/PR) para o biênio 2010/2011.

Ingressou em 1988 na Magistratura do Trabalho, por concurso público em que foi classificado em 1º lugar, atuando como juiz de primeiro grau no interior e na capital do Estado do Paraná até 1996, quando foi promovido, por merecimento, à Corte Regional do Trabalho que ora preside.

É Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (COLE-PRECOR), tendo tomado posse em 15 de dezembro de 2010.

Possui Doutorado em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná (2001-2003), tendo defendido a tese “Presunção de Validade do Ato Administrativo e a Questão do Ônus da Prova”.

Tem Mestrado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1999-2000), tendo defendido a dissertação intitulada “O Estado Empregador e a Rescisão do Contrato do Trabalho em face do Princípio da Motivação do Ato Administrativo”.

É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1976-1980).

Possui larga experiência no magistério, tendo atuado, de forma regular, como professor visitante, de 1982 a 2008, em cursos de graduação e de pós-graduação, nas áreas do Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Administrativo, em renomadas instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR); Escola da Magistratura da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Paraná (Amatra/PR); IBEJ Cursos Jurídicos LTDA; Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL); Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC); Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA); e Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (ESA/OAB/PR).

Ingressou por concurso público, em 1982, tendo sido classificado em 1º lugar, para o cargo de professor auxiliar na disciplina de Direito Administrativo na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

Possui conhecimentos da língua italiana, espanhola e francesa.

É membro da Academia Paranaense de Letras, desde abril do presente ano, e da Academia Nacional de Direito do Trabalho, desde 2009.

Recebeu a Medalha da Ordem do Mérito da Cooperação Judiciária Latino-Americana, em 2010, em Cartagena das Índias, Colômbia.

Recebeu menção honrosa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da Sessão Solene em comemoração aos 317 anos de Curitiba, em 2010.

Foi condecorado com o título de Cidadão Honorário de Pinhais/PR, conferido pela Prefeitura de Pinhais, em 2010.

Foi condecorado, em 1999, pelo TST com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador.

Possui três livros publicados, tendo sido organizador de outro. Possui quatro artigos publicados em periódicos, sendo, ainda, autor de capítulos em outros oito livros publicados.

Participou em bancas examinadoras de dissertações de mestrado, de qualificação de doutorado e de tese de doutorado.

Participou, por fim, de inúmeros eventos jurídicos. O indicado encaminha, em anexo:

a) nos termos do inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e da alínea a do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que não possui parentes consanguíneos ou afins vinculados à estrutura do Poder Judiciário;

b) nos termos do inciso III do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e da alínea *d* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre a inexistência de ações judiciais em que figure como parte, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar;

c) nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, declaração de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal ou dos Municípios e que tampouco possui cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, como membro desses Poderes;

d) nos termos do inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar, em síntese, sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual está sendo indicado;

e) nos termos da alínea *b* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração de que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.

f) nos termos da alínea *c* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme documentação comprobatória, em anexo, emitida pelos órgãos competentes, consoante exigência contida no § 2º do art. 1º do mesmo Ato;

g) nos termos da alínea *e* do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, declaração sobre sua atuação profissional como Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 9ª Região, nos últimos dez anos, tendo sido Diretor da Escola Judicial no biênio 2006/2007, Corregedor Regional nos anos 2007/2009 e Presidente do citado Tribunal desde dezembro de 2009.

Sr. Presidente, um *currículum* dessa natureza dispensa comentários. E, o que é mais importante destacar e nos satisfaz de forma absoluta, o indicado atende a princípios essenciais da probidade, da competência e da qualificação técnica.

Portanto, com louvor, o nosso parecer é favorável à indicação do Dr. Ney José de Freitas ao CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Passa-se a leitura do relatório do indicado, Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. V. Exª tem trinta segundos para começar seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pensei que era para terminar, Sr. Presidente. Tenho a alegria de poder relatar a indicação do Dr. Gilberto Valente Martins, paraense, do Ministério Público do Estado do Pará, que foi indicado pelo Procurador-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça. Então, os trinta segundos seriam insuficientes para poder ler o currículo do Dr. Gilberto Valente Martins.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, eu estava pedindo trinta segundos da atenção de Vossa Excelência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para começar. Eu entendi.

Vem a exame desta Comissão a indicação, pelo Procurador-Geral da República, do Dr. Gilberto Valente Martins para integrar o Conselho Nacional de Justiça, CNJ, nos termos do Inciso XI, do art. 103, item “b”, da Constituição Federal.

De acordo com o referido artigo da Lei Maior, os membros do CNJ, aos quais incumbem o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proceder à sabatina dos indicados. Em atendimento ao Inciso I, do art. 5º, do citado diploma normativo, bem como ao Inciso I, do art. 1º do Ato da CCJ nº 1, de 17 de outubro de 2007, o indicado encaminhou seu *currículum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido em 28 de dezembro de 1961, o Dr. Gilberto Valente Martins graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará, em 1986. Obteve o título de Mestre em Direito, pela Universidade de Coimbra, em 2010, com a dissertação “Ministério Público Europeu – competência material”.

Ademais, participou de cursos na área de inteligência promovidos pelo Comando do Exército, pela Agência Brasileira de Inteligência e exerceu magistério na Escola Superior do Ministério Público.

No início de sua trajetória profissional, atuou na assessoria jurídica na Companhia de Desenvolvimento de Barcarena. Nos anos de 1988 a 1990, exerceu o cargo de Defensor Público Estadual, tendo atuado como chefe de gabinete da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

Naquele período, logrou aprovação em diversos concursos públicos para cargos da área jurídica, tais como de Procurador da Assembléia Legislativa do Es-

tado do Pará, de Procurador Autárquico Federal e de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará. Tomou posse nesse último cargo em agosto de 1990, tendo exercido, por longo período, funções de assessoria ao Procurador-Geral de Justiça na Administração Superior do Ministério Público Estadual do Pará.

Atua hoje na 1ª Promotoria de Justiça Militar na fiscalização da atividade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

Outrossim, integra o Grupo Especial de Prevenção e Repressão às Organizações Criminosas e o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas. Ao longo de sua carreira, participou de diversas ações integradas de repressão ao crime organizado, tendo colaborado também com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria, criada pela Câmara dos Deputados, em 2003.

Pelo desempenho de suas atribuições recebeu diversos elogios, homenagens e condecorações. Ademais, defendeu doze teses nos congressos nacionais do Ministério Público, as quais vieram a integrar os livros de teses daqueles encontros.

Constatamos que, para o atendimento ao disposto nos Incisos II a IV, do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declarações nas quais afirma: 1) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, de membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Pará e do Ministério Público da União; 2) não cumprir quaisquer sanções criminais ou administrativas disciplinares, inexistindo contra ele procedimentos dessa natureza instaurados; 3) não ser membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, inclusive de membro desses poderes.

Em cumprimento ao art. 1º, inciso II, do Ato da Comissão de Constituição e Justiça nº 1, de 2007, o indicado fez anexar ao processado declarações nas quais afirma:

a) não possuir parente que exerça ou exerceu atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

b) não participar, nem ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

c) estar em situação de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, informação essa corroborada por certidões expedidas pelos órgãos competentes;

d) não figurar como réu ou autor em ação judicial;

e) haver oficiado como representante do Ministério Público perante o juízo de Direito da Justiça Militar

do Estado do Pará, o juízo de Direito da 1ª Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares de Belém, o juízo de Direito da Vara Criminal de Entorpecentes e combate às organizações criminosas, o juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Xinguara, o juízo de Direito da Comarca de Tailândia e o Tribunal de Justiça do Estado.

Finalmente, em atendimento ao inciso III do art. 1º do multicitado Ato, o indicado apresentou, de forma sucinta, um arrazoado sobre a sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Ante o exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, integrantes da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, como eu disse, é uma alegria muito grande poder relatar, nesta Comissão, a indicação do Dr. Roberto Valente Martins para o CNJ, paraense cujo currículo, por si só, demonstra sua competência para representar o Ministério Público no CNJ.

No CNJ hoje, nós temos um outro paraense, o Desembargador Milton Nobre, que representa o Superior Tribunal Federal no CNJ, que está terminando seu mandato. Então, continuaremos a ter um paraense no Colegiado do Conselho Nacional de Justiça.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Informo a V. Exª que, no final da leitura dos relatórios, eu vou quebrar o interstício... Aliás, não Vou quebrar; vou propor a V. Exªs a quebra do interstício, atendendo inclusive à solicitação de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Item 3 da pauta, que submete a indicação do Juiz José Guilherme Vasi Werner, para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103, letra “b”, da Constituição Federal.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça examina o Ofício nº 33, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado a indicação do Juiz José Guilherme Vasi Werner, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O relatório examina profundamente a vida e o currículo do Dr. José Guilherme, de modo que o meu parecer é que ele reúne todas as condições e os Senadores possuem todos seus elementos para deliberar sobre a indicação de S. Exª, do brilhante e competen-

te José Guilherme Werner, para o Conselho Nacional de Justiça.

Este é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, como sempre, rápido e eficiente. Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Antes de propor à Comissão a quebra do interstício para que possamos sabatinar os quatro indicados, eu pediria ao Senador Demóstenes Torres, tendo em vista que ainda temos dois itens como extrapauta, que fizesse a leitura, até para que não tenha esta Presidência que ficar aqui, na seqüência, sempre propondo a quebra do interstício.

Passo, então, a palavra ao Senador Demóstenes Torres para a leitura do item extrapauta do Ofício nº 18, de 2011.

ITEM EXTRAPAUTA OFÍCIO “S” Nº 18, DE 2011

– **Não terminativo** – *Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, o nome do Senhor Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.*

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

A relatoria seria do Senador Aécio Neves, que teve um acidente ao montar um cavalo em sua fazenda e não pôde estar aqui entre nós hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O cavalo se chamava Zerra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Zé?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Zerra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Maldade com o ex-Ministro José Serra!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Que maledicência! Os nossos protestos aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Designo, como relator *ad hoc*, o Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para fazer o relatório. Já de antemão, após o relatório, fica declarada vista coletiva aos Srs. Senadores.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, para substituir o Senador Aécio Neves.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o egrégio Tribunal Superior do Trabalho indica o Sr. Ministro Carlos Alberto Reis de Paula para compor o Conselho Nacional de Justiça em vaga reservada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O indicado nasceu no dia 26 de fevereiro de 1944 em Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Divinópolis. Fez doutorado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais e, ainda, uma cadeira isolada de Direito do Trabalho Comparado em 1982. Tornou-se mestre em Direito pela UFMG em 1984 numa dissertação intitulada “O Aviso Prévio”. Mais tarde, em 2000, obteve, com louvor, o título de Doutor com a tese “A Especificidade do Ônus da Prova no Processo do Trabalho”.

Foi advogado militante até 1979, ano em que passou em concurso para a Magistratura do Trabalho e tomou posse.

Exerce o magistério superior, desde 1985, nas áreas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. A partir de 2002, foi transferido para a Universidade de Brasília (UnB), onde é professor.

Foi Presidente da 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho de 1993 a 1995, que foi transformada em 4ª Turma em 1994.

Enquanto juiz, foi convocado para substituir no Tribunal Superior do Trabalho em 1998, mesmo ano em que foi nomeado para ser Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Depois, veio a exercer os cargos de Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

Tem várias participações em seminários jurídicos como palestrante, debatedor e coordenador, bem como, na condição de professor universitário, orienta trabalhos acadêmicos e participou de diversas bancas examinadoras, tanto de trabalhos universitários como também para ingresso na carreira.

O Sr. Ministro Carlos Alberto Reis de Paula possui dezesseis publicações entre livros e artigos, todos eles na seara trabalhista.

É Membro das Comissões da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região e de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho e, nesta última, é responsável pela edição semestral da Revista do Tribunal Superior do Trabalho, na condição de Presidente, desde 2002.

É membro efetivo da Academia Nacional de Direito do Trabalho e tem diversos títulos beneméritos de cidadania etc.

O indicado apresentou todas as declarações e documentações previstas na Resolução nº 7, de 2005, e no Ato nº 1, de 2007, da CCJ. Não tem nenhum processo administrativo-disciplinar, nem ação judicial em que seja autor ou réu. Está em dia com o Fisco e tudo

mais. De sorte que me parece ter notável saber jurídico e reputação ilibada.

Deixo à consideração dos senhores membros da Comissão se tem ou não a condição para ser membro do Conselho Nacional de Justiça. Na minha opinião, tem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Em cumprimento à alínea *b* do art. 2º do Ato nº 1 de 2007 desta CCJ, concedo vista coletiva do relatório feito e lido pelo Senador Demóstenes Torres.

Antes de dar início a nossa sabatina e convidar os senhores indicados, tenho um outro item extrapauta cuja leitura eu gostaria de fazer, para que não fiquemos aqui quebrando, como disse, interstício e atropelando nossos trabalhos e o Regimento Interno e a Resolução nº 1.

Trata-se do Ofício “S” nº 36, de 2011.

ITEM EXTRAPAUTA
OFÍCIO “S” Nº 36 DE 2011
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos da Resolução nº 07, de 2005, do Senado Federal e do Ato nº 1, de 2007-CCJ, documentação do Procurador Regional da República, Dr. WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A autoria é do Conselho Nacional de Justiça.

A relatoria é do Senador Pedro Taques, a quem concedo a palavra para proferir a leitura do relatório.

Em seguida, também, concederei vistas coletivas da matéria até a próxima semana, de acordo com a Resolução nº 1.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Mediante Ofício S nº 36/2011, o Sr. Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminha a este Senado Federal o nome do Procurador Regional da República, Dr. Wellington Cabral Saraiva, indicado pelo Procurador-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011/2013.

De acordo com o art. 103-B, da Constituição Federal, o Conselho compõe-se de 15 membros, dentre os quais um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República – que é o que está escrito, Sr. Presidente, no inciso X.

Determina o § 2º, do referido dispositivo, que a autoridade indicada deverá ser nomeada pelo Presidente da República após ter seu nome aprovado, por maioria absoluta, pelo Senado Federal. Os membros do Conselho têm, por atribuição constitucional, proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do

Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos abaixo o currículo encaminhado a esta Comissão pelo membro indicado.

O Sr. Wellington Cabral Saraiva é mestre em Direito pela Universidade de Brasília e seu curso de graduação deu-se na Universidade Federal de Pernambuco. É Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal, lotado na Procuradoria Regional da 5ª Região, desde abril de 2004 – os Estados do nordeste, Sr. Presidente, menos Bahia, Maranhão e Piauí.

Atuou, também, como Procurador da República, tendo sido nomeado em junho de 1995 e, como Promotor de Justiça do Ministério Público Federal, em nomeação de 1994. Em 1994, foi assessor, como Promotor de Justiça, da Procuradoria de Recursos Constitucionais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Em 1992, foi assessor de ministro do Superior Tribunal de Justiça. Em 1991, atuou como assessor técnico judiciário do Desembargador Presidente do TJ de Pernambuco. Exerceu a advocacia de 1989 a 1991.

No Ministério Público, destacamos sua atuação no corrente ano como representante do órgão, da Procuradoria Geral da República, na 20ª Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal da Organização das Nações Unidas – ONU – em Viena.

A partir de fevereiro de 2011, passou a atuar como representante do Ministério Público Federal no projeto de cooperação triangular entre o Brasil, o escritório da ONU, contra as drogas e crimes, e o Paraguai.

Entre suas diversas outras atuações, citamos a função de coordenador do grupo de trabalho para representação do Ministério Público Federal em temas relacionados à Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos; a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, e à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Desde 1994, vem atuando como professor de Direito em diversos cursos de especialização, nas áreas de Direito Tributário, Administrativo, Constitucional, Penal e Civil. Foi também Monitor de pós-graduação (Mestrado) da disciplina Direito Tributário, no curso de graduação da Universidade de Brasília, em 1993, e de graduação da disciplina Teoria Geral do Estado, no curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, em 1987.

Figura como coautor das seguintes obras: *Lavagem de Dinheiro: Prevenção e Controle Penal* (Capítulo “Financiamento do Terrorismo”); *Tributo a Afrânio Jardim: Escritos e Estudos* (escreveu capítulo sobre medidas cautelares) *Garantismo Penal Integral: questões penais e processuais...* E um rol, um elenco muito grande de obras, Sr. Presidente.

Publicou artigos jurídicos na *Revista Brasileira de Direito Ambiental*, no *Boletim de Direito Administrativo* (SP), no *Boletim Informativo do TRT-15ª Região*, no *Boletim dos Procuradores da República*, e mais uma miríade de artigos, Sr. Presidente.

De 1989 até o presente ano tem dado diversas palestras, e ainda participou de muitas bancas em comissões julgadoras de concursos públicos.

Possui bons conhecimentos dos idiomas inglês, francês e espanhol, e razoável compreensão dos idiomas alemão e italiano.

Entre as homenagens recebidas, consta a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na categoria Mérito Judiciário. É membro honorário da Força Aérea Brasileira, e obteve primeira classificação em vários concursos públicos, além de ter sido aluno laureado com maior média global da turma concluinte do curso de Direito da Faculdade de Direito de Recife – Universidade Federal de Pernambuco, em 1988. Em 1985, venceu o Concurso de Tradução promovido pelo Diretório Acadêmico da mesma Universidade. Participou como Presidente de muitas atividades acadêmicas.

No tocante às exigências constantes da Resolução nº 7, de 2005, e do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Indicado declara que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, e nem mesmo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do órgão; não cumpre nem jamais cumpriu sanção criminal ou administrativo-disciplinar no Ministério Público Federal nem no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e declara não ter conhecimento da existência de procedimento dessa natureza contra ele.

Informa que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo de Estado, Distrito Federal ou Município, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes.

Declara que nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais. Em relação a estas últimas, foi Diretor e depois vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Declara também que tem ciência de dois processos em que figura como parte. O primeiro se trata de embargos de divergência em recurso especial da 3ª Seção do STJ, decorrente de ação ordinária movida pelo declarante e outros colegas do Ministério Público Federal em face da União, a fim de obter o pagamento de ajuda de custo em remoção a pedido. Quanto ao segundo, trata-se de ação ordinária da 9ª Vara de Seção Judiciária de Pernambuco, ajuizada pelo declarante e outras pessoas, com o fim de obter exoneração do pagamento de laudêmio sobre o imóvel de sua propriedade, em área considerada como terreno de marinha, em Recife/PE.

Juntados aos autos do Ofício “S” nº 36, de 2011, constam a Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Fiscais, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura de Recife, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e de todos os elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva para o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sr. Presidente, sobre o indicado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Em cumprimento à alínea *b* do art. 2º do Ato nº 1 desta Comissão de Constituição e Justiça, após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, os indicados serão submetidos à arguição dos senhores membros desta Comissão e, em seguida, será o relatório votado.

Concedo, portanto, vistas coletivas até a próxima semana.

De acordo com o que preceitua a alínea *b* do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente ao processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta CCJ, proponho aos Srs. Senadores a quebra do interstício, nos termos dos requerimentos que apresento.

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício prevista pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para a imediata apreciação do Ofício “S” nº 15, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Jefferson Luis Kravchychyn para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2011, Eunício Oliveira, Senador.

Submeto esse requerimento à apreciação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 45, de 2011-CCJ.

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício prevista pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para a imediata apreciação do Ofício “S” nº 19, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Ney José de Freitas para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala desta Comissão, 21 de junho de 2011. Eunício Oliveira.

Submeto aos Srs. Senadores o requerimento da quebra de interstício.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a quebra do interstício.

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício prevista pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para a imediata apreciação do Ofício “S” nº 33, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. José Guilherme Vasi Werner, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011. Senador Eunício Oliveira.

Os Srs. Senadores que o aprovam a quebra do interstício e aprovação deste requerimento queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 47, de 2011-CCJ.

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício prevista pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para a imediata apreciação do Ofício “S” nº 37, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Gilberto Valente Martins, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2011, Senador Eunício Oliveira.

Submeto o Requerimento nº 48, de 2011-CCJ aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento de nossa autoria queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 48, de 2011-CCJ.

Aprovados os quatro requerimentos, convido o Sr. Jefferson Luis Kravchychyn para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Convido o Juiz Ney José de Freitas para também compor a Mesa. *(Pausa.)*

Convido o Juiz José Guilherme Vasi Werner para também compor a Mesa. *(Pausa.)*

Convido o Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins para, também, compor a Mesa. *(Pausa.)*

Pela ordem de leitura dos relatórios concedo a palavra ao Advogado Jefferson Luis Kravchychyn para sua exposição por até dez minutos.

Estou acertando o nome?

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Obrigado, Sr. Presidente. Está perfeito.

Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, Sr. Vice-Presidente, Senador José Pimentel, Srs. Senadores, Senadoras, minhas senhoras, meus senhores.

Sinto-me extremamente honrado de, pela segunda vez, estar presente diante desta Comissão para a sabatina respectiva para que possa serem analisados os dados que compõem o meu currículo, a minha vida para que componha o Conselho Nacional de Justiça.

Sou uma pessoa privilegiada por ter podido estudar sempre em colégios públicos. Considero-me, perante o povo brasileiro, também um privilegiado por ter alcançado o nível universitário como Advogado e por ter sido Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ter sido escolhido para a recondução ao CNJ à unanimidade pelo meu Conselho Federal e por aqui estar presente.

Posso dizer aos senhores que a passagem que tive – e que ainda estou – pelo Conselho Nacional de Justiça por dois anos, homologado o nome por V. Ex^{as}, talvez tenha sido a fase mais importante da minha vida. Uma fase que, se não saio melhor desse cargo, saio diferente. Como advogado militante por mais de 30 anos tinha uma visão específica do Sistema Judicial Brasileiro, talvez uma visão monocular, que hoje posso assegurar aos senhores e senhoras que a visão, hoje, é muito mais ampla. É uma visão não mais da grama, mas da floresta.

Vejo o Sistema Judicial Brasileiro como um sistema que está em extrema dificuldade, eu diria que está em fase de pré-óbito. O Sistema Judicial Brasileiro, e leia-se não os Magistrados, não o Poder Judiciário, por si só, os juízes, mas a advocacia, as partes, os litigantes, o ensino jurídico estão vivendo um sistema de caos no Brasil. Segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil, mais recentes, nós temos 1178 faculdades de direito no País. Ainda segundo os dados da OAB, esse número de faculdade é superior a todas

as demais faculdades existentes de direito no mundo civilizado. Quer dizer, nós temos uma jaboticaba brasileira. Nós formamos um número imenso de bacharéis. Nós temos, hoje, praticamente com 4% da população mundial, quase 30% dos advogados do mundo. Se não tivéssemos exame de Ordem nós teríamos mais advogados no Brasil do que no mundo todo, em razão dessa proliferação de faculdades de direito.

Então nós podemos ver que alguma coisa está errada. Todos nós temos bacharéis em direito em nossa família. Se nós levantarmos o ensino dessas faculdades veremos que a grande maioria delas, salvo muito poucas, não ministram cursos de conciliação, mediação, arbitragem, ou seja, nós formamos litigantes.

A Carta de 88, por sua vez, criou e outorgou ao povo brasileiro uma série de direitos que lhes faltava e isso fez com que houvesse uma implosão do sistema judicial brasileiro. Preparados para litigar, não só os advogados, mas os próprios magistrados não conduzem à conciliação e à mediação. O povo carente, buscando justiça, fez com que houvesse o ingresso de um número enorme de processos no sistema judicial brasileiro. É como um funil: entra bastante água, mas a saída é pequena.

Dessa forma, tivemos, segundo dados da Justiça em Números, aproximadamente 16 mil juízes julgando, no ano de 2009, 25 milhões de processo. Isso não ter par no mundo civilizado. Nós tivemos, e temos ainda, o nosso Supremo Tribunal Federal, que recebia em torno de 100 mil processos/ano, recebendo ainda 30 mil processos/ano. Isso também não tem par no mundo civilizado. Nós temos aí novamente a jaboticaba brasileira.

Vejo, então, por esse período que passei no Conselho Nacional de Justiça, que esse órgão, dentro do sistema judicial, o segundo órgão do Poder Judiciário brasileiro, em boa hora veio e tem muito a contribuir para a melhoria do sistema judicial brasileiro. Nós entendemos, pelo que vimos, pelo que constatamos, que há necessidade de uma desconstrução – não uma destruição, mas uma desconstrução – do que existe em termos de Justiça no Brasil.

Nós temos, no Brasil, 91 tribunais, sejam tribunais militares, tribunais eleitorais, tribunais de justiça, tribunais federais, tribunais do trabalho. É um número absurdo! Pasmem os senhores! O CNJ realizou os levantamentos, todos com sistema de informática que não conversam entre si, parte deles não tendo acesso à informática, como na região amazônica, à Internet. Então a Justiça em Números mostrou-se, em razão do grande número de processo, da forma como funciona o sistema processual, um diagnóstico extremamente problemático até para os senhores, ou principalmente para os senhores, que terão que, de uma forma inteli-

gente, de uma forma prática, buscar as modificações necessárias a esse sistema.

Não podemos conviver mais com essa enormidade de processos, com um sistema processual que privilegia os maus pagadores, que privilegia aqueles que não querem cumprir com os seus deveres, que não querem cumprir com os seus contratos. Nós temos, recentemente, uma das soluções, a busca da PEC dos recursos, de autoria do Ministro Peluso. Talvez ela não a solução, ela tem que ser bastante discutida, mas traga a ponta do *iceberg* para que diminuamos e criemos uma forma de a sentença do juiz de primeiro grau, que a decisão do tribunal, não necessite mais chegar aos tribunais superiores, havendo respeito e a valorização desses procedimentos.

Quero encerrar, então, dizendo aos senhores que é o Conselho Nacional de Justiça efetivamente o órgão criado por V. Ex^{as} para que nós possamos ter um Brasil com maior segurança jurídica, um Brasil em que as soluções dos problemas judiciais sejam bastante céleres, para que possamos ter mais investimento neste País e o nosso jurisdicionado, a nossa população, possa ter uma vida melhor, uma vida mais segurança, uma vida plena de justiça. E o CNJ, com certeza, pode contribuir de forma substancial na busca desses resultados com o apoio de V. Ex^{as}.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Concedo a palavra, por até dez minutos, ao Dr. Juiz Ney José de Freitas.

O SR. NEY JOSÉ DE FREITAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sinto-me honrado em submeter o meu nome a esta Comissão para o efeito do exercício de função perante o Conselho Nacional de Justiça. Honrado também pela relatoria, que coube ao Senador Alvaro Dias, que honra a representação do Estado do Paraná nesta Casa.

Gostaria de tecer considerações rápidas a respeito da perspectiva que tenho do Conselho Nacional de Justiça.

A Emenda nº 45, que é de dezembro de 2004, trouxe várias alterações no ordenamento constitucional do nosso País. Dentre elas, destaco duas que me impressionam: a primeira, a criação das escolas judiciais, e a segunda, a criação do Conselho Nacional de Justiça.

A criação das escolas judiciais porque o juiz antigo está aos poucos desaparecendo, mas o juiz novo, o juiz do futuro, em verdade, ainda não surgiu. O juiz da sociedade moderna ainda está no processo de formação. Para mim, esse juiz, a que chamo de juiz integral, deve aliar não apenas conhecimento de natureza técnica, que é indispensável, mas também uma

formação humanista, para que possa ter sensibilidade suficiente para perceber que, por detrás de autos de processos, existem pessoas, com as suas angústias, com as suas tristezas, com as suas expectativas e com os seus sofrimentos. Portanto, esse juiz, que deverá nascer no futuro para ser compatível com a sociedade moderna, no meu juízo, deverá ter essas qualidades. E a outra foi a criação do Conselho Nacional de Justiça, que veio precedido de amplos debates da sociedade e do Parlamento, inclusive desta Casa.

O Conselho Nacional de Justiça foi criado para, de certa forma, estabelecer uma espécie de harmonização do Poder Judiciário nacional. E já se disse que os tribunais eram ilhas, que os tribunais funcionavam cada qual de acordo com as suas necessidades locais, de acordo com as suas peculiaridades e que era preciso a formação de um arquipélago da Justiça brasileira, portanto, o Conselho Nacional de Justiça, que tem uma competência variada, uma competência de controle administrativo dos tribunais, uma competência de controle financeiro dos tribunais e uma competência disciplinar do Poder Judiciário brasileiro.

Mas o que eu gostaria de pontuar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é a competência do CNJ para o estabelecimento de diretrizes gerais. Na verdade – o Senador Demóstenes Torres sabe tão bem disso –, os juízes não foram treinados para administrar. Os juízes foram treinados para o ofício jurisdicional. Os juízes foram treinados para oferecer justiça. Portanto, quando o juiz chega à administração, não apenas dos tribunais, mas dos órgãos de primeiro grau inclusive, não está habilitado para administrar, tem extrema dificuldade de lidar com aspectos da Administração Pública, porque, como disse, o seu ofício é julgar processos.

Eu, que exerço hoje a função de presidente de um tribunal, talvez por conta da minha formação teórica, que é de Direito Público, que é de Direito Administrativo, tenha sentido menores dificuldades na administração da Corte.

Coube ao CNJ, então, essa tarefa extraordinária, de oferecer uma linha, um caminho, diretrizes, linhas fundamentais de conjunto, para que o Poder Judiciário tivesse, de certa forma, uma unidade, e a administração pudesse ser exercida não apenas em relação aos aspectos locais, mas tendo em conta o Poder Judiciário nacional. É isso que vejo, não, de certa forma, deixando de lado as competências, mas esta me parece fundamental.

É claro que esta competência do Conselho Nacional de Justiça, de oferecer mecanismos para a administração dos órgãos do Poder Judiciário, de oferecer linhas fundamentais, de oferecer princípios, não pode, em hipótese alguma, aniquilar com a autonomia

dos tribunais, que devem ter, sim, a sua competência para administrar preservada. Mas é preciso que haja um órgão centralizador.

Nós, da Justiça do Trabalho, Srs. Senadores, talvez tenhamos o privilégio, desde sempre, de ter um tribunal superior. De ter um tribunal superior que realizava esta atribuição de uniformização na administração dos tribunais, como também no aspecto disciplinar. Nós nunca tivemos nenhuma dificuldade em aceitar a atividade correcional do Tribunal Superior do Trabalho. Nós sempre tivemos uma corregedoria-geral, o que não acontecia antes da criação do CNJ com a Justiça estadual, seja ela federal, seja ela estadual.

Hoje, inclusive, eu queria informar, Sr. Presidente, que a Conselheira Ministra Corregedora-Geral, Eliana Calmon, firmou com a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho um convênio de cooperação, para que as corregedorias funcionem em harmonia, para que possa acontecer um trabalho conjugado. Ou seja, as questões relacionadas à Justiça do Trabalho passam, primeiro, pelo filtro da Corregedoria-Geral e poucas situações chegam ao Conselho Nacional de Justiça.

Quero dizer aos Srs. Senadores, por fim, que eu venho de uma Justiça às vezes incompreendida, às vezes com algum tipo de preconceito, mas eu venho de uma Justiça que, se não julga talvez as grandes causas que empolgam a Nação, lida com algo fundamental, que é o trabalho. E esse trabalho é o valor que integra a dignidade do homem. Portanto, é uma Justiça a qual eu me orgulho de pertencer. E fiz uma carreira, como constou do relatório do Senador Alvaro Dias.

Sou juiz de carreira desde 1988, portanto, já um juiz antigo, experimentado. Passei, na minha carreira, por todas as fases até chegar, talvez para um encaminhamento de final de carreira, à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Acho que, com essa experiência que acumulei, não apenas na atividade judicial, mas também na atividade acadêmica, no magistério do Direito Administrativo, talvez, penso eu, se for aprovado por esta Comissão, posso oferecer a minha contribuição ao Conselho Nacional de Justiça. E posso garantir que farei todos os esforços, empenharei todo o vigor físico, intelectual e espiritual que tenha para que o CNJ possa, cada vez mais, se afirmar no cenário jurídico constitucional do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Ney.

Concedo a palavra ao Juiz José Guilherme Vasi Werner, para a sua exposição por até dez minutos.

O SR. JOSÉ GUILHERME VASI WERNER – Muito obrigado, Sr. Senador Presidente Eunício Oliveira,

por intermédio de quem cumprimento todos os Srs. Senadores aqui presentes.

Se os senhores me permitem, gostaria de agradecer a todos os Senadores desta Comissão por esta oportunidade que me dão de fazer alguns esclarecimentos nesta sabatina, que considero essencial ao processo democrático como um todo. É uma consolidação, de fato, da separação dos Poderes e, ao mesmo tempo, uma integração, uma possibilidade, um momento de integração entre os Poderes e de harmonização desse Poderes, a partir do momento em que se permitem os questionamentos e a chancela eventual das indicações feitas por outros órgãos de outros Poderes.

Se me permitem também, gostaria de agradecer ao Supremo Tribunal Federal, na pessoa de seu Presidente, o Ministro Cezar Peluso, pela confiança que depositaram em mim ao me indicarem para essa vaga de juiz de Direito no Conselho Nacional de Justiça, que agora submeto ao crivo de todos os senhores, e, portanto, mais um vez, agradeço por esta possibilidade de poder esclarecer eventuais dúvidas acerca dessa indicação.

Gostaria, inicialmente, de tecer algumas considerações sobre o que entendo que é uma linha muito específica do planejamento estratégico do CNJ.

O CNJ, senhores, tem pouco menos de seis anos de existência, mas, nesses seis anos, já fez muita coisa, já realizou muitas obras e muitas ações. Muita coisa, por certo, há de vir por aí, mas o CNJ mostrou que tem capacidade de realizar uma série de modificações e uma série de melhorias no Poder Judiciário. O Poder Judiciário hoje, depois desses quase seis anos, já tem um novo rumo, um novo destino. E muito desse destino se deve exatamente ao planejamento, às ações estratégicas que o CNJ vem exercendo desde o seu início.

Dessas ações do CNJ, eu gostaria de destacar as ações relacionadas ao que eu chamo de gestão de demandas. O próprio levantamento estatístico do CNJ – os senhores conhecem o relatório Justiça em Números –, a própria **Política Judiciária Nacional de Solução Consensual de Conflitos** de Interesses, a identificação dos maiores litigantes do Poder Judiciário, as ações que o nosso Departamento de Pesquisas Judiciárias tem realizado, todas essas ações, que eu diria estratégicas, alinhadas a esse planejamento estratégico do CNJ, vão atacar diretamente o problema dessa gestão de demandas.

A premissa de tudo isso, senhores, entendo que seria exatamente o levantamento estatístico, sem o qual qualquer política judiciária não passaria de mera especulação. Com esse levantamento estatístico, foi possível que o Judiciário se autoconhecesse: conhecesse seus números, sua produtividade, conhecesse

seus pontos fracos e também as ações positivas, e que pudesse reproduzi-las, e que pudesse, por meio da fixação de metas, estabelecer metas de produtividade, de qualidade, para os juízes e para os servidores. Sem isso, nada mais poderia ser feito em termos de gestão. Essa, pelo menos, é a minha visão, senhores.

A **Política Judiciária Nacional de Solução Consensual de Conflitos** de Interesses também faz parte dessa linha de tratamento de demandas. Essa atuação que o Conselho Nacional de Justiça, desde a Resolução 125, vem fazendo com relação à conciliação e à mediação especificamente permite não só o incentivo às formas que pacificam efetivamente o conflito, mas também servem como importante instrumento de gestão de demandas, na medida em que se permite o encaminhamento estratégico de certas questões à mediação e à conciliação e com o consequente alívio da carga de trabalho dos juízes do processo tradicional.

E se alinham exatamente a essa ação da **política** de conciliação e mediação as ações com relação à identificação dos maiores litigantes. Os maiores litigantes do Judiciário... O Conselho Nacional de Justiça, há pouco, divulgou o relatório que aponta quem são os maiores litigantes da Justiça e concluiu que poucas pessoas ou poucas instituições é que realmente demandam o grande trabalho do Poder Judiciário. A partir desse levantamento, a partir dessa identificação dos litigantes e principalmente das demandas relacionadas a eles, é possível se estabelecer políticas de tratamento dessas demandas específicas e fazer com que elas sejam encaminhadas da forma mais apropriada.

E por fim o Conselho Nacional de Justiça dispõe, e isso passou pelo crivo do Congresso, de um Departamento de Pesquisas Judiciais exatamente para fazer o ajuste fino do conhecimento do Poder Judiciário com relação a determinados temas, como foi o caso da execução fiscal, que apontou a grande importância que a execução fiscal tem no aumento e nas demandas que são trazidas ao Poder Judiciário.

Srs. Senadores, eu não sei se os senhores conhecerão em mim as características que senhores entendam que um membro do Conselho Nacional de Justiça deva ter, mas o que posso dizer é que sou um Juiz de Direito desde 1988, e sou um Juiz de Juizado Especial Cível. Eu aprendi com os princípios do acesso à Justiça, da celeridade, da economia processual, da oralidade, da simplicidade. Esses são os meus lemas, esse é o meu credo, na verdade. Eu acredito no acesso maior à Justiça, eu acredito que o acesso não deva se restringir tão somente à possibilidade de ingresso no sistema oficial de solução de conflitos, mas a possibilidade mesmo de o cidadão ter um contato direto com o juiz, de dialogar com ele, de influenciá-lo – eu diria no

bom sentido –, trazer os seus argumentos diretamente para o juiz, o que passa muito pelo princípio da oralidade. Eu acredito na celeridade dos processos e em tudo que possa servir para dar mais agilidade na tramitação desses processos. Eu acredito na simplicidade e na possibilidade de se trazer soluções mais simples e menos burocrática para a solução dos processos. Eu acredito, por fim, realmente na efetividade do processo judicial e fazer com que ele possa realmente dar às partes aquilo que elas realmente desejavam quando ingressaram no sistema processual.

Eu tive a oportunidade, Srs. Senadores, de participar no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro de algumas comissões da administração do Tribunal, comissões dos juizados especiais, comissões de qualidade dos serviços judiciários, que me permitiram uma visão de integração dos serviços e de busca pela melhor eficiência dos serviços judiciais; o que passa pela capacitação dos juízes, pela racionalização das formas de procedimento e até pela própria tecnologia da informação. E tive a oportunidade de ser Juiz Auxiliar do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, onde eu pude efetivamente trabalhar nesses temas dos quais lhes aqui.

Então, coloco-me à disposição de todos os senhores.

Esse é um pouco da história do meu currículo e coloco-me à disposição dos senhores para os questionamentos que vierem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Sr. José Guilherme.

Eu concedo a palavra ao Dr. Gilberto Valente Martins, que é Promotor de Justiça, indicado e sabatinado nesta manhã.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – Exm^o Senador Eunício Oliveira, digníssimo Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça; Exm^{os}. Srs. e Sras. Senadoras; Exm^{os}. Senhores indicados ao Conselho Nacional de Justiça, eu inicio agradecendo a oportunidade de estar aqui participando desta sabatina e esclarecendo a V. Ex^{as}, desde logo, como se deu o processo de escolha do representante do Ministério Público dos Estados, agradecendo ao Procurador-Geral de Justiça do meu Estado, que depois de realizar processo eletivo de escolha, indica ao Procurador-Geral da República o candidato ao CNJ. Todos os Estados federados apresentam um candidato ao Procurador-Geral da República, que escolhe livremente entre aqueles indicados para compor o Conselho pela vaga do Ministério Público dos Estados.

Há 21 anos atuo no Ministério Público do Estado do Pará e, aproximadamente, uns 29 anos atuando na

Administração Pública, quando ingressei, primeiramente, através de concurso, na atividade de defensor público no meu Estado e, posteriormente, como Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral do Estado.

Portanto, desde agosto de 1990, ingressei no Ministério Público do Estado do Pará e, posteriormente, ao ser promovido a Promotor de Justiça de 3^a Entrância, assessoriei por várias gestões a Procuradoria Geral de Justiça.

Participei da criação do grupo nacional de combate às organizações criminosas e coordenei o grupo estadual de combate às organizações criminosas no meu Estado. Sou membro integrante deste grupo, até o presente momento.

Início também um agradecimento se me permitem os Srs. Senadores e V. Ex^a, Sr. Presidente, aos meus pais, que me permitiram ter uma boa formação estudantil e depois acadêmica, facilitando hoje e me dando a oportunidade de ter chegado, ter a minha indicação ao Conselho Nacional de Justiça.

Da mesma forma, como foi dito aqui pelo Dr. Ney de Freitas, dos dois pontos de crucial importância na Reforma do Judiciário, pela Emenda nº 45, da criação dos dois conselhos, não só do CNJ, mas também do Conselho Nacional do Ministério Público, e também de algumas modificações para o ingresso nas carreiras jurídicas dessas duas instituições. A primeira, que talvez seja um grande passo para futuras modificações na formação dos magistrados, seja do Ministério Público, seja da magistratura, é a exigência de prazo mínimo de três anos de efetivo exercício da área jurídica.

Faço um comparativo: alguns países da União Europeia em que o ingresso no exercício da atividade da magistratura se dá após três anos de formação específica, e escola especializada da própria magistratura após a aprovação em concurso público.

O aluno, o estudante que queira ingressar na carreira de magistrado, após a conclusão da licenciatura, por exemplo, em Portugal, na Espanha ou na França, ele faz um concurso para o ingresso numa escola de estudos judiciais. Após três anos de formação – isso já com dedicação absoluta a essa formação, já considerado como servidor –, e concluir com êxito essa formação, ele ingressa na atividade de juiz ou de membro do Ministério Público.

Portanto, temos uma condição mínima de exigência de formação para magistrados.

O Brasil já deu um grande passo para a formação e o ingresso na carreira ao exigir os três anos na formação para o ingresso nas duas carreiras com efetivo exercício em área reservada da própria atividade jurídica, como advogado, seja como os cargos públicos, reservado a Bacharéis em Direito.

Entendo que o Conselho Nacional de Justiça tem tido um papel primordial nesse aprimoramento do Poder Judiciário brasileiro.

Recordo da discussão que se passou, tanto na Câmara dos Deputados, como no Congresso Nacional, e na época, eu assessorava o Procurador Geral de Justiça do meu Estado. Eu havia recebido designação, naquele momento, para participar de reuniões do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, para fazer o acompanhamento legislativo da Emenda nº 45, da Reforma do Judiciário.

Inicialmente, por proposta do Deputado Jairo Carneiro, Relator da reforma, havia a previsão, na composição desse órgão colegiado, que integrou o capítulo “Do Poder Judiciário”, a participação de representantes tanto do Ministério Público quanto da advocacia. Não havia no projeto, naquele momento, a previsão dos representantes do Poder Legislativo, seja da Câmara dos Deputados, seja do Senado Federal.

Foi tema recorrente nas discussões, tanto na Câmara como no Senado, a participação de representantes do Parlamento perante esse conselho. Discutia-se que, ali, haveria talvez a quebra de alguns princípios constitucionais como o da separação dos Poderes e a quebra do pacto federativo. Perante o Senado Federal, esses debates ocorreram aqui na própria Comissão de Constituição e Justiça, quando tivemos oportunidade de participar.

Também recordo do projeto que estava sendo relatado depois, pelas propostas do hoje Senador, à época Deputado Federal, Aloysio Nunes Ferreira, que previa já a participação de três integrantes de ilibada conduta e reconhecido saber jurídico; porém, não contemplava representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Finalmente, já com o relatório da Deputada Zulaiê Cobra, acompanhamos o projeto em que se previa a criação do Conselho Nacional de Justiça com treze membros, que já contemplava a representatividade do Poder Legislativo através das indicações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como a dos dois representantes do Ministério Público e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil, e que acabou tendo a sua redação final aprovada com um aumento para quinze representantes a fim de contemplar também os nove que representam o Poder Judiciário.

Houve discussões tanto no aspecto da elaboração da reforma no que diz respeito à inclusão dos representantes do Poder Legislativo como também...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – Sr. Presidente, o meu tempo está esgotando já? *(Pausa.)*

Tanto a representação do Legislativo foi questionada ainda quando da discussão do projeto como também, posteriormente, foi alvo de um questionamento da AMB ao Supremo por meio de uma adin – ação direta de inconstitucionalidade. E outros aspectos foram questionados, como a quebra do pacto federativo e do princípio da independência entre os Poderes.

Eu também acompanhei a discussão no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em que foi vencedor o voto do Relator, Ministro Cezar Peluso, tendo em conta que a adin pretendia declarar inconstitucionais alguns dispositivos da emenda constitucional, reconhecendo que não havia, naquele momento, qualquer violação dos princípios que teriam sido declinados pela ação direta de inconstitucionalidade.

Portanto, diante do encerramento do meu tempo, gostaria de registrar que tenho tido uma participação ativa no combate às organizações criminosas em meu Estado e, em nível nacional, também colaborei com a CPI da Pirataria.

Quanto à formação acadêmica, através de uma recomendação do Conselho Superior do Ministério Público do meu Estado, órgão superior da administração do Ministério Público, de que eu me afastasse do Brasil após ter enfrentado algumas situações difíceis com algumas organizações criminosas, inclusive com a participação de policiais, tive a oportunidade de ir a Portugal fazer o curso de mestrado em Direito, o que me capacitou e passou a me dar oportunidade de ter uma visão mais ampla da Justiça nesses países de primeiro mundo e que, certamente, essa minha experiência pode trazer algumas contribuições para o Conselho Nacional de Justiça.

Encerro, Ex^a, colocando-me à disposição. Entendo que essa sabatina é de extrema importância, mas percebo, também, que essa relação institucional entre os Poderes não deve se encerrar aqui.

Da mesma forma como Promotor de Justiça sempre tive diálogo muito aberto, tanto que participei da elaboração de emendas e de outras legislações infraconstitucionais. Entendo que o Conselho Nacional de Justiça, dentro da hierarquia do Poder Judiciário está colocado como um dos órgãos mais importantes da Justiça brasileira. Também meu gabinete estará de portas abertas para discutir outras questões relacionadas ao Poder Judiciário, ao aprimoramento da Justiça brasileira, e entendo que esse debate não deve encerrar aqui. Ele deve estar sempre em discussão no que diz respeito ao aprimoramento da Justiça brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/ PMDB – CE) – Muito obrigado, Dr. Gilberto.

Concedo a palavra, para proceder à arguição, ao primeiro inscrito, Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra V. Ex^a para os seus questionamentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de questionar o Dr. Kravchychyn.

Recebemos uma série de perguntas e sugestões de juízes de Minas de Santa Catarina e advogados de Santa Catarina e eu gostaria de fazer algumas dessas perguntas a V. Ex^a

O Supremo Tribunal Federal tem, reiteradas vezes, decido que violação de sigilo configura prova ilegítima, prova imprestável, qualquer que seja a forma de violação: violação de sigilo telefônico, telemático e assim por diante.

O Desembargador Elpídio Donizete de Minas Gerais acusa V. Ex^a, inclusive mandou correspondência nesse sentido, de quebrar o sigilo de um processo de separação judicial que correu em segredo de justiça, porque numa representação contra ele V. Ex^a teria disponibilizado esses autos na internet. Pergunto a V. Ex^a é verdade o que diz o Desembargador Elpídio Donizete?

Ainda em relação ao caso, o Desembargador diz que V. Ex^a deu uma decisão contra ele e antes disponibilizou para imprensa essa decisão. E, depois, que a imprensa publicou V. Ex^a modificou a decisão, retirando um suposto conluio entre o Juiz e uma Promotora de Justiça. Isso é verdade?

Uma segunda pergunta sugerida por membros do Poder Judiciário de Santa Catarina diz respeito à atuação de V. Ex^a no Conselho Nacional de Justiça. Segundo essa informação, no dia 21 de outubro de 2010, V. Ex^a, após o julgamento de sindicância contra um Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, V. Ex^a mandou o seguinte e-mail.

Vou ler, porque esse e-mail já é público e está disponibilizado nos autos de arguição de suspeição e impedimento proposto contra V. Ex^a no CNJ.

Então, V. Ex^a diz no e-mail que enviou.

Competência. Vamos meter o bedelho onde não fomos chamados. Imberbe, o Conselho Nacional de Justiça está tentando se ajustar quanto à competência de punir juízes e desembargadores. As posições estão relativamente antagônicas e representados. De um lado, pelo Presidente do Conselho, Ministro Peluso, e, de outro, pela Corregedora Ministra Eliana Calmon. Para o Ministro Peluso, homem religioso e temente a Deus, para ficar na temática da campanha eleitoral, o CNJ não pode substituir as Corregedorias locais. Já para a Ministra Eliana Calmon, baiana arretada e que conhece a pipoca que fica além dos cordeiros, estamos nos referindo ao ofício de segurar a corda dos

blocos de carnaval, o CNJ tem de agir, porque, citando o conterrâneo Aliomar Baleeiro, 'lobo não come lobo'.

Se a nós fosse dado o direito de opinar, diríamos que a razão está com a Ministra. Tendo galgado com brilhantismo e merecimento a carreira no Tribunal de Justiça de São Paulo, o Ministro Peluso não deve esquecer que também na corte bandeirante viu mazelas vencidas pelo corporativismo. Em cortes com menos desembargadores, então, a coisa é muito pior. Daí os motivos pelos quais viu-se premente a criação de um órgão de controle; daí os motivos que criaram o CNJ.

Enfim, as corregedorias, isso é um fato, não funcionam. Ou melhor, só funcionam quando o caso envolve o magistrado do cafundó do Judas e, mesmo assim, não raro agem injusta e desproporcionalmente. Agora, quando o imbróglio recai sobre um figurão da corte, dá-se um jeito, para não falar 'jeitinho'.

V. Ex^a teria mandado essa correspondência eletrônica, esse e-mail, para todos os conselheiros da Ordem dos Advogados da Seção de Santa Catarina, como que a dar satisfação a eles da atuação de V. Ex^a.

A pergunta que fazem os representantes do Judiciário lá é, primeiro, se eles mesmos, corregedores, não teriam capacidade de julgar seus próprios membros e juízes vinculados e, segundo, se o envio desse e-mail, de abertura de sindicância contra o magistrado, não foi uma forma subliminar de diminuir esse magistrado, ainda que indiretamente, diminuir-lhe o prestígio perante os advogados de Santa Catarina.

Os advogados de Santa Catarina mandam outra correspondência, que diz que V. Ex^a tem um escritório famoso em Santa Catarina e que V. Ex^a se licenciou devidamente, conforme mandamento legal. E que, nesse escritório, na realidade, os filhos de V. Ex^a advogam e a fotografia de V. Ex^a continua no site. E traz uma expressão que, quem lê atentamente, vê que V. Ex^a teria cumprido a determinação legal: "licenciado em 2009, em razão de assumir o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça". Mas isso é tão pequeno que dá a impressão de que, na realidade, V. Ex^a estaria captando clientes para os filhos, mostrando que hoje é um conselheiro, que o escritório continua funcionando perfeitamente, tanto é que, segundo dizem, ali mesmo, como V. Ex^a só inseriu a frase que diz que está licenciado, continua dizendo: "Dias de plantão, atendimento com hora marcada na sede em Florianópolis". Quer dizer, legalmente isso não tem validade. Mas dá a impressão, para quem está lendo, que V. Ex^a continua em plena atividade advocatícia. Dizem que isso interfere no dever de impessoalidade que está previsto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal. Então faria essa indagação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se V. Ex^a me permitir, já farei também as outras perguntas....

(Interrupção na gravação)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (...) Gilberto Valente Martins, Promotor de Justiça do Estado do Pará.

Dr. Gilberto, também chegou ao nosso conhecimento que a Juíza de Direito Dr^a Rita Helena Barros Fagundes Dantas representou contra V. Ex^a em vários lugares. A representação diz respeito ao seguinte: “(...) que V. Ex^a, juntamente com o delegado de polícia, teria efetivado a prisão de funcionários do fórum da Comarca de Xinguara e os haveria levado à capital do Estado, Belém, impedindo que falassem com seus familiares e constituíssem advogados para assistir a seus depoimentos”. Também diz a Juíza de Direito que “V. Ex^a os haveria interrogado sob coação de forma repetida”. Também diz a Juíza que “os funcionários foram obrigados a prestar suas informações e a assinar sem sequer poderem ler o que estavam assinando, de modo que, até hoje, não conhecem o conteúdo dos depoimentos que prestaram”. E diz ainda a juíza que V. Ex^a chegou ao cúmulo de oferecer a esses funcionários a delação premiada, caso asseverassem terem recebido propina.

Essas representações foram arquivadas, ou seja, foram julgadas improcedentes.

Eu indagaria a V. Ex^a: quais as medidas que V. Ex^a tomou em relação a essa magistrada, uma vez que fatos imputados a V. Ex^a foram tidos como improcedentes? Ou se, de ofício, alguma instituição está investigando a magistrada pelas acusações falsas que lhe fez?

Porque, da mesma forma que o homem pode ser representado, ele pode responder. Mas, as acusações sendo falsas, naturalmente, as providências em sentido contrário também devem ser tomadas.

Eu indagaria ao Desembargador Ney José de Freitas, do Paraná, o seguinte: os dados de 2008 produzidos pelo Conselho Nacional de Justiça revelam altas taxas de reforma nos tribunais superiores, das decisões oriundas dos tribunais regionais do trabalho. Por exemplo, 29,1% das decisões do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará foram reformadas, 34,5% das decisões do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo e 44,6% das decisões do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí. A que V. Ex^a atribui essa alta taxa de reforma das decisões? O que está acontecendo com os tribunais regionais? Isso leva, na opinião de V. Ex^a, que se crie também uma espécie de súmula com efeito vinculante para os tribunais superiores, além do Supremo Tribunal Federal? Quais outras medidas V. Ex^a apontaria como capazes de diminuir essa taxa de reforma?

Eu perguntaria ao Dr. José Guilherme Vasi Werner, que tem já uma atuação, há muito tempo, no Conselho Nacional de Justiça, ocupando diversas funções, primeiro: quais são os rumos que devem ter agora o Conselho Nacional de Justiça na nova composição, uma vez que o Supremo Tribunal Federal tem, frequentemente, reformado ou cassado as decisões do Conselho Nacional de Justiça, dizendo que tem que respeitar, principalmente, as instâncias inferiores? V. Ex^a acha que é preciso dar um freio de arrumação no Conselho Nacional de Justiça? Por que o Supremo Tribunal Federal tem tomado essas decisões? V. Ex^a poderia especificar alguns casos? E quanto à apuração de irregularidades cometidas por magistrados? V. Ex^a acha que o Conselho Nacional de Justiça deve agir logo que informado das suspeitas de irregularidades ou deve esperar o trabalho das corregedorias dos tribunais? V. Ex^a entende que o Conselho Nacional de Justiça tem competência concorrente ou subsidiária das corregedorias dos tribunais? E uma última pergunta, no mesmo sentido, na mesma direção que fiz ao Desembargador Ney José de Freitas: V. Ex^a, que tem tanta experiência lá, o que acha que deve ser feito para que o Conselho, daqui para frente, possa sofrer, vamos dizer assim, menos reprimendas do Supremo Tribunal Federal?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Mário Couto tem a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de pedir a V. Ex^a, dentro da economia deste Senado, para colocar um microfone para cada Senador. Olha a distância deste e como eu tive que chegar à frente para falar.

Mas, Presidente, eu quero me referir ao eminente Promotor de Justiça do meu Estado, Dr. Gilberto Martins.

Primeiro, dizer aos Pares que se trata de um promotor de Justiça exemplar. Tenho eu, como político, com 24 anos consecutivos dentro do Parlamento, a mania de observar o desempenho de cada Promotor de Justiça do meu Estado.

Está diante de nós, nobres Senadores e Senadoras, um dos mais eminentes promotores públicos da minha terra.

Eu quero aqui ler um trecho do que escreveu em seu relatório o Senador Flexa Ribeiro. E escreveu com muita propriedade:

No desempenho de suas atribuições, o Dr. Gilberto Martins recebeu diversos elogios, homenagens, condecorações. Ademais, defendeu 12 teses nos congressos nacionais do Ministério Público – [12 teses!] –, que vieram a integrar os livros de teses daqueles encontros.

O nobre promotor de Justiça do meu Estado merece aqui o meu dever, apesar de não participar desta Comissão. Fui designado pelo meu partido para ser suplente, mas achei que a nobre Senadora Lúcia Vânia tinha mais condições, mais experiência para compor esta Comissão. E ela assumiu o meu lugar. Mas seria muito injusto comigo mesmo, Sr. Presidente, se hoje não estivesse aqui para proferir estas poucas palavras a esse eminente promotor de Justiça. Seria eu injusto se não estivesse aqui fazendo isto.

Por isso, meus nobre Pares, antes de fazer a pergunta ao procurador de Justiça do meu Estado Gilberto Valente Martins, quero deixar aqui a todos vocês o meu reconhecimento da capacidade, da competência, da limpidez com que desempenhou suas funções durante todos esses anos.

Dr. Gilberto, vim aqui, mesmo não sendo membro desta Comissão; mas vim aqui para fazer justiça ao caráter, à personalidade, ao trabalho que V. Ex^a dedicou ao meu Estado. Como amo muito o meu Estado, levantei-me da minha cama hoje pela manhã e disse a mim mesmo que não pertencia à Comissão, mas cheguei aqui e consultei o nobre Senador Mozarildo sobre os Regimentos desta Comissão, sobre o que eu podia fazer e sobre o que eu não podia fazer; e me informou o competente Senador que eu só não poderia votar. Fiquei triste, porque gostaria de votar em V. Ex^a. Mas, como os Senadores do Pará aqui são dois, deixo a eles, com certeza, este dever e esta obrigação que temos nós de reconhecer o trabalho de V. Ex^a.

Quero perguntar a V. Ex^a: li o seu currículo e lá constava que V. Ex^a cursou o mestrado em Direito na Universidade de Coimbra, em Portugal; gostaria de saber como se deu seu afastamento e o período em que esteve fora; qual assunto V. Ex^a pesquisou; e qual a importância para a sua atuação profissional.

Encerro, Procurador, dizendo, mais uma vez: parabéns! Parabéns do povo do Estado do Pará ao seu caráter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para as suas arguições.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, SRA. Senadoras, Srs. Senadores, vou apresentar um projeto de resolução só para impedir que o Senador Demóstenes pergunte na frente, Sr. Presidente, porque é um misto de tristeza e alegria perguntar depois dele; tristeza porque ele esgota as perguntas, e alegria porque ele mostra como deva ser uma Sabatina. Não é, Demóstenes? Esgotou todas as perguntas.

Mas eu só quero perguntar ao Promotor de Justiça Gilberto Martins – com quem tive a honra de participar do GNOC, Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, lá atrás, há muito tempo, acho que há oito anos – qual a sua posição sobre o aumento do número de magistrados estaduais no Conselho Nacional de Justiça? Se o Conselho Nacional de Justiça está a merecer uma modificação na sua composição, ou, no entendimento de V. Ex^a, se esta atual composição, determinada pela Emenda Constituição 45 se afigura como o bastante? Essa a indagação que tenho a fazer a...

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – (*intervenção fora do microfone.*) (...) estaduais?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente. Aumento dos magistrados estaduais no Conselho Nacional de Justiça. Qual é a posição de V. Ex^a?

Ao Dr. José Guilherme Vasi Werner, eu gostaria de saber se ele pode fazer uma reflexão a respeito da Corregedoria Geral junto ao Conselho Nacional de Justiça? Qual o papel da Corregedoria: se é um papel supletivo às Corregedorias Estaduais, ou se dessa maneira em que se encontra a Corregedoria se afigura como a ideal?

Ao Dr. Ney José de Freitas, a quem eu tive a oportunidade de também conhecer, eu gostaria de uma reflexão de V. Ex^a a respeito daquela tese antiga, discutida na ocasião da PEC que resultou na Emenda Constitucional 45, e que recentemente foi agitada em alguns foros aí, a respeito da unificação da Justiça do Trabalho com a Justiça Federal. E se, na visão de V. Ex^a, Presidente de um Tribunal Regional do Trabalho, se essa construção da Justiça do Trabalho e um Tribunal Regional do Trabalho por Estado poderia ser emprestada à Justiça Federal, um TRF em cada Estado da Federação.

Ao Dr. Jefferson Luis Kravchychyn, eu gostaria de saber se o representante da Ordem no Conselho Nacional de Justiça deve satisfação ao Presidente do Conselho Federal da Ordem, o senhor, como representante da Ordem dos Advogados, indicado pela Ordem dos Advogados no Conselho Nacional de Justiça, deve satisfação ao Presidente da Ordem? Qual é a visão de V. Ex^a sobre a participação de advogados no Conselho Nacional de Justiça? A participação deve ser corporativa ou não? E, de uma forma objetiva, o Senador Demóstenes fez referência aqui, o currículo do senhor ainda consta nesse escritório, que hoje é bem representado – com certeza deve ser – pelos vossos filhos, se durante este período V. Ex^a fez atendimento a alguma parte nesse escritório de advocacia?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, a última Senadora inscrita é a Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A última e única, não é?

Bom dia a todos e a todas. Eu também fiz um movimento bem organizado esta semana, porque estava pelo interior do Estado do Pará, debatendo com a população a questão da divisão do Estado, tentando levar elementos ao povo paraense do porquê de nós não dividirmos o nosso Estado. O nosso Estado é muito rico e tem que servir a todo o povo paraense. E fiz uma interrupção para vir aqui a Brasília para dar o meu depoimento aqui da retidão, do respeito que a sociedade paraense tem, dos movimentos sociais organizados, inclusive da esquerda paraense, nós que temos um Estado absolutamente fragilizado porque somos campeões de trabalho escravo, somos campeões de desmatamento. E as mazelas naquela região – inclusive, amanhã, vamos debater na Comissão de Direitos Humanos os crimes no campo; o Pará também é campeão de mortes no campo –, e diversas outras mazelas cercam a nossa sociedade paraense, as nossas comunidades, os nossos 144 Municípios.

Eu posso dizer aqui a V. Ex^{as}, aos meus Pares, que estou muito honrada de ter aqui conosco, disputando uma vaga no Conselho Nacional de Justiça, o paraense... Na verdade, é paraense mesmo, porque tem assumido as lutas, tem assumido a defesa do povo paraense, que é o Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins.

Falar um pouco da trajetória dele, do relato que fez o Senador Flexa Ribeiro, em que ele próprio fez, na defesa daquela população, no combate ao narcotráfico, no combate a crimes que hoje são difíceis de serem combatidos em nosso Estado, que é campeão também de tráfico humano – nós estamos enfrentando algumas batalhas naquela região. E se a gente não tivesse apoio de Promotores de Justiça, tanto na esfera federal, como na esfera estadual, com a dedicação, com o compromisso social do Dr. Gilberto, a gente estaria em situação muito pior.

Então eu fiz questão de vir aqui declarar, de público, que é uma honra para nós em poder colocar o nosso voto, indicando e confirmando a indicação de V. Ex^a ao Conselho Nacional de Justiça, Dr. Gilberto.

Eu não conheço a trajetória dos demais que concorrem, mas eu queria fazer algumas perguntas gerais, para sentir um pouco do que V. Ex^{as} poderão ou não representar no Conselho Nacional de Justiça.

Eu queria, primeiramente, saber o seguinte: Qual a opinião de V. Ex^{as} com relação à criação do Conse-

lho como órgão independente, para fiscalizar e propor políticas públicas para o Poder Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora, essa pergunta é comum aos quatro?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Achem que uma atitude incisiva do Conselho implica violação ao pacto federativo?

Eu queria também saber qual a opinião de V. Ex^{as} acerca da composição do Conselho Nacional de Justiça que é formado, em sua maioria, por magistrados, mas que também possui advogados e membros “estranhos” ao Poder Judiciário?

Se V. Ex^{as} acreditam que a presença de membros, advogados, cidadãos indicados pela Câmara e pelo Senado ofende o princípio constitucional da separação dos Poderes?

Também a opinião de V. Ex^{as} em relação ao fato de o STF deferir liminares para que juízes fossem reconduzidos aos seus cargos, após terem sido aposentados compulsoriamente pelo Conselho Nacional de Justiça. O que V. Ex^{as} pensam a respeito disso?

Então, no geral, são as perguntas que acho relevantes ouvir as opiniões de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marinor.

E agora, vamos ouvir as respostas dos indicados e que estão sendo sabatinados nesta manhã.

Por isso, passo a palavra, para responder a todas as perguntas, de todos os Senadores que questionaram, ao Dr. Jefferson Luis Kravchychyn.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu só solicito que cada um dos Senhores, caso eu não complete as respostas, porque foram muitas, que, por favor, façam a observação.

Com relação a quebra de sigilo de processos, eu sou totalmente contrário a quebra de sigilo quando determinado por lei. O que é que diz o Regimento do CNJ:

São direitos dos Conselheiros requisitarem de quaisquer órgãos do Poder Judiciário, do CNJ e de outras autoridades competentes as informações e meios que considerem úteis para o exercício de suas funções.

Nesse processo específico, requisitei documentos – não posso falar sobre o processo porque ele está sob sigilo, eu determinei o sigilo, ele permanece sob sigilo, requisitei os documentos e o processo está em sigilo. O julgamento no CNJ não é em sigilo ele é aberto. Esse julgamento ocorreu, a informação que saiu do julgamento da sentença da decisão foi levada ao site

do CNJ pelo setor de imprensa do CNJ. Não houve nenhum tipo de manipulação, de informação açodada ou adiantada por parte deste Conselheiro ou de seu gabinete, que é um servidor só.

A modificação que houve com relação a decisão, ela realmente existe pelo seguinte; a proposta de decisão do Conselheiro Jefferson foi a unanimidade em três itens e, houve a modificação de uma parte da decisão com relação a uma Magistrada, que foi por 10 a 3. Então a decisão do processo foi por unanimidade excetuada esse item. Como Relator, eu tive que fazer a modificação então do relatório, da decisão apresentada na sessão na parte dispositiva com relação a decisão dessa Magistrada. Essa alteração realmente houve, e a divulgação se deu pelo site do CNJ, não houve nenhuma divulgação por parte do gabinete e o processo continua em sigilo.

Com relação aos e-mails Sr. Senador, esse e-mail, achei interessantíssimo, ele é picante – eu retirei do site migalhas -, ele está lá disponível se o senhor adentrar nessa data. E o que é importante nesse e-mail, em cima desse e-mail, existe um comentário com relação a decisão do caso deste Desembargador que trás essa denúncia mentirosa aqui, tratando da vida desse Desembargador, e abaixo este. A prova que esse Conselheiro age com lhanza e com isenção, é de que reemitiu aos advogados, como faço diariamente a um grande grupo de *mailing* que tenho no meu computador. A notícia que achei interessantíssima era logo no início do mandato da Ministra Eliana Calmon, Ministro Peluso e aquelas rusgas todas. E é muito interessante quando fala do homem temente a Deus, da baiana arretada – a redação não é minha, está no site migalhas – que mandei sem nenhum tipo de comentário e sem a notícia que está exatamente acima que trata vida desse Desembargador.

Então essa notícias, Sr. Senador, elas vem de dois indivíduos que estão sendo processados no CNJ – por mais de um processo –, a maioria em sigilo, e que tendo V. Ex^a, que Promotor de Justiça – Procurador – Pedro Taques, sabe como são tratados aqueles que acusam, no caso de V. Ex^a, e aqueles que julgam. Se tenta enxovalhar a honra de pessoas corretas, porque não conseguem responder aos fatos que estão lhe sendo imputados. E no caso do julgador a mesma coisa. Isso no CNJ nós tomamos muito cuidado.

Existe uma pergunta aqui, que eu acho que... Eu vou responder antecipadamente, Senador Pedro Taques, sobre satisfação a OAB.

É óbvio que eu dou satisfação, não só ao presidente da Ordem como a todos os meus Conselheiros. Mas muito mais satisfação Srs. Senadores eu dou a República brasileira, eu dou ao povo brasileiro. Muitas

vezes votei contra os interesses, que eu entendi que a Ordem não tinha razão – e por mais de uma vez me posicionei -, nem por isso deixou a Ordem de me reconduzir a unanimidade, diferentemente do que foi a primeira vez, e na minha primeira tentativa e que empatei e perdi na idade dentro da Ordem. Ou seja, a Ordem reconheceu que o posicionamento deste Conselheiro, independente, sem medo – porque coragem é atributo de herói – advogado tem é que não ter medo de se posicionar de forma firme em casos de corrupção, em casos que interessam a República brasileira me posicionei muitas vezes contra a Ordem.

E mais, o primeiro processo que participei como julgador, em que aposentamos compulsoriamente um Magistrado, eu acompanhei o voto do Relator e solicitei, de forma primeira, que todos os advogados envolvidos, como foi nesse caso de Minas Gerais também, fosse remetido os seus nomes à OAB Nacional e à OAB Estadual. Naquele caso eu constatei que eram advogados de alta estirpe daquela unidade da federação e que a seccional não teria condições de apurar. Nós não somos freiras de um convento de pensarmos que a OAB também não tem as suas vicissitudes. E tem. Então se criou hoje, até por sugestão desse Conselheiro, a Corregedoria Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. E me diziam: “O Senhor quer prejudicar os seus colegas?” Eu disse: “O Juiz que nós aposentamos era um bandido de toga, esses não são meus colegas, são bandidos de beca”. Então o meu posicionamento é pela República, não é de nenhuma forma corporativa no mau sentido, quando corporativo é na intenção do bom sentido da palavra corporativo.

Com relação aos Corregedores Sr. Senador, não foi a toa que nessa curta existência, o Conselho Nacional de Justiça já afastou mais de meia dúzia de Corregedores. Muitos, inclusive em companhia do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal. Hoje, graças a Deus, até porque a grande maioria da massa dos nossos Magistrados, também dos advogados e do povo brasileiro é constituído de gente séria. Infelizmente são dominados, porque silentes, por estes que praticam esses tipos de atos. Então as Corregedorias hoje já detêm, depois de cinco, seis anos de CNJ, uma condição melhor de investigar os seus pares. É muito difícil investigar os seus pares. Os senhores fazem isso aqui no Senado e sabem da dificuldade. Isso nas Corregedorias também.

Então a grande importância de uma Corregedoria Nacional do CNJ, para que nos casos em que for necessário atuar ela atue pontualmente. Interessante é que essas Corregedorias façam o seu trabalho... A grande missão do CNJ não é de ser a palmatória do mundo, a missão do CNJ é de fazer uma nova justiça.

Claro que passa eventualmente por esse tipo de ato, mas a nossa missão é muito mais administrativa, planejamento estratégico, de criarmos uma nova justiça com a gestão diferenciada como dizia o nosso DR. Werner, o Juiz não é treinado para ser um gestor. Nós temos que fazer gestão do Poder Judiciário – no momento é o segundo maior orçamento do Estado e gerido por alguém que não tem o mínimo preparo. Então essas modificações constituem a grande missão do CNJ. E não ficarmos punindo Magistrado, isso é uma missão das Corregedorias, mas aqueles Corregedores que não entenderem que devem processar, absolver ou punir de forma honesta serão sempre buscados pela longa mão do CNJ. Essa é a grande missão do CNJ.

Quanto ao escritório. É óbvio que eu não advogo, eu não sou infantil, eu sou um homem experiente – e aqui está escrito advogado – eu continuo com muito orgulho sendo advogado, e tenho orgulho de ter filhos advogados. E se os senhores adentram hoje nos sites dos Tribunais do Ministério Público verão lá as fotografias e os nomes dos Magistrados e dos membros do Ministério Público que compõem o Conselho Nacional de Justiça. Eu não tenho porque tirar o meu nome do meu escritório. Eu tenho que colocar lá Senador, como coloquei, que estou licenciado. E eu desafio a qualquer desses homens fracos que vem me acusar, de forma solerte, a comprovar que um dia lá atendi alguém. Os atendimentos que faço em Santa Catarina quando vou para lá para ver minha família e tratar das minhas coisas, porque estou praticamente há dois anos aqui em Brasília, são feitos sempre na Ordem dos Advogados do Brasil, para que reste claro que está lá o Representante da Ordem e não aquele advogado. Desculpe-me pela indignação. Meu pai me ensinou que nós tínhamos que ser pessoas sérias e não deveríamos nos comportar da forma que estão tentando me imputar.

Quanto a criação do Conselho Independente, eu participei ativamente... Mais de 20 anos que participo da Ordem, da criação do Conselho. A idéia era de termos um órgão externo, e realmente todos tem que ser. Eu vi na última sessão, falando sobre o Procurador Geral da República, tem que ser fiscalizado e o é, através o impeachment. Todos nós temos que ser fiscalizados, inclusive nós, CNJ, quando se tenta, através da imprensa e órgãos que efetivamente têm interesse em criar um problema para o CNJ e para o Supremo, dizer de que há um conflito entre o Supremo e o CNJ. Não há não senhores. O Supremo é o grande órgão, é órgão final, é o que decide pela Justiça brasileira. E toda vez que o Supremo corrigir algum ato do CNJ ele estará cumprindo o seu papel. E nós como advogados, como Magistrados participantes do

sistema judicial temos que acatar. Se não se concorda com a forma de escolha do Supremo, enfim, todas as discussões que se fazem é matéria constitucional. E o Conselho se submete de forma efetiva.

Então o Conselho que foi criado, infelizmente não como queria a Ordem, e hoje eu já não sei se é, mas infelizmente porque eu creio que amadureci, ele foi criado dentro do sistema judicial – foram-se os anéis mas ficaram os dedos. Uma composição de minoria de advogados, Presidente do Senado, Presidente da Câmara e do Ministério Público, mas que tem mostrado ao povo brasileiro que não tem agido corporativamente. O Conselho Nacional de Justiça tem cortado na carne, na pele do Poder Judiciário. E não somos nós advogados que fazemos isso. Se V. Ex^{as} olharem as decisões, nas minhas, na maioria das vezes as propostas de penas que apresento são ampliadas pelos Magistrados, indignados com aqueles que cometeram o tipo de crime que cometeram. Então eu creio que V. Ex^{as} foram sábios e acertaram na composição, na forma da colocação do CNJ dentro do Sistema Judicial.

E a composição do Conselho, ofenderia ao princípio da separação dos três Poderes. Não vejo... O Conselho na realidade faz parte do Poder Judiciário. Essa heterogeneidade da composição é fundamental para que se oxigene o Poder Judiciário. O grande problema do Poder Judiciário é que ele vem da época das ordenações Alfonsinas, e não evoluiu, ele não cresceu, ele não acompanhou as modificações sociais, as modificações econômicas, as modificações políticas, um poder fechado. A Ministra Eliana Calmon dizia sexta-feira em Florianópolis, eu acompanhei num evento lá da Justiça Federal Brasil/Alemanha, que quando se fala em caixa preta do Poder Judiciário há um arrepio dos membros do Poder Judiciário, dos Magistrados e ela dizia: "Tem quem se arrepiar mesmo!" Porque a caixa era tão preta que nem os Juizes sabiam o que tinha dentro. Ou seja, quando se levanta, e dizia o Dr. Werner, a quantidade de processos que existem no Brasil, a Justiça em números isso não se sabia – não que haja desonestidade no demonstrar, mas que nenhum Magistrado aceitava, e muitos ainda hoje não aceitam, que se verifique o que existe dentro de uma vara, dentro de um tribunal, dentro de um processo. Isso tem que ser transparente. O princípio da transparência ele é fundamental para a República e para nós termos um país melhor, um país que dê segurança e felicidade para aqueles que nos sucederem talvez um pouquinho para nós.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a me permita a réplica, Sr. Presidente? Só para dois questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não; V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Primeiro eu agradeço a V. Ex^a pela resposta, e só faço duas perguntas justamente para deixar clara a intervenção.

O Dr. Elpídio Donizete, então mente que V. Ex^a tenha divulgado o seu voto antes mesmo dele ter ido a julgamento.

E a segunda questão. Os advogados, alguns advogados de Santa Catarina dizem, e até pelo princípio da honestidade invocado por V. Ex^a, que seria e, talvez, fosse mais interessante V. Ex^a retirar do seu site a expressão “dias de plantão: Atendimento com hora marcada na sede de Florianópolis” Então, talvez, seria interessante que V. Ex^a mandasse retirar, deixando claro que não atende em seu escritório como advogado. Embora, como eu disse, aqui está dizendo que V. Ex^a tenha sido licenciado – está licenciado, claro, é óbvio. Então, talvez, até por esse princípio da honestidade seria interessante que V. Ex^a retirasse do site, quando aparece a fotografia de V. Ex^a, que V. Ex^a não atende mais no seu escritório e acaba com a dúvida que têm os advogados de Santa Catarina.

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Excelência, realmente, o *site*... Para ser bem sincero, eu não olhei isso no *site*. Quem fez isso foi minha filha. Eles têm lá um sistema de plantão, de que eu nunca participei. Há muito tempo eu não faço mais atendimento de clientes. Eu vou solicitar, mas, efetivamente, eu não havia nem visto isso no *site*.

Com relação à divulgação, indago a V. Ex^a e aos demais Senadores: qual o interesse de um advogado de Santa Catarina, que ocupa um cargo no CNJ, que não conhece um magistrado de Minas Gerais, em divulgar um processo antecipadamente?

Se os senhores observarem, existem... Existem mais processos em andamento, de modo que não posso entrar no mérito. Mas, se os senhores pegarem os últimos dois meses dos jornais de Minas Gerais, gravações de rádio e televisão, os senhores verão que, no dia do julgamento, a Rede Globo me procurou, já no aeroporto, onde havia lá um repórter, e me perguntou sobre o processo. Foi o único depoimento que eu dei sobre o processo. E esse indivíduo havia procurado a Rede Globo, deu um depoimento, e a Rede Globo foi atrás exatamente sobre a história do vazamento, e eu falei.

Posteriormente a isso, os senhores verão inúmeras reportagens que esse indivíduo busca nos jornais, na televisão, enfim, em todos os meios de comunicação, e nenhum depoimento deste conselheiro, deste advogado. Eu não falei mais sobre a assunto, até para

não ser arguida a minha suspeição, como já aconteceu em outros processos.

Ou seja: não tenho interesse nenhum, não advogo em Minas Gerais, não tenho lucro nenhum... E coloco aos senhores que, se ruim fosse como me colocam, a Anamatra, que é a Associação Nacional dos Magistrados, a Ajufe e a AMB não apoiariam o meu nome para a recondução. Ou seja, estamos falando de três entidades da Magistratura. V. Ex^a pode entrar em contato com eles e o posicionamento deles, pelo menos pessoalmente e em público, assim me foi dito...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para ter uma confirmação: existe mesmo essa divisão no CNJ entre pelusistas e elianistas, digamos assim?

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Senador, as pessoas acabam se juntando pelas convicções e pelos interesses que têm Obviamente, o CNJ é um cabo de guerra, em que a parte retrógrada da Magistratura, aquela parte que quer manter a magistratura no sistema anterior – e não digo nem atual porque ele já está mudando –, e a parte que quer a modernidade... Então, efetivamente, sempre existirão, no mínimo, duas forças dentro do CNJ, ou talvez três até...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só por curiosidade: a parte retrógrada são os pelusistas?

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Não; eu não disse isso. O senhor está colocando palavras na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Jefferson, pelo Regimento, V. Ex^a teria cinco minutos. Eu já dei mais cinco, mais três, mais dois, mais cinco...

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A culpa é minha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não; sem problema. Não vamos aqui fazer o debate interno ou a disputa interna que possa haver no CNJ.

O Senador Pedro Simon pediu a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tenho direito a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim; Excelência. V. Ex^a terá a palavra.

O Senador Pedro Simon pediu a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, acho que nós abordamos aqui uma questão muito séria. A argumentação feita pelo Senador

Demóstenes foi de um conteúdo duro. Fiquei impressionado com ela. E confesso que a resposta do ilustre representante também me impressionou.

V. Ex^a foi firme.

O Parlamento americano, às vezes, numa discussão dessa natureza, leva um dia inteiro, dez dias, um mês para chegar a uma conclusão sobre o que é ou sobre o que não é.

Com toda a sinceridade, eu não teria condições de votar agora. Eu fiquei impressionado com o Demóstenes e fiquei impressionado com V. Ex^a. Agora, eu diria que estou com as idéias na cabeça... Eu teria que ter tempo para ler, para aprofundar, para analisar, para ver a pergunta de um e a resposta de outro.

Por isso que digo: V. Ex^a dá mais cinco minutos, mais dois minutos e V. Ex^a está certo – eu não estou colocando em dúvida –, mas apenas querendo dizer que acho que nós temos de encontrar uma forma de analisar uma questão dessa para fazer um julgamento com profundidade, com responsabilidade, porque esse, talvez, seja o caso mais original que eu tenha visto em termos de conteúdo e de profundidade, ou seja, o argumento do Senador Demóstenes foi altamente profundo, foi sério. Quando ele terminou de falar, eu disse: “eu não voto nesse homem”. Mas, quando V. Ex^a falou, a resposta também foi profunda. Então, eu pensei, a coisa é importante.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou falando sério. Quer dizer, uma coisa como essa nós temos de analisar, tem que aprofundar para ver onde está a verdade e não votar no grito.

Quando vejo no Congresso americano, e em outros lugares, debater uma, duas, três vezes, levarem tempo para discutir, isso é normal. E aqui nós temos que decidir no mesmo dia.

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – Senador, se me permite, só para ajudar na sua decisão, proponho a abertura do meu Imposto de Renda, do meu sigilo fiscal, telefônico, e-mail...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Dr. Jefferson, V. Ex^a não está com a palavra, por favor.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a já concluiu?

Vou dar a palavra o Senador Pedro Taques para a réplica.

Assim, V. Ex^a terá a palavra dada pela Mesa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, confesso a V. Ex^a, Presidente, que não me sinto habilitado para votar tendo em conta não a pergunta feita pelo Senador Demóstenes, mas as respostas expressas

pelo Sr. Advogado que está aqui pleiteando a sua recondução.

Com todo o respeito eu, como Senador da República, tenho atribuição de fazer perguntas e elas foram antecipadas pelo Senador Demóstenes Torres. Não me senti satisfeito com a resposta de S. Ex^a, por isso eu também, Sr. Presidente da República... Sr. Presidente desta CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Quanta generosidade...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É um presságio de bom agouro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Vindo de V. Ex^a eu...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu indago e levanto agora uma questão de ordem sobre o que eu, como Senador da República, faço se não me encontro habilitado para votar nesse caso. Não me encontro habilitado para votar e não vou votar sim ou não, assim de afogadilho, sem que eu me encontre habilitado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, indago a V. Ex^a se deseja que a Presidência dê um tempo determinado para que ele responda aos questionamentos...

Senadora Marinor V. Ex^a está com a palavra. Desculpe-me.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não estou falando. O senhor ouviu a minha voz?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Não, ainda não.

O Senador Pedro Taques faz um questionamento e não podemos fazer uma votação sem a convicção de que a pessoa que está sendo sabatinada... E esse é o objetivo da Instrução Normativa nº 1: fazermos a sabatina. Confesso aos senhores que talvez essa reunião de hoje sirva de exemplo para que a gente não fique a ceder às solicitações dos companheiros que, muitas vezes, nos chegam, na intenção de que a gente faça a sabatina o mais rapidamente possível.

Acho que hoje nós começamos um procedimento diferenciado, quando os senhores, tanto o Senador Pedro Taques quanto o Senador Demóstenes leu o relatório do Senador Aécio. Foi feita a leitura com um prazo de uma semana para se formar aqui juízo de valor com vista ao processo. Quero deixar bem claro aos senhores que, a partir de hoje, terei muita dificuldade de fazer um requerimento de quebra de interstício, porque eu concordo com o Senador Pedro Simon que só podemos votar, assim como nós somos julgados pelas pessoas. As pessoas só votam na gente quando elas têm uma convicção de que somos merecedores do seu voto.

Indago a V. Exª e permito o tempo que for necessário, dentro de uma objetividade, sem fazer aqui juízo de valor de terceiros, se deseja fazer a réplica da pergunta para a resposta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho um requerimento a fazer, Sr. Presidente, e se for o caso gostaria que fosse colocado em votação no plenário.

Eu, como Senador da República, não me sinto habilitado para votar “sim” ou “não” relativamente ao nome de S. Exª o Sr. Conselheiro, aqui indicado à recondução. Requeiro, portanto, a V.Exª que seja adiada a votação, notadamente a do Dr. Jefferson Luis Kravchychyn, porque não me sinto habilitado.

Então V. Exª decide, como entender por bem. Porém, gostaria que o plenário fosse consultado no sentido do adiamento da votação, especificamente desse conselheiro.

É o requerimento que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, só para ordenar os trabalhos. V. Exª faz um questionamento, mas esse questionamento de V. Exª é uma questão de convicção pessoal, e eu respeito plenamente e inclusive endosso a posição de V. Exª. Agora, a votação não é simbólica, é nominal. Para que um conselheiro seja aprovado, ele tem que ter a maioria dos votos. O voto “não” é o voto da convicção de que não está satisfeito. Não quero fazer um debate com V. Exª nesse sentido, quero só dizer que votação da cédula vai ser “sim” ou “não”. É isso que manda o Regimento. Portanto, indaguei a V. Exª se queria fazer um questionamento, para fazer um juízo de valor. V. Exª não querendo fazer mais nenhum questionamento nesse sentido e não se sentindo contemplado, então será uma decisão individual de V. Exª.

Eu vou passar a palavra para o Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Excelência, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só pela ordem também, para um esclarecimento. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, um de cada vez. Pela ordem, o Senador Pedro Taques.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu estou esperando a minha vez.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista notadamente da indicação do S. Exª o Dr. Jefferson Luis, para que eu possa melhorar analisar. Esse é um requerimento que faço a V. Exª e o Plenário é soberano para decidir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já darei uma posição a V. Exª. Em seguida... Senadora Marinor...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Deixa S. Exª falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A senhora abre mão para ele falar primeiro? Então, V. Exª está falando na ordem de inscrição, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para esclarecer. Veja só, a função do Senado é de indagar as pessoas mesmo. Se chegasse mais coisas aqui, eu iria perguntar ao Dr. Jefferson para que ele pudesse esclarecer. Eu confesso que se ele tivesse dito: “Não, realmente, eu divulguei com antecedência e tal, eu iria votar contra ele mesmo”. Agora, se ele está dizendo que não fez, seria importante que diligenciássemos, buscássemos a informação para ver se ele divulgou ou não. Quer dizer, seria, em um processo sigiloso, um atentado até contra o próprio Conselho Nacional de Justiça. Foi muito categórico.

Com relação ao escritório, realmente há uma falha grande aqui na minha opinião. Quer dizer que ele atende lá. Se ele atende lá, advogada de alguma forma. Se o escritório tem o nome dele, não há por que ele se envergonhar do nome se ele construiu um nome honrado ao longo da vida. Então, isso aqui, na minha opinião, pode ser considerado uma falha, não algo que o impedisse. Mas eu sinceramente entendo que, se ele divulgou o procedimento, o voto dele num processo sigiloso para a imprensa, como acusa o Desembargador Elpídio, de Minas Gerais, e, depois de ter sido divulgado, ele mudar o voto, que é isso que diz o Desembargador, que não mandou só para mim, mas para diversos Senadores, então eu gostaria, sim, que houvesse um esclarecimento.

É óbvio que o nosso voto aqui hoje é um parecer. Se o parecer for aprovado ou rejeitado, vai para o plenário do mesmo jeito. Se eu tiver que votar agora, nessa dúvida, voto contra ele. Digo com toda a sinceridade: vou votar contra, porque não posso botar alguém de reputação duvidosa no Conselho Nacional de Justiça. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só alertando V. Exª que o voto é secreto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas não tem problema. O voto secreto é o seguinte: é um direito e quem declara o voto pode até mentir. Quantos não falam: “Votei no senhor”, e não votou coisa nenhuma.

Então eu diria, com sinceridade, até para não ser leviano, não ficar com conversa fiada, que, se eu votar agora, vou votar contra, porque estou na dúvida e,

na dúvida, não posso colocar alguém com reputação duvidosa no Conselho Nacional de Justiça. Mas se V. Ex^a, atendendo...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas se nós pudermos esclarecer essa dúvida!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Era isso que eu estava dizendo: se nós pudéssemos votar na próxima reunião, encerrar a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Ex^a foi Presidente desta Comissão, presidiu esta Comissão com muita firmeza e sabe que, regimentalmente, não tenho como conceder – e gostaria de fazê-lo – vista ao Senador Pedro Taques, tendo em vista que o Regimento não me permite isso...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quebrou o interstício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) uma vez que foi quebrado o interstício. Então, regimentalmente, não tenho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então V. Ex^a, em vez de vista, pode suspender a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a sabe que eu não tenho amparo no Regimento e, não tendo amparo no Regimento, eu não vou mudar, não vou fazer um regimento aqui de cima desta Presidência.

Tem a palavra a Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas eu gostaria que V. Ex^a pudesse me ouvir.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senadora.

A Senadora Marinor está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu vou me retirar, Sr. Presidente, e não vai dar quórum. Porque participar de uma votação que não tenho condições de pensar, eu me retiro, Sr. Presidente.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria sugerir a V. Ex^a, sem entrar no mérito, que suspendesse a votação.

V. Ex^a não pode, regimentalmente, conceder a vista solicitada pelo Senador, mas V. Ex^a pode suspender a reunião. Há o apelo do Plenário, e o Plenário é soberano.

Nós não queremos criar nenhum tipo de constrangimento para o advogado que está aqui no seu direito; ele foi indicado, está sendo sabatinado. Nós não podemos nos sentir, neste momento, obrigados a votar. Acho que ele tem, inclusive, direito de se defender.

Ao declarar uma posição, o Senador Demóstenes fala do sentimento dele em relação a este momento, e eu reafirmo que o meu é o mesmo.

Ao manter esta reunião como está, vai haver prejuízo, e ele vai ficar sem direito, inclusive, de provar o contrário do que foi aqui levantado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marinor...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria aqui, por uma questão de justiça – e é até um apelo –, que a reunião seja suspensa.

Eu não gostaria de prejudicar os demais...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marinor, para responder V. Ex^a. O objetivo...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Ex^a não está tendo tolerância. V. Ex^a é sempre tão gentil. Não sei o que está acontecendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não; estou tolerante com V. Ex^a. Estou querendo ajudar V. Ex^a na resposta em relação ao Regimento.

Eu não vou tirar a palavra de Senador aqui, mas também não vou quebrar o Regimento. Não vou modificar o Regimento porque não cabe a mim fazer uma modificação no Regimento.

O Regimento é claro: aqui nós devemos ter convicção ou não. Quem não tiver convicção pode votar contra ou pode se abster. Essa é a regra do Regimento e, como regra do Regimento, vou cumpri-la. Vou cumprir o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A questão de ordem é baseada em qual artigo do Regimento? V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem ou para uma questão de ordem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pode ser pela ordem, Presidente, porque eu não tenho de cabeça o artigo do Regimento. Eu quero perguntar a V. Ex^a.

Acho que os argumentos já usados pelos Senadores, de que o indicado, o advogado Dr. Jefferson, possa ter oportunidade de esclarecer o que foi aqui levantado pelos Senadores Demóstenes e Pedro Taques, V. Ex^a, regimentalmente, não tem como conceder. Nós não podemos, em função disso, prejudicar, como bem disse a Senadora Marinor, os demais sabatinados na reunião de hoje.

A minha pergunta é objetiva: se o indicado aqui, na votação secreta, não obtiver aprovação na Comis-

são, o seu nome não irá ao plenário? Essa é a minha indagação. Mesmo sem ter...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, o Senador Demóstenes já me esclareceu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele vai ao plenário com a rejeição do Plenário da Comissão.

Qualquer um que seja sabatinado aqui nesta Comissão que não seja aprovado pelos seus membros, como esta matéria não é terminativa aqui, ela vai ser encaminhada para o plenário com a rejeição da Comissão, com o parecer contrário. Cabe ao Plenário do Senado, como instância superior, reformar ou não a decisão desta Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero colaborar com V. Ex^a, que está tentando respeitar o Regimento e não desatender os seus colegas Senadores.

Tenho convicção já do meu voto. Não tenho nenhuma dificuldade em votar hoje. Votarei conscientemente, sem nenhum receio de estar cometendo injustiça. Mas, se há Colegas que ainda não firmaram convicção sobre o voto em relação ao advogado sabatinado, se V. Ex^a entender ser conveniente atendê-los, que o faça única e exclusivamente em relação ao sabatinado que está sendo questionado; não em relação aos demais, que não podem ser prejudicados e que me parece obtêm aqui consenso em relação aos seus nomes, talvez até por unanimidade.

Portanto, se houver a possibilidade regimental de transferir para amanhã a sabatina do advogado que é o motivo da polêmica, que seja feita amanhã, quarta-feira. Quanto aos demais, creio que já estamos habilitados a deliberar sobre eles e podemos votar imediatamente. Inclusive, até em razão do horário, já que teremos sessão a partir das 14 horas no plenário do Senado Federal, poderíamos já, com a concordância dos Senadores que fizeram o questionamento, iniciar o processo de votação e adiar para amanhã a votação e o questionamento do advogado.

Essa é a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, eu queria que V. Ex^a pudesse ler, por favor, o

artigo que impede o pedido de vista. Queria que V. Ex^a pudesse ler para nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é preciso ler o artigo. Vou ler para a senhora sobre a quebra do interstício, tratada no art. 2º, se não me falha a memória, letra “b” do art. 2º da Resolução da Comissão: “Art. 2º...”

A senhora quer que leia o art. 2º do Ato nº 1? *(Pausa.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para completar, eu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me ordenar os trabalhos aqui. Se os Srs. Senadores...

Estamos num processo de discussão, para depois entrarmos em votação. Embora tenha sido quebrado o interstício para se fazer aqui a sabatina...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É que há o precedente do Ministro Gilmar Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me só concluir, senão a Senadora vai dizer que estou impaciente, e não estou impaciente. Estou com muita paciência.

Se houve um requerimento por parte de um dos Srs. Senadores, não vejo nenhuma dificuldade: submeto esse requerimento ao Plenário; como a matéria não está em processo de votação, mas em processo de discussão, submeto ao Plenário, se o Plenário entender; mas a gente precisa do requerimento.

V. Ex^a faz o requerimento?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já fiz o requerimento.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já fez oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora, o Regimento não permite requerimento de forma oral.

Senadora, me permita... *(Pausa.)*

Tudo bem. Só estou fazendo uma indagação.

Senadora, só para esclarecimento: eu não posso submeter um requerimento que não existe ao Plenário. Para ordenar os trabalhos, tendo em vista que estamos num processo de discussão de quatro sabatinados, eu não vejo problema: se um dos Srs. Senadores se propõe a fazer o requerimento, vou submetê-lo... A própria Comissão faz o requerimento...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) de ofício, para V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E pode ser hoje à tarde, Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a, Senador Pedro Taques, assina o requerimento?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Assino.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto o requerimento do Senador Pedro Taques...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quero assinar junto o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem problema.

Então, eu quero a permissão dos senhores para que eu possa ordenar os trabalhos.

O que vai determinar a Mesa? Vai submeter o requerimento do Senador Pedro Taques para a suspensão da discussão do nome do Dr. Jefferson Luis Kravchychyn, vai submeter o requerimento de V. Ex^a.

Aprovado o requerimento de V. Ex^a, vou suspender a sabatina do Dr. Jefferson, mas marcando hora, dia e data para a sabatina exclusiva do Dr. Jefferson, que amanhã é quarta-feira, véspera de feriado, não sei se teremos aqui...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Os parlamentares do Nordeste... Será que nós não podemos marcar para hoje, no fim do dia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) o quorum adequado. Nós teremos a Ordem do Dia. Durante a Ordem do Dia...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A Ordem do Dia está trancada por medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) eu vou verificar o seguinte: vou pedir a Mesa, vou pedir aqui à Secretaria...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A pauta está trancada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) que faça uma consulta à Mesa do Senado se nós teremos condições de fazer essa sabatina ainda na tarde de hoje, se não houver sessão deliberativa. Havendo sessão deliberativa, os senhores todos sabem, até mais do que eu, que em processo de votação no plenário, ou havendo sessão deliberativa no plenário nós estamos impedidos, sob pena de nulidade...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sugestão da...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência está com a palavra. Só

um minuto e darei a palavra a V. Ex^a, não vou negar a palavra a nenhum Senador aqui.

Só quero deixar bem claro uma coisa: para que não tenhamos dúvidas amanhã, porque todos nós sabemos que, estando em processo de votação no plenário do Senado, as Comissões têm que, automaticamente, suspender os seus trabalhos, sob pena de nulidade de todos os seus atos.

Portanto, eu não posso marcar a continuidade da sabatina para as 16 horas porque existe Ordem do Dia, mesmo com a pauta trancada.

Eu vou consultar a Mesa do Senado. Se a Mesa entender que é possível fazer isso, sem uma posterior contestação, eu farei. Se não, o requerimento que vou submeter a V. Ex^a é por suspensão até amanhã, até o dia de quarta-feira.

Terminada a nossa reunião amanhã, nós abriremos uma reunião extraordinária apenas para a conclusão da sabatina do Dr. Jefferson Luis.

Está bom assim?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, deixe-me apresentar uma alternativa a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Álvaro Dias havia pedido a palavra antes de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós temos que ser pragmáticos, porque já aprendemos que se não atropelarmos aqui no Congresso Nacional nós emperramos e, obviamente, geramos uma expectativa muito negativa em relação a produção legislativa.

Eu creio que adiar para hoje à tarde também não resolve. Ninguém vai ter tempo para diligência, para buscar informações. Então, eu sugiro a V. Ex^a que suspenda a sabatina do Dr. Jefferson e marque, ou terça-feira da próxima semana, quem sabe. Amanhã nós corremos o risco de ausência de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou propor o seguinte: se V. Ex^{as}., após aprovado o requerimento que vou submeter a votação... Mas preciso discutir primeiro o procedimento para que a gente amanhã não tenha dúvida do que deixou claro aqui.

Aprovado o requerimento, nós colocaríamos essa matéria para o debate na próxima terça-feira...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Ex^a já havia definido que seria na quarta, porque na terça talvez não tenha...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima. Na terça-feira, obviamente que nós vamos começar às 10 horas e vamos saba-

tinhar dois membros que foram lidos hoje por V. Ex^{as}, Senadores Pedro Taques e Demóstenes, e mais o Dr. Jefferson, e já está aberta a discussão em relação a ele. Será uma coisa mais rápida...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para lembrar o início da nossa conversa hoje. O Senador Aécio Neves me pediu para fazer o relatório *ad hoc*, eu consultei V. Ex^a e V. Ex^a me disse positivo. Aí, V. Ex^a disse: “Vamos marcar para a próxima terça?” Eu disse a V. Ex^a: “Na próxima terça eu não estarei aqui, tenho um compromisso em São Paulo; vou chegar aqui só às 17h30min”. Como fui eu que levantei a polêmica, seria até deselegante de minha parte não estar aqui. E V. Ex^a ainda falou, independentemente dessa polêmica que surgiu depois: “Que faria a reunião na quarta-feira...”

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode ser, não tem problema. Pode ser na quarta-feira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – De preferência, se puder fazer na quarta...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tão logo a gente termine a nossa reunião ordinária, eu farei a reunião extraordinária para a sabatina.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok? (Pausa.)

Então eu submeto o requerimento de autoria do Senador Pedro Taques, subscrito por vários outros Srs. Senadores, como o Senador Demóstenes, a Senadora Marinor, Senador Inácio Arruda, Senador Pedro Simon, Senador Flexa Ribeiro e Senador José Pimentel, vazado nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº.... DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, o adiamento da discussão – e quero deixar bem claro: da discussão, porque não estamos em processo de votação – do Ofício “S” nº 15, de 2011, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ser realizada na próxima quarta-feira (aqui não está a data, mas é na próxima quarta-feira).

Terminada a nossa reunião ordinária, fica automaticamente convocada a reunião extraordinária – e já convoco a partir de hoje – para a sabatina e a conclusão de votação, inclusive, do Conselheiro Jefferson.

Nós não vamos começar a votação agora. Temos ainda as respostas dos outros sabatinados.

Submeto aos Srs. Senadores o requerimento de quase todos os Srs. Senadores presentes.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram conservar-se como se acham. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Se o Dr. Jefferson quiser continuar não tem problema. Obviamente que está suspensa a sua sabatina e V. Ex^a não tem agora nem direito nem a voz, pelo menos na data de hoje. Apenas na próxima quarta-feira é que concluiremos a sabatina de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim. No final das respostas deles e antes de começar o processo de votação, eu vou dar a palavra, por três minutos, a V. Ex^a para que se manifeste a respeito dos questionamentos que foram feitos e da forma como melhor lhe convier.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Ney José de Freitas, para as respostas às perguntas feitas pelos Srs. Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra para um esclarecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É o seguinte: o que eu vou fazer? O desembargador mandou uma correspondência para todos nós, dizendo isso. Eu vou pedir para que ele comprove. Se ele não comprovar, naturalmente tem razão o Dr. Kravchychyn. Então eu vou pegar, vou ligar para ele. Comprovou? Tudo bem; agora, se ele não comprovar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, na próxima quarta-feira, V. Ex^{as} terão três opções: abstenção; voto “sim”; ou voto “não”, dependendo da convicção de cada um.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, mas antes disso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Perdão, mas antes disso, na próxima quarta-feira, nós temos que ver a réplica do Senador Demóstenes sobre a análise feita por V. Ex^a e a tréplica de V. Ex^a em que ele vai... Nós temos que ter esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, na sabatina nós vamos ter isso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Quer dizer, o Demóstenes vai ter que analisar o que fez e responder ao que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na sabatina, os Srs. Senadores terão esse direito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tendo em vista que dentro em pouco vai começar a sessão plenária...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É só às 16 horas, Senador, e agora são 13h54min. Temos duas horas ainda.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim, mas quero dizer a V. Ex^a que os demais convidados ou demais membros do CNJ não têm nenhuma contestação. Não seria de bom alvitre V. Ex^a começar a votação? Porque o quórum está desaparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, eu vou me permitir... A quebra de interstício foi proposta pela Mesa. Eu vou pedir vênua a V. Ex^a para que eu não abra essa exceção; não me permita o Plenário abrir essa exceção. Vamos ouvir o Dr. Ney José de Freitas, pelo prazo regimental de cinco minutos, com a nossa tolerância, para que ele deixe claras as suas respostas, para que os Srs. Senadores não votem em dúvida. Vou, em seguida, dar a palavra, também por cinco minutos, ao Dr. José Guilherme Vasi Werner, para que os Srs. Senadores não tenham dúvida ao votar; e vou dar a palavra ao Dr. Gilberto Valente em seguida.

Eu vou conceder a palavra ao Dr. Ney José de Freitas para responder as perguntas feitas pelos Srs. Senadores, pedindo desculpas a V. Ex^a, Senador Valadares, por não abrir mais uma exceção, porque a regra da quebra da exceção não estão sendo boa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já que V. Ex^a não abre a exceção, eu gostaria de fazer algumas perguntas, logo após ouvir os oradores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ouvir os oradores e V. Ex^a já está inscrito para fazer as suas perguntas.

Tem a palavra o Dr. Ney José de Freitas para as respostas.

O SR. NEY JOSÉ DE FREITAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou procurar ser extremamente breve.

Sobre a pergunta do Senador Demóstenes sobre a reforma, pelo Tribunal Superior do Trabalho, de um índice alto de decisões dos Tribunais Regionais, digo que não tenho, Senador Demóstenes, os dados dos outros

tribunais. Eu tenho os do meu Tribunal, e, realmente, há um índice alto de reformas pelo Tribunal Superior do Trabalho. E eu acredito que, talvez, os tribunais resistam, de certa forma, a algum encaminhamento da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e, por isso, as reformas. Talvez fosse o caso mesmo de o TST ter um mecanismo de súmula que vinculasse para o efeito de uma disciplina judiciária mais rígida.

Quanto à pergunta do Senador Pedro Taques sobre a unificação da Justiça Federal com a Justiça do Trabalho, que chegou muito próximo de acontecer, eu penso, Senador, que são justiças com origem, história e conformação completamente diferentes. E a unificação, eu acredito, viria em prejuízo do trabalhador. Por isso, parece-me razoável que permaneça a justiça especializada, e há uma tendência de especialização na justiça hoje. Parece-me que a Justiça do Trabalho hoje atende bem na solução desses conflitos entre o capital e o trabalho.

Quanto à questão de um tribunal por Estado, de fato nós temos um tribunal por Estado. A Justiça Federal tem apenas cinco Tribunais Regionais Federais. Então, talvez fosse mesmo o caso de expansão da Justiça Federal, porque é muito difícil hoje, por exemplo, o tribunal, que tem sede em Brasília e que tem uma jurisdição imensa, atender a todos os jurisdicionados por conta dessas distâncias.

Aos questionamentos da Senadora Marinor, de certa forma, o Dr. Jefferson respondeu, mas penso que a composição do CNJ, tal como é hoje, está adequada a um número maior de Magistrados, por conta da própria natureza do Conselho. Todavia, é um órgão plural: há uma representação dos advogados, há uma representação do Ministério Público, há representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Assim, parece-me que, pelo menos hoje, é uma composição adequada. Não vejo aqui também alguma violência ao pacto federativo, nem à separação dos Poderes.

Quanto à postura do CNJ, eu procurei inicialmente, na minha exposição, deixar claro como penso e apenas gostaria de acrescentar que o CNJ, nesta sua função de gestão da administração dos tribunais, notadamente, tem prestado uma bela contribuição para o ordenamento jurídico constitucional.

Era o que eu tinha a responder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeitos, Senadores? (*Pausa.*)

Senadora Marinor, V. Ex^a está satisfeita com a resposta?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – (*Intervenção fora do microfone.*) Estou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, concedo a palavra ao Dr. José

Guilherme para dar as suas respostas aos questionamentos aqui feitos.

O SR. JOSÉ GUILHERME VASI WERNER – Muito obrigado Presidente, se os senhores me permitem eu gostaria de tentar consolidar e juntar um pouco as perguntas que foram feitas pela Senadora Marinor, Senador Demóstenes e Senador Pedro Taques.

Identifiquei aqui uma forma de composição dessas perguntas. Inicialmente, quando o Senador Demóstenes fala do papel da Corregedoria na apuração das irregularidades dos Magistrados, pergunta que também fez, de outra forma, o Senador Pedro Taques, quando me pede para fazer reflexões e responder à questão da subsidiariedade da Corregedoria. Ao mesmo tempo, o Senador Demóstenes faz perguntas sobre a atuação do STF em relação às decisões do CNJ, o que deve ser feito para evitar que as decisões do CNJ venham a ser tão contestadas como ele diz que vem sendo pelo Supremo Tribunal Federal. A Senadora Marinor também se refere a esse tema, penso eu, ao fazer menção às liminares concedidas pelo STF contra as decisões do CNJ.

Se me permite, acho importante citar, aqui, o chamado Paradoxos de Sorites, que, se não me engano, foi desenvolvido pelo filósofo Zenão de Eléia na antiguidade e que dizia mais ou menos assim: Sorites, em grego, significa monte. E ele perguntava: O que constitui um monte de areia? Três grãos constituem um monte de areia? É óbvio que não. Dez grãos constituem já um monte de areia? Não sei. Cinquenta grãos? Quem sabe. Um milhão de grãos, constituem um monte de areia? Aí sim, talvez seja possível reconhecer um monte de areia aí.

Eu identifico nas perguntas que os senhores me formularam quanto à questão do papel da Corregedoria e quanto à questão do papel do STF no controle das decisões do CNJ como aplicações talvez desse Paradoxos Sorites, no que se refere ao conflito de interesses contrapostos em princípio. No caso da Corregedoria, parece-me que fica em confronto a questão da autonomia e, portanto, muitos ligariam à Federação, ao princípio federativo, e à questão da própria eficácia do controle disciplinar dos Magistrados e Desembargadores dos Tribunais em geral.

É claro que é muito difícil sempre quando se tem um paradoxo como esse não se saber qual a medida exata da autonomia, no caso qual a medida exata da eficácia. É muito difícil fixar uma regra correta. Muitas vezes, recorre-se a uma convenção. Fixa-se um valor determinado: abaixo daquilo, é uma coisa; acima daquilo, é outra. Parece-me senhores que o papel do Supremo Tribunal Federal tem sido preponderante nisso. A questão dos julgamentos dos casos concretos, do

caso específico. O Supremo Tribunal Federal, no caso da subsidiariedade da Corregedoria já iniciou o julgamento a cerca disso. Parece-me que a Ministra Ellen Gracie já votou com relação a essa questão, votou pela possibilidade do CNJ tomar, de pronto, qualquer atitude com relação à disciplina dos Magistrados, e foi pedido vista pelo Ministro Fux. Parece-me que é esse o andamento. Nessa linha, parece-me que o próprio STF é que vai definir essa questão. Eu diria que o tamanho do CNJ, pela hierarquia constitucional, é o STF que vai definir ou os senhores mesmos aqui através de emendas ou outros projetos que possam interferir nessa atividade.

O Paradoxos de Sorites a meu ver também se aplicaria do controle das decisões do CNJ pelo Supremo Tribunal Federal que envolve a questão de fato do que é uma questão administrativa e o que é uma questão judicial. Porque o Conselho Nacional de Justiça, em tese, ele aprecia apenas questões administrativas não questões judiciais que são relegadas aos tribunais e aos tribunais superiores. Então é muito difícil, às vezes, se definir o que é uma questão administrativa e o que é uma questão judicial. Parece-me que a sabedoria, até mesmo das Casas do Congresso, a sabedoria do constituinte foi muito intensa ao deixar ao STF a possibilidade de, no caso concreto, definir o que é administrativo e o que é judicial. Então me parece que essa solução tem sido boa até aqui, mas nada impede que os senhores mesmos estabeleçam uma convenção sobre o que é administrativo, o que é judicial e, a partir daí, o papel do CNJ vai se definir.

Eu tinha identificado uma terceira pergunta da Senadora Marinor acerca da composição do CNJ. Atualmente a composição envolve uma maioria de magistrados, de membros do Poder Judiciário, e uma minoria de outros representantes, como da OAB, do Senado Federal, da Câmara, da sociedade civil de maneira geral. Essa composição tem funcionado, e o mais importante de tudo isso, pela pequena experiência que eu tive na administração lá no meu tribunal e aqui no próprio CNJ, é que é preciso que os membros integrantes do CNJ conheçam como funciona a Justiça. Eu acho que bastaria isso para que fosse garantida uma atuação de qualidade do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, a Senadora Marinor também se referiu à própria criação do CNJ e ao seu envolvimento com políticas públicas. O CNJ tem feito muitas realizações e ações estratégicas para atacar uma série de problemas que ele inicialmente identificou no Poder Judiciário e tem estabelecido uma série de desafios para o Poder Judiciário e para os juízes em geral, com as metas de produtividade, as metas de qualidade, as metas de melhorias e nivelamento da situação dos tribunais. Eu

diria que, se os senhores entenderem que eu tenho as características que os senhores veem como necessárias para um membro do Conselho Nacional de Justiça, eu aceitaria esse desafio com maior interesse.

Gostaria de poder responder a esse desafio da mesma maneira que Johann Sebastian Bach respondeu a um desafio de Frederico II, da Prússia, Frederico, o Grande, quando ele o convocou para uma noite no seu palácio e colocou um desafio na forma de um conto e um contraponto musical que os especialistas dizem que seria de quase impossível solução. No entanto, Johann Bach, com seu gênio musical, conseguiu não só vencer esse desafio, apresentar uma solução matemática musical para esse desafio, mas também ofereceu para toda a posteridade a obra que nós conhecemos como a Oferenda Musical de Bach.

Espero, então, se os senhores me derem a oportunidade, daqui a dois anos, responder esse desafio e entregar, quem sabe, um pouco do fruto do meu trabalho em benefício da sociedade.

Obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Imaginei que V. Ex^a fosse tocar. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ GUILHERME VASI WERNER – Não, eu não tenho esse talento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Dr. Gilberto Valente Martins, para responder os questionamentos feitos.

O SR. GILBERTO VALENTE MARTINS – Obrigado, Sr. Presidente.

Início agradecendo aos Senadores, mais especialmente aos três Senadores do meu Estado, Senador Flexa, Senadora Marinor, Senador Mário Couto, pelas palavras elogiosas. Os três Senadores representam o meu Estado e muito mais: representam os vários segmentos da sociedade paraense, os vários setores da sociedade civil que estão aqui dando esse apoio e colaborando nessa discussão aqui na sabatina.

Começo respondendo as indagações feitas pelo Senador Demóstenes, no que diz respeito à suposta representação da Juíza Rita Helena, do meu Estado.

Senador, essa magistrada esteve à frente da 1^a Vara da Comarca de Xinguara, que, após representação da Ordem dos Advogados e da própria Corregedoria ao Ministério Público, numa solicitação de investigação de desvios de ordem administrativa que estava ocorrendo na distribuição de processos, após a identificação pela OAB que algumas ações de advogados estavam direcionadas, na distribuição, unicamente para essa magistrada, inclusive alguns advogados tinham quase 100% de suas ações propostas unicamente sendo cadastradas na 1^a Vara – uma comarca que funciona com dois juízos. Foi aberta uma investigação, através

de um procedimento, observada a Resolução nº 13 do Conselho Nacional do Ministério Público, por parte do grupo de combate ao crime organizado e que ensejou, durante a investigação, a identificação de funcionários e de advogados envolvidos nessa fraude.

No curso da investigação, com decisão judicial, foram decretadas prisões de caráter cautelar de quatro funcionários do fórum da comarca e que, após terem sido efetivamente executados, estiveram depondo na promotoria de Justiça, inclusive na presença de todos os promotores que participaram dessa investigação, com mais dois outros promotores, a promotora da comarca de Xinguara e outro colega que coordena o grupo de combate ao crime organizado no meu Estado, com quem eu trabalho, e a participação dos seus advogados. E mais – talvez, uma situação inédita no meu Estado –: V. Ex^a pode constatar que houve a participação não só de seu advogado, mas também a presença do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho de Ética da Ordem da seção do Pará, pela participação de advogados envolvidos naquela fraude que já estavam sob investigação.

Então, acusações no sentido de que teria havido qualquer tipo de coação ou cerceamento na defesa desses quatro investigados é absolutamente inadequada, até porque, além da participação de representante seu, de advogado, houve a participação do presidente da Ordem, do Conselho de Ética e, na maioria dos depoimentos tomados, do juiz corregedor do meu Estado. Ele participou desses interrogatórios, até porque a Corregedoria estava, paralelamente ao Ministério Público, trabalhando na investigação.

No aspecto correccional, nós já tivemos, inclusive, instaurado o procedimento perante a Corregedoria, com a solicitação do afastamento dessa magistrada, que foi feita pela corregedora.

Os advogados já têm processo, no âmbito da Ordem, no Conselho de Ética, respondendo a procedimento.

No que diz respeito à identificação da juíza, isso se deu no curso da investigação, no primeiro momento que tivemos depoimentos de que havia participação da magistrada. Nós relatamos o fato, encaminhamos à presidência do tribunal, conforme prevê a Loman, e ao procurador-geral de Justiça, que está adotando as providências no sentido de outras medidas cautelares relacionadas à magistrada, de quem foi identificada a participação no curso da investigação.

Esse procedimento de representação formulada pela juíza já foi arquivado no Ministério Público, pela Corregedoria, que já encaminhou ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Essa magistrada também representou contra os dois juízes corregedores perante o CNJ, pedindo informações dos magistrados a respeito das acusações semelhantes a que foi formulada. Não foi só o Promotor Gilberto que foi acusado de ter praticado esse tipo de arbitrariedade – que seria arbitrariedade –, mas os juízes auxiliares da Corregedoria também.

Acredito ter respondido de forma satisfatória.

Com relação, talvez, à única providência que pretendemos tomar, confesso que ainda não decidi, porque ficou claro que a conduta dessa magistrada foi no sentido de fazer um ato de retaliação, tanto assim que representou a V. Ex^{as}, a alguns Senadores, tão somente contra mim, enquanto que, na investigação, participaram outros dois membros do Ministério Público e mais três advogados representando a Ordem, fora o seu advogado. Inclusive, nenhum dos quatro investigados representaram contra mim. A magistrada não teria nem legitimidade – eu vi a representação – de representar contra mim, já que ela não foi alvo da minha investigação. E aqueles que tiveram sua prisão decretada judicialmente não representaram contra mim.

Ao Senador Mário Couto, respondo as indagações, com muita honra, para dizer que o meu afastamento para o curso de mestrado em Direito na Universidade de Coimbra se deu até por uma solicitação do Conselho Superior, após ter concluído duas investigações envolvendo tráfico de drogas e grupo de extermínio, em que numa delas houve participação de 16 policiais. Acatando orientação do Conselho do Ministério Público, tomei uma decisão até drástica na minha vida, já que meu filho era estudante universitário – e ainda é. Fui a Portugal com licença de dois anos, concluí o meu mestrado em um ano e oito meses, com defesa da minha tese, e retornei para o Brasil antes do prazo que teria sido concedido para o meu afastamento. E o tema que optei por enfrentar na minha pesquisa na universidade foi relacionado ao Ministério Público, especificamente sobre quais mecanismos a União Europeia tem adotado para o enfrentamento dos crimes praticados por organizações criminosas contra os interesses financeiros da União Europeia, os crimes transnacionais. Esse foi o tema que abordei, até porque se trata de um organismo criado recentemente pela União Europeia que entrou em vigor com o Tratado de Lisboa, que foi aprovado e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2009.

Vocacionei meus estudos também, nas cadeiras que cursei, à pesquisa sobre os crimes cibernéticos, crimes hoje da atualidade, crimes que mais têm afligido a sociedade, como crimes de fraude a cartões de crédito, crimes pela Internet. Crimes de ordem financeira também foram objeto de pesquisa que realizei

nas cadeiras que cursei na Universidade de Coimbra. Minha tese inclusive consta no meu currículo, e a banca concedeu-me o maior valor de nota que a Universidade de Coimbra oferece. E concluí, como disse, em 1 ano e 8 meses, inclusive com a defesa da tese.

Com relação à pergunta do Senador Pedro Taves, sobre a composição do CNJ, acrescento até mais, com relação também à composição do CNMP: no tocante a representação dos Estados no CNJ por um único magistrado – na verdade, há um juiz de 1º grau e um desembargador de Tribunal de Justiça –, pela significância, pela representatividade nacional da magistratura dos Estados, que é bem maior, bem mais numerosa que as demais, acho que poderia ter sido mais bem contemplada. Mas optaram os Srs. Constituintes Derivados por essa composição, e, independentemente dessa representatividade, tenho visto com bons olhos as duas atuações dos Conselhos, tanto do CNMP, quanto do CNJ, no que diz respeito a trazer alternativas muito positivas para a Justiça brasileira.

O CNMP também, com relação a sua composição, tem três representantes dos Ministérios Públicos Estaduais, e hoje o Ministério Público brasileiro, com aproximadamente 14 mil membros, poderia ter sido mais bem contemplado também, mas V. Ex^{as}, Srs. Senadores, Srs. Deputados, também tiveram uma atuação importante nessa deliberação, e criaram – já respondendo à Senadora Marinor – um organismo que não é federal, é um organismo nacional. O CNJ, como também o CNMP, é um órgão da Justiça nacional, independentemente de fazer parte da esfera administrativa da União.

Respondendo à segunda pergunta da Senadora Marinor com relação a algum tipo de violação à separação dos Poderes, trago aqui dois conceitos, um de Montesquieu e outro de John Locke, que dizem respeito à separação dos Poderes. Na verdade, as atuações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário não são totalmente estanques e separadas absolutamente. Pelo contrário, o que deve se ter no Estado democrático de direito – essa é a ideia que eles transmitem – é que as atuações desses órgãos devem ser claramente definidas, não exclusivamente.

Tanto assim que cabe ao Executivo a escolha dos membros do Poder Judiciário, principalmente do Supremo Tribunal Federal, que escolhe, com absoluta independência, todos os seus componentes. Há participação do Executivo no processo legislativo por ocasião de medidas provisórias e do veto das legislações aprovadas pelo Parlamento. Na interferência junto a decisões judiciais, o Poder Executivo atua também na concessão de indultos e comutação de pena. Temos a participação do Judiciário também na elaboração

de leis: como atividade-fim do Poder Judiciário, há o aspecto jurisdicional, mas o Poder Judiciário também tem iniciativa de lei no que diz respeito à organização do Poder Judiciário. Então, a idéia que se tem entre a independência dos Poderes e que os Poderes são independentes e harmônicos é justamente que a atuação de cada Poder é, preponderantemente, naquela a qual ele foi preparado. Eu não vejo, Senadora, com todo o respeito, e entendo que o Supremo Tribunal Federal, que votou pela constitucionalidade do CNJ, que não haveria qualquer violação ao princípio da separação dos Poderes, e nem haveria também o rompimento ao pacto federativo. Acho que foi uma decisão sábia, tanto assim que esses Conselhos têm trazido uma contribuição muito boa para o aprimoramento do Poder Judiciário.

Concordo com o Dr. José Guilherme Werner no que diz respeito à atuação do CNJ na elaboração das políticas públicas, no planejamento estratégico do Poder Judiciário, uniformizando essa atuação.

Acho que o exemplo que a União Européia tem dado a respeito de abrir mão de parcela de sua soberania em prol de uma atuação mais uniforme do Estado, do Poder Público no enfrentamento de determinadas situações é exemplar. Eu cito aqui o Ministério Público europeu, como foi criado, ele é composto de representantes de todos os Estados-Membros, todos os 28 Estados que compõem a União Européia. E a investigação dos crimes contra os interesses financeiros da União Européia, Senador, ela fica a cargo dos procuradores europeus, que inclusive têm a faculdade de escolher dentre aqueles países que têm o envolvimento numa determinada fraude, qual a justiça do Estado-Membro que deverá conhecer daquela ação penal. Obviamente que não estaria havendo qualquer tipo de violação ao princípio do preestabelecimento, ou de um tribunal de exceção, na medida em que a competência daqueles órgãos do Poder Judiciário, previamente criados e previamente estabelecidos, já estão consagrados. Tem tão somente o Ministério Público europeu a atribuição, que lá eles chamam de competência, de escolher qual juízo deve conhecer daquela ação que será proposta.

Esse exemplo de abertura de parcela da sua soberania é muito mais fácil de ser transposta para o nosso Direito quando nós falamos de Estado federado. Então, eu não vejo nenhum tipo de violação ao princípio, ou quebra do pacto federativo na medida em que esse órgão de natureza nacional atua no controle administrativo e financeiro, e nos deveres funcionais dos magistrados no Brasil.

Eu agradeço e coloco-me à disposição de V. Ex^{as}, e se V. Ex^{as} entenderem que estou apto a representar os Ministérios Públicos junto ao CNJ, só registro

aqui que pretendo dar total dedicação, assim como fiz durante os anos que venho trabalhando no Ministério Público ao Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Gilberto.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores novas cédulas de votação – refizemos novas cédulas de votação – devidamente rubricadas por esta Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal dos Srs. Senadores.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lamentavelmente o Regimento não permite, Senador. Vou ficar devendo a V. Ex^a.

A Senadora Marinor, com certeza representará bem aqui a sua intenção de voto, votando nos candidatos que achar convenientes.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Marta Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu disse a V. Ex^a que queria fazer algumas perguntas antes de votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu lamento e peço desculpas a V. Ex^a, mas no processo de votação não tem como fazer interferência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas eu falei antes do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu peço desculpas a V. Ex^a por não haver permitido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não precisa pedir desculpas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não precisa pedir desculpas. *(Risos.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Pedir desculpa é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpa regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não é regimental V. Ex^a pedir desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a ficou aqui até quase às 3 horas da tarde, exerceu o direito de cidadania...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Da próxima vez, V. Ex^a coloca um sanduíche aqui para nós. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é problema; mandarei providenciar.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

O Senador Marcelo Crivella está ausente.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rego. *(Pausa.)*

Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

O Senador Francisco Dornelles deve estar chegando. *(Pausa.)* Está ali. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

Eu peço a atenção dos Srs. Indicados porque a votação não terminou. V. Ex^{as} poderão ter surpresas nesta votação. *(Risos.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

O Senador Randolfe Rodrigues não está aqui. *(Pausa.)*

Senadora Marinor Brito, pedindo desculpas a V. Ex^a, porque achou V. Ex^a que eu...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aceita? E eu agradeço.

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

O Senador Lindbergh Farias está presente? *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

O Senador Valdir Raupp está presente? Ah, está ali. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Edison Lobão. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senadora Lúcia Vânia. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Cícero Lucena. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senado Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Mário Couto, eu quero pedir desculpas a V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PMDB – PA) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Estou aqui aguardando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a podia estar aqui nesta Comissão abrilhantando os nossos trabalhos...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PMDB – PA) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Eu dei a minha vaga à nobre Senadora. Acho que ela merece.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E V. Ex^a foi o primeiro Senador que chegou aqui hoje. E teve tanta atenção aqui.

Como V. Ex^a não vai poder votar, eu vou fazer um convite a V. Ex^a para V. Ex^a, junto com a Senadora Marinor, a quem estou devendo desculpas hoje – eu que sou sempre tão carinhoso com ela e ela sempre tão carinhosa comigo, mas ela hoje disse que não estou adequado aqui nesta Mesa e, por isso, vou...

Um momento! Vou encerra primeiro a votação.

Algum Senador deixou de votar? *(Pausa.)*

Se todos votaram, está encerrada a votação.

Então, convido a Senadora Marinor Brito e o Senador Mário Couto para serem os escrutinadores dessa votação. *(Pausa.)*

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero pedir à assessoria para ajudar aqui na apuração da votação.

(Continua o processo de escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dos treze votos presentes, treze votos “sim” para o Dr. Ney José de Freitas, para o Dr. José Guilherme Vasi Werner e para o Dr. Gilberto Valente Martins.

A indicação do nome do Juiz Ney José de Freitas foi aprovada pela Comissão e a matéria vai ao Plenário.

A indicação do nome do Juiz José Guilherme Vasi Werner foi aprovada pela Comissão e a matéria vai ao Plenário.

A indicação do nome do promotor de Justiça Gilberto Valente Martins foi aprovada pela Comissão e a matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 36 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e três minutos, do dia vinte e dois de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e José Agripino, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Gim Argello e a Senadora Marta Suplicy. Usam da palavra os Senadores Ataídes Oliveira e Sergio Souza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 2) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011** Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 08/06/2011, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).** **Votam vencidos os Senadores Pedro Simon, Pedro Taques, Waldemir Moka, Alvaro Dias e Inácio Arruda.** **ITEM 3) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2011** Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Renan Ca-

lheiros. **Relatório:** Contrário à Proposta. Em 08/06/2011, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer, contrário à Proposta. Votam vencidos os Senadores Alvaro Dias, Pedro Taques, Waldemir Moka, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella.** **ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011** Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.** **ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011** Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais.** **ITEM 9) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2011** Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 08/06/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Pimentel e Francisco Dornelles, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Projeto.** **ITEM 10) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2011** Dispõe sobre a venda de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relator ad hoc:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.** **EXTRAPAUTA: ITEM 1) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2011** Concede anistia a bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro, punidos por participar de movimentos reivindicatórios. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ.** **ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 33, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Relatório:**

Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 50, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CCJ** “Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011.” **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Resultado: Aprovado.** **2) REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido dessa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema da “Reforma Política”, com os seguintes convidados: Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski; Presidente da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli; Relator da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara, Deputado Henrique Fontana; Presidente da Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política com Participação Popular, Deputada Luiza Erundina; Professor Dr. Sérgio Sêrvulo da Cunha, jurista e autor de obras no campo do direito constitucional e do direito eleitoral.” **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado.** **3) REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCJ** “Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, até o dia 29 de junho de 2011, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, composta por cinco membros, criada para analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que ‘Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. ’”. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Resultado: Aprovado.** **4) REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CCJ** Requeiro a esta Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de dar conhecimento, maior divulgação e apoio ao Projeto “Brasil Nunca Mais Digital” que teve início com a entrega pelo Conselho Mundial de Igrejas e o Center for Research Libraries da Suíça, às autoridades brasileiras, dos documentos e microfimes ainda mantidos no exterior que originaram o Brasil: Nunca Mais, um marco na defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar. Requeiro por fim sejam convidados para participar da referida audiência os senhores: – Marlon Alberto Weichert – Procurador Regional da República – São Paulo; – Marcelo Zelic – Armazém Memória; – Walter Altmann – Representante do Conselho Mundial de Igrejas; – Anivaldo Padilha – Do Conselho Mundial

de Igrejas e torturado político. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado.** **5) REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CCJ** “Requeiro nos termos regimentais, sejam convidados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania os Ministros de Estado da Justiça, Senhor José Eduardo Cardoso e das Relações Exteriores, Senhor Antonio de Aguiar Patriota para prestarem esclarecimentos sobre o Decreto Presidencial do Governo da Bolívia que legaliza veículos automotores de origem desconhecida. Medida esta que alcança os carros roubados no Brasil e que são utilizados como moeda de troca no tráfico de entorpecentes e armas oriundos daquele país.” **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e quatro minutos, ficando adiados os demais itens da Pauta a saber: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011; ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011 TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos...

O Senador Pimentel pede a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu peço a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pimentel pede a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi distribuída aos Srs. Senadores.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação de dez itens, de nºs 1 a 10.

Primeiro item da pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu proporia a inversão de ordem para o item nº 9, que já foi lido, pudesse ser votado. O relatório já foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Relator não está aqui. E o Senador Renan Calheiros havia pedido inversão de pauta para o item nº 2 da pauta, tendo em vista que o Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Coloco-me à disposição do Senador Pimentel, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas é terminativo e não tem quórum agora. Eu pediria desculpa ao Senador Pimentel para que tenhamos um pouquinho de paciência, porque é projeto terminativo e precisamos de número efetivo para votarmos. E os outros Senadores ainda se encontram em outras comissões.

Eu proponho ao Plenário a inversão de pauta do item nº 1 para o item nº 2, tendo em vista que o Senador Valdir Raupp está fazendo um relatório em outra Comissão, para o meu Líder, Senador Renan Calheiros, que já leu o relatório, se desejar, fazer considerações finais.

ITEM 2

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

A autoria é da Comissão Especial que tratou do tema, que teve a presidência, honrosa para todos nós, do Senador Dornelles.

Foi encaminhado a esta Comissão pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

O relatório é favorável à proposta, nos termos da emenda substitutiva que apresenta o Senador Renan Calheiros.

No dia 08 de junho de 2011, a Presidência desta Comissão concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente dos seus pedidos de vista. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, passo a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros, para suas considerações finais e debate desta matéria importante para a discussão.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, cujo primeiro signatário, como todos sabem, é o Senador José Sarney, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal para estabelecer mandato de cinco anos para o Presidente da República, governador de Estado e do Distrito Federal e prefeitos e também modificar, Sr. Presidente, a data das respectivas posses.

Relatório.

A Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 38, que tem como primeiro signatário, repito, o Senador José Sarney, resultou dos trabalhos da Comissão de Reforma Política que transcorreram recentemente nesta Casa e pretende, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, alterar os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e também mudar a data das respectivas posses.

Nesse sentido, propõe-se nova redação, Sr. Presidente, para o art. 28, *caput*, da Lei Maior, estabelecendo mandato de cinco anos para Governador e Vice-Governador de Estado e fixando a respectiva posse para o dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Pretende-se, também, modificar o art. 29, incisos I e III, da Constituição Federal, para definir mandato de cinco anos para Prefeito e Vice-Prefeito e posse no cargo no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Da mesma forma, busca-se alterar o art. 82 da Carta Magna para fixar o mandato do Presidente da República em cinco anos e estatuir a posse no cargo para o dia 15 de janeiro.

Por outro lado, são estabelecidas regras transitórias para a vigência da presente proposta de emenda à Constituição, de modo a levar a bom termo a transição para o novo mandato de cinco anos para os Chefes do Poder Executivo e para as novas datas de posse, levando-se em conta a necessidade de serem observadas as regras pertinentes aos direitos adquiridos dos atuais ocupantes dos cargos.

Na justificação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está posto que a presente proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de ampliar os mandatos do Presidente da República, dos Governadores e Prefeitos tendo em vista que um período de quatro anos, na visão da Comissão, evidentemente, seria curto para realização de programas de governo e também guardaria relação com a intenção de terminar com a possibilidade de reeleição para esses cargos públicos.

Ademais, é lembrado, na justificação, que o mandato original do Presidente da República foi fixado em cinco anos na Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, tendo em vista que são tratadas nos mesmos dispositivos constitucionais, também está sendo proposta a alteração da data de posse do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos, que hoje acontece em 1º de janeiro.

Além disso, como os mandatos do Presidente da República e dos Governadores são coincidentes, apresenta-se razoável que não se fixem as respectivas posses para o mesmo dia, mas se estabeleça prazo mínimo de alguns dias entre elas, para que os chefes dos governos estaduais estejam presentes na posse presidencial.

A justificação pondera, ainda, que é mais adequado que os Estados da Federação sejam representados na posse do Presidente da República pelos novos Governadores. Daí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a opção de fixar a posse do Chefe do Executivo Estadual para data anterior à posse do Chefe do Poder Executivo Federal, ou seja, fixar as posses para 10, dos Governadores, e para 15 do Presidente da República).

Já a posse dos Prefeitos, Senador Romero Jucá, – segue a justificação – poderia dar-se também no dia 10 de janeiro, como proposto para os Governadores, pois os seus mandatos não coincidem com os mandatos dos Chefes do Executivo Estadual e Federal e, assim, as respectivas posses ocorrem em anos diversos.

Por outro lado, a justificação ressalva, ainda, que os mandatos ora em curso não devem ser prorrogados, nem reduzidos, inclusive porque a prorrogação ou a redução de mandato popular se choca com a Constituição Federal.

Desse modo, optou-se por não alterar os mandatos que estão sendo exercidos – é importante ressaltar isso –, mas sim mandatos futuros, para fazer as adequações necessárias.

É o relatório.

Passo à análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Consoante prevê o art. 356, Senador Romero Jucá, do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição.

Passamos, pois, a examinar a presente proposição. Quanto à constitucionalidade, Sr. Presidente, parece-nos que nada obsta a livre tramitação da matéria sob exame. Com efeito, no que diz respeito às cláusulas que impedem a deliberação sobre a Proposta de Emenda à Constituição, inscritas nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 6º da Lei Maior, da Constituição Federal, entendemos que nenhuma delas se aplica ao caso sob exame, porquanto não temos unidade da Federação sob intervenção federal e não estamos sob Estado de Defesa ou de Sítio. §1º – A proposta não fere a forma federativa de Estado nem o voto direto, secreto, universal e periódico, não macula a separação dos poderes nem os direitos e garantias individuais, § 4º. Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe consignar que a matéria objeto da proposição não foi rejeitada ou prejudicada nesta sessão legislativa, conforme o art. 5º. No que diz respeito ao mérito, gostaria de repetir, Senador Valadares, o nosso entendimento é o que segue: inicialmente, alteração das datas de posse do Presidente da República, dos governadores e dos prefeitos. Parece-nos fora de dúvida que é necessária e deve, sim, ser adotada.

Com efeito, a data de 1º de janeiro, todos sabem, tem inconvenientes que recomendam a sua modificação, a começar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo fato de que o primeiro dia do ano é reconhecido como data que não estimula, mas, antes, inibe a participação dos chefes de estado e de outras autoridades representativas de diversos países e organizações mundiais na solenidade de posse do Presidente da República do Brasil. Sr. Presidente, Srs. Senadores, se ocorresse alguns dias depois, sem dúvida se fariam presentes, o que é de todo desejável pelo povo brasileiro.

Por outro lado, a coincidência da posse do Presidente da República com a dos governadores de Estado termina também por dificultar a presença dos representantes das unidades federativas na posse presidencial, tendo em vista, Senador Eunício, as próprias posses desses representantes e, em muitos casos, até mesmo as longas distâncias entre a capital do Estado e a capital da República, levando-se em consideração as dimensões continentais do nosso País.

Ademais, como todos sabemos, a passagem de ano é tradicionalmente um momento de confraternização familiar, quando os brasileiros, muitas vezes morando em cidades e estados diversos, se reúnem em comunhão para rever pais, filhos, irmãos e demais parentes. Enfim, por todas essas razões que foram aqui expostas, entendemos que já é passada a hora de ver-se modificada a data de posse do Presidente da República, dos governadores e dos prefeitos.

Apenas com relação, Sr. Presidente, à nova data proposta para a posse dos prefeitos estamos sugerindo

data diversa da data dos governadores. Ao invés de 10 de janeiro, estamos indicando 5 de janeiro. Estamos fazendo uma alteração na data que foi proposta pela Comissão. Quer dizer, é uma modificação à nova data proposta para a posse dos prefeitos. O que estamos sugerindo para a posse dos prefeitos, repito, é uma data diversa da data da posse dos governadores. Ao invés de se realizar a posse dos governadores em 10 de janeiro, estamos indicando, Senador Crivella, o dia 5 de janeiro para a posse dos prefeitos, dos vereadores. Isso porque estamos propondo, como todos sabem, e aqui já foi dito, rapidamente, a unificação geral das eleições.

Dessa forma, coerente com a argumentação que foi expedida, deve haver um lapso de tempo entre a posse dos prefeitos e dos governadores para que os primeiros, a exemplo do que acontece com os governadores na posse do Presidente da República, possam também estar presentes na posse do governador do seu Estado.

De outra parte, nosso posicionamento é contrário à majoração dos mandatos dos Chefes do Executivo para cinco anos. Por que somos contrários à majoração dos mandatos dos Chefes do Executivo para cinco anos? Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque essa medida está vinculada à iniciativa de abolir a possibilidade de reeleição para Presidente da República dos governadores de Estado e dos prefeitos. Seria, essa extensão do mandato para cinco anos, uma espécie de contrapartida pelo fim da reeleição, pelo fim dessa possibilidade.

O nosso entendimento é pela permanência da reeleição para mandatos executivos pelas razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, delineadas em nosso parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que é a emenda seguinte, que é o parecer seguinte, que será lido logo em seguida.

Por outro lado, a nossa história política, Senador Romero Jucá, tem demonstrado que a incoincidência entre o mandato do Presidente da República e dos parlamentares é um fator que dificulta a governabilidade e facilita, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ocorrência de crises institucionais.

Com efeito, é importante destacar esse fato, na vigência da Constituição de 1946, o mandato do Presidente da República era de cinco anos, enquanto as Legislaturas eram de quatro anos. Na vigência da Carta de 1946, o país, Sr. Presidente, Srs. Senadores, conviveu com uma crise institucional quase permanente com o Presidente da República cometendo suicídio, outro renunciando ao seu mandato, tendo o sucessor deste último sido deposto.

Diversamente, é certo que, com a adoção do mandato presidencial de quatro anos, a partir das eleições de 1994, temos vivenciado um período de maior estabilidade político-institucional. Desse modo, a nossa convicção, Senador Luiz Henrique, é a de que a coincidência entre os mandatos do Executivo e do Legislativo contribui para a estabilidade institucional e para a governabilidade, favorecendo a sintonia das agendas do Executivo, do Legislativo, em proveito da governabilidade e da eficiência administrativa. Com essas considerações, rejeitamos – é o parecer – a majoração do mandato presidencial para cinco anos. Nesse contexto, outro importante tema merece abordagem.

Com o objetivo de ampliar a estabilidade do processo político-institucional, estamos propondo a adoção da coincidência geral das eleições mediante a realização conjunta dos pleitos municipais, estaduais, distrital e federal, nos termos do substitutivo que apresentamos ao final, na linha, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do que recentemente propôs o nosso querido amigo, Senador Antonio Carlos Valadares, através da PEC nº 32/2011, cujos fundamentos, Valadares, adotamos e, na esteira de um importante debate que se prolonga há vários anos, como se depreende da PEC 60, de 2007, de autoria do nobre Senador Francisco Dornelles, da PEC 33, de autoria do nobre Senador João Vicente Claudino, da PEC nº 39, do ex-Senador Joaquim Roriz, e da PEC nº 43, de autoria do ex-Senador, hoje Governador do Espírito Santo, Senador Renato Casagrande, as quais tramitam em conjunto com a PEC 38/2011, que é esta PEC em que estamos oferecendo o nosso parecer. A coincidência das eleições funcionaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como elemento motivador do entendimento entre os partidos políticos e as lideranças municipais, estaduais e federais em benefício, obviamente, do interesse nacional. Além de ampliar a estabilidade política, a coincidência dos pleitos eleitorais contribuirá, de forma efetiva, para a redução dos custos das campanhas eleitorais e dos gastos da própria Justiça Eleitoral.

Vale considerar que o sistema atual, com eleições a cada dois anos – é importante considerar isto –, exige maior dispêndio de recursos humanos e financeiros por parte da sociedade e por parte do Estado. Havendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, coincidência das disputas, conforme estamos propondo, também haverá redução substancial de gastos, com grande economia de recursos, pois haveria um período eleitoral único a cada quatro anos.

Todavia, em respeito à segurança jurídica e em respeito aos direitos adquiridos dos atuais mandatários, a coincidência das eleições, ora proposta, seria adotada apenas no ano de 2018. A coincidência, portanto,

não seria na próxima eleição, seria adotada apenas no ano de 2018. Para tanto, os prefeitos e vereadores eleitos em 2016 – é importante observar isto – teriam excepcionalmente os seus mandatos fixados em dois anos. Seria uma eleição suplementar, na expressão do Senador Antonio Carlos Valadares, o que propiciaria a unificação dos pleitos, a unificação de todas as eleições a partir do ano de 2018.

Há outra proposta. Eu gostaria de dizer a esta Comissão que nós fizemos uma opção pela proposta sugerida pelo Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Um minuto, Senador. Seria uma prorrogação no mandato dos prefeitos? Eles ficariam mais dois anos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não. Seria uma eleição suplementar, não nesta próxima.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Vai ter uma eleição só para dois anos de mandato, para fazer a coincidência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Só para dois anos, para fazer a coincidência em 2018.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em 2016, teríamos eleição suplementar, para que, em 2018, tivéssemos as eleições gerais.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E por que não eleger por seis anos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu quero dizer que eu fiz uma opção pela proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, mas não tenho nenhuma objeção à proposta de seis anos. Essa é uma decisão que haveríamos de tomar. Tem só um inconveniente, com a eleição de seis anos – não a próxima, mas a eleição seguinte –, teríamos a unificação apenas em 2024. Fazendo a suplementar de dois anos, teremos condição de fazer em 2018 a unificação.

O voto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como conclusão, o nosso voto é, portanto, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo.

Não sei se eu precisaria ler o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a já leu e já distribuiu o substitutivo. Se V. Ex^a quiser fazer alguma consideração, terá todo o tempo para fazê-la.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O substitutivo materializa tudo aquilo que rapidamente tivemos a oportunidade de colocar no parecer.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a poderia sintetizar as mudanças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O Senador está pedindo para que eu sintetize as mudanças fundamentais. Então, o substitutivo altera,

como eu disse, os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal para modificar as datas de posse do presidente da República, dos governadores de Estado e do Distrito Federal, dos prefeitos, e estabelece a coincidência de mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan, só para ordenar os trabalhos, pelo que eu percebo, V. Ex^a está propondo mudança da data da posse de todos os governantes do dia 1º para o dia 10.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Como proposta pela Comissão, Senador Eunício. A Comissão propôs a mudança para a posse dos governadores e de prefeitos para 10 de janeiro e de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está mantendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu estou mantendo, mas, como nós estamos propondo a coincidência das eleições e, no mesmo raciocínio de que é importante a presença dos prefeitos na posse dos governadores, nós estamos mudando a data para a posse dos prefeitos para 5 de janeiro. Então seria 5...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Seriam 5 e 10.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Seriam 5, 10 e 15 do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para poder ficar claro aqui para o debate. Seriam 5, 10 e 15: dia cinco, prefeitos; dia dez, governadores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Dia 10 governadores e dia 15, Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... e dia 15, Presidente da República.

O segundo item, que acho que é importante para esclarecer aqui ao Senador Pedro Simon, V. Ex^a está propondo, para 2016, para coincidência dos mandatos futuros em 2018, se é que eu entendi assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Em 2018, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... um mandato eletivo – não prorrogação de mandato, mandato eletivo – eleição, quem vai disputar vai saber que vai disputar uma eleição por apenas 2 anos e fazendo em 2018, se for o caso, a reeleição. É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Exatamente, é isso. Em síntese é assim. Os mandatos do Presidente da República e do Vice-Presidente da República eleitos em 2014 serão iniciados em 1º de janeiro de 2015 e terminarão em 15 de janeiro de 2019, porque a partir dessa data nós teremos uma nova data de posse, sem mexer, evidentemente – o

que seria atropelar a Constituição – na duração dos mandatos existentes. Os mandatos dos governadores, vice-governadores de estado e Distrito Federal eleitos em 2014 serão iniciados em 1º de janeiro de 2015 e terminarão em 10 de janeiro de 2019, portanto, assegurando a nova data, dia 10, para a posse dos governadores. E os mandatos dos prefeitos e vice-prefeitos eleitos em 2012 serão iniciados em 1º de janeiro de 2013 e terminarão em 5 de janeiro de 2017. As eleições realizadas em 2017, essas sim, as eleições municipais, seriam realizadas para um mandato de 2 anos, seria um mandato complementar, também...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em 2016, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Em 2016. E aí, em 2018, nós teríamos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Coincidência de mandato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – ... coincidência de todos os mandatos. É o primeiro parecer, Sr. Presidente, à Emenda nº 38.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles tem a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se o Senador Renan estivesse de acordo, que ele pudesse ler o seu relatório do PL 39, porque são muito ligados. Nesse, ele estabelece o mandato de 4 anos, e, no próximo, ele mantém o sistema da reeleição. Eu não sei, se isso for possível, se o Senador estiver de acordo... Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como são matérias correlatas, eu acolho a proposta de V. Exª e, como não há necessidade de inversão de pauta, tendo em vista que o Senador Renan Calheiros seria o Relator do próximo item, não há que submeter ao Plenário inversão de pauta, porque ele seria o Relator do próximo item.

Eu concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, oferecendo aos Srs. Senadores a informação de que esse relatório, Senador Renan Calheiros...

O Senador Crivella sempre tem preferência nesta Comissão. Não é fato novo. Senador Renan Calheiros, então, como não há necessidade de submeter ao Plenário inversão de pauta, tendo em vista que V. Exª é o próximo Relator do item 3 da pauta, só para efeito de registro na Comissão, vou ler o teor para que fique nos Anais, no registro da Comissão e nas notas taquigráficas, para passar a palavra a V. Exª para as considerações finais, tendo em vista que essa matéria já foi lida e já foi distribuída aos Srs. Senadores para iniciar

o debate. Como são matérias correlatas e o Relator é o mesmo do item 2 e do item 3.

ITEM 3

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2011

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Reforma Política tão bem presidida pelo Ministro e Senador Francisco Dornelles, encaminhada a essa Comissão pelo Presidente José Sarney e outros.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Relatório: Contrário à proposta.

No dia 8 de junho de 2011 a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Passo a palavra ao Senador Renan Calheiros tendo em vista que já foi lido o relatório para considerações finais e esclarecimentos, se necessários, aos Sr. Senadores.

Esclareço que é para o item 39, tendo em vista que o item 38 já foi lido.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para uma informação. Como houve pedido de vista, há voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não consultei os Srs. Senadores tendo em vista que até o início desta reunião nenhum voto em separado foi apresentado.

Pela ordem, o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, apenas a PEC 40 é que tem um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos discutindo a 38 e a 39.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A discussão da 38 e 39 será, então, conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A 38 e 39 não têm relatório, nem voto em separado.

Não havendo voto em separado, passo a palavra ao Senador Renan para as considerações finais e o início dos debates em relação à PEC 38 E 39.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Em primeiro lugar agradeço a deferência, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, esse parecer é muito rápido. A proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2011, cujo primeiro signatário de todas as propostas é o Senador José Sarney, oriundas da Comissão de Reforma Política do Senado Federal, magistralmente presidida e comandada por esse querido amigo Senador Francisco Dornelles, integra o conjunto de proposições que emergiu dos trabalhos das Comissões de Reforma Política.

Como disse V. Ex^a ela altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal de maneira a estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República e dos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Prefeitos para o mesmo cargo no período subsequente aos seus mandatos. Era a proposta que extinguiu a reeleição. Ela cuida de resguardar os direitos dos mandatários do Poder Executivo, eleitos na vigência da regra atual de candidatarem-se à reeleição no final dos seus mandatos. Ou seja, a proposta da Comissão extinguiu a reeleição e garantia o direito aos atuais ocupantes de cargos do Poder Executivo a candidatarem-se à reeleição no final de seus mandatos.

Na justificação os autores assinalaram que a proposta de vedar a possibilidade de reeleição para Presidente, Governadores e Prefeitos foi aprovado por uma ampla maioria nos debates havidos na Comissão de Reforma Política.

O principal argumento da Comissão, encampado pelos autores da proposta sustenta que a experiência acumulada nos últimos 15 anos demonstra a impossibilidade de separar, no período da campanha eleitoral, o candidato do mandatário.

Nessa situação resultaria inevitável, mesmo que involuntário, o uso da máquina pública em favor do candidato à reeleição. O processo eleitoral, assim, estaria sujeito a um forte viés situacionista, é o que diz a proposta, com prejuízo para a necessária igualdade de condições, no decorrer da competição eleitoral.

Os autores da proposta propugnam o retorno ao texto constitucional vigente até a aprovação da Emenda Constitucional nº 16, de 1997.

Faço, Srs. Senadores, referência à PEC 12 de 2011, de autoria da nobre Senadora Gleisi Hoffmann, a PEC nº 98, de 2007, de autoria do nobre Senador Flexa Ribeiro e ao Projeto de Lei Complementar nº 266, de 2005, de autoria do nobre Senador Alvaro Dias, que versam a mesma matéria e estão apensados, portanto, à PEC nº 39.

É o relatório.

A análise, Sr. Presidente, é a seguinte: o instituto da reeleição para mandato do Poder Executivo foi estranho à tradição republicana brasileira até a aprovação da Emenda Constitucional nº 16. Cumpre rememorar

as razões que levaram à aprovação da referida emenda, e aqui gostaria de fazer isso com toda a ênfase. É importante, no momento em que se rememora, mencionar as razões que levaram à aprovação da referida emenda e verificar o desempenho das regras à luz das expectativas verbalizadas na época.

A favor da reeleição, todos lembram, eram levantados dois argumentos principais. Quando nós votamos a Emenda Constitucional nº 16, em 1997, quem era a favor da reeleição – e muita gente era a favor da reeleição – levantava dois argumentos principais. Em primeiro lugar, a insuficiência do mandato de quatro anos para os titulares do Poder Executivo. A magnitude e a complexidade das tarefas que se apresentavam a presidentes, governadores e prefeitos exigiam, Sr. Presidente, um período maior de continuidade no cargo. Um período de pouco mais de três anos de governo, se considerada as transições inicial e final, não seriam, portanto, bastante para que os projetos de impactos fossem planejados, concretizados e avaliados. A reeleição, nessa perspectiva, seria preferível. Foi o argumento que preponderou com a aprovação da PEC 16. A reeleição, nessa perspectiva, repito, seria preferível à ampliação simples dos mandatos por oportunizar o eleitor poder de veto sobre a recondução. Esse primeiro argumento tinha como foco, portanto, o aumento da eficiência administrativa.

O segundo argumento, por sua vez, e já encerro, assinalava a questão do aprimoramento político de eleitores e mandatários. Nessa perspectiva, a reeleição ensinaria um processo virtuoso de aprendizado mediante o qual os eleitores, de um lado, ao incluir no seu conjunto de alternativas a administração do momento, podem decidir, por premiar os bons governantes com mandato adicional ou punir os maus governantes com a recusa desse mandato. De outro lado, por esse mesmo raciocínio também, os governantes teriam novas razões para cuidar do seu desempenho à frente dos negócios públicos. O voto refletido e a prática do bom governo seriam favorecidos pela operação da regra da eleição.

No meu sentir, com todo o respeito pelas opiniões divergentes, a experiência de quase 15 anos nos permite hoje – é uma sincera avaliação que faço – avaliar a pertinência desses argumentos. Os benefícios da continuidade administrativa foram percebidos no plano da Presidência da República, uma vez que os dois presidentes do período conseguiram a reeleição, mas também no plano de Estados e Municípios, dado que inúmeros governadores e prefeitos alcançaram também um segundo mandato.

No entanto, Sr. Presidente, os diversos casos de reeleição nos Municípios que não lograram sucesso mostram, sem dúvida, que a crítica dos eleitores se

faz presente e que o segundo mandato não é automático; verdadeiramente está demonstrado que o segundo mandato não é aprovado. O instituto da reeleição permite, sim, você premiar com um novo mandato aqueles que são considerados bons prefeitos, bons governadores, bons presidentes da república, bons administradores.

Aliás, Sr. Presidente, os casos de insucesso demonstram também que as vantagens competitivas dos mandatários candidatos não são insuperáveis e que a legislação eleitoral, sem dúvida, dispõe de meios eficazes para prevenir o uso indevido da máquina pública em favor dos candidatos à reeleição indevido à Chefia do Poder Executivo.

A bem-sucedida experiência da reeleição no Brasil, de 1997 para os dias atuais, justifica sua manutenção.

Ante o exposto, o parecer é pela rejeição da Proposta de Emenda Constitucional nº 39, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o primeiro inscrito é o Senador Waldemir Moka.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, depois me inscreva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, nós tivemos oportunidade de discutir este assunto na Comissão da Reforma Política, presidida pelo eminente Senador Francisco Dornelles.

Com todo o respeito ao meu líder, esta é uma discussão política e cada um tem uma visão dela.

Quando a Comissão discutiu o fim da reeleição, o fez numa discussão conjunta, que seria exatamente o fim da reeleição com coincidência de mandato e com eleições gerais. Porque, na verdade, quando se tem quatro anos e esses quatro anos são permeados por eleições municipais, Senador Renan, há um prejuízo. Num prazo de quatro anos, acaba o mandato de governador ou de prefeito, cargos do Executivo, e têm-se que fazer duas eleições em quatro anos. Ocorre que, quando se propõe cinco anos ou mais sem reeleição, está se pensando, exatamente, em eleições gerais. Ou seja, o prefeito ou o governador assumiria um mandato de cinco anos e não haveria, nesse prazo, nenhuma eleição municipal. Seriam cinco anos em que o governante teria tempo suficiente, na minha avaliação, para que pudesse fazer um grande mandato.

Então, com todo o respeito ao meu líder, até por uma questão de coerência, pois defendi isso na Comissão da Reforma Política e continuo tendo exatamente o mesmo entendimento, de que o ideal para o País seria mandato de cinco anos, com eleições gerais. Quer dizer, não teríamos, durante cinco anos, nenhuma in-

terrupção, nenhuma preocupação para o prefeito, para o governador, aqueles que ocupariam, nesse prazo, o mandato. Acho que seria o tempo suficiente.

Para encerrar, Sr. Presidente, também divirjo quanto às regras eleitorais, porque é muito difícil competir com alguém que está no mandato. É muito difícil, Senador Renan! Se formos fazer uma estatística, vamos ver que para alguém que está num mandato de prefeito ou de governador, sendo candidato à reeleição, perder a eleição, ele precisa ser muito ruim. Mas ruim demais mesmo! É aquele que realmente é muito ruim, porque é muito difícil impedir qualquer administrador mediano, com o comando da máquina, chegar à reeleição.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu parto do primeiro ponto: o fim da reeleição.

Senador Renan,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Pedro Taques, pediria um minutinho.

Eu gosto desta Comissão lotada como está, mas eu pediria às assessorias um pouquinho de silêncio para ouvirmos os oradores, os Senadores. Afinal de contas, nós estamos debatendo matérias importantes e precisamos da audição de todos, da atenção de todos nós com o orador que está na tribuna.

Tem a palavra o Senador Pedro Taques. E peça a compreensão, mais uma vez, das assessorias.

O Senador Crivella, que é sempre tão calmo, hoje está um pouco excitado. Vou pedir à assessoria para providenciar uma bíblia para ele.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, vou de Taques. Vou de Taques. (*Risos.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sempre, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Senador.

Começo pelo final: a data de posse. Concordo com a mudança da data de posse, não por uma questão de convescote internacional, para que chefes dos Estados para cá venham, mas para que possamos dar legitimidade àquele que toma posse. Estas datas aqui ofertadas, 5, 10 e 15, apresentam-se como razoáveis. Só tenho uma indagação ao Sr. Relator: o que faremos com a questão fiscal, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e com as questões subconstitucionais, que

precisariam ser alteradas? Porque o Orçamento anual vai precisar ser mexido também aqui.

Então, gostaria de saber se isso restou pensando no projeto. É a indagação que faço, primeiro no tocante à data da posse; depois, continuo com outras indagações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Acho que, do ponto de vista fiscal, bastaria apenas uma adequação da Lei Orçamentária e do Orçamento-Geral da União.

Vai ter que alterar, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Coincidência das eleições, Sr. Presidente. Se esta coincidência restar aprovada – eleição para presidente, eleição para governadores, eleição para prefeitos –, nós esqueceremos, nos debates, que eleição não é só voto, mas é debate com a sociedade das questões paroquiais. Nas eleições dos Municípios, para os prefeitos, onde a realidade ocorre, onde o buraco da rua faz o carro quebrar, onde a falta de saúde faz o cidadão morrer, onde a falta de educação rouba o futuro de muitas crianças, isso restará deixado de lado, porque os grandes debates nacionais e estaduais apagarão as discussões municipais.

A coincidência dessas eleições enfraquece o debate que deve existir nos Municípios. Se estamos caminhando para uma Constituição que busca valorizar o Município – e a realidade é o Município; o Estado membro e a União são realidades jurídicas –, nós estaríamos aí enfraquecendo o debate dos assuntos mais importantes dentro de uma sociedade, que são os debates municipais.

Existem aqui Senadores que foram prefeitos e que sabem da necessidade de que os temas locais sejam mais bem debatidos.

A minha insurgência contra a coincidência das eleições se dá neste ponto, coincidência da eleição e coincidência de mandato, e a extinção ou não da reeleição.

Nós sabemos que, historicamente, no Brasil nunca houve reeleição. E nós sabemos também o motivo da Emenda à Constituição nº 16 – os motivos, as causas, as consequências da Emenda à Constituição nº 16. Hoje, a reeleição é instrumento de abuso de poder político. Quem vai para uma reeleição, seja para o cargo de presidente da República, seja para governador, seja para prefeito, usa da máquina pública para se reeleger. Existem decisões do Tribunal Superior Eleitoral que dão conta disso. Falar da fiscalização da Justiça eleitoral...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Até, muitas vezes, o uso é natural.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Usam naturalmente. Um presidente da República pode

ser presidente até às 18 horas, aí ele vai ser candidato depois das 18 horas, mas ele leva a caneta no bolso! Ele leva o seu poder, como candidato.

No Brasil, isso tem sido utilizado para ofender a igualdade de todos no processo democrático. Existem decisões da Justiça Eleitoral que dão conta de que, na última eleição, isso também foi utilizado – na última reeleição, melhor dizendo. Não interessa quem seja o candidato.

Portanto, quero manifestar a minha discordância com a reeleição, em razão desse fato.

Quanto ao argumento de que, com os cinco anos para presidente, para governadores e para prefeitos, nós teríamos, Senador Renan, a descoincidência do Parlamento com aqueles que exercem a função executiva, com todo o respeito, o argumento histórico não pode nos socorrer aqui. A historiografia moderna sabe que Getúlio Vargas suicidou-se no dia de 24 de agosto de 1954 não foi em razão da descoincidência do mandato. Jânio Quadro não renunciou também em agosto de 1961 em razão de descoincidência de mandato. As questões eram outras.

Portanto, no tocante a esse argumento sobre a descoincidência do Parlamento com aquele que exerce o poder executivo, eu, respeitando a posição de V. Ex^a, digo que ela não encontra força na história recente do Brasil. Se formos no Direito comparado, os Estados que adotam o presidencialismo da mesma forma existe não coincidência das eleições para o parlamento, eleições em períodos diversos.

Desta feita, eu quero manter a minha posição, Sr. Presidente, pela extinção da reeleição, porque ofende a democracia; quem vai para a reeleição abusa do poder político e econômico, também, e a Justiça Eleitoral, infelizmente, hoje, ainda não está preparada para coibir esses abusos que existem. Falar que esteja preparada é surreal, é contarmos, com todo o respeito, uma piada nesta Comissão de Constituição e Justiça. E a não coincidência das eleições não se me apresenta como argumento o bastante para mudar; cinco anos de mandato, sem a possibilidade de reeleição.

Outro tema que eu gostaria de trazer aqui, se V. Ex^a assim me permite, é nós discutirmos o papel de ex-Presidente da República. Ex-Presidente da República deve ser instituição, ex-Presidente da República não pode ser alma penada, deve ser instituição. Por exemplo, nos Estados Unidos, quem, a partir da década de 40, final da década de 40, foi presidente por duas vezes, para evitar argumentos não republicanos, não pode disputar outra eleição. Nós temos que começar a debater isso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nenhuma, nenhuma eleição! Nem a síndico ele pode ser candidato. É lógico que nós temos ex-Presidentes da República nesta Casa, ex-Presidentes que hoje são Senadores, disputaram a eleição para o Senado; e eles estão aqui na disputa política, podem ser criticados e podem fazer críticas. Esse tema precisa ser debatido entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu me permito falar sobre dois assuntos específicos: a reeleição e a coincidência de mandatos eletivos ou unificação do processo eleitoral.

Eu quero dizer que, quando da votação da proposta da reeleição que veio ao Congresso Nacional, eu votei contra porque, segundo a minha concepção à época, tendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda um tempo de mandato, no período em que ele exercia a Presidência da República, não seria ético aprovar a sua reeleição. E, de fato, durante a votação da emenda da reeleição, houve muitos boatos, houve denúncias da imprensa, segunda as quais teria havido pressão financeira, para não dizer compra de votos, a fim de que a emenda constitucional fosse aprovada. Ela foi aprovada contra o meu voto e até hoje não me arrependo de tê-lo feito naquele momento.

Entretanto, hoje, a realidade é outra; a reeleição, apesar dos percalços durante o período da sua aprovação, já é um processo inteiramente consolidado no Brasil; não somente dá estabilidade administrativa, continuidade administrativa, como dá oportunidade aos bons administradores de, o povo querendo, podem voltar ao exercício de sua gestão de governo. Isso tem acontecido sem maiores atropelos. As exceções ocorrem, e a Justiça Eleitoral tem sido rigorosa quanto a punição daqueles que extrapolam, daqueles que desobedecem as regras, daqueles que usam a máquina. E quantos mandatos de prefeitos que tentaram a reeleição, de governadores que tentaram a reeleição, e foram cassados? Vários. Aí estão exemplos que, neste momento, não é de bom alvitre a gente reviver.

Mas, Sr. Presidente, a legislação eleitoral é bastante punitiva, é bastante rigorosa. E, eleição após eleição, o processo educativo é bom, porque conscientiza não só o eleitor como o próprio administrador, de que não deve exercer abuso, porque se praticar algum abuso vai ser punido na forma da lei.

A reeleição é, portanto, um processo que se casou com a realidade política do Brasil, e deve continuar porque os eleitores já se acostumaram a isso. Uma reeleição com mandato de quatro anos dá oportunidade ao administrador de não só reviver os melhores momentos do seu governo anterior, como também avançar em novas propostas.

Reeleição, eu sou favorável totalmente. E fui contra no Governo Fernando Henrique Cardoso, porque a emenda constitucional – volto a repetir – foi aprovada na plenitude do seu mandato, o que considere antiético.

Segundo assunto, segundo tema: coincidência de mandatos.

Eu tenho verificado, Sr. Presidente, que eleição após eleição, muitos são os candidatos que se arrependem de ter participado do pleito: ou porque perderam, ou porque gastaram muito; ou porque, não tendo o suficiente para gastar, tiveram que enfrentar campanhas milionárias e, graças ao povo, chegaram à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal. Mas quantos conseguem isso? Somos poucos, pois a maioria morre na praia, porque têm que enfrentar campanhas dispendiosas. E de dois em dois anos esse custo se torna ainda mais avassalador.

Comecei a minha vida política, Sr. Presidente, como prefeito de um município. E, naquele período, houve uma tentativa de escalar as eleições, de tal modo que houvesse a unificação. Entretanto, depois, o Congresso Nacional revogou essa medida e não tivemos de fato a coincidência de mandatos. Mas muitos prefeitos tiveram seis anos, inclusive, com uma prorrogação de dois anos, e não houve a unificação. Quer dizer, nós fomos enganados, naquele época – isso foi durante o regime discricionário, mas o Congresso funcionava –; e quem atuou, em última instância, foi o Congresso Nacional que permitiu que essa aleivosia, essa mentira fosse cometida contra o povo brasileiro.

Agora, voltamos a uma oportunidade para a coincidência de mandatos. Como o nosso Relator, Senador Renan Calheiros, que é um homem experiente, afirmou: os gastos se operam não só no sistema político e eleitoral propriamente dito; dentro dos partidos políticos; financiamento público de campanha, porque o fundo partidário entra na campanha; empresas privadas; e também o sistema de fiscalização e controle do processo eleitoral. A cada eleição a Justiça Eleitoral gasta mais de 1 bilhão de reais, de dois em dois anos.

Nesse período de quatro anos, quando há duas eleições, as administrações praticamente param: o prefeito não pode assinar novo contrato; o prefeito não pode participar de inauguração se for candidato a reeleição; o prefeito não pode fazer isso; o prefeito não pode fazer aquilo. É um freio enorme sobre os adminis-

tradores, justamente para evitar o uso da máquina. Se a gente fizer as contas, Sr. Presidente, em quatro anos, a gente perde um ano e seis meses de administração.

Os prefeitos ficam aguardando que as emendas parlamentares sejam liberadas. Se até o mês de maio não forem liberadas, eles praticamente perdem um ano e não fazem mais nada. Assim acontece com os Governadores que forem candidatos ou não a reeleição.

As regras foram criadas por nós mesmos, pelo Congresso Nacional, restringindo a ação da administração durante o processo eleitoral. Isto é, a eleição, ao invés de contribuir para melhorar a vida do brasileiro, com a execução de mais projetos, a realização de mais obras, as eleições estão contribuindo para a administração parar, e esse paradeiro é extremamente prejudicial, Sr. Presidente, à administração estadual e à administração municipal.

Por essa razão é que apresentei a Emenda nº 32, assinada por mais de cinquenta Senadores. Houve Senador, Sr. Presidente, que assinou dizendo o seguinte: “Se nós não fizermos nenhuma reforma política e fizermos a coincidência de mandatos, pelo menos fizemos algo suficiente e necessário para coibir a exorbitância de gastos durante o período eleitoral e também a corrupção eleitoral”.

Assim, de quatro em quatro anos, ajudar o Brasil a continuar no seu processo de crescimento, ajudar o povo a ter mais obras consistentes, que não vão parar durante o período eleitoral. Ainda mais: a Justiça Eleitoral terá mais tempo para se organizar, tanto do ponto de vista do controle das eleições, porque isso vai acontecer de quatro em quatro anos; os julgamentos que são feitos quase que em cima da perna, porque, com eleições de dois em dois anos, o que ocorre, Sr. Presidente, é que, por falta de tempo, a própria Justiça Eleitoral deixa muitos processos correndo por três ou quatro anos e, quando o administrador já está no final do mandato, é que acontece o julgamento cassando o seu mandato. Por quê? Porque não houve tempo para Justiça Eleitoral acabar de examinar os recursos a que era obrigada a analisar.

Por isso, sou favorável ao parecer do Senador Renan Calheiros, na sua totalidade, quanto às datas das posses dos prefeitos, dos governadores e do Presidente da República, quanto à reeleição e também quanto à reunificação das eleições gerais.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu apenas quero lembrar aos Srs. Senadores que nós temos ainda, para esta matéria, mais oito oradores inscritos, e nós temos 11 itens na pauta.

Pela ordem, o Senador Valdir Raupp. Em seguida, vou passar a palavra ao Senador José Pimentel para discutir a matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, o item 1 da pauta é a PEC nº 40, cujo relatório já apresentei há duas semanas e que poderemos até votar hoje. Todavia, como foi apresentando um voto em separado pelo Senador Inácio Arruda, eu pediria um pouco de tempo, deixando para a semana que vem, a fim de que todos os Senadores possam analisar esse voto em separado.

Assim, peço para que a matéria seja retirada e pauta e que seja retomada na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O item 1 então será retirado de pauta; porém, com o compromisso de volta na próxima quarta-feira, obrigatoriamente, uma vez que há um compromisso desta Comissão com o País de entregar, antes do recesso, todas as matérias provenientes dessa Subcomissão que, presidida pelo Senador Francisco Dornelles, já apresentou o relatório. Então, para que a gente cumpra o nosso calendário, peço a V. Ex^a que na próxima quarta-feira essa matéria volte como primeiro item da pauta.

O SR. O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Primeiro item impreterivelmente, e apoie integralmente o relatório do Senador Renan Calheiro também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... Para discutirmos a matéria.

Para discutir o item 2 e item 3.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel. Tem a palavra V. Ex^a Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,

Eu quero parabenizar o Relator pelo seu parecer, registrar de que a não coincidência das datas de posse é necessária. Nós assistimos à posse dos nossos Governadores da manhã, de madrugada, e saímos correndo para assistirmos a posse na Presidência da República em seguida, trazendo um transtorno muito grande para as nossas famílias que vivenciam o final do ano e o início do próximo ano, 1º de janeiro, e em seguida essa dificuldade. Portanto, essas datas 5, 10 e 15 estão corretas. Acredito que é uma proposta que deveríamos ter uma posição unitária em torno desse item.

No que diz respeito à coincidência dos mandatos, nós já tentamos a coincidência, já tivemos coincidência em épocas anteriores, depois passamos a ter a não coincidência. E aqui tem duas grandes linhas

de argumentação: uma linha, o nosso Senador Pedro Taques aqui expressa, de que o debate nacional pode absorver o debate local; e tem uma outra linha exatamente ao contrário dizendo que o debate local pode dificultar o debate do projeto nacional.

Portanto, como eu tenho dúvida, acredito que nós deveríamos passar por essa experiência. É 2018. Daqui para lá dá, para a gente refletir um pouco mais. Eu já estou no sentido de que o debate local absorve o nacional, dado o radicalismo que há entre os dois grandes grupos políticos do município. Isso permeia as paixões, as relações familiares, os agrupamentos locais. Portanto, a minha preocupação era exatamente o contrário: porque o debate nacional, o debate estadual poderia ficar em segundo plano.

No quesito da reeleição, eu também votei contrário à reeleição lá na Câmara Federal, e votamos contrários porque era feita uma alteração na metade do jogo – terminando o primeiro tempo para iniciar o segundo tempo. Eu sou daqueles que entendia que a reeleição deveria ser para o processo seguinte.

Nós vivenciamos hoje o período democrático mais longo desses 511 anos da nossa história. Nosso processo eleitoral precisa de ajuste, é verdade, mas não podemos nos esquecer de que, são com essas regras de 88 e os ajustes que nós estamos fazendo no sentido de tornar mais democrático o Brasil, conseguimos retirar da Presidência da República, um Presidente, sem crise institucional. A tradição nossa, nas épocas anteriores, é que a retirada de um Presidente da República causava crises em seguida. O exemplo mais crítico é o de 60, com o nosso Presidente que renunciou, e depois desencadeou todo um processo que nos trouxe a uma ditadura muito difícil naquele período. E boa parte dos que aqui estão perderam a sua juventude sem poder fazer política estudantil, universitária e militância porque na época não era permitido – com o movimento sindical também não foi diferente.

Há essa preocupação do uso da máquina no processo eleitoral. E eu me lembro de que antes também, sem ter o processo da reeleição, também tinha o uso da máquina. Eu acredito que o controle desse processo, nós temos outros mecanismos para enfrentar. E lembro aqui, dois Senadores da República, que foram eleitos Governadores por partidos diferentes e não conseguiram se reeleger. No caso concreto do Estado do Ceará, o Senador Lúcio Alcântara se elegeu Governador em 2002, tinha mais de 70% de “bom e ótimo” em 2006 quando foi para a eleição, e não conseguiu se reeleger. A nossa aliança, o PSB com o PCdoB, o PMDB e o PT elegeu Cid Ferreira Gomes, e o reelegemos agora, inclusive com a felicidade de lá, em 2006, eleger Inácio Arruda, nosso Senador, e

agora o nosso Presidente Eunício Oliveira e José Pimentel. Então, isso mostrou que a reeleição, nesse caso, funcionou ao contrário. Tenho a experiência do meu partido o PT do Pará em que uma Senadora que se elegeu Governadora e que não se reelegeu. Mostrando duas experiências, um excelentemente avaliado, outro nem tanto, e não conseguiram se reeleger, deixando claro que experiência mais rica que temos nesse processo é o Rio Grande do Sul. Ali o nosso Pedro Simon, Senador e ex-Governador, conhece a história melhor do que qualquer um de nós. Difícilmente, um Governador faz o seu sucessor e quando vai para a reeleição – como ocorreu nas duas últimas – não consegue se reeleger. O governador Germano Rigotto, que foi Deputado Federal conosco, um excelente Deputado, foi um Governador considerado bom, mas não conseguiu se reeleger. A última Governadora, Yeda Crusius, que foi também Deputada Federal, uma excelente economista e Deputada, não conseguiu se reeleger. Como governadora os indicadores também não eram muito bons. Já o anterior os indicadores eram melhores. Tivemos Antonio Brito, estou ficando meio velho, Pedro, esquecendo a história do Rio Grande do Sul e do nosso País.

Portanto sou daqueles que entendo que esse processo da reeleição ele ainda não se esgotou e devemos mantê-lo. Então a experiência que nós estamos exercitando em nada impede que, um pouco mais à frente, a gente possa rediscutir e também ter uma clareza de que são nos períodos democráticos em que o Brasil consegue crescer com inclusão social e distribuição de renda.

Nesse ciclo de 88 para cá as nossas instituições estão se fortalecendo, estão se consolidando, os partidos políticos estão desenvolvendo o pluripartidarismo. Temos a questão das coligações que, em seguida, vamos tratar, na outra reunião.

Acredito que, no caso concreto, o Partido dos Trabalhadores... estamos liberando o voto porque temos uma decisão na instância do Partido em que trabalhava pelo fim da reeleição. Conversei com o nosso Líder, Humberto Costa, que está fora do Brasil, hoje, e foi esta a sugestão que ele nos deu. Vou acompanhar o voto do relator. Mas a nossa Bancada está liberada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que V. Ex^a deveria dar um prazo de 5 minutos para os cochichos, depois a gente volta a conversar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon está pedindo

a gentileza de que todos nós tenhamos atenção para com a palavra e a experiência que ele vai nos oferecer.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É uma matéria, Sr. Presidente, que falo mais pela idade, pelo tempo que passei do que qualquer outro motivo.

Esse é um debate que vem vindo ao longo da História do Brasil.

Mandato tradicional: quatro anos, depois prorrogado para 5 anos. Aí vem o regime militar. O regime militar estabeleceu 6 anos. Levamos os 6 anos.

No Governo Sarney, ele Presidente da República, na constituinte houve um grande debate sobre essa matéria. Eu fui derrotado. Eu defendia a tese de que se ficasse o Parlamentarismo para mim o Sarney poderia ficar 6 anos, 7 anos, não importava. E o Sarney até aceitou. Foi um erro grave do nosso querido e saudoso amigo Mário Covas que, na hora de votar, não aceitou o que o Sarney queria (cinco anos com Parlamentarismo) e exigiu quatro anos com Parlamentarismo. Caiu o Parlamentarismo e ficou cinco anos. Depois disso, na Constituinte ficou cinco anos sem reeleição. Na revisão da Constituição ficou cinco anos sem revisão.

Aí no Governo Fernando Henrique, de uma maneira que nem é bom lembrar aqui, mas foi indecorosa, passou a emenda dos seis anos. Passou a emenda dos seis anos à revelia do Governo, que era o Itamar, do qual eu era o líder, que defendemos intransigentemente ficar como estava, que não deveria haver reeleição, embora à época, todo mundo dizia, nós já estávamos com o Plano Real em plena atividade, o Itamar teria todas as condições de reeleger, mas ele disse: “Não, eu votei contra na Constituinte, eu votei contra na Revisão, e foi contra”.

Quando apareceu a emenda, fui ao Presidente Fernando Henrique dizendo: nós somos contra, não é Fernando? E ele mudou de ideia. Mudou de ideia e, na verdade, patrocinou isso que está aí hoje. E patrocinou essa reeleição de uma maneira – perdoem-me a sinceridade – indecorosa. Na verdade, é claro e preciso, a gente sabe o nome dos Deputados – V. Ex^a estava lá, deve saber melhor do que eu –, o nome dos Deputados e quanto ganharam para votar a emenda da reeleição.

É verdade que, apesar de o governo da época, veja como o governo do Itamar tinha inexpressividade na força política, defender que era contra a reeleição, na verdade, os prefeitos, os deputados e os governadores fizeram também esse trabalho. E como o Presidente da República foi favorável, passou o que está acontecendo.

Agora, vamos ter que ter uma discussão: o problema da coincidência de mandato. O problema da coincidência de mandato já existiu. Foi motivo até de troca. Primeiro, se prorrogou o mandato dos senadores

de quatro para seis anos e eles tiveram um mandato de seis anos para ficar em coincidência com o nosso. Uma eleição só. Quatro anos depois, se prorrogou o mandato dos prefeitos de novo para seis anos para não ter mais essa coincidência. Então, já tivemos os dois lados: prorrogamos o mandato dos prefeitos de quatro para seis para fazer a coincidência; foi feita a coincidência. Em 1982, teve uma eleição coincidente. E depois fizemos uma nova modificação prorrogando o mandato dos prefeitos por mais dois anos, seis anos, para não ter a coincidência.

O problema da coincidência é uma questão muito interessante. Eu não sei, meu amigo líder, como pode ser. Só sei que o exemplo que nós tivemos da coincidência da eleição de 82, que não tinha eleição para presidente, o presidente da República era nomeado, foi que houve coincidência para vereador, prefeito, deputado estadual, federal e governador e, ainda mais, vinculado. Espero que... V. Ex^a não fala em vinculado, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, fico a me perguntar a essa altura... Em primeiro lugar, não acredito que nenhum de nós, perdoem-me a sinceridade, tem a convicção absoluta de que isso é o que está certo e o que está errado. Agora, não há nenhuma dúvida de que a reeleição, nas prefeituras, é um escândalo atrás do outro. É o normal. Até porque aquilo que o prefeito, que não é candidato à reeleição faz, o prefeito, chega no final do seu mandato, quer ser um bom prefeito, fazer o máximo daquilo que ele não fez; isso é o normal. Só que, sendo candidato à reeleição, isso coincide com o fato de dizer que ele está botando a máquina para trabalhar porque ele é candidato à reeleição. Não tem como fugir dessa questão.

Em termos de governo de Estado, as coisas são interessantes. No Rio Grande do Sul, sempre perdeu. Foram três candidatos à reeleição e os três perderam. Aliás, todo governador, eu fui governador, saí de governador para ser candidato ao Senado, ganhei para o Senado, mas o meu candidato a governador não foi nem para o segundo turno. Nem foi para o segundo turno. Então, a pergunta que se faz é essa. Deixando como está, quatro anos, não, cinco anos, sem direito à reeleição, eu acho, com toda a sinceridade, que tem um fato positivo. Tem o fato positivo que, tudo isso que está acontecendo, em termos de escândalos, absurdos, desaparece.

Eu hoje acho que, se for para ser mandato sem direito à reeleição, cinco anos, com a coincidência, é até possível, porque aí desaparece aquele argumento

de que o prefeito e qualquer cidadão, entre a eleição dele e depois a reeleição, perde um ano de governo. Agora, se houver coincidência e se for uma eleição só, desaparece essa eleição no meio. Acho que, se nós fizermos uma eleição com a coincidência de mandatos, é uma forma de prestigiar o partido político no sentido de que o troca-troca não vai ser de dois em dois anos; pelo menos vai ser de quatro em quatro anos. Nesse sentido, seria realmente positivo que acontecesse.

Claro que a proibição da reeleição não atinge os atuais governadores, nem os atuais prefeitos, nem a atual presidente da República.

Acho, por outro lado, que a proposta feita pelo ilustre Senador Pedro Taques, no sentido de acontecer que nem acontece nos Estados Unidos, não digo que seja tanto quanto nos Estados Unidos – não pode ser candidato a nada –, mas não pode mais ser candidato a presidente da República, por exemplo, o cidadão que já teve dois mandatos. Acho que isso é positivo.

Estamos vivendo isso ao natural. Se não existisse a possibilidade de o Lula ser candidato na próxima eleição, estaria todo o PT fechado com a Dilma, nós estaríamos todos fechados, e o problema não existiria. Mas metade da confusão que está acontecendo é esta: é que, no PT, metade acha “vamos de Dilma”, e há outra metade que acha “vamos de Lula”.

Os Estados Unidos já viveram isso, que foi exatamente quando houve um grande presidente, o Presidente Roosevelt, que foi reconduzido várias vezes, mas era um grande presidente, e eles chegaram à conclusão de dois mandatos, e depois não mais.

Sinceramente, eu acho que não é preciso ir ao extremo de não poder ser candidato a nada. Ex-presidente da República ser Senador é positivo; acho que é altamente positivo; tanto o Itamar, quanto o Sarney, quanto o Collor estão aí, dando essa demonstração; mas não com candidato a reeleição. O candidato poder voltar acho altamente negativo.

Então, eu aceito a tese dos cinco anos, sem direito a reeleição. Sinceramente, acho o instituto da reeleição altamente negativo. Aceito as teses, e meu líder está completamente certo: dia 5, dia 10, ou dia 15 foi uma coisa ridícula. Não sei o que deu na Constituinte de fazer uma votação dessas, para tomarem posse governadores e presidente da República no mesmo dia. É um absurdo total.

Mas eu acho que... Primeiro, vou ser muito sincero: essa é uma matéria que vamos votar aqui, e todos nós sabemos que vai haver uma longa pausa, um longo debate, para depois sabermos onde é que vai terminar.

Mas eu creio que a experiência profunda e um voto firme seria neste sentido: sem reeleição, cinco

anos, coincidência de mandatos. Acho que é por aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, mais uma vez fazendo um apelo para que escutemos as palavras importantes do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, obrigado.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores - hoje não contamos com Senadoras aqui -, eu olho essa questão do ponto de vista do respeito que devemos devotar ao cidadão. E também do respeito que devemos devotar aos concorrentes, aos homens públicos.

Temos de estabelecer um modelo que proporcione a igualdade de condições, de oportunidades e de possibilidades, e que não afaste pessoas talentosas do processo político e da vida pública do País, exatamente por não desejarem se submeter a uma situação de desigualdade absoluta.

A reeleição eu vejo exatamente sob esse prisma. Não avançamos suficientemente no Brasil para fazer com que a reeleição seja um processo adequado. A experiência da reeleição não foi bem-sucedida. Ao contrário do que eu ouvi, a reeleição tem deixado um legado dramático para a população, com vitória ou com derrota, quase sempre com vitória. Em relação à Presidência da República, cem por cento; em relação a governos estaduais, quase 70%. A derrota na reeleição é exceção.

Eu ouvi de um Senador, logo após a última eleição, em aparte a um discurso que fiz, que somente um governador muito ruim, mais do que ruim, péssimo; mais do que péssimo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E ele foi além, e eu não quero repetir o que ele disse. *(risos.)* Não se reelege, exatamente porque há uma desigualdade entre quem está comandando a máquina, no enfrentamento daquele que vem desarmado. E a população para o preço: o uso abusivo da máquina pública. Não há como negar esta realidade no Brasil. A máquina pública tem sido utilizada ostensiva, desonesta e arbitrariamente. Nós não temos mecanismos eficazes de fiscalização e controle. Nós não temos um processo de arbitragem que seja célere e que ocorra em tempo. Portanto, a reeleição, eu imagino possa vir a ser conveniente para o País quando alcançarmos um estágio mais avançado na vida pública brasileira, na história políticas deste País. O que há hoje é um modelo retrógrado, superado, condenado reiteradamente não apenas nas eleições, mas, também, no dia

a dia, quando se ouve o cidadão sobre as instituições públicas do País. Não há dúvida de que dois fatos são transcendentais para a descrença que há em relação às instituições públicas: a corrupção, que é recorrente no País, os escândalos se repetem, o escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e espera o de amanhã para ser esquecido; e de outro lado o modelo político que é incompatível com as aspirações da sociedade.

Portanto, a minha posição é contrária à reeleição.

De outro lado, a coincidência de mandatos. A coincidência de mandatos, nós já tivemos essa experiência no Brasil, eu não creio que o investimento em democracia seja um investimento que não deva ser apoiado. Investir em eleição é investir em democracia, em conscientização, é o debate que se estabelece, é o interesse das pessoas pela atividade pública, pelas causas que deve o cidadão defender. Enfim, o processo democrático se aprimora, o cidadão vai ficando cada vez mais consciente e exigente. Eu creio que eleição não é prejuízo; prejuízo é a corrupção na eleição. Este é o prejuízo. É o processo eleitoral deturpado. Nós temos que trabalhar, e isso certamente ocorrerá lentamente, para a adoção de um estágio na política brasileira em que o modelo seja compatível com as aspirações da população e, sobretudo, com o objetivo de reduzir o impacto da corrupção eleitoral.

A coincidência de mandato, portanto, não creio seja um avanço nesta hora. Esta não é a economia de que não podemos prescindir no Brasil. Temos que economizar certamente, mas existem outras formas de economia. Creio que a coincidência de mandatos não somente vai de certa forma comprometer o debate de questões relevantes para o país; as grandes teses nacionais, certamente, perderão espaço para a discussão dos problemas municipais, ou o contrário pode ser verdadeiro: em determinadas situações vai prevalecer o debate local; em outras situações, o debate nacional, em prejuízo do debate local. E a verdade é que nenhum dos dois debates deve ser comprometido. E não há razão para esse comprometimento. Não temos porque trabalhar contra o debate municipal, o debate local, da província e, evidentemente, muito menos nós temos por que trabalhar contra o grande debate nacional que se deve estabelecer.

É certo que o Brasil é um país continental, que as diferenças regionais são marcantes e, certamente, o que ocorre lá em Sergipe, do Antonio Carlos Valadares, é um pouco diferente do que ocorre lá no meu Paraná. Talvez, o que ele assiste no Estado dele o leva a defender uma posição diferente daquela que eu defendo que é o desejo de avançar no processo político, avançar no processo democrático, aprimorar as instituições, modernizar o modelo, e respeitar o ci-

dadão; convocar o cidadão a participar cada vez mais. Entender que ele é a razão da existência da atividade pública; ele deve ser o artífice principal dessa atividade e, portanto, deve ser valorizado exatamente como tal. E, por isso, a participação.

Para concluir, Sr. Presidente, eu tenho um projeto a pensar, mas realmente ele já perdeu a razão de existir, porque o que eu pretendia já foi instituído na Lei da Ficha Limpa. Eu pretendia que os Parlamentares que renunciassem ao mandato para o qual foram eleitos, nas eleições para a legislatura subsequente à data da renúncia, seriam inelegíveis. Exatamente quando nós tivemos renúncias na Câmara dos Deputados, em razão do mensalão, é que apresentamos esse projeto. Inclusive, estive na pauta do Senado e foi retirado pelo então Líder do Governo Aloysio Mercadante. Ele só não foi votado em razão da posição do Líder do Governo, que o retirou. Felizmente, a Lei da Ficha Limpa instituiu essa norma e, por isso, ele deve ser prejudicado na discussão de hoje.

Sr. Presidente, nós estamos numa situação confusa, a questão é complexa. Mas, de qualquer maneira, a nossa posição é contra a reeleição, o instituto da reeleição e também contra a coincidência de mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Ainda temos cinco oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sou membro efetivo desta Comissão, mas a matéria me é afeita e debato isso no meu dia a dia, porque sou advogado eleitoralista lá no Paraná, e atuo em todos os níveis de campanha: desde vereador, prefeito, governador, deputado, senador. Inclusive sou membro da Revista Brasileira de Direito Eleitoral; sou membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral, tenho obras nesta área; e também faço da Comissão de Direito Eleitoral da OAB do meu Estado.

Primeiramente, quero dizer que acabar com a reeleição acho que ainda é muito cedo, Senador Moka. Nós estamos há menos de 20 anos com o instituto da reeleição, que foi aprovado, salvo engano, em 1997... há 14 anos com o instituto da reeleição. Então eu acho que isso ainda é muito jovem, nós precisamos amadurecer um pouco mais essa ideia. E prorrogar o mandato para cinco anos do Executivo, acredito que, a partir de 2018, nós vamos viver em constante processo eleitoral. A eleição para os legislativos continuará sendo a cada quatro anos; para o Executivo, cinco; e para o Senado, oito anos. Nós teremos eleição, provavelmente, todos os anos e viveremos em constante processo eleitoral, e, como bem disse o Senador Antonio Carlos Valada-

res, o processo eleitoral engessa a máquina pública, ele para uma prefeitura, ele para um Estado e até mesmo a União. A Administração Pública passa a viver, naquele momento, a eleição. Todas as ações são voltadas, senão diretamente, mas pelo menos com as intenções voltadas para o momento eleitoral.

Eu acho que podemos viver, pelo menos, mais um período permitindo a reeleição para amadurecer isso. Se há, em algum momento, a insatisfação da população por conta de abuso de poder político ou abuso de poder econômico, Senador Taques, acho que nós devemos pensar em cobrar um pouco mais da nossa Justiça, da Justiça Eleitoral, do Poder Judiciário.

Ademais, tenho que o Poder Judiciário tem inovado muito mais no campo do Direito Eleitoral e no campo da reforma política do que mesmo o Congresso Nacional. Isso é comum acontecer, como agora, recentemente, quando se discutiu se o mandato seria do suplente do partido ou do suplente da coligação. E o Congresso Nacional normalmente vai atrás daquelas normativas já colocadas, já debatidas pelo Poder Judiciário. Não foi diferente na reforma que trouxe a Lei da Ficha Limpa.

Então, a minha opinião, agora, é no sentido de que a reeleição ainda deve permanecer por mais alguns momentos, até mesmo por conta de que a mudança teria que ser mais sistemática. Se aumentar o mandato do Poder Executivo, também se deveria pensar em aumentar os mandatos do Poder Legislativo.

Com relação à coincidência de mandatos, eu acho isso muito bom para o nosso País. Eu acho que isso é um avanço; é uma necessidade. E o povo brasileiro vai aplaudir, Senador Pedro Simon, o Congresso Nacional, o Senado Federal por esta atitude, porque o eleitor, por mais que ele seja obrigado, ainda, a comparecer às urnas, Presidente Eunício, o eleitor não gosta de eleição; ele não gosta de campanha política. Quem gosta são os partidários ou aqueles afeitos ou mais próximos dos políticos. Assim, nós temos de mudar, talvez, a concepção de partido, a concepção de sistema eleitoral, de reforma política, para que a população brasileira venha a gostar mais de debates, para que se possa trazer para o debate a população brasileira também.

Com relação à mudança de datas, Presidente Eunício, eu acho perfeito. Sabemos das dificuldades da posse quando esta se dá num único dia e no dia 1º de janeiro.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só lembro aos Srs. Senadores que nós teremos matérias terminativas, portanto depen-

dentes de quórum. É necessária, pois, a presença dos Srs. Senadores, obviamente, sem prejuízo do debate.

Lembro ainda que nós temos cinco oradores inscritos para essa matéria e temos ainda onze matérias na pauta.

Eu concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira para discutir a matéria.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, serei breve. Não faço parte desta douta Comissão, mas gostaria que os Senadores titulares aqui presentes refletissem um pouco sobre esse tema reeleição. Eu ouvi com muito carinho o nosso Senador Pedro Taques fazer as suas colocações de modo muito brilhante, como lhe é peculiar, e eu gostaria aqui de fazer quatro colocações.

A primeira é a seguinte: eu sou evidentemente contra a reeleição. Eu acho que não há muito o que se discutir, meu caro Senador Taques. Basta a gente recorrer aos nossos tribunais regionais, o nosso Tribunal Superior Eleitoral e o nosso Superior Federal e vermos o número de processos contra os nossos gestores reeleitos. Basta isso, eu acho que não precisa mais se discutir Senador Pedro Taques. É só a gente ir ao passado e buscar isso, e, com certeza, nós chegaremos a conclusão se a reeleição é aconselhável neste nosso País ou não.

Segundo, eu gostaria de colocar que eu percebo, e é muito notadamente, que, no último ano de governo, não vejo nossos gestores governando e sim fazendo campanha. Muito interessante isso aí. Então isso é um atenuante terrível para reeleição.

Outro quadro que eu também vejo meu Presidente, é que no caso de candidatos à reeleição derrotados, eles deixam – o nosso Senador, ilustre Senador Álvaro Dias colocou – deixa um legado terrível. Lá no nosso Estado do Tocantins nós conseguimos reverter o quadro, mas V. Ex^a não imagina o que é que nós herdamos naquele Estado, uma verdadeira catástrofe. E digo, por último, que, se não fosse a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu acho que poderia ser muito pior ainda.

Então, gostaria que os nossos nobres colegas refletissem com muito carinho, retifico, com muito carinho o problema da reeleição no nosso país. Acho que nós ainda não estamos preparados para reeleição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito bem Senador.

Para discutir a matéria concedo a palavra ao Senador Suplicy.

Tem a palavra V. Ex^a Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Eunício Oliveira, nós estamos tendo uma sessão de reflexão, de extraordinária relevância, porque

aqui estamos ouvindo o ponto de vista de cada uma das pessoas, inclusive pessoas com a experiência do Senador Pedro Simon, e todas as opiniões devem ser muito respeitadas. Acho que poderemos ainda refletir melhor até o dia da votação em Plenário dessa matéria.

Mas eu gostaria aqui de dizer de alguns pontos objetivamente.

Primeiro, eu acho que mudança de posse é de bom senso e, nesse sentido, estou de acordo com o Relator e todos aqueles que consideraram isso positivo.

Segundo, eu que votei contrariamente à reeleição, continuo favorável a que tenhamos apenas um mandato. Respeito a opinião de todos os demais, mas gostaria de aqui dizer que, se porventura for escolhido o candidato a um posto executivo por meu partido, eu assumirei o compromisso de não ser candidato a reeleição.

Em terceiro lugar, eu sou favorável à manutenção das eleições a cada dois anos, alternando, horas as nacionais e as estaduais e hora as municipais. E com todo o respeito e carinho ao proponente Antonio Carlos Valadares, eu avalio que a prática da democracia a cada dois anos é saudável.

Em quarto lugar, eu sou favorável à manutenção do mandato de quatro anos, período durante o qual um governante bem preparado deve ter a capacidade de colocar em prática as suas principais metas.

São esses os pontos, Sr. Presidente, que gostaria de aqui assinalar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Suplicy pela brevidade das palavras.

Último orador inscrito, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse debate talvez um dos temas mais relevantes da Comissão de Constituição e Justiça. Quero também registrar o trabalho do Senador Dornelles, o empenho que ele teve em destacar os temas e depois transformar, com o Presidente Sarney, em projetos e emendas constitucionais. Sei que, às vezes, as pessoas perdem um pouco a paciência em debater esse tema. Ele não é um tema fácil, mas é um tema que discute o futuro político do nosso País, da nossa Nação.

Eu registraria uma observação que é simples, mas que nos ajuda em nosso raciocínio. Uma jornalista francesa indagou de Deng Xiaoping qual era a opinião dele sobre o episódio dos 200 anos da Revolução Francesa e ele, muito simpático, teve que responder para a francesa que era um episódio muito recente para ele ter uma opinião formada. Eu vejo que também estamos em um processo de discussão sobre a reeleição.

Para que a gente possa discutir a reeleição, precisaríamos, de fato, de termos uma experiência mais longa. Somos, no Brasil, como se diz no Ceará, um povo muito vexado. “Este ano vai ter reeleição, no próximo ano não dá para mudar, não? Não deu certo. Meu candidato não foi eleito etc. e tal. Isso não dá certo.” E a gente sempre junta as duas coisas num âmbito só. É como se o fato de não ter reeleição significa não ter uso da máquina; se não tiver reeleição, não tem corrupção. Isso não é verdade em nenhum período da história política brasileira, nem na Monarquia, nem no Império, nem na República.

Nós sempre tivemos corrupção, nós sempre tivemos o uso da máquina administrativa e nós sempre tivemos legislações na tentativa de coibi-la. E é por isso que criamos tantos instrumentos no nosso País. Nós temos Tribunal de Contas, Procuradoria da República, Controladoria-Geral da União e um sem-números de instituições também nos Estados e Municípios. Então não é falta de controle, não é falta de lei. É a realidade da política no Brasil, e não é diferente, às vezes a gente fica com a ideia de que é diferente, no resto do mundo. Portanto, nós deveríamos separar as duas coisas: o processo de uso da máquina e corrupção eleitoral etc. não está diretamente ligado ao fato de ter ou não reeleição. Nós votamos contra a reeleição na sua instituição, mas é duvidoso alterarmos esse processo com um tempo tão curto de experiência, em que os dois setores, digamos assim, dominantes no debate político, porque a essência é política, os dois campos da política brasileira, o mais conservador e o mais avançado, passaram por essa experiência. Considero que devemos ter um tempo maior para examinar se é um fato positivo ou negativo para a vida política do Brasil.

Então, acho que, nos dias de hoje, devemos manter o processo da reeleição, diferente na questão de coincidência de mandatos, prefeitos, governadores e Presidente da República. Nós vamos contaminar, Pedro, pelo fato municipal. Acho que o debate central vai ser o municipal. Na eleição de 82, foi muito forte o debate nas capitais, porque vira uma espécie de disputa principal, digamos assim, a eleição que é nacional. Em uma eleição para Presidente da República você centraliza o debate em torno de questões objetivas, porque o dia a dia do cidadão, o que toca nele, quem responde hoje é o Município, mais ainda do que em 82. Se em 82 o debate já foi aceso no âmbito do Município, imagina hoje, que as responsabilidades do Município são ainda muito maiores do que eram em 82. Então, a coincidência surgiu...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Posso perguntar a V. Ex^a, Senador? Posso fazer uma pergunta?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro que V. Ex^a pode, se o Presidente conceder.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Os assuntos municipais serão debatidos. E os assuntos nacionais vão deixar de ser debatidos se houver coincidência de mandatos?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Podem perder predominância.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ora, perder nada! O Brasil está aprendendo demais! O Brasil hoje quer saber de tudo: o que acontece no Município e o que acontece na Nação. A importância vai ser a mesma.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma questão de opinião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ninguém vai desprezar a Nação em detrimento do Município ou vice-versa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma questão de opinião. Como nós não tivemos ainda a experiência nos moldes mais democráticos... Nós não tivemos experiência com eleição presidencial. Vai ser a primeira vez de uma coincidência geral, da Presidência da República, governador de Estado e prefeitos. O que nos anima, o que nos move, principalmente, é o custo da eleição. Ora, sinceramente, esse não pode ser o centro do debate, que é mais barato ter uma eleição só. Sinceramente, se for por aí... Então, é mais barato não ter eleição. Seria absurdo!

Eu acho que é mais barato para a República, para a democracia e para o processo político ter mais eleição. É o mais ajustado. Se não queremos um lapso tão largo... Eu examinei um exemplo recente, que foi a última eleição do Uruguai, que, claro, é um país pequeno e não dá para comparar com o Brasil. Mas eles fizeram a eleição presidencial e do Congresso Nacional – Senadores e Deputados Federais –, em novembro e, em maio seguinte, fizeram a eleição – eles não têm governadores como nós temos aqui – que é a municipal, para a Câmara de Vereadores e para prefeito, que é o chefe de departamento, como eles chamam lá. Então, em seis meses, eles fizeram as duas eleições, mas não coincidentes. Porque é um processo político, a natureza é política, não é de quanto custa a eleição. Não é o preço da eleição que estamos discutindo; é o processo político. E a acumulação de força política entre as legendas partidárias na disputa eleitoral se dá de um pleito para o outro; elimina-se esse aspecto, verticaliza-se quase que na prática a eleição. Aquilo que nós derrubamos no Supremo Tribunal Federal e que depois tivemos que votar aqui uma emenda constitucional, nós vamos reaver com uma eleição vinculada de Presidente da República até vereador.

Sr. Presidente, por essas questões que estamos aqui argumentando, não há um convencimento absoluto, mas é uma ponderação que fazíamos em relação ao processo da vinculação da eleição completa de Presidente da República a vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Agora sim, o último orador inscrito, para depois colocarmos a matéria em votação, lembrando aos Srs. Senadores que temos matérias terminativas depois das matérias da reforma política.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Reforma Política, Senador Francisco Dornelles.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, na Comissão de Reforma Política, eu me manifestei favoravelmente ao mandato de quatro anos com reeleição. Mantenho o meu posicionamento e apóio, nessa parte, o relatório do Senador Renan Calheiros.

Concordo também com a mudança de datas, como proposta pelo Senador Renan Calheiros. Tenho dúvida – e devo dizer que tenho muitas – em relação à coincidência de mandatos. Eu já havia apresentado nesta Casa projeto estabelecendo que as eleições de Presidente da República, Senador e Deputado Federal seriam realizadas numa data, e de governador, deputado estadual, prefeito e vereador noutra, no sentido de fazer com que as eleições federais não fossem alcançadas por debates de natureza estadual e municipal. Eu acho que a coincidência de mandatos – concordo com o Senador Inácio Arruda e com o Senador Pedro Taques – vai municipalizar o pleito federal. E eu acho que isso realmente não é positivo. E acho mesmo que as eleições realizadas com maior frequência tendem a aprimorar o sistema democrático.

Mas, neste caso aqui, quero dizer a V. Ex^a que vou votar favoravelmente aos dois pareceres do Senador Renan Calheiros, dizendo que, em plenário, vou examinar a possibilidade de fazer um destaque supressivo neste ponto relacionado com a coincidência de mandatos.

Sou contra a coincidência, acho que vai municipalizar a eleição federal. De modo que, nesse ponto, quero mostrar ao Senador Renan Calheiros que vou votar favoravelmente, mas que, no plenário, vou apresentar um destaque contra a coincidência de mandatos.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Dornelles.

A matéria foi bastante discutida. Para os senhores terem uma ideia, 14 Senadores fizeram uso da palavra para debater essa matéria importante.

Portanto, vou colocar a matéria em votação.

Regimentalmente, tenho que colocar em votação os dois itens separados.

Eu vou colocar em votação, primeiro, o Item 2, cuja relatoria é do Senador Renan Calheiros.

ITEM 2

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2011

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

A relatoria é do Senador Renan Calheiros, cujo parecer é favorável à proposta, nos termos da emenda substitutiva que ele apresenta.

Não havendo mais quem queira discutir – a matéria, repito, já foi bastante debatida –, em votação o relatório.

Senador Renan Calheiros, em votação o relatório de V. Ex^a.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Pedro Simon, contra o voto do Senador Alvaro Dias, contra o voto do Senador Pedro Taques e contra o voto do Senador Waldemir Moka.

A matéria está aprovada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CCJ, que apresenta.

A matéria vai a Plenário.

(Manifestações de Srs. Senadores fora do microfone.)

Srs. Senadores, foram registrados os votos contrários à matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tal qual o Senador Francisco Dornelles, eu coloquei na minha fala os pontos com os quais concordava e os pontos com os quais tinha minhas diferenças. Está registrado? Espero que assim seja...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ficam registrados os pontos colocados por V. Ex^a na ata desta reunião.

ITEM 3

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 39, DE 2011

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências.

A relatoria é do Senador Renan Calheiros, e a matéria já foi debatida por 14 Srs. Senadores.

Vou colocar a matéria, depois de discutida, em votação. O relatório está em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Renan Calheiros para este Item 3 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar a votação, tem a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Único parlamentar paraibano que não está no São João hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele não é paraibano, ele é alagoano!

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu só queria, no encaminhamento da votação, tirar uma dúvida porque não participei dos debates em um primeiro momento. É que a inelegibilidade dos candidatos a Presidente da República, governador e prefeitos, com especialidade do prefeito, é apenas na jurisdição ou ele pode ser prefeito itinerante? Porque hoje nós temos uma moda no Brasil de prefeito itinerante. Ele é prefeito de Município “a”, o Município “b” é vizinho, ele passa no outro ano para o Município vizinho...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O Superior Tribunal Eleitoral, Sr. Presidente, tem adotado algumas medidas dúbias. Numa hora ele julga que é quatro mandatos, noutra ele julga que não é quatro mandatos.

Então, era isso que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito, apenas para esclarecer a V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Existe um PLS, já aprovado, que foi apresentando pela Comissão, foi debatido nesta Comissão, o Relator foi o Senador – se não me falha a memória – José Pimentel, e a matéria já foi aprovada, proibindo o prefeito com mala nas costas, ou seja, o prefeito itinerante, como determina V. Ex^a...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, Sr. Presidente, com essas observações, eu encaminho o voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi aprovada a rejeição dessa matéria...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Foi rejeitada?

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi proibido que o prefeito seja reeleito em várias cidades do País...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Reeito nas costas, como muito bem disse V. Ex^a. Está bom, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Eu encaminho o meu voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado com os votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Waldemir Moka, Pedro Simon, Álvaro Dias, Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella.

A matéria foi aprovada.

O Relatório que vai passar a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, um de cada vez. Quem pediu...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu pedi primeiro...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas pode ser o Crivella, porque ele fala com Deus primeiro que eu...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Valadares, eu pedi primeiro, mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O senhor pede perdão a Deus e fala primeiro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Perdão aí, nosso Crivella.

É o seguinte, eu quero que fique bem claro de que essas duas propostas, a 38 e 39, foram aprovadas por maioria de votos. Porque quanto à primeira ficou uma dúvida se ela teria sido aprovada...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a declarou aprovada!

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – As duas matérias foram aprovadas e irão... Os relatórios do Senador Renan Calheiros, nas suas íntegras...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Coincidência de mandatos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...foram aprovados os dois relatórios propostos pelo Senador Renan Calheiros, pela maioria absoluta dos votos dos Srs. Senadores presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Portanto, eu vou dar a palavra, pela ordem, ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu queria fazer um apelo a V. Ex^a, em nome do povo do Rio, sobretudo em nome dos bombeiros. Tem um projeto do Senador Lindbergh, da maior relevância para o meu Estado, e se V. Ex^a pudesse colocá-lo na pauta como prioritário eu lhe agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella, só para responder a V. Ex^a, essa matéria está aqui, por solicitação de V. Ex^a e do Senador Lindbergh, como item extrapauta. Tão logo terminemos a pauta, e nós temos matérias terminativas, com votos dos Srs. Senadores, nós entraremos nos itens extrapauta e essa matéria vai...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir preferência a essa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há como dar preferência a V. Ex^a. A deferência que estou fazendo a V. Ex^a, pelo trabalho de V. Ex^a aqui, é colocá-la como extrapauta na reunião de hoje, porque, regimentalmente, eu sou obrigado a comunicar a matéria aos Srs. Senadores com pelo menos uma antecedência de 24 horas. Por esse motivo, ela vai entrar em extrapauta logo em seguida; nós temos poucas matérias. As matérias da reforma política não serão discutidas hoje, serão apenas leituras do Senador Romero Jucá, que tinha dois relatórios, pede a retirada de pauta de um e vai ler apenas o outro.

O outro é apenas leitura – e vou distribuir e ler para os Srs. Senadores –, em seguida nós temos uma matéria terminativa do Senador Vital do Rêgo; depois

uma matéria do Senador Pedro Taques; em seguida, a matéria que trata da questão do Estado do Rio de Janeiro, que estamos dando urgência urgentíssima em atenção aos Srs. Senadores que trouxeram essa matéria como de extrema relevância.

Peço a compreensão de V. Ex^a, mas vamos votar essa matéria ainda hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – A minha preocupação é com o quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos tentar apressar para a gente votar a matéria.

Pedi pela ordem o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a inversão de pauta para o item 9, e V. Ex^a ponderou que nós tínhamos que votar essas duas matérias, que já foram concluídas. Então eu queria, agora, se possível, se o Plenário concordar, que o item 9, o PLC nº 8, que trata do Conselho Nacional de Justiça, já lida pelo relator a matéria, fosse votado com rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel, eu pediria a V. Ex^a permissão para nós concluirmos esse texto da Reforma Política e, em seguida... Nós vamos ter até... Hoje é quarta-feira, amanhã é feriado e teremos o dia todo de amanhã para descansarmos. Então vamos trabalhar hoje aqui mais um pouco.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pede para fechar a porta, Sr. Presidente! Com a chave.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon pediu a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se fosse possível, Sr. Presidente, está nessa pauta, que também deliberássemos o projeto do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, que cria vagas. Está pronto para ser votado e há unanimidade em torno dele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a será atendido.

ITEM 4

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011

Acrescenta o § 3º ao art.45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

A matéria é oriunda da Comissão Especial de Reforma Política, que tão bem presidiu o Senador Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para proferir o relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou ser bastante rápido, é até despiendo ler o relatório, porque o texto é bastante simples.

Sou Relator da Reforma do Sistema Eleitoral, que vou apresentar na próxima semana, e também dessa emenda constitucional, que define que, para haver alteração no sistema eleitoral, seja aprovado um referendo.

Portanto, é algo extremamente simples, mas é importante o projeto.

O meu parecer é favorável, eu defendo o referendo. Estamos discutindo aqui a mudança profunda no sistema eleitoral. O sistema eleitoral poderá ser feito por lista, poderá ser feito majoritário, poderá ser mantido da forma como está. Então é possível mudanças profundas, e defendo inclusive mudanças profundas nesse sistema eleitoral.

Portanto, o meu parecer é favorável a que haja um referendo quando for aprovada a mudança do sistema eleitoral.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

De acordo com o que foi combinado, a matéria lida pelo Senador Romero Jucá está com pedido de vista coletivo, até a próxima semana.

Do item 6 da pauta foi me dado o privilégio de ser o Relator. E, como o Senador Pimentel se ausentou, eu pediria ao Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Senador Dornelles, para que presidisse aqui por dois minutos, enquanto leio o relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O Dornelles vai colocar a anistia dos bombeiros na pauta. Ele é do Rio e vai colocar isso. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu não sei se eu colabo... Que devo colaborar eu não tenho dúvida, mas queria, em nome da bancada do PMDB, fazer um apelo a V. Ex^a para ver se nós tínhamos condições de votar o projeto dos bombeiros do Rio de Janeiro. O PMDB é favorável à anistia e, portanto, pede a V. Ex^a, se tiver condições, que nós façamos isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço, Senador Renan, Presidente Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan, Senador Lindbergh, eu vou ler em cinco minutos esse relatório e, em seguida...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E Crivella também.

(Intervenções do plenário fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Moka, nós estamos ao vivo para todo o Brasil, e esta é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só queria dizer que V. Ex^a tem razão, quer dizer, já concedeu... Que nós vamos votar, evidentemente, mas nós queremos terminar as questões da reforma política. Mas vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o último item da reforma política. Agora, atendendo aqui ao apelo de Senadores e a determinação do meu Líder Renan Calheiros, eu vou fazer a inversão de pauta logo em seguida.

Senador Dornelles, V. Ex^a poderia... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RS) – Vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011

– Terminativo –

Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatório pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – O Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011, foi formulado como uma das conclusões da Comissão de Reforma Política apresentada pelos ilustres Presidente José Sarney e Francisco Dornelles.

Seu objetivo é incluir o art. 26-A na Lei de nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para prever a perda do mandato por desfiliação partidária sem justa causa. Nesse sentido, o dispositivo inserido dispõe que perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

Consideram-se, porém, justa causa para desfiliação a incorporação ou fusão do partido, criação de

novo partido, mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário, grave discriminação pessoal.

A justificativa esclarece que o projeto visa incorporar à Lei dos Partidos Políticos entendimentos recentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral no sentido de que os mandatos eletivos pertencem aos partidos políticos, razão pela qual eles mantêm o direito de preservar a vaga quando, sem justa causa, ocorrer o cancelamento da filiação partidária do eleito ou a sua transferência para outra sigla.

Análise.

Cabe a esta Comissão, por força do art. 101, incisos I e II, alínea *b*. do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do projeto, que será apreciado em caráter terminativo neste Colegiado.

De início, verifica-se que compete à União legislar privativamente sobre Direito Eleitoral, conforme o art. 22, inciso I, da Constituição Federal, e que é admitida a iniciativa parlamentar sobre o tema conforme preceitua o art. 61 da nossa Carta magna. Firma-se, portanto, a competência do Congresso Nacional para formular a proposição e dispor sobre a matéria, conforme o art. 48 da Constituição Federal.

Para fazer valer essa orientação, o TSE e STF se pronunciaram assim sobre a fidelidade partidária. A primeira delas, Senador Benedito de Lira, no dia 27 de março de 2007, veio a proposta em resposta a uma consulta de nº 1398, por meio do qual o Tribunal Superior Eleitoral respondeu positivamente à seguinte indagação:

Os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, quando houver pedido de cancelamento de filiação partidária ou de transferência do candidato eleito por outro partido ou para outra legenda?

Para fazer valer essa orientação foram impetrados no STF, por partidos políticos, Mandado de Segurança de nº 26602, 26603 e 26604, em desfavor do Presidente da Câmara dos Deputados e Parlamentares que haviam se transferido para outros partidos. No julgamento o Tribunal confirmou o entendimento do TSE, afirmando que a permanência do parlamentar no partido pelo qual se elegeu é imprescindível para a manutenção da representação partidária do próprio mandato – MS 26602 – com exceção de circunstâncias que configuraram justa causa para desfiliação. Como a decisão resultava em alteração na sua jurisprudência, o TSE colocou em vigência o instituto da fidelidade partidária. Nesses termos, a partir da resposta do TSE, a referida consulta de nº 1398, de 27 de março de 2007. Posteriormente, no dia 16 de outubro de 2007, o TSE respondeu, também, positivamente à consulta de nº

1407 que indagava se os partidos e coligações têm o direito de preservar vaga obtida pelo sistema eleitoral majoritário, quando houver cancelamento de filiação ou transferência do candidato eleito para outra legenda.

Em seguida, o TSE disciplinou o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação e desfiliação partidária por meio das Resoluções 22610, de 25 de outubro de 2007, 22733 de 11 de março de 2008, e essas resoluções foram consideradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade de nºs 3999 e 4086, como mecanismos para salvaguardar a observância da fidelidade partidária, até a futura manifestação do Poder Legislativo sobre a matéria.

Nesse sentido, entendemos mais do que oportuna a formulação da presente proposição pela Comissão de Reforma Política, que insere na Lei dos Partidos Políticos, a norma central sobre fidelidade partidária e as hipóteses de justa causa para a desfiliação.

Afinal, a adoção desse princípio tende a fortalecer os partidos políticos e a manter os governos e os órgãos legislativos mais fieis à expressão das urnas.

Por tudo isso, somos favorável à aprovação do projeto.

Parece-nos, portanto, adequado apenas promover um ajuste na proposição para permitir que o detentor de mandato eletivo pelo sistema majoritário, tendo em vista que existe uma matéria sendo discutida nessa Comissão proibindo as coligações proporcionais. Esse ajuste se propõe a cargos majoritários para permitir que na questão majoritária se transferir para outro partido dentro da própria coligação que o elegeu, sem que isso ocasione a perda do mandato.

E eu explico, rapidamente, aos Srs. Senadores, que fiz uma consulta ao TSE, no caso específico desse Senador que vos fala foi eleito pelo meu querido partido e único partido que me filiei há mais de 34 anos, o PMDB. Mas o meu suplente é do PT. Da forma como está hoje, se eu mudar para o Partido dos Trabalhadores, a qual pertence o meu primeiro suplente, eu perderia o mandato de Senador da República e quem assumiria não seria o meu Partido, o PMDB.

Portanto, gera uma dúvida enorme se o mandato, neste caso majoritário, pertence ou não ao partido, porque é impossível a sua substituição pelo mesmo partido, tendo em vista que a coligação elegeu, e era permitido, um suplente de outro partido político. Quer dizer, eu perco o mandato e quem assume é outro partido político, e não o meu partido, pela impossibilidade...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – ... pela impossibilidade da obtenção do mandato pelo

próprio partido, porque no regime democrático não há com se nomear alguém. Se fôssemos para uma eleição, todos os demais partidos políticos teriam direito a fazer a disputa majoritária por esse cargo.

Portanto, a proposta, Senador Waldemir Moka, é adequar a resolução do TSE, que, no meu entendimento, está equivocada, porque não tem como haver perda de mandato numa coligação majoritária para que assuma outro partido. Nesse caso, então, o mandato não pertenceria ao partido político, porque, se pertencesse, quem tinha que preencher o meu lugar seria o meu PMDB, e não outro partido da coligação.

Portanto, a proposta, que não está em debate neste momento, é apenas a leitura, será debatida na próxima quarta-feira, conforme combinamos aqui, e há necessidade, no meu entendimento, de fazermos essa adequação. Não há, portanto, que ser penalizado o candidato que se transfira para outro partido político que integrou a coligação – somente dentro da coligação –, até porque o eventual substituto poderá pertencer exatamente ao que acabei de dizer, à agremiação de destino. Não há, desse modo, qualquer rompimento do compromisso com a vontade do eleitor, ainda mais porque a coligação constitui-se em uma espécie de superpartido ou de superlegenda para os efeitos da disputa eleitoral, cujos efeitos projetam-se durante todo o exercício do mandato, segundo consulta que fiz ao jurista presidente do meu Partido, Vice-Presidente da República, Michel Temer.

Os efeitos da disputa eleitoral se projetam durante todo o exercício do mandato, conforme recentemente consignado, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Mandados de Segurança nºs 30.260 e 30.272, conforme o informativo do STF de nº 624.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 266, de 2011, com a emenda de redação que faço.

“EMENDA DE REDAÇÃO DA CCJ

Acrescente-se ao § 2º do art. 26-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma do art. 1º do PLS 266, de 2011, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para § 1º.

Art. 1º Art.26-A, § 1º, § 2º Não se aplica o disposto no caput se o cargo for de eleição majoritária e o seu detentor filiar-se a outro partido integrante da coligação pela qual foi eleito.”

Esse é o relatório, que submeto à Comissão e ao debate na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Parabéns pelo relatório de V. Ex^a, Presidente. Brilhante como sempre. De acordo com o estatuído pela Comissão, existe um pedido de vista coletivo, de modo que a matéria poderá ser votada na próxima quarta-feira.

Passo a presidência a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, há um requerimento para ser votado, e eu gostaria que fosse votado hoje, a respeito de uma audiência pública que trata de reforma eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a será atendido no seu requerimento. Ao final dessas matérias, vou colocar todos os requerimentos em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atendendo a um apelo dos Senadores do Rio de Janeiro e do Líder Renan Calheiros, vou pedir aos Srs. Senadores...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o PCdoB endossa o pedido do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda também.

Vou pedir aos Srs. Senadores, porque já temos quatro matérias terminativas na Comissão, como esta aqui, no dia de hoje. Então, se formos breves na aprovação...

Compreendo que o Senador Lindbergh está se coçando na cadeira e que o Senador Crivella está hoje tão impaciente, mas faço o apelo para que permaneçam aqui para votarmos outras matérias que estão sendo prejudicadas, neste momento, pela urgência que solicito a V. Ex^{as}.

ITEM

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2011

Concede anistia a bombeiros militares do Rio de Janeiro punidos por participar de movimentos reivindicatórios.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

Peço ao Senador Crivella a brevidade possível para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a será atendido, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101, cabe a esta Comissão se manifestar em assuntos como este, sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Sr. Presidente, esta anistia que estamos votando aqui hoje não difere em nada daquela Lei nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010. Na ocasião, quem fez o relatório foi o Valdir Raupp – brilhante relatório! – e que concedeu anistia aos bombeiros militares do Rio Grande do Norte, da Bahia, de Roraima, do Tocantins, de Pernambuco, de Mato Grosso, do Ceará, de Santa Catarina e do Distrito Federal.

Portanto, esta Comissão já está ambientada com este assunto.

Vou ler o relatório brevemente, embora tenha distribuído a todos os Senadores.

Para resumir, Sr. Presidente, Senador Dornelles, farei a leitura do que disse o memorável Senador Rui Barbosa, quando do seu inspirador pronunciamento no Plenário do Senado Federal, na sessão de 05 de agosto de 1905. Vejamos:

A anistia, portanto [que nós aconselhamos, Moka], no valor da sua expressão real, não será, jamais, um tratado entre o poder e a revolta. É a intervenção da equidade pública e da legalidade suprema, varrendo os danos de uma repressão que se desnorteou e se não sustenta. É o bálsamo do amor aos nossos semelhantes, vertido sobre as violências de um processo, de onde se banira a justiça. É o remédio final para o abançamento das paixões, para a re aquisição de simpatias perdidas, para a normalização da ordem pela confiança entre governados e governantes.

Eis a anistia, qual ela é, e qual a eu quero [seja aprovada hoje nesta Comissão]: não a glorificação do crime, não; mas a consagração da paz, a volta das sociedades ao selo do bom-senso, o meio soberano, que, em situações como a de agora, se reserva aos poderes públicos, na derradeira extremidade, para saírem de situações inextricáveis, atendendo, mediante concessões oportunas, aos conselhos da previsão política e às exigências do sentimento nacional.

Manifestado amplamente nos jornais, nas rádios, nas televisões e em praça pública: 20 mil pessoas foram às ruas no Rio de Janeiro. Vinte mil!

O que ocorreu? O paroxismo da nossa crise: o segundo Estado mais rico da Federação pagava o pior salário aos bombeiros. Aí estava o estopim, Senador Renan Calheiros! Aí estava o estopim da crise.

Pois bem, então, Sr. Presidente, peço aos meus companheiros – nós, que somos a Casa da ponderação – que tenham indulgência, compreensão e tolerância com a bancada do Rio e nos ajudem a retomar a paz e a boa ordem, inclusive readquirindo a simpatia perdida inclusive por nosso governador nesse episódio.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Crivella, pela emoção que V. Ex^a externou aqui, que faz com que todos nós acompanhem a votação desse projeto que vem para fazer anistia aos homens que lutam pela vida de outros.

Senador Lindbergh, V. Ex^a tem a palavra para a discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, muito rapidamente, quero falar aqui em trinta segundos, vou seguir o conselho do nosso Ministro Dornelles, que disse: “Fale pouco, porque temos problema de quórum. Queremos é votar esse ponto”.

Eu só queria aqui garantir a todos os Senadores que essa proposta de anistia não é a tomada de um lado. Quero dizer inclusive que o Governador Sérgio Cabral já deu declarações favoráveis à anistia, só que disse que ele não pode concedê-la. É uma atribuição do Congresso Nacional, art. 48, inciso VIII, da Constituição Federal. É atribuição nossa aqui.

Nosso projeto foi feito em cima do projeto do Senador Garibaldi Alves, de 2010, que concedeu anistia a bombeiros militares de 12 Estados.

Então, quero dizer aqui que o que queremos é a pacificação.

Daqui, este projeto vai para a Câmara, o Governador já abriu a negociação com os bombeiros, e eu tenho certeza, Senador Renan Calheiros – quero agradecer aqui o apoio – de que, ao final, na hora da sanção da Presidente da República, vamos conseguir construir um grande acordo, que pacifique, que solucione esse impasse no Estado do Rio de Janeiro.

De forma que agradeço também a V. Ex^a, Presidente, pela celeridade e por entender que esse é um projeto que tenta harmonizar as relações no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh, V. Ex^a tem inteira razão quando propõe a anistia. E o ex-Senador e Governador Sérgio Cabral, é verdade, está impedido de

fazer o processo de anistia. Cabe aqui ao Congresso Nacional, constitucionalmente, fazer a anistia, e acho que estamos fazendo justiça a homens que, em determinado momento, podem até ter se exacerbado em suas justas reivindicações, compreendo, mas os bombeiros são verdadeiros anjos a proteger a vida das pessoas.

Portanto, esta Presidência se manifesta também favoravelmente ao projeto apresentado por V. Ex^{as}, e vou colocar a matéria em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está em debate?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra, eu daria a palavra ao Senador Dornelles... *(Pausa.)* Não?

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero concordar com esse projeto de anistia e dizer que, mais do que esse projeto de anistia, temos que debater aqui a desmilitarização dos bombeiros. Eles estão sob a força ainda do Decreto 1.001/69, um decreto que veio ao mundo num período escuro da nossa história, depois do AI 5, de 13 de dezembro de 1968.

Portanto, a Polícia é diferente das Forças Armadas. As Forças Armadas são criadas para eliminar o inimigo, para matar o inimigo, diferentemente das Polícias Militares. Temos que acabar com essa casta militar na Polícia. A Polícia tem que ser cidadã. Não pode ser para eliminar o inimigo, mas a Polícia tem que ser para respeitar o cidadão.

Apoio o projeto, temos de debater isso, e quero dar conta de que estou apresentando uma proposta de emenda nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente. Estamos todos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Dornelles pediu a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, só para demonstrar a minha concordância com o projeto. O Rio de Janeiro procura sempre a paz, o entendimento, a concordância, de modo que esse projeto é totalmente compatível com a história e com a tradição do Estado do Rio de Janeiro.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar o projeto em votação, ressalvadas as emendas. São quatro emendas e vou pedir aos Srs. Senadores que, aprovado o projeto, para

não fazer votação nominal, uma a uma, que façamos na mesma votação do projeto a votação das emendas.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta feita por esta Presidência.

Vou colocar em votação, chamando o Senador Pedro Taques.

Como vota V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? Eu vou chamar apenas os Senadores presentes para que a gente não tome mais tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Rio de Janeiro, os três Senadores alinhados em uníssono defendendo os bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Marcelo Crivella já é voto conhecido, a favor da matéria. Eu já declarei o meu voto, e neste caso faço questão de votar, e voto com V. Ex^{as}., voto com os bombeiros do Rio de Janeiro e do Brasil.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator e a favor dos bombeiros. Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator e a favor dos bombeiros. Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator e a favor dos bombeiros. Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador, eu voto e não é a favor dos bombeiros, mas do Rio de Janeiro, dentro do amplo conceito de conciliação que queremos dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela paz no Rio de Janeiro e no Brasil. Melhor assim.

Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota Sim, com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Favorável e com o apoio as suas palavras, do autor e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Favorável o Senador Suplicy.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto favorável, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Favorável, com o Relator.

Como vota o autor, Senador Lindbergh Farias? Voto conhecido, a favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Isso mesmo, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, voto a favor da anistia, e uma coisa específica: acho que houve realmente uma questão séria no Rio de Janeiro. Eu acho que essa anistia não pode estimular a que, daqui para frente, possa haver episódios semelhantes como o que ocorreu, que foi muito grave. Porém, evidentemente que a bancada unida aqui demonstra que o Rio de Janeiro está construindo um grande entendimento. Então, voto favoravelmente, com a preocupação de não criar aqui alguma coisa que, a qualquer momento, o Congresso vai conceder anistia, porque isso pode também criar um precedente grave.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Registrada a posição de V. Ex^a, com o voto favorável.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu falava aqui com o Presidente Dornelles, e o Rio de Janeiro, realmente, não merece aquele quadro que nós assistimos, quando os bombeiros invadiram o quartel. Mas, num processo de conciliação, logicamente que em homenagem aos Senadores e a cidade maravilhosa do Rio de Janeiro eu vou dar o meu voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto Sim.

Senador Flexa Ribeiro. Falta votar o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o autor, com o Relator e com o Rio de Janeiro. Sim

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota Sim.

Aprovado o projeto.

Em votação as quatro emendas.

Se os Srs. Senadores concordarem, podemos repetir a votação do projeto para as emendas.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Concordância por unanimidade dos Senadores presentes a esta Comissão.

Aprovadas as Emendas nº 1 da CCJ, a de nº 4 da CCJ, será de 1 a 4 desta CCJ...

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário, publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 9 da pauta. É também matéria terminativa, Senadores Flexa Ribeiro e Inácio Arruda, nesta Comissão.

Como a matéria é terminativa, a votação será, portanto, nominal.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2011

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça-CNJ.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador **Pedro Taques**.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: – *Votação nominal*; – *Em 08/06/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Pimentel e Francisco Dornelles, nos termos regimentais.*

Passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Pedro Taques, para, se quiser, fazer uso da palavra para as considerações finais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, este projeto foi lido, foi relido, teve pedido de vista. E o parecer é no mesmo sentido: de aprovação sobre a criação de cargos no Conselho Nacional de Justiça. E os requisitos formais, materiais, estão preenchidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vou colocar em votação. Aviso que ainda temos três matérias que necessitam de votações nominais. E os Senadores do Rio de Janeiro têm o compromisso de não saírem desta Comissão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não saem não, nem para dar entrevista. Só depois. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eunício Oliveira? Com o relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Flexa Ribeiro vota com o relator.

Aprovado o projeto, por unanimidade dos presentes, a decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2011

Dispõe sobre a venda de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada.

Autoria: Senador Eunício Oliveira.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações: Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda para, como Relator *ad hoc*, proferir o relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, acolho o parecer do nosso Colega Vital do Rêgo, que é pela aprovação, com emenda.

O projeto é justíssimo. E a emenda já está acordada com V. Ex^a também, porque ela faz uma correção de que ninguém pode usar distintivo ou nenhum tipo de fardamento que seja semelhante ou que crie confusão com o utilizado pelas Forças Armadas Brasileiras.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação, com a emenda apresentada pelo Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o relator, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator. É voto conhecido.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Lindbergh Farias? (*Pausa.*)

Vou aguardar o voto do Senador Lindbergh.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Lindbergh Farias? *(Pausa.)*

O Senador encontra-se em uma entrevista.

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Aprovado o projeto pela unanimidade dos presentes.

Se os Srs. Senadores concordarem, poderemos repetir a votação do projeto para a emenda, com o mesmo critério. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado o mesmo critério do projeto para a emenda.

Aprovada a Emenda nº 1-CCJ, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Último projeto, a pedido do Senador Pedro Simon.

ITEM

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Pedro Simon, favorável ao projeto.

Concedo a palavra a V. Exª para fazer a leitura do relatório.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o projeto está muito bem instruído e cria as novas Varas de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Por isso, peço a aprovação do projeto e, se possível, Sr. Presidente, eu pediria a urgência para que ele fosse diretamente ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon pela leitura e recomendação do relatório para que sejam criadas Varas da Justiça do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região, Rio Grande do Sul.

Eu coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da matéria que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável.

A matéria vai a Plenário, Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, V. Exª pede a urgência do projeto? *(Pausa.)*

Atendendo a uma solicitação do Senador Pedro Simon, eu submeto aos Srs. Senadores a urgência do projeto.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, a matéria vai ao Plenário em regime de urgência, nos termos do requerimento do Senador Pedro Simon.

Sobre a mesa, requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado federal, seja designado dia e hora desimpedidos desta Comissão de Constituição e Justiça para realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema da reforma política, com os seguintes convidados:

Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski; Presidente da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli; Relator da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Fontana; Presidente da Frente Parlamentar Mista de Reforma Política com Participação Popular, Deputada Luiza Erundina; Professor Dr. Sérgio Sêrvulo da Cunha, jurista e autor de obras no campo de Direito Constitucional e do Direito Eleitoral.

Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB. Submeto ao plenário da Comissão.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento, queiram permanecer sentados.

Aprovado o requerimento de autoria do Líder do PSB, Senador Antônio Carlos Valadares.

Sobre a mesa, requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requeiro nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação até o dia 29 de junho de 2011 dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa composta por 5 membros, criada para analisar o Projeto de Resolução nº 96 do Senado Federal de 2009, que Altera o regulamento administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972 e posteriores modificações.

Sala das sessões, 21 de junho de 2011. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da Subcomissão Tem-

porária de Reforma Administrativa; Senador Ricardo Ferraço, relator e Senador Vital do Rêgo.

Submeto o requerimento à aprovação dos Srs. Senhores.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento, queiram permanecer sentados. Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que é nosso compromisso na semana que vem concluir os nossos trabalhos. Os Senadores Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo e ainda o nosso Secretário Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Pedro Taques.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requeiro a esta Comissão a realização de Audiência pública com o objetivo de dar conhecimento, maior divulgação e apoio ao Projeto Brasil Nunca Mais Digital que teve início ontem com a entrega, pelo Conselho Mundial de Igrejas, e o Center for Research Libraries da Suíça, às autoridades brasileiras, dos documentos e microfilmes ainda mantidos no exterior que originaram o Brasil Nunca Mais, um marco na defesa dos direitos humanos, durante a ditadura militar.

Requeiro, por fim, sejam convidados para participar da referida audiência os Srs. Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República de São Paulo, Marcelo Zelic, representante do Armazém Memória; Walter Altmann, representante do Conselho Mundial de Igrejas; Anivaldo Padilha do Conselho Mundial de Igrejas de Torturado Político.

Nos anos 80 foi desenvolvido Projeto Brasil Nunca Mais, a BNM. A partir do exame de cerca de um milhão de páginas de processos judiciais, publicaram-se relatórios e um livro sobre o assunto. Com medo de que os órgãos de repressão política se apoderassem do material e destruíssem os documentos, microfilmes de todo o acervo foram mandados para o exterior. É da repatriação desses documentos e o acesso via internet no seu conteúdo que trata o Programa Brasil Nunca Mais Digital.

Sala das reuniões, – Senador **Pedro Taques**.

Em votação o requerimento do Senador Pedro Taques.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento, queiram permanecer sentados. Aprovado o requerimento, Senador Pedro Taques... Requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

“Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados a esta Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, os Ministros de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, para prestar esclarecimentos sobre o decreto presidencial do governo da Bolívia, que legaliza veículos automotores de origem desconhecida. Medida essa que alcança os carros roubados no Brasil e que são utilizados como moeda de troca no tráfico de entorpecente e armas oriundas daquele país.

Sala das sessões, Senador Pedro Taques.”

O Senador Pedro Taques faz aqui um relatório sobre a justificativa. Se V. Ex^a assim o desejar, farei a leitura. Faço questão de ler, Senador Pedro Taques:

“A imprensa tem noticiado, com protesto, o decreto do presidente da Bolívia, Evo Morales, que legaliza os carros sem documentos naquele país, a Lei nº 133, de 8 de junho de 2011, oriunda de um decreto presidencial é conhecida na Bolívia como lei de regulação e saneamento de veículos.

A decisão do Presidente, segundo noticiado, baseia-se na convicção, declarada na mídia, de que todos têm direito a um carro e que, na sua maioria, são carros baratos comprados por pessoas pobres. Pretende aquele governo fazer, dessa forma, uma grande arrecadação, vez que, com o custo da regularização, o receptor estará legalizando o seu cargo. Ocorre que os carros não são baratos, por se tratarem de carros populares; ao contrário, tem-se notícia de que os carros lá negociados são carros caros e novos a baixos preços de comercialização e roubados dos brasileiros. Esses veículos decorrem de origem criminosa. São veículos, na sua maioria, roubados no Chile, roubados no Brasil e levados para a Bolívia, onde são trocados por drogas e por armamentos que vão municiar os traficantes brasileiros.

A adoção encoraja um complexo de atividades ilícitas, além do próprio roubo de veículos no Brasil e em outros países. O incentivo legal boliviano ao crime é preocupante, tem repercussões perigosas e merece providências adequadas não só do Brasil, como dos organismos internacionais e, em especial, do nosso Mercosul.

O prazo estipulado para a inscrição desses veículos, em vista à malsinada legalização, é de 15 dias. E até agora desconhecemos a atitude do governo brasileiro no sentido de repúdio à medida legislativa boliviana ou de providências para repatriação dos carros que foram roubados do Brasil.”

Senador Pedro Taques, eu submeto o requerimento de V. Ex^a à apreciação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu estou de acordo que se deva debater o assunto, acho que é justo, necessário, mas farei

uma pequena ressalva. O governo do Evo não é um governo de incentivo ao crime. Acho que é preciso fazer essa pequena correção. Hoje, mais do que nunca, a Bolívia conseguiu ter um governo que inclusive foi reeleito contra as forças poderosas, que normalmente são as que organizam o crime. Não é o contrário; não são forças populares que organizam o crime, que se beneficiam do crime. Acho que talvez a gente pudesse fazer essa correção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, autor do requerimento já aprovado nesta Comissão. Já dou a palavra a V. Ex^a.

Compreendo a posição do Senador Inácio Arruda. É natural que tenhamos o cuidado devido, por ser um país vizinho, mas concordo com V. Ex^a que essa é uma matéria em que há necessidade de, sem emoção, se debater e de se fazer esclarecimentos, porque temos a obrigação de defender os cidadãos brasileiros; é nossa função.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Respeito a posição do Senador Inácio, mas este requerimento por mim foi escrito e a Constituição, no art. 53, me garante a liberdade de opinião, palavra, e a palavra inclusive escrita. Portanto, eu assinei e é inteiramente o que entendo que está ocorrendo entre o Brasil e a Bolívia.

Recordando o internacionalista de mais de 200 anos: “Os homens podem ter amigos...”, o Presidente do Brasil pode ser amigo do Presidente da Bolívia, mas os países têm interesses. E agora eu sou Senador da República e estou a defender o interesse da República Federativa do Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a Constituição brasileira defende exatamente a integração nossa, e a Bolívia é um país amigo do Brasil. É assim que é tratada e considerada entre nós.

O reparo que fiz é porque antes na Bolívia, nós tínhamos governos daquelas elites bolivianas, que desprezavam o povo boliviano. E ao desprezar o povo boliviano, também desprezavam o povo brasileiro. Hoje nós temos um governo que está mais assentado, dando tranquilidade à Bolívia, mesmo no meio daquele tumulto, daquela confusão. E trata-se de um país irmão nosso, muito ligado ao Brasil, apesar dos percalços históricos. A liberdade de opinião e de expressão de todos os Senadores aqui está constitucionalmente garantida, não há dúvida. Apenas trata-se de um país com que nós temos relação, e acho que o debate é muito importante. O requerimento foi feito, nós o aprovamos, não há

reparo nenhum a ele. Apenas acho que devemos tratar a Bolívia como um país amigo nosso, amigo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Acho que essa audiência pública será extremamente importante para se fazerem os esclarecimentos necessários aqui e, talvez, quem sabe, o Brasil, da forma mais amigável possível e obviamente tratando dos seus interesses, faça essa interface com o governo da Bolívia, explicando o que efetivamente vem denunciando aqui pelo requerimento, ou pelo menos a imprensa tem noticiado nesse sentido, o Senador Pedro Taques.

Não há nenhuma justificativa aqui para se fazer uma disputa ou um embate diplomático entre o Brasil e a Bolívia. Pelo contrário, somos países amigos e precisamos alertar um país ao outro, para que a bandagem, os que estão fora da lei não tenham o proveito inadequado dos bens que pertencem aos bolivianos e, no caso, aos chilenos e aos brasileiros.

Obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 24 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia vinte e nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras, Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Vital do Rêgo e Aécio Neves. Justifica ausência o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da

Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011** Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. Em 25/05/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu Parecer contrário; Em 08/06/2011, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. Em 22/06/2011, foi recebido Voto em Separado de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores, com voto contrário à Proposta. Durante a discussão foi aprovado o Requerimento nº 55, de 2011-CCJ, de destaque para a Emenda nº1. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. Votam vencidos os Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Sérgio Petecão e Humberto Costa.** **ITEM 2) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011** Acrescenta o § 3º ao art.45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à Proposta. Em 22/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Durante a discussão foi apresentada a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Humberto Costa, que recebeu parecer contrário. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Votam vencidos os Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.** **ITEM 3) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011** Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à PEC nº 43, de 2011, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário à PEC nº 23, de 2011. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2011** Acrescenta incisos ao art. 17 da Constituição Federal para prever a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy e outros. **ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011** Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever

a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 22/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Durante a discussão foi aprovado Requerimento nº 56, de 2011-CCJ, de destaque para o inciso II, do parágrafo único, do art. 26-A, na redação dada pelo art. 1º do PLS nº 266, de 2011; Durante a discussão, o Senador Eunício Oliveira retira a Emenda de relator. **Resultado: Aprovado o Projeto. Votam vencidos, em relação ao Projeto, os Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Aprovada a supressão do inciso II, do parágrafo único, do art. 26-A, na redação dada pelo art. 1º do PLS nº 266, de 2011. Votam vencidos, em relação à supressão do inciso II, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Roberto Requião e Sérgio Petecão.** **ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2011** Acrescenta os arts 13-A e 48-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 267, de 2011 e rejeição do PLS nº 29, de 2011. **Resultado: Adiado. TRAMITA EM CONJUNTO COM O Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2011** Altera o inciso II do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para excluir, do cálculo do tempo de propaganda no rádio e na TV dos candidatos de coligação, o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011** Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 268, de 2011 e prejudicialidade do PLS nº 373, de 2008. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2008** Acrescenta inciso ao § 4º do art. 23 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, de modo a permitir a doação de recursos financeiros para campanhas eleitorais por meio de cartões de pagamento. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCJ** Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 40, de

2011. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado.** 2) **REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCJ** Requeiro, nos termos regimentais, o destaque para votação em separado, do inciso II, do artigo 26-A, na redação dada pelo art. 1º, do PLS nº 266, de 2011. **Autoria:** Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente Reunião, às quatorze horas e dezessete minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 5)** PLS Nº 267, DE 2011, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel solicita também a dispensa da Ata, tendo em vista que já foi distribuída a todos as Sras. e Srs. Senadores.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nºs 1 a 6.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador **José Sarney** e outros.

Relatoria: Senador **Valdir Raupp**.

Relatório: Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1.

Observações: – Em 25/05/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu Parecer contrário;

– Em 08/06/2011, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

– Em 22/06/2011, foi recebido Voto em Separado de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores, com voto contrário à Proposta.

Consulto ao Senador Inácio Arruda se deseja fazer a leitura do voto em separado neste momento ou no momento da votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Desejo, agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Inácio Arruda para proferir o seu voto em separado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, considero esta discussão sobre coligações partidárias no Brasil, talvez as das mais importantes que a Comissão de Constituição irá deliberar. E é exatamente por esse razão que o nosso voto em separado representa o pensamento inicial de sete agremiações partidárias com assento no Senado Federal. E posso dizer que discuti com pelo menos mais duas outras legendas que considero importantes, PTB e PDT, discuti com o nosso Presidente do PP, a importância e o significado dessa decisão, mostrando os efeitos que ela poderá provocar caso seja decidido favoravelmente a sua aprovação, nos termos do relatório do Senador Valdir Raupp. Temos o maior respeito pelo Senador Valdir Raupp, mas a nossa proposição de voto em separado é contrária a sua indicação.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2011, oriunda da Comissão de Reforma Política, propõe alterar a redação do art. 17 da Constituição Federal, com o objetivo de proibir as coligações nas eleições proporcionais. Na Justificação da iniciativa, entre outros argumentos registra-se que a experiência brasileira revela que as coligações eleitorais nas eleições proporcionais, em geral, constituem uniões passageiras, estabelecidas apenas durante o período eleitoral por mera conveniência, sem qualquer afinidade entre os partidos coligados no tocante ao programa de governo ou ideologia.

Argumenta-se, também, que as coligações proporcionais objetivam, sobretudo, aumentar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão de partidos maiores e viabilizar a conquista de um maior número de cadeiras nas Casas Legislativas por partidos menores ou permitir que essas agremiações alcancem o quociente eleitoral.

Ademais, é consignado na Justificação que a proibição das coligações nas eleições proporcionais permitirá que o eleitor identifique o ideário político de cada candidato e que sejam eleitos representantes

comprometidos com os programas dos respectivos partidos.

Além disso, a Justificação registra que o voto dado pelo eleitor em determinado partido pode contribuir para eleger candidato de outra agremiação que integre a coligação, porque diferentemente dos demais países que permitem coligação, no Brasil, as cadeiras conquistadas pela coligação não são distribuídas proporcionalmente à contribuição que cada partido deu à votação final.

II – Análise

Inicialmente, devemos registrar que a nossa convicção é a de que a presente proposição não se harmoniza com a Constituição Federal.

Com efeito, à medida que tem o objetivo de suprimir do ordenamento institucional instrumento legal que permite a participação das minorias político-partidárias, a proposta de emenda à Constituição que analisamos conflita com o pluralismo político, um dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme está expresso já no primeiro artigo da Carta Magna de 5 de outubro de 1988.

E para que tenhamos a importância de tal princípio em nosso sistema constitucional, recordamos que o fundamento principal da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou inconstitucional a famosa, esdrúxula “cláusula de barreira” que se destinava exatamente a impedir a participação das minorias político-partidárias no Parlamento foi o de que tal “cláusula de barreira” feria o princípio do pluralismo político consagrado pela Lei Maior.

Por outro lado, cabe também recordar mudança fundamental efetuada no estatuto jurídico dos partidos políticos, pela Constituição de 5 de outubro 1988, qual seja, a sua caracterização como pessoa jurídica de direito privado e não mais como pessoa jurídica de direito público.

Como é sabido, até 1988 os partidos políticos no Brasil eram considerados pessoas jurídicas de direito público, conforme dispunha a Constituição de 1969, muito conhecida de todos aqui, (art. 152, V; também na redação dada pela Emenda nº 25, de 1985). E por isso as agremiações partidárias eram consideradas juridicamente entidades paraestatais.

Por essa razão, havia a exigência de que os programas dos partidos deveriam ser aprovados pela Justiça Eleitoral e as normas de organização e funcionamento partidário eram estabelecidas pelo Estado, através de lei (Constituição Federal de 1969, art. 152, § 3º, com a redação dada pela Emenda nº 25, de 1985).

Desse modo, havia verdadeira tutela sobre os partidos políticos. Não havia liberdade, nem de organização partidária, nem de ação partidária.

Com o fim do regime autoritário e o advento da Constituição democrática de 5 de outubro de 1988, a situação muda radicalmente. Passa a vigorar no País a liberdade de organização e de ação partidária. Os partidos se tornam pessoas jurídicas de direito privado, adquirindo a sua personalidade jurídica na forma da lei civil (art. 17, § 2º, da CF) e obtêm autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e o seu funcionamento (art. 17, § 1º, da CF).

Neste passo, a nova Constituição garante a plena liberdade de associação, conforme está expresso no seu art. 5º, inciso XVII, sendo que tal liberdade alcança as pessoas físicas e também as pessoas jurídicas, conforme o entendimento autorizado do STF.

Acresce que os direitos e garantias que a Constituição consagra no seu art. 5º não podem ser suprimidos nem mesmo por emenda à Constituição, conforme declara o art. 60, § 4º, IV, constituindo-se, portanto, nas chamadas “cláusulas pétreas”.

Sobre a importância central que as “cláusulas pétreas” adquirem na Constituição de 5 de outubro de 1988, escreve um dos mais respeitados constitucionalistas do País, que inclusive assessorou a Assembleia Nacional Constituinte, o Professor José Afonso da Silva:

É claro que o texto não proíbe apenas emendas que expressamente declarem: “fica abolida a Federação ou a forma federativa de Estado”, ‘fica abolido o voto direto...’ (...) A vedação atinge a pretensão de modificar qualquer elemento conceitual da Federação, ou do voto direto, ou indiretamente restringe a liberdade religiosa, ou de comunicação ou outro direito e garantia individual; basta que a proposta de emenda se encaminhe ainda que remotamente, ‘tenda’ (emendas tendentes, diz o texto), para a sua abolição. (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Revista dos Tribunais, 5ª edição, p. 59, grifos nossos.)

Essa é a opinião do nosso José Afonso da Silva.

As coligações partidárias são precisamente expressões do direito fundamental de livre associação para fins lícitos, consagrado no art. 5º, inciso XVII, da Constituição, vale dizer, as coligações são associações que os partidos políticos firmam entre si com o fim lícito de concorrer às eleições e eleger representantes do povo.

Desse modo, a advertência do Professor José Afonso da Silva cabe perfeitamente no presente caso, pois proibir as coligações nas eleições proporcionais é

restringir, é limitar, o direito de livre associação. Numa palavra, qualquer proposta nesse sentido tende a abolir o direito fundamental de livre associação inscrito no art. 5º, inciso XVII, da Lei Maior.

Paralelamente, devemos também fazer referência ao inciso XX do art. 5º da Constituição Federal, que consagra direito constitucional que é “irmão gêmeo”, por assim dizer, do contido no inciso XVII, sendo também insuscetível de supressão até por Emenda Constitucional (art. 60, § 4º, IV).

Trata-se do direito de não ser compelido a associar-se ou a permanecer associado. Ora, por decorrência lógica necessária, se é ilegítimo obrigar a alguém a se associar ou permanecer associado – *contrario sensu* –, igualmente é ilegítimo vedar que alguém se associe ou que permaneça associado para alcançar fins lícitos. E como já visto acima, tal espécie de garantia se aplica também às pessoas jurídicas, como são os partidos políticos.

De outro lado, não podemos esquecer que foi para garantir a plena efetividade da liberdade de organização e de ação partidária, garantida pela Constituição, que este Congresso Nacional aprovou, em 2006, a Emenda Constitucional nº 52, que deixou expresso na Lei Maior que os partidos políticos têm assegurada autonomia para fazer – ou não – coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual e distrital, uma vez que tal liberdade encontrava-se ameaçada, por extemporânea decisão da Justiça Eleitoral que determinara a chamada “verticalização das coligações” – e nós derrubamos isso aqui, no Congresso Nacional.

Na verdade, em nosso País, as coligações nas eleições proporcionais têm como uma das suas razões permitirem que os partidos políticos – e não apenas os pequenos, mas também os médios e, em alguns casos, mesmo os grandes – superem excessivas cláusulas de barreira existentes na maioria dos Estados, e que são materializadas no correspondente quociente eleitoral.

Em dez das 27 unidades federativas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o quociente eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados alcança o alto percentual de 12,5% dos votos válidos, e, em mais nove das unidades da Federação, tal quociente fica entre 5,5% e 11%! É algo quase que impossível para a maioria dos partidos. É uma cláusula de barreira já existente, e ainda queriam impor uma outra de 5%. Nós já temos uma cláusula de quociente eleitoral que, em dez unidades da Federação, supera os 12%; e, em mais nove Estados, varia entre 5,5% e 11%.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em 19 das 27 unidades da Federação, o número de votos exigido para que um partido possa

eleger Deputados à Câmara Federal alcança percentual superior ao da cláusula de barreira aprovada pelo Congresso Nacional e que o Supremo Tribunal Federal, felizmente, declarou inconstitucional e derrubou, por ferir o direito das minorias, que era de 5% do total de votos, em nível nacional.

Se tomarmos os votos obtidos pelos partidos nos diversos Estados nas últimas eleições, realizadas o ano passado, e fizermos uma simulação sobre como seriam os resultados para a Câmara dos Deputados sem as coligações, encontraremos alguns dados que – é o que esperamos – levarão esta a Casa a refletir melhor sobre a proposta que ora discutimos.

Com base em tal simulação, temos que, sem coligação nas eleições proporcionais em um dos Estados (Roraima), somente um partido teria alcançado o quociente eleitoral de 12,5%. Logo, todos os oito Deputados Federais de Roraima pertenceriam hoje a apenas um único partido.

Em mais cinco Estados e no Distrito Federal, somente dois partidos teriam alcançado o quociente eleitoral. Portanto, em seis unidades da Federação, os Deputados Federais pertenceriam a apenas dois partidos. Em mais sete Estados, só três ou quatro partidos teriam elegido Deputados Federais.

Ainda com base nas votações obtidas no ano passado, verificamos que, sem as coligações, apenas três partidos teriam aumentadas as suas bancadas nacionais: PMDB, PT e PSDB. Todos os demais partidos teriam as suas bancadas diminuídas.

Assim, os partidos médios também teriam as suas bancadas diminuídas, e não apenas os pequenos partidos, como se apregoa. E mesmo os partidos considerados grandes são beneficiados pelas coligações nas eleições proporcionais, em diversos Estados. Em média, 23% dos Deputados Federais dos grandes partidos foram eleitos com os votos das coligações que firmaram em seus Estados.

Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, esse percentual sobe, respectivamente, para 37% e 45%. Podemos disponibilizar detalhadamente esses dados a todos os Srs. Senadores.

Desse modo, é a própria legislação que rege as eleições proporcionais, como hoje vigente, que obriga os partidos a formarem coligações para poderem participar do processo político, elegendo representantes nas Casas Legislativas.

E a regra mais restritiva, que muitas vezes exige a formação de coligações, é a que consta do § 2º do art. 109 do Código Eleitoral, que exclui os partidos que não alcançaram o chamado quociente eleitoral de concorrerem às cadeiras em disputa.

Conforme entendemos, essa exclusão é inclusive inconstitucional, por afrontar a regra da proporcionalidade estabelecida no art. 45 da Lei Maior. Nesse sentido, devemos consignar que o § 2º do art. 109 se encontra hoje *sub judice*, pois está sendo questionado na Justiça, exatamente sob o fundamento de que atenta contra a proporcionalidade eleitoral e o pluralismo político adotados pela Constituição Federal, conforme a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 161-7 (no STF), processo em andamento (Relator Ministro Celso de Mello).

Na verdade, o disposto na atual redação do § 2º do art. 109 do Código Eleitoral é resquício de regra que exclui as minorias, adotada nas eleições de 1945, que estabelecia que todas as vagas não preenchidas após o cálculo dos quocientes partidários seriam preenchidas por candidatos do partido mais votado, o que levou o antigo PSD a ter sozinho a maioria absoluta dos Deputados na correspondente legislatura, embora com votação total em torno de quarenta por cento dos votos.

Cabe, ainda, registrar que – contrariamente ao que se apregoa – o Brasil não é o único País em que existem coligações em eleições nas quais se aplica o sistema proporcional. Pesquisando a literatura especializada constatamos que há tal espécie de coligações em diversos outros países, de culturas e regiões diversas, como Bélgica, Bulgária, Chile, Dinamarca, na Grécia, Israel, Polônia e Suécia.

Da mesma forma, não corresponde à realidade dos fatos afirmar que o Brasil é o único País no qual os votos dos partidos coligados são somados para fins de definição dos candidatos eleitos. Pesquisando a legislação eleitoral do Chile, aqui mesmo na América do Sul, verificamos que os votos dos partidos coligados são sim somados para a definição dos eleitos.

Também no que se refere a Israel, pesquisando a legislação eleitoral aplicável às eleições para o respectivo parlamento não encontramos indicação de que os votos dos partidos coligados deixam de ser somados para definir os eleitos.

Enfim, o direito de os partidos formarem coligações encontra amplo respaldo na Constituição Federal e muitas vezes decorrem da necessidade de se conseguir alcançar o coeficiente eleitoral, que na maioria dos Estados implica verdadeira cláusula de barreira...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, há um relator nesta reunião apresentando um voto em separado da maior importância. Seria bom que os nossos assessores fizessem silêncio, para não dizer Senadores também.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (...) difícil de ser superada, Sr. Presidente – não a algazarra, mas essa cláusula de barreira.

Ademais, como vimos, coligações em eleições proporcionais não existem apenas no Brasil, como pensam equivocadamente alguns, mas em diversos outros Países. No nosso, essas coligações são permitidas desde o primeiro código eleitoral, instituído em 1932, após a Revolução antiligarquica de 1930.

Desde então, apenas nos períodos de ditadura as coligações para as eleições proporcionais foram proibidas: no chamado 'Estado Novo' (1937-1945), quando não houve eleições; e no período da ditadura militar (1964-1985). Não é coincidência que a liberdade de coligação partidária tenha sido restaurada em nosso País exatamente em 1985, ano em que acabou o regime autoritário e retornou a democracia em nosso País.

É bom a gente raciocinar sobre este aspecto. No período de ditadura, nada de coligações proporcionais. Retomada a democracia, retomam-se as coligações.

Cabe, ainda, consignar que, ainda recentemente, o STF (re)legitimou as coligações proporcionais, quando decidiu que, quando os partidos tiverem concorrido coligados nas eleições para a Câmara dos Deputados, a ordem de convocação dos respectivos suplentes deve observar o número de ordem da totalidade dos suplentes da respectiva coligação e não apenas do partido ao qual está filiado o Deputado que produz a vaga.

Cumpramos também ressaltar que as coligações nas eleições proporcionais não decorrem apenas da necessidade de superar cláusula de barreira, embora sejam legítimas tais coligações, em razão da regra excludente do art. 109, § 2º do Código Eleitoral.

Como vimos, há também coligações que decorrem da afinidade programática entre os partidos. Digo aqui que o nosso partido coligou-se para a eleição do Presidente Lula em 89, 94, 98, 2002 e 2006. E para a eleição da Presidente Dilma, com o mesmo partido em 2010. Então, buscando afinidade entre a coligação e as ideias políticas e programáticas.

Como vimos acima, tal espécie de proibição só ocorreu na ditadura, no autoritarismo, que foi superada e afastada pela Constituição democrática de 5 de outubro de 1988, que garante a todos nós, pessoas físicas e jurídicas, cidadãos e partidos políticos, maiorias e minorias, ampla liberdade de associação, organização, e ação. Se há problemas, vamos alterar a legislação com o objetivo do seu aperfeiçoamento. Mas o Congresso Nacional não pode aprovar o retrocesso. Seria romper uma trajetória histórica que, como já dissemos, só ocorreu no período da ditadura. E mais, não pode ir de encontro à Lei Maior.

Fazemos essas ponderações, esperando que os pequenos e médios partidos tenham os seus direitos garantidos aqui, em nosso Parlamento.

Este voto, Sr. Presidente, não pertence ao nosso partido; este é um voto que temos discutido intensamente; discutimos com os nossos partidos irmãos mais próximos, como se quer programaticamente, que é o PT, que é o PDT, que é o PSB; discutimos com os partidos com os quais temos nos coligado de forma mais sistemática, no Brasil, que é o PMDB, que é o PP, que é o PPS, com quem temos nos coligado em alguns Estados; e temos discutido estreitamente com o PSOL, porque é um Partido com quem temos uma relação estreita, embora não tenhamos realizado coligações de forma tão sistemática como com os outros partidos que eu aqui citei.

Meu caro Senador Pedro Taques, V. Ex^a gostaria de perguntar alguma coisa?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ouvi com atenção os argumentos de V. Ex^a quando afirmou que a proibição de coligação é um instrumento do regime autoritário. Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se é contra ou a favor da fidelidade partidária?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O nosso partido já pratica a fidelidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, a fidelidade partidária é prevista nas constituições mais autoritárias que nós temos. Por exemplo: Na Constituição de 67 e a de 69...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que nós praticamos sem a necessidade de que a legislação imponha a fidelidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, isso está no estatuto. Então o senhor é favorável à fidelidade partidária. E o argumento é o de que a Constituição de 1969, no seu art. 157, previa a fidelidade partidária. As constituições mais autoritárias estabelecem a fidelidade partidária.

A segunda indagação que eu queria fazer a V. Ex^a: desde a primeira eleição democrática, o PC do B se coligou ao PT nas eleições majoritárias para Presidente da República – isso é fato. Agora, nos Estados, eu gostaria de saber se o PC do B sempre manteve a coligação com partidos deste viés – se é que podemos falar assim – de esquerda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Majoritariamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Majoritariamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Principalmente nas coligações que fizemos com o PT, PDT e com o PMDB.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, vou expressar o exemplo do Estado de Mato Grosso, que pode se repetir em outros Estados.

Sem nenhum demérito a outros partidos, mas vamos falar de ideologia. O PC do B, ainda podemos falar de uma ideologia de esquerda, é um Partido de esquerda. Não vamos nem falar em Norberto Bobbio, que diz que não existem mais partidos de esquerda e de direita. Então o PC do B é um Partido de esquerda. O PP e o PR, no arco ideológico, são Partidos, em tese, de direita – se é que ainda nós podemos falar de direita. Em alguns Estados, o PCdoB se coligou com partidos de direita. Esta coligação seria coligação nacional e também deveria ser obedecida nos Estados membros? É só essa a pergunta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, nós derrubamos aqui essa vinculação, essa verticalização que vinculava todas as eleições nós derrubamos aqui. Está certo? Então, majoritariamente, nós buscamos a ação programática, embora as circunstâncias em uma região ou outra possam levar você, que é o nosso caso e o de todos os partidos que estão aqui. Então circunstancialmente nós podemos, digamos assim, no Ceará, embora nossas coligações tenham sido majoritariamente com o PT, com o PDT, com o PSB e PMDB, mas digamos que, no município, possamos fazer uma coligação com o PP ou com o PTB. Para nós não seria ... E esse problema de fidelidade obrigatória não é o veio do PCdoB. Nós somos pela fidelidade ideológica, política e programática.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, peço a V. Ex^a que conclua o voto, porque no voto em separado não cabe o debate agora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então a nossa reivindicação, Sr. Presidente, no voto, é de que a nossa Comissão contraria a opinião do nosso querido Relator Valdir Raupp, propondo que seja rejeitada a proposição do Relator e eu pediria que nós pudéssemos dar prioridade à votação do voto em separado, já que ele nega o voto do Relator.

É a nossa solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, regimentalmente, o voto em separado não tem amparo no Regimento para ser votado antes da matéria principal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas V. Ex^a pode...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto em separado, Senador Iná-

cio Arruda, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, amizade e aliança, o voto em separado só poderá ser colocado após a votação da matéria principal.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Peço um minuto de atenção.

Há um requerimento sobre a mesa, de autoria do Líder do PSB, Senador Antonio Carlos Valadares, que diz o seguinte:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requerimento de destaque para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 1-CCJ à PEC nº 40, de 2011, rejeitada pelo Relator.

Para que esse requerimento de destaque seja votado em separado, preciso da anuência do Plenário e submeto o requerimento de destaque do Senador Antonio Carlos Valadares ao Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam...

Antes, porém, vou dar uma explicação: havia uma emenda, de nº 1-CCJ, de autoria do Senador Valadares. Essa Emenda nº 1-CCJ foi rejeitada pelo Relator, e S. Ex^a o autor faz um requerimento à Mesa, que submeto aos senhores, de destaque para votação em separado.

Se houver anuência dos Srs. Senadores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Ex^a.

Senador Demóstenes, só um minutinho da sua atenção.

Vou colocar o requerimento à apreciação dos senhores. Havendo a aprovação do Plenário, vou dar a palavra ao Senador Valdir Raupp, vamos abrir a discussão, vamos colocar em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, obviamente que preservada a emenda, o voto em separado do Senador Inácio Arruda e preservada a emenda, se for aprovado o requerimento, do Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a quer fazer uso da palavra, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, o que quer a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, na verdade, em última análise, é excluir do texto constitucional a possibilidade da coligação partidária que, como já se pronunciou em seu voto em separado, o Senador Inácio Arruda,

é uma exigência constitucional, já que acabar com a coligação significa atingir frontalmente a nossa Carta Magna, que diz ser obrigatoriedade dos partidos políticos observarem o pluralismo partidário. Ora, se se acaba a coligação, vários partidos vão ser extintos automaticamente em nosso País, de vez que 50% dos Estados têm um quociente eleitoral de 12,5%. Assim, sozinhos, vários partidos deixariam de existir e da forma mais abrupta possível. A meu ver, tal dispositivo, com todo o respeito ao nobre Relator, Senador Valdir Raupp, afronta a nossa Constituição.

No entanto, para, no caso de aprovação da exclusão da coligação, salvaguardar a nossa Constituição, o pluralismo partidário e a não destruição de partidos que automaticamente sairiam da nossa vida política, apresento uma alternativa, qual seja, a federação de partidos políticos, que é um mecanismo já aprovado anteriormente pelo Senado Federal, na última reforma eleitoral que aqui fizemos, e também aprovada – a federação de partidos políticos – em todas as comissões da Câmara dos Deputados.

O que diz, Sr. Presidente, a emenda, acrescentando um parágrafo 1º-A ao art. 17 da Constituição:

“Dois ou mais partidos poderão reunir-se em federação de partidos que, após a sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuarão como se fossem uma única agremiação partidária, devendo permanecer a ela filiados, no mínimo, por três anos, observada a fidelidade partidária quanto ao desligamento de seus integrantes com mandato eletivo”.

Isto é, aqui, em síntese, nós estamos permitindo que, em três anos, dois ou mais partidos possam se reunir e constituir uma federação, com a observância da cláusula de fidelidade partidária, significando dizer que aqui não se trata de uma simples coligação, de vez que esta tem fim logo após a diplomação dos eleitos, logo após a eleição. Aqui não! Essa federação, depois de constituída e aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral, pode ser, Sr. Presidente, o embrião de um partido futuro. E, assim, estaremos garantindo o pluralismo partidário de pequenas siglas que serão destruídas automaticamente, como eu disse, com a aprovação da PEC nº 40.

Esta, uma saída democrática e constitucional para os pequenos e médios partidos, a fim de que eles não sejam excluídos da vida política nacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Esta, a palavra para a qual eu gostaria de pedir a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores, pois aqui, sim, se resolve o problema de todos os par-

tidos, mesmo porque, lá na Câmara dos Deputados, quem diz que essa PEC nº 40 será aprovada, ou seja, a extinção das coligações, sem o apoio dos pequenos partidos? Eu duvido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Pela ordem, pedem a palavra os Senadores Romero Jucá e Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação para a qual eu gostaria de pedir a atenção de todos os Srs. Senadores, porque acho que estamos colocando o carro na frente dos bois, Sr. Presidente. Temos aqui uma PEC 43 que define o Sistema Eleitoral. A proposta hoje é uma proposta de votação ilícita. Sou relator da matéria e apresento como alternativa a proposta do distritão, ou seja, voto majoritário. Qualquer dessas duas propostas conflita com a questão do fim ou alteração das coligações. Se for voto em lista, não tem coligação, se for voto majoritário, não tem coligação.

Então, efetivamente, não sei se deveríamos votar esta matéria posteriormente à definição de qual sistema eleitoral que vamos ter. Exatamente, porque, caso contrário, estaremos fazendo aqui o que fez a Constituição: aprovou medida provisória e depois não fez o regime parlamentarista. E temos a medida provisória sem o primeiro-ministro, sem o voto de confiança.

Queria fazer essa ponderação, não estou querendo estragar o debate, estou entregando hoje, vou ler e vai ser dado vista coletiva, ao Sistema Eleitoral.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas se forem recusadas as duas propostas não tem sentido essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não existe aparte em pela ordem. O Senador Romero Jucá pediu a palavra pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Estou fazendo uma colocação para registrar um momento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira pede a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria pedir um esclarecimento ao Senador Valadares.

Senador Valadares, um esclarecimento, por gentileza. Eu entendo que a proposta de V. Ex^a, na minha visão, ela só teria sentido se nós tivéssemos a verticalização das eleições. Como os partidos federados vão atuar como se fossem uma única legenda, se os partidos têm a possibilidade de fazer as coligações mais diversas nas circunscrições em que são eleitos os Deputados Federais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está acabando a coligação, pessoal, aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acaba a coligação e forma a federação partidária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, está com a palavra o Senador Aloysio Nunes. Terminado o tempo dele, a não ser pela ordem, darei a palavra ao relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ele é contra a coligação e quer substituir a coligação pela federação. Era isso que eu queria entender.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos discutindo o requerimento...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Posso responder ao Senador Aloysio Nunes? Ele me fez uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador Antonio Carlos Valadares. Estamos discutindo um requerimento, estamos discutindo a matéria antes de discutir o voto do relator que tem preferência, de acordo com o Regimento.

O Senador Antonio Carlos Valadares já fez o encaminhamento e, a não ser pela ordem, vou colocar em votação o requerimento de destaque. O plenário é soberano para acatar o requerimento ou rejeitá-lo.

Vou colocar a matéria em discussão e dar a palavra ao relator, que é o Senador Valdir Raupp, que tem preferência regimental...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, somente para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Somente para esclarecer que o voto em favor do requerimento não significa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa está com a palavra, Senador, só um minuto, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero esclarecer também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a vai ter a palavra para esclarecer.

Vou proceder da seguinte forma: vou dar a palavra pela ordem e, em seguida, vou colocar em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, que já defendeu o requerimento, para que os Srs. Senadores que tenham dúvidas para votar o requerimento possam, inclusive, questioná-lo. Em seguida, darei a

palavra ao relator da matéria principal de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares para responder ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Primeiro, Sr. Presidente, a votação desse requerimento de destaque não significa que é a aprovação da emenda que estou apresentando. É apenas dizer à Comissão que vamos debater logo após a discussão da proposta principal que é a PEC nº 40.

Respondendo ao Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, nós não vamos debater a matéria. Perdoe-me. Regimentalmente, a matéria que vai ser debatida vai ser a matéria do relatório do Senador Valdir Raupp.

Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, e, se o requerimento de V. Ex^a for aprovado, V. Ex^a terá direito ao destaque. Negado o requerimento, não haverá destaque. Aprovado... Eu tenho a obrigação de esclarecer o Regimento. Aprovado o requerimento...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vai aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE.) – (...) a matéria do Senador Valdir Raupp, que é o relator, não tem voto em separado. O voto em separado será dado só se for vencido o Senador Valdir Raupp em seu relatório. Portanto...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E, nesses termos, se for derrotado o do Valdir Raupp, já fica aprovado o em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fiz os esclarecimentos necessários? Ou alguém tem dúvida ainda?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tenho dúvida ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual a dúvida de V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós estamos discutindo o requerimento do Senador Valadares ou o voto em separado do Senador Inácio, ou o Relatório do Senador Raupp?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, Senador Pedro Taques. O Regimento é claro: só se coloca em votação o voto em separado... É um direito dos Srs. Senadores fazer voto em separado, não concordando com o relator, de acordo com o art. 132, inciso I, do Regimento. Somente será colocado em votação se o voto do Senador for vencido. Já o destaque, não. O destaque sendo aqui aprovado será votado após o relatório do Senador Valdir Raupp.

Resumindo: aprovado o direito ao destaque pelos senhores, após a votação da matéria do Senador Valdir Raupp, votaremos o destaque.

Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esclarecido, Presidente. Só uma questão. Parece-me que o Senador Romero apresentou uma questão de ordem mais que pertinente em relação à ordem dos trabalhos e do que estamos debatendo. Nós podemos correr o risco de ter um encaminhamento que será, na prática, rediscutido quando o Senador Raupp relatar a sua matéria. Perdão, quando o Senador Romero relatar a sua matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim; quando o Senador Romero relatar a matéria. Para isso, é preciso também que exista um requerimento de inversão de pauta, que a Mesa vai submeter aos senhores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Me parece que é isso que o Senador Romero está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vai submeter aos Srs. Senadores. Mas, antes, eu vou...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sob o problema levantado pelo Senador Romero Jucá, ele colocou duas possibilidades. Uma de ser aprovado o voto em lista ou o voto distritão, mas existe a possibilidade também de não ser aprovado nenhum deles. De modo que, nesse caso, eu acho que o relatório do Senador Valdir Raupp deve ser votado, porque pode não ser aprovado nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer, de acordo com o art. 312, destaque para votação em separado da matéria relatada pelo Senador Valdir Raupp.

Vou colocar em votação, Srs. Senadores.

Senador Requião, vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o pedido de destaque do Senador Valadares permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de destaque do Senador Antonio Carlos Valadares, passo a palavra ao Relator da matéria, que já leu...

Senador Valadares, V. Ex^a é vencedor. Permita agora o Relator...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria já foi lida neste plenário. Vou passar a palavra ao Relator para qualquer consideração final, e não a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é muito rápido. Sras. e Srs. Senadores, eu já apresentei o meu relatório. Entendo que ele deva ser votado, até porque a Comissão Especial do Senado já deliberou sobre essa matéria, aprovando o fim das coligações. Eu estava ainda hoje conversando com o Senador Inácio Arruda, tentando convencê-lo de que o fim das coligações vai fortalecer também os pequenos partidos, sobretudo os partidos organizados, como o PCdoB, o PSB, que já não são mais partidos pequenos. O PCdoB não é mais tido como um partido nanico, um partido pequeno, muito menos o PSB.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tem até ministério... (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – E as coligações, nas últimas eleições, têm se formado mais por conveniência do que por ideologia. Eu admiro muito, Sras. e Srs. Senadores, o PCdoB. Lá no meu Estado, nós temos tido, em quase todas as eleições, alianças com o PCdoB e, na última eleição, o PCdoB, na proporcional, não se coligou com o PMDB – e não estou ressentido por isso – porque achava que o PMDB era muito forte e, então, poderiam não se eleger deputados do PCdoB. O PCdoB coligou-se com o Democratas, lá no meu Estado, e não elegeu nenhum deputado estadual. Então, as coligações, ultimamente, têm acontecido mais por conveniência de eleger ou não eleger deputados...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Essa coligação foi arranjada pelo Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – (...) do que por ideologia. E o PSB...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campanha.*) – Senhores, há um orador na tribuna. Vamos respeitar o orador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu só queria esclarecer esse fato, para dizer que não prejudica o PCdoB e o PSB.

O PSB, lá no meu Estado, ficou fechado com o PSDB até meia-noite do último dia da convenção. Na última hora, já à meia-noite mesmo, passou para uma aliança com o PT. Então, é sempre buscando a conveniência de eleger ou não eleger deputados.

Há um comodismo também, inclusive do PMDB. Em alguns Estados, o PMDB se acomodou e lançou um ou dois candidatos a deputado em aliança com outros partidos. Isso acontece com todos os partidos.

Entendo que o fim das coligações proporcionais vai fortalecer os partidos. Cada partido vai buscar afiliados, vai buscar nominar, para lançar suas chapas cheias para vereador, deputado estadual, deputado federal, e vão crescer e se fortalecer ainda mais. Então, defendo o fim das coligações por esses argumentos.

Quanto à federação, pelo menos no meu partido, nós levamos o tema para discussão interna da nossa bancada, e ele não foi acolhido. Então, mantenho o relatório original.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Senador Simon está inscrito, Senador Demóstenes...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, Senador Alvaro, Senador Humberto Costa.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu pediria, por gentileza, um pouco de silêncio, porque estamos votando talvez a matéria mais importante da reforma política no que tange ao que podemos fazer.

Esta é uma matéria realmente muito delicada porque há uma unanimidade em que o Brasil tem partidos de mais, mas também há um entendimento recíproco e respeitoso. Por exemplo, meu amigo Valadares, todo mundo reconhece que o Partido Socialista tem história, tem tradição, tem biografia, que não é um partido aventureiro. Quanto ao PCdoB, é a mesmíssima coisa. Todo mundo reconhece isso. Mas, no meio disso que está acontecendo, a cada 15 dias, cria-se um partido novo, e nós estamos hoje com 30 partidos. E essa é a grande razão do mal da política brasileira.

Nós olhamos para a Argentina, ali do nosso lado, e vemos que o Partido Radical tem 150 anos e o Partido Justicialista tem mais de 100 anos. No Uruguai, os brancos e os colorados existem a vida inteira. No Paraguai, em meio à ditadura, o Partido Colorado estava lá.

A nossa história não é de partido político. Desde a época do Império, quando não existia partido; era piada. Depois do Império, na democracia, era o partido dos governadores, ou seja, o Presidente da República era escolhido num acordo e entendimento dos governadores; também não havia partido. Só fomos ter partido na Constituinte de 47. E, na Constituinte, podíamos ter feito grandes partidos, e tivemos: PSD, PTB, UDN etc. e tal. E, com o tempo, os partidos foram se

consolidando. O PTB era o partido dos trabalhadores, a UDN era o partido da burguesia empresarial, o PSD era o partido da agricultura, que, na época, era o que tinha de mais forte. Depois veio o PDC, dos católicos e cristãos, depois veio o PRP, dos integralistas. Mas o que aconteceu de errado? Aconteceu de errado que os partidos políticos se formaram em torno do Getúlio. Quem era a favor de Getúlio Vargas foi para o PTB e para o PSD; quem era contra Getúlio Vargas foi para a UDN. Então, os partidos não tinham conteúdo nenhum. Havia gente da UDN de primeiríssima grandeza, que formou depois a chamada “Banda de Música”, e tinha gente do PTB que não valia 2 mil reis. O antigo interventor, aquela coisa toda... Então os partidos não tiveram conteúdo. Quando começaram a ter conteúdo, o PTB passou a ser o partido dos trabalhadores, a UDN passou a ser o partido da burguesia empresarial, o PSD quando passou a ter conteúdo extinguíram os partido, veio o golpe: Arena e MDB.

Era a mesma coisa. A Arena era o partido dos sim senhor e o MDB era um partido independente, só tinha sim, mas não admitia dizer sim, senhor.

Com o tempo foi-se fazendo. Eu fui daqueles que lutei, e lutei muito, para não ter a reforma partidária, aquela do Golbery. Eu defendia a tese de que deveríamos convocar a Assembléia Nacional Constituinte e, convocada a Assembléia, extinguir a Arena e o MDB. E, dentro da Constituinte se criariam blocos – blocos com identidade. Aí já era mais Arena nem MDB, nem a favor da revolução, nem contra a revolução. Nem isso, nem aquilo. Eram blocos que se identificariam ideologicamente. E publicada a Constituição daria um prazo “x” para criar os partidos políticos. Aí nós teríamos partidos políticos. Não deu. Veio o Brizola e criou o PDT, o Golbery teve um esquema diabólico dele de fazer exatamente isso, porque o MDB estava crescendo demais. E o que aconteceu? Deu tudo igual. Nós estamos na mesma porcaria, me desculpem, de sempre. Quarenta partidos sem nenhum conteúdo, sem nenhuma idéia, sem nenhum significado. É nessa situação em que nos encontramos agora.

Falo com todo respeito. Entendo o meu querido amigo Líder do PC do B quando ele defende a tese dele. Acho que se eu estivesse no PC do B eu era apaixonado por isso. Defendo o meu amigo Líder do Partido Socialista que quer uma Confederação porque é interessante isso. Mas eu falo de coração: nós devíamos votar a emenda de proibição pura e simples de coligação. Devíamos partir para isso. Vai ver que termina mais do que a gente pensa, o PSDB vai terminar tendo nominata pessoas, vai escolher nomes deles e vão terminar tendo percentual, o PSB a mesma coisa, mas nós temos que fazer isso Presidente. O

partido pode fazer aliança para Governador, Prefeito, Presidente da República, é normal. Mas a legenda, cada partido faz a sua. Creio que é uma oportunidade única que nós temos. Ou votamos agora, ou vai ser a mesma anarquia, não adianta mudar, porque vai ser a mesma anarquia dessa pluralidade que não vale 2 mil reis. Por isso acho que a grande chance é essa: tranquila, serenamente, para o futuro, entendimento recíproco, ninguém quer banir partido nenhum. Até defendendo que se tem que facilitar que facilite, para que as legendas tenham chance de fazer parlamentar. Mas que cada partido tenha a sua bancada. Faço um apelo com toda sinceridade. Tenho 80 anos, estou aqui há 32 anos, acompanho essa vida desde o início. Eu era guri quando entrei no Ala Moça do PTB e de lá até aqui é a mesma anarquia. Acho que não há no mundo um país que tenha um quadro partidário tão anárquico, tão ridículo, tão grotesco como o do Brasil. Não me lembro de outro lugar. Acho que essa é uma chance. Começa nessa. E não é uma chancezinha. É a mais importante e a menos traumatizante. Traumatizante foi quando se fez no passado a quota. Tem que ter o percentual e, se não tem o percentual, morreu o partido. Não é o que se está fazendo. Está-se fazendo que o partido tenha a chance, e como diz o meu Líder, ele diz a verdade, até o MDB está entrando nessa. Há lugares em que o MDB está botando dois para entrar em aliança com outro partido, porque ele não tem chance de eleger sozinho. Lá no Rio Grande do Sul acontece isso. Há alguns Municípios que nós participamos da coligação, na legenda deles, apoiamos o prefeito deles para fazer um Vereador. Nós também estamos entrando nisso. Outros partidos também estão agindo assim.

Determinar que tem que ter legenda. É orientação, nos temos tempo, eleições é o ano que vem; avisar a todo mundo sobre a filiação, escolher candidato e eu não tenho nenhuma dúvida. Até o partido, por pequeno que seja, chega lá no interior escolhe um bom médico, um bom líder sindical, um bom cidadão termina ele fazendo uma montanha de votos. Isso é tradição, a história está contando isso e qualquer partido pode fazer isso. Agora, não faz por quê? Porque está acomodado em fazer coligação. Se acomoda em fazer coligação e se despreocupa da formulação, da valorização dos quadros partidários. No momento em que for isso, é isso, é isso, aí está feita a história, aí o cara vai escolher, aí o cara vai selecionar, aí o cara vai encontrar candidato que tope ser. E, a partir daí, está feita a história: a do PT é do PT, a do PMDB, é do PMDB, e se vire.

Eu faço um apelo de irmão, de irmão mais velho, quase pai: vamos votar isso. Peço com carinho ao meu querido Líder do PSB, com carinho ao meu que-

rido Líder do PSDB, eles podem pensar, eu entendo a paixão deles no sentido de defenderem a legenda deles, mas com todo o respeito, embora pareça fundamental que eles aprovem as emendas ou o partido vai para o breque, acho que é o contrário. Acho que, se fizerem isso, principalmente este dois partidos, o PSB e o PCdoB, o que pode acontecer são os outros, esses partidos que estão aí, que aparecem, que criam, como esse que estão criando agora... É ridículo aqui no Brasil. Eu não posso sair do PMDB para entrar em qualquer partido. Agora, eu posso entrar no PSD porque está sendo fundado agora. São coisas que não existem em outro lugar, só no Brasil.

Agora, se nós fizermos isso, se nós tivermos essa determinação, se os partidos, a partir de agora, se o nosso Líder, o Presidente do PMDB chegar e avisar lá no Rio Grande do Sul: "Olha, meu amigo, não tem chance. Ou vocês apresentam candidato a vereador ou não vão eleger ninguém, porque não tem coligação", todo mundo vai se virar.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senador Pedro Simon.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, acho que o que disse o Senador Pedro Simon é irretocável. O que disse o Senador Antonio Carlos Valadares também, segundo a sua ótica. E a questão é justamente esta: nós precisamos ter tantos partidos políticos no Brasil? Na minha opinião, a resposta é "não". Até porque os partidos políticos menores, exceto o PCdoB – o PSB hoje não pode nem ser chamado de partido menor, porque já tem até candidato à Presidência da República...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já ultrapassou a chamada cláusula de barreira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Há muito! O PSOL. Então, pedindo respeito a todos esses partidos mencionados, a grande maioria são partidos políticos constituídos apenas para obtenção de vantagens. No período eleitoral, quase sempre extorquindo os maiores partidos, fazendo alianças na proporcional com pequenos partidos para que, juntando os seus votos – até a tentativa do Senador Romero Jucá, eu compreendo, é nessa direção –, quer dizer, quem for mais votado se elege e mata os demais. Eu não concordo com isso não, mas concordo com a tese, porque também mataria os pequenos partidos políticos.

Não há necessidade de termos hoje 28 partidos políticos disputando eleições no Brasil com mais um,

que não deve disputar o pleito de 2012, mas deverá se viabilizar para 2014, e assim por diante. Quem enfrenta eleição sabe muito bem. Fazem as coligações proporcionais com partidos menores para conseguir eleger dois, três deputados e ficarem com poder político para pressionar o governador, para obtenção de cargos nos Estados, para obtenção de cargos na União e para fazer o jogo sujo que os partidos grandes não fazem na televisão. É o sujeito apontar o dedo contra um, apresentar dossiê.

Então, infelizmente, é o que disse o Senador Pedro Simon. Esses partidos, na minha opinião, não merecem continuar subsistindo. Eu penso claramente que a proposta defendida pelo Senador Valdir Raupp é a melhor delas. Lamentavelmente, Senador Antonio Carlos Valadares, é o que disse V. Ex^a mesmo. A questão é só ser contra ou a favor. É extinguir esses partidos. V. Ex^a acha que eles devem existir, ainda que em federação. Eu penso que não. Eu acho que essa proposta, nós temos que dizer claramente o que vai acontecer: vamos matar os pequenos partidos...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Permite-me um apartezinho? Desculpe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho até que é um pouco diferente. O problema não é matar o partido. O partido pode continuar existindo. Em vários países do mundo, um partido para ter representação tem que ter um determinado percentual. Agora, os Estados Unidos estão cheio de partidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não há nada mais fácil no mundo do que criar um partido nos Estados Unidos. Lá não há Justiça eleitoral, então, reúne-se um grupo, que vai ao cartório e forma um partido. Mas, para ele ter existência tem que ter o percentual.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O partido não está extinto, continua existindo e lutando para prevalecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito. Como eles não terão mais essa oportunidade e não vão eleger ninguém, ainda se abre uma exceção para que possam se coligar na majoritária. Porque a regra, na minha opinião, é a seguinte: partido – e eu vivo brigando com o meu partido – só tem viabilidade se lançar candidato, inclusive a Presidente da República, inclusive a governador de Estado, inclusive a prefeito.

Eu avançaria ainda mais nessa proposta, mas reconheço que ela já é suficiente para dar um tom de moralização à política brasileira. Precisamos acabar com esta baderna. Infelizmente, acho que o termo utilizado pelo Senador Pedro Simon é o concreto, é o correto. Não dá para o Brasil ter esse tanto de partido político. Na minha opinião, isso é absurdo. O eleitor não se identifica com o partido, tanto é que se pode perguntar ao eleitor, de quem se vai ouvir: "Eu voto é no candidato mesmo; não voto no partido". Exceto alguns partidos maiores que já se consolidaram.

De sorte que vou votar integralmente com o Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, uma pergunta que tem que ser feita é a seguinte: um Senador da República aqui defende os interesses do seu partido ou os interesses da República? Se chegarmos à conclusão de que cada Senador deve defender os interesses do seu partido, aí o melhor seria criarmos 200 partidos, 400 partidos.

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, para defender o que é melhor para o Brasil. Hoje, 60% da população brasileira, ao menos de jovens, não quer se filiar a partidos políticos em razão da verdadeira piada que são as coligações, notadamente nos Estados-membros.

Nós temos que fortalecer os partidos políticos. Agora, nós temos que fortalecer partidos políticos que sejam ideológicos, partidos políticos que tenham consistência programática, e não partidos políticos que são feitos para simplesmente vender tempo de televisão.

Concordo inteiramente com o que foi dito pelos Senadores que me antecederam. Imaginem um partido político que tem um viés de esquerda, como o PCdoB, coligar-se com partidos que têm, em tese, viés conservador, de direita – como reconhecido pelo Senador Demóstenes na entrevista da *Folha de S. Paulo* de ontem, publicada hoje – DEM e PCdoB, lá em Rondônia; PCdoB, PP e PR no Estado de Mato Grosso. Isso é um absurdo! Isso não existe em outro lugar do mundo; só existe aqui.

Coligação partidária não quer dizer coalizão para sustentar governabilidade daqueles que exercem o Poder Executivo. Um partido pode participar de uma coalizão depois que os seus parlamentares são eleitos para sustentar um governo municipal, um governo estadual e um governo nacional. Isso é possível. Coalizão não quer dizer coligação.

Essas coligações, Sr. Presidente, nas eleições proporcionais revelam partido político que só existe para ser vendido. Isso é fato e tem que ser dito aqui.

Por isso, quero apoiar a proposta do Senador Raupp, porque não podemos, neste momento, como disse o Senador Pedro Simon, pensar em defender interesses do partido A ou B. Nós estamos aqui para defender os interesses da República.

No tocante ao destaque do Senador Valadares, federação de partido, com todo o respeito, só existe e só deve existir em Estados que adotam a existência de partidos regionais, como ocorre na Itália.

A Constituição da República, no art. 17, inciso I, estabelece que os partidos no Brasil têm que ser partidos nacionais. Não pode existir partido regional. Portanto, se você fizer uma federação partidária, vamos pensar assim: no Estado de Mato Grosso, o PCdoB se coligou com os partidos PR, PMDB. Lá, a coligação elegeria... Desculpe; essa federação seria feita lá, e nós teríamos na nacional...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Desculpe-me, Senador: não é assim a redação da nossa emenda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estou discutindo, Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A federação é nacional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A federação é nacional?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim, não é regional.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. E como nós vamos... Então, vou responder à pergunta do senhor: como nós vamos manter essa federação, tendo em conta que os parlamentares são eleitos nos Estados por partidos que se unem diversamente de outros Estados?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aí vai dar uma obrigatoriedade de uma junção por motivos ideológicos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por motivos ideológicos?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É. O PCdoB, por exemplo, que se reuniu com o DEM em algum lugar, e o PSB também, com o PT...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, temos aqui dez Senadores inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – (...) não vai poder para a federação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, o Senador Pedro Taques está com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador Pedro Simon pediu um aparte, e foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, mas V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou pedindo um aparte a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não sei se V. Ex^a vai conceder, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com toda a honra, eu concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não dá para fazermos esse debate dessa forma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas é somente para tirar um equívoco que o Senador estava cometendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques estar equivocado eu acho difícil. Mas tudo bem, eu respeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estava! Na realidade, estava. E qualquer um pode se equivocar. Até Rui Barbosa se equivocou algumas vezes. Imaginem nós, simples mortais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques está com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Eu quero revelar a V. Ex^a que coligação partidária, se vamos acabar com a coligação partidária nas eleições proporcionais, não há que se falar em federação de partidos. Seria uma fuga. Acabamos com a coligação e criamos a federação de partidos, num Estado em que existem partidos nacionais. Isso não é possível do ponto de vista histórico, se forem analisadas outras constituições e a história dos partidos políticos no mundo. Isso não é possível.

Portanto, eu quero agradecer o aparte do Senador Valadares, dizer a ele que ele tem razão, várias vezes aqui eu já me equivoquei, e quero dizer que, neste caso, com todo o respeito, eu mantenho minha posição e apoio a proposta de emenda relatada pelo Senador Raupp.

Já encerrando, Sr. Presidente, já temos que pensar, como disse o Senador Pedro Simon, que este é um momento muito importante deste período desta sessão legislativa. Este tema muda a forma de se fa-

zer política no Brasil, porque fazer política vendendo partido não é fazer política: é fazer politicalha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, mais uma vez pedindo a gentileza das assessorias para que possamos trabalhar aqui, se não terei que fechar ali atrás, e as assessorias só entrarão convidadas pelos Srs. Senadores.

O Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não há dúvida, concordo com os que me antecederam, de que as coligações, nas eleições proporcionais, acabam deformando a representação popular, comprometem a autenticidade da representação.

Há uma heterogeneidade marcante aqui – já se destacou isso: PCdoB com PP, com PFL antes, DEM agora. Enfim, as coligações são estapafúrdias, e o eleitor acaba sendo enganado. O eleitor vota em alguém considerando sua proposta de esquerda, socialista ou comunista, e esse voto acaba elegendo alguém da extrema direita, porque são forças antagônicas que se reúnem de forma oportunista para assegurar a eleição de alguns. Ou, como ocorre no Brasil, já que aqui não há identidade programática alguma, os partidos políticos são siglas para registro de candidaturas, tão somente siglas, e temos dificuldade de apresentar exceção a essa regra. Houve um tempo até que se apresentava exceção à regra, mas hoje, com sinceridade, não consigo apresentar uma exceção a essa regra. Não há partido no Brasil com identidade programática. Todos os partidos, sem exceção à regra, são siglas para registro de candidaturas. E quase sempre cartoriais – e não generalizo neste caso –, com imposições de cima para baixo, com dirigentes que não entregam o comando da sigla custe o que custar, impõem nomes e candidaturas em Municípios e Estados, sobretudo.

Portanto, se a reforma que se pretende não alcançar o cerne desta questão da artificialidade do quadro partidário brasileiro, estamos perdendo o nosso tempo e iludindo a opinião pública brasileira.

Eu poderia citar, já que não temos identidade programática, outro tipo de opção, outra alternativa de escolha. Alguém vota no candidato porque gosta do artista, gosta do artista que faz humor e acaba elegendo um delegado que caça corruptos. Nada a ver. O voto foi orientado em um sentido e acabou produzindo benefício numa outra direção totalmente diversa.

Portanto, todos nós sabemos que as coligações partidárias consagram a incoerência política no País. E o fim dessas coligações é o princípio, como disse Pedro Simon, de mudanças que podem ser essenciais

para a recuperação da credibilidade nas instituições públicas do País.

Não há como não admitir que nós políticos estamos extremamente desgastados. Eu considero que são duas as causas essenciais do nosso desgaste. A primeira, o excesso de escândalos de corrupção. Há para todo gosto, há escândalo de toda a natureza na vida pública brasileira; a cada dia um escândalo. Ainda agora me ligam para dizer que há uma denúncia de relação promíscua entre o marqueteiro da campanha eleitoral que elegeu a Presidente Dilma com o atual Governo. A cada dia é um escândalo. Então, essa é uma das causas do desencanto do povo brasileiro com as instituições, com os partidos políticos e com os políticos de modo geral. Mas, a outra causa é esse modelo, um modelo retrógrado, superado, ultrapassado, condenado reiteradamente nas urnas, em qualquer pesquisa que se faça para consultar a opinião pública brasileira.

Portanto, acho que começamos aqui a dar um passo adiante com o fim das coligações nas eleições proporcionais. É evidente que somos favoráveis à coligação na eleição majoritária. Tenho uma proposta aqui, e como vi que o parecer é contrário a ela, até vou pedir o desapensamento que, possibilitando a coligação na majoritária, impede que o tempo de TV do partido coligado seja somado em benefício do candidato apoiado. Isso, para evitar o balcão de negócio, referido pelo Senador Demóstenes; os partidos que vendem o seu tempo de televisão; vendem no Município, vendem no Estado e vendem na União. Não coligam em razão do patrimônio eleitoral que possuem, porque muitas vezes não o possuem. Coligam para vender um tempo de televisão que não lhes pertence, e sim à Justiça Eleitoral e por consequência ao País.

Portanto, Sr. Presidente, são medidas que certamente aprimorariam o modelo político vigente no País, e nós somos francamente favoráveis ao fim das coligações para as eleições proporcionais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, pela ordem de inscrição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria de registrar que em relação a esse tema o nosso Partido, a nossa Bancada não tem uma posição previamente definida. Nós tivemos, no nosso último congresso, a reafirmação de uma proposta de uma reforma política que em tese trata desse tema, mas nós consideramos, agora, no debate que ora se trava aqui na Câmara, como temas prioritários a questão do financiamento público de campanha, a definição do voto proporcional; a reafirmação do voto

proporcional, desta feita, em lista fechada; e o tema da fidelidade partidária, como um dos temas mais importantes para nós.

Portanto, o nosso partido, os nossos Senadores, os nossos Deputados têm liberdade de, nesta questão, votarem conforme suas consciências, pelo menos até que o partido afirme um posicionamento.

Pessoalmente, Sr. Presidente, sou contra as coligações proporcionais. Acho que elas representam uma deformação da democracia e uma negação do próprio papel político que os partidos devem ter – partido como afirmação de uma idéia. E vejo, inclusive, como uma contradição o fato de, entre nós, existirem partidos que, ao mesmo tempo, defendem o voto proporcional em lista fechada, e defendem a preservação das coligações proporcionais. É o caso de alguns partidos que, inclusive, compõem a nossa base.

Tenho insistido junto a aliados nossos que pensam assim, inclusive aos nossos companheiros do PC do B, quanto ao equívoco dessa proposição. Portanto, como posição política, eu considero um equívoco. No entanto, por uma razão de solidariedade, especialmente aos nossos companheiros do PC do B, o nosso posicionamento ao longo da Reforma Política deverá ser o de apoiar a ideia da preservação das coligações proporcionais, ainda sabendo que é uma posição equivocada. Talvez, ao longo desse tempo, os nossos esforços de convencimento desses companheiros, de que é necessário mudar esse perfil, até porque, se nós perpetuarmos esse desenho atual, jamais esses partidos vão construir as condições de se afirmarem como tal. Acho equivocado.

Então nós vamos defender essa ideia e espero que seja aprovada.

Porém, acho que o processo de desenvolvimento de um sistema político é dinâmico, pois ele pode mudar de acordo com o tempo; nós podemos evoluir.

Se essa proposta se mantiver como tal, eu acredito que poderíamos avançar com algumas ideias que acho relevantes. Uma delas, do Senador Alvaro Dias, não sei se apresentou na forma de um projeto de lei, no sentido de não se contabilizar, para efeito da coligação majoritária, o tempo dos partidos políticos que não façam parte da coligação majoritária; ou seja, se estão coligados PT e PMDB só se contabiliza o tempo d PT e PMDB, para efeito da chapa majoritária. Isso reduziria, sem dúvida, os achaques, isso reduziria, sem dúvida, as chantagens que muitos de nós que já fomos candidatos majoritários, fomos vítimas por parte de verdadeiros donos de partidos que têm essa propriedade para obter somente benefícios próprios.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é que se nós mantivermos – eu estou naquele papel de voto assim,

mas torço pelo bom senso da maioria –, se mantivermos a coligação proporcional, que nós possamos começar a discutir instrumentos para que possamos separar o joio do trigo. O PC do B, que é um Partido ideológico, o PSC e alguns outros que são ideológicos, e outros que sabemos que são verdadeiras casas de negócios, não é?

Acho que a emenda de V. Ex^a ajudaria bastante sobre isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Para discutir a matéria, lembrando aos Srs. Senadores que ainda temos cinco inscritos para esta matéria, além de termos seis matérias para serem discutidas; e depois haverá sabatina para três indicados.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu me reporto a um conceito de democracia expedito pelo Otto Maria Carpeaux: Democracia é o regime que procede pela opinião da maioria, mas se define pela sua essência, que é a liberdade de organização e expressão das minorias que, desta forma, podem se transformar pelo convencimento em maioria também.

Então, temos que assegurar a absoluta liberdade de expressão dos pequenos partidos ou dos partidos que a sociedade pretenda organizar, mas nós não podemos analisar essa liberdade à luz do famoso livro *A Riqueza das Nações* do Adam Smith; liberdade de expressão não pode ser traduzida em liberdade de comércio, o comércio eleitoral. O acordo, por exemplo, que em determinado momento faz um candidato rejeitado pelo seu partido para uma candidatura majoritária, na procura por uma legenda que nada tem a ver com os princípios programáticos do partido que pertencia, até o momento, mas que se completa em cima de negociações de postos e secretarias, por exemplo, numa prefeitura municipal.

O grande avanço que podemos ter nessa dita reforma partidária, sem a menor sombra de dúvida, é o fim das coligações. E me parece extremamente pertinente, também, a ideia colocada pelo Senador Alvaro Dias, da proibição na coligação majoritária da soma dos tempos que caberiam normalmente a um partido que deixaria de ter candidato. Estaríamos impedindo o comércio na eleição proporcional e a venda de espaço nos horários de rádio e televisão na eleição majoritária.

Eu não acredito que seja um cerceamento da liberdade de expressão o fim da coligação. Pelo contrário, é uma afirmação. Os partidos só poderão avançar pelo exercício das suas ideias, pela exposição dos seus programas e pelo convencimento por parte da população e do eleitor.

Dessa forma, o meu voto se soma ao voto do nosso Relator Valdir Raupp, por esse avanço significativo que, talvez, seja o único avanço que consigamos nessa dita reforma política ou partidária: o fim das coligações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, embora concorde plenamente com o parecer do Senador Raupp, não compartilho com o otimismo do Senador Requião quanto à possibilidade de aprovação da matéria. Com toda a franqueza, nós aqui compomos uma Casa eleita pelo voto majoritário, a Câmara é eleita pelo voto proporcional. Quando a matéria chegar à Câmara, os cálculos sobre a repercussão das mudanças da regra do jogo na vida política de cada um e na expectativa de eleição de cada um vão pesar muito. E aí vamos ter a seguinte situação, o partido A é poderoso, grande, e elege sozinho uma grande representação, digamos, no Estado do Rio de Janeiro. Mas esse partido, no Estado do Ceará, por exemplo, se não for coligado com outro não elege ninguém, porque evidentemente a distribuição das forças partidárias é extremamente desigual nas Unidades da Federação. O meu partido, o PSDB, é muito forte em São Paulo e há Estados em que o partido não consegue eleger um representante.

Agora mesmo no Rio Grande do Norte, nós lançamos um candidato, um homem de grande valor, teve uma excelente votação, Rogério Marinho, mas não se elegeu por falta de quociente eleitoral, está ocupando o lugar como suplente. Esse cálculo vai entrar na cabeça de todos. Não tenhamos ilusões. Se não vamos aqui ... Este é o mundo real em que vivemos. Vou votar a favor da proposta de emenda constitucional relatada pelo Senador Valdir Raupp.

Agora, quero dizer também que não concordo com o argumento de que são os pequenos partidos que criam problemas na vida política brasileira – problemas de governabilidade ou de fisiologia. Desculpem-me, mas os grandes problemas estão nos grandes partidos. Esta que é a realidade dos fatos!

Ainda ontem mesmo tivemos aqui, na Comissão de Assuntos econômicos, um depoimento de alguma forma até patético do Ministro Mercadante, em que ele, em determinado ponto do seu depoimento, diz que os dissabores pelos quais ele passou e aos quais o seu nome esteve e ainda está associado tiveram origem no seu partido, no PT. Ele incrimina uma corrente petista que, segundo ele, estaria ainda apegada a um certo maquiavelismo vagabundo para o qual todos os meios justificam todos os fins. Foi isso que ele disse!

E a gravação, a conversa desse Expedito Veloso se deu numa reunião entre petistas. E estou dando um exemplo recentíssimo.

A partilha dos cargos, os cargos proveitosos em todos os sentidos, se dá entre os grandes partidos, que indicam as diretorias dos bancos oficiais, que indicam os membros das agências reguladoras – e não há lei que mude isso. O que muda é vigilância, democracia, imprensa, caráter. Evidentemente que uma coligação, partidos que se coligam para disputar uma eleição, tem todo direito – e é legítimo que assim seja no Brasil ou em qualquer lugar do mundo democrático – a ter participação também no Governo.

O problema é que aqui se costuma entregar de porteira fechada: “Está aqui esse pedaço do Estado! Faça dele o que você quiser, nomeie quem bem entender, porque você tem um direito absoluto conquistado nas urnas”. Isso se dá entre os grandes partidos. Os pequenos partidos têm direito, talvez, a uma poltronazinha e não a uma cadeira ou ao sofá confortável, exclusivo dos grandes partidos. Essa que é a realidade dos fatos!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Seria possível um aparte a V. Ex^a?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro; com muito prazer, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a está completamente correto. E é bom até o esclarecimento de V. Ex^a, que vem em hora muito oportuna, até para nós não dizermos que a culpa do que está acontecendo é dos pequenos partidos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por amor de Deus, os responsáveis são os grandes partidos. Toda a culpa do que está acontecendo é dos grandes partidos. Agora, os pequenos partidos, fazendo como fazem, impedindo que se tenha conteúdo partidário, é que fazem com que essa coisa aconteça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu agradeço o seu aparte, Senador Pedro Simon e digo que concordo em parte com o que V. Ex^a diz.

O primeiro ponto que eu gostaria de colocar é que, no meu entender, os problemas de governabilidade, se eventualmente existirem, que não existem... O sistema político brasileiro garante efetiva e plena governabilidade. Nós estamos vivendo isso nesta Casa. Não sei a que preço, mas que garante, garante.

Os pequenos partidos... Há partidos demais no Brasil? Qual o número ideal de partidos? Nós temos, hoje, oito partidos que já ultrapassaram a barreira fatal,

a cláusula de barreira da representação mínima exigida pela Constituição. Oito! É suficiente? Podem ser doze, treze, quinze? Qual é o número ideal? Isso não existe! Não há um número ideal de pequenos partidos para o bom funcionamento da democracia.

Eu sou a favor da tese constante da emenda relatada pelo Senador Raupp porque acho que há uma contradição em termos entre eleição proporcional e coligação. É verdade que é algo que perdura há décadas na política brasileira, mas a eleição é proporcional para definir qual a parte da Casa legislativa que corresponde a uma determinada corrente de opinião política organizada. Se você coliga, você mistura as cartas.

E, desculpe-me, Senador Valadares, mas não há federação que resolva esse problema. Não há! Há realmente uma contradição em termos.

Agora, quero dizer também que o problema da chantagem, da faca no pescoço, enfim, isso se dá na eleição majoritária, e a PEC aqui ressalva a eleição majoritária. Quem já disputou eleição majoritária sabe que a hora que o pequeno partido, que o partido sem expressão programática, sem conteúdo político encosta a faca no pescoço do candidato com chances de ganhar a eleição, é no momento da eleição majoritária para agregar tempo de televisão. Por isso que a PEC do Senador Alvaro Dias, se aprovada, pode realmente ter um efeito moralizador extraordinariamente positivo. Finalmente, quero dizer que se na minha convicção os pequenos partidos podem e devem funcionar. O pequeno partido pode e deve ter a chance de se tornar grande um dia.

Sendo eu a favor do fim das coligações, eu queria chamar a atenção dos membros da Comissão para um projeto de lei de autoria do Senador Jorge Viana que, no meu entender, é uma excelente porta de saída para os pequenos partidos. Que a possibilidade, refiro-me ao Projeto de Lei 129 de 2011, de os partidos que não tenham atingido o quociente eleitoral participarem da distribuição das sobras. Hoje, a cláusula de barreira tem um determinado limite antes do qual o partido não pode participar das sobras. O projeto do nosso colega Jorge Viana muda o § 2º do art. 109 para dizer simplesmente o seguinte: concorrerão à distribuição dos lugares não preenchidos pelos quocientes partidários, todos os partidos concorrentes, tenham ou não obtido o quociente eleitoral.

Isso atende à preocupação do Senador Valadares, atende à preocupação dos companheiros do PCdoB, e dos partidos que hoje são pequenos e que poderão continuar pequenos, ou crescer, conforme a opinião publica aderir a eles ou não.

Queria que o Senador Raupp levasse isso em conta essa proposta do Senador Jorge Viana, que me

parece democrática que teria condições de prosperar e ser aprovada nessa reforma política que estamos empenhados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB –CE) – Muito obrigado Senador Aloysio.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, o que vemos e assistimos aqui é, muitas vezes, querer desviar o foco.

Senador Demóstenes Torres, os cargos não são abrigados e exigido pelos grandes partidos. Eu sou de um pequeno partido. Os pequenos partidos não têm nem acesso. O que vemos e assistimos na imprensa é a disputa por cargos, sobretudo, pelos megapartidos. Os pequenos não chegam nem perto e nem têm força para tanto. Extorsão, como o senhor comentou, ela pode vir de qualquer lado. Quanto maior a força, maior a força para se extorquir. Então, isso não é uma prerrogativa de ser pequeno, permita-me dizer isso.

Quanto ao Senador Pedro Taques, que falou da moralização. Moraliza-se não é construindo ou se fazendo megapartidos. Acredito que se moraliza, sobretudo, conscientizando o eleitorado. É nisso que devemos apostar. E devemos fazer e não apostando simplesmente em megapartidos.

O pluripartidarismo representa não a baderna, no meu entendimento, mas sim a democracia na sua essência, o seu plural na liberdade de escolha, sobretudo quando você dar oportunidade a partidos pequenos que um dia podem vir a ser grandes partidos, como vemos ao longo da nossa história e da história da humanidade.

A ideologia não é sinônimo de quantidade é, sobretudo, sinônimo de qualidade. Para se ter uma ideologia forte não precisa ser grande mas precisa defender com veemência a acreditar naquilo que se defende. Então, ideologia não é sinônimo de megapartido.

Presidente, como se disse aqui se os pequenos partidos têm donos, eu frequentemente vejo que os megapartidos, com certeza, têm caciques. E vemos muitos caciques pelo território brasileiro. Então, é preciso, sim, buscar um modelo, a discussão é válida, sou de um partido pequeno, que vem crescendo, mas que também tem ideologia e defende com veemência essa ideologia, sobretudo a oportunidade de se ocupar espaços de poder.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite só um aparte?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu concordo inteiramente com o que V. Ex^a disse. Na dis-

cussão sobre a extinção ou não das coligações, ao menos este Senador não está defendendo a extinção dos partidos pequenos. Os partidos pequenos devem sobreviver na medida em que a sociedade, através de uma eleição, apoia a sua proposta, o seu programa. Isso é fato. A extinção das coligações nas proporcionais não tem, a meu juízo, nenhuma questão sobre a extinção dos pequenos partidos. Democracia, o senhor está coberto de razão, a maioria vence, mas respeitando os direitos das minorias. As minorias partidárias devem, sim, ser respeitadas. Agora, a coligação partidária não é um instrumento hábil, a meu juízo, para isso.

Respeito as posições e concordo, em parte, com o que V. Ex^a disse.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria concedo a palavra ao Senador Valadares, lembrando que nós ainda temos três oradores inscritos para essa primeira matéria. Teremos mais seis matérias e, em seguida, a sabatina de três indicados.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, serei rápido, porque já tive oportunidade de falar anteriormente. O que pretende a PEC nº 40 é alterar o art. 17 da Constituição Federal, que justamente fala em pluripartidarismo.

Veja a redação engenhosa, esta é a palavra talvez para não ofender o relator e o autor, a fórmula engenhosa para ocultar, tirar da Constituição a expressão “pluripartidarismo”. O que diz a Constituição atual? “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana [...]”. O que está propondo a PEC? “É assegurado aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecerem normas de fidelidade e disciplina partidária”.

Ora, o partidarismo continua. O pluripartidarismo está aqui na emenda proposta; continua. Se se pretende pluripartidarismo no nosso País, assegurado pela nossa Constituição, não se pode aprovar nenhum dispositivo que venha contra este princípio constitucional da manutenção do pluripartidarismo. Nós temos hoje aproximadamente 28 partidos. Não que eu seja favorável à proliferação de partidos políticos; não sou favorável. Estou apenas defendendo a Constituição.

Como eu já disse aqui, o PSB em várias e várias eleições passou de 6% dos votos. Antes a cláusula de barreira, a primeira vez, era de 5%. Depois o Supremo veio proibir a cláusula de barreira. Então não temos essa preocupação. Nossa preocupação é apenas defender a Constituição. Se a Comissão de Constituição

e Justiça vela pela prioridade maior, que é a manutenção da nossa Constituição, o pluripartidarismo não pode ser atingido.

Eu deixarei, então, para falar novamente em defesa da Federação quando for oportuno. De modo que eu votarei contra essa proposta que acaba com a coligação partidária simplesmente porque afronta a Constituição. No mérito, eu acho que está tudo bom, só que está faltando uma cobertura constitucional. Tenho certeza absoluta de que, se a Comissão de Justiça aprovar, se o Senado e a Câmara dos Deputados aprovarem esta emenda constitucional, depois de promulgada, ela será contestada no Supremo, e o partido que contestar vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a está tão preocupado com esses 6%. Seis por cento só o Governador Eduardo Campos fez em Pernambuco.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador inscrito, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero trazer aqui o meu apoio ao parecer do Senador Valdir Raupp.

Nós não temos hoje, nas eleições para Deputado Federal, uma eleição nacional. Nós temos 27 eleições, cada uma com características específicas, em cada um dos Estados. E essa possibilidade de fazer coligações proporcionais diversas em cada Estado dificulta enormemente uma unidade partidária. Nesse ponto, eu já até avanço um pouco na proposta do Senador Valadares. Eu vou lhe dar um caso prático: no Acre, do Senador Jorge Viana, o Partido Progressista fez uma coligação com o Partido dos Trabalhadores. Elegemos governador, vice-governador e fizemos uma coligação proporcional. No Piauí, o PP fez com o PTB; em Santa Catarina, fez com o PDT; em Minas, com o PSDB; no Rio Grande do Sul, com o PSDB e, no Rio, com o Partido Socialista. Ora, eu pergunto: como pode atuar com uma única agremiação partidária como propõe o Senador Valadares? É impossível!

Eu acho que é o fim da eleição proporcional, com que, no fundo, o meu partido pode perder um pouco em número de deputados, mas ganhará unidade. Eu acho extremamente importante que cada partido possa disputar, e essa minha defesa do Senador Valdir Raupp não significa que quero eliminar ou não partidos. Isso é um processo do eleitorado. Os partidos que tiverem votos vão ter representação; os partidos que não tiverem voto não vão ter representação.

Agora, eu queria dizer também ao Senador Valdir Raupp que o meu apoio é integral à proposta do Senador Jorge Viana de que concorrerão à distribuição dos lugares não preenchidos pelos coeficientes partidários todos os partidos. Eu não acredito que possa ser incluído nesse parecer, mas que V. Ex^a, Sr. Presidente, pudesse estabelecer, aceitar as propostas que pudessem, no final da apreciação dessa emenda, ser consideradas, como é o caso da proposta do Senador Alvaro Dias, de que partidos que não disputam uma eleição presidencial possam vir a ceder o seu tempo para isso, ou esta do Senador Jorge Viana. Mas, no momento, eu quero trazer o meu apoio integral à proposta do Senador Valdir Raupp e dizer, já me antecipando, que vou me colocar contra a proposta de federação dos partidos porque acho inviável haver federação de partidos em Estado com 27 eleições estaduais para preencher a Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, tão logo apreciemos todas as matérias oriundas da comissão que V. Ex^a tão bem presidiu, esta Presidência vai continuar, enquanto se discute na Câmara dos Deputados essas matérias, colocando matérias de reforma política ou de entendimento político, como é o caso do projeto do Senador Alvaro Dias e do projeto do Senador Jorge Viana.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, há um princípio na nossa Constituição que foi suscitado muito bem – a lesão dos fundamentos de nossa República, alínea “e” do art. 1º, da República, que fala do pluralismo político – pelo Senador Inácio Arruda.

Eu quero dialogar com dois princípios que, no meu entender, não são antônimos. O primeiro, o fundamento da República presente na alínea “e” do art. 1º, do pluralismo político, e o segundo, a necessidade de nós termos um sistema político partidário forte.

Nesse sentido, quero dizer que posso até estar atirando no pé, porque partido pequeno mesmo, de todos os que estão aqui, é o PSOL. Não tenho dúvida em relação a isso. Só tem três deputados na Câmara Federal, só tem, por enquanto, dois Senadores, enquanto a Marinho nos honra com a sua presença aqui. (Pausa.) Vamos empatar então... A bancada do PSC na Câmara é superior à nossa. E sei que inclusive impossibilidade de coligações é algo sobre o qual tenho uma posição política amplíssima no âmbito do PSOL. Acho que devemos fazer coligações e dialogar com diferentes setores da política. Entretanto, acho que é fundamental na política também a construção de partidos políticos

fortes, e um sistema político-partidário forte só se faz, só se fará com coerência também político-partidária nas composições, com coerência, em especial, programática no funcionamento dos partidos políticos.

Nesse sentido, considero fundamental avançarmos para fortalecermos os partidos políticos no Brasil. Sei que o fim das coligações proporcionais prejudicará alguns pequenos partidos, e sei que a maioria dos pequenos partidos – muitos pequenos partidos – tem identidade política programática, não se assemelham a siglas de aluguel que existem por aí, como não se assemelham a siglas de aluguel que, em cada período eleitoral, colocam o seu legado, o seu tempo de televisão à venda para os grandes partidos que estão disputando aquela eleição.

E um exemplo de partido político com identidade política, programática e doutrinária é o partido comunista, o mais antigo partido existente no nosso País. E sou tensionado até a me solidarizar com o reclame proferido pelo ilustre Senador Inácio Arruda, mas, ao mesmo tempo, considero fundamental fortalecermos o sistema partidário brasileiro, fortalecermos o sistema político brasileiro. E isso só faremos quando os partidos políticos no País alcançarem maior identidade programática, e quando os partidos políticos no País, em definitivo, puderem se fortalecer.

E nós não vamos fortalecer os partidos políticos no Brasil se continuarmos a permitir as facilidades, as vicissitudes e os vícios do sistema partidário brasileiro, que é um sistema político que beneficia o jogo do mais fácil, que é um sistema político que beneficia a artimanha e a barganha política e que não beneficia a coerência política e não beneficia, concretamente, a construção de identidades programáticas.

Portanto, só para completar, em relação à ideia das federações partidárias, parece-me que temos um empecilho no Brasil para isto: as federações irão contra uma necessidade que temos no País, que é a necessidade de termos, cada vez mais, partidos nacionais, e não partidos com projetos político locais, com projetos políticos regionais. Parece-me inadequado para o que pretendemos com a reforma política no Brasil o fortalecimento da ideia das federações.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Antonio Carlos Valadares, vou escutá-lo com o maior prazer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A federação que estamos propondo tem caráter nacional; não é regional, nem local. Só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, aí distorce exatamente a ideia de federação. Aí deixa de ser federação, seria outra ideia. Seria uma confederação, e não uma federação, na célebre classificação de formas de Estado, distintas.

Enfim, nesse sentido, até para contemplar a preocupação apresentada aqui pelo Senador Inácio, corroboro com a sugestão apresentada, que pode ser objeto de uma emenda ou de uma proposta complementar no conjunto de propostas que estamos debatendo de reforma política do Senador Aloysio Nunes.

Acho que a grande distorção que nós temos é o nosso sistema proporcional do quociente eleitoral, que comete as injustiças de não possibilitar àqueles candidatos bem votados, que não alcançaram o coeficiente eleitoral, de não participarem do jogo político concretamente. A sugestão do Senador Aloysio Nunes parece-me que se remete concretamente a esse tom.

Por fim, Sr. Presidente, nessa matéria, me permita dizer, embora até os interesses do meu partido sejam no sentido de manter o instituto das coligações, embora isso possa até representar a existência e sobrevivência do partido, mas parece-me que está em jogo é como fortalecer a democracia política e democracia partidária brasileira. Aliás, tenho a convicção de que esses interesses são maiores que os nossos interesses individuais e particulares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda pede a palavra para discutir. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a discussão e respeitosamente, porque tratam-se de partidos com os quais a gente luta na política no Brasil há algum tempo, especialmente o Senador Pedro Simon, o Senador Pedro Taques, do PDT, um partido com o qual trabalhamos intensamente no nosso País. Eu tenha a opinião, e com o PP, com o Senador Dornelles, com quem também discutimos intensamente, e especialmente o PMDB, que nós deveríamos, primeiro, num debate sobre as relações políticas do Brasil, a gente subtrair o caráter moralista, porque fica parecendo algo meio que falso no debate. Esse não é um problema de ética, nem de moral, é um problema de política. A questão das coligações é relativa às alianças políticas para se governar. Nós estamos num país continental, gigan-

tesco, aqui ninguém governa sozinho, nenhum partido aqui governa sozinho. Nenhum! Nenhum partido tem condições de governar sozinho o nosso País, a não ser em um regime ditatorial, em que eles impuserem que só haveriam dois partidos e fidelidade partidária. É assim, só com dois. Aliás, a ditadura não impôs a fidelidade, porque podia sair do MDB e ir para a Arena, podia sair da Arena e ir para o MDB; criaram as sublegendas, fizeram o diabo na ditadura. Mas podiam impor a fidelidade, ninguém sai porque aqui é uma ditadura. Nós conquistamos esse espaço democrático, e o que fica estranho é que na eleição proporcional a coligação distorce, pode ser extorsão, pode favorecer a corrupção, pode favorecer ao desvio, pode desfigurar o partido, mas, na eleição mais importante para o eleitor, que é a eleição majoritária, pois é ali que você vê qual o partido, qual o programa, é natural ter coligação. Então, é algo que...

Então, por que acabar com a coligação proporcional, gente? Que é a que permite, na aliança política – e é isso mesmo, na aliança política – querer a vantagem de me coligar na proporcional, porque eu vou me aliar para ajudar a governar o País. E qual a vantagem de apoiar uma candidatura à Presidência da República para ajudar a governar o País? A vantagem de ter um bom governo, mas também a vantagem de fazer crescer o partido. É permitida a aliança proporcional para dar essa garantia de que nós podemos. Por que, então, eu tenho que impor que não pode ter aliança política, não pode ter coligação proporcional; tem que ser impedido. Bom, você quer, mas você não pode porque, agora, aprovamos uma emenda constitucional para impedir na proporcional.

Então, Sr. Presidente, eu considero que nós deveríamos retirar do debate a argumentação ético-moral, a batalha no campo político, das ideias políticas; é aqui que nós estamos travando o debate...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois sim, claro, com o maior prazer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós todos sabemos que em política nós não existimos no singular; nós coexistimos no plural. Quem diz isso é a filósofa alemã e judia Hannah Arendt. Nós sabemos disso. Agora, nós separarmos a ética da política, a ética do debate político, com todo respeito a V. Ex^a, esta defesa não está na história do partido de V. Ex^a...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É claro que está.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Separar a ética da política?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, não. Eu agradeço...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Aí é uma ética consequencial, em que os fins justificam os meios. Nós não podemos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço imensamente. Acho que V. Ex^a entendeu e compreende perfeitamente. O problema é a inversão, é você subtrair a política e dizer que o problema é ético e moral.

O fim das coligações tem que se dar porque aqui existe a extorsão, porque aqui existem os compadres que vão distribuir os cargos. Essa não é a questão central. Claro que não. Por quê? Porque Aloysio foi mais do que assertivo nisso. Não é o pequeno partido que cria estabilidade; não é o pequeno partido que estabelece os grandes escândalos da República em todos os tempos, em todas as épocas; não é o pequeno partido que distribui os cargos...

Sinceramente, é um equívoco colocar isso como questão moral e ética – esse é o problema –, porque não é aqui a questão ética e moral. Vou dizer o seguinte: na coligação majoritária teria então o problema ético e moral? Aí nessa não tem, mas na outra tem? Sinceramente, esta é a questão que nós deveríamos separar: a questão da eleição proporcional com coligação é relacionada à conquista política democrática, em que você pode ou não se você quiser. Você está livre para fazer, você tem a liberdade que nós conquistamos para fazer.

Vejo, desde 1988, que nós estamos numa peleja aqui no Congresso Nacional. A Constituição abriu o espaço político para fortalecer o debate político e a presença dos partidos, e nós trabalhamos toda eleição – não há uma eleição que a gente não termine começando a nova legislatura, dizendo o seguinte: precisamos de uma reforma política. Com qual sentido? Restritivo. Todas elas foram com o sentido restritivo; não teve uma vez em que a gente iniciasse o debate que não fosse dizendo: “Precisamos diminuir o número de partidos; para que tantos partidos?” É porque nesse nosso processo tem que haver muitos partidos: pode ter 100, pode ter 1.000. E qual é o problema? A República vai acabar? Vai criar instabilidade ter mais partidos? Sinceramente.

Acho um absurdo as colocações que vejo aqui neste sentido: de que precisaríamos talvez ter uns quatro ou cinco partidos; quem sabe dois... Ou, quem sabe, fechar até novamente o Congresso Nacional, como alguns fizeram, arguindo a assepsia no Congresso Nacional? Acho isso realmente um absurdo.

Com prazer, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Se é para dar um fim a todas as distorções no voto proporcional, é muito simples: vamos acabar com a maior de todas elas, que é o coeficiente eleitoral. Que seja escolhido o que tenha mais voto, o que tenha maior número de votos. É simples.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V.

Ex^a quer cair na proposta do Romero? Mas a proposta do Senador Jorge Viana é consequente sim; ela é ajustada. Mas ela não colide com coligação; coligação é a minha liberdade, do meu partido. Eu posso – e pragmaticamente fizemos isso nacionalmente –, porque é mais simbólica; e fizemos isso com o Partido dos Trabalhadores há um bom tempo.

A nossa opinião, a opinião do PCdoB é que foi justo, do ponto de vista dos resultados alcançados em nosso país. Foi uma vitória política muito importante.

Então, no centro, foi a política, foi aqui que nós decidimos; nós não decidimos no inverso. Acho que aqui a gente deveria raciocinar bem, Senador Eunício Oliveira. Essa é uma batalha que travamos há muitos anos no Brasil. Há muitos anos... Quando não podíamos existir, fomos amparados no MDB, que, democraticamente abriu o espaço para que as forças políticas do campo popular e da esquerda, que não podiam se dirigir ao povo brasileiro, se dirigissem pela legenda do MDB. E até 1985, no Governo de Sarney, nós tivemos que nos dirigir ao povo pela legenda do PMDB, principalmente.

Agora, não podemos assistir que essas conquistas sejam subtraídas, fruto de tanta luta do povo brasileiro. Nós vamos persistir, nós vamos teimar, como dizia D. Lindu, nós vamos continuar teimando em defesa desses interesses maiores do processo político brasileiro. Ampliar as conquistas, restringi-las, eu acho que seria um passo em falso dado na democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria ...

O Senador Petecão pede a palavra, como último orador inscrito e, em seguida, vou colocar a matéria em votação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, a nossa fala aqui é mais no sentido de fazer um desabafo. Estou ouvindo aqui atentamente o nosso Líder do PCdoB, Senador Inácio, e sinceramente fiquei preocupado com a carga que foi colocada nas costas dos Senadores que fazem parte dos partidos pequenos.

Sou do PMN, me elegi três vezes deputado estadual, me elegi deputado federal e me elegi senador. E, sinceramente, não tinha a imagem do sentimento que os chamados partidos grandes têm para com os partidos pequenos. Discordo completamente, acho que cada um tem que defender... Aqui, e percebo isso, essa discussão da ideologia, tenho ouvido, mas sabemos que existe uma falácia muito grande aqui. O que está sendo discutido aqui são os interesses; os interesses partidários. Os partidos grandes querendo acabar com os partidos pequenos. Isso é público e notório. Agora, não se pode usar o argumento de que tudo de ruim que aconteceu neste País foi culpa dos partidos pequenos. Então, era mais no sentido de fazer a defesa do meu partido, que é um partido pequeno, é o PMN, o partido ao qual pertenço há 18 anos. E quero dizer que não concordo com esse sentimento dos colegas Senadores que fizeram uso da palavra, no sentido de responsabilizar os partidos pequenos por conta das mazelas que aconteceram em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Petecão.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como V. Ex^a não precisa almoçar, porque está muito magrinho, vou dar a palavra a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na discussão provocada pelo Senador Inácio Arruda, obviamente que, em tese, S. Ex^a teria razão exceto em um ponto, na minha opinião. Toda discussão tem que ter um punho ético, e a razão da extinção, vamos colocar, de não ter a coligação, para que todos possam lançar seus candidatos, é que na prática, me desculpe o Senador Amorim, e não houve qualquer ofensa direta a qualquer Senador e não é esse o nosso objetivo. Mas é comércio puro e simples, essa é a verdade; é comércio. Hoje, em vez de se montar uma associação, uma ONG, um sindicato, a pessoa monta um partido político. E acho que tem problema. E vejo, isso aí Senador Inácio Arruda, não é um partido ideológico como o de V. Ex^a, o do Senador Randolfe Rodrigues, ou do Senador Antonio Carlos. Na realidade, essa pulverização dos partidos pequenos – desculpe-me o Senador Petecão – não tem nada, até porque os Senadores também disputam eleição majoritária, não é verdade. Mas, não é uma afronta a isso. É uma afronta à situação. Não é uma discussão em relação ao partido A ou ao partido B, ou ao partido C.

Na verdade, ao se discutir uma limitação nessa coligação proporcional, o objetivo primeiro é justamente aquele que V. Ex^a diz que não deve ser. O objetivo é ético, é esse mesmo. Acho que seis, sete, partidos com todos tendo a possibilidade de disputar, o PCdoB sempre vai poder disputar eleição, o PSOL sempre vai poder e como não se coliga mesmo com muita facilidade vai ter sempre o seu número mínimo de parlamentares eleitos e com a tendência, nunca de diminuir, mas sempre de subir, na minha opinião.

Então não concordo, nesse aspecto, com o que disse V. Ex^a. A última análise disso é que essa reforma provoca uma assepsia no sistema político na medida em que obriga a todos os partidos que quiserem disputar eleição lançar seus candidatos proporcionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Em votação o relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a Tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quero começar registrando, Presidente, que o que nós estamos tratando aqui da coligação é apenas para Vereadores, Deputados Estaduais, e Deputados Federais. Fazer um corte aqui. Não estamos acabando a coligação para Prefeitos, Governadores e Presidente da República e Senadores também. Portanto, estamos legislando para outra Casa.

O segundo ponto que precisamos chamar a atenção. Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, não ordenam despesas, não fazem licitações públicas, não administram o poder no Brasil. Eles elaboram legislação e fiscalizam essa parte. Portanto, estamos indo na parte mais frágil que fiscaliza o Poder Executivo e acompanha os atos do Poder Judiciário.

Portanto, é bom que façamos esse debate para que não passemos uma falsa impressão de que os graves problemas que o Brasil tem vêm de Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais. Os problemas são de outra natureza.

Segundo ponto. Nós estaremos fortalecendo o Estado nacional com essa postura? É uma outra pergunta que sempre se faz. Devemos observar que foram nos períodos do pluripartidarismo, da democracia e em respeito ao Estado de direito que a nossa economia cresceu. Se nós voltarmos aos períodos autoritários no Brasil observaremos que foi exatamente ao contrário. Tivemos concentração de riquezas, empobrecimento do pacto federativo, aprofundamento das desigualdades regionais. Basta vermos os dois grandes últimos

períodos da ditadura. Se voltar, há outros períodos mais críticos e muito mais graves.

Quarto fator. Nós aprendemos que quanto mais fortes são as instituições, mais forte é o Estado democrático de direito. E dois poderes no Brasil, o Executivo e o Legislativo, só podem disputar através de partidos políticos. E na proporção em que nós restringimos a quantidade de partidos e a possibilidade de esses setores terem suas representações, nós estamos negando o direito de um dos setores da sociedade se organizar. Exemplo, para se organizar em sindicatos de trabalhadores e empregadores não tem limite, é livre e está correto. Se nós vamos para o mundo da religião criar movimentos de igreja, é livre, é democrático. Para se organizar em partido político, que é a expressão que disputa dois poderes da República, aí nós queremos colocar marras, sob uma ótica em que avalia que é aqui onde tem extorsão. E eu entendo que não é aqui que está o problema. O problema é de outra natureza.

Se nós fortalecermos os partidos políticos, e se nós criarmos mecanismos de controle por parte da sociedade, a gente evita muito dos males que temos hoje. Um dos problemas que temos hoje, é porque a coligação, na verdade, expira com a diplomação. As regras são muito fluidas e se você cria a federação partidária com um prazo de vigência até o término da legislatura com as regras homologas na convenção partidária, você consegue evitar distorções que temos hoje. Portanto, o fim da coligação não vai trazer os efeitos que aqui muitos estão sustentando, porque o problema grave não está aqui, está na coligação majoritária.

Portanto, Presidente, eu vou votar com o nosso Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, ressalvada a emenda destacada pelo Plenário e de autoria do Senador Valadares.

Os Srs. Senadores que concordam...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem. V. Ex^a vai colocar em primeiro lugar para votar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não; em primeiro lugar, votar – é regimental – o relatório do Senador Valdir Raupp, ressalvada a Emenda nº 1 de autoria de V. Ex^a, emenda destacada por V. Ex^a, e submetida ao Plenário, que permitiu não o mérito, mas a aprovação do destaque para ser colocada em votação.

Portanto, em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, ressalvada a emenda destacada.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado com o voto contrário do Senador Inácio Arruda...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu peço verificação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, V. Exª não tem apoio para isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tenho. Eu peço apoio. Preciso só de três.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votação nominal.

Senador Inácio Arruda, ninguém tem mais respeito por V. Exª do que eu, mas eu tenho que cumprir o Regimento e foi para isso que V. Exª me colocou aqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Exatamente. Eu tinha amparo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deferida a votação nominal a pedido do Senador Inácio Arruda.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Contra o relator, Sr. Presidente. Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – “Não”. Quem vota com o relator, vota “sim”. Quem vota contra o relatório, vota “não”.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRA. MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana? (Pausa.) Ausente.

Senador Magno Malta, ausente.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella? (Pausa.) Ausente.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (Intervenção fora do microfone.) “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – (Intervenção fora do microfone.) “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu compreendo as razões, mas voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Dornelles? (Pausa.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Suplicy? (Pausa.) Saiu.

Como vota a Senadora Ana Rita? (Pausa.) “Sim”, com o relator.

Como vota o Senador Anibal Diniz? (Pausa.)

Como vota o Senador Acir Gurgacz? (Pausa.)

Como vota o Senador Clésio Andrade? (Pausa.)

Como vota o Senador Lindbergh Farias? (Pausa.)

O Senador Clésio está aqui? (Pausa.) Não.

O Senador Rodrigo Rollemberg não está aqui.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Valdir Raupp? Voto conhecido.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só voto se empatar. Ainda tem a vaga do Bloco do PMDB. *(Pausa.)*

Votaram SIM 14 Srs. Senadores; e NÃO 6.

O relatório do Senador Valdir Raupp é aprovado e passa a constituir o parecer desta Comissão. Fica prejudicado o voto em separado do Senador Inácio Arruda.

Vou colocar em votação a Emenda nº 1-CCJ destacada pelo Senador Valadares.

Os Srs. Senadores...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente. Como autor do destaque, eu posso falar. Porque eu estou esperando alguém...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar, V. Ex^a terá um minuto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Renuncio. *(Risos.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não faça isso porque seu suplente assume na hora. *(Risos.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Alguém pode ter ouvido mal, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como nós estamos ao vivo e, com certeza, com muita audiência no nosso querido Estado de Sergipe, esclareço que o Senador Valadares renunciou ao tempo que ele tinha para encaminhar e não ao mandato de Senador da República.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Acabou de renunciar à renúncia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação a Emenda destacada nº 1-CCJ, do Senador Valadares.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os Srs. Senadores favoráveis à emenda

da permaneçam como se encontram e os contrários à emenda levantem o braço. *(Pausa.)*

A emenda foi rejeitada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Qual foi o resultado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votação simbólica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas nós vamos pedir destaque lá no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 2:

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011

Acrescenta o § 3º ao art.45 da Constituição Federal para exigir que lei ou emenda constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Consulto o Senador Romero Jucá se deseja fazer uso da palavra para as considerações finais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas para registrar que o nosso parecer é favorável a que qualquer mudança no sistema eleitoral seja aprovado mediante referendo.

Já foi lido na reunião passada e, portanto, o parecer é favorável.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Colocando em discussão a matéria, já que o relator foi extremamente breve, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras. Senadores, Srs. Senadores, sou totalmente contra esse negócio de fazer referendo por qualquer coisa. A população tem que ser chamada em momento grave, extremo, para dar opinião acerca de um fato mais relevante. Então, sou totalmente contrário.

Acho que o Congresso está abrindo mão, totalmente, da sua função de legislar, transferindo para a população. Nós fomos eleitos para isso. Nós temos que ter coragem de assumir as nossas posições. Não há esse negócio de ficar transferindo toda e qualquer... “Vamos consultar; vamos fazer plebiscito; vamos fazer referendo”. Ora, há uma possibilidade constitucional,

mas numa situação de extrema gravidade. Agora, vamos discutir, vamos chamar a população para discutir se deve ou não haver coligação proporcional? Ridícula essa posição!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como de uma forma geral. Aqui, de uma forma geral. Do jeito que está redigido aqui é de...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O sistema eleitoral não pode ser..

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Senadores, Senador Inácio Arruda, Senador Valadares, eu peço a gentileza dos senhores: há um Senador na tribuna. Quando V. Ex^{as} estiverem usando a tribuna... Vamos ouvir o Senador que está na tribuna, o Senador Demóstenes, por favor.

Peço encarecidamente a V. Ex^{as} para ouvirem o Senador que está na tribuna, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sou totalmente contra, Sr. Presidente, qualquer que seja o tipo de consulta feita à população nesse caso. Não vejo relevância, gravidade para se buscar o aval da população para se instituir sistema eleitoral no País.

Votarei contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria concordar com o Senador Demóstenes Torres em que não se pode fazer referendo para qualquer assunto banal. Agora, nós estamos tratando do assunto mais importante que existe no campo político: estamos mudando o sistema pelo qual o povo escolhe os seus representantes. De modo que acho que o povo tem de ser ouvido. Acho que, no momento em que se modifica, em que se propõe a mudança do sistema eleitoral, a mudança sobre como o povo vai escolher os seus representantes, o povo deve ser ouvido.

Assim, quero apresentar meu voto favorável ao relatório do Senador Jucá, consolidando, estabelecendo o referendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero manifestar meu total apoio à chamada democracia

participativa ou dialógica. Não existe assunto mais importante para o Brasil hoje do que esta reforma política. Sobre o sistema eleitoral a ser adotado, o dono do poder, que é o povo, deve se manifestar, sim.

Portanto, expressando respeito ao Senador Demóstenes, entendo que nós não podemos afastar o cidadão das principais decisões da República. República quer dizer “coisa do povo”. Então, nós temos que ouvir o povo, sim.

Apoio a PEC relatada pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho que essa emenda deve ser rejeitada, porque, no meu entendimento, há aqui, sem dúvida, um erro de técnica legislativa. A Constituição Federal diz que o sistema eleitoral brasileiro é um sistema proporcional. Portanto, se isso está escrito na Constituição, qualquer mudança disso só pode ser feita por mudança constitucional, por uma proposta de emenda à Constituição. Então, proposta de mudança do sistema eleitoral por meio de projeto de lei é inaceitável, não existe. Assim, a entrada em vigor de lei ou de emenda à Constituição que altere o sistema eleitoral não caberia. A primeira coisa é essa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas ela é PEC, Senador. Cabe a PEC.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, mas estou falando que o que é que a proposta diz. Não estou aqui questionando a PEC, não.

Aqui diz o seguinte: “**Art. 3º** A entrada em vigor de lei ou emenda constitucional que altere o sistema eleitoral...” Tem que ser: “A entrada em vigor de emenda constitucional que altere o sistema eleitoral...”

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Está falando o Senador Humberto Costa. Só um minuto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Humberto Costa tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Estou manifestando aqui o entendimento de um rábula. Aliás, nem rábula... Mas é uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tem a palavra garantida, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A segunda questão que vejo é a seguinte: ninguém

é mais defensor da democracia direta do que nós do PT. Criamos o orçamento participativo, já defendemos várias vezes a ideia de realização de plebiscitos, referendos, etc. O problema é que fazer um plebiscito ou referendo em torno de algo que não foi experimentado pela população parte de uma visão preconcebida. Eu até seria favorável a se fazer referendo ou plebiscito a partir da existência e da experimentação da mudança que está sendo proposta. Ou seja, mudou de voto proporcional para voto majoritário; vai ser agora o distritão. Aplica-se o distritão a partir da primeira, segunda ou terceira eleição em que se adota o distritão, pode-se realizar um referendo porque aí a população já terá experimentado essa nova mudança proposta.

Então, o ideal seria que nós ou rejeitássemos essa proposta ou que ela fosse modificada para somente ser aplicada após a vigência de um novo sistema e a sua experimentação por parte da população.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para dar uma informação, como Relator. Nós mantivemos lei ou emenda constitucional porque a mudança do sistema eleitoral, se for mantida a proporcionalidade, pode ser feita por lei, por exemplo, mudando para lista. Em tese, seria a lista proporcional e poderia ser feita por lei. Há uma discussão sobre se pode ou não pode. Então, para garantir o referendo para a mudança do sistema, para que as pessoas possam se manifestar, nós preferimos manter “lei ou emenda constitucional”.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiro eu quero ressuscitar o espírito do legislador constituinte de 88; ele fundou neste País uma democracia participativa. É este o sentido do parágrafo único do art. 1º.

Se não vejamos: *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

Quais são os termos diretos da Constituição? Artigo 14, Incisos I, II e III, inclusive introduzido na Constituição de 1988, com participação popular, com apoio de setores do PMDB majoritariamente que vieram, inclusive, posteriormente a fundar o PSDB, e com apoio direto, envolvimento e mobilização do Partido dos Trabalhadores. Na Constituição de 1988 foi trazido esse princípio de democracia participativa.

Aliás, meu querido Humberto, eu queria dialogar com o PT no sentido de que nessa reforma política ampliássemos a democracia participativa. Realmente, faltou se debater, entre as inúmeras propostas que estão aqui, a inclusão de um Inciso IV ao art. 14, introduzindo no nosso ordenamento constitucional a

possibilidade da revogação popular de mandatos. Nós temos que ampliar ainda o art. 14, do exercício da soberania popular.

Nesse sentido não podemos medir ou criar preconceitos a qualquer possibilidade de exercício de democracia participativa. Ora, se o povo não experimentou... Mas é exatamente essa a ideia de democracia participativa, é o povo não ter experimentado, mas é o povo ter a faculdade, o direito de decidir se aquele sistema eleitoral, se a reforma política tem diretamente a ver com os direitos de cidadania, se a proposta construída aqui por nós está afeita aos interesses populares ou não.

Então, nós temos que cumprir o sentido do teor do legislador constituinte, que na prática exercemos pouco. Vejam, o legislador constituinte introduziu a iniciativa popular de lei, o referendo e o plebiscito. Nós tivemos, de 1988 até hoje, apenas um plebiscito, tivemos apenas um referendo, o referendo sobre as armas e o plebiscito sobre o sistema de governo; pouco exercitamos uma prerrogativa de ampliar a participação popular; e de iniciativa popular de lei, tivemos duas, três iniciativas aprovadas no Congresso Nacional.

Concretamente, Sr. Presidente, o que a Constituição proclamou é que o poder nesta República emana do povo e que o povo tem o direito de exercer o poder diretamente. E o povo pode exercer não somente quando elege e escolhe os seus representantes, os seus governantes, mas quando é consultado sobre as grandes decisões nacionais; e reforma política e sistema eleitoral são decisões nacionais e devem ser levadas ao povo para decidir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente Pimentel, eu fico imaginando o acreano que deve estar assistindo a TV Senado, neste momento. Há bem pouco tempo, nós tivemos aqui – e o ilustre Senador Pedro Taques detonou o referendo do Acre, porque o referendo Acre não tinha poder de revogar uma lei. E hoje, em tão pouco tempo, estou vendo um discurso totalmente contrário: hoje o referendo é o poder que emana do povo... Imaginem como é que vai ficar, lá no Acre, o juízo do povo acreano que acabou de votar um referendo e não foi respeitado aqui nesta Comissão; tivemos que votar uma lei para poder estabelecer uma decisão que foi tomada pelo povo do Acre.

Então, Sr. Presidente Eunício Oliveira...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu queria pedir um aparte ao Senador Petecão;

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – É claro, claro. V. Ex^a, para mim, é uma das maiores autoridades, até porque é meu professor aqui dentro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se o senhor está entendendo que sou professor, eu devo ser um péssimo professor...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – O meu professor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por que V. Ex^a entendeu... Então eu sou um péssimo professor, porque V. Ex^a não entendeu o debate sobre o horário do Acre. Se V. Ex^a me permite, eu quero dizer que não entendeu. Quando lá, no tocante ao horário do Acre, eu defendi a mudança, eu defendi a existência do referendo. Só que aquele referendo foi convocado de uma forma equivocada e nós todos aqui aceitamos isso. O referendo tem que ser convocado nos termos da Constituição – está no art. 1º, parágrafo único, da Constituição.

Então V. Ex^a – e peço-lhe desculpas – não entendeu o que nós votamos. Porque lá, o que eu defendi? Se V. Ex^a pegar as notas taquigráficas verá que eu defendi: nós devemos ter, sim, consulta popular através de um referendo ou plebiscito. Agora, sobre aquele referendo, a sua convocação, o seu instrumento de convocação estava equivocado. Decreto legislativo, de acordo com o art. 59 da Constituição, não pode revogar lei. E aquele referendo foi convocado por um decreto legislativo para revogar uma lei de 2008. Isso é inconstitucional, estava errado, tanto que a Comissão de Constituição e Justiça aceitou que estava equivocado. Então eu, a pedido de V. Ex^a, apresentei o projeto para modificar o horário do Acre.

Para terminar, me permita – e peço desculpas...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu não estou falando nada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vou terminar.

O entendimento está equivocado. Eu defendi o referendo lá e defendo o referendo aqui. Agora, não é porque eu defendo o referendo que eu vou defender algo errado na convocação do referendo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – O referendo está errado dentro da sua concepção, porque tem vários juristas que...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – (*Intervenção fora do microfone.*) (...) aceitamos aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não. Eu estou falando que, no referendo do Acre, a população se manifestou, escolheu o horário em que quer viver, e esta Comissão – eu respeito o seu ponto de vista, mas o senhor não é o dono da razão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com certeza.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Então... Assim como eu conheço vários juristas que não concordam com o seu ponto de vista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – (*Intervenção fora do microfone.*) – Mas V. Ex^a votou favorável ao meu ponto de vista.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, eu não votei; eu aceitei, mas não votei... Foi um voto igual ao do nosso líder aqui, Humberto Costa, que disse que ele aceitava a proposta, mas estava torcendo contra. (*Risos.*)

Eu aceitei, mas a minha indignação é que a vontade do povo acreano não foi respeitada.

E aqui eu vejo pessoas que combateram o referendo, mas que hoje o estão defendendo. E lá no Acre nós vamos ter problemas, porque eu não sei se o povo está disposto a ir às ruas, mais uma vez, para se manifestar por intermédio de um referendo, quando nesta Casa o referendo não é respeitado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Valadares.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com todo respeito ao nosso professor, parece que o negócio no Acre não foi resolvido ainda. (*Risos.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, acho que, quando o Senador Jucá apresentou essa proposta, ele procurou, acima de tudo, interpretar a Constituição. E a matéria está em sintonia justamente com a nossa Carta Magna, que foi promulgada, tornou-se uma Constituição não fechada, mas uma Constituição muito flexível, em que o povo age por intermédio dos seus representantes ou diretamente, utilizando-se dos institutos de democracia direta como plebiscito, referendo, iniciativa popular. Futuramente, teremos, seguramente, a revogação de mandato, proposta de minha autoria que está ainda na Comissão de Constituição e Justiça para ser apreciada.

De forma que sou totalmente favorável que o referendo seja, à época, utilizado em favor do povo, e o povo possa se manifestar em última instância, dizendo se essa reforma política tem o consentimento da nação ou não, já que os futuros representantes do nosso País, Presidente da República até vereador serão eleitos através de um sistema eleitoral e político diferente. O povo tem que ser ouvido. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Duas coisas, Sr. Presidente. Primeiro, eu pediria uma audiência particular ao Líder do PT, porque quero uma aula, uma orientação dele, já que não estou entendendo para aonde estamos indo. S. Ex^a fez duas manifestações que não entendi. Essa de ser contra o referendo, o PT? Em uma hora como essa querer que a burguesia, o Congresso, decida e o povo não possa falar? Não entendi. Então, depois, se eu pudesse ter uma aula dele, ficaria muito satisfeito.

Em segundo lugar, tenho aqui meus dois líderes que respeito juridicamente, o Demóstenes e o Pedro I, que estão em posições diferentes. Reparem como até os grandes juristas divergem. E eu tenho medo, porque sou aluno do Demóstenes (ele fala e eu concordo), mas, com todo respeito, vou ficar com Pedro I. Acho que essa nossa reforma está sendo feita muito não vou dizer nas coxas porque é uma expressão muito deselegante, mas está sendo feita muito fechada. O Dr. Sarney, Presidente, indicou uma comissão por conta dele – aliás, foi muito feliz, diga-se de passagem, muito feliz –, mas foi uma coisa meio que nasceu nem da vontade do Congresso, nem do Senado. A Câmara indica outra. E estamos aqui, numa discussão meio estranha, porque estamos decidindo, ao contrário da Constituinte, que ouviu – nunca houve na história do mundo uma Constituição que espetacularmente foi feita com a participação popular – o povo, a Constituição de 1988. Foi algo realmente excepcional. Mas, agora, estamos aqui meio fechados.

Então, acho que ouvir o povo é altamente positivo. Em primeiro lugar, temos aqui esse equívoco, me preocupa, temos certo medo de ouvir o povo. Medo no sentido de...e olha que, às vezes, a manifestação popular é impressionante. Estava todo mundo querendo desarmar o povo, e o povo disse: “não, quero ficar”. Quer dizer, a resposta foi contra todas as pesquisas que se imaginavam. Todas as pesquisas davam de um lado, e a resposta popular veio do outro lado.

Então, acho que a essas matérias não se pode dar tanta importância. Por exemplo, a questão de os pequenos partidos poderem ou não poderem fazer alianças. Acho que é altamente positivo ouvir a sociedade. Acho que esse vai ser um debate muito bom, muito correto.

Já imaginou, por exemplo, a questão da lista fechada. E se nós decidirmos pela lista fechada? Acho que tem de ir a plebiscito. Acho que o povo tem o direito de manifestar seu pensamento. É uma coisa tão séria, tão profunda tirarmos do eleitor o direito de ele escolher o Deputado. Ele não vai mais escolher, vai escolher o partido, a lista do partido. Acho, então, correto ouvir o pensamento dele. Eu, com toda a since-

ridade, sou favorável. Eu acho que é positivo, é bom, é altamente... Esse negócio que nós temos feito aqui, cá entre nós... Nós temos feito em uma sala fechada, meio sozinhos – e olha que agora tem mais gente –, mas vocês da Comissão... Eu nunca participei lá nem sei do que vocês fizeram. Estavam mais fechados ainda do que nós.

Então, dar a resposta disso ao povo, para que decida, eu acho que é positivo; com toda a sinceridade, eu acho que é positivo.

Depois quero falar com o PT, porque estou tonto. Palavra que estou tonto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas V. Ex^a não me deu o aparte, não é?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PT – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*) Está dado o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto, um minuto para V. Ex^a esclarecer o Senador Pedro Simon.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O Senador Pedro Simon, a quem eu admiro há muito tempo, tem uma capacidade caricatural muito grande e, muitas vezes, isso desqualifica a opinião dos outros. Mas, obviamente, o PT não tem nada contra os referendos, os plebiscitos, muito pelo contrário. Inclusive, na proposta que eu apresentei e que deverá ser objeto de discussão aqui e que trata da regulamentação da lista para o voto proporcional em lista pré-ordenada prevê a realização de um referendo após a aplicação da proposição.

Na verdade, é importante ressaltar, Sr. Presidente, que, se prevalecer o senso comum, não haverá reforma. No senso comum prevalece o debate sobre o tema do distritão; no senso comum se favorece o debate sobre o financiamento privado das campanhas eleitorais. Então, se estamos aqui somente para seguir o senso comum, eu acho que não é o sentido de se fazer parte de um Parlamento. Por isso que defendi que fosse feita mudança não apenas para que não fosse necessário submeter qualquer mudança por intermédio de projeto de lei, quer dizer, a mudança tem que ser por emenda constitucional e, segundo, que se fizesse após a experimentação por parte da população. Muita gente é contra o financiamento público, mas poderá ser convencida da justiça do financiamento público a partir do momento que vivencie essa situação, assim com o voto em lista. Então, trata-se de fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Requião.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PT – RS) – Espera um minutinho. Eu concedi o aparte; então; deixe-me concluir agora. Eu dei um aparte com o maior prazer.

Mas veja V. Ex^a, meu querido líder, que eu não consegui entender. V. Ex^a diz que, se for para ouvir o povo, é o senso comum e que não deveríamos aplicar o senso comum. O povo, por exemplo, é contra a verba pública de campanha etc. e tal. Mas eu, com todo o respeito, penso que nós devemos ouvir o senso comum, eu acho que o senso comum, o que o povo pensa nós temos que respeitar. Entretanto, isso que V. Ex^a diz nós vamos debater no plebiscito. No plebiscito nós vamos esclarecer essa questão... Perdão, no referendo, nós vamos esclarecer essa questão. Vamos dizer qual a diferença.

O que o povo pensa? O povo pensa o seguinte: “Esses vigaristas querem o dinheiro da campanha política e vão acrescentar mais o dinheiro público ao outro dinheiro”. Isso é uma coisa que precisa ser esclarecida. Agora, eu acho, com todo o respeito, que o senso comum nós temos que respeitar, quer dizer, o que pensa a sociedade nós temos que respeitar. Às vezes é difícil.

Nós perdemos o parlamentarismo porque os filhos da mãe inventaram de colocar a monarquia junto e não houve jeito de a gente explicar. E me arrependi mil vezes de ter feito a cassação do Collor porque, com aquela cassação do Collor... “Se é ruim, a gente tira”. Quer dizer, tira uma vez na vida, porque nunca tiraram. Então, a cassação do Collor garantiu o presidencialismo.

Mas eu acho que o plebiscito é sempre positivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Roberto Requião, para discutir a matéria, como último orador inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu tenho certeza de que o *referendum* é um freio de arrumação nessa discussão da reforma política. A maioria eventual, montada à sombra da sustentabilidade e à sombra da divisão do poder, necessariamente terá o vezo corporativo da sua perpetuação. Essa reforma vai tendo um rumo muito mais para a próxima eleição do que o rumo necessário, que seria de uma proposta para a Nação.

Acredito que o referendo vai fazer o Congresso Nacional pensar melhor. O referendo acaba com a lista fechada, que é uma proposta partidária para a próxima eleição, mas não é uma proposta definitiva para a política brasileira. Vai demolir, também, a ideia da eleição majoritária. E vai fazer com o que o Congresso Nacional pense na insatisfação popular em relação aos políticos; vai fazer com que pensemos um pouco mais na reforma da economia e não apenas na reforma

política. Não tenho dúvida alguma de que o referendo reconduzirá o Congresso Nacional e os debates sobre a reforma política a uma situação de juízo, acabando com o vezo corporativo. Isso porque todas as propostas colocadas até agora, pelo meu Partido e pelo PT, têm o foco na próxima eleição: a lista fechada, a sombra do prestígio do Lula, a lista aberta é a eleição majoritária para desmontar os partidos políticos e acabar com a preponderância possível do PT. Tudo isso se dissolve diante da perspectiva concreta do exame pela opinião pública, por meio de um referendo, que é o plebiscito posterior à decisão congressual.

Portanto, Presidente, o meu voto é entusiasmado; é a favor do plebiscito, da democracia participativa, e das aberturas de participação da sociedade, não apenas só e tão-somente através dos partidos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há mais oradores inscritos, mas há uma Proposta de Emenda à Constituição nº 42 de 2011, uma emenda do Senador Humberto Costa.

Senador Romero, há uma emenda supressiva.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a tomou...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Já estou com cópia da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já está com cópia da emenda, mas preciso ler para ficar nos Anais da Casa:

Emenda: Suprima-se a expressão “lei ou” constante do §3º do art. 45 acrescido à Constituição pelo art. 1º da proposição.

Trata-se de correção necessária por força da técnica legislativa. Não há possibilidade de, “por lei”, alterar o sistema eleitoral que tem previsão constitucional, como no caso que se examina à luz do art. 45 da Constituição.

Vou colocar em votação o relatório.

Tendo em vista que o Senador Romero Jucá já se pronunciou contrário à incorporação da emenda, vou colocar em conjunto o parecer do Senador Romero Jucá.

Os Srs. Senadores que forem a favor da aprovação do referendo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, com voto contra do Senador Demóstenes Torres e do Senador Humberto Costa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É para registrar o DEM e o PT juntos?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, além disso. Estamos vendo a ideologia, no Brasil, como é algo acabado, não é.

Gostaria de pedir, Sr. Presidente, tendo em vista o princípio da dignidade do ser humano, se poderíamos suspender por uns 30 minutos e depois voltarmos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, inclusive, esta Presidência, em respeito aos senhores, acabou de pedir um lanche que deve estar chegando daqui a pouco, para todos. E, assim que chegar, vou suspender os trabalhos para que tenhamos direito à alimentação.

ITEM 3

– Não Terminativo -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 43, DE 2011

Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

O relatório foi favorável à PEC nº 43, de 2011, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e contrário à PEC nº 23, de 2011.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 23, DE 2011

– NÃO TERMINATIVO – Acrescenta incisos ao art. 17 da Constituição Federal para prever a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, se quiser fazer uso dela.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estou com o relatório pronto, ele foi distribuído, eu não vou lê-lo, mas queria fazer alguns comentários.

Primeiro, queria dizer que essa proposta de emenda à Constituição muda o sistema eleitoral. O projeto que veio da comissão é de lista preordenada, com votação proporcional. Eu sou pela constitucionalidade do projeto, mas oferecendo, no mérito, uma alternativa, que é exatamente o voto majoritário. Entendo que o voto em lista fechada, sem a votação direta do eleitor...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesse caso, pode haver coligação, porque vira majoritária, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não precisa haver coligação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não ficou coligação majoritária?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não precisa haver coligação, porque o voto é majoritário.

Então, eu defendo o voto majoritário, entendo que os mais votados são eleitos, fica mais fácil de explicar, fica mantido o voto direto do eleitor no candidato.

E queria chamar a atenção para o caso dos pequenos Estados, onde há somente oito representantes na Câmara Federal. Esse é um dado fundamental, Sr. Presidente. Porque, se formos adotar o voto em lista, nos Estados onde só há oito representantes, nós vamos ter um problema sério no modelo de votação proposto, porque teremos oito vagas. Então, quem tem oito vagas, em tese, terá uma lista só de oito; ninguém vai ter uma lista de mais de oito. Desses oito, qualquer partido não elege mais que quatro, sendo majoritariamente votado. Então, nós teríamos, na verdade, uma eleição proporcional, tendo que fazer coeficiente, disputando apenas quatro candidatos em cada partido, o que seria muito difícil. Levando-se em conta ainda um dado a mais: nesta proposta, está alternada a questão de gênero. Portanto, seria um homem e uma mulher, um homem e uma mulher. Então, efetivamente, matematicamente, nós teríamos uma dificuldade extremamente grande, nesse modelo proposto, de fazer o coeficiente eleitoral e eleger alguém. E teremos a chance de ter uma eleição deserta, ou quase isso. Talvez um partido só, ou outro, fazendo coeficiente. Então, para não entrar nessa armadilha, para os Estados que têm oito representantes, estou apresentando a proposta de eleição majoritária, com o resultado dos mais votados, sendo sufragado nas urnas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Sei que, normalmente, haverá pedido de vista...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra pela ordem.

O relatório lido pelo Senador Romero Jucá tem vista coletiva automática para a próxima semana; portanto, esta matéria não vai entrar em debate, em discussão hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, gostaria de saber, no caso da votação, como seria. Por exemplo, eu sou contra os dois sistemas, tanto o de lista fechada quanto o distritão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas nós vamos fazer o debate na próxima semana.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não era quanto ao debate, mas quanto à maneira de encaminhar. Ou seja, rejeitado o parecer do Senador Romero Jucá, também está rejeitada a lista, porque ele apresentou um substitutivo, não é isso? *(Pausa.)*

É. Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, na próxima quarta-feira, se Deus quiser...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não acabou, não. Nós temos mais quatro itens na pauta. V. Ex^{as} conversam... No primeiro item, nós tivemos 21 Senadores inscritos. O Senador Inácio Arruda e o Senador Valadares falaram apenas dois minutos cada um. Portanto, vamos suspender a reunião, vamos fazer um lanche e, em seguida, voltaremos.

Temos dois itens...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estamos perdendo tempo.

Temos três itens na pauta. O Relator de um dos itens, o Senador Vital do Rêgo, está com uma filha no hospital e me pediu que retirasse de pauta, e estou retirando de pauta.

O sexto item é apenas leitura e vista coletiva do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O quarto item, de que sou relator, é o próximo item da pauta.

Onde está o Senador Pimentel para assumir? *(Pausa.)*

Não estando presente o Senador Pimentel, solicito ao Senador Dornelles que me dê a honra de presidir aqui enquanto eu faço a defesa, se for o caso, do meu relatório.

Senador Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu também, para ganharmos tempo, o meu parecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Ex^a quiser fazer...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está publicado. Já está aqui à disposição de todos.

O meu parecer é contrário ao financiamento público das campanhas eleitorais, pela razão do senso

comum. O senso comum às vezes tem o seu valor. Um dos panfletos mais importantes da história política contemporânea é um panfleto do Thomas Paine, chamado “Common Sense”, que foi fundamental para a revolução americana.

Eu sou contra o financiamento público. E as razões estão aqui por escrito.

Então, se V. Ex^a considerasse como lido, com vistas concedidas a todos, poderemos voltar para deliberar na próxima sessão o Item 6.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, vou pedir a presença de V. Ex^a...

Senador Humberto Costa, temos uma matéria terminativa, e precisamos de 12 votos aqui no plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a concorda em dar por lido?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como V. Ex^a já distribuiu, está dado por lido, e tem vista coletiva para a próxima semana.

Portanto, eu preciso...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E temos a sabatina das autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, mas eu vou suspender para fazermos um lanche e, em seguida...

Hoje temos três sabatinas: havia duas marcadas e mais uma que ficou pendente da semana passada.

Então, nós temos quórum para a votação desta matéria, que é terminativa.

Eu vou pedir ao Senador Dornelles que coloque a matéria em discussão...

É o Item 4 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) –

ITEM 4

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011

Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

Relatoria: Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, que me dá a honra de presidir esta Comissão, o voto já foi lido, a matéria já foi distribuída, já foi bastante discutida. Assim, não há por que fazermos novamente a leitura do voto.

Apenas eu quero dizer aos senhores que apresentei uma emenda que acrescenta o § 2º do art. 26-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma do art. 1º do PLS 266, com redação que altera o art. 26-A:

Art. 26-A.....

§1

§ 2º Não se aplica o disposto no caput ao cargo que for de eleição majoritária e seu detentor filiar-se ao partido integrante da mesma coligação por que foi eleito.

Portanto, Sr. Presidente, não tenho mais comentários a fazer sobre o relatório. Apenas devolveria a palavra a V. Exª para eu presidir os trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Apenas, Senador Valadares, antes de dar a palavra a V. Exª, quero dizer que há um requerimento de destaque para votação em separado inciso II do § 1º do art. 26-A.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu também vou apresentar um destaque relativo à emenda...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É este aqui o de V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – São dois. Tem esse e vou apresentar mais um, porque acabo de ver, agora, o parecer do Senador Eunício. Com esse último ponto também não concordo com ele e gostaria de discuti-lo. Antes mesmo, talvez o Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos colocar em votação o parecer do Senador Eunício e, em seguida, ficam ressalvados os destaques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o ilustre Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente Dornelles, com todo o respeito que tenho ao Relator e também autor desta proposição, na linha da coerência desta Comissão, não posso votar favorável. Vou votar contra simplesmente porque o que se discutiu, de forma ampla, geral e irrestrita, é que se pretendia acabar com a coligação proporcional, mantendo a majoritária, porque havia uma desarmonia entre a coligação e os objetivos dos partidos que integravam essa coligação. Se deu prioridade à manutenção da coligação majoritária em detrimento da coligação proporcional, privilégio. A majoritária tem o

privilégio de ter coligação, de manter a coligação, mas os deputados estaduais, os vereadores, os deputados federais ficam proibidos de, nos seus partidos, adotarem a coligação. E aqui a fidelidade partidária existe para os vereadores, para os deputados, porque o sistema que está prevalecendo até agora é o proporcional. Então, estou analisando a Constituição tal como ela existe hoje.

Sr. Presidente, o vereador, o deputado estadual ou o deputado federal...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Acho que o assunto levantado por V. Exª, a menos que eu esteja errado, não está no contexto da emenda apresentada...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está correto, Sr. Presidente. É exclusivamente fidelidade partidária.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Fidelidade partidária, somente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como é?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – É exclusivamente fidelidade partidária...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim, mas é a isso que vou chegar. Deixe-me chegar lá, está todo mundo apressado!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ninguém pode ficar apressado para deixar de ouvir V. Exª. Eu ficaria aqui até o final da noite para ouvir V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É, parece que estou sendo muito prolixo. Então, vou reduzir.

Quer dizer, a fidelidade partidária vale para o vereador, para o deputado estadual e para federal, que entra na proporcional. Mas um governador, presidente da República, ele está dispensado da fidelidade?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, não está não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não?

Olhe: “Não se aplica o disposto no caput se o cargo for de eleição majoritária...”.

Majoritária eu entendo...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Leia todo, leia todo!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – “(...) e o seu detentor filiar-se a outro partido integrante da coligação pela qual foi eleito”.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A coligação não tem personalidade...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares, só para dar uma explicação a V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, deixe-me terminar o raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Só para dar uma explicação a V. Ex^a, eu quero ajudar V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas não precisa ser agora...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O projeto não trata desse assunto, isso foi emenda que, inclusive, vai ser votada em separado.

V. Ex^a está se antecipando na discussão de uma emenda que não está sendo votada ainda...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estou sendo monitorado nesta Casa. *(Risos.)* Eu não posso discutir, eu não posso discutir. Estou sendo monitorado, para não dizer outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares, até por uma questão de economia processual, vamos examinar primeiro...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Por economia processual, V. Ex^a tem que me deixar falar...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em seguida, no momento da votação da emenda, V. Ex^a se pronuncia. Nós gostaríamos de ter dois pronunciamentos de V. Ex^a. V. Ex^a quer falar sobre a emenda agora...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me desculpe, mas por ocasião da emenda destacada eu não posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vai ter um destaque dessa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sim, tem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas só quem pode falar é o autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não, mas tem dois. A emenda já foi apresentada, agora ela vai ser votada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, para terminar, eu só quero dizer o seguinte: que isso aqui é um privilégio, e um preconceito contra deputados federais, estaduais e vereadores.

Para terminar eu voto contra, porque governador, presidente da República, prefeitos e senadores são intocáveis. O Executivo e os senadores são intocáveis.

Por isso voto contra. Se é democracia tem que valer para todos; fidelidade partidária é algo sério que, inclusive, já foi objeto de apreciação até pelo Supremo Tribunal Federal.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srs. Senadores, nós vamos votar agora o relatório do Senador Eunício. E este assunto abordado pelo Senador Valadares é submetido a uma emenda, que vai ser votada hoje. Existe, também, um destaque do Senador Demóstenes Torres e do Senador Aloysio que vão ser votados também.

De modo que vamos votar o relatório agora, ressaltados os destaques, e também vamos votar em seguida a emenda.

Então esse assunto levantado pelo meu querido amigo e ilustre Senador Valadares será objeto de votação no momento em que a emenda for apreciada.

Em votação o relatório...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, agora é para discutir. Estamos todos inscritos para isso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Para discutir a matéria? O destaque ou o...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente, a matéria e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vamos votar então, primeiramente, os requerimentos de destaque.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos para a discussão da matéria. *(Pausa.)*

Eu perguntaria aos Senadores que estivessem de acordo, pelo seguinte: porque eu acho que está havendo má compreensão do relatório do Senador Eunício. Que o Senador Eunício pudesse ler o artigo do seu relatório, como é que fica o art. 26-A, porque isso facilitaria muito.

Tem a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – O que significa o art. 26-A e a emenda é, na prática, hoje... Eu vou ler agora:

“Art. 26-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar sem justa causa do partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

Parágrafo único. Considerar-se-á justa causa para a desfiliação:

I – a incorporação ou fusão de partido;

II – criação de novo partido;

III – mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

IV – grave discriminação pessoal.”

É isso o que diz o art. 26-A.

A emenda apresentada,...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Que vai ser votada posteriormente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sim; que vai ser votada posteriormente... Mas eu gostaria, Sr. Presidente, só para tentar esclarecer, o que significa a emenda apresentada.

O que acontece hoje é que em havendo coligações majoritárias... Eu fiz um requerimento ao TSE, quando ainda deputado, fazendo o seguinte questionamento, que eu não recebi resposta até hoje, porque é impossível responder: “Eu sou Senador eleito pelo meu querido Ceará. O meu 1º suplente é do Partido dos Trabalhadores. Diz a Resolução do TSE que perde o mandato –nos cargos majoritários que eu estou falando – aquele que mudar de partido”.

Eu sou Senador pelo PMDB – meu único Partido, em toda a minha história, com mais de 35 anos de filiação partidária – e se eu saio do PMDB e por acaso vier a me filiar ao PT, eu, pela resolução, perco o meu mandato; e quem assume é o meu suplente que é o do PT.

Ora, a resolução diz que o mandato pertence ao partido. Se o mandato pertence ao partido, como preencher a vaga de Senador, como preencher a vaga de prefeito, ou como preencher a vaga de governador ou de presidente da República. Não há como dizer que o mandato pertence ao partido, em havendo coligação, se, ao sair do partido eu perco o mandato. Mas quem assume o meu mandato não é o meu partido, não é o meu partido. Se não é o meu partido, então o mandato não pertence ao partido; pertence, sim, à coligação, a coligação que o elegeu na majoritária. Por quê? Porque quem substitui o prefeito, o governador, o presidente da República e o senador, os cargos majoritários, é o suplente, mesmo que esse suplente não pertença ao partido.

Partindo do princípio de que as coligações proporcionais foram extintas e as majoritárias permanecerão, da forma como está posto, essa emenda regulariza essa situação que, hoje, não tem sustentação, não tem sustentação.

Pergunto, se o Senador Demóstenes, que está ali me olhando, saísse do partido dele sem essas justificativas, e fosse para um outro partido. O suplente dele, se não for do mesmo partido dele, assume o mandato. Então, o mandato não pertence ao partido de origem. É isso que estou tentando entender.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permita, mas o objetivo da mudança na legislação é exatamente criar dificuldades para que a pessoa saia do partido, só saia do partido

por justa causa. Quais são as justas causas? Essas elencadas nos incisos do artigo. Se V. Exª sair do partido – não sairá do PMDB, tenho certeza –, se amanhã, digamos assim, por uma razão, uma mudança programática do PMDB, ou que V. Exª venha a ser vítima de uma grave discriminação pessoal etc., V. Exª tem toda a legitimidade para deixar o partido sem perder o mandato. E o seu suplente continuaria...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Mas está previsto. Está previsto nesses casos. Estamos falando de mudança partidária.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, mudança de partido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Mudança de partido. A emenda permite mudança de partido apenas dentro da coligação. Fora da coligação, você perde o mandato e fica com a coligação. Continua perdendo o mandato e ficando com a coligação. Foi essa a intenção da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço vênias ao nobre Relator, Senador Eunício, para divergir do ponto de vista dele quanto a essa emenda. Dou um exemplo meu. Fui eleito por uma coligação de 12 partidos. Então, poderia migrar para 11 partidos, porque eles fizeram parte da coligação que me elegeu. E isso faria com que eu não perdesse o mandato. Acho que muitos aqui se encontram nessa mesma situação.

Na realidade, é criar uma janela, não de tempo, mas de *status*, você pode ir para qualquer partido que for integrante da sua coligação. Então, isso fere, completamente, na minha opinião, o princípio da fidelidade partidária. Então, também, peço vênias a V. Exª, mas vou votar contra essa alteração, porque acho que mata o instituto da fidelidade partidária. Além do que, como disse o Senador Valadares, V. Exª já prevê que, não havendo a coligação na proporcional, se isso for devidamente aprovado não tem problema. Mas, se isso for para o Plenário ou para a Câmara e não chegar ao fim, então estaremos realmente criando um outro problema, porque os majoritários, os governadores, os vice-governadores, os Senadores, os suplentes de Senadores, os prefeitos, seus vices etc., poderão migrar para um partido da coligação, enquanto que vereadores, deputados estaduais e federais não poderão. Claro, que V. Exª fez isso já antevendo o fim da coligação proporcional. Mas ela, na atualidade, não existe. Pode ser que essa emenda aqui vá adiante e a outra não.

Então, sou contra por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes, só para entender. V. Ex^a está se pronunciando que é contra a emenda...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A emenda.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não contra o relatório. E essa emenda vai ser votada em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exato, conforme foi a discussão do nosso relator acerca da emenda que ele apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Antes de discutir a emenda poderíamos colocar em votação...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra como relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Como relator.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Quero deixar aqui bem claro, porque quem tem 35 anos de filiação a um único partido não pode tergiversar em relação à questão de fidelidade partidária, Senador Demóstenes. Por esse motivo, a intenção era talvez regularizar uma situação que não foi criada por nós, foi criada pelo TSE. Por esse motivo, em nome da minha coerência partidária, da minha convicção, retiro a emenda.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Retirada a emenda...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas ainda continuo com a palavra porque tenho uma outra discussão a fazer aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Eunício, V. Ex^a retirou a emenda.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Peço a V. Ex^a que retire a emenda e peço ao Senador Demóstenes Torres que não me persiga tanto. Sou meio goiano.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Devo dizer a V. Ex^a que lamento profundamente a retirada da emenda, porque eu gostaria muito de apoiar a emenda de V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Agradeço o apoio de V. Ex^a, mas não quero... Presidente, agradeço a deferência, mas não quero deixar dúvidas sobre o meu posicionamento em relação à fidelidade partidária.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Ninguém jamais terá dúvida sobre o posicionamento de V. Ex^a. A vida política de V. Ex^a é uma história de coerência e ninguém tem dúvidas sobre isso.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Demóstenes Torres, ainda com a palavra em relação ao projeto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como eu destaquei uma parte do projeto, também vou falar sobre a emenda.

Eu, por exemplo, acho desnecessária a legalização dessa matéria. Ela é constante de uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral, mas também não vejo inconveniente. A não ser em relação ao inciso II. Por quê? Porque o inciso II fala de uma situação que o Supremo já decidiu em sentido contrário, e que o TSE, aproveitando-se de uma resolução do início da década de 80 quando havia o bipartidarismo, fez agregar, finalmente, a essa resolução que se transformou na Resolução da Fidelidade Partidária.

Isso diz respeito à criação do novo partido. Segundo a resolução, logo no início da década de 80, o TSE para possibilitar a criação de outros partidos políticos, quando existiam apenas Arena e MDB, fez com que houvesse essa resolução. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, já disse que qualquer que seja o caso fora da incorporação ou fusão do partido, a mudança substancial, dizia o reiterado programa partidário, ou grave discriminação pessoal que, nesses casos, é aceitável a mudança partidária. Ela pode ser autorizada sem a perda do mandato. Mas no caso da criação de novo partido é uma decisão tomada pelo TSE em afronta completa ao Plenário do Supremo. Tanto é, Sr. Presidente e Sr. Relator, que há uma ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo PPS, hoje, sendo relatada no Supremo Tribunal Federal sobre essa mesma matéria. Ou seja, dizendo que na hipótese de criação de um novo partido, conforme já decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal, a pessoa que migra para um novo partido perde o seu mandato.

Apresentei esse destaque, e até sugeriria ao Senador Eunício que, se ele também pudesse acatar, retirando, uma vez que a matéria em discussão no Supremo e a única decisão no Supremo é contrária a essa possibilidade... Caso contrário, eu insisto na manutenção do destaque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nesse caso o PSD de Kassab se acaba.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A matéria está *sub judice*, porque se o Supremo decidir que é assim, então a lei ordinária não poderá alterar a regra, que foi a interpretação do Supremo. Então é uma matéria *sub judice* fundamentalmente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Pedro Taques, por exemplo, acha que toda essa matéria é inconstitucional. É o que o Supremo diz também, que, independentemente de se discutir isso, é um corolário, é consequência do texto constitucional.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Que matéria que é toda inconstitucional?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Essa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Toda a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, não. Isso não é verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Supremo decidiu em cima...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o Supremo decidiu porque tínhamos uma brecha legislativa.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Qual a matéria que é inconstitucional?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se o Congresso legislar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pode ser legislado só através de emenda constitucional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então faz emenda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É, exatamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, a última palavra não é do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Se V. Ex^a permitir. V. Ex^a fez o apelo ao Senador Eunício Oliveira...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor. Aqui todos vão falar. Vamos respeitar.

V. Ex^a e o Senador Aloysio fizeram um apelo. Apresentaram um destaque aqui e V. Ex^a pediu a posição do relator. Já avançando um pouco, porque se ele acolheu o destaque de V. Ex^a... E o destaque é: quando se diz “perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar sem justa causa do partido sob cuja legenda seja eleito. Considera-se justa causa (...)”, V. Ex^a eliminaria o item 2, que trata da criação do novo partido. Esse é o destaque de V. Ex^a e do Senador Aloysio.

V. Ex^a pediu a posição do Senador Eunício, que poderá se pronunciar agora ou não. Se ele concordar com o destaque de V. Ex^a, nós não precisamos continuar na discussão desse assunto. Se ele preferir man-

ter o seu texto, nós continuaremos e, posteriormente, colocamos em votação o destaque a V. Ex^a.

Darei a palavra, em seguida, ao Senador Pedro Taques.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, sinceramente, a minha vontade pessoal é que perderia o mandato aquele que simplesmente mudasse de partido. Esse sinceramente é o meu desejo, mas “grave discriminação pessoal”, é quase que impossível a permanência de alguém que sofreu grave discriminação pessoal. Os juristas que estão aqui a questionar sabem que isso é extremamente subjetivo. O que significa “grave discriminação pessoal”? Cabe tudo. Cabe até mais do que a criação de novo partido.

Portanto, para retirar os itens de “incorporação ou fusão de partido”...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Somente falou “criação”. Só o inciso III.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Estou só fazendo uma análise do meu pensamento. Para retirar o item “incorporação ou fusão de partido; criação de novo partido; mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; e grave discriminação pessoal”, para tirar um item, um único item, eu não concordo. Se for para tirar todos os itens deixando apenas “a grave discriminação pessoal”, embora ela seja subjetiva, mas nós temos instrumentos para fazer a avaliação até judicial, se for para retirar os outros itens, eu concordo com a retirada dos três. Só for para retirar um dos itens, eu não concordo com a retirada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu concordo; perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Retirar de pauta esse tema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é nós, mais uma vez, com todo o respeito ao Senador Demóstenes, abrimos mão de uma atribuição constitucional do Senado. Se nós formos buscar no Supremo, existem lá milhares de temas, centenas de milhares, que estão em discussão e nós votamos leis aqui, debatemos, que podem estar *sub judice*. O fato de estar *sub judice*, com todo o respeito ao Senador Demóstenes, não se afigura como o bastante para que nós possamos abrir mão de nossa discussão. Então, a primeira posição minha é essa.

Sobre a fidelidade partidária, sobre o mérito, a primeira Constituição do Brasil que tratou de fidelidade partidária foi a Constituição de 67. No art. 149, ela deixava isso para o estatuto do partido. A Constituição de 69, Sr. Presidente, no seu art. 152, estabelecia a fidelidade partidária, porque foi uma Constituição que veio ao mundo jurídico depois do Ato Institucional nº

5, cuja consequência todos sabemos. Muito bem; isso prova que as expressões, os institutos são viajantes, mudam o seu sentido tendo em conta o momento que estamos vivendo. Naquele momento histórico, a fidelidade partidária era um instrumento da ditadura, tanto que, em 1978, houve a Emenda Constitucional nº 25, que permitiu a mudança de partido assim que um partido novo fosse criado. Isso, alguns afirmam, que foi para beneficiar o ex-Presidente da República Tancredo Neves, com a criação do PP mais à frente. Muito bem... Desculpe-me. Retiro o Tancredo Neves. (*Risos.*)

Vamos continuar. Naquele momento histórico, fidelidade partidária era um instrumento do autoritarismo, um instrumento da ditadura, tanto que, no Colégio Eleitoral de 1984, Sr. Presidente, houve uma grande discussão porque os partidos dito progressistas eram contrários à fidelidade partidária e, do contrário, o ex-Presidente Tancredo Neves não seria eleito. Por isso, houve uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral dando conta de que a fidelidade partidária não poderia vigorar. Agora, chegamos a 1988.

A Constituição de 88. Nas discussões da Constituinte, Sr. Presidente – fazendo uma evolução histórica da Constituição de 88 – colocaram-se contra a fidelidade partidária, permitindo que a fidelidade partidária estivesse estabelecida só no art. 17, § 1º, que trata...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, só um aparte a V. Exª.

V. Exª tem plena razão quando coloca dessa forma, mas nós, o Congresso Nacional – eu já sou parlamentar há quase 13 anos –, fomos acusados quando foi feita a resolução da chamada fidelidade partidária...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não cheguei à resolução ainda; estou em 88.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu sei. É só para complementar o que V. Exª está dizendo, e concordo com V. Exª.

Nós fomos acusados – o Congresso Nacional – de não ter legislado, então, era necessário se fazer uma resolução. Ora, o Congresso Nacional legislou, os constituintes de 88 – e eu não tive o privilégio de ser um deles – legislaram. O Congresso Nacional legislou, retirando da Constituição de 69 a chamada fidelidade partidária. E nós não estamos aqui apenas para incluir; retirar também é legislar. Portanto, concordo com V. Exª, que faz esse histórico, no que se refere à fidelidade partidária. Então, nesse caso, mantenho as posições anteriormente assumidas, excluindo, obviamente, a emenda de nossa autoria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. Muito obrigado pelo vosso aparte, Senador Eunício, que enriqueceu a minha fala.

Em 88, o legislador constituinte fez uma escolha. A escolha foi contrária à fidelidade partidária, e isso ficaria estabelecido só no estatuto do partido político. Muito bem. Aí veio a resolução do Tribunal Superior Eleitoral e, após isso, a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A minha pergunta é a seguinte: a fidelidade partidária é um instrumento do autoritarismo ou é um instrumento da democracia? Isso depende do momento histórico. Então, lá era um movimento, era um instrumento do autoritarismo. Agora é um instrumento da democracia.

Imagine a seguinte situação: se tivermos aqui dez partidos políticos representados no Senado e os dez líderes desses partidos decidissem tomar uma posição numa votação e os outros Senadores dos partidos dissessem “não”, esses outros Senadores poderiam ser expulsos em razão da fidelidade partidária. Quando a Constituição fala na fidelidade partidária, nós temos que nos socorrer também do art. 53, *caput*, da Constituição, que fala que o parlamentar tem liberdade de opinião, palavra e voto. Partido político é muito importante, partido político programático, que tem ideologia. Agora, a vontade do parlamentar, o voto do parlamentar é muito importante também.

Vamos lembrar um exemplo histórico do PT, Senador Humberto Costa. Falo daquele momento histórico ocorrido com a Senadora Heloísa Helena e os Deputados Federais Babá e Luciana Genro. Eles votaram contra as diretrizes do PT, e o PT tem no seu estatuto a fidelidade partidária, está cumprindo a Constituição da República. Se eles fossem expulsos do PT, eles poderiam discutir, no Supremo Tribunal Federal, a respeito do art. 53 da Constituição, que garante a liberdade de opinião de voto para o parlamentar. Eles, politicamente, entenderam melhor criar outro partido político, que é o PSOL, e temos a honra de ter o Senador Randolfe aqui do nosso lado hoje.

Muito bem. A fidelidade partidária é importante. Agora, nós não podemos nos esquecer do caciquismo dentro dos partidos políticos. O que vale é o partido político. Mas também há um valor que é democrático: a vontade do parlamentar. Por isso, está escrito no art. 53 da Constituição que ele tem a liberdade de voto, que significa independência.

Assim, eu sou contra esse instituto da forma como se encontra estabelecido nessa proposta de emenda à Constituição, porque se me afigura como inconstitucional.

“Ah, o Supremo Tribunal Federal já decidiu a respeito daquela Resolução!”

Muito bem, o Supremo Tribunal Federal reconhece que são inconstitucionais muitas leis que votamos

aqui. Isso faz parte do jogo democrático. Não é porque o Supremo reconheceu que é inconstitucional que nós aqui, como parlamentares, não poderíamos debater o tema. Aliás, nós temos a liberdade e a independência para fazê-lo. O Supremo é aquele que erra por último em uma democracia, porque ele encerra o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, eu vou pedir permissão ao meu querido Senador Pedro Taques para concordar apenas em parte com a sua brilhante exposição.

Primeiro é o seguinte: o debate dessa matéria....

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu só pediria a V. Ex^a, atendendo a apelos que me têm trazido vários Srs. Senadores – e V. Ex^a é objetivo, é claro –, que ficássemos aqui em três minutos para cada Senador.

V. Ex^a concorda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ok, Presidente.

O debate dessa matéria mostra o quanto estamos a reboque do Judiciário no debate sobre a reforma política. Ou seja, o Judiciário já tratou desse tema enquanto estamos legislando, e eu acho fundamental nós legislarmos em relação a isso.

No texto da Constituição, parece-me que a intenção do legislador constituinte não foi extinguir a fidelidade partidária. Se o fosse, não teria mantido o instituto no texto constitucional, mesmo submetendo o art. 17 da Constituição tal instituto aos estatutos partidários. Mas o instituto está mantido.

Ainda há pouco, debatemos a questão das coligações proporcionais. E eu votei aqui e brinquei, dizendo: é voto suicida, porque o meu partido é um partido pequeno. Mas manifestei uma posição que não é favorável às coligações proporcionais, com base no sentido do fortalecimento dos partidos políticos como instituição fundamental para a democracia.

Nesse sentido, não posso ser contra o instituto da fidelidade partidária.

No aspecto muito bem destacado pelo Senador Pedro Taques, parece-me que, na proposta, está clara a possibilidade de mudança de partido no inciso III, quando diz que “mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário” será uma justa causa para mudança de partido.

Então, por isso, parece-me necessário mantermos os incisos I, III e IV.

E aqui quero concordar com o Senador Demóstenes em que a manutenção do inciso II parece-me uma facilidade para a mudança de partido. Ou seja, a

razão de mudança de partido por incorporação ou fusão se justifica, visto que a fusão pode ser uma nova agremiação partidária que tenha um programa diferente do da agremiação anterior. A mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário é no sentido – e aí concordando com o que disse o Senador Pedro Taques... Temos um precedente, inclusive justificado, do surgimento do partido em que estou, o Partido Socialismo e Liberdade.

Grave discriminação pessoal e o inciso II parece-me que é uma generalidade para facilitar a burla, ou seja, basta criar um novo partido para mudar. Assim, vamos acabar tendo um leilão de criação de novos partidos para burlar o instituto da fidelidade partidária.

Então, concluindo, Sr. Presidente, voto favoravelmente ao instituto, que considero fundamental para a democracia, e voto de acordo com o destaque proposto pelo Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu pediria aos Srs. Senadores o seguinte: nós precisamos votar, a matéria é terminativa. O Senador Aloysio já demonstrou a posição dele, bem como o Senador Humberto Costa. Assim, pergunto: poderíamos colocar em votação? (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se ninguém falar, eu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma palavra antes de votar.

É claro, Senador Pedro Taques, que o instituto da fidelidade partidária, tal como era praticado no regime constitucional anterior, era uma coisa inaceitável porque significava o cerceamento do exercício da livre opinião do parlamentar. Instituímos aí o mandato imperativo não é o caso.

Nós estamos dentro de uma realidade jurídica que é uma decisão do Supremo Tribunal Federal, interpretando a constituição. É uma decisão proferida em três mandados de segurança em que o Supremo afirma que o titular do mandato é o partido, em qualquer circunstância, e que uma mudança de partido alteraria uma decisão da soberania popular. O povo soberano toma uma decisão, ao compor uma casa legislativa de determinada forma, ou atribuir a titularidade de um cargo de um executivo, de um determinado partido, e depois, por uma decisão individual do titular do mandato, essa decisão da soberania popular é frustrada. O Supremo disse que isso não pode acontecer.

Mas, na decisão do Supremo nesses mandados de segurança, abre-se uma hipótese de legitimidade dessa mudança no caso de discriminação pessoal grave e mesmo de descumprimento do fundamental do programa partidário.

Ora, eu entendo que uma mudança dessa situação só poderia ser feita por uma emenda constitucional. Não creio que uma lei ordinária possa mudar uma interpretação que o Supremo Tribunal Federal deu sobre essa matéria. Isso é uma intenção do Supremo Tribunal Federal. Como é que uma lei ordinária vai mudar isso?

O que a lei ordinária poderia fazer é estabelecer um procedimento, mediante o qual se poderia comprovar que houve ou não houve discriminação pessoal grave, que houve ou não houve descumprimento do programa partidário. Mas a essência é uma decisão do Supremo e de natureza constitucional, ela não pode ser alterada por lei ordinária. Então, isso me levaria a votar contra tudo. Essa é que é a realidade dos fatos.

Se nós, Congresso Nacional, queremos discipliná-la por ato nosso, nós deveríamos adotar uma outra via que não a lei ordinária, mas a emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Os que estiverem de acordo com o projeto do Senador Eunício Oliveira permaneçam como... *(Pausa.)*

Ah, a votação é nominal.

Como vota o Senador Eunício? *(Pausa.)*

Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A favor do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Petecão. *(Pausa.)* Com o Relator. Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acompanho o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Voto não. Não acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Eunício... Perdão.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, porque é inconstitucional no meu pensar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador... *(Pausa.)*

O SR. *(Não identificado.)* – *(Intervenção fora do microfone.)* Sim.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sim.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)* Não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Não.

Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Votaram SIM 8 Srs. Senadores; NÃO, 3.

Eu pediria que acrescentasse, se fosse possível, o voto da presidência como voto “sim”, favorável ao relatório.

Em votação o Inciso II do parágrafo único do art. 26-A.

Aqueles que quiserem a manutenção do inciso votam “sim”. Quem quiser retirar o inciso vota “não”. Quem quiser votar com o destaque vota “não”.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, só para efeito de esclarecimento. Como eu tive que dar uma saída, o meu segundo professor poderia me dar mais uma explicação? *(Risos.)*

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, se me permite, o destaque é no seguinte sentido:

O Supremo Tribunal Federal decidiu de uma forma e o Tribunal Superior Eleitoral decidiu de outra. Pegou uma resolução da década de 80, quando tinham dois partidos políticos, e fez, agregou isso na Resolução da Fidelidade Partidária. De forma que criação de um novo partido passa a integrar Resolução do TSE, embora seja contrária à decisão do Supremo.

Então nós estamos voltando à decisão do Supremo, ou seja, a criação de um novo partido não pode fazer parte...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Em tese, o senhor é contra a criação de um novo partido?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, sou contra... Pode criar um novo partido a vontade; agora, quem, sendo parlamentar, pertencer a uma bancada e migrar para um novo partido, perderá o mandato.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Ah, então o senhor é contra mim, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em votação o destaque do Senador Demóstenes Torres e Aloysio Nunes.

Senador Pedro Taques é a favor do destaque?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, eu já falei sobre a inconstitucionalidade

de, mas foi aprovado, não é? Então é não, porque sou favorável ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Taques, não.

Senador Antonio Carlos Valadares.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sim.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou votar com o Senador Valadares, meu companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Mantendo o texto.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, eu quero votar contra esse destaque. Então eu tenho que votar sim, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Votar sim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)* Ausente. Acho que não vai dar quórum.

Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador, meu caro amigo, Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vou verificar os Senadores aqui presentes. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vou repetir aqui: O Senador Pedro Taques votou não; o Senador Antonio Carlos Valadares votou sim; o Senador Inácio Arruda votou sim; o Senador Eunício votou sim; o Senador Romero Jucá votou sim; Senador Roberto Requião votou sim; o Senador Sérgio Petecão votou sim; Senador Aloysio votou não; o Senador Alvaro Dias está ausente; o Senador Demóstenes votou não; o Senador Armando votou não; o Senador Randolfe votou não; o Senador Humberto votou não.

Quanto deu? *(Pausa.)*

O resultado foi empate: 6X6.

Quem desempata é o Presidente. E o meu voto é “não”.

(Palmas.)

Retorno a Presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, vamos suspender por 30 minutos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me honrou com a designação de uma relatoria de um magistrado indicado para o Conselho Nacional de Justiça. Apenas vou apresentar o voto, mas haverá vista coletiva.

Se V. Ex^a me permitir, eu, em duas palavras, porque tenho que acudir uma outra comissão, depois volto para a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lamentavelmente será na outra reunião, mas, como o voto de V. Ex^a está pronto, se V. Ex^a não estiver aqui, V. Ex^a me autoriza e eu nomeio um *ad hoc* apenas para a leitura, porque não pode ser nesta reunião; tem que ser numa reunião extraordinária que está convocada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vou encerrar esta reunião e, daqui a 40 minutos, voltaremos para a reunião da sabatina. Se V. Ex^a não estiver aqui o voto de V. Ex^a vai ser lido por um relator *ad hoc*; se V. Ex^a assim o concordar.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 22 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 802 páginas

OS: 2011/13671